Ministério do Turismo

Secretaria de Estado do Turismo de Alagoas

Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável

PDITS Costa dos Corais

Alagoas, Julho de 2012

Volume II

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL PDTIS - PÓLO COSTA DOS CORAIS ALAGOAS - BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO

Plano de Trabalho

Indústrias Criativas
estratégias & projetos

Julho/2010

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Luiz Inácio Lula da Silva

VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA
José Alencar Gomes da Silva

MINISTRO DO TURISMO
Luiz Eduardo Pereira Barreto Filho

SECRETÁRIO NACIONAL DE PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO
Frederico Silva da Costa

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO
Edimar Gomes da Silva

COORDENADOR GERAL DE PROGRAMAS REGIONAIS I
Claudio Corrêa Vasques

EQUIPE TÉCNICA DA COORDENAÇÃO GERAL DE PROGRAMAS REGIONAIS I
Ana Carla Fernandes Moura - Técnica Nível Superior
Marina Neiva Dias – Técnica Nível Superior
Mário Rudá Pontes de Andrade - Técnico
Miranice Lima Santos – Técnica Nível Superior
Ricardo de Sousa Mendes – Engenheiro

ESTADO DE ALAGOAS

GOVERNADOR
Teotônio Brandão Vilela Filho

VICE-GOVERNADOR
José Wanderley Neto

SECRETÁRIA DE ESTADO DO TURISMO
Danielle Govas Pimenta Novis

SUPERINTENDENTE DA UEE – PRODETUR / AL
Simone Bentes Normande Vieira

SUPERINTENDENTE DE INVESTIMENTOS
Marcos de Lima Pradines

DIRETOR DE DESTINOS E PRODUTOS
Jair Galvão

DIRETORA DE ARTICULAÇÃO, NEGÓCIOS E INVESTIMENTOS
Marie Bezerra

GERENTE DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO
Melry Sherly Barbosa

EQUIPE TÉCNICA

Perolina Henriques Lyra
Coordenadora Técnica

Roberia Bandeira
Gerente do Projeto

Ana Cláudia Vasconcelos Magalhães
Patrimônio Histórico

Cristina Benamor de Araújo Jorge
Arquitetura e Urbanismo

Deivis Rogerio Tavares
Processamento de Dados

Eduardo Bezerra Normande
Meio Ambiente

Evelina Antunes F. de Oliveira
Ciências Sociais

Luciana Scherer
Turismo

Rosa Maria Barros Tenório
Engenharia Civil / Saneamento / Infraestrutura

Tereza Kelly Gomes Carneiro
Economia e Fortalecimento Institucional

Colaboradores:
Maria Pedro A. M. de Abreu
Rosina Pérez Menafra
Sandy Farias

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO 11
2. CONSIDERAÇÕES GERAIS 12
3. ASPECTOS METODOLÓGICOS 15
3.1. Pesquisa de Gabinete 15
3.2. Pesquisa de Campo 15
3.3. Entrevistas Semiestruturadas 16
3.4. Reuniões de *Brainstorming* 16
3.5. Análise *SWOT* 16
3.6. Hierarquização dos Atrativos Turísticos 17
3.7. Planejamento Participativo 18
3.8. Priorização dos Investimentos 18
4. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO PÓLO 20
4.1. Localização Geográfica do Pólo Costa dos Corais com Relação ao Estado 21
4.2. Caracterização Ambiental 22
4.3. Caracterização Histórica 26
4.4. Caracterização da Dinâmica Social e Econômica dos Municípios que compõem o Pólo Costa dos Corais 27
5. MUNICÍPIOS INTEGRANTES 36
5.1. Paripueira 36
5.2. Barra de Santo Antônio 39
5.3. Passo de Camaragibe 41
5.4. São Miguel dos Milagres 44
5.5. Porto de Pedras 46
5.6. Japaratinga 49
5.7. Maragogi 51
5.8. São Luís do Quitunde 53
5.9. Matriz do Camaragibe 56
5.10. Porto Calvo 58
5.11. Maceió 61
6. JUSTIFICATIVA DA SELEÇÃO DA ÀREA 65
6.1. O Turismo no Contexto das Estrategias de Desenvolvimento do Estado 65
6.2. Caracterização da Área Turística 68
7. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS E O GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO DO PDITS DO PÓLO COSTA DOS CORAIS (VERSÃO 2002) 72
8. IMPORTÂNCIA DOS ATRATIVOS OU RECURSOS TURÍSTICOS 76
9. GRAU DE ACESSIBILIDADE E CONECTIVIDADE 83
9.1. Estradas e Acessos 83
9.2. Sinalização 86
9.3. Comunicação 87
10. NÍVEL DE USO ATUAL OU POTENCIAL 88
10.1. Fragilidades 90
11. CONDIÇÕES FÍSICAS E SERVIÇOS BÁSICOS 92
11.1. Sistema de Abastecimento de Água 92
12. QUADRO INSTITUCIONAL E ASPECTOS LEGAIS 94
12.1. Contextualização do Fluxo Turístico 1
12.2. Entidades e Associações 4
12.3. O Programa do Arranjo Produtivo Local de Turismo da Costa dos Corais 7

12.4. Aspectos Econômicos no Âmbito do PDITS 8
12.5. Criterio de Planejamento Econômico 10
12.5.1. Avaliação da Rede Social de Produção Local e Seus Atores 10
12.5.2. As Prioridades dos Investimentos a Serem Realizados 11
13. FORMULAÇÃO E AJUSTES DOS OBJETIVOS DO PDITS 13
14. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 14
15. SITES CONSULTADOS 17
16. INSTITUIÇÕES CONSULTADAS 18
17. CONTATOS PESSOAIS E ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS 19

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização da área objeto de estudo 21
Figura 2 – Base Cartográfica e Zoneamento do Estado de Alagoas para o Gerenciamento de Recursos Hídricos. Maceió, PROAGUA (UEGP–AL) / HISA. ALAGOAS. (2002). 22
Figura 3 – Homicídios em Maceió, nos outros municípios do Pólo e nos demais municípios de Alagoas (2009) 34
Figura 4 – Localização do município no contexto da área objeto de estudo 37
Figura 5 – Vista aérea do município 37
Figura 6 – Ponte Sobre o Rio Sauaçuy e Figura 7 – Ponte sobre o Rio do Forte 38
Figura 8 – Localização do município no contexto da área objeto de estudo 39
Figura 9 – Vista aérea do município 40
Figura 10 e Figura 11 – Vista do Rio Santo Antônio Grande 40
Figura 12 – Localização do município no contexto da área objeto de estudo 42
Figura 13 – Vista aérea do município 43
Figura 14 – Foz do Rio Camaragibe 43
Figura 15 – Localização do município no contexto da área objeto de estudo 44
Figura 16 – Vista aérea do município 45
Figura 17 – Vista do Rio Tatuamunha 46
Figura 18 – Localização do município no contexto da área objeto de estudo 47
Figura 19 – Vista aérea do município 48
Figura 20 – Localização do município no contexto da área objeto de estudo 49
Figura 21 – Vista aérea do município 50
Figura 22 – Localização do município no contexto da área objeto de estudo 51
Figura 23 – Vista aérea do município 52
Figura 24 – Vista das Galés de Maragogi 53
Figura 25 – Localização do município no contexto da área objeto de estudo 54
Figura 26 – Vista aérea do município 55
Figura 27 – Acesso Principal e Figura 28 – Acesso Secundário 55
Figura 29 – Localização do município no contexto da área objeto de estudo 56
Figura 30 – Vista aérea do município 57
Figura 31 – Placa de indicação das localidades e Figura 32 – Entrada principal da cidade . 58
Figura 33 – Localização do município no contexto da área objeto de estudo 60
Figura 34 – Vista aérea do município 60
Figura 35 e Figura 36 – Vista Panorâmica do Centro 61
Figura 37 – Localização do município no contexto da área objeto de estudo 62
Figura 38 – Mapa das Regiões Turísticas de Alagoas – Plano Estadual de Turismo Alagoas 2005–15 68
Figura 39 – Subzonas e Fluxos Indutores de Desenvolvimento do Pólo Costa dos Corais .. 70
Figura 40 – Vista da placa indicativa e Figura 41 – Acesso a uma das pousadas 83
Figura 42 – Vista de um dos quebra-molas e Figura 43 – Vista de trecho da AL-101N 84
Figura 44 – Estrada com trechos danificados e Figura 45 – Trecho de estrada secundária 84
Figura 46 e Figura 47 – Orla da Praia de Jacarecica 85
Figura 48 – Vista do ônibus transitando na 85
Figura 49 – Acesso à praia em Paripueira e Figura 50 – Acesso à praia em Tabuba 86
Figura 51 – Placa de informação turística e Figura 52 – Placas sem disciplinamento 86
Figura 53 – APA Costa dos Corais 88
Figura 54 – Embarcações e Turistas nas Galés de Maragogi 89
Figura 55 – SAAE – Barra de Santo Antônio 92
Figura 56 – PRINCIPAIS EMISSORES DE TURISTAS PARA ALAGOAS 3
Figura 57 – PRINCIPAIS GERADORES DE RECEITA TURÍSTICA EM ALAGOAS 3

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – HIERARQUIZAÇÃO DOS ATRATIVOS TURÍSTICOS 17
Tabela 2 – MATRIZ DE AVALIAÇÃO DA HIERARQUIZAÇÃO DOS ATRATIVOS TURÍSTICOS 18
Tabela 3 – PRIORIZAÇÃO DE AÇÕES E PROJETOS 19
Tabela 4 – MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 20
Tabela 5 – ÁREA, PIB PER CAPITA, INCIDÊNCIA DA POBREZA E POPULAÇÃO ESTIMADA - PÓLO COSTA DOS CORAIS, ALAGOAS 28
Tabela 6 – ALGUNS INDICADORES DE SAÚDE, PÓLO COSTA DOS CORAIS 31
Tabela 7 – POPULAÇÃO RESIDENTE POR FAIXA ETÁRIA – 2010 (%) 32
Tabela 8 – POPULAÇÃO NOS MUNICÍPIOS 2000 - 2009 32
Tabela 9 – HOMICÍDIOS POR MUNICÍPIO. ALAGOAS - 2009 34
Tabela 10 – DADOS DE VIOLÊNCIA. BRASIL, ALAGOAS E MACEIÓ - JANEIRO A MAIO DE 2010 35
Tabela 11 – DADOS DE VIOLÊNCIA. BRASIL, ALAGOAS E MACEIÓ - 2009 35
Tabela 12 – ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO 2007-2011 65
Tabela 13 – AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO ESTADO DE ALAGOAS 66
Tabela 14 – AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS E O GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO DO PDITS DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 72
Tabela 15 – ATRATIVOS E RECURSOS TURÍSTICOS 76
Tabela 16 – PRINCIPAIS PRODUTOS TURÍSTICOS COMERCIALIZADOS 79
Tabela 17 – POPULAÇÃO E ÍNDICE DE COBERTURA COM ABASTECIMENTO DE ÁGUA NOS MUNICÍPIOS DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 93
Tabela 18 – IDENTIFICAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE GESTÃO MUNICIPAL 94
Tabela 19 – ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS DE TURISMO. 0
Tabela 20 – CLASSIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE TURISMO 0
Tabela 21 – OFERTA DE UH'S/LEITOS NO ESTADO DE ALAGOAS -1º SEMESTRE – 2008 2
Tabela 22 – ASSOCIAÇÕES QUE ATUAM NA REGIÃO COSTA DOS CORAIS 4
Tabela 23 – PRINCIPAIS RESULTADOS DO APL COSTA DOS CORAIS 7
Tabela 24 – RELATÓRIO DE SITUAÇÃO E RECURSOS DISPONIBILIZADOS POR PARCEIROS 8
Tabela 25 – DADOS SOBRE EMPREGOS NOS MUNICÍPIOS DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 9
Tabela 26 – SITUAÇÃO FUTURA DESEJADA 13

LISTA DE SIGLAS

ABRASEL – Associação Brasileira de Bares e Restaurantes
ADIT – Associação Para o Desenvolvimento Imobiliário Turístico do Nordeste
AEIT – Áreas Especiais de Interesse Turístico
AEJATUR – Associação dos Empresários de Turismo de Japaratinga
AFOTUR – Associação de Fomento ao Turismo de Paripueira e Barra de Santo Antônio
AHMAJA – Associação dos Hotéis de Maragogi e Japaratinga
ANA – Agência Nacional de Água
APA – Área de Proteção Ambiental
APL – Arranjo Produtivo Local
APP – Área de Preservação Permanente
AREAL – Amigos da Rota Ecológica de Alagoas
CELMM – Complexo Estuarino Mundaú Manguaba
CEPRAM – Conselho Estadual de Proteção Ambiental
CREAS – Centros de Referência Especializados de Assistência Social
DATASUS – Departamento de informática do SUS
EA – Educação Ambiental
EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo
GRAL – Grupo de Receptivos de Alagoas
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IMA – Instituto do Meio Ambiente
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MCVB – Maceió Convention & Visitors Bureaux
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MTUR – Ministério do Turismo
NEPA – Núcleo de Ensino e Pesquisa Arqueológica da UFAL
OCB – Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Alagoas
OGU – Orçamento Geral da União
OMS – Organização Mundial da Saúde
OMT – Organização Mundial do Turismo
ONG – Organização Não Governamental
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PDDU – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
PDITS – Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável
PIB – Produto Interno Bruto
PRODETUR/BR – Programa de Desenvolvimento do Turismo no Brasil
PRODETUR/NE – Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste
SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SEADES – Secretaria de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social
SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECULT – Secretaria de Estado da Cultura de Alagoas
SEDH/PR – Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República
SEINFRA – Secretaria de Estado de Infraestrutura de Alagoas
SEMARH – Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Alagoas
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SEPLAN – Secretaria de Estado do Planejamento e do Orçamento de Alagoas
SER – Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília
SESAU – Secretaria de Estado da Saúde
SETUR – Secretaria de Estado do Turismo de Alagoas
SUS – Sistema Único de Saúde

LISTA DE SIGLAS (continuação)

SWOT – Análise de pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e riscos.
TAC – Termo de Ajuste de Conduta
UC – Unidade de Conservação
UFAL – Universidade Federal de Alagoas
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância
UPA – Unidade de Pronto Atendimento
VIOLES – Grupo de Investigação sobre Violência e Exploração Sexual
ZEE – Zoneamento Ecológico Econômico

1. APRESENTAÇÃO

Calcado no Termo de Referência que norteia os encaminhamentos para Revisão e Adequação do PDITS Pólo Costa dos Corais, utilizando diversas fontes de pesquisas secundárias e promovendo estratégias de visitas em campo, como também entrevistas semiestruturadas, conseguiu-se um panorama macro das questões que afetam diretamente esses núcleos.

Foram consultados vários trabalhos desenvolvidos nos últimos dez anos, de onde se pôde também estabelecer conclusões e traçar planejamento de modificação de atitudes e proposta de mudanças de orientações institucionais.

A estruturação do presente documento aborda ora o Pólo com um todo, e ora os municípios de forma individual. Contudo, mesmo que historicamente os onze municípios possam ser pensados de forma análoga, a excepcionalidade da capital é evidente. Propõem-se, desde já, um tratamento específico quanto aos dados de Maceió e uma consideração comparativa entre os demais municípios.

Por outro lado, há o entendimento de que as políticas propostas, ao longo da Revisão e Adequação do PDITS, deverão, antes de tudo, ser factíveis, o que por si só implica uma série de pré-condições, além, é claro, de estarem passíveis de constantes adequações, pois a sua própria implementação gerará impactos no decorrer de sua aplicação.

2. CONSIDERAÇÕES GERAIS

O Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR Nordeste I) foi desenvolvido no começo da década de 90 com o intuito de se identificar as atividades econômicas que pudessem representar vantagens competitivas se fossem desenvolvidas no Nordeste. Sua primeira fase foi iniciada ainda em 1994.

A área de abrangência do PRODETUR Nordeste I, naquele momento, compreendia todos os estados nordestinos, e mais o norte de Minas Gerais e Espírito Santo.

Integrantes do PRODETUR Nordeste I, os projetos Costa Dourada, que compreende a região norte do Estado e o Paraíso das Águas – a cidade de Maceió foram os eleitos para o Estado de Alagoas.

Contudo, à época, a participação de Alagoas no Programa esbarrou na falta de capacidade de endividamento do Estado. Como alternativa para viabilizar a participação de Alagoas, o BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento abriu uma excepcionalidade, permitindo que os empréstimos fossem contraídos pela gestão municipal, e com isso possibilitou que o Projeto Paraíso das Águas, que consistia na Revitalização do Bairro Histórico de Jaraguá – área portuária da cidade de Maceió, fosse implantado.

Na primeira fase do PRODETUR Nordeste I foram realizadas as seguintes obras:

- Abastecimento de água;
- Esgotamento sanitário;
- Melhoria das vias urbanas;
- Reurbanização de calçadas e praças;
- Enterramento das redes aéreas de energia e telefonia;
- Restauração da Associação Comercial, Museu da Imagem e do Som e da Intendência;
- Sistema viário

Objetivando promover o desenvolvimento institucional dos órgãos públicos municipais, a fim de melhor prepará-los para a gestão e os impactos decorrentes da implantação do Projeto de Revitalização de Jaraguá, foram realizadas as seguintes ações:

- Fortalecimento institucional da Empresa de Turismo de Maceió, da Companhia Beneficiadora de Lixo, da Secretaria Municipal de Controle Urbano, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e da Guarda Municipal;
- Elaboração da base cartográfica com cadastramento imobiliário.

Tais projetos / ações resultaram na geração de novos empregos, aumento da demanda turística, aumento dos valores imobiliários e da arrecadação municipal. No entanto, pela falta de planejamento integrado, gestão e manutenção dos serviços, somados à não realização da urbanização da Vila dos Pescadores, o bairro de Jaraguá não reagiu conforme imaginado.

Na segunda fase do PRODETUR Nordeste I ocorreu a transição da gestão dos recursos para o Estado. Esta retomada possibilitou a implementação de projetos direcionados à Costa Dourada. Nesta oportunidade foram realizadas as seguintes obras:

- Sistema de esgotamento sanitário do município de Maragogi;
- Sistema de abastecimento de água do município de Maragogi.
- Centro Cultural e de Exposições de Maceió (início das obras);

No sentido de promover o desenvolvimento institucional dos órgãos públicos estaduais, foram realizadas as seguintes ações:

- Desenvolvimento institucional do Instituto do Meio Ambiente de Alagoas, com o fortalecimento institucional da administração e a implantação de uma unidade descentralizada no litoral norte;
- Desenvolvimento institucional da Unidade Executora Estadual através da compra de equipamentos.

Reconhecidamente, a implantação dos projetos do PRODETUR Nordeste I gerou melhorias expressivas na infraestrutura turística e de saneamento básico. Essas ações ocasionaram aumento da atividade econômica nas áreas beneficiadas. No entanto tais ações produziram impactos negativos diretos e indiretos que comprometiam os resultados do Programa.

Com isto observado, e com o intuito de reparar e evitar a repetição esses impactos negativos, foram incorporados novos conceitos de desenvolvimento sustentável na versão do PRODETUR Nordeste II, que condicionou a aplicabilidade dos novos recursos à elaboração de Planos de Desenvolvimento Sustentável para as regiões de interesse turístico, denominadas agora de Pólos, e que também tivessem sido contempladas pelo PRODETUR Nordeste I.

No caso de Alagoas os 10 municípios do litoral norte e mais a capital, passam a integrar a anteriormente denominada Costa Dourada. Passando então, com essa nova formação, a se chamar Pólo Costa dos Corais.

Em 2002 foi elaborado o PDITS do Pólo Costa dos Corais que foi aprovado com restrições pelo Grupo Técnico composto pelo Banco do Nordeste e Ministério do Turismo, cuja revisão e adequação são objeto desse trabalho.

Em virtude da aprovação parcial, e com o intuito de viabilizar a participação do Estado de Alagoas no PRODETUR Nordeste II, foi elaborado um documento denominado "justificativa para contratação das intervenções que compõem o plano de ação imediata do PRODETUR Nordeste II", cujos recursos foram advindos do Ministério do Turismo.

Trabalhando com o conceito de desenvolvimento sustentável e integrado, objetivando consolidar os investimentos efetuados pelo PRODETUR Nordeste I, quatro novos projetos foram implementados pelo PRODETUR Nordeste II em Alagoas:

Finalização das obras do Centro Cultural e de Exposições de Maceió. Construído com pequenos aportes do PRODETUR Nordeste I e II e predominante recurso do Governo do Estado, cujo impacto possibilitou o desenvolvimento do turismo de negócios e eventos, e consequente diminuição da sazonalidade na baixa temporada.

Elaboração da Base Cartográfica do Pólo Costa dos Corais. Financiada em sua totalidade pelo PRODETUR Nordeste II, que proporcionou a melhoria da fiscalização ambiental e urbana, o aumento na arrecadação dos municípios, servindo de instrumento para a elaboração dos projetos de rodovias, fornecendo importantes dados que norteiam os planos diretores e os projetos de infraestrutura dos municípios (área urbana e distritos). Além de contribuir para a elaboração de mapas temáticos, atualização do cadastro temático multi-finalitário e do cadastro imobiliário e de logradouros municipais.

SIG - Sistema Geográfico de Informações de Maragogi. Financiado em sua totalidade pelo PRODETUR Nordeste II, que possibilita gerar, através de ferramentas do software GIS, informações turísticas de cadastro georreferenciado do município. Maragogi possui um banco de dados com ruas, hotéis, restaurantes, etc. Este instrumento proporcionou a melhoria do controle, as informações turísticas e a arrecadação do município, porém o banco de dados encontra-se desatualizado.

Plano Diretor Participativo de São Miguel dos Milagres. Financiado em sua totalidade pelo PRODETUR Nordeste II, que se tornou um instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana do município. Embora ainda não tenha sido aprovado pela Câmara Municipal, em virtude de uma divergência entre os limites da cidade apontados pelo plano diretor e pelo IBGE.

Os principais entraves para avançar com o PRODETUR Nordeste II em Alagoas passaram pela não aprovação do pleito para contratação de operação de crédito interno porque o Estado não tinha condições de pagamento e nem de endividamento. Atualmente os recursos de contrapartida do Estado estão assegurados e os recursos do BID estarão garantidos logo que seja aprovada toda documentação que está na COFIEX - Comissão de Financiamentos Externos.

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Considerando os princípios metodológicos descritos no Termo de Referência, o qual orienta que sejam considerados os princípios: planejamento estratégico voltado ao mercado turístico, desenvolvimento sustentável, planejamento participativo e planejamento integrado, para elaboração da revisão e adequação do PDTIS do Pólo Costa dos Corais, serão utilizados os seguintes procedimentos metodológicos:

3.1. Pesquisa de Gabinete

Qualquer processo de planejamento tem, como primeiro passo, a apreensão da realidade do objeto foco do trabalho. Para tanto, é necessário coletar informações que possibilitem a análise da situação real e prospectiva.

Nesse sentido, a pesquisa de gabinete trata-se de um importante instrumento que traz informações para todas as etapas do projeto. Essa sistematização de dados será instrumento de contextualização do Pólo Costa dos Corais no que se refere às condições atuais do desenvolvimento turístico do Estado e municípios do Pólo, bem como sobre as variáveis econômicas, sociais, ambientais e mercadológicas que interagem sobre ele.

A pesquisa de gabinete englobará o levantamento e a exploração de estudos e projetos anteriores, bem como de dados socioeconômicos do Estado de Alagoas com ênfase no Pólo Costa dos Corais. Para isso, serão utilizadas fontes de confiabilidade reconhecida, como IBGE, Ministério do Turismo, EMBRATUR, OMT, Secretaria de Turismo do Estado de Alagoas, órgãos de turismo municipais, notícias de jornais, publicações acadêmicas, publicações mercadológicas e materiais cedidos pela contratante, tais como:

- PDTIS – versão 2002;
- Regulamento Operacional do PRODETUR Nacional;
- Pesquisas de demanda turística e demais dados estatísticos referentes ao turismo no Pólo;
- Dados de classificação e hierarquização dos recursos turísticos presentes nas cidades que compõem o Pólo;
- Dados descritivos dos principais atrativos de cada cidade que compõe o Pólo.
- Mapas de Zoneamento do Estado e das cidades que compõem o Pólo;
- Plano Diretor dos municípios que compõem o Pólo;
- Legislação urbanística, legislação ambiental, legislação turística.
- Plano Nacional de Turismo;
- Serão consultados órgãos como Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Secretaria Estadual da Cultura, Secretaria Estadual de Infraestrutura, Secretaria Estadual de Turismo, Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, Secretaria Estadual de Planejamento, além de entidades integrantes do sistema S, APL Costa dos Corais, associações e entidades de classe (ABRASEL, ABIH, ABAV, Maceió Convention & Visitors Bureau, e as associações dos empresários do turismo da região norte, entre outras), prefeituras e secretarias municipais.

3.2. Pesquisa de Campo

A Pesquisa de campo é composta por análise de observação técnica, coleta de informações, coleta de imagens e vivência *in loco.* Esta atividade prevê a análise do nível de atratividade turística do Pólo e das condições atuais dos equipamentos e atrativos turísticos e culturais, a acessibilidade e demais questões inerentes ao planejamento. No que diz respeito aos equipamentos de apoio turístico, será priorizada a avaliação daqueles localizados na área de influência direta dos principais atrativos e recursos do Pólo.

É importante ressaltar que esta pesquisa de campo, para esse projeto, não constituirá um inventário turístico do Pólo Costa dos Corais, o que englobaria a visita e avaliação técnica

censitária, ou seja, de todos os estabelecimentos e atrativos do Estado. É de outra forma, uma observação focada, que irá reavaliar os recursos e atrativos, além dos serviços identificados como relevantes no PDTIS (versão 2002). Trata-se de uma avaliação com um forte componente analítico, demandando, por isso, recursos humanos altamente capacitados.

3.3. Entrevistas Semiestruturadas

As entrevistas semiestruturadas combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador irá seguir um roteiro de questões previamente definidas (questionário), mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal.

A técnica de entrevista semiestruturada tem como vantagem a elasticidade quanto à duração, permitindo uma cobertura mais profunda sobre determinados assuntos. Além disso, a interação entre o entrevistador e o entrevistado favorece as respostas espontâneas.

Elas também são possibilitadoras de uma abertura e proximidade maior entre entrevistador e entrevistado, o que permite ao entrevistador tocar em assuntos mais complexos e delicados, ou seja, quanto menos estruturada a entrevista maior será o favorecimento de uma troca mais afetiva entre as duas partes. As respostas espontâneas dos entrevistados e a maior liberdade que estes têm podem fazer surgir questões inesperadas ao entrevistador que poderão ser de grande utilidade para o resultado da pesquisa.

Serão aplicadas entrevistas semiestruturadas para avaliação da organização institucional, a identificação da visão de desenvolvimento do turismo para a região, a identificação de investimentos futuros (públicos e privados) e com operadores emissivos e receptivos locais para posicionamento de mercado.

3.4. Reuniões de *Brainstorming*

É uma técnica de reunião coletiva de criação. Consiste em reunir pessoas de diferentes especialidades, envolvidas na elaboração de um estudo, para a discussão livre, onde os participantes podem expor qualquer ideia, sobre todos os aspectos relacionados à criação e ao desenvolvimento das ações.
Os princípios básicos são os seguintes:

- ✓ nenhuma crítica às ideias apresentadas durante a reunião;
- ✓ livre curso à imaginação dos participantes;
- ✓ grande número de ideias;
- ✓ aperfeiçoamento conjunto das ideias consideradas aproveitáveis.

A técnica será utilizada para construção da matriz SWOT e para as discussões do plano de ação do projeto.

3.5. Análise *SWOT*

Esta é uma ferramenta de análise que possibilita aos planejadores compreender um cenário determinado de maneira abrangente. Sua grande vantagem é permitir a compreensão sobre como o ambiente interno e o externo do destino se relacionam, determinando seu posicionamento. Seu nome deriva da sigla em inglês: *strengths* (pontos fortes); *weaknesses* (pontos fracos); *opportunities* (oportunidades); *threats* (ameaças). Os pontos fortes e fracos correspondem a atributos da situação atual do destino, geralmente relacionados a aspectos do ambiente interno. Por sua vez, as ameaças e oportunidades dizem respeito a possibilidades, ou seja, antecipações do futuro, correspondendo, na maioria das vezes, a fatores externos.

É importante destacar que, embora sejam fundamentais para a análise, os fatores do ambiente externo não são passíveis de controle por parte dos gestores do destino. É o

ambiente interno que deve ser manipulado ou controlado, de modo a aproveitar as oportunidades e proteger-se das ameaças.

3.6. Hierarquização dos Atrativos Turísticos

Os atrativos turísticos e culturais serão avaliados sob os seguintes aspectos e considerada uma escala de 1 a 4 para julgamento dos parâmetros definidos:

Tabela 1 – HIERARQUIZAÇÃO DOS ATRATIVOS TURÍSTICOS

ASPECTOS AVALIADOS	DESCRIÇÃO	ESCALA (PARÂMETROS)
GRAU DE ABRANGENCIA	Analisa o nível de interesse que provoca.	1 – Local 2 – Regional 3 – Nacional 4 – Internacional
ACESSIBILIDADE	Analisa as facilidades de acesso e conectividade	1 – Acessibilidade difícil 2 – Acessibilidade mediana 3 – Boa acessibilidade 4 – Excelente acessibilidade
SINGULARIDADE	Analisa o potencial turístico, comparado aos demais atrativos da área de estudo.	1 – Vulgar 2 – Comum 3 – Atraente 4 – Singular
CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	Analisa as condições ambientais do atrativo.	1 – Degradado 2 – Pouco conservado 3 – Conservado 4 – Preservado
INFRAESTRUTURA TURÍSTICA	Analisa as condições de infraestrutura turística que atende ao atrativo (agências de receptivo, hospedagem, alimentação, etc.)	1 – Insuficiente 2 – Mediana 3 – Satisfatório 4 – Boa

A análise destes aspectos será consolidada em uma matriz de avaliação que permitirá uma visão integrada do potencial turístico e cultural de cada atrativo, de acordo com o exemplo a seguir.

Tabela 2 – MATRIZ DE AVALIAÇÃO DA HIERARQUIZAÇÃO DOS ATRATIVOS TURÍSTICOS

ASPECTOS AVALIADOS	0	1	2	3	4
ABRANGENCIA					
ACESSIBILIDADE					
SINGULARIDADE					
CONSERVAÇÃO AMBIENTAL					
INFRAESTRUTURA					

(Autoria: Lyra, P. 2010)

De posse da matriz geral dos atrativos turísticos e culturais avaliados será realizada uma hierarquização que consistirá na soma da pontuação adquirida em cada um dos itens avaliados.

O somatório das notas atribuídas aos parâmetros definirá a situação atual de cada atrativo. Dessa forma, tem-se:

Atratividade comprometida: notas entre 5 e 10 (vermelho)
Atratividade mantida: notas entre 11 e 15 (laranja)
Atratividade alta: notas entre 16 e 20 (verde)

3.7. Planejamento Participativo

De acordo com o Termo de Referência e visando garantir a participação pública e a validação do PDITS, serão realizadas 03 (três) oficinas participativas, cujo objetivo é apresentar ao Poder Público Municipal, à sociedade civil organizada, aos setores produtivos locais e demais atores envolvidos, os resultados dos trabalhos, abrindo espaço para discussão das propostas e a recepção de sugestões dos participantes.

Ao término do Produto 5 (versão preliminar do PDITS) será realizada audiência pública, com os segmentos citados acima, a fim promover a validação do mesmo.

3.8. Priorização dos Investimentos

Existem várias abordagens metodológicas para se obter uma hierarquização de programas, projetos e ações coerentes com as necessidades do PDITS. Para fins deste plano pretende-se adotar o método Delphi para uma análise qualitativa das proposições estratégicas, permitindo que se projetem graus de importância através de critérios e notas. Aos critérios são atribuídos pesos diferentes por meio de notas maiores ou menores de acordo com a relevância deste critério para o propósito do PDITS.

Em se tratando da elaboração de um plano de desenvolvimento integrado do turismo sustentável, há praticamente uma necessidade imediata de atribuir pesos relativamente maiores aos aspectos ambientais e sociais, embora considerando, em equivalência harmônica, os critérios econômicos. Assim sendo, pode-se observar que o quadro 5 está dividido em critérios condicionantes, econômicos, sociais, ambientais e turísticos. Os critérios condicionantes funcionam como primeiro filtro indicador do financiamento, ou não, da ação pelo PRODETUR. Aos demais são atribuídos notas que, somadas, correspondem a um total de 100 para maior nota e de 23 para menor. Estes números apontam o grau de prioridade do investimento na seguinte proporção:

a) 80 a 100 – Alta prioridade;
b) 51 a 79 – Média prioridade;
c) 23 a 50 – Baixa prioridade.

Os critérios apresentados na Tabela 3 são meramente ilustrativos para melhor entendimento da metodologia Delphi aplicada. Após a fase de diagnóstico novos critérios serão sugeridos e adaptados à realidade do Pólo Costa dos Corais no que diz respeito às variáveis e notas atribuídas, onde os maiores pesos corresponderão aos indicadores de prioridade mais sensíveis e relevantes à área turística (AT). Há ainda, a opção de adaptar critérios específicos por componente garantindo resultados mais efetivos na hierarquização das ações.

Tabela 3 – PRIORIZAÇÃO DE AÇÕES E PROJETOS

PRIORIZAÇÃO DE AÇÕES E PROJETOS								
CRITÉRIOS		TIPO/NOTA		PROJETO A	PROJETO B	PROJETO C	PROJETO D	PROJETO E
Condicionantes	Financiavel pelo Prodetur Nacional	Não	a)	b	a	b	b	b
		Sim	b)					
	Financeiramente proporcional às limitações do programa	Não	a)	b	a	b	b	b
		Sim	b)					
Econômicos	Aumenta o fluxo de Turistas ao Pólo	Muito	10	5	N/A	5	10	10
		Médio	5					
		Pouco	2					
	Melhora a arrecadação fiscal dos municípios	Muito	10	5	N/A	5	10	10
		Médio	5					
		Pouco	2					
Sociais	Interesse de implantação pelas comunidades locais	Grande	13	13	N/A	3	7	13
		Médio	7					
		Pouco	3					
	Contribui para preservação cultural e identidade local	Muito	13	13	N/A	7	7	7
		Médio	7					
		Pouco	3					
	Gera emprego e renda para população local	Muito	11	6	N/A	3	11	11
		Médio	6					
		Pouco	3					
Ambientais	Protege os recursos naturais do Pólo	Muito	13	13	N/A	7	13	13
		Médio	7					
		Pouco	3					
	Respeita o zoneamento turístico, e ocupação territorial	Muito	12	12	N/A	3	12	12
		Médio	6					
		Pouco	3					
Turísticos	Melhora a qualidade dos produtos turísticos	Muito	9	4	N/A	2	4	9
		Médio	4					
		Pouco	2					
	Contribui para satisfação do turista	Muito	9	4	N/A	2	9	9
		Médio	4					
		Pouco	2					
NOTA DO PROJETO				75	N/A	37	83	94
GRAU DE PRIORIDADE DO PROJETO				Médio	N/A	Baixo	Alto	Alto

4. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO PÓLO

O Pólo Costa de Corais é composto por onze municípios (vide Tabela 4), dos quais apenas 45,45% deles já se consignaram como destinos turísticos nacionalmente importantes, face primordialmente, às suas belezas naturais. Todavia, percebe-se que os outros conglomerados urbanos que compõem o Pólo, podem também se associar a eles, estabelecendo assim, uma grande rede turística, complementando a estrutura necessária.

Tabela 4 – MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

MUNICÍPIOS	ÁREA	DISTÂNCIA (REF. MACEIÓ)
Maceió	513,55 km²	0 km
Paripueira	92,70 km²	27 km
Barra de Santo Antônio	138,00 km²	37 km
Passo do Camaragibe	187,20 km²	64 km
São Miguel dos Milagres	65,18 km²	85 km
Porto de Pedras	266,23 km²	100 km
Japaratinga	85,49 km²	110 km
Maragogi	333,57 km²	144 km
São Luiz do Quitunde	403,98 km²	52 km
Matriz do Camaragibe	327,65 km²	68 km
Porto Calvo	260,17 km²	91 km

Fonte: Coletânea Municípios de Alagoas Organizações Arnon de Mello, desenvolvido pelo Instituto Arnon de Mello, em parceria com a Gazeta de Alagoas. Colaboradores: Cícero Péricles, Rochana Campos e Douglas Apratto Tenório; Site www.cprm.gov.br.

4.1. Localização Geográfica do Pólo Costa dos Corais com Relação ao Estado

A área de planejamento do Pólo Costa dos Corais, é composta de onze municípios que se encontram discriminados no item 4 do presente trabalho, oito dos quais pertencentes à microrregião do litoral norte alagoano e três estão na microrregião da mata alagoana, abrangendo uma área total de 2.160,17 km² (7,77% de AL) e situados a uma distância média de 85 km de Maceió, capital do Estado, e de 195 km de Recife, pólos estes mais próximos que atuam como emissores do turismo para a região.

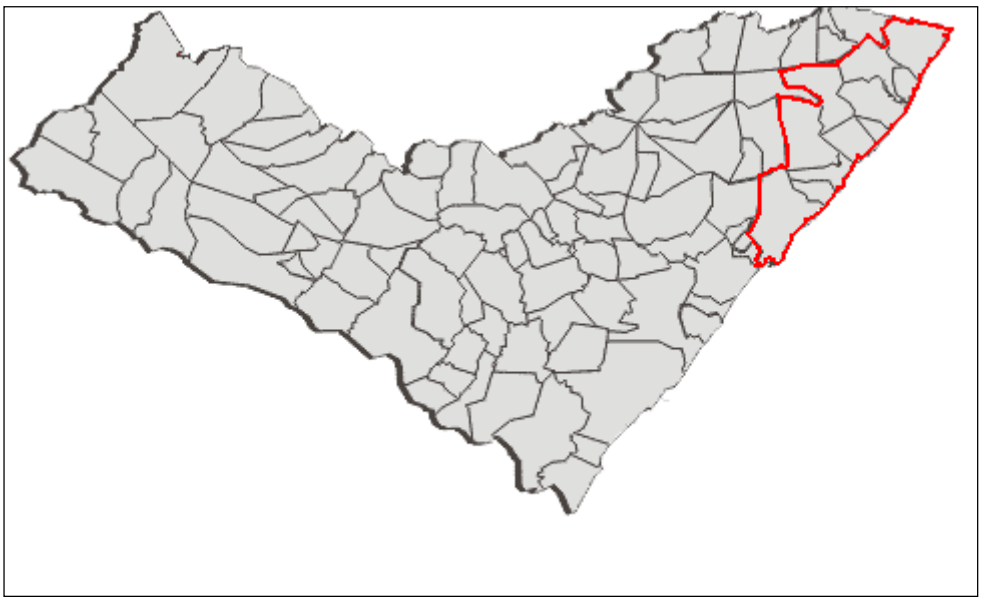


Figura 1 – Localização da área objeto de estudo

A área que hoje corresponde aos dez municípios que compõem o Pólo Costa dos Corais, além de Maceió, tem sua ocupação determinada pelo comércio portuário e a plantação de cana de açúcar, desde o século XVII, guardando até hoje sinais desse passado, através da presença dos elementos de poder que compuseram o empreendimento colonial.

O litoral navegável, a quantidade de rios e a existência de terras férteis à época, mantiveram essa costa em evidência desde o início de sua colonização, visto que essas características são fundamentais para a chegada dos colonizadores, de escravos e de produtos necessários ao incremento da empresa colonial.

A área em questão relaciona-se a períodos importantes da memória do país como as guerras, invasões e domínios ocorridos por holandeses e portugueses no início do século XVI e integra-se à história mais ampla da expansão mercantilista europeia dos séculos XVI e XVII, uma vez que retrata a implantação de um modelo de produção econômica que durou séculos: o engenho de açúcar, cuja produção se estruturava na mão-de-obra escrava e na criação de uma aristocracia rural externa.

Ocupado inicialmente pelos índios potiguares, dentre outros, o litoral norte alagoano guarda até aos dias de hoje essa herança indígena, reproduzida inclusive na nomenclatura de sua costa: Paripueira, Japaratinga, Camaragibe, Maragogi, dentre outros, bem como no artesanato de palha e na presença de casas-de-farinha encontradas na região. A herança dos engenhos, por outro lado, decerto interferiu fortemente na culinária local, fato esse que pode ser facilmente observado haja vista a diversidade de sobremesas feitas à base de frutas, além da rapadura e da produção de cachaça e de licores.

A história econômica e social das dez cidades esteve entrelaçada ao longo do tempo, tanto pela proximidade física como pelo compartilhamento de funções econômicas e do próprio território. Vários municípios pertenceram uns aos outros, demarcando várias similaridades. Em termos temporais, a capital irá se urbanizar tardiamente no conjunto das capitais brasileiras. E a maioria das cidades alagoanas, que são de pequeno porte, irá, nas últimas décadas, incorporando bens e serviços sociais progressivamente, mas mantendo uma distância considerável em relação a Maceió.

O Pólo Costa dos Corais dispõe de 130 quilômetros de praias, cercados por extensas barreiras de corais, com areias finas e águas mornas, e vastos coqueirais, além de rios, antigos engenhos, rica culinária, manifestações folclóricas e artísticas, e muita hospitalidade. As praias oferecem opções para todos os gostos. Prática de surf, pesca, esportes náuticos, mergulhos, etc..

4.2. Caracterização Ambiental

De acordo com o zoneamento de recursos hídricos de Alagoas, aprovado em 2005 pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos, os municipios da região do Pólo Costa dos Corais, estão inseridos em 4 regiões hidrográficas: a do Complexo Lagunar Mundaú-Manguaba, a do Rio Pratagy, a do Rio Camaragibe e a do litoral norte. A área do Pólo envolve assim, dois dos três eixos descritos por Diegues Jr (2006)[1], como indutores do desenvolvimento histórico da indústria canavieira no Estado, um ao longo do Rio Mundaú e outro na região denominada dos quatro grandes rios, por onde escoava a produção de açucar (Rios Camaragibe, Santo Antônio, Tatuamunha e Manguaba).

Figura 2 – Base Cartográfica e Zoneamento do Estado de Alagoas para o Gerenciamento de Recursos Hídricos. Maceió, PROAGUA (UEGP–AL) / HISA. ALAGOAS. (2002).

[1] Diegues Jr, Manuel. *O banguê nas Alagoas.* 3ª ed. Maceió: EDUFAL, 1986

A Região Hidrográfica do Complexo Lagunar, situada a sudeste, compreende a bacia do Rio Sumaúma, que deságua na Lagoa Manguaba e a bacia do Complexo Estuarino-Lagunar Mundaú-Manguaba. Esta última é formada pelas duas lagoas e seus canais, e por todas as demais micro-bacias que compõem sua rede de drenagem. Destaca-se o Riacho do Silva, que nasce no Parque Municipal de Maceió e deságua diretamente na Lagoa Mundaú.

A *Região Hidrográfica do Rio Pratagy,* a nordeste, é formada pelas bacias dos Rios Pratagy, Meirim e Sapucaí, e por um conjunto de pequenas bacias hidrográficas situadas a nordeste da cidade, denominada bacia Metropolitana, formada pelos Rios Reginaldo, Jacarecica, Garça Torta, Guaxuma e Riacho Doce, todos eles encravados no tabuleiro e desembocando nas praias do litoral norte de Maceió.

A *Região Hidrográfica do Rio Camaragibe* é formada pelas bacias dos Rios Santo Antônio e Camaragibe e que deságuam respectivamente na Barra de Santo Antônio e Barra de Camaragibe.

A *Região Hidrografica do Litoral Norte* é formada pelas bacias dos Rios Tatuamunha, Manguaba, Salgado, Maragogi, dos Paus e Tabaiana.

As regiões hidrográficas do CELMM e do Pratagy já formaram seus Comitês de Bacia e já dispõe de Planos Diretores de Recursos Hidricos. As RHs de Camaragibe e do Litoral Norte, por outro lado, estão com os planos atualmente em andamento e os Comitês de Bacia em processo de formação.

Os municípios do Pólo, situados nos trechos centro-oeste e norte do litoral de Alagoas, abrigam um conjunto de *ecossistemas de alta relevância ambiental* cuja diversidade é marcada pela transição de ambientes terrestres e marinhos. Entre as unidades mais representativas, destacam-se as praias e restingas, recifes, estuários, lagunas e manguezais.

Na Costa dos Corais, predominam as *praias* planas e de areias claras e finas, formando grandes enseadas. Próximo aos estuários encontram-se praias com sedimento muito fino e coloração escura e consistência lodosa, em função da influência de sedimentos de carreado pelos rios. Praias diferenciadas, com falésias decorrentes da erosão eólica e hidráulica da encosta do tabuleiro costeiro, encontram-se nos municípios de Barra de Santo Antônio e Japaratinga (Carro Quebrado, Morro de Camaragibe, Barreiras do Boqueirão).

As *restingas* ocorrem praticamente em todos os municípios litorâneos da Costa dos Corais com diferentes características ambientais. As formações podem apresentar faixas largas e extensas, ou então ficar restritas a pequenas áreas ao longo da linha de praia. Maceió é denominada pelo geógrafo Ivan Fernandes Lima de “cidade restinga” (LIMA,1990).

Os *estuários*, formados pelo encontro entre as águas doces continentais com o oceano, são reconhecidamente um dos mais produtivos ambientes da natureza e fonte importantíssima de alimentos para toda a zona costeira, de onde é retirada a maior parte do pescado para o consumo humano. São áreas de criação e refúgio permanente ou temporário de inúmeras espécies de peixes, moluscos e crustáceos. Tal fato se deve notadamente à elevada produtividade primária, da qual depende cada ecossistema. Os estuários dos Rios Santo Antônio e Camaragibe, se destacam pelas suas dimensões e significado para a sustentabilidade das comunidades pesqueiras do litoral norte.

O *Complexo Estuarino Lagunar Mundaú–Manguaba - CELMM*, que tem a sua barra no limite sul do município de Maceió, configura-se como uma região de aporte de nutrientes carreados pelos cursos d'água interioranos, o que origina um ecossistema altamente produtivo, onde se desenvolvem organismos que se constituem em importante fonte alimentar para a população local. Entre os recursos naturais renováveis explorados, o molusco sururu (*Mytella charruana*) está entre as espécies mais representativas, sendo encontrado nos bancos ou crôas da lagoa Mundaú. Apesar de fortemente impactado pela ocupação urbana de seu entorno, se revitalizado pode vir a se constituir num excelente suporte para atividades produtivas (pesca e aquicultura) integradas a atividades recreativas e esportivas, como mais uma alternativa para o desenvolvimento do turismo em Maceió.

O *manguezal,* vegetação típica dos estuários, é encontrado em toda a faixa litorânea da Costa dos Corais. O ambiente de reprodução de espécies marinhas da fauna aquática e subaquática desempenha importante papel no processo da cadeia trófica, mantendo o ciclo produtivo entre o estuário e o mar. Protegem a costa da erosão marinha e retém sedimentos, evitando o assoreamento de áreas circunvizinhas, acumulando nutrientes em tal quantidade, que são considerados como ambientes da mais alta produtividade primária. Na área do Pólo, os manguezais são mais representativos nos estuários dos Rios Santo Antônio e Camaragibe, bem como no CELMM, embora sejam frequentes as formações de mangues na desembocadura da maioria dos rios que drenam o todo o litoral.

O ecossistema *recifal* encontra-se presente ao longo de quase toda a região costeira da Costa dos Corais, desde a linha de praia até alguns quilômetros com formações de recifes sobre a plataforma continental. Podem apresentar duas formações básicas: recifes de corais, constituídos por camadas sobrepostas resultantes da sedimentação de esqueletos de organismos marinhos ou recifes coralígenos, compostos principalmente por sedimentação de arenito e algas calcárias. Esses, por sua vez, podem ser recifes de franja ou de barreira.

Ambientes, de riquíssima biodiversidade e comprovada importância dentro da cadeia alimentar marinha, contribuem de forma decisiva para a estabilidade da linha de costa, constituindo-se na proteção natural do litoral com relação aos processos erosivos.

As formações coralígenas, paralelas à linha da costa, são responsáveis pela configuração das chamadas “piscinas naturais” destacando-se como um dos mais importantes atrativos turísticos do litoral alagoano, como por exemplo, as piscinas naturais das praias de Pajuçara, Ipioca, Paripueira, Japaratinga e as galés de Maragogi.

O bioma Mata Atlântica já possuiu uma distribuição ao longo de toda costa da região do litoral do Estado de Alagoas, avançando para o interior em extensões variadas, englobando um diversificado mosaico de ecossistemas associados, com estruturas e composições bastante diferenciadas, tanto com relação à composição florística quanto faunística. Representadas pelas matas dos tabuleiros, das encostas e ciliares, as áreas remanescentes com manchas de mata nativa exercem um importante papel, devido à elevada biodiversidade. A vegetação ciliar, além do papel primordial no ciclo de nutrientes, é responsável pela fixação das margens dos rios, lagoas e estuários, evitando erosões e assoreamento.

Configurando um ambiente complexo e diversificado, os ecossistemas existentes no Pólo Costa dos Corais, representam a base de sustentação econômica e produtiva da comunidade local, e sua preservação, indiscutivelmente justificada, deverá representar o grande diferencial para o desenvolvimento da atividade turística sustentável na região. Constituindo-se um harmonioso conjunto de uma rara beleza cênica, o ambiente, apresenta

no entanto, inúmeras áreas consideradas muito frágeis, principalmente aquelas diretamente localizadas próximas à linha de costa.

A preocupação com a preservação desses ecossistemas levou os governos e sociedade civil a criarem Unidades de Conservação na região que viria a ser o Pólo Costa dos Corais. São 4 UCs, todas elas de uso sustentável, sendo três Estaduais e uma Federal.

Em 1984, foi criada a Área de Proteção Ambiental de Santa Rita - *APA de Santa Rita* - com o objetivo de preservar as características ambientais e naturais das regiões dos canais e lagoas Mundaú e Manguaba, ordenando a ocupação e uso do solo. Com área de 10.230 hectares, abrange os municípios de Maceió, Marechal Deodoro, Santa Luzia do Norte e Coqueiro Seco (Lei n°. 4.6074/1984). A APA tem um Conselho Gestor formado e Plano de Manejo, concluído em 2010.

No ano de 1992, foi criada a *APA de Fernão Velho e Catolé* com uma área de 5.415 hectares, abrangendo os municípios de Maceió, Satuba, Santa Luzia do Norte e Coqueiro Seco, com o objetivo de preservar as características dos ambientes naturais e ordenar a ocupação e o uso do solo. A área tem considerável importância abrangendo também remanescentes da Mata Atlântica sendo detentora de manancial que abastece 30% da cidade de Maceió. O bioma predominante é o da Mata Atlântica, de ecossistemas variando da floresta ombrófila ao manguezal (Lei n°. 5.347/1992). A APA formou seu Conselho Gestor, mas não dispõe ainda de um Plano de Manejo.

Em 1998, com o objetivo de harmonizar as atividades com o equilíbrio ambiental do ecossistema da Bacia Hidrográfica do Rio Pratagy, onde se localiza o principal manancial de abastecimento de água de Maceió, foi criada a Área de Proteção Ambiental do Pratagy - *APA do Pratagy* - com área 13.369,5 hectares, abrangendo terras dos municípios de Messias, Rio Largo e Maceió (Decreto nº 37.589/1998). O Conselho Gestor da APA está formado, mas o Plano de Manejo ainda não existe.

Finalmente a Área de Proteção Ambiental da Costa dos Corais – *APA Costa dos Corais* - foi criada pelo Decreto Executivo de 23/10/1997, visando a proteção dos ambientes marinhos e estuarinos, especialmente os recifes de coral, os manguezais e as praias. A APA Costa dos Corais, maior área marinha protegida no Brasil, abrange o litoral norte de Alagoas e sul de Pernambuco, totalizando cerca de 413 mil hectares. Os objetivos são os seguintes: a) garantir a conservação dos recifes coralígenos e de arenito, com sua fauna e flora; b) manter a integridade do habitat e preservar a população do Peixe-boi marinho (*Trichechus manatus*); c) proteger os manguezais em toda a sua extensão, situados ao longo das desembocaduras dos rios, com sua fauna e flora; d) ordenar o turismo ecológico, científico e cultural, e demais atividades econômicas compatíveis com a conservação ambiental; e) incentivar as manifestações culturais e contribuir para o resgate da diversidade cultural regional. Já foi formado o Conselho Gestor, mas não se tem ainda o Plano de Manejo.

O Peixe-boi marinho, com sua reduzidíssima população de aproximadamente 500 indivíduos, é atualmente o mamífero aquático mais ameaçado de extinção no Brasil. Com a possibilidade de extinção dessas espécies o governo brasileiro proibiu sua caça e criou em 1980 o *Projeto Peixe-Boi* desenvolvido pelo CMA (Centro Nacional de Pesquisa, Conservação e Manejo de Mamíferos Aquáticos) com sede na Pernambuco. O projeto dedica-se à pesquisa, resgate, recuperação e devolução à natureza do Peixe-boi, bem como a informação e parceria com comunidades ribeirinhas e costeiras.

4.3. Caracterização Histórica

O litoral norte do Estado de Alagoas foi desbravado a partir de 1560, sob o comando do segundo donatário, Duarte Coelho de Albuquerque. Com ele se esboça a colonização do território que, na ocasião, correspondia à parte sul da Capitania de Pernambuco[2]. Interessado no conhecimento integral da região, ele organizou duas expedições exploratórias, sendo a primeira dirigida para o sul.

A segunda entrada dá início à ocupação do litoral norte, liderada por Christopher Linz, que percorreu a costa, desde a foz do Rio Camaragibe, até o Cabo de Santo Agostinho. Nesse meio tempo ele travou várias lutas com os índios potiguares a quem expulsou e tomou terras. Em troca das contribuições prestadas ao governo luso, recebeu sesmarias correspondendo às terras que ficavam entre o Cabo de Santo Agostinho e o Rio Manguaba, onde assentou morada e deu início ao povoamento do que viria a ser a cidade de Porto Calvo. Dali até Sirinhaém (atual município de Pernambuco), ele fez levantar sete engenhos de açúcar.

A grande extensão de terra doada a Christopher Linz foi denominada de Santo Antônio dos Quatro Rios[3], por ser banhada pelos cursos fluviais formados pelos Rios Manguaba, Tatuamunha, Camaragibe e Santo Antônio, os quais favoreciam a fertilidade da terra e permitiam comunicação fácil com outros centros. Por conta disso, a lavoura foi desenvolvida largamente, os engenhos prosperaram e foram estimulando novos povoados ao redor da uma ainda incipiente ocupação denominada depois de Porto Calvo, logo transformada em sede urbana.

Assim se conforma a apropriação efetiva daquela região hoje denominada litoral norte, impulsionada pelas terras férteis, banhadas por lagoas e rios e favorecida pela presença do Oceano Atlântico, o que estimulava a implantação dos engenhos e, consequentemente, favorecia a economia açucareira.

[2] Quando os europeus chegaram ao litoral do Nordeste encontraram uma região densamente povoada por diversas tribos indígenas, ramos da nação Tupi: Potiguares, Tabajaras, Caetés, Abacoatiaras, Aconans, Cariris, Coropatós, Mariquitos, Xucurús, Vouvés, Pipianos.

[3] A sesmaria de Santo Antônio dos Quatro Rios, doada a Christopher Linz, entre 1575-1585, era bem extensa e abrangia os atuais municípios de **Porto Calvo**, **Porto de Pedras**, **Passo de Camaragibe, Matriz de Camaragibe,** parte de Jundiá, Jacuípe e Novo Lino, **São Miguel dos Milagres, Japaratinga, Maragogi**, Colônia de Leopoldina, parte de **São Luiz do Quitunde**, tendo como limite, ao sul, o Rio Santo Antônio Grande. Nesse sentido, é possível afirmar que **Paripueira** e **Barra de Santo Antônio**, também estavam integradas à citada sesmaria, tendo, portanto, a mesma matriz histórica geradora das demais cidades da Costa dos Corais, exceção feita apenas a Maceió. A esse respeito Cf: DIEGUES JÚNIOR, 1980:42 e LINDOSO, 2000:37.

> "Desde cedo os engenhos começaram a pontilhar o território alagoano, o antigo 'sul' da Capitania de Pernambuco, (...) e também se legalizava com as doações de sesmarias; e completava-se com os caminhos, as picadas, as vias de acesso, que avançavam, sempre, em busca da civilização nos centros mais adiantados, e pelos caminhos do mar e dos rios – estradas líquidas – que Deus legou ao homem num desafio à sua audácia." [4]

Em plena conformidade com o plano colonialista português de ocupação e expansão do território, propriedades agrícolas iam se dilatando em povoações, virando vilas, depois cidades onde, rapidamente, se via desenvolver a dinâmica urbana.

É possível afirmar que essa foi a matriz comum às cidades que conformam hoje a chamada Costa dos Corais: Paripueira, Barra de Santo Antônio, São Luiz do Quitunde, Matriz de Camaragibe, Passo do Camaragibe, São Miguel dos Milagres, Porto Calvo, Porto de Pedras, Japaratinga e Maragogi. A elas se integrou Maceió, edificada às margens do Oceano Atlântico e da Lagoa Mundaú, igualmente originada a partir de um engenho de cana-de-açúcar, também enriquecida pelo ambiente natural favorável ao projeto colonizador e explorador português.

Todas essas cidades, de uma forma ou de outra estavam integradas aos caminhos percorridos pelas pessoas que se deslocavam entre as Capitanias de Pernambuco e Bahia nas rotas de comércio, e se destacaram, em maior ou menor escala, como cenário para as lutas travadas entre portugueses e holandeses.

4.4. Caracterização da Dinâmica Social e Econômica dos Municípios que compõem o Pólo Costa dos Corais

A caracterização social e econômica do Pólo exige estudos aprofundados que possam elucidar tendências históricas e contemporâneas de desenvolvimento. Numa primeira aproximação, quanto aos indicadores de dinâmicas sociais, apresenta-se dados simples, não correlacionados, diante da variedade de fontes e de metodologias de coleta das informações. A título de exemplo, foram tomados os procedimentos metodológicos do IBGE e do IPEA, que além de terem séries temporais diferentes, a composição dos índices de desenvolvimento social é variável. Isto posto, coloca-se a exigência de um estudo comparativo, numa pesquisa bibliográfica, para que sejam feitas considerações mais consistentes quanto às dinâmicas sociais e econômicas do caso estudado, num momento posterior.

Numa pesquisa exploratória inicial, os dados encontrados referente ao IDH precisaria ser considerado numa pesquisa bibliográfica efetiva. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) constitui uma referência mundial na comparação do desempenho dos países, regiões, estados e municípios no que refere ao bem-estar da sua população. Parte da premissa de que a avaliação do desenvolvimento não pode ser reduzida ao desempenho econômico (PIB per capita), por isso leva em consideração indicadores como renda, saúde e educação numa medida padronizada. Varia de zero (nenhum desenvolvimento humano) a um (desenvolvimento humano total).

O IDH dos onze municípios que compõem o Pólo Costa dos Corais (0,601) mostra valores inferiores à média alagoana (0,649), que por sua vez apresenta os níveis mais baixos dentre os estados brasileiros para o ano 2000. A evolução no período 1991 – 2000 foi positiva,

[4] DUARTE, 1974:25.

passando a maior parte dos onze municípios de um IDH baixo (inferior a 0,499) a um IDH médio (entre 0,500 e 0,799), exceto Porto de Pedras que mesmo tendo aumentando seu IDH permaneceu com um índice baixo.

Essa evolução dos municípios estudados segue a tendência geral do Estado de Alagoas, que melhora seus valores sem modificar sua posição relativa em relação aos outros estados. A análise dos sub-índices do IDH mostra que o componente que mais contribuiu no aumento do IDH dos municípios analisados foi o que refere à educação e num grau menor o de longevidade, enquanto que o componente renda teve um menor desenvolvimento.

Embora o cultivo da cana de açúcar tenha sido relevante entre as atividades econômicas do conjunto dos municípios em tela, são significativas as informações sobre o desempenho das atividades do setor de serviços. Este setor, que tradicionalmente para todo o País, apresenta um forte fluxo de bens e serviços, nos municípios estudados aponta uma tendência à absorção de mão de obra caracterizadamente jovem e em crescente processo de formalização do sistema educacional, até o ensino médio.

Diante da acentuada concentração de bens e serviços na capital alagoana, a delimitação das fronteiras municipais das demais cidades não responde a especialidades de produção ou distribuição de bens sociais de consumo, apresentando forte dependência das capitais alagoana e pernambucana e mantendo entre si um certo padrão de sociabilidade, com um frágil sistema de proteção social e muitas semelhanças quanto às formas de organização da vida social.

Tabela 5 – ÁREA, PIB PER CAPITA, INCIDÊNCIA DA POBREZA E POPULAÇÃO ESTIMADA - PÓLO COSTA DOS CORAIS, ALAGOAS

	Área Km²	PIB PER CAPITA 2007 (R$)	INCIDENCIA DA POBREZA 2003 (%)	POPULAÇÃO ESTIMADA 2009 (N)
Barra de Santo Antônio	138	3.190	61,48	14.435
Japaratinga	86	3.308	57,32	7.763
Maceió	511	9.487	58,37	936.313
Maragogi	334	3.304	64,12	26.891
Matriz de Camaragibe	330	3.487	60,24	25.489
Paripueira	93	3.453	77,25	10.225
Passo de Camaragibe	187	3.397	55,71	14.261
Porto Calvo	260	3.343	65,14	26.045
Porto de Pedras	266	2.743	61,23	10.643
São Luís do Quitunde	404	5.935	64,57	32.876
São Miguel dos Milagres	65	3.187	51,05	7.606

Fonte: IBGE- Cidades. Dados copilados (2003, 2007, 2009)

Como se pode ver, mais de 70% das cidades apresentam o PIB per capita pouco acima de três mil reais, com suas extensões territoriais variando entre 65 km² e 330 km², o que coloca a extensão territorial como variável não interveniente em questões de desenvolvimento social.

Por outro lado, dado o elevado índice de pobreza em todos os municípios do Pólo, de forma independente do tamanho da população, pode-se inferir que as mudanças possíveis nas condições de vida de cada localidade passam necessariamente pela ampliação da capacidade de gerar emprego e renda. É a maneira de organização da vida social que deve ganhar maior visibilidade.

Nessa perspectiva, a revisão do PDITS - Pólo Costa dos Corais, que objetiva a atualização da análise da dinâmica atual do turismo na região, deve focar as citadas condições de vida e suas formas de organização, do ponto de vista da institucionalidade formal (governos, empresas e associações) e da gestão da coisa pública, assim como identificar capacidades produtivas passíveis de serem incrementadas pelas atividades turísticas. Portanto, não apenas gerar emprego e renda deve interessar, mas também a articulação social de todos os atores envolvidos.

É preponderante a incidência do setor de serviços na composição do PIB, em cada cidade, seguida da agropecuária, com exceção de São Luís do Quitunde, onde o segundo setor que mais contribui é a indústria. Considerando a importância das atividades turísticas dentro do setor serviços (PDTIS, 2010) e o elevado percentual de incidência da pobreza[5], em toda a área de abrangência do Pólo, envolvendo mais da metade da população, o cenário delineado é de potencial expansão, caso as atividades geradoras de emprego e renda, dentro da vocação turística da área, sejam incrementadas. Ou seja, é possível e necessário que intervenções sociais, políticas e institucionais sejam feitas para que a qualidade de vida local seja melhorada.

Como em todo o Brasil, situações de carências elevadas estão vinculadas a uma variedade de conflitos sociais. Na região do Pólo foram encontrados movimentos de *sem terra* e *sem teto*, por exemplo, que precisariam ser considerados na equação dos problemas sociais locais. Existem acampamentos regularizados ou em processo de regularização em Barra de Santo Antônio, Matriz de Camaragibe, Maragogi, São Luís do Quitunde e São Miguel dos Milagres.

Moradores de áreas urbanizadas ou não, nesta região, têm nas políticas de educação e saúde suas carências mais emergenciais.

No que diz respeito à inclusão no sistema educacional, o momento é de expansão. Mas a histórica deficiência na oferta de vagas e professores em Alagoas aponta a necessidade de que seja considerada a variável temporal, isto é, adultos ou jovens pouco ou mal alfabetizados e que vivem em precárias condições não são incorporados da mesma maneira, nem no mesmo espaço temporal, às atividades produtivas, nos moldes em que pode acontecer com indivíduos que seguem o fluxo normal de ensino.

[5] Mapa da pobreza e desigualdade dos municípios brasileiros, IBGE, 2003.O Banco Mundial define a linha de pobreza tendo como referência um dólar por dia, enquanto o IPEA considera abaixo da linha de pobreza o porcentual de pessoas com renda inferior a 50% do salário mínimo do mês de referência.

TABELA 6 – NÚMERO DE MATRÍCULAS, DE PROFESSORES E DE ESCOLAS POR MUNICÍPIO - PÓLO COSTA DOS CORAIS, AL – 2008

	ENSINO PRÉ ESCOLAR			ENSINO FUNDAMENTAL			ENSINO MÉDIO		
	MATRÍC.	PROF.	ESC.	MATRÍC.	PROF.	ESC.	MATRÍC.	PROF.	ESC.
Barra de Santo Antônio	412	23	09	3.752	119	12	403	11	01
Japaratinga	563	29	15	1.948	88	19	280	12	01
Maceió	14.053	844	168	147.339	6.151	310	40.610	2.228	104
Maragogi	664	38	23	6.908	213	41	822	30	01
Matriz de Camaragibe	803	31	05	5.442	195	27	647	30	01
Paripueira	141	07	3	2.133	65	6	245	13	01
Passo de Camaragibe	566	23	17	3.714	142	20	234	10	01
Porto Calvo	1.109	43	32	6.463	231	37	1.376	35	02
Porto de Pedras	368	21	06	2.020	91	24	321	14	01
São Luis do Quitunde	647	25	03	8.645	279	44	839	36	02
São Miguel dos Milagres	173	09	05	1.833	103	12	287	09	01

Fonte: IBGE- Cidades. Dados copilados (2008)

Para todo o País, a ampliação do grau pré-escolar de ensino inclui a consideração dos programas de transferência de renda que exigem a matrícula nas escolas. E a situação de carência destes municípios indica provavelmente uma alta correlação com a situação educacional, entretanto será necessário um estudo mais detalhado. Será interessante também desenvolver um tratamento de dados tipo painel, quando séries temporais possibilitam comparações e análises mais consistentes.

O grau médio de ensino no Brasil, nas últimas três décadas, tem apresentado uma grande incidência de problemas, tanto quanto à insuficiência da cobertura quanto à qualidade do ensino. As escolas médias alagoanas são exemplares nesse sentido. Se de um lado, deveriam absorver a maioria dos jovens, apresentam altos índices de evasão e de precariedade do ensino. Como exemplo, cita-se o município de São Luís do Quitunde que apresenta uma população jovem até 19 anos de 16.689 (51%) e uma oferta de matrícula, somados todos os graus de ensino, de 10.131; ficando assim, um número significativo de jovens pobres excluídos, ainda que o aumento do número de escolas do pré-escolar para o fundamental seja bastante importante. E em todos os graus é evidente a carência de escolas e de professores.

Contudo, é importante reter que, em Alagoas, o relativo número de matrículas no pré-escolar aponta para uma expansão do sistema educacional.

As questões educacionais mais prementes têm também desdobramentos consideráveis sobre a condição da participação política exigida pelos investimentos projetados para o PDTIS. Se a participação comunitária é imprescindível em ações de planejamento estratégico, conhecimentos gerais e informações qualificadas são fundamentais para o bom desempenho do envolvimento comunitário e, em especial, para os intentos de incorporação da mão de obra local na redefinição das condições sociais, políticas, culturais e econômicas para o desenvolvimento do turismo no Pólo Costa dos Corais.

Ainda no campo da proteção social, os dados dos serviços de saúde indicam também um déficit a ser superado num plano de desenvolvimento que pretenda apoiar as populações locais, assim como garantir uma cobertura mínima para a população flutuante de turistas.

Tabela 6 – ALGUNS INDICADORES DE SAÚDE, PÓLO COSTA DOS CORAIS

	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS PRESTADORES DE SERVIÇO	Nº DE MÉDICOS	PROFISSIONAIS/ 1.000 hab.
Barra de Santo Antônio	05	18	1,2
Japaratinga	05	07	0,9
Maceió	111	6,219	6,6
Maragogi	15	28	1,1
Matriz de Camaragibe	16	35	1,4
Paripueira	05	10	1,0
Passo de Camaragibe	09	24	1,7
Porto Calvo	12	48	1,8
Porto de Pedras	08	10	0,9
São Luís do Quitunde	18	36	1,1
São Miguel dos Milagres	05	06	0,8

Fonte: DATASUS. Cadernos de Informações e Saúde. Dados copilados (2010)

É relevante o contingente de jovens da população em foco. Qualquer ação que pretenda intervir proativamente no quadro de relativa carência social em tela deverá levar em consideração este segmento como potencialidade e desafio.

Certamente, a capacidade de realização das mudanças necessárias às sociedades locais, incitam maior atenção aos jovens e adultos não idosos do Pólo Costa dos Corais. Nove entre as onze municipalidades apresentam mais de 40% dos indivíduos com até dezenove anos, para o corrente ano. E nas duas faixas etárias subsequentes (entre 20 e 39 anos), para todas as cidades, o montante de população se aproxima dos 50%. Tem-se, portanto, uma parte significativa dos moradores em idade produtiva ou em condições de entrar para o mercado de trabalho, na próxima década.

Tabela 7 – POPULAÇÃO RESIDENTE POR FAIXA ETÁRIA – 2010 (%)

	Ate 9 anos	10-19	20-39	40-59	60 ou mais	TOTAL
Barra de Santo Antônio	24	14	32	14	6	100
Japaratinga	24	22	30	15	7	100
Maceió	19	19	35	20	7	100
Maragogi	26	21	33	15	5	100
Matriz de Camaragibe	26	20	31	15	7	100
Paripueira	25	21	33	15	7	100
Passo de Camaragibe	25	21	32	15	8	100
Porto Calvo	25	21	31	15	7	100
Porto de Pedras	24	20	33	15	8	100
São Luís do Quitunde	28	23	30	13	6	100
São Miguel dos Milagres	21	19	35	17	8	100

Fonte: DATASUS. Cadernos de Informações e Saúde. Dados copilados (2010)

Os municípios do Pólo Costa dos Corais concentram 34% da população alagoana, um total de 952.223 pessoas (Censo 2000). Estimativas realizadas pelo IBGE[6] para 2009 mostram poucas mudanças no peso dos municípios do Pólo em relação à população total do estado de Alagoas (que passa de 34% a 35% da população do estado). A mudança pode ser atribuída fundamentalmente ao crescimento de Maceió, que representa 28% da população do estado para no ano 2000 e 30% no ano 2009. E Maceió concentra 84% da população do Pólo.

Tabela 8 – POPULAÇÃO NOS MUNICÍPIOS 2000 - 2009

	2000		2009	
	População	%	População	%
Maceió	797.759	28,3	936.313	29,7
Barra de Santo Antônio	11.351	0,4	14.434	0,5
Japaratinga	6.868	0,2	7.759	0,2
Maragogi	21.832	0,8	26.981	0,9
Matriz de Camaragibe	24.017	0,9	25.489	0,8
Paripueira	8.049	0,3	10.225	0,3
Passo de Camaragibe	13.755	0,5	14.261	0,5
Porto Calvo	23.951	0,8	26.045	0,8
Porto de Pedras	10.238	0,4	10.643	0,3
São Luís do Quitunde	29.543	1,0	32.876	1,0
São Miguel dos Milagres	5.860	0,2	7.606	0,2
Outros municípios	1.869.398	66	2.043.469	65
Total Alagoas	2.822.621	100	3.156.101	100

Fonte: Censo IBGE 2000. Estimativas de população 2009, DATASUS.

Nota-se um lento crescimento relativo da população em todas as cidades, o que pode apontar para uma certa lentidão na mudança dos números para os próximos anos. Isto

[6] Estimativas elaboradas no âmbito do Projeto UNFPA/IBGE (BRA/4/P31A) - População e Desenvolvimento. Coordenação de População e Indicadores Sociais. DATASUS

recoloca a importância dos jovens e dos jovens adultos como as forças sociais essenciais no PDTIS - 2010.

Como uma das peculiaridades do turismo é agilizar a produção de respostas ao desenvolvimento social, pensá-lo de modo sustentável, num plano de ação pública, implica na articulação de atores situados em seus direitos e como agentes econômicos e sociais.

É também entre a juventude onde é encontrada a maior incidência de problemas relativos à violência e à criminalidade. Neste ponto, a governança local que pretende implementar o turismo sustentável deve ter o olhar atento às questões de segurança pública. Ela tem reflexos importantes na dinâmica interna e externa do turismo.

São bastante variadas as fontes de informações sobre a segurança pública no Brasil e variados enfoques cuidam de explicar o problema. Também são diversos os estudos e pesquisas que procuram sistematizar informações pertinentes. Mas as ações no campo da violência e da criminalidade que escapam aos registros formais ainda são bastante significativas, segundo os estudiosos.

Nos últimos anos as pesquisas sobre violência no Brasil situam o Estado de Alagoas entre os mais violentos do País, ocupando o primeiro lugar no ordenamento das Unidades da Federação por taxas de homicídio (em 100.000 habitantes) para o ano 2007 [7]. A cidade de Maceió teve um incremento vertiginoso da taxa, mais que triplicando seu estoque anual de homicídios, o que a coloca como a capital com piores índices (Mapa da Violência 2010).

Dados da Secretaria de Estado da Defesa Social, AL, mostram que no ano 2009 foram cometidos 857 homicídios nos municípios do Pólo, o que corresponde a 47% do total de homicídios cometidos no estado de Alagoas.

O município que mostra maior proporção de assassinatos é Maceió (42,8%), enquanto nos outros municípios do Pólo foram cometidos 4,3% do total de Alagoas. Entretanto, pensando na relação destes municípios com o total de cidades alagoanas (101), além da capital, e contrastando com a jovialidade da população do Pólo, chama a atenção a possibilidade de inserção desta população jovem nas atividades turísticas locais como aquilo que pode sinalizar de fato uma melhoria potencial da qualidade de vida dos residentes no Pólo Costa dos Corais e tendo como principal desdobramento o incremento da atividade turística.

[7] Sendo que para o ano 1997 o estado ocupava o 11º lugar.

Tabela 9 – HOMICÍDIOS POR MUNICÍPIO. ALAGOAS - 2009

	TOTAL	%
Barra de Santo Antônio	10	0,5
Japaratinga	5	0,3
Maceió	**779**	**42,8**
Maragogi	13	0,7
Matriz de Camaragibe	17	0,9
Paripueira	7	0,4
Passo de Camaragibe	3	0,2
Porto Calvo	2	0,1
Porto de Pedras	0	0,0
São Luís do Quitunde	18	1,0
São Miguel dos Milagres	3	0,2
Demais municípios alagoanos	965	53,0
Total Alagoas	**1822**	**100,0**

Fonte: Relatórios estatísticos de criminalidade em Alagoas.
Secretaria de Estado da Defesa Social – SEDS, Alagoas (2009)

Se comparada a incidência de homicídios em relação à porcentagem de população de Maceió, dos outros municípios do Pólo e dos demais 91 municípios alagoanos fica evidente que a maior concentração de assassinatos se dá na capital onde a proporção de homicídios é de quase 43% enquanto a de população é de 30%.

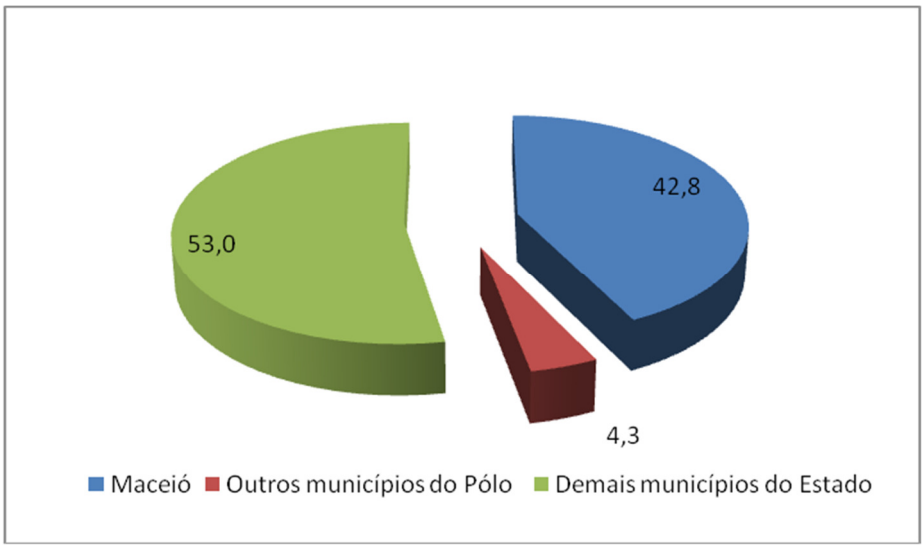


Figura 3 – Homicídios em Maceió, nos outros municípios do Pólo e nos demais municípios de Alagoas (2009)
Fonte: Relatórios estatísticos de criminalidade em Alagoas, jan - dez 2009.
Estimativas populacionais – DATASUS.

Conforme a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, a Secretaria Nacional de Prevenção dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, através do Disque Denúncia Nacional (DDN 100), a tipificação em seis modalidades de violência apresenta os dados a seguir:

Tabela 10 – DADOS DE VIOLÊNCIA. BRASIL, ALAGOAS E MACEIÓ - JANEIRO A MAIO DE 2010

TIPO DE VIOLÊNCIA	BRASIL	AL	MACEIÓ
Exploração Sexual	1.624	29	4
Negligência	3.861	68	36
Pornografia	30	1	0
Tráfico de Crianças e Adolescentes	16	0	0
Violência Física e Psicológica	4.782	104	48
Abuso Sexual	3.212	84	29

Fonte: Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência sexual Infanto-Juvenil, Alagoas (2010)
disquedenuncia@sedh.gov.br / atilaeducador@hotmail.com

A incipiência da denúncia feita por telefone gratuito é compensada pelo ineditismo da medida de proteção que, em grande medida, providencia os devidos encaminhamentos.

Tabela 11 – DADOS DE VIOLÊNCIA. BRASIL, ALAGOAS E MACEIÓ - 2009

TIPO DE VIOLÊNCIA	BRASIL	AL	MACEIÓ
Exploração Sexual	5.279	96	33
Negligência	15.154	250	115
Pornografia	165	2	0
Tráfico de Crianças e Adolescentes	58	0	0
Violência Física e Psicológica	15.643	309	138
Abuso Sexual	9.638	173	74

Fonte: Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência sexual Infanto-Juvenil, Alagoas, (2009)
disquedenuncia@sedh.gov.br / atilaeducador@hotmail.com

Numa outra abordagem, de natureza qualitativa, estudos sobre o turismo sexual apontam os abusos, o tráfico e a exploração como os mais praticados em todo o País. São pesquisas que procuram caracterizar procedimentos violentos, cujas vítimas, em sua grande maioria, são jovens. Infelizmente não se dispõe de dados desagregados por município, mas está demonstrado que o problema do turismo sexual em Alagoas pertence à pauta do desenvolvimento turístico.
Ao mesmo tempo em que a população jovem do Pólo Costa dos Corais sugere investimentos turísticos que promovam a inclusão social e melhorias para toda a comunidade, é nela que também residem os focos de conflitos na luta pela terra, pela moradia, pela sobrevivência e pelos direitos humanos.

5. MUNICÍPIOS INTEGRANTES

A caracterização a seguir apresenta argumentos que permitem reconhecer nas cidades que compõem a Costa dos Corais valores singulares, quanto a ecossistemas e recursos naturais diversificados, aos quais se soma a ação humana, conformando uma paisagem cultural significativa o bastante para atrair atividades turísticas sustentáveis e, consequentemente, a geração de benefícios para toda a comunidade envolvida assim como contribuirá para a manutenção desses valores em sua integridade.

5.1. Paripueira

História:
A povoação já existe desde os primórdios do povoamento da região, quando contava com a presença de propriedades agrícolas, beneficiados pelos Rios Sapucaí e Sauaçuy, na proximidade dos quais está situada.

Foi ocupada, inicialmente, por pescadores, que margeando a praia, foram constituindo com seus casebres o tecido urbano incipiente. Sua importância residia no fato de estar localizada em posição estratégica no chamado "caminho do açúcar", pelo qual passavam todos aqueles que se dirigiam á parte sul da antiga Capitania de Pernambuco. Por essa razão, foi palco de confrontos entre holandeses e luso-brasileiros.

Na primeira metade do século XVII, os holandeses construíram ali uma fortificação, localizada entre os Rios Santo Antônio Grande e São Gonçalo, objetivando resguardar suas possessões dos contra-ataques portugueses.

Trata-se de um importante dado que precisa ser melhor investigado pela arqueologia histórica, já que, atualmente não há vestígios físicos de tal forte.[8] Embora o setor de arqueologia da Universidade Federal de Alagoas tenha realizado algumas prospecções arqueológicas e recolhido artefatos variados relacionados ao antigo forte, esse material encontra-se em poder da instituição não tendo resultado, ainda, em benefício direto para a comunidade moradora ou visitante, em termos de geração de conhecimento e apropriação efetiva de um patrimônio que lhe pertence.[9]

Economia e Geografia:
Localizado na região leste do Estado de Alagoas, o território atualmente ocupado pelo município de Paripueira limita-se a norte com o município de Barra de Santo Antônio, a sul e a oeste com Maceió e a leste com o Oceano Atlântico. Inserida na mesorregião do Leste alagoano e na microrregião de Maceió, a sede do município tem uma altitude de aproximadamente 05m e coordenadas geográficas de 09°27'54,0'' de latitude sul e 35°33'07,2'' de longitude oeste.

[8] http://www.costaparipueira.com/2010/01/historia-de-paripueira-formou-se-partir.html
[9] Conforme a Lei Nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que Dispõe Sobre os Monumentos Arqueológicos e Pré-Históricos, no seu Capítulo IV, Art. 17 afirma que: "A posse e salvaguarda dos bens de natureza arqueológica ou pré-histórica constituem, em princípio, direito imanente ao Estado."

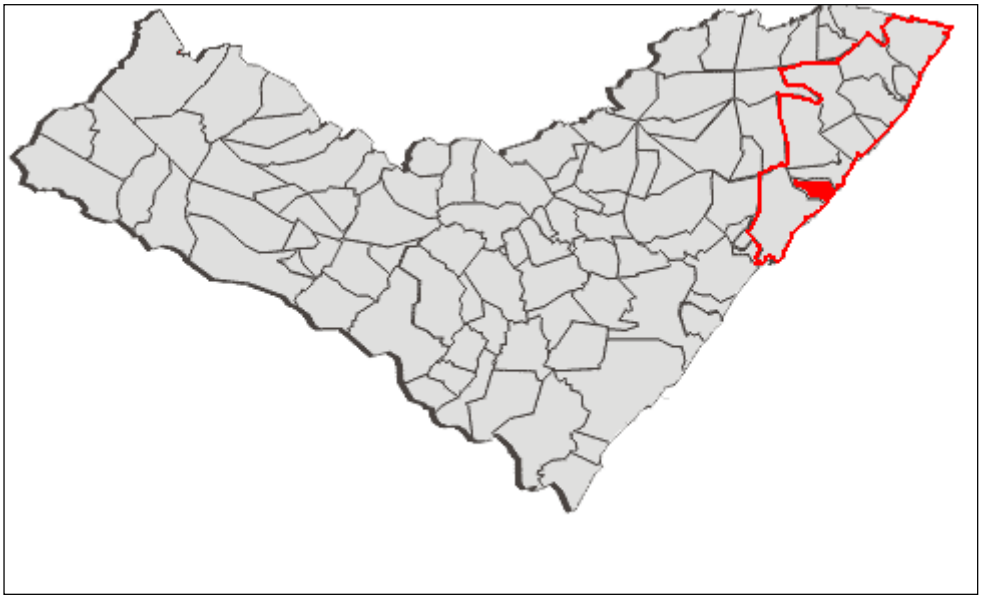


Figura 4 – Localização do município no contexto da área objeto de estudo
(Autoria: Benamor, C. 2010)

Com área de 92,7 km² (0,33% de Al) e distando cerca de 27 km da capital do estado, Maceió, Paripueira é a mais nova cidade do Pólo Costa dos Corais. Seu nome, na linguagem indígena, já retrata a tranquilidade desta localidade, “praia de águas mansas”.

O relevo de Paripueira apresenta altitude média de 50 a 100 metros e pode ser dividido em duas unidades bem delimitadas: o tabuleiro costeiro e a planície litorânea. O primeiro apresenta topos planos e estreitos bastante erodidos pela ação fluvial e a planície costeira, composta de terraços marinhos, recifes de coral e algas, arenito de praia e mangues.

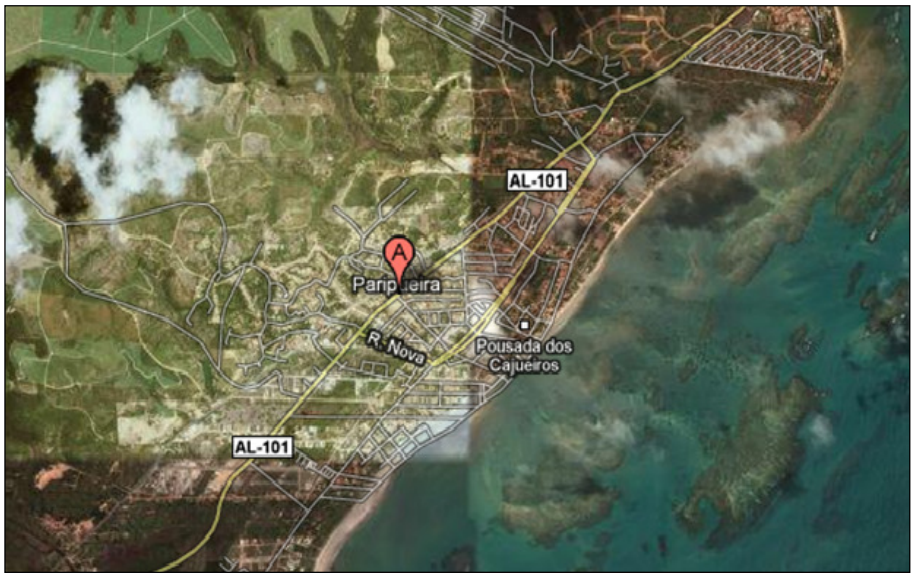


Figura 5 – Vista aérea do município
(Fonte: Google Maps, 2010)

Paripueira é ainda banhado em sua porção centro-sul, pelos Rios Feira e Paraguai; limitando o município a norte e leste, o Rio Sapucaí; e limitando a oeste, o Rio Sauaçuy. Todo esse sistema fluvial deságua no Oceano Atlântico.

Figura 6 – Ponte Sobre o Rio Sauaçuy e Figura 7 – Ponte sobre o Rio do Forte
(Autoria: Bandeira, R. 2010)

A Área de Proteção Ambiental (APA) Federal Costa dos Corais em que o município está inserido, traz por si só, restrições e limitações ao uso do solo. Da mesma forma, a praia de Paripueira junto com a do Pratagy, já foi sede do Parque Municipal de Preservação do Peixe-Boi, espécie protegida e uma das mais ameaçadas do país, que hoje se encontra em Tatuamunha, Porto de Pedras.

No ranking de desenvolvimento, Paripueira está em 17º lugar no estado e em 4.355º lugar, dos 5.561 municípios brasileiros[10].

Paripueira reúne em suas paisagens um colorido mosaico, através de suas águas transparentes e um vasto coqueiral e as belas praias a exemplo de Paripueira e Sonho Verde e 25 piscinas naturais situadas a um quilometro da costa.

Dada a sua proximidade com a capital – Maceió – o município é caracterizado com destino turístico de veraneio, abrigando uma série de condomínios de segunda residência (em sua maioria de italianos) e várias casas de veraneio de pessoas da cidade de Maceió. A cidade dispõe de infraestrutura de apoio ao turismo (*day use*), que recebe inúmeros turistas durante todo o ano.

[10] Fontes: Coletânea Municípios de Alagoas Organizações Arnon de Mello, desenvolvido pelo Instituto Arnon de Mello, em parceria com a Gazeta de Alagoas. Colaboradores: Cícero Péricles, Rochana Campos e Douglas Apratto Tenório; Site www.cprm.gov.br.

5.2. Barra de Santo Antônio

História:
Também tem suas origens ligadas à ocupação e exploração das terras favorecidas pela presença abundante de água e a consequente luta pelo domínio do território, desencadeado por holandeses e portugueses.

Construída entre Oceano Atlântico e Rio Santo Antônio Grande, é particularizada em sua paisagem pela presença da Ilha da Croa, separada do continente por uma faixa de água que corta ao meio a sede urbana[11].

Nos primórdios, era ocupada, em sua maioria, por pescadores. Teve por volta do século XIX um estaleiro que fornecia embarcações a portos de Recife, e que movimentou a economia local, entretanto, hoje desaparecido.

Restam poucas lembranças dessa época em que o rio que cortava o lugar era caminho hídrico imprescindível para o desenvolvimento da cultura canavieira. Trata-se de um dos últimos municípios criados no Estado de Alagoas.

Economia e Geografia:
Com uma área de 138 km² (0,50% de AL), o município da Barra de Santo Antônio está localizado na mesorregião do leste alagoano e no extremo norte da microrregião de Maceió, limitando-se ao norte com o município de Passo de Camaragibe; ao sul com Paripueira; a leste com o Oceano Atlântico e a oeste com o município de São Luís do Quitunde.

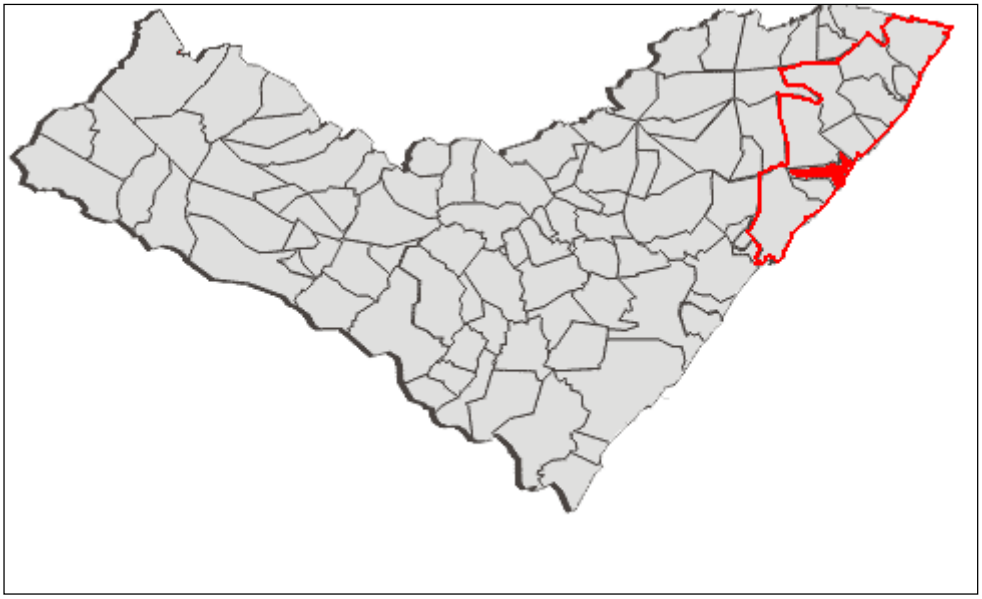


Figura 8 – Localização do município no contexto da área objeto de estudo
(Autoria: Benamor, C. 2010)

[11] Em 2009 foi inaugurada uma ponte que faz a ligação entre ilha e continente. Fontes: Coletânea Municípios de Alagoas Organizações Arnon de Mello, desenvolvido pelo Instituto Arnon de Mello, em parceria com a Gazeta de Alagoas. Colaboradores: Cícero Péricles, Rochana Campos e Douglas Apratto Tenório; Site www.cprm.gov.br.

A uma altitude de 10m, encontra-se a aproximadamente 37 km de Maceió e está situado numa península entre o mar e o Rio Santo Antônio Grande. A essa península, deu-se o nome de Ilha da Croa, um dos principais atrativos turísticos do município. Tem como coordenadas geográficas 09°24'18,0'' de latitude sul e 35°30'25,2'' de longitude oeste. Seu acesso se faz, a partir de Maceió, pela estrada pavimentada AL-101N.

Inserido na bacia sedimentar de Alagoas, o município apresenta tabuleiros e planícies e seu relevo detém uma altitude média de 50 a 100m. Sua temperatura média mensal varia de 24°C a 28°C com uma precipitação superior a 1400 mm anual, o que o caracteriza como uma região de clima tropical úmido.

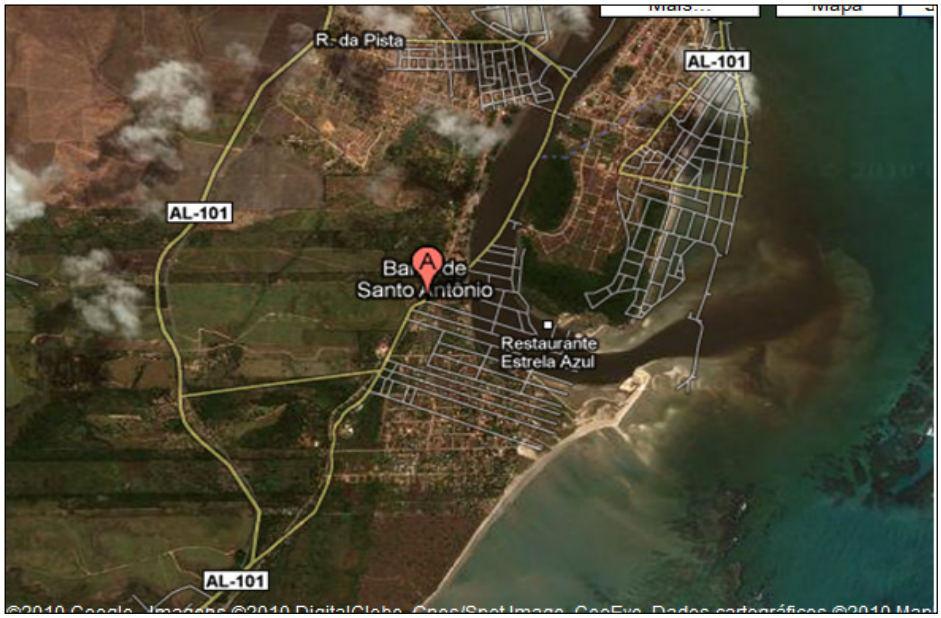


Figura 9 – Vista aérea do município
(Fonte: Google Maps, 2010)

Encontrando-se inserido nas bacias hidrográficas dos Rios Santo Antônio e Sapucaia, é o rio principal, que dá nome ao município, atravessando-o em sua porção E, no sentido NW-SE, e formando meandros em sua porção final, onde deságua no Oceano Atlântico. Seus principais tributários são os Rios dos Tanques e Jitituba, além dos Riachos da Vara e Caiana. O Rio Sapucaia, que banha a porção W e S do município, constituindo o seu limite com o município de Paripueira, tem como principal afluente o Riacho da Pedra.

Figura 10 e Figura 11 – Vista do Rio Santo Antônio Grande
(Autoria: Benamor, C. 2010)

Era uma povoação de pequenas casas de taipa, situadas nas margens do Rio Santo Antônio, que teve seu crescimento econômico relacionado também à pesca e à extração de pedra calcaria, muito abundante na região.

A simplicidade da vida dos seus nativos e os resquícios de alguns monumentos históricos da arquitetura holandesa do século XXVIII são alguns dos atrativos deste destino turístico, que oferece ainda um patrimônio natural de rara beleza, representado por preservados manguezais e belas praias, como Tabuba, Ilha da Crôa e Carro Quebrado.

Assim como nos demais municípios inserido na Área de Proteção Ambiental (APA) Federal Costa dos Corais, o litoral desse município caracteriza-se pelas belas praias, repletas de coqueiros com águas tranquilas e de agradável temperatura. Estende-se por vários quilômetros, desde a Praia de Carro Quebrado, na Ilha da Crôa, até à Praia Tabuba, ao sul do Rio Santo Antônio Grande, ambas consideradas como uma das praias mais belas de todo o país.

O município também é caracterizado com destino turístico de veraneio, e abriga uma série de casas de veraneio de pessoas da cidade de Maceió. A cidade dispõe de uma excelente infraestrutura de apoio ao turismo (*day use*), que recebe inúmeros turistas durante todo o ano.

No ranking de desenvolvimento, Barra de Santo Antônio está em 42º lugar no estado e em 4.782º lugar, dos 5.561 municípios brasileiros[12].

5.3. Passo de Camaragibe

Histórico:
A cidade de Passo de Camaragibe é uma das aglomerações urbanas mais antigas da região litorânea do leste alagoano, e teve seus primórdios no século XVII. Constituía-se em um dos pontos estratégicos nos trajetos feitos entre sul e norte de Alagoas. Sua localização era favorecida pela proximidade ao Rio Camaragibe e pelo solo plano e úmido e fértil. Seu primeiro núcleo de povoação foi estabelecido onde hoje se encontra o município de Matriz de Camaragibe.

As hipóteses para o nome relacionam Passo ao fato do povoado estar localizado no ponto onde o Rio Camaragibe oferecia passagem mais fácil para aqueles que estavam em trânsito entre Pernambuco e Alagoas. Outra informa que se deve à presença de um armazém de estocagem de produtos para posterior embarque via rio, o qual era chamado de Passo.

Em sua origem, pertencia a Porto Calvo. A partir de 1815, com a criação do município de Porto de Pedras, passa a integrá-lo. Em 1852 alcançou o status de vila e de cidade em 1880.

Economia e Geografia:
Está localizado na região leste do Estado de Alagoas, limitando-se a norte com o município de Matriz de Camaragibe e São Miguel dos Milagres; a sul com a Barra de Santo Antônio e São Luís do Quitunde; a leste com o Oceano Atlântico e a oeste com os municípios de São Luís do Quitunde e Matriz de Camaragibe.

[12] Fontes: Coletânea Municípios de Alagoas Organizações Arnon de Mello, desenvolvido pelo Instituto Arnon de Mello, em parceria com a Gazeta de Alagoas. Colaboradores: Cícero Péricles, Rochana Campos e Douglas Apratto Tenório; Site www.cprm.gov.br.

A área municipal ocupa 187,20 km², (0,67% de Al) e da mesma forma, está inserida na mesorregião do leste alagoano e na microrregião do litoral norte Alagoano. Distante aproximadamente 64 km de Maceió, suas principais vias de acesso são as rodovias AL-101N e AL-430, partindo da capital e a AL-105, no sentido PE/AL.

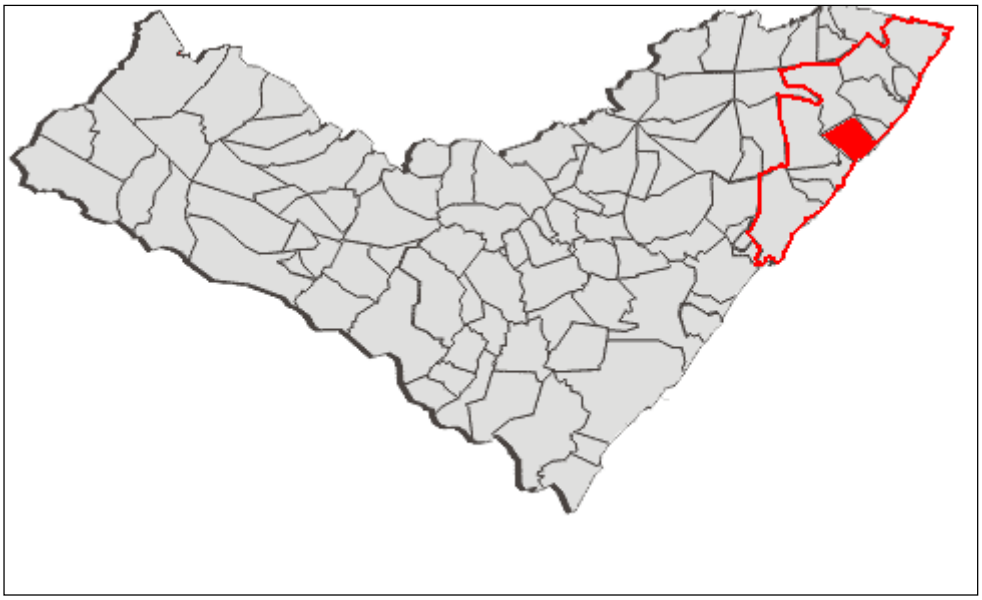


Figura 12 – Localização do município no contexto da área objeto de estudo
(Autoria: Benamor, C. 2010)

A sede do município tem uma altitude média de 04m e coordenadas geográficas de 09°14'16,8'' de latitude sul e 35°29'34,8'' de longitude oeste, entretanto sua altitude varia de 02m na planície fluvial, a 80m no tabuleiro.

O relevo de Passo de Camaragibe faz parte da unidade dos *Tabuleiros Costeiros,* unidade esta que acompanha o litoral de todo o nordeste e apresenta altitude média de 50 a 100 metros. Compreende platôs de origem sedimentar, que apresentam grau de entalhamento variável, ora com vales estreitos e encostas abruptas, ora abertos com encostas suaves e fundos com amplas várzeas. De modo geral, os solos são profundos e de baixa fertilidade natural e seu clima é do tipo *Tropical Chuvoso* com verão seco. Com precipitação média anual de 1.634 mm.

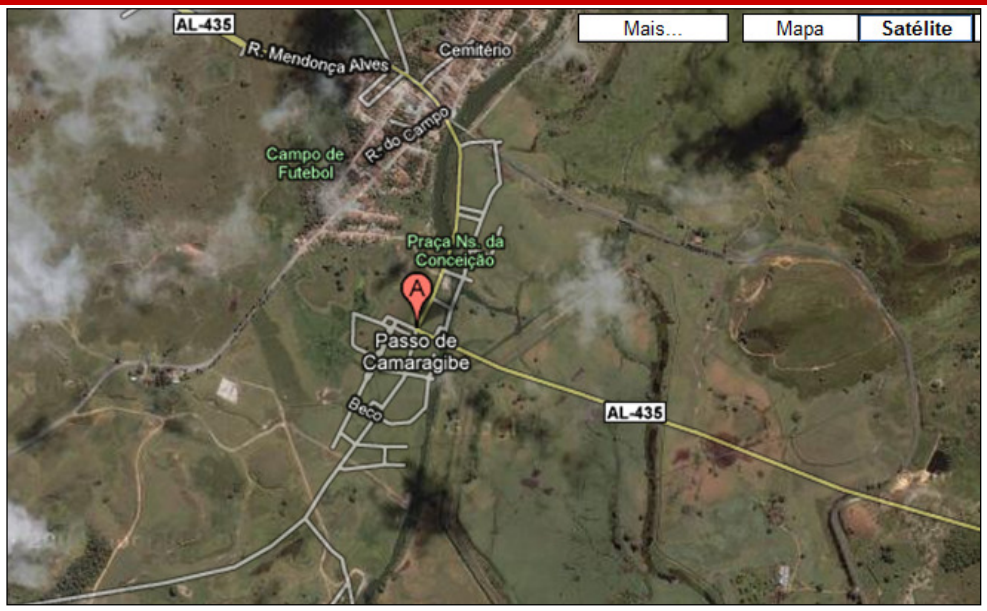


Figura 13 – Vista aérea do município
(Fonte: Google Maps, 2010)

O município de Passo de Camaragibe está inserido na bacia hidrográfica do Rio Camaragibe, que o atravessa na sentido NW-SE e banha a sede do município. Seus principais afluentes são os Riachos Água Fria, do Vieira, da Vara, Marceneiro, Caiaria, Oteiro e Manimba. Todo esse sistema fluvial deságua no Oceano Atlântico.

Figura 14 – Foz do Rio Camaragibe
(Fonte: acervo SETUR/AL, 2010)

Conhecido por suas belas praias (Barra de Camaragibe, Marceneiro e Praia dos Morros.), pela reserva de corais, pelo extenso coqueiral e pelos manguezais, o município de Passo do Camaragibe encontra-se inserido na Área de Proteção Ambiental (APA) Federal Costa dos Corais (Port. 12/95) e na Reserva da Biosfera Mata Atlântica (RBMA).

Sua estrutura hoteleira oferece opções de hotéis-fazenda e algumas pousadas de charme e atividades rurais de lazer, além de equipamentos e atrativos turísticos aos adeptos de um turismo mais ligado à natureza com enfoque ecológico.

No ranking de desenvolvimento, Passo de Camaragibe está em 68º lugar no estado e em 5.191º lugar no Brasil[13].

5.4. São Miguel dos Milagres

Histórico:
Sua história está intimamente ligada à invasão holandesa, pois, segundo consta da historiografia, a ocupação primeira daquele território onde iria surgir posteriormente a cidade, se deve a fugitivos dos conflitos travados entre portugueses e holandeses, na povoação de Porto Calvo.

De economia baseada na exploração da cana-de-açúcar, teve sua paisagem antiga pontuada por engenhos, senzalas e casas-grandes, destacando-se o Boa Vista, Bom Destino, o Democrata, alguns deles ainda existentes em meio à zona rural.

Economia e Geografia:
O município de São Miguel dos Milagres limita-se ao norte com o município de Porto de Pedras, ao sul e leste com o Oceano Atlântico e a oeste com o município de Passo do Camaragibe.

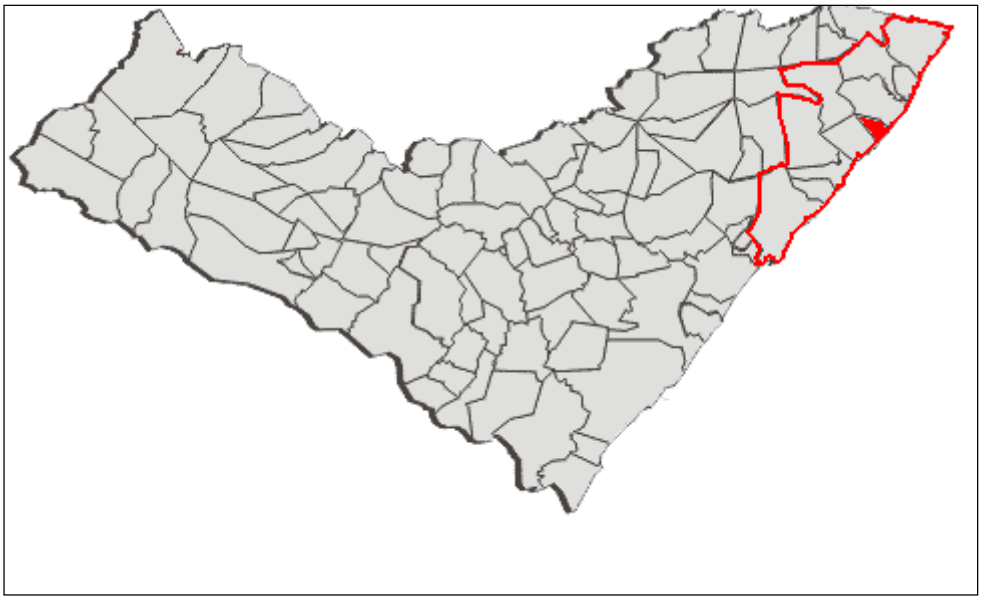


Figura 15 – Localização do município no contexto da área objeto de estudo
(Autoria: Benamor, C. 2010)

A área municipal ocupa 65,18 km2 (0,23% de AL) e está inserida na mesorregião do leste alagoano e na microrregião do litoral norte Alagoano. Sua sede tem uma altitude de aproximadamente 01m e coordenadas geográficas de 09°15'57,6'' de latitude sul e 35°22'22,8'' de longitude oeste.

[13] Fontes: Coletânea Municípios de Alagoas Organizações Arnon de Mello, desenvolvido pelo Instituto Arnon de Mello, em parceria com a Gazeta de Alagoas. Colaboradores: Cícero Péricles, Rochana Campos e Douglas Apratto Tenório; Site www.cprm.gov.br.

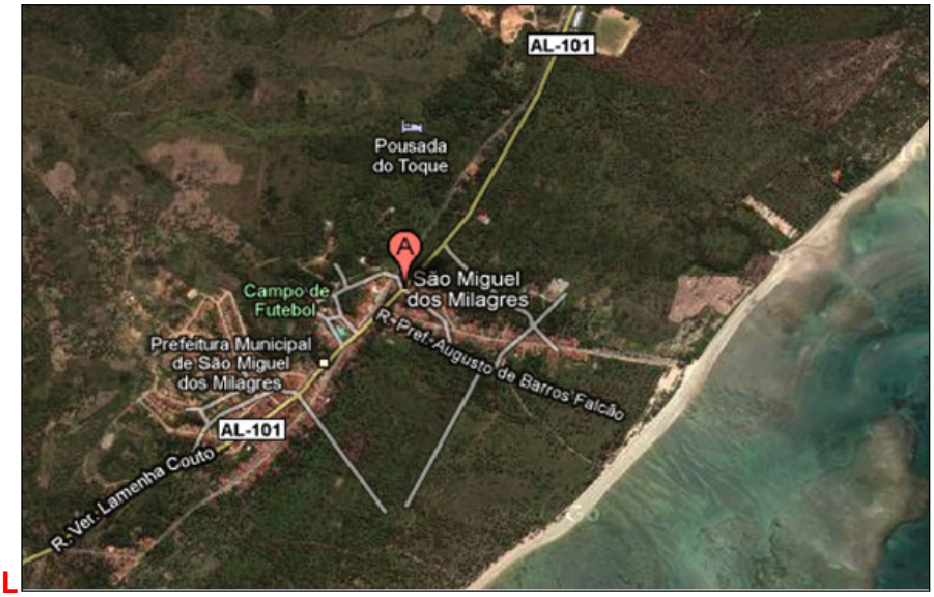


Figura 16 – Vista aérea do município
(Fonte: Google Maps, 2010)

Suas principais vias de acesso são a rodovia pavimentada AL-101N e a AL-435, com percurso em torno de 85 km da capital.

Seu relevo compreende dois compartimentos: baixo planalto, dissecado por pequenos cursos d'água que nascem no tabuleiro e deságuam no oceano; os vales dos rios são largos em relação a sua capacidade erosiva atual; a planície costeira é um terraço de 04 a 05 m de altitude.

O clima é do tipo *Tropical Chuvoso* com verão seco, com precipitação média anual de 1.634 mm.

O município de São Miguel dos Milagres está inserido na sub-bacia hidrográfica do Rio Tatuamunha, que drena uma área de 27,2 km² e seus principais afluentes são: a norte, os riachos: Virau, Castelo, Manjarona e Manimbu; a sul, os riachos: Forte Grande, Galego e Oteiro; a sudeste, o município é banhado pelo Oceano Atlântico. Todo esse sistema fluvial deságua no Oceano Atlântico.

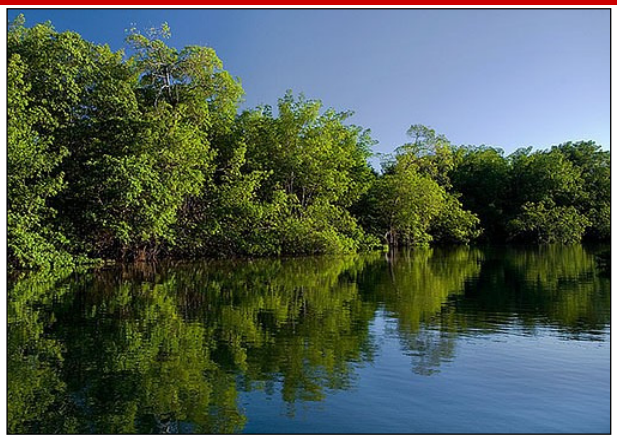


Figura 17 – Vista do Rio Tatuamunha
(Fonte: acervo SETUR/AL, 2010)

Com belas paisagens tropicais em função de suas praias pouco habitadas, o município de São Miguel dos Milagres que também se encontra inserido na Área de Proteção Ambiental (APA) Federal Costa dos Corais (Port. 12/95) e na Reserva da Biosfera Mata Atlântica (RBMA) faz parte da rota ecológica que liga Passo do Camaragibe a Porto de Pedras, atravessa o Rio Manguaba e se estende até Japaratinga.

O seu espaço físico tranquilo e paradisíaco é dividido com as encantadoras pousadas que tem uma das melhores culinária e se destacam por ser um dos circuitos de hospedagem mais charmosos do Brasil.

São Miguel dos Milagres oferece a hospitalidade de suas comunidades tradicionais, dispostas por inúmeros povoados situados à margem de uma estrada, ora em asfalto, ora em paralelepípedo, traçada para a contemplação dos cenários naturais e culturais, a exemplo dos produtores artesanais de móveis de coqueiros.

No ranking de desenvolvimento, São Miguel dos Milagres está em 15º lugar no estado e em 4.290º lugar no Brasil[14].

5.5. Porto de Pedras

Histórico:
Segundo o historiador Dirceu Lindoso, "Porto Calvo e Porto de Pedras são cidades historicamente irmãs."[15] Isso porque vivenciaram processo históricos parecidos no que diz respeito às suas origens, aspectos econômicos e culturais.

No início do século XVII, o 8º Governador Geral do Brasil, Diogo Botelho, solicitou aos religiosos franciscanos a domesticação e catequese das tribos da região onde hoje está Porto de Pedras, haja vista os conflitos que se sucediam entre aqueles e os colonizadores.

[14] Fontes: Coletânea Municípios de Alagoas Organizações Arnon de Mello, desenvolvido pelo Instituto Arnon de Mello, em parceria com a Gazeta de Alagoas. Colaboradores: Cícero Péricles, Rochana Campos e Douglas Apratto Tenório; Site www.cprm.gov.br.
[15] LINDOSO, 2000:13.

Aceito o encargo, os frades estabeleceram no local a Missão Franciscana de Porto de Pedras, cuja sede evoluiu para um povoado e deu origem à cidade como é conhecida. [16]

Com o extermínio e/ou expulsão dos indígenas, houve a efetiva apropriação do lugar, o que de fato ocorreu, inclusive com várias unidades de exploração canavieira estabelecidas na região.

Tida como "região dos grandes rios" foi fundada às margens do Rio Manguaba, importante caminho fluvial que permitia o trânsito de barcos, facilitando a penetração e o escoamento de produtos e mercadorias em direção a outras localidades e, ajudada também pela proximidade a três outras importantes massas d'água, Santo Antônio Grande, Camaragibe e Tatuamunha. Assim como todas as demais localidades próximas, viu-se envolvida nos conflitos com os holandeses por conta de sua posição geográfica entre rios e oceano e sua inserção nas dinâmicas econômicas através dos engenhos e porto ali existentes.

No tocante aos aspectos culturais, o município tem um sítio pré-histórico: caverna no pé do farol onde foram encontrados vestígios de homens pré-históricos, que vêm sendo estudados por paleontólogos da Universidade Federal de Alagoas e um sítio histórico.

Economia e Geografia:
O município de Porto de Pedras está localizado na região norte-nordeste do Estado de Alagoas, limitando-se a norte com os municípios de Porto Calvo e Japaratinga, a sul com São Miguel dos Milagres, a leste com o Oceano Atlântico e a oeste com Matriz do Camaragibe.

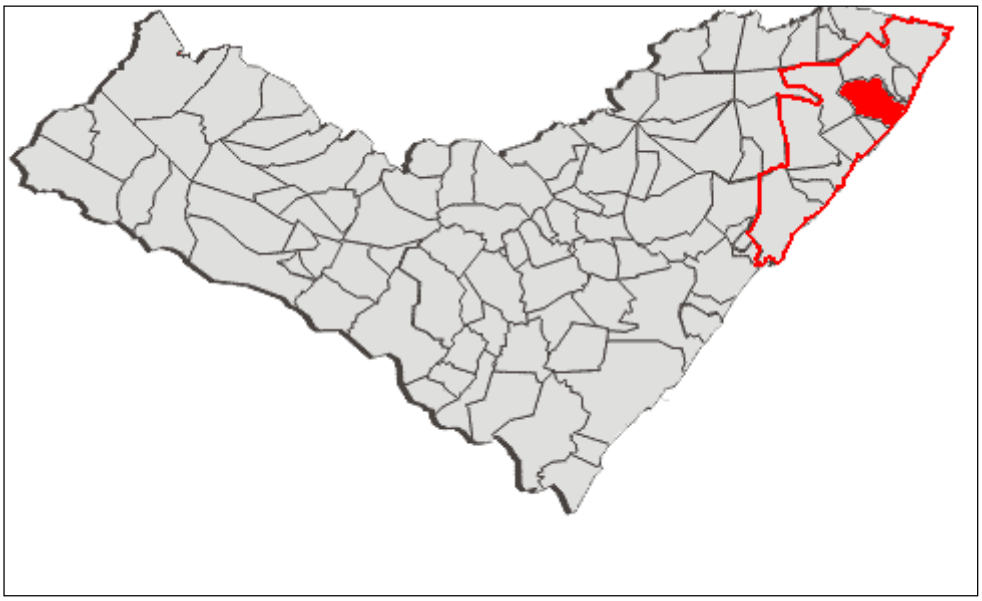


Figura 18 – Localização do município no contexto da área objeto de estudo
(Autoria: Benamor, C. 2010)

A área municipal que ocupa 266,23 km2 (0,96% de AL) está inserida na mesorregião leste alagoano e integra-se na microrregião geográfica do litoral norte de Alagoas, e tem coordenadas geográficas de 9°09'28,8'' de latitude sul e 35°17'42,0'' de longitude oeste.

[16] Cf. Mapeamento Cultural do Litoral Norte do Estado de Alagoas.

Também situado numa península, entre o Rio Manguaba e o mar, seu acesso pode ser feito através da rodovia: AL-435 e, a partir de Maceió através da rodovia pavimentada AL-101N, com percurso em torno de 100 km.

Figura 19 – Vista aérea do município
(Fonte: Google Maps, 2010)

Aqui, o relevo apresenta na sua parte mais elevada, interflúvios tabuliformes alongados e estreitos, intensamente dissecados, enquanto a parte mais baixa é composta pela planície fluvial e a costeira. A primeira aparece ao longo do baixo curso dos Rios Manguaba e seu afluente Canavieira e do Tatuamunha, onde se desenvolvem os manguezais sob a influência marinha e onde se instalou o sítio urbano desse município.

O clima é do tipo *Tropical Chuvoso* com verão seco, apresentando temperatura acima de 23°C em todos os meses do ano e precipitação anual superior a 1500 mm.

O município de Porto de Pedras é banhado pelas bacias hidrográficas do Rio Manguaba, que o limita a NE e o atravessa no sentido NW-SE e do Rio Tatuamunha. A primeira tem como afluentes os Rios Roncador, Floresta, Apara e Canavieira, com uma área drenada de 40 km². A segunda, por sua vez, tem como afluentes os Rios Pau Amarelo, Manjericão e Triunfo, que drenam uma área de 163,20 km²

Fazendo parte da Área de Proteção Ambiental (APA) Federal Costa dos Corais (Port. 12/95) e na Reserva da Biosfera Mata Atlântica (RBMA), Porto de Pedras possui um cabedal de riquezas naturais e atualmente encontra-se instalado o Projeto de Proteção do Peixe-Boi Marinho, mais especificamente em Tatuamunha.

As piscinas naturais e os rios também compõem o cenário natural que tanto encanta dos turistas. A travessia de balsa pelo Rio Manguaba que divide o município com o de Japaratinga apresenta um cenário apaixonante, são coqueiros, mangues de belezas exóticas que reinam absoluta numa demonstração de harmonia.

No ranking de desenvolvimento, Porto de Pedras está em 100º lugar no estado e em 5.487º lugar no Brasil[17].

5.6. Japaratinga

Histórico:
Rota de passagem das pessoas que circulavam entre norte e sul da capitania, em seus primórdios estava ligada unicamente à cultura açucareira. Entretanto, posteriormente passou a investir na produção do coco, o que gerou um aumento populacional já que o desenvolvimento dessa atividade atraiu pessoas para o lugar.

Assim como as demais povoações da região, no século XVII, foi cenário das lutas travadas entre portugueses e holandeses pela posse do território, assim como, no século XIX, assistiu os conflitos decorrentes do movimento denominado Cabanada.

Economia e Geografia:
O município de Japaratinga que se localiza na mesorregião do leste alagoano e na microrregião geográfica do litoral norte alagoano. Limita-se ao norte com o município de Maragogi, ao sul com Porto de Pedras, a leste com o Oceano Atlântico e a oeste com Porto Calvo.

Possui uma área de 85,49 km2 (0,31% de AL) e se encontra equidistante de Maceió e Recife – 110 km e 140 km, respectivamente sendo favorecida por estradas asfaltadas: a AL-101N e AL-465.

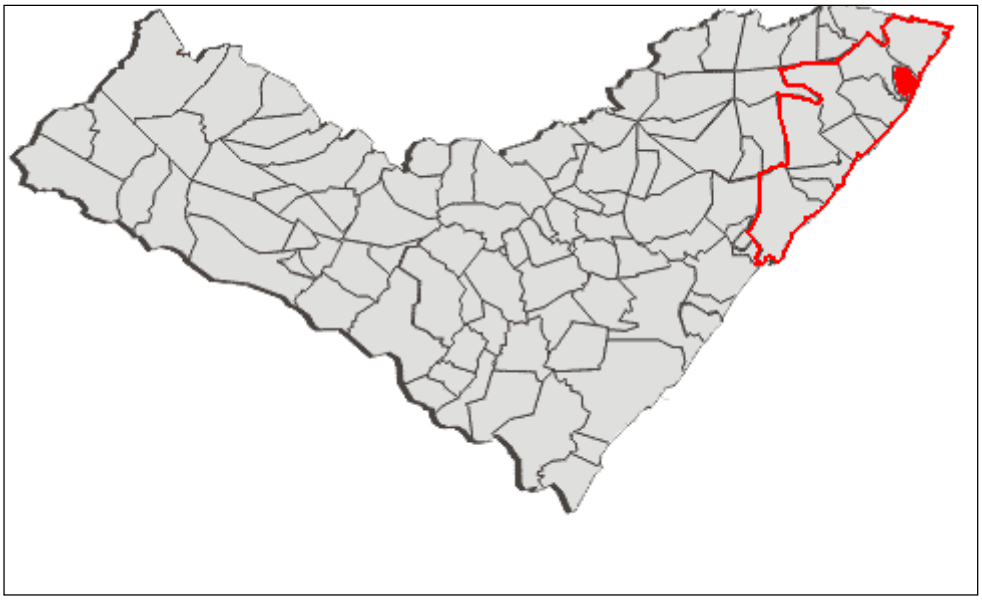


Figura 20 – Localização do município no contexto da área objeto de estudo
(Autoria: Benamor, C. 2010)

[17] Fontes: Coletânea Municípios de Alagoas Organizações Arnon de Mello, desenvolvido pelo Instituto Arnon de Mello, em parceria com a Gazeta de Alagoas. Colaboradores: Cícero Péricles, Rochana Campos e Douglas Apratto Tenório; Site www.cprm.gov.br.

O município tem uma altitude que varia de 05 m na planície costeira a 85 m no tabuleiro e apresenta as coordenadas geográficas de 09°52'32,4'' de latitude sul e 35°15'28,8'' de longitude oeste.

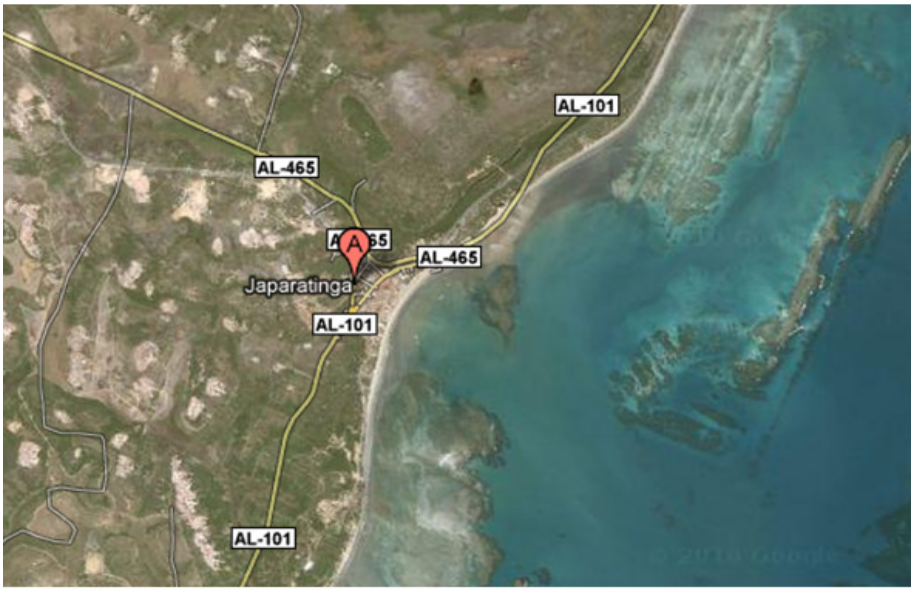


Figura 21 – Vista aérea do município
(Fonte: Google Maps, 2010)

O relevo de Japaratinga, em forma de interflúvios tabulares, foi dissecado pela ação dos rios e a noroeste do município observa-se a ocorrência de colinas com encostas convexas e topos tabulares. As planícies ali encravadas são amplas e os rios apresentam características de estuários. A planície costeira, por sua vez, corresponde ao terraço holocênico e os recifes são feições marcantes nesse litoral.

O clima é do tipo Tropical Chuvoso com verão seco, apresentando temperaturas médias mensais de 24°C e 28°C, com total anual de chuvas em torno de 1400 mm.

O município de Japaratinga é limitado, a norte, pela bacia hidrográfica do Rio Salgado, com área drenada de 51 km² e a oeste, pela bacia do Rio Grupiana, com seu afluente, o Riacho Macuca; a porção centro-leste do município é banhada pelos Riachos Bom Jardim, Capoada, Jacaré, Bitingui, Ilha, Tapado e Gulandim. O Rio Manguaba, com 25km², também é um dos principais rios do município. Todo esse sistema fluvial deságua no Oceano Atlântico.

Inserida na Área de Proteção Ambiental (APA) Federal Costa dos Corais (Port. 12/95) e na Reserva da Biosfera Mata Atlântica (RBMA), Japaratinga forma com Porto de Pedras, São Miguel dos Milagres e Maragogi, a área de maior interesse do turismo no litoral norte alagoano, recebendo turistas o ano inteiro.

Japaratinga é um importante pólo turístico, com excelente infraestrutura de restaurantes, hotéis e pousadas de charme, que fazem o diferencial na qualidade dos serviços. Suas comunidades dispostas em pequenos vilarejos, em meio aos coqueirais nativos, completam um extasiante cenário. Pescadores em plena atividade e tiradores de coco desafiando a gravidade.

As belas paisagens que se descortinam desde o Pontal do Boqueirão, na foz do Rio Manguaba, passando pela Praia de Barreiras do Boqueirão, com suas refrescantes fontes de água mineral, promovem um convívio harmônico entre os turistas e a comunidade.

No ranking de desenvolvimento, Japaratinga, dos 101 municípios alagoanos, está em 22º lugar e em 4.418º lugar no Brasil[18].

5.7. Maragogi

Histórico:
Atrelada ao mesmo contexto histórico das demais localidades da região, prodigiosa pelos vários engenhos de açúcar ali existentes, cenário de lutas pelo domínio da terra, Maragogi foi favorecida, em suas origens, pela presença de dois portos naturais, que permitiam o atracamento de embarcações as mais variadas, facilitando as transações comerciais e o escoamento da produção agrícola. Quando das disputas entre luso-brasileiros e holandeses, um dos seus portos, o de Barra Grande, serviu para o desembarque das tropas vindas de Olinda, antes de se dirigirem a Porto Calvo.

Economia e Geografia:
O município de Maragogi está localizado na mesorregião do Leste alagoano e na microrregião do litoral norte Alagoano, tendo como limite norte o município pernambucano de São José da Coroa Grande; ao sul com Japaratinga; a leste com o Oceano Atlântico e a oeste com os municípios de Jacuípe e Porto Calvo.

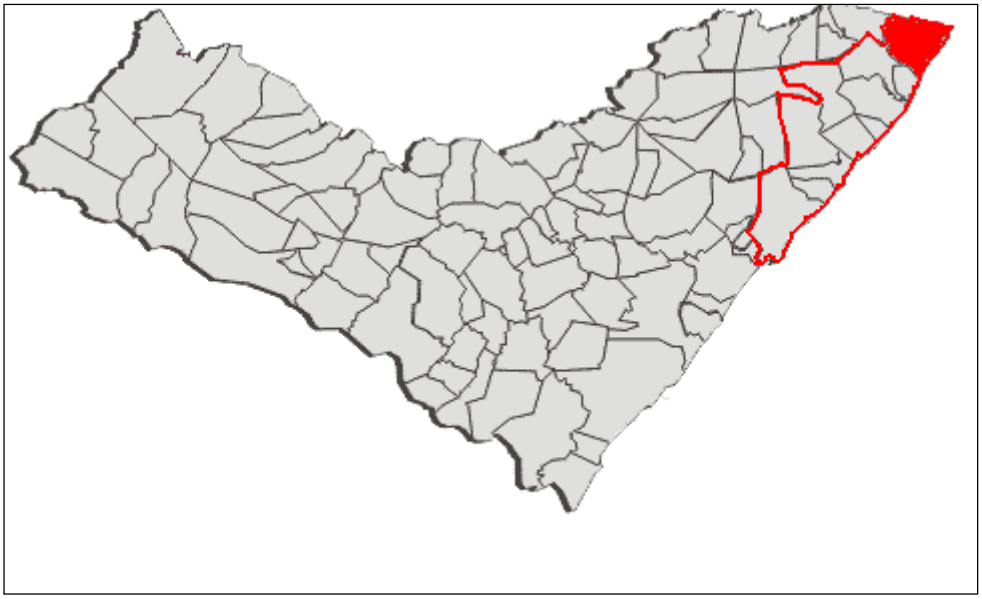


Figura 22 – Localização do município no contexto da área objeto de estudo
(Autoria: Benamor, C. 2010)

[18] Fontes: Coletânea Municípios de Alagoas Organizações Arnon de Mello, desenvolvido pelo Instituto Arnon de Mello, em parceria com a Gazeta de Alagoas. Colaboradores: Cícero Péricles, Rochana Campos e Douglas Apratto Tenório; Site www.cprm.gov.br.

Ocupa uma área 333,57 km2 (1,20% de AL), e dista aproximadamente da capital do estado 144 km, tendo coordenadas geográficas de 09°00'43,2'' de latitude sul e 35°13'19,2'' de longitude oeste e principal via de acesso a rodovia pavimentada AL-101N.

Sua altitude varia de 100m nos morros situados a noroeste, a 05 m na planície costeira e seu clima, do tipo *Tropical Chuvoso* com verão seco, apresenta temperaturas médias de 26°C, com baixa amplitude térmica anual e precipitação de 1400 mm, concentradas de abril a julho.

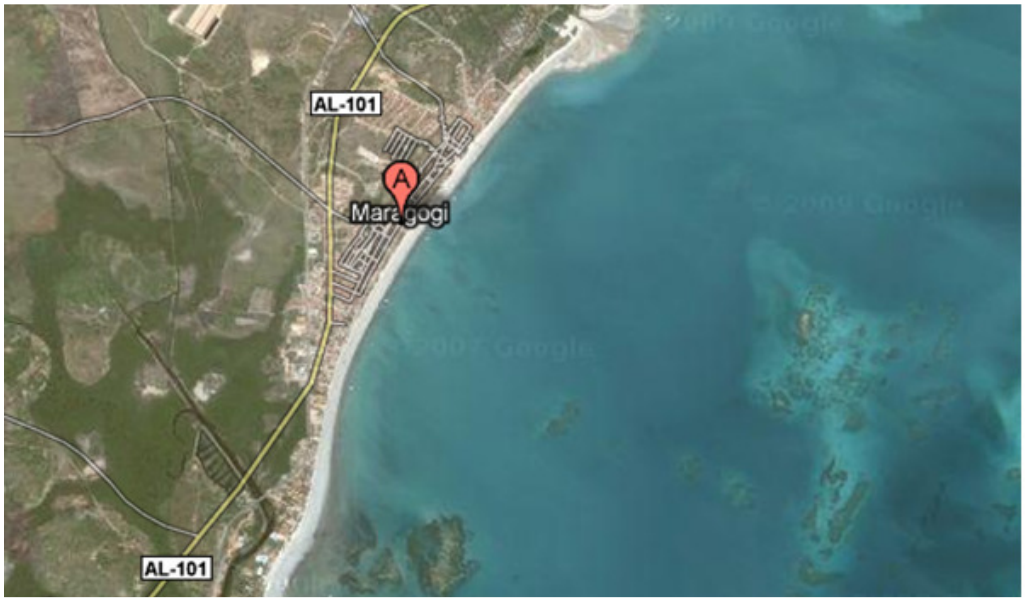


Figura 23 – Vista aérea do município
(Fonte: Google Maps, 2010)

O relevo de Maragogi faz parte das unidades das *Superfícies Retrabalhadas* (60% aproximadamente), que é formada por áreas que têm sofrido retrabalhamento intenso, com relevo bastante dissecado e vales profundos. Na região litorânea de Pernambuco e Alagoas, é formada pelo "mar de morros" que antecedem a Chapada da Borborema, com solos pobres e vegetação de floresta hipoxerófila. O restante da sua área (cerca de 40%) se insere na unidade geoambiental dos *Tabuleiros Costeiros* que compreendem platôs de origem sedimentar, com alto grau de entalhamento variável, ora com vales estreitos e encostas abruptas, ora abertos com encostas suaves e amplas várzeas.

O município de Maragogi é banhado em sua porção oeste pelo Rio Salgado e seus afluentes, os Rios Horta, Carvão e Utinga, além do Córrego Riachão e do Riacho Malula ou Estevão que drenam uma área de 94,8 km²; na porção leste, pelos Rios dos Paus e Maragogi com 108 km², além dos Riachos Cachoeira e Conceição e do Córrego dos Paus; na porção nordeste, limitando o município, o Rio Persinunga e o Riacho Ponta do Mangue; a leste o município é banhado pelo Oceano Atlântico, onde deságua todo o esse sistema fluvial.

Um dos 65 Destinos Indutores do Brasil, Maragogi e segundo pólo turístico de Alagoas, equidistante de Maceió e Recife, é um dos extremos geográficos deste Pólo.

A excelente infraestrutura turística, vários hotéis, resorts, pousadas, hotéis fazenda, restaurantes, centros de artesanato e várias opções de lazer agregam a qualidade dos serviços do município. Cenários como vilas de pescadores, fazendas com reservas e trilhas de mata atlântica, abundância de coqueirais, praias belíssimas de águas cristalinas, em

destaque as praias de São Bento, Peroba, Burgalhau, Barra Grande e as galés, que ficam a 06 km da costa, formadas por recifes de corais são algumas das riquezas naturais do município.

Maragogi tem um dos ecossistemas mais importantes do Brasil, a diversificada fauna e flora de espécies marinhas são um paraíso para os olhos dos que são apaixonados por mergulhos. Navegar pelos rios admirando os preservados manguezais, praticar *ecobike*, tomar banhos de bicas, cachoeiras, são algumas das opções para quem procura contato com a natureza.

O município, também está inserido na Área de Proteção Ambiental (APA) Federal Costa dos Corais (Port. 12/95) e faz parte da Reserva da Biosfera Mata Atlântica (RBMA).

Figura 24 – Vista das Galés de Maragogi
(Fonte: acervo SETUR/AL, 2010)

No ranking de desenvolvimento, Maragogi está em 16º lugar no estado e em 4.318º lugar no Brasil[19].

5.8. São Luís do Quitunde

Histórico:
Parece que no próprio nome do lugar estão imbricadas as heranças negra e europeia; São Luís em homenagem ao rei da França e Quitunde, remete à presença africana negra no local.

Localizada nas proximidades do Rio Santo Antônio Grande, também integrou a região açucareira do litoral norte e foi alvo de disputa entre holandeses e portugueses.

Há controvérsias em relação à sua origem; se de um antigo mocambo negro, instalado às margens do rio ou de uma povoação surgida em torno de um engenho que depois, sob a iniciativa de um rico proprietário de terras, foi organizada urbanisticamente por um engenheiro alemão chamado Carlos Baltenstern. Os dois momentos históricos não se contradizem, portanto, ambos devem ter sua fatia de contribuição à consolidação do povoado, depois vila e atual cidade. O fato é que se trata da primeira cidade planejada de Alagoas.[20]

[19] Fontes: Coletânea Municípios de Alagoas Organizações Arnon de Mello, desenvolvido pelo Instituto Arnon de Mello, em parceria com a Gazeta de Alagoas. Colaboradores: Cícero Péricles, Rochana Campos e Douglas Apratto Tenório; Site www.cprm.gov.br.

[20] Instituto Arnon de Mello. Municípios de Alagoas, pp. 68, s.d.t.

No século XIX tomou parte em conflitos de conotações sociais e políticas, denominadas como Cabanada e Lisos e Cabeludos, seja abrigando fugitivos, seja participando diretamente dos embates que se sucederam.

Destacaram-se em seu território, os engenhos Santo Antônio Grande, Castanha, Quitunde, Santa Regina, todos ativos na produção do açúcar.

Economia e Geografia:
Fazendo parte da mesorregião do leste alagoano e integrando a microrregião da mata alagoana, o município de São Luís do Quitunde situa-se à margem do Rio Santo Antônio Grande e limita-se ao norte com o município de Joaquim Gomes; ao sul com a Barra de Santo Antônio; a leste com Matriz do Camaragibe e Passo do Camaragibe e a oeste com Flexeiras, ocupando uma área de 403,98 km2 (1,45% de AL).

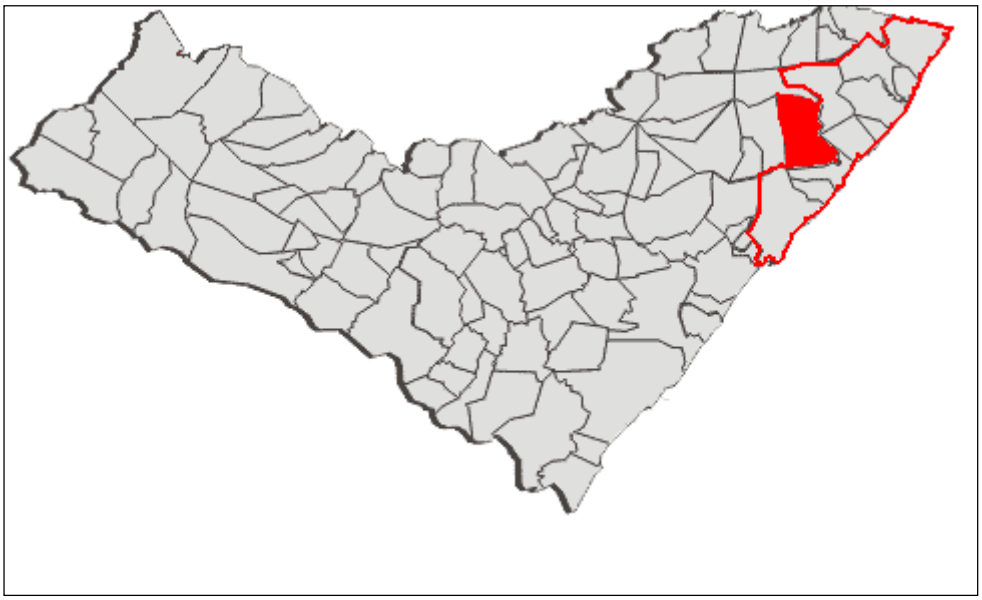


Figura 25 – Localização do município no contexto da área objeto de estudo
(Autoria: Benamor, C. 2010)

Distante cerca de 52 km da capital do estado, com uma altitude de aproximadamente 04 m e coordenadas geográficas de 09°19'04,8'' de latitude sul e 35°33'40,0'' de longitude oeste, São Luís do Quitunde tem como principais rodovias a AL-101N, a AL-413 e AL-430.

Com clima quente durante todo o ano e total de precipitação anual, superior a 1500 mm, concentrada no outono e inverno, apresenta excedente hídrico no inverno e deficiência no verão.

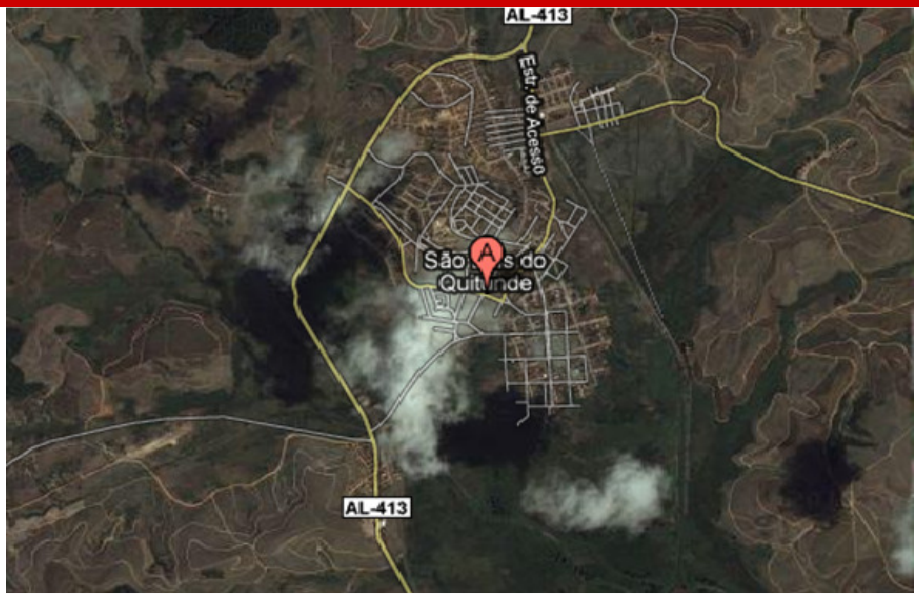


Figura 26 – Vista aérea do município
(Fonte: Google Maps, 2010)

O relevo apresenta dois compartimentos: o baixo planalto sedimentar denominado tabuleiro costeiro, dissecado intensamente pelo Rio Santo Antônio Grande e seus afluentes, que formam colinas alongadas. Nos terrenos cristalinos que fazem parte da depressão oriental, o relevo é movimentado com a presença de serras. A planície fluvial, por sua vez, é bastante alagada, o que favorece a pecuária bubalina.

O município de São Luís do Quitunde é banhado pela bacia hidrográfica do Rio Santo Antônio Grande, e seus afluentes: Rios Poço Cortado, Castanheira, Santo Antônio, Barreiro ou Grota Grande, Jitituba, Bandeira e das Piabas e o Riacho Santa Helena. Possui ainda Quedas D'água São Francisco da Cachoeira, Feijó e Santa Helena. Todo esse sistema fluvial deságua no Oceano Atlântico.

Figura 27 – Acesso Principal e Figura 28 – Acesso Secundário
(Autoria: Bandeira, R. 2010)

Fazendo parte da Reserva da Biosfera Mata Atlântica (RBMA), o potencial de São Luís do Quitunde está no aproveitamento das condições naturais – qualidade da terra e abundância de água para a produção diversificada na agricultura, podendo ainda servir de apoio às localidades litorâneas em função da proximidade com as mesmas.

No ranking de desenvolvimento, São Luís do Quitunde está em 48º lugar no estado e em 4.947º lugar no Brasil[21].

5.9. Matriz do Camaragibe

Histórico:
O núcleo urbano mais antigo surgiu a partir da doação de terras por parte de um rico senhor de engenho, cuja oferta era destinada a Bom Jesus, de cuja igreja foi patrono, ainda no século XVII. Também tem ligações com a destruição do Quilombo dos Palmares uma vez que, segundo se conta, em 1677, o capitão-mor Fernão Carrilho, passou pela povoação antes de ir lutar contra os quilombolas, onde assistiu missa e pediu proteção ao padroeiro.

Economia e Geografia:
Encontra-se na mesorregião do Leste alagoano e microrregião geográfica da Mata Atlântica, o município de Matriz do Camaragibe, que se limita ao norte com os municípios de Novo Lino e Jundiá; ao sul, com Passo do Camaragibe; a leste com municípios de Porto Calvo e Porte de Pedras e a oeste com Joaquim Gomes e São Luís do Quitunde.

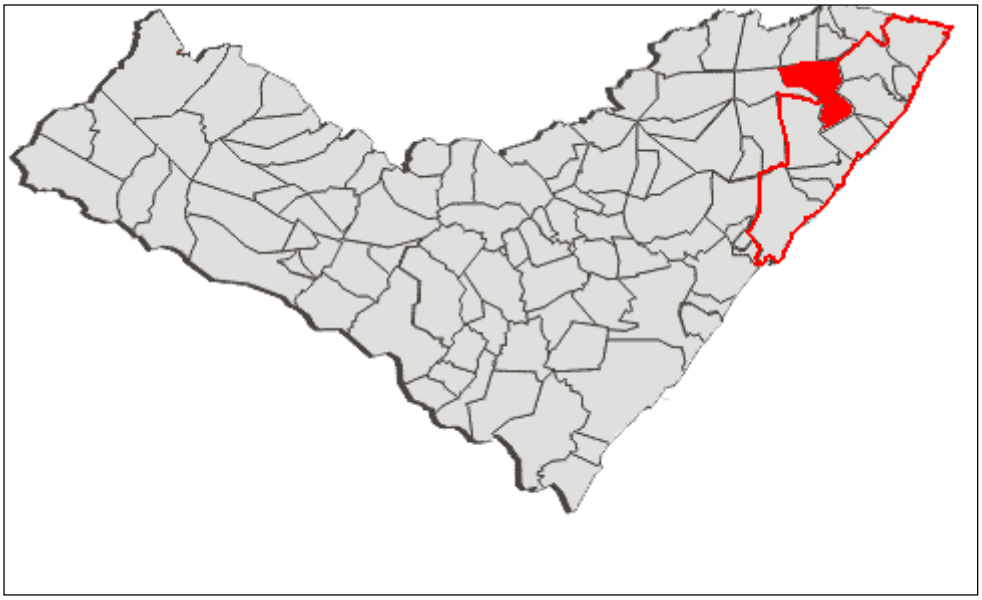


Figura 29 – Localização do município no contexto da área objeto de estudo
(Autoria: Benamor, C. 2010)

Distante cerca de 68 km de Maceió e perfazendo uma área de 330 km², (1,18% de AL), com coordenadas geográficas de 09°09'07,2'' de latitude sul e 35°31'58,8'' de longitude oeste, o município apresenta uma temperatura média acima de 23°C com precipitação superior a 1400 mm/ano. Seu acesso, a partir Maceió é feito através das rodovias AL-101N, AL-105.

[21] Fontes: Coletânea Municípios de Alagoas Organizações Arnon de Mello, desenvolvido pelo Instituto Arnon de Mello, em parceria com a Gazeta de Alagoas. Colaboradores: Cícero Péricles, Rochana Campos e Douglas Apratto Tenório; Site www.cprm.gov.br.

Figura 30 – Vista aérea do município
(Fonte: Google Maps, 2010)

Os principais rios do município são o Camaragibe e o Santo Antônio Grande, na divisa com o município de São Luís de Quitunde.

O relevo compreende a Depressão Oriental marcada pelos morros de encostas convexas que formam as serras do Espinhaço, D'água e da Mariquita. Nos terrenos sedimentares, o relevo é representado pelo Baixo Planalto Sedimentar dissecado pelo Rio Camaragibe. A planície fluvial é ampla e apresenta terraços e leques aluviais.

Com a cana-de-açúcar dominando a paisagem rural, o potencial da economia está na verdade, no aproveitamento da produção agrícola que pode ser diversificada, como no caso das flores tropicais, do mel e da ovinocaprinocultura.

O município, que apresenta altitude máxima na Serra do Brejo (335m) e na Serra D'água (255m), onde se encontra em implantação uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPM) faz parte também da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA).

Figura 31 – Placa de indicação das localidades e Figura 32 – Entrada principal da cidade
(Autoria: Bandeira, R. 2010)

No ranking de desenvolvimento, Matriz de Camaragibe está em 63º lugar, considerando os 101 municípios do estado e em 5.143º lugar no Brasil[22].

5.10. Porto Calvo

Histórico:
A atual cidade de Porto Calvo, antiga Vila de Bom Sucesso de Porto Calvo, é um dos núcleos urbanos mais antigos da primitiva Alagoas. Foi vila de muitas riquezas por conta dos engenhos de cana-de-açúcar ali implantados. Via pioneira para o escoamento do açúcar, sua história foi definida pela mata farta em meio à qual surgiu e pelos quatro rios que a circundam, especialmente o Manguaba, citado como um dos mais importantes da Capitania de Pernambuco, na obra de Gaspar Barleus, História dos Feitos Praticados Durante Oito Anos no Brasil, datado de 1647, e considerado como um dos mais notáveis relatos sobre o Brasil Holandês.

A situação geográfica favorável de Porto Calvo estimulou a sua ocupação favorecendo o rápido povoamento, uma vez que se tratava de um caminho pelo qual os viajantes que se dirigiam aos demais pólos econômicos, Santa Maria Madalena e Penedo, eram inevitavelmente obrigados a seguir. Nesse sentido constituía-se quase que uma passagem obrigatória para aqueles que pretendiam descer para a parte sul da Capitania de Pernambuco.

A povoação já se iniciou fortificada, privilegiadamente instalada no ponto mais alto de um monte, de onde era possível observar todo o movimento do entorno. Sua ocupação estava

[22] Fontes: Coletânea Municípios de Alagoas Organizações Arnon de Mello, desenvolvido pelo Instituto Arnon de Mello, em parceria com a Gazeta de Alagoas. Colaboradores: Cícero Péricles, Rochana Campos e Douglas Apratto Tenório; Site www.cprm.gov.br.

vinculada a estratégias políticas e econômicas de ocupação de uma região cujas peculiaridades naturais se prestavam completamente à exploração econômica.

O município tem grande significado histórico e cultural. Tornou-se conhecido, por ter participado diretamente de acontecimentos históricos, que contribuíram profundamente para a formação política e social de Alagoas, e, até mesmo do Brasil.

Durante os conflitos entre portugueses e holandeses, na época das invasões, um personagem local mereceu destaque, foi Domingos Fernandes Calabar, que entrou para a história como traidor, por ter se aliado aos invasores. No entanto, para a população de Porto Calvo, e muitos alagoanos, Calabar foi um patriota que acreditou numa causa, defendendo-a com a sua própria vida.

Economia e Geografia:
O município de Porto Calvo está localizado na região norte-nordeste do Estado de Alagoas, limitando-se ao norte com o município de Jacuípe; ao sul com Porto de Pedras; a leste com Maragogi e Japaratinga e a oeste com Matriz de Camaragibe e Jundiá.

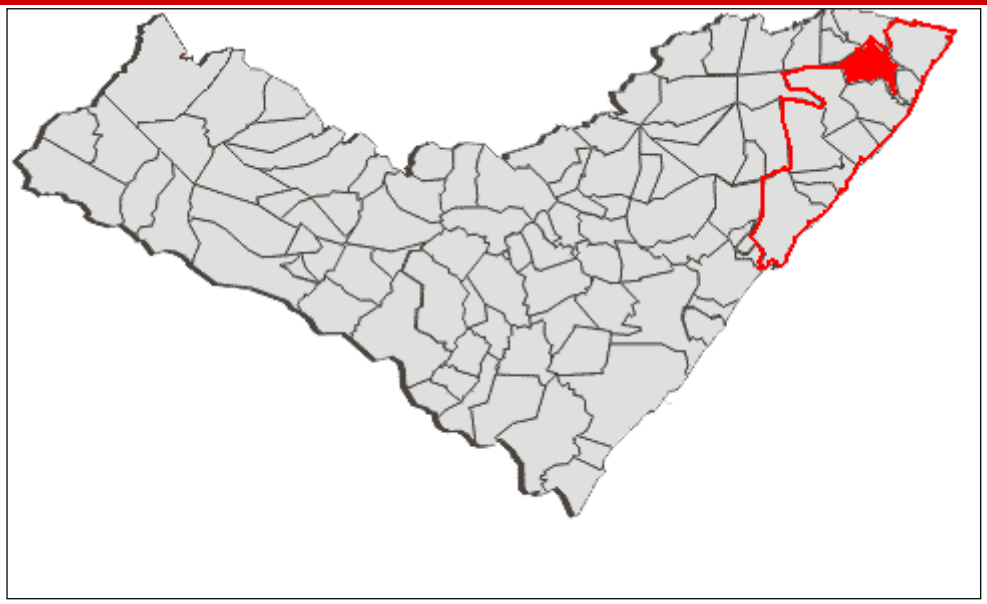


Figura 33 – Localização do município no contexto da área objeto de estudo
(Autoria: Benamor, C. 2010)

A área municipal ocupa 260,17 km² (0,94% de AL), inserida na mesorregião do Leste alagoano e na microrregião da Mata Alagoana e dista de Maceió, capital do estado, em torno de 91 km, percurso esse feito através das rodovias pavimentadas AL-101N e AL-105.

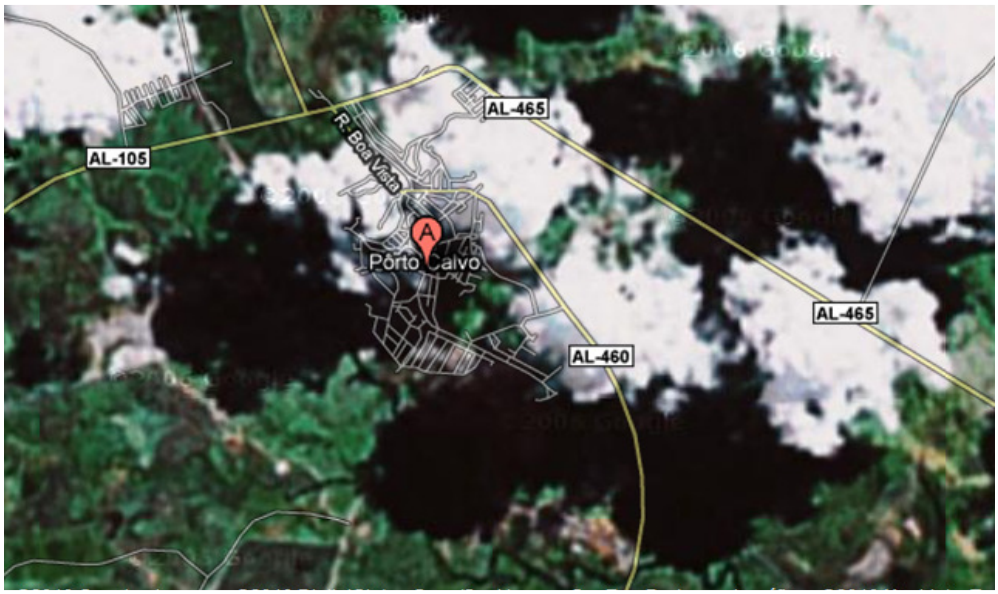


Figura 34 – Vista aérea do município
(Fonte: Google Maps, 2010)

A sede do município tem uma altitude de aproximadamente 54 m e coordenadas geográficas de 09°27'16,2'' de latitude sul e 35°23'52,8'' de longitude oeste, embora a altitude máxima verificada fosse de 128 m nos topos das colinas da Formação Barreiras.

O clima é do tipo *Tropical Chuvoso* com verão seco, apresentando médias mensais de temperaturas superiores a 23°C durante todo o ano e superiores a 26°C de janeiro a março, ficando sua precipitação anual média entre 1400 mm e 1500 mm.

Quanto ao relevo, sobre as rochas cristalinas ocorrem colinas capeadas pela Formação Barreiras e a leste da Depressão Oriental, sobre as rochas sedimentares, desenvolve-se o baixo planalto (tabuleiros costeiros), com altitudes inferiores a 100 m, dissecado pelos cursos d'água que o cortam de oeste para leste.

O núcleo urbano desenvolveu-se à margem do Rio Manguaba, que se apresenta com uma planície fluvial ampla e com características de antigo vale afogado durante as ultimas transgressões.

O município de Porto Calvo está inserido na bacia hidrográfica do Rio Manguaba, que o atravessa no sentido noroeste-sudeste. Seus principais afluentes são: a leste, os Rios Salgado e Piabuçu, os riachos Laranjeiras e São José; a noroeste, o Rio Tapamundo e seus afluentes, os Riachos Flores, Mucinzinho e Cocal; a sudoeste, o Rio Mucaitá e seus afluentes, os Riachos Papa-Mel e Jerimum. Todo esse sistema fluvial deságua no Oceano Atlântico.

Figura 35 e Figura 36 – Vista Panorâmica do Centro
(Autoria: Bandeira, R. 2010)

O município faz parte da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA) e seu potencial está na diversificação de sua agricultura (flores e frutas tropicais e mel) e na pequena produção industrial voltada para a comercialização regional.

Entre as atrações turísticas igrejas, engenhos e o Rio Manguaba, que banha a cidade.

No ranking de desenvolvimento, Porto Calvo está em 37º lugar no estado, considerando os 101 municípios e em 4.687º lugar no Brasil[23].

5.11. Maceió

Histórico:
O documento mais antigo que faz referência ao lugar que deu origem à cidade de Maceió data de 1611 e cita-se a existência de uma casa de telha na Praia de Pajuçara. Não equivalia, entretanto, a uma povoação, mas, apenas, a uma edificação isolada em meio à natureza exuberante e selvagem.

Com a expulsão dos holandeses e a necessidade de ocupação definitiva do território cobiçado, em 1673 foi construído um forte no porto natural de Jaraguá. Mas a povoação, de fato, só vem a acontecer a partir do século XIX embora esteja registrado na historiografia

[23] Fontes: Coletânea Municípios de Alagoas Organizações Arnon de Mello, desenvolvido pelo Instituto Arnon de Mello, em parceria com a Gazeta de Alagoas. Colaboradores: Cícero Péricles, Rochana Campos e Douglas Apratto Tenório; Site www.cprm.gov.br.

que, anteriormente, houve naquela região um engenho de açúcar e uma capela dedicada a Nossa Senhora dos Prazeres, que deu origem a atual catedral Metropolitana.

Segundo Craveiro Costa, "a célula *mater* do povoado foi o engenho com a sua ermida de São Gonçalo, que existiram na atual Praça Dom Pedro II."[24]
O Porto de Jaraguá foi essencial na construção do espaço, pois determinou os caminhos que depois geraram ruas. Desse modo, surgem os bairros do Centro, Jaraguá e Bebedouro, antigas rotas por onde passavam comerciantes no movimento incessante de ida e vinda de mercadorias.

A partir da primeira metade do século XIX, já era um importante centro comercial e ia gradualmente perdendo sua fisionomia rural e adquirindo ares urbanos, dotada de uma estrutura que aos poucos se complexicava, se dilatando em ruas e adjacências. Com isso, adquiriu relevância suficiente para tomar da cidade de Alagoas (atual Marechal Deodoro) o título de capital da Província.

Dessa época ficam os sítios históricos mais antigos, Centro, Jaraguá e Bebedouro, com seus arruados sinuosos, estreitos, de casario alinhado ao lote, lembrando um modo de viver perdido no tempo.

Economia e Geografia:
O município está localizado na mesorregião do leste alagoano e na microrregião geográfica de Maceió, limitando-se ao norte com Flexeiras, São Luís do Quitunde, Barra de Santo Antônio e Paripueira; ao sul com Coqueiro Seco, Marechal Deodoro, e o Oceano Atlântico; a leste com o Oceano Atlântico e a oeste com Messias Rio Largo, Satuba e Santa Luzia do Norte.

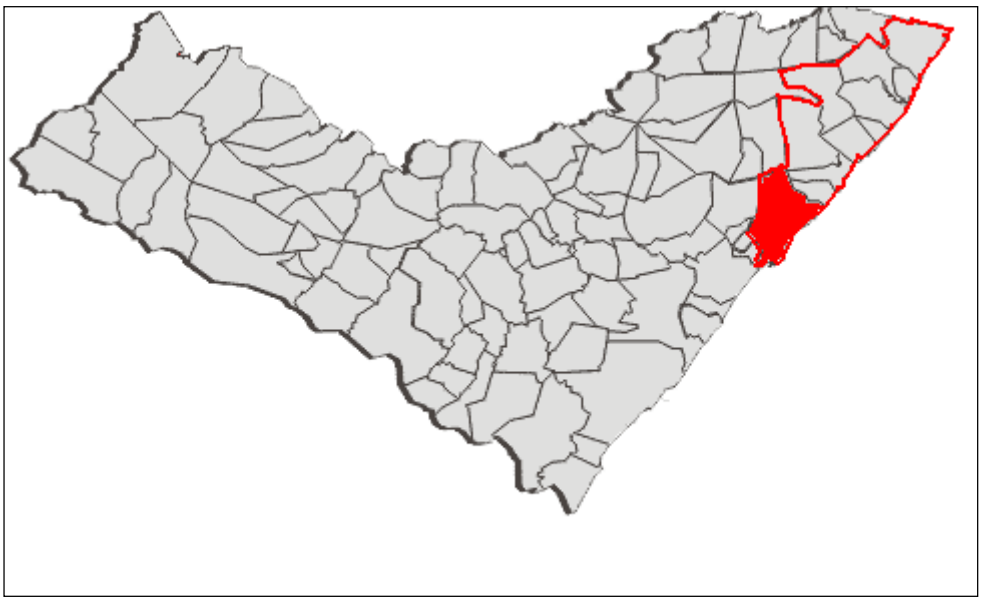


Figura 37 – Localização do município no contexto da área objeto de estudo
(Autoria: Benamor, C. 2010)

Maceió, capital do estado, possui uma área de 513,55 km² (1,84% de AL), sendo 191,79 km² na área urbana, 298,51 km² na área rural e 23,26 km² de área lagunar.

[24] COSTA, 1981:12.

Suas distâncias para os municípios extremos do estado são de aproximadamente 144 km para o município de Maragogi, 99 km até Novo Lino, 96 km até São José da Laje, 266 km até Mata Grande, 294 até Delmiro Gouveia, 172 km até Porto Real do Colégio e 135 km até Piaçabuçu.

Suas altitudes também variam de 304m (máxima), na Serra da Saudinha a 127m no tabuleiro próximo ao Aeroporto Internacional Zumbi dos Palmares, apresentando variação ainda na planície costeira que vai de 02 m a 08 m.

As principais bacias hidrográficas que drenam o município são as dos Rios Sauaçuy, Meirim, Pratagy, Jacarecica e Reginaldo, e as dos Riachos Estivas, do Senhor, Doce, Graça Torta, Guaxuma, das Águas Férreas, do Sapo, Gulandim, do Silva e Catolé e ainda os Canais da Levada e do Trapiche.

Perene, o Rio Mundaú, com seus aproximadamente 194 km de extensão, é o mais importante tributário do sistema estuarino-lagunar Mundaú, à margem do qual se desenvolveu a cidade. Considerado também um rio influente, por alimentar o aquífero, o Rio Reginaldo, com um curso de aproximadamente 10 km antigo afluente do Rio Mundaú, deságua na Praia da Avenida da Paz, e recebe o nome de Salgadinho, ao alcançar o bairro do Poço, em virtude da salinidade de suas águas, pela influência da maré.

Com sua bacia inserida nesse município, o Rio Jacarecica, igualmente perene nos seus 40 km de extensão, encontra-se frequentemente assoreado por resíduos lançados pela população que ocupa suas margens.

O município que apresenta temperatura média anual em torno de 24,2°C tem uma precipitação média anual variando de 1400 mm a 1500 mm, concentrada de abril a julho, época em que chove mais de 70% do total.

Integrante de várias Unidades de Conservação como a Área Piloto da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA) e a Área de Proteção Permanente (APP) do IBAMA (Dec. Federal 1709), Maceió também integra a Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais (Dec. Federal s/n), a Área de Proteção Ambiental de Santa Rita (Lei Estadual 5343) e o Parque Municipal de Maceió (Lei Municipal 2541), entretanto, Maceió é normalmente vista e vendida apenas como orla marítima, quando as lagoas também integram o fantástico sistema hídrico que banha essa capital[25].

Maceió, também, faz parte do programa nacional do Ministério do Turismo, sendo um dos 65 Destinos Indutores do Brasil.

[25] Fontes: Coletânea Municípios de Alagoas Organizações Arnon de Mello, desenvolvido pelo Instituto Arnon de Mello, em parceria com a Gazeta de Alagoas. Colaboradores: Cícero Péricles, Rochana Campos e Douglas Apratto Tenório; Site www.cprm.gov.br.

Produto 1

Partes I – Justificativa da Seleção da Área Turística

6. JUSTIFICATIVA DA SELEÇÃO DA ÀREA

6.1. O Turismo no Contexto das Estrategias de Desenvolvimento do Estado

O turismo de Alagoas passou por períodos de grande oscilação ao longo das últimas três décadas. Mesmo reconhecido como atividade econômica, cujo marco institucional pode ser considerado a criação da EMATUR – Empresa Alagoana de Turismo – na década de 70, somente em 2003 é criada uma pasta exclusiva para o setor, dentro da estrutura governamental. A Secretaria de Estado do Turismo de Alagoas – SETUR fica responsável, a partir de então, pelas políticas públicas de desenvolvimento desta atividade econômica. A gestão atual do governo de Alagoas apresentou em 2007 as estratégias de desenvolvimento para alagoas, dentro das quais está destacada a expansão e consolidação do turismo e na implementação da gestão para resultados de 2007 busca:

> ***O Desenvolvimento do Turismo*** *por meio da promoção, da exploração de novas áreas, da qualificação e certificação profissional, da organização da cadeia produtiva (artesanato, cultura, restaurantes e hotéis), da melhoria da qualidade dos serviços do setor, da expansão para o litoral sul (resorts), do adensamento diferenciação do turismo no litoral norte (pousadas de maior valor agregado), além da exploração de outros potenciais turísticos do estado, como os cânions no Vale do São Francisco, a relevância histórica e a riqueza cultural de Piranhas (Xingó), Penedo e Marechal Deodoro, e do turismo de negócios em Maceió.*

Tabela 12 – ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO 2007-2011

Áreas de Resultado	Melhoria da Qualidade de Vida	Redução da indigência, pobreza e desigualdade	Crescimento e desconcentração econômica	Desenvolvimento do capital humano	Novas Instituições e renovação da gestão pública	Valorização da Imagem e mudanças culturais
Estratégias de desenvolvimento 2007-2011	Sistema Integrado de Defesa Social	Redução do analfabetismo e aumento da escolaridade	Consolidação dos APLs pela assistência técnica e extensão rural	Gestão de qualidade na educação	Reforma administrativa	Divulgação das medidas de mudanças no Setor Público, Intra-Governo e para a sociedade
	Racionalização, ampliação e descentralização do Sistema de Saúde	Serviços de atenção primária à saúde, planejamento familiar e prevenção da gravidez precoce	Expansão e consolidação do turismo	Apoio aos municípios na oferta da educação infantil de qualidade	Informatização do setor público	Fortalecimento da interação Governo/ sociedade
	Medidas sócio-educativas e no combate a violência		Infra-estrutura para assegurar o desenvolvimento econômico e social			
	Habitação e infra-estrutura nas áreas de maior vulnerabilidade e potencialidade de desenvolvimento	Ampliação do acesso e utilização efetiva de benefícios sociais	Economia da cultura através da preservação e valorização dos ativos culturais	Garantir o acesso, a permanência e a qualidade do ensino fundamental	Saneamento das finanças públicas	Estímulo à cultura da moralização e efetividade no Setor Público
		Acesso da população à justiça	Ampliação das oportunidades dentro da cadeia produtiva do setor sucroalcooleiro			
	Gestão Integrada do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Esporte e cultura para a inserção social dos jovens	Melhoria do ambiente de negócios e atração de empresas âncoras	Expansão do ensino médio, profissionalizante e qualificação de mão-de-obra	Adoção dos princípios da Nova Gestão Pública	Aproveitamento de todas as vantagens comparativas e competitivas de Alagoas
	Ampliação, moralização e modernização física e institucional do sistema prisional	Universalização do acesso às telecomunicações e fomento à inclusão digital	Aumento da produtividade e do valor agregado da agricultura familiar e pecuária	Início da implantação da jornada escolar integrada	Apoiar desenvolvimento da Gestão Municipal	Empreendedorismo e protagonismo dos jovens
			Desenvolvimento da produção irrigada			

Fonte: SEPLAN 2007

Em 2007 a Secretaria de Estado sofreu uma reestruturação passando a atuar em quatro frentes prioritárias, sendo elas:

a) Investimentos – Articulação de ações que visem a implementação de negócios relacionados com o desenvolvimento turístico do Estado. Captação de novos empreendimentos turísticos e interlocução com os existentes.
b) Marketing – Promover e divulgar o destino Alagoas no âmbito nacional / internacional e captar voos regulares e fretados nacionais / internacionais.
c) Desenvolvimento de Destinos e Produtos - Elaborar, analisar e executar projetos de fomento e desenvolvimento de destinos e produtos já existentes, bem como identificar novos destinos e produtos, acompanhando e fornecendo apoio para o desenvolvimento dos destinos, além do acompanhamento e execução de programas federais, principalmente vinculados ao Ministério do Turismo.
d) PRODETUR/AL – Coordenar, acompanhar e executar as ações do Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo no Estado de Alagoas através da Unidade Executora Estadual - UEE.

As ações destas áreas de atuação estão, em sua maioria, vinculadas às estratégias nacionais de desenvolvimento do turismo e previstas no Plano Nacional de Turismo 2007-2010. No entanto, o desenvolvimento de iniciativas regionais também tem se destacado e fazem interface positiva com projetos federais, indicando uma visão comum de desenvolvimento entre instituições. Um bom exemplo, neste caso, é o Programa de Arranjos Produtivos Locais – APLs de Turismo, concebido a partir da associação do Governo do Estado e o SEBRAE/AL em 2004. Contando com a parceria de instituições públicas e privadas o programa atua visando mobilizar atores locais através de ações coletivas e integradoras para o fomento da atividade turística. Outros programas e projetos também merecem destaque:

Tabela 13 – AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO ESTADO DE ALAGOAS

AÇÕES	DESCRIÇÃO
Programa de Regionalização do Turismo	Acompanhamento e execução das ações previstas no PRT, em parceria com o Ministério do Turismo.
Regiões Turísticas em Alagoas – Recorte geográfico (Sertão Alagoano, Caminhos do São Francisco, Celeiro das Tradições, Quilombos, Costa dos Corais, Metropolitana e Lagoas e Mares do Sul).	Desenvolvimento estratégico das regiões turísticas de Alagoas. Atualmente as trabalhadas prioritariamente pela SETUR/AL são: Costa dos Corais, Lagoas e Mares do Sul, Caminhos do São Francisco e recentemente Quilombos.
Destinos Indutores (Maceió e Maragogi)	Acompanhamento e execução das ações dos 65 Destinos Indutores de Desenvolvimento Turísticos identificados pelo MTUR.

Tabela 13 – AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO ESTADO DE ALAGOAS (Continuação)

Projeto Rede de Cooperação Tecnica para Roteirização	Desenvolvimento em parceria com os estados e Sebrae de Alagoas, Paraíba e Pernambuco do Roteiro Integrado da Civilização do Açúcar como parte do Projeto Rede de Cooperação Técnica para Roteirização do MTUR.
INVTUR – Inventariação Turística	Acompanhamento das ações para inventariação turística, dentro da metodologia proposta pelo MTUR. Nenhum município do Estado, à exceção de Penedo, teve seu inventário concluído neste formato.
Salão do Turismo	Em 2009, Alagoas passa a coordenar a região nordeste para a participação no Salão do Turismo, participando dos encontros entre interlocutores nacionais e desenvolvendo estratégias comuns para evento.
Viaja Mais Melhor Idade	Suporte, acompanhamento e execução do programa Viaja Melhor Idade em Alagoas, que busca facilitar e estimular brasileiros acima de 60 anos a viajar pelo país.
CADASTUR	Cadastro, atendimento, orientação e fiscalização dos prestadores de serviços de Alagoas através da Coordenação Regional de Serviços Turísticos do MTUR.
Programa Aventura Segura	Desenvolvimento do segmento de Aventura em Alagoas. Formação do Núcleo de Aventura de Alagoas e estímulo para sua associação à ABETA - Associação Brasileira das Empresas de Turismo de Aventura.
Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável - PDITS Lagoas e Mares do Sul e Costa dos Corais.	Acompanhamento e análise na elaboração dos PDITS dos Pólos Lagoas e Mares do Sul e Costa dos Corais, ambos sendo elaborados em 2010.
Projeto de Dinamização do Turismo Sustentável no Rio São Francisco – BID e Agência de Cooperação Técnica Espanhola.	Acompanhamento e execução do projeto modelo de roteiro turístico fluvial na região dos Caminhos do São Francisco (Alagoas) em parceria com o Estado de Sergipe, para o desenvolvimento e dinamização do turismo no Baixo São Francisco.

(Fonte: SETUR/AL, 2010)

Detentor de grande potencial turístico, conhecido por ser um verdadeiro mosaico de atrativos históricos, culturais e naturais, o Estado tem mudado positivamente sua posição no mercado nacional se consolidando como um dos principais destinos turísticos do nordeste. Mas apesar da constante evolução ao longo dos últimos dez anos, ainda não consegue gerar recursos próprios suficientes e proporcionais às demandas de investimentos necessários ao desenvolvimento de suas regiões turísticas necessitando, desta forma, de aporte externo para fomentar o setor. Assim sendo, o PRODETUR representa um das principais alternativas ao Estado para consolidar projetos, programas e ações que contemplem um processo de desenvolvimento turístico consistente, equilibrado e sustentável.

6.2. Caracterização da Área Turística

Com a elaboração do Plano Estadual de Turismo 2005-2015, e com base nos perfis de pólos potenciais para exploração do turismo, características semelhantes e complementares, foi proposta uma divisão do Estado em regiões turísticas, como observado na Figura 38 abaixo, sendo que apenas cinco das elencadas são consideradas prioritárias e vem sendo trabalhadas de forma continua e efetiva pelo poder público estadual: Costa dos Corais, Metropolitana, Lagoas e Mares do Sul, Caminhos do São Francisco[26] e a partir de 2010, região dos Quilombos.

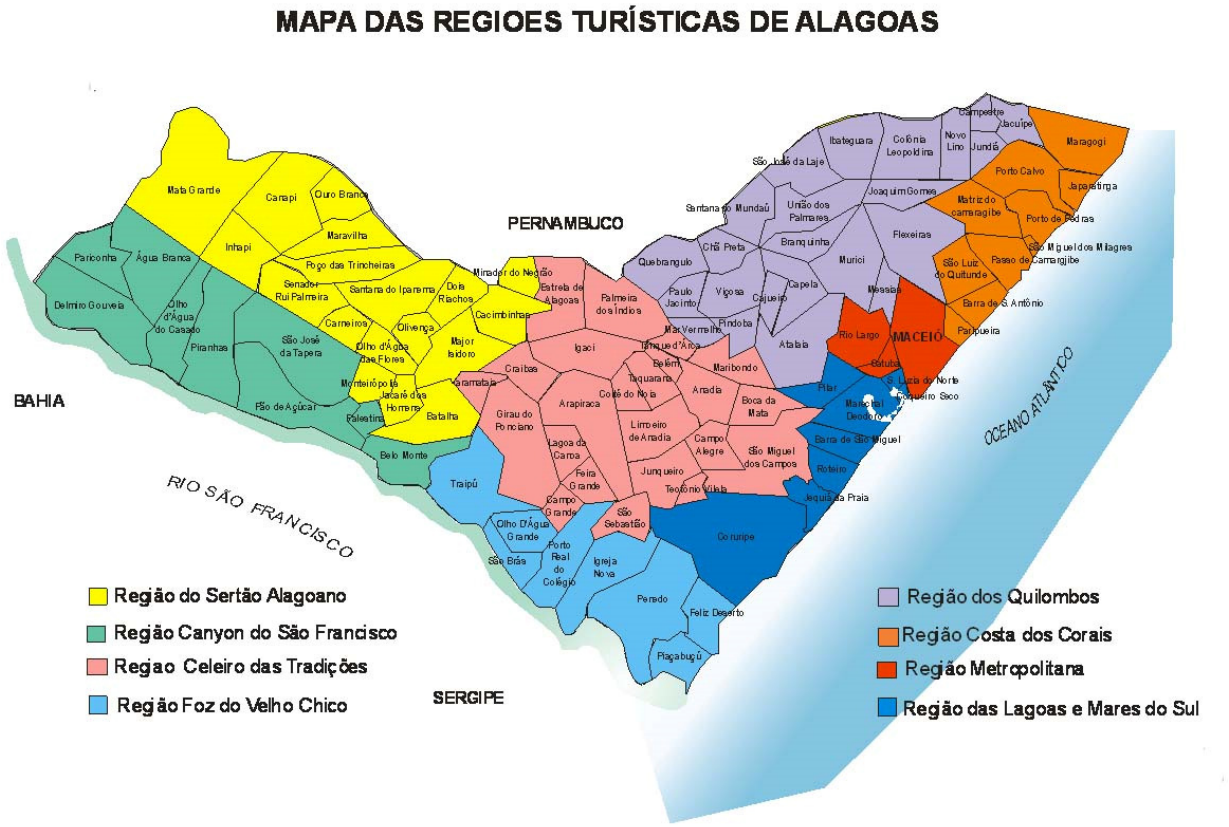


Figura 38 – Mapa das Regiões Turísticas de Alagoas – Plano Estadual de Turismo Alagoas 2005–15
(Fonte: SETUR-AL, 2010)

O Pólo Costa dos Corais corresponde à principal região turística do Estado de Alagoas, sendo o indutor de todo desenvolvimento histórico do turismo no Estado, especialmente, pelo fato de englobar a capital alagoana. Neste Pólo já foram implementadas ações do PRODETUR NE I e II, as quais serão discutidas adiante na avaliação dos resultados e do grau de implementação da versão 2002 do PDITS.

[26] A região turística Caminhos do São Francisco é resultante de uma adequação estratégica estadual que une as regiões da Foz do Velho Chico e Cânion do São Francisco em uma única. Esta fusão de regiões foi validada pelo Fórum Estadual de Turismo em 2009.

O Pólo Costa dos Corais conta os dois municípios de Alagoas identificados pelo Ministério do Turismo como indutores de desenvolvimento turístico regional dentre os 65 apresentados no estudo de competitividade, como parte do Plano Nacional de Turismo 2007-2010, sendo eles Maceió e Maragogi. Estes municípios vêm sendo priorizados por investimentos técnicos e financeiros do MTUR e são foco de articulações e parcerias com outros ministérios e instituições.

Os municípios selecionados para a área turística do PDITS Costa dos Corais 2010 obedecem à proposta do plano elaborado em 2002, acrescidos os critérios estabelecidos no regulamento operacional do PRODETUR Nacional e dos fatores de mudança nos oito anos de desenvolvimento do setor turístico no Pólo que separam os planos. Todos os municípios fazem parte de uma estratégia regional de desenvolvimento turístico reconhecida e priorizada pelo Estado de Alagoas, instituições de fomento e setor privado, estão mobilizados e tiveram a região turística validada através de sua instância de governança – Grupo Gestor Costa dos Corais além de receberem investimentos de etapas anteriores do PRODETUR.

Nos casos específicos de São Luís do Quitunde, Matriz de Camaragibe e Porto Calvo, além dos argumentos expostos anteriormente, deve-se observar os cenários de médio e longo prazo uma vez que:

1- Possuem atrativos naturais, históricos e culturais potenciais para exploração turística futura;
2- Os municípios serão inevitavelmente impactados pelo desenvolvimento acelerado do Pólo e dos municípios adjacentes (fluxo indutor de desenvolvimento – Figura 39);
3- Projetos já estão em andamento para o desenvolvimento do turismo em alguns destes municípios;
4- O corredor turístico, do qual atualmente já fazem parte, deve ser considerado para fins do planejamento regional;
5- Devem servir como fornecedores de serviços, produtos e mão-de-obra;
6- Deve-se evitar a migração e êxodo da população para as zonas de litoral face ao desenvolvimento do turismo.

No relatório técnico preliminar do PDITS 2002, são identificadas três subzonas no Pólo, além da capital Maceió, distintas entre si, sendo elas:

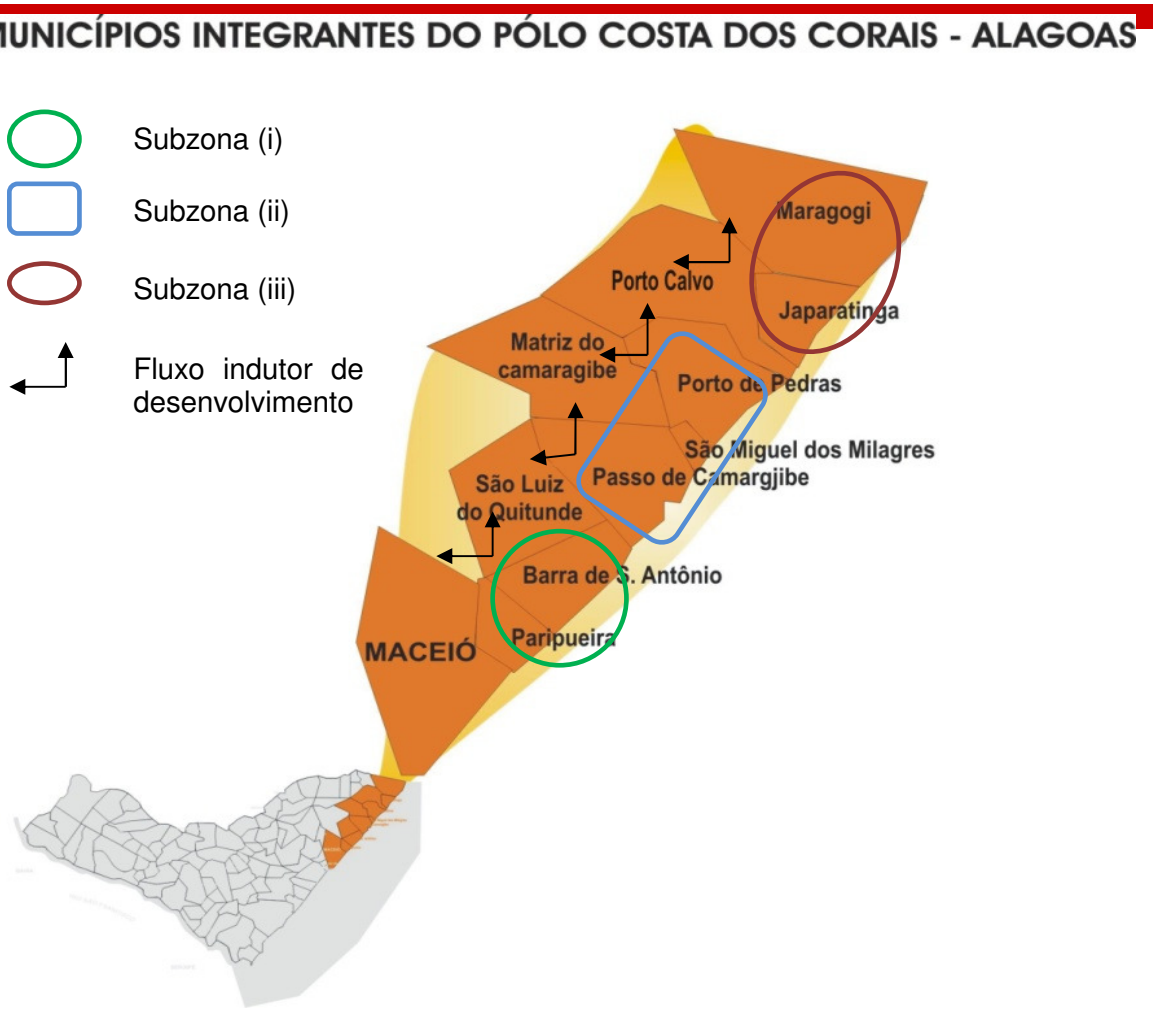


Figura 39 – Subzonas e Fluxos Indutores de Desenvolvimento do Pólo Costa dos Corais
Fonte: PDITS (2002)

(i) **Trecho de Veraneio -** Trecho que inclui o litoral norte de Maceió, e as localidades de Paripueira e Barra de Santo Antônio, considerado como trecho de veraneio, que recebe população flutuante de fins de semana e férias, provenientes da capital, como também um movimento diurno de turistas vindos, em sua maioria, de Maceió.

(ii) **Trecho com Turismo Potencial** - Trecho formado pelos municípios de Passo de Camaragibe, São Miguel dos Milagres e Porto de Pedras, cujo acesso somente acontece em suas extremidades litorâneas através de balsas, com turismo incipiente e número de equipamentos pequenos e de baixa qualidade e aproveitamento quase nulo da mão-de-obra local.

(iii) **Trecho com Turismo em Desenvolvimento** – Trecho que se estende até à divisa com o Estado de Pernambuco e compreende os municípios de Japaratinga e Maragogi, apresentando atividade turística desenvolvida, com vários equipamentos turísticos.

Após pesquisa de campo e visitas técnicas iniciais, verificaram-se algumas mudanças no cenário apresentado em 2002. Apesar do Pólo possuir aspectos geográficos similares, a dinâmica turística dos municípios se caracteriza de forma diferente. Neste cenário, se apresenta 05 (cinco) subzonas:

(I) **Trecho de Veraneio e "*Day Use*"** – Este trecho apresenta o menor grau de evolução do ponto de vista de investimentos específicos no setor turístico quando comparado aos outros trechos. Apesar da consolidação de pontos de apoio, ainda predominam marcas de ocupação urbana desordenada, principalmente nos municípios de Paripueira e Barra de Santo Antônio.

(II) **Trecho com Turismo em Desenvolvimento –** Obedecendo a evolução natural à vocação turística desta subzona, há hoje a predominância de pousadas de charme e empreendimentos de baixa escala e alto valor agregado. Praticamente 100% da mão-de-obra é local, e há um esforço conjunto dos empresários em preservar as características estéticas, ambientais e sociais do que foi denominado "Rota Ecológica". Apesar de Japaratinga encontrar-se num estágio um pouco diferenciado dos demais municípios da Rota Ecológica, a cidade identifica-se mais com as características do turismo desenvolvido nesta subzona.

(III) **Trecho com Turismo em Consolidação –** Maragogi é hoje um dos 65 destinos indutores do turismo pelo MTUR. Possui a atividade turística em consolidação com diversos equipamentos, que variam de pousadas, hotéis de médio porte e *resorts* além da variedade nos pontos de apoio e serviços em geral.

(IV) **Trecho com Turismo Consolidado –** Maceió, destino turístico de Alagoas consolidado nacional e internacionalmente, também faz parte do Programa dos Destinos Indutores do Ministério do Turismo. Sendo a capital do Estado e detentora de uma ampla infraestrutura turística e o principal núcleo receptor, precisa ser analisado de forma isolada.

(V) **Trecho com Municípios Fora da Área Litorânea –** Os municípios de São Luís do Quitunde, Matriz de Camaragibe e Porto Calvo encontram-se fora da área litorânea e, apesar de possuírem um vasto potencial cultural, já citado na caracterização dos municípios integrantes do Pólo, estão num processo incipiente de desenvolvimento da atividade turística.

A análise da oferta turística atual e potencial de cada um dos municípios será realizada no diagnóstico estratégico do PDITS Costa dos Corais.

7. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS E O GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO DO PDITS DO PÓLO COSTA DOS CORAIS (VERSÃO 2002)

Tabela 14 – AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS E O GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO DO PDITS DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

COMPONENTES			
1. Fortalecimento da capacidade municipal para a gestão do turismo			
SUB-COMPONENTES	**LINHA DE AÇÃO**	**AÇÕES/PROJETOS**	**AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS**
Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios	Elaboração de plano de fortalecimento institucional para a gestão político-administrativa e fiscal	Diagnóstico e plano de ação para gestão administrativa e fiscal.	NÃO REALIZADO
		Diagnóstico e plano para modernização e informatização do sistema de arrecadação.	NÃO REALIZADO
Gestão Municipal do Turismo	Elaboração de Estudo de Produtos e Roteiros Turísticos Integrados	Elaboração e execução dos planos setoriais para o desenvolvimento do turismo e para a gestão e preservação do patrimônio natural e cultural, enfatizando as especificidades de cada município e integrados ao PDTIS do Pòlo.	NÃO REALIZADO
		Elaboração de estudo de produtos e roteiros integrados.	NÃO REALIZADO
		Elaboração de estudo para exploração e divulgação de produtos e roteiros integrados.	NÃO REALIZADO
	Treinamento de gestores municipais, líderes locais e empresários em Gestão Turística	Capacitação de gestores municipais para o turismo, patrimônio natural e cultural.	NÃO REALIZADO
		Desenvolvimento de programa de capacitação de professores municipais em turismo e em preservação do patrimônio natural e cultural integrado ao plano setorial específico.	NÃO REALIZADO
	Incentivo à elaboração de políticas e planos municipais para o turismo	Elaboração de políticas e planos municipais para o turismo	PARCIALMENTE REALIZADO – Elaborado o Plano de Municipal de Turismo de Passo de Camaragibe
	Elaboração de programas de fortalecimento dos conselhos municipais e órgãos gestores de turismo	Projeto de Fortalecimento Institucional para os órgãos gestores do turismo e meio ambiente dos municípios do Pòlo.	NÃO REALIZADO
	Estudo e implementação da cadeia produtiva do Artesanato no Pólo	Apoio e desenvolvimento de Programa de Qualidade em benefíciodo artesanato nos municípios do Pólo.	NÃO REALIZADO
	Elaboração de Políticas públicas para o fortalecimento da cultura local	Desenvolvimento de programa para a sensibilização de gestores, conselheiros municipais, líderes comunitários, empresários e autoridades locais do legislativo, judiciário e outros.	NÃO REALIZADO
	Elaboração de Planos Diretores e revisão dos planos já existentes	Elaboração dos Planos Diretores Municipais	PARCIALMENTE REALIZADO – Foi elaborado o Plano Diretor de São Miguel dos Milagres
Gestão dos Resíduos Sólidos	Elaboração de planejamento integrado para resíduos sólidos para o Pólo ou consórcio de municípios	Projeto para realocação do aterro sanitário de Maceió, recuperação da área a ser desativada e implantação do aterro sanitário em nova área a ser definida.	REALIZADO - Aterro Sanitário construído em outra área e em operação. Área do antigo aterro que foi desativada ainda sem nenhuma obra de recuperação.
		Elaboração dos Planos Diretores de Coleta, Transporte e Destinação Final dos Resíduos Sólidos.	NÃO REALIZADO
		Implantação de aterro sanitário integrado para os municípios de Paripueira, Barra de Santo Antônio, São Luís do Quitunde, Passo de Camaragibe e Matriz de Camaragibe.	NÃO REALIZADO
		Implantação de aterro sanitário integrado para os municípios de São Miguel dos Milagres, Porto de Pedras, Porto Calvo, Japaratinga e Maragogi.	NÃO REALIZADO

(Fonte: LOG/TCBR. 2002)

Tabela 14 – AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS E O GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO DO PDITS DO PÓLO COSTA DOS CORAIS (Continuação)

COMPONENTES			
1. Fortalecimento da capacidade municipal para a gestão do turismo			
SUB-COMPONENTES	**LINHA DE AÇÃO**	**AÇÕES/PROJETOS**	
Proteção e Conservação dos Recursos Naturais	Elaboração de políticas municipais para a gestão do meio ambiente	Elaboração de políticas municipais para a gestão do meio ambiente e o apoio necessário a sua implementação.	NÃO REALIZADO
		Implantação de programas de exploração sustentável dos recursos naturais dos municípios do Pólo.	NÃO REALIZADO
	Intensificação da fiscalização das leis ambientais e urbanas de uso e ocupação do solo	Capacitação institucional dos municípios para implementação e fiscalização de leis de proteção ambiental.	NÃO REALIZADO
	Treinamento e qualificação de pessoal encarregado do gerenciamento de áreas protegidas	Treinamento e capacitação de pessoal para a gerência de áreas protegidas.	NÃO REALIZADO
	Implantação de centros de visitação nos atrativos naturais de maior relevância	Implantação de centros de visitação nos atrativos naturais de maior relevância.	NÃO REALIZADO
	Criação de Unidades de Conservação e elaboração de seus respectivos planos de manejo	Elaboração de plano de manejo e gestão da APA do Rio Camaragibe.	NÃO REALIZADO
		Elaboração de plano de manejo e gestão da APA do Rio Manguaba.	NÃO REALIZADO
		Elaboração de plano de manejo e gestão do Parque Municipal Marinho de Paripueira.	NÃO REALIZADO
		Elaboração de plano de manejo e gestão do Parque Municipal de Maceió.	NÃO REALIZADO
		Elaboração de plano de manejo e gestão da APA Parque Marinho Corais do Maragogi.	NÃO REALIZADO
		Elaboração de estudos e alternativas para a sustentabilidade dos recursos naturais.	NÃO REALIZADO
	Recuperação de áreas degradadas	Identificação e recuperação de áreas degradadas.	NÃO REALIZADO
Proteção e Conservação do Patrimônio Cultural	Elaboração de campanhas, estudos e projetos para a proteção e conservação do Patrimônio Cultural.	Elaboração de campanha de conscientização da importância da preservação dos bens culturais.	NÃO REALIZADO
		Levantamento/Inventário do Patrimônio Cultural do Pólo.	NÃO REALIZADO
		Projeto de Resgate e Exposição do Acervo Arqueológico em poder da Universidade Federal de Alagoas.	NÃO REALIZADO
		Projeto de Levantamento e Interpretação do Patrimônio Histórico da Cidade de Porto Calvo, resgatando o percurso fluvial pelo Rio Manguaba.	NÃO REALIZADO
Urbanização de Áreas Turísticas	Elaboração de estudos municipais, de sistema viário, circulação e estacionamento.	Elaboração de estudos preliminares e implantação de sistema viário, vias urbanas, ordenamento do tráfego e área para estacionamento em localidades de grande fluxo e interesse turístico.	NÃO REALIZADO

(Fonte: LOG/TCBR. 2002)

Tabela 14 – AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS E O GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO DO PDITS DO PÓLO COSTA DOS CORAIS (Continuação)

COMPONENTES			
2. Planejamento estratégico, treinamento e infraestrutura para o crescimento turístico			
SUB-COMPONENTES	**LINHA DE AÇÃO**	**AÇÕES/PROJETOS**	
Planejamento estratégico e preparação de projetos	Projetos Diversos para o Pólo	Projeto de sinalização turística para o Pólo Costa dos Corais	NÃO REALIZADO
		Elaboração de projetos executivos de obras de infraestrutura e estudos de viabilidade sócioeconomica e de estudos e relatórios ambientais	NÃO REALIZADO
		Estudo de viabilidade para a implantação de turismo rural e do ecoturismo nos municípios do Pólo	NÃO REALIZADO
		Base cartográfica para o Pólo Costa dos Corais	REALIZADO
		Elaboração e impressão de livros, guias e manuais nas áreas de meio ambiente e turismo	NÃO REALIZADO
		Elaboração de roteiros de navegação e cartas de pilotagem, bem como, a identificação de embarcações adequadas para o transporte turístico nos rios do Pólo.	NÃO REALIZADO
	Elaboração de Plano de Marketing Integrado para o Pólo costa dos Corais	Elaboração de estratégias para converter potenciais fatores indutores de fluxos regionais em produtos turísticos competitivos	NÃO REALIZADO
		Elaboração de Plano de Promoção/Divulgação Turística (*fantours*, canais de distribuição, evento de lançamento do produtos, imagem diferencial do produto)	NÃO REALIZADO
		Elaboração de plano de comunicação (propaganda (anúncios, folders, comerciais), promoção de vendas (brindes, descontos, cuponagem), relações públicas (fantours, entrevistas, workshops para apresentação do produto Pólo Costa dos Corais) e marketing direto (telemarketing, internet (sites))	NÃO REALIZADO
		Elaboração de plano de comercialização (potencial para o Pólo X perspectivas dos mercados crescentes, inventário de atrativos turísticos competitivos estratégicos do Pólo, Portfólio de Negócios Turísticos)	NÃO REALIZADO
		Elaboração de Plano de Monitoramento e Controle (controle contínuo, processo decisório e implementação de ações para o monitoramento do desempenho do Produto Pólo Costa dos Corais no mercado	NÃO REALIZADO
	Elaboração de inventário turístico para o Pólo	Elaboração de inventário turístico do Pólo para definição de produtos e roteiros integrados	NÃO REALIZADO
		Elaboração de um calendário de eventos para o Pólo	NÃO REALIZADO
	Elaboração de estudo de demanda para o Pólo	Pesquisa de indicadores estatísticos do turismo no Polo	NÃO REALIZADO
	Elaboração de Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE para o Pólo	Estudo de capacidade de carga	NÃO REALIZADO
		Elaboração de Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) do Pólo Costa dos Corais	NÃO REALIZADO
Campanhas de conscientização	Implantação de programas de conscientização e divulgação para: educação ambiental, patrimônio natural, cultural (material e imaterial) e importância do turismo para o desenvolvimento local	Cursos de conscientização voltados para a população dos municípios do Pólo, sobre a importância da conservação ambiental e do turismo como alternativa econômica para o desenvolvimento sustentável do Pólo Costa dos Corais.	NÃO REALIZADO
Treinamento profissional e capacitação da população	implantação de programas de treinamento, certificação e atualização da mão-de-obra turística.	Cursos de capacitação turística para a população dos municípios do Pólo	NÃO REALIZADO
		Cursos de educação ambiental para a população dos municípios do Pólo	NÃO REALIZADO
		Treinamento profissionalizante destinado à população local que trabalha no setor turístico	NÃO REALIZADO
Saneamento e água potável	Implantação e/ou complementação de sistemas de saneamento básico (água, esgoto e drenagem).	Implantação de sistema de esgotamento sanitário em área urbana nos municípios do Pólo.	PARCIALMENTE REALIZADO - Apenas os municípios de Maragogi e Maceió implantaram obras de esgotamento sanitário, atualmente Maceió tem um índice de atendimento na área urbana de 31,86% e Maragogi de 9,19**%.**
		Implantação do sistema de abastecimento de água em área urbana nos municípios do Pólo.	Houve aumento de oferta de água dos municípios, mas ainda aquém das necessidades da região, principalmente nos períodos de férias, devido ao aumento do fluxo de turistas e população de segunda residência.
		Implantação do esgotamento sanitário do Vale do Reginaldo	PARCIALMENTE REALIZADO - Implantação parcial, apenas nos coletores tronco próximos ao emissário submarino, margeando a Av. Humberto Mendes.
	Desenvolvimento de programa de manutenção de saneamento básico no pólo.	Expansão da rede de distribuição de água em Maceió.	REALIZADO - Houve expansão da rede de distribuição com a inauguração de nova etapa do sistema Pratagy.
		Expansão do sistema de esgotamento sanitário em Maceió.	PARCIALMENTE REALIZADO - Houve expansão do sistema de esgotamento sanitário de Maceió. Até final de 2010, Maceió chegará a um índice de atendimento na área urbana de 45%.

(Fonte: LOG/TCBR. 2002)

Tabela 14 – AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS E O GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO DO PDITS DO PÓLO COSTA DOS CORAIS (Continuação)

COMPONENTES			
2. Planejamento estratégico, treinamento e infraestrutura para o crescimento turístico			
SUB-COMPONENTES	**LINHA DE AÇÃO**	**AÇÕES/PROJETOS**	
Obras de infraestrutura	Elaboração de estudos e projetos para a construção, a ampliação, complementação e melhoramento da infraestrutura instalada na área do Pólo.	Ampliação do Aeroporto Zumbi dos Palmares	REALIZADO - Aeroporto foi ampliado
		Implantação da infraestrutura necessária para absorção do Complexo Turístico Onda Azul	NÃO REALIZADO.
		Urbanização do Vale do Reginaldo	PARCIALMENTE REALIZADO - A urbanização está sendo executada pelo Governo do Estado de Alagoas
		Construção do Aeroporto de Maragogi	NÃO REALIZADO - O processo de licenciamento ambiental está em fase de aprovação da licença prévia – LP; com a emissão da LP há a expectativa do Governo do Estado de Alagoas da liberação dos recursos financeiros pelo MTUR e contrapartida estadual.
		Construção dos terminais de embarque para as piscinas naturais	NÃO REALIZADO
		Construção dos terminais de embarque hidroviário nos principais rios do Pólo	NÃO REALIZADO
		Implantação de via de acesso ligando o Aeroporto Zumbi dos Palmares ao Pólo	NÃO REALIZADO
		Implantação de via de acesso litorâneo ligando os municípios de Barra de Stº Antônio a Japaratinga – Estrada Parque	NÃO REALIZADO
		Implantação do sistema viário do Vale do Reginaldo	PARCIALMENTE REALIZADO - O sistema viário está sendo executado pela Prefeitura Municipal de Maceió
		Construção do Centro Cultural e de Exposições de Maceió	REALIZADO - Centro Cultural e de Exposições de Maceió construído.
		Construção do Planetário de Maceió	NÃO REALIZADO
		Requalificação urbana do centro de Maceió	PARCIALMENTE REALIZADO - 1ª etapa concluída. 2ª etapa em execução
		Plano estratégico para o desenvolvimento sustentável do litoral norte de Maceió	NÃO REALIZADO
		Implantação de um Centro de Educação e pesquisa para o Desenvolvimento Sustentável – CEPEDES, para o atendimento aos municípios do Pólo	Realizado, mas não funciona a contento.

(Fonte: LOG/TCBR. 2002)

COMPONENTES			
3. Promoção de investimentos da iniciativa privada			
SUB-COMPONENTES	**LINHA DE AÇÃO**	**AÇÕES/PROJETOS**	
Seminários e oficinas de capacitação	Implementação de cursos de treinamento em desenvolvimento e gestão turística para setor privado e 3º setor que atuam no Pólo	Capacitação empresarial	NÃO REALIZADO
		Seminários para desenvolvimento do empreendedorismo voltado para turismo	NÃO REALIZADO
Serviços de consultoria	Elaboração de estudos para viabilizar a captação de recursos para implementação de ações estratégicas no Pólo	Assistência técnica para fomentar o associativismo	NÃO REALIZADO
		Estudos para identificação e captação de linhas de financiamento para realização de investimentos turísticos pelos municípios	NÃO REALIZADO
		Elaboração de portfólio de negócios turísticos para o Pólo	NÃO REALIZADO
		Elaboração de plano de negócios turísticos para o Pólo	NÃO REALIZADO
		Elaboração de plano de negócios turísticos para o Pólo	NÃO REALIZADO

(Fonte: LOG/TCBR. 2002)

8. IMPORTÂNCIA DOS ATRATIVOS OU RECURSOS TURÍSTICOS

As características naturais que norteiam a atividade turística no Pólo Costa dos Corais estão centradas no segmento de sol e praia como indutor do desenvolvimento turístico o que deve ser aprofundado na etapa de diagnóstico. No entanto, a análise inicial já direciona as estratégias preliminares à estruturação deste segmento. Simultaneamente, ações vinculadas ao fomento de segmentos potenciais existentes devem ser sugeridas, uma vez que estas atividades servirão como grande diferencial de oferta a pólos turísticos concorrentes de sol e praia, permitindo um aumento na permanência média de turistas ao destino.

Para se propor estratégias de desenvolvimento de novos produtos turísticos, roteiros, e a exploração de novos segmentos, é preciso uma análise prévia dos atrativos existentes no território da área turística. Entre os diversos recursos históricos, culturais e naturais da região é importante entender e diferenciar atrativos que apresentam potencial turístico de atrativos que já estão sendo comercializados pelo mercado atualmente e que provavelmente são a base motivacional para o mercado vigente. Esta diferenciação permite pensar mecanismos de estruturação dos atrativos explorados, assim como o desenvolvimento dos atrativos potenciais, que mesmo que não representem o estímulo principal à viagem podem agregar valor "à embalagem" do produto. A Tabela 15, abaixo, contém uma lista dos atrativos e recursos turísticos identificados na análise inicial. Estes devem ser hierarquizados e classificados utilizando a metodologia proposta pela OMT já detalhada anteriormente.

Tabela 15 – ATRATIVOS E RECURSOS TURÍSTICOS

LISTA DE ATRATIVOS E RECURSOS DO PÓLO COSTA DOS CORAIS			
MUNICÍPIO	**ATRATIVOS**	**MUNICÍPIO**	**ATRATIVOS**
Barra de Santo Antônio	Ilha da Crôa	**São Miguel dos Milagres**	Engenho Mata Redonda
	Praia de Carro Quebrado		Igreja Matriz de São Miguel dos Milagres
	Praia de Tabuba		Capela de Santo Antônio
	Igreja de Nossa Senhora da Conceição		Praia de Porto da Rua
	Banda de Pífanos		Praia de São Miguel dos Milagres
	Praia do Forte		Praia do Riacho
	Praia da Barra		Rio Tatuamunha e Dantas
	Praia das Enseadas		Riachos Corumbá, Fonte Grande, Bom Destino e da Conceição
	Rio Santo Antônio Grande		Piscinas Naturais
	Piscinas Naturais		Manguezais
	Arrecifes		

Tabela 15 – ATRATIVOS E RECURSOS TURÍSTICOS (Continuação)

LISTA DE ATRATIVOS E RECURSOS DO PÓLO COSTA DOS CORAIS			
MUNICÍPIO	**ATRATIVOS**	**MUNICÍPIO**	**ATRATIVOS**
Porto de Pedras	Praia de Tatuamunha	**Passo de Camaragibe**	Praia de Barra de Camaragibe
	Praia do Patacho		Praia de Marceneiro
	Igreja Matriz		Praia dos Morros de Camaragibe
	Capela do Outeiro do Farol		Igreja de Nossa Senhora da Conceição
	Engenhos de Cana e Casas-Grandes		Engenho São José do Patrocínio
	Praia de Crôa do Tubarão		Casario Colonial
	Rio Manguaba, Canavieira, Rosa, Mocaitá e Brocotó		Banda de Pífanos ou Termo de Zabumba
	Riacho dos Macacos		Lagoas que Deus Andou Jacumaitã, Água Branca, Catuaba do Boi, Canduca, Periperi, Brejo de Fora
	Travessia do Rio Manguaba de Barco ou Balsa		Rio Camaragibe
	Estuários		Riachos Tumba e Jacaratinga
	Coqueirais		
Paripueira	Piscinas Naturais	**Maragogi**	Galés de Maragogi
	Praia Sonho Verde		Fazenda e Engenho Marrecas
	Gastronomia		Crôa de São Bento
	Igreja de Santo Amaro		Praia de Barra Grande
	Ruínas do Forte		Praia de Burgalhau
	Pirâmide da Emancipação		Praia da Peroba
	Praia Costa Brava		Piscinas Naturais de Taoca
	Praia de Paripueira		Trilha do Visgueiro
	Parque Municipal Marinho de Preservação do Peixe-Boi		Engenho Jenipapo
			Ruínas do Convento Beneditino
			Circuito de Coqueirismo

Tabela 15 – ATRATIVOS E RECURSOS TURÍSTICOS (Continuação)

LISTA DE ATRATIVOS E RECURSOS DO PÓLO COSTA DOS CORAIS			
MUNICÍPIO	**ATRATIVOS**	**MUNICÍPIO**	**ATRATIVOS**
Japaratinga	Praia de Japaratinga	**Matriz de Camaragibe**	Praça Bom Jesus (Jacarés símbolos da cidade)
	Rio Manguaba		Serra D'Água e Serra do Brejo
	Praia de Barreiras do Boqueirão		Riacho Cristóvão da Rocha, Riacho Batinga, Riacho Tatuamunha e Riacho Jatobá
	Igreja Nossa Senhora das Candeias		Lagoa do Fuleiro, Lagoa Alagadiça, Lagoa Uruá
	Igreja de Santa Luzia		Rio Camaragibe
	Ruínas da Igreja de Barreiras do Boqueirão		
	Rio Salgado		
	Riachos Cacuoba e Bitingui		
	Bica das Barreiras do Boqueirão		
	Praia do Pontal		
Porto Calvo	Igreja Matriz de Nossa Senhora da Apresentação	**São Luís do Quitunde**	Rios e Cachoeiras
	Alto da Forca		Igreja Nossa Senhora da Conceição
	Engenho Escurial		Folclore: Pastoril, Cavalhada, Banda de Pífanos, Cocos-de-roda, Capoeira, Baianas e Quadrilhas Juninas
	Rios Manguaba, Salgado e Grupiuna		Artesanato de Palha
	Folclore: Arrasta-velha, Cambina, Pastoril, Quadrilha e Coco-de-roda		
Maceió	Museus: Théo Brandão, do Esporte, Arte Sacra, MISA, Pierre Chalita, Memorial, Museu do Instituto Histórico e Geográfico.	Riacho Doce	Piscinas Naturais de Pajuçara
	Palácio dos Martírios	Mirante da Sereia	Praia da Avenida
	Feirinha do Artesanato	Praia de Graça Torta	Lagoa Mundaú
	Pontal da Barra	Praia de Cruz das Almas	Circuito Ferroviário
	Praia de Jatiúca	Praia de Guaxuma	Praia de Ponta Verde
	Praia de Pajuçara		

(Autoria: Lyra, P – 2010)

É igualmente relevante entender os atrativos que já fazem parte de um portfólio de produtos turísticos que já se encontram em fase comercial. Uma análise aprofundada deste conjunto de serviços será conduzida a fim de identificar possíveis gargalos ou necessidades de melhorias na formatação, a fim de garantir maior competitividade regional. Assim sendo, uma relação dos principais produtos turísticos que são atualmente comercializados em Alagoas foi destacada conforme Tabela 16, a seguir:

Tabela 16 – PRINCIPAIS PRODUTOS TURÍSTICOS COMERCIALIZADOS

PRINCIPAIS PRODUTOS TURÍSTICOS COMERCIALIZADOS NO PÓLO COSTA DOS CORAIS			
PRODUTOS	**DESCRITIVO**	**MUNICÍPIO**	**SEGMENTO**
Peixe Boi no Rio Tatuamunha	Chegada no município de Porto de Pedras para visitação ao Peixe-boi encontrado na região, mas especificamente no Rio Tatuamunha, um dos mais importantes rios que banham o município, onde o passeio é feitos em jangadas. São famosos seus passeios ao entardecer, guiados por barqueiros locais, podendo observar com um pouco de sorte, além da maravilhosa natureza, os fantásticos Peixes-bois, que são os animais mais famosos de toda a região e que podem ser vistos por toda esta zona.	Porto de Pedras	Ecoturismo
***Off - Road* na Praia de Carro Quebrado**	Chegada ao município de Barra de Santo Antônio e travessia para a Ilha da Croa, onde veículos *off road* 4x4 estarão esperando os visitantes para um magnífico passeio pela Praia de Carro Quebrado até à Praia dos Morros onde as falésias de areias coloridas desembocam à beira de um mar azul turquesa.	Barra de Santo Antônio	Aventura
Mergulho nas Galées de Maragogi	Indicado para quem nunca mergulhou ou tem pouca experiência, pois em todo percurso, que tem a duração de 30 minutos, os instrutores de mergulho conduzem os clientes. Antes é feito um pré-mergulho para possibilitar a adaptação aos equipamentos. O pré-mergulho é gratuito e é registrado com fotos caso haja o interesse dos clientes	Maragogi	Aventura
Passeio de *Buggy* nas Praias de Maragogi	Maragogi possui 26km de orla marítima com lindas praias de águas mornas e cristalinas, costados por vastos coqueirais. São sete praias ao norte e já adentrando o município de Japaratinga mais sete praias ao sul, pode-se contemplar tamanha beleza em um passeio de *Buggy* com paradas em bancos de areia e pequenas piscinas naturais, o percurso é feito 90% pelas praias, sendo que na maré baixa com o mar recuado quase 800 metros pode-se ir muito próximo aos arrecifes de corais. Incluído serviço de motorista/guia.	Maragogi	Aventura
Piscina Natural de Paripueira	O município faz parte da APA Costa dos Corais e tem um parque municipal marinho como o primeiro do Brasil. É também área de preservação do Peixe-boi e onde pode ser encontrada a segunda maior concentração de piscinas naturais e bancos de corais do mundo. No local, os visitantes poderão desfrutar da estrutura do restaurante Mar & Cia com diversas opções de iguarias regionais. Em apenas quinze minutos se chega às piscinas, onde a palavra de ordem é curtir a natureza. *Snorkels* e pés-de-pato são postos à disposição do turista que quiser mergulhar para ver de perto a biologia marinha e os cardumes de peixes muito coloridos que nadam junto aos visitantes. A interação com a natureza encanta adultos e crianças.	Paripueira	Sol e Praia

Tabela 16 – PRINCIPAIS PRODUTOS TURÍSTICOS COMERCIALIZADOS (Continuação)

PRINCIPAIS PRODUTOS TURÍSTICOS COMERCIALIZADOS NO PÓLO COSTA DOS CORAIS			
PRODUTOS	**DESCRITIVO**	**MUNICÍPIO**	**SEGMENTO**
Hotel Fazenda Marrecas	Hotel-Fazenda Marrecas é composto pelo casarão do século XVIII e dois blocos de suítes e apartamentos, sendo um na colina e outro ao nível do vale, onde também estão restaurante, bar, piscina, sala de ginástica, salão de jogos e espaço para eventos, além de uma capela. Ao lado do casarão, as ruínas parciais da antiga senzala sofreram um longo e detalhado processo de restauração ganhando um pavimento e dando lugar a suítes e apartamentos com todo o conforto da vida moderna, mantida a arquitetura da época onde se destaca a eira e beira de telhas originais. A rica culinária rural é destaque no agradável Restaurante do Lago, onde são servidos excelentes pratos da cozinha típica local. O farto café da manhã servido no restaurante ou ao ar livre, caso assim prefira o hóspede, é outro prazer proporcionado pela simplicidade e informalidade que caracterizam a região.	Maragogi	Rural
Galées/Maragogi	Saindo de Maceió com destino a Maragogi a 130 km da capital alagoana, inserido na região da Costa dos Corais com sua exuberante praia de águas mornas e cristalinas, cenário de extraordinária beleza. Destacando-se pelas fantásticas e famosas galés (nome devido às antigas embarcações ali naufragadas) que ficam a 6 km da costa e com um incrível ecossistema formado por aquários naturais em meio a recifes de corais, local tentadoramente apropriado para amantes da prática de *snorkel* e *scuba dive*, pois suas águas transparentes facilitam a visibilidade. A grande concentração marinha formada por corais de diferentes espécies moluscos, crustáceos, algas e peixes, convida os visitantes a um inesquecível mergulho.	Maragogi	Rural
Trilha do Visgueiro na Mata Atlântica.	A Trilha do Visgueiro nos transporta ao imaginário de um Brasil ainda a ser descoberto, neste passeio se conhece uma autêntica casa de taipa feita de barro, pessoas de vida simples, se desfruta de frutas tropicais da estação, além de banhos em pequenas cachoeiras de água pura e cristalina. Durante aproximadamente 02 horas de caminhada, descobre-se os mistérios da mata atlântica, árvores de pequeno, médio e grande porte, esculturas de cipós, até chegar ao momento mais sublime do passeio, o *Gran Visgueiro*, o mais imponente de todos, com aproximadamente meio milênio de vida.	Maragogi	Aventura
Mergulho nas piscinas naturais de São Miguel dos Milagres.	Os visitantes encontram neste litoral, localizado na Costa dos Corais, o lugar ideal para descansar em suas merecidas férias, com belas praias de areia fina, águas tranquilas e cristalinas, especialmente indicadas para o banho e a prática de esportes náuticos, destacando o mergulho pela quantidade de fauna marinha que habita nas numerosas piscinas naturais que se encontram repartidas por toda a costa.	São Miguel dos Milagres	Aventura

Tabela 16 – PRINCIPAIS PRODUTOS TURÍSTICOS COMERCIALIZADOS (Continuação)

PRINCIPAIS PRODUTOS TURÍSTICOS COMERCIALIZADOS NO PÓLO COSTA DOS CORAIS			
PRODUTOS	**DESCRITIVO**	**MUNICÍPIO**	**SEGMENTO**
Sol e Charme	Os segredos desta região começam pelos encantos de seus atrativos naturais, a cultura da gastronomia, o artesanato rico desta região que vai da fibra da bananeira até objetos moldados do tronco de coqueiros, são atrações à parte. O roteiro de charme contempla tudo isso e oferece dentro deste contexto a oferta de pequenos meios de hospedagem luxuosos, com particularidades impares, que tornam a experiência da visitação ao lugar inesquecível. São equipamentos com alto nível de qualidade e conforto.	Maceió, São Miguel dos Milagres, Passo de Camaragibe, Porto de Pedras e Japaratinga	Sol e Praia
Mergulho Sequipe e Draguinha	Prática de mergulho com cilindro de oxigênio nos naufrágios de *Sequipe* ou *Draguinha* com opção de "batismo" e orientações com profissionais altamente capacitados. Nesta experiência o visitante irá se deslumbrar com a riqueza da fauna marinha que habitam os restos das embarcações em profundidade.	Maceió	Aventura
***Day Use* de Charme na Praia de Ipioca.**	Localizados na Praia de Ipioca, litoral norte de Maceió, quase divisa com o município de Paripueira, a região oferece algumas boas opções de restaurantes e bar de praia com estruturas aconchegantes, para desfrutar de um belo dia de sol, no cardápio oferece variedade de pratos com frutos do mar, carnes e aves em receitas sofisticadas e criativas.	Maceió	Sol e Praia
Piscinas Naturais da praia de Pajuçara	As Piscinas Naturais da Praia de Pajuçara tem capacidade para 500 pessoas, existem na orla 142 jangadas que fazem diariamente o passeio, cada jangada comporta de 4 a 6 pessoas, a travessia entre a praia e os recifes que se localizam a cerca de 02 km da costa dura cerca de 20 minutos, passeio em jangadas na maré baixa, com estrutura para mergulho e bar flutuante no meio do mar.	Maceió	Sol e Praia
Lua de Mel	O artesanato de Maceió tem destaque na qualidade e diversidade das rendas. No bairro de Pontal da Barra, são encontrados diversos artesãos, sentados em suas calçadas, produzindo as belas rendas como o filé - um verdadeiro festival de compras. Na Praia de Pajuçara outros pontos de artesanato são encontrados como a Feirinha da Pajuçara e o Pavilhão do Artesanato.	Maceió	Sol e Praia

Tabela 16 – PRINCIPAIS PRODUTOS TURÍSTICOS COMERCIALIZADOS (Continuação)

PRINCIPAIS PRODUTOS TURÍSTICOS COMERCIALIZADOS NO PÓLO COSTA DOS CORAIS			
PRODUTOS	**DESCRITIVO**	**MUNICÍPIO**	**SEGMENTO**
***City Tour* – Maceió**	Passeio panorâmico percorrendo os principais pontos turísticos de Maceió: o tradicional bairro de Jaraguá, patrimônio histórico e cultural de grande importância para desenvolvimento econômico da cidade, passando pelo Museu da Imagem e do Som, Associação Comercial de Maceió, Praça Marcílio Dias, ingressando ao centro da Cidade pela Rua do Imperador, Praça Visconde de Sinimbu, Praça Dom Pedro II, Assembleia Legislativa, Catedral Metropolitana Nossa Senhora dos Prazeres, com breve parada no antigo morro da Jacutinga, atual mirante de São Gonçalo do Amarante, onde também se localizava a capela com o mesmo nome. Em continuação, observando a Praça Floriano, a Igreja Bom Jesus dos Martírios, Palácio do Governo, Teatro Deodoro, Academia Alagoana de Letras, Pontal da Barra onde se pode apreciar o trabalho das famosas rendeiras e parada na Praia de Pajuçara para almoço com passeio opcional de catamarã pela orla urbana de Maceió dentre outros atrativos, incluindo visita para compras ao centro de artesanato local.	Maceió	Cultural
Grupo União Espírita Santa Bárbara - GUESB	Visitação ao grupo União Espírita Santa Bárbara, verdadeiro centro de representação da cultura afro-brasileira, com apresentações de danças tradicionais, degustação das comidas típicas, artesanato, conhecer o corredor informativo onde o turista tem acesso às informações dos orixás, peças de estátuas e fotos da cultura afro-brasileira, casa de farinha e a cultura dos pretos velhos. Além do projeto social desenvolvido por aquele grupo, para inclusão de jovens e crianças através de oficinas de pintura, produção de roupas com a temática da cultura afro.	Maceió	Étnico
Piscinas da Praia da Sereia	A Praia da Sereia ou do Mirante da Sereia é chamada assim porque tem uma escultura com a figura mítica em plena praia. Do mirante, tem-se uma visão panorâmica do lugar constituído de coqueiral, pedras e mar calmo que, na maré baixa, deixa visíveis as famosas piscinas de corais. Na orla, barracas simples vendem petiscos para os visitantes e locais, também possui oferta de aluguel de boias e caiaques.	Maceió	Sol e Praia

(Autoria: Lyra, P – 2010)

9. GRAU DE ACESSIBILIDADE E CONECTIVIDADE

9.1. Estradas e Acessos

O Pólo Costa dos Corais fica entre os Estados de Alagoas e Pernambuco e tem suas capitais, Maceió e Recife respectivamente, como os principais núcleos indutores de turistas através de seus aeroportos.

Por meio de rodovias, a partir dessas cidades, chega-se ao Pólo, partindo de Maceió. As rodovias são: AL 101 Norte de Maceió até ao município de Barra de Santo Antônio, AL 413 de Barra de Santo Antônio até São Luís do Quitunde, AL 105 de São Luís do Quitunde até Porto Calvo, AL 465 de Porto Calvo até Maragogi, AL 435 de São Luís de Quitunde até Passo de Camaragibe e novamente a AL 101 Norte de Passo de Camaragibe até Porto de Pedras. Partindo de Recife, tomando a BR-101 Sul, depois a PE-60 até divisa PE/AL.

Estas rodovias se configuram como as principais artérias de ligação e encontram-se em estado de conservação regular, porém deficientes em termos de sinalização horizontal e vertical, que muitas vezes, encontra-se encoberta por vegetação, quando não está ilegível.

No que diz respeito às estradas que fazem a ligação para os municípios da “Rota Ecológica” estão em precaríssima situação, com seu pavimento danificado e incipiente em termos de sinalização vertical.

Figura 40 – Vista da placa indicativa e Figura 41 – Acesso a uma das pousadas
(Autoria: Bandeira, R. 2010)

A rodovia AL-101 Norte, apesar de ser de fundamental importância para o acesso a esses municípios, é uma via de mão-dupla, repleta de quebra-molas, sem acostamento, em boa parte de sua extensão, o que faz com que, hoje, vários veículos parem nas laterais das artérias, dificultando sobremaneira o trânsito e na qual ocorrem constantes congestionamentos, principalmente nos períodos de verão, carnaval e feriados. O surgimento de vários condomínios residenciais voltados para esta via, tem agravado esse problema que acontece, com maior frequência, nos trechos dos municípios de Maceió e Paripueira.

Figura 42 – Vista de um dos quebra-molas e Figura 43 – Vista de trecho da AL-101N
(Autoria: Benamor, C. 2010)

As vias que fazem a interligação da referida AL com outras cidades em estudo têm a mesma característica.

Não se dispõe ainda de nenhuma estrutura aeroviária, ferroviária nem marítima de acesso à região (com exceção de Maceió), sendo possível apenas chegar, por meio de transportes terrestres (ônibus, *vans* e automóveis).

Percebem-se também indícios de outrora intervenções com implantação de outras rodovias (Estrada Parque – prevista no PRODETUR I) que se encontram atualmente inacabadas e já, parcialmente destruídas pela ação de tempo.

Figura 44 – Estrada com trechos danificados e Figura 45 – Trecho de estrada secundária
(Autoria: Benamor, C. 2010)

Em Maceió, já se observa uma preocupação maior com relação ao fato, o que fez com que várias ruas dos bairros mais nobres, alterassem o sentido das mãos e houvesse o disciplinamento para o estacionamento de veículos, entretanto, há casos como a Praia de Jacarecica, onde as artérias não têm continuação em função de projetos de loteamentos outrora aprovados, com partidos urbanísticos que até hoje não se integram à cidade.

Figura 46 e Figura 47 – Orla da Praia de Jacarecica
(Autoria: Benamor, C. 2010)

As vias locais são pavimentadas, em grande parte das cidades, em paralelo ou em asfalto, entretanto, é fácil se deparar, na própria "Rota Ecológica", com diversos acessos aos equipamentos turísticos sem nenhum tipo de revestimento.

Os ônibus de turismo, de grande porte, enfrentam grande dificuldade em transitar e isto se deve ao traçado das vias que são estreitas, inviabilizando muitas vezes o trânsito de veículos desse porte ou provocando o congestionamento nessas áreas urbanas, fato este também observado em Maceió.

Figura 48 – Vista do ônibus transitando na
área Urbana de Passo do Camaragibe
(Autoria: Bandeira, R. 2010)

O acesso às praias é escasso, haja vista grandes propriedades particulares e, quando existem, se dá, muitas das vezes, unicamente a pé, visto suas ínfimas dimensões. No Código de Edificações e Urbanismo de Maceió, entretanto, já consta a obrigatoriedade quanto à abertura de acesso à praia, disciplinando distâncias mínimas tanto para acesso de pedestres, quanto para veículos.

Figura 49 – Acesso à praia em Paripueira e Figura 50 – Acesso à praia em Tabuba
(Autoria: Benamor, C. 2010)

Sabe-se de modo geral que, para que o turismo possa vir a ser um produto forte, é importante fortalecer a malha aérea regional, investir na melhoria das rodovias inclusive promovendo a duplicação da AL-101 Norte.

9.2. Sinalização

Nos núcleos urbanos, com exceção de Maceió, não existe nenhum disciplinamento relativo à sinalização, desprovendo as cidades desse importante serviço, não só com relação à indicação dos equipamentos e prédios públicos como também às relativas ao trânsito e ao turismo. Percebe-se que o que existe, foi implantado, possivelmente, pelo *trade* turístico, ou seja, pela necessidade comercial dos interessados (bares, restaurantes, pousadas) sem obedecer a nenhum critério técnico.

Figura 51 – Placa de informação turística e Figura 52 – Placas sem disciplinamento
(Autoria: Benamor, C. 2010)

Essa pouca sinalização de trânsito – tanto vertical, como horizontal, também contribui, como já citado anteriormente, para ocasionar um trânsito desordenado, uma vez que as paradas dos veículos ocorrem em qualquer lugar e de qualquer forma, agravado pelo fato de não ter sido observado nas cidades, nesse primeiro momento, qualquer tipo de policiamento de trânsito.

Ainda no tocante à sinalização, contata-se que a turística de indicação dos atrativos naturais e culturais, e de serviços, existentes no Pólo estão em péssimo estado de conservação e apresentam-se fora dos padrões estabelecidos pelo Guia Brasileiro de Sinalização Turística do MTUR, IPHAN, CONTRAN e DENATRAN.

9.3. Comunicação

O desenvolvimento das telecomunicações nas cidades normalmente provoca mudanças na sua organização e na ocupação do solo.

Na realidade, o desenvolvimento das telecomunicações não significa que os deslocamentos físicos irão diminuir, mas tem a propriedade de reduzir o custo de um grande número de transações e de trocas de informações que contribuem para a expansão de atividades de diversos segmentos.

Nos municípios objeto desse estudo, o sistema de telefonia móvel funciona com alguma deficiência, dependendo da localidade em que se encontra. Há distribuição. Mais uma vez, deve-se excetuar Maceió, pois a cidade conta com serviços de comunicação de bom nível de qualidade.

Com relação aos chamados orelhões, percebe-se que são distribuídos de forma acanhada e instalados muitas vezes, de forma questionável.

É grande o número de antenas parabólicas espalhadas pelas diversas localidades, com exceção da capital do estado. Em linhas gerais a antena parabólica funciona como um meio de recepção de diversos tipos de informações e tem como finalidade a recepção dos canais de TV que as repetidoras não conseguem alcançar.

10. NÍVEL DE USO ATUAL OU POTENCIAL

Dentre as regiões turísticas do estado, a Costa dos Corais é uma das que mais está sujeita a sucessivos aumentos da pressão turística ao longo dos anos, principalmente no que diz respeito às suas características naturais e fragilidade do meio ambiente. Muitas áreas de praia e dos estuários, incluindo os ecossistemas lagunares e os manguezais, encontram-se afetadas pela ocupação desordenada e sem planejamento, com a implantação de novos loteamentos, residências de veraneio, pousadas e hotéis, intensificando os impactos ambientais e causando sérios problemas aos ecossistemas costeiros.

Os impactos mais preocupantes estão vinculados justamente à utilização da característica natural que deu nome ao pólo turístico: Os recifes de coral, presentes em praticamente toda a costa do litoral norte, é o ecossistema mais explorado pela atividade turística ocorrendo predominantemente nas áreas conhecidas como piscinas naturais e galés. Historicamente, o crescente número de turistas, o lixo deixado, a coleta de espécies, óleos de embarcações, o lançamento de âncoras, o pisoteio sobre os recifes, e o uso inadequado e sem orientação de equipamentos de mergulho, vem impactando diretamente a biodiversidade recifal, especialmente no verão, período de alta temporada do Pólo. Entre as áreas mais afetadas estão a piscina natural de Pajuçara, em Maceió, os recifes de Paripueira e de São Miguel dos Milagres, além das galés de Maragogi, municípios que estão inseridos na Área de Proteção Ambiental Costa dos corais, criada em 1997 (Figura 53).

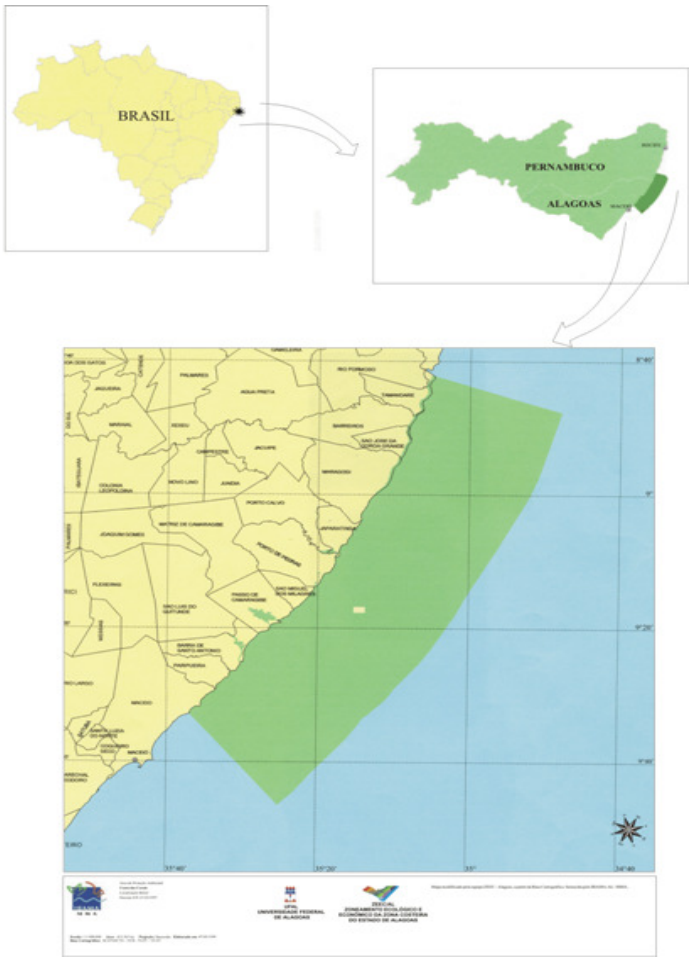


Figura 53 – APA Costa dos Corais

(Fonte: ZEEC/AL, 2009)

A atividade turística no Pólo, no entanto, não é recente, e estes impactos já foram objeto de debates constantes resultando em intervenções públicas nas esferas municipais, estaduais e federais, estimulando os atores locais a se mobilizarem para ações conjuntas de melhores práticas na exploração dos ecossistemas. O caso mais conhecido é o das galés de Maragogi, onde catamarãs, lanchas e embarcações diversas, lotavam diariamente as piscinas naturais com visitantes desinformados, e sem qualquer tipo de fiscalização, o que quase levou a interdição da área de proteção pelo Ministério Público Federal em 2009.

A solução encontrada foi a de estabelecer critérios de comercialização de adoção voluntária por parte dos empresários locais, onde entre outras exigências, o tipo de embarcação, número de visitantes, guias especializados e capacidade de carga foram definidos. Além disso, a Secretaria de Turismo do município em parceria com associações de empresários regionais deram início a uma campanha promocional divulgando outras áreas de recifes que podem ser exploradas, a exemplo das piscinas naturais de Taoca e de São Bento, aliviando, portanto as tensões de fluxo das galés (Figura 54).

Figura 54 – Embarcações e Turistas nas Galés de Maragogi
(Fonte: SETUR/AL, 2005)

Medidas similares vêm sendo adotadas por municípios de características naturais semelhantes. A prefeitura de Maceió promoveu capacitações específicas aos jangadeiros que fazem o passeio das piscinas naturais de Pajuçara e tem realizados intensa fiscalização quanto à comercialização de produtos, alimentos e bebidas no local. A Associação de Pousadas da Rota Ecológica que representa os empresários dos municípios de Porto de Pedras, São Miguel dos Milagres e Passo de Camaragibe, vem unindo esforços para que a comercialização de seus atrativos naturais não aconteça de forma degradante e desordenada.

Outro problema comum ao Pólo é a ocupação urbana desordenada das regiões próximas à linha costeira onde condomínios, loteamentos, bares, restaurantes e construções irregulares e sem licenciamento vêm se instalando na região. Tendo em vista esta problemática, o Estado de Alagoas elaborou em 2010 o projeto de lei para o zoneamento turístico que busca criar instrumentos de proteção e ordenamento da ocupação territorial para cada município, indicando tipologias de empreendimento hoteleiro e imobiliário, e delimitando Áreas Especiais de Interesse Turístico – AITS, que por sua vez, tem como finalidade a proteção das porções territoriais com alto potencial turístico e imobiliário, a fim de compatibilizar o desenvolvimento turístico com a conservação do meio ambiente e o equilíbrio ecológico da região.

Indubitável, contudo é o potencial turístico da região, face aos seus encantos naturais, devendo apenas, planejarem-se intervenções inteligentes e associadas para atingir-se o grau de excelência perseguido, cada dia mais, pelo exigente mercado turístico.

10.1. Fragilidades

A fragilidade de algumas áreas é evidente e as mesmas correm riscos de uma rápida degradação, caso não existam ações integradas, preventivas e corretivas, formuladas através de um planejamento que busque a sustentabilidade nos aspectos ambientais, culturais e econômicos.

Em trabalho realizado em 2003, pesquisadores da UFAL[56] constataram que a situação da zona costeira alagoana, em quase toda sua extensão, apresenta uma vulnerabilidade ambiental acentuada, situação agravada por uma economia ainda fortemente dependente de atividades que causam impactos ambientais, diretos e indiretos. Muitos destes impactos vêm acarretando degradação ambiental, que afetam ao mesmo tempo diferentes ecossistemas costeiros. As informações a seguir, são decorrentes do estudo citado.

Entre as atividades antrópicas desenvolvidas ao longo de décadas no litoral alagoano estão a agroindústria canavieira e a pecuária extensiva. Estas atividades, em geral, basearam-se em práticas inadequadas de manejo, como o corte de mata em áreas de preservação permanente e o lançamento de efluentes sem tratamento nos corpos de água como rios, lagoas, lagunas e estuários.

Na região oceânica a pesca tradicional é uma atividade de grande importância social para a região, porém a produção pesqueira vem decrescendo por falta de uma política de apoio e de incentivo à comercialização, além da proteção contra a pesca predatória. A prática deste pode ser considerada como uma das mais impactantes atualmente nas áreas costeiras, principalmente com relação a sobrepesca e a pesca em áreas de procriação, mesmo durante os períodos de defeso. Os pesquisadores puderam constatar que os arrastos de camarão realizados ao longo da costa alagoana vêm ao longo dos anos apresentando redução na produção comercial.

Outra atividade exploratória de difícil quantificação e controle é aquela praticada por muitas famílias ribeirinhas, que vivem da extração de diferentes recursos naturais, entre estes os moluscos como o polvo e os bivalves, como o sururu, a ostra, o maçunim e a unha-de-velho. Além destes também são exploradas várias espécies de crustáceos, como caranguejos e a lagosta. Todas estas espécies, somadas a muitas outras de peixes estuarinos e marinhos, estão sendo exploradas sem controle, e somado aos impactos decorrentes dos fatores de poluição, vem acarretando a redução dos estoques naturais em várias regiões estuarinas e recifais.

[56]Correia, M. D. (coord.) 2003 - *Projeto de Zoneamento Ecológico-Econômico e Plano Estadual de Gestão e Desenvolvimento Sustentável da Zona Costeira do Estado de Alagoas (ZEECAL).* 230 p., Universidade Federal de Alagoas / Fundação Universitária de Desenvolvimento, de Pesquisa e Extensão, apoio financeiro Ministério de Integração Nacional / Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Maceió, AL, Brasil

Outros problemas ambientais mais recentes decorrem da prática de atividades relacionadas ao desenvolvimento do turismo desordenado ao longo do litoral alagoano, principalmente nas regiões próximas à linha de costa. Nas praias e restingas a ocupação desordenada da faixa litorânea, constituída por Terrenos de Marinha, é caracterizada pela implantação de loteamentos, condomínios, bares e restaurantes, os quais na grande maioria não possuem infraestrutura básica, acarretando sérios problemas de acúmulo de lixo e de destinação de esgotos.

Nos ecossistemas recifais os impactos das atividades turísticas ocorrem principalmente nas áreas conhecidas como piscinas naturais e galés. Entre os principais problemas estão o número elevado de turistas, excedendo a carga de suporte ambiental, o lançamento de âncoras e o pisoteio sobre o substrato, somados ao uso de equipamentos de mergulho sem orientação adequada estes. Todos estes fatores negativos somados vêm acarretando a destruição de inúmeras espécies de invertebrados marinhos, principalmente animais fixos, como corais, esponjas e algas, acarretando a alteração da estrutura trófica destas comunidades e comprometendo assim a biodiversidade recifal, considerada uma das mais elevadas entre os ecossistemas tropicais.

Entre as áreas recifais mais impactadas estão a piscina natural da Pajuçara, em Maceió, os recifes de Paripueira e de São Miguel dos Milagres, além das galés de Maragogi. Todas estas áreas são exploradas pelo turismo desordenado há vários anos, cada vez mais vem sendo intensificado, tanto com relação ao número excessivo de turistas e de barcos, quanto ao aumento das áreas utilizadas durante os referidos passeios, promovendo um contínuo aumento das áreas impactadas, principalmente nos meses de verão (Correia, 2003).

Deve-se ressaltar que nos últimos anos, há um maior empenho dos órgãos ambientais, tanto em Maceió quanto nos demais municípios do Pólo, em controlar as visitações as piscinas naturais e galés, de maneira a minimizar os danos aos ambientes recifais. Notadamente após a criação da APA Costa dos Corais, aumentaram-se os esforços para o controle das atividades predatórias e para preservação da área, procurando-se algum ordenamento do turismo na região. A atuação do IBAMA e posteriormente do ICMBio, passou a ser mais efetiva no região, que passou também a receber maior atenção do Ministério Público.

Existem, entretanto várias atividades impactantes no Pólo causando sérios conflitos de uso, tanto nas atividades terrestres como nos ambientes aquáticos e ainda não foram implantados instrumentos fundamentais para o exercício da gestão ambiental, como o zoneamento costeiro e o próprio plano de manejo da APA.

11. CONDIÇÕES FÍSICAS E SERVIÇOS BÁSICOS

11.1. Sistema de Abastecimento de Água

Dos onze municípios que compõem o Pólo Costa dos Corais, sete deles são atendidos pelos serviços da Companhia de Saneamento de Alagoas – CASAL: Japaratinga, Maragogi, Matriz de Camaragibe, Paripueira, Passo de Camaragibe, Porto de Pedras e Maceió. O sistema de abastecimento de água dos municípios de São Luís do Quitunde, Porto Calvo, São Miguel dos Milagres e Barra de Santo Antônio são administrados pelas Prefeituras. Ressalte–se que alguns povoados (zona rural) de Maragogi (Povoado de São Bento) e Japaratinga (Boqueirão e Bitingui) e a parte alta de Paripueira são atendidos com sistemas de abastecimento de água da própria Prefeitura.

Embora o nível de atendimento de água na área de planejamento tenha melhorado nos últimos anos, ainda assim é evidente a necessidade de ampliação dos serviços. Abaixo a Figura 55 mostra escritório de empresa de serviços e a Tabela 17 os dados sobre a população e índice de cobertura.

Figura 55 – SAAE – Barra de Santo Antônio
(Autoria: Bandeira, R. 2010)

Tabela 17 – POPULAÇÃO E ÍNDICE DE COBERTURA COM ABASTECIMENTO DE ÁGUA NOS MUNICÍPIOS DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO		Nº DE DOMICÍLIOS		TX. OCUPAÇÃO		Nº ECON. RESID. ATIVAS		POPULAÇÃO ATENDIDA		ÍNDICE DE COBERTURA	
	URBANA	RURAL	URBANA	RURAL	URBANA	RURAL	URBANA	RURAL	URBANA	RURAL	URBANA	RURAL
JAPARATINGA	3.226	4.120	836	1.068	3,86	3,86	390	408	1.505	1.574	**46,65**	**38,20**
MACEIÓ	926.816	721	269.349	220	3,44	3,28	153.631	165	766.282	541	**82,68**	**75,00**
MARAGOGÍ	18.550	8.325	4.539	2.235	4,09	3,72	3.258	1.984	13.315	7.390	**71,78**	**88,77**
MATRIZ DE CAMARAGIBE	20.870	4.622	4.969	1.070	4,20	4,32	2.994	0	12.575	0	**60,25**	**0,00**
PARIPUEIRA	11.683	913	2.921	233	4,00	3,92	2.837	0	11.348	0	**97,13**	**0,00**
PASSO DE CAMARAGIBE	7.259	5.245	1.973	1.097	3,68	4,78	1.641	0	6.038	0	**83,17**	**0,00**
PORTO DE PEDRA	5.512	4.451	1.417	1.112	3,89	4,00	905	0	3.520	0	**63,87**	**0,00**
TOTAL	**1.013.368**	**33.643**	**291.724**	**8.389**	**31**	**32**	**165.656**	**2.557**	**814.582**	**9.505**		

Fonte: CASAL, 2010
* População estimada – IBGE 2009

12. QUADRO INSTITUCIONAL E ASPECTOS LEGAIS

É preciso compreender e avaliar como está estruturada a dimensão pública onde se desenvolve o Programa, identificando as potencialidades e os desafios a serem enfrentados na condução deste processo.

O primeiro ponto a destacar neste contexto é que a maior parte dos municípios envolvidos possui instâncias públicas destinadas a trabalhar com o turismo, mesmo que algumas secretarias não tenham como destinação exclusiva o turismo, conforme se verifica na Tabela 18 a seguir.

Tabela 18 – IDENTIFICAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE GESTÃO MUNICIPAL.[57]

MUNICÍPIO	GESTOR MUNICIPAL	GESTOR MUNICIPAL DO TURISMO	DESIGNAÇÃO
Maceió	José Cícero Soares de Almeida	Claudia Pessoa	Turismo
Paripueira	Carlos Abraão Moura	Juan Maurer	Turismo e Meio Ambiente
Barra de Sto Antônio	Maria CÍcera Casado	Gilson Ângelo da Silva	Turismo
S. Luís do Quitunde	Jean Fábio Braga	Manoel José da silva Fº	Turismo
Porto Calvo	Carlos Eurico Leão E Lima (Kaíka)	Antônio Da Silva Oliveira (Tonho da Deba)	Turismo e Meio Ambiente
Maragogi	Marcos José Dias Viana Madeira	Herbert Freire Araújo	Turismo
Japaratinga	Bruno Loureiro	Cristyano Cavalcante	Turismo
Porto de Pedras	Amaro Guimarães Da Rocha Júnior	Danilo	Turismo
S. Miguel dos Milagres	Adalberto Paiva Verçosa Junior	José Caetano Neto	Turismo
Passo de Camaragibe	Edvânia Farias Quirino Costa	Érika Torres	Turismo, Meio Ambiente e Inovação Tecnológica

(Autoria: Carneiro, TK. 2010)

[57] Em visita técnica realizada ao Município de Matriz de Camaragibe não foi localizada a sede da Secretaria Municipal de Turismo. Mesmo sendo informados que existe e que a gestão da pasta está sob a responsabilidade de Josedalva dos Santos Lima. Por isso, na tabela não consta esse Município. Já foi solicitada uma entrevista com o prefeito para que se possa verificar isso efetivamente.

São secretarias destinadas a este fim, o que reflete uma compreensão por parte dos gestores municipais da região sobre as especificidades da atividade e sua importância para a região.

A Tabela 19 a seguir, apresenta um resumo dos aspectos positivos e negativos do quadro institucional das secretarias municipais de turismo do Pólo Costa dos Corais, evidenciando que muitos esforços ainda são necessários.

Tabela 19 – ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS DE TURISMO.

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS
Existência do órgão gestor	Ausência de *homepage*
Existência de dotação orçamentária específica	Poucos recursos orçamentários
Equipe instituída para execução dos trabalhos	Equipes pequenas e pouco qualificadas
	Indisponibilidade de infraestrutura adequada para as atividades
	Pouca compreensão por parte dos gestores municipais da cadeia turística

(Autoria: Carneiro, TK. 2010)

A estrutura disponível nessas secretarias pode ser classificada em três níveis: infraestrutura inadequada, com infraestrutura razoável e com infraestrutura adequada.

A Secretaria de Turismo do Município de Maceió, como esperado, é a única que apresenta infraestrutura adequada ao desenvolvimento de suas atividades, contanto com inclusive com um *site* institucional que contém informações sobre o órgão, sobre a cidade e parceiros do *trade* turístico.

Tabela 20 – CLASSIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE TURISMO

CLASSIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA	CARACTERÍSTICAS
Infraestrutura inadequada	Espaço físico inapropriado
	Carência de pessoal
	Indisponibilidade de equipamento de informática e recursos tecnológicos
	Indisponibilidade de veículos
Infraestrutura razoável	Espaço físico razoável
	Pessoal em quantidade insuficiente ou pouco qualificado
	Poucos equipamentos de informática e recursos tecnológicos
	Necessidade de ampliação da frota de veículo para realização das atividades
Infraestrutura adequada	Espaço físico adequado
	Quadro de pessoal satisfatório
	Disponibilidade de equipamentos de informática e recursos tecnológicos

	Frota de veículo para realização das atividades

(Autoria: Carneiro, TK. 2010)

Observou-se nas visitas técnicas realizadas que na atual estrutura das secretarias municipais de turismo da região Costa dos Corais, o apoio dos prefeitos na sua maioria em relação às ações ligadas ao turismo ainda é remoto. Poucos são os gestores que apresentam perfil para exercer as atribuições que devem ser desenvolvidas por esse tipo de pasta. E as secretarias não possuem verba própria, apenas para executar projetos locais pontuais, como eventos culturais e desportivos e religiosos.

12.1. Contextualização do Fluxo Turístico

A compreensão da atividade turística e o papel estratégico desenvolvido pelas secretarias de turismo pressupõem o conhecimento do mercado turístico da localidade onde estas instituições atuam. Por isso, segue-se um breve detalhamento da atividade turística na região.

TABELA 26 - OFERTA DOS MEIOS DE HOSPEDAGEM NO ESTADO DE ALAGOAS - 2009[29]

MEIOS DE HOSPEDAGEM	MACEIÓ			INTERIOR DO ESTADO			ALAGOAS		
	QTD	UH's	LEITOS	QTD	UH's	LEITOS	QTD	UH'S	LEITOS
Hoteis (acima de 100 uhs)	14	1.914	4.897	03	482	1.442	17	2.396	6.339
Hoteis (de 51 a 100 uhs)	10	766	1.761	09	565	1.302	19	1.331	3.063
Hoteis (ate 50 uhs)	26	779	2.075	50	1.154	2.832	76	1.933	4.907
Pousadas	38	531	1.397	169	2.123	5.663	207	2.654	7.060
SUB-TOTAL	**88**	**3.990**	**10.130**	**231**	**4.324**	**11.239**	**319**	**8.314**	**21.369**
Albergues	01	14	72	-	-	-	01	14	72
Motéis	18	396	792	-	-	-	18	396	792
Apto/Casa por temporada	-	1.140	4.560	-	750	3.000	-	1.890	7.560
TOTAL	**107**	**5.540**	**15.554**	**231**	**5.074**	**14.239**	**338**	**10.614**	**29.793**

(Fonte: SETUR/AL – Gerência de Estudos e Pesquisas, 2009)

[29] É importante ressaltar que em visita de campo realizada na região não constatamos o mesmo quantitativo de oferta turística. Todavia, esses dados são fornecidos por fonte oficial. Assim, no produto 2 (diagnóstico) essa informação será pesquisada em campo.

Maceió como esperado é o núcleo principal dos meios de hospedagem, respondendo por parcela significativa em todas as categorias, conforme mostra a Tabela 21 a seguir.

Tabela 21 – OFERTA DE UH'S/LEITOS NO ESTADO DE ALAGOAS -1º SEMESTRE – 2008[30]

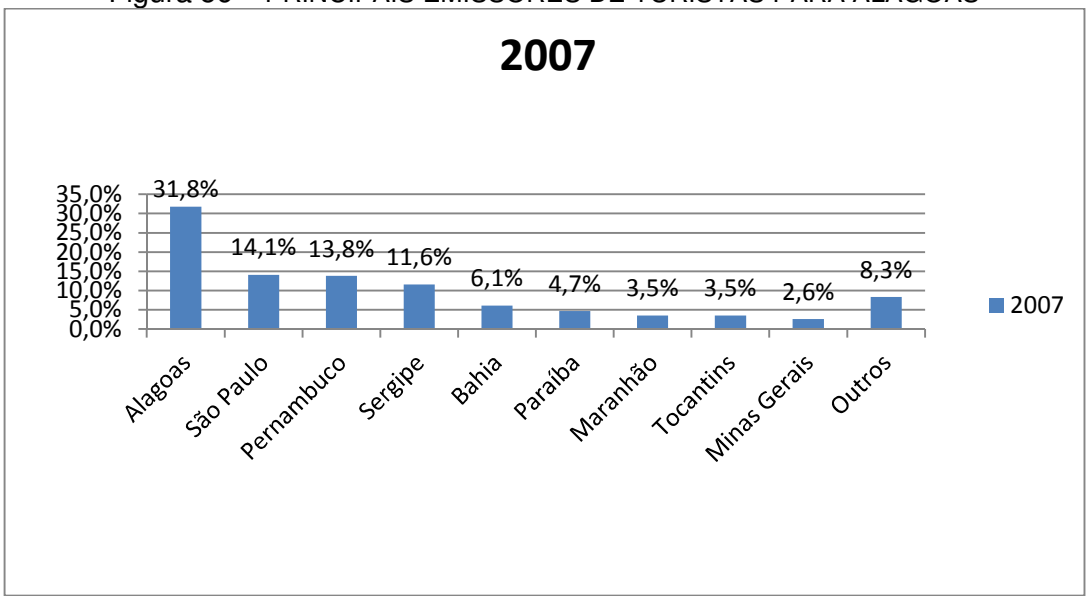
MUNICÍPIOS	HOTEIS			POUSADAS			TOTAL		
	QTD	UH's	LEITOS	QTD	UH's	LEITOS	QTD	UH's	LEITOS
BARRA DE SANTO ANTÔNIO	01	39	88	02	20	64	03	59	152
JAPARATINGA	02	77	224	14	162	508	16	239	732
MACEIÓ	50	3.459	7.846	38	531	1.397	88	3.990	10.130
MARAGOGI	09	658	1.871	19	242	646	28	900	2.517
PARIPUEIRA	02	27	72	01	20	60	03	47	132
PASSO DE CAMARAGIBE	02	25	65	02	12	33	04	37	98
PORTO DE PEDRAS	-	-	-	05	45	110	05	45	110
SÃO LUÍS DO QUITUNDE	-	-	-	02	15	32	02	15	32
SÃO MIGUEL DOS MILAGRES	01	62	150	10	74	169	11	136	319

(Fonte: SETUR/AL, 2008)

O turismo interno possui uma grande importância relativa no fluxo estadual, representando 32% do mercado emissor nacional no ano de 2007. Destaca-se também uma forte presença dos estados vizinhos como Pernambuco e Sergipe representando juntos 25,4% dos turistas que chegam ao Estado, evidente pela própria característica geográfica das regiões. Tem-se o destaque de São Paulo que é o único estado dentre os sete principais que não faz parte da região Nordeste e que representa importantes 14,1% destes turistas que visitam Alagoas.

[30] Idem nota anterior

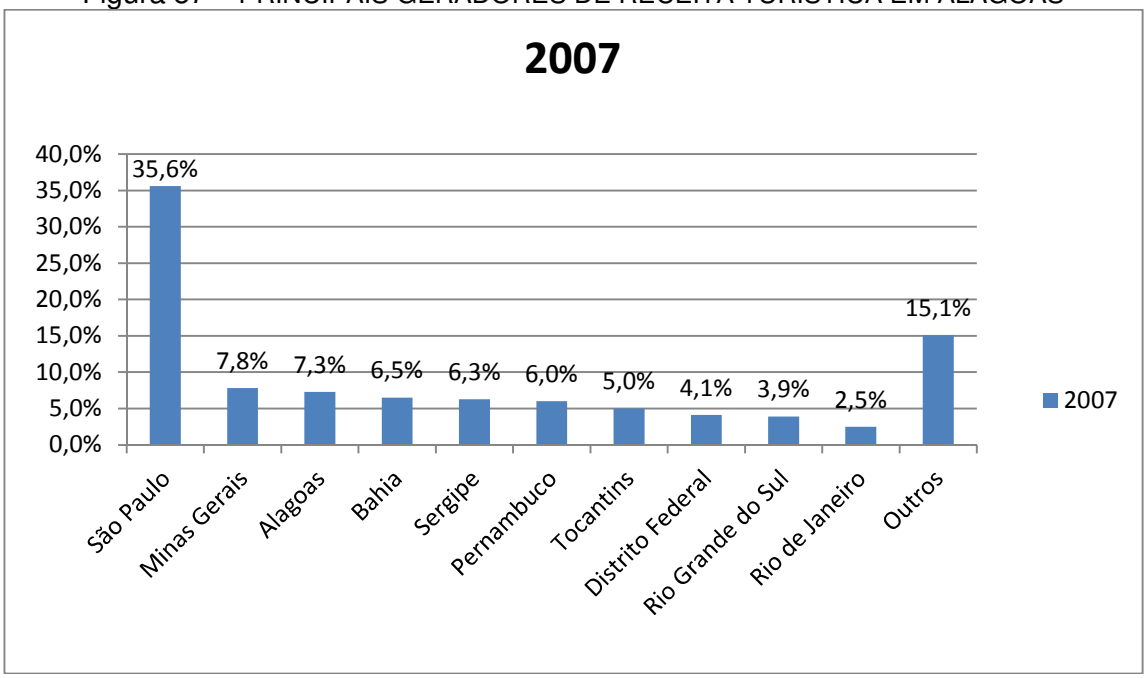
Figura 56 – PRINCIPAIS EMISSORES DE TURISTAS PARA ALAGOAS



Fonte: FIPE (Caracterização e dimensionamento do turismo doméstico no Brasil 2007)

Porém quando analisada a Figura 57 abaixo que representa os principais geradores de receita em Alagoas, o turista de São Paulo aparece como mais importante na colaboração de renda para o estado alagoano com 35,6%, seguido pelo turista de Minas Gerais com apenas 7,8%. Diferentemente da Figura 56 é importante verificar que dos 10 estados mencionados apenas 04 estados são da região Nordeste.

Figura 57 – PRINCIPAIS GERADORES DE RECEITA TURÍSTICA EM ALAGOAS



Fonte: FIPE (Caracterização e dimensionamento do turismo doméstico no Brasil 2007)

12.2. Entidades e Associações

A existência de entidades e associações organizadas com a finalidade de estruturar a atividade turística na região é fundamental num contexto de desenvolvimento sustentável da região, pois reflete a dimensão social da sustentabilidade.

> Certamente, para engajar todos os setores da sociedade na perseguição de um tipo de desenvolvimento sustentável, equitativo, economicamente eficiente e politicamente viável, pelo menos três parâmetros deveriam ser considerados para fins de reforma institucional: (1) educação; (2) gestão participativa; (3) diálogo de *stakeholders* ou partes envolvidas. (CAVALCANTI, 2001, p.37)

A Tabela 22 apresenta as associações que atuam na região, o que é um indicativo positivo no contexto de desenvolvimento sustentável. Todavia, a atuação destas ainda deixa muito a desejar, pessoal qualificado e principalmente ainda falta a efetiva institucionalização destas frente ao empresariado e ao poder publico da região.

A exceção a esse contexto são as entidades sediadas em Maceió, como o MCVB, a ABIH, a ABAV, que possuem papel relevante e infraestrutura adequada para desenvolvimento de suas articulações.

Tabela 22 – ASSOCIAÇÕES QUE ATUAM NA REGIÃO COSTA DOS CORAIS

LOCAL	INSTITUIÇÃO
MACEIÓ[31]	Maceió Convention & Visitors Bureau – MCVB Associação Brasileira da Indústria Hoteleira – ABIH Associação Brasileira das Agências de Viagem – ABAV Associação Brasileira das Locadoras de Automóveis Sindicato das Empresas Locadoras de Veículos Automotores do Estado de Alagoas – Sindiloc Alagoas Sindicato das Empresas de Turismo do Estado de Alagoas – SINDETUR Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Alagoas – SHRBS/AL Associação Brasileira das Empresas Organizadoras de Eventos – ABEOC Associação dos Jornalistas de Turismo em Alagoas – ABRAJET/AL
PARIPUEIRA	Associação de Fomento do Turismo da Barra de Santo Antônio e Paripueira – AFOTUR
	Associação Comunitária e Beneficente Vila Ana Maria – ABEVILA (ONG)
BARRA DE SANTO ANTÔNIO	Associação de Fomento do Turismo da Barra de Santo Antônio e Paripueira – AFOTUR
MARAGOGI	Associação do Trade Turístico de Maragogi e Japaratinga – AHMAJA
	Associação dos Proprietários de Catamarãs’
JAPARATINGA	Associação dos Empresários de Turismo de Japaratinga – AEJATUR

[31] Foram citadas as mais divulgadas, mas existem outras pouco representativas e ainda em condições iniciais, que poderão no futuro serem espaços representativos de articulação.

Associação do Trade Turístico de Maragogi e Japaratinga – AHMAJA

Tabela 22 – ASSOCIAÇÕES QUE ATUAM NA REGIÃO COSTA DOS CORAIS (Continuação)

LOCAL	INSTITUIÇÃO
PORTO DE PEDRAS	Amigos da Rota Ecológica de Alagoas – AREAL (de Porto de Pedras a Barra de Camaragibe)
	ARIBAMA
SÃO MIGUEL DOS MILAGRES	Amigos da Rota Ecológica de Alagoas – AREAL (de Porto de Pedras a Barra de Camaragibe)
PASSO DE CAMARAGIBE	Amigos da Rota Ecológica de Alagoas – AREAL (de Porto de Pedras a Barra de Camaragibe)

(Fonte: SETUR/AL – Gerência de Estudos e Pesquisas, 2009)

As associações da região, excetuando-se algumas poucas instaladas em Maceió[32], ainda não atingiram o nível de maturidade necessário para se trabalhar com interação diante das demandas complexas do turismo na região. Ainda se espera muito do poder público sem se tomar iniciativas e persistir nos pleitos e nas articulações necessárias para se obter resultados esperados dos gargalos existentes para o estabelecimento do turismo sustentável na Costa dos Corais.

Pode-se indicar que apenas a AHMAJA, que possui 10 anos de existência apresenta um grau de maturidade e institucionalização mais consistente. Destacando que segundo relatos dos gestores do APL Costa dos Corais, essa entidade tem importante articulação com o Governo do Estado e constantemente cobra deste, questões como segurança, saúde e infraestrutura na região.

A existência de quatro associações em um espaço tão pequeno (AHMAJA , AFOTUR, AEJATUR e AREAL) pode até, em um primeiro momento, representar uma compreensão das diferentes demandas que buscam representar. Mas, dado o capital social da região ainda ser muito incipiente, o que se verifica é um enfraquecimento nestas outras três associações menores.

Talvez por proximidade espacial, a AEJATUR consegue estabelecer parcerias com a AHMAJA. É interessante destacar que alguns associados permanecem na AHMAJA, e se filiaram também a AEJATUR.

A AREAL está com dificuldades de trabalhar o associativismo entre os empresários, e é nítido o enfraquecimento da articulação e interação junto ao programa e às demais associações, e consequentemente as ações demandas e articuladas para a região por meio do APL.

A AFOTUR, segundo informações do secretário de turismo da Barra de Santo Antônio, pretende estender o foco de atuação da entidade, indo além dos empreendimentos turísticos, e fazendo uma associação de fomento que pretende agregar os demais setores produtivos.

[32] É importante ressaltar que existe uma "compreensão" institucionalizada que as entidades com sede em Maceió não atuam exclusivamente na Costa dos Corais, mas no *trade* turístico estadual. E por isso, suas ações são mais abrangentes e não direcionadas a essa região.

12.3. O Programa do Arranjo Produtivo Local de Turismo da Costa dos Corais[33]

O Arranjo Produtivo Local de Turismo Costa dos Corais – APL Costa dos Corais iniciou em abril de 2004 e tem como objetivo transformar a referida região em um destino turístico consolidado e sustentável. Estão inseridos em seu território os municípios de Paripueira, Barra de Santo Antônio, Passo de Camaragibe, São Miguel dos Milagres, Porto de Pedras, Porto Calvo, Japaratinga e Maragogi.

É um programa desenvolvido entre a parceria do Governo do Estado de Alagoas através da Secretaria de Estado do Planejamento e do Orçamento, SEBRAE-AL e instituições públicas e privadas, com estratégias de mobilização de ações coletivas e integradoras direcionadas para a promoção do desenvolvimento dos micro e pequenos negócios, gerando emprego e renda.

Devido às conquistas positivas e o sucesso na proposta de fomento do turismo na região, reconhecida pelos parceiros e pelo Grupo Gestor do APL, após o encerramento da primeira etapa em 2009, foi aprovada uma segunda etapa (2010 a 2012), para dar prosseguimento às ações voltadas ao desenvolvimento sustentável dos micro e pequenos empresários do turismo no litoral norte do Estado.

Dados fornecidos pela equipe gestora do APL evidenciam bons resultados no processo, conforme mostra a Tabela 23 a seguir.

Tabela 23 – PRINCIPAIS RESULTADOS DO APL COSTA DOS CORAIS

PRINCIPAIS RESULTADOS DO APL COSTA DOS CORAIS
Aumento do percentual da taxa de ocupação média nos meios de hospedagem de 36,29% para 41,59%.
Aumento do número de funcionários contratados nos meios de hospedagem na baixa temporada: de 277 para 607.
Aumento do número de funcionários de bares e restaurantes na baixa temporada: de 239 para 370.
Acesso ao mercado para 234 artesãos vinculados as Associações de Artesanato dos municípios do APL.

(Fonte: Equipe gestora do APL Costa dos Corais, 2010)

O levantamento realizado pela equipe gestora do APL Costa dos Corais evidencia que no ano de 2010 já foram disponibilizados recursos num total de R$1.312.971,12 (um milhão trezentos e doze mil novecentos e setenta e um reais e doze centavos), em ações de marketing, tecnologia, capacitação, gestão e infraestrutura. É um volume considerável, mas é preciso destacar que os investimentos em capacitação e gestão são pouco relevantes nesse contexto. E que os recursos destinados à infraestrutura representam o grande desafio a ser negociado para o ano de 2010.

[33] Ressalta-se que nove dos onze municípios que são contemplados pelo PDITS participam do APL Costa dos Corais, excetuando-se São Luiz do Quitunde e Matriz de Camaragibe.

Tabela 24 – RELATÓRIO DE SITUAÇÃO E RECURSOS DISPONIBILIZADOS POR PARCEIROS

AÇÕES NEGOCIADAS		CUSTO TOTAL	VALOR NEGOCIADO 2010	RECURSOS A NEGOCIAR
1	Marketing	384.500,00	384.500,00	0,00
2	Tecnologia	472.491,12	472.491,12	0,00
3	Capacitação	39.800,00	38.800,00	1.000,00
4	Gestão	49.000,00	49.000,00	0,00
5	Infraestrutura	4.648.000,00	368.000,00	4.280.000,00
TOTAL DE AÇÕES NEGOCIADAS		**5.593.791,12**	**1.312.791,12**	**4.281.000,00**

Valores em reais atualizados em 01/03/2010
(Fonte: Equipe Gestora do APL, 2010)

12.4. Aspectos Econômicos no Âmbito do PDITS

Políticas públicas de desenvolvimento que envolvem aplicação de recursos devem ser formuladas de acordo com as características sociais da população para as quais estão sendo formuladas. E qualquer proposta deve estar respaldada na população a ser beneficiada.

Como apontado no item Caracterização do Pólo, os indicadores sociais da região são extremamente desfavoráveis e os dados educacionais alarmantes, considerando que para desenvolver a região é importante que a população local esteja habilitada a trabalhar no setor turístico, uma vez que essa é a vocação local.

O perfil educacional da região Costa dos Corais é de trabalhadores com grau de instrução até o ensino fundamental (concluído ou em conclusão). O índice de analfabetismo entre os que atuam diretamente na atividade produtiva do turismo na região é muito pequeno, embora ainda exista em trabalhadores analfabetos envolvidos na atividade, segundo levantamento realizado pela equipe técnica do APL Costa dos Corais.

Uma das características da formação de mão-de-obra local é que o trabalhador aprende o ofício diretamente na empresa, com repasse de informações por seus pares. Todavia, vários esforços vem sendo realizados pelo programa APL Costa dos Corais, através das entidades parceiras.

Apenas os municípios de Maceió e Maragogi investem neste aspecto educacional e profissionalizante. Os demais municípios contam com a qualificação oferecida pelas instituições do sistema S.

O número de empregos formais nos municípios da região (excetuando Maceió) explicita de forma indelével o quanto é baixa a dinâmica econômica da região, corroborado com os dados apresentados sobre transferências de recursos do Programa Bolsa Família. Trata-se de uma região onde não há atividade endógena de produção, existe uma dependência muito grande de programas federais para garantia de renda.

Apenas dois municípios (novamente excetuando Maceió) possuem mais de quatro mil empregos formais. São Luís do Quitunde onde esse quantitativo provavelmente tem grande contribuição da Usina de Açúcar e Álcool existente na região e Porto Calvo, por esse exercer um papel de centro administrativo público na região, sendo sede de importantes órgãos como a Gerência da Delegacia Regional do Trabalho, Delegacia Regional do INSS, Receita Estadual, CRE - Coordenadoria Regional de Educação e Bancos.

Tabela 25 – DADOS SOBRE EMPREGOS NOS MUNICÍPIOS DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

CIDADE	ADMISSÕES	DESLIGAMENTOS	NÚMERO DE EMPREGOS FORMAIS	TOTAL DE ESTABELECIMENTOS
BARRA DE SANTO ANTÔNIO	461	636	467	98
JAPARATINGA	139	145	184	78
MACEIÓ	224869	207270	149205	21752
MARAGOGI	1989	1718	1736	363
MATRIZ DE CAMARAGIBE	4245	4940	2757	241
PARIPUEIRA	1132	857	526	143
PASSO DE CAMARAGIBE	356	431	192	118
PORTO CALVO	10352	9239	4131	315
PORTO DE PEDRAS	245	177	172	60
SÃO LUIS DE QUITUNDE	10493	8799	7398	232
SÃO MIGUEL DOS MILAGRES	219	231	245	78

Fonte: http://perfildomunicipio.caged.gov.br/seleciona_uf_consulta.asp?uf=al
(Dados: janeiro, 2010)

Alguns esforços vêm sendo realizados para melhoria desse quadro de dependência econômica, a exemplo do Projeto de Agricultura Peri-urbana, da AFAL – Agência de Fomento de Alagoas, que pretende organizar os agricultores familiares da região para fornecer hortaliças e frutas para os empreendimentos turísticos.

Todo esse contexto socioeconômico é afetado diretamente pelas condições de financiamento disponíveis para a iniciativa pública e privada. O setor privado necessita dispor de fontes de financiamento que disponibilizem recursos em condições acessíveis e que possibilitem alavancar o empreendimento. O setor público, por sua vez, necessita ter capacidade de investimento para desenvolver políticas e implementá-las de forma sistêmica e continuamente. Considerando ainda, que os investimentos privados, em grande medida, pressupõem um investimento público anterior (principalmente no que tange à infraestrutura), o acesso à disponibilidade de recursos e financiamentos é ainda mais relevante.

A partir da estabilidade macroeconômica alcançada na década de noventa, todas as instâncias públicas de gestão passaram a dispor de fontes de financiamento para investimentos de longo prazo. Na instância federal o acesso a créditos disponibilizados por agências multilaterais de crédito tem possibilitado investimentos estruturantes,

principalmente em itens relacionados à infraestrutura. Isso permitiu uma ampliação considerável nos investimentos em turismo, sendo o exemplo mais prático a modernização dos aeroportos em todo o país.

O governo federal passou também a disponibilizar programas e fontes de financiamento aos estados e municípios em diversos programas voltados ao turismo, articulados prioritariamente pelo Ministério do Turismo.

É importante destacar que o Ministério do Turismo contemplou Alagoas no Programa Nacional de Destinos Indutores do Turismo com dois municípios, Maceió e Maragogi. Esse é um programa de importante representatividade no contexto nacional do turismo e destinou vários recursos para esses dois municípios.

Todavia, nem todos os estados e municípios tinham capacidade institucional para oportunizar projetos. E como reflexo poucos são os municípios que tem conseguido captar recursos e oportunizar o momento favorável que vem sendo vivenciado na economia nacional.

A iniciativa privada por sua vez vem aproveitando a disponibilidade de crédito, mesmo que essa esteja a um elevado custo, dado o Brasil possuir elevadas taxas de juros.

Especificamente para a região nordeste o financiamento para empreendimentos privados é prioritariamente viabilizado pelo Banco do Nordeste, uma vez que este tem por objetivo o desenvolvimento regional, sendo várias as linhas de crédito disponíveis.

Enfim, a dinâmica econômica brasileira fruto da estabilidade macroeconômica aliada à maior disponibilidade de crédito tem resultado em crescimento econômico e dinamização das atividades produtivas. O setor de turismo obviamente foi muito estimulado nesse contexto e o incremento verificado ao longo dos últimos anos pode ser visto nas figuras apresentadas anteriormente.

Outro aspecto econômico importante para ser avaliado na região é a disponibilidade de incentivos estatais para implantação de novos empreendimentos da iniciativa privada. Isso porque, sabe-se que os custos de implantação de uma empresa são elevados, que existe uma concorrência entre os municípios para “atrair novas empresas”, dado o impacto positivo da geração de novos postos de trabalho e que o atrativo Sol e Mar, característico do Pólo Costa dos Corais, é o mesmo em toda a região Nordeste.

Os municípios da região não possuem nenhuma política específica para atrair investimentos privados destinados à atividade turística institucionalizada e de forma ampla. As concessões, quando ocorrem, são fruto de iniciativas particulares dos investidores em articulação direta com o gestor municipal.

Isso é um importante ponto a ser trabalhado na região, pois poderá representar um diferencial competitivo da região para atrair novos investimentos, principalmente num contexto de infraestrutura e disponibilidade de mão-de-obra tão desfavorável à região.

12.5. Criterio de Planejamento Econômico

12.5.1. Avaliação da Rede Social de Produção Local e Seus Atores

A atividade turística em essência pressupõe a integração entre os agentes da cadeia, uma vez que são serviços ofertados concomitantemente e/ou consecutivamente. A chegada de

um turista em uma localidade pode representar demandas para os meios de transporte, agencias de turismo, hotéis, restaurantes, guias de turismo, todos em um sistema dinâmico de interação e atividades. Todavia, essa interação não necessariamente ocorre de forma ordenada e principalmente, pode não ocorrer sem que um dos atores envolvidos tenha relação com os demais atores do processo. Um hotel, onde o turista se hospeda necessariamente pode não ter nenhuma forma de articulação/cooperação/interação com a agência que prestará os serviços de passeios, por exemplo.

Isso num contexto de desenvolvimento integrado pode representar uma dificuldade para processos de construção coletiva e sistêmica. Não que seja impositivo institucionalizar regras ou estabelecer condicionantes para a atuação de cada ator dentro da cadeia produtiva, mas é importante que as atividades desenvolvidas sejam compreendidas por todos e principalmente "internalizadas" por todos enquanto etapa de um processo mais complexo e longo.

É importante que todos os envolvidos conheçam seus potenciais parceiros de trabalho (considerando as etapas ex-antes e ex-postes da sua própria atividade), e que possam estabelecer canais de avaliação da cadeia produtiva, considerando a sua própria atuação e a atuação dos demais envolvidos, com vistas à melhoria da atividade produtiva em seu conjunto.

Nesse contexto, a análise de redes sociais (ARS) se apresenta como o marco teórico a ser utilizado para definição das prioridades a serem trabalhadas numa perspectiva de desenvolvimento regional e construção dos critérios de planejamento econômico para o PDITS, uma vez que essa possibilita perceber uma malha dinâmica de diferentes situações e ambientes, seja social ou biológica, superposta à ação dos atores (agentes ou eventos) e resultante das contribuições de cada um destes. Desta forma, é possível fazer análises considerando o ator não apenas como único, mas também como um grupo e também, considerar a rede como detentora de certas características comuns a todas as redes sociais. Sendo assim, faz-se possível modelar matematicamente esta relação.

Atualmente o que se verifica é que a interação entre as empresas que compõem o arranjo se dá com mais frequência no que é relativo a marketing de divulgação, troca de informações em reuniões das associações e através do apoio às práticas de FAMTOUR.

12.5.2. As Prioridades dos Investimentos a Serem Realizados

As políticas a serem desenvolvidas e os investimentos decorrentes destas devem buscar estimular os processos de integração produtiva nessa região, pois os resultados evidenciam pouca cooperação por parte das empresas componentes da região Costa dos Corais. Isso é extremamente insatisfatório, uma vez que são poucas as empresas do setor na região, que são escassos os recursos disponíveis, existe falta de mão-de-obra qualificada, existe ausência de dinâmica produtiva na região para geração de demandas internas, a infraestrutura pública (estradas, sinalização, transportes, postos de saúde) disponível ainda deixa muito a desejar e o perfil dos empreendedores da região é heterogêneo.

Produto 1

Parte II – Formulação e Ajustes dos Objetivos do PDITS

13. FORMULAÇÃO E AJUSTES DOS OBJETIVOS DO PDITS

Tendo por base os objetivos definidos na versão 2002 do PDITS do Pólo Costa dos Corais e após a avaliação preliminar realizada através de pesquisa de campo, entrevistas institucionais e análise das fontes secundárias, alguns objetivos globais iniciais foram estabelecidos como orientadores da fase de análise. Vale ressaltar que os objetivos específicos do PDITS só serão formulados com precisão após a realização do diagnóstico estratégico.

O quadro apenas sintetiza uma situação futura desejada do Pólo e serve para estabelecer limites e direcionar a coleta dos dados necessários para a fase de diagnóstico. Alguns objetivos elencados PDITS 2002 são confirmados e serão detalhados adiante no desenvolvimento das estratégias.

Tabela 26 – SITUAÇÃO FUTURA DESEJADA

SITUAÇÃO FUTURA DESEJADA - OBJETIVOS PRELIMINARES	
1	Consolidar o Pólo Costa dos Corais como destino referência no segmento de Sol e Praia e segmentos complementares com excelência na gestão e ênfase na sustentabilidade do turismo.
2	Diversificar a oferta turística através da estruturação de novos produtos e roteiros turísticos, trabalhando segmentos complementares ao sol e praia, oferecendo alternativas a sazonalidade e competitividade de mercado.
3	Fidelizar e garantir o retorno dos turistas atuais e buscar novos tipos de viajantes, preferencialmente os perfis que venham a contribuir com a melhoria dos indicadores econômicos, sociais e ambientais do destino.
4	Promover o crescimento dos indicadores médios de ocupação hoteleira, tempo de permanência e gasto diário maximizando, assim, o efeito multiplicador das divisas.
5	Aumentar a receita oriunda do turismo, estimulando a formalização cada vez maior do setor privado e aumentando a arrecadação fiscal dos municípios.
6	Desenvolver mercados internacionais e aumentar o fluxo de turistas estrangeiros, com foco em médio prazo nos eventos mundiais a serem realizados no Brasil.
7	Incrementar o número de leitos disponíveis no Pólo, através da captação de novos empreendimentos e serviços turísticos, prezando sempre pelo desenvolvimento qualitativo da oferta.
8	Gerar novas oportunidades de trabalho e renda melhorando a qualidade de vida da população local.
9	Treinar, capacitar e qualificar a mão-de-obra local, para inserção no processo produtivo e qualidade nos serviços prestados.
10	Desenvolver ações de fortalecimento das instituições estaduais e municipais, assim como das entidades de classe e demais organismos do terceiro setor para uma gestão adequada do turismo no Pólo.
11	Estabelecer princípios norteadores que busquem um desenvolvimento sustentável da atividade turística observando os aspectos sociais, econômicos e ambientais do Pólo.

(Autoria: Lyra, P 2010)

14. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Henrique Luís de Paula e Silva de. Indicadores de Qualidade de Vida, instrumento para o monitoramento participativo da qualidade de vida de comunidades costeiras tradicionais: o caso da Prainha do Canto Verde, Beberibe/CE. Dissertação de Mestrado UFC. Fortaleza: 2002.

ARETCHE, Marta. Federalismo e Políticas Sociais; determinantes da descentralização. DADOS, 45.

ARMAYO, Miguel. Ciclos de desenvolvimento humano e formação de educadores. Revista Educação & Sociedade. V.20 N. 68, Campinas, 1999.

AVRITZER, Leonardo. Esfera Pública. In: AVRITZER e outros (Org.).Corrupção: ensaios e críticas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

BARLEUS, Gaspar. História dos Feitos Recentemente Praticados Durante Oito Anos no Brasil. São Paulo: Livraria Itatiaia/Editora da USP, 1974.

BARROS, Amorim de e REINALDO, Francisco. ABC das Alagoas – Dicionário Bibliográfico, Histórico e Geográfico de Alagoas – Tomo II, G-Z. , Volume 62-B, Brasília: Edições do Senado Federal, 2005.

BOSCHI, Renato. Instituições políticas, reformas estruturais e cidadania. Dilemas da democracia no Brasil. Observatório Político Sul Americano. IUPERJ / UCAM, 2004.

BRASIL. Ministério do Turismo. Hábitos de Consumo do Turismo do Brasileiro. Brasília, jul, 2009.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos dos Adolescentes e da Criança - CONANDA. Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juveni l- Uma política em movimento. Brasília, 2007.

BRUSEKE, Franz Josef. "Pressão modernizante, Estado Territorial e Sustentabilidade". In: CAVALCANTE, C. (org.). *Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas*. São Paulo: Cortez, 2001. p.112-130.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho.-5ª ed.- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CARVALHO, Severino. IPHAN inspeciona obra embargada. . In: Gazeta de Alagoas, A-18, Cidades, 05 de março de 2008.

CAVALCANTI, Clovis. Meio Ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas / Clóvis Cavalcanti (Org.). 3 ed., São Paulo: Cortez, 2001.

COLETÂNEA MUNICÍPIOS DE ALAGOAS Organizações Arnon de Mello.

CONCEIÇÃO, Octávio. A dimensão institucional do processo de crescimento econômico: inovação e mudanças institucionais, rotinas e tecnologia social.

CORIOLANDO,Luzia Neide, LIMA, Luiz Cruz (Org.). Turismo Comunitário e Responsabilidade Socioambiental.Fortaleza,UDECE,2003.

CORIOLANDO, Luzia Neide. O Turismo de Inclusão e o Desenvolvimento Local. Fortaleza : UDECE, 2003.

CORREIA, M. D. (coord.) 2003 - *Projeto de Zoneamento Ecológico-Econômico e Plano Estadual de Gestão e Desenvolvimento Sustentável da Zona Costeira do Estado de Alagoas (ZEECAL).* 230 p., Universidade Federal de Alagoas / Fundação Universitária de Desenvolvimento, de Pesquisa e Extensão, apoio financeiro Ministério de Integração Nacional / Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Maceió, AL, Brasil

14. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (continuação)

COSTA, Craveiro. Maceió. Maceió: SERGASA, 1981.
Craveiro. Dicionario Chorographico do Estado de Alagoas, Parte XII. In: Indicador geral do Estado de Alagoas, Maceió: Typographia Commercial, 1902, pp. 216-240.
DANINO, Evelina; TATAGIBA, Luciana (Orgs.). Democracia, Sociedade Civil e Participação. Chapecó, SC: Argos, 2007.
DIEGUES JR, Manuel. *O banguê nas Alagoas.* 3ª ed. Maceió: EDUFAL, 1986
DIEGUES JÚNIOR, Manoel. O Banguê nas Alagoas – traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional. 2ª edição. Maceió: EDUFAL, 1980.
DINIZ, Eli e BOSCHI, Renato. Empresariado e estratégias de desenvolvimento. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 18, N. 52, 2003.
DO BEM, Arim Soares. A Dialética do Turismo Sexual. Campinas, SP: Papirus, 2005.
DOWBOR, Ladislau. Da globalização ao Poder Local: a nova hierarquia dos espaços. In: Freitas, Marcos César. A reinvençãodo futuro. São Paulo: Cortez, 1996.
DUARTE, Abelardo. As Alagoas na Guerra da Independência. Maceió: Arquivo Público de Alagoas, 1974.
DULCI, Otávio. Itinerários do capital e seu impacto no cenário inter-regional. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 17, N. 5, 2002.
Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional - Maceió. Brasília, 2008.
FERREIRA, Jurandir Pires. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. XIX Volume, Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1959.
FONSECA, i.f. ; BURSZTYN, Marcel. A banalização da sustentabilidade: reflexões sobre a governança ambiental em escala local. Sociedade e Estado, v. 24, p.17-46, 2009. Site: www. Unbcds.pro.br .
FREIRE, Ricardo. *100 praias que valem a viagem: uma seleção das praias mais gostosas do Brasil*. São Paulo: Globo, 2008
GUIMARÃES, Juarez. Interesse Público. In: AVRITZER e outros(Org.).Corrupção: ensaios e críticas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
LINDOSO, Dirceu. Alagoas Boreal. Maceió: Editora Catavento, 2000.
MARINHO,Marcela. Turismo sexual: análise dos contextos acerca da teoria da representação social. GT Turismo e Construções simbólicas. V Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL. Caxias do Sul, RS, 27-28/06/2008.
MARQUES, Eduardo Cézar. Redes Sociais e poder no Estado brasileiro: aprendizados a partir de políticas urbanas. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 21, N. 60, 2006.
MINC. Mapeamento Cultural do Litoral Norte do Estado de Alagoas. S.d.t. Documento consultado no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.
NEPA-ICS-UFAL. "Delimitação e Prospecção do Sítio Patacho – Porto de Pedras, Alagoas". Maceió, 2007.
NEPA-ICS-UFAL. "Prospecção Arqueológica dos Engenhos Estaleiro e Escurial". Maceió, 2007. Arquivo da 17ª SR/IPHAN/AL.
NEUMANN, Lycia Tramujas Vasconcelos. NEUMANN, Rogério Arns. Desenvolvimento Comunitário Baseado em Talentos e Recursos Locais – ABCD. São Paulo: Global; IDS – Instituto para o Desenvolvimento de Investimento Social, 2004.
OLIVEIRA, Evelina Antunes. Notas sobre a participação não-eleitoral no Nordeste. Opinião Pública, v. 10, N. 2. Campinas, 2004.
PÉRICLES, Cícero. Economia popular - uma via de modernização para Alagoas . 3a. ed. Maceió: Edufal, 2008. v. 1. 132 p.
PNUD. Relatório de desenvolvimento humano, 2003.

14. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (continuação)

PROOPS, John, FABER, Malte, JOST, Frank, MANSTETTEN, Reiner. “Realizando um mundo sustentável e o papel do sistema político na consecução de uma economia sustentável”. In: CAVALCANTE, C. (org.). *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 2001. p. 104-111.
QUEIROZ, Álvaro. A Missão de Porto de Pedras (1596-1619). In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, vol. 46, Maceió: Gráfica Graciliano Ramos, 2004.
REIS, Elisa. Percepção da elite sobre a pobreza e desigualdade. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 15, N. 42, 2000.
SHENG, Fulai. “Valores em mudança e construção de uma sociedade sustentável”. In: CAVALCANTE, C. (org.). *Meio ambiente,desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 2001. p. 165-178.
Turismo no Brasil, 2011-2014. BUAINAIN, Antônio e Romeiro, Ademar. Agricultura familiar e o novo mundo rural. Sociologias, N. 10, porto Alegre, 2003.
VIEIRA, Alessandra. Vestígios do Sagrado em Alagoas. In: O Jornal, Dois, de 03 de maio de 2009.
WEHLING, Arno e WEHLING, Maria José C. *Formação do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira,1994.
WILLEKE, Frei Venâncio OFM. Missões Franciscanas no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1978.

15. SITES CONSULTADOS

http://cnes.datasus.gov.br
http://perfildomunicipio.caged.gov.br
http://www.ibge.gov.br
www.abla.com.br
www.bb.com.br
www.caixa.com.br
www.cprm.gov.br.
www.crisp.ufmg.br
www.direitoshumanos.gov.br
www.ferias.tur.br e http://www.brasiladentro.com.br
www.gabinetecivil.al.gov.br
www.ibge.gov.br
www.ibge.gov.br
www.ipea.gov.br
www.mp.al.gov.br
www.pnud.org.br
www.turismo.gov.br
www2.datasus.gov.br/DATASUS

16. INSTITUIÇÕES CONSULTADAS

Entidades de Classe:

ABIH / AL – Associação Brasileira da Indústria Hoteleira
AEJATUR – Associação dos Empresários de Turismo de Japaratinga
AFORTUR – Associação de Fomento e Turismo
AHMAJA – Associação dos Hotéis de Maragogi e Japaratinga
AREAL – Associação da Rota Ecológica de Alagoas
Associação dos Proprietários de Catamarã

Órgãos Governamentais

Governo Federal:
ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica
Ministério do Turismo

Governo Estadual:
CASAL – Companhia de Água e Saneamento de Alagoas
DER / AL – Departamento Estradas e Rodagens
IMA – Instituto do Meio Ambiente
Secretaria de Estado de Cultura
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico
Secretaria de Estado do Turismo de Alagoas
Secretaria de Estado de Planejamento - APL Costa dos Corais
UEE – Unidade Executora Estadual do PRODETUR

Governo Municipal:
SEMPTUR - Secretaria Municipal de Promoção do Turismo de Maceió
Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente de Paripueira
Secretaria Municipal de Turismo de Barra de Santo Antônio
Secretaria Municipal de Turismo, Meio Ambiente e Inovação Tecnológica de Passo de Camaragibe
Secretaria Municipal de Turismo de São Miguel dos Milagres
Prefeitura Municipal de Porto de Pedras
Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente de Porto Calvo
Secretaria Municipal de Assistência Social de Porto Calvo
Secretaria Municipal de Turismo de Japaratinga
Secretaria Municipal de Cultura de Japaratinga
Secretaria Municipal de Turismo de Maragogi

Outras Instituições:
FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
SEBRAE / AL – Unidade de Turismo Artesanato e Cultura
UNIVERSIDADE POLO – UAB Maragogi

17. CONTATOS PESSOAIS E ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS

1. **Danielle Novis** – Secretária Estadual de Turismo de Alagoas
2. **Simone Bentes Normande** – Superintendente da UEE PRODETUR
3. **Jair Galvão** – Diretor de Produtos e Negócios da SETUR
4. **Marcos Vital** – Diretor Presidente Departamento de Estrada e Rodagens
5. **Carlos Abraão Moura** – Prefeito de Paripueira
6. **Juan Maurer** – Secretário de Turismo e Meio Ambiente de Paripueira
7. **Maria Cícera Casado** – Prefeita de Barra de Santo Antônio
8. **Gilson Ângelo da Silva** – Secretário de Turismo da Barra de Santo Antônio
9. **Carlos Eurico Leão (Kaíka)** – Prefeito de Porto Calvo
10. **Antônio da Silva Oliveira** – Secretário de Turismo e Meio Ambiente de Porto Calvo
11. **Ana Márcia Almeida** – Assistente Social de Porto Calvo
12. **Herbert Freire Araújo** – Secretário de Turismo de Maragogi
13. **Pedro Jeová** – Secretário de Infraestrutura e Obras de Maragogi
14. **Cristyano Cavalcante** – Secretário de Turismo de Japaratinga
15. **Maria Aparecida de Oliveira** – Secretária de Cultura de Japaratinga
16. **Jose Caetano Neto** – Secretário de Turismo de São Miguel dos Milagres
17. **Érica Torres** – Séc. de Turismo, Meio Ambiente e Inovação Tec. Passo de Camaragibe
18. **Vanessa Rocha** – Ger. da Unid. de Turismo, Cultura e Meio Ambiente do Sebrae – AL
19. **Anna Cláudia Farias** – Gestora do APL Costa dos Corais
20. **Tereza Bandeira** – Diretora Executiva da ABIH – AL
21. **Vanderlei L. Turatti** – Pres. Assoc. Fomento do Turismo da B. Santo Antônio e Paripueira
22. **Vergínia Stodolni** – Vice Pres. Assoc. Hoteleiros de Maragogi e Japaratinga – AHMAJA
23. **Tony Bleuler** – Pres. Assoc. dos Empresários de Turismo de Japaratinga – AEJATUR
24. **Carlos Andre Braga** – Dir. Exec. Assoc. Amigos Rota Ecológica de Alagoas – AREAL
25. **Marta** – ARIBAMA – Associação dos Ribeirinhos Amigos do Meio Ambiente
26. **Joseé Carlos e Alírio** – Empresários da Pousada Caju em São Miguel dos Milagres

t

REVISÃO / ADEQUAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL PDTIS – PÓLO COSTA DOS CORAIS ALAGOAS - BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO

Produto 6

Versão Final – Volume II

Indústrias Criativas
estratégias & projetos

julho/2012

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL PDTIS – PÓLO COSTA DOS CORAIS ALAGOAS - BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO

Produto 6

Versão Final – Volume I

julho/2012

EQUIPE TÉCNICA

Perolina Henriques Lyra
Coordenadora Técnica

Roberia Bandeira
Gerente do Projeto

Ana Cláudia Vasconcelos Magalhães
Patrimônio Histórico

Cristina Benamor de Araújo Jorge
Arquitetura e Urbanismo

Deivis Rogerio Tavares
Processamento de Dados

Eduardo Bezerra Normande
Meio Ambiente

Evelina Antunes F. de Oliveira
Ciências Sociais

Luciana Scherer
Turismo

Gustavo Carvalho
Engenharia Civil / Saneamento / Infraestrutura

Tereza Kelly Gomes Carneiro
Economia e Fortalecimento Institucional

Colaboradores:
Maria Pedro A. M. de Abreu

Rosina Pérez Menafra
Sandy Farias

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Dilma Vana Rousseff

VICE–PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Michel Miguel Elias Temer Lulia

MINISTRO DO TURISMO
Gastão Dias Vieira

SECRETÁRIO NACIONAL DE PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO
Fábio Rios Mota

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO
Carlos Henrique Menezes Sobral

COORDENADOR GERAL DE PROGRAMAS REGIONAIS II
Viviane de Faria

EQUIPE TÉCNICA DA COORDENAÇÃO GERAL DE PROGRAMAS REGIONAIS I
Ana Carla Fernandes Moura – Técnica Nível Superior
Marina Neiva Dias – Técnica Nível Superior
Miranice Lima Santos – Técnica Nível Superior

ESTADO DE ALAGOAS

GOVERNADOR
Teotônio Brandão Vilela Filho

VICE–GOVERNADOR
José Thomaz da Silva Nonô Netto

SECRETÁRIA DE ESTADO DO TURISMO
Danielle Govas Pimenta Novis

SUPERINTENDENTE DA UEE – PRODETUR / AL
Simone Bentes Normande Vieira

SUPERINTENDENTE DE INVESTIMENTOS
Marcos de Lima Pradines

DIRETOR DE DESTINOS E PRODUTOS
Jair Galvão Freire Neto

DIRETORA DE ARTICULAÇÃO, NEGÓCIOS E INVESTIMENTOS
Melry Sherly Bezerra

SUMÁRIO - VOLUME I

1. Apresentação 24
2. O Prodetur no Estado de Alagoas 26
3. Aspectos Metodológicos 29
4. O Turismo no Contexto das Estratégias de Desenvolvimento do Estado 30
Capítulo 1 – Justificativa da Seleção da Área Turística 35
5. Justificativa da Seleção da Área 36
5.1. Caracterização Geral do Pólo 40
5.1.1.Localização Geográfica do Pólo Costa dos Corais com Relação ao Estado 41
5.1.2. Caracterização Ambiental do Pólo 42
5.1.3. Caracterização Histórica do Pólo 47
5.1.4. Caracterização da Dinâmica Social e Econômica dos Municípios que Compõem o Pólo Costa dos Corais 48
6. Avaliação dos Resultados e o Grau de Implementação 55
7. Importância dos Atrativos Turísticos ou Recursos Turísticos 61
8. Acessibilidade e Conectividade 71
8.1. Estradas e Acessos 71
8.2. Sinalização 74
8.3. Comunicação 75
9. Nível de Uso Atual ou Potencial 76
9.1 Fragilidades 78
10. Condições Físicas e Serviços Básicos 79
10.1. Sistema de Abastecimento de Água 79
10.2. Sistema de Esgotamento Sanitário 81
10.3. Drenagem Urbana 83
10.4. Limpeza Urbana 83
10.5. Energia Elétrica e Iluminação Pública 85
10.6. Segurança Pública 86
10.7. Acessibilidade 88
10.8. Comércio e Serviço 88
10.9. Transporte Urbano 90
11. Quadro Institucional e Aspectos Legais 92
11.1. Contextualização do Fluxo Turístico 94
11.2. Entidades e Associações 97
11.3. O Programa do Arranjo Produtivo Local de Turismo da Costa dos Corais 99
11.4. Aspectos Econômicos no Âmbito do PDITS 100
11.5. Critério de Planejamento Econômico 103
11.5.1 Avaliação da Rede Social de Produção Local e Seus Atores 103
11.6. As Prioridades dos Investimentos a Serem Realizados 103
Capítulo 2 – Formulação e Ajustes dos Objetivos do PDITS 104
12. Formulação e Ajustes dos Objetivos do PDITS 105
Capítulo 3 – Diagnóstico Estratégico da Área e das Atividades Turísticas do Quadro Institucional e Aspectos Socioambientais 107
13. Análise do Mercado Turístico 108
13.1. Análise da Demanda Atual do Pólo 112
13.1.1. Perfil Quantitativo dos Visitantes Atuais do Pólo 113
13.1.1.1.Fluxo de Passageiros 113
13.1.1.2. Mercados Emissores 116
13.1.1.3. Permanência e Ocupação Média 121
13.1.2. Perfil Qualitativo da Demanda Atual do Pólo 123
13.1.2.1. Origem, Sexo e Faixa Etária 123
13.1.3. Tendências de Comportamento e Hábitos da Demanda Atual 125
13.1.4. Tendências de Estrutura do Gasto Turístico 126
13.1.5. Determinação da Imagem Percebida da Área Turística 127

13.1.6. Balanço da Campanhas de Promoção 128
13.1.7. Portfólio Estratégico de Produtos Turísticos / Segmentos Atuais da Demanda 130
13.2. Análise da Demanda Turística Potencial 132
13.2.1. Estimativa Quantitativa e Caracterização do Perfil Qualitativo da Demanda 132
13.2.2. Cenários Influenciadores da Demanda 136
13.2.3. Elementos Críticos que Influem no Processo de Tomada de Decisões da Compra da Viagem dos Segmentos Potenciais 137
13.2.4. Expectativas dos Diferentes Segmentos Potenciais 141
13.2.5. Hábitos de Informação e Compra dos Diferentes Segmentos Potenciais 141
13.2.5.1. Identificação de Destinos Competidores 143
13.2.5.2. Destinos Mais Desejados 144
13.2.5.3. Mercado de Segunda Residência 147
14. Análise da Oferta Turística 149
14.1. Avaliação dos Recursos e Atrativos Turísticos do Pólo Costa dos Corais 149
14.1.1. Maceió – Atrativos de Uso Atual 149
14.1.2. Maceió – Atrativos de Uso Potencial 155
14.1.3. Paripueira – Atrativos de Uso Atual 171
14.1.4. Paripueira – Atrativos de Uso Potencial 172
14.1.5. Barra de Santo Antônio – Atrativos de Uso Atual 174
14.1.6. Barra de Santo Antônio – Atrativos de Uso Potencial 176
14.1.7. São Luis do Quitunde – Atrativos de Uso Atual 178
14.1.8. São Luis do Quitunde – Atrativos de Uso Potencial 178
14.1.9. Matriz de Camaragibe – Atrativos de Uso Atual 180
14.1.10. Matriz de Camaragibe – Atrativos de Uso Potencial 180
14.1.11. Passo de Camaragibe – Atrativos de Uso Atual 181
14.1.12. Passo de Camaragibe – Atrativos de Uso Potencial 182
14.1.13. São Miguel dos Milagres – Atrativos de Uso Atual 186
14.1.14. São Miguel dos Milagres – Atrativos de Uso Potencial 188
14.1.15. Porto de Pedras – Atrativos de Uso Atual 192
14.1.16. Porto de Pedras – Atrativos de Uso Potencial 197
14.1.17. Porto Calvo – Atrativos de Uso Atual 200
14.1.18. Porto Calvo – Atrativos de Uso Potencial 201
14.1.19. Japaratinga – Atrativos de Uso Atual 203
14.1.20. Japaratinga – Atrativos de Uso Potencial 206
14.1.21. Maragogi – Atrativos de Uso Atual 209
14.1.22. Maragogi – Atrativos de Uso Potencial 213
14.2. Atrativos–Âncora do Pólo Costa dos Corais 216
14.3. Análise Comparativa dos Recursos e Atrativos 2002 X 2010 220
14.4. Avaliação dos Equipamentos e Serviços Turísticos Existentes 227
14.4.1. Meios de Hospedagem 230
14.4.2. Agencias de Viagem e Operadoras de Turismo 234
14.5. Sistemas de Promoção e Comercialização e Níveis de Preços 238
14.6. Avaliação do Perfil dos Empreendimentos da Região e Sua Atuação em Redes 242
14.6.1. Análise da Necessidade de Capacitação de Mão de Obra 245
14.6.2. Análise das Redes Sociais do Pólo da Costa dos Corais 248
14.7. Investimentos Turísticos Previstos na Área 270
14.7.1. Projeto de Urbanização de Cruz das Almas até Jacarecica 270
14.7.2. Urbanização Integrada da Orla Lagunar de Maceió 271
14.7.3. VLT – Veículo Leve Sobre Trilhos 271
14.8. Investimentos Hoteleiros 272
15. Análise das Infraestruturas Básicas e dos Serviços Gerais 275
15.1. Rede Viária de Acesso ao Pólo Costa dos Corais 276
15.1.1. Eixo viário Vale do Reginaldo 282
15.1.2. Projeto de Construção da Ciclovia da Via Expressa 283
15.1.3. Infraestrutura Aeroportuária 283
15.1.4. Alça Viária do Aeroporto Internacional Zumbi dos Palmares 284

15.1.5. Infraestrutura Portuária 284
15.2. Sistema de Abastecimento de Água 286
15.2.1. Investimentos Previstos em Abastecimento de Água 290
15.3. Sistema de Esgotamento Sanitário 291
15.3.1. Sistema de Esgotamento Sanitário de Maceió 293
15.4. Limpeza Urbana 294
15.5. Rede de Drenagem Pluvial 295
15.6. Transporte Urbano 295
15.7. Sistema de Comunicação 297
15.8. Iluminação Pública 299
15.9. Serviços de Saúde 300
15.9.1. Estabelecimentos de Saúde no Pólo Costa dos Corais 300
15.9.2. Serviços Ambulatoriais 305
15.9.3. Capacidade de Internação em Hospitais ou Clínicas Especializadas 305
15.9.4. Indicadores de Morbidade e Incidência de Doenças 306
15.10. Segurança 306
15.10.1. Homicídios 307
15.10.2. Violência Infantil e Turismo Sexual 309
15.10.3. Segurança Pública 312
16. Análise do Quadro Institucional do Pólo 313
16.1 Impactos e Limitações das Políticas Públicas 313
16.2 Organização e Coordenação do Processo de Planejamento Turístico 317
16.3 Legislação 318
16.4 Quadro dos Incentivos 343
17. Análise dos Aspectos Socioambientais 353
17.1.1 Análise das Condições Ambientais do Pólo Costa dos Corais 353
17.1.2 Identificação e Avaliação dos Impactos 357
17.1.3 Gestão Ambiental Pública 360
17.1.4 Gestão Ambiental na Empresa Privada 365
17.1.5 Instrumentos de Planejamento e Controle Territorial 367
17.1.6 Grau de Participação e Inclusão 372
18. Diagnóstico Estratégico 375
18.1 Valoração ponderada das linhas de produtos e segmentos atuais e potenciais em relação aos mercados–meta 375
18.2 Posição atual do Pólo Costa dos Corais no mercado turístico 379

SUMÁRIO - VOLUME II

Capítulo 4 – Estrategias de Desenvolvimento Turístico **382**
19. Estratégias de Desenvolvimento 386
20. Comparativo Matriz *SWOT* 2002 X 2010 387
20.1. Estrategia de Produto Turístico 388
20.2. Estrateégia de Comercialização 391
20.3. Fortalecimento Institucional 393
20.4. Infraestrutura e Serviços Básicos 397
20.5. Gestão Sócioambiental 400
21. Macro Estratégias do Pólo Costa dos Corais 403
21.1. Áreas Críticas de Intervenção Identificadas 403
21.1.1. Estratégias de Produto Turístico 403
21.1.2. Estratégias de Comercialização 403
21.1.3. Estratégias de Fortalecimento Institucional 406
21.1.4. Estratégias de Infraestrutura e Serviços Básicos 408
21.1.5. Estratégias de Gestão Socioambiental 411
21.2. Resumos das Estratégias Definidas 414
Capítulo 5 – Plano de Ação: Seleção de Procedimentos, Ações e Projetos **416**
22. Visão do Turismo no Pólo 417
23. Ações Previstas 419
24. Análise Comparativa Plano de Ação PDITS 2002 X PDITS 2010 567
25. Dimensionamento do Investimento Total 575
26. Seleção e Priorização das Ações 580
27. Descrição das Ações a Serem Realizadas Durante os Dezoito Primeiros Meses de Financiamento do Prodetur Nacional 591
28. Avaliação dos Impactos Socioambientais 608
28.1. Programa de Gestão Ambiental – PGA 632
29. *Feedback*: Acompanhamento e Avaliação 636
29.1. Marco lógico e linha de base dos indicadores de monitoramento 637
30. Bibliografia 649
31. Glossário 653
32. Sites Consultados 656
33. Contatos Pessoais e Entrevistas Semi–Estruturadas 659
34. Instituições Consultadas 661

LISTA DE FIGURAS – VOLUME I

Figura 1 – Regiões Turísticas de Alagoas – Plano Estadual de Turismo Alagoas 2005–2015 56
Figura 2 – Cronologia da Criação dos Municípios do Litoral Norte de Alagoas 58
Figura 3 – Subzonas e Fluxos Indutores de Desenvolvimento do Pólo Costa Dos Corais 60
Figura 4 – Nova dinâmica turística do Pólo Costa Dos Corais 61
Figura 5 – Localização da área objeto de estudo 63
Figura 6 – Base Cartográfica e Zoneamento do Estado de Alagoas para o Gerenciamento de Recursos Hídricos. Maceió, PROAGUA (UEGP–AL) / HISA. ALAGOAS. (2002). 65
Figura 7 – Vista da placa indicativa e Figura 8 – Acesso a uma das pousadas 93
Figura 9 – Vista de um dos quebra–mola e Figura 10 – Vista de trecho da AL–101N – 2010 94
Figura 11 – Estrada com trechos danificados e Figura 12 – Trecho de estrada secundária 94
Figura 13 – Orla da Praia de Jacarecica e Figura 14 – Orla da Praia de Jacarecica 95
Figura 15 – Vista do ônibus transitando na área urbana de Passo do Camaragibe 95
Figura 16 – Acesso à Praia em Paripueira e Figura 17 – Acesso à Praia em Tabuba 96
Figura 18 – Placa de informação turística e Figura 19 – Placas sem disciplinamento 96
Figura 20 – APA Costa dos Corais 98
Figura 21 – Embarcações e Turistas nas Galés de Maragogi 99
Figura 22 – SAAE – Barra de Santo Antônio 101
Figura 23 – Escritório da CASAL – Passo de Camaragibe 103
Figura 24 e Figura 25 – Esgotos a céu aberto em diversas áreas dos núcleos 103
Figura 26 e Figura 27 – Coleta de lixo e Limpeza deficiente – Japaratinga 106
Figura 28 e Figura 29 – Lixões de Porto Calvo e Japaratinga 107
Figura 30 – Japaratinga e Figura 31 – B.Sto.Antônio -- Fiações expostas 108
Figura 32 – Maragogi e Figura 33 – Paripueira -- Fiações subterrâneas 108
Figura 34 – Polícia Militar – Porto de Pedras e Figura 35 – Polícia Civil São Miguel dos Milagres 109
Figura 36 – 6º Btl. de Pol. Militar – Maragogi e Figura 37 – Corpo de Bombeiros – Maragogi 109
Figura 38 – Rampa de acessibilidade 110
Figura 39 – unidade de saúde e orelhão 111
Figura 40 e Figura 41 – Vista de estabelecimento bancário e correios 111
Figura 42 – Um dos poucos equipamentos voltado para o turista em São Miguel dos Milagres 112
Figura 43 – Barra de Santo Antônio e Figura 44 – Transporte com barcos – Japaratinga 112
Figura 45 – Parada de ônibus alternativos – Porto Calvo 113
Figura 46 – Principais Emissores de Turistas Para Alagoas 118
Figura 47 – Principais Geradores de Receita Turística em Alagoas 118
Figura 48 – OBJETIVOS DO PDITS 132
Figura 49 – Projeção – Fluxo de Passageiros 141
Figura 50 – Tendências – Fluxo Internacional 143
Figura 51 – Fluxo de Pessoas no Porto de Maceió 143
Figura 52 – Fluxo de Navios no Porto de Maceió 144
Figura 53 – Mercado Emissor Por Região do Brasil 144
Figura 54 – Estados Emissores Região NE 145
Figura 55 – Estados Emissores Regiões Norte e Centro–Oeste 145
Figura 56 – Estados Emissores Regiões Sul e Sudeste 145
Figura 57 – MERCADO EMISSOR POR REGIÃO POR CONTINENTE 147
Figura 58 – Evolução dos 9 Maiores Emissores Nacionais 1º Semestre 148
Figura 59 – Evolução dos 8 Maiores Emissores Internacionais – 1º Semestre 148

Figura 60 – Mercados Consolidados – 1º Semestre 149
Figura 61 – Fluxo de Hóspedes 150
Figura 62 – Taxa de Ocupação 150
Figura 63 – Origem dos Turistas 151
Figura 64 – Perfil Qualitativo da Demanda 151
Figura 65 – Meio de Transporte Utilizado 153
Figura 66 – Canal de Informação Sobre Viagens no Brasil 153
Figura 67 – Gasto Médio por Viagem 154
Figura 68 – Aspectos Positivos da Viagem 155
Figura 69 – Aspectos Negativos da Viagem 156
Figura 70 – Comparativo Estimado de Fluxo de Passageiros 2009–2014 160
Figura 71 – Comparativo Estimado de Fluxo de Hóspedes 2007-2014 161
Figura 72 – Roteiros Preferidos e Duração das Viagens (dias) – cliente potencial 162
Figura 73 – Companhia Habitual de Viagem – Cliente Potencial 162
Figura 74 – Destino Turístico Pretendido – Cliente Potencial 163
Figura 75 – Oferta para que o Destino Seja no Brasil 166
Figura 76 – Material Promocional SETUR 167
Figura 77 – Material Promocional SETUR 168
Figura 78 – Avaliação da Infraestrutura Turística – Cliente Potencial 169
Figura 79 – Fontes de Informação Sobre Viagens – Cliente Potencial 169
Figura 80 – Formas de Negociação da Viagem – Cliente Potencial 170
Figura 81 – Destinos Mais Desejados no Brasil (%) 172
Figura 82 – Valores Médios do M² nos Estados 176
Figura 83 – Piscinas naturais de Pajuçara 178
Figura 84 – Praia de Pajuçara 179
Figura 85 – Acesso para cadeirantes, Praia de Ponta Verde 179
Figura 86 – Museu Théo Brandão 180
Figura 87 – Feira do artesanato, Pajuçara 181
Figura 88 – Artesãs, Praia de Riacho Doce 182
Figura 89 – Praia de Ipioca 182
Figura 90, Figura 91 e Figura 92 – Monumentos tombados pelo Estado: 185
Figura 93 – Igreja de Nossa 186
Figura 94 – Museu da Imagem e do Som, em Jaraguá 187
Figura 95 e Figura 96 – Ônibus de turismo e ponto de apoio para as piscinas naturais 199
Figura 97 e Figura 98 – Igreja de Santo Amaro / Monumento à frente da igreja 200
Figura 99 e Figura 100 – Arquitetura Vernacular 202
Figura 101 – Passeio *off–road* na Praia de Carro Quebrado 203
Figura 102 e Figura 103 – Igreja de N. Sra. da Conceição / casario que ladeia a Praça da Igreja 204
Figura 104, Figura 105 e Figura 106 – Antigo casario parcialmente preservado de características do século XIX e início do XX 206
Figura 107, Figura 108 e Figura 109 – Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição / antigo Armazém de Açúcar / Escola Estadual Messias de Gusmão 207
Figura 110 e Figura 111 – Vestígios arquitetônicos do antigo Engenho Roncador e sua capela 207
Figura 112, Figura 113 e Figura 114 – Igreja do Bom Jesus / casario que margeia as igrejas / Igreja de N. Sra. do Rosário 208
Figura 115 – Toca do Parú, Praia de Marcineiro 210
Figura 116, Figura 117 e Figura 118 – Antigo teatro / Casa do tipo chalé / Escola Est. Ambrósio Lyra (Autoria: Bandeira, R. 2010) 211
Figura 119, Figura 120 e Figura 121 – Igreja de N. Sra. da Conceição / Casa Aurélio Buarque de Holanda / Igreja de São Benedito 212
Figura 122 e Figura 123 – Vendedora de peixe expõe o pescado na calçada / 213
Figura 124 e Figura 125 – Praia do Riacho e ponto de apoio Recanto dos Milagres 214
Figura 126 – Praia de São Miguel dos Milagres 215
Figura 127 – Praia de São Miguel dos Milagres 216

Figura 128 – Antiga fonte milagrosa hoje Cacimba Pública 217
Figura 129, Figura 130 e Figura 131 – Igreja de N. Sra. Mãe do Povo / Alto do Cruzeiro e casa abandonada. 218
Figura 132 e Figura 133 – Aspecto do casario singelo e casas de maior porte. 218
Figura 134 e Figura 135 – Capela de Santo Antônio no Povoado Porto da 218
Figura 136 – Ruínas da Casa do Bode da Ponte 219
Figura 137 e Figura 138 – Artesão trabalhando / Peças confeccionadas em madeira 219
Figura 139 – Acesso à Praia do Patacho 221
Figura 140 – Rio Tatuamunha 222
Figura 141 – Peixes–Boi, Rio Tatuamunha 222
Figura 142 – Saída dos passeios, Rio Tatuamunha 223
Figura 143 – Rede de voleibol de fios de garrafa pet, mesma técnica usada para 224
Figura 144, Figura 145 e Figura 146– Arruado e casario típico de Porto de Pedras 226
Figura 147, Figura 148, Figura 149 e Figura 150 – Forte–cadeia / Igrejas de N. S. da Glória e de N. S. da Piedade / Farol no alto do morro. 226
Figura 151 e Figura 152 – Capelas de São Gonçalo do Amarante, N. Sra. do Livramento no Povoado Tatuamunha. 228
Figura 153 – Rio Manguaba 230
Figura 154, Figura 155 e Figura 156 – Cenário urbano descaracterizado / algumas edificações íntegras mas mal conservadas 231
Figura 157 e Figura 158 – Igreja Matriz de Nossa senhora da apresentação e antiga Casa de Cultura 231
Figura 159 – Desordenamento costeiro em Barreiras do Boqueirão, avanço do mar 233
Figura 160 – Moradora lavando roupa na Bica das Barreiras 233
Figura 161 – Mirante Pousada dos Coqueirais 234
Figura 162 – Ruínas de antiga igreja em Barreiras do Boqueirão 236
Figura 163 e Figura 164 – Aspecto de casa mais tradicional nas proximidades da praça onde está localizada a igreja / Igreja Matriz de N. Sra. das Candeias 236
Figura 165, Figura 166 e Figura 167 – Casario típico do povoado / Igreja de Santa Luzia com cruzeiro / imagem de Santa Luzia 237
Figura 168 – Desordenamento costeiro na Praia de Peroba 238
Figura 169 – Catamarã utilizado para passeios às Galés, Praia de Bugalhau 239
Figura 170 – “línguas negras” na orla urbana de Maragogi239
Figura 171 – Orla urbana de Maragogi 240
Figura 172 – Mergulho nas galés de Maragogi 240
Figura 173 – Fazenda Marrecas 241
Figura 174 – Veículo adaptado para Trilha do Visgueiro 241
Figura 175, Figura 176 e Figura 177 – Raros remanescentes de arquitetura com conteúdo histórico e estético. 243
Figura 178 e Figura 179 – ruínas do Mosteiro de São Bento 243
Figura 180, Figura 181 e Figura 182 – Igreja Matriz de Santo Antônio / aspectos do povoado Barra Grande: arquitetura vernacular e modos de viver e fazer. 244
Figura 183 – Atrativos Turísticos 247
Figura 184 – Atrativos Turísticos Potenciais248
Figura 185 – Subzonas de Mercado do Pólo Costa dos Corais 256
Figura 186 – Serviços Turísticos 258
Figura 187 – Cronologia da Implantação das Empresas Pesquisadas 259
Figura 188 – Agências de Viagens Associadas ao GRAL 263
Figura 189 – Número de Agências e Operadoras de Turismo 264
Figura 190 – Níveis de Preços de Restaurantes 271
Figura 191 – Maiores Dificuldades Enfrentadas Pelas Empresas do Pólo Costa dos Corais 273
Figura 192 – Menores Dificuldades Enfrentadas Pelas Empresas do Pólo Costa dos Corais 275
Figura 193 – Fatores Determinantes Para Manter a Capacidade Competitiva da Empresa Segundo as Empresas do Pólo Costa dos Corais 278

Figura 194 – Rede De Cooperação De Aprendizagem *(CO–LEARN)* 282
Figura 195 – Rede de Cooperação de Informações *(CO–INFORM)* 283
Figura 196 – Rede de Cooperação de Compra *(CO–PURCHASE)* 284
Figura 197 – Rede de Cooperação de Defesa de Interesses *(CO–LOBBY)* 285
Figura 198 – Rede de Cooperação de Produção *(CO–PRODUCE)* 287
Figura 199 – Rede de Cooperação de Promoção *(CO–MARKET)* 288
Figura 200 e Figura 201 – Vistas do antes e depois da implementação do projeto, 2010 303
Figura 202 e Figura 203 – Vistas do antes e depois da implementação do projeto, 2010 303
Figura 204 – Vista do projeto de urbanização da orla lagunar, 2010 304
Figura 205 – Estudo para implantação 304
Figura 206 – Oferta de Uh's e Leitos em Alagoas 305
Figura 207 – Oferta de Uh's e Leitos em Maceió 305
Figura 208 – Infraestrutura das Rodovias do Pólo Costa dos Corais 310
Figura 209 – Projetos Rodoviários e Aeroportuário Para o Pólo Costa dos Corais 314
Figura 210 e Figura 211 – Vistas do antes e depois da implementação do projeto de 315
Figura 212 – Construção da Ciclovia da Via Expressa, 2010 316
Figura 213 – Vista do projeto, hoje concluído, 317
Figura 214 – Ligações Terrestres Porto de Maceió 318
Figura 215 – Municípios Alagoanos que Mantêm Convênios de Operação do Sistema de Abastecimento de Água Com a CASAL 319
Figura 216 – Vistas dos trabalhos de implantação do aterro 328
Figura 217 – Rodoviária de Matriz do Camaragibe 329
Figura 218 – Número de Estabelecimentos de Saúde por Município – Alagoas 335
Figura 219 – Proporção (%) de Internações Hospitalares do SUS por Doenças Infecciosas e Parasitárias por Municípios do Pólo 340
Figura 220 – Evolução dos Homicídios em Maceió, nos Demais Municípios do Pólo Costa dos Corais e nos Outros Municípios de Alagoas 341
Figura 221 – Homicídios em Maceió, nos outros Municípios do Pólo e nos demais Municípios. Alagoas 342
Figura 222 – Crianças e Adolescentes Atendidos Pelos Creas por Tipo e Violência(%) - Alagoas e Pólo Costa Dos Corais, 2006 / 2007 345
Figura 223 – Estrutura Física das Secretarias Municipais de Turismo no Pólo Costa dos Corais 348
Figura 224 – Existência de Organograma Constituído nas Secretárias Municipais de Turismo no Pólo Costa dos Corais 348
Figura 225 – Perfil das Equipes de Colaboradores nas Secretárias Municipais de Turismo no Pólo Costa dos Corais 349
Figura 226 – Existência de Articulação Entre as Secretarias Municipais de Turismo e as Demais Secretarias dos Municípios do Pólo Costa dos Corais 349
Figura 227 – Desenvolvimento de Ações Pelas Secretarias Municipais de Turismo Com as Demais Secretarias dos Municípios do Pólo Costa dos Corais 350
Figura 228 – Existência de Conselho Municipal de Turismo nos Municípios do Pólo Costa dos Corais 350
Figura 229 – Existência de Fundo Municipal do Turismo nos Municípios do Pólo Costa dos Corais 351
Figura 230 – Existe Planejamento Anual das Ações Realizadas Pelas Secretárias Municipais de Turismo no Pólo Costa dos Corais 351
Figura 231 – A Secretaria Possui Missão e Objetivo Definidos? 352
Figura 232 – Existência de Monitoramento nas Ações Realizadas Pelas Secretarias Municipais de Turismo no Pólo Costa dos Corais 352
Figura 233 – Ciclo de Perpetuação da Precariedade das Condições de Atuação das Secretarias Municipais de Turismo 380
Figura 234 – Balneabilidade das Praias da Costa dos Corais nos Últimos 12 Meses 392
Figura 235 – Balneabilidade das Praias da Costa dos Corais nos Últimos 12 Meses 392

Figura 236 – Balneabilidade das Praias da Costa dos Corais nos Últimos 12 Meses. 393
Figura 237 – Pontos de Coleta de Amostras de Água Para Análise de Balneabilidade das Praias 394
Figura 238 – Efeitos da Urbanização 395
Figura 239 – Pontos de Coleta de Água na Lagoa Mundaú 399
Figura 240 – Condições de Balneabilidade na Lagoa Mundaú 400
Figura 241 e Figura 242 – Atividades desenvolvidas pela ONG Toque de Taipa 404
Figura 243 – Proposta de Zoneamento Economico da Zona Costeira do Litoral Alagoano 407
Figura 244 e Figura 245 – Projeto Peixe–Boi – Tatuamunha 410

LISTA DE FIGURAS – VOLUME II

Figura 246 – Condicionantes Comuns de Desenvolvimento Turístico 423
Figura 247 – Estratégias de Desevonvimento – PDITS 2002 425
Figura 248 – Componentes PRODETUR Nacional 426
Figura 249 – Resumo das Estratégias Definidas 455
Figura 250 – Modelo de Gestão 460

LISTA DE TABELAS – VOLUME I

Tabela 1 – ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO 2007–2011 53
Tabela 2 – AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO ESTADO DE ALAGOAS 54
Tabela 3 – MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 62
Tabela 4 – ÁREA, PIB PER CAPITA, INCIDÊNCIA DA POBREZA E POPULAÇÃO ESTIMADA. PÓLO COSTA DOS CORAIS, ALAGOAS. 71
Tabela 5 – NÚMERO DE MATRÍCULAS, DE PROFESSORES E DE ESCOLAS POR MUNICÍPIO, PÓLO COSTA DOS CORAIS, 2008. 73
Tabela 6 – ALGUNS INDICADORES DE SAÚDE, PÓLO COSTA DOS CORAIS74
Tabela 7 – POPULAÇÃO RESIDENTE POR FAIXA ETÁRIA, 2010 (%) 75
Tabela 8 – POPULAÇÃO NOS MUNICÍPIOS 2000 – 200975
Tabela 9 – AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS E O GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO DO PDITS 2002 79
Tabela 10 – HIERARQUIZAÇÃO DOS ATRATIVOS E RECURSOS TURÍSTICOS POR MUNICÍPIO 84
Tabela 11 – PRINCIPAIS PRODUTOS TURÍSTICOS COMERCIALIZADOS X SEGMENTOS TURÍSTICOS 89
Tabela 12 – POPULAÇÃO E ÍNDICE DE COBERTURA COM ABASTECIMENTO DE ÁGUA NOS MUNICÍPIOS DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 102
Tabela 13 – POPULAÇÃO E ÍNDICE DE COBERTURA COM ESGOTAMENTO SANITÁRIO NOS MUNICÍPIOS DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 104
Tabela 14 – IDENTIFICAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE GESTÃO MUNICIPAL. 114
Tabela 15 – ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS DE TURISMO 115
Tabela 16 – CLASSIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE TURISMO 115
Tabela 17 – OFERTA DOS MEIOS DE HOSPEDAGEM NO ESTADO DE ALAGOAS – 2009 116
Tabela 18 – OFERTA DE UH'S / LEITOS NO ESTADO DE ALAGOAS – 1º SEMESTRE – 2008 117
Tabela 19 – ASSOCIAÇÕES QUE ATUAM NA REGIÃO COSTA DOS CORAIS 119
Tabela 20 – PRINCIPAIS RESULTADOS DO APL COSTA DOS CORAIS 121
Tabela 21 – RELATÓRIO DE SITUAÇÃO E RECURSOS DISPONIBILIZADOS POR PARCEIROS 123
Tabela 22 – DADOS SOBRE EMPREGOS NOS MUNICÍPIOS DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 125
Tabela 23 – PRINCIPAIS MÉTODOS E FONTES PARA ANÁLISE DE MERCADO TURÍSTICO 135
Tabela 24 – PRINCIPAIS MÉTODOS E FONTES PARA ANÁLISE DE MERCADO TURÍSTICO 139
Tabela 25 – FLUXO DE PASSAGEIROS SBMO 140
Tabela 26 – PROJEÇÃO – FLUXO DE PASSAGEIROS SBMO 141
Tabela 27 – 10 MAIORES EMISSORES NACIONAIS 146
Tabela 28 – 10 MAIORES EMISSORES INTERNACIONAIS DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 147
Tabela 29 – INDICADORES COMPARATIVOS 149
Tabela 30 – MOTIVO DA VIAGEM 152
Tabela 31 – PRINCIPAIS MEIOS DE HOSPEDAGEM 152
Tabela 32 – TEMPO DE ANTECEDÊNCIA PARA PROGRAMAÇÃO DA VIAGEM 154
Tabela 33 – PRIMEIRA VISITA 156
Tabela 34 – AÇÕES PROMOCIONAIS – 2007-2010 157
Tabela 35 – SEGMENTOS ATUAIS DA DEMANDA DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 159

Tabela 36 – DESTINO TURÍSTICO PRETENDIDO – CLIENTE POTENCIAL 163
Tabela 37 – EXPECTATIVA DE INVESTIMENTOS PARA MEGAEVENTOS POR SEGMENTO (%) 164
Tabela 38 – TIPO DE VIAGEM – CLIENTE POTENCIAL 170
Tabela 39 – DESTINOS MAIS DESEJADOS POR RENDA 173
Tabela 40 – PREÇO MÉDIO DOS PACOTES TURÍSTICOS 174
Tabela 41 – IMPACTOS DO MERCADO DE SEGUNDA RESIDÊNCIA 175
Tabela 42 – HIERAQUIZAÇÃO DOS ATRATIVOS DE USO ATUAL 183
Tabela 43 – HIERAQUIZAÇÃO DOS ATRATIVOS DE USO POTENCIAL 188
Tabela 44 – Hierarquização de Uso Atual 199
Tabela 45 – HIERARQUIZAÇÃO DE USO POTENCIAL 202
Tabela 46 – HIERARQUIZAÇÃO DE USO ATUAL 203
Tabela 47 – HIERARQUIZAÇÃO DE USO POTENCIAL 205
Tabela 48 – HIERARQUIZAÇÃO DE USO POTENCIAL 207
Tabela 49 – HIERARQUIZAÇÃO DE USO POTENCIAL 209
Tabela 50 – HIERARQUIZAÇÃO DE USO ATUAL 210
Tabela 51 – HIERARQUIZAÇÃO DE USO POTENCIAL 212
Tabela 52 – HIERARQUIZAÇÃO DE USO ATUAL 216
Tabela 53 – HIERARQUIZAÇÃO DE USO ATUAL 220
Tabela 54 – HIERARQUIZAÇÃO DE USO ATUAL 224
Tabela 55 – HIERARQUIZAÇÃO DE USO POTENCIAL 228
Tabela 56 – HIERARQUIZAÇÃO DE USO POTENCIAL 232
Tabela 57 – HIERARQUIZAÇÃO DE USO ATUAL 234
Tabela 58 – Hierarquização de Uso Potencial 237
Tabela 59 – Hierarquização de Uso Atual 242
Tabela 60 – Hierarquização de Uso Potencial 244
Tabela 61 – ATRATIVOS–ÂNCORA DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 245
Tabela 62 – ATRATIVOS–ÂNCORA DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 246
Tabela 63 – ANÁLISE COMPARATIVA DOS ATRATIVOS PDTIS 2002 VS PDITS 2010 249
Tabela 64 – SUBZONAS DE MERCADO DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 260
Tabela 65 – MEIOS DE HOSPEDAGEM CADASTRADOS NO MTUR 261
Tabela 66 – AGÊNCIAS E OPERADORAS DE TURISMO CADASTRADAS NO MTUR 265
Tabela 67 – PACOTES TURÍSTICOS COMERCIALIZADOS NACIONALMENTE 267
Tabela 68 – PASSEIOS OPCIONAIS PARTINDO DE MACEIÓ *(DAY USE)* 268
Tabela 69 – PASSEIOS PARTINDO DE MARAGOGI 270
Tabela 70 – PASSEIOS PARTINDO DE JAPARATINGA 270
Tabela 71 – PASSEIOS NA ROTA ECOLÓGICA 270
Tabela 72 – GASTRONOMIA X PREÇOS 272
Tabela 73 – PRINCIPAIS DIFICULDADES APONTADAS PELAS EMPRESAS DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 275
Tabela 74 – PERFIL DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E NÚMERO DE PESSOAS 276
Tabela 75 – CAPACITAÇÕES PREVISTAS PARA O PÓLO COSTA DOS CORAIS 277
Tabela 76 – PARÂMETROS CALCULADOS DAS REDES SOCIAIS 280
Tabela 77 – IDENTIFICAÇÃO DAS EMPRESAS POR REDE ESTABELECIDA DE COOPERAÇÃO 289
Tabela 78 – IDENTIFICAÇÃO DAS EMPRESAS NA REDE ESTABELECIDA DE COOPERAÇÃO DE COMPRAS 300
Tabela 79 – Meios de Hospedagem 306
Tabela 80 – CONDIÇÕES DAS RODOVIAS ESTADUAIS DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 311
Tabela 81 – PROJETOS RODOVIÁRIOS DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 313
Tabela 82 – COMPLEXO AEROPORTUÁRIO DE MACEIÓ 316
Tabela 83 – POPULAÇÃO E ÍNDICE DE COBERTURA COM ABASTECIMENTO DE ÁGUA NOS MUNICÍPIOS DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 322

Tabela 84 – INVESTIMENTOS DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA COSTA DOS CORAIS 323
Tabela 85 – POPULAÇÃO E ÍNDICE DE COBERTURA COM ESGOTAMENTO SANITÁRIO NOS MUNICÍPIOS DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 325
Tabela 86 – INVESTIMENTOS DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO NA COSTA DOS CORAIS 327
Tabela 87 – TRANSPORTE COMPLEMENTAR: LINHAS DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL 330
Tabela 88 – RESUMO DAS LINHAS DE TRANSPORTE COMPLEMENTAR EM ALAGOAS E LITORAL NORTE 330
Tabela 89 – SISTEMA DE COMUNICAÇÃO NA COSTA DOS CORAIS 332
Tabela 90 – INVESTIMENTOS DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ENERGIA NA COSTA DOS CORAIS 333
Tabela 91 – NUMERO DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE POR TIPO DE PRESTADOR DE SERVIÇO NO PÓLO EXCETO MACEIÓ 336
Tabela 92 – NUMERO DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE POR TIPO DE PRESTADOR DE SERVIÇO EM MACEIÓ 336
Tabela 93 – ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE POR MUNICÍPIO 337
Tabela 94 – DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE NO PÓLO EXCETO MACEIÓ 338
Tabela 95 – DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE EM MACEIÓ 338
Tabela 96 – NUMERO DE LEITOS E COEFICIENTE DE LEITOS POR CADA 1000 HABITANTES NO PÓLO, EXCETO MACEIÓ 339
Tabela 97 – NUMERO DE LEITOS E COEFICIENTE DE LEITOS POR CADA 1000 HABITANTES EM MACEIÓ 340
Tabela 98 – HOMICÍDIOS POR MUNICÍPIO. ALAGOAS, 2009. 342
Tabela 99 – DADOS DE VIOLÊNCIA. BRASIL, ALAGOAS E MACEIÓ 343
Tabela 100 – DADOS DE VIOLÊNCIA. BRASIL, ALAGOAS E MACEIÓ 343
Tabela 101 – LEGISLAÇÃO FEDERAL 354
Tabela 102 – DECRETOS FEDERAIS 355
Tabela 103 – LEGISLAÇÃO ESTADUAL 356
Tabela 104 – DECRETOS ESTADUAIS 359
Tabela 105 – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DE MACEIÓ 362
Tabela 106 – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DE PARIPUEIRA 370
Tabela 107 – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO 370
Tabela 108 – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DE PASSO DO CAMARAGIBE 371
Tabela 109 – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS MILAGRES 371
Tabela 110 – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DE PORTO DE PEDRAS 371
Tabela 111 – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DE JAPARATINGA 371
Tabela 112 – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DE MARAGOGI 371
Tabela 113 – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DE SÃO LUIZ DO QUITUNDE 372
Tabela 114 – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DE MATRIZ DO CAMARAGIBE 372
Tabela 115 – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DE PORTO CALVO 372
Tabela 116 – DECRETOS MUNICIPAIS 372
Tabela 117 – SÍNTESE DA LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA EDITADA NOS MUNICÍPIOS 373
Tabela 118 – LINHAS DE CRÉDITO DISPONIBILIZADAS PELO BANCO DO NORDESTE PARA INVESTIMENTOS NO SETOR TURÍSTICO 381
Tabela 119 – CONSIDERAÇÕES SOBRE AMBIENTE DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS 388
Tabela 120 – PORTFÓLIO ESTRATÉGICO DE PRODUTO–SEGMENTO 415
Tabela 121 – DESTINOS COMPETIDORES E VARIÁVEIS COMPETITIVAS 419

LISTA DE TABELAS – VOLUME II

Tabela 122 – MODELO COMPARATIVO *SWOT* 2002 X 2010 – ESTRATÉGIA DO PRODUTO TURÍSTICO 428
Tabela 123 – MODELO COMPARATIVO *SWOT* 2002 X 2010 – ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO 431
Tabela 124 – MODELO COMPARATIVO *SWOT* 2002 X 2010 – FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL 433
Tabela 125 – COMPARATIVO DA *SWOT* 2002 X 2010 – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS 437
Tabela 126 – COMPARATIVO DA *SWOT* 2002 X 2010 – GESTÃO SÓCIOAMBIENTAL 441
Tabela 127 – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO 445
Tabela 128 – ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO 446
Tabela 129 – ESTRATÉGIAS DO FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL 448
Tabela 130 – ESTRATÉGIAS DA INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS 450
Tabela 131 – ESTRATÉGIAS DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL 453
Tabela 132 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 462
Tabela 135 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS (continuação)Tabela 133 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 463
Tabela 134 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 466
Tabela 135 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 468
Tabela 136 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 470
Tabela 137 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 472
Tabela 138 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 474
Tabela 139 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 476
Tabela 140 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 478
Tabela 141 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 479
Tabela 142 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 480
Tabela 143 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 482
Tabela 144 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 484
Tabela 145 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 486
Tabela 146 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 488
Tabela 147 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 490
Tabela 148 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 493
Tabela 149 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 495

Tabela 150 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 497
Tabela 151 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 499
Tabela 152 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 501
Tabela 153 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 503
Tabela 154 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 505
Tabela 155 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 507
Tabela 156 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 509
Tabela 157 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 510
Tabela 158 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 512
Tabela 159 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 513
Tabela 160 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 515
Tabela 161 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 517
Tabela 162 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 518
Tabela 163 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 520
Tabela 164 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 522
Tabela 165 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 524
Tabela 166 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 526
Tabela 167 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 528
Tabela 168 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 530
Tabela 169 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 532
Tabela 170 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 533
Tabela 171 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 535
Tabela 172 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 537
Tabela 173 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 539
Tabela 174 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 541
Tabela 175 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 543
Tabela 176 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 545
Tabela 177 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 547

Tabela 178 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 549
Tabela 179 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 550
Tabela 180 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 551
Tabela 181 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 553
Tabela 182 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 555
Tabela 183 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 556
Tabela 184 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 557
Tabela 185 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 558
Tabela 186 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 560
Tabela 187 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 561
Tabela 188 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 562
Tabela 189 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 564
Tabela 190 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 565
Tabela 191 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 567
Tabela 192 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 569
Tabela 193 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 570
Tabela 194 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 571
Tabela 195 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 573
Tabela 196 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 575
Tabela 197 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 576
Tabela 198 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 578
Tabela 199 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 579
Tabela 200 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 580
Tabela 201 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 581
Tabela 202 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 583
Tabela 203 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 585
Tabela 204 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 587
Tabela 205 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 589

Tabela 206 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 590
Tabela 207 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 592
Tabela 208 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 594
Tabela 209 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 596
Tabela 210 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 598
Tabela 211 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 601
Tabela 212 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 603
Tabela 213 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 605
Tabela 214 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 606
Tabela 215 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 608
Tabela 216 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 610
Tabela 217 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS 612
Tabela 218 – ANÁLISE COMPARATIVA DOS COMPONENTES DO PDITS 614
Tabela 219 – CONSOLIDAÇÃO DO INVESTIMENTO TOTAL – POR COMPONENTE 626
Tabela 220 – CONSOLIDAÇÃO DOS PROJETOS SOB EXPECTATIVA DE FINANCIAMENTO 632
Tabela 221 – CONSOLIDAÇÃO INVESTIMENTO PROJETOS PRIORIZADOS PARA OS CINCO PRIMEIROS ANOS – ORDENADA POR COMPONENTE633
Tabela 222 – CONSOLIDAÇÃO DOS INVESTIMENTOS DOS PROJETOS PRIORIZADOS ORDENADOS POR PRIORIDADES639
Tabela 223 – PROJETO PRIORIZADO PARA REALIZAÇÃO DURANTE OS DEZOITO PRIMEIROS MESES DE FINANCIAMENTO DO PRODETUR 645
Tabela 224 – PROJETO PRIORIZADO PARA REALIZAÇÃO DURANTE OS DEZOITO PRIMEIROS MESES DE FINANCIAMENTO DO PRODETUR 646
Tabela 225 – PROJETO PRIORIZADO PARA REALIZAÇÃO DURANTE OS DEZOITO PRIMEIROS MESES DE FINANCIAMENTO DO PRODETUR 647
Tabela 226 – PROJETO PRIORIZADO PARA REALIZAÇÃO DURANTE OS DEZOITO PRIMEIROS MESES DE FINANCIAMENTO DO PRODETUR 648
Tabela 227 – PROJETO PRIORIZADO PARA REALIZAÇÃO DURANTE OS DEZOITO PRIMEIROS MESES DE FINANCIAMENTO DO PRODETUR 649
Tabela 228 – PROJETO PRIORIZADO PARA REALIZAÇÃO DURANTE OS DEZOITO PRIMEIROS MESES DE FINANCIAMENTO DO PRODETUR 650
Tabela 229 – PROJETO PRIORIZADO PARA REALIZAÇÃO DURANTE OS DEZOITO PRIMEIROS MESES DE FINANCIAMENTO DO PRODETUR 651
Tabela 230 – PROJETO PRIORIZADO PARA REALIZAÇÃO DURANTE OS DEZOITO PRIMEIROS MESES DE FINANCIAMENTO DO PRODETUR 652
Tabela 231 – PROJETO PRIORIZADO PARA REALIZAÇÃO DURANTE OS DEZOITO PRIMEIROS MESES DE FINANCIAMENTO DO PRODETUR 653
Tabela 232 – PROJETO PRIORIZADO PARA REALIZAÇÃO DURANTE OS DEZOITO PRIMEIROS MESES DE FINANCIAMENTO DO PRODETUR 654
Tabela 233 – PROJETO PRIORIZADO PARA REALIZAÇÃO DURANTE OS DEZOITO PRIMEIROS MESES DE FINANCIAMENTO DO PRODETUR 656
Tabela 234 – PROJETO PRIORIZADO PARA REALIZAÇÃO DURANTE OS DEZOITO PRIMEIROS MESES DE FINANCIAMENTO DO PRODETUR 657

Tabela 235 – PROJETO PRIORIZADO PARA REALIZAÇÃO DURANTE OS DEZOITO PRIMEIROS MESES DE FINANCIAMENTO DO PRODETUR 658
Tabela 236 – PROJETO PRIORIZADO PARA REALIZAÇÃO DURANTE OS DEZOITO PRIMEIROS MESES DE FINANCIAMENTO DO PRODETUR 659
Tabela 237 – PROJETO PRIORIZADO PARA REALIZAÇÃO DURANTE OS DEZOITO PRIMEIROS MESES DE FINANCIAMENTO DO PRODETUR 660
Tabela 238 – IMPACTOS AMBIENTAIS DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS 665
Tabela 239 – IMPACTOS AMBIENTAIS DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS 666
Tabela 240 – IMPACTOS AMBIENTAIS DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS 667
Tabela 241 – IMPACTOS AMBIENTAIS DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS 668
Tabela 242 – IMPACTOS AMBIENTAIS DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS 669
Tabela 243 – IMPACTOS AMBIENTAIS DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS 670
Tabela 244 – IMPACTOS AMBIENTAIS DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS 672
Tabela 245 – IMPACTOS AMBIENTAIS DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS 673
Tabela 246 – IMPACTOS AMBIENTAIS DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS 674
Tabela 247 – IMPACTOS AMBIENTAIS DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS 675
Tabela 248 – IMPACTOS AMBIENTAIS DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS 676
Tabela 249 – IMPACTOS AMBIENTAIS DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS 677
Tabela 250 – IMPACTOS AMBIENTAIS DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS 678
Tabela 251 – IMPACTOS AMBIENTAIS DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS 679
Tabela 252 – IMPACTOS AMBIENTAIS DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS 680
Tabela 253 – IMPACTOS AMBIENTAIS DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS 682
Tabela 254 – IMPACTOS AMBIENTAIS DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS 683
Tabela 255 – IMPACTOS AMBIENTAIS DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS 684
Tabela 256 – RESPONSABILIDADES SOBRE GESTÃO AMBIENTAL 687
Tabela 257 – INDICADORES E LINHAS DE BASE691

LISTA DE SIGLAS

ABRASEL – Associação Brasileira de Bares e Restaurantes
ADIT – Associação Para o Desenvolvimento Imobiliário Turístico do Nordeste
AEIT – Áreas Especiais de Interesse Turístico
AEJATUR – Associação dos Empresários de Turismo de Japaratinga
AFOTUR – Associação de Fomento ao Turismo de Paripueira e Barra de Santo Antônio
AHMAJA – Associação dos Hotéis de Maragogi e Japaratinga
ANA – Agência Nacional de Água
APA – Área de Proteção Ambiental
APL – Arranjo Produtivo Local
APP – Área de Preservação Permanente
AREAL – Amigos da Rota Ecológica de Alagoas
CELMM – Complexo Estuarino Mundaú Manguaba
CEPRAM – Conselho Estadual de Proteção Ambiental
CREAS – Centros de Referência Especializados de Assistência Social
DATASUS – Departamento de informática do SUS
EA – Educação Ambiental
EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo
GRAL – Grupo de Receptivos de Alagoas
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IMA – Instituto do Meio Ambiente
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MCVB – Maceió Convention & Visitors Bureaux
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MTUR – Ministério do Turismo
NEPA – Núcleo de Ensino e Pesquisa Arqueológica da UFAL
OCB – Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Alagoas
OGU – Orçamento Geral da União
OMS – Organização Mundial da Saúde
OMT – Organização Mundial do Turismo
ONG – Organização Não Governamental
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PDDU – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
PDITS – Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável
PIB – Produto Interno Bruto
PRODETUR/BR – Programa de Desenvolvimento do Turismo no Brasil
PRODETUR/NE – Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste
SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SEADES – Secretaria de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social
SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECULT – Secretaria de Estado da Cultura de Alagoas
SEDH/PR – Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República
SEINFRA – Secretaria de Estado de Infraestrutura de Alagoas
SEMARH – Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Alagoas
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SEPLAN – Secretaria de Estado do Planejamento e do Orçamento de Alagoas
SER – Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília
SESAU – Secretaria de Estado da Saúde
SETUR – Secretaria de Estado do Turismo de Alagoas
SUS – Sistema Único de Saúde

LISTA DE SIGLAS (continuação)

SWOT – Análise de pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e riscos.
TAC – Termo de Ajuste de Conduta
UC – Unidade de Conservação
UFAL – Universidade Federal de Alagoas
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância
UPA – Unidade de Pronto Atendimento
VIOLES – Grupo de Investigação sobre Violência e Exploração Sexual
ZEE – Zoneamento Ecológico Econômico

1. APRESENTAÇÃO

A formatação da Revisão e Atulização do PDITS - Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Pólo Costa dos Corais teve como base o Termo de Referência, além da utilização de diversas fontes de pesquisas secundárias e primárias através de visitas em campo, bem como entrevistas semi–estruturadas.

Além das fonte de informações citadas acima, foram consultados vários trabalhos desenvolvidos nos últimos dez anos, de onde se pôde também estabelecer conclusões e traçar planejamento de modificação de atitudes e proposta de mudanças de orientações institucionais.

Em virtude do Pólo Costa dos Corais englobar a capital – Maceió, houve a necessidade de por vezes abordar o Pólo como um todo e outras os municípios de forma individual, quando da estruturação do documento. A excepcionalidade da capital é evidente, tanto em termos de serviços e equipamentos turísticos ofertados como em termos de infraestrutura e organização institucional. Portanto, propõem-se, desde já, um tratamento específico quanto aos dados de Maceió e uma consideração comparativa entre os demais municípios.

Por outro lado, em se tratando da Revisão / Adequação do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – versão 2002, há em vários capitulos a necessidade de avaliações comparativas, analisando as proposições e o grau de implementação da versão anterior X versão atual.

O presente relatório preliminar é resultado da compilação dos produtos anteriores:

Produto 1 –

- Elaboração de plano de trabalho;
- Justificativa da seleção da área turística – A análise envolve a caracterização geral do Pólo, sob os aspectos históricos, geográficos, ambientais e a dinâmica social e econômica; Uma visão resumida sobre cada um dos municípios integrantes do Pólo, a avaliação dos resultados e o grau de implementação da versão de 2002, a importância dos atrativos ou recursos turísticos, o grau de acessibilidade e conectividade, o nível de uso atual e potencial dos atrativos e recursos naturais, as condições físicas e serviços básicos existente no Pólo e o quadro institucional e os aspectos legais;
- Formulação dos objetivos do PDITS – Neste momento foram analisados os objetivos propostos na versão 2002 e estabelecidos os objetivos atuais (gerais e específicos) e pontuados no horizontes temporal (curto, médio e logo prazo).

Produto 2 –

- Diagnóstico estratégico da área e das atividades turísticas, do quadro institucional e dos aspectos socioambientais – Nesta seção aborda–se de forma consistente a análise do mercado turístico, tanto no aspecto da demanda atual e potencial como as questões envolvendo a oferta. A oferta turística é avaliada de forma ampla, extrapolando apenas a visão sobre os recursos e atrativos turísticos existentes. O diagnóstico aborda a avaliação dos equipamentos e serviços disponíveis, os níveis de preços praticados, o sistema de promoção e comercialização, a necessidade de capacitação de mão de obra, bem como os aspectos relacionados a infraestrutura e serviços básicos encontrados no Pólo, o quadro institucional e os aspectos socioambientais.

Produto 3 –

- Estratégias de desenvolvimento turístico – Neste capítulo foram abordados o posicionamento turístico do Pólo, as estratégias de comercialização, as linhas de produto e os tipos de turismo que exigem a concentração de esforços, o *portifólio* estratégico de produtos–segmentos, o comparativo da matriz *swot* versão 2002 X 2010 e por fim as macro estratégias traçadas para o PDITS atual.

Produto 4 –

- Plano de Ação – Seleção de procedimentos, ações e projetos – Neste capitulo foram abordadas a visão do turismo de Pólo, o conjunto de ações previstas apresentadas por componentes, a análise comparativa do plano de ação versão 2002 X 2010, dimensionamento do investimento total das ações propostas. Posteriormente foram realizadas seleções e priorizações das ações de acordo com vários critérios e por fim, a descrição das ações a serem realizadas durante os dezoito primeiros meses.

Por fim, há o entendimento de que as políticas propostas, ao longo da Revisão e Adequação do PDITS, deverão, antes de tudo, ser factíveis, o que por si só implica uma série de pré–condições, além, é claro, de serem passíveis de constantes adequações, pois a sua própria implementação gerará impactos no decorrer de sua aplicação.

2. O PRODETUR NO ESTADO DE ALAGOAS

O Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur Nordeste I) foi desenvolvido no começo da década de 90 com o intuito de se identificar às atividades econômicas que pudessem representar vantagens competitivas se fossem desenvolvidas no Nordeste. Sua primeira fase foi iniciada ainda em 1994.

A área de abrangência do Prodetur Nordeste I, neste momento, compreendia todos os Estados Nordestinos, e mais o norte de Minas Gerais e Espírito Santo.

Integrantes do Prodetur Nordeste I, os projetos Costa Dourada, que compreende a região norte do Estado e o Paraíso das Águas – a cidade de Maceió foram os eleitos para o estado de Alagoas.

Contudo, a época, a participação de Alagoas no Programa esbarrou na falta de capacidade de endividamento do Estado. Como alternativa para viabilizar a participação de Alagoas, o BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento abriu uma excepcionalidade, permitindo que os empréstimos fossem contraídos pela gestão municipal, e com isso possibilitou que o Projeto Paraíso das Águas, que consistia na Revitalização do Bairro Histórico de Jaraguá – área portuária da cidade de Maceió, fosse implantado.

Na primeira fase do Prodetur Nordeste I foram realizadas as seguintes obras com os seguintes valores:

- Abastecimento de Água;
- Esgotamento sanitário;
- Melhoria das vias urbanas no município de Maceió, no valor de US$ 2.900.770,11;
- Reurbanização de calçadas e praças no bairro de Jaraguá em Maceió, no valor de US$ 1.614.708,57;
- Enterramento das redes aéreas de energia e telefonia em vias do bairro de Jaraguá em Maceió, no valor de US$ 645.627,13;
- Restauração da Associação Comercial, Museu da Imagem e do Som, da Intendência e do Coreto no bairro de Jaraguá em Maceió, no valor de US$ 3.995.302,31;
- Sistema viário do bairro de Jaraguá em Maceió, no valor de US$ 7.909.448,37.

Objetivando promover o desenvolvimento institucional dos órgãos públicos municipais, a fim de melhor prepará–los para a gestão e os impactos decorrentes da implantação do Projeto de Revitalização de Jaraguá, foram realizadas as seguintes ações, com os seguintes valores:

- Fortalecimento Institucional da Empresa de Turismo de Maceió, no valor de US$ 818.953,94; da Companhia Beneficiadora de Lixo de Maceió, no valor de US$ 88.845,77; da Secretaria Municipal de Meio Ambiente no valor de US$ 3.249,73 e da Guarda Municipal de Maceió, no valor de US$ 158.774,51;
- Elaboração da base cartográfica do município de Maceió, com cadastramento imobiliário, no valor de US$ 4.277.112,97.

Tais projetos / ações resultaram na geração de novos empregos, aumento da demanda turística, aumento dos valores imobiliários e da arrecadação municipal. No entanto, pela falta de planejamento integrado, gestão e manutenção dos serviços, somados a não realização da urbanização da Vila dos Pescadores, o bairro de Jaraguá não reagiu conforme imaginado.

Na segunda fase do Prodetur Nordeste I ocorreu à transição da gestão dos recursos para o Estado. Esta retomada possibilitou a implementação de projetos direcionados a Costa Dourada. Nesta oportunidade foram realizadas as seguintes obras:

- Sistema esgotamento sanitário do município de Maragogi, no valor de US$ 2.043.829,72;
- Sistema de abastecimento de água do município de Maragogi, no valor de US$ 796.904,19;
- Centro Cultural e de Exposições de Maceió (início das obras), no valor de US$ 3.763.065,02.

No sentido de promover o desenvolvimento institucional dos órgãos públicos estaduais, foram realizadas as seguintes ações:

- Desenvolvimento Institucional do Instituto do Meio Ambiente de Alagoas, com o fortalecimento institucional da administração e a implantação de uma unidade descentralizada no litoral norte, no valor de US$ 359.806,72;
- Desenvolvimento Institucional da Unidade Executora Estadual através da compra de equipamentos, no valor de US$ 26.876,43.

Reconhecidamente, a implantação dos projetos do Prodetur Nordeste I gerou melhorias expressivas na infraestrutura turística e de saneamento básico. Essas ações ocasionaram aumento da atividade econômica nas áreas beneficiadas. No entanto tais ações produziram impactos negativos diretos e indiretos que comprometiam os resultados do Programa.

Com isto observado, e com o intuito de reparar e evitar a repetição esses impactos negativos, foram incorporados novos conceitos de Desenvolvimento Sustentável na versão do Prodetur Nordeste II, que condicionou à aplicabilidade dos novos recursos a elaboração de Planos de Desenvolvimento Sustentável para as regiões de interesse turístico, denominadas agora de Pólos, e que também tivessem sido contempladas pelo Prodetur Nordeste I.

No caso de Alagoas os 10 municípios do litoral norte e mais a capital, passam a integrar a anteriormente denominada Costa Dourada. Passando então, com essa nova formação, a se chamar Pólo Costa dos Corais.

Em 2002 foi elaborado o PDITS do Pólo Costa dos Corais que foi aprovado com restrições pelo Grupo Técnico composto pelo Banco do Nordeste e Ministério do Turismo, cuja revisão é objeto desse trabalho.

Em virtude da aprovação parcial, e com o intuito de viabilizar a participação do estado de Alagoas no Prodetur Nordeste II, foi elaborado um documento denominado “Justificativa para contratação das intervenções que compõem o plano de ação imediata do Prodetur Nordeste II”, cujos recursos foram advindos do Ministério do Turismo.

Trabalhando com o conceito de Desenvolvimento Sustentável e Integrado, objetivando consolidar os investimentos efetuados pelo Prodetur Nordeste I, quatro novos projetos foram implementados pelo Prodetur Nordeste II em Alagoas:

Finalização das obras do Centro Cultural e de Exposições de Maceió. Construído com pequenos aportes do Prodetur Nordeste I e II e predominante recurso do Governo do Estado, cujo impacto possibilitou o desenvolvimento do turismo de negócios e eventos, e consequente diminuição da sazonalidade na baixa temporada. Valor do recurso enviado R$ 1.800.000,00.

Elaboração da Base Cartográfica do Pólo Costa dos Corais, em Alagoas. Com recursos do Prodetur Nordeste II, que proporcionou a melhora da fiscalização ambiental e urbana, o aumento na arrecadação dos municípios, servindo de instrumento para a elaboração dos projetos de rodovias, fornecendo importantes dados que norteiam os Planos Diretores e os projetos de infraestrutura dos municípios (área urbana e distritos). Além de contribuir para a elaboração de mapas temáticos, atualização do cadastro temático multi–finalitário e do cadastro imobiliário e de logradouros municipais. No valor de R$ 2.827.000,00 incluindo o SIG (R$ 70.955,00).

SIG – Sistema Geográfico de Informações de Maragogi. Ação maior inclusa na elaboração da Base Cartográfica, que possibilita gerar, através de ferramentas do software GIS, informações turísticas de cadastro georeferenciado do município. Maragogi possui um banco de dados com ruas, hotéis, restaurantes, etc. Este instrumento proporcionou a melhoria do controle, as informações turísticas e a arrecadação do município, porém o banco de dados encontra–se desatualizado.

Plano Diretor Participativo de São Miguel dos Milagres. Com recursos do Prodetur Nordeste II no valor de R$ 105.471,00, se tornou um instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana do município. Foi aprovado pela Câmara Municipal, em 15 de dezembro de 2010.

Os principais entraves para avançar com o Prodetur Nordeste II em Alagoas passaram pela não aprovação do pleito para contratação de operação de crédito interno porque o Estado não tinha condições de pagamento e nem de endividamento. Atualmente os recursos de contrapartida do Estado estão assegurados e os recursos do BID estarão garantidos logo que seja aprovada toda documentação que está na COFIEX – Comissão de Financiamentos Externos.

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Considerando os princípios metodológicos descritos no Termo de Referência, no qual orienta que sejam considerados os princípios: Planejamento Estratégico Voltado ao Mercado Turístico, Desenvolvimento Sustentável, Planejamento Participativo e Planejamento Integrado, para elaboração da revisão e adequação do PDTIS do Pólo Costa dos Corais, serão utilizados os seguintes procedimentos metodológicos:

- Pesquisa de Gabinete
- Pesquisa de Campo
- Entrevistas Semi–Estruturadas
- Reuniões de *Brainstorming*
- Análise *SWOT*
- Hierarquização dos Atrativos Turísticos
- Planejamento Participativo

Os detalhes dos métodos utilizados estão detalhados no volume que consta o Plano de Trabalho.

4. O TURISMO NO CONTEXTO DAS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO

O turismo de Alagoas passou por períodos de grande oscilação ao longo das últimas três décadas. Mesmo reconhecido como atividade econômica, cujo marco institucional pode ser considerado a criação da EMATUR – Empresa Alagoana de Turismo – na década de 70, somente em 2003 é criada uma pasta exclusiva para o setor, dentro da estrutura governamental. A Secretaria de Estado do Turismo de Alagoas – SETUR fica responsável, a partir de então, pelas políticas públicas de desenvolvimento desta atividade econômica. A gestão atual do governo de Alagoas apresentou em 2007 as estratégias de desenvolvimento para alagoas, dentro das quais está destacada a expansão e consolidação do turismo e na implementação da gestão para resultados de 2007 busca:

> ***O Desenvolvimento do Turismo*** *por meio da promoção, da exploração de novas áreas, da qualificação e certificação profissional, da organização da cadeia produtiva (artesanato, cultura, restaurantes e hotéis), da melhoria da qualidade dos serviços do setor, da expansão para o litoral sul (resorts), do adensamento diferenciação do turismo no litoral norte (pousadas de maior valor agregado), além da exploração de outros potenciais turísticos do estado, como os cânions no vale do São Francisco, a relevância histórica e a riqueza cultural de Piranhas (Xingó), Penedo e Marechal Deodoro, e do turismo de negócios em Maceió.*

Tabela 27 – ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO 2007–2011

Áreas de Resultado	Melhoria da Qualidade de Vida	Redução da indigência, pobreza e desigualdade	Crescimento e desconcentração econômica	Desenvolvimento do capital humano	novas Instituições e renovação da gestão pública	Valorização da Imagem e mudanças culturais
Estratégias de desenvolvimento 2007-2011	Sistema integrado de Defesa Social	Redução do analfabetismo e aumento da escolaridade	Consolidação dos APLs pela assistência técnica e extensão rural	Gestão de qualidade na educação	Reforma administrativa	Divulgação das medidas de mudanças no Setor Público, Intra-Governo e para a sociedade
	Racionalização, ampliação e descentralização do Sistema de Saúde	Serviços de atenção primária à saúde, planejamento familiar e prevenção da gravidez precoce	Expansão e consolidação do turismo	Apoio aos municípios na oferta de educação infantil de qualidade	Informatização do setor público	
	Medidas sócio-educativas e no combate à violência		Infraestrutura para assegurar o desenvolvimento econômico e social	Garantir o acesso à permanência e qualidade do ensino fundamental	Saneamento das finanças públicas	Fortalecimento da interação Governo / Sociedade
	Habitação e infraestrutura nas áreas de maior vulnerabilidade e potencialidade de desenvolvimento	Ampliação do acesso e utilização efetiva de benefícios sociais	Economia da cultura através da preservação e valorização dos ativos culturais			Esímulo à cultura da moralização e efetividade no Setor Público
		Acesso da população à justiça	Ampliação das oportunidades dentro da cadeia produtiva do setor sucroalcooleiro	Expansão do ensino médio, profissionalizante e qualificação de mão-de-obra	Adoção dos princípios da Nova Gestão Pública	
	Ampliação, moralização e modernização física e institucional do sistema prisional	Esporte e cultura para inserção social dos jovens	Melhoria do ambiente de negócios e atração de empresas âncoras			Aproveitamento de todas as vantagens corporativas e competitivas de Alagoas
	Ampliação, moralização e modernização física e institucional do sistema prisional	Universalizaçõa do acesso às telecomunicações e fomento à inclusão digital	Aumento da produtividade e do valor agregado da agricultura familiar e pecuária	Início da implantação de jornada escolar integrada	Apoiar desenvolvimento da Gestão Municipal	
			Desenvolvimento da produção irrigada	Início da implantação de jornada escolar integrada		Empreendedorismo e protagonismo dos jovens

(Fonte: SEPLAN 2007)

Em 2007 a Secretaria de Estado sofreu uma reestruturação passando a atuar em quatro frentes prioritárias, sendo elas:

e) Investimentos – Articulação de ações que visem à implementação de negócios relacionados com o desenvolvimento turístico do Estado. Captação de novos empreendimentos turísticos e interlocução com os existentes.
f) Marketing – Promover e divulgar o destino Alagoas no âmbito nacional/internacional e captar vôos regulares e fretados nacionais/internacionais.
g) Desenvolvimento de Destinos e Produtos – Elaborar, analisar e executar projetos de fomento e desenvolvimento de destinos e produtos já existentes, bem como identificar novos destinos e produtos, acompanhando e fornecendo apoio para o desenvolvimento dos destinos, além do acompanhamento e execução de programas federais, principalmente vinculados ao Ministério do Turismo.
h) Prodetur/AL – Coordenar, acompanhar e executar as ações do Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo no Estado de Alagoas através da unidade executora estadual.

As ações destas áreas de atuação estão, em sua maioria, vinculadas as estratégias nacionais de desenvolvimento do turismo e previstas no Plano Nacional de Turismo 2007–2010. No entanto, o desenvolvimento de iniciativas regionais também tem se destacado e fazem interface positiva com projetos federais, indicando uma visão comum de desenvolvimento entre instituições. Um bom exemplo, neste caso, é o programa de Arranjos Produtivos Locais – APLs de Turismo, concebido a partir da associação do Governo do Estado e o SEBRAE/AL em 2004. Contando com a parceria de instituições públicas e privadas o programa atua visando mobilizar atores locais através de ações coletivas e integradoras para o fomento da atividade turística.

Outros programas e projetos também merecem destaque, uma vez que contribuem para a dinâmica do desenvolvimento do turismo no Estado e alguns, em particiular, para o Pólo Costa dos Corais, conforme Tabela 28 abaixo:

Tabela 28 – AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO ESTADO DE ALAGOAS

AÇÕES	DESCRIÇÃO
Programa de Regionalização do Turismo	Acompanhamento e execução das ações previstas no PRT, em parceria com o Ministério do Turismo.
Regiões turísticas em Alagoas – Recorte geográfico (Sertão Alagoano, Caminhos do São Francisco, Celeiro das tradições, Quilombos, Costa dos Corais, Metropolitana e Lagoas e Mares do Sul).	Desenvolvimento estratégico das regiões turísticas de Alagoas. Atualmente as trabalhadas prioritariamente pela SETUR/AL são: Costa dos Corais, Lagoas e Mares do Sul, Caminhos do São Francisco e recentemente Quilombos.
Destinos Indutores (Maceió e Maragogi)	Acompanhamento e execução das ações dos 65 destinos indutores de desenvolvimento turísticos identificados pelo MTUR.

Tabela 28 – AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO ESTADO DE ALAGOAS (Continuação)

Projeto Rede de Cooperação Técnica para Roteirização	Desenvolvimento em parceria com os estados e Sebrae de Alagoas, Paraíba e Pernambuco do Roteiro Integrado da Civilização do Açúcar como parte do projeto Rede de Cooperação Técnica para Roteirização do MTUR.
INVTUR – Inventariação Turística	Acompanhamento das ações para inventariação turística, dentro da metodologia proposta pelo MTUR. Nenhum município do Estado, a exceção de Penedo, teve seu inventário concluído neste formato.
Salão do Turismo	Em 2009, Alagoas passa a coordenar a região nordeste para a participação no Salão do Turismo, participando dos encontros entre interlocutores nacionais e desenvolvendo estratégias comuns para evento.
Viaja Mais Melhor Idade	Suporte, acompanhamento e execução do programa Viaja Melhor Idade em Alagoas, que busca facilitar e estimular brasileiros acima de 60 anos a viajar pelo país.
CADASTUR	Cadastro, atendimento, orientação e fiscalização dos prestadores de serviços de Alagoas através da coordenação regional de serviços turísticos do MTUR
Programa Aventura Segura	Desenvolvimento do segmento de Aventura em Alagoas. Formação do núcleo de aventura de Alagoas e estímulo para sua associação à ABETA – Associação Brasileira das Empresas de Turismo de Aventura.
Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS Lagoas e Mares do Sul e Costa dos Corais.	Acompanhamento e análise na elaboração dos PDITS dos pólos Lagoas e Mares do Sul e Costa dos Corais, ambos sendo elaborados em 2010
Projeto de Dinamização do Turismo Sustentável no Rio São Francisco – BID e Agência de Cooperação Técnica Espanhola.	Acompanhamento e execução do projeto modelo de roteiro turístico fluvial na região dos caminhos do São do São Francisco (Alagoas) em parceria com o estado de Sergipe, para o desenvolvimento e dinamização do turismo no baixo São Francisco.

(Fonte: SETUR/AL)

Detentor de grande potencial turístico, conhecido por ser um verdadeiro mosaico de atrativos históricos, culturais e naturais, o Estado tem mudado positivamente sua posição no mercado nacional se consolidando como um dos principais destinos turísticos do nordeste. Mas apesar da constante evolução ao longo dos últimos dez anos, ainda não consegue gerar recursos próprios suficientes e proporcionais às demandas de investimentos necessários ao desenvolvimento de suas regiões turísticas necessitando, desta forma, de aporte externo para fomentar o setor. Assim sendo, o Prodetur representa um das principais

alternativas ao Estado para consolidar projetos, programas e ações que contemplem um processo de desenvolvimento turístico consistente, equilibrado e sustentável.

Com a elaboração do Plano Estadual de Turismo 2005–2015, e com base nos perfis de pólos potenciais para exploração do turismo, características semelhantes e complementares, foi proposta uma divisão do Estado em regiões turísticas, como observado na Figura 58 abaixo, sendo que apenas cinco das elencadas são consideradas prioritárias e vem sendo trabalhadas de forma continua e efetiva pelo poder público estadual: Costa dos Corais, Metropolitana, Lagoas e Mares do Sul, Caminhos do São Francisco[34] e a partir de 2010, região dos Quilombos.

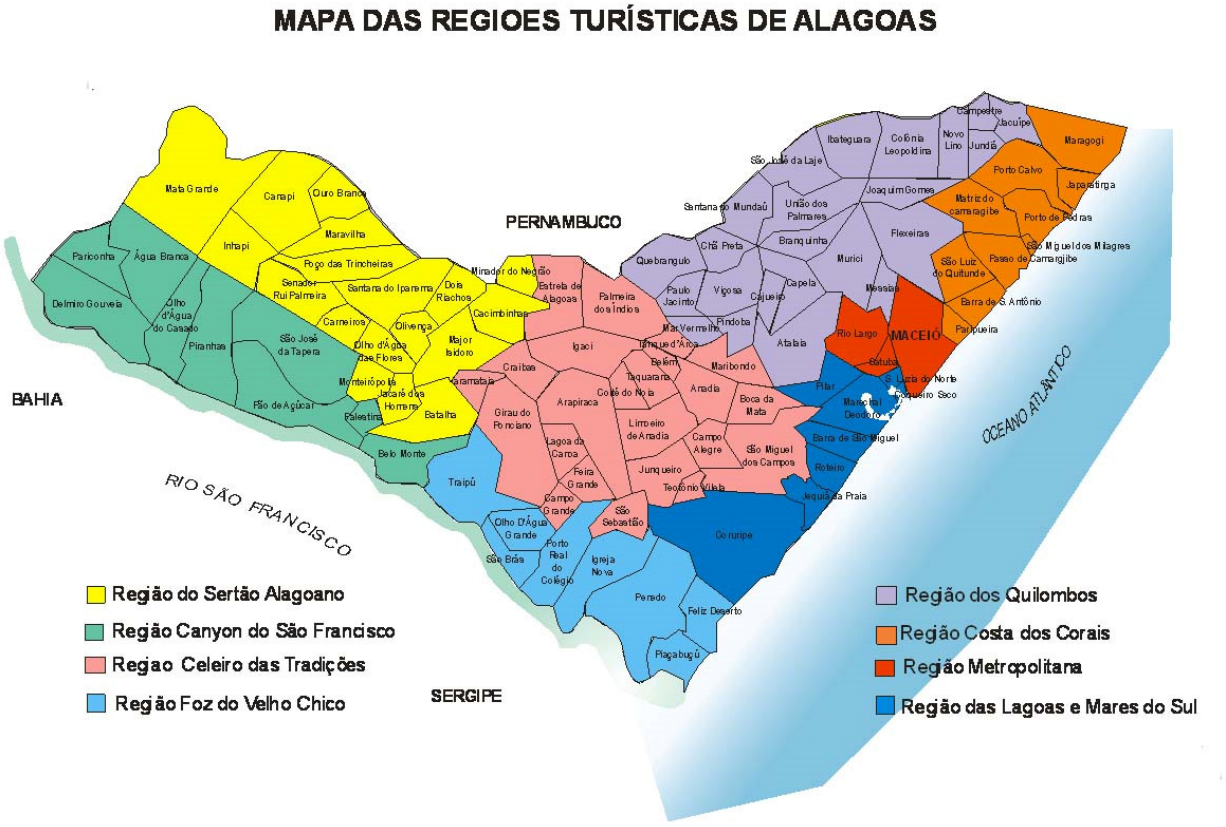


Figura 58 – Regiões Turísticas de Alagoas – Plano Estadual de Turismo Alagoas 2005–2015
(Fonte: SETUR/AL, 2010)

[34] A região turística Caminhos do São Francisco é resultante de uma adequação estratégica estadual que une as regiões da Foz do Velho Chico e Cânion do São Francisco em uma única. Esta fusão de regiões foi validada pelo fórum estadual de Turismo em 2009.

CAPITULO 1

JUSTIFICATIVA DA SELEÇÃO DA ÁREA TURÍSTICA

5. JUSTIFICATIVA DA SELEÇÃO DA ÁREA

No tocante à matriz histórica, à exceção de Maceió, de modo geral, trata–se de uma região cuja origem é a mesma, ou seja, todas as cidades são remanescentes da antiga Sesmaria de Santo Antônio dos Quatro Rios, cuja sede, embora tenha sido inicialmente Porto Calvo, se dilatou em pequenos povoados, que deram origem às cidades como as conhecemos hoje, a maioria transformada em município a partir do século XIX.

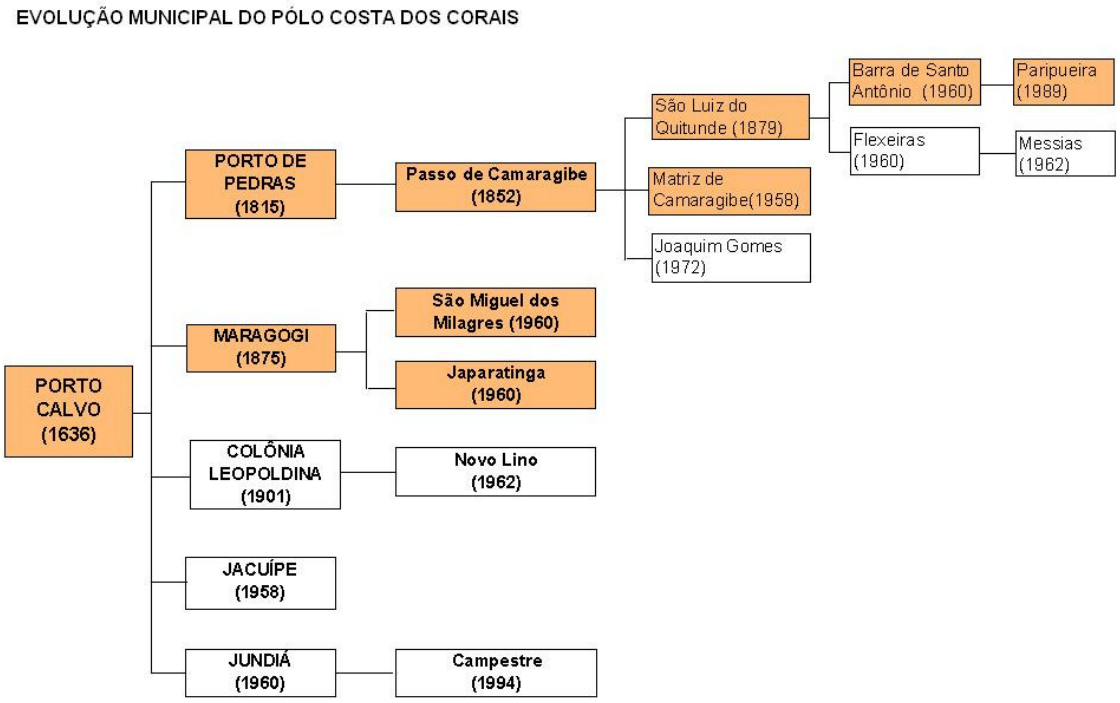


Figura 59 – Cronologia da Criação dos Municípios do Litoral Norte de Alagoas
(Fonte: www.frigoletto.com.br)

De forma mais ou menos intensa, todas foram cenário para lutas e conflitos inerentes a uma época em que o território era alvo de ambição e muitas eram as investidas para a sua posse e exploração, destacando–se a invasão holandesa e todos os embates dela resultantes.

Destaca–se ainda a implantação dos engenhos de açúcar espalhados em toda a região, os quais também contribuíram para o desenvolvimento de vilas e povoados[35]. Além disso, a presença de rios e do oceano favoreceu o estabelecimento de pequenas comunidades de pescadores, canoeiros e demais personagens cujas vidas estavam diretamente ligadas à água e aos mangues, dotando os antigos lugarejos de uma rica dinâmica cultural traduzida em saberes, fazeres, ofícios, cerimônias, manifestações diversas que trazem em sua essência a imbricação das culturas que as moldaram: branca, negra e índia.

[35] Uma pesquisa financiada pelo IPHAN/AL identificou a existência de remanescentes de 14 antigos engenhos espalhados na zona rural das cidades que compõem a Costa dos Corais, cujas origens remontam aos primeiros séculos da ocupação do litoral norte de Alagoas pelos colonizadores portugueses. Alguns estão em avançado estado de arruinamento com perdas irreversíveis.

A estagnação econômica da maioria dessas cidades, de certo modo, ajudou a preservar algumas dessas características.

No tocante aos aspectos turísticos, o Pólo Costa dos Corais corresponde à principal região turística do Estado de Alagoas, sendo o indutor de todo desenvolvimento histórico do turismo no Estado, especialmente, pelo fato de englobar a capital alagoana. Neste Pólo já foram implementadas ações do PRODETUR NE I e II, as quais serão discutidas adiante na avaliação dos resultados e do grau de implementação da versão 2002 do PDITS.

O Pólo Costa dos Corais conta com dois municípios de Alagoas identificados pelo Ministério do Turismo como indutores de desenvolvimento turístico regional dentre os 65 apresentados no estudo de competitividade, como parte do Plano Nacional de Turismo 2007–2010, sendo eles Maceió e Maragogi. Estes Municípios vêm sendo priorizados por investimentos técnicos e financeiros do MTUR, e são foco de articulações e parcerias com outros ministérios e instituições.

Os Municípios selecionados para a área turística do PDITS Costa dos Corais 2010 obedecem à proposta do plano elaborado em 2002, acrescidos os critérios estabelecidos no regulamento operacional do Prodetur Nacional e dos fatores de mudança nos oito anos de desenvolvimento do setor turístico no pólo que separam os planos. Todos os municípios fazem parte de uma estratégia regional de desenvolvimento turístico reconhecida e priorizada pelo Estado de Alagoas, instituições de fomento e setor privado, estão mobilizados e tiveram a região turística validada através de sua instância de governança – Grupo Gestor Costa dos Corais além de receberem investimentos de etapas anteriores do Prodetur.

Nos casos específicos de São Luiz do Quitunde, Matriz de Camaragibe e Porto Calvo, além dos argumentos expostos anteriormente, deve–se observar os cenários de médio e longo prazo uma vez que:

7- Possuem atrativos naturais, históricos e culturais potenciais para exploração turística futura;
8- Os municípios serão inevitavelmente impactados pelo desenvolvimento acelerado do pólo e dos municípios adjacentes (fluxo indutor de desenvolvimento);
9- Projetos já estão em andamento para o desenvolvimento do turismo em alguns destes municípios;
10- O corredor turístico, do qual atualmente já fazem parte, deve ser considerado para fins do planejamento regional;
11- Devem servir como fornecedores de serviços, produtos e mão–de–obra, evitando a migração e êxodo da população para as zonas de litoral face o desenvolvimento do turismo.
12- Estão localizados nas bacias hidrográficas que abrangem a área do pólo, e consequentemente, drenam os efluentes e esgotos para os municípios litorâneos, que se situam imediatamente à jusante. Contribuem para a poluição das praias e precisam ser saneados os municípios de São Luiz do Quitunde (à montante de Barra de Santo Antônio, onde desagua o rio Santo Antônio), Matriz do Camaragibe (à montante de Passo de Camaragibe, onde desa água o rio Camaragibe) e Porto Calvo (à montante de Porto de Pedras e Japaratinga, onde desagua o rio Manguaba).

No relatório técnico preliminar do PDITS 2002, são identificadas três subzonas no pólo, além da capital Maceió, distintas entre si, sendo elas:

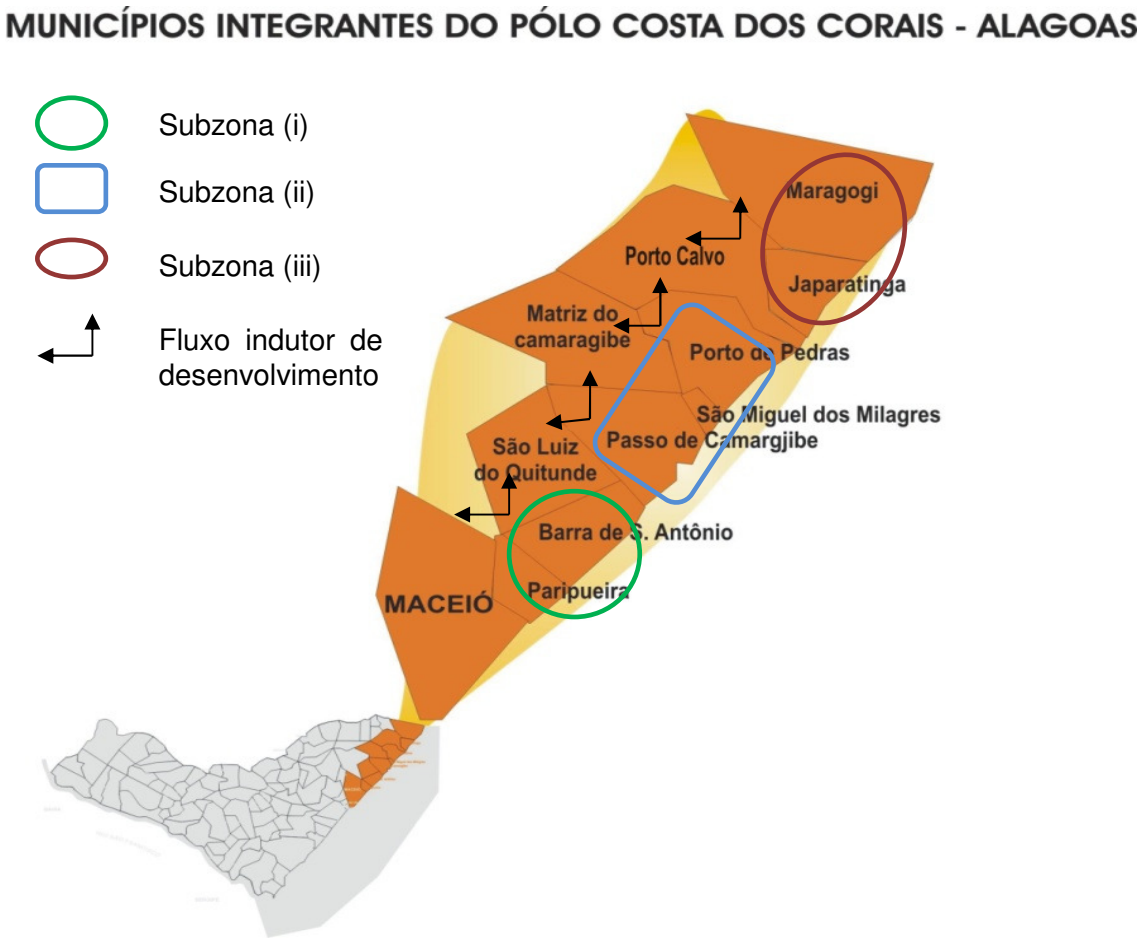


Figura 60 – Subzonas e Fluxos Indutores de Desenvolvimento do Pólo Costa Dos Corais
(Fonte: LOG/TCBR. 2002)

(i) **Trecho de Veraneio –** Trecho que inclui o litoral norte de Maceió, e as localidades de Paripueira e Barra de Santo Antônio, considerado como trecho de veraneio, que recebe população flutuante de fins de semana e férias, provenientes da capital, como também um movimento diurno de turistas vindos, em sua maioria, de Maceió.

(ii) **Trecho com turismo potencial** – Trecho formado pelos municípios de Passo de Camaragibe, São Miguel dos Milagres e Porto de Pedras, cujo acesso somente acontece em suas extremidades litorâneas através de balsas, com turismo incipiente e número de equipamentos pequenos e de baixa qualidade e aproveitamento quase nulo da mão–de–obra local.

(iii) **Trecho com turismo em desenvolvimento** – Trecho que se estende até a divisa com o estado de Pernambuco e compreende os municípios de Japaratinga e Maragogi, apresentando atividade turística desenvolvida, com vários equipamentos turísticos.

Após pesquisa de campo e visitas técnicas iniciais, verificaram–se algumas mudanças no cenário apresentado em 2002. Apesar do Pólo possuir aspectos geográficos similares, a dinâmica turística dos municípios se caracteriza de forma diferente. Neste cenário, se apresenta 05 (cinco) subzonas:

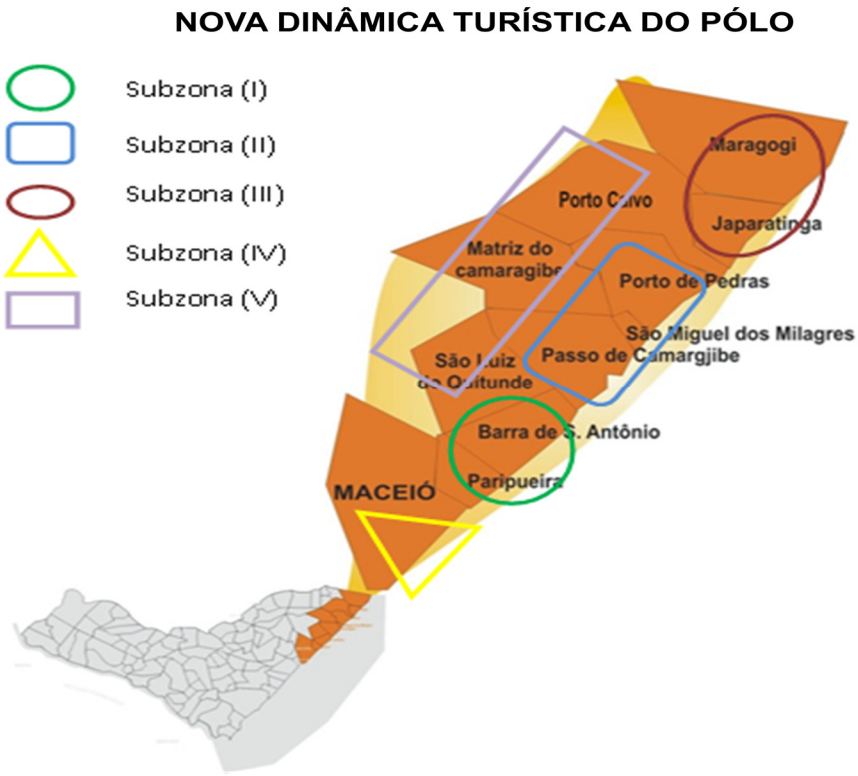


Figura 61 – Nova dinâmica turística do Pólo Costa Dos Corais
(Autoria: Lyra, P. 2010)

(VI) **Trecho de veraneio e "*day use*"** – Este trecho apresenta o menor grau de evolução do ponto de vista de investimentos específicos no setor turístico quando comparado aos outros trechos. Apesar da consolidação de pontos de apoio, ainda predominam marcas de ocupação urbana desordenada, principalmente nos municípios de Paripueira e Barra de Santo Antônio.

(VII) **Trecho com turismo em desenvolvimento –** Obedecendo a uma evolução natural à vocação turística desta subzona, há hoje a predominância de pousadas de charme e empreendimentos de baixa escala e alto valor agregado. Praticamente 100% da mão–de–obra é local, e há um esforço conjunto dos empresários em preservar as características estéticas, ambientais e sociais do que foi denominado "Rota Ecológica". Apesar de Japaratinga encontra–se um estágio um pouco diferenciado dos demais municípios da rota ecológica, a cidade identifica–se mais com as características do turismo desenvolvido nesta subzona.

(VIII) **Trecho com turismo em consolidação –** Maragogi é hoje um dos 65 destinos indutores do turismo pelo MTUR. Possui a atividade turística em consolidação com diversos equipamentos, que variam de pousadas, hotéis de médio porte e resorts além da variedade nos pontos de apoio e serviços em geral.

(IX) **Trecho com turismo consolidado –** Maceió, destino turístico de Alagoas consolidado nacional e internacionalmente, também faz parte do programa dos destinos indutores do Ministério do Turismo. Sendo a capital do Estado e detentora de uma ampla infraestrutura turística e o principal núcleo receptor, precisa ser analisado de forma isolada.

(X) **Trecho com municípios fora da área litorânea –** Os municípios de São Luiz do Quitunde, Matriz de Camaragibe e Porto Calvo encontram–se fora da área litorânea e, apesar de possuir um vasto potencial cultural, já citado na caracterização dos municípios integrantes do Pólo, estão num processo incipiente de desenvolvimento da atividade turística.

5.1. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO PÓLO

O Pólo Turístico Costa de Corais é composto por onze municípios (vide Tabela 29), dos quais apenas 45,45% deles já se consignaram como destinos turísticos nacionalmente importantes, face primordialmente, às suas belezas naturais. Todavia, percebe–se que os outros conglomerados urbanos que compõem o Pólo, podem também se associar a eles, estabelecendo assim, uma grande rede turística, complementando a estrutura necessária.

Tabela 29 – MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

MUNICÍPIOS	ÁREA	DISTÂNCIA (REF. MACEIÓ)
Barra de Santo Antônio	138,00 km²	37 km
Japaratinga	85,49 km²	110 km
Maceió	513,55 km²	0 km
Maragogi	333,57 km²	144 km
Matriz do Camaragibe	327,65 km²	68 km
Paripueira	92,70 km²	27 km
Passo do Camaragibe	187,20 km²	64 km
Porto Calvo	260,17 km²	91 km
Porto de Pedras	266,23 km²	100 km
São Luiz do Quitunde	403,98 km²	52 km
São Miguel dos Milagres	65,18 km²	85 km

(Fonte: Coletânea Municípios de Alagoas Organizações Arnon de Mello, desenvolvido pelo Instituto Arnon de Mello, em parceria com a Gazeta de Alagoas. Colaboradores: Cícero Péricles, Rochana Campos e Douglas Apratto Tenório; Site www.cprm.gov.br.)

5.1.1. Localização Geográfica do Pólo Costa dos Corais com Relação ao Estado

A área de planejamento do Pólo Costa dos Corais, é composta de onze municípios que se encontram discriminados no item 4 do presente trabalho, oito dos quais pertencentes à microrregião do litoral norte alagoano e três estão na microrregião da mata alagoana, abrangendo uma área total de 2.160,17 km² (7,77% de AL) e situados a uma distância média de 85 km de Maceió, capital do estado, e de 195 km de Recife, pólos estes mais próximos que atuam como emissores do turismo para a região.

Figura 62 – Localização da área objeto de estudo
(Autoria: Benamor, C. 2010)

A área que hoje corresponde aos dez municípios que compõem o Pólo Costa dos Corais, além de Maceió, tem sua ocupação determinada pelo comércio portuário e a plantação de cana de açúcar, desde o século XVII, guardando até hoje sinais desse passado, através da presença dos elementos de poder que compuseram o empreendimento colonial.

O litoral navegável, a quantidade de rios e a existência de terras férteis à época, mantiveram essa costa em evidência desde o início de sua colonização, visto que essas características são fundamentais para a chegada dos colonizadores, de escravos e de produtos necessários ao incremento da empresa colonial.

A área em questão relaciona–se a períodos importantes da memória do país como as guerras, invasões e domínios ocorridos por holandeses e portugueses no início do século XVI e integra–se à história mais ampla da expansão mercantilista européia dos séculos XVI e XVII, uma vez que retrata a implantação de um modelo de produção econômica que durou séculos: o engenho de açúcar, cuja produção se estruturava na mão–de–obra escrava e na criação de uma aristocracia rural externa.

Ocupado inicialmente pelos índios potiguares, dentre outros, o litoral norte alagoano guarda até os dias de hoje essa herança indígena, reproduzida inclusive na nomenclatura de sua costa: Paripueira, Japaratinga, Camaragibe, Maragogi, dentre outros, bem como no artesanato de palha e na presença de casas–de–farinha encontradas na região. A herança dos engenhos, por outro lado, decerto interferiu fortemente na culinária local, fato esse que pode ser facilmente observado haja vista a diversidade de sobremesas feitas à base de frutas, além da rapadura e da produção de cachaça e de licores.

A história econômica e social das dez cidades esteve entrelaçada ao longo do tempo, tanto pela proximidade física como pelo compartilhamento de funções econômicas e do próprio território. Vários municípios pertenceram uns aos outros, demarcando várias similaridades. Em termos temporais, a capital irá se urbanizar tardiamente no conjunto das capitais brasileiras. E a maioria das cidades alagoanas, que são de pequeno porte, irá, nas últimas décadas, incorporando bens e serviços sociais progressivamente, mas mantendo uma distância considerável em relação à Maceió.

O Pólo Costa dos Corais dispõe de 130 quilômetros de praias, cercados por extensas barreiras de corais, com areias finas e águas mornas, e vastos coqueirais, além de rios, antigos engenhos, rica culinária, manifestações folclóricas e artísticas, e muita hospitalidade. As praias oferecem opções para todos os gostos. Prática de surf, pesca, esportes náuticos, mergulhos, etc..

5.1.2. Caracterização Ambiental do Pólo

De acordo com o zoneamento de recursos hídricos de Alagoas, aprovado em 2005 pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos, os municipios da região do Pólo Costa dos Corais, estão inseridos em 4 regiões hidrográficas: a do Complexo Lagunar Mundaú–Manguaba, a do rio Pratagy, a do rio Camaragibe e a do Litoral Norte. A área do pólo envolve assim, dois dos três eixos descritos por Diegues Jr (2006)[36], como indutores do desenvolvimento histórico da indústria canavieira no Estado, um ao longo do rio Mundaú e outro na região denominada dos quatro grandes rios, por onde escoava a produção de açucar (rios Camaragibe, Santo Antonio, Tatuamunha e Manguaba).

[36] Diegues Jr, Manuel. *O bangüê nas Alagoas.* 3ª ed. Maceió: EDUFAL, 1986

Figura 63 – Base Cartográfica e Zoneamento do Estado de Alagoas para o Gerenciamento de Recursos Hídricos. Maceió, PROAGUA (UEGP–AL) / HISA. ALAGOAS. (2002).

A Região Hidrográfica do Complexo Lagunar, situada a sudeste, compreende a bacia do Rio Sumaúma, que deságua na Lagoa Manguaba e a bacia do Complexo Estuarino–Lagunar Mundaú–Manguaba. Esta última é formada pelas duas lagoas e seus canais, e por todas as demais micro–bacias que compõem sua rede de drenagem. Destaca–se o riacho do Silva, que nasce no Parque Municipal de Maceió e deságua diretamente na Lagoa Mundaú.

A Região Hidrográfica do Rio Pratagy, a nordeste, é formada pelas bacias dos Rios Pratagy, Meirim e Sapucaí, e por um conjunto de pequenas bacias hidrográficas situadas a nordeste da cidade, denominada bacia Metropolitana, formada pelos Rios Reginaldo, Jacarecica, Garça Torta, Guaxuma e Riacho Doce, todos eles encravados no tabuleiro e desembocando nas praias do litoral norte Maceió.

A *Região Hidrográfica do Rio Camaragibe* é formada pelas bacias dos Rios Santo Antonio e Camaragibe e, que deságuam respectivamente na Barra de Santo Antonio e Barra de Camaragibe.

A *Região Hidrografica do Litoral Norte* é formada pelas bacias dos Rios Tatuamunha, Mnaguaba, Salgado, Maragogi, dos Paus e Tabaiana.

As regiões hidrográficas do CELMM e do Pratagy já formaram seus Comitês de Bacia e já dispõe de Planos Diretores de Recursos Hidricos. As RHs de Camaragibe e do Litoral Norte, por outro lado, estão com os planos atualmente em andamento e os Comitês de Bacia em processo de formação.

Os Municípios do Pólo, situados nos trechos centro–oeste e norte do litoral de Alagoas, abrigam um conjunto de *ecossistemas de alta relevância ambiental* cuja diversidade é marcada pela transição de ambientes terrestres e marinhos. Entre as unidades mais representativas, destacam–se as praias e restingas, recifes, estuários, lagunas e manguezais.

Na Costa dos Corais, predominam as *praias* planas e de areias claras e finas, formando grandes enseadas. Próximo aos estuários, encontram–se praias com sedimento muito fino e coloração escura e consistência lodosa, em função da influência de sedimentos de carreado pelos rios. Praias diferenciadas, com falésias decorrentes da erosão eólica e hidráulica da encosta do tabuleiro costeiro, encontram–se nos municípios de Barra de Santo Antônio e Japaratinga (Carro Quebrado, Morro de Camaragibe, Barreiras do Boqueirão).

As *restingas* ocorrem praticamente em todos os municípios litorâneos da Costa dos Corais com diferentes características ambientais. As formações podem apresentar faixas largas e extensas, ou então ficar restritas a pequenas áreas ao longo da linha de praia. Maceió, é denominada pelo geógrafo Ivan Fernandes Lima de "cidade restinga" (LIMA,1990).

Os *estuários*, formados pelo encontro entre as águas doces continentais com o oceano, são reconhecidamente um dos mais produtivos ambientes da natureza e fonte importantíssima de alimentos para toda a zona costeira, de onde é retirada a maior parte do pescado para o consumo humano. São áreas de criação e refúgio permanente ou temporário de inúmeras espécies de peixes, moluscos e crustáceos. Tal fato se deve notadamente a elevada produtividade primária, da qual depende cada ecossistema. Os estuários dos rios Santo Antônio e Camaragibe, se destacam pela suas dimensões e significado para a sustentabilidade das comunidades pesqueiras do litoral norte.

O *Complexo Estuarino Lagunar Mundaú–Manguaba – CELMM*, que tem o sua barra no limite sul do município de Maceió, se configura como uma região de aporte de nutrientes carreados pelos cursos d'água interioranos, o que origina um ecossistema altamente produtivo, onde se desenvolvem organismos que se constituem em importante fonte alimentar para a população local. Entre os recursos naturais renováveis explorados, o molusco sururu (*Mytella charruana*) está entre as espécies mais representativas, sendo encontrado nos bancos ou crôas da lagoa Mundaú. Apesar de fortemente impactado pela ocupação urbana de seu entorno, se revitalizado pode vir a se constituir num excelente suporte para atividades produtivas (pesca e aquicultura) integrada à atividades recreativas e esportivas, como mais uma alternativa para o desenvolvimento do turismo em Maceió.

O *manguezal,* vegetação típica dos estuários, é encontrado em toda a faixa litorânea da Costa dos Corais. O ambiente de reprodução de espécies marinhas da fauna aquática e subaquática desempenha importante papel no processo da cadeia trófica, mantendo o ciclo produtivo entre o estuário e o mar. Protegem a costa da erosão marinha e retém sedimentos, evitando o assoreamento de áreas circunvizinhas, acumulando nutrientes em tal quantidade, que são considerados como ambientes da mais alta produtividade primária.
Na área do pólo, os manguezais são mais representativos nos estuários do rios Santo Antônio e Camaragibe, bem CELMM, embora sejam freqüentes as formações de mangues na desembocadura da maioria dos rios que drenam o todo o litoral.

O ecossistema *recifal* encontra–se presente ao longo de quase toda a região costeira da Costa dos Corais, desde a linha de praia até alguns quilômetros com formações de recifes sobre a plataforma continental. Podem apresentar duas formações básicas: recifes de corais, constituídos por camadas sobrepostas resultantes da sedimentação de esqueletos de organismos marinhos ou recifes coralígenos, compostos principalmente por sedimentação de arenito e algas calcárias. Esses, por sua vez, podem ser recifes de franja ou de barreira.

Ambientes, de riquíssima biodiversidade e comprovada importância dentro da cadeia alimentar marinha, contribuem de forma decisiva para a estabilidade da linha de costa, constituindo–se na proteção natural do litoral com relação aos processos erosivos.

As formações coralígenas, paralelas à linha da costa, são responsáveis pela configuração das chamadas "piscinas naturais" destacando–se como um dos mais importantes atrativos

turísticos do litoral alagoano, como por exemplo, as piscinas naturais das praias de Pajuçara, Ipioca, Paripueira, Japaratinga e as galés de Maragogi.

O bioma Mata Atlântica já possuiu uma distribuição ao longo de toda costa da região do litoral do Estado de Alagoas, avançando para o interior em extensões variadas, englobando um diversificado mosaico de ecossistemas associados, com estruturas e composições bastante diferenciadas, tanto com relação à composição florística quanto faunística. Representadas pelas matas dos tabuleiros, das encostas e ciliares, as áreas remanescentes com manchas de mata nativa exercem um importante papel, devido à elevada biodiversidade. A vegetação ciliar, além do papel primordial no ciclo de nutrientes, é responsável pela fixação das margens dos rios, lagoas e estuários, evitando erosões e assoreamento.

Configurando um ambiente complexo e diversificado, os ecossistemas existentes no Pólo Costa dos Corais, representam a base de sustentação econômica e produtiva da comunidade local, e sua preservação, indiscutivelmente justificada, deverá representar o grande diferencial para o desenvolvimento da atividade turística sustentável na região. Constituindo–se um harmonioso conjunto de uma rara beleza cênica, o ambiente, apresenta no entanto, inúmeras áreas consideradas muito frágeis, principalmente aquelas diretamente localizadas próximas à linha de costa.

A preocupação com a preservação desses ecossistemas levou os governos e sociedade civil a criarem Unidades de Conservação na região que viria a ser o Pólo Costa dos Corais. São 4 UCs, todas elas de uso sustentável, sendo três Estaduais e uma Federal.

Em 1984, foi criada a Área de Proteção Ambiental de Santa Rita – *APA de Santa Rita* – com o objetivo de preservar as características ambientais e naturais das regiões dos canais e lagoas Mundaú e Manguaba, ordenando a ocupação e uso do solo. Com área de 10.230 hectares, abrange os municípios de Maceió, Marechal Deodoro, Santa Luzia do Norte e Coqueiro Seco (Lei n°. 4.6074/1984). A APA tem um Conselho Gestor formado e Plano de Manejo, concluído em 2010.

No ano de 1992, foi criada a *APA de Fernão Velho e Catolé* com uma área de 5.415 hectares, abrangendo os municípios de Maceió, Satuba, Santa Luzia do Norte e Coqueiro Seco, com o objetivo de preservar as características dos ambientes naturais e ordenar a ocupação e o uso do solo. A área tem considerável importância abrangendo também remanescentes da Mata Atlântica sendo detentora de manancial que abastece 30% da cidade de Maceió. O bioma predominante é o da Mata Atlântica, de ecossistemas variando da floresta ombrófila ao manguezal (Lei n°. 5.347/1992). A APA formou seu Conselho Gestor, mas não dispõe ainda de um Plano de Manejo.

Em 1998, com o objetivo de harmonizar as atividades com o equilíbrio ambiental do ecossistema da Bacia Hidrográfica do rio Pratagy, onde se localiza o principal manancial de abastecimento de água de Maceió, foi criada a Área de Proteção Ambiental do Pratagy – *APA do Pratagy* – com área 13.369,5 hectares, abrangendo terras dos municípios de Messias, Rio Largo e Maceió (Decreto nº 37.589/1998). O Conselho Gestor da APA está formado, mas o Plano de Manejo ainda não existe.

Finalmente a Área de Proteção Ambiental da Costa dos Corais – *APA Costa dos Corais* – foi criada pelo Decreto Executivo de 23/10/1997, visando à proteção dos ambientes marinhos e estuarinos, especialmente os recifes de coral, os manguezais e as praias. A APA Costa dos Corais, maior área marinha protegida no Brasil, abrange o litoral norte de Alagoas e sul de Pernambuco, totalizando cerca de 413 mil hectare. Os objetivos são os seguintes: a) garantir a conservação dos recifes coralígenos e de arenito, com sua fauna e flora; b) manter a integridade do habitat e preservar a população do Peixe–boi marinho (*Trichechus manatus*); c) proteger os manguezais em toda a sua extensão, situados ao longo das

desembocaduras dos rios, com sua fauna e flora; d) ordenar o turismo ecológico, científico e cultural, e demais atividades econômicas compatíveis com a conservação ambiental; e) incentivar as manifestações culturais e contribuir para o resgate da diversidade cultural regional. Já foi formado o Conselho Gestor, mas não se tem ainda o Plano de Manejo.

O peixe–boi marinho, com sua reduzidíssima população de aproximadamente 500 indivíduos, é atualmente o mamífero aquático mais ameaçado de extinção no Brasil. Com a possibilidade de extinção dessas espécies o governo brasileiro proibiu sua caça e criou em 1980 o *Projeto Peixe–Boi* desenvolvido pelo CMA (Centro Nacional de Pesquisa, Conservação e Manejo de Mamíferos Aquáticos) com sede na Pernambuco. O projeto dedica–se à pesquisa, resgate, recuperação e devolução à natureza do peixe–boi, bem como a informação e parceria com comunidades ribeirinhas e costeiras.

5.1.3. Caracterização Histórica do Pólo

O litoral Norte do estado de Alagoas foi desbravado a partir de 1560, sob o comando do segundo donatário, Duarte Coelho de Albuquerque. Com ele se esboça a colonização do território que, na ocasião, correspondia à parte sul da Capitania de Pernambuco[37]. Interessado no conhecimento integral da região, ele organizou duas expedições exploratórias, sendo a primeira dirigida para o Sul.

A segunda entrada dá início à ocupação do Litoral Norte, liderada por Christopher Linz, que percorreu a costa, desde a foz do Rio Camaragibe, até o Cabo de Santo Agostinho. Nesse meio tempo ele travou várias lutas com os índios potiguares a quem expulsou e tomou terras. Em troca das contribuições prestadas ao governo luso, recebeu sesmarias correspondendo às terras que ficavam entre o Cabo de Santo Agostinho e o Rio Manguaba, onde assentou morada e deu início ao povoamento do que viria a ser a cidade de Porto Calvo. Dali até Serinhaém (atual município de Pernambuco), ele fez levantar sete engenhos de açúcar.

A grande extensão de terra doada a Christopher Linz foi denominada de Santo Antônio dos Quatro Rios[38], por ser banhada pelos cursos fluviais formados pelos rios Manguaba, Tatuamunha, Camaragibe e Santo Antônio, os quais favoreciam a fertilidade da terra e permitiam comunicação fácil com outros centros. Por conta disso, a lavoura foi desenvolvida largamente, os engenhos prosperaram e foram estimulando novos povoados ao redor da uma ainda incipiente ocupação denominada depois de Porto Calvo, logo transformada em sede urbana.

Assim se conforma a apropriação efetiva daquela região hoje denominada Litoral Norte, impulsionada pelas terras férteis, banhadas por lagoas e rios e favorecida pela presença do Oceano Atlântico, o que estimulava a implantação dos engenhos e, conseqüentemente, favorecia a economia açucareira.

> "Desde cedo os engenhos começaram a pontilhar o território alagoano, o antigo 'Sul' da Capitania de Pernambuco, (...) e também se legalizava com as doações de sesmarias; e completava–se com os caminhos, as picadas, as vias de acesso, que avançavam, sempre, em busca da civilização nos centros mais adiantados, e pelos caminhos do mar e dos rios – estradas líquidas – que Deus legou ao homem num desafio à sua audácia." [39]

Em plena conformidade com o plano colonialista português de ocupação e expansão do território, propriedades agrícolas iam se dilatando em povoações, virando vilas, depois cidades onde, rapidamente, se via desenvolver a dinâmica urbana.

---

[37] Quando os europeus chegaram ao litoral do Nordeste encontraram uma região densamente povoada por diversas tribos indígenas, ramos da nação Tupi: Potiguares, Tabajaras, Caetés, Abacoatiaras, Aconans, Cariris, Coropatós, Mariquitos, Chucurús, Vouvés, Pipianos.

[38] A sesmaria de Santo Antônio dos Quatro Rios, doada a Christopher Linz, entre 1575-1585, era bem extensa e abrangia os atuais municípios de **Porto Calvo**, **Porto de Pedras**, **Passo de Camaragibe, Matriz de Camaragibe,** parte de Jundiá, Jacuípe e Novo Lino, **São Miguel dos Milagres, Japaratinga, Maragogi**, Colônia de Leopoldina, parte de **São Luiz do Quitunde**, tendo como limite, ao sul, o Rio Santo Antônio Grande. Nesse sentido, é possível afirmar que **Paripueira** e **Barra de Santo Antônio**, também estavam integradas à citada sesmaria, tendo, portanto, a mesma matriz histórica geradora das demais cidades da Costa dos Corais, exceção feita apenas a Maceió. A esse respeito Cf: DIEGUES JÚNIOR, 1980:42 e LINDOSO, 2000:37.

[39] DUARTE, 1974:25.

É possível afirmar que essa foi a matriz comum às cidades que conformam hoje a chamada Costa dos Corais: Paripueira, Barra de Santo Antônio, São Luiz do Quitunde, Matriz de Camaragibe, Passo do Camaragibe, São Miguel dos Milagres, Porto Calvo, Porto de Pedras, Japaratinga e Maragogi. A elas se integrou Maceió, edificada às margens do Oceano Atlântico e da Lagoa Mundaú, igualmente originada a partir de um engenho de cana–de–açúcar, também enriquecida pelo ambiente natural favorável ao projeto colonizador e explorador português.

Todas essas cidades, de uma forma ou de outra estavam integradas aos caminhos percorridos pelas pessoas que se deslocavam entre as Capitanias de Pernambuco e Bahia nas rotas de comércio, e se destacaram, em maior ou menor escala, como cenário para as lutas travadas entre portugueses e holandeses.

5.1.4. Caracterização da Dinâmica Social e Econômica dos Municípios que Compõem o Pólo Costa dos Corais

A caracterização social e econômica do Pólo exige estudos aprofundados que possam elucidar tendências históricas e contemporâneas de desenvolvimento. Numa primeira aproximação, quanto aos indicadores de dinâmicas sociais, são apresentados dados simples, não correlacionados, diante da variedade de fontes e de metodologias de coleta das informações. A título de exemplo, foram tomados os procedimentos metodológicos do IBGE e do IPEA, que além de terem séries temporais diferentes, a composição dos índices de desenvolvimento social é variável. Isto posto, coloca–se a exigência de um estudo comparativo, numa pesquisa bibliográfica, para que sejam feitas considerações mais consistentes quanto às dinâmicas sociais e econômicas do caso estudado, num momento posterior.

Numa pesquisa exploratória inicial, os dados encontrados referente ao IDH precisaria ser considerado numa pesquisa bibliográfica efetiva. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) constitui uma referência mundial na comparação do desempenho dos países, regiões, estados e municípios no que refere ao bem–estar da sua população. Parte da premissa de que a avaliação do desenvolvimento não pode ser reduzida ao desempenho econômico (PIB per capita), por isso leva em consideração indicadores como renda, saúde e educação numa medida padronizada. Varia de zero (nenhum desenvolvimento humano) a um (desenvolvimento humano total).

O IDH dos onze municípios que compõem o Pólo Costa dos Corais (0,601) mostra valores inferiores à média alagoana (0,649), que por sua vez apresenta os níveis mais baixos dentre os estados brasileiros para o ano 2000. A evolução no período 1991 – 2000 foi positiva, passando a maior parte dos onze municípios de um IDH baixo (inferior a 0,499) a um IDH médio (entre 0,500 e 0,799), exceto Porto de Pedras que mesmo tendo aumentando seu IDH permaneceu com um índice baixo.

Essa evolução dos municípios estudados segue a tendência geral do estado de Alagoas, que melhora seus valores sem modificar sua posição relativa em relação aos outros estados. A análise dos sub–índices do IDH mostra que o componente que mais contribuiu no aumento do IDH dos municípios analisados foi o que refere à educação e num grau menor o de longevidade, enquanto que o componente renda teve um menor desenvolvimento.

Embora o cultivo da cana de açúcar tenha sido relevante entre as atividades econômicas do conjunto dos municípios em tela, são significativas as informações sobre o desempenho das atividades do setor de serviços. Este setor, que tradicionalmente para todo o País,

apresenta um forte fluxo de bens e serviços, nos municípios estudados aponta uma tendência à absorção de mão de obra caracterizadamente jovem e em crescente processo de formalização do sistema educacional, até o ensino médio.

Diante da acentuada concentração de bens e serviços na capital alagoana, a delimitação das fronteiras municipais das demais cidades não responde a especialidades de produção ou distribuição de bens sociais de consumo, apresentando forte dependência das capitais alagoana e pernambucana e mantendo entre si um certo padrão de sociabilidade, com um frágil sistema de proteção social e muitas semelhanças quanto às formas de organização da vida social.

Tabela 30 – ÁREA, PIB PER CAPITA, INCIDÊNCIA DA POBREZA E POPULAÇÃO ESTIMADA. PÓLO COSTA DOS CORAIS, ALAGOAS.

	ÁREA KM²	PIB PER CAPITA 2007 (R$)	INCIDÊNCIA DA POBREZA 2003 (%)	POPULAÇÃO ESTIMADA 2009 (N)
Barra de Santo Antonio	138	3.190	61,48	14.435
Japaratinga	86	3.308	57,32	7.763
Maceió	511	9.487	58,37	936.313
Maragogi	334	3.304	64,12	26.891
Matriz de Camaragibe	330	3.487	60,24	25.489
Paripueira	93	3.453	77,25	10.225
Passo de Camaragibe	187	3.397	55,71	14.261
Porto Calvo	260	3.343	65,14	26.045
Porto de Pedras	266	2.743	61,23	10.643
São Luis do Quitunde	404	5.935	64,57	32.876
São Miguel dos Milagres	65	3.187	51,05	7.606

(Fonte: IBGE– Cidades. Dados copilados – 2007 / 2003 / 2009)

Como se pode ver, mais de 70% das cidades apresentam o PIB per capita pouco acima de três mil reais, com suas extensões territoriais variando entre 65 km² e 330 km², o que coloca a extensão territorial como variável não interveniente em questões de desenvolvimento social.

Por outro lado, dado o elevado índice de pobreza em todos os municípios do Pólo, de forma independente do tamanho da população, pode–se inferir que as mudanças possíveis nas condições de vida de cada localidade passam necessariamente pela ampliação da capacidade de gerar emprego e renda. É a maneira de organização da vida social que deve ganhar maior visibilidade.

Nessa perspectiva, a revisão do PDITS– Pólo Costa dos Corais, que objetiva a atualização da análise da dinâmica atual do turismo na região, deve focar as citadas condições de vida e suas formas de organização, do ponto de vista da institucionalidade formal (governos, empresas e associações) e da gestão da coisa pública, assim como identificar capacidades produtivas passíveis de serem incrementadas pelas atividades turísticas. Portanto, não

apenas gerar emprego e renda deve interessar, mas também a articulação social de todos os atores envolvidos.

É preponderante a incidência do setor de serviços na composição do PIB, em cada cidade, seguida da agropecuária, com exceção de São Luis do Quitunde, onde o segundo setor que mais contribui é a indústria. Considerando a importância das atividades turísticas dentro do setor serviços (PDTIS, 2010) e o elevado percentual de incidência da pobreza[40], em toda a área de abrangência do Pólo, envolvendo mais da metade da população, o cenário delineado é de potencial expansão, caso as atividades geradoras de emprego e renda, dentro da vocação turística da área, sejam incrementadas. Ou seja, é possível e necessário que intervenções sociais, políticas e institucionais sejam feitas para que a qualidade de vida local seja melhorada.

Como em todo o Brasil, situações de carências elevadas estão vinculadas a uma variedade de conflitos sociais. Na região do Pólo foram encontrados movimentos de *sem terra* e *sem teto*, por exemplo, que precisariam ser considerados na equação dos problemas sociais locais. Existem acampamentos regularizados ou em processo de regularização em Barra de Santo Antonio, Matriz de Camaragibe, Maragogi, São Luis do Quitunde e São Miguel dos Milagres.

Moradores de áreas urbanizadas ou não, nesta região, têm nas políticas de educação e saúde suas carências mais emergenciais.

No que diz respeito à inclusão no sistema educacional, o momento é de expansão. Mas a histórica deficiência na oferta de vagas e professores em Alagoas aponta a necessidade de que seja considerada a variável temporal, isto é, adultos ou jovens pouco ou mal alfabetizados e que vivem em precárias condições não são incorporados da mesma maneira, nem no mesmo espaço temporal, às atividades produtivas, nos moldes em que pode acontecer com indivíduos que seguem o fluxo normal de ensino.

[40] Mapa da pobreza e desigualdade dos municípios brasileiros, IBGE, 2003.O Banco Mundial define a linha de pobreza tendo como referência um dólar por dia, enquanto o IPEA considera abaixo da linha de pobreza o porcentual de pessoas com renda inferior a 50% do salário mínimo do mês de referência.

Tabela 31 – NÚMERO DE MATRÍCULAS, DE PROFESSORES E DE ESCOLAS POR MUNICÍPIO, PÓLO COSTA DOS CORAIS, 2008.

	ENSINO PRÉ ESCOLAR			ENSINO FUNDAMENTAL			ENSINO MÉDIO		
	MATRÍC	PROF.	ESC.	MATRÍC.	PROF.	ESC.	MATRÍC	PROF.	ESC.
Barra de Santo Antonio	412	23	09	3.752	119	12	403	11	01
Japaratinga	563	29	15	1.948	88	19	280	12	01
Maceió	14.053	844	168	147.339	6.151	310	40.610	2.228	104
Maragogi	664	38	23	6.908	213	41	822	30	01
Matriz de Camaragibe	803	31	05	5.442	195	27	647	30	01
Paripueira	141	07	3	2.133	65	6	245	13	01
Passo de Camaragibe	566	23	17	3.714	142	20	234	10	01
Porto Calvo	1.109	43	32	6.463	231	37	1.376	35	02
Porto de Pedras	368	21	06	2.020	91	24	321	14	01
São Luis do Quitunde	647	25	03	8.645	279	44	839	36	02
São Miguel dos Milagres	173	09	05	1.833	103	12	287	09	01

(Fonte: IBGE – Cidades. Dados copilados – 2008)

Para todo o País, a ampliação do grau pré–escolar de ensino inclui a consideração dos programas de transferência de renda que exigem a matrícula nas escolas. E a situação de carência destes municípios indica provavelmente uma alta correlação com a situação educacional, entretanto será necessário um estudo mais detalhado. Será interessante também desenvolver um tratamento de dados tipo painel, quando séries temporais possibilitam comparações e análises mais consistentes.

O grau médio de ensino no Brasil, nas últimas três décadas, tem apresentado uma grande incidência de problemas, tanto quanto à insuficiência da cobertura quanto à qualidade do ensino. As escolas médias alagoanas são exemplares nesse sentido. Se de um lado, deveriam absorver a maioria dos jovens, apresentam altos índices de evasão e de precariedade do ensino. Como exemplo, cita–se o município de São Luis do Quitunde que apresenta uma população jovem até 19 anos de 16.689 (51%) e uma oferta de matrícula, somados todos os graus de ensino, de 10.131; ficando assim, um número significativo de jovens pobres excluídos, ainda que o aumento do número de escolas do pré-escolar para o fundamental seja bastante importante. E em todos os graus é evidente a carência de escolas e de professores.

Contudo, é importante reter que, em Alagoas, o relativo número de matrículas no pré–escolar aponta para uma expansão do sistema educacional.

As questões educacionais mais prementes têm também desdobramentos consideráveis sobre a condição da participação política exigida pelos investimentos projetados para o PDTIS. Se a participação comunitária é imprescindível em ações de planejamento estratégico, conhecimentos gerais e informações qualificadas são fundamentais para o bom desempenho do envolvimento comunitário e, em especial, para os intentos de incorporação da mão de obra local na redefinição das condições sociais, políticas, culturais e econômicas para o desenvolvimento do turismo no Pólo Costa dos Corais.

Ainda no campo da proteção social, os dados dos serviços de saúde indicam também um déficit a ser superado num plano de desenvolvimento que pretenda apoiar as populações locais, assim como garantir uma cobertura mínima para a população flutuante de turistas.

Tabela 32 – ALGUNS INDICADORES DE SAÚDE, PÓLO COSTA DOS CORAIS

	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS PRESTADORES DE SERVIÇO	Nº DE MÉDICOS	PROFISSIONAIS/ 1.000 HAB.
Barra de Santo Antonio	05	18	1,2
Japaratinga	05	07	0,9
Maceió	111	6,219	6,6
Maragogi	15	28	1,1
Matriz de Camaragibe	16	35	1,4
Paripueira	05	10	1,0
Passo de Camaragibe	09	24	1,7
Porto Calvo	12	48	1,8
Porto de Pedras	08	10	0,9
São Luis do Quitunde	18	36	1,1
São Miguel dos Milagres	05	06	0,8

(Fonte: DATASUS. Cadernos de Informações e Saúde. Dados copilados – 2010)

É relevante o contingente de jovens da população em foco. Qualquer ação que pretenda intervir proativamente no quadro de relativa carência social em tela deverá levar em consideração este segmento como potencialidade e desafio.

Certamente, a capacidade de realização das mudanças necessárias às sociedades locais, incitam maior atenção aos jovens e adultos não idosos do Pólo Costa dos Corais. Nove entre as onze municipalidades apresentam mais de 40% dos indivíduos com até dezenove anos, para o corrente ano. E nas duas faixas etárias subsequentes (entre 20 e 39 anos), para todas as cidades, o montante de população se aproxima dos 50%. Tem-se, portanto, uma parte significativa dos moradores em idade produtiva ou em condições de entrar para o mercado de trabalho, na próxima década.

Tabela 33 – POPULAÇÃO RESIDENTE POR FAIXA ETÁRIA, 2010 (%)

	ATÉ 9 ANOS	10–19	20–39	40–59	60 OU MAIS	TOTAL
Barra de Santo Antonio	24	14	32	14	6	100
Japaratinga	24	22	30	15	7	100
Maceió	19	19	35	20	7	100
Maragogi	26	21	33	15	5	100
Matriz de Camaragibe	26	20	31	15	7	100
Paripueira	25	21	33	15	7	100
Passo de Camaragibe	25	21	32	15	8	100
Porto Calvo	25	21	31	15	7	100
Porto de Pedras	24	20	33	15	8	100
São Luis do Quitunde	28	23	30	13	6	100
São Miguel dos Milagres	21	19	35	17	8	100

(Fonte: DATASUS. Cadernos de Informações e Saúde. Dados copilados – 2010)

Os municípios do Pólo Costa dos Corais concentram 34% da população alagoana, um total de 952.223 pessoas (Censo 2000). Estimativas realizadas pelo IBGE[41] para 2009 mostram poucas mudanças no peso dos municípios do Pólo em relação à população total do estado de Alagoas (que passa de 34% a 35% da população do estado). A mudança pode ser atribuída fundamentalmente ao crescimento de Maceió, que representa 28% da população do estado para no ano 2000 e 30% no ano 2009. E Maceió concentra 84% da população do Pólo.

Tabela 34 – POPULAÇÃO NOS MUNICÍPIOS 2000 – 2009

	2000 POPULAÇÃO	%	2009 POPULAÇÃO	%
Barra de Santo Antônio	11.351	0,4	14.434	0,5
Japaratinga	6.868	0,2	7.759	0,2
Maceió	797.759	28,3	936.313	29,7
Maragogi	21.832	0,8	26.981	0,9
Matriz de Camaragibe	24.017	0,9	25.489	0,8
Paripueira	8.049	0,3	10.225	0,3
Passo de Camaragibe	13.755	0,5	14.261	0,5
Porto Calvo	23.951	0,8	26.045	0,8
Porto de Pedras	10.238	0,4	10.643	0,3
São Luís do Quitunde	29.543	1,0	32.876	1,0
São Miguel dos Milagres	5.860	0,2	7.606	0,2
Outros municípios	1.869.398	66	2.043.469	65
TOTAL ALAGOAS	**2.822.621**	**100**	**3.156.101**	**100**

(Fonte: Censo IBGE 2000. Estimativas de população 2009, DATASUS – 2000 a 2009)

[41] Estimativas elaboradas no âmbito do Projeto UNFPA/IBGE (BRA/4/P31A) - População e Desenvolvimento. Coordenação de População e Indicadores Sociais. DATASUS.

Nota–se um lento crescimento relativo da população em todas as cidades, o que pode apontar para uma certa lentidão na mudança dos números para os próximos anos. Isto recoloca a importância dos jovens e dos jovens adultos como as forças sociais essenciais no PDTIS – 2010.

Como uma das peculiaridades do turismo é agilizar a produção de respostas ao desenvolvimento social, pensá–lo de modo sustentável, num plano de ação pública, implica na articulação de atores situados em seus direitos e como agentes econômicos e sociais.

É também entre a juventude onde é encontrada a maior incidência de problemas relativos à violência e à criminalidade. Neste ponto, a governança local que pretende implementar o turismo sustentável deve ter o olhar atento às questões de segurança pública. Ela tem reflexos importantes na dinâmica interna e externa do turismo.

São bastante variadas as fontes de informações sobre a segurança pública no Brasil e variados enfoques cuidam de explicar o problema. Também são diversos os estudos e pesquisas que procuram sistematizar informações pertinentes. Mas as ações no campo da violência e da criminalidade que escapam aos registros formais ainda são bastante significativas, segundo os estudiosos.

Nos últimos anos as pesquisas sobre violência no Brasil situam o Estado de Alagoas entre os mais violentos do País, ocupando o primeiro lugar no ordenamento das Unidades da Federação por taxas de homicídio (em 100.000 habitantes) para o ano 2007 [42]. A cidade de Maceió teve um incremento vertiginoso da taxa, mais que triplicando seu estoque anual de homicídios, o que a coloca como a capital com piores índices (Mapa da Violência 2010).

Os aspectos relacionados à criminalidade, violência e segurança público serão abordados com maior profundidade na etapa do diagnóstico.

[42] Sendo que para o ano 1997 o estado ocupava o 11º lugar.

6. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS E O GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO

Tomando por base o Plano de Ação elaborado no PDITS 2002, foi analisado o grau de implementação das ações propostas, independente da fonte de recurso utilizada.

Em relação ao componente Fortalecimento da Capacidade Municipal para a Gestão do Turismo, somente três ações foram executadas, conforme observa–se na Tabela 35, abaixo. Vale ressaltar que apenas a elaboração do plano diretor de São Miguel dos Milagres (sub–componente gestão municipal do turismo) foi realizado com recursos do Prodetur Nordeste II. As demais ações realizadas, elaboração do plano municipal de turismo de Passo de Camaragibe (sub–componente gestão municipal do turismo) e a relocação do aterro sanitário de Maceió (sub–componente gestão dos resíduos sólidos), foram realizadas através de outras fontes de financiamento. É importante salientar que o aterro sanitário foi construído e encontra–se em operação, contudo na área do antigo aterro ainda não há nenhuma obra de recuperação.

As ações propostas deste componente, que envolvem os sub–coponentes de proteção e conservação dos recursos naturais, proteção e conservação do patrimônio cultural e urbanização de áreas turísticas não foram realizadas. Nem com recursos do Prodetur nem de outras fontes.

Em relação ao componente Planejamento Estratégico, Treinamento e Infraestrutura para o Crescimento do Turismo, dentro do sub–componente Planejamento estratégico e Preparação de Projetos, apenas a base cartográfica para o Pólo Costa dos Corais foi realizada com recursos do Prodetur. Já no sub–componente Saneamento e Água Potável, apenas a expansão da rede de distribuição de água em Maceió foi realizada através da expansão da nova etapa do sistema Pratagy (através de outra fonte de financimento). A implantação de sistema de esgotamento sanitário em área urbana nos municípios do Pólo foi parcialmente realizada. Apenas os municípios de Maragogi e Maceió implantaram obras de esgotamento sanitário, sendo as obras de Maragogi financiadas pelo Prodetur. Com referência a implantação do sistema de abastecimento de água em área urbana nos municípios do Pólo, constata–se que houve um aumento de oferta de água nos municípios, contudo ainda aquém das necessidades da região, principalmente nos períodos de férias, devido ao aumento do fluxo de turistas. A implantação do esgotamento sanitário do Vale do Reginaldo, também foi parcialmente realizada, pois apenas houve a implantação de coletores troncos próximos ao emissário submarino. A expansão do sistema de esgotamento sinitário em Maceió foi parcialemente realizada através de outras fontes de financiamento.

Ainda no componente Planejamento Estratégico, Treinamento e Infraestrutura para o Crescimento do Turismo, observa–se a ampliação do aeroporto Zumbi dos Palmares e a construção do Centro Cultural e de Exposições de Maceió foram realizadas com uma pequena parcela de recursos do Prodetur. Vale ressasltar que no PDITS 2002 a ação proposta era de ampliação do aeroporto Zumbi dos Palmares, mas efetivamente ocorreu a construção de um novo e moderno terminal de passageiros e a ampliação e construção de novas pistas de pouso. No tocante a construção do aeroporto de Maragogi, a obra ainda não foi iniciada, contudo o processo de licenciamento ambiental encontra–se em fase de aprovação da licença prévia. Com a emissão da licença prévia há a expectativa do Governo do Estado de alagoas da liberação dos recursos financeiros pelo Ministério do Turismo para início das obras. Já o Centro de Eduação e Pesquisa para o Desenvolvimento Sustentável – CEPEDES – foi construído com outros recursos, porém não funciona a contento.

Quanto a urbanização e a implantação do sistema viário do Vale do Reginaldo, estão parcialmente realizados, com recursos do Governo do Estado e da Prefeitura Municipal de Maceió. A requalificação urbana do centro de Maceió, também encontra–se parcialmente realizada, tendo a sua 1ª etapa já concluída e a 2ª em execução.

Por fim, no componente de Promoção de Investimentos da Iniciativa Privada nenhuma ação foi desenvolvida com recurso do Prodetur. É fundamental ressaltar que inúmeras ações de capacitação empresarial, de estimulo ao empreendedorismo e ao associativismo vêm sendo desenvolvidas por diversas entidades, a exemplo do Sebrae, APL Costa dos Corais, Senac, entre outras.

Tabela 35 – AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS E O GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO DO PDITS 2002

COMPONENTES			
1. FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE MUNICIPAL PARA A GESTÃO DO TURISMO			
SUB–COMPONENTES	**LINHA DE AÇÃO**	**AÇÕES / PROJETOS**	**AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS**
Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios	Elaboração de plano de fortalecimento institucional para a gestão político–administrativa e fiscal	Diagnóstico e plano de ação para gestão administrativa e fiscal.	NÃO REALIZADO
		Diagnóstico e plano para modernização e informatização do sistema de arrecadação.	NÃO REALIZADO
Gestão Municipal do Turismo	Elaboração de Estudo de Produtos e Roteiros Turísticos Integrados	Elaboração e execução dos planos setoriais para o desenvolvimento do turismo e para a gestão e preservação do patrimônio natural e cultural, enfatizando as especificidades de cada município e integrados ao PDTIS do Pòlo.	NÃO REALIZADO
		Elaboração de estudo de produtos e roteiros integrados.	NÃO REALIZADO
		Elaboração de estudo para exploração e divulgação de produtos e roteiros integrados.	NÃO REALIZADO
	Treinamento de gestores municipais, líderes locais e empresários em Gestão Turística	Capacitação de gestores municipais para o turismo, patrimônio natural e cultural.	NÃO REALIZADO
		Desenvolvimento de programa de capacitação de professores municipais em turismo e em preservação do patrimônio natural e cultural integrado ao plano setorial específico.	NÃO REALIZADO
	Incentivo à elaboração de políticas e planos municipais para o turismo	Elaboração de políticas e planos municipais para o turismo	PARCIALMENTE REALIZADO – Elaborado o Plano de Municipal de Turismo de Passo de Camaragibe
	Elaboração de programas de fortalecimento dos conselhos municipais e órgãos gestores de turismo	Projeto de Fortalecimento Institucional para os órgãos gestores do turismo e meio ambiente dos municípios do Pòlo.	NÃO REALIZADO
	Estudo e implementação da cadeia produtiva do Artesanato no Pólo	Apoio e desenvolvimento de Programa de Qualidade em benefíciodo artesanato nos municípios do Pólo.	NÃO REALIZADO
	Elaboração de Políticas públicas para o fortalecimento da cultura local	Desenvolvimento de programa para a sensibilização de gestores, conselheiros municipais, líderes comunitários, empresários e autoridades locais do legislativo, judiciário e outros.	NÃO REALIZADO
	Elaboração de Planos Diretores e revisão dos planos já existentes	Elaboração dos Planos Diretores Municipais	PARCIALMENTE REALIZADO – Foi elaborado o Plano Diretor de São Miguel dos Milagres – com recursos do Prodetur
Gestão dos Resíduos Sólidos	Elaboração de planejamento integrado para resíduos sólidos para o Pólo ou consórcio de municípios	Projeto para realocação do aterro sanitário de Maceió, recuperação da área a ser desativada e implantação do aterro sanitário em nova área a ser definida.	REALIZADO através de outras fontes de financiamento
		Elaboração dos Planos Diretores de Coleta, Transporte e Destinação Final dos Resíduos Sólidos.	NÃO REALIZADO
		Implantação de aterro sanitário integrado para os municípios de Paripueira, Barra de Santo Antônio, São Luiz do Quitunde, Passo de Camaragibe e Matriz de Camaragibe.	NÃO REALIZADO
		Implantação de aterro sanitário integrado para os municípios de São Miguel dos Milagres, Porto de Pedras, Porto Calvo, Japaratinga e Maragogi.	NÃO REALIZADO

(Fonte: LOG/TCBR. 2002)

COMPONENTES			
1. FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE MUNICIPAL PARA A GESTÃO DO TURISMO			
SUB–COMPONENTES	**LINHA DE AÇÃO**	**AÇÕES/PROJETOS**	**AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS**
Proteção e Conservação dos Recursos Naturais	Elaboração de políticas municipais para a gestão do meio ambiente	Elaboração de políticas municipais para a gestão do meio ambiente e o apoio necessário a sua implementação.	NÃO REALIZADO
		Implantação de programas de exploração sustentável dos recursos naturais dos municípios do Pólo.	NÃO REALIZADO
	Intensificação da fiscalização das leis ambientais e urbanas de uso e ocupação do solo	Capacitação institucional dos municípios para implementação e fiscalização de leis de proteção ambiental.	NÃO REALIZADO
	Treinamento e qualificação de pessoal encarregado do gerenciamento de áreas protegidas	Treinamento e capacitação de pessoal para a gerência de áreas protegidas.	NÃO REALIZADO
	Implantação de centros de visitação nos atrativos naturais de maior relevância	Implantação de centros de visitação nos atrativos naturais de maior relevância.	NÃO REALIZADO
	Criação de Unidades de Conservação e elaboração de seus respectivos planos de manejo	Elaboração de plano de manejo e gestão da APA do Rio Camaragibe.	NÃO REALIZADO
		Elaboração de plano de manejo e gestão da APA do Rio Manguaba.	NÃO REALIZADO
		Elaboração de plano de manejo e gestão do Parque Municipal Marinho de Paripueira.	NÃO REALIZADO
		Elaboração de plano de manejo e gestão do Parque Municipal de Maceió.	NÃO REALIZADO
		Elaboração de plano de manejo e gestão da APA Parque Marinho Corais do Maragogi.	NÃO REALIZADO
		Elaboração de estudos e alternativas para a sustentabilidade dos recursos naturais.	NÃO REALIZADO
	Recuperação de áreas degradadas	Identificação e recuperação de áreas degradadas.	NÃO REALIZADO
Proteção e Conservação do Patrimônio Cultural	Elaboração de campanhas, estudos e projetos para a proteção e conservação do Patrimônio Cultural.	Elaboração de campanha de conscientização da importância da preservação dos bens culturais.	NÃO REALIZADO
		Levantamento/Inventário do Patrimônio Cultural do Pólo.	NÃO REALIZADO
		Projeto de Resgate e Exposição do Acervo Arqueológico em poder da Universidade Federal de Alagoas.	NÃO REALIZADO
		Projeto de Levantamento e Interpretação do Patrimônio Histórico da Cidade de Porto Calvo, resgatando o percurso fluvial pelo Rio Manguaba.	NÃO REALIZADO
Urbanização de Áreas Turísticas	Elaboração de estudos municipais, de sistema viário, circulação e estacionamento.	Elaboração de estudos preliminares e implantação de sistema viário, vias urbanas, ordenamento do tráfego e área para estacionamento em localidades de grande fluxo e interesse turístico.	NÃO REALIZADO

(Fonte: LOG/TCBR. 2002)

COMPONENTES			
2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, TREINAMENTO E INFRA–ESTRUTURA PARA O CRESCIMENTO TURÍSTICO			
SUB–COMPONENTES	**LINHA DE AÇÃO**	**AÇÕES/PROJETOS**	**AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS**
Planejamento estratégico e preparação de projetos	Projetos Diversos para o Pólo	Projeto de sinalização turística para o Pólo Costa dos Corais	NÃO REALIZADO
		Elaboração de projetos executivos de obras de infra–estrutura e estudos de viabilidade sócioeconomica e de estudos e relatórios ambientais	NÃO REALIZADO
		Estudo de viabilidade para a implantação de turismo rural e do ecoturismo nos municípios do Pólo	NÃO REALIZADO
		Base cartográfica para o Pólo Costa dos Corais	REALIZADO com recursos do Prodetur
		Elaboração e impressão de livros, guias e manuais nas áreas de meio ambiente e turismo	NÃO REALIZADO
		Elaboração de roteiros de navegação e cartas de pilotagem, bem como, a identificação de embarcações adequadas para o transporte turístico nos rios do Pólo.	NÃO REALIZADO
	Elaboração de Plano de Marketing Integrado para o Pólo costa dos Corais	Elaboração de estratégias para converter potenciais fatores indutores de fluxos regionais em produtos turísticos competitivos	NÃO REALIZADO
		Elaboração de Plano de Promoção/Divulgação Turística (fantours, canais de distribuição, evento de lançamento do produtos, imagem diferencial do produto)	NÃO REALIZADO
		Elaboração de plano de comunicação (propaganda (anúncios, folders, comerciais), promoção de vendas (brindes, descontos, cuponagem), relações públicas (fantours, entrevistas, workshops para apresentação do produto Pólo Costa dos Corais) e marketing direto (telemarketing, internet (sites))	NÃO REALIZADO
		Elaboração de plano de comercialização (potencial para o Pólo X perspectivas dos mercados crescentes, inventário de atrativos turísticos competitivos estratégicos do Pólo, Portfólio de Negócios Turísticos)	NÃO REALIZADO
		Elaboração de Plano de Monitoramento e Controle (controle contínuo, processo decisório e implementação de ações para o monitoramento do desempenho do Produto Pólo Costa dos Corais no mercado	NÃO REALIZADO
	Elaboração de inventário turístico para o Pólo	Elaboração de inventário turístico do Pólo para definição de produtos e roteiros integrados	NÃO REALIZADO
		Elaboração de um calendário de eventos para o Pólo	NÃO REALIZADO
	Elaboração de estudo de demanda para o Pólo	Pesquisa de indicadores estatísticos do turismo no Polo	NÃO REALIZADO
	Elaboração de Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE para o Pólo	Estudo de capacidade de carga	NÃO REALIZADO
		Elaboração de Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) do Pólo Costa dos Corais	NÃO REALIZADO
Campanhas de conscientização	Implantação de programas de conscientização e divulgação para: educação ambiental, patrimônio natural, cultural (material e imaterial) e importância do turismo para o desenvolvimento local	Cursos de conscientização voltados para a população dos municípios do Pólo, sobre a importância da conservação ambiental e do turismo como alternativa econômica para o desenvolvimento sustentável do Pólo Costa dos Corais.	NÃO REALIZADO
Treinamento profissional e capacitação da população	implantação de programas de treinamento, certificação e atualização da mão–de–obra turística.	Cursos de capacitação turística para a população dos municípios do Pólo	NÃO REALIZADO
		Cursos de educação ambiental para a população dos municípios do Pólo	NÃO REALIZADO
		Treinamento profissionalizante destinado à população local que trabalha no setor turístico	NÃO REALIZADO
Saneamento e água potável	Implantação e/ou complementação de sistemas de saneamento básico (água, esgoto e drenagem).	Implantação de sistema de esgotamento sanitário em área urbana nos municípios do Pólo.	PARCIALMENTE REALIZADO através de outras fontes de financiamento
		Implantação do sistema de abastecimento de água em área urbana nos municípios do Pólo.	PARCIALMENTE REALIZADO através de outras fontes de financiamento
		Implantação do esgotamento sanitário do Vale do Reginaldo	PARCIALMENTE REALIZADO através de outras fontes de financiamento
	Desenvolvimento de programa de manutenção de saneamento básico no pólo.	Expansão da rede de distribuição de água em Maceió.	REALIZADO através de outras fontes de financiamento
		Expansão do sistema de esgotamento sanitário em Maceió.	PARCIALMENTE REALIZADO através de outras fontes de financiamento

(Fonte: LOG/TCBR. 2002)

COMPONENTES			
2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, TREINAMENTO E INFRA–ESTRUTURA PARA O CRESCIMENTO TURÍSTICO			
SUB–COMPONENTES	**LINHA DE AÇÃO**	**AÇÕES/PROJETOS**	**AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS**
Obras de infra–estrutura	Elaboração de estudos e projetos para a construção, a ampliação, complementação e melhoramento da infra–estrutura instalada na área do Pólo.	Ampliação do Aeroporto Zumbi dos Palmares	REALIZADO com pequena parcela de recursos do Prodetur
		Implantação da infra–estrutura necessária para absorção do Complexo Turístico Onda Azul	NÃO REALIZADO.
		Urbanização do Vale do Reginaldo	PARCIALMENTE REALIZADO através de outras fontes de financiamento
		Construção do Aeroporto de Maragogi	NÃO REALIZADO.
		Construção dos terminais de embarque para as piscinas naturais	NÃO REALIZADO
		Construção dos terminais de embarque hidroviário nos principais rios do Pólo	NÃO REALIZADO
		Implantação de via de acesso ligando o Aeroporto Zumbi dos Palmares ao Pólo	NÃO REALIZADO
		Implantação de via de acesso litorâneo ligando os municípios de Barra de Stº Antônio a Japaratinga – Estrada Parque	NÃO REALIZADO
		Implantação do sistema viário do Vale do Reginaldo	PARCIALMENTE REALIZADO através de outras fontes de financiamento
		Construção do Centro Cultural e de Exposições de Maceió	REALIZADO com pequena parcela de recursos do Prodetur
		Construção do Planetário de Maceió	NÃO REALIZADO
		Requalificação urbana do centro de Maceió	PARCIALMENTE REALIZADO através de outras fontes de financiamento
		Plano estratégico para o desenvolvimento sustentável do litoral norte de Maceió	NÃO REALIZADO
		Implantação de um Centro de Educação e pesquisa para o Desenvolvimento Sustentável – CEPEDES, para o atendimento aos municípios do Pólo	REALIZADO através de outras fontes de financiamento

(Fonte: LOG/TCBR. 2002)

COMPONENTES			
3. PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS DA INICIATIVA PRIVADA			
SUB–COMPONENTES	**LINHA DE AÇÃO**	**AÇÕES/PROJETOS**	**AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS**
Seminários e oficinas de capacitação	Implementação de cursos de treinamento em desenvolvimento e gestão turística para setor privado e 3º setor que atuam no Pólo	Capacitação empresarial	REALIZADO através de outras fontes de financiamento
		Seminários para desenvolvimento do empreendedorismo voltado para turismo	REALIZADO através de outras fontes de financiamento
Serviços de consultoria	Elaboração de estudos para viabilizar a captação de recursos para implementação de ações estratégicas no Pólo	Assistência técnica para fomentar o associativismo	REALIZADO através de outras fontes de financiamento
		Estudos para identificação e captação de linhas de financiamento para realização de investimentos turísticos pelos municípios	NÃO REALIZADO
		Elaboração de portfólio de negócios turísticos para o Pólo	NÃO REALIZADO
		Elaboração de plano de negócios turísticos para o Pólo	NÃO REALIZADO

(Fonte: LOG/TCBR. 2002)

7. IMPORTÂNCIA DOS ATRATIVOS OU RECURSOS TURÍSTICOS

As características naturais que norteiam a atividade turística no Pólo Costa dos Corais estão centradas no segmento de sol e praia como indutor do desenvolvimento turístico o que deve ser aprofundado na etapa de diagnóstico. No entanto, a análise inicial já direciona as estratégias preliminares à estruturação deste segmento. Simultaneamente, ações vinculadas ao fomento de segmentos potenciais existentes devem ser sugeridas, uma vez que estas atividades servirão como grande diferencial de oferta a pólos turísticos concorrentes de sol e praia, permitindo um aumento na permanência média de turistas ao destino.

Para se propor estratégias de desenvolvimento de novos produtos turísticos, roteiros, e a exploração de novos segmentos, é preciso uma análise prévia dos atrativos existentes no território da área turística. Entre os diversos recursos históricos, culturais e naturais da região é importante entender e diferenciar atrativos que apresentam potencial turístico de atrativos que já estão sendo comercializados pelo mercado atualmente e que provavelmente são a base motivacional para o mercado vigente. Esta diferenciação permite pensar mecanismos de estruturação dos atrativos explorados, assim como o desenvolvimento dos atrativos potenciais, que mesmo que não representem o estímulo principal à viagem podem agregar valor “a embalagem” do produto. A Tabela 36, abaixo, contém uma lista dos atrativos de uso atual e potencial, bem como dos recursos turísticos e culturais identificados. Estes foram hierarquizados e classificados utilizando a metodologia proposta pela OMT já detalhada anteriormente.

Tabela 36 – HIERARQUIZAÇÃO DOS ATRATIVOS E RECURSOS TURÍSTICOS POR MUNICÍPIO

CIDADE	TIPO DE ATRATIVO	ATRATIVOS	Abrangencia	Acessibilidade	Singularidade	Conservação ambiental e cultural	Infraestrutura	TOTAL
MACEIÓ	ATRATIVO DE USO ATUAL	Piscinas Naturais da Pajuçara	4	4	3	4	4	**19**
		Pontal da Barra	4	4	4	3	4	**19**
		Praia de Jatiúca	4	4	3	3	4	**18**
		Praia de Pajuçara	4	4	3	3	4	**18**
		Praia de Ponta Verde	4	4	3	3	4	**18**
		Lagoa Mundaú	4	3	3	3	4	**17**
		Memorial da República	3	4	3	4	3	**17**
		Pavilhão do Artesanato	4	4	2	3	4	**17**
		Feirinha do Artesanato	4	4	1	3	4	**16**
		Mirante e Igreja de São Gonçalo	4	3	3	3	3	**16**
		Praia de Cruz das Almas	3	4	3	3	3	**16**
		Museu Théo Brandão	3	4	3	4	1	**15**
		Praia de Riacho Doce	3	3	3	4	2	**15**
		Mirante da Sereia	3	3	3	3	1	**13**
		Praia de Ipioca	3	2	3	4	1	**13**
		Museu do Palácio Floriano Peixoto	3	2	2	3	1	**11**
		Pré–Carnaval	2	3	2	3	1	**11**
		Mercado do Artesanato	2	1	2	2	1	**8**
MACEIÓ	ATRATIVO DE USO POTENCIAL	Bairro de Jaraguá	3	4	3	3	2	**15**
		Associação Comercial	2	4	3	3	2	**14**
		Casa do Poeta Jorge de Lima	2	3	3	3	1	**12**
		Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas	3	2	3	3	1	**12**
		Praia de Garça Torta	2	3	3	3	1	**12**
		Praia de Guaxuma	2	3	3	3	1	**12**
		Naufrágios	3	1	3	3	1	**11**
		Teatro Deodoro	2	2	3	3	1	**11**
		Casa do Patrimônio – IPHAN	1	4	2	3	1	**11**
		Catedral Metropolitana de Maceió	2	2	2	4	1	**11**
		Fundação Pierre Chalita	3	2	3	2	1	**11**
		Praia de Pescaria	2	2	3	3	1	**11**
		Arquivo Público	1	3	2	3	1	**10**
		Igreja de Bom Jesus dos Martírios	2	2	3	2	1	**10**
		MISA – Museu da Imagem e do Som	2	3	2	2	1	**10**
		Alto de Ipioca	2	2	2	2	2	**10**
		Centro da Cidade	2	3	2	2	1	**10**
		Praia da Jacarecica	1	3	2	2	1	**9**
		Bairros Bebedouro e Fernão Velho	1	2	2	2	1	**8**
		Academia Alagoana de Letras	1	2	2	2	1	**8**
		Mirante de Chã de Bebedouro	2	1	3	1	1	**8**
		Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos	1	2	2	1	1	**7**
		VLT – Veículo Leve sobre Trilhos	1	1	1	3	1	**7**
		Manifestações folclóricas	1	1	2	1	1	**6**

Tabela 36 – HIERARQUIZAÇÃO DOS ATRATIVOS E RECURSOS TURÍSTICOS POR MUNICÍPIO (Continuação)

CIDADE	TIPO DE ATRATIVO	ATRATIVOS	Abrangencia	Acessibilidade	Singularidade	Conservação ambiental e cultural	Infraestrutura	TOTAL
PARIPUEIRA	ATRATIVO DE USO ATUAL	Piscinas Naturais de Paripueira	4	4	3	4	4	**19**
		Praia Sonho Verde	2	3	3	3	2	**13**
		Praia de Paripueira	2	3	2	3	2	**12**
		Carnaval	2	3	2	2	2	**11**
		Festa de Santo Amaro	1	3	1	2	2	**9**
	ATRATIVO DE USO POTENCIAL	Praia de Costa Brava	2	3	3	4	1	**13**
		Peixe–Boi	4	1	4	3	1	**13**
		Mergulho	3	1	3	3	1	**11**
		Igreja de Santo Amaro	1	4	2	2	1	**10**
		Manifestações folclóricas (Pastoril, Caboclinho, Coco de Roda)	1	1	2	2	1	**7**
BARRA DE SANTO ANTÔNIO	ATRATIVO DE USO ATUAL	Praia de Carro Quebrado	4	2	3	3	2	**14**
		Ilha da Crôa	4	3	3	2	1	**13**
		Praia de Tabuba	2	3	3	3	1	**12**
	ATRATIVO DE USO POTENCIAL	Piscinas Naturais de Tabuba	4	1	3	4	1	**13**
		Praia da Barra	2	3	2	3	1	**11**
		Rio Santo Antônio Grande	2	2	3	2	1	**10**
		Igreja Nossa Senhora da Conceição	1	2	2	2	1	**8**
		Engenho S. Salvador do Guindastre	2	1	3	1	1	**8**
		Manifestações Folcloricas (Zabumba, Chegança)	1	1	2	2	1	**7**
PASSO DE CAMARAGIBE	ATRATIVO DE USO ATUAL	Praia de Barra de Camaragibe	3	3	3	3	2	**14**
		Praia de Marcineiro	3	3	3	3	2	**14**
	ATRATIVO DE USO POTENCIAL	Praia dos Morros de Camaragibe	4	1	4	4	1	**14**
		Rio Camaragibe	3	2	3	3	1	**12**
		Praia da Pedra do Cebola	2	2	3	3	1	**11**
		Praia da Ponta da Gamela	2	2	3	3	1	**11**
		Casa Aurélio Buarque de Holanda	2	3	2	3	1	**11**
		Engenho São José do Patrocínio	3	2	3	2	1	**11**
		Engenho Buenos Aires	3	2	3	2	1	**11**
		Casario Colonial	2	3	3	1	1	**10**
		Teatro do Séc. XVI	2	3	3	1	1	**10**
		Igreja de Nossa Senhora da Conceição	1	3	2	2	1	**9**
		Igreja de São José	1	3	2	2	1	**9**
		Igreja São Benedito	1	3	2	2	1	**9**
		Manifestações Folcloricas (Baianas, Caboclinhos, Coco de Roda, Cavalhada, Guerreiro, Pastoril)	1	1	2	2	1	**7**

Tabela 36 – HIERARQUIZAÇÃO DOS ATRATIVOS E RECURSOS TURÍSTICOS POR MUNICÍPIO (Continuação)

CIDADE	TIPO DE ATRATIVO	ATRATIVOS	Abrangencia	Acessibilidade	Singularidade	Conservação ambiental e cultural	Infraestrutura	TOTAL
SÃO LUÍS DO QUITUNDE	ATRATIVO DE USO ATUAL	Não foram identificados	0	0	0	0	0	**0**
	ATRATIVO DE USO POTENCIAL	Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição	1	3	3	2	1	**10**
		Rios e Cachoeiras	2	1	3	3	1	**10**
		Vestígios do Engenho Roncador e Capela	3	2	3	1	1	**10**
		Antigo Armazém de Açucar	1	3	2	1	1	**8**
		Prédio da Escola Estadual	1	3	2	1	1	**8**
		Manifestações Folcloricas (Coco de Roda, Baianas, Guerreiro, Pastoril)	1	1	2	2	1	**7**
MATRIZ DE CAMARAGIBE	ATRATIVO DE USO ATUAL	Não foram identificados	0	0	0	0	0	**0**
	ATRATIVO DE USO POTENCIAL	Rios e Cachoeiras	2	1	3	3	1	**10**
		Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos	1	3	3	2	1	**10**
		Igreja Bom Jesus	1	3	2	2	1	**9**
		Manifestações Folcloricas (Cambindas, Chegança, Guerreiro, Pastoril)	1	1	2	2	1	**7**
SÃO MIGUEL DOS MILAGRES	ATRATIVO DE USO ATUAL	Praia do Riacho	4	3	3	3	2	**15**
		Praia do Toque	4	2	3	4	2	**15**
		Piscinas Naturais	4	2	3	4	1	**14**
		Praia Urbana de São Miguel dos Milagres	4	3	3	3	1	**14**
		Praia de Porto da Rua	4	3	3	3	1	**14**
	ATRATIVO DE USO POTENCIAL	Manguezais	4	1	3	3	1	**12**
		Rio Tatuamunha	3	2	3	3	1	**12**
		Fonte Milagrosa	3	3	3	1	1	**11**
		Engenhos de Cana e Casas–Grandes	3	2	3	2	1	**11**
		Mirante do Alto do Cruzeiro	3	2	3	1	1	**10**
		Igreja Nossa Senhora Mãe do Povo	1	3	2	2	1	**9**

Tabela 36 – HIERARQUIZAÇÃO DOS ATRATIVOS E RECURSOS TURÍSTICOS POR MUNICÍPIO (Continuação)

CIDADE	TIPO DE ATRATIVO	ATRATIVOS	Abrangencia	Acessibilidade	Singularidade	Conservação ambiental e cultural	Infraestrutura	TOTAL
PORTO DE PEDRAS	ATRATIVO DE USO ATUAL	Peixe–Boi	4	4	4	4	4	**20**
		Praia de Tatuamunha	4	3	3	3	1	**14**
		Praia de Lages	4	3	3	3	1	**14**
		Praia do Patacho	4	3	3	3	1	**14**
		Praia de Porto de Pedras	4	3	3	3	1	**14**
		Rio Tatuamunha	3	2	3	3	1	**12**
		Farol de Porto de Pedras	3	2	3	1	1	**10**
	ATRATIVO DE USO POTENCIAL	Praia da Crôa do Tubarão	4	3	3	3	1	**14**
		Piscinas Naturais	4	1	3	4	1	**13**
		Rio Manguaba	3	2	3	3	1	**12**
		Naufrágios	3	1	3	3	1	**11**
		Cadeia–Forte	3	3	3	1	1	**11**
		Engenhos de Cana e Casas–Grandes	3	2	3	2	1	**11**
		Travessia do Rio Manguaba de Barco ou Balsa	3	1	3	3	1	**11**
		Outeiro do Farol	3	2	3	1	1	**10**
		Casas de Farinha	3	1	3	1	1	**9**
		Festival do Coco	1	3	2	2	1	**9**
		Igreja de São Gonçalo do Amarante	1	3	2	2	1	**9**
		Igreja Nossa Senhora do Livramento	1	3	2	2	1	**9**
		Igreja Matriz de Nossa Senhora da Glória	1	3	2	2	1	**9**
		Manifestações Folcloricas (Cambindas, Chegança, Guerreiro, Pastoril)	1	1	2	2	1	**7**

Tabela 36 – HIERARQUIZAÇÃO DOS ATRATIVOS E RECURSOS TURÍSTICOS POR MUNICÍPIO (Continuação)

CIDADE	TIPO DE ATRATIVO	ATRATIVOS	Abrangencia	Acessibilidade	Singularidade	Conservação ambiental e cultural	Infraestrutura	TOTAL
PORTO CALVO	ATRATIVO DE USO ATUAL	Não foram identificados	0	0	0	0	0	**0**
	ATRATIVO DE USO POTENCIAL	Igreja Matriz de Nossa Senhora da Apresentação	3	3	3	2	1	**12**
		Rio Manguaba	3	2	3	3	1	**12**
		Casa de Cultura	2	3	2	3	1	**11**
		Ruínas do Engenho Escurial	3	2	3	1	1	**10**
		Alto da Forca	3	1	2	1	1	**8**
		Manifestações Folcloricas (A Burrinha, Cambindas, Coco de Roda, Dança do Boi, Pastoril, Quadrilha)	1	1	2	2	1	**7**
JAPARATINGA	ATRATIVO DE USO ATUAL	Praia de Japaratinga	4	4	3	3	3	**17**
		Praia de Bitingui	4	4	3	3	3	**17**
		Praia de Barreiras do Boqueirão	4	4	3	3	3	**17**
		Praia do Boqueirão	4	4	3	3	3	**17**
		Praia do Pontal do Boqueirão	4	4	3	3	2	**16**
		Bicas das Barreiras do Boqueirão	3	4	2	2	2	**13**
		Mirante da Pousada dos Coqueirais	3	2	3	3	1	**12**
	ATRATIVO DE USO POTENCIAL	Piscinas Naturais	4	4	3	4	4	**19**
		Falésias / Barreiras	4	4	3	3	1	**15**
		Casario típico dos povoados	4	3	3	3	1	**14**
		Rio Manguaba	3	2	3	3	1	**12**
		Mirante de Barreiras do Boqueirão	3	3	3	1	1	**11**
		Coqueiral	4	0	3	3	1	**11**
		Artesanato em palha, cipó e tronco de coqueiro	2	3	2	3	1	**11**
		Ruinas da Igreja de Barreiras do Boqueirão	3	2	3	1	1	**10**
		Pesca Artesanal	3	1	3	2	1	**10**
		Igreja de Santa Lúzia	1	3	2	2	1	**9**
		Igreja Matriz de Nossa Senhora das Candeias	1	3	2	2	1	**9**
		Casas de Farinha	3	1	3	1	1	**9**
		Manifestações Folcloricas (Baianas, Caboclinhos, Dança da Peneira, Guerreiro, Pastoril)	1	1	2	2	1	**7**
MARAGOGI	ATRATIVO DE USO ATUAL	Piscinas Naturais de São Bento	4	4	3	4	4	**19**
		Piscinas Naturais de Taocas	4	4	3	4	4	**19**
		Praia de São Bento	4	4	3	3	3	**17**
		Praia de Peroba	4	4	3	3	2	**16**
		Praia de Ponta de Mangue	4	4	3	3	2	**16**
		Praia de Bugalhau	4	4	3	3	2	**16**
		Praia de Maragogi	4	4	3	2	3	**16**
		Praia de Camacho	4	4	3	3	2	**16**
		Galés de Maragogi	4	4	3	1	4	**16**
		Fazenda Engenho Marrecas	4	3	3	3	3	**16**
		Trilha do Visgueiro	3	2	3	3	2	**13**
		Manifestações Folcloricas (Bumba–Meu–Boi)	2	3	3	3	1	**12**
		Povoado de Barra Grande	2	3	2	3	1	**11**
	ATRATIVO DE USO POTENCIAL	Praia de Xeréu	4	4	3	3	1	**15**
		Praia do Dourado	4	4	3	3	1	**15**
		Praia dos Antunes	4	4	3	3	1	**15**
		Remanescentes dos Engenhos: Genipapo, Cachoeira, Papagaio	3	2	3	1	1	**10**
		Ruínas do Mosteiro Beneditino	3	2	3	1	1	**10**
		Igreja Matriz de Santo Antônio	1	3	2	2	1	**9**
		Manifestações Folcloricas (Chegança, Pastoril, Samba do Mulato)	1	1	2	2	1	**7**

(Autoria: Lyra, P – 2010)

É igualmente relevante entender os atrativos que já fazem parte de um portfólio de produtos turísticos que já se encontram em fase comercial. Uma análise aprofundada deste conjunto de serviços será conduzida a fim de identificar possíveis gargalos ou necessidades de melhorias na formatação, a fim de garantir maior competitividade regional. Assim sendo, uma relação dos principais produtos turísticos que são atualmente comercializados em Alagoas foi destacada conforme o Quadro a seguir:

Tabela 37 – PRINCIPAIS PRODUTOS TURÍSTICOS COMERCIALIZADOS X SEGMENTOS TURÍSTICOS

PRINCIPAIS PRODUTOS TURÍSTICOS COMERCIALIZADOS NO PÓLO COSTA DOS CORAIS			
PRODUTOS	**DESCRITIVO**	**MUNICÍPIO**	**SEGMENTO**
PEIXE BOI NO RIO TATUAMUNHA	Chegada no município de Porto de Pedras para visitação ao Peixe–boi encontrado na região, mas especificamente no Rio Tatuamunha, um dos mais importantes rios que banham o município, onde o passeio é feitos em jangadas. São famosos seus passeios ao entardecer, guiados por barqueiros locais, podendo observar com um pouco de sorte, além da maravilhosa natureza, os fantásticos peixes–bois, que são os animais mais famosos de toda a região e que podem ser vistos por toda esta zona.	Porto de Pedras	Ecoturismo
OFF – ROAD NA PRAIA DE CARRO QUEBRADO	Chegada ao município de Barra de Santo Antônio e travessia para a ilha da crôa, onde veículos off road 4x4 estarão esperando os visitantes para um magnífico passeio pela praia de Carro Quebrado até a praia dos Morros onde as falésias de areias coloridas desembocam a beira de um mar azul turqueza.	Barra de Santo Antônio	Aventura
MERGULHO NAS GALÉS DE MARAGOGI	Indicado para quem nunca mergulhou ou tem pouca experiência, pois em todo percurso, que tem a duração de 30 minutos, os instrutores de mergulho conduzem os clientes. Antes é feito um pré–mergulho para possibilitar a adaptação aos equipamentos. O pré–mergulho é gratuito e é registrado com fotos caso haja o interesse dos clientes	Maragogi	Aventura
PASSEIO DE BUGGY NAS PRAIAS DE MARAGOGI.	Maragogi possui 26km de orla marítima com lindas praias de águas mornas e cristalinas, costados por vastos coqueirais são sete praias ao norte e já adentrando o município de Japaratinga mais sete praias ao sul, pode–se contemplar tamanha beleza em um passeio de Buggy com paradas em bancos de areia e pequenas piscinas naturais, o percurso é feito 90% pelas praias, sendo que na maré baixa com o mar recuado quase 800 metros pode–se ir muito próximo aos arrecifes de corais. Incluído serviço de motorista/Guia.	Maragogi	Aventura
PISCINA NATURAL DE PARIPUEIRA	O município faz parte da APA COSTA DOS CORAIS e tem um parque municipal marinho como o primeiro do Brasil. É também área de preservação do peixe–boi e onde pode ser encontrada a segunda maior concentração de piscinas naturais e banco de corais do mundo. No local, os visitantes poderão desfrutar da estrutura do restaurante Mar & Cia com diversas opções de iguarias regionais. Em apenas quinze minutos se chega às piscinas, onde a palavra de ordem é curtir a natureza. Snorkels e pés–de–pato são postos à disposição do turista que quiser mergulhar para ver de perto a biologia marinha e os cardumes de peixes muito coloridos que nadam junto aos visitantes. A interação com a natureza encanta adultos e crianças.	Paripueira	Sol e Praia

Tabela 37 – PRINCIPAIS PRODUTOS TURÍSTICOS COMERCIALIZADOS X SEGMENTOS TURÍSTICOS (Continuação)

PRINCIPAIS PRODUTOS TURÍSTICOS COMERCIALIZADOS NO PÓLO COSTA DOS CORAIS			
PRODUTOS	**DESCRITIVO**	**MUNICÍPIO**	**SEGMENTO**
HOTEL FAZENDA MARRECAS	Hotel–fazenda Marrecas é composto pelo casarão do século 18 e dois blocos de suítes e apartamentos, sendo um na colina e outro ao nível do vale, onde também estão restaurante, bar, piscina, sala de ginástica, salão de jogos e espaço para eventos, além de uma capela. Ao lado do casarão, as ruínas parciais da antiga senzala sofreram um longo e detalhado processo de restauração ganhando um pavimento e dando lugar a suítes e apartamentos com todo o conforto da vida moderna, mantida a arquitetura da época onde se destaca a eira e beira de telhas originais. A rica culinária rural é destaque no agradável Restaurante do Lago, onde são servidos excelentes pratos da cozinha típica local. O farto café da manhã servido no restaurante ou ao ar livre, caso assim prefira o hóspede, é outro prazer proporcionado pela simplicidade e informalidade que caracterizam a região.	Maragogi	Rural
GALÉS/MARAGOGI	Saindo de Maceió com destino a Maragogi a 130 km da capital Alagoana, inserido na região da Costa dos Corais com sua exuberante praia de águas mornas e cristalinas, cenário de extraordinária beleza. Destacando–se pelas fantásticas e famosas Galés (nome devido às antigas embarcações ali naufragadas) que ficam a 6 km da costa e com um incrível ecossistema formado por aquários naturais em meio a recifes de corais, local tentadoramente apropriado para amantes da prática de Snorkel e Scuba Dive, pois suas águas transparentes facilitam a visibilidade. A grande concentração marinha formado por corais de diferentes espécies moluscos, crustáceos, algas e peixes, convida os visitantes a um inesquecível mergulho.	Maragogi	Sol e Praia
TRILHA DO VISGUEIRO NA MATA ATLÂNTICA.	A trilha do Visgueiro nos transporta ao imaginário de um Brasil ainda a ser descoberto, neste passeio se conhece uma autêntica casa de taipa feita de barro, pessoas de vida simples, se desfruta de frutas tropicais da estação, além de banhos em pequenas cachoeiras de água pura e cristalina. Durante aproximadamente 02 horas de caminhada, descobre–se os mistérios da mata atlântica, árvores de pequeno, médio e grande porte, esculturas de cipós, até chegar ao momento mais sublime do passeio, o Gran Visgueiro, o mais imponente de todos, com aproximadamente meio milênio de vida.	Maragogi	Aventura
MERGULHO NAS PISCINAS NATURAIS DE SÃO MIGUEL DOS MILAGRES.	Os visitantes encontram neste litoral, localizado na Costa dos Corais, o lugar ideal para descansar em suas merecidas férias, com belas praias de areia fina, águas tranquilas e cristalinas, especialmente indicadas para o banho e a prática de esportes náuticos, destacando o mergulho pela quantidade de fauna marinha que habita nas numerosas piscinas naturais que se encontram repartidas por toda a costa.	São Miguel dos Milagres	Aventura

Tabela 37 – PRINCIPAIS PRODUTOS TURÍSTICOS COMERCIALIZADOS X SEGMENTOS TURÍSTICOS (Continuação)

PRINCIPAIS PRODUTOS TURÍSTICOS COMERCIALIZADOS NO PÓLO COSTA DOS CORAIS			
PRODUTOS	**DESCRITIVO**	**MUNICÍPIO**	**SEGMENTO**
SOL E CHARME	Os segredos desta região começam pelos encantos de seus atrativos naturais, a cultura da gastronomia, o artesanato rico desta região que vai da fibra da bananeira até objetos moldados do tronco de coqueiros, são atrações à parte. O roteiro de charme contempla tudo isso e oferece dentro deste contexto a oferta de pequenos meios de hospedagem luxuosos, com particularidades impares, que tornam a experiência da visitação ao lugar inesquecível. São equipamentos com alto nível de qualidade e conforto.	Maceió, São Miguel dos Milagres, Passo de Camaragibe, Porto de Pedras e Japaratinga	Sol e Praia
MERGULHO SEQUIPE E DRAGUINHA	Prática de mergulho com cilindro de oxigênio nos naufrágios de Sequipe ou Draguinha com opção de "batismo" e orientações com profissionais altamente capacitados. Nesta experiência o visitante irá se deslumbrar com a riqueza da fauna marinha que habitam os restos das embarcações em profundidade.	Maceió	Aventura
***DAY USE* DE CHARME NA PRAIA DE IPIOCA.**	Localizados na praia de Ipioca, litoral norte de Maceió, quase divisa com o município de Paripueira, a região oferece algumas boas opções de restaurantes e bar de praia com estruturas aconchegantes, para desfrutar de um belo dia de sol, no cardápio oferece variedade de pratos com frutos do mar, carnes e aves em receitas sofisticadas e criativas.	Maceió	Sol e Praia
PISCINAS NATURAIS DA PRAIA DE PAJUÇARA	As Piscinas Naturais da Praia de Pajuçara tem capacidade para 500 pessoas, existem na Orla 142 jangadas que fazem diariamente o passeio, cada jangada comporta de 4 a 6 pessoas, a travessia entre a praia e os recifes que se localizam a cerca de 2km da costa dura cerca de 20 minutos, passeio em jangadas na maré baixa, com estrutura para mergulho e bar flutuante no meio do mar.	Maceió	Sol e Praia
LUA DE MEL	O artesanato de Maceió tem destaque na qualidade e diversidade das rendas. No bairro de Pontal da Barra, são encontrados diversos artesãos, sentados em suas calçadas, produzindo as belas rendas como o filé – um verdadeiro festival de compras. Na praia de Pajuçara outros pontos de artesanato são encontrados como a Feirinha da Pajuçara e o Pavilhão do Artesanato.	Maceió	Sol e Praia

Tabela 37 – PRINCIPAIS PRODUTOS TURÍSTICOS COMERCIALIZADOS X SEGMENTOS TURÍSTICOS (Continuação)

PRINCIPAIS PRODUTOS TURÍSTICOS COMERCIALIZADOS NO PÓLO COSTA DOS CORAIS			
PRODUTOS	**DESCRITIVO**	**MUNICÍPIO**	**SEGMENTO**
CITY TOUR – MACEIÓ	Passeio panorâmico percorrendo os principais pontos turísticos de Maceió: o tradicional bairro de Jaraguá, patrimônio histórico e cultural de grande importância para desenvolvimento econômico da cidade, passando pelo Museu da Imagem e do Som, Associação Comercial de Maceió, Praça Marsílio Dias, ingressando ao centro da Cidade pela Rua do Imperador, Praça Visconde de Sinimbú, Praça Dom Pedro II, Assembléia Legislativa, Catedral Metropolitana Nossa Senhora dos Prazeres, com breve parada no antigo morro da Jacutinga, atual mirante de São Gonçalo do Amarante, onde também se localizava a capela com o mesmo nome. Em continuação, observando a Praça Floriano, a Igreja Bom Jesus dos Martírios, Palácio do Governo, Teatro Deodoro, Academia Alagoana de Letras, Pontal da Barra onde se pode apreciar o trabalho das famosas rendeiras e parada na Praia de Pajuçara para almoço com passeio opcional de Catamarã pela orla urbana de Maceió dentre outros atrativos, incluindo visita para compras ao centro de artesanato local.	Maceió	Cultural
GRUPO UNIÃO ESPÍRITA SANTA BÁRBARA GUESB.	Visitação ao grupo União Espírita Santa Bárbara, verdadeiro centro de representação da cultura afro–brasileira, com apresentações de danças tradicionais, degustação das comidas típicas, artesanato, conhecer o corredor informativo onde o turista tem acesso às informações dos orixás, peças de estátuas e fotos da cultura afro brasileira, casa de farinha e a cultura dos pretos velhos. Alem do projeto social desenvolvido por aquele grupo, para inclusão de jovens e crianças através de oficinas de pintura, produção de roupas com a temática da cultura afro.	Maceió	Étnico
PISCINAS DA PRAIA DA SEREIA	A Praia da Sereia ou do Mirante da Sereia é chamada assim porque tem uma escultura com a figura mítica em plena praia. Do mirante, tem–se uma visão panorâmica do lugar constituído de coqueiral, pedras e mar calmo que, na maré baixa, deixa visíveis as famosas piscinas de corais. Na orla, barracas simples vendem petiscos para os visitantes e locais, também possui oferta de aluguel de bóias e caiaques.	Maceió	Sol e Praia

(Autoria: Lyra, P – 2010)

8. ACESSIBILIDADE E CONECTIVIDADE

8.1. Estradas e Acessos

O Pólo Costa dos Corais fica entre os Estados de Alagoas e Pernambuco e tem suas capitais, Maceió e Recife respectivamente, como os principais núcleos indutores de turistas através de seus aeroportos.

Por meio de rodovias, a partir dessas cidades, chega–se ao Pólo, partindo de Maceió. As rodovias são: AL 101 Norte de Maceió até o município de Barra de Santo Antônio, AL 413 de Barra de Santo Antônio até São Luiz do Quitunde, AL 105 de São Luiz do Quitunde até Porto Calvo, AL 465 de Porto Calvo até Maragogi, AL 435 de São Luiz de Quitunde até Passo de Camaragibe e novamente a AL 101 Norte de Passo de Camaragibe até Porto de Pedras. Partindo de Recife, tomando a BR–101 Sul, depois a PE–60 até divisa PE/AL.

Estas rodovias se configuram como as principais artérias de ligação e encontram–se em estado de conservação regular, porém deficientes em termos de sinalização horizontal e vertical, que muitas vezes, encontra–se encoberta por vegetação, quando não estão ilegíveis.

No que diz respeito às estradas que fazem a ligação para os municípios da “Rota Ecológica” estão em precaríssima situação, com seu pavimento danificado e incipiente em termos de sinalização vertical.

Figura 64 – Vista da placa indicativa e Figura 65 – Acesso a uma das pousadas
(Autoria: Bandeira, R. 2010)

A AL–101 Norte, apesar de ser de fundamental importância para o acesso a esses municípios, é uma via de mão–dupla, repleta de quebra–molas, sem acostamento, em boa parte de sua extensão, o que faz com que, hoje, vários veículos parem nas laterais das artérias, dificultando sobremaneira o trânsito e na qual ocorrem constantes congestionamentos, principalmente nos períodos de verão, carnaval e feriados. O surgimento de vários condomínios residenciais voltados para esta via, tem agravado esse problema que acontece, com maior freqüência, nos trechos dos municípios de Maceió e Paripueira.

Figura 66 – Vista de um dos quebra–mola e Figura 67 – Vista de trecho da AL–101N – 2010
(Autoria: Benamor, C. 2010)

As vias que fazem a interligação da referida AL com outras cidades em estudo têm a mesma característica.

Não se dispõe ainda de nenhuma estrutura aeroviária, ferroviária nem marítima de acesso à região (com exceção de Maceió), sendo possível apenas chegar, por meio de transportes terrestres (ônibus, vans e automóveis).

Percebem–se também indícios de outrora intervenções com implantação de outras rodovias (Estrada Parque – prevista no Prodetur I) que se encontram atualmente inacabadas e já, parcialmente destruídas pela ação de tempo.

Figura 68 – Estrada com trechos danificados e Figura 69 – Trecho de estrada secundária
(Autoria: Benamor, C. 2010)

Em Maceió, já se observa uma preocupação maior com relação ao fato, o que fez com que várias ruas dos bairros mais nobres, alterassem o sentido das mãos, e houvesse o disciplinamento para o estacionamento de veículos, entretanto, há casos, como a Praia de Jacarecica, onde as artérias não têm continuação em função de projetos de loteamentos outrora aprovados, com partidos urbanísticos que até hoje não se integram à cidade.

Figura 70 – Orla da Praia de Jacarecica e Figura 71 – Orla da Praia de Jacarecica
(Autoria: Benamor, C. 2010)

As vias locais são pavimentadas, em grande parte das cidades, em paralelo ou em asfalto, entretanto, é fácil se deparar, na própria "Rota Ecológica", com diversos acessos aos equipamentos turísticos sem nenhum tipo de revestimento.

Os ônibus de turismo, de grande porte, enfrentam grande dificuldade em transitar e isto se deve ao traçado das vias que são estreitas, inviabilizando muitas vezes o trânsito de veículos desse porte ou provocando o congestionamento nessas áreas urbanas, fato este também observado em Maceió.

Figura 72 – Vista do ônibus transitando na área urbana de Passo do Camaragibe
(Autoria: Bandeira, R. 2010)

O acesso às praias é escasso, haja vista grandes propriedades particulares e, quando existem, se dá, muitas das vezes, unicamente a pé, visto suas ínfimas dimensões. No Código de Edificações e Urbanismo de Maceió, entretanto, já consta à obrigatoriedade quanto à abertura de acesso à praia, disciplinando distâncias mínimas tanto para acesso de pedestres, quanto para veículos.

Figura 73 – Acesso à Praia em Paripueira e Figura 74 – Acesso à Praia em Tabuba
(Autoria: Benamor, C. 2010)

Sabe–se de modo geral que, para que o turismo possa vir a ser um produto forte, é importante fortalecer a malha aérea regional, investir na melhoria das rodovias inclusive promovendo a duplicação da AL–101 Norte.

8.2. Sinalização

Nos núcleos urbanos, com exceção de Maceió, não existe nenhum disciplinamento relativo à sinalização, desprovendo as cidades desse importante serviço, não só com relação à indicação dos equipamentos e prédios públicos como também às relativas ao trânsito e ao turismo. Percebe–se que o que existe, foi implantado, possivelmente, pelo trade turístico, ou seja, pela necessidade comercial dos interessados (bares, restaurantes, pousadas) sem obedecer a nenhum critério técnico.

Figura 75 – Placa de informação turística e Figura 76 – Placas sem disciplinamento
(Autoria: Benamor, C. 2010)

Essa pouca sinalização de trânsito – tanto vertical, como horizontal, também contribui, como já citado anteriormente, para ocasionar um trânsito desordenado, uma vez que as paradas dos veículos ocorrem em qualquer lugar e de qualquer forma, agravado pelo fato de não ter sido observado nas cidades, nesse primeiro momento, qualquer tipo de policiamento de trânsito.

Ainda no tocante a sinalização, contata–se que a turística de indicação dos atrativos naturais e culturais, e de serviços, existentes no Pólo estão em péssimo estado de conservação e apresentam–se fora dos padrões estabelecidos pelo Guia Brasileiro de Sinalização Turística do MTUR, IPHAN, CONTRAN e DENATRAN.

8.3. Comunicação

O desenvolvimento das telecomunicações nas cidades normalmente provoca mudanças na sua organização e na ocupação do solo.

Na realidade, o desenvolvimento das telecomunicações não significa que os deslocamentos físicos irão diminuir, mas tem a propriedade de reduzir o custo de um grande número de transações e de trocas de informações que contribuem para a expansão de atividades de diversos segmentos.

Nos municípios objeto desse estudo, o sistema de telefonia móvel funciona com alguma deficiência, dependendo da localidade em que se encontra. Há distribuição. Mais uma vez, deve–se excetuar Maceió, pois a cidade conta com serviços de comunicação de bom nível de qualidade.

Com relação aos chamados orelhões, percebe–se que são distribuídos de forma acanhada e instalados muitas vezes, de forma questionável.

É grande o número de antenas parabólicas espalhadas pelas diversas localidades, com exceção da capital do estado. Em linhas gerais a antena parabólica funciona como um meio de recepção de diversos tipos de informações e tem como finalidade a recepção dos canais de TV que as repetidoras não conseguem alcançar.

9. NÍVEL DE USO ATUAL OU POTENCIAL

Dentre as regiões turísticas do estado, a Costa dos Corais é uma das que mais está sujeita a sucessivos aumentos da pressão turística ao longo dos anos, principalmente no que diz respeito a suas características naturais e fragilidade do meio ambiente. Muitas áreas de praia e dos estuários, incluindo os ecossistemas lagunares e os manguezais, encontram–se afetadas pela ocupação desordenada e sem planejamento, com a implantação de novos loteamentos, residências de veraneio, pousadas e hotéis, intensificando os impactos ambientais e causando sérios problemas aos ecossistemas costeiros.

Os impactos mais preocupantes estão vinculados justamente à utilização da característica natural que deu nome ao pólo turístico: Os recifes de coral, presentes em praticamente toda a costa do litoral norte, é o ecossistema mais explorado pela atividade turística ocorrendo predominantemente nas áreas conhecidas como piscinas naturais e galés. Historicamente, o crescente número de turistas, o lixo deixado, a coleta de espécies, óleos de embarcações, o lançamento de âncoras, o pisoteio sobre os recifes, e o uso inadequado e sem orientação de equipamentos de mergulho, vem impactando diretamente a biodiversidade recifal, especialmente no verão, período de alta temporada do pólo. Entre as áreas mais afetadas estão à piscina natural de Pajuçara, em Maceió, os recifes de Paripueira e de São Miguel dos Milagres, além das galés de Maragogi, municípios que estão inseridos na Área de Proteção Ambiental Costa dos corais, criada em 1997 (Figura 77).

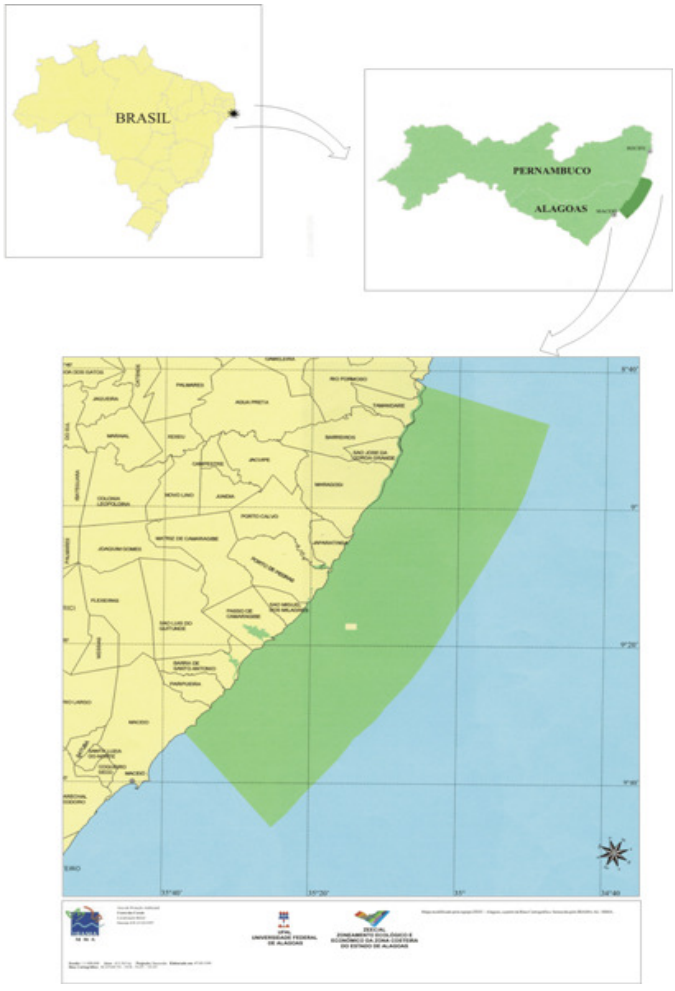


Figura 77 – APA Costa dos Corais
(Fonte: ZEEC/AL, 2009)

A atividade turística no pólo, no entanto, não é recente, e estes impactos já foram objeto de debates constantes resultando em intervenções públicas nas esferas municipais, estaduais e federais, estimulando os atores locais a se mobilizarem para ações conjuntas de melhores práticas na exploração dos ecossistemas. O caso mais conhecido é o das galés de Maragogi, onde catamarãs, lanchas e embarcações diversas, lotavam diariamente as piscinas naturais com visitantes desinformados, e sem qualquer tipo de fiscalização, o que quase levou a interdição da área de proteção pelo Ministério Público Federal em 2009.

A solução encontrada foi a de estabelecer critérios de comercialização de adoção voluntária por parte dos empresários locais, onde entre outras exigências, o tipo de embarcação, número de visitantes, guias especializados e capacidade de carga foram definidos. Além disso, a Secretaria de Turismo do município em parceria com associações de empresários regionais deram início a uma campanha promocional divulgando outras áreas de recifes que podem ser exploradas, a exemplo das piscinas naturais de Taoca e de São Bento, aliviando, portanto as tensões de fluxo das galés (Figura 78).

Figura 78 – Embarcações e Turistas nas Galés de Maragogi
(Fonte: acervo SETUR/AL. 2005)

Medidas similares vêm sendo adotadas por municípios de características naturais semelhantes. A prefeitura de Maceió promoveu capacitações específicas aos jangadeiros que fazem o passeio das piscinas naturais de Pajuçara e tem realizados intensa fiscalização quanto à comercialização de produtos, alimentos e bebidas no local. A Associação de Pousadas da Rota Ecológica que representa os empresários dos municípios de Porto de Pedras, São Miguel dos Milagres e Passo de Camaragibe, vem unindo esforços para que a comercialização de seus atrativos naturais não aconteça de forma degradante e desordenada.

Outro problema comum ao pólo é a ocupação urbana desordenada das regiões próximas à linha costeira onde condomínios, loteamentos, bares, restaurantes e construções irregulares e sem licenciamento vêm se instalando na região. Tendo em vista esta problemática, o Estado de Alagoas elaborou em 2010 o projeto de lei para o zoneamento turístico que busca criar instrumentos de proteção e ordenamento da ocupação territorial para cada município, indicando tipologias de empreendimento hoteleiro e imobiliário, e delimitando Áreas Especiais de Interesse Turístico – AITS, que por sua vez, tem como finalidade a proteção das porções territoriais com alto potencial turístico e imobiliário, a fim de compatibilizar o desenvolvimento turístico com a conservação do meio ambiente e o equilíbrio ecológico da região.

Indubitável, contudo é o potencial turístico da região, face aos seus encantos naturais, devendo apenas, planejarem–se intervenções inteligentes e associadas para atingir–se o grau de excelência perseguido, cada dia mais, pelo exigente mercado turístico.

9.1. Fragilidades

A fragilidade de algumas áreas é evidente e as mesmas correm riscos de uma rápida degradação, caso não existam ações integradas, preventivas e corretivas, formuladas através de um planejamento que busque a sustentabilidade nos aspectos ambientais, culturais e econômicos.

Em trabalho realizado em 2003, pesquisadores da UFAL[70] constataram que a situação da zona costeira alagoana, em quase toda sua extensão, apresenta uma vulnerabilidade ambiental acentuada, situação agravada por uma economia ainda fortemente dependente de atividades que causam impactos ambientais, diretos e indiretos. Muitos destes impactos vêm acarretando degradação ambiental, que afetam ao mesmo tempo diferentes ecossistemas costeiros. As informações a seguir, são decorrentes do estudo citado.

Entre as atividades antrópicas desenvolvidas ao longo de décadas no litoral alagoano estão a agroindústria canavieira e a pecuária extensiva. Estas atividades, em geral, basearam–se em práticas inadequadas de manejo, como o corte de mata em áreas de preservação permanente e o lançamento de efluentes sem tratamento nos corpos de água como rios, lagoas, lagunas e estuários.

Na região oceânica a pesca tradicional é uma atividade de grande importância social para a região, porém a produção pesqueira vem decrescendo por falta de uma política de apoio e de incentivo à comercialização, além da proteção contra a pesca predatória. A prática deste pode ser considerada como uma das mais impactantes atualmente nas áreas costeiras, principalmente com relação a sobrepesca e a pesca em áreas de procriação, mesmo durante os períodos de defeso. Os pesquisadores puderam constatar que os arrastos de camarão realizados ao longo da costa alagoana vêm ao longo dos anos apresentando redução na produção comercial.

Outra atividade exploratória de difícil quantificação e controle é aquela praticada por muitas famílias ribeirinhas, que vivem da extração de diferentes recursos naturais, entre estes os moluscos como o polvo e os bivalves, como o sururu, a ostra, o maçunim e a unha–de–velho. Além destes também são exploradas várias espécies de crustáceos, como caranguejos e a lagosta. Todas estas espécies, somadas a muitas outras de peixes estuarinos e marinhos, estão sendo exploradas sem controle, e somado aos impactos decorrentes dos fatores de poluição, vem acarretando a redução dos estoques naturais em várias regiões estuarinas e recifais.

[70]Correia, M. D. (coord.) 2003 - *Projeto de Zoneamento Ecológico-Econômico e Plano Estadual de Gestão e Desenvolvimento Sustentável da Zona Costeira do Estado de Alagoas (ZEECAL).* 230 p., Universidade Federal de Alagoas / Fundação Universitária de Desenvolvimento, de Pesquisa e Extensão, apoio financeiro Ministério de Integração Nacional / Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Maceió, AL, Brasil

10. CONDIÇÕES FÍSICAS E SERVIÇOS BÁSICOS

10.1. Sistema de Abastecimento de água

Dos onze municípios que compõem o Pólo Costa dos Corais, sete deles são atendidos pelos serviços da Companhia de Saneamento de Alagoas – CASAL: Japaratinga, Maragogi, Matriz de Camaragibe, Paripueira, Passo de Camaragibe, Porto de Pedras e Maceió. O sistema de abastecimento de água dos municípios de São Luís do Quitunde, Porto Calvo, São Miguel dos Milagres e Barra de Santo Antônio são administrados pelas Prefeituras. Ressalte–se que alguns povoados (zona rural) de Maragogi (Povoado de São Bento) e Japaratinga (Boqueirão e Bitigui) e a parte alta de Paripueira são atendidos com sistemas de abastecimento de água da própria Prefeitura.

Embora o nível de atendimento de água na área de planejamento tenha melhorado nos últimos anos, ainda assim é evidente a necessidade de ampliação dos serviços. Abaixo fotos dos escritórios das empresas de serviços e Tabela 38 com dados sobre a população e índice de cobertura.

Figura 79 – SAAE – Barra de Santo Antônio
(Autoria: Bandeira, R. 2010)

Tabela 38 – POPULAÇÃO E ÍNDICE DE COBERTURA COM ABASTECIMENTO DE ÁGUA NOS MUNICÍPIOS DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO		Nº DE DOMICÍLIOS		TX. OCUPAÇÃO		Nº ECON. RESID. ATIVAS		POPULAÇÃO ATENDIDA		ÍNDICE DE COBERTURA	
	URBANA	RURAL	URBANA	RURAL	URBANA	RURAL	URBANA	RURAL	URBANA	RURAL	URBANA	RURAL
JAPARATINGA	3.226	4.120	836	1.068	3,86	3,86	390	408	1.505	1.574	**46,65**	**38,20**
MACEIÓ	926.816	721	269.349	220	3,44	3,28	153.631	165	766.282	541	**82,68**	**75,00**
MARAGOGÍ	18.550	8.325	4.539	2.235	4,09	3,72	3.258	1.984	13.315	7.390	**71,78**	**88,77**
MATRIZ DE CAMARAGIBE	20.870	4.622	4.969	1.070	4,20	4,32	2.994	0	12.575	0	**60,25**	**0,00**
PARIPUEIRA	11.683	913	2.921	233	4,00	3,92	2.837	0	11.348	0	**97,13**	**0,00**
PASSO DE CAMARAGIBE	7.259	5.245	1.973	1.097	3,68	4,78	1.641	0	6.038	0	**83,17**	**0,00**
PORTO DE PEDRA	5.512	4.451	1.417	1.112	3,89	4,00	905	0	3.520	0	**63,87**	**0,00**
Total	**1.013.368**	**33.643**	**291.724**	**8.389**	**31**	**32**	**165.656**	**2.557**	**814.582**	**9.505**		

Fonte: CASAL, 2010
* População estimada – IBGE 2009

10.2. Sistema de Esgotamento Sanitário

Nos últimos anos observa–se um avanço no percentual de atendimento da população com rede coletora de esgoto sanitário nos municípios de Maceió e Maragogi, os quais passaram de 25% para 31,86% e de 6% para 85,79%, respectivamente. Mesmo com esse avanço a situação ainda é bastante preocupante, pois o baixíssimo índice de implantação de rede de esgotos pode acarretar a inviabilidade do desenvolvimento do turismo na área de planejamento. O nível de atendimento total da área é muito baixo, apenas Maceió e Maragogi têm rede de esgotamento sanitário implantado. Por serem obras de elevado custo financeiro, exige forte presença do Estado e da União para elaborar e executar Programas objetivando implantação, ampliação, tratamento e melhorias do sistema de esgotamento sanitário já existente.

Considerando a vocação turística das cidades do Pólo Costa dos Corais induzida por suas principais atrações naturais, as praias, torna–se imperativo e urgente investimentos financeiros visando a ampliação do sistema de esgotamento sanitário, como única maneira de reduzir ou até mesmo acabar com a poluição de suas praias e rios.

Figura 80 – Escritório da CASAL – Passo de Camaragibe
(Autoria: Bandeira, R. 2010)

Foram detectados, em vários municípios, inúmeros bairros sem dotação de rede coletora de esgoto, promovendo seu descarte no leito das ruas, através das linhas d,água.

Figura 81 e Figura 82 – Esgotos a céu aberto em diversas áreas dos núcleos
(Autoria: Bandeira, R. 2010)

Tabela 39 – POPULAÇÃO E ÍNDICE DE COBERTURA COM ESGOTAMENTO SANITÁRIO NOS MUNICÍPIOS DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO*		Nº DE DOMICÍLIOS		TX. OCUPAÇÃO		Nº ECON. RESID. ATIVAS		POPULAÇÃO ATENDIDA		ÍNDICE DE COBERTURA	
	URBANA	RURAL	URBANA	RURAL	URBANA	RURAL	URBANA	RURAL	URBANA	RURAL	URBANA	RURAL
MATRIZ DE CAMARAGIBE	20.870	4.622	4.969	1.070	4,20	4,32	0	0	0	0	**0,00**	**0,00**
PARIPUEIRA	11.683	913	2.921	233	4,00	3,92	0	0	0	0	**0,00**	**0,00**
MARAGOGÍ	18.550	8.325	4.539	2.235	4,09	3,72	417	1712	1.704	6.377	**9,19**	**76,60**
JAPARATINGA	3.226	4.120	836	1.068	3,86	3,86	0	0	0	0	**0,00**	**0,00**
PORTO DE PEDRA	5.512	4.451	1.417	1.112	3,89	4,00	0	0	0	0	**0,00**	**0,00**
PASSO DE CAMARAGIBE	7.259	5.245	1.973	1.097	3,68	4,78	0	0	0	0	**0,00**	**0,00**
MACEIÓ	926.816	721	269.349	220	3,44	3,28	50.100	0	295.328	0	**31,86**	**0,00**
Total	**1.013.368**	**33.643**	**291.724**	**8.389**	**31**	**32**	**50.517**	**1.712**	**297.032**	**6.377**		

Fonte: CASAL, 2010
* População estimada – IBGE 2009

10.3. Drenagem Urbana

Embora a maioria dos municípios do Pólo Costa dos Corais estejam inseridos na área litorânea, onde se percebe vasta existência de rios e riachos, estes não possuem sistemas de drenagem de águas pluviais.

Os municípios litorâneos da área de planejamento do Pólo apresentam um relevo diversificado com áreas planas e elevações, que em períodos de alta precipitação algumas áreas sofrem com alagamentos, deixando as ruas com grande acúmulo de água ocasionando transtorno para os transeuntes. É imperioso que haja investimentos em obras que favoreçam a drenagem das águas.

10.4. Limpeza Urbana

A forma de ocupação do solo, o crescimento populacional e o aumento do fluxo de turistas causam impacto direto nas políticas de coleta, tratamento e destinação final do lixo.

Enquanto a forma de ocupação territorial dificulta o acesso da população aos serviços de coleta do lixo modificam o custo de transporte dos resíduos coletados, o crescimento da população e de turistas aumentam a quantidade de lixo produzido, significando maior custo para a manutenção dos serviços. Em síntese, podemos afirmar que um dos maiores problemas do crescimento demográfico sem planejamento é o aumento da produção de lixo.

O lixo, sem um tratamento adequado, causa sérios danos ao meio ambiente:

a) *poluição do solo*: altera suas características físico–químicas, representando uma séria ameaça à saúde pública uma vez que torna o ambiente propício ao desenvolvimento de transmissores de doenças;

b) *poluição da água*: altera as características do ambiente aquático, através do líquido[44] gerado pela decomposição da matéria orgânica presente no lixo;

c) *poluição do ar:* provoca formação de gases naturais na massa de lixo, pela decomposição dos resíduos com e sem a presença de oxigênio no meio, podendo causar inclusive doenças respiratórias, se em contato direto com os mesmos.

Os principais problemas enfrentados pela grande maioria dos municípios brasileiros quanto a questão dos resíduos sólidos são:

- Alto custo da coleta e do destino final;
- Baixíssimo índice de coleta seletiva;
- Destino final dos resíduos sólidos inadequados (geralmente são lançados em valas, a céu aberto, ou lixões, sem nenhum tipo de tratamento sanitário.

Para enfrentar o problema do lixo, coleta, tratamento e destinação final, há diversas soluções, desde os aterros sanitários, incineradores, usinas de compostagem, coleta seletiva, reciclagem de entulho e compostagem. As soluções consorciadas permitem, comprovadamente, um menor custo de implantação e operação além de facilitar a obtenção dos recursos necessários.

[44] O chorume, nome dado ao líquido turvo e escuro produzido a partir da decomposição da matéria, é ácido e apresenta alto potencial contaminante corrosivo: infiltra no solo e no lençol freático poluindo todo o local e os seres vivos que entrarem em contato com ele.

No entanto, necessário se faz a aplicação de um sistema que vise o tratamento dos resíduos sólidos de forma eficiente, simples e econômica considerando todos os aspectos relacionados ao seu gerenciamento: educação ambiental, coleta seletiva, destinação adequada e comercialização dos produtos obtidos.

Observa–se que neste novo século, os municípios terão um papel definitivo na gestão dos resíduos sólidos que serão gerados e descartados, uma vez que a capacidade de suporte do planeta está sendo esgotada. Desta forma, uma gestão adequada poderá reduzir custos operacionais, garantir a preservação dos recursos naturais, reduzir os impactos ambientais provocados pelo lixo e economizar energia; gerar emprego (direto e indireto) e renda para desempregados e catadores; propiciar a geração de novos negócios principalmente aqueles voltados para a reciclagem dos materiais, dentre outros.

A produção de resíduos é inerente à condição humana, entretanto é essencial que haja uma mudança de conceito e de atitude de cada um. Reeducação e comprometimento de cada cidadão. Por uma questão de sobrevivência, é necessário pensar em saídas: pensar o lixo como material que pode ser reusado, reaproveitado ou reciclado, pode ser uma das alternativas.

Nos municípios do Pólo Costa dos Corais não é diferente do resto do Brasil, a limpeza urbana não é efetivamente tratada com a prioridade necessária para o desenvolvimento do turismo sustentável e nem evitar a transmissão de doenças. Os problemas vão desde a irregularidade na coleta, coleta executada com equipamentos inadequados, tais como: caminhões abertos (sem cobertura), trator com carroça, carro de boi, que facilitam a transmissão de doenças, pois podem espalhar lixo pelas ruas, devido a força dos ventos e derramar chorume pelas vias. Além disso, a disposição inadequada em valas e lixões a céu aberto, podem causar sérios problemas ambientais ao meio ambiente, através dos vários tipo de poluição, já citadas.

É mister a construção de Planos Integrados de Gerenciamento de Resíduos Sólidos para os municípios da área de planejamento e sua aplicação pelos município. Não havendo a implementação desses Planos Integrados, a questão dos resíduos sólidos será um fator inibidor do turismo na região. Abaixo apresenta–se fotos da falta de cuidado dos municípios com a limpeza urbana: coleta realizada com equipamentos inadequados, lixeiras inadequadas e sem manutenção.

Figura 83 e Figura 84 – Coleta de lixo e Limpeza deficiente – Japaratinga
(Autoria: Bandeira, R. 2010)

Vale ressaltar a existência de dois lixões nos municípios de Japaratinga e Porto Calvo localizados na principal via de acesso.

Figura 85 e Figura 86 – Lixões de Porto Calvo e Japaratinga
(Autoria: Bandeira, R. 2010)

10.5. Energia Elétrica e Iluminação Pública

A iluminação pública[45] é essencial para a qualidade de vida da comunidade. É de fundamental importância para o desenvolvimento social e econômico dos municípios e constitui–se num dos vetores importantes para a segurança pública dos centros urbanos no que se refere ao tráfego de veículos e de pedestres e à prevenção da criminalidade. Além disso, valoriza e ajuda a preservar o patrimônio urbano, embeleza o bem público, e propicia a utilização noturna de atividades como: lazer, comércio, cultura e outras.

A responsabilidade de operação e manutenção das instalações de iluminação pública é normalmente das prefeituras. Em síntese, a Prefeitura, é responsável pelo suprimento de energia para ruas, praças, avenidas, jardins, vias, estradas e outros logradouros de uso comum e livre acesso. Cabe à ELETROBRÁS distribuição Alagoas a colocação e manutenção da fiação de alta tensão e numa parceria com o Município, passa a ser atribuição do mesmo a manutenção da fiação de baixa tensão. Desta forma, os custos relativos à manutenção da fiação de baixa tensão, a substituição de lâmpadas e demais componentes da iluminação das ruas é de responsabilidade dos governos municipais.

Pode-se afirmar que em todos os municípios do Pólo, atualmente, a rede é subdimensionada, causando queda de energia, especialmente em época de grande fluxo turístico nas cidades. O sistema de iluminação pública é precário em toda a região, com vias e locais públicos mal iluminados que resulta em áreas vulneráveis e insegurança da população. Em muitas vias o posteamento encontra–se em altura irregular, contrariando as normas técnicas, causando transtorno para o trânsito quando algum veículo, com altura superior a das fiações, acessa determinados locais resultando em danos ao sistema de iluminação pública. Alguns municípios possuem, em determinados locais, iluminação pública mais moderna, a exemplo de Maceió, Maragogi, Japaratinga e Paripueira, mas, de forma geral, na área de planejamento do

Pólo o que se observa são pontos turísticos com postes e luminárias danificadas ou com arranjos mal projetados.

[45] A Iluminação Pública (IP) no Brasil corresponde a aproximadamente 7% da demanda nacional e a 3,5% do consumo total de energia elétrica.

Abaixo fotos de alguns equipamentos e redes implantadas nos municípios.

Figura 87 – Japaratinga e Figura 88 – B.Sto.Antônio -- Fiações expostas
(Autoria: Bandeira, R. 2010)

Figura 89 – Maragogi e Figura 90 – Paripueira -- Fiações subterrâneas
(Autoria: Bandeira, R. 2010)

10.6. Segurança Pública

A segurança pública é uma atividade realizada com o fito de proteger a cidadania, prevenindo e controlando manifestações da criminalidade e da violência, efetivas ou potenciais, garantindo o exercício pleno da cidadania nos limites da lei.

Observa–se claramente a fragilidade das polícias civil e militar que atuam nos municípios do Pólo Costa dos Corais. Há uma necessidade urgente de modernização da estrutura física e equipamentos para melhorar a eficiência das atividades policiais, sem explorar as questões de quantitativo de policiais e treinamento. Excetuando–se Maragogi, que tem sede própria, a grande maioria dos prédios onde funcionam as delegacias e batalhão de Polícia Militar é alugada e estão em condições precárias (ver fotos abaixo).

É importante investir em segurança pública e numa política com obrigações bem especificadas, metas definidas das esferas governamentais e a relevância em termos de alocação de recursos, bem como a integração no âmbito federal, estadual e municipal.

Figura 91 – Polícia Militar – Porto de Pedras e Figura 92 – Polícia Civil São Miguel dos Milagres
(Autoria: Bandeira, R. 2010)

Figura 93 – 6º Btl. de Pol. Militar – Maragogi e Figura 94 – Corpo de Bombeiros – Maragogi
(Autoria: Bandeira, R. 2010)

10.7. Acessibilidade

Partindo também do princípio de que a eficiência da cidade deve respeitar os interesses coletivos e ainda garantir o direito de ir e vir para todos os cidadãos, deve–se pensar na mobilidade urbana para pessoas portadoras de necessidades especiais ou com mobilidade reduzida.

Distribuir melhor os serviços essenciais, reduzir necessidade de deslocamentos, distâncias a percorrer, criar rotas acessíveis, adotar intervenções de adaptabilidade física, são formas que contribuem para uma melhor qualidade de vida desse público.

No entanto, os passeios públicos de grande parte das edificações desses municípios – excetuando–se Maceió, que em parte já vem promovendo intervenções que minimizam esses problemas – são, em sua grande maioria, irregulares e ocupados com os mais diversos equipamentos urbanos (orelhões, postes, etc.) que não obedecem a nenhum parâmetro para sua colocação.

São poucos os casos em que se observaram rampas de acesso como também, sinalização para os portadores de necessidades especiais e/ou com mobilidade reduzidas.

Tudo isso faz com que seja necessário um programa em que haja a promoção da segurança e da qualidade de vida, através do aumento da mobilidade e de acessibilidade de todas as pessoas.

Figura 95 – Rampa de acessibilidade
(Autoria: Bandeira, R. 2010)

10.8. Comercio e Serviço

Os municípios visitados, excetuando–se Maceió, contam, em termos de comércio e serviço, com segmentos bastante diversificados, porém precários. O setor é, entretanto, compatível com a demanda hoje instalada e conta com mercearias, armarinhos, farmácias, lojas de material de construção, postos de combustível, oficinas, borracharias, hotéis e pousadas, dentre outros.

Com exceção de Maragogi e Maceió, que já dispõem de razoável aparato de infra–estrutura de serviços, os outros municípios que compõem o Pólo, são bastante deficientes nesses termos, vulnerabilizando fortemente as atividades implantadas.

Os restaurantes, lanchonetes, sorveterias, dentre outros, aparecem de forma acanhada, geralmente com aparência precária e ofertando reduzido número de variedades, apesar de a culinária ser um forte atrativo para a região. O mesmo se diz com relação aos serviços na área de estética e beleza.

De modo geral observa–se que todos os municípios visitados dispõem, em seu núcleo urbano, dos serviços de fornecimento de água, luz, coleta de lixo e estruturas relacionadas à saúde, educação, assistência social e segurança publica, havendo algumas carências. O abastecimento de gás é assegurado normalmente por empresas do ramo, como Butano e Algas.

Figura 96 – unidade de saúde e orelhão
(Autoria: Bandeira, R. 2010)

Foram identificados em diversas cidades, estabelecimentos bancários – Banco do Brasil, em sua grande maioria, casas lotéricas, agências de correios e telégrafos, normalmente uma agência em cada cidade e estabelecimentos para acesso à internet.

Figura 97 e Figura 98 – Vista de estabelecimento bancário e correios
(Autoria: Bandeira, R. 2010)

São poucos os municípios que possuem serviços de informação turística.

Figura 99 – Um dos poucos equipamentos voltado para o turista em São Miguel dos Milagres
(Autoria: Bandeira, R. 2010)

10.9. Transporte Urbano

Existem linhas de ônibus intermunicipal em alguns municípios do Pólo Costa dos Corais. Todos os municípios têm carros de aluguel que são utilizados pela população local para deslocamentos intermunicipais e até interestaduais, como é o caso de Maragogi que tem transporte para a cidade vizinha de Barreiros, no estado de Pernambuco. Geralmente esse tipo de transporte alternativo é administrado por Cooperativas formada pelos próprios motoristas. Muitos municípios também possuem serviço de mototaxi, legalizado pelo poder público municipal, como forma barata e rápida de acessibilidade da população local. Além do transporte viário outra forma bastante usada pelas comunidades locais são os barcos e as balsas que fazem a ligação entre municípios e/ou entre povoados. Abaixo apresenta–se fotos da situação de alguns dos municípios quanto ao transporte urbano:

Figura 100 – Barra de Santo Antônio e Figura 101 – Transporte com barcos – Japaratinga
(Autoria: Bandeira, R. 2010)

Figura 102 – Parada de ônibus alternativos – Porto Calvo
(Autoria: Bandeira, R. 2010)

11. QUADRO INSTITUCIONAL E ASPECTOS LEGAIS

É preciso compreender e avaliar como está estruturada a dimensão pública onde se desenvolve o Programa, identificando as potencialidades e os desafios a serem enfrentados na condução deste processo.

O primeiro ponto a destacar neste contexto é que a maior parte dos municípios envolvidos possui instâncias públicas destinadas a trabalhar com o turismo, mesmo que algumas secretarias não tenham como destinação exclusiva o turismo, conforme se verifica no quadro a seguir.

Tabela 40 – IDENTIFICAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE GESTÃO MUNICIPAL.[46]

MUNICÍPIO	GESTOR MUNICIPAL	GESTOR MUNICIPAL DO TURISMO	DESIGNAÇÃO
MACEIÓ	José Cícero Soares de Almeida	Claudia Pessoa	Turismo
PARIPUEIRA	Carlos Abraão Moura	Juan Maurer	Turismo e Meio Ambiente
BARRA DE STO ANTÔNIO	Maria Cícera Casado (Ciçou)	Gilson Ângelo da Silva	Turismo
S. LUIZ DO QUITUNDE	Jean Fábio Braga	Manoel José da Silva Fº	Turismo
PORTO CALVO	Carlos Eurico Leão E Lima (Kaíka)	Antônio Da Silva Oliveira (Tonho da Deba)	Turismo e Meio Ambiente
MARAGOGI	Marcos José Dias Viana Madeira	Herbert Freire Araújo	Turismo
JAPARATINGA	Bruno Loureiro	Cristyano Cavalcante	Turismo
PORTO DE PEDRAS	Amaro Guimarães Da Rocha Júnior	Danilo	Turismo
S. MIGUEL DOS MILAGRES	Adalberto Paiva Verçosa Junior	José Caetano Neto	Turismo
PASSO DE CAMARAGIBE	Edvânia Farias Quirino Costa	Érika Torres	Turismo, Meio Ambiente e Inovação Tecnológica

(Autoria: Carneiro, TK. 2010)

São secretarias destinadas a este fim, o que reflete uma compreensão por parte dos gestores municipais da região sobre as especificidades da atividade e sua importância para a região.
A Tabela 41 a seguir apresenta um resumo dos aspectos positivos e negativos do quadro institucional das secretarias municipais de turismo do Pólo Costa dos Corais, evidenciando que muitos esforços ainda são necessários.

[46] Em visita técnica realizada ao Município de Matriz de Camaragibe não foi localizada a sede da secretaria municipal de turismo. Mesmo sendo informados que existe e que a gestão da pasta está sob a responsabilidade de Josedalva dos Santos Lima. Por isso, na Tabela 40 não consta esse Município. Já foi solicitada uma entrevista com o prefeito para que se possa verificar isso efetivamente.

Tabela 41 – ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS DE TURISMO

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS
Existência do órgão gestor	Ausência de homepage
Existência de dotação orçamentária específica	Poucos recursos orçamentários
Equipe instituída para execução dos trabalhos	Equipes pequenas e pouco qualificadas
	Indisponibilidade de infraestrutura adequada para as atividades
	Pouca compreensão por parte dos gestores municipais da cadeia turística

(Autoria: Carneiro, TK. 2010)

A estrutura disponível nessas secretarias pode ser classificada em três níveis: infraestrutura inadequada, com infraestrutura razoável e com infraestrutura adequada.

A secretaria de Turismo do Município de Maceió, como esperado, é a única que apresenta infraestrutura adequada ao desenvolvimento de suas atividades, contanto com inclusive com um site institucional que contém informações sobre o órgão, sobre a cidade e parceiros do trade turístico.

Tabela 42 – CLASSIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE TURISMO

CLASSIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA	CARACTERÍSTICAS
INFRAESTRUTURA INADEQUADA	Espaço físico inapropriado
	Carência de pessoal
	Indisponibilidade de equipamento de informática e recursos tecnológicos
	Indisponibilidade de veículos
INFRAESTRUTURA RAZOÁVEL	Espaço físico razoável
	Pessoal em quantidade insuficiente ou pouco qualificado
	Poucos equipamentos de informática e recursos tecnológicos
	Necessidade de ampliação da frota de veículo para realização das atividades
INFRAESTRUTURA ADEQUADA	Espaço físico adequado
	Quadro de pessoal satisfatório
	Disponibilidade de equipamentos de informática e recursos tecnológicos
	Frota de veículo para realização das atividades

(Autoria: Carneiro, TK. 2010)

Observou–se nas visitas técnicas realizadas que na atual estrutura das secretarias municipais de turismo da região Costa dos Corais, o apoio dos prefeitos na sua maioria em relação às ações ligadas ao turismo ainda é remoto. Poucos são os gestores que apresentam perfil para exercer as atribuições que devem ser desenvolvidas por esse tipo de

pasta. E as secretarias não possuem verba própria, apenas para executar projetos locais pontuais, como eventos culturais e desportivos e religiosos.

11.1. Contextualização do Fluxo Turístico

A compreensão da atividade turística e o papel estratégico desenvolvido pelas secretarias de turismo pressupõem o conhecimento do mercado turístico da localidade onde estas instituições atuam. Por isso, segue–se um breve detalhamento da atividade turística na região.

Tabela 43 – OFERTA DOS MEIOS DE HOSPEDAGEM NO ESTADO DE ALAGOAS – 2009[47]

MEIOS DE HOSPEDAGEM	MACEIÓ			INTERIOR DO ESTADO			ALAGOAS		
	QTD	UH's	LEITOS	QTD	UH's	LEITOS	QTD	UH'S	LEITOS
Hotéis (acima de 100 uhs)	14	1.914	4.897	03	482	1.442	17	2.396	6.339
Hotéis (de 51 a 100 uhs)	10	766	1.761	09	565	1.302	19	1.331	3.063
Hotéis (até 50 uhs)	26	779	2.075	50	1.154	2.832	76	1.933	4.907
Pousadas	38	531	1.397	169	2.123	5.663	207	2.654	7.060
SUB–TOTAL	**88**	**3.990**	**10.130**	**231**	**4.324**	**11.239**	**319**	**8.314**	**21.369**
Albergues	01	14	72	–	–	–	01	14	72
Motéis	18	396	792	–	–	–	18	396	792
Apto/casa por temporada	–	1.140	4.560	–	750	3.000	–	1.890	7.560
TOTAL	**107**	**5.540**	**15.554**	**231**	**5.074**	**14.239**	**338**	**10.614**	**29.793**

(Fonte: SETUR/AL – Gerência de Estudos e Pesquisas, 2009)

[47] É importante ressaltar que em visita de campo realizada na região não constatamos o mesmo quantitativo de oferta turística. Todavia, esses dados são fornecidos por fonte oficial. Assim, no produto 2 (diagnóstico) essa informação será pesquisada em campo.

Maceió como esperado é o núcleo principal dos meios de hospedagem, respondendo por parcela significativa em todas as categorias, conforme mostra os quadros a seguir.

Tabela 44 – OFERTA DE UH'S / LEITOS NO ESTADO DE ALAGOAS – 1º SEMESTRE – 2008[48]

MUNICÍPIOS	HOTÉIS			POUSADAS			TOTAL		
	QTD	UH's	LEITOS	QTD	UH's	LEITOS	QTD	UH's	LEITOS
BARRA DE SANTO ANTONIO	01	39	88	02	20	64	03	59	152
JAPARATINGA	02	77	224	14	162	508	16	239	732
MACEIÓ	50	3.459	7.846	38	531	1.397	88	3.990	10.130
MARAGOGI	09	658	1.871	19	242	646	28	900	2.517
PARIPUEIRA	02	27	72	01	20	60	03	47	132
PASSO DE CAMARAGIBE	02	25	65	02	12	33	04	37	98
PORTO DE PEDRAS	–	–	–	05	45	110	05	45	110
SÃO LUIZ DO QUITUNDE	–	–	–	02	15	32	02	15	32
SÃO MIGUEL DOS MILAGRES	01	62	150	10	74	169	11	136	319

(Fonte: SETUR/AL – 2008)

O turismo interno possui uma grande importância relativa no fluxo estadual, representando 32% do mercado emissor nacional no ano de 2007. Destaca–se também uma forte presença dos estados vizinhos como Pernambuco e Sergipe representando juntos 25,4% dos turistas que chegam ao Estado, evidente pela própria característica geográfica das regiões. Tem–se o destaque de São Paulo que é o único estado dentre os sete principais que não faz parte da região Nordeste e que representa importantes 14,1% destes turistas que visitam Alagoas.

[48] Idem nota anterior

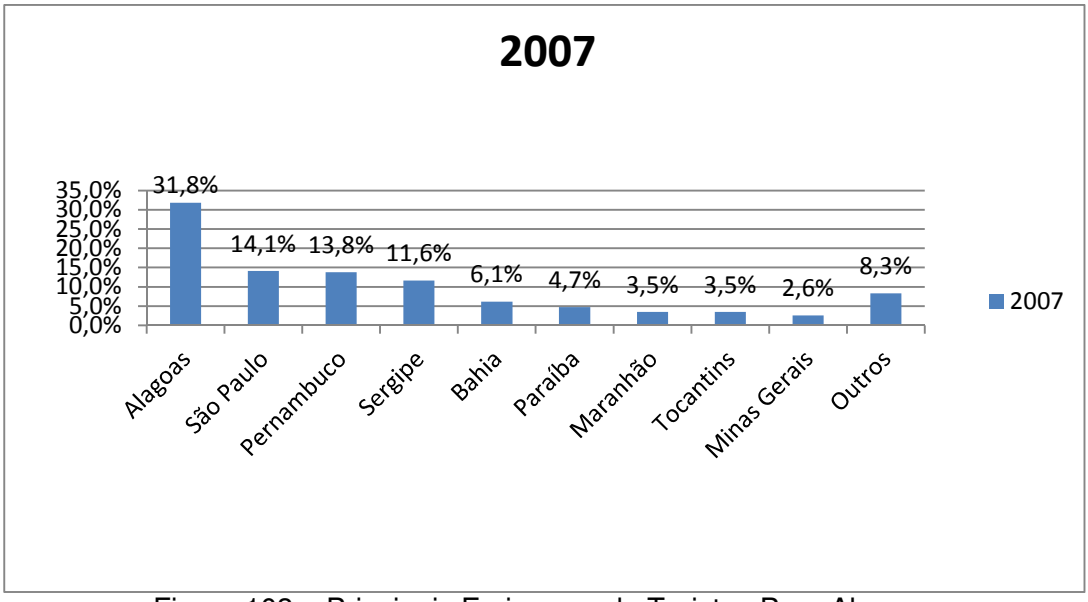


Figura 103 – Principais Emissores de Turistas Para Alagoas
(Fonte: FIPE – Caracterização e dimensionamento do turismo doméstico no Brasil, 2007)

Porém quando analisada a Figura 104 abaixo que representa os principais geradores de receita em Alagoas, o turista de São Paulo aparece como mais importante na colaboração de renda para o estado alagoano com 35,6%, seguido pelo turista de Minas Gerais com apenas 7,8%. Diferentemente da Figura 103 anterior é importante verificar que dos 10 estados mencionados apenas 04 estados são da região Nordeste.

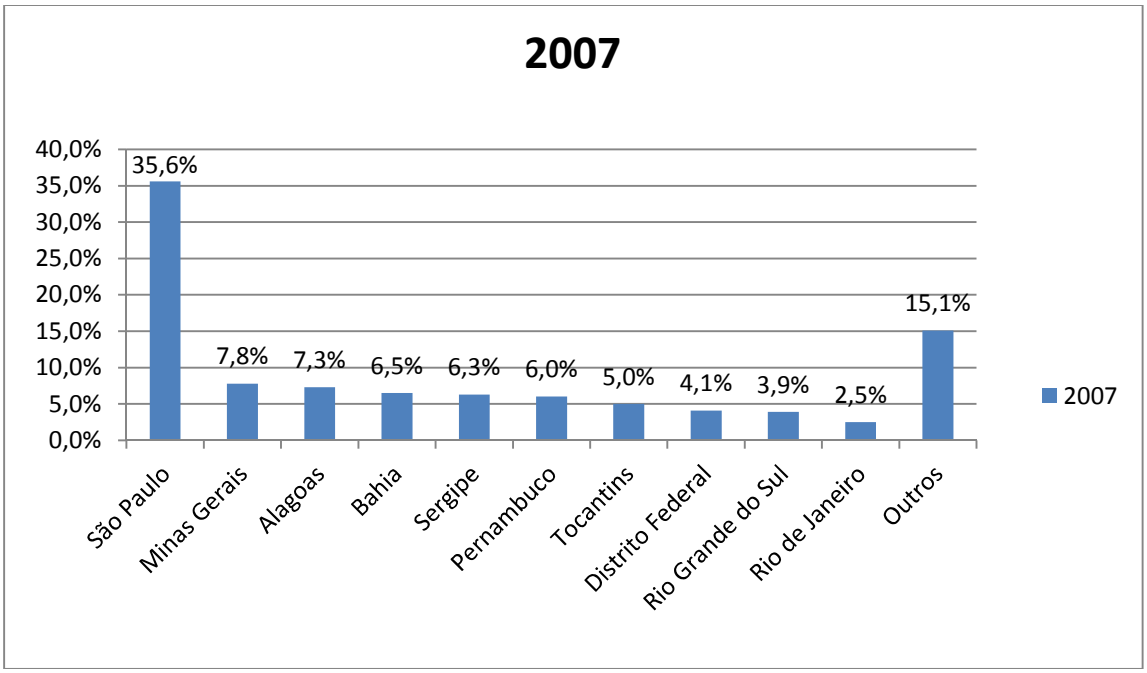


Figura 104 – Principais Geradores de Receita Turística em Alagoas
(Fonte: FIPE – Caracterização e dimensionamento do turismo doméstico no Brasil, 2007)

11.2. Entidades e Associações

A existência de Entidades e Associações organizadas com a finalidade de estruturar a atividade turística na região é fundamental num contexto de desenvolvimento sustentável da região, pois reflete a dimensão social da sustentabilidade

> Certamente, para engajar todos os setores da sociedade na perseguição de um tipo de desenvolvimento sustentável, equitativo, economicamente eficiente e politicamente viável, pelo menos três parâmetros deveriam ser considerados para fins de reforma institucional: (1) educação; (2) gestão participativa; (3) diálogo de *stakeholders* ou partes envolvidas. (CAVALCANTI, 2001, p.37)

A Tabela 45 a seguir apresenta as associações que atuam na região, o que é um indicativo positivo no contexto de desenvolvimento sustentável. Todavia, a atuação destas ainda deixa muito a desejar, pessoal qualificado e principalmente ainda falta à efetiva institucionalização destas frente ao empresariado e ao poder publico da região.

A exceção a esse contexto são as entidades sediadas em Maceió, como o MCVB, a ABIH, a ABAV, que possuem papel relevante e infraestrutura adequada para desenvolvimento de suas articulações.

Tabela 45 – ASSOCIAÇÕES QUE ATUAM NA REGIÃO COSTA DOS CORAIS

LOCAL	INSTITUIÇÃO
MACEIÓ[49]	Maceió Convencion & Visitours Bureau – MCVB Associação Brasileira da Indústria Hoteleira – ABIH Associação Brasileira das Agências de Viagem – ABAV Associação Brasileira das Locadoras de Automóveis Sindicato das Empresas Locadoras de Veículos Automotores do Estado de Alagoas – SINDILOC ALAGOAS Sindicato das Empresas de Turismo do Estado De Alagoas – SINDETUR Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Alagoas – SHRBS/AL Associação Brasileira da Empresas Organizadoras de Eventos – ABEOC Associação dos Jornalistas de Turismo em Alagoas – ABRAJET/AL
PARIPUEIRA	Associação de Fomento do Turismo da Barra de Sto Antônio e Paripueira – AFOTUR
	Associação Comunitária e Beneficente Vila Ana Maria – ABEVILA (ONG)
BARRA DE	Associação de Fomento do Turismo da Barra de Santo Antônio e Paripueira

[49] Citamos algumas mais divulgadas, mas existem outras pouco representativas e ainda em condições iniciais, mas que poderão no futuro serem espaços representativos de articulação.

SANTO ANTONIO	– AFOTUR
MARAGOGI	Associação do Trade Turístico de Maragogi e Japaratinga – AHMAJA
	Associação dos Proprietários de Catamarã
JAPARATINGA	Associação dos empresários de turismo de Japaratinga – AEJATUR
	Associação do Trade Turístico de Maragogi e Japaratinga – AHMAJA

Tabela 45 – ASSOCIAÇÕES QUE ATUAM NA REGIÃO COSTA DOS CORAIS (continuação)

LOCAL	INSTITUIÇÃO
PORTO DE PEDRAS	Amigos da Rota Ecológica de Alagoas – AREAL (de Porto de Pedras a Barra de Camaragibe)
	ARIBAMA
SÃO MIGUEL DOS MILAGRES	Amigos da Rota Ecológica de Alagoas – AREAL (de Porto de Pedras a Barra de Camaragibe)
PASSO DE CAMARAGIBE	Amigos da Rota Ecológica de Alagoas – AREAL (de Porto de Pedras a Barra de Camaragibe)

(Autoria: Carneiro, TK. 2010)

As associações da região, excetuando–se algumas poucas instaladas em Maceió[50], ainda não atingiram o nível de maturidade necessário para se trabalhar com interação diante das demandas complexas do turismo na região. Ainda se espera muito do poder público sem se tomar iniciativas e persistir nos pleitos e nas articulações necessárias para se obter resultados esperados dos gargalos existentes para o estabelecimento do turismo sustentável na Costa dos Corais.

Pode–se indicar que apenas a AHMAJA, que possui 10 anos de existência apresenta um grau de maturidade e institucionalização mais consistente. Destacando que segundo relatos dos gestores do APL Costa dos Corais, essa entidade tem importante articulação com o Governo do Estado e constantemente cobra a esse, questões como segurança, saúde e infra–estrutura na região.

A existência de quatro associações em um espaço tão pequeno (AHMAJA , AFOTUR, AEJATUR e AREAL) pode até, em um primeiro momento, representar uma compreensão das diferentes demandas que buscam representar. Mas, dado o capital social da região

[50] É importante ressaltar que existe uma "compreensão" institucionalizada que as entidades com sede em Maceió não atuam exclusivamente na Costa dos Corais, mas no trade turístico estadual. E por isso, suas ações são mais abrangentes e não direcionadas a essa região.

ainda ser muito incipiente, o que se verifica é um enfraquecimento nestas outras das três associações menores.

Talvez por proximidade espacial, a AEJATUR consegue estabelecer parcerias com a AHMAJA. E interessante destacar que alguns associados permanecem na AHMAJA, e se filiaram também a AEJATUR.

A AREAL está com dificuldades de trabalhar o associativismo entre os empresários, e é nítido o enfraquecimento da articulação e interação junto ao programa e as demais associações, e consequentemente as ações demandas e articuladas para a região por meio do APL.

A AFOTUR, segundo informações do secretário de turismo da Barra de Santo Antônio, pretende estender o foco de atuação da entidade, indo além dos empreendimentos turísticos, e fazendo uma associação de fomento que pretende agregar os demais setores produtivos.

11.3. O Programa do Arranjo Produtivo Local de Turismo da Costa dos Corais[51]

O Arranjo Produtivo Local de Turismo Costa dos Corais – APL Costa dos Corais, iniciou em abril de 2004, e tem como objetivo transformar a referida região em um destino turístico consolidado e sustentável. Estão inseridos em seu território os municípios de Paripueira, Barra de Santo Antonio, Passo de Camaragibe, São Miguel dos Milagres, Porto de Pedras, Porto Calvo, Japaratinga e Maragogi.

É um Programa desenvolvido entre a parceria do Governo do Estado de Alagoas através da Secretaria Executiva de Planejamento e Orçamento, SEBRAE–AL, e instituições públicas e privadas (ver Tabela 46), com estratégias de mobilização de ações coletivas e integradoras direcionadas para a promoção do desenvolvimento dos micro e pequenos negócios, gerando emprego e renda.

Devido às conquistas positivas e o sucesso na proposta de fomento do turismo na região, reconhecida pelos parceiros e pelo Grupo Gestor do APL, após o encerramento da primeira etapa em 2009, foi aprovada uma segunda etapa (2010 a 2012), para dar prosseguimento às ações voltadas ao desenvolvimento sustentável dos micro e pequenos empresários do turismo no litoral norte do Estado.

Dados fornecidos pela equipe gestora do APL evidenciam bons resultados no processo, conforme mostra o quadro a seguir.

Tabela 46 – PRINCIPAIS RESULTADOS DO APL COSTA DOS CORAIS

PRINCIPAIS RESULTADOS DO APL COSTA DOS CORAIS
Aumento do percentual da taxa de ocupação média nos meios de hospedagem de 36,29% para 41,59%.

[51] Ressalta-se que nove dos onze municípios que são contemplados pelo PDITS participam do APL Costa dos Corais, excetuando-se São Luiz do Quitunde e Matriz de Camaragibe.

Aumento do número de funcionários contratados nos meios de hospedagem na baixa temporada: de 277 para 607.
Aumento do número de funcionários de bares e restaurantes na baixa temporada: de 239 para 370.
Acesso ao mercado para 234 artesãos vinculados as Associações de Artesanato dos municípios do APL.

(Fonte: Equipe gestora do APL Costa dos Corais, 2010)

O levantamento realizado pela equipe gestora do APL Costa dos Corais evidencia que no ano de 2010 já foram disponibilizados recursos num total de R$1.312.971,12 (hum milhão trezentos e doze mil setecentos e noventa e um reais e doze centavos), em ações de marketing, tecnologia, capacitação, gestão e infra–estrutura. É um volume considerável, mas é preciso destacar que os investimentos em capacitação e gestão são pouco relevantes nesse contexto. E que os recursos destinados a infraestrutura representam o grande desafio a ser negociado para o ano de 2010.

Tabela 47 – RELATÓRIO DE SITUAÇÃO E RECURSOS DISPONIBILIZADOS POR PARCEIROS

AÇÕES NEGOCIADAS		CUSTO TOTAL	VALOR NEGOCIADO 2010	RECURSOS A NEGOCIAR
1	Marketing	384.500,00	384.500,00	0,00
2	Tecnologia	472.491,12	472.491,12	0,00
3	Capacitação	39.800,00	38.800,00	1,000,00
4	Gestão	49.000,00	49.000,00	0,00
5	Infraestrutura	4.648.000,00	368.000,00	4.280.000,00
TOTAL DE AÇÕES NEGOCIADAS		**5.593.791,12**	**1.312.791,12**	**4.281.000,00**

Valores em reais atualizados em 01/03/2010
(Fonte: Equipe Gestora do APL)

11.4. Aspectos Econômicos no Âmbito do PDITS

Políticas públicas de desenvolvimento que envolve aplicação de recursos devem ser formuladas de acordo com as características sociais da população para as quais estas políticas estão sendo formuladas. E qualquer proposta deve estar respaldada na população a ser beneficiada.

Como apontado no item Caracterização do Pólo, os indicadores sociais da região são extremamente desfavoráveis e os dados educacionais alarmantes, considerando que para desenvolver a região é importante que a população local esteja habilitada a trabalhar no setor turístico, uma vez que essa é a vocação local.

O perfil educacional da região Costa dos Corais é de trabalhadores com grau de instrução até o ensino fundamental (concluído ou em conclusão). O índice de analfabetismo entre os que atuam diretamente a atividade produtiva do turismo na região é muito pequeno, embora ainda exista em trabalhadores analfabetos envolvidos na atividade, segundo levantamento realizado pela equipe técnica do APL Costa dos Corais.

É uma das características de formação de mão–de–obra local é que o trabalhador aprende o ofício diretamente na empresa, com repasse de informações por seus pares. Todavia, vários esforços vem sendo realizados pelo programa APL Costa dos Corais, através das entidades parceiras.

Apenas os municípios de Maceió e Maragogi investem neste aspecto educacional e profissionalizante. Os demais municípios contam com a qualificação oferecida pelas instituições do sistema S.

O número de empregos formais nos municípios da região (excetuando Maceió) explicita de forma indelével o quanto é baixa a dinâmica econômica da região, corroborado com os dados apresentados sobre transferências de recursos do Programa Bolsa Família. Trata–se

de uma região onde não há atividade endógena de produção, existe uma dependência muito grande de programas federais para garantia de renda.

Apenas dois municípios (novamente excetuando Maceió) possuem mais de quatro mil empregos formais. São Luis do Quitunde onde esse quantitativo provavelmente tem grande contribuição da Usina de Açúcar e Álcool existente na região e Porto Calvo, por esse exercer um papel de centro administrativo público na região, sendo sede de importantes órgãos como a Gerência da Delegacia Regional do Trabalho, Delegacia Regional do INSS, Receita Estadual, CRE – Coordenadoria Regional de Educação e Bancos.

Tabela 48 – DADOS SOBRE EMPREGOS NOS MUNICÍPIOS DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

CIDADE	ADMISSÕES	DESLIGAMENTOS	NÚMERO DE EMPREGOS FORMAIS	TOTAL DE ESTABELECIMENTOS
BARRA DE SANTO ANTÔNIO	461	636	467	98
JAPARATINGA	139	145	184	78
MACEIÓ	224869	207270	149205	21752
MARAGOGI	1989	1718	1736	363
MATRIZ DE CAMARAGIBE	4245	4940	2757	241
PARIPUEIRA	1132	857	526	143
PASSO DE CAMARAGIBE	356	431	192	118
PORTO CALVO	10352	9239	4131	315
PORTO DE PEDRAS	245	177	172	60
SÃO LUIS DE QUITUNDE	10493	8799	7398	232
SÃO MIGUEL DOS MILAGRES	219	231	245	78

Dados de janeiro de 2010
(Fonte:http://perfildomunicipio.caged.gov.br/seleciona_uf_consulta.asp?uf=AL)

Alguns esforços vem sendo realizados para melhoria desse quadro de dependência econômica, a exemplo do Projeto de Agricultura Peri – urbana, da AFAL – Agência de Fomento de Alagoas, que pretende organizar os agricultores familiares da região para fornecer hortaliças e frutas para os empreendimentos turísticos.

Todo esse contexto socioeconômico é afetado diretamente pelas condições de financiamento disponíveis para a iniciativa pública e privada. O setor privado necessita dispor de fontes de financiamento que disponibilizem recursos em condições acessíveis e que possibilitem alavancar o empreendimento. O setor público, por sua vez, necessitar ter capacidade de investimento para desenvolver políticas e implementá–las de forma sistêmica e continuamente. Considerando ainda, que os investimentos privados, em grande medida, pressupõem um investimento público anterior (principalmente no que tange a infraestrutura), o acesso à disponibilidade de recursos e financiamentos é ainda mais relevante.

A partir da estabilidade macroeconômica alcançada na década de noventa, todas as instâncias públicas de gestão passaram a dispor de fontes de financiamento para investimentos de longo prazo. Na instância federal, o acesso a créditos disponibilizados por agências multilaterais de crédito tem possibilitado investimentos estruturantes, principalmente em itens relacionados a infraestrutura. Isso permitiu uma ampliação considerável nos investimentos em turismo, sendo o exemplo mais prático a modernização dos aeroportos em todo o país.

O governo federal passou também a disponibilizar programas e fontes de financiamento aos Estados e Municípios em diversos programas voltados ao turismo, articulados prioritariamente pelo Ministério do Turismo.

É importante destacar que o Ministério do Turismo contemplou Alagoas no Programa Nacional de Destinos Indutores do Turismo com dois municípios, Maceió e Maragogi. Esse é um programa de importante representatividade no contexto nacional do turismo e destinará vários recursos para esses dois municípios.

Todavia, nem todos os estados e municípios tinham capacidade institucional para oportunizar projetos. E como reflexos poucos são os municípios que tem conseguido captar recursos e oportunizar o momento favorável que vem sendo vivenciado na economia nacional.

A iniciativa privada por sua vez vem aproveitando a disponibilidade de crédito, mesmo que essa esteja a um elevado custo, dado o Brasil possui elevadas as taxas de juros.

Especificamente para a região nordeste o financiamento para empreendimentos privados é prioritariamente viabilizado pelo Banco do Nordeste, uma vez que esse tem por objetivo o desenvolvimento regional, sendo várias as linhas de crédito disponíveis.

Enfim, a dinâmica econômica brasileira fruto da estabilidade macroeconômica aliada à maior disponibilidade de crédito tem resultado em crescimento econômico e dinamização das atividades produtivas. O setor de turismo obviamente foi muito estimulado nesse contexto, e o incremento verificado ao longo dos últimos anos pode ser visto nas figuras apresentadas anteriormente.

Outro aspecto econômico importante para ser avaliado na região é disponibilidade de incentivos estatais para implantação de novos empreendimentos da iniciativa privada. Isso porque, sabe–se que os custos de implantação de uma empresa são elevados, que existe uma concorrência entre os municípios para “atrair novas empresas”, dado o impacto positivo da geração de novos postos de trabalho, e que o atrativo Sol e Mar, característico do Pólo Costa dos Corais, é o mesmo que toda a região Nordeste.

Os municípios da região não possuem nenhuma política específica para atrair investimentos privados destinados a atividade turística institucionalizada e de forma ampla. As concessões, quando ocorrem, são fruto de iniciativas particulares dos investidores em articulação direta com o gestor municipal.

Isso é um importante ponto a ser trabalhado na região, pois pode poderá representar um diferencial competitivo da região para atrair novos investimentos, principalmente num contexto de infraestrutura e disponibilidade de mão–de–obra tão desfavorável à região.

11.5. Criterio de Planejamento Econômico

11.5.1. Avaliação da Rede Social de Produção Local e Seus Atores

A atividade turística em essência pressupõe a integração entre os agentes da cadeia, uma vez que são serviços ofertados concomitantemente e/ou consecutivamente. A chegada de um turista em uma localidade pode representar demandas para os meios de transporte, agencias de turismo, hotéis, restaurantes, guias de turismo, todos em um sistema dinâmico de interação e atividades. Todavia, essa interação não necessariamente ocorre de forma ordenada e principalmente, pode não ocorrer sem que um dos atores envolvidos tenha relação com os demais atores do processo. Um hotel, onde o turista se hospeda necessariamente pode não ter nenhuma forma de articulação/cooperação/interação com a agência que prestará os serviços de passeios, por exemplo.

Isso num contexto de desenvolvimento integrado pode representar uma dificuldade para processos de construção coletiva e sistêmica. Não que se seja impositivo institucionalizar regras ou estabelecer condicionantes para a atuação de cada ator dentro da cadeia produtiva, mas é importante que as atividades desenvolvidas sejam compreendidas por todos e principalmente "internalizadas" por todos enquanto etapa de um processo mais complexo e longo.

É importante que todos os envolvidos conheçam seus potenciais parceiros de trabalho (considerando as etapas ex–antes e ex–postes à sua própria atividade), e que possam estabelecer canais de avaliação da cadeia produtiva, considerando a sua própria atuação e a atuação dos demais envolvidos, com vistas à melhoria da atividade produtiva em seu conjunto.

Nesse contexto, a análise de redes sociais (ARS) se apresenta como o marco teórico a ser utilizado para definição das prioridades a serem trabalhadas numa perspectiva de desenvolvimento regional e construção dos critérios de planejamento econômico para o PDITS, uma vez que essa possibilita perceber uma malha dinâmica de diferentes situações e ambientes, seja social ou biológica, superposta à ação dos atores (i.e. agentes ou eventos) e resultante das contribuições de cada um destes. Desta forma, é possível fazer análises considerando o ator não apenas como único, mas também como um grupo e, também, considerar a rede como detentora de certas características comuns a todas as redes sociais. Sendo assim, faz–se possível modelar matematicamente esta relação.

Atualmente o que se verifica é que a interação entre as empresas que compõem o arranjo se dá com mais freqüência no que é relativo a Marketing de divulgação, troca de informações em reuniões das associações e através do apoio às práticas de FAMTOUR.

11.6. As Prioridades dos Investimentos a Serem Realizados

As políticas a serem desenvolvidas e os investimentos decorrentes dessa devem buscar estimular os processos de integração produtiva nessa região, pois os resultados evidenciam pouca cooperação por parte das empresas componentes da região Costa dos Corais. Isso é extremamente insatisfatório, uma vez que são poucas as empresas do setor na região, que são escassos os recursos disponíveis, existe falta de mão–de–obra qualificada, existe ausência de dinâmica produtiva na região para geração de demandas internas, a infra–

estrutura pública (estradas, sinalização, transportes, postos de saúde) disponível ainda deixa muito a desejar e o perfil dos empreendedores da região é heterogêneo.

CAPITULO 2

FORMULAÇÃO E AJUSTES DOS OBJETIVOS DO PDITS

12. FORMULAÇÃO E AJUSTES DOS OBJETIVOS DO PDITS

Tendo por base os objetivos definidos na versão 2002 do PDITS do pólo Costa dos Corais e após a avaliação realizada através de pesquisa de campo, entrevistas institucionais e análise das fontes secundárias, os objetivos do PDITS foram estabelecidos.

O quadro abaixo sintetiza uma situação futura desejada do pólo e serve para estabelecer limites e direcionar a coleta dos dados necessários para a fase de diagnóstico. Alguns objetivos elencados PDITS 2002 são confirmados e serão detalhados adiante no desenvolvimento das estratégias.

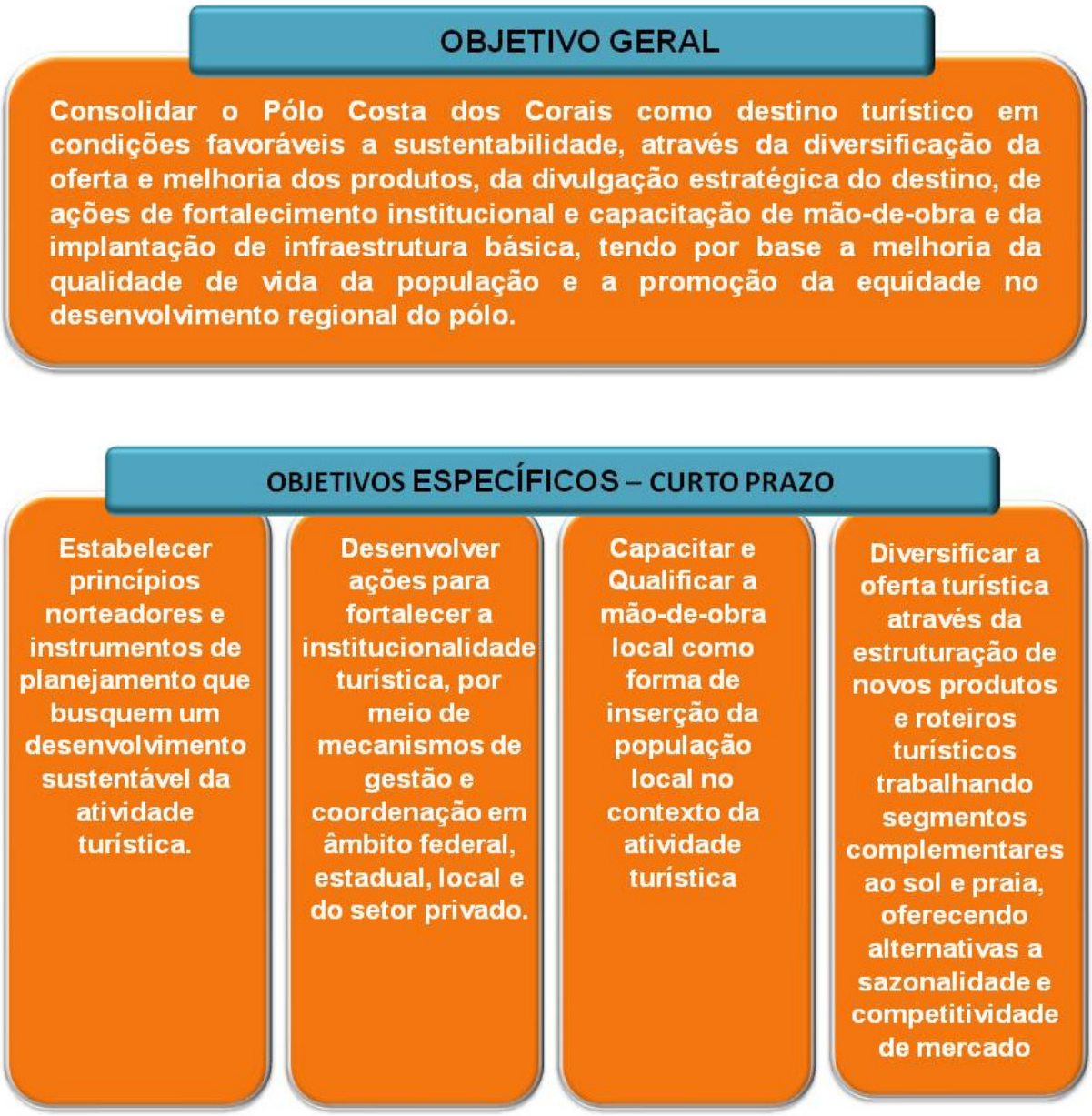


Figura 105 – OBJETIVOS DO PDITS

CAPITULO 3

DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO DA ÁREA E DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS, DO QUADRO INSTITUCIONAL E ASPECTOS SÓCIOAMBIENTAIS

13. ANÁLISE DO MERCADO TURÍSTICO

Uma análise de mercado turístico abrangente, que contemple as diversas variáveis quantitativas e qualitativas, de um destino, deve ser fundamentada em estudos bem elaborados e específicos do setor para que permita uma leitura cronológica de dados indicadores do desenvolvimento turístico e suas tendências.

Para fins de planejamento e, no PDITS em questão, a continuidade histórica do desenvolvimento de indicadores dos diversos elementos que compõem o mercado turístico do Pólo Costa dos Corais é essencial para se compreender suas potencialidades, posicionamento competitivo, delimitar estratégias de diferenciação e estabelecer metas e objetivos de desenvolvimento.

No entanto, após a realização da pesquisa de campo, investigação e análise das fontes secundárias, verificou–se a inexistência ou má qualidade de informações que possibilitem uma análise sistemática da região e dos municípios que a constituem. Assim sendo, foi necessária a construção e atualização de alguns indicadores em campo, por meio de métodos específicos e fontes primárias.

É importante ressaltar que o Pólo Costa dos Corais possui uma dinâmica de mercado diferenciada para cada uma de suas subzonas identificadas que não pode ser ignorada. Os tipos de demanda e oferta variam significativamente e serão analisados pontualmente, adiante, neste diagnóstico.

Desta forma, busca–se neste capítulo realizar uma análise de mercado turístico em função da vocação principal do Pólo, atual e potencial, predominante em toda área turística, avaliando, entretanto, as particularidades e aspectos específicos das subzonas quando pertinentes do ponto de vista técnico nas seguintes abordagens:

- Demanda atual do Pólo;
- Demanda potencial do Pólo;
- Análise da oferta turística do Pólo
- Investimentos e novos empreendimentos;
- Atrativos e recursos turísticos;
- Produtos comercializados e potenciais.

Para tanto foram utilizadas fontes secundárias de estudos e pesquisas de diversos órgãos municipais, estaduais e federais, universidades, associações, institutos entre outros. Além da consulta às fontes secundárias obtidas durante a primeira fase da pesquisa de campo, fontes de dados primários também serviram de base à análise, principalmente das subzonas do Pólo já que estas não possuem estudos ou informações específicas. Assim sendo, foram realizadas entrevistas e aplicados questionários junto aos atores mais relevantes e atuantes do Pólo, entre empresários de meios de hospedagens, restaurantes, pontos de apoio, presidentes e diretores de entidades de classes e investidores. Uma síntese dos principais métodos e fontes utilizadas para a realização da análise do mercado turístico do Pólo Costa dos Corais está relacionada abaixo:

Tabela 49 – PRINCIPAIS MÉTODOS E FONTES PARA ANÁLISE DE MERCADO TURÍSTICO

FONTE	INSTITUIÇÃO	ESTUDO / MÉTODO
FONTES SECUNDÁRIAS	MTUR	Anuários Estatísticos (2001 a 2009)
		Pesquisas de Hábitos de Consumo (2009)
		Organização Turística COPA 2014 (2009)
		Mercado de Segunda Residência no Brasil (2008)
		Estatísticas Básicas do Turismo (2008)
		Estatísticas e Indicadores do Turismo no Mundo (2009)
		Estudos de Competitividade (2008–2009)
		Destinos Indutores (2008)
		Projeto Rede de Cooperação Técnica para Roteirização (2008)
		Programa de Regionalização do Turismo (2008)
		Plano Nacional de Turismo (2007–2010)
		Dimensionamento do Turismo Doméstico no Brasil (2002 a 2007)
	SETUR	CADASTUR AL 2008–2010
		Indicadores Comparativos Meios de Hospedagem 2007–2010
		Mercados Emissores – 2007–2010
		Indicadores Meios de Hospedagem 2008–2010
		Tabulações de Demanda Memorial da República 2009–2010
		Mapeamento Empreendimentos Costa dos Corais 2007
		Acompanhamento Fluxo SBMO (Aeroporto Zumbi dos Palmares) 2007–2010
		SUINVEST – Captação de Novos empreendimentos Alagoas – 2009
		Plano Estadual 2005–2010
		Plano de Marketing 2010
		Materiais Promocionais – 2007–2010

FONTE	INSTITUIÇÃO	ESTUDO / MÉTODO
		Diagnóstico Roteiro Integrado da Civilização do Açúcar
		Escala Navios por Temporada (2008–2010)
		Estrutura do Centro de Convenções
		Relação de Eventos 2009 Centro de Convenções
		Pesquisas de demanda turística 2005–2006
		Tabulações de Demanda Turística SUDENE 1999 – 2000
		Ficha de Produtos Diversos Segmentos (2008 –2010)
	SEBRAE	Programa e Arranjos Produtivos Locais (2004)
		Plano de Ação 2010 – APL Costa dos Corais (2010)
		SIGEOR – Sistema de Informação da Gestão Estratégica Orientada para Resultados (2010)
		Estudo Foco no Mercado 2009
	SEDEC	Zoneamento Econômico Costeiro de Alagoas
		Zoneamento Turístico de Alagoas
	SEPLAN	Base Cartográfica do Pólo Costa dos Corais
		PPA (2007)
	PREFEITURAS MUNICIPAIS	Planos Diretores
		Planos Municipais
	SEINFRA	Plano de Infraestrutura para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável de Alagoas
	UFAL	Políticas Públicas e Distribuição de Renda
	UFPE	Imagem do Lugar – Maceió
	SECULT	Mapas do Artesanato e Folclore de Alagoas
	ABETA	Perfil do Turista de Aventura – 2010
	INFRAERO	Movimento Operacional Acumulado Aeroportos (2000 a 2009)
	IBGE	Perspectiva Macroeconômica do Turismo (2007)

FONTE	INSTITUIÇÃO	ESTUDO / MÉTODO
FONTES PRIMÁRIAS	GRAL – Associação dos Receptivos de Alagoas	Pesquisa dos Produtos Efetivamente Comercializados no Pólo Costa dos Corais
		Pesquisa de Preços Médios dos Pacotes Vendidos Atualmente no Pólo
	Prefeituras Municipais	Entrevistas semi–estruturadas e aplicação de questionários com representantes municipais de Maceió, Paripueira, Barra de Santo Antônio, Passo de Camaragibe, São Miguel dos Milagres, Porto de Pedras, Porto Calvo, Japaratinga e Maragogi (junho, julho e agosto de 2010)
	AHMAJA	Entrevistas semi–estruturadas e aplicação de questionários com empresários de meios de hospedagem, pontos de apoio, restaurantes e representantes das entidades de classe do Pólo (julho e agosto de 2010)
	AREAL	
	AEJATUR	
	AFOTUR	
	ABIH	
	ARIBAMA	
	SETUR	Entrevistas semi–estruturadas com a Secretária de Estado do Turismo, Superintendente de Marketing e Diretor de Destinos e Produtos (julho e agosto de 2010)
	DER	Entrevista semi–estruturada com o Diretor–Presidente do DER (julho de 2010)
	SENAC	Entrevista semi–estruturada com Gerente de Unidade do Senac (julho de 2010)
	INSTITUTO CHICO MENDES	Entrevista semi–estrutura com analista ambiental do Instituto Chico Mendes (agosto de 2010)
	SEBRAE	Entrevista semi–estruturada com Gerente da Unidade de Turismo, Cultura e Artesanato do Sebrae–AL (julho de 2010)

13.1. Análise da Demanda Atual do Pólo

A caracterização e entendimento da demanda turística atual do Pólo é o primeiro passo para um planejamento consistente, pois é fundamentado em tendências reais que possibilitam um direcionamento de estratégias e alocação de recursos e esforços para o desenvolvimento do destino.

O Pólo Costa dos Corais é dividido em subzonas turísticas com algumas características diferenciais de demanda e oferta. No entanto é visível o segmento de sol e praia como predominante em toda área turística.

Tabela 50 – PRINCIPAIS MÉTODOS E FONTES PARA ANÁLISE DE MERCADO TURÍSTICO

SUBZONA I	Compreende os municípios de Paripueira e Barra de Santo Antônio. Existência numerosa de casas de veraneio, e condomínios de segunda residência. Produtos turísticos predominantemente relacionados a pontos de apoio com capacidade de recepção de grandes grupos.
SUBZONA II	Compreende os municípios de Passo de Camaragibe, São Miguel dos Milagres, Porto de Pedras e em caso particular, Japaratinga. Predominam os empreendimentos denominados pousadas de charme, conhecidos pelo alto padrão qualitativo na prestação de serviços e gastronomia, embora já existam alguns pontos de apoio turismo de massa.
SUBZONA III	Compreende o município de Maragogi, caracterizado pela infraestrutura turística em consolidação. Equipamentos de apoio para turismo de massa onde produto turístico principal está relacionado a passeios às piscinas naturais ou galés. Presença de resorts, hotéis e pousadas em considerável número.
SUBZONA IV	Destino consolidado e portão de entrada do Pólo, Maceió, concentra a maioria dos meios de hospedagem de Alagoas, com produtos e segmentos turísticos variados. A grande maioria dos prestadores de serviços que servem ao Pólo encontram–se aqui.
SUBZONA V	Compreende os municípios de São Luis do Quitunde, Matriz de Camaragibe e Porto Calvo. Municípios fora da Zona Costeira que ainda não foram inseridos de forma efetiva no setor mas que fazem parte do corredor turístico que os liga aos demais municípios do Pólo.

(Autoria: Lyra, P. 2010)

Todas as subzonas recebem influência direta do portão de entrada Maceió. Através das pesquisas de campo e entrevistas com atores locais, foi verificado que muitas das características da demanda atual de todas as subzonas obedecem, até certo ponto[52] aos padrões da capital do Estado.

[52] À exceção da subzona III que possui características de demanda diferenciadas com consumidores de maior poder aquisitivo e de uma variedade maior de mercados emissores, tanto nacionais quanto internacionais.

Para fins práticos e de sistematização dos dados e devido à completa inexistência de indicadores gerais das demais subzonas, o comportamento da demanda e seus aspectos quantitativos serão analisados tendo por base os dados obtidos pelo órgão oficial de turismo do Estado, SETUR, referentes ao BOH e FNRHs fornecidos por meios de hospedagem do município de Maceió e, pontualmente, de Maragogi, onde se entendem como representativos da demanda do Pólo como um todo, mas que não sugerem sua totalidade. Além destes, outros dados foram obtidos com as entidades de classe, associações, assim como estudos existentes do Ministério do Turismo.

13.1.1. Perfil Quantitativo dos Visitantes Atuais do Pólo

São analisadas aqui as características e o perfil do turista em função do volume de hóspedes por mercado geográfico, grau de permanência, movimentação de passageiros e projeções futuras por meio de tendências históricas.

13.1.1.1.Fluxo de Passageiros

O principal portão de entrada do Pólo é o município de Maceió, no qual está inserido o Aeroporto Internacional Zumbi dos Palmares. Grande parte do fluxo ao Pólo é oriundo da capital alagoana por meio deste equipamento. É importante notar, todavia, que há significativa influência do Aeroporto Internacional dos Guararapes em Recife, PE, na emissão de turistas ao Pólo, principalmente aos situados no extremo norte do Estado, divisa com Pernambuco.

Tabela 51 – FLUXO DE PASSAGEIROS SBMO

FLUXO DE PASSAGEIROS AEROPORTO ZUMBI DOS PALMARES MACEIÓ / RIO LARGO							
ANO	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**
Doméstico	511,677	632,651	740,610	846,203	917,170	934,951	1,102,804
Internacional	24,632	23,453	24,972	24,790	20,135	22,793	14,446
Total	536,309	656,104	765,582	870,993	937,305	957,744	1,117,250
Variação Abs.	–	120,974	107,959	105,593	70,967	17,781	167,853
Variação Rel.	–	23.64%	17.06%	14.26%	8.39%	1.94%	17.95%

(Fonte: Infraero, 2010)

A partir da análise dos dados históricos da movimentação de passageiros, observando as oscilações dos números em função do tempo e dos fatores macroeconômicos de cada ano, pode–se entender o grau de susceptibilidade do destino aos ambientes externo e interno, assim como estabelecer uma tendência de projeção de demanda. Considerando o fluxo total por ano e as variações absolutas e relativas entre períodos conforme a Tabela 51 acima, pode–se estabelecer uma média percentual indicadora de estimativa para os próximos 5 anos de acordo com a Tabela 52 a seguir:

Tabela 52 – PROJEÇÃO – FLUXO DE PASSAGEIROS SBMO

PROJEÇÃO DE 5 ANOS – FLUXO DE PASSAGEIROS SBMO					
ANO	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**
Doméstico	1,255,763	1,429,986	1,628,380	1,854,299	2,111,561
Internacional	16,450	18,732	21,331	24,290	27,660
Total	1,272,213	1,448,717	1,649,710	1,878,589	2,139,221
Variação Abs.	152,959	176,505	200,993	228,878	260,633
Variação Rel.	13.87%	13.87%	13.87%	13.87%	13.87%

Autoria: Lyra,P (2010)

Percebe–se que o fluxo doméstico de passageiros apresenta um crescimento consistente ao longo dos anos, demonstrando certa resistência a fatores econômicos externos, a exemplo de crises econômicas. Por outro lado, é igualmente visível a fragilidade do fluxo internacional de passageiros em períodos específicos. Estes padrões de resistência ao ambiente externo podem ser melhor compreendidos quando se analisam os impactos da recente crise econômica mundial acentuada em 2008. Observando a Figura 106, nota–se que no período de 2008 para 2009 o fluxo de passageiros doméstico cresceu, enquanto o internacional sofreu uma queda de mais de 57%.

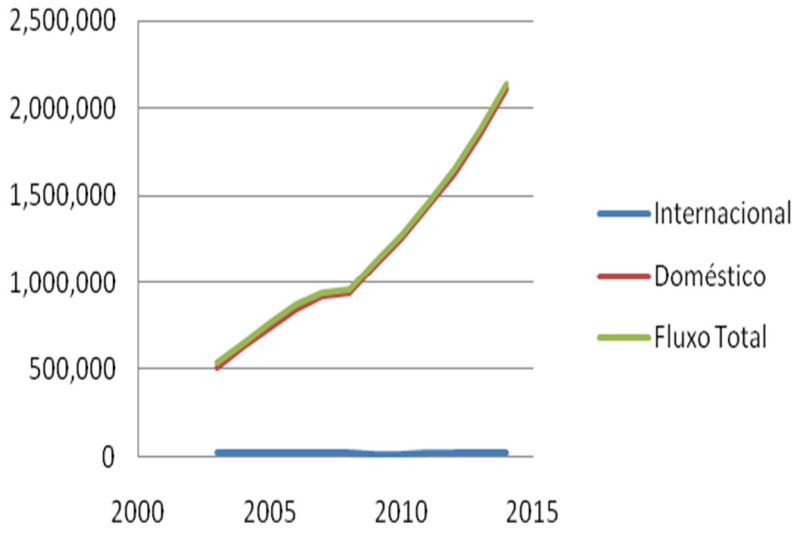
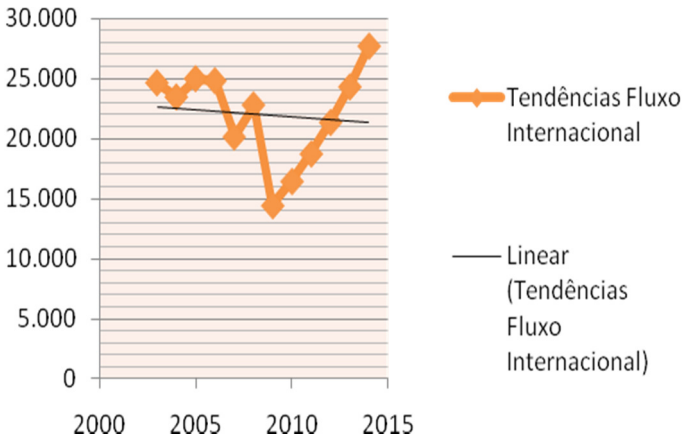


Figura 106 – Projeção – Fluxo de Passageiros
Autoria: Lyra,P (2010)

A Figura 106 acima demonstra o crescimento da movimentação no Aeroporto Internacional Zumbi dos Palmares até 2014. Verifica–se que o fluxo total de passageiros (nacional + internacional), acompanha diretamente o fluxo doméstico, indicando uma dependência significativa de passageiros domésticos e baixa influência das oscilações dos passageiros de procedência internacional.



Já a Figura 107, demonstra as oscilações sofridas pelo fluxo internacional no decorrer dos anos. Razões para esta inconstância podem estar relacionadas com a relevância do mercado internacional para o destino, mas principalmente como este mercado reage a fatores externos. Com início em 2008 e perdurando até 2009, por exemplo, nota–se uma grande queda no fluxo de passageiros estrangeiros, muito provavelmente em virtude da crise econômica mundial.

Figura 107 – Tendências – Fluxo Internacional
(Autoria: Lyra, P. 2010)

Estas projeções são baseadas unicamente no histórico dos dados obtidos, no entanto, ao analisar o cenário econômico nacional e internacional, estes números podem ser considerados conservadores uma vez que as estimativas para 2014 perpassam por uma recuperação de uma crise econômica e dos preparativos para o megaevento da Copa do Mundo a ser realizada no Brasil, em 2014. Um reforço a este argumento é que apenas nos primeiros 7 meses de 2010, de janeiro a julho, o total de passageiros praticamente se iguala ao total de 2009, acumulando 13.962 paxs.

Um outro portão de entrada de turistas começa a figurar a partir de 2005, o Porto de Maceió, onde os cruzeiros marítimos começam a aportar. Observa–se, através das figuras a seguir o crescimento deste fluxo turístico.

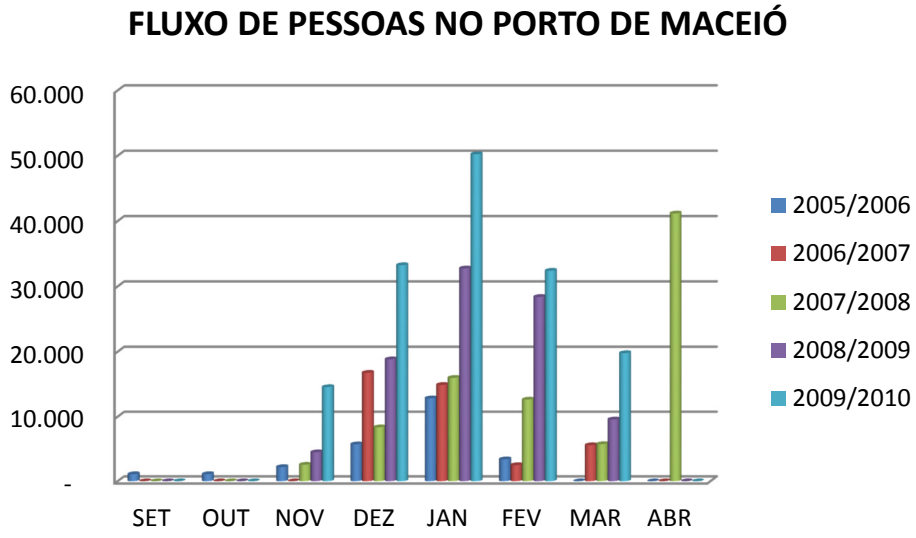


Figura 108 – Fluxo de Pessoas no Porto de Maceió
(Fonte: SEMPTUR / Porto de Maceió – 2010)

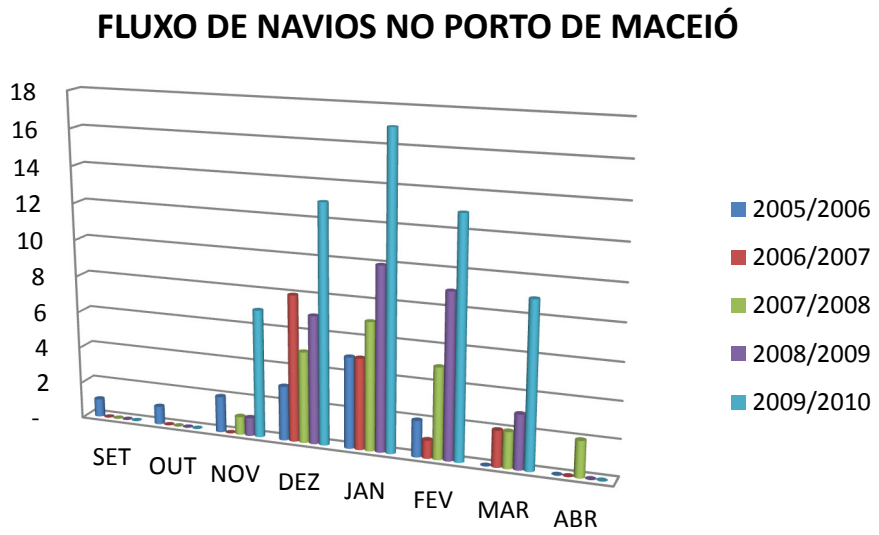


Figura 109 – Fluxo de Navios no Porto de Maceió
(Fonte: SEMPTUR / Porto de Maceió – 2010)

13.1.1.2. Mercados Emissores

Assim como nos indicadores do fluxo de passageiros, observa–se uma maior relevância do mercado nacional quando comparado ao internacional, desta forma entendeu–se ser coerente uma análise diferenciada e paralela destes, buscando uma melhor visualização das necessidades de posicionamento de mercado para fins de planejamento.

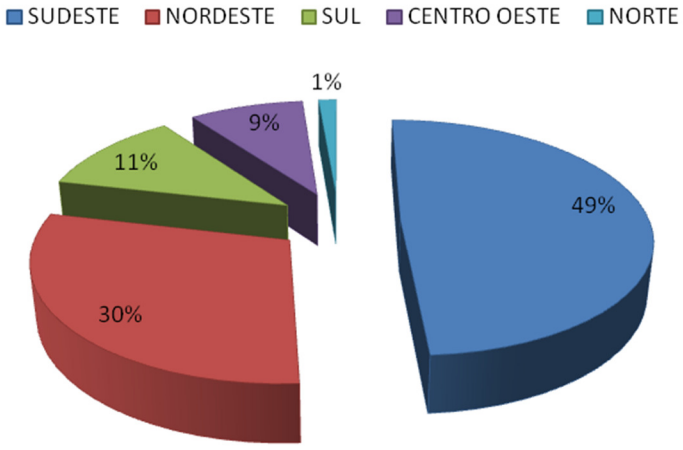


Figura 110 – Mercado Emissor Por Região do Brasil
(Fonte: SETUR/AL, 2010)

É evidente a partir da Figura 110 a importância da região sudeste para os destinos indutores do Pólo Costa dos Corais, onde praticamente 50% do destino é fomentado principalmente

pelo Estado de São Paulo. O nordeste vem em segundo lugar ressaltando a necessidade de investimentos contínuos no mercado local / regional e estados circunvizinhos.

Pernambuco foi o Estado de maior relevância em número de turistas ao Pólo Costa dos Corais da região Nordeste em 2009. Vem seguido de Bahia, Alagoas e Sergipe. Dois destes Estados serão sede de jogos da Copa do Mundo de 2014. O que representa uma oportunidade para atrair novos visitantes ao Pólo.

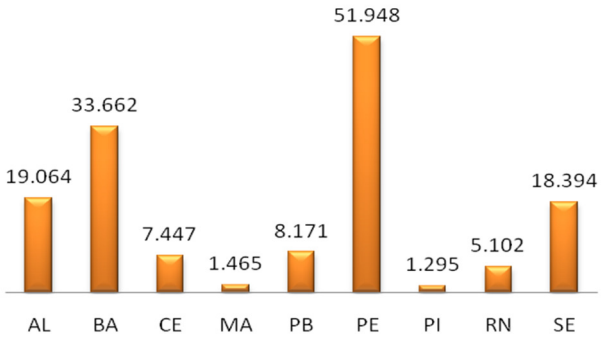
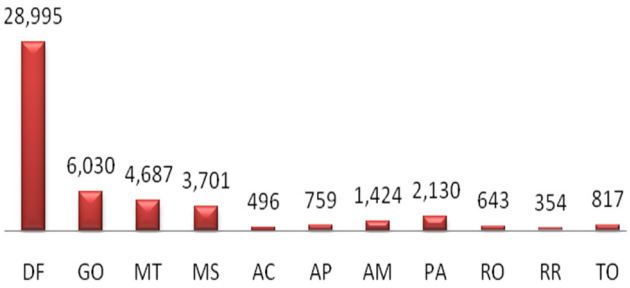
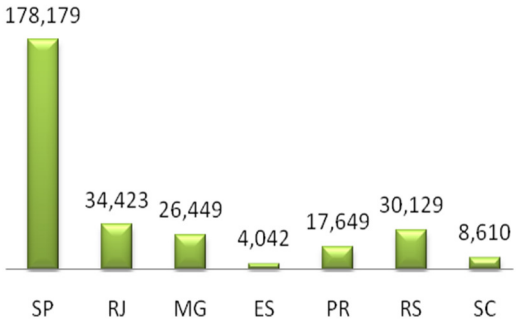


Figura 111 – Estados Emissores Região NE
(Fonte: SETUR/AL, 2009)



Entre as regiões Norte e Centro-Oeste, o Distrito Federal foi o mercado mais significante para Maceió e Maragogi em 2009, seguido de Goiás e Mato Grosso.

Figura 112 – Estados Emissores Regiões Norte e Centro–Oeste
(Fonte: SETUR, 2009)



O Estado de São Paulo foi o principal emissor de turistas aos municípios de Maceió e Maragogi e potencialmente ao Pólo Costa dos Corais em 2009. O ranking é seguido por Rio de Janeiro e Minas Gerais da região Sudeste e Paraná e Rio Grande do Sul da região Sul.

Figura 113 – Estados Emissores Regiões Sul e Sudeste
(Fonte: SETUR/AL, 2009)

No ranking dos 10 maiores mercados emissores, percebe-se o grande grau de separação entre o Estado de São Paulo e os demais Estados do Brasil. Com aproximadamente 36% da fatia de mercado em 2009, os pacotes turísticos oferecidos pelas grandes operadoras de São Paulo, a exemplo da CVC, vem se consolidando ao longo dos anos como principal modelo de vendas e fomento da atividade turística do Pólo. Os outros Estados também acompanham este modelo transformando as operadoras nacionais nos mais relevantes canais de distribuição do Pólo.

Tabela 53 – 10 MAIORES EMISSORES NACIONAIS

10 MAIORES EMISSORES NACIONAIS EM 2009			
Nº	**ESTADO**	**TURISTAS**	**% DO TOTAL**
1	SP	178,179	35,92%
2	PE	51,948	10,47%
3	RJ	34,423	6,94%
4	BA	33,662	6,78%
5	RS	30,129	6,07%
6	DF	28,995	5,84%
7	MG	26,449	5,33%
8	AL	19,064	3,84%
9	SE	18,394	3,71%
10	PR	17,649	3,56%

(Fonte: SETUR/AL, 2009)

O mercado internacional também possui características de distribuição bem definidas. Observando a Figura 114 a seguir, notam–se essencialmente 2 continentes predominantes na emissão de turistas aos destinos indutores do Pólo; o americano, que se dividindo entre as Américas Central, do Norte e do Sul, detém o percentual de 62% do total de turistas internacionais e o Europeu com 35%. Vale ressaltar que a América do Sul possui maior representatividade entre as Américas com um total de aproximadamente 53% das emissões contra 8% da América do Norte e apenas 1% da América Central.

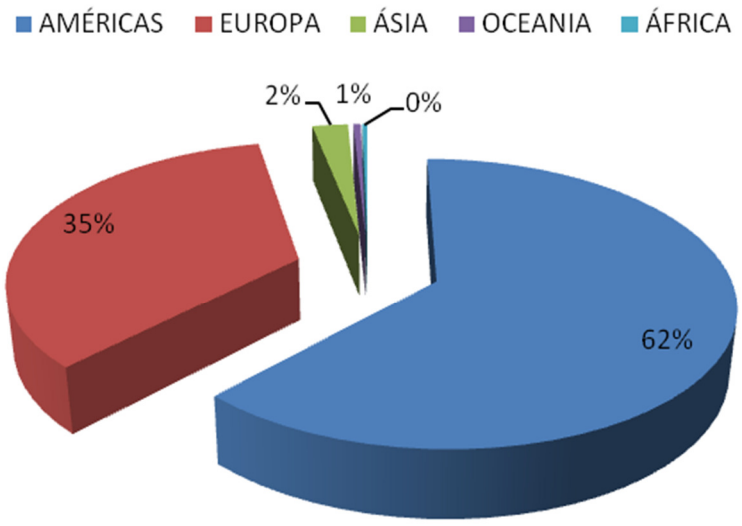


Figura 114 – MERCADO EMISSOR POR REGIÃO POR CONTINENTE
(Fonte: SETUR/AL, 2010)

Tabela 54 – 10 MAIORES EMISSORES INTERNACIONAIS DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

10 MAIORES EMISSORES INTERNACIONAIS PARA O PÓLO COSTA DOS CORAIS EM 2009			
Nº	**ESTADO**	**TURISTAS**	**% do Total**
1	Argentina	7961	44,57%
2	Itália	2344	13,12%
3	Estados Unidos	1260	7,05%
4	Portugal	1071	6,00%
5	Uruguai	528	2,96%
6	Finlândia	480	2,69%
7	França	441	2,47%
8	Chile	436	2,44%
9	Paraguai	381	2,13%
10	Espanha	342	1,92%

(Fonte: SETUR, 2009)

Assim como São Paulo para o mercado doméstico, a Argentina é o principal mercado emissor internacional para Maceió e Maragogi. Com 44,57% do total de estrangeiros na região em 2009, seguida da Itália com 13,12%, Estados Unidos com 7,05% e Portugal com 6,00%.

A relação no setor de turismo do Estado de Alagoas com o mercado argentino já possui laços históricos e o país já pode ser considerado um mercado consolidado para o Pólo. No entanto verifica-se certa dependência dos mercados internacionais com relação à captação de vôos charters para o destino, onde o número de visitantes oscila de acordo com a existência ou não desses vôos, o que implica um constante investimento em promoção do destino junto aos canais de distribuição dos países emissores.

Através da análise dos principais emissores nacionais e internacionais, verificam–se alguns mercados já consolidados, que mantêm um crescimento constante a cada ano. Para uma

investigação comparativa foi feito um paralelo entre o total de visitantes ao Pólo nos primeiros semestres de 2009 e 2010. Os resultados são discutidos abaixo:

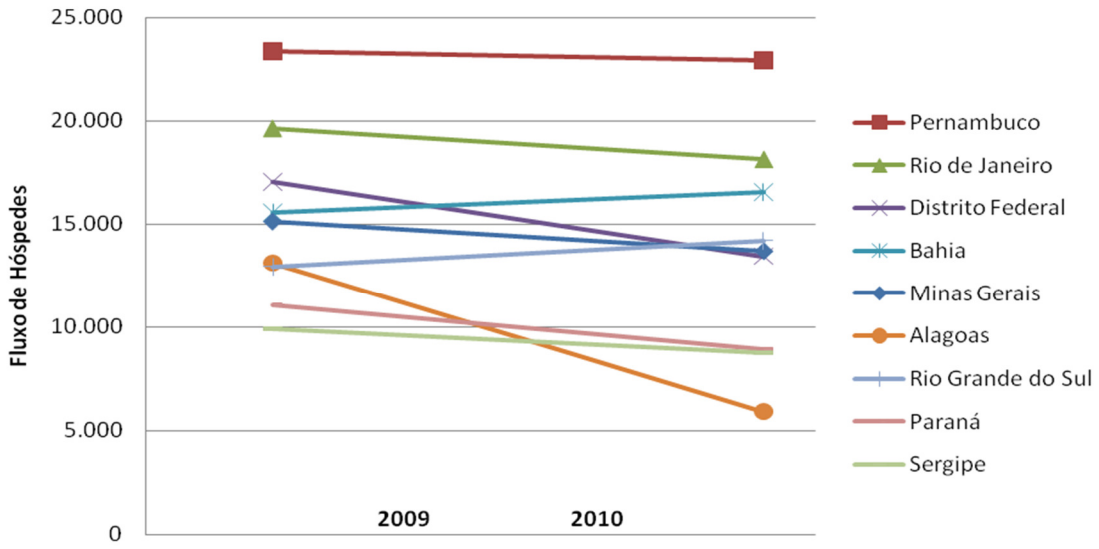


Figura 115 – Evolução dos 9 Maiores Emissores Nacionais 1º Semestre
(Fonte: SETUR/AL, 2010)

Apesar da oscilação em alguns mercados emissores nacionais a maioria mantém uma evolução linear, sinalizando um processo de consolidação destes Estados para a área turística.

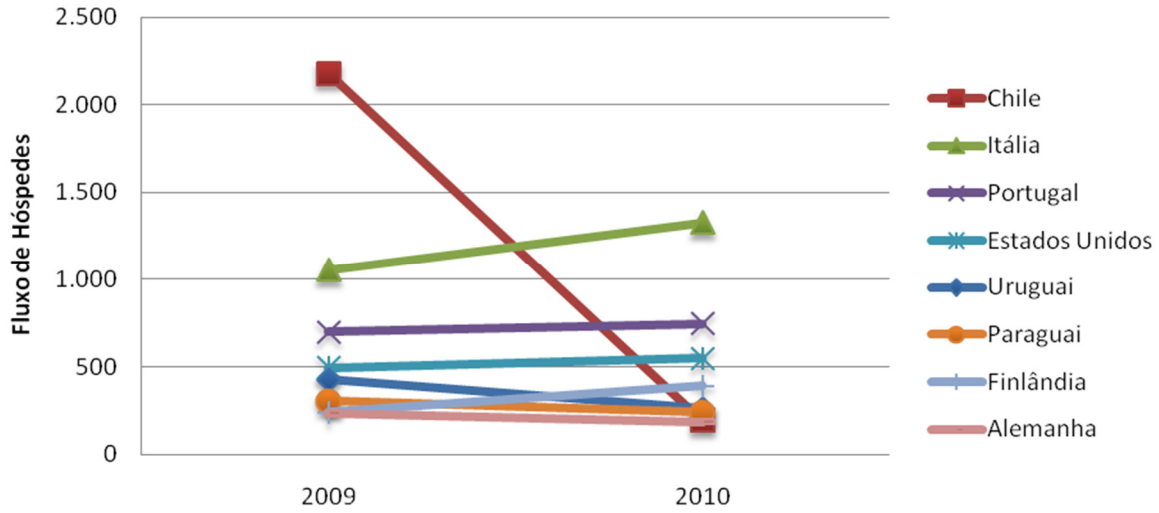


Figura 116 – Evolução dos 8 Maiores Emissores Internacionais – 1º Semestre
(Fonte: SETUR/AL, 2010)

De forma similar, os mercados emissores internacionais também apresentam sinais de consolidação e baixa oscilação no número de hóspedes, à exceção do Chile que demonstra uma queda acentuada de visitantes nos 6 primeiros meses de 2010. Isto pode se indicador

de ambiente externo desfavorável para este mercado específico ou alguma variação na captação de vôos previstos anualmente.

Por outro lado, os 2 maiores mercados emissores nacional e internacional reafirmam sua estabilidade indicando fontes consolidadas de demanda, sendo eles São Paulo, nas emissões domésticas e Argentina no envio de estrangeiros aos destinos indutores do Pólo.

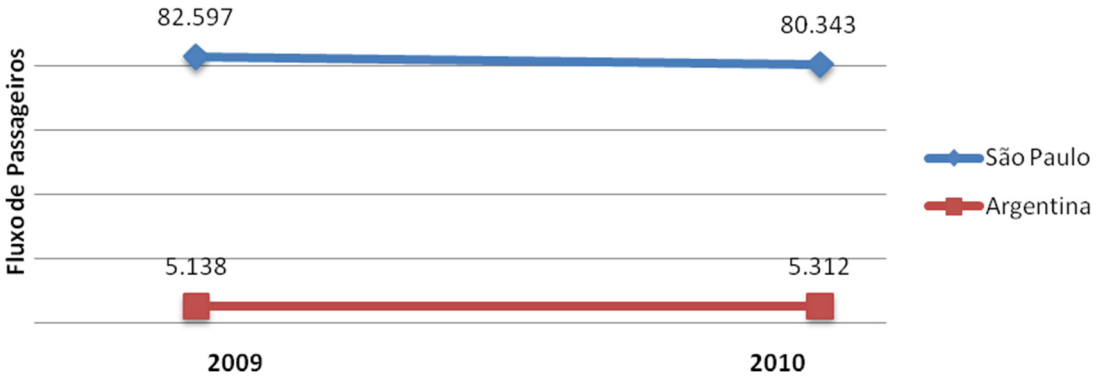


Figura 117 – Mercados Consolidados – 1º Semestre
(Fonte: SETUR/AL, 2010)

Além do elevado número de turistas e alta proporção percentual quando comparados aos pares domésticos e internacionais, estes mercados representam quase 40% do total de visitantes aos municípios onde se pode efetuar a análise. Pela Figura 117 observa–se uma evolução linear das emissões, isto caracteriza uma consolidação destas demandas e uma necessidade de investimentos para manutenção e estruturação cada vez maior destes mercados.

13.1.1.3. Permanencia e Ocupação Média

Ainda de acordo com a análise das fontes oficiais descritas foi possível acompanhar uma evolução dos últimos 4 anos com relação à taxa de ocupação, permanência média e fluxo de hóspedes, tendo por base dados recentes e consistentes com a demanda atual conforme Tabela 55 a seguir:

Tabela 55 – INDICADORES COMPARATIVOS

INDICADORES COMPARATIVOS – 1º SEMESTRE (ÚLTIMOS QUATRO ANOS)			
Ano	**Taxa de Ocupação**	**Permanência (dias)**	**Fluxo de Hóspedes**
2007	62.94%	3.7	234,139
2008	68.21%	3.9	255,770
2009	71.77%	3.8	251,053
2010	72.06%	3.8	310,888

(Fonte: SETUR/AL, 2010)

Percebe–se uma estagnação da permanência média de dias na análise comparativa de 2009 e 2010, o que pode sugerir uma espécie de limitação na dinâmica do destino, uma vez que o visitante encontra–se nos destinos em termos de produtos turísticos, ou simplesmente uma permanência maior não característica predominante do público alvo, apesar de um volume anual crescente. Isto pode significar a necessidade de esforços e investimentos de captação de outros perfis e mercados. Um dado que reforça este argumento é a permanência média de 9.76 dias de um estrangeiro que visita os destinos indutores quando comparado à média de 3.8 do turista nacional.

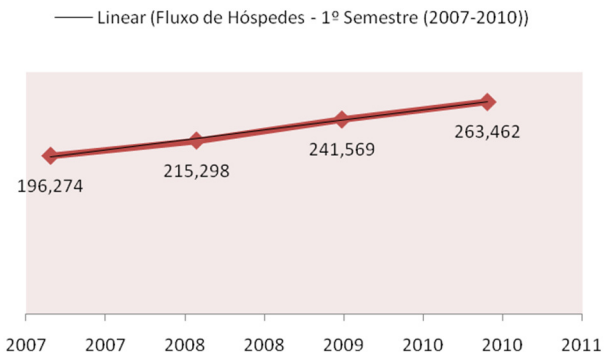


Figura 118 – Fluxo de Hóspedes
(Fonte: SETUR/AL, 2010)

A figura 95 demonstra o crescimento linear do fluxo de hóspedes nos primeiros semestres de 2007 a 2010. As tendências e projeções, mesmo com o aumento da oferta de leitos, apontam um cenário de contínuo crescimento.

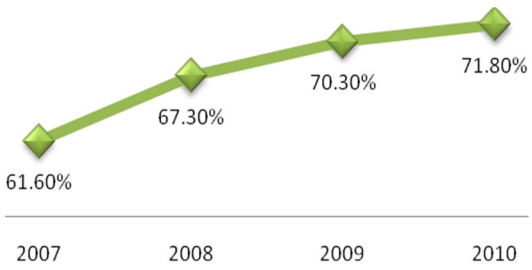


Figura 119 – Taxa de Ocupação
(Fonte: SETUR/AL, 2010)

Estima-se que a taxa de ocupação dos meios de hospedagem estabilize após alguns anos. O cenário observado no Pólo Costa dos Corais em sua totalidade ainda é de crescimento anual da ocupação como se pode observar na Figura 119.

13.1.2. Perfil Qualitativo da Demanda Atual do Pólo

13.1.2.1. Origem, Sexo e Faixa Etária

De acordo com a análise dos últimos 3 anos chegou–se à conclusão que 97% da demanda é de mercado doméstico e apenas 3% de mercado internacional. Assim como na identificação dos mercados emissores, tenta–se avaliar os perfis de acordo com sua origem para uma melhor leitura das necessidades de estratégicas.

Figura 120 – Origem dos Turistas
(Fonte: SETUR/AL, 2010)

A Figura 121 a seguir fazem um paralelo entre as características qualitativas da demanda de maneira específica e vinculadas à origem do turista do Pólo Costa dos Corais.

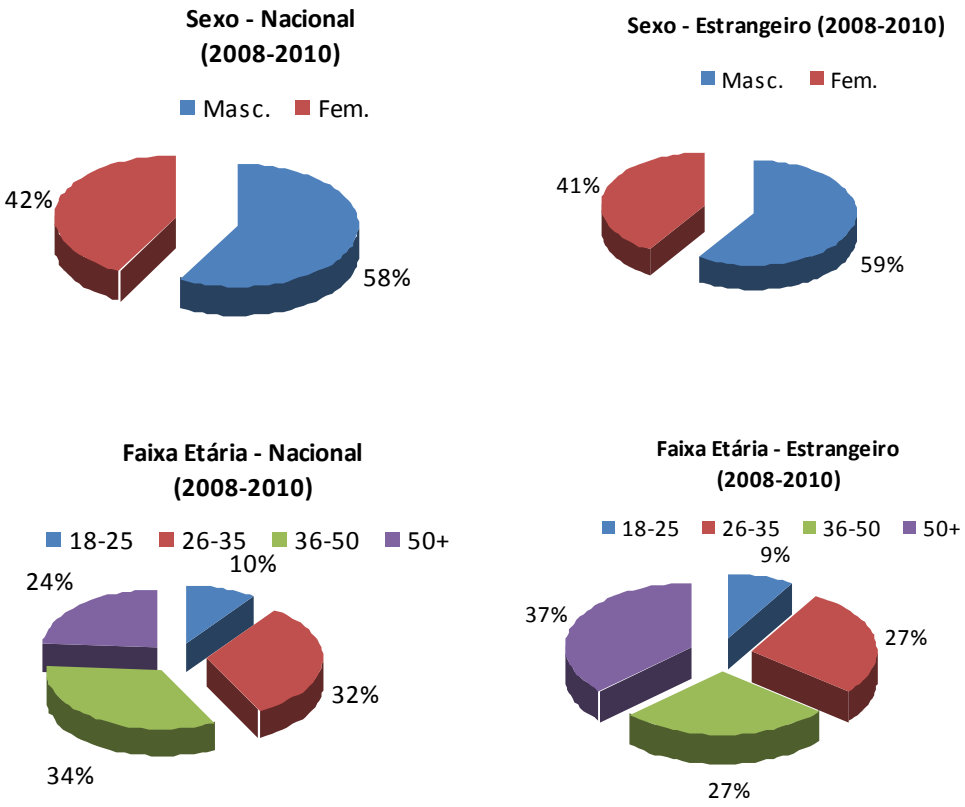


Figura 121 – Perfil Qualitativo da Demanda
(Fonte: SETUR/AL, 2010)

No que tange as características de gênero, observam–se similaridades tanto no mercado nacional quanto no estrangeiro. Já no que diz respeito à faixa etária dos visitantes, há diferenças que podem sinalizar perfis diferenciados e, portanto uma necessidade de direcionamento maior no planejamento para perfis e público–alvo específico. No mercado nacional há uma equiparação das faixas etárias de 26 a 50 anos, assim como um significante percentual do público da melhor idade, o que é característico e converge com os segmentos e motivação de viagens predominantes no Pólo Costa dos Corais retratados na Tabela 56 a seguir:

Tabela 56 – MOTIVO DA VIAGEM

MOTIVO DA VIAGEM			
TIPO	**NACIONAL**	**ESTRANGEIRO**	**GERAL**
PASSEIO	92,69%	95,75%	92,89%
NEGÓCIOS / TRABALHO	4,90%	3,95%	4,84%
CONGRESSO / CONVENÇÃO	1,76%	0,30%	1,66%
CONCURSO	0,24%	–	0,22%
OUTROS	0,41%	–	0,39%

(Fonte: SETUR/AL, 2010)

O principal meio de hospedagem utilizado pelos turistas é em primeiro lugar hotel com 69,00%, seguido de pousada com 17,33% do total. Nota–se recentemente nas pesquisas o surgimento dos cruzeiros como meio de pernoite em Maceió com 5,67%.

Tabela 57 – PRINCIPAIS MEIOS DE HOSPEDAGEM

MEIO DE HOSPEDAGEM			
TIPO	**NACIONAL**	**ESTRANGEIRO**	**GERAL**
HOTEL	68,43%	95,45%	**69%**
POUSADA	17,61%	4,55%	**17,33%**
CASA DE PARENTE / AMIGO	8,17%	–	**8%**
CRUZEIRO	5,79%	–	**5,67%**

(Fonte: SETUR/AL, 2010)

Analisando a Figura 122, verifica–se que o meio aéreo é o mais utilizado pelos turistas do Pólo Costa dos Corais, tanto para o mercado nacional quanto internacional. Todavia a utilização de carro, 18%, é representativa para os brasileiros que visitam a região enquanto o ônibus, 10%, fica em segundo lugar para os estrangeiros.

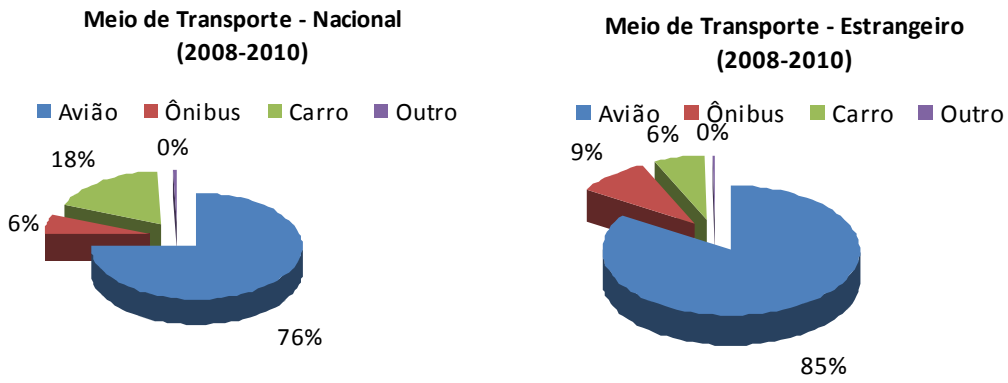


Figura 122 – Meio de Transporte Utilizado
(Fonte: SETUR/AL, 2010)

13.1.3. Tendencias de Comportamento e Hábitos da Demanda Atual

Em pesquisa realizada pelo Ministério do Turismo sobre os hábitos e consumo do turismo no Brasil em julho de 2009, fizeram parte da população investigada consumidores atuais e potenciais de 8 dos 10 maiores mercados emissores já identificados anteriormente. Assim sendo, as características apresentadas no estudo convergem exatamente com o perfil dos visitantes ao Pólo Costa dos Corais.

O principal canal de informação sobre as viagens dos consumidores de acordo a pesquisa é a orientação de parentes e amigos tanto dos clientes atuais como dos potenciais conforme Figura 123.

Fonte de Informação Sobre Viagens no Brasil

	Cliente atual	Cliente potencial
Parentes e amigos	41,5%	47,7%
Internet	39,1%	30,9%
Agências de viagens/de turismo	5,6%	4,3%
Revistas de turismo/guias turísticos	5,8%	4,2%
Artigos em jornais	3,7%	5,1%
Televisão	3,3%	7,0%
Outras respostas	0,9%	0,8%
NS	0,0%	

Figura 123 – Canal de Informação Sobre Viagens no Brasil
(Fonte: MTUR, 2009)

Já a Tabela 58 indica que a grande maioria dos consumidores dos mercados emissores planeja suas viagens com no mínimo 100 dias de antecedência. No entanto também aponta uma média de 25 a 30% dos clientes atuais entrevistados que planejam suas viagens sem antecedência.

Tabela 58 – TEMPO DE ANTECEDÊNCIA PARA PROGRAMAÇÃO DA VIAGEM

Tempo antecedência para programação da viagem

	MERCADO EMISSOR										
	São Paulo - Capital	Rio de Janeiro - Capital	Belo Horizonte	Porto Alegre	Curitiba	Florianópolis	Salvador	Recife	Fortaleza	Brasília	Goiânia
Com antecedência	66,7%	67,9%	67,9%	70,5%	64,3%	73,8%	74,0%	67,9%	65,2%	70,1%	74,4%
Até 15 dias	8,2%	8,4%	11,7%	5,4%	5,4%	11,9%	10,6%	6,6%	7,4%	4,8%	4,5%
De 16 a 30 dias	18,0%	20,6%	19,7%	17,1%	17,8%	23,8%	20,3%	17,0%	14,8%	13,6%	15,8%
De 31 a 60 dias	8,2%	10,7%	9,5%	11,6%	6,2%	15,1%	13,8%	14,2%	10,4%	16,3%	12,8%
De 61 a 90 dias	10,4%	6,9%	8,8%	10,9%	9,3%	4,0%	8,1%	9,4%	8,9%	10,9%	9,8%
De 91 a 180 dias	12,0%	13,7%	12,4%	19,4%	17,1%	13,5%	15,4%	14,2%	15,6%	20,4%	20,3%
Mais de 181 dias	8,2%	5,3%	5,1%	6,2%	7,8%	4,8%	4,9%	6,6%	5,9%	4,1%	9,8%
NS/NR	1,6%	2,3%	0,7%		0,8%	0,8%	0,8%		2,2%		1,5%
Sem antecedência	33,3%	32,1%	32,1%	29,5%	35,7%	26,2%	26,0%	32,1%	34,8%	29,9%	25,6%
Média (dias)	107,87	88,20	83,68	107,86	111,34	84,12	87,13	103,04	104,93	100,49	120,49

(Fonte: MTUR, 2009)

13.1.4. Tendencias de Estrutura do Gasto Turístico

Tomando por base a pesquisa do mercado emissivo do MTUR (2009), conforme Figura 124 abaixo, observa–se que num comparativo entre 2007 e 2009 a proporção dos gastos permanece a mesma onde a maior parte está distribuída entre hospedagem e transporte seguidos por alimentação, passeios turísticos, presentes e deslocamentos locais.

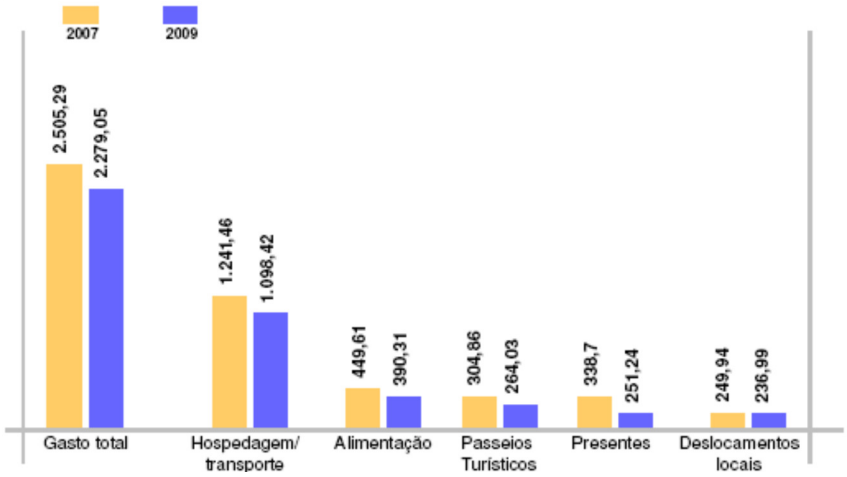


Figura 124 – Gasto Médio por Viagem
(Fonte: MTUR, 2009)

Apesar de não dispor de informações e pesquisas específicas para os municípios do Pólo, comprova–se que os dados acima espelham a tendência de estrutura do gasto turístico de boa parte dos municípios integrantes do Pólo, principalmente os que compõem as sub–zonas dos trechos com turismo em desenvolvimento, turismo em consolidação e turismo consolidado. Ou seja, os municípios da Rota Ecológica, de Maragogi, Japaratinga e Maceió, que apresentam uma cadeia produtiva do turismo mais estruturada.

Buscando uma análise mais clara e aprofundada de todo Pólo, constata–se que a estrutura de gasto sofre alteração nos municípios integrantes do trecho de veraneio e "*day use*". Ou seja, esse trecho apresenta baixa estrutura da cadeia produtiva, concentrando investimentos basicamente em pontos de apoio consolidados. Sendo assim, os gastos concentram–se em: passeios turísticos, alimentação, deslocamentos locais e presentes.

Já para os municípios de São Luiz do Quitunde, Matriz de Camaragibe e Porto Calvo, pertencentes ao trecho com municípios fora da área litorânea, a composição dos gastos dos turistas é basicamente nula, tendo em vista que os municípios estão num processo incipiente de desenvolvimento da atividade turística.

13.1.5 Determinação da Imagem Percebida da Área Turística

Os aspectos positivos após o retorno da viagem ainda predominam a beleza natural, praias cultura e população local, sendo este último geralmente atribuído à hospitalidade do povo, como mostra a Figura 125.

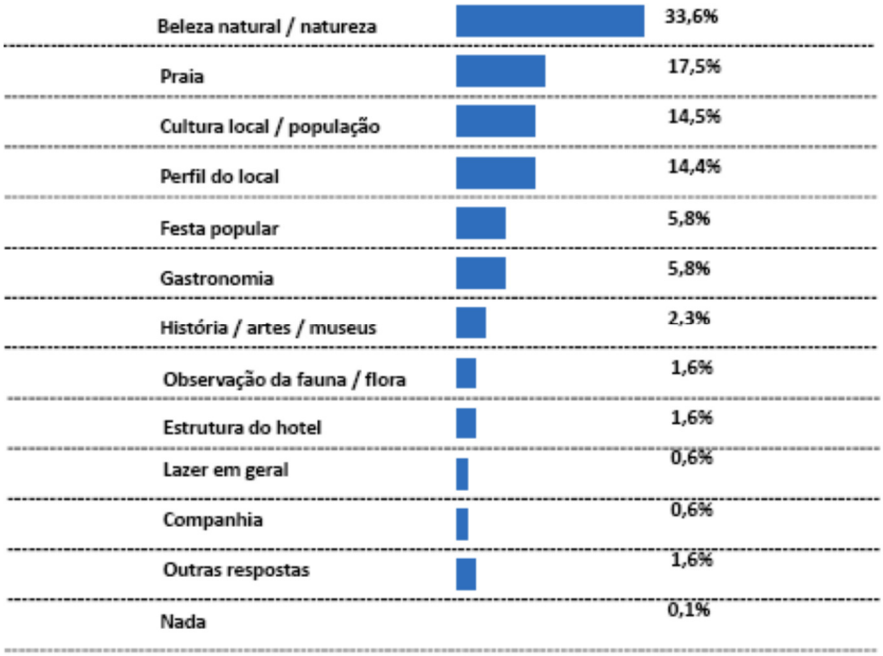


Figura 125 – Aspectos Positivos da Viagem
(Fonte: MTUR, 2009)

Os aspectos negativos deixados pelo destino estão relacionados entre os mais indicados pelos consumidores a problemas com o meio de transporte / passeios, falta de segurança e falta de infraestrutura turística.

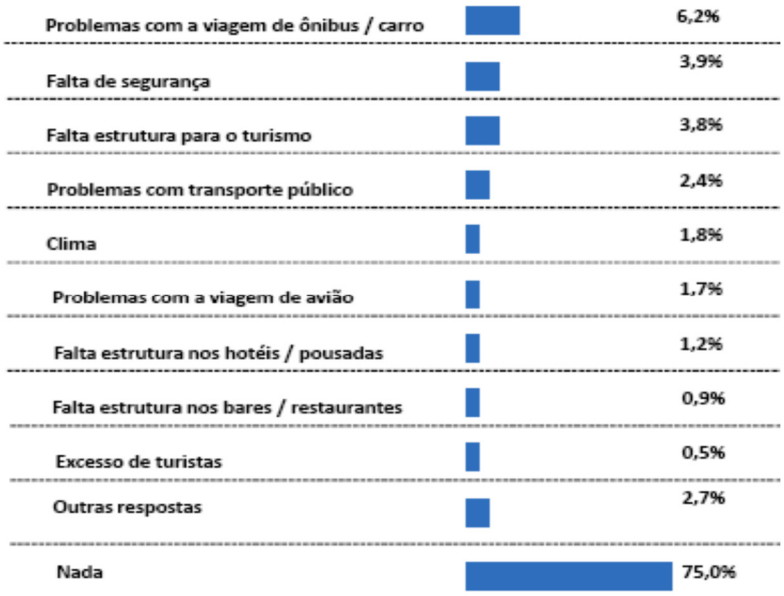


Figura 126 – Aspectos Negativos da Viagem
(Fonte: MTUR, 2009)

Ainda assim 75% dos entrevistados não apontaram nenhum aspecto negativo em sua experiência de viagem. Outro sinal de satisfação da demanda atual dos municípios investigados é a porcentagem de retorno de turistas ao destino. A Tabela 59 indica que aproximadamente 20% dos já estiveram no Pólo em outra viagem, enquanto cerca de 80% visita pela primeira vez a área turística.

Tabela 59 – PRIMEIRA VISITA

PRIMEIRA VISITA			
	Nacional	**Estrangeiro**	**Geral**
Sim	80,67%	87,23%	**81,11%**
Não	19,33%	12,77%	**18,89%**

(Fonte: SETUR/AL, 2010)

13.1.6. Balanço da Campanhas de Promoção

Após entrevistas e aplicação de questionários com as secretarias de turismo dos municípios que compõem o Pólo, associações de empresários, entidades de classe, investidores e Secretaria de Estado do Turismo, podem–se identificar as principais campanhas e ações promocionais da área turística. Vale ressaltar que apenas os municípios de Maceió e Maragogi, em menor proporção, desenvolvem ações para a promoção dos destinos. Em relação aos demais municípios observam–se que as ações promocionais são desenvolvidas essencialmente pela iniciativa privada. Muitos empresários demonstram uma nítida insatisfação com os governos municipais neste tocante, pois se vêem obrigados a tomar iniciativas próprias de posicionamento do destino.

As ações foram apontadas pelos atores entrevistados como de maior relevância para os mercados estratégicos nacionais e internacionais nos últimos 3 anos e estão relacionadas na Tabela 60 abaixo.

Tabela 60 – AÇÕES PROMOCIONAIS – 2007-2010

PRINCIPAIS AÇÕES PROMOCIONAIS – NACIONAL		PRINCIPAIS AÇÕES DE PROMOÇÃO – INTERNACIONAL	
Alagoas o Ano Todo	Belo Horizonte	TTG INCONTRI	Rimini – Itália
MINASTUR	Belo Horizonte – MG	BTL	Lisboa – Portugal
17° CENTRO–OESTE TUR	Brasília – DF	FIT	Buenos Aires – Argentina
Alagoas o Ano Todo	Campina Grande–PB	WTM	Londres – Inglaterra
WORKSHOP MGM	Curitiba – PR	FITUR	Madri – Espanha
CENTRO–OESTE TUR	Goiânia – GO	BIT	Milão – Itália
FEST DE TUR DE GRAMADO	Gramado – RS	Salão do Chile	Santiago–Chile
Alagoas o Ano Todo	Caruaru–PE		
BNTM	Porto de Galinhas – PE		
Alagoas o Ano Todo	Recife–PE		
WORKSHOP BESSITUR	Rio de Janeiro – RJ		
ABAV	Rio de Janeiro – RJ		
5° WORKSHOP TREND	Rio de Janeiro – RJ		
AVIRRP	Riberão Preto – SP		
WORKSHOP CVC	São Paulo – SP		
FÓRUM PANROTAS	São Paulo – SP		
BRAZTOA	São Paulo – SP		
EBS – Espaço Business Show	São Paulo – SP		
Salado do Turismo	São Paulo – SP		
Alagoas o Ano Todo	Campinas–SP		
AVIESTUR	Campos do Jordão–SP		

(Fonte: SETUR/AL, 2010)

Os resultados destas ações são claramente identificados na análise quantitativa da demanda atual dos destinos indutores, onde os principais mercados são contemplados com o maior número de ações promocionais, como é o caso dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Pernambuco. Igualmente os mercados internacionais relevantes para o Pólo são contemplados com ações específicas que além da participação para promoção via material promocional e estande, também ocorrem parcerias e fechamento de vôos regulares e não regulares.

Em 2007, Alagoas recebia vôos fretados de apenas quatro mercados brasileiros: São Paulo, Brasília, Belo Horizonte e Porto Alegre. Em 2010 este número subiu para 14, com novos

mercados abertos como Cuiabá, Londrina, Curitiba, São José do Rio Preto, Ribeirão Preto, Campinas, Campo Grande, Rio de Janeiro, Fortaleza e Natal.

Novas companhias aéreas se instalaram em Alagoas oferecendo novas opções de vôo, como o caso da *Trip* Linhas Aéreas com vôo regular diário ligando Maceió a Belo Horizonte e Recife, a Azul com outro vôo regular no trecho Campinas–Maceió, e recentemente a No Ar, ligando Maceió, Recife, Aracaju e Caruaru.

Para vôos internacionais as ações de promoção e o fechamento de parcerias entre o destino e os canais de distribuição dos mercados emissores, continuam a apresentar resultados positivos com vôos fretados da Argentina, Chile, Portugal e recentemente mais três vôos semanais da *Air Italy*, além dos vôos charter da *Livingston* posicionando a Itália como importante mercado emissor.

13.1.7. Portfólio Estrategico de Produtos Turísticos / Segmentos Atuais da Demanda

Entender as linhas de produtos e os tipos de turismo estratégicos atuais do Pólo Costa dos Corais é essencial para definição de diretrizes de planejamento e concentração de esforços em áreas geográficas preferenciais. Busca–se aqui, realizar uma análise dos principais segmentos turísticos atuais e potenciais da Costa dos Corais a fim de criar mecanismos norteadores de investimentos estratégicos no desenvolvimento e consolidação da oferta turística.

Os produtos e segmentos atualmente comercializados no Pólo já foram tratados e detalhados na justificativa de seleção da área turística neste documento. No entanto, estão consolidados na Tabela 61 a seguir para uma análise mais coerente que deve ser posta a frente de segmentos potenciais VS mercados meta, a serem consolidados no Diagnóstico Estratégico adiante.

Tabela 61 – SEGMENTOS ATUAIS DA DEMANDA DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

PRODUTOS	MUNICÍPIO	SEGMENTO
SOL E CHARME	Maceió, São Miguel dos Milagres, Passo de Camaragibe, Porto de Pedras e Japaratinga	Sol e Praia
MERGULHO SEQUIPE E DRAGUINHA	Maceió	Aventura
DAY USE DE CHARME NA PRAIA DE IPIOCA.	Maceió	Sol e Praia
PISCINAS NATURAIS DA PRAIA DE PAJUÇARA	Maceió	Sol e Praia
LUA DE MEL	Maceió	Sol e Praia
CITY TOUR – MACEIÓ	Maceió	Cultural
GRUPO UNIÃO ESPÍRITA SANTA BÁRBARA GUESB.	Maceió	Étnico
PISCINAS DA PRAIA DA SEREIA	Maceió	Sol e Praia

(Autoria: Lyra, P – 2010)

A vocação natural do Pólo Costa dos Corais para o segmento sol e praia é evidenciada não somente através da análise de suas características naturais. Há atualmente um reconhecimento de mercado e técnico da região como referência nacional neste tipo de turismo. No 4º Salão do Turismo, em 2009, o Estado de Alagoas foi premiado pelo Ministério do Turismo com o melhor roteiro no segmento sol e praia através do caso "Costa dos Corais" dentre 93 projetos concorrentes em oito categorias.

Este reconhecimento de boas práticas neste segmento é igualmente identificado nos investimentos feitos pelo MTUR no Pólo através de seus destinos indutores e dos projetos com os quais a região foi contemplada. No mesmo ano de 2009 a Costa dos Corais esteve entre os 10 destinos turísticos selecionados dos 181 projetos de todo país para receber recursos de apoio à comercialização. No Nordeste, além de Alagoas, apenas o Estado da Bahia foi contemplado. Recentemente, o Pólo também foi um dos contemplados em chamada para projetos de Iniciativas de Fortalecimento das Instâncias de Governança Regional do MTUR com o apoio da SETUR AL e do SEBRAE AL.

Demonstra–se, desta forma, que há uma priorização estratégica do segmento sol e praia por parte de instituições âncora no desenvolvimento turístico do Pólo Costa dos Corais. De maneira equivalente, devem–se centrar esforços por parte do PDITS para o fortalecimento e consolidação a curto, médio e longo prazo nesta linha de produtos.

13.2. ANÁLISE DA DEMANDA TURÍSTICA POTENCIAL

Após a análise da demanda atual e suas características quantitativas ao longo dos últimos anos, foi possível buscar padrões históricos que indiquem tendências e direções que irão sugerir uma demanda potencial. Desta forma busca–se entender o perfil dos turistas que ainda não visitaram o Pólo Costa dos Corais, analisando suas características principais em função das seguintes abordagens:

- Estimativa quantitativa;
- Caracterização do perfil qualitativo da demanda;
- Elementos e cenários influenciadores da demanda e influências na compra da viagem;
- Nível de expectativas dos diferentes segmentos potenciais;
- Hábitos de informação e compra dos diferentes segmentos potenciais;
- Grau de conhecimento e interesse da demanda potencial;
- Identificação de destinos competidores

13.2.1. Estimativa Quantitativa e Caracterização do Perfil Qualitativo da Demanda

Observando os dados do movimento operacional acumulado da rede Infraero para o Aeroporto Internacional Zumbi dos Palmares, verifica–se um crescimento constante nos últimos 7 anos do fluxo total de passageiros. As taxas de crescimento se estabilizam em uma média anual de 13,87% permitindo uma estimativa de demanda potencial deste fluxo para os próximos cinco anos.

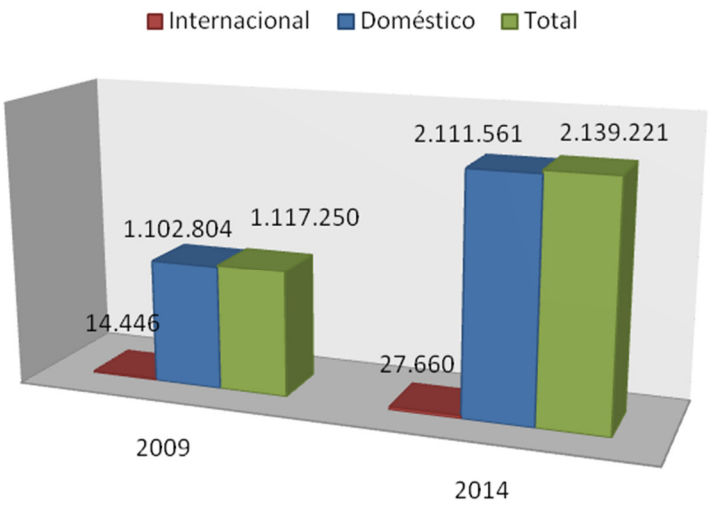


Figura 127 – Comparativo Estimado de Fluxo de Passageiros 2009–2014
Autoria: Lyra,P (2010)

Avaliando o comparativo apresentado na Figura 127, nota–se um crescimento de quase 100% no fluxo total ultrapassando a marca de dois milhões de passageiros no Estado de Alagoas, acompanhados pela constante do mercado doméstico de transporte de passageiros. Já com relação ao fluxo de hóspedes e suas características quantitativas e tendências históricas que correspondem ao número de turistas que, em sua grande maioria, se hospedam no município de Maceió, as estimativas se assemelham em taxas percentuais

equivalentes o que demonstra uma correlação às tendências do fluxo de passageiros reafirmando significativa influência da via aérea como principal meio de transporte utilizado pelos visitantes ao município.

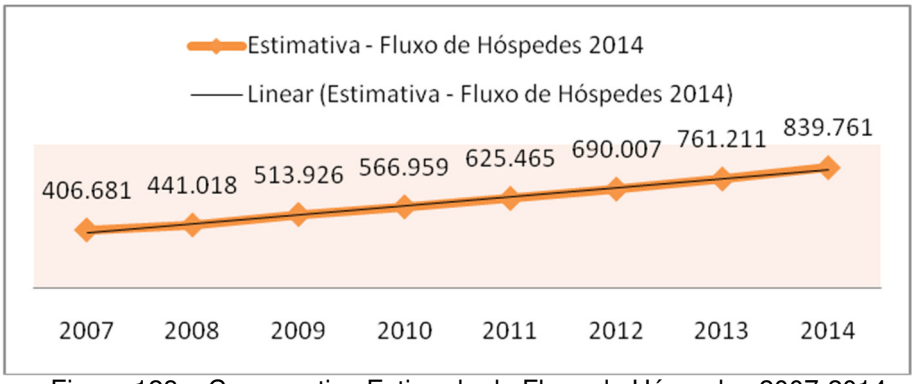


Figura 128 – Comparativo Estimado de Fluxo de Hóspedes 2007-2014
Autoria: Lyra,P (2010)

Com uma média de crescimento de 10,32% ao ano, verifica–se uma tendência linear que projeta um total aproximado de 840 mil hóspedes no ano de 2014. Apesar destes comparativos obedecerem a critérios comumente utilizados para projeção numérica de cenários futuros, estes dados estão sujeitos a fatores influenciadores que podem afetar as estimativas e que devem ser considerados, pois certamente irão oferecer oportunidades ou ameaças ao turismo do portão de entrada, Maceió, assim como das demais subzonas do Pólo Costa dos Corais.

Para determinar as características qualitativas da demanda potencial foram utilizados como base estudo de comportamento e hábitos de consumo elaborados pelo Ministério do Turismo em 2009 nos quais 2.322 entrevistas foram realizadas com turistas brasileiros de alguns dos principais mercados emissores do Pólo Costa dos Corais, previamente identificados pela análise de demanda atual.[53] Estes são maiores de 18 anos das classes A, B, C e D e foram identificados como:

- Clientes atuais – consumidores que compraram serviços de turismo em pacotes ou em partes nos últimos dois anos;
- Clientes potenciais – consumidores que podem vir a comprar serviços e produtos turísticos em pacotes ou em partes nos próximos dois anos.

Em se tratando da investigação da demanda potencial, foram abordados exclusivamente os dados obtidos e relacionados aos clientes potenciais. Os visitantes com propensão a viajar nos próximos dois anos apontam as praias como atrativo preferido em sua viagem, seguidos pelo campo e cidades históricas. Estes mesmo viajantes em potencial, em sua maioria, viajam de 4 a 7 dias, mas também há uma porcentagem considerável que permanece de uma a duas semanas viajando (Figura 129).

[53] Baseado na BOH e Tabulações de FNRH fornecidos pela SETUR nas quais constam dados dos hotéis de Maceió e Maragogi, assim como das entrevistas e questionários aplicados junto aos empresários do Pólo Costa dos Corais.

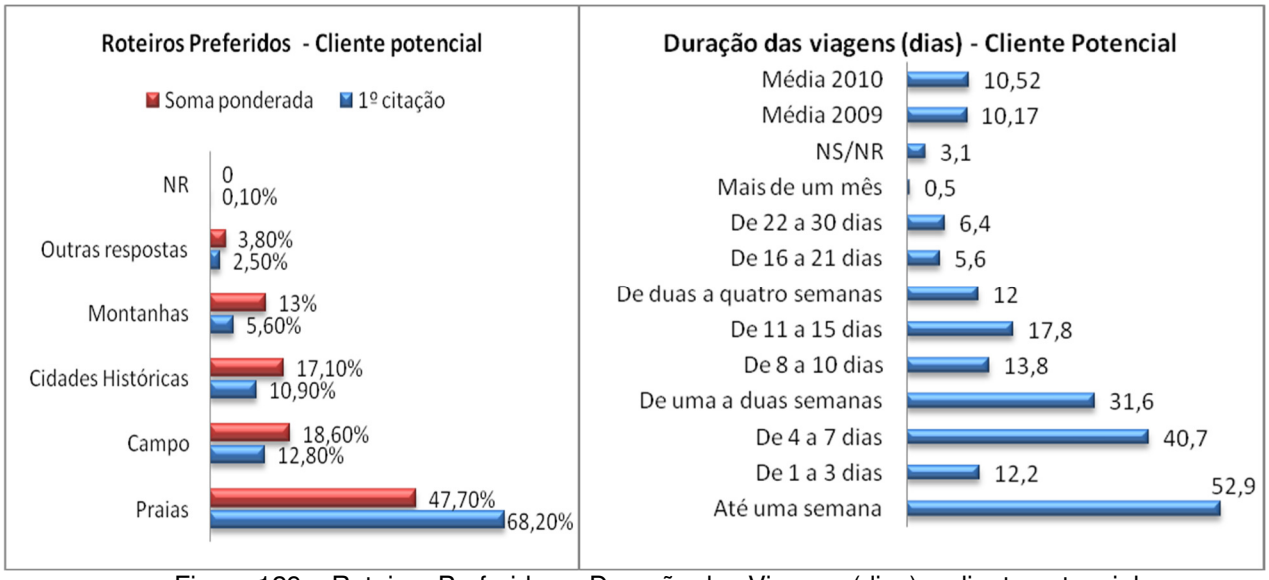


Figura 129 – Roteiros Preferidos e Duração das Viagens (dias) – cliente potencial
(Fonte: MTUR, 2009)

Na Figura 130, verifica–se que esta demanda potencial viaja normalmente com o cônjuge e filhos restando uma minoria que viaja em grupo.

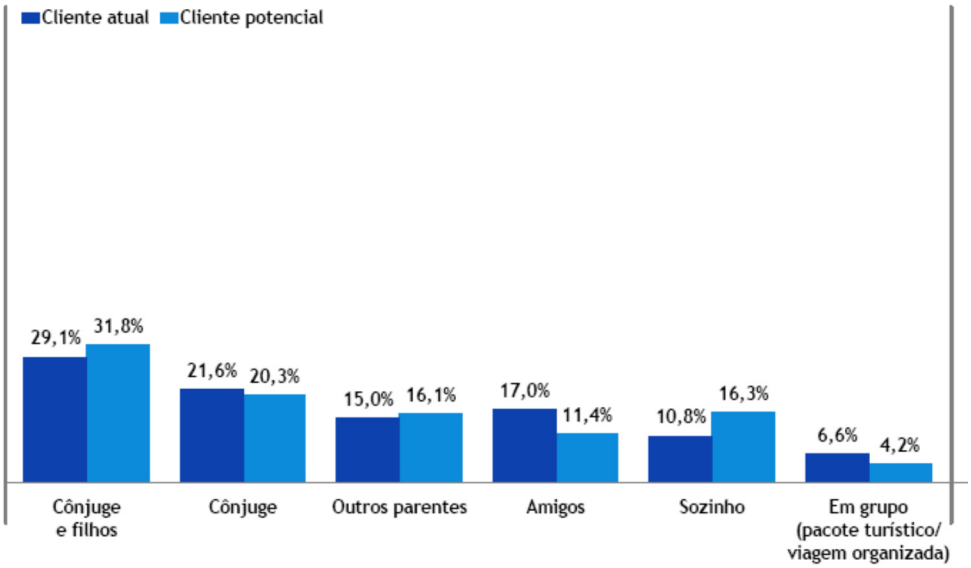


Figura 130 – Companhia Habitual de Viagem – Cliente Potencial
(Fonte: MTUR, 2009)

Apesar de a grande maioria, 54,6%, dos entrevistados pretendam viajar ao nordeste nos próximos dois anos, apenas 1,4% do total pretendem visitar Alagoas. Destinos consolidados como Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro permanecem à frente das intenções de viagem.

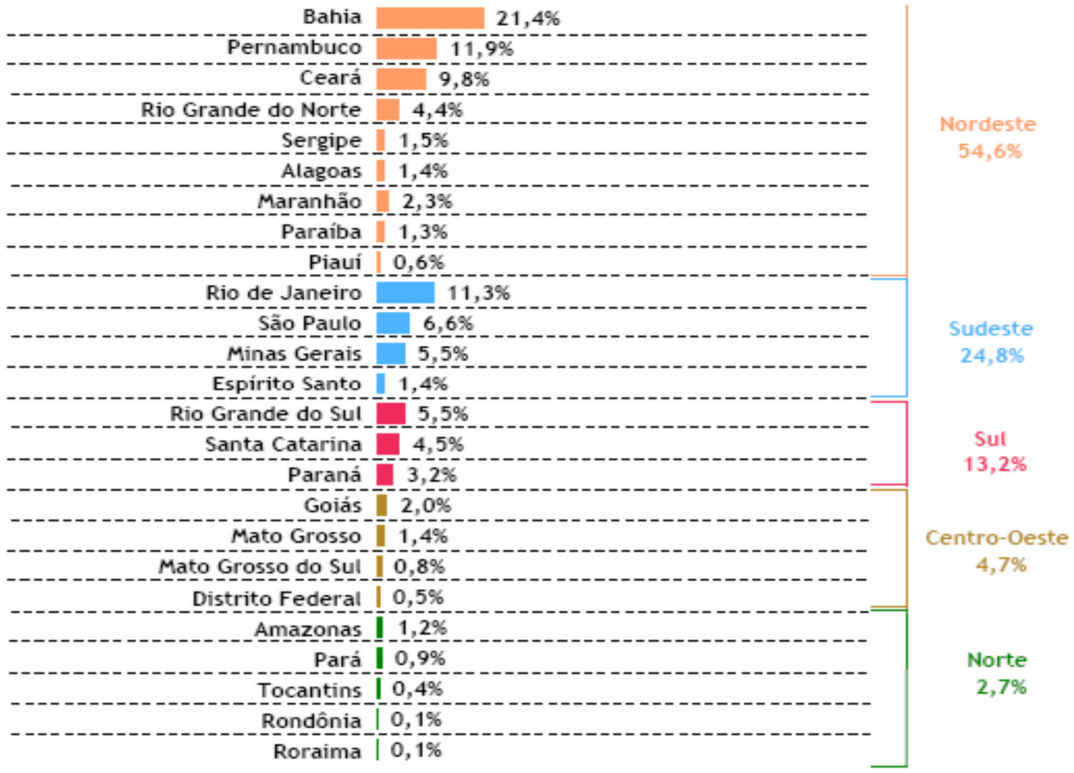


Figura 131 – Destino Turístico Pretendido – Cliente Potencial
(Fonte: MTUR, 2009)

Com relação à época de realização da viagem todos os mercados emissores sinalizam o período de férias como ideal. No entanto uns são mais tolerantes / intolerantes às viagens em feriados / recessos e finais de semana que outros, o que representa um indicativo de aplicação de esforços na captação de turistas baseando–se na relação época vs. mercado.

Tabela 62 – DESTINO TURÍSTICO PRETENDIDO – CLIENTE POTENCIAL

MERCADO EMISSOR	Nas férias	Feriados/finais de semana prolongados/ recessos	Finais de semana normais
São Paulo - Capital	70,8%	40,0%	25,0%
Rio de Janeiro - Capital	76,1%	49,3%	21,1%
Belo Horizonte	58,7%	44,4%	25,4%
Porto Alegre	73,2%	45,1%	21,1%
Curitiba	77,1%	35,7%	12,9%
Florianópolis	66,2%	50,0%	21,6%
Salvador	75,6%	53,8%	28,2%
Recife	70,8%	60,4%	36,5%
Fortaleza	74,6%	49,3%	13,4%
Brasília	83,6%	45,9%	16,4%
Goiânia	77,8%	51,4%	22,2%

(Fonte: MTUR, 2009)

13.2.2. Cenários Influenciadores da Demanda

Por reunir o maior número de leitos e equipamentos turísticos, apresentar elevada maturidade comercial, além de contemplar os dois destinos indutores de desenvolvimento apontados pelo MTUR, o Pólo Costa dos Corais vem recebendo uma série de investimentos tanto do setor público como do privado que vem alterando exponencialmente a dinâmica do turismo nas subzonas e que influenciam diretamente na velocidade de crescimento dos indicadores de demanda turística. Alguns destes fatores são relacionadas abaixo:

- Estudos de competitividade dos municípios de Maceió e Maragogi;
- Fortalecimento das instâncias de governança;
- APL Costa dos Corais;
- Priorização e direcionamento de recursos do MTUR para comercialização do Pólo (destinos indutores);
- Novos empreendimentos turístico–imobiliários;
- Novos acessos e rodovias estaduais e federais;
- Roteiros e produtos em fase estruturação e comercialização;
- Segmentos complementares ao sol e praia em desenvolvimento;
- Ações promocionais nacionais e internacionais cada vez mais direcionadas;
- Novas indústrias no Estado e fortalecimento econômico regional (mercado regional potencial);
- Megaeventos (Copa 2014).

Especificamente tratando da Copa do Mundo de 2014 a ser realizada no Brasil, é preciso analisar algumas variáveis que deverão influenciar a demanda turística de Alagoas e portanto do Pólo Costa dos Corais. O Estado está situado no que se pode chamar de corredor turístico das cidades–sede dos jogos da Copa, sendo estas Fortaleza (CE), Natal (RN), Recife (PE) e Salvador (BA). As estimativas de fluxo de turistas nacionais e internacionais para região irão modificar, substancialmente, os padrões atuais de demanda no Pólo. O grau de investimento nas esferas públicas e privadas certamente serão maiores nas cidades–sede, todavia é preciso uma estruturação dos destinos turísticos localizados nesta área de influência. De acordo com a pesquisa anual de conjuntura do turismo no Brasil de 2010, meios de hospedagem, locadoras de automóveis, operadoras turísticas, companhias aéreas, empresas de transporte rodoviário, e agências de receptivo sinalizam amplas intenções em aplicar recursos em seus empreendimentos visando a Copa de 2014, como pode ser percebido na Tabela 63.

Tabela 63 – EXPECTATIVA DE INVESTIMENTOS PARA MEGAEVENTOS POR SEGMENTO (%)

SEGMENTO DE TURISMO	SIM	NÃO
Agências de Viagens	13	87
Eventos	17	83
Feiras	29	71
Hotelaria	80	20
Locadora de Automóveis	100	0
Operadoras	82	18
Transporte Aéreo	92	8
Transporte Rodoviário	93	7
Turismo Receptivo	61	39

(Fonte: MTUR, FGV, 2010)

O estudo ainda aponta o destino dos investimentos a serem feitos em 2010, de acordo com percentuais de expectativas empresariais, estas estimativas devem ser observadas de perto pelos segmentos empresariais do turismo ligados ao Pólo Costa dos Corais. Segundo cada um dos ramos componentes do setor de turismo, os recursos deverão ser alocados principalmente em:

- **Agências de Viagens:** estrutura de receptivo local e treinamento de mão–de–obra (idiomas estrangeiros);
- **Eventos:** treinamento de pessoal (administração e idiomas estrangeiros, principalmente);
- **Feiras:** Campanhas de marketing e promoção, contratação adicional e treinamento de funcionários (novos e dos já existentes);
- **Locadoras de Automóveis:** abertura de pontos de venda nas cidades onde serão realizados jogos da Copa Mundial de Futebol, ampliação da frota de veículos, e tecnologia;
- **Meios de Hospedagem:** abertura de hotéis nas cidades–sedes dos jogos do Torneio Mundial de Futebol, modernização e reforma das unidades habitacionais (UH's), e treinamento de mão–de–obra;
- **Operadoras:** formatação de novos produtos e pacotes, novas formas de distribuição de produtos através da tecnologia, treinamento de pessoal, e promoção no exterior;
- **Transporte Aéreo:** ampliação da frota de aeronaves, novas rotas e vôos, e ações contingenciais para atender ao crescimento da demanda em perspectiva;
- **Transporte Rodoviário:** aumento da frota de veículos, campanhas de marketing, e transporte de delegações de autoridades; e
- **Turismo Receptivo:** ampliação da infraestrutura interna, aquisição de veículos de transporte, pré–compra de quartos de hotéis, contratação e treinamento de pessoal, campanhas de marketing e promoção de vendas no exterior.

13.2.3. Elementos Críticos que Influem no Processo de Tomada de Decisões da Compra da Viagem dos Segmentos Potenciais

Diante dos vários fatores que incidem na decisão de compra do cliente, o preço praticado sem dúvida ainda é um elemento determinante. A Figura 132 demonstra o tipo de oferta que mais influi na decisão de um viajante atual e potencial em escolher um destino nacional para sua próxima viagem.

	Cliente atual	Cliente potencial
Oferecer pacotes com menores custos	9,5%	13,6%
Reduzir preços de viagens aéreas	9,7%	6,6%
Reduzir preços de hospedagem	5,5%	3,8%
Fazer divulgação dos pontos turísticos do Brasil	4,8%	3,9%
Oferecer mais segurança	2,0%	1,9%
Reduzir preços de viagens rodoviárias	3,6%	3,4%
Outras respostas	1,9%	1,1%
Nada	25,0%	33,2%
NS	1,0%	1,4%
Já costuma viajar dentro do Brasil	37,0%	31,1%

Figura 132 – Oferta para que o Destino Seja no Brasil
Fonte: MTUR (2009)

Apesar de a maioria dos entrevistados indicar que já costuma viajar dentro do Brasil, quatro itens da pesquisa estão vinculados à redução de preços. Ou seja, verifica–se na Figura 132 acima que enquanto itens como segurança, divulgação de pontos turísticos e redução de preços de hospedagem tem certo grau de relevância, é a redução de preços nas viagens aéreas e pacotes com menor custo que mais interferem na decisão de compra.

Em suma, o desafio de um destino, portanto é oferecer produtos diversificados, com boa qualidade e a valores competitivos.

Em relação ao material informativo, a SETUR AL em sua mais nova linha de material promocional institucional de Alagoas, propõe um cardápio diversificado de produtos e atrativos. Isto já significa um indicador de diversificação da oferta turística e investimentos no desenvolvimento de novos produtos turísticos. As figuras abaixo (Figura 133 e Figura 134) representam as versões digitalizadas deste material, ilustrando estes argumentos:

Figura 133 – Material Promocional SETUR
Fonte: Acervo SETUR (2010)

Figura 134 – Material Promocional SETUR
Fonte: Acervo SETUR (2010)

13.2.4. Expectativas dos Diferentes Segmentos Potenciais

Considerando as expectativas sobre os padrões de qualidade mínimos que devem ser respeitados durante a experiência turística da demanda potencial, os clientes que pretendem realizar viagem nos próximos dois anos projetam uma imagem baseada no que conhecem ou já ouviram falar do destino e avaliam a infraestrutura turística conforme a Figura 135 abaixo. Dos aspectos com maior índice de avaliação negativa estão a segurança para os turistas, quantidade e qualidade das informações turísticas e meios de transporte.

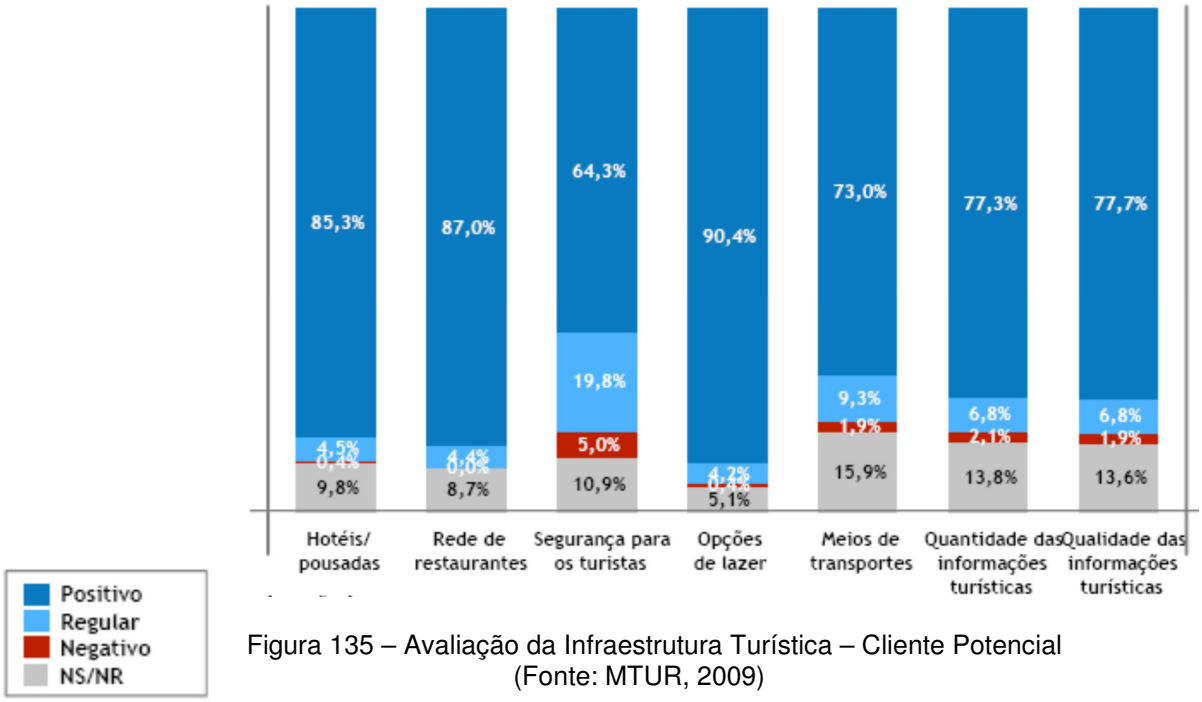


Figura 135 – Avaliação da Infraestrutura Turística – Cliente Potencial
(Fonte: MTUR, 2009)

13.2.5. Hábitos de Informação e Compra dos Diferentes Segmentos Potenciais

As recomendações e propaganda "boca–a–boca" oriundas de parentes e amigos representam a principal fonte de informação sobre viagens para o cliente em potencial, acompanhadas de perto pela internet e que juntas somam quase 80% dos entrevistados.

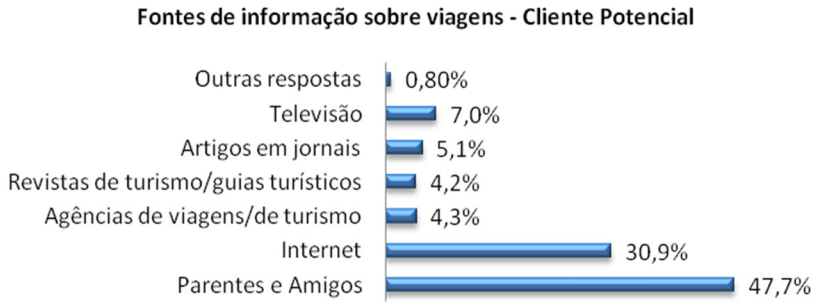


Figura 136 – Fontes de Informação Sobre Viagens – Cliente Potencial
(Fonte: MTUR, 2009)

No quesito negociação de viagem há um equilíbrio entre contatos diretos com hotéis, reserva e compra de passagens aéreas, representando 58,5% dos entrevistados, contra 41,3% que fazem uso da assessoria das agências de viagem na realização da compra.

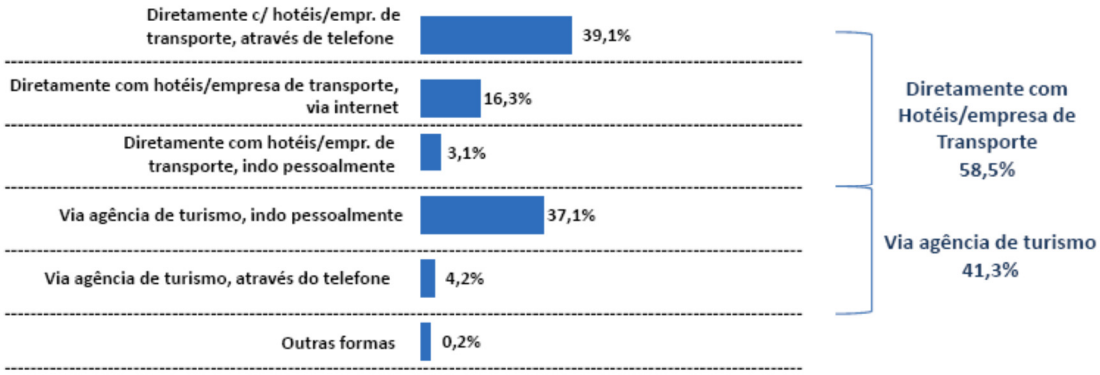


Figura 137 – Formas de Negociação da Viagem – Cliente Potencial
(Fonte: MTUR, 2009)

Em se tratando dos mercados emissores de Maceió e Maragogi, contata–se que a maioria viaja por conta própria. Uma proporção menor faz uso de pacotes turísticos organizados com forma de compra de viagem. É importante notar que os emissores Porto Alegre e Salvador apresentam os maiores percentuais de intenções de viagens via pacotes turísticos.

Tabela 64 – TIPO DE VIAGEM – CLIENTE POTENCIAL

MERCADO EMISSOR	COMPRA PACOTES TURÍSTICOS	POR CONTA PRÓPRIA
SÃO PAULO – CAPITAL	25.0%	75.0%
RIO DE JANEIRO – CAPITAL	21.1%	78.9%
BELO HORIZONTE	19.0%	81.0%
PORTO ALEGRE	31.0%	69.0%
CURITIBA	17.1%	82.9%
FLORIANÓPOLIS	13.5%	86.5%
SALVADOR	28.2%	71.8%
RECIFE	10.4%	89.6%
FORTALEZA	22.4%	77.6%
BRASÍLIA	14.8%	85.2%
GOIÂNIA	26.4%	73.6%

(Fonte: MTUR, 2009)

13.2.5.1. Identificação de Destinos Competidores.

Além da competição entre destinos de sol e praia que ocorre em praticamente todos os pólos da costa nordestina, fatos relacionados a mudanças no ambiente externo também impactam a atividade turística deste segmento, a exemplo das oscilações do cambio e cotação do dólar, que no ano de 2009 totalizou uma queda de 25% tornando o país mais caro para estrangeiros e ao mesmo tempo barateando destinos internacionais deste segmento para os brasileiros. Caribe e México se tornam extremamente competitivos e passam a investir consideravelmente no mercado brasileiro. Recentemente uma parceria do Ministério do Turismo de Barbados e a companhia aérea GOL, deu início no dia 26 de junho aos vôos sem escala de São Paulo para a ilha caribenha. Vôos operados por outras empresas aéreas também oferecem opções para America Central e Caribe via cidade do Panamá – Panamá, Miami – EUA e Caracas – Venezuela.

Especificamente para o Pólo Costa dos Corais isto representa um desafio considerável, uma vez que vôos para destinos de produtos de sol e praia com qualidade equivalente ou muitas vezes superior em alguns aspectos são viabilizados a preços competitivos e com tempo de viagem reduzido por vôos diretos que muitas vezes se tornam mais convenientes para viajantes em potencial. Para se facilitar este entendimento, uma análise comparativa entre estas regiões e alguns dos principais destinos de sol e praia do Nordeste será apresentada adiante. Cabe, no entanto, identificar previamente os destinos nordestinos que representam competição direta com o Pólo Costa dos Corais.

Estabelecer um paralelo competitivo entre destinos turísticos exige, primeiramente, uma identificação de regiões com afinidades em diversas variáveis que se estendem desde as características territoriais e segmentos/produtos oferecidos até estrutura hoteleira disponível e preços praticados. Há desta forma, uma dependência de informações e indicadores específicos que inexistem tanto em municípios do Pólo Costa dos Corais como nos destinos de competição direta.

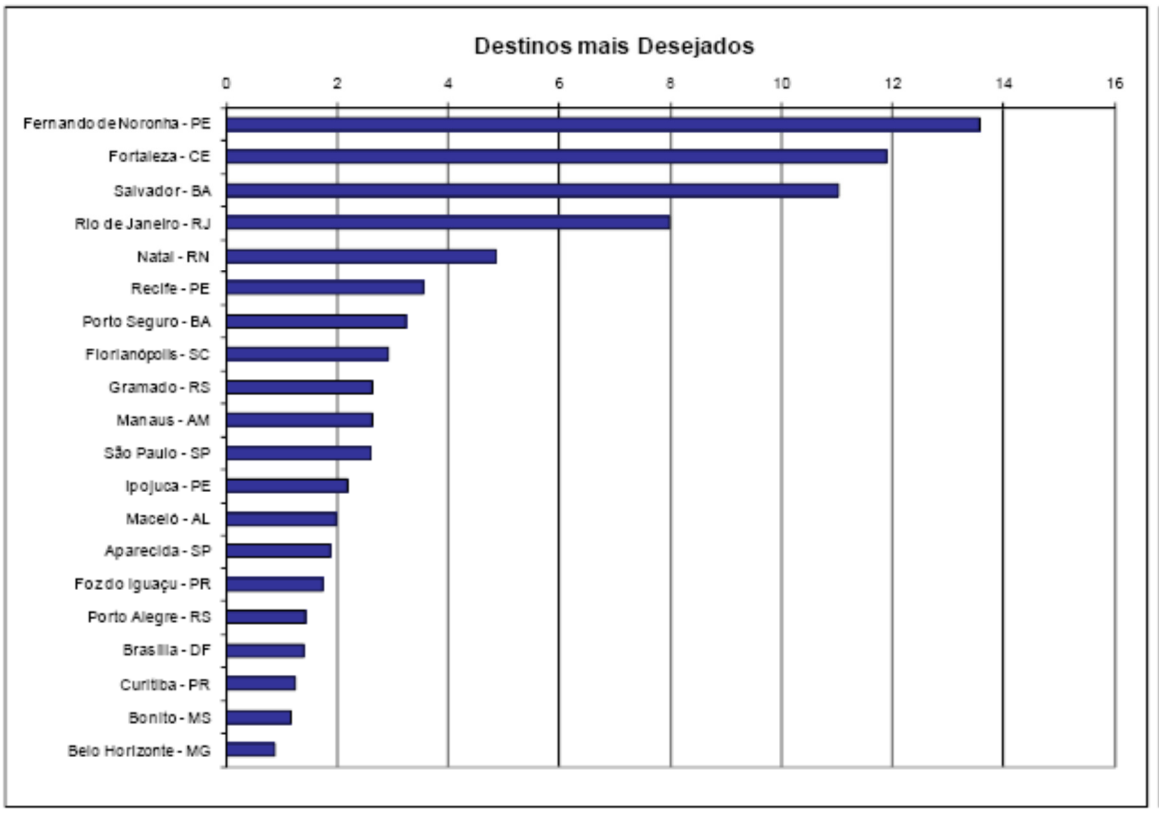
Além disso, e apesar de uma tendência de mudanças, a médio e longo prazo, na dinâmica de visitação das regiões e pólos turísticos dos Estados, a maior parte do fluxo de hóspedes do Nordeste se concentra em suas capitais, o que também ocorre em Alagoas. Como já evidenciado no diagnóstico deste PDITS, Maceió é o portão de entrada do Estado e do Pólo Costa dos Corais, e retém grande parte da demanda turística destinada ao Pólo.

Desta forma, para se entender o posicionamento do Pólo no mercado turístico, buscou–se identificar os principais destinos de sol e praia que se assemelham em características competitivas aos municípios da Costa dos Corais, que estejam identificados em estudos do Ministério do Turismo e que possuem dados disponíveis para análise técnica.

13.2.5.2. Destinos Mais Desejados

De acordo com o estudo de caracterização e dimensionamento do turismo doméstico no Brasil do Ministério do Turismo, os destinos mais desejados entre os entrevistados no país estão relacionados a seguir:

Figura 138 – Destinos Mais Desejados no Brasil (%)



Fonte: MTUR (2007)

Observa–se que, os três destinos mais desejados pelos brasileiros estão na região Nordeste do País: Fernando de Noronha, Fortaleza e Salvador. Na região ainda estão em destaque as cidades de Natal, Recife, Porto Seguro, Ipojuca e Maceió, que estão entre as 20 cidades mais desejadas. Nota–se que Maceió aparece na décima terceira posição nacional, e décima se considerarmos apenas os destinos de sol e praia. Na região Sul 5 cidades se destacam (Florianópolis, Gramado, Foz do Iguaçu, Porto Alegre e Curitiba), 4 no Sudeste (Rio de Janeiro, São Paulo, Aparecida do Norte e Belo Horizonte), 2 no Centro–Oeste (Brasília e Bonito) e 1 no Norte (Manaus).

Quando comparados proporcionalmente ao perfil de capacidade de consumo dos entrevistados, os destinos Fernando de Noronha, Natal, Florianópolis, Manaus, Gramado, Ipojuca, Maceió, Porto Alegre e Bonito têm maior interesse conforme aumenta a renda. Já Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Aparecida do Norte, Brasília e Belo Horizonte despertam maior interesse nas classes mais baixas de renda conforme a Tabela 65.

Tabela 65 – DESTINOS MAIS DESEJADOS POR RENDA

Destinos mais Desejados, por Renda (em %)				
Cidades	Classe de Renda Mensal Familiar			
	De 0 a 4 SM	De 4 a 15 SM	Acima de 15 SM	Total
Fernando de Noronha - PE	10,6	15,0	21,3	13,6
Fortaleza - CE	10,4	13,6	11,5	11,9
Salvador - BA	11,7	11,3	6,5	11,0
Rio de Janeiro - RJ	10,9	5,8	4,1	8,0
Natal - RN	3,5	5,8	7,2	4,9
Recife - PE	3,1	4,1	3,2	3,5
Porto Seguro - BA	3,1	3,6	1,9	3,2
Florianópolis - SC	2,5	3,2	3,4	2,9
Gramado - RS	2,0	2,9	4,3	2,6
Manaus - AM	2,2	2,7	4,6	2,6
São Paulo - SP	4,6	1,1	0,4	2,6
Ipojuca - PE	1,8	2,5	2,9	2,2
Maceió - AL	1,2	2,5	3,2	2,0
Aparecida - SP	3,2	0,7	0,3	1,9
Foz do Iguaçu - PR	1,8	1,8	1,0	1,7
Porto Alegre - RS	1,3	1,5	1,6	1,4
Brasília - DF	2,1	0,9	0,4	1,4
Curitiba - PR	1,1	1,4	1,2	1,3
Bonito - MS	0,7	1,4	2,1	1,2
Belo Horizonte - MG	1,2	0,7	0,4	0,9
Outros	21,0	17,4	18,3	19,1
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**

Fonte: MTUR (2007)

Verificam–se vários critérios para seleção de destinos competidores do Pólo, no entanto para fins deste PDITS, foram identificados os destinos que se assemelham do ponto de vista de proximidade geográfica, características naturais, preço, destino indutor e segmento turístico principal. Foram também incluídas algumas cidades–sede dos jogos da Copa do Mundo de Futebol de 2014 que se encontram na zona de influência de mercado do Pólo. São eles: João Pessoa, Natal, Recife, Porto de Galinhas, Fortaleza e Salvador.

A Tabela 66 identifica o preço médio dos pacotes turísticos oferecidos pela maior operadora turística do Brasil, a CVC, para os principais destinos competidores do Pólo Costa dos Corais. Buscou–se identificar preços médios de pacotes de 8 dias e 7 noites, em hotéis de praia confortáveis com café da manhã[54] tanto dos destinos no Nordeste como de alguns destinos populares no Caribe.

[54] De acordo com classificação da própria operadora e à exceção de Maragogi, que inclui meia pensão

Tabela 66 – PREÇO MÉDIO DOS PACOTES TURÍSTICOS

REGIÃO	DESTINO	VALOR	PERMANÊNCIA
CARIBE / MÉXICO	ARUBA	R$ 2.408,00	8 dias e 7 noites
	CANCÚN	R$ 2.264,00	9 dias e 8 noites
	ST. MARTEEN	R$ 2.696,00	9 dias e 8 noites
	PUNTA CANA	R$ 2.336,00	8 dias e 7 noites
NORDESTE	JOÃO PESSOA	R$ 1,028.00	8 dias e 7 noites
	NATAL	R$ 898.00	8 dias e 7 noites
	RECIFE	R$ 1,098.00	8 dias e 7 noites
	PORTO DE GALINHAS	R$ 1,098.00	8 dias e 7 noites
	FORTALEZA	R$ 898.00	8 dias e 7 noites
	SALVADOR	R$ 698.00	8 dias e 7 noites
	MARAGOGI	**R$ 1588,00**	**8 dias e 7 noites**
	MACEIÓ	**R$ 918,00**	**8 dias e 7 noites**

Fonte: Site da operadora CVC (ago 2010)

Em uma análise específica da região Nordeste, destinos populares como Porto de Galinhas, Salvador, Fortaleza, João Pessoa, Recife e Natal apresentam valores extremamente competitivos, quando comparados a municípios do Pólo. Para se manter competitiva no mercado a Costa dos Corais deve investir na qualidade e diversidade de seus produtos. Já quando se tem por base comparativa a região do Caribe e México, apesar de os valores ainda superiores, as condições de pagamento a prazo, associados ao baixo valor cambial, que estimula o consumo no exterior, favorecem estes destinos que habitam o imaginário de muitos brasileiros. Neste caso, estratégias focadas de marketing e promoção devem servir de reguladores competitivos para a Costa dos Corais.

13.2.5.3. Mercado de Segunda Residêência

O diagnóstico estratégico do PDITS Costa dos Corais aponta vultosos investimentos em segunda residência no Pólo, principalmente na subzona I e IV, identificada por apresentar significante presença de estrangeiros. Este fato exige uma melhor compreensão tanto dos impactos deste mercado específico, quanto das condições competitivas do Pólo para este segmento dentro do turismo.

Para tanto, utilizou–se a pesquisa de *Mercado de Segunda Residência para Turistas Estrangeiros no Brasil* que é o resultado da preocupação do Governo Federal com os impactos da ação turística imobiliária no país e adota modelo específico para aferir, por meio de fontes primárias e secundárias, números que justifiquem a presença de turistas estrangeiros envolvidos em investimentos imobiliários, principalmente no Nordeste. O estudo foi realizado a partir de entrevistas com empresários e membros da alta gerência das maiores empresas imobiliárias que trabalham com o mercado internacional no Brasil.

Tabela 67 – IMPACTOS DO MERCADO DE SEGUNDA RESIDÊNCIA

IMPACTOS DA AÇÃO DE TURISTAS EM 2ª RESIDÊNCIA			
	AMBIENTAIS	ECONÔMICOS	SOCIAIS
Positivos	Modelos de produção de energia limpa	Aumento da receita pública	Diversidade cultural
	Infra-estrutura sanitária	Investimento local	
	Estudos de impacto para áreas de preservação	Geração de trabalho de renda	Capacitação
Negativos	Superutilização de recursos naturais	Aumento geral de preços	
	Poluição ambiental	Aumento da informalidade	Banalização Cultural
	Invasão de áreas protegidas	Especulação Imobiliária	

Fonte: EMBRATUR (2008)

É sabido que o perfil do público oriundo de outros países, em média, gasta mais do que o turista nacional. No entanto também é de conhecimento geral que os meios de captação deste mercado e o ordenamento através do qual se propõem o desenvolvimento deste segmento específico, pode impactar negativamente uma região turística. A Tabela 67 demonstra os impactos identificados pelo estudo da ação de turistas em segunda residência.

As áreas de interesse para empreendimentos de segunda residência comumente possuem interlocutores, geralmente empresários, que exercem pressão nas estruturas públicas para desenvolvimento da infraestrutura local. Esta captação de esforços setoriais que colocam estas áreas em foco pode impactar positivamente um destino trazendo novos investimentos privados, gerando emprego e renda para as comunidades locais, além das exigências típicas de estrangeiros proporcionarem uma transferência modelos de gestão ambiental e social inovadoras tendo por base exemplos e práticas de seus países.

Por outro lado, o não acompanhamento do setor público na mesma velocidade de desenvolvimento destes empreendimentos, pode acarretar um crescimento desordenado de impacto negativo para as regiões. O não desenvolvimento de infraestrutura sanitária, por exemplo, implica no depósito predatório de resíduos que polui os recursos naturais. A não inclusão das comunidades locais no processo de desenvolvimento provoca uma desapropriação de suas antigas moradias e uma marginalização de sua identidade cultural.

No caso da Costa dos Corais, destacam–se como concentradores do mercado de segunda residência os municípios de Paripueira, litoral norte de Maceió e Maragogi, em sua maioria condomínios e loteamentos. Algumas zonas já possuem condições apropriadas para instalação destes empreendimentos, enquanto, em outras, se constatam sérios problemas de abastecimento de água, e depósito de esgotos nas praias e galerias pluviais.

Outro fator relevante que deve ser tratado é o valor atribuído a estes empreendimentos, tanto do ponto de vista de impactos, como de fator de competitividade do segmento. A Figura 139 ilustra os valores médios do m² nos Estados que se destacam no mercado de segunda residência no Brasil.

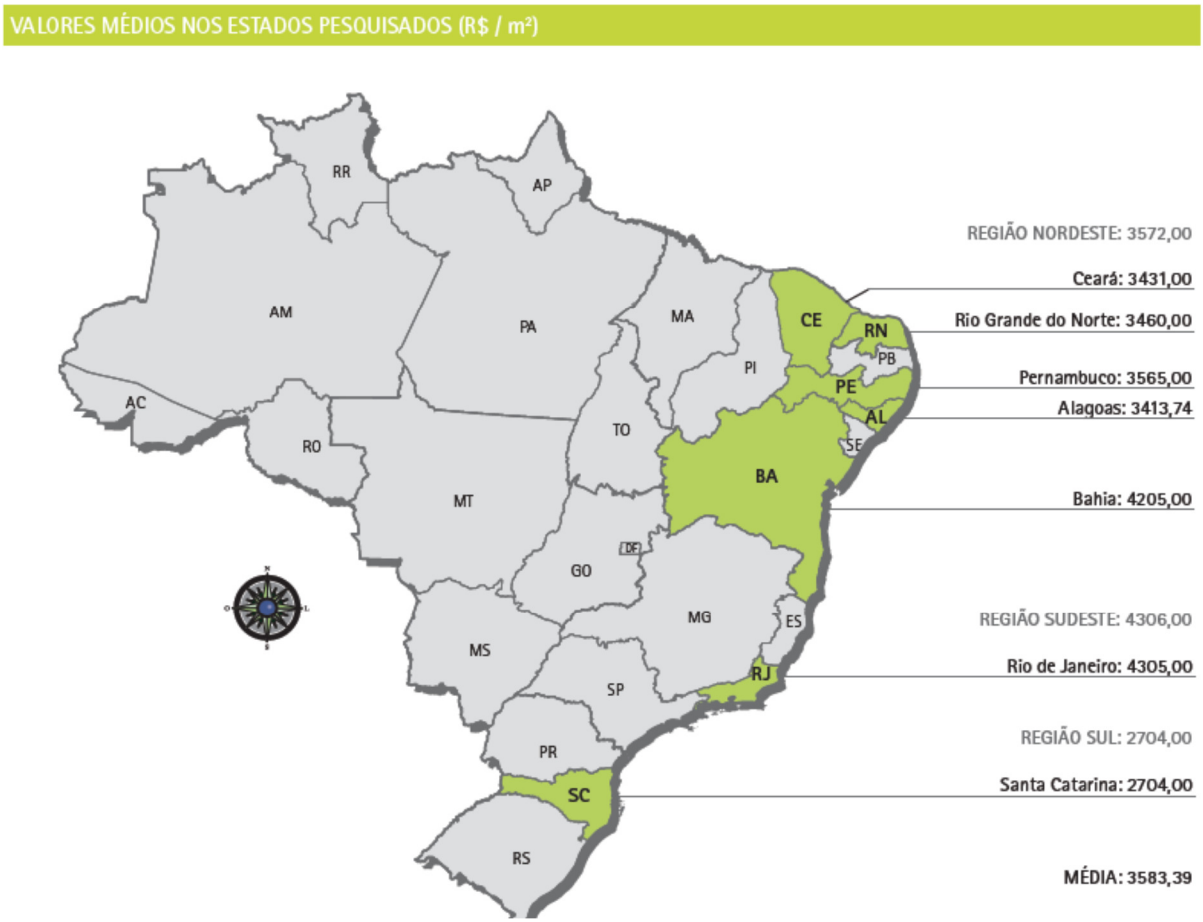


Figura 139 – Valores Médios do M² nos Estados
Fonte: EMBRATUR (2008)

De acordo com o estudo desenvolvido pela EMBRATUR, os investimentos em segunda residência apresentam valores, em média, até 30% acima do mercado de imóveis nacional. Os fatores que contribuem para a boa aceitação dos imóveis por estrangeiros estão vinculados à continua queda nas taxas de juros, facilidade de mão–de–obra, disponibilidade de moeda estrangeira e confiança na economia brasileira.

De acordo com os entrevistados na pesquisa, o preço médio do metro quadrado dos imóveis vendidos a estrangeiros no Brasil, em segunda residência, é de R$ 3.583,39. Verifica–se que apesar de a região Nordeste ser mais procurada pelos turistas, é, no Sudeste, onde se encontram os valores mais altos. Em se tratando especificamente de Alagoas, é interessante notar que o valor médio do metro quadrado praticamente equivale a seus competidores diretos, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará. Estes Estados apresentam valores médios acima de Estados como Santa Catarina, por exemplo, o que pode ser um diferencial competitivo favorável à região Sul, no momento de decisão tanto de investidores como de proprietários estrangeiros potenciais.

14. ANÁLISE DA OFERTA TURÍSTICA

14.1. Avaliação dos Recursos e Atrativos Turísticos do Pólo Costa dos Corais

A atividade turística no Pólo Costa dos Corais deu largos passos de desenvolvimento ao longo dos últimos 10 anos, superando muitas das projeções técnicas feitas em diversos estudos. Na versão 2002 do PDITS do Pólo não é diferente. As estimativas de demanda dos cinco anos seguintes à elaboração do Plano se revelaram inferiores aos números alcançados de fato, o que demonstra um crescimento de fluxo maior do que o esperado. De maneira equivalente, a oferta de leitos no Pólo também teve aumento substancial. A própria atividade turística no contexto nacional e internacional criou novas oportunidades o que afeta diretamente o entendimento e a forma de exploração deste setor econômico nas regiões e municípios. Assim sendo, antes de uma análise comparativa da oferta turística identificada no PDITS 2002, cabe uma investigação sob um olhar atual dos recursos e atrativos do Pólo Costa dos Corais.

A análise das fontes secundárias corroboradas por uma observação de campo, além da pesquisa *in–loco e*m todos os municípios que compõem o Pólo, permitiu uma avaliação detalhada do estado dos recursos, assim como uma identificação de novos atrativos que podem ser incorporados ao turismo do Pólo.

Ao analisar os diversos aspectos dos fluxos existentes na área objeto de estudo, e suas respectivas possibilidades de interações espaciais, que possam garantir um equilíbrio de uma possível implementação de atividades turísticas na região, conclui–se que, necessário se faz estabelecer estratégias que permitam um melhor entrosamento das diversas dinâmicas, respeitando a vocação de cada núcleo, sob o ponto de vista turístico e a possibilidade de desenvolvimento amparado na sustentação econômica, cultural, social e ambiental.

É fato a primazia de Maceió nesse contexto, entretanto, há fatores extremamente relevantes e favoráveis à disseminação do turismo nessa região:

- Valioso e diversificado patrimônio natural e paisagístico;
- Patrimônio cultural edificado;
- Rico patrimônio histórico;
- Elevado grau de preservação ambiental;
- Tendência de melhorias em termos de acessibilidade;
- Gastronomia diversificada.

É fundamental ressaltar que além de uma abordagem aprofundada dos recursos naturais do Pólo Costa dos Corais, propõe–se uma investigação igualmente detalhada dos aspectos históricos e culturais o que ocorre abaixo em cada um dos municípios.

14.1.1. Maceió – Atrativos de Uso Atual

A capital de Alagoas é, sem dúvida, o principal município da Costa dos Corais sob a ótica do turismo. Cercada de belas praias, lagoas e detentora de patrimônio histórico–cultural únicos no Brasil, já é um destino consolidado no cenário turístico nacional com infraestrutura turística, serviços e equipamentos de qualidade.

Piscinas Naturais de Pajuçara
Um dos atrativos mais populares da capital Maceió consiste em uma área recifal a aproximadamente 2km da costa da Praia de Pajuçara. Passeios são realizados por meio de embarcações à vela, as conhecidas jangadas, onde jangadeiros são, permanentemente, capacitados pela capitania dos portos de Maceió, bem como pela secretaria municipal de promoção do turismo.

Figura 140 – Piscinas naturais de Pajuçara
(Fonte: Acervo SETUR, 2010)

Pontal da Barra
Caracterizando–se como um dos bairros mais antigos da cidade de Maceió, este pequeno vilarejo de pescadores é um atrativo consolidado. Nele, é possível provar a típica gastronomia de frutos do mar e da lagoa Mundaú, que margeia o bairro. Além dos vários restaurantes, o fator que prepondera e motiva a visitação, é o genuíno bordado alagoano: o filé. O colorido fascinante do filé veste janelas, portas e varais, além de gerar renda para a comunidade local. A visita ao Pontal da Barra faz parte do roteiro de city tour da cidade de Maceió.

Passeios de barco pela lagoa ao encontro com o mar são oferecidos no local e nas principais de agências de receptivo.

Praia de Pajuçara, Ponta Verde, Jatiúca e Cruz das Almas
Constituindo o principal eixo turístico do município estes atrativos são os mais representativos da imagem nacionalmente conhecida por agentes de viagens, operadores e consumidores finais. É nestas praias que estão instalados os principais equipamentos hoteleiros de Maceió e são elas que apresentam a melhor infraestrutura turística para os mais variados tipos de visitantes, com diversas opções de serviços e pontos de apoio.

Figura 141 – Praia de Pajuçara
(Fonte: Acervo SETUR, 2010)

Figura 142 – Acesso para cadeirantes, Praia de Ponta Verde
(Fonte: Acervo SETUR, 2010)

Lagoa Mundaú

Não fosse apenas pela beleza das praias do município, Maceió ainda conta com este imponente recurso natural: a Lagoa Mundaú. A lagoa interliga–se com o mar através de uma extensa rede de canais que cortam a planície formando dezenas de pequenas ilhas.

As agências de receptivo locais e os inúmeros saveiros, saindo de diversos pontos da lagoa, oferecem um dos principais passeios turísticos da cidade: nove ilhas, que tem como atração o encontro da Lagoa Mundaú com o mar. É um paraíso protegido pela vegetação nativa. O vasto manguezal e a grande variedade de peixes, crustáceos e moluscos constituem características marcantes desse ambiente.

Memorial da República e Museu Théo Brandão
O Museu Théo Brandão e o Memorial da República são frequentemente visitados por turistas independentes que se interessam em conhecer um pouco da história de Maceió e Alagoas. Estes também são comumente recomendados por recepcionistas dos hotéis e guias de turismo.

O Museu Théo Brandão, foi criado em 1975 e encontra–se localizado em um lugar central, em um belo prédio histórico de estilos ecléticos. A maioria do acervo veio do acervo pessoal de Théo Brandão, colecionador de peças de artesãos populares e pesquisador do folclore alagoano.

Já o Memorial da República foi inaugurado em 2005, em homenagem aos dois Marechais alagoanos. Com uma arquitetura moderna, o Memorial foi construído em um local privilegiado e de fácil acesso aos turistas.

Figura 143 – Museu Théo Brandão
(Fonte: Acervo SETUR, 2010)

Feirinha da Pajuçara, Pavilhão do Artesanato e Mercado do Artesanato
Impossível não se render ao artesanato de Maceió. Os trabalhos em rendas e bordados, cujas técnicas são passadas de mãe para filha, criam obras de arte em forma de toalhas de mesa, vestidos, cortinas... As cores e as formas diversas dão vida a matérias–primas como palha, madeira, cerâmica, fibra do coqueiro, couro e barro.

A Feirinha da Pajuçara com uma grande estrutura montada à beira–mar possui cerca de 200 lojas, que ofertam artigos do artesanato local e regional. Devido a facilidade de acesso e a proximidade com os principais meios de hospedagem, o local é bastante visita pelos turistas.

Localizado na Praia da Pajuçara o Pavilhão do Artesanato possui cerca de 100 lojas com produtos de artesanato de Alagoas e da Região Nordeste. Devido a facilidade de acesso e a proximidade com os principais meios de hospedagem, o local é bastante visita pelos turistas.

O Mercado do Artesanato é uma das vitrines da arte popular produzida em Alagoas. Apesar de ser próximo ao centro da cidade, este núcleo de comercialização de artesanato recebe poucos turistas em virtude do difícil acesso, tanto para veículos particulares como para ônibus de turismo.

Figura 144 – Feira do artesanato, Pajuçara
(Fonte: Acervo SETUR, 2010)

Mirante e Igreja de São Gonçalo
O mirante de São Gonçalo possui uma vista privilegiada da parte baixa da cidade e é freqüentado por alguns receptivos do município servindo como ponto de parada no *city tour*, onde os turistas podem conhecer a Igreja de São Gonçalo, a primeira igreja de Maceió.

Praias de Riacho Doce e Mirante da Sereia
Praias que concentram certo número de residências são bastante utilizadas por moradores locais, e turistas de *day use* que passam o dia nos bares e restaurantes à beira–mar e retornam aos seus meios de hospedagem.

A praia de Riacho Doce é uma tradicional vila de pescadores que sobrevivem no aconchego da simplicidade do dia–a–dia e das iguarias feitas à base de mandioca e coco, um convite delicioso para degustação. Neste local, especificamente, vem sendo desenvolvido um projeto de turismo de base comunitária no qual a população local oferece uma experiência de um dia de pesca, artesanato e gastronomia, onde os turistas poderão vivenciar cada um destes elementos de maneira tradicional.

Figura 145 – Artesãs, Praia de Riacho Doce
(Autoria: Ferreira, C. 2010)

Na praia e mirante da Sereia, o mar exuberante com ondas fortes é protegido por um paredão de recifes, que amortecem a bravura das águas e formam uma grande piscina que proporciona tranqüilos mergulhos. Apesar de oferecer inúmeras opções de bares, a infraestrutura urbana e turística ainda é bastante precária. Do mirante têm–se uma visão encantadora de um litoral com contrastes de cores.

Praia de Ipioca

Este atrativo possui características diferenciais dos demais, já que sendo distante aproximadamente 22km da região central de Maceió, ainda preserva características de praia deserta e tranqüila. No entanto, a exploração imobiliária vem se intensificando na área e atualmente existem vários condomínios em fase de construção. Também existem alguns empreendimentos hoteleiros com características de *resort* além de pontos de apoio com bom padrão e qualidade de serviços que funcionam no formato *day use*.

Figura 146 – Praia de Ipioca
(Fonte: Acervo SETUR, 2010)

Pré–Carnaval
Consolidou–se como um atrativo para turistas e moradores a semana que antecede o carnaval quando acontece a retomada de festejos carnavalescos tradicionais. Na ocasião, o bairro de Jaraguá se transforma em palco para o desfile de blocos puxados por bandas de frevo, além de bailes à fantasia.

Tabela 68 – HIERAQUIZAÇÃO DOS ATRATIVOS DE USO ATUAL

TIPO DE ATRATIVO	ATRATIVOS	Abrangencia	Acessibilidade	Singularidade	Conservação ambiental e cultural	Infraestrutura	TOTAL
ATRATIVO DE USO ATUAL	Piscinas Naturais da Pajuçara	4	4	3	4	4	**19**
	Pontal da Barra	4	4	4	3	4	**19**
	Praia de Jatiúca	4	4	3	3	4	**18**
	Praia de Pajuçara	4	4	3	3	4	**18**
	Praia de Ponta Verde	4	4	3	3	4	**18**
	Lagoa Mundaú	4	3	3	3	4	**17**
	Memorial da República	3	4	3	4	3	**17**
	Pavilhão do Artesanato	4	4	2	3	4	**17**
	Feirinha do Artesanato	4	4	1	3	4	**16**
	Mirante e Igreja de São Gonçalo	4	3	3	3	3	**16**
	Praia de Cruz das Almas	3	4	3	3	3	**16**
	Museu Théo Brandão	3	4	3	4	1	**15**
	Praia de Riacho Doce	3	3	3	4	2	**15**
	Bairro de Jaraguá	3	4	3	3	2	**15**
	Mirante da Sereia	3	3	3	3	1	**13**
	Praia de Ipioca	3	2	3	4	1	**13**
	Pré–Carnaval	2	3	2	3	1	**11**
	Mercado do Artesanato	2	1	2	2	1	**8**

(Autoria: Lyra, P. 2012)

14.1.2. Maceió – Atrativos de Uso Potencial

Maceió já é um destino consolidado em vários aspectos e segmentos da atividade turística. No entanto ainda possui atrativos e recursos que podem ser explorados para incrementar as opções de produtos e roteiros turísticos municipais.

Praias de Jacarecica, Guaxuma, Garça Torta e Pescaria
As praias de Jacarecica, Guaxuma e Garça Torta e Pescaria fazem parte do conjunto das belas praias urbanas, próximas ao centro da cidade. Com infraestrutura urbana e turística moderada, estas praias dispõem de alguns restaurantes e pousadas, que se entrelaçam com as belezas do litoral, onde a natureza generosamente ofertou espaços para mergulhos, pesca, ondas para o surf etc.

Naufrágios
As embarcações de Sequipe e Draguinha submersas na costa da capital Maceió são excelentes opções aos adeptos do segmento de aventura. Passeios acompanhados por profissionais são oferecidos por empresas locais.

Alto de Ipioca
Povoado localizado na parte alta do bairro de Ipioca no qual nasceu o Marechal Floriano Peixoto, segundo Presidente da República do Brasil, e que ainda conserva seu casario, a Igreja Nossa Senhora do Ó, tradições e características culturais que serão abordadas adiante na análise patrimonial do município. O atrativo é, todavia, conhecido principalmente pelos seletos restaurantes de vista panorâmica privilegiada e culinária de excelente padrão.

Bairro do Jaraguá e Centro
A criação de Zonas Especiais de Preservação (ZEP–1, Jaraguá e ZEP–2, Centro) pela administração municipal, favoreceu algumas ações ligadas à manutenção desse patrimônio urbano e arquitetônico que remete à própria origem da cidade, embora já esteja amplamente diagnosticado que tais ações precisam ser articuladas com outros setores para que atinjam plenamente os efeitos desejados. Trata–se da chamada "Conservação Integrada", uma tendência contemporânea, onde, aos investimentos na cultura, se somam à educação, à segurança, ao trânsito, à acessibilidade, etc.

Isso é perceptível especialmente no sítio histórico de Jaraguá, cujo processo de revitalização iniciado em 1996, tinha como um dos mais fortes apelos à sua valorização junto ao turista e que atraiu uma série de bares e demais casas noturnas, inicialmente muito procuradas e hoje todas fechadas. Isso porque a infraestrutura como um todo não acompanhou os investimentos no setor cultural, destaque para a falta de solução adequada para a localização de uma vila de pescadores à beira da praia, cuja ausência de planejamento causa problemas, os mais diversos, aos usuários do bairro.

Ou seja, lamentavelmente as obras de revitalização do bairro de Jaraguá realizadas por ocasião do Prodetur I, não se traduziram, ao longo dos anos, numa efetivação do bairro como mais um atrativo turístico da cidade.

No que diz respeito ao Centro da cidade, o projeto de requalificação idealizado desde finais da década de 90, consistiu em uma estratégia de gestão a ser concretizada através de várias intervenções, as quais deveriam estar integradas ao planejamento da cidade como um todo, estando assentada em três eixos essenciais: sócio–econômico, infraestrutura, histórico–cultural. Sem perder de vista a proteção ao patrimônio cultural ali existente, buscava–se a geração de emprego e renda e o fortalecimento do comércio. Embora ainda não tenha sido efetivada completamente a requalificação desejada, algumas ações pontuais têm sido implementadas, tais como criação de calçadões, re–ordenamento do trânsito, tentativas de disciplinamento do setor informal (camelôs), a maioria delas sem sucesso.

Um dos mais graves problemas verificados hoje no Centro são as constantes descaracterizações do patrimônio edificado, com intervenções inadequadas, quando não ocorrem destruições totais de edificações históricas. Nesse sentido não há efetiva ação da fiscalização municipal, de modo a impedir o desrespeito à legislação.

Por outro lado, a Secretaria de Estado da Cultura, com recursos oriundos do Governo Federal, está realizando obras de restauração em dois monumentos tombados naquela região: a Catedral Metropolitana e o antigo prédio do Arcebispado. Encontra–se já licitada uma obra para execução do mesmo tipo de serviços no Palacete Barão de Jaraguá, atual Biblioteca Estadual.

Contudo, o rico patrimônio histórico de Maceió – o bairro de Jaraguá e o centro da cidade – é contemplado com visitas pontuais e não correspondente com seu potencial turístico. Estes, são visitados normalmente em um formato de *city tour*, onde o turista passeia em um ônibus por entre as edificações com um grau mínimo de interação com o meio.

Desta forma os monumentos e edificações estão sendo considerados como atrativos potenciais já que não chegam a ser freqüentados pelos visitantes, com exceção do Museu Théo Brandão.

Bebedouro e Fernão Velho
Dois bairros tradicionais do município com rico patrimônio histórico e que margeiam a lagoa Mundaú, possuem características de uma Maceió do passado, interligada pelo trem que até hoje passa pelos trilhos que unem os bairros ao centro da cidade. Certamente um grande potencial para formatação de novos produtos complementares aos existentes.

No alto do bairro de Bebedouro, ou Chã do Bebedouro, encontra–se a Praça Senador Rui Palmeira, mais conhecida por todos na região como Mirante da Chã de Bebedouro. Nele, é possível observar a lagoa em sua quase totalidade, dominando toda a margem oeste de Maceió, enquanto o Atlântico trata de banhar o leste da cidade–restinga em um horizonte azul, onde tem horas que não se sabe o que é mar e o que é céu.

Apesar da imensa beleza paisagística, o local ainda é pouco explorado turisticamente e um dos principais obstáculos ao desenvolvimento da atividade é a falta de segurança.

Patrimônio Histórico e Cultural
Maceió é uma cidade que acatou algumas das inovações dos grandes centros sem menosprezar as contribuições do passado. Apesar de ter perdido grande parte de seu acervo cultural, especialmente aquele representado pelas expressões urbanas e arquitetônicas, ainda mantém alguma integridade na sua fisionomia, que, nas áreas adjacentes ao centro e bairros mais antigos, conservam um ar pitoresco de cidade de interior. Em contraponto, nas áreas mais nobres e recentes, especialmente as da orla, a cidade se modernizou.

Contando com instituições voltadas especificamente para a preservação do patrimônio histórico e cultural, apresenta algumas ações ligadas ao tema, destacando–se o instrumento do tombamento estabelecido em Alagoas em caráter estadual. Na capital, propriamente dita, ele começou a atuar a partir de 1982, com o tombamento do Sobrado dos Irmãos Brêda, no centro da cidade. Desde então, outros bens móveis e imóveis foram sendo protegidos oficialmente pela legislação.

Figura 147, Figura 148 e Figura 149 – Monumentos tombados pelo Estado: Arcebispado / Igreja dos Martírios / Sociedade Perseverança (Bairro do Centro)
(Autoria: Magalhães, A C. 2010)

Atualmente, além da Secretaria de Estado da Cultura, conta com a atuação de vários outros órgãos, tais como a Secretaria Municipal de Planejamento, à qual está atrelada a Unidade Executora Municipal, a Fundação Municipal de Ação Cultural, a Superintendência Regional do IPHAN em Alagoas, todos com sede em Maceió.

Políticas públicas e programas de governo ajudam na realização de atividades de manutenção das referências culturais e históricas da cidade, sejam elas de natureza material ou imaterial. No campo das manifestações imateriais, especialmente aquelas que dizem respeito a saberes tradicionais, conta com a Lei do Patrimônio Vivo, que reconheceu em Maceió a existência de nove mestres, os quais recebem uma ajuda de custo para se manterem e promoverem o repasse de seus saberes.[55] Através de uma parceria do Governo Federal com a sociedade civil, existem na capital dezessete Pontos de Cultura, os quais contribuem para a preservação de tradições culturais além de promoverem a inclusão digital em comunidades carentes.

Além da sede urbana, existem na cidade de Maceió, localidades com diferentes potenciais ligados à cultura, muito atrativas pela singularidade que apresentam em seu assentamento urbano, nas suas manifestações e referências mais tradicionais, no modo de viver de seu povo. Destacam–se, nesse sentido, os bairros do Pontal, Fernão Velho, Riacho Doce e o Distrito de Ipioca. Sendo todo o bairro do Pontal da Barra e a Igreja de Nossa Senhora do Ó, em Ipioca, tombados pelo Estado.

Figura 150 – Igreja de Nossa Senhora do Ó, em Ipioca
(Autoria: Magalhães, A C. 2010)

[55] Em 2000, o Governo Federal estabeleceu no Decreto n° 3551/2000 o instrumento do REGISTRO, onde bens de natureza imaterial podem sofrer ação de salvaguarda, através de sua inscrição no: Livro de Registro dos Saberes - conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; Livro de Registro das Celebrações - rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; Livro de Registro das Formas de Expressão - manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; Livro de Registro dos Lugares - mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas. Já tendo a Lei do Patrimônio Vivo ou Lei dos Mestres implantada pelo Governo do Estado a partir de 2004, em 30 de novembro de 2011 houve um avanço na proteção a bens frágeis pela sua natureza imaterial, quando foi, enfim, criada a Lei Nº 7.285, de Registro do Patrimônio Imaterial do Estado de Alagoas

O grande desafio turístico de Maceió talvez seja de integrar seus atrativos histórico–culturais de forma efetiva à atividade turística. Desta forma a apropriação dos atrativos abaixo relacionados por parte do setor é altamente recomendada:

- Associação Comercial
- Casa do Poeta Jorge de Lima
- Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas
- Teatro Deodoro
- Academia Alagoana de Letras
- Palácio Floriano Peixoto
- Catedral Metropolitana de Maceió
- Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos
- Igreja de Bom Jesus dos Martírios
- Casa do Patrimônio – IPHAN
- Manifestações folclóricas

Museus

O Museu da Imagem e do Som – MISA e a Fundação Pierre Chalita representam excelentes oportunidades de agregar valor a uma experiência turística no município de Maceió.

Figura 151 – Museu da Imagem e do Som, em Jaraguá
(Fonte: Acervo SETUR, 2010)

Além destes, a cidade possui seis bibliotecas e vinte e três museus cadastrados no Sistema Estadual de Museus, embora seja completamente desconhecida a existência de alguns deles por parte da população e mesmo dos turistas que visitam a cidade.

Tabela 69 – HIERAQUIZAÇÃO DOS ATRATIVOS DE USO POTENCIAL

TIPO DE ATRATIVO	ATRATIVOS	Abrangencia	Acessibilidade	Singularidade	Conservação ambiental e cultural	Infraestrutura	TOTAL
ATRATIVO DE USO POTENCIAL	Associação Comercial	2	4	3	3	2	**14**
	Casa do Poeta Jorge de Lima	2	3	3	3	1	**12**
	Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas	3	2	3	3	1	**12**
	Praia de Garça Torta	2	3	3	3	1	**12**
	Praia de Guaxuma	2	3	3	3	1	**12**
	Museu do Palácio Floriano Peixoto	3	2	2	3	1	**11**
	Naufrágios	3	1	3	3	1	**11**
	Teatro Deodoro	2	2	3	3	1	**11**
	Casa do Patrimônio – IPHAN	1	4	2	3	1	**11**
	Catedral Metropolitana de Maceió	2	2	2	4	1	**11**
	Fundação Pierre Chalita	3	2	3	2	1	**11**
	Praia de Pescaria	2	2	3	3	1	**11**
	Igreja de Bom Jesus dos Martírios	2	2	3	2	1	**10**
	MISA – Museu da Imagem e do Som	2	3	2	2	1	**10**
	Alto de Ipioca	2	2	2	2	2	**10**
	Centro da Cidade	2	3	2	2	1	**10**
	Praia da Jacarecica	1	3	2	2	1	**9**
	Bairros Bebedouro e Fernão Velho	1	2	2	2	1	**8**
	Academia Alagoana de Letras	1	2	2	2	1	**8**
	Mirante de Chã de Bebedouro	2	1	3	1	1	**8**
	Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos	1	2	2	1	1	**7**
	Manifestações folclóricas	1	1	2	1	1	**6**

(Autoria: Lyra, P. 2012)

Patrimônio Material – Bens Tombados

SOBRADO DOS IRMÃOS BRÊDA			
CATEGORIA:	**Registro de Edifícios e Monumentos Isolados Livro de Tombo Nº2**		
PALAVRAS–CHAVES:	**patrimônio arquitetônico – tombamento – histórico**		
PROPRIETÁRIO:	**Banco Mercantil de Crédito S/A.**		
DECRETO:	**5003 de 15/02/82**		
LIVRO DE REGISTRO:	**Histórico**	**CATÁLOGO:**	**Pró–Memória**
TIPO:	**Arquitetura Civil**	**CADASTRO:**	**Bens Tombados**
PROCESSO NÚMERO:	**920/82**	**NÍVEL:**	**Estadual**

(Fonte: SECULT, 2010)

BAIRRO DO PONTAL			
CATEGORIA:	**Registro de Conjuntos Urbanos e Sítios Históricos Livro de Tombo nº 3**		
PALAVRAS–CHAVES:	**patrimônio arquitetônico – tombamento – histórico – herança coletiva – bem material**		
PROPRIETÁRIO:	**Área Municipal**		
DECRETO:	**33.225 de 14/11/88**		
LIVRO DE REGISTRO:	**Histórico**	**CATÁLOGO:**	**Pró–Memória**
TIPO:	**Núcleo Urbano**	**CADASTRO:**	**Bens Tombados**
PROCESSO NÚMERO:	**025/88**	**NÍVEL:**	**Estadual**

(Fonte: SECULT, 2010)

PRAÇA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO E ENTORNO			
CATEGORIA:	**Registro de Conjuntos Urbanos e Sítios Históricos Livro de Tombo nº 3**		
PALAVRAS–CHAVES:	**patrimônio arquitetônico – tombamento histórico– herança coletiva – bem material**		
PROPRIETÁRIO:	**Área Municipal e Arquidiocese**		
DECRETO:	**38309, 09/03/2000**		
LIVRO DE REGISTRO:	**Histórico**	**CATÁLOGO:**	**Pró–Memória**
TIPO:	**Núcleo Urbano**	**CADASTRO:**	**Bens Tombados**
PROCESSO NÚMERO:	**2472/98**	**NÍVEL:**	**Estadual**

(Fonte: SECULT, 2010)

PALACETE BARÃO DE JARAGUÁ			
CATEGORIA:	Registro de Edifícios e Monumentos Isolados Livro de Tombo nº 2		
PALAVRAS–CHAVES:	patrimônio arquitetônico – tombamento – histórico		
PROPRIETÁRIO:	Estado de Alagoas		
LOCALIDADE:	Pça. D. Pedro II, cidade e município de Maceió, Estado de Alagoas.		
DECRETO:	6919 de 01/04/85		
LIVRO DE REGISTRO:	Histórico	CATÁLOGO:	Pró–Memória
TIPO:	Arquitetura Civil	CADASTRO	Bens Tombados
PROCESSO NÚMERO:	1721/84	NÍVEL:	Estadual

(Fonte: SECULT, 2010)

IGREJAS DE MACEIÓ – 1– CATEDRAL METROPOLITANA 2– IGREJA N. Sª DO ROSÁRIO DOS PRETOS. 3– IGREJA BOM JESUS DOS MARTÍRIOS 4– IGREJA DE N. Sª DO LIVRAMENTO. 5– CAPELA DE SÃO GONÇALO DE AMARANTE.			
CATEGORIA:	Registro de Edifícios e Monumentos Isolados Livro de Tombo nº 2		
PALAVRAS–CHAVES:	patrimônio arquitetônico – tombamento – histórico		
PROPRIETÁRIO:	Arquidiocese de Maceió		
LOCALIDADE:	Cidade e município de Maceió		
DECRETO:	33127 de 31/01/88		
LIVRO DE REGISTRO:	Histórico	CATÁLOGO:	Pró–Memória
TIPO:	Arquitetura Religiosa	CADASTRO:	Bens Tombados
PROCESSO NÚMERO:	546/85	NÍVEL:	Estadual

(Fonte: SECULT, 2010)

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS			
CATEGORIA:	Registro de Edifícios e Monumentos Isolados Livro de Tombo nº 2		
PALAVRAS–CHAVES:	patrimônio arquitetônico – tombamento – histórico		
PROPRIETÁRIO:	Estado de Alagoas		
LOCALIDADE:	Praça Marechal Deodoro da Fonseca, cidade e município de Maceió, Estado de Alagoas		
DECRETO:	33271 de 14/12/88		
LIVRO DE REGISTRO:	Histórico	CATÁLOGO:	Pró–Memória
TIPO:	Arquitetura Civil	CADASTRO:	Bens Tombados
PROCESSO NÚMERO:	33271	NÍVEL:	Estadual

(Fonte: SECULT, 2010)

COMPLEXO ARQUITETÔNICO SOCIEDADE NOSSA SENHORA DO BOM CONSELHO			
CATEGORIA:	**Registro de Edifícios e Monumentos Isolados Livro de Tombo nº 2**		
PALAVRAS–CHAVES:	**patrimônio arquitetônico – tombamento – histórico**		
PROPRIETÁRIO:	**Sociedade N. Sra. do Bom Conselho**		
LOCALIDADE:	**Rua Cícero de Góes Monteiro e Cônego Costa, 3674, Bebedouro, Maceió, Estado de Alagoas**		
DECRETO:	**19/07/99**		
LIVRO DE REGISTRO:	**Histórico**	**CATÁLOGO:**	**Pró–Memória**
TIPO:	**Arquitetura Civil e Religiosa**	**CADASTRO:**	**Bens Tombados**
PROCESSO NÚMERO:	**38081**	**NÍVEL:**	**Estadual**

(Fonte: SECULT, 2010)

ACADEMIA ALAGOANA DE LETRAS			
CATEGORIA:	**Registro de Edifícios e Monumentos Isolados Livro de Tombo nº 2**		
PALAVRAS–CHAVES:	**patrimônio arquitetônico – tombamento – histórico**		
PROPRIETÁRIO:	**Academia Alagoana de Letras**		
LOCALIDADE:	**Pça Marechal Deodoro s/n**		
DECRETO:	**38026/99**		
LIVRO DE REGISTRO:	**Histórico**	**CATÁLOGO:**	**Pró–Memória**
TIPO:	**Arquitetura Civil**	**CADASTRO:**	**Bens Tombados**
PROCESSO NÚMERO:	**SGC 1101–5190/98**	**NÍVEL:**	**Estadual**

(Fonte: SECULT, 2010)

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS			
CATEGORIA:	**Registro de Edifícios e Monumentos Isolados Livro de Tombo nº 2**		
PALAVRAS–CHAVES:	**patrimônio arquitetônico – tombamento – histórico**		
PROPRIETÁRIO:	**Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas**		
LOCALIDADE:	**Rua João Pessoa, Centro–Maceió, Alagoas**		
DECRETO:	**37932 de 28/12/98**		
LIVRO DE REGISTRO:	**Histórico**	**CATÁLOGO:**	**Pró–Memória**
TIPO:	**Arquitetura Civil**	**CADASTRO:**	**Bens Tombados**
PROCESSO NÚMERO:	**PGE 5274/98**	**NÍVEL:**	**Estadual**

(Fonte: SECULT, 2010)

CASA DE JORGE DE LIMA			
CATEGORIA:	Registro de Edifícios e Monumentos Isolados Livro de Tombo nº 2		
PALAVRAS–CHAVES:	patrimônio arquitetônico – tombamento – histórico		
PROPRIETÁRIO:	Academia Alagoana de Letras		
LOCALIDADE:	Praça Visconde de Sinimbu, 91– Centro, Maceió – Alagoas		
DECRETO:	2393 de 27/01/05		
LIVRO DE REGISTRO:	Histórico	CATÁLOGO:	Pró–Memória
TIPO:	Arquitetura Civil	CADASTRO:	Bens Tombados
PROCESSO NÚMERO:	SGC 1101–621/2000	NÍVEL:	Estadual

(Fonte: SECULT, 2010)

ARCEBISPADO			
CATEGORIA:	Registro de Edifícios e Monumentos Isolados Livro de Tombo nº 2		
PALAVRAS–CHAVES:	patrimônio arquitetônico – tombamento – histórico		
PROPRIETÁRIO:	Arquidiocese de Maceió		
LOCALIDADE:	Rua Barão de Anadia, 110, Centro, Maceió–Alagoas		
DECRETO:	3894 de 02/12/08		
LIVRO DE REGISTRO:	Histórico	CATÁLOGO:	Pró–Memória
TIPO:	Arquitetura Religiosa	CADASTRO:	Bens Tombados
PROCESSO NÚMERO:	11010–03546/07	NÍVEL:	Estadual

(Fonte: SECULT, 2010)

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL			
CATEGORIA:	Registro de Edifícios e Monumentos Isolados Livro de Tombo nº 2		
PALAVRAS–CHAVES:	patrimônio arquitetônico – tombamento – histórico		
PROPRIETÁRIO:	Associação Comercial de Maceió		
LOCALIDADE:	Rua Sá e Albuquerque, 467 bairro de Jaraguá cidade e município de Maceió, Estado de Alagoas		
DECRETO:	5304 de 09/02/83		
LIVRO DE REGISTRO:	Histórico	CATÁLOGO:	Pró–Memória
TIPO:	Arquitetura Civil	CADASTRO:	Bens Tombados
PROCESSO NÚMERO:		NÍVEL:	Estadual

(Fonte: SECULT, 2010)

MUSEU THÉO BRANDÃO			
CATEGORIA:	Registro de Edifícios e Monumentos Isolados Livro de Tombo nº 2		
PALAVRAS–CHAVES:	patrimônio arquitetônico – tombamento – histórico		
PROPRIETÁRIO:	Universidade Federal de Alagoas – UFAL		
LOCALIDADE:	Av. Duque de Caxias, 1490, Centro, cidade e município de Maceió, Estado de Alagoas		
DECRETO:	5302 de 09/02/83		
LIVRO DE REGISTRO:	Histórico	CATÁLOGO:	Pró–Memória
TIPO:	Arquitetura Civil	CADASTRO:	Bens Tombados
PROCESSO NÚMERO:		NÍVEL:	Estadual

(Fonte: SECULT, 2010)

EDIFÍCIO SEDE DO SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DO ESTADO DE ALAGOAS – ANTIGA SOCIEDADE PERSEVEREANÇA			
CATEGORIA:	Registro de Edifícios e Monumentos Isolados Livro de Tombo nº 2		
PALAVRAS–CHAVES:	patrimônio arquitetônico – tombamento – histórico		
PROPRIETÁRIO:	Sindicato dos Empregados no Comércio do Estado de Alagoas		
LOCALIDADE:	Rua do Sol, n° 418, Centro, Maceió/AL		
DECRETO:	4.219 de 10 de novembro de 2009, Resolução N° 04, de 04 de abril de 2009		
LIVRO DE REGISTRO:	Histórico	CATÁLOGO:	Pró–Memória
TIPO:	Arquitetura Civil	CADASTRO:	Bens Tombados
PROCESSO NÚMERO:	1101–842/2008	NÍVEL:	Estadual

(Fonte: SECULT, 2010)

SOBRADO DOS IRMÃOS BRÊDA			
CATEGORIA:	Registro de Edifícios e Monumentos Isolados Livro de Tombo nº 2		
PALAVRAS–CHAVES:	patrimônio arquitetônico – tombamento – histórico		
PROPRIETÁRIO:	Estado de Alagoas		
LOCALIDADE:	Rua Sá e Albuquerque, n° 275, Jaraguá, Maceió/AL		
DECRETO:	4.210, de 05 de novembro de 2009, Resolução N° 02 de 04 de abril de 2009		
LIVRO DE REGISTRO:	Histórico	CATÁLOGO:	Pró–Memória
TIPO:	Arquitetura Civil	CADASTRO:	Bens Tombados
PROCESSO NÚMERO:	2600–335/2008	NÍVEL:	Estadual

(Fonte: SECULT, 2010)

PALÁCIO MARECHAL FLORIANO PEIXOTO			
CATEGORIA:	**Registro de Edifícios e Monumentos Isolados Livro de Tombo nº 2**		
PALAVRAS–CHAVES:	**patrimônio arquitetônico – tombamento – histórico**		
PROPRIETÁRIO:	**Estado de Alagoas**		
LOCALIDADE:	**Praça Floriano Peixoto, s/n, Centro, Maceió/AL**		
DECRETO:	**28 de agosto de 2009, Resolução N° 01 de 04 de abril de 2009**		
LIVRO DE REGISTRO:	**Histórico**	**CATÁLOGO:**	**Pró–Memória**
TIPO:	**Arquitetura Civil**	**CADASTRO:**	**Bens Tombados**
PROCESSO NÚMERO:	**2600–335/2008**	**NÍVEL:**	**Estadual**

(Fonte: SECULT, 2010)

TEATRO DEODORO			
CATEGORIA:	**Registro de Edifícios e Monumentos Isolados Livro de Tombo nº 2**		
PALAVRAS–CHAVES:	**patrimônio arquitetônico – tombamento – histórico**		
PROPRIETÁRIO:	**Estado de Alagoas**		
LOCALIDADE:	**Praça Deodoro, s/n, Centro, Maceió/AL**		
DECRETO:	**14 de novembro de 2008, Resolução N° 03 de 04 de abril de 2008**		
LIVRO DE REGISTRO:	**Histórico**	**CATÁLOGO:**	**Pró–Memória**
TIPO:	**Arquitetura Civil**	**CADASTRO:**	**Bens Tombados**
PROCESSO NÚMERO:	**2600–01110/2007**	**NÍVEL:**	**Estadual**

(Fonte: SECULT, 2010)

IGREJA NOSSA SENHORA DO O			
CATEGORIA:	**Registro de Edifícios e Monumentos Isolados Livro de Tombo nº 2**		
PALAVRAS–CHAVES:	**patrimônio arquitetônico – tombamento – histórico**		
PROPRIETÁRIO:	**Arquidiocese de Maceió**		
LOCALIDADE:	**praça situada na confluência das ruas do Cruzeiro e da Mangueira. Distrito de Floriano Peixoto, antiga Ipioca, Maceió/AL**		
DECRETO:	**5280 de 30/12/82**		
LIVRO DE REGISTRO:	**Histórico**	**CATÁLOGO:**	**Pró–Memória**
TIPO:	**Arquitetura Religiosa**	**CADASTRO:**	**Bens Tombados**
PROCESSO NÚMERO:	**5232/82**	**NÍVEL:**	**Estadual**

(Fonte: SECULT, 2010)

PALACETE BARÃO DE JARAGUÁ			
CATEGORIA:	Registro de Edifícios e Monumentos Isolados Livro de Tombo nº 2		
PALAVRAS–CHAVES:	patrimônio arquitetônico – tombamento – histórico		
PROPRIETÁRIO:	Estado de Alagoas		
LOCALIDADE:	Praça. D. Pedro II, município de Maceió, Estado de Alagoas		
DECRETO:	6919 de 01/04/85		
LIVRO DE REGISTRO:	Histórico	CATÁLOGO:	Pró–Memória
TIPO:	Arquitetura Civil	CADASTRO:	Bens Tombados
PROCESSO NÚMERO:	1721/84	NÍVEL:	Estadual

(Fonte: SECULT, 2010)

BAIRRO DE JARAGUÁ – ACERVO CULTURAL DO BAIRRO DE JARAGUÁ COMPREENDENDO ESPAÇOS URBANOS, MONUMENTOS, BENS IMÓVEIS E ÁREAS VERDES			
CATEGORIA:	Conjuntos Urbanos e Sítios Históricos – Livro de Tombo nº 3		
PALAVRAS–CHAVES:	patrimônio arquitetônico – tombamento – histórico		
PROPRIETÁRIO:	Área Municipal		
LOCALIDADE:	Município de Maceió – Alagoas		
DECRETO:	6061/84 – Resolução nº 02/, 16 de abril de 1984		
LIVRO DE REGISTRO:	Conjuntos Urbanos e Sítios Históricos	CATÁLOGO:	Pró–Memória
TIPO:	Conjunto Urbano	CADASTRO:	Bens Tombados
PROCESSO NÚMERO:	SGC 9831/83	NÍVEL:	Estadual

(Fonte: SECULT, 2010)

MEMORIAL PONTES DE MIRANDA – ACERVO MUSEOLÓGICO DO MEMORIAL PONTES DE MIRANDA			
CATEGORIA:	Registro de Bens Móveis– Livro de Tombo nº 1		
PALAVRAS–CHAVES:	museológico – tombamento – histórico		
PROPRIETÁRIO:	Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região		
LOCALIDADE:	Av. da Paz, 2076. Centro. Maceió – Alagoas		
DECRETO:	36.571/95 – Resolução nº 01, 08 de maio de 1995		
LIVRO DE REGISTRO:	Bens Móveis	CATÁLOGO:	Pró–Memória
TIPO:	Bens móveis	CADASTRO:	Bens Tombados
PROCESSO NÚMERO:	SGC 3436/95	NÍVEL:	Estadual

(Fonte: SECULT, 2010)

Unidades Especiais de Preservação

UNIDADES ESPECIAIS DE PRESERVAÇÃO
Campus Tamandaré (atual sede do DETRAN/AL) – Av. Assis Chateaubriand, s/n, Pontal da Barra
Igreja Nossa Senhora da Guia e Pç. Pingo d'Água (antigo Porto do Trapiche) – Rua Benjamin Constant, n. 25, Trapiche da Barra
Espaço Cultural Papa João Paulo II (Papódromo) – Av. Dique Estrada, s/n, Trapiche da Barra
Cemitério e Igreja de São José – Av. Siqueira Campos, n. 1.625, Prado
Cemitério e Igreja Nossa Senhora da Piedade – Av. Siqueira Campos, s/n, Prado
Faculdade de Medicina (atual CCBI) e Pç. Afrânio Jorge (Praça da Faculdade – Av. Amazonas, s/n, Prado
Antiga Reitoria da UFAL (atual Escola Cultural Salomão A. de Barros Lima), Restaurante e Alojamento Universitário – Rua Mal. Roberto Ferreira, n. 206, Centro
2º Centro de Saúde da Maravilha – Rua Aurelina Lima da Silva, s/n, Poço
Igreja Nosso Senhor do Bonfim – Praça Nosso Senhor do Bonfim, s/n, Poço
Cine Plaza – Av. Comendador Calaça, s/n, Poço
Prédio da LBA – Av. Comendador Calaça, n. 1.399, Poço
Colégio Diegues Junior – Rua Epaminondas Gracindo, n. 238, Pajuçara
Antiga Residência do Governador Lamenha Filho (atual clínica médica) – Rua Epaminondas Gracindo, n. 96, Pajuçara
Praça do Cine Rex – Rua Epaminondas Gracindo, Pajuçara
Antiga Residência Moacir Pereira – Av. Dr. Antônio Gouveia, s/n, Pajuçara
Igreja Nossa Senhora da Imaculada Conceição – Av. Dr. Antônio Gouveia, n. 507, Pajuçara
Mirante e Igreja de São Gonçalo – Rua Comendador Palmeira, esquina com a Rua Osvaldo Sarmento, s/n, Farol
Colégio Batista Alagoano – Rua Aristeu de Andrade, n. 256, Farol
Antiga Residência José Nogueira (atual Faculdade SEUNE) – Rua D. Antônio Brandão, n. 264, Farol.
Antiga Residência da família Wanderley – Rua D. Antônio Brandão, n. 77, Farol
Seminário Arquidiocesano de Maceió – Rua D. Antônio Brandão, n. 559, Farol. 22
Antiga Residência Aluisio Nogueira – Rua: Comendador Palmeira, n. 129, Farol.
Mirante de Santa Terezinha e Igreja de Santa Terezinha – Rua Capitão Samuel Lins, s/n, Farol
Igreja do Colégio de Nossa Senhora do Amparo e Praça do Centenário – Av. Fernandes Lima, n. 1.221, Farol
Convento dos Capuchinhos – Rua Joaquim Nabuco, n. 148, Farol. Farol
Antiga Residência Lizete Lyra (atual Casa do Pão) – Av. Fernandes Lima, n. 416, Farol
Residência Afonso Lucena – Rua Bel. Floriano Ivo, n. 195, Farol
Escola de Enfermagem Santa Bárbara – Av. Fernandes Lima, n. 435, Farol
Residência n. 415 – Av. Fernandes Lima, n. 415, Farol
Antiga Residência Guedes de Miranda – Av. Fernandes Lima, n. 461, Farol
Congregação Religiosa Instituto Bom Pastor – Rua Virgínio de Campos, n. 598, Farol

UNIDADES ESPECIAIS DE PRESERVAÇÃO (cont.)
Residência A – Rua Frei Caneca esquina com Rua Íris Alagoense, n. 253, Farol
Igreja Nossa Senhora do Ó, Mirante e Praça Floriano Peixoto – Rua da Igreja, s/n, Ipioca
Igreja Nossa Senhora da Conceição – Av. Gal. Luiz de França Albuquerque esquina com a Rua Arthur Carlos Silva Neto, n°115ª/115B, Riacho Doce
Casa do Forno – Rua da Praia, s/n, Riacho Doce
Casa da Arte e Largo – Rua: São Pedro, s/n, Garça Torta
Igreja Divina Pastora – Rua em Projeto, s/n, Rio Novo
Praça Moleque Namorador – Rua Guedes de Miranda (atual Paissandu), Ponta Grossa
Antigo Cine Lux (atual Igreja Universal do Reino de Deus) – Rua: Santo Antônio, n. 405, Ponta Grossa
Casa dos Pobres – Rua: Santo Antônio, s/n, Vergel do Lago
Praça Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e Monumento aos Pracinhas da II Guerra Mundial Rua Santo Antônio, esquina com Av. Monte Castelo, Vergel do Lago
Praça Padre Cícero – Rua Humberto Santa Cruz, esquina com Rua Marquês do Pombal, Vergel do Lago
Antigo Cine Ideal – Rua 16 de Setembro, s/n, Levada
Casario do Canal da Levada – Av. Celeste Bezerra, n. 557, 567, 589, 597, 599, 607, 615, 619, 625 e 643, Levada
Praça e Igreja Nossa Senhora das Graça – Rua Dr. Pedro Marcelo de Oliveira, s/n, Levada
Mansão dos Brêda – Rua Dom Arthur Vital, n. 4, Gruta de Lourdes
Capela do Hospital do Açúcar – Av. Fernandes Lima, s/n, Gruta de Lourdes
Farol – Rua: Campo Alegre, s/n, Jacintinho
Cruz Vermelha Brasileira – Av. Comendador Gustavo Paiva, n. 2.889, Mangabeiras
Lar São Domingos – Av. Comendador Gustavo Paiva, n. 4.291, Mangabeiras
Igreja Nossa Senhora do Bom Parto – Rua General Hermes, s/n, Bom Parto
Vila Operária da Fábrica Alexandria – Av. Dr. Francisco de Menezes, Rua Dr. Jonas Montenegro e Rua Saldanha Marinho, Bom Parto
Instituto do Meio Ambiente (IMA) – Av. Major Cícero de Góes Monteiro, n. 2.197, Mutange
Associação do Magistério (SINTEAL) – Av. Major Cícero de Góes Monteiro, n. 2.939, Mutange
Vila Lilota – Casa de Saúde Dr. José Lopes de Mendonça – Av. Major Cícero de Góes Monteiro, n. 3.219, Bebedouro

(Fonte: SECULT, 2010)

Patrimônio Imaterial

Assim como no patrimônio material, a rica variedade de folguedos natalinos e manifestações folclóricas típicas do município ainda precisam ser incorporadas de forma real à atividade turística de maneira a preservar a identidade cultural das comunidades tradicionais.

Como bens culturais existem ainda vários tipos de folguedos ativos, entretanto, não existe ainda um calendário regular de apresentações dessas manifestações de modo a aproximá–los da comunidade.

BLOCOS CARNAVALESCOS			
Bloco Canto Meninos da Cidade	Sai da Frente	Ganso na Folia	Poço na Folia
Águia de Ouro	Daqui não saio	Cavaleiros dos Montes	Bolão no Frevo
Bonecos da Cidade	____	____	____

(Fonte: SECULT, 2010)

ESCOLAS DE SAMBA		
13 de Maio	Gaviões da Pajuçara	Girassol

(Fonte: SECULT, 2010)

CULTURA POPULAR			
Artesanato de couro	Palha, Madeira	Emboladores	Baianas
Bumba–meu–boi	Chegança	Fandango	Guerreiro
Maracatu	Pastoril	Quilombo	Taiera
Coco Alagoano ou Coco de Roda	Quadrilha Junina	Dança da fita	Dança Afro
Toré de índio	Literatura de Cordel	Violeiros e Repentistas	Capoeira

(Fonte: SECULT, 2010)

14.1.3. Paripueira – Atrativos de Uso Atual

Piscinas Naturais de Paripueira
Constitui o principal atrativo turístico do município. O passeio às Piscinas Naturais possui saídas regulares, com grupos partindo do Restaurante Mar & Cia, que oferece uma boa infraestrutura aos turistas. O atrativo é integrante de roteiros das agências de receptivo de Maceió. O passeio é feito em catamarã, com equipamentos de segurança e com bastante conforto aos passageiros. Contudo, alguns aspectos negativos precisam ser revistos para atender melhor aos turistas que freqüentam o atrativo: o acesso em estado ruim e a insuficiência e inadequação da sinalização.

Figura 152 e Figura 153 – Ônibus de turismo e ponto de apoio para as piscinas naturais
(Autoria: Bandeira, R. 2010)

Praia de Sonho Verde
Apesar de ainda ser pouco explorada já representou um importante atrativo turístico com visita constante de grupos de receptivos de Maceió. Atualmente o restaurante que servia como ponto de apoio encontra–se em reconstrução e, portanto, não faz parte dos roteiros das agências de receptivo de Maceió. Hoje o atrativo é utilizado por turistas de veraneio, população regional e com certo percentual do mercado italiano, dos condomínios de segunda residência.

Praia de Paripueira
Praia urbana e de fácil acesso. A orla oferece várias opções de barracas de praia. As casas situadas à beira mar são, em sua maioria, de veranistas e por isso encontram–se fechadas e/ou para alugar (fora da temporada). A cidade convive também com a alegria das festas carnavalescas, promovendo um dos maiores carnavais do Estado, além da tradicional Festa de Santo Amaro, em janeiro, homenageando o padroeiro local.

Tabela 70 – Hierarquização de Uso Atual

TIPO DE ATRATIVO	ATRATIVOS	Abrangencia	Acessibilidade	Singularidade	Conservação ambiental e cultural	Infraestrutura	TOTAL
ATRATIVO DE USO ATUAL	Piscinas Naturais de Paripueira	4	4	3	4	4	**19**
	Praia Sonho Verde	2	3	3	3	2	**13**
	Praia de Paripueira	2	3	2	3	2	**12**
	Carnaval	2	3	2	2	2	**11**
	Festa de Santo Amaro	1	3	1	2	2	**9**

(Autoria: Lyra, P. 2012)

14.1.4. Paripueira – Atrativos de Uso Potencial

Praia Costa Brava
Apesar do imenso potencial e de ter instalado o principal ponto de apoio da cidade – Restaurante Mar & Cia de onde saem os passeios às Piscinas Naturais, a praia em si não pode ainda ser considerada um atrativo turístico de uso atual. A praia possui uma extensa faixa de terra disponível para atração de futuros empreendimentos turísticos,

Peixe–Boi.
Paripueira é o habitat da maior população de peixes–boi no Estado. Segundo informações, o Parque Municipal Marinho de Paripueira, só existe no papel e a prefeitura não tomou providencias necessárias quanto a definição de plano de manejo, gestão, fiscalização, recursos, etc.

Embora não exista uma parceria oficializada com a prefeitura, o ICMBio, por conta da APA federal e também do projeto Peixe–Boi, mantém um posto de observação no município, com um monitor da comunidade contratado.

Em relação a atividade turística, o produto não encontra–se formatado, nem tão pouco é comercializado, tendo em vista que nesta área é bastante difícil observar os animais nativos.

Mergulho.
Em Paripueira os mergulhos são feitos em quatro diferentes cabeços. Dentre esses pontos, os recifes do Prova, com 22m de profundidade, e da Rosalina são os mais visitados. Este último, em decorrência da pouca profundidade (aproximadamente 12m na maré baixa) é comumente utilizado para *discovery dive* (batismo).

Igreja de Santo Amaro
Igreja de Santo Amaro, construída a partir do século XVII, cuja tipologia evoca a linguagem artística do barroco, com seu frontão marcado por curvas e contra curvas. Mantém–se ainda íntegra, embora com algumas intervenções, que não chegam a descaracterizá–la, conservando, inclusive, grande espaço aberto à sua frente para o desdobramento das atividades religiosas como a festa do padroeiro, que ocorre em 15 de janeiro e atrai pessoas de todas as circunvizinhanças, com sua procissão, cujo trajeto percorre as principais ruas da cidade e é bastante tradicional. Embora de fácil acesso, não há nenhum tipo de sinalização que forneça informações sobre o monumento e o mesmo encontra–se sempre fechado.

Figura 154 e Figura 155 – Igreja de Santo Amaro / Monumento à frente da igreja (Autoria: Bandeira, R. 2010)

Pesca Artesanal

No âmbito dos fazeres tradicionais, destaca–se a pesca artesanal ainda praticada pelos pescadores, sobressaindo–se a pesca da agulhinha, que gerou inclusive um festival onde os pratos típicos feitos a partir desse pescado são a grande atração. Esta atividade, ainda, não se encontra formatada como produto turístico.

Manifestações Folclóricas e Artesanato

O município possui uma associação formalmente estabelecida há cerca de vinte anos, denominada Abevila, criada sob a iniciativa de pessoas do lugar e que tem realizado eventos objetivando a manutenção de algumas atividades tradicionais, tais como cursos de bordados, comercialização de artesanato local, montagem de festivais de música, etc. A mesma associação submeteu e teve aprovado o projeto para a criação do Ponto de Cultura Casa de Cultura de Paripueira[56], ao qual está diretamente ligada, e onde desenvolve atividades variadas junto à população, porém insistindo mais nas ações de educação ambiental.

Patrimônio Histórico e Cultural

A historiografia aponta a existência naquela região de um forte construído por ocasião da invasão holandesa. Trata–se de um importante dado que precisa ser melhor investigado pela arqueologia histórica, já que, atualmente não há vestígios físicos de tal forte.[57] Embora o setor de arqueologia da Universidade Federal de Alagoas tenha realizado algumas prospecções arqueológicas e recolhido artefatos relacionados ao antigo forte, esse material encontra–se em poder da instituição não tendo resultado, ainda, em benefício direto para a comunidade moradora ou visitante, em termos de geração de conhecimento e apropriação efetiva de um patrimônio que lhe pertence.[58]

Sem tantas referências ao seu passado ligado à invasão holandesa e às riquezas geradas pelos engenhos que certamente existiam na região onde hoje está localizada, Paripueira se destaca mais pela beleza de suas praias que atraiu turistas e desencadeou seu crescimento através da abertura de ruas e construção de casas de veraneio. Entretanto, mantém nas ruas que margeiam a praia, áreas de ocupação mais antiga, algumas unidades arquitetônicas isoladas onde se percebe um desenho de herança colonial, representado por casas geminadas de porta e janela, ou mesmo algumas de maior porte, geralmente alpendradas. Nesse sentido, as tradições da arquitetura vernacular são mantidas, especialmente nas camadas mais desfavorecidas da população.

[56] Os Pontos de Cultura são uma iniciativa da sociedade civil junto com o Ministério da Cultura visando articular e impulsionar as mais diversas ações no campo da cultura e do meio-ambiente, no interior das comunidades.

[57] http://www.costaparipueira.com/2010/01/historia-de-paripueira-formou-se-partir.html

[58] Conforme a Lei Nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que Dispõe Sobre os Monumentos Arqueológicos e Pré-Históricos, no seu Capítulo IV, Art. 17 afirma que: “A posse e salvaguarda dos bens de natureza arqueológica ou pré-histórica constituem, em princípio, direito imanente ao Estado.”

Figura 156 e Figura 157 – Arquitetura Vernacular
(Autoria: Bandeira, R. e Magalhães, A C. 2010)

Tabela 71 – HIERARQUIZAÇÃO DE USO POTENCIAL

TIPO DE ATRATIVO	ATRATIVOS	Abrangencia	Acessibilidade	Singularidade	Conservação ambiental e cultural	Infraestrutura	TOTAL
ATRATIVO DE USO POTENCIAL	Praia de Costa Brava	2	3	3	4	1	**13**
	Peixe–Boi	4	1	4	3	1	**13**
	Mergulho	3	1	3	3	1	**11**
	Igreja de Santo Amaro	1	4	2	2	1	**10**
	Pesca Artesanal	1	2	3	3	1	**10**
	Manifestações folclóricas (Pastoril, Caboclinho, Coco de Roda)	1	1	2	2	1	**7**

(Autoria: Lyra, P. 2012)

Patrimônio Imaterial – Bens Inventariados

CULTURA POPULAR			
Pastoril	**Carnaval**	**Coco de roda**	**Caboclinho**

(Fonte: SECULT, 2010)

14.1.5. Barra de Santo Antônio – Atrativos de Uso Atual

Praia de Carro Quebrado
Eleita como uma das mais belas praias do Brasil por alguns veículos de comunicação, a Praia de Carro Quebrado vem sendo frequentada por turistas à procura de suas características de praia deserta, falésias coloridas e águas claras e tranquilas assim como de pequenos grupos vindos em passeio *off–road* 4x4 pela Ilha da Crôa. Este último está operando com irregularidade em virtude da proibição de tráfego de veículos até à área das falésias. Segundo informações do segurança, contratado pelo proprietário da fazenda, o acesso foi proibido pelo IMA.

Figura 158 – Passeio *off–road* na Praia de Carro Quebrado
(Fonte: Acervo SETUR, 2010)

Com a interdição, os *Jeeps* fazem o percurso apenas durante a maré baixa, pela areia da praia (o que também não é permitido por lei).

Observa–se, também, a existência de três bares muito simples, instalados à beira mar. Porém, através de relatos dos proprietários, os turistas que fazem o passeio de *Jeep* não param em seus estabelecimentos.

Devido à falta de conservação da antiga "Estrada Parque", que em vários pontos deixou de existir, o acesso para o atrativo turístico se encontra em péssimo estado.

Ilha da Crôa
A Ilha da Crôa é um dos principais atrativos turísticos do município de Barra de Santo Antônio. A facilidade de acesso após a construção da ponte aumentou exponencialmente o fluxo turístico à praia. A infraestrutura turística é dotada de bares muito simples que atendem a uma demanda majoritariamente regional. Ainda permeiam alguns problemas de segurança, abastecimento de água e saneamento básico.

Praia de Tabuba
A tranqüila Praia de Tabuba é freqüentada por visitantes vindos de Maceió, entre residentes da capital, em sua maioria, e turistas, que se instalam nas poucas pousadas existentes ou por sua vez alugam casas por temporada, ou são veranistas de condomínios residenciais. A infraestrutura turística se resume a pequenos e simples estabelecimentos que servem pratos à base de frutos do mar e outras comidas típicas da região. O acesso encontra–se em estado ruim e com sinalização inadequada.

Tabela 72 – HIERARQUIZAÇÃO DE USO ATUAL

TIPO DE ATRATIVO	ATRATIVOS	Abrangencia	Acessibilidade	Singularidade	Conservação ambiental e cultural	Infraestrutura	TOTAL
ATRATIVO DE USO ATUAL	Praia de Carro Quebrado	4	2	3	3	2	**14**
	Ilha da Crôa	4	3	3	2	1	**13**
	Praia de Tabuba	2	3	3	3	1	**12**

(Autoria: Lyra, P. 2012)

14.1.6. Barra de Santo Antônio – Atrativos de Uso Potencial

Piscinas Naturais de Tabuba
Piscinas naturais geralmente são o grande motivador à visitação de praias e atrativos costeiros. Aparentemente não é o caso da Praia de Tabuba onde inexistem passeios às suas piscinas naturais.

Praia da Barra
A praia é freqüentada essencialmente por veranistas dos condomínios residenciais. O acesso é bastante restrito, uma vez que existem diversas propriedades particulares e apenas dois acessos para veículos. A praia não possui nenhum tipo de infraestrutura de apoio à atividade turística, no entanto possui potencial para atividade turística desde que investidos esforços estruturais para o seu desenvolvimento.

Rio Santo Antônio Grande
Apesar de ser um importante atrativo do município, é pouco explorado turisticamente. Não existem passeios pelo rio e após a construção da ponte, as balsas e barqueiros que faziam este serviço, não mais o realizam. Faz–se necessário o desenvolvimento de estratégias para alternativas de inserção da comunidade na atividade turística e de desenvolvimento deste atrativo.

Igreja Nossa Senhora da Conceição
Na ambiência da Ilha da Crôa aparece a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, construída em 1753, conforme indicação na própria fachada.

Figura 159 e Figura 160 – Igreja de N. Sra. da Conceição / casario que ladeia a Praça da Igreja
(Autoria: Magalhães, A C. 2010)

De conotações marcadamente barrocas, atrai os visitantes que ali passam pelas peculiaridades de sua volumetria delicada, embora imponente, junto ao casario singelo, o que a faz destacar–se em meio ao coqueiral e às demais construções, sendo avistada do outro lado da margem do rio para o qual a sua fachada principal se volta. Está sempre fechada tornando–se de difícil acesso ao visitante. Não existe qualquer tipo de sinalização que ofereça informações sobre o monumento secular.

A igreja é reconhecida pela população como seu mais importante monumento edificado tendo sido solicitado seu tombamento à Secretaria de Estado da Cultura de Alagoas em 2006 pela administração municipal da época, mas o processo encontra–se arquivado.

Essa igreja pode servir de atrativo complementar aos que visitam a região, uma investigação mais aprofunda do contexto histórico de sua origem e a instrução de informantes locais agregariam valor à visita.

Patrimônio Histórico e Cultural
Além dos valores paisagísticos inegáveis, o município não apresenta maiores destaques no que se refere ao patrimônio cultural, não sendo valorizado e divulgado o seu percurso histórico como ponto favorável ao desenvolvimento.

A sede urbana de Barra de Santo Antônio é pouco expressiva em termos de marcos edificados e mesmo as festas populares são raras, exceção feita à festa da padroeira.

Em Barra de Santo Antônio existe ainda o Engenho São Salvador do Guindastre, com sua capela secular, cujos elementos artísticos integrados à arquitetura, formado por retábulos e imagens, ainda se encontram no interior do templo.

Realiza anualmente a Festa de São Sebastião, no dia 20 de janeiro, atrativo apenas para os moradores da cidade, com cerimônias ligadas à religiosidade popular. Destacam–se ainda a festa de Nossa Senhora da Conceição e a de São Pedro, essa última comemorada pelos pescadores com uma procissão aquática que atrai todo tipo de embarcação ali existente.

Segundo um morador do lugar[59], antigo pescador hoje aposentado, ainda são mantidas ali as tradições ligadas à pesca artesanal, uma vez que são mantidas práticas antigas na fabricação e utilização de artefatos tais como: rede de arrasto, rede de caieira, sauneira, rede de mangote, etc.

Tabela 73 – HIERARQUIZAÇÃO DE USO POTENCIAL

TIPO DE ATRATIVO	ATRATIVOS	Abrangencia	Acessibilidade	Singularidade	Conservação ambiental e cultural	Infraestrutura	TOTAL
ATRATIVO DE USO POTENCIAL	Piscinas Naturais de Tabuba	4	1	3	4	1	**13**
	Praia da Barra	2	3	2	3	1	**11**
	Rio Santo Antônio Grande	2	2	3	2	1	**10**
	Igreja Nossa Senhora da Conceição	1	2	2	2	1	**8**
	Engenho S. Salvador do Guindastre	2	1	3	1	1	**8**
	Manifestações Folcloricas (Zabumba, Chegança)	1	1	2	2	1	**7**

(Autoria: Lyra, P. 2012)

Patrimônio Imaterial – Bens Inventariados

CULTURA POPULAR	
Chegança	**Zabumba**

(Fonte: SECULT, 2010)

[59] Conversa travada com o Sr. Antônio Nascimento Filho, de 78 anos, em 21 de agosto de 2010.

14.1.7. São Luis do Quitunde – Atrativos de Uso Atual

Após investigação de campo não foi encontrado nenhum atrativo que já venha sendo explorados pela atividade turística no município de São Luis do Quintude, onde todos os atrativos identificados são de uso potencial.

14.1.8. São Luis do Quitunde – Atrativos de Uso Potencial

Patrimônio Natural
O Rio Santo Antônio, as Serras Mariquita e Maricota assim como as Cachoeiras São Francisco e de Santa Helena podem ser utilizados futuramente para o turismo. No entanto várias ações de ordenamento, mobilização dos proprietários das terras e revitalização de margens de rios precisam ser desenvolvidas.

Patrimônio Histórico e Cultural
Trata–se de uma cidade que sofreu descaracterizações na sua fisionomia antiga, marcada pela arquitetura típica do século XIX e início do XX. Entretanto, ainda mantêm algumas dessas referências edificadas que se misturam às demais mais recentes, destituídas de personalidade arquitetônica. A maioria delas, sem estratégias adequadas de conservação, encontra–se em péssimo estado ou com alterações que comprometem a conformação original. O fato de alguns deles encontrarem–se sem atribuição de uso e função contribui para um estado de conservação precário.

Figura 161, Figura 162 e Figura 163 – Antigo casario parcialmente preservado de características do século XIX e início do XX
(Autoria: Bandeira, R e Magalhães, A C. 2010)

Destacam–se no ambiente urbano a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e alguns remanescentes de antigos armazéns de açúcar e casas de médio porte e fatura mais elaborada, vestígios materiais de um lugar marcado em sua origem pela riqueza produzida pela economia canavieira.

Além desses, há a Escola Estadual Messias de Gusmão, primeira instituição de ensino da cidade, construída em 1923, hoje seriamente afetada pela ausência de serviços de conservação. Encontra–se abandonada, com sua estrutura física totalmente comprometida, ameaçando desabar. É reconhecida pela população como patrimônio histórico e cultural e, por isso, a administração pública solicitou recentemente ao Governo do Estado a sua restauração e atribuição de nova função voltada agora para as atividades culturais, o que certamente contribuirá para sua preservação.

Figura 164, Figura 165 e Figura 166 – Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição / antigo Armazém de Açúcar / Escola Estadual Messias de Gusmão
(Autoria: Bandeira, R. 2010)

De modo geral, é possível afirmar que as referências arquitetônicas da cidade não se perderam de todo, embora necessitem de ações de reconhecimento e valorização. Isso também se aplica aos antigos engenhos distribuídos na sua zona rural: Santo Antônio Grande, Castanha, Quitunde, Santa Regina, todos ativos na produção do açúcar. Inativo aparece o Engenho Roncador.

Figura 167 e Figura 168 – Vestígios arquitetônicos do antigo Engenho Roncador e sua capela
(Autoria: Benamor, C. 2010)

Tabela 74 – HIERARQUIZAÇÃO DE USO POTENCIAL

TIPO DE ATRATIVO	ATRATIVOS	Abrangencia	Acessibilidade	Singularidade	Conservação ambiental e cultural	Infraestrutura	TOTAL
ATRATIVO DE USO POTENCIAL	Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição	1	3	3	2	1	**10**
	Rios e Cachoeiras	2	1	3	3	1	**10**
	Vestígios do Engenho Roncador e Capela	3	2	3	1	1	**10**
	Prédio da Escola Estadual	1	3	2	1	1	**8**
	Manifestações Folcloricas (Baianas, Cavalhada, Coco de Roda, Guerreiro, Pastoril)	1	1	2	2	1	**7**

(Autoria: Lyra, P. 2012)

No que concerne ao patrimônio imaterial, segundo os próprios moradores, na festa da padroeira há apresentação de grupos folclóricos incluindo a cavalhada.

Patrimônio Imaterial – Bens Inventariados

CULTURA POPULAR			
Baianas	**Guerreiro**	**Pastoril**	**Coco de Roda**
Banda de Pífanos	**——**	**——**	**——**

(Fonte: SECULT, 2010)

14.1.9. Matriz de Camaragibe – Atrativos de Uso Atual

Após investigação de campo não foi encontrado nenhum atrativo que já venha sendo explorado pela atividade turística no município de Matriz de Camaragibe, onde todos os atrativos identificados são de uso potencial.

14.1.10. Matriz de Camaragibe – Atrativos de Uso Potencial

Patrimônio Natural
Apesar de não se beneficiar diretamente com o turismo atualmente, o território de Matriz de Camaragibe está inserido na bacia hidrográfica de dois importantes rios que já são utilizados pelo setor em trechos específicos, sendo eles o Camaragibe e Tatuamunha. Mesmo com a exploração turística apenas da porção final destes rios, é imprescindível que os trechos anteriores sejam preservados a fim de garantir sua qualidade ambiental. Além disso, há a possibilidade de roteiros integrados entre os municípios por meio de um circuito fluvial.

Patrimônio Histórico e Cultural
Apresenta algumas reminiscências da arquitetura mais tradicional em seu cenário urbano, mas a maioria com descaracterizações acentuadas. Destacam–se as igrejas de Bom Jesus e a de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, também conhecida como de São Benedito, essa última, resultado do esforço coletivo de antigos escravos que se reuniram em torno da sua devoção ao santo negro. Dos antigos e ricos engenhos moentes, resta apenas a lembrança.

Ao longo do largo que existe entre as duas igrejas seculares hoje transformado em praça, um casario de características tipológicas ligadas ao século XIX e início do XX. Tais edificações continuam mantendo as funções de moradia e por isso mantém–se conservadas.

Figura 169, Figura 170 e Figura 171 – Igreja do Bom Jesus / casario que margeia as igrejas / Igreja de N. Sra. do Rosário
(Autoria: Bandeira, R. e Magalhães, A C. 2010)

Como manifestação de cunho imaterial, de acordo com informações dos moradores, as manifestações já não são tão recorrentes e apenas a festa do padroeiro Bom Jesus (de 23 de dezembro a 01 de janeiro) é concorrida, com missas solenes e procissões acompanhadas de bandas de pífano. A mesma movimentação se dá na outra igreja, por ocasião da festa de São Benedito (4, 5 e 6 de setembro) que acontece concomitante com a de Nossa Senhora do Rosário (7 de setembro).

Tabela 75 – HIERARQUIZAÇÃO DE USO POTENCIAL

TIPO DE ATRATIVO	ATRATIVOS	Abrangencia	Acessibilidade	Singularidade	Conservação ambiental e cultural	Infraestrutura	TOTAL
ATRATIVO DE USO POTENCIAL	Rios e Cachoeiras	2	1	3	3	1	**10**
	Igreja Nossa Senhora do Rosário dos	1	3	3	2	1	**10**
	Igreja Bom Jesus	1	3	2	2	1	**9**
	Manifestações Folcloricas (Cambindas, Chegança, Guerreiro, Pastoril)	1	1	2	2	1	**7**

(Autoria: Lyra, P. 2012)

Patrimônio Imaterial – Bens Inventariados

CULTURA POPULAR			
Chegança	**Cambindas**	**Guerreiro**	**Pastoril**

(Fonte: SECULT, 2010)

14.1.11. Passo de Camaragibe – Atrativos de Uso Atual

Povoado de Barra de Camaragibe

O tradicional vilarejo de pescadores destaca–se pela Praia de Barra de Camaragibe, de águas esverdeadas, mansas, cercada de coqueirais e pela foz do Rio Camaragibe. Seu acesso é fácil, possui pousadas, passeios de barco e restaurantes. Apesar de haver infraestrutura em geral, a estrada encontra–se sem acostamento e com vários buracos. Sinalizações horizontais e verticais inexistem e a sinalização turística está fora de padrão. Um outro aspecto negativo que deve ser trabalhado de forma imediata é a ausência de recepção de sinais de telefonia móvel.

Povoado de Marcineiro

Povoado com uma vasta extensão de terra litorânea (propriedades privadas), com plantação de coqueiros. O núcleo urbano do povoado possui um pequeno comércio, a única locadora de veículos da Rota Ecológica e um ponto de apoio (Toca do Parú) destinado a receber os turistas de *day use* da operadora CVC e que oferece passeios às piscinas naturais.

Figura 172 – Toca do Parú, Praia de Marcineiro
(Autoria: Bandeira, R. 2010)

O Povoado conta com boas pousadas muito simples e casas de veraneio nos arredores.

Praia de Marcineiro de águas tranqüilas, com areia fina e amarelada, recifes e bancos de coral e coqueirais. Uma pequena parte da praia é urbanizada. Seu acesso é fácil, no entanto as mesmas dificuldades de estado da estrada, sinalização e telefonia móvel tratados no povoado de Barra de Camaragibe se aplicam.

Tabela 76 – HIERARQUIZAÇÃO DE USO ATUAL

TIPO DE ATRATIVO	ATRATIVOS	Abrangencia	Acessibilidade	Singularidade	Conservação ambiental e cultural	Infraestrutura	TOTAL
ATRATIVO DE USO ATUAL	Praia de Barra de Camaragibe	3	3	3	3	2	**14**
	Praia de Marcineiro	3	3	3	3	2	**14**

(Autoria: Lyra, P. 2012)

14.1.12. Passo de Camaragibe – Atrativos de Uso Potencial

Praia dos Morros de Camaragibe
Deserta, e localizada dentro de uma fazenda, é uma das mais bonitas do litoral norte com águas mansas e vegetação de mata atlântica. Seu acesso normalmente se faz a pé ou de barco. O caminho mais comum é pela Ilha da Crôa, na Barra de Santo Antônio, seguindo a estrada que margeia a praia, na direção norte. Apesar de não haver uma comercialização sistemática, este atrativo é recomendado e freqüentemente utilizado pelos que visitam a região.

Rio Camaragibe
O encontro do Rio Camaragibe com o mar forma uma das mais belas paisagens do litoral norte. Passeios de barco até à Praia dos Morros são comumente recomendados nas pousadas da região como uma experiência única. Ainda preserva características de baixa densidade e pode ser melhor explorado para agregação de valor ao produto turístico, talvez por esta razão os passeios ainda não aconteçam de forma sistematizada

Praia da Pedra do Cebola
Praia selvagem, deserta e com ondas fortes, cujo nome originou–se de uma rocha no formato de cebola. Localizada próximo à Praia dos Morros, o acesso pode ser feito a pé pela praia. A praia não dispõe de infraestrutura turística.

Praia da Ponta do Gamela
Praia selvagem e deserta, devido ao seu difícil acesso: é preciso atravessar um caminho de pedras, apenas na maré baixa, até chegar a esse trecho de Passo do Camaragibe. Apresenta falésias e recifes e mar verde–esmeralda. A praia não dispõe de infraestrutura turística

Patrimônio Histórico e Cultural
No final do século XIX, o município possuía alguns equipamentos urbanos importantes como: trapiche (armazém) para embarque e desembarque de produtos, teatro, casa de mercado, cemitério público e cadeia. Atualmente, tais edificações encontram–se em mau estado de conservação, alguns deles abandonados.

A cidade que se formou em torno do Rio Camaragibe tendo como marcos da arquitetura religiosa as igrejas Matriz de Nossa Senhora da Conceição e de São Benedito (datadas do século XIX), hoje resguarda boa parte de seu patrimônio edificado, através da preservação dos seus arruados e casario de características coloniais além da ponte Fernandes Lima, datada da década de 20 do século passado. As edificações são bastante expressivas e caracterizam o lugar como cenário arquitetônico dos mais significativos. Dessa forma, o ambiente citadino conserva–se harmonioso em relação à tipologia arquitetônica e, embora alguns desses edifícios apresentem sérias degradações na estrutura física, não apresentam descaracterizações que lhes tire a autenticidade.

Figura 173, Figura 174 e Figura 175 – Antigo teatro / Casa do tipo chalé / Escola Est. Ambrósio Lyra
(Autoria: Bandeira, R. 2010)

Figura 176, Figura 177 e Figura 178 – Igreja de N. Sra. da Conceição / Casa Aurélio Buarque de Holanda / Igreja de São Benedito
(Autoria: Bandeira, R e Magalhães, A C. 2010)

Tabela 77 – HIERARQUIZAÇÃO DE USO POTENCIAL

TIPO DE ATRATIVO	ATRATIVOS	Abrangencia	Acessibilidade	Singularidade	Conservação ambiental e cultural	Infraestrutura	TOTAL
ATRATIVO DE USO POTENCIAL	Praia dos Morros de Camaragibe	4	1	4	4	1	**14**
	Rio Camaragibe	3	2	3	3	1	**12**
	Praia da Pedra do Cebola	2	2	3	3	1	**11**
	Praia da Ponta da Gamela	2	2	3	3	1	**11**
	Casa Aurélio Buarque de Holanda	2	3	2	3	1	**11**
	Engenho São José do Patrocínio	3	2	3	2	1	**11**
	Engenho Buenos Aires	3	2	3	2	1	**11**
	Casario Colonial	2	3	3	1	1	**10**
	Teatro do Séc. XVI	2	3	3	1	1	**10**
	Igreja de Nossa Senhora da Conceição	1	3	2	2	1	**9**
	Igreja de São José	1	3	2	2	1	**9**
	Igreja de São Benedito	1	3	2	2	1	**9**
	Manifestações Folcloricas (Baianas, Caboclinhos, Coco de Roda, Cavalhada, Guerreiro, Pastoril)	1	1	2	2	1	**7**

(Autoria: Lyra, P. 2012)

Patrimônio Material

Destaca–se nesse sentido a casa onde morou o intelectual alagoano Aurélio Buarque de Holanda, recentemente tombada como monumento estadual. A administração municipal pretende restaurá–la e transformá–la em Casa de Cultura.

CASA DE AURÉLIO BUARQUE DE HOLANDA			
CATEGORIA:	**Registro de Edifícios e Monumentos Isolados Livro de Tombo nº 2**		
PALAVRAS–CHAVES:	**patrimônio arquitetônico – tombamento – histórico**		
PROPRIETÁRIO:	**particular**		
LOCALIDADE:	**Rua 13 de Maio, nº 25, Centro, Passo de Camaragibe/AL**		
DECRETO:	**5.976 de 03 de maio de 2010, Resolução Nº 01 de 31 de março de 2010**		
LIVRO DE REGISTRO:	**Histórico**	**CATÁLOGO:**	**Pró–Memória**
TIPO:	**Arquitetura Civil**	**CADASTRO:**	**Bens Tombados**
PROCESSO NÚMERO:	**2600–379/2009**	**NÍVEL:**	**Estadual**

(Fonte: SECULT, 2010)

Patrimônio Imaterial – Bens Inventariados

CULTURA POPULAR			
Caboclinhos	**Coco de roda**	**Cavalhada**	**Guerreiro**
Pastoril	**Baianas**	**Bordado –Tenerife**	**——**

(Fonte: SECULT, 2010)

Existem ainda manifestações de cunho imaterial e apresenta alguns artesãos que produzem mobiliário confeccionado em tronco de coqueiro.

Figura 179 e Figura 180 – Vendedora de peixe expõe o pescado na calçada / Igreja de São José.
(Autoria: Magalhães, A C. 2010)

Em Barra de Camaragibe, na igrejinha de São José, datada do século XIX, acontece a festa do padroeiro, com cinco dias de novenas, missas e a culminância da procissão. Outra comemoração religiosa que se destaca é a procissão aquática promovida pelos pescadores por ocasião da festa de São Pedro, em junho.

Em resumo, a relevância histórica do município de Passo de Camaragibe cria opções de segmentos turísticos complementares à atual exploração de sol e praia. Através da revitalização e organização de seu patrimônio edificado, podem–se criar novos produtos e serviços que seriam benéficos tanto para o visitante quanto para a preservação do bem que teria no turismo fonte de recursos para sua manutenção. Alguns dos atrativos nesta linha são identificados:

- Igreja de N. Sra. da Conceição;
- Igreja de São José;
- Igreja de São Benedito;
- Coreto da Praça;
- Casario Colonial – Alguns em razoável estado de conservação e outros em péssimo estado. Uso atual – alguns destinados a órgão públicos, outros sem uso e outros residenciais;
- Teatro do Séc. XVI – Desativado e em péssimo estado de conservação. Sem uso atual;
- Casa Aurélio Buarque de Holanda – Descaracterizado. Uso atual: Residência
- Engenho São José do Patrocínio e Engenho Buenos Aires (um dos primeiros engenhos de Alagoas);

14.1.13. São Miguel dos Milagres – Atrativos de Uso Atual

São Miguel dos Milagres ficou conhecido por abrigar as principais pousadas de charme do Estado, onde a culinária e o clima tranqüilo são os principais diferenciais. Além do litoral pouco explorado, os manguezais, lagoas e um vasto coqueiral completam o cenário.

Praia do Riacho
É a praia de menor extensão do município e uma das menos freqüentadas, no entanto possui equipamento de apoio que oferece passeio às piscinas naturais. Praia com areia fina e águas claras e tranquilas com excelente temperatura.

Figura 181 e Figura 182 – Praia do Riacho e ponto de apoio Recanto dos Milagres
(Autoria: Bandeira, R. 2010)

Praia do Toque

Situada numa vila rústica, é uma praia tranquila de cor verde intenso nas suas águas cristalinas, com areia fina; é conhecida por possuir uma das maiores piscinas naturais cheias de peixes coloridos, além das numerosas piscinas, que não são tão grandes e formam–se nas marés baixas por toda sua costa. Ao longo da costa existem inúmeras fazendas de coco. É na Praia do Toque que estão situadas as famosas pousadas de charme que são caracterizadas por altos padrões de serviços e gastronomia.

Figura 183 – Praia de São Miguel dos Milagres
(Fonte: Acervo SETUR, 2010)

Piscinas Naturais.

Apesar de presentes na maior parte das praias da Rota Ecológica, as piscinas naturais ainda são pouco exploradas. Recentes estudos do IMA, estabeleceram capacidades de carga e normas para utilização deste atrativo, buscando evitar a degradação em que se encontram as Galés de Maragogi. Particularmente em São Miguel dos Milagres, as principais piscinas naturais encontram–se na praia do Toque.

Núcleo Urbano de São Miguel dos Milagres

Neste núcleo encontra–se a maior parte dos serviços públicos e comércio da cidade. A praia, em forma de enseada, é a mais urbanizada de toda região; caracteriza–se por sua areia fina, águas tranquilas, cristalinas e de agradável temperatura, e suas belas piscinas naturais que aparecem nas marés baixas entre os recifes de corais. O atrativo possui barracas de praia para população local, restaurantes, pousadas, apresenta atresanato feito de coqueiro, e há uma norma proibindo circulação de veículos na praia. Por outro lado não há um ordenamento urbano na praia e inexistem sinalizações vertical ou horizontal, estando a sinalização turística fora de padrão.

Figura 184 – Praia de São Miguel dos Milagres
(Autoria: Bandeira, R. 2010)

Povoado de Porto da Rua

Porto da Rua é a praia mais agitada de São Miguel dos Milagres e com melhor infraestrutura. Nos arredores há um povoado de pescadores. Em Porto da Rua se localiza o único hotel da região. O povoado possui restaurantes, pousadas, casas de temporada para alugar, e a praia é de fácil acesso e urbanizada. Ainda assim problemas como lixo em terrenos baldios, sinalização inadequada e estradas com buracos precisam ser considerados para melhorias no fomento do atrativo.

Tabela 78 – HIERARQUIZAÇÃO DE USO ATUAL

TIPO DE ATRATIVO	ATRATIVOS	Abrangencia	Acessibilidade	Singularidade	Conservação ambiental e cultural	Infraestrutura	TOTAL
ATRATIVO DE USO ATUAL	Praia do Riacho	4	3	3	3	2	**15**
	Praia do Toque	4	2	3	4	2	**15**
	Piscinas Naturais	4	2	3	4	1	**14**
	Praia Urbana de São Miguel dos Milagres	4	3	3	3	1	**14**
	Praia de Porto da Rua	4	3	3	3	1	**14**
	Artesanato da jaqueira	3	4	3	1	2	**13**

(Fonte: Lyra, P. 2012)

14.1.14. São Miguel dos Milagres – Atrativos de Uso Potencial

Manguezais

O manguezal é um ambiente de transição formado pelo encontro das águas dos rios com as do oceano. Conhecido como "berçário" da vida no mar – nesse ecossistema, uma série de organismos se desenvolvem. Hhá décadas vem o manguezal sendo degradado pelo homem, através de impactos ambientais causados pela ocupação desordenada e poluição incontrolada. Utilizado de forma racional e sustentável poderá se tornar um atrativo turístico que venha a agregar valor a atividade na Rota Ecológica.

Fonte Milagrosa

Responsável pela origem do nome do município, os moradores contam que um pescador que estava muito doente foi caminhar pela praia e então encontrou uma imagem de São Miguel – possivelmente vinda de algum navio naufragado à época da ocupação holandesa e portuguesa. Como que por um milagre o pescador lavou a imagem do Santo nesta fonte e a água que caiu sobre suas feridas o curou. Daí o nome, São Miguel dos Milagres. Apesar da fonte de água ainda existir sua estrutura encontra–se em um estado impróprio para utilização turística. Há uma má apresentação e conservação do atrativo o que demonstra uma desvalorização histórica por parte da comunidade. A fonte é reconhecida como patrimônio histórico local, inclusive assim está estabelecido na Lei Orgânica Municipal, no seu artigo 152.[60]

Figura 185 – Antiga fonte milagrosa hoje Cacimba Pública
(Autoria: Bandeira, R. 2010)

Mirante do Alto do Cruzeiro

O Mirante do Alto do Cruzeiro é visitado por diversos passantes, em busca da bela vista panorâmica da cidade, muitos deles turistas de procedência nacional e internacional. O local é de fácil acesso, porém não existe qualquer tipo de serviço ou equipamento no atrativo. Faz–se necessária uma melhor estruturação do atrativo e sinalização.

Patrimônio Histórico e Cultural

Seu cenário urbano encontra–se relativamente preservado, uma vez que a maioria das edificações permanecem em uso. Aquelas que estão abandonadas encontram–se com graves problemas, o mesmo se aplicando aos antigos engenhos distribuídos na sua zona rural.

Destacam–se no ambiente construído a Igreja de Nossa Senhora Mãe do Povo e o Alto do Cruzeiro construído em 1900 contendo oratório, mirante, cruzeiro e capelinha dedicada a Bom Jesus dos Navegantes. Ali existe ainda uma antiga casa alpendrada, em estado de abandono, assim como uma árvore secular.

[60] Relatório Final do Plano Diretor Participativo de São Miguel dos Milagres/2009, pp. 84.

Figura 186, Figura 187 e Figura 188 – Igreja de N. Sra. Mãe do Povo / Alto do Cruzeiro e casa abandonada.
(Autoria: Magalhães, A C. 2010)

Figura 189 e Figura 190 – Aspecto do casario singelo e casas de maior porte.
(Autoria: Bandeira, R. 2010)

Os diversos povoados que integram o município de São Miguel dos Milagres emprestam charme especial ao lugar, assentados do modo "uni–rua", entre as encostas e o mar, com casario formado em sua maioria por casinhas de porta e janela onde, ao longo do caminho, aparece uma expressiva capelinha.

Figura 191 e Figura 192 – Capela de Santo Antônio no Povoado Porto da Rua / casa de características do início do século XX
(Autoria: Bandeira, R e Magalhães, A C. 2010)

Existem na zona rural antigas fazendas, algumas seculares, parte delas ainda em atividade e que são atrativas pelas características peculiares de suas casas–grandes e pelo entorno natural no qual estão implantadas, algumas delas constituindo–se em verdadeiras reservas naturais em meio às reminiscências de Mata Atlântica. Destacam–se nesse sentido: Fazenda Bom Destino, Fazenda Triunfo, Fazenda Castelo, Fazenda Marimbondo (ou Fé em Deus).[61]

[61] Relatório Final do Plano Diretor Participativo de São Miguel dos Milagres / 2009, pp. 79.

Em meio ao coqueiral, uma antiga casa em ruínas enriquece o imaginário da população que acredita ser a mesma assombrada por um fantasma denominado “Bode do Ponte”. A maioria dos turistas não é informada da sua existência.

Figura 193 – Ruínas da Casa do Bode da Ponte
(Autoria: Bandeira, R. 2010)

A cidade realiza anualmente, entre 10 e 11 de novembro, a FEIRARC, Feira de Artesanato e Cultura, onde além da comercialização de produtos de origem local, existe a apresentação de folguedos, bandas e atrações diversas. Possui uma Biblioteca Pública Municipal.

Uma atividade desenvolvida com muita qualidade é o artesanato em madeira da jaqueira, da amendoeira e do tronco de coqueiro, destacando–se a confecção de mobiliário rústico.[62]

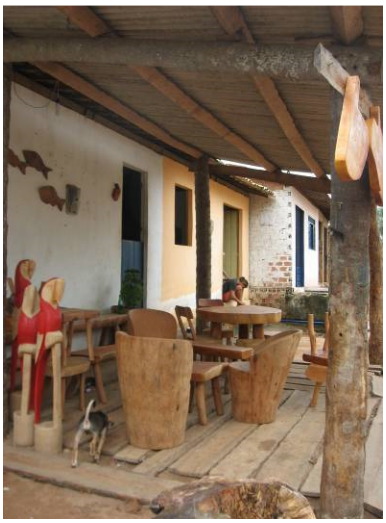


Figura 194 e Figura 195 – Artesão trabalhando / Peças confeccionadas em madeira
(Autoria: Magalhães, A C 2010)

Em resumo, o município que já possui um fluxo significativo de turistas que buscam as belezas naturais de suas praias, também deve pensar como diferencial turístico a valorização de seu patrimônio histórico–cultural.

A festa da padroeira é comemorada em setembro com missas e procissão. Outras comemorações religiosas de destaque são as procissões aquáticas realizadas na ocasião

[62] Conforme conversa com o artesão José Salgado, realizada em ago/2010, a confecção de mobiliário rústico em madeira foi iniciada pelo Mestre Ulisses que repassou o saber aos filhos, os quais mantêm a atividade como uma tradição da família.

da festa do Bom Jesus dos Navegantes (em janeiro) e de São Pedro (em junho), com participação em massa dos pescadores.

No que concerne às manifestações folclóricas, um dos destaques dos folguedos ativos são as apresentações do Pastoril dos Homens, onde todos os integrantes são homens. Costumam se apresentar nas festas da localidade e são muito atrativos pelo aspecto pitoresco de seus integrantes.

Tabela 79 – HIERARQUIZAÇÃO DE USO ATUAL

TIPO DE ATRATIVO	ATRATIVOS	Abrangencia	Acessibilidade	Singularidade	Conservação ambiental e cultural	Infraestrutura	TOTAL
ATRATIVO DE USO POTENCIAL	Manguezais	4	1	3	3	1	**12**
	Fonte Milagrosa	3	3	3	1	1	**11**
	Engenhos de Cana e Casas–Grandes	3	2	3	2	1	**11**
	Mirante do Alto do Cruzeiro	3	2	3	1	1	**10**
	Igreja Nossa Senhora Mãe do Povo	1	3	2	2	1	**9**

(Autoria: Lyra, P. 2012)

Patrimônio Imaterial – Bens Inventariados

CULTURA POPULAR			
Baianas	**Zabumba**	**Caboclinhos**	**Coco de Roda**
Bumba–Meu–Boi	**Pastoril dos Homens**	**Artesanato – madeira, palha e cipó**	**——**

(Fonte: SECULT, 2010)

14.1.15. Porto de Pedras – Atrativos de Uso Atual

Porto de Pedras abriga quatro praias com mar calmo, piscinas naturais e extensas fazendas de coco. Ao norte, está a barra do Rio Manguaba que dá acesso, em pequenas embarcações, à Praia do Pontal, em Japaratinga. O outro rio da região, o Tatuamunha, fica na praia de mesmo nome, de onde saem passeios de jangada para conhecer a vegetação de mangue predominante na região e o Peixe–Boi.

Nas vilas, construções antigas lembram a passagem dos holandeses e as disputas entre Portugal e Holanda pelo território. Um dos pontos turísticos de Porto de Pedras é o Farol encostado no morro de onde é possível avistar a bela paisagem da praia.

Povoado de Tatuamunha

No povoado encontram–se rios, praias e casarões antigos que remontam à época da colonização quando aquelas regiões foram palco de disputa entre portugueses e holandeses. A praia de Tatuamunha, sem muita infraestrutura, está rodeada de coqueiros e em suas águas tranquilas formam–se entre os recifes de corais as maravilhosas piscinas naturais. Não é muito frequentada pelos turistas, mas muitos param para conhecer e comprar o artesanato local de coqueiro, além de visitar a sede das associações que fazem o passeio do Peixe–Boi.

Praia de Lages
Caracteriza–se por sua areia grossa, águas tranquilas e piscinas naturais. Frequentada por perfís de turistas que se hospedam nas pousadas de charme instaladas na praia, ainda é pouco utilizada por visitantes de *day use*, provavelmente pela dificuldade de acesso, inexistência de infraestrutura turística e sinalizacão adequada.

Praia do Patacho
É uma bela praia deserta situada, com faixa de areia estreita e mar calmo. Na maré baixa, piscinas naturais se formam entre os recifes, onde os turistas que se hospedam nas pousadas da praia desfrutam de banhos na água morna. Assim como nas demais praias que abrigam pousadas de charme, o acesso é difícil e não há infraestrutura turística.

Figura 196 – Acesso à Praia do Patacho
(Autoria: Bandeira, R. 2010)

Praia de Porto de Pedras
Situa–se ao sul da desembocadura do Rio Manguaba e caracteriza–se por seus recifes de corais com piscinas naturais, sua areia fina e suas águas tranquilas ideais para o banho e o mergulho. A existência de infraestrutura turística e urbanização da orla atrairam investimentos de algumas pousadas. O artesanato em coqueiro é vendido em pontos deste trecho. Há uma sede do ICMBio no local.

Rio Tatuamunha / Peixe–Boi
O Rio Tatuamunha é um dos principais recursos naturais do município de Porto de Pedras. Suas águas tranqüilas e calmas são embelezadas pelos canais de estuários e nascentes de água doce que minam ao longo das margens. O rio faz parte da APA Costa dos Corais e é justamente o recinto natural escolhido para a reintrodução de Peixes–Bois marinhos pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, por ser um ecossistema bastante preservado, com a presença de alimentos para a espécie, como capim agulha, algas e folhas de mangue e transição de água salgada e doce.

Figura 197 – Rio Tatuamunha
(Fonte: Acervo SETUR, 2009)

Uma vez reintroduzidos no ambiente natural, iniciou–se uma relação de conflito com pescadores locais, já que os animais perfuravam as redes de pesca prejudicando o meio de sustento destas famílias. A solução encontrada surgiu de dois pescadores que decidiram criar uma associação para preservação da espécie e que realizaria de forma responsável passeios para avistar os animais. Esta associação denominou–se ARIBAMA – Associação dos Ribeirinhos Amigos do Meio Ambiente e é um grande modelo de turismo sustentável, pois contempla de forma equilibrada o desenvolvimento da atividade observando os aspectos sociais, econômicos e ambientais. Além da ARIBAMA, a AAMEA – Associação de Amigos do Meio Ambiente e mais uma associação formada por condutores, que se encontra em processo de formalização, fazem o referido passeio.

Figura 198 – Peixes–Boi, Rio Tatuamunha
(Autoria: Bandeira, R. 2010)

Para utilização deste recurso natural para o desenvolvimento do turismo local, uma série de medidas e mobilizações foram necessárias entre comunidade local e instituições ambientais, municipais, estaduais e federais, culminando em um TAC – Termo de Ajuste de Conduta da área.

Figura 199 – Saída dos passeios, Rio Tatuamunha
(Autoria: Bandeira, R. 2010)

Capacitações e treinamentos de informantes turísticos foram realizadas, e hoje um total de vinte condutores estão autorizados a realizar os passeios. Estes são feitos nas próprias jangadas dos pescadores sem a utilização de barcos a motor. Há uma separação de no mínimo 10 metros dos animais e um limite de 70 visitantes por dia, o que gera certa insatisfação por parte dos associados que alegam ser insuficiente para viabilidade econômica em um balanço anual (considerando sazonalidade e ausência de turistas na baixa temporada). Este fato implica a necessidade de um estudo de capacidade de carga turística real da área, uma vez que as limitações foram baseadas em análises apenas de técnicos ambientais.

A sede da associação transformou–se em um centro de recepção dos visitantes que podem vivenciar a produção de artesanato de coco, palha e o mais interessante, de garrafas *pet* recicladas. Desta matéria última são feitos desde brinquedos, objetos de decoração, e utilitários em geral até vassouras e redes de voleibol e tênis. Uma verdadeira inovação. Toda a receita arrecadada tanto da venda de artesanato quanto dos passeios é distribuída igualitariamente entre os associados.

Figura 200 – Rede de voleibol de fios de garrafa pet, mesma técnica usada para redes de pesca
(Autoria: Magalhães, A C 2010)

O atrativo ainda carece de estrutura de embarque e desembarque para que os turistas realizem o passeio. Também são identificadas necessidades na estrutura da sede da associação assim como a viabilização de um centro de observação da espécie pelo ICMBio e órgãos afins.

Farol de Porto de Pedras

Construído no início do século XX perto da praia devido ao trânsito de barcos que passavam pela região em direção a Recife, contempla uma excelente vista da cidade e é de fácil acesso. Próximo ao local encontra–se um frondoso oitizeiro no qual, segundo a tradição oral mantida e repassada pela população local, Dom Pedro II parou para descansar por ocasião de sua visita em 1860. No local do farol faltam pontos de apoio turístico. O acesso é limitado pela Marinha.

Tabela 80 – HIERARQUIZAÇÃO DE USO ATUAL

TIPO DE ATRATIVO	ATRATIVOS	Abrangencia	Acessibilidade	Singularidade	Conservação ambiental e cultural	Infraestrutura	TOTAL
ATRATIVO DE USO ATUAL	Peixe–Boi	4	4	4	4	4	**20**
	Praia de Tatuamunha	4	3	3	3	1	**14**
	Praia de Lages	4	3	3	3	1	**14**
	Praia do Patacho	4	3	3	3	1	**14**
	Praia de Porto de Pedras	4	3	3	3	1	**14**
	Rio Tatuamunha	3	2	3	3	1	**12**
	Farol e Outeiro do Farol de Porto de Pedras	3	2	3	1	1	**10**

(Autoria: Lyra, P. 2012)

14.1.16. Porto de Pedras – Atrativos de Uso Potencial

Praia da Crôa do Tubarão
É um lugar precioso conhecido por suas maravilhosas piscinas naturais e suas águas transparentes; de temperatura agradável é ideal para mergulho pela grande quantidade de fauna marinha que habita em toda zona. Um projeto de urbanização está sendo desenvolvido para o local.

Rio Manguaba
Com uma extensão significativa e com conservação de boa qualidade o Rio Manguaba possui potencial para o desenvolvimento de roteiro integrado entre municípios por meio de um circuito fluvial.

Travessia do Rio Manguaba de Barco ou Balsa
A travessia de balsa pelo Rio Manguaba que divide o município com Japaratinga apresenta um cenário apaixonante, são coqueiros, mangues de belezas exóticas que reinam absoluta numa demonstração de harmonia. Na travessia destacam–se o manguezal, os coqueirais e o Farol de Porto de Pedras no alto do morro. A travessia do Rio é sistematizada sendo, basicamente, utilizada pela balsa, com o objetivo de transportar veículos e pessoas entre os municípios de Japaratinga e Porto de Pedras.

Naufrágios
Por ser local de intensa navegabilidade de embarcações que utilizavam o Rio Manguaba com finalidades comerciais seguindo até o mar, alguns naufrágios estão submersos. Com uma pesquisa aprofundada para suas localizações atividades de mergulho podem vir a serem desenvolvidas.

Engenhos de Cana de Açucar.
A cultura canavieira é responsável pela ocupação e povoamento de toda aquela região litorânea. Como vestígio dessa época áurea do ciclo do açúcar, é possível encontrar na zona rural antigos engenhos, alguns modernizados, ainda ativos na produção do açúcar, outros em estado de arruinamento e abandono, mantendo conservados alguns dos elementos característicos daquela arquitetura.

Casas de Farinha.
Constituindo–se a mandioca em uma das grandes expressões da agricultura em Alagoas, na região que beira o Rio Manguaba preserva–se ainda uma cultura centenária, ainda associada às tradições do lugar através das casas de farinha, as quais mantêm íntegros processos artesanais no que se refere a queima da farinha nos antigos fornos e à produção dos deliciosos beijus. Tais edificações podem vir a ser um atrativo quando associadas a possíveis trajetos aquáticos a serem recuperados entre as cidades de Porto Calvo e Porto de Pedras.

Patrimônio Histórico e Cultural
O acervo histórico e cultural da cidade é muito rico e envolve desde seu traçado urbano peculiar, cujo arruado encontra–se “alongado” entre as encostas e o oceano, seu casario do tipo porta e janela, e por isso mesmo atrativo pela sua singeleza, mais ligada à herança vernacular, e ainda edificações mais elaboradas arquitetonicamente, destacando–se algumas casas maiores, a antiga cadeia da cidade e igrejas, incluindo as dos povoados.

Figura 201, Figura 202 e Figura 203– Arruado e casario típico de Porto de Pedras
(Autoria: Magalhães, A C 2010)

Figura 204, Figura 205, Figura 206 e Figura 207 – Forte–cadeia / Igrejas de N. S. da Glória e de N. S. da Piedade / Farol no alto do morro.
(Autoria: Bandeira, R e Magalhães, A C. 2010)

As pesquisas arqueológicas, até então efetuadas pela Universidade Federal de Alagoas, através do Projeto Rota da Escravidão, Rota da Liberdade, desenvolvido pelo Núcleo de Ensino e Pesquisa Arqueológica (NEPA), apontam as presenças que ajudaram a conformar sua cultura: índios, brancos e negros. Nesse sentido, têm sido identificadas algumas jazidas, especialmente na Praia do Patacho. Tendo como um dos objetivos a delimitação do sítio arqueológico por meio de mapas topográficos, nesse meio tempo já recolheu vários artefatos em porcelana (faianças) e moedas do século XVII.

Tem um bem tombado em nível estadual que é a Cadeia–Forte. Encontra–se sem uso e em precário estado de conservação. Pretende–se transformar a edificação em um museu onde deverá ser exposto o acervo arqueológico até então identificado, atualmente em posse do NEPA/UFAL.

Uma das mais interessantes características culturais da cidade são as lendas ligadas à presença holandesa, disseminadas através da oralidade. As “estórias” são as mais variadas,

nem sempre condizem com a verdade histórica, mas constituem–se em motivo de orgulho para a população e geram muitas lendas re–contadas nos encontros realizados nas calçadas.

Figura 208 e Figura 209 – Capelas de São Gonçalo do Amarante, N. Sra. do Livramento no Povoado Tatuamunha.
(Autoria: Bandeira, R e Magalhães, A C. 2010)

Igrejas.
Todo o perímetro urbano é marcado pelas edificações religiosas, as quais são enriquecidas pelos usos que as comunidades detentoras fazem das mesmas, através da manutenção dos rituais, celebrações e festividades características da religiosidade popular. Algumas, inclusive, apresentam importantes elementos artísticos integrados à arquitetura, tais como imagens de santos, retábulos, altares, etc. A maioria delas tem volumetria delicada, em total harmonia com o casario circunvizinho e são atrativas para os visitantes, especialmente em épocas de festas típicas.

Tabela 81 – HIERARQUIZAÇÃO DE USO POTENCIAL

TIPO DE ATRATIVO	ATRATIVOS	Abrangencia	Acessibilidade	Singularidade	Conservação ambiental e cultural	Infraestrutura	TOTAL
ATRATIVO DE USO POTENCIAL	Praia da Crôa do Tubarão	4	3	3	3	1	**14**
	Piscinas Naturais	4	1	3	4	1	**13**
	Rio Manguaba	3	2	3	3	1	**12**
	Naufrágios	3	1	3	3	1	**11**
	Cadeia–Forte	3	3	3	1	1	**11**
	Engenhos de Cana e Casas–Grandes	3	2	3	2	1	**11**
	Travessia do Rio Manguaba de Barco ou Balsa	3	1	3	3	1	**11**
	Casas de Farinha	3	1	3	1	1	**9**
	Festival do Coco	1	3	2	2	1	**9**
	Igreja de São Gonçalo do Amarante	1	3	2	2	1	**9**
	Igreja Nossa Senhora do Livramento	1	3	2	2	1	**9**
	Igreja Matriz de Nossa Senhora da Glória	1	3	2	2	1	**9**
	Manifestações Folcloricas (Cambindas, Chegança, Guerreiro, Pastoril)	1	1	2	2	1	**7**

(Autoria: Lyra, P. 2012)

Apesar desse rico patrimônio, não apresenta qualquer tipo de sinalização turística que oriente o visitante em relação ao seu acervo e as igrejas e capelas encontram–se sempre fechadas impedindo o acesso do turista que deseje conhecer o monumento.

Patrimônio Material – Bens Tombados

FORTE E ANTIGA CADEIA PÚBLICA DE PORTO DE PEDRAS E MORRO DOS TRÊS COQUEIROS			
CATEGORIA:	**Registro de Edifícios e Monumentos Isolados Livro de Tombo nº 2**		
PALAVRAS–CHAVES:	**patrimônio arquitetônico – tombamento – histórico**		
PROPRIETÁRIO:	**Forte: Governo do Estado de Alagoas Morro: Arquidiocese**		
LOCALIDADE:	**Cidade e Município de Porto de Pedras, Estado de Alagoas**		
DECRETO:	**3365 de 21/08/06**		
LIVRO DE REGISTRO:	**Histórico**	**CATÁLOGO:**	**Pró–Memória**
TIPO:	**Arquitetura Militar**	**CADASTRO:**	**Bens Tombados**
PROCESSO NÚMERO:	**1700–1176/06**	**NÍVEL:**	**Estadual**

(Fonte: SECULT, 2010)

Patrimônio Imaterial

Um dos destaques dos folguedos ativos são as apresentações da Cambinas, onde todos os integrantes, homens ou mulheres, apresentam–se vestidos de forma masculina que costumam se apresentar nas festas da localidade e são muito atrativas pela aspecto pitoresco de seus integrantes. Também possui um carnaval que atrai muitos visitantes do próprio estado, onde aparecem blocos e pequenas bandas. Outra manifestação de natureza imaterial cujo conhecimento está retido nas mãos de alguns poucos pescadores mais antigos, são as formas de manejar a jangada à vela. Segundo informações colhidas no local, apenas seis deles dominam esse ofício. Existe, ainda, a prática do artesanato com palha de coqueiro, exercido por artesãos da comunidade, mas sem grandes investimentos no setor.[63]

Patrimônio Imaterial – Bens Inventariados

CULTURA POPULAR (Povoado de Tatuamunha)			
Cambindas Palmeirenses	**Coco de Roda**	**Baianas**	**Pastoril**

(Fonte: SECULT, 2010)

14.1.17. Porto Calvo – Atrativos de Uso Atual

Após investigação de campo não foram encontrados atrativos que já venham sendo explorados pela atividade turística no município de Porto Calvo apesar de alguns esforços pontuais para elaboração de roteiros integrados com outros municípios. Todos os atrativos identificados são de uso potencial.

[63] Nesse sentido, destaca-se a ação da Associação dos Ribeirinhos Amigos do Meio-Ambiente (localizada em Tauamunha), que além de atividades de educação ambiental, enfatiza a importância da preservação de traços da identidade cultural do Município.

14.1.18. Porto Calvo – Atrativos de Uso Potencial

Rio Manguaba
O rio Manguaba caracteriza–se como o principal patrimônio natural de Porto Calvo. Sua extensão possibilita a navegação, em pequenas embarcações, desde a sede da cidade até o encontro com o mar na divisa de Japaratinga com Porto de Pedras. Apesar de conservar boa qualidade ambiental o passeio não é comercializado de forma sistêmica.

Figura 210 – Rio Manguaba
(Autoria: Magalhães, A C 2010)

Ruinas do Engenho Escurial.
A história de Porto Calvo se confunde com a do Engenho Escurial, um dos mais antigos da região, construído pelo colonizador Cristovão Lins. Embora tenha sido um dos mais produtivos, em sua época, hoje restam apenas vestígios dos elementos constituintes da fábrica ancestral, e a capela. Constitui–se em importante memória edificada da cultura canavieira, da escravidão e dos processos seculares de produção de açúcar. Se restaurado e qualificado à visitação poderá fomentar e desenvolver o conhecimento em relação à história do lugar.

Alto da Forca.
A cidade de Porto Calvo resguarda a memória de um passado marcado pelas batalhas travadas entre holandeses e portugueses. Nesse cenário destacou–se a figura de Domingos Fernandes Calabar, personagem imprescindível na compreensão dos processos históricos de apropriação daquela região no século XVII. O lugar conhecido como Alto da Forca é, segundo reza a tradição oral, o local onde Calabar foi morto, constituindo–se em importante referência da história e da cultura, além de oferecer ampla vista do antigo sítio de origem colonial.

Patrimônio Histórico e Cultural
Embora tombada como patrimônio histórico federal, a cidade perdeu quase todas as suas características arquitetônicas que a ligavam ao passado colonial. Restam poucos vestígios de qualidade em meio ao sítio urbano descaracterizado. Mantém, entretanto o traçado espontâneo, de linhas sinuosas que se enlaçam nas ruas enladeiradas.

Figura 211, Figura 212 e Figura 213 – Cenário urbano descaracterizado / algumas edificações íntegras mas mal conservadas
(Autoria: Bandeira, R. 2010)

Destaca–se no ambiente citadino a Igreja Matriz de Nossa da Apresentação. Embora tenha sofrido, no passado, intervenções que descaracterizaram sua ambiência interna, ainda conserva parte de seus elementos artísticos integrados à arquitetura, entre eles retábulos e imagens barrocas. Ultimamente tem passado por algumas restaurações, por iniciativa do IPHAN.

Figura 214 e Figura 215 – Igreja Matriz de Nossa senhora da apresentação e antiga Casa de Cultura
(Autoria: Bandeira, R. 2010)

Outra edificação que está íntegra na cidade é a antiga Casa de Cultura, embora necessitando urgente de restauração e requalificação de modo a dar uma destinação mais adequada para a edificação histórica. Hoje tem função institucional ligada ao governo.

No que diz respeito ao acervo arqueológico, também se apresenta muita rica em vestígios que, vez por outra, aparecem na cidade e são recolhidas pelos próprios moradores já que não há uma política pública eficiente nesse sentido nem instituição que possa abrigar devidamente os achados. Entretanto, carece de maiores investimentos nesse setor, uma vez que pairam dúvidas sobre a exata localização do forte onde se deram as batalhas entre portugueses e holandeses.

Uma de suas mais peculiares atrações é a antiga Feira Livre que ocupa grande extensão, se estendendo desde a entrada da cidade até à Igreja Matriz, começando na tarde do sábado e perdurando por todo o domingo. Ali se concentram atividades as mais diversificadas e se perpetuam fenômenos antropológicos ligados à religiosidade, cantorias, culinária, entre outros.

Tabela 82 – HIERARQUIZAÇÃO DE USO POTENCIAL

TIPO DE ATRATIVO	ATRATIVOS	Abrangencia	Acessibilidade	Singularidade	Conservação ambiental e cultural	Infraestrutura	TOTAL
ATRATIVO DE USO POTENCIAL	Igreja Matriz de Nossa Senhora da Apresentação	3	3	3	2	1	**12**
	Rio Manguaba	3	2	3	3	1	**12**
	Casa de Cultura	2	3	2	3	1	**11**
	Ruínas do Engenho Escurial	3	2	3	1	1	**10**
	Alto da Forca	3	1	2	1	1	**8**
	Manifestações Folcloricas (A Burrinha, Cambindas, Coco de Roda, Dança do Boi, Pastoril, Quadrilha)	1	1	2	2	1	**7**

(Autoria: Lyra, P. 2012)

Patrimônio Imaterial – Bens Inventariados

CULTURA POPULAR			
Pastoril	**Quadrilha**	**Dança do Boi**	**Burrinha**
Coco de Roda	**Cambindas**	**——**	**——**

(Fonte: SECULT, 2010)

14.1.19. Japaratinga – Atrativos de Uso Atual

Praia de Japaratinga
É a mais urbana do município e caracteriza–se pela existência de ondas, ideal para o banho, por seus coqueirais e por seus recifes de coral cheios de piscinas naturais. É um dos principais pontos de aluguel das jangadas, utilizadas para chegar até às famosas piscinas naturais. Contém equipamentos de apoio ao turístas, pousadas e hotéis. No entanto, a sinalização turística é inadequada e fora de padrão.

Praia de Bitingui
É uma praia com forma de ferradura localizada à margem de uma pequena vila de pescadores. Coqueiros e recifes fazem parte da paisagem local e o mar é tranqüilo, com ondas fracas. Nos arredores, é possível achar pousadas, hotel e várias casas de veraneio. O acesso é fácil, mas não há uma urbanização ordenada da zona costeira e a sinalização turística é inadequada. Há também um ponto de apoio que se encontra desativado.

Praia de Barreiras do Boqueirão
É conhecida também como Praia das Bicas pela existência de duas fontes de água doce em seu entorno. Caracteriza–se pela sua areia fina e dourada, pelo mar de onde fortes e por suas zonas rochosas que formam piscinas naturais próximas a praia. Possui pousadas, bares e restaurantes, além de casas de veraneio. A urbanização da zona costeira é desordenada e há um enorme avanço do mar. Não há sinalização turística adequada.

Figura 216 – Desordenamento costeiro em Barreiras do Boqueirão, avanço do mar
(Autoria: Bandeira, R. 2010)

Praia do Boqueirão
É a mais tranquila e apresenta pedras ao longo de sua extensão, com faixa de areia fina e clara. O mar é calmo e nas proximidades da praia, há opção de banho doce, devido à presença dos Rios Salgado e Manguaba e dos Riachos Cucuoba e Bitingui, que formam bicas na região. Nos arredores, é possível achar hotel e várias casas de veraneio.

Praia do Pontal do Boqueirão
A Praia do Pontal tem águas claras e ondas fracas, sendo própria para o banho de mar. Ela fica situada na margem esquerda da barra do Rio Jaguaribe e abriga uma enseada de ancoradouros e jangadas.

Bicas das Barreiras do Boqueirão
As bicas de Barreiras do Boqueirão são uma referência para o município e abrigam o imaginário de muitos turistas como sendo um atrativo de características naturais, em meio a um ambiente preservado e reservado. Não é a realidade deste atrativo que apresenta má conservação e muitas vezes é utilizado para outros fins que não o banho. É visível a necessidade de revisão da organização e utilização deste atrativo para fins turísticos.

Figura 217 – Moradora lavando roupa na Bica das Barreiras
(Autoria: Bandeira, R. 2010)

Mirante Pousada dos Coqueirais
Localizado no alto de um morro em terras pertencentes aos empresários da pousada, propicia uma vista privilegiada de toda região. É comum a visita de "bugueiros" com turistas vindos de Japaratina e Maragogi para apreciar a vista numa estrutura construída especialmente para fotos.

Figura 218 – Mirante Pousada dos Coqueirais
(Autoria: Bandeira, R. 2010)

Travessia do Rio Manguaba de Barco ou Balsa
A travessia de balsa permite a contemplação de traços da cultura imaterial presentes nas embarcações, nos modos de pescar, nos mangues e a apropriação que se faz deles pelos moradores do lugar. A travessia do Rio é sistematizada sendo, basicamente, utilizada pela balsa, com o objetivo de transportar veículos e pessoas entre os municípios de Japaratinga e Porto de Pedras.

Tabela 83 – HIERARQUIZAÇÃO DE USO ATUAL

TIPO DE ATRATIVO	ATRATIVOS	Abrangencia	Acessibilidade	Singularidade	Conservação ambiental e cultural	Infraestrutura	TOTAL
ATRATIVO DE USO ATUAL	Praia de Japaratinga	4	4	3	3	3	**17**
	Praia de Bitingui	4	4	3	3	3	**17**
	Praia de Barreiras do Boqueirão	4	4	3	3	3	**17**
	Praia do Boqueirão	4	4	3	3	3	**17**
	Praia do Pontal do Boqueirão	4	4	3	3	2	**16**
	Bicas das Barreiras do Boqueirão	3	4	2	2	2	**13**
	Mirante da Pousada dos Coqueirais	3	2	3	3	1	**12**
	Travessia do Rio Manguaba de Barco ou Balsa	3	1	3	3	1	**11**

(Autoria: Lyra, P. 2012)

14.1.20. Japaratinga – Atrativos de Uso Potencial

Piscinas Naturais.
As barreira de corais próxima a sua costa criam tanto as mais largas formações de pedras de coral como também as maiores enseadas de águas protegidas. O atrativo é comercializado ainda de forma tímida pelos empresários locais.

Falésias.
As falésias de areias coloridas chegam até 20m de altura. Estão situadas na Praia de Japaratinga, que possui boa infra–estrutura turística, com bares e restaurantes de frutos do mar.

Rio Manguaba
O rio Manguaba, como já relatado anteriormente, possui enorme potencialidade para o desenvolvimento de roteiros integrados entre os municípios por meio de um circuito fluvial

Mirante de Barreiras do Boqueirão
Com a pavimentação do acesso que liga o centro de Japaratinga ao Pontal do Boqueirão, está sendo construído um mirante no povoado de Barreiras do Boqueirão. Por possuir uma vista privilegiada da área, certamente será um ponto de parada que irá modificar a dinâmica de visitação no local.

Coqueiral.
O vasto coqueiral que cerca toda a região, notadamente Japaratinga, se trata de um dos mais significativos apelos paisagísticos existentes, seja pela densa massa verde oferecida, seja pela presença marcante dessa típica vegetação litorânea que caracteriza o litoral norte de Alagoas.

Artesanato.
No que se refere ao artesanato existe uma variedade de objetos confeccionados com madeira, palha e casca de coco, conchas, etc, comercializados com facilidade entre os turistas. Na culinária, é de grande aceitação os tradicionais “sequilhos” feitos pelas mãos das mulheres do lugar, mantendo assim uma tradição que é repassada ás novas gerações através da oralidade.

Ruínas da Igreja da Barreira do Boqueirão
As pessoas da cidade apontam como um dado pitoresco do lugar as ruínas de uma antiga igreja, localizada na praia do povoado Barreiras do Boqueirão, da qual há alguns vestígios construtivos e sobre a qual rondam lendas, mas não há maiores indícios historiográficos sobre a mesma.

Figura 219 – Ruínas de antiga igreja em Barreiras do Boqueirão
(Autoria: Magalhães, A C 2010)

Pesca Artesanal.

Uma das manifestações de natureza imaterial mais significativa da região é o conhecimento que está retido nas mãos de alguns pescadores mais antigos, relacionados às formas de navegabilidade – manejo da jangada à vela, as práticas antigas na fabricação e utilização de artefatos, destacando–se os diversos tipos de redes. Esta atividade tem potencial para o desenvolvimento do turismo de experiência.

Patrimônio Histórico e Cultural

No aspecto arquitetônico não apresenta valores relevantes, exceção feita à Igreja Matriz de Nossa Senhora das Candeias.

Figura 220 e Figura 221 – Aspecto de casa mais tradicional nas proximidades da praça onde está localizada a igreja / Igreja Matriz de N. Sra. das Candeias
(Autoria: Magalhães, A C 2010)

O município é dilatado em povoados que margeiam as praias: Barreiras do Boqueirão, Praia do Boqueirão, Pontal do Boqueirão, entre outros. Nesse sentido, destaca–se o povoado Santa Luzia, afastado da orla (a um Km da pista), caracterizado por uma ocupação esparsa de casinhas de pequeno porte, totalmente soltas umas das outras. Aí existe a Igreja de Santa Luzia que, segundo informações da guardiã da edificação, trata–se de um monumento secular, construído pelos cabanos. Isso deveria ser melhor verificado do ponto de vista da história. Ela mantém–se caracterizada arquitetonicamente e é muito procurada por ocasião da festa da padroeira, comemorada com missas e procissões em 13 de dezembro. Já não apresenta os elementos artísticos integrados à arquitetura, mas guarda uma imagem antiga de Santa Luzia, em madeira policromada. Sobrevive devido aos cuidados da própria comunidade, impulsionada por laços afetivos e de devoção.

Figura 222, Figura 223 e Figura 224 – Casario típico do povoado / Igreja de Santa Luzia com cruzeiro / imagem de Santa Luzia
(Autoria: Magalhães, A C 2010)

Por outro lado, algumas pessoas mantêm o hábito de fazer a bolo de goma, mas não é tão explorado comercialmente como na cidade vizinha de Maragogi.

Tabela 84 – Hierarquização de Uso Potencial

TIPO DE ATRATIVO	ATRATIVOS	Abrangencia	Acessibilidade	Singularidade	Conservação ambiental e cultural	Infraestrutura	TOTAL
ATRATIVO DE USO POTENCIAL	Piscinas Naturais	4	4	3	4	4	**19**
	Falésias / Barreiras	4	4	3	3	1	**15**
	Casario típico dos povoados	4	3	3	3	1	**14**
	Rio Manguaba	3	2	3	3	1	**12**
	Mirante de Barreiras do Boqueirão	3	3	3	1	1	**11**
	Coqueiral	4	0	3	3	1	**11**
	Artesanato em palha, cipó e tronco de coqueiro	2	3	2	3	1	**11**
	Ruinas da Igreja de Barreiras do Boqueirão	3	2	3	1	1	**10**
	Pesca Artesanal	3	1	3	2	1	**10**
	Igreja de Santa Lúzia	1	3	2	2	1	**9**
	Igreja Matriz de Nossa Senhora das Candeias	1	3	2	2	1	**9**
	Casas de Farinha	3	1	3	1	1	**9**
	Manifestações Folcloricas (Baianas, Caboclinhos, Dança da Peneira, Guerreiro, Pastoril)	1	1	2	2	1	**7**

(Autoria: Lyra, P. 2012)

Patrimônio Imaterial – Bens Inventariados

CULTURA POPULAR			
Pastoril	**Baianas**	**Guerreiros**	**Caboclinho**
Dança da Peneira	**Artesanato – palha, tronco de coqueiro**	**——**	**——**

(Fonte: SECULT, 2010)

14.1.21. Maragogi – Atrativos de Uso Atual

Em Maragogi predomina o mar raso e transparente. Com suas Galés – piscinas naturais formadas por corais que ficam a 6 km da costa. O lugar atrai a cada verão mais turistas em busca de muito sol e belezas naturais.

Piscinas Naturais de São Bento, Taocas e Galés
Principal cartão postal da cidade de Maragogi, recebe inúmeros turistas que estão hospedados nos mais variados hotéis e pousadas da cidade, e também os turistas (*day use*) que vêem de Maceió. As formações recifais formam piscinas naturais na maré baixa e as águas, muito claras, em contraste com os corais, formam uma paisagem maravilhosa. As mais conhecidas e procuradas são as Galés de Maragogi, mas após a criação de um Termo de Ajuste de Conduta – TAC outras opções se fizeram necessárias como as piscinas de Taocas e São Bento.

Praia de São Bento
A praia em alguns trechos é de águas escuras devido à proximidade da desembocadura do Rio Maragogi. Fica situada num vilarejo de pescadores, cercada por coqueiral e barreira de rochas. São Bento também apresenta bancos de areia, mas apenas na maré baixa. Na vila, é possível encontrar os famosos sequilhos (biscoitos de polvilho) alagoanos. No entanto ainda apresenta baixo grau de urbanização e infraestrutura.

Praia de Peroba
Praia mais ao norte de Maragogi, localizada na divisa com o Estado de Pernambuco; caracteriza–se, ao longo dos seus 500m de extensão, por suas águas tranquilas e cristalinas ideais para o banho e pouco sargaço. Nas marés baixas formam–se as piscinas naturais. E nas marés altas seu mar apresenta ondas. Nos arredores encontra–se boas opções de hotéis e pousadas e inúmeros condomínios de casas de veraneio.

Figura 225 – Desordenamento costeiro na Praia de Peroba
(Autoria: Bandeira, R. 2010)

Praia de Ponta de Mangue
Situada a doze quilômetros ao norte de Maragogi, caracteriza–se por suas águas tranquilas e os numerosos recifes de corais. Estão instalados na área, inúmeros condomínios de casas de veraneio e um resort. Praticamente inexiste infraestrura turística.

Praia de Bugalhau

Praia tranquila, de areia fina com águas azuis e cristalinas, barreiras de recifes e coqueiral. Nesta praia encontra–se um dos maiores pontos de apoio de Alagoas. É do restaurante Pontal de Maragogi que sai a maior parte dos catamarãs para as Galés (piscinas naturais) de Maragogi. Este ponto de apoio tem estrutura para receber até 700 pessoas/dia, mas oscila entre 400 a 600 na alta temporada.

Figura 226 – Catamarã utilizado para passeios às Galés, Praia de Bugalhau
(Autoria: Bandeira, R. 2010)

Praia de Maragogi (Núcleo Urbano)

É a praia mais visitada do município, situada no centro de Maragogi, com bons serviços e infraestrutura, cheia de bares, restaurantes, quiosques, hotéis e pousadas. É conhecida também por ser o principal ponto de partida para as famosas piscinas naturais conhecidas como Galés. Apesar do saneamento realizado algumas “línguas negras” compõem a principal orla do município.

Figura 227 – “línguas negras” na orla urbana de Maragogi
(Autoria: Bandeira, R. 2010)

Figura 228 – Orla urbana de Maragogi
(Autoria: Bandeira, R. 2010)

Figura 229 – Mergulho nas galés de Maragogi
(Fonte: Acervo SETUR, 2010)

Praia de Camacho

Camacho fica exatamente na foz do Rio Maragogi. É uma praia tranqüila, com a presença de coqueiros. O mar, calmo e raso, principalmente na maré baixa, permite que se caminhe literalmente dentro d'água.

Fazenda e Engenho Marrecas

A Fazenda Marrecas está localizada em um antigo engenho de cana–de–açúcar, o Marrecas, localizado na parte rural cidade de Maragogi. A Fazenda abriga, além das instalações hoteleiras, construções históricas, como a do casarão–sede, que é datada de 1780 e oferece diversos serviços de lazer.

Figura 230 – Fazenda Marrecas
(Autoria: Bandeira, R. 2010)

Trilha do Visgueiro

Trilha realizada partindo do centro de Maragogi em veículo 4x4 adaptado em direção a trilhas de mata atlântica que culminam num centenário visgueiro. O passeio contempla informações específicas sobre os ecossitemas. Já é comercializado atualmente por empresas do município.

Figura 231 – Veículo adaptado para Trilha do Visgueiro
(Fonte: Acervo SETUR, 2010)

Povoado de Barra Grande

É povoado mais antigo, com vila simples de pescadores, casas de veraneio nas proximidades e poucas ruas asfaltadas. A praia é uma das mais históricas do município de Maragogi, pois foi palco de numerosas batalhas. A Praia de Barra Grande alia a paisagem de coqueiral e recifes com infraestrutura de pousadas e hotéis nos arredores.

Tabela 85 – Hierarquização de Uso Atual

TIPO DE ATRATIVO	ATRATIVOS	Abrangencia	Acessibilidade	Singularidade	Conservação ambiental e cultural	Infraestrutura	TOTAL
ATRATIVO DE USO ATUAL	Piscinas Naturais de São Bento	4	4	3	4	4	**19**
	Piscinas Naturais de Taocas	4	4	3	4	4	**19**
	Praia de São Bento	4	4	3	3	3	**17**
	Praia de Peroba	4	4	3	3	2	**16**
	Praia de Ponta de Mangue	4	4	3	3	2	**16**
	Praia de Bugalhau	4	4	3	3	2	**16**
	Praia de Maragogi	4	4	3	2	3	**16**
	Praia de Camacho	4	4	3	3	2	**16**
	Galés de Maragogi	4	4	3	1	4	**16**
	Fazenda Engenho Marrecas	4	3	3	3	3	**16**
	Trilha do Visgueiro	3	2	3	3	2	**13**
	Povoado de Barra Grande	2	3	2	3	1	**11**

(Autoria: Lyra, P. 2012)

14.1.22. Maragogi – Atrativos de Uso Potencial

Praia de Xeréu
Praia com areia fina, mar calmo e azulado, coqueiros e recifes. É a praia mais tranqüila e preservada do destino Maragogi. Freqüentada por veranistas, mas sem infraestrutura.

Praia do Dourado
Tem mar calmo, verde–claro, areia muito branca e é própria para o banho de mar. É ideal para quem quer fugir do agito em geral. Praia sem infraestrutura.

Praia dos Antunes
Considerada uma das praias mais tranquilas, está rodeada de coqueiros e é ideal para descansar por não ser muito freqüentada pelos turistas. Tem areia branca e fofa e água própria para banho. Inúmeros condomínios de casas de veraneio. Praia sem urbanização e sem irfraestrutura turística.

Patrimônio Histórico e Cultural
Apesar da cidade quase nada guardar de sua arquitetura antiga, permanecendo tão somente uma ou outra unidade isolada que se perde desvalorizada em meio às novas construções que se multiplicam sem qualquer tipo de legislação urbana, Maragogi ainda tem o desafio de incorporar seus remanescentes históricos e culturais como atrativos e segmentos complementares aos que trabalha atualmente.

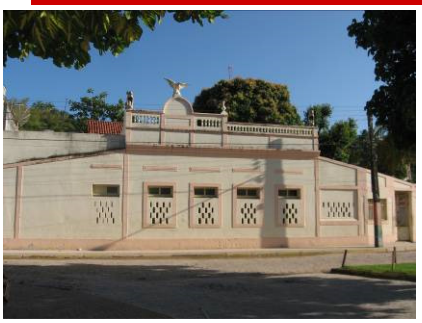


Figura 232, Figura 233 e Figura 234 – Raros remanescentes de arquitetura com conteúdo histórico e estético.
(Autoria: Bandeira, R e Magalhães, A C. 2010)

Ruínas do Mosteiro Beneditino

Povoa o imaginário da população a história do secular Mosteiro Beneditino, com pouquíssimas informações sobre sua história e do qual só restam ruínas em meio a um mirante natural que oferece deslumbrante panorama de toda a paisagem circundante.

Devido à falta de intervenções de consolidação dos vestígios arquitetônicos, possivelmente em breve nada restará desse monumento. Embora muito atrativo, pois desperta a curiosidade de quase todas as pessoas que tomam conhecimento de sua existência, é de difícil identificação, pois não existe qualquer sinalização na estrada que aponte a sua localização, sendo também o acesso muito dificultado pelas características do caminho com acentuada inclinação e sem pavimentação.

Figura 235 e Figura 236 – ruínas do Mosteiro de São Bento
(Autoria: Bandeira, R. 2010)

Outras referências arquitetônicas significativas de Maragogi são os antigos engenhos que pontuam toda aquela região, alguns já iniciando um processo de arruinamento. Destacam–se os Engenhos Jenipapo, Cachoeira e Papagaio, os quais se encontram em diferentes níveis de preservação de seus elementos constituintes. Alguns mantêm suas capelinhas intactas, ainda desenvolvendo atividades religiosas e seus elementos artísticos integrados à arquitetura, incluindo imagens seculares.

Existe ainda, na sede urbana, a Igreja de Santo Antônio, sem grande valor arquitetônico, mas com algumas imagens antigas, em madeira dourada e policromada, no seu interior. Chama a atenção o modo de viver das comunidades que mantêm hábitos simples, especialmente os encontros nas calçadas.

Figura 237, Figura 238 e Figura 239 – Igreja Matriz de Santo Antônio / aspectos do povoado Barra Grande: arquitetura vernacular e modos de viver e fazer.
(Autoria: Bandeira, R. 2010)

No campo dos bens de cunho imaterial, o povoado de Barra Grande, se notabiliza hoje pela manutenção do folguedo Bumba–Meu–Boi, mantido pela família do Mestre Eurico Alves, através de filhos e netos. Trata–se de uma referência tão importante que na entrada do povoado existe um boi em barro alertando para esse traço da cultura local. Segundo informações de membros da família do Mestre Eurico, não há qualquer tipo de apoio por parte das instituições governamentais e o grupo sobrevive de apresentações em hotéis, para as quais recebe pequena ajuda de custo.

Na culinária, é de grande aceitação os tradicionais “sequilhos” ou “balas de goma”, feitos pelas mãos das mulheres do lugar, mantendo assim uma tradição que é repassada às novas gerações através da oralidade.[64]

Tabela 86 – Hierarquização de Uso Potencial

TIPO DE ATRATIVO	ATRATIVOS	Abrangencia	Acessibilidade	Singularidade	Conservação ambiental e cultural	Infraestrutura	TOTAL
ATRATIVO DE USO POTENCIAL	Praia de Xeréu	4	4	3	3	1	**15**
	Praia do Dourado	4	4	3	3	1	**15**
	Praia dos Antunes	4	4	3	3	1	**15**
	Remanescentes dos Engenhos: Genipapo, Cachoeira, Papagaio	3	2	3	1	1	**10**
	Ruínas do Mosteiro Beneditino	3	2	3	1	1	**10**
	Igreja Matriz de Santo Antônio	1	3	2	2	1	**9**
	Manifestações Folcloricas (Bumba–Meu–Boi, Chegança, Pastoril, Samba do Mulato)	1	1	2	2	1	**7**

(Autoria: Lyra, P. 2012)

[64] Em conversa com a Srª Marlene, dona de uma fábrica caseira de balas de goma, ela informa que algumas alterações têm sido feitas na receita tradicional por conta de questões econômicas e facilidade na aquisição de produtos industrializados em relação à matéria-prima obtida com meios artesanais.

Patrimônio Imaterial – Bens Inventariados

CULTURA POPULAR			
Chegança	**Pastoril**	**Bumba–Meu–Boi**	**Samba do Mulato**
Artesanato – madeira, palha de casca de coco, conchas		**____**	

(Fonte: SECULT, 2010)

14.2. Atrativos–Âncora do Pólo Costa dos Corais

Para melhor ilustrar os atrativos e recursos turísticos do Pólo Costa dos Corais no contexto municipal e geográfico, propõem–se uma lista de atrativos–âncora para cada um dos municípios conforme a Tabela 87 e Tabela 88.

Tabela 87 – ATRATIVOS–ÂNCORA DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

MACEIO	PARIPUEIRA	BARRA DE SANTO ANTÔNIO	PASSO DE CAMARAGIBE	SÃO LUIS DO QUITUNDE	MATRIZ DE CAMARAGIBE
Praias	Praias	Praias	Praias	Rios e Cachoeira	Rios e Cachoeira
Piscinas Naturais	Piscinas Naturais	Piscinas Naturais	Piscinas Naturais	Igreja	Igreja
Rios e/ou Lagoas		Rios e/ ou lagoas	Rios e/ou lagoas		
Artesanato	Artesanato	Artesanato	Artesanato		
Mirantes			Igreja		
Museus			Arquitetura Colonial		
Igrejas					

(Autoria: Lyra, P. 2010)

Tabela 88 – ATRATIVOS–ÂNCORA DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

SÃO MIGUEL DOS MILAGRES	PORTO DE PEDRAS	PORTO CALVO	JAPARATINGA	MARAGOGI
Praias	Praias	Rios	Praias	Praias
Piscinas Naturais	Piscinas Naturais	Igreja	Piscinas Naturais	Piscinas Naturais
Rios e / ou lagoas	Rios / e ou lagoas		Rios e/ ou lagoas	Rios e/ ou lagoas
Mirante	Mirante		Mirante	
Igreja	Igreja		Igreja	
Artesanato	Artesanato		Banho de Bica	
Gastronomia	Farol			
	Arquitetura Colonial			

(Autoria: Lyra, P. 2010)

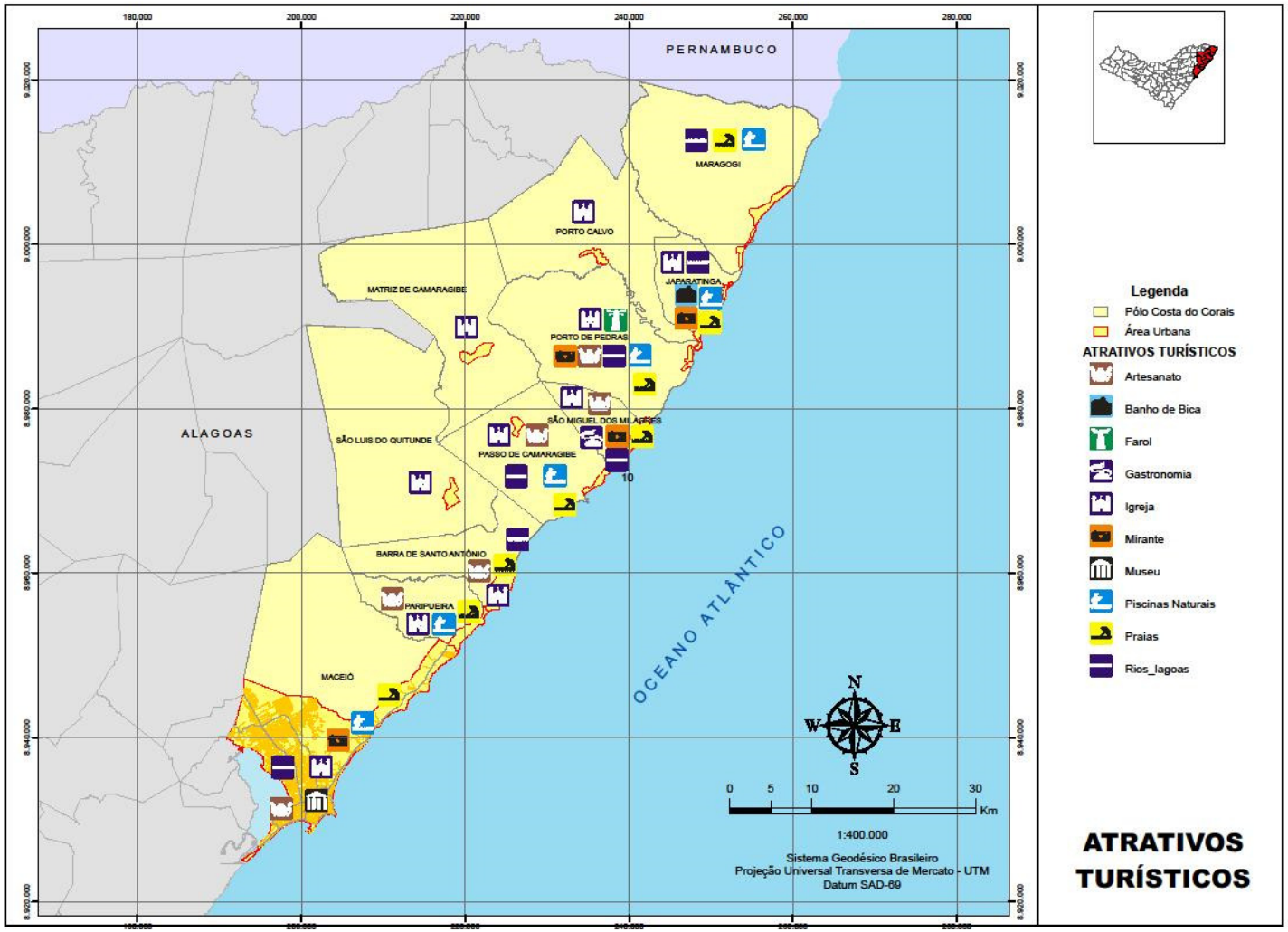


Figura 240 – Atrativos Turísticos
(Autoria: Farias, S. 2010)

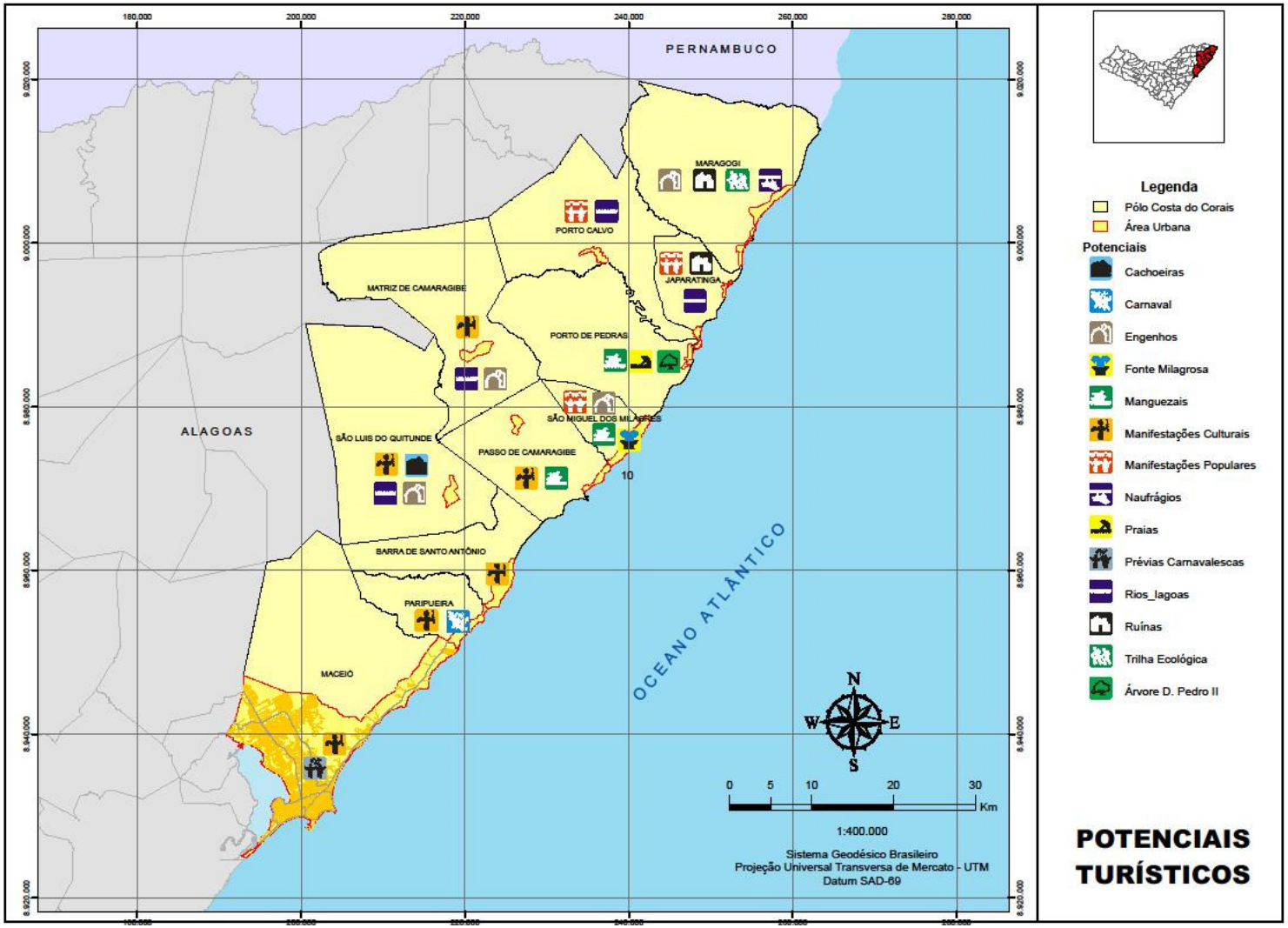


Figura 241 – Atrativos Turísticos Potenciais
(Autoria: Farias, S. 2010)

14.3. Análise Comparativa dos Recursos e Atrativos 2002 X 2010

Uma vez identificados os recursos turísticos do Pólo Costa dos Corais na análise da oferta turística, foi possível estabelecer o comparativo em relação a versão 2002 do PDITS. A Tabela 89 ilustra os atrativos de uso atual e potencial de acordo com a análise temporal nos dois planos. Percebe–se uma evolução significativa dos atrativos de uso atual o que demonstra um amadurecimento comercial do Pólo no decorrer dos últimos oito anos.

Por outro lado, mantêm–se as dificuldades de agregar atrativos histórico–culturais à atividade turística do Pólo, uma vez que a grande maioria dos recursos desta ordem permanece no uso potencial.

Vale ressaltar que esta análise contempla apenas a listagem dos atrativos em ambas versões, tendo em vista ser impossível identificar a evolução qualitativa dos mesmos em virtude da versão do PDITS 2002 não apresentar nenhuma análise da situação dos atrativos à época.

Tabela 89 – ANÁLISE COMPARATIVA DOS ATRATIVOS PDTIS 2002 VS PDITS 2010

CIDADE	TIPO DE ATRATIVO	PDITS 2002	PDITS 2010
MACEIÓ	ATRATIVO DE USO ATUAL	Piscina Natural de Pajuçara	Praia de Pajuçara
		Praias de Jatiúca e Ponta Verde	Praia de Ponta Verde
		City Tour: Bairro do Jaraguá, diversas praças	Praia de Jatiúca
		Pontal da Barra	Praia de Cruz das Almas
		Passeio às Nove Ilhas	Piscinas Naturais da Pajuçara
		Praia de Cruz das Almas	Praia de Riacho Doce
		Praia de Guaxuma	Lagoa Mundaú
		Riacho Doce	Mirante da Sereia
		Mirante da Sereia	Praia de Ipioca
		Praia de Graça Torta	Pontal da Barra
		Museus: Théo Brandão, do Esporte, Arte Sacra, MISA, Pierre Chalita, Memorial, Museu do Instituto Histórico e Geográfico.	Pavilhão do Artesanato
		Palácio dos Martírios	Mercado do Artesanato
		Cheiro da Terra Artesanato	Feirinha do Artesanato
			Memorial da República
			Museu Théo Brandão
			Mirante e Igreja de São Gonçalo
			Pré–Carnaval
			Museu do Palácio Floriano Peixoto

Tabela 89 – ANÁLISE COMPARATIVA DOS ATRATIVOS PDTIS 2002 VS PDITS 2010
(Continuação)

CIDADE	TIPO DE ATRATIVO	PDITS 2002	PDITS 2010
MACEIÓ	ATRATIVO DE USO POTENCIAL	Festa de Abertura do Verão	Naufrágios
		Pastoril	Teatro Deodoro
		Banda de Pífanos	Casa do Patrimônio – IPHAN
		Danças da Peneira, quadrilha, Quilombo, Pastoril e Bahiana.	Arquivo Público
		Festival de Abertura do Verão	Bairros Bebedouro e Fernão Velho
		Roteiro das Artes	Associação Comercial
		Roteiro da Praças	Casa do Poeta Jorge de Lima
		Carnaval	Academia Alagoana de Letras
		São João	Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas
		Feira Internacional de Artesanato	Catedral Metropolitana de Maceió
		Mirantes	Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos
		Folguedo: Guerreiro	Igreja de Bom Jesus dos Martírios
			Manifestações folclóricas
			MISA – Museu da Imagem e do Som
			Fundação Pierre Chalita
			VLT – Veículo Leve sobre Trilhos
			Praia de Pescaria
			Praia da Jacarecica
			Praia de Garça Torta
			Praia de Guaxuma
			Alto de Ipioca
			Mirante de Chã de Bebedouro
			Bairro de Jaraguá
			Centro da Cidade

Tabela 89 – ANÁLISE COMPARATIVA DOS ATRATIVOS PDTIS 2002 VS PDITS 2010 (Continuação)

CIDADE	TIPO DE ATRATIVO	PDITS 2002	PDITS 2010
PARIPUEIRA	ATRATIVO DE USO ATUAL	Piscinas naturais	Piscinas Naturais de Paripueira
		Parque Municipal Marinho de Preservação do Peixe–Boi	Praia Sonho Verde
		Praia de Sonho Verde	Praia de Paripueira
		Igreja de Santo Amaro	Carnaval
		Pirâmide da Emancipação	Festa de Santo Amaro
	ATRATIVO DE USO POTENCIAL	Carnaval	Praia de Costa Brava
		Festa	Igreja de Santo Amaro
			Mergulho
			Peixe–Boi
			Manifestações folclóricas (Pastoril, Caboclinho, Coco de Roda)
BARRA DE SANTO ANTÔNIO	ATRATIVO DE USO ATUAL	Ilha de Crôa	Praia de Carro Quebrado
		Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição	Ilha da Crôa
			Praia de Tabuba
	ATRATIVO DE USO POTENCIAL	Festa de Abertura do Verão	Praia da Barra
		Pastoril	Rio Santo Antônio Grande
		Banda de Pífanos	Igreja Nossa Senhora da Conceição
			Piscinas Naturais de Tabuba
			Engenho S. Salvador do Guindastre
			Manifestações Folcloricas (Zabumba, Chegança)

Tabela 89 – ANÁLISE COMPARATIVA DOS ATRATIVOS PDTIS 2002 VS PDITS 2010 (Continuação)

CIDADE	TIPO DE ATRATIVO	PDITS 2002	PDITS 2010
PASSO DE CAMARAGIBE	ATRATIVO DE USO ATUAL	Praia dos Morros	Praia de Barra de Camaragibe
		Praias	
		Rios e lagoas	
		Casario colonial	Praia de Marcineiro
	ATRATIVO DE USO POTENCIAL	Folguedos e danças	Praia dos Morros de Camaragibe
		Engenhos	Rio Camaragibe
			Praia da Pedra do Cebola
			Praia da Ponta da Gamela
			Igreja de Nossa Senhora da Conceição
			Igreja de São José
			Igreja São Benedito
			Casario Colonial
			Teatro do Séc. XVI
			Casa Aurélio Buarque de Holanda
			Engenho São José do Patrocínio
			Engenho Buenos Aires
			Manifestações Folcloricas (Baianas, Caboclinhos, Coco de Roda, Cavalhada, Guerreiro, Pastoril)
SÃO LUÍS DO QUITUNDE	ATRATIVO DE USO ATUAL	Piscinas Naturais	Não foram identificados
		Rios e Cachoeiras	
		Igreja Nossa Senhora da Conceição (1822)	
	ATRATIVO DE USO POTENCIAL	Trilhas	Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição
		Engenhos	Rios e Cachoeiras
		Folguedos e danças	Antigo Armazém de Açucar
			Prédio da Escola Estadual
			Vestígios do Engenho Roncador e Capela
			Manifestações Folcloricas (Coco de Roda, Baianas, Guerreiro, Pastoril)

Tabela 89 – ANÁLISE COMPARATIVA DOS ATRATIVOS PDTIS 2002 VS PDITS 2010 (Continuação)

CIDADE	TIPO DE ATRATIVO	PDITS 2002	PDITS 2010
MATRIZ DE CAMARAGIBE	ATRATIVO DE USO ATUAL	Não cita o município	Não foram identificados
	ATRATIVO DE USO POTENCIAL	Não cita o município	Rios e Cachoeiras
			Igreja Bom Jesus
			Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos
			Manifestações Folcloricas (Cambindas, Chegança, Guerreiro, Pastoril)
SÃO MIGUEL DOS MILAGRES	ATRATIVO DE USO ATUAL	Praias	Piscinas Naturais
		Mirantes	Praia do Riacho
		Igreja Matriz de São Miguel dos Milagres	Praia Urbana de São Miguel dos Milagres
		Casarios	Praia do Toque
			Praia de Porto da Rua
	ATRATIVO DE USO POTENCIAL	Festival de frutos do Mar	Fonte Milagrosa
			Mirante do Alto do Cruzeiro
			Igreja Nossa Senhora Mãe do Povo
			Engenhos de Cana e Casas–Grandes
			Manguezais
			Rio Tatuamunha
PORTO DE PEDRAS	ATRATIVO DE USO ATUAL	Crôa do Tubarão	Peixe–Boi
		Piscinas naturais	Praia de Tatuamunha
		Capela do Oiteiro do Farol	Rio Tatuamunha
		Prédio da Cadeia	Praia de Lages
			Praia do Patacho
			Farol de Porto de Pedras
			Praia de Porto de Pedras
	ATRATIVO DE USO POTENCIAL	Farol	Piscinas Naturais
		Sítio pré–histórico do Farol.	Praia da Crôa do Tubarão
			Naufrágios
			Casas de Farinha
			Outeiro do Farol
			Cadeia–Forte
			Festival do Coco
			Manifestações Folcloricas (Cambindas, Chegança, Guerreiro, Pastoril)
			Engenhos de Cana e Casas–Grandes
			Igreja de São Gonçalo do Amarante
			Igreja Nossa Senhora do Livramento
			Igreja Matriz de Nossa Senhora da Glória
			Rio Manguaba
			Travessia do Rio Manguaba de Barco ou Balsa

Tabela 89 – ANÁLISE COMPARATIVA DOS ATRATIVOS PDTIS 2002 VS PDITS 2010 (Continuação)

CIDADE	TIPO DE ATRATIVO	PDITS 2002	PDITS 2010
PORTO CALVO	ATRATIVO DE USO ATUAL	Rios e Riachos	Não foram identificados
		Igreja Matriz de Nossa Senhora da Apresentação	
	ATRATIVO DE USO POTENCIAL	Engenhos	Igreja Matriz de Nossa Senhora da Apresentação
		Folguedos e danças	Casa de Cultura
			Manifestações Folcloricas (A Burrinha, Cambindas, Coco de Roda, Dança do Boi, Pastoril, Quadrilha)
			Alto da Forca
			Ruínas do Engenho Escurial
			Rio Manguaba
JAPARATINGA	ATRATIVO DE USO ATUAL	Praia de Japaratinga	Praia de Japaratinga
		Passeio de Barco no Manguaba	Mirante da Pousada dos Coqueirais
		Praias	Praia de Bitingui
		Igreja de Nossa Senhoras das Candeias (Séc. XVIII)	Praia de Barreiras do Boqueirão
		Ruínas da Igreja da Barreiras do Boqueirão	Bicas das Barreiras do Boqueirão
			Praia do Boqueirão
			Praia do Pontal do Boqueirão
	ATRATIVO DE USO POTENCIAL	Danças da Peneira, quadrilha, Quilombo, Pastoril e Bahiana.	Mirante de Barreiras do Boqueirão
		Festival de Abertura do Verão	Igreja de Santa Lúzia
			Ruinas da Igreja de Barreiras do Boqueirão
			Casario típico dos povoados
			Igreja Matriz de Nossa Senhora das Candeias
			Manifestações Folcloricas (Baianas, Caboclinhos, Dança da Peneira, Guerreiro, Pastoril)
			Coqueiral
			Piscinas Naturais
			Pesca Artesanal
			Artesanato em palha, cipó e tronco de coqueiro
			Falésias / Barreiras
			Casas de Farinha
			Rio Manguaba

Tabela 89 – ANÁLISE COMPARATIVA DOS ATRATIVOS PDTIS 2002 VS PDITS 2010 (Continuação)

CIDADE	TIPO DE ATRATIVO	PDITS 2002	PDITS 2010
MARAGOGI	ATRATIVO DE USO ATUAL	Praias	Praia de Peroba
		Folguedos	Praia de Ponta de Mangue
		Ruínas da Igreja de São Bento	Povoado de Barra Grande
		Praia do Bugalhu	Praia de Bugalhau
		Piscinas Naturais	Praia de Maragogi
			Praia de São Bento
			Praia de Camacho
			Piscinas Naturais de São Bento
			Piscinas Naturais de Taocas
			Galés de Maragogi
			Fazenda Engenho Marrecas
			Manifestações Folcloricas (Bumba–Meu–Boi)
	ATRATIVO DE USO POTENCIAL	Engenho Marrecas de SãoGonçalo	Praia de Xeréu
		Festival Verão Dourado	Praia do Dourado
		Fábrica de Sequuilhos	Praia dos Antunes
		Festival do Marisco	Remanescentes dos Engenhos: Genipapo, Cachoeira, Papagaio
			Manifestações Folcloricas (Chegança, Pastoril, Samba do Mulato)
			Igreja Matriz de Santo Antônio
			Ruínas do Mosteiro Beneditino

(Autoria: Lyra, P. 2010)

14.4. Avaliação dos Equipamentos e Serviços Turísticos Existentes

Para a reavaliação dos equipamentos e serviços turísticos analisados na versão 2002 do PDITS do Pólo Costa dos Corais foram consultados estudos do MTUR contendo estatísticas básicas do turismo em 2010, dados históricos e atuais sobre os prestadores de serviços do Estado, fornecidos pela SETUR, informações obtidas através de entrevistas e questionários aplicados junto aos empresários e demais atores locais, além da pesquisa e observação de campo realizada por meio de visitas técnicas aos municípios. É importante ressaltar, no entanto, que alguns dados não puderam ser obtidos nem através das fontes secundárias nem por meio das visitas técnicas uma vez que exigiriam um estudo maior, mais aprofundado e durante um período mais extenso ao solicitado para revisão/adequação do PDITS em questão.

Dentre os Pólos turísticos de Alagoas, o Costa dos Corais é o que detém o maior número de prestadores de serviços do Estado. Os destinos indutores, Maceió e Maragogi, são os mais estruturados do ponto de vista qualitativo e quantitativo com relação a meios de hospedagem, agências de viagens, operadoras de turismo, bares, restaurantes e transportadores turísticos. Grande parte dos serviços prestados para outras regiões do Estado, inclusive, são realizados por empresas do Pólo Costa dos Corais.

Diante disto faz–se necessário entender a dinâmica do turismo no Pólo e a distribuição dos prestadores que operacionalizam a atividade conforme o modelo de subzonas do mercado turístico regional, previamente discutido.

A Figura 242 aborda em detalhes esta organização sob o ponto de vista dos equipamentos e serviços existentes.

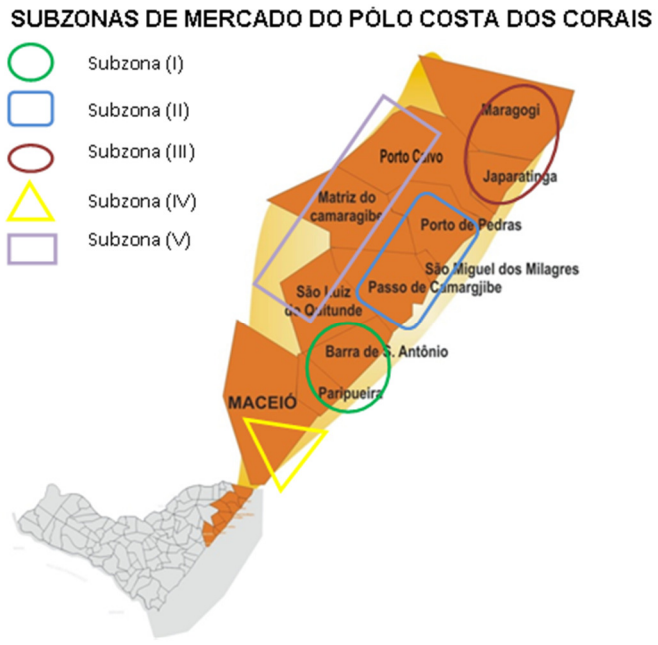


Figura 242 – Subzonas de Mercado do Pólo Costa dos Corais
(Autoria: Lyra, P. 2010)

Subzona (I)
Trecho de Veraneio e "*Day Use*" – Este trecho apresenta o menor grau de evolução do ponto de vista de investimentos específicos no setor turístico quando comparado aos outros trechos. Apesar da consolidação de pontos de apoio, ainda predominam marcas de ocupação urbana desordenada, principalmente nos municípios de Paripueira e Barra de Santo Antônio. Os produtos turísticos mais comercializados estão relacionados às piscinas naturais de Paripueira e à Praia de Carro Quebrado em Barra de Santo Antônio, onde transportadoras turísticas levam vários grupos para pontos de apoio de grande porte.

Subzona (II)
Trecho com turismo em desenvolvimento – Obedecendo a uma evolução natural à vocação turística desta subzona há hoje a predominância de pousadas de charme e empreendimentos de baixa escala e alto valor agregado. Praticamente 100% da mão–de–obra é local, e há um esforço conjunto dos empresários em preservar as características estéticas, ambientais e sociais do que foi denominado "Rota Ecológica". Compreende os municípios de Passo de Camaragibe, São Miguel dos Milagres e Porto de Pedras e apesar de Japaratinga encontrar–se num estágio um pouco diferenciado dos demais municípios a cidade identifica–se mais com as características do turismo desenvolvido nesta subzona. Os produtos mais comercializados estão relacionados a passeios ecológicos como a visita ao Santuário do Peixe–Boi marinho e às piscinas naturais. Alguns pontos de apoio com alta capacidade de recepção de visitantes vem sendo instalados e já recebem grupos de grandes operadores.

Subzona (III)
Trecho com turismo em consolidação – Maragogi é hoje um dos 65 destinos indutores do turismo pelo MTUR. Possui a atividade turística em consolidação com diversos equipamentos, que variam de pousadas, hotéis de médio porte e resorts além da variedade nos pontos de apoio e serviços em geral. Recebe grupos diários de grandes operadoras e receptivos que oferecem o passeio às Galés de Maragogi.

Subzona (IV)
Trecho com turismo consolidado – Maceió, destino turístico de Alagoas consolidado nacional e internacionalmente, também faz parte do programa dos destinos indutores do Ministério do Turismo. Sendo a capital do Estado e detentora de uma ampla infraestrutura turística e o principal núcleo receptor. Concentra diversos hotéis, resorts e pontos de apoio, assim como a maioria dos prestadores de serviço do Estado. Vários produtos turísticos são oferecidos no território municipal, principalmente vinculados às belas praias de seu entorno.

Subzona (V)
Trecho com municípios fora da área litorânea – Os municípios de São Luiz do Quitunde, Matriz de Camaragibe e Porto Calvo encontram–se fora da área litorânea e, apesar de possuir um vasto potencial cultural, já citado na caracterização dos municípios integrantes do Pólo, estão num processo incipiente de desenvolvimento da atividade turística. Atualmente não possuem nenhum produto turístico formatado e comercializado por prestadores de serviços.

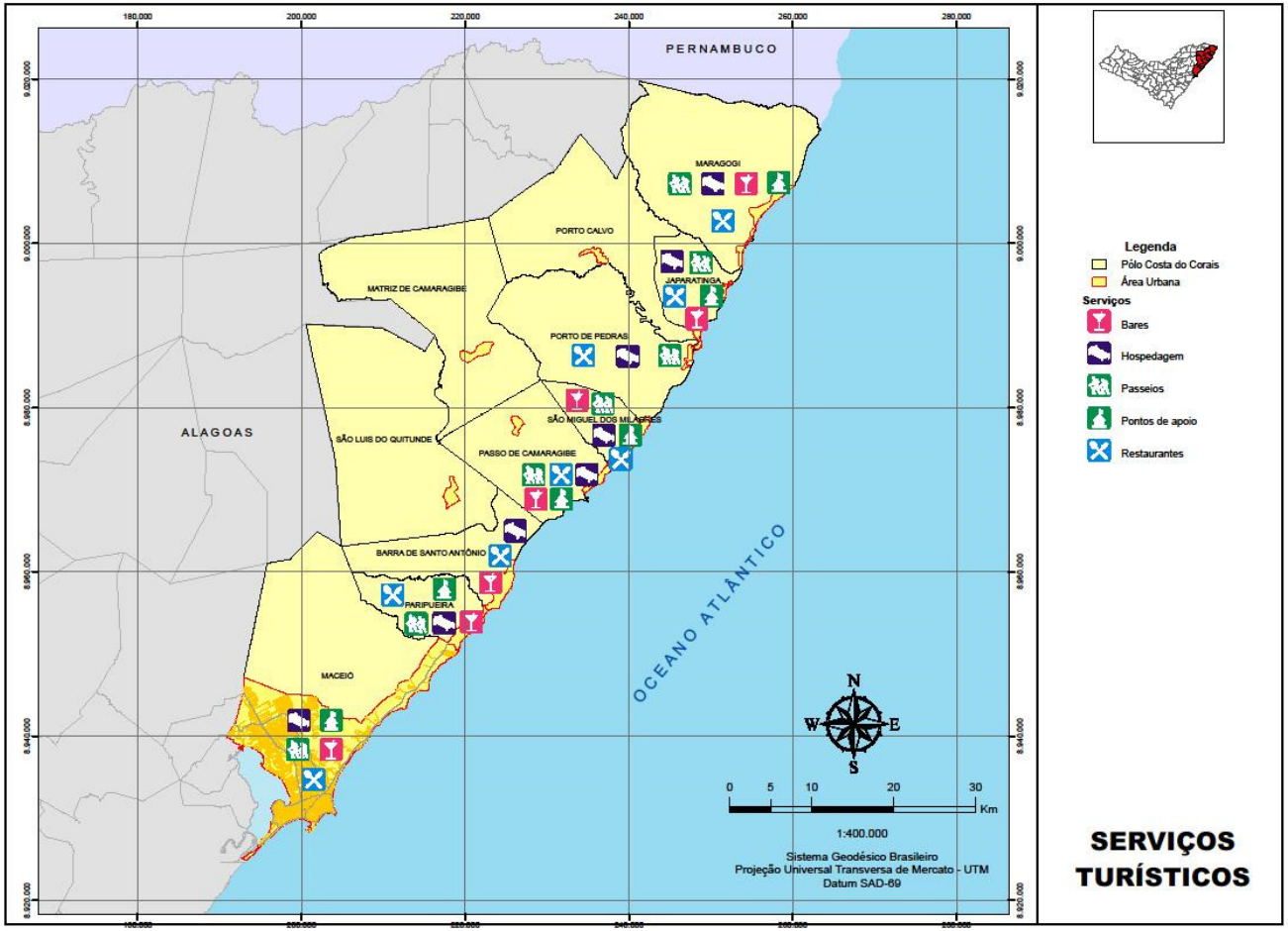


Figura 243 – Serviços Turísticos
(Autoria: Farias, S. 2010)

14.4.1. Meios de Hospedagem

De 2002 a 2010 vários empreendimentos hoteleiros se instalaram no Pólo Costa dos Corais de diversas classes e para diversos tipos de turistas. Mesmo com pouco apoio do poder público local, percebe–se que a região vem atraindo novos investimentos dentre as empresas pesquisadas, principalmente nos anos de 2005 a 2008.

Segundo pesquisa de campo realizada no mês de agosto, o perfil dos empreendimentos da região é prioritariamente pequeno de porte. São restaurantes, bares, comércios e pousadas de pequeno e médio porte.

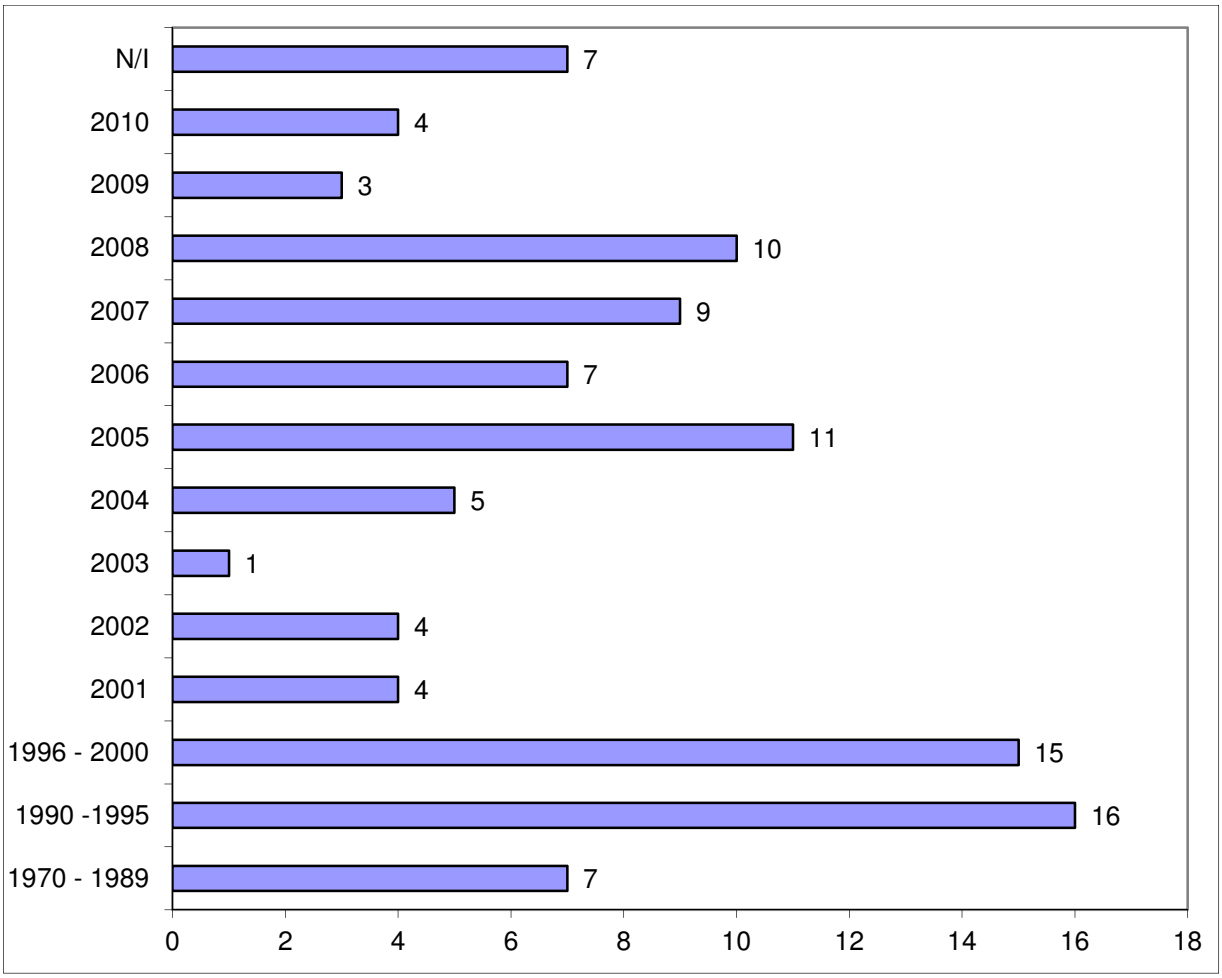


Figura 244 – Cronologia da Implantação das Empresas Pesquisadas
(Autoria: Carneiro, TK. 2010)

Dentro da proposta de análise das subzonas turísticas pode–se entender melhor esta distribuição.

Tabela 90 – SUBZONAS DE MERCADO DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

Subzona I	Pequenas pousadas e chalés. Nenhum hotel de grande porte.
Subzona II	Predominância das pousadas de charme. Empreendimentos de baixa densidade e alto valor agregado.
Subzona III	Grandes resorts, hotéis e pousadas. Empreendimentos com capacidade para receber alto número de turistas.
Subzona IV	Maior número de resorts, hotéis e pousadas do Estado. Grande volume de visitantes por ano.
Subzona V	Não possuem meios de hospedagem turísticos.

(Autoria: Lyra, P. 2010)

Foram utilizados os dados fornecidos pela Secretaria de Estado do Turismo de Alagoas para a análise quantitativa dos meios de hospedagem do Pólo Costa dos Corais, que neste caso diz respeito ao Cadastro Nacional dos Prestadores de Serviços Turísticos do Ministério do Turismo. No entanto sabe–se que estes números não representam de forma segura a totalidade real dos meios de hospedagem existentes, uma vez que muitos não estão formalizados ou simplesmente não se cadastraram junto à SETUR. A Tabela 91 a seguir contém a relação de todos os meios de hospedagem que constam registro no Cadastur de Alagoas.

Tabela 91 – MEIOS DE HOSPEDAGEM CADASTRADOS NO MTUR

MEIOS DE HOSPEDAGEM CADASTRADOS NO MTUR – PÓLO COSTA DOS CORAIS JULHO 2009/2010			
MACEIÓ		JAPARATINGA	MARAGOGI
BLUEMAR HOTEL	MARINAS INN HOTEL LTDA	BITINGUI PRAIA HOTEL	CLUB HOTEL SALINAS DO MARAGOGI
DOVER FLAT	MATSUBARA HOTEL	IGARAKUÊ HOTEL POUSADA	HOTEL AREIAS BELAS
DOM MIGUEL	PAJUÇARA PRAIA HOTEL	POUSADA CHALÉS DOS ENCANTOS	HOTEL PRAIA DOURADA
ESTALAGEM FLAT HOTEL	PÉROLAS DO MAR	POUSADA COQUEIRO VERDE	MIRAMAR MARAGOGI RESORT
HOTEL BRISA TOWEL	POUSADA BOSSA NOVA	POUSADA E RESTAURANTE VILA DE TAIPA	POUSADA BARRA VELHA
HOTEL BUONGIORNO	POUSADA CAIS DA PRAIA	POUSADA LUA CHEIA	POUSADA CANTO DAS SEREIAS
HOTEL CIRIBAÍ	POUSADA CASA CAIADA	POUSADA PARAÍSO DOS COQUEIRAIS	POUSADA COSTEIRA DA BARRA
HOTEL COSTAMAR	POUSADA DES BASQUES		POUSADA ENCONTRO DAS ÁGUAS
HOTEL D'ANATUREZA	POUSADA DO TURISTA		POUSADA GALEMARES
HOTEL ENSEADA	POUSADA GIRASSOL		POUSADA MARILUZ
HOTEL LAGOA MAR LTDA	POUSADA LUZ DOSOL		POUSADA PRAIAGOGI
HOTEL PALMANONA	POUSADA MORADA DO SOL		POUSADA SHALOM BEACH
HOTEL PARAÍSO DAS ÁGUAS	POUSADA NOSSA CASA		POUSADA SOL E MAR
HOTEL PONTA VERDE	POUSADA PURA VIDA		
HOTEL PORTO DA PRAIA	POUSADA SOL DE VERÃO		
HOTEL PORTO GRANDE	QUARAÇA POUSADA		
HOTEL POUSADA PRAIA BELA	REYMAR EXPRESS		
HOTEL POUSADA DO CONDE	RITZ CORALLI		
HOTEL PORTO MACEIÓ	RITZ LAGOA DA ANTA		
HOTEL POUSADA DA SEREIA	RITZ PLAZAMAR HOTEL		
HOTEL PRAIA BONITA	RITZ PRAIA HOTEL MACEIÓ		
HOTEL VERDE MAR	SAN MARINO SUITE HOTEL		
IBIS MACEIÓ PAJUÇARA	SETE COQUEIROS PRAIA HOTEL		
JATIÚCA RESORT FLAT	SAINT PATRICK PRAIA HOTEL		
HOTEL OURO BRANCO MACEIÓ	SOTEL HOTELARIA		
JATIÚCA RESORT HOTEL	TAMBAQUI PRAIA HOTEL		
MACEIÓ ATLANTIC SUÍTES	TRÓPICO PRAIA HOTEL		

Tabela 91 – MEIOS DE HOSPEDAGEM CADASTRADOS NO MTUR (Continuação)

MEIOS DE HOSPEDAGEM CADASTRADOS NO MTUR – PÓLO COSTA DOS CORAIS JULHO 2009/2010			
MACEIÓ		**JAPARATINGA**	**MARAGOGI**
MACEIÓ HOSTEL E POUSADA	VELEIRO PRAIA HOTEL		
MACEIÓ MAR HOTEL	VENTA CLUB		
58		**7**	**13**
PARIPUEIRA	**PASSO DE CAMARAGIBE**	**PORTO DE PEDRAS**	**SÃO MIGUEL DOS MILAGRES**
POUSADA DOS CAJUEIROS	HOTEL FAZENDA CAMBARÁ	POUSADA ALDEIA BEIJUPIRA	HOTEL COSTA DOS CORAIS
		POUSADA BORAPIRÁ	POUSADA COTE SUD LTDA
		POUSADA PATACHO	POUSADA DON ROBLEDO
			POUSADA VILLA PANTAI
1	**1**	**3**	**4**

(Fonte: Cadastur, 2010)

14.4.2. Agencias de Viagem e Operadoras de Turismo

Verificou–se por meio da pesquisa de campo que a comercialização do Pólo Costa dos Corais está majoritariamente associada à venda de passeios por meio de receptivos da capital Maceió e de Maragogi, únicos municípios do Pólo que possuem agências de viagem / receptivo e/ou operadoras de turismo.

Foi constatado ainda, que aproximadamente 90% dos produtos turísticos são vendidos por um grupo seleto de receptivos dos dois municípios que em agosto corrente constituíram uma associação denominada GRAL – Grupo dos Receptivos de Alagoas. Esta entidade sem fins lucrativos tem por objetivo melhorar a qualidade dos serviços prestados pelos pontos de apoio do turismo, trabalhando para a melhoria de aspectos dos quais a classe depende como acessos, segurança e infraestrutura.

Atualmente as oito empresas mais atuantes do mercado de receptivos de Alagoas compõem o GRAL, sendo elas:

NOME
Transamérica
Costazul
Tropicana
WS turismo
Rebelo Turismo
Aeroturismo
Luck Receptivos
Class Turismo
Transalagoas

Figura 245 – Agências de Viagens Associadas ao GRAL
(Fonte: GRAL. 2010)

No entanto, existe uma série de outros transportadores turísticos que atuam no Pólo com volume menor de passageiros.

Para se ter uma noção do número de empreendimentos desta ordem foram reunidas as informações do Cadastur Alagoas para quantificar estes prestadores de serviço.

Dos prestadores de serviços turísticos de Alagoas, o segmento de agências e operadoras de turismo foi o que apresentou variação histórica de crescimento mais expressiva como demonstra a Figura 246 abaixo.

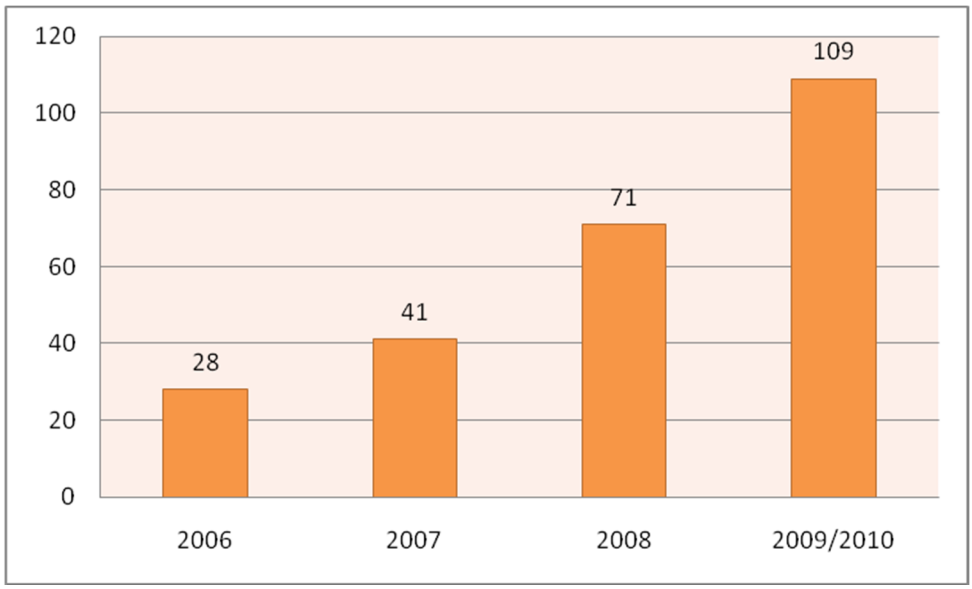


Figura 246 – Número de Agências e Operadoras de Turismo
(Fonte: Cadastur, 2010)

Tabela 92 – AGÊNCIAS E OPERADORAS DE TURISMO CADASTRADAS NO MTUR

AGÊNCIAS DE VIAGENS E OPERADORAS DE TURISMO CADASTRADAS NO MTUR – PÓLO COSTA DOS CORAIS, JULHO 2009/2010				
MACEIÓ				**MARAGOGI**
AEROTURISMO	EXECUTIVE TRAVEL OPERADORA	MA. ALVES TURISMO	MACEIÓ TURISMO	COSTAS BRASIL TURISMO LTDA
ÁGUIA TURISMO	EXCELLENCE OPERADORA TURÍSTICA	GIRO TOUR	SENNA BRASIL TRANSPORTES TURÍSTICOS	COSTAZUL TURISMO E RECEPTIVO
AMIGO BRASILEIRO.COM TURISMO	GAMATOUR–VIAG. E TURISMO	MCV PASSAGENS E TURISMO	SENA TURISMO	MARAGOGI TURISMO E RECEPTIVO
AEROTURISMO	COMUNIC EVENTOS E VIAGENS	MASTER OPERAD. TURÍSTICA	SETE MARES TURISMO	TROPICANA TURISMO
CHAMARIZ TURISMO	GUNGA VIAG. E TUR.LTDA	TEREZA REZENDE E CIA	SKY VIAGENS E TURISMO	
ALIANÇA EMPREEND. TUR.	IATE TURISMO	MUDIALTUR	SOL E MAR TURISMO	
AEROTURISMO	MARKETUR VIAGENS E TURISMO	MARESIA TURISMO	SPAZIA VIAGENS	
ARTE POLLY TATY	ITAPARI TURISMO	NAVE TURISMO	RIVIERA TURISMO	
SAFIRA'S TOUR	JAMAR VIAGENS E TURISMO	NEW VIAGENS TURIMO	STATION TOUR OPERATOR	
ATUALTUR	JATIÚCA TURISMO	PAJUÇARA TURISMO	SYSTEM TOURS	
BELATUR	JARAGUÁ VIAG. E TUR. LTDA	CHECK–IN TURISMO	SOMA OPERADORA	
BRASILTUR	J.B.S. TURISMO	RABELO'S TUR	TRANSARES V. E TUR.	
CAIÇARA VIAGENS E TURISMO LTDA	GOLF TURISMO	PLANETA BRASIL TURISMO	GIRO VIAG. E TURISMO	
CAETÉS VIAG. E TUR.LTDA –ME	PERSONAL TRIP VIAGENS E TURISMO	PONTA VERDE VIAG.TUR.LTDA	TRANSALAGOAS TURISMO	
CLASS TURISMO	MARAGUJI PASSEIOS TURÍSTICOS	PORTAL TURISMO	TRANSAMÉRICA TURISMO	
CIA DE TURISMO	LAGOA VIAGENS LTDA	REALIZA TRANSPORTE	CVC TURISMO	
CIRIBAI VIAG.E TUR. LTDA	LAP TURISMO E EVENTOS	REBELO TURISMO	CVC VIAGENS	
COSTA DOURADA TURISMO	BUSINESS CLASS VIAG. E TURISMO	RIVE GAUCHE TURISMO	TRANSROTAS TURISMO	
CORISCO TURISMO	TRAVESSIA	RIVIERA TURISMO	TRIP VIAGENS E TURISMO	
CVJ TURISMO	L MAR TURISMO	CRAIBEIRA TURISMO	TROPICANA TURISMO	
CI–CENTRAL DE INTERCÂMBIO	LYSTURISMO	TOP VIAGENS	TURISCAM	

Tabela 92 – AGÊNCIAS E OPERADORAS DE TURISMO CADASTRADAS NO MTUR (continuação)

AGÊNCIAS DE VIAGENS E OPERADORAS DE TURISMO CADASTRADAS NO MTUR – PÓLO COSTA DOS CORAIS, JULHO 2009/2010				
MACEIÓ				**MARAGOGI**
LUAL TURISMO	CITTA TURISMO	ROTA DO SOL	LIONS TOUR	
DESTINOS VIAG. E TURISMO	LUATOUR VIAGENS E TURISMO	LOBÃO PASSEIOS	VIAJE SEMPRE LTDA ME	
MCZ TURISMO	MANGABEIRAS TUR	SALMAR TURISMO	SANTA BÁRBARA RENT A CAR TURISMO	
ROTACAR LOCADORA	MAR AZUL VIAG. E TUR. LTDA	SANTA AMÁLIA TURISMO	VR TURISMO	
ESTAÇÃO AVENTURA	MARCÃO TURISMO	SANTA BARBARA VIAGENS E TURISMO	VIVER VIAGENS	
			WS TURISMO	
105				**4**

(Fonte: Cadastur, 2010)

14.5. Sistemas de Promoção e Comercialização e Níveis de Preços

No tocante à comercialização, é importante ressaltar que nenhum dos municípios integrantes do Pólo Costa dos Corais possui planos de marketing ou ações estratégicas de promoção do destino. O mesmo é observado em relação as estratégias estaduais, que são em sua grande parte focadas em objetivos de curto prazo e não obedecendo diretrizes organizadas.

Com a malha aérea regular limitada e com opções pouco convenientes, o sistema de promoção e comercialização do Pólo fica restrito a campanhas direcionadas para operadoras que viabilizam vôos charters nacionais e internacionais, em período de alta temporada. Em resumo, o Pólo tem uma alta dependência de vôos charters.

Por outro lado, observa–se que os principais destinos comercializados pelas operadoras de turismo no Brasil são: Maceió e Maragogi. Como já mencionado no item Demanda Atual, a operadora CVC tem se tornado, ao longo dos anos, no principal canal de distribuição e comercialização do Pólo.

Em sua maioria, os pacotes são comercializados em mono–destino (Maceió ou Maragogi), contudo quando o fazem em forma de multi–destino, invariavelmente as duas cidades Maceió e Maragogi, estão juntas.

Através de pesquisas em diversos sites da internet, foram obtidos os preços médios dos pacotes vendidos para Maceió e Maragogi, conforme Tabela 93 abaixo.

Tabela 93 – PACOTES TURÍSTICOS COMERCIALIZADOS NACIONALMENTE

OPERADORA	PACOTE	PERNOITES	HOSPEDAGEM	INCLUSO	R$ PACOTE (INDVIDUAL) *
CVC	Maceió	4	Maceió	City Tour, Ilha de Sta Rita e Praia do Francês	A partir de R$ 1.718,00
	Maceió – Jatiúca Resort	7	Maceió	City Tour, Ilha de Sta Rita e Praia do Francês	A partir de R$ 1798,00
	Maragogi – Miramar Maragogi Resort	7	Maragogi	–	A partir de R$ 2.048,00
	Maceió	7	Maceió	City Tour, Ilha de Sta Rita e Praia do Francês	A partir de R$ 858,00
	Maceió – Ritz Lagoa da Anta	4	Maceió	City Tour, Ilha de Sta Rita e Praia do Francês	A partir de R$ 1795,00
	Maragogi	7	Maragogi	–	A partir de R$ 1795,00
	Maragogi – Salinas de Maragogi	7	Maragogi	–	A partir de R$ 2.168,00

OPERADORA	PACOTE	PERNOITES	HOSPEDAGEM	INCLUSO	R$ PACOTE (INDVIDUAL) *
CVC	Maceió e Maragogi – Salinas de Maragogi	3 Maceió 4 Maragogi	Maceió e Maragogi	City Tour, Ilha de Sta Rita e Praia do Francês	A partir de R$ 4.028,00
Freeway Adventures	São Miguel dos Milagres	4	São Miguel dos Milagres	–	A partir de R$ 1.884,00
Intercontinental Viagens e Turismo	Maceió	4	Maceió	City Tour, Ilha de Sta Rita e Praia do Francês	A partir de R$ 1.106,00
Intravel	Maceió	7	Maceió	City Tour, Ilha de Sta Rita e Praia do Francês	A partir de R$ 1.318,00
	São Miguel dos Milagres	7	São Miguel dos Milagres	–	A partir de R$ 3.228,00
Luxtravel	Salinas de Maragogi	7	Maragogi	–	A partir de R$ 1.922,00
	Pousada Barra Velha	4	Maragogi	–	A partir de R$ 1.535,00

(Autoria: Lyra, P. 2010) *valores pesquisados em ago/2010

Observa–se, que os preços praticados pelas diversas operadoras não incluem passeios aos atrativos turísticos do Pólo Costa dos Corais (exceto o *city tour* na cidade de Maceió). Os mesmos são comercializados através dos "opcionais". Abaixo, Tabela 94 com os preços praticados:

Tabela 94 – PASSEIOS OPCIONAIS PARTINDO DE MACEIÓ *(DAY USE)*

PASSEIO	ITENS INCLUSOS / EXCLUSOS	VALOR*
Praia de Maragogi	Apenas o traslado (exclusos almoço e passeio às Galés)	R$ 40,00
Praia de Paripueira	Apenas o traslado (exclusos almoço e passeio às piscinas naturais)	R$ 20,00
Ilha da Crôa	Apenas o traslado (exclusos almoço e passeio à Praia de Carro Quebrado)	R$ 20,00

(Fonte: www.cvc.com.br) *valores pesquisados em ago/2010

Outra informação importante sob o ponto de vista dos passeios oferecidos refere–se ao fato de que uma vez instalados nos destinos do Pólo Costa dos Corais, os turistas têm diversas opções de passeios, e em alguns casos até a atrativos do Estado vizinho de Pernambuco (não listados).

Seguem abaixo, a Tabela 95, a Tabela 96 e a Tabela 97 com as referidas informações:

Tabela 95 – PASSEIOS PARTINDO DE MARAGOGI

PASSEIO	DESCRIÇÃO	VALOR*
Galés de Maragogi	Com transporte e passeio de catamarã	R$ 60,00 p/pax
Mergulho com Cilindro	Durante o passeio às Galés com CD de fotos	R$ 90,00 p/pax
Rota Ecológica / Peixe Boi	Com transporte e passeio de jangada	R$ 75,00 p/pax
Trilha do Visgueiro	Com transporte	R$ 75,00 p/pax
Passeio de Buggy	Indo até Japaratinga	R$ 140,00 por veículo
City Tour Maceió / Praia do Francês	Só transporte	R$ 80,00

(Fonte: Receptivo Costa Azul, 2010) *valores pesquisados em ago/2010

Tabela 96 – PASSEIOS PARTINDO DE JAPARATINGA

PASSEIO	VALOR
Galés de Maragogi	R$ 50,00
Piscinas naturais da Crôa de S. Bento e Taoca	R$ 40,00
Rio Manguaba	R$ 30,00
Passeio de Buggy	R$ 160,00 por veículo

(Autoria: Lyra, P. 2010)

Tabela 97 – PASSEIOS NA ROTA ECOLÓGICA

PASSEIO	DESCRIÇÃO	VALOR
Peixe–Boi		R$ 30,00
Piscinas naturais		R$ 25,00
Passeio de Buggy	Da Praia de Marcineiro até Barra de Camaragibe pela areia da praia.	R$ 25,00
Passeio de Quadriciclo	Receptivo Toca do Parú	R$ 40,00
Rio Camaragibe		R$ 40,00

(Autoria: Lyra, P. 2010)

Constata–se que independente do local que o turista esteja (Maragogi, Japaratinga, ou Rota Ecológica) praticamente são ofertados os mesmos passeios. É fato que inexistem opções de lazer noturno.

A gastronomia tipicamente alagoana é bastante diversificada. Em todo Pólo Costa dos Corais a oferta de alimentação com qualidade é definitivamente um ponto forte. Se na "Rota Ecológica" encontram–se várias pousadas que oferecem cozinha francesa, além da regional, em Maceió a diversificação e a qualidade dos restaurantes é ainda mais acentuada.

Na capital, existem restaurantes das mais diversas nacionalidades. São 27 empreendimentos indicados no Guia 4 Rodas 2010, que oferecem cozinha árabe, francesa, italiana, peruana, portuguesa, além da brasileira e da regional.

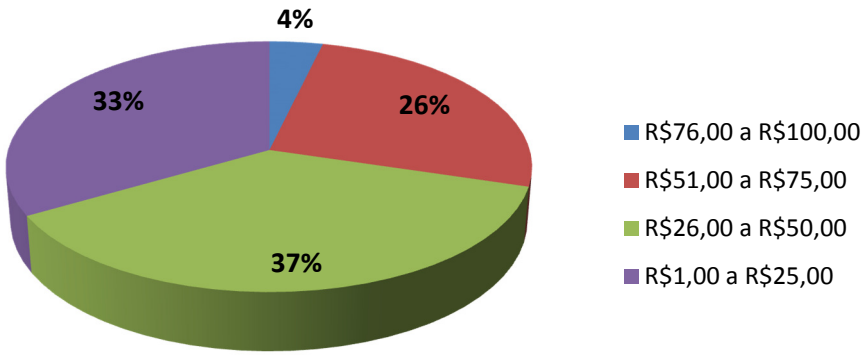


Figura 247 – Níveis de Preços de Restaurantes
Fonte: www.guia4rodas.com.br, 2010

Em resumo, Maceió oferece uma imensa diversificação de preços para todos os paladares. Já em relação aos aspectos gastronômicos, a inexistência de dados oficiais e o exíguo período, não permitiu realizar pesquisa de campo. No entanto, procurou–se atender a essa demanda através de pesquisa via Internet. Para tal, foi consultado o site do Guia 4 Rodas 2010, onde embora não constem todos os equipamentos de alimentação disponíveis na Região, consegue retratar a situação através dos restaurantes avaliados.

Em Maragogi, são citados 3 (três) estabelecimentos. Já em São Miguel dos Milagres foram coletados os preços de 6 (seis) restaurantes, conforme Tabela 98 a seguir.

Tabela 98 – GASTRONOMIA X PREÇOS

EQUIPAMENTO / LOCAL	ATÉ R$ 25,00	DE R$ 26,00 A R$ 50,00	DE R$ 51,00 A R$ 75,00	DE 76,00 A R$ 100,00
Pousada Caiuia / Japaratinga		X		
Venezia Tropicale / Maragogi		X		
Gaivotas / Maragogi		X		
Pousada Patacho / São Miguel dos Milagres			X	
Pousada Aldeia Beijupirá / São Miguel dos Milagres			X	
Pousada Borapirá / São Miguel dos Milagres			X	
Pousada Cote Sud / São Miguel dos Milagres			X	
Pousada do Toque / São Miguel dos Milagres				X
Peixada da Marinete / São Miguel dos Milagres	X			

(Fonte: www.guia4rodas.com.br, 2010)

Observa–se claramente que o segmento pretendido pelo *trade* turístico é exercitado também através dos preços e do local onde são ofertadas as refeições.

Fica evidente que o público visitante de Maragogi é absolutamente distinto do visitante da chamada “Rota Ecológica”. Em Maragogi encontram–se opções de alimentação em pousadas e em restaurantes, com preços mais acessíveis. Já na “Rota Ecológica”, as opções de qualidade encontram–se, quase que em sua totalidade, nas Pousadas de Charme.

14.6. Avaliação do Perfil dos Empreendimentos da Região e Sua Atuação em Redes

Avaliação do perfil dos empreendimentos dessa região e a existência de uma rede social de colaboração é extremamente relevante para que as políticas públicas a serem direcionadas à região sejam compatíveis com as demandas que a região apresenta.

Nessa perspectiva, foi realizada uma pesquisa de campo com empresas que tinham como ramo de atividade principal o turismo, foram cinco blocos de entrevistados: hotéis e pousadas; bares e restaurantes; agências de viagem; locadoras de veículos e receptivo turísticos.

O universo da pesquisa foi de 96 empresas (ver relação anexa), identificadas com base em três cadastros: do APL Costa dos Corais, da AMHAJA e do Ministério do Trabalho.

Essas empresas foram visitadas no período de 28 de julho de 2010 a 20 de agosto de 2010, e cada empresa respondeu um questionário estruturado onde se buscava identificar a

empresa (dados cadastrais), coletar informações sobre a constituição da empresa, sobre a experiência da empresa (principais dificuldades no cotidiano da empresa, características das relações de trabalho, fatores determinantes da capacidade competitiva).

Dentre as maiores dificuldades apontadas pelas empresas estão:

- A falta de apoio do setor público foi apontada por 68 empresas (70% do total pesquisado) como uma elevada dificuldade aos empreendimentos na região
- A infraestrutura das estradas foi apontada por 66 empresas (68,04% do total de empresas) como alta dificuldade
- Contratar empregados qualificados, com 50 empresas informando que enfrentam alta dificuldade para esse tipo de ação, o que representa 52% do universo pesquisado de empresas.
- Cinqüenta e quatro empresas (56% do total) informaram que os custos representam uma elevada dificuldade da região.

E a falta de capital de giro foi indicado por 47 empresas (49% das pesquisadas) como uma elevada dificuldade competitiva.

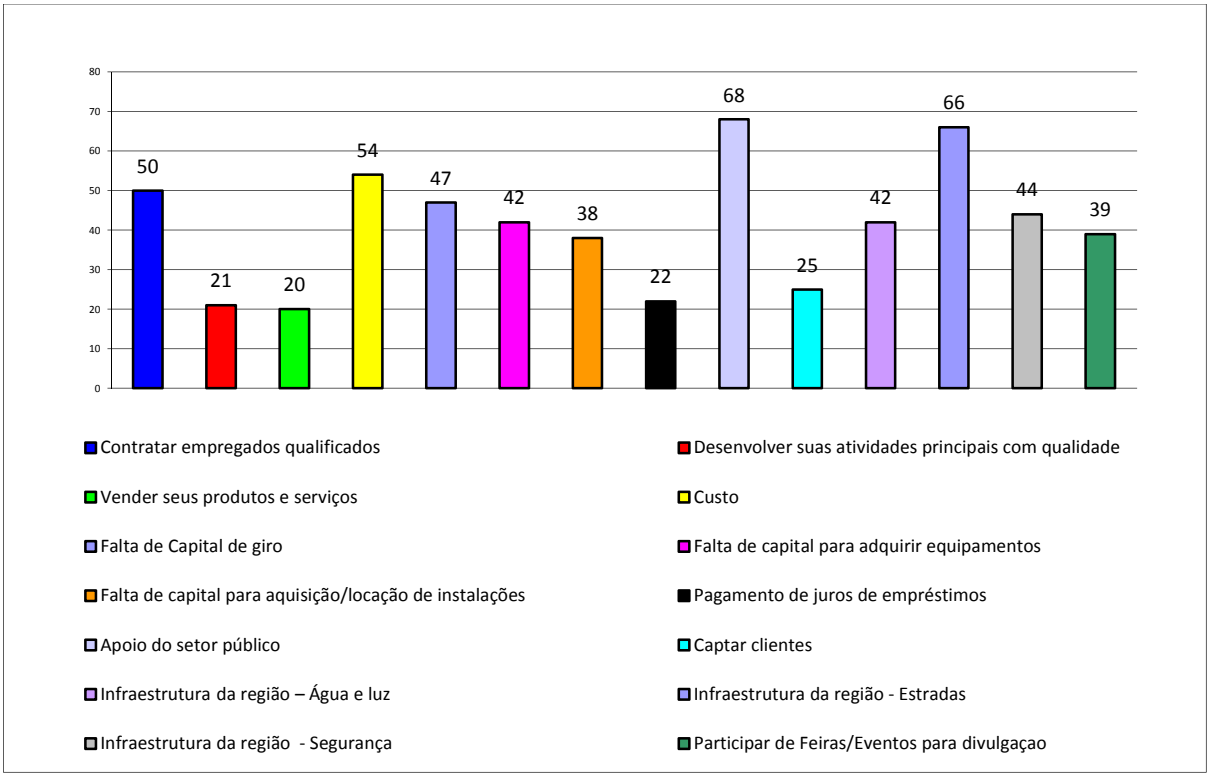


Figura 248 – Maiores Dificuldades Enfrentadas Pelas Empresas do Pólo Costa dos Corais
(Autoria: Carneiro, TK. 2010)

As menores dificuldades apontadas pelos entrevistados foram:

- Pagamento de juros de empréstimos, pois 59 empresas (61% do total) informaram não ter nenhuma dificuldade para arcar com esse tipo de despesa
- Vender produtos e serviços não representam nenhuma dificuldade para 42 empresas pesquisadas (42% do total entrevistado)
- Quarenta empresas (41%) entrevistadas informaram não ter nenhuma dificuldade em participar de feiras/eventos para divulgação de seus produtos,

Para 37% das empresas entrevistadas (36 empresas) desenvolver atividades principais com qualidade não representa nenhuma dificuldade.

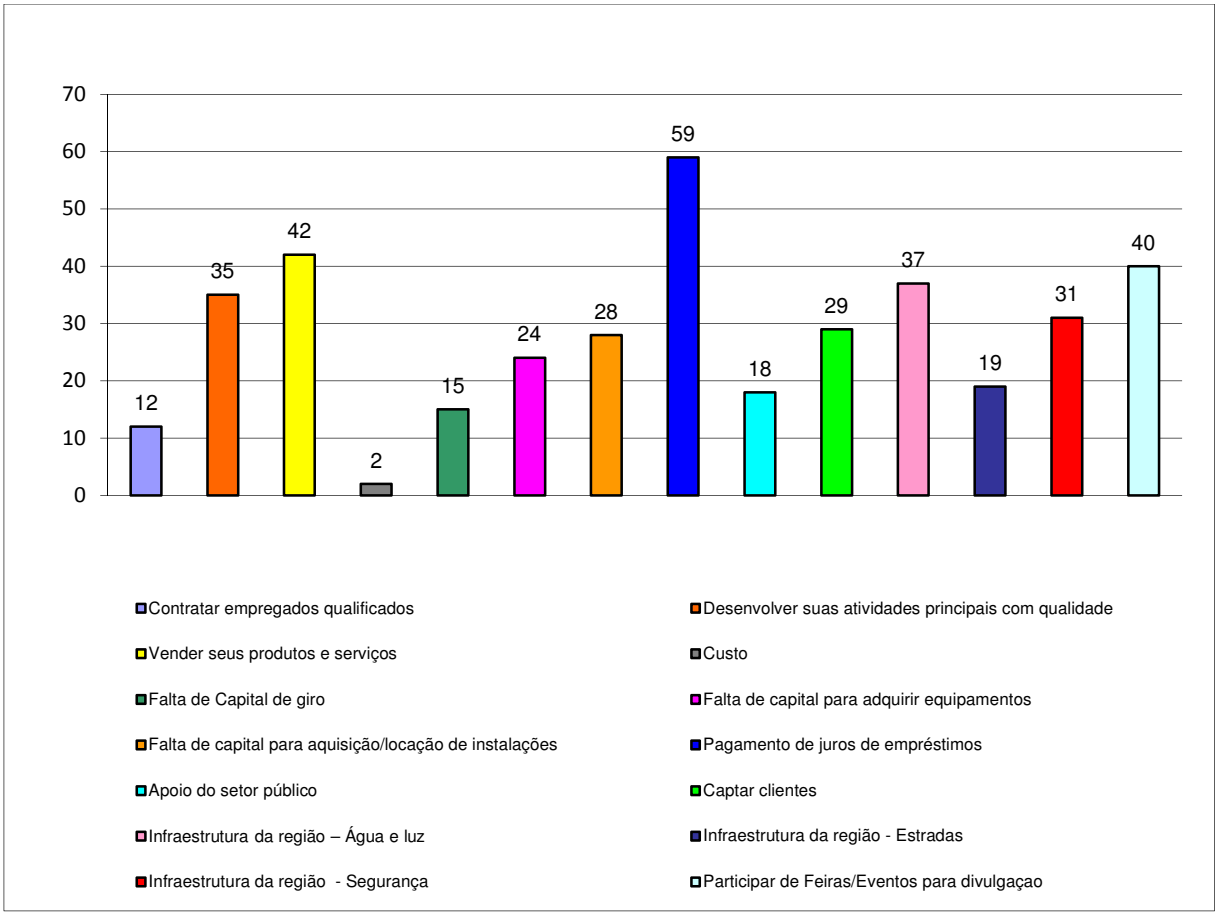


Figura 249 – Menores Dificuldades Enfrentadas Pelas Empresas do Pólo Costa dos Corais
(Autoria: Carneiro, TK. 2010)

Tabela 99 – PRINCIPAIS DIFICULDADES APONTADAS PELAS EMPRESAS DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

PRINCIPAIS DIFICULDADES	Nenhuma	Baixa	Média	Alta
Contratar empregados qualificados	12	8	25	50
Desenvolver suas atividades principais com qualidade	35	12	29	21
Vender seus produtos e serviços	42	1	22	20
Custo	2	4	28	54
Falta de Capital de giro	15	11	23	47
Falta de capital para adquirir equipamentos	24	10	20	42
Falta de capital para aquisição/locação de instalações	28	8	19	38
Pagamento de juros de empréstimos	59	4	9	22
Apoio do setor público	18	6	4	68
Captar clientes	29	11	30	25

Tabela 99 – PRINCIPAIS DIFICULDADES APONTADAS PELAS EMPRESAS DO PÓLO COSTA DOS CORAIS (continuação)

PRINCIPAIS DIFICULDADES	Nenhuma	Baixa	Média	Alta
Infraestrutura da região – Água e luz	37	8	10	42
Infraestrutura da região – Estradas	19	1	4	66
Infraestrutura da região – Segurança	31	5	17	44
Participar de Feiras/Eventos para divulgação	40	10	7	39

(Autoria: Carneiro, TK. 2010)

14.6.1. Análise da Necessidade de Capacitação de Mão de Obra

Através da pesquisa mencionada acima, observa–se que as empresas da região em sua maioria têm seus proprietários envolvidos diretamente no processo produtivo, e muitas utilizam mão–de–obra familiar sem contrato formal e contratam serviços temporários em quantidade também representativa no contexto geral, conforme mostra a Tabela 100 a seguir. Isso, em parte, deve–se à sazonalidade das atividades desenvolvidas e ao fato de serem prioritariamente empresas de pequeno porte.

Tabela 100 – PERFIL DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E NÚMERO DE PESSOAS

TIPO DE RELAÇÕES DE TRABALHO	NÚMERO DE PESSOAS OCUPADAS					
	1 a 3	4 a 10	11 a 20	MAIS DE 20	NÃO SE APLICA	N/I*
Sócio proprietário	93	2	–	–	–	–
Contratos formais	30	24	11	10	15	5
Estagiário	11	4			58	22
Serviço temporário	34	25	13	3	16	95
Terceirizados	10	5		1	55	24
Familiares sem contrato formal	33	6	–	–	37	19

(Autoria: Carneiro, TK. 2010) *N/I – Não informado

Vale ressaltar, por outro lado, que a maior parte da mão de obra empregada é proveniente da própria região, o que significa uma elevação nos índices de geração de emprego e renda e, conseqüentemente melhoria da qualidade de vida da população local. Isso pode ser observado com clareza na Rota Ecológica. Decorrente da atividade turística e dessa geração de emprego, inúmeros funcionários dos empreendimentos turísticos locais conseguiram adquirir a casa própria e melhorar, sobremaneira, a qualidade de vida.[65]

É fundamental salientar que, de modo geral, este perfil é presente na maioria dos municípios integrantes do Pólo, contudo a capital Maceió apresenta, também, características mais

[65] Dados obtidos através de entrevista com Corine Vard – presidente da AREAL e com alguns funcionários de pousadas, a exemplo do Sr. Januário da Pousada do Caju.

diferenciadas em se tratando de equipamentos maiores. Ou seja, a profissionalização é mais presente na capital.
Como poderá ser observado abaixo, na rede de cooperação por aprendizagem, as principais entidades responsáveis pela capacitação da mão de obra local são: SEBRAE, SENAC e ABRASEL.

Indubitavelmente, as principais ações de capacitação para o Pólo são capitaneadas pelo APL Costa dos Corais em parceria com a rede de cooperação por aprendizagem ciatada acima.

Pelo planejamento do APL Costa dos Corais estão previstas diversas capacitações que envolvem as áreas gerenciais, operacionais e de conscientização.

Tabela 101 – CAPACITAÇÕES PREVISTAS PARA O PÓLO COSTA DOS CORAIS

CAPACITAÇÃO	DETALHAMENTO DAS AÇÕES
Realizar Capacitação Gerencial	Gestão para Micro e Pequena Empresa – 3 Turmas
	Aprender a Empreender – Pousadas e Hotéis – 1 Turma
	Curso de Elaboração de Projetos 40 horas turma para 20 pessoas
Aprimoramento do Ambiente Legal com estímulo a formalização	Apoiar a Implantação da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa
	Realizar Campanha Empreendedor Individual
Promover Capacitação nas Associações de Artesanato	Atendimento ao Cliente – 2 turmas
	Curso de Formação de Preços – 2 Turmas
Promover Capacitação nas Associações Locais	Curso Juntos Somos Fortes, 2 turmas.
	Despertando, Praticando, Planejando e Estruturando – 2 Turmas
Guias de Turismo	Curso Técnico em Guia de Turismo Módulo Regional I e II e Módulo Guia de Excursão Nacional em Maragogi
Realizar Encontro Regional	Realizar encontro bimestral entre as Associações de Pousadas, Hotéis, Bares e Restaurantes da Região Costa dos Corais, em Maragogi, Japaratinga, São Miguel dos Milagres e Paripueira.

Tabela 101 – CAPACITAÇÕES PREVISTAS PARA O PÓLO COSTA DOS CORAIS
(continuação)

CAPACITAÇÃO	DETALHAMENTO DAS AÇÕES
Realizar Capacitação das Áreas Operacionais	Aperfeiçoamento em Administração em Meios de Hospedagem – São Miguel dos Milagres.
	Aperfeiçoamento em Técnicas de Atendimento e Serviço em Bares e Restaurantes (garçom), em Paripueira e São Miguel dos Milagres.
	Aperfeiçoamento em Serviço de Camareira em São Miguel dos Milagres e Japaratinga.
	Aperfeiçoamento em Técnicas de Recepção em Meios de Hospedagem em Maragogi
	Técnicas de Trabalho na Cozinha (auxiliar de cozinha), em Paripueira e São Miguel dos Milagres.
	Informante Turístico, em Paripueira, Barra de Santo Antonio e Passo de Camaragibe e Condutor de Turismo Rural em Maragogi.
	Curso de Espanhol – Passo de Camaragibe
	Curso de Atendimento ao Cliente (turista) em Barra de Santo Antonio.
	Curso de Organização de Eventos em Maragogi.
Oficinas de Educação Ambiental	Oficinas de capacitação para transformação de óleo vegetal saturado em produtos de limpeza – Barra de Santo Antônio, Japaratinga, São Miguel dos Milagres, Porto Calvo e Maragogi.
	Curso Conduta Consciente em Áreas Recifais – Barra Santo Antonio, Passo de Camaragibe, São Miguel dos Milagres, Porto de Pedras, Japaratinga e Maragogi,

(Fonte: Equipe gestora do APL, 2010)

Quando questionados sobre fatores determinantes para capacidade competitiva de suas empresas, os empresários da região, apontam a qualidade de produtos e serviços como o item mais importante, seguido da qualidade de mão–de–obra. De fato, considerando que a maioria das empresas é pequena, prioritariamente pousadas e restaurantes, é importante que os empreendedores locais tenha essa consciência e fiquem atentos a esses pontos.

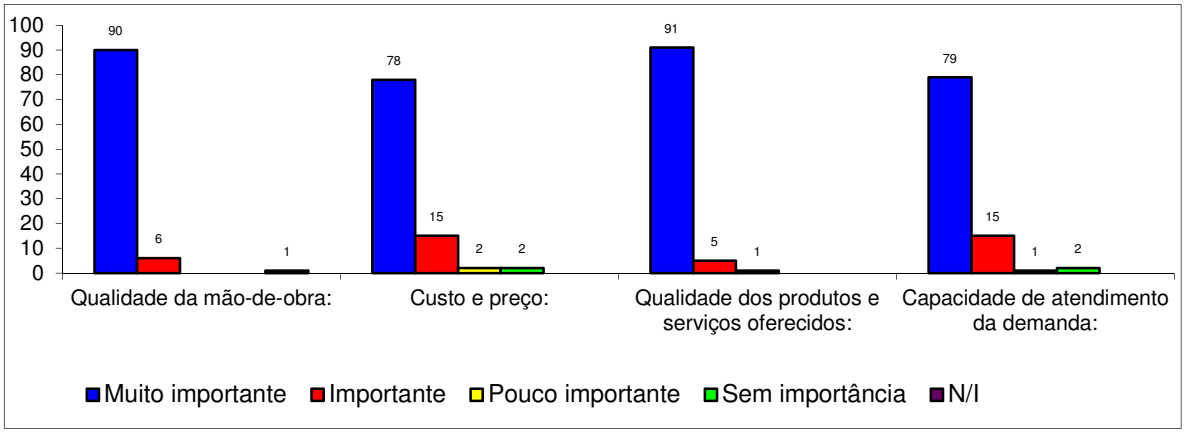


Figura 250 – Fatores Determinantes Para Manter a Capacidade Competitiva da Empresa Segundo as Empresas do Pólo Costa dos Corais
(Autoria: Carneiro, TK. 2010)

Embora as entrevistas de campo apontem a visão dos empresários locais sobre a importância da capacitação, observa–se, na prática, que o principal entrave enfrentado na realização de cursos diz respeito a baixa escolaridade dos participantes e do imenso esforço que precisa ser despreendido, pelas entidades promotoras, para garantir o número mínimo de particpantes.

Com referência a existência de centros de formação voltados para o turismo, contata–se que Maceió apresenta o maior número de cursos, quer sejam técnicos, de graduação ou especialização. Em seguida, a cidade de Maragogi é a que apresenta instituições formadoras. Em que pese esses avanços, evidencia–se que ainda é muito baixo o nível de aproveitamento dessa mão de obra no mercado local.

14.6.2. Análise das Redes Sociais do Pólo da Costa dos Corais

A realização dessa pesquisa de campo teve como objetivo também, além de realizar um diagnóstico, identificar a existência ou não de colaboração entre os empreendimentos da região, usando como base teórica a Análise de Redes Sociais (ARS)[66].

Isso, porque em uma rede social cada ator pode ser considerado um nó e suas ligações com os outros atores são as relações ou *links*. Tais relações baseiam–se sempre em interesses comuns, mas, para que existam, é necessário que existam caminhos de comunicação ou ligações entre os atores da rede.

Até porque, a estrutura em rede torna eficaz a gestão das políticas sociais, otimiza a utilização dos recursos disponíveis, contribui para a difusão de informações, cria novos canais de comunicação e estimula a participação dos segmentos envolvidos, dentre outras ações. Uma rede social é constituída de atores e laços, os quais se interconectam.

Essas redes fortalecem o capital social, cujos valores como solidariedade e parceria, dentre outros, formam um ambiente específico de convivência, capaz de contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

As redes sociais constituem um novo paradigma estrutural, já que se trata de uma tentativa de introduzir um nível intermediário entre os enfoques micro e macro na análise da realidade social, ou entre o indivíduo e a estrutura nas principais correntes da sociologia. Trabalhar as redes significa mobilizar estratégias de ação ao nível pessoal ou grupal, para gerar instrumentos e recursos capazes de operar mudanças locais.

As redes se configuram como “um exemplo de institucionalidade nova possível”, e subjazem em uma perspectiva de ampliar os direitos sociais e radicalizar a democracia.

Para configurar a ARS do PDITS foram estruturados 5 grupos de atores, ou vértices (empresas): hotéis e pousadas; bares e restaurantes; agências de viagem; locadoras de veículos e receptivo turísticos, assim como as suas relações com as associações de fomento à atividade turística, governamentais e para–governamentais. Junto a estes estão sendo investigadas as relações estabelecidas, o nível de cooperação existente e a dinâmica de difusão das informações nesta rede, de forma a identificar a sua configuração e com isso ser possível realizar um prognóstico de sua evolução.

66 Ressalta-se que nove dos onze Municípios que são contemplados pelo PDITS participam do APL Costa dos Corais desenvolvido pela SEPLAN. Assim, as referencias teóricas aqui utilizadas tem como base estudos que discutem a temática APL. Sendo necessário esclarecer que as pesquisas contemplaram todos os Municípios, incluindo os que não participam do APL Costa dos Corais (São Luiz do Quitunde e Matriz de Camaragibe).

Em um grupo de questões específicas foram levantados os dados necessários para estabelecer as redes sociais constituídas pelas seis formas de compartilhamento de conhecimento citados por Pereira, Freitas e Sampaio (2007), a saber:

Cooperação de informações – representando a articulação das empresas entre si, para obtenção de informações úteis ao seu negócio;
Cooperação de aprendizagem – constituindo a articulação das empresas entre si para realizações de treinamento em suas áreas específicas de atividades;
Cooperação de promoção – articulação das empresas entre si para promoção de seus produtos e serviços;
Cooperação de compra – articulação das empresas entre si para compra conjunta de equipamentos de modo a possibilitar a aquisição de equipamentos caros demais para serem adquirido por apenas uma empresa, ou possibilitar a redução de custos de aquisição por permitir a compra de um maior volume de equipamentos de uma única vez;
Cooperação de produção – troca de *knowhow* para produção conjunta de novos produtos ou articula para produção de um produto ou serviço específico;
Cooperação de defesa de interesses – articulação para defesa de interesses do grupo, tais como novas legislações.

A partir dos dados coletados foram construídas então, utilizando o programa de computador *LPANetBuilder*, desenvolvido especialmente para este estudo, seis redes: rede de cooperação de informações, rede de cooperação de aprendizagem, rede de cooperação de promoção, rede de cooperação de compra, rede de cooperação de produção e rede de cooperação de defesa de interesses. A partir destas redes foram calculados, então, os seguintes parâmetros:

- NÚMERO DE VÉRTICES – número de atores;
- NÚMERO DE ARESTAS – número de relações existentes;
- DENSIDADE – razão entre o número de relações existentes e o número de relações possíveis;
- DIÂMETRO – maior distancia entre dois atores;
- CAMINHO MÍNIMO MÉDIO – a menor distancia media entre dois atores;
- GRAU MÉDIO – a quantidade média de relações existente entre os atores;
- COEFICIENTE DE AGLOMERAÇÃO MÉDIO – probabilidade de a partir das relações existentes novas relações se estabelecerem.

Tabela 102 – PARÂMETROS CALCULADOS DAS REDES SOCIAIS DO PÓLO DA COSTA DOS CORAIS

REDE	Nº VÉRTICES	Nº ARESTAS	DENSIDADE	DIÂMETRO	CAMINHO MÍNIMO MÉDIO	GRAU MÉDIO	COEFICIENTE DE AGLOMERAÇÃO MÉDIO
Cooperação de aprendizagem *(co–learn)*	108	102	0,00883	9	3,42017	5,12500	0,00000
Cooperação de compra *(co–purchase)*	98	12	0,00126	2	1,50000	1,66667	0,00000
Cooperação de defesa de interesses *(Co–lobby)*	98	14	0,00147	3	1,64286	1,50000	0,00000
Cooperação de informações *(co–inform)*	154	198	0,00840	8	3,69494	3,62500	0,02950

Tabela 102 – PARÂMETROS CALCULADOS DAS REDES SOCIAIS DO PÓLO DA COSTA DOS CORAIS (continuação)

REDE	Nº VÉRTICES	Nº ARESTAS	DENSIDADE	DIÂMETRO	CAMINHO MÍNIMO MÉDIO	GRAU MÉDIO	COEFICIENTE DE AGLOMERAÇÃO MÉDIO
Cooperação de produção *(co–produce)*	107	34	0,00300	4	1,61765	1,50000	0,00000
Cooperação de promoção *(co–market)*	103	26	0,00247	4	1,96429	1,50000	0,00000

(Fonte: Cálculos realizados utilizando os softwares CNATOOLS e Pajek, 2010)

Em todas as redes a densidade é menor do que 0,01, ou seja, as redes analisadas estão extremamente desconexas, o percentual de relações existentes é ínfimo, menor que 1%.

Nas redes de cooperação de aprendizagem e cooperação de informações o diâmetro, foi grande, pois numa rede *Small World* (que era a esperada para esse tipo de APL) o ideal é que o diâmetro seja de no máximo 6, o que é extremamente negativo. Pois isso significa que nas atividades de colaboração para aprendizado e informação, os atores terão maior dificuldade em estabelecer contatos entre eles.

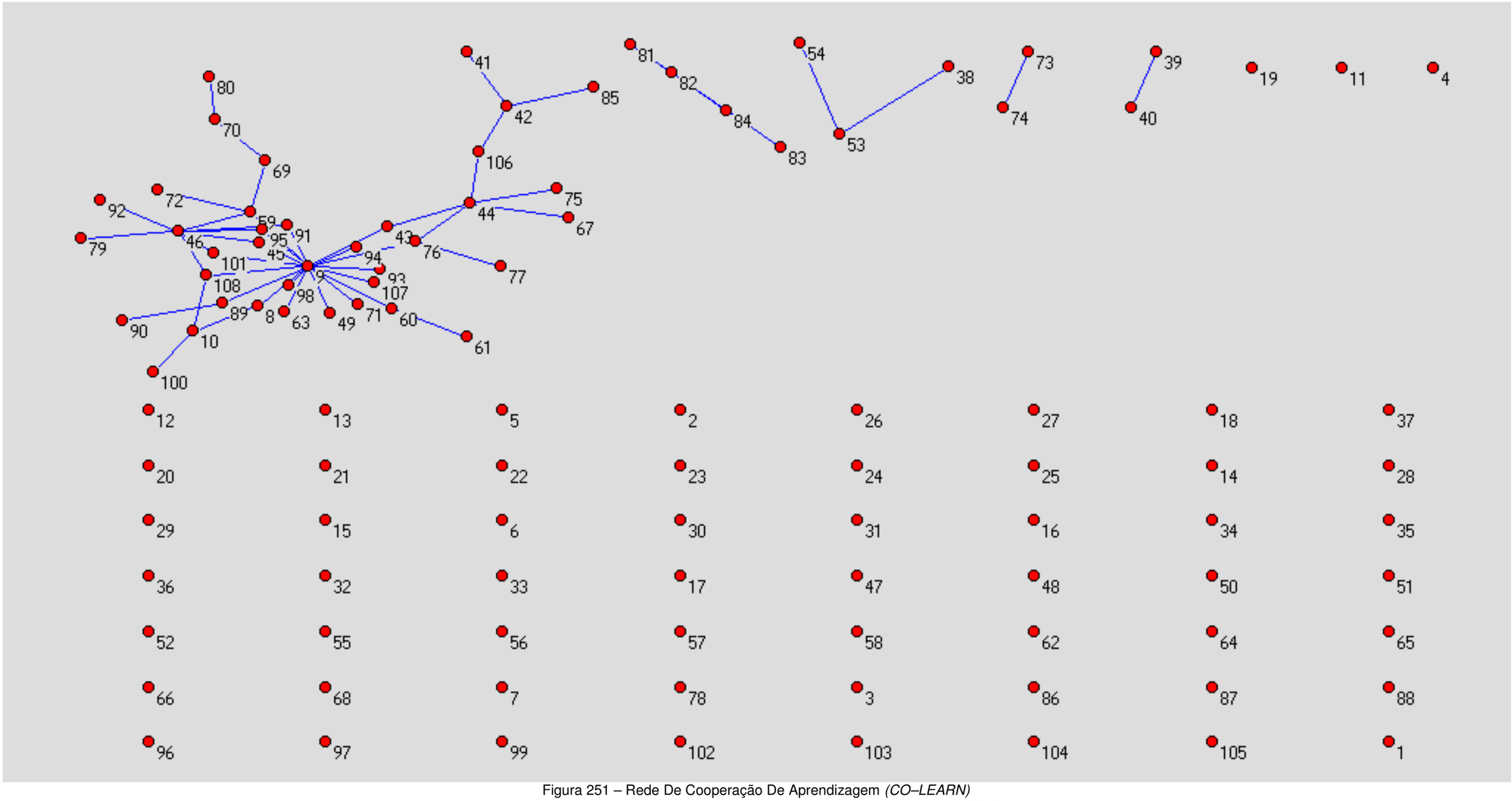


Figura 251 – Rede De Cooperação De Aprendizagem *(CO–LEARN)*
(Fonte: Cálculos realizados utilizando os softwares CNATOOLS e Pajek, 2010)

O grau médio, que mede a quantidade média de relações existentes entre os atores, para a rede de cooperação de aprendizagem foi positivo, porque 3 atores apresentaram elevada centralidade de grau: SEBRAE, SENAC e ABRASEL. Ou seja, mesmo a rede não se efetivando para a cooperação de aprendizagem, alguns atores tem desempenhado forte papel para o processo de cooperação de aprendizagem.

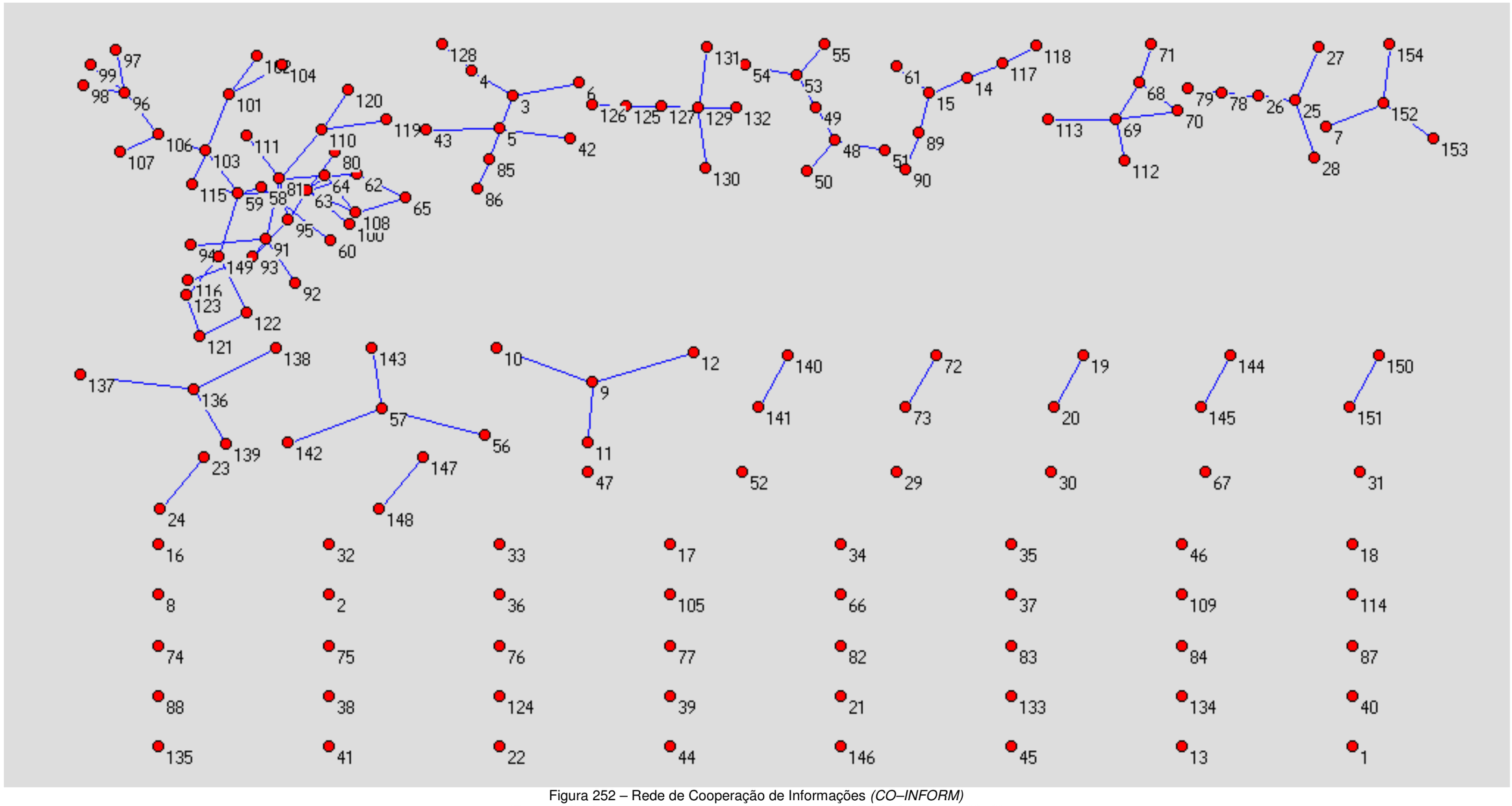


Figura 252 – Rede de Cooperação de Informações *(CO–INFORM)*
(Fonte: Cálculos realizados utilizando os softwares CNATOOLS e Pajek, 2010)

Na rede de cooperação de informação a avaliação do grau médio também é positiva, pois algumas empresas conseguem estabelecer pequenas sub–redes (ver Figura 252).

O resultado do coeficiente de aglomeração médio evidencia de forma indelével o quão desarticuladas são as redes analisadas neste APL, pois a probabilidade de uma empresa estabelecer uma relação com outra empresa, a partir de uma relação preexistente é nula, apenas na rede de cooperação de informações é que se tem, aproximadamente, 3% de chance de isso ocorrer (uma rede *Small World* deveria apresentar um coeficiente de aglomeração média alto, maior que 0,4).

Já na rede de cooperação de compras e defesa de interesse o diâmetro apresentou parâmetros melhores. Todavia, no caso da rede de cooperação de compras, como a densidade foi de 0,00126, isso significa que mesmo que a distância (caminho mínimo médio), seja pequena, de fato poucos estabelecem relações entre si, menos de 1%, e a probabilidade disso ocorrer é muito pequena.

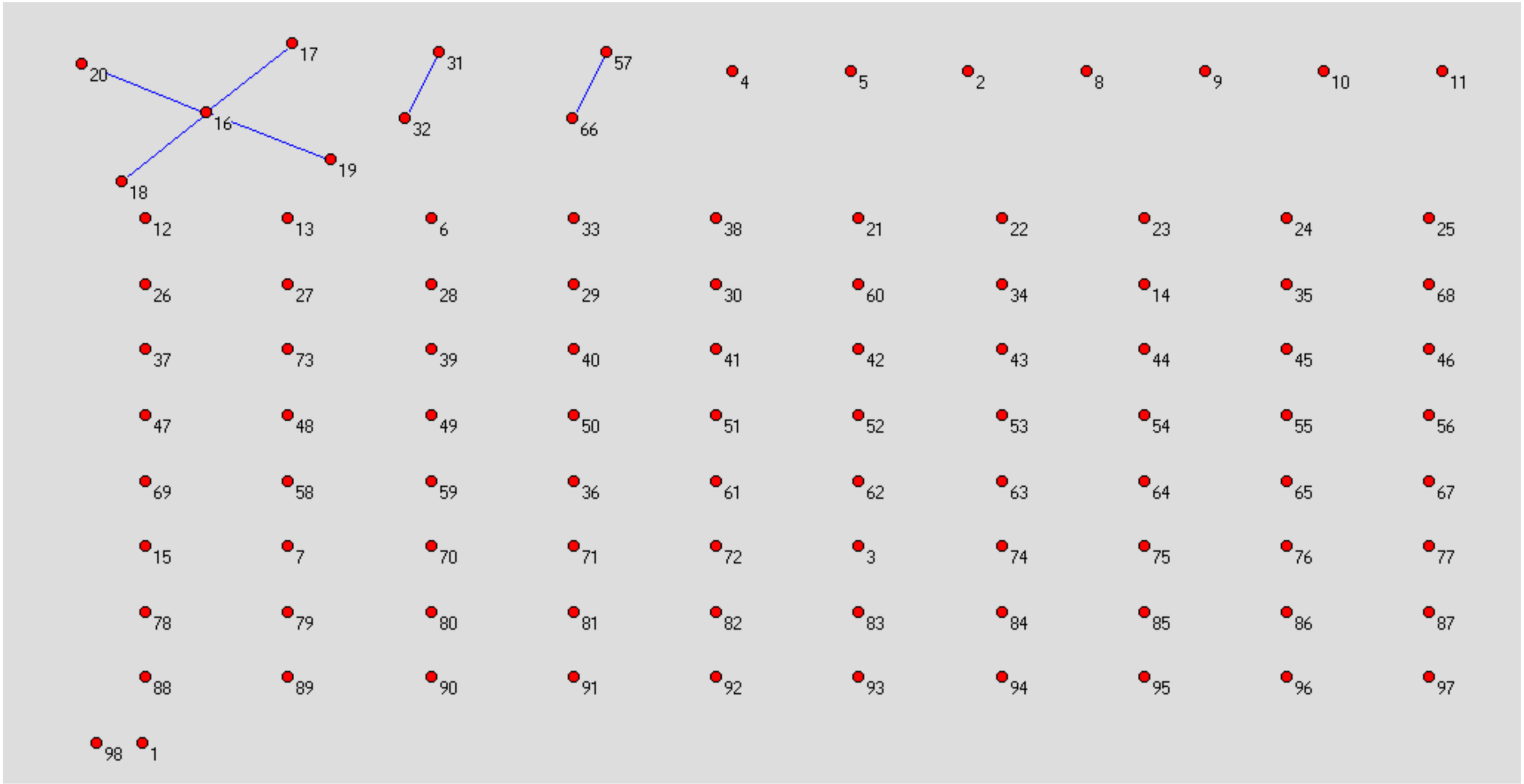


Figura 253 – Rede de Cooperação de Compra *(CO–PURCHASE)*
(Fonte: Cálculos realizados utilizando os softwares CNATOOLS e Pajek, 2010)

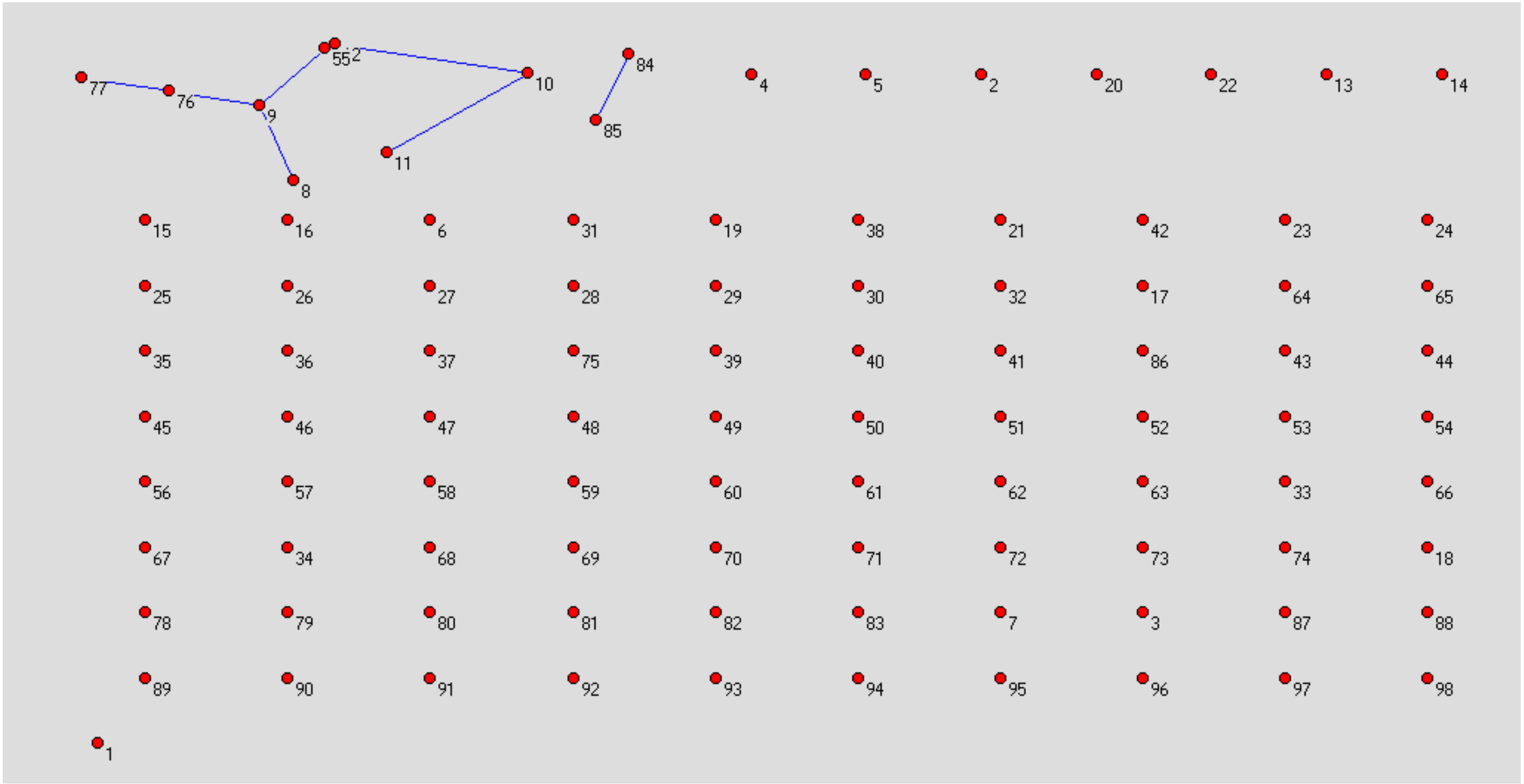


Figura 254 – Rede de Cooperação de Defesa de Interesses *(CO–LOBBY)*
(Fonte: Cálculos realizados utilizando os softwares CNATOOLS e Pajek, 2010)

Enfim, as análises evidenciaram fragilidades na estrutura das redes sociais constituídas pelas empresas da cadeia produtiva do turismo na região da Costa dos Corais. De fato, a análise revelou que poucas empresas estabelecem relações de cooperação entre si.

Uma análise cuidadosa dos atores envolvidos revelou que os poucos resultados positivos obtidos (rede de cooperação de aprendizagem e rede de cooperação de informação) se devem, quase que exclusivamente às entidades de apoio (SEBRAE e SENAC). A remoção de tais entidades tornaria, de fato, tais redes completamente desconexas, o que evidencia a fragilidade das redes do APL da Costa dos Corais.

Ou seja, é necessário pensar estratégias que estimulem ao empresariado local desenvolver e incorporar a concepção de fazer parte de um APL, de inserir–se num contexto de integração produtiva. Pois da forma como os mesmos estão atuando não resultará em sustentabilidade do APL a longo prazo.

Seguem, abaixo, outras figuras das redes de cooperação de produção e promoção.

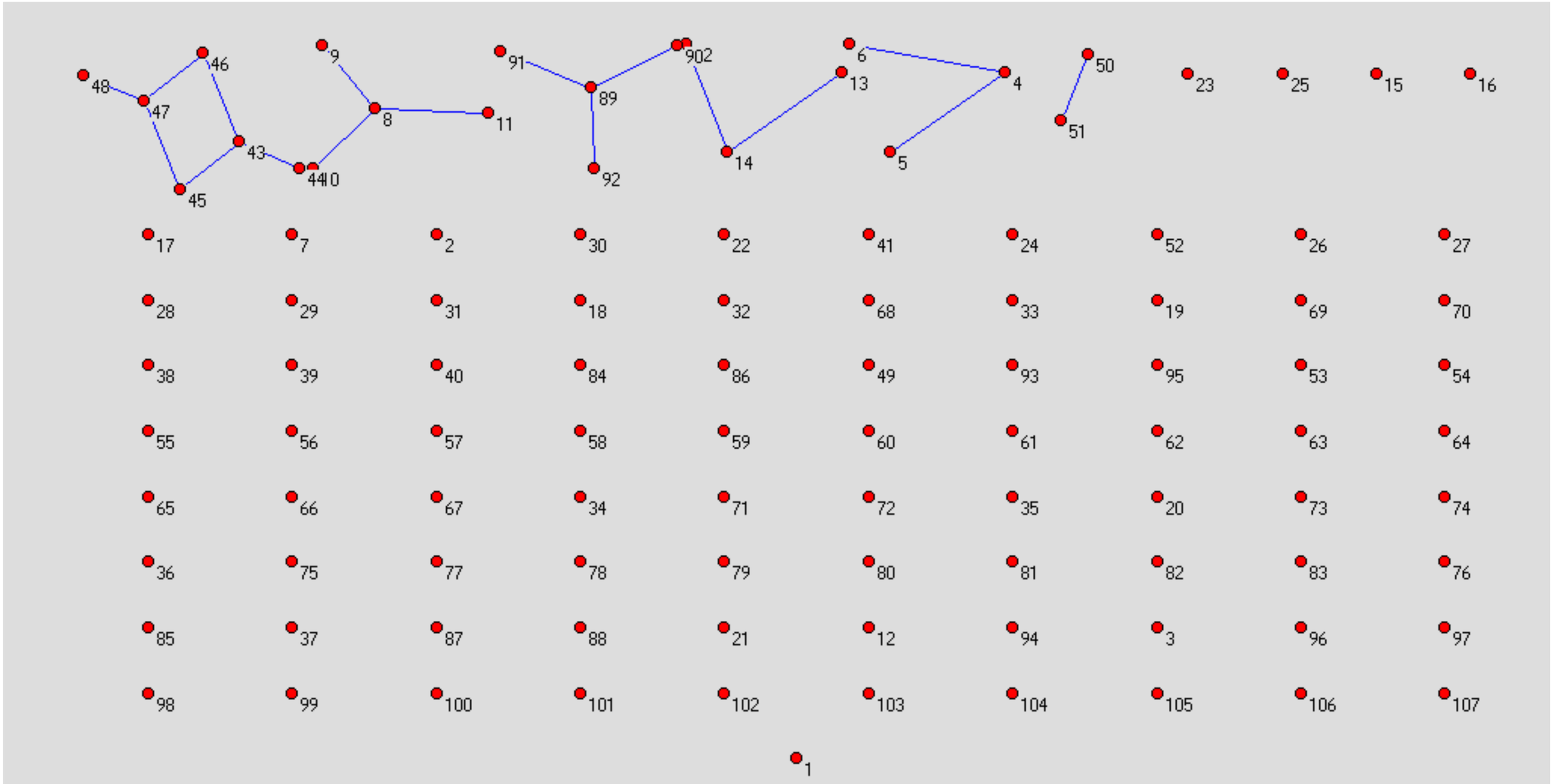


Figura 255 – Rede de Cooperação de Produção *(CO–PRODUCE)*
(Fonte: Cálculos realizados utilizando os softwares CNATOOLS e Pajek, 2010)

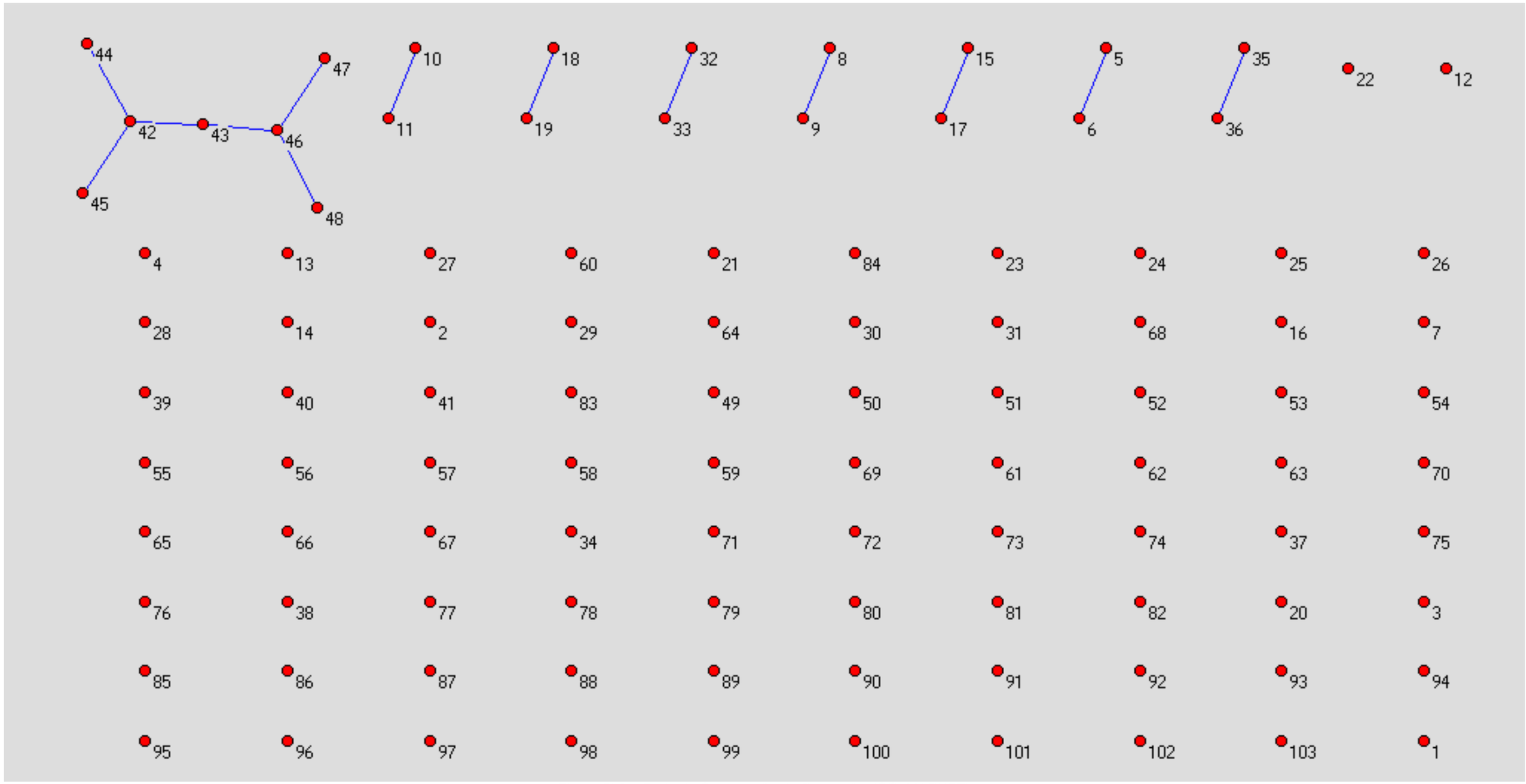


Figura 256 – Rede de Cooperação de Promoção *(CO–MARKET)*
(Fonte: Cálculos realizados utilizando os softwares CNATOOLS e Pajek, 2010)

Tabela 103 – IDENTIFICAÇÃO DAS EMPRESAS POR REDE ESTABELECIDA DE COOPERAÇÃO

COOPERAÇÃO DE INFORMAÇÕES *(co–inform)*		COOPERAÇÃO DE APRENDIZAGEM *(co–learn)*		COOPERAÇÃO DE PROMOÇÃO *(co–market)*		COOPERAÇÃO DE PRODUÇÃO *(co–produce)*		COOPERAÇÃO DE DEFESA DE INTERESSES *(Co–lobby)*	
ÍNDICE	ATOR	ÍNDICE	ATOR	ÍNDICE	ATOR	ÍNDICE	ATOR	ÍNDICE	ATOR
1	Restaurante Peixarão	1	Restaurante Peixarão	1	Restaurante Peixarão	1	Restaurante Peixarão	1	Restaurante Peixarão
2	Bar E Restaurante Lua Cheia	2	Bar E Restaurante Lua Cheia	2	Bar E Restaurante Lua Cheia	2	Bar E Restaurante Lua Cheia	2	Bar E Restaurante Lua Cheia
3	Maragogi Diver	3	Maragogi Diver	3	Maragogi Diver	3	Maragogi Diver	3	Maragogi Diver
4	Restaurante Frutos Do Mar	4	Restaurante Frutos Do Mar	4	Restaurante Frutos Do Mar	4	Restaurante Frutos Do Mar	4	Restaurante Frutos Do Mar
5	Azul Do Mar	5	Azul Do Mar	5	Azul Do Mar	5	Luiz Carlos	5	Azul Do Mar
6	Restaurante E Receptivo Viva Maragogi	6	Restaurante e Receptivo Viva Maragogi	6	Restaurante E Receptivo Viva Maragogi	6	Explorer Diver	6	Galeria Art Mar
7	Solar Da Praia	7	Solar Da Praia	7	Solar Da Praia	7	Azul Do Mar	7	Restaurante E Receptivo Viva Maragogi
8	Pousada Doze Cabanas	8	Pousada Doze Cabanas	8	Pousada Doze Cabanas	8	Restaurante E Receptivo Viva Maragogi	8	Solar Da Praia
9	Sebrae	9	Pousada Brisa Do Mar	9	Ahmaj	9	Cvc	9	Maragogi On–Line
10	Senai	10	Bar E Restaurante Do Beto Pituba	10	Pousada Brisa Do Mar	10	Lucky	10	Pousada Doze Cabanas

COOPERAÇÃO DE INFORMAÇÕES *(co–inform)*		COOPERAÇÃO DE APRENDIZAGEM *(co–learn)*		COOPERAÇÃO DE PROMOÇÃO *(co–market)*		COOPERAÇÃO DE PRODUÇÃO *(co–produce)*		COOPERAÇÃO DE DEFESA DE INTERESSES *(Co–lobby)*	
ÍNDICE	ATOR	ÍNDICE	ATOR	ÍNDICE	ATOR	ÍNDICE	ATOR	ÍNDICE	ATOR
11	Pousada Brisa Do Mar	11	Pousada Pantanal	11	Pousada Bangalo Do Pontal	11	Transamérica	11	Ahmaj
12	Bar E Restaurante Do Beto Pituba	12	Pousada Dos Cajueiros	12	Pousada Village Porto Do Rio	12	Solar Da Praia	12	Pousada Brisa Do Mar
13	Pousada Pantanal	13	Bar E Restaurante Berro Água	13	Bar E Restaurante Do Beto Pituba	13	Pousada Doze Cabanas	13	Bar E Restaurante Do Beto Pituba
14	Pousada Dos Cajueiros	14	Barraca Costa Dourada	14	Pousada Pantanal	14	Vila De Taipa	14	Pousada Pantanal
15	Bar E Restaurante Berro Água	15	Restaurante Do Ary	15	Pousada Dos Cajueiros	15	Pousada Brisa Do Mar	15	Pousada Dos Cajueiros
16	Barraca Costa Dourada	16	Barraca Do Osvaldo	16	Bar E Restaurante Berro Água	16	Bar E Restaurante Do Beto Pituba	16	Bar E Restaurante Berro Água
17	Restaurante Do Ary	17	Hotel Ponta Verde	17	Barraca Costa Dourada	17	Pousada Pantanal	17	Barraca Costa Dourada
18	Barraca Do Osvaldo	18	Restaurante Tia Neuza	18	Restaurante Do Ary	18	Pousada Dos Cajueiros	18	Restaurante Do Ary
19	Acalanto	19	Deposito De Bebidas Do Bela	19	Barraca Do Osvaldo	19	Bar E Restaurante Berro Água	19	Restaurante Da Aabb
20	Colônia Dos Pescadores Z15	20	Guaxuma	20	Acalanto	20	Barraca Costa Dourada	20	Barraca Do Osvaldo

COOPERAÇÃO DE INFORMAÇÕES *(co–inform)*		COOPERAÇÃO DE APRENDIZAGEM *(co–learn)*		COOPERAÇÃO DE PROMOÇÃO *(co–market)*		COOPERAÇÃO DE PRODUÇÃO *(co–produce)*		COOPERAÇÃO DE DEFESA DE INTERESSES *(Co–lobby)*	
ÍNDICE	ATOR	ÍNDICE	ATOR	ÍNDICE	ATOR	ÍNDICE	ATOR	ÍNDICE	ATOR
21	Malemar	21	Acalanto	21	Colônia Dos Pescadores Z15	21	Restaurante Do Ary	21	Acalanto
22	Artesanato Chalé Da Vô Luiza	22	Colônia Dos Pescadores Z15	22	Malemar	22	Barraca Do Osvaldo	22	Colônia Dos Pescadores Z15
23	Pousada Rainha Do Mar	23	Malemar	23	Artesanato Chalé Da Vô Luiza	23	Acalanto	23	Malemar
24	Leas Hotel	24	Artesanato Chalé Da Vô Luiza	24	Pousada Rainha Do Mar	24	Colônia Dos Pescadores Z15	24	Artesanato Chalé Da Vô Luiza
25	Bar Sol Nascente	25	Pousada Rainha Do Mar	25	Leas Hotel	25	Malemar	25	Pousada Rainha Do Mar
26	Bar E Restaurante Do Pytuba	26	Leas Hotel	26	Bar Sol Nascente	26	Artesanato Chalé Da Vô Luiza	26	Leas Hotel
27	Bar E Restaurante Da Lena	27	Bar Sol Nascente	27	Bar E Restaurante Do Pytuba	27	Pousada Rainha Do Mar	27	Bar Sol Nascente
28	Pousada Vila Maragogi	28	Bar E Restaurante Do Pytuba	28	Bar E Restaurante Da Lena	28	Leas Hotel	28	Bar E Restaurante Do Pytuba
29	Estrela Do Mar	29	Bar E Restaurante Da Lena	29	Pousada Vila Maragogi	29	Bar Sol Nascente	29	Bar E Restaurante Da Lena
30	Transfer Mania 2	30	Pousada Vila Maragogi	30	Estrela Do Mar	30	Bar E Restaurante Do Pytuba	30	Pousada Vila Maragogi

COOPERAÇÃO DE INFORMAÇÕES *(co–inform)*		COOPERAÇÃO DE APRENDIZAGEM *(co–learn)*		COOPERAÇÃO DE PROMOÇÃO *(co–market)*		COOPERAÇÃO DE PRODUÇÃO *(co–produce)*		COOPERAÇÃO DE DEFESA DE INTERESSES *(Co–lobby)*	
ÍNDICE	ATOR	ÍNDICE	ATOR	ÍNDICE	ATOR	ÍNDICE	ATOR	ÍNDICE	ATOR
31	Oficina De Arte	31	Estrela Do Mar	31	Transfer Mania 2	31	Bar E Restaurante Da Lena	31	Estrela Do Mar
32	Maragolfinho	32	Cavalo Marinho	32	Oficina De Arte	32	Pousada Vila Maragogi	32	Transfer Mania 2
33	Restaurante Coquitel	33	Transfer Mania 2	33	Maragolfinho	33	Estrela Do Mar	33	Salinas
34	Corais De Maragogi	34	Oficina De Arte	34	Restaurante Coquitel	34	Transfer Mania 2	34	Oficina De Arte
35	Porto Rico	35	Maragolfinho	35	Corais De Maragogi	35	Oficina De Arte	35	Maragolfinho
36	Pequenas Artes	36	Restaurante Coquitel	36	Porto Rico	36	Maragolfinho	36	Pousada Olho D'agua
37	Arte Mar Da Praia	37	Corais De Maragogi	37	Pequenas Artes	37	Restaurante Coquitel	37	Restaurante Coquitel
38	Vila De Taipa	38	Porto Rico	38	Arte Mar Da Praia	38	Corais De Maragogi	38	Corais De Maragogi
39	Bangalôs Do Pontal	39	Pequenas Artes	39	Vila De Taipa	39	Porto Rico	39	Porto Rico
40	Paraíso Dos Coqueirais	40	Arte Mar Da Praia	40	Bangalôs Do Pontal	40	Pequenas Artes	40	Pequenas Artes
41	Chalé Dos Encantos	41	Vila De Taipa	41	Chalé Dos Encantos	41	Arte Mar Da Praia	41	Arte Mar Da Praia
42	Caminho Do Sabor	42	Bangalôs Do Pontal	42	Bicas Restaurantes	42	Gaivota	42	Vila De Taipa
43	Bicas Restaurantes	43	Chalé Dos Encantos	43	Pousada Lua Cheia	43	Bangalôs Do Pontal	43	12 Cabanas

COOPERAÇÃO DE INFORMAÇÕES *(co–inform)*		COOPERAÇÃO DE APRENDIZAGEM *(co–learn)*		COOPERAÇÃO DE PROMOÇÃO *(co–market)*		COOPERAÇÃO DE PRODUÇÃO *(co–produce)*		COOPERAÇÃO DE DEFESA DE INTERESSES *(Co–lobby)*	
ÍNDICE	ATOR	ÍNDICE	ATOR	ÍNDICE	ATOR	ÍNDICE	ATOR	ÍNDICE	ATOR
44	Abrasel	44	Bicas Restaurantes	44	Pousada Manaca	44	Bicas	44	Pousada Da Loris
45	Pousada Lua Cheia	45	Pousada Lua Cheia	45	Pousa De Peroba	45	Mar Azul	45	Auba Cora
46	Senac	46	Pousada Manaca	46	Restaurante	46	O Lagostão	46	Bangalôs Do Pontal
47	Pousada Manaca	47	Pousa De Peroba	47	Mara Restaurantes	47	Chalé Dos Encantos	47	Igaracue
48	Pousa De Peroba	48	Restaurante	48	Pousada Do Caju	48	Aribama	48	Chalé Dos Encantos
49	Restaurante	49	Mara Restaurantes	49	Pousa E Restaurantes Barra Mar	49	Bicas Restaurantes	49	Bicas Restaurantes
50	Mara Restaurantes	50	Pousada Do Caju	50	Barraca Do Tibiro	50	Pousada Lua Cheia	50	Pousada Lua Cheia
51	Pousada Do Caju	51	Pousa E Restaurantes Barra Mar	51	Restaurante Do Enildo	51	Feira De Turismo	51	Pousada Manaca
52	Pousa E Restaurantes Barra Mar	52	Barraca Do Tibiro	52	Pousada Aldeia Bejupirá	52	Pousada Manaca	52	Pousa De Peroba
53	Barraca Do Tibiro	53	Restaurante Do Enildo	53	Pousada Borapirá	53	Pousa De Peroba	53	Restaurante
54	Pousada 12 Cabanas	54	Pousada Aldeia Bejupirá	54	Hotel Fazenda Cambara	54	Restaurante	54	Mara Restaurantes
55	Restaurante Do Enildo	55	Pousada Borapirá	55	Pousada Barra Velha	55	Mara Restaurantes	55	Pousada Do Caju

COOPERAÇÃO DE INFORMAÇÕES *(co–inform)*		COOPERAÇÃO DE APRENDIZAGEM *(co–learn)*		COOPERAÇÃO DE PROMOÇÃO *(co–market)*		COOPERAÇÃO DE PRODUÇÃO *(co–produce)*		COOPERAÇÃO DE DEFESA DE INTERESSES *(Co–lobby)*	
ÍNDICE	ATOR	ÍNDICE	ATOR	ÍNDICE	ATOR	ÍNDICE	ATOR	ÍNDICE	ATOR
56	Pousada Aldeia Bejupirá	56	Hotel Fazenda Cambara	56	Sabor De Maragogi	56	Pousada Do Caju	56	Pousa E Restaurantes Barra Mar
57	Pousada Borapirá	57	Pousada Barra Velha	57	Mistura Fina	57	Pousa E Restaurantes Barra Mar	57	Barraca Do Tibiro
58	Hotel Fazenda Cambara	58	Sabor De Maragogi	58	O Bugalhau	58	Barraca Do Tibiro	58	Restaurante Do Enildo
59	Pousada Barra Velha	59	Mistura Fina	59	Viva Maragogi	59	Restaurante Do Enildo	59	Pousada Aldeia Bejupirá
60	Sabor De Maragogi	60	O Bugalhau	60	Pousada Residence Oasis	60	Pousada Aldeia Bejupirá	60	Pousada Borapirá
61	Ahmaj	61	Viva Maragogi	61	Pousada Solar Da Praia	61	Pousada Borapirá	61	Hotel Fazenda Cambara
62	Mistura Fina	62	Pousada Residence Oasis	62	Estalagem Caiuia	62	Hotel Fazenda Cambara	62	Pousada Barra Velha
63	O Bugalhau	63	Pousada Solar Da Praia	63	Hotel Areias Belas	63	Pousada Barra Velha	63	Sabor De Maragogi
64	Viva Maragogi	64	Estalagem Caiuia	64	Pousada Encontros Das Águas	64	Sabor De Maragogi	64	Mistura Fina
65	Pousada Residence Oasis	65	Hotel Areias Belas	65	Tropicana Turismo	65	Mistura Fina	65	O Bugalhau

COOPERAÇÃO DE	COOPERAÇÃO DE	COOPERAÇÃO DE	COOPERAÇÃO DE	COOPERAÇÃO DE

INFORMAÇÕES *(co–inform)*		APRENDIZAGEM *(co–learn)*		PROMOÇÃO *(co–market)*		PRODUÇÃO *(co–produce)*		DEFESA DE INTERESSES *(Co–lobby)*	
ÍNDICE	ATOR	ÍNDICE	ATOR	ÍNDICE	ATOR	ÍNDICE	ATOR	ÍNDICE	ATOR
66	Pousada Solar Da Praia	66	Pousada Encontros Das Águas	66	Restaurante Da Zeza	66	O Bugalhau	66	Viva Maragogi
67	Estalagem Caiuia	67	Tropicana Turismo	67	Marrecas Eco Hotel E Fazenda	67	Viva Maragogi	67	Pousada Residence Oasis
68	Hotel Areias Belas	68	Restaurante Da Zeza	68	Restaurante E Coktel	68	Pousada Residence Oasis	68	Pousada Solar Da Praia
69	Pousada Encontros Das Águas	69	Marrecas Eco Hotel E Fazenda	69	Restaurante Maragolfinho	69	Pousada Solar Da Praia	69	Estalagem Caiuia
70	Hotel Praia Azul	70	Restaurante E Coktel	70	Pousada Praia De Peroba	70	Estalagem Caiuia	70	Hotel Areias Belas
71	Tropicana Turismo	71	Restaurante Maragolfinho	71	Restaurante La Em Casa	71	Hotel Areias Belas	71	Pousada Encontros Das Águas
72	Restaurante Da Zeza	72	Pousada Praia De Peroba	72	Hotel Praia Azul	72	Pousada Encontros Das Águas	72	Tropicana Turismo
73	Marrecas Eco Hotel E Fazenda	73	Restaurante La Em Casa	73	Pousada Do Toque	73	Tropicana Turismo	73	Restaurante Da Zeza
74	Hotéis Salinas S/A	74	Hotel Praia Azul	74	Mano Restaurante	74	Restaurante Da Zeza	74	Marrecas Eco Hotel E Fazenda
75	Restaurante E Coktel	75	Pousada Do Toque	75	Pousada Porto Dos Corais	75	Marrecas Eco Hotel E Fazenda	75	Restaurante E Coktel

COOPERAÇÃO DE INFORMAÇÕES *(co–inform)*		COOPERAÇÃO DE APRENDIZAGEM *(co–learn)*		COOPERAÇÃO DE PROMOÇÃO *(co–market)*		COOPERAÇÃO DE PRODUÇÃO *(co–produce)*		COOPERAÇÃO DE DEFESA DE INTERESSES *(Co–lobby)*	
ÍNDICE	ATOR	ÍNDICE	ATOR	ÍNDICE	ATOR	ÍNDICE	ATOR	ÍNDICE	ATOR
76	Restaurante Maragolfinho	76	Mano Restaurante	76	Salinas Do Maragogi Resort	76	Restaurante E Coktel	76	Restaurante Maragolfinho
77	Instituto De Hospitalidade	77	Pousada Porto Dos Corais	77	Abih	77	Restaurante Maragolfinho	77	Pousada Praia De Peroba
78	Pousada Praia De Peroba	78	Salinas Do Maragogi Resort	78	Pousada Raio Do Sol	78	Pousada Praia De Peroba	78	Restaurante La Em Casa
79	Restaurante La Em Casa	79	Pousada Raio Do Sol	79	Hotel Praia Dourada	79	Restaurante La Em Casa	79	Hotel Praia Azul
80	N/I	80	Hotel Praia Dourada	80	Pousada Verdes Mares	80	Hotel Praia Azul	80	Pousada Do Toque
81	Pousada Do Toque	81	Pousada Verdes Mares	81	Hotel Areias Belas Ltda	81	Pousada Do Toque	81	Mano Restaurante
82	Maceió Atlantic	82	Hotel Areias Belas Ltda	82	Pousada Sol E Mar Ltda	82	Mano Restaurante	82	Pousada Porto Dos Corais
83	Pousada Amendoeira	83	Pousada Sol E Mar Ltda	83	Restaurante Frutos Do Mar–Me	83	Pousada Porto Dos Corais	83	Salinas Do Maragogi Resort
84	Hotel Hits Lagoa Da Anta	84	Restaurante Frutos Do Mar–Me	84	Paraíso Dos Coqueirais	84	Salinas Do Maragogi Resort	84	Pousada Raio Do Sol
85	Mano Restaurante	85	Paraíso Dos Coqueirais	85	N/I.	85	Pousada Raio Do Sol	85	Hotel Praia Dourada
86	Pousada Porto Dos Corais	86	Venezia Tropicale	86	Venezia Tropicale	86	Hotel Praia Dourada	86	Pousada Verdes Mares
87	Salinas Do Maragogi Resort	87	Pousada Infinito Mar	87	Pousada Infinito Mar	87	Pousada Verdes Mares	87	Hotel Areias Belas Ltda

COOPERAÇÃO DE INFORMAÇÕES *(co–inform)*		COOPERAÇÃO DE APRENDIZAGEM *(co–learn)*		COOPERAÇÃO DE PROMOÇÃO *(co–market)*		COOPERAÇÃO DE PRODUÇÃO *(co–produce)*		COOPERAÇÃO DE DEFESA DE INTERESSES *(Co–lobby)*	
ÍNDICE	ATOR	ÍNDICE	ATOR	ÍNDICE	ATOR	ÍNDICE	ATOR	ÍNDICE	ATOR
88	Pousada Raio Do Sol	88	Portal Do Maragogi	88	Portal Do Maragogi	88	Hotel Areias Belas Ltda	88	Pousada Sol E Mar Ltda
89	Hotel Praia Dourada	89	Foz De Camaragibe	89	Foz De Camaragibe	89	Pousada Sol E Mar Ltda	89	Restaurante Frutos Do Mar–Me
90	Cipa	90	Búfalo Bill	90	Búfalo Bill	90	Gastronômico	90	Paraíso Dos Coqueirais
91	Pousada Verdes Mares	91	Mama Pereira	91	Mama Pereira	91	Nestle	91	Venezia Tropicale
92	Hotel Areias Belas Ltda	92	Dom Robledo	92	Dom Robledo	92	Salinas	92	Pousada Infinito Mar
93	Pousada Sol E Mar Ltda	93	Pousada Riacho Dos Milagres	93	Pousada Riacho Dos Milagres	93	Restaurante Frutos Do Mar–Me	93	Portal Do Maragogi
94	Restaurante Frutos Do Mar–Me	94	Pousada Portal Do Maragogi	94	Pousada Portal Do Maragogi	94	Paraíso Dos Coqueirais	94	Foz De Camaragibe
95	Paraíso Dos Coqueirais	95	Pousada Dos Jangadeiros	95	Pousada Dos Jangadeiros	95	Venezia Tropicale	95	Búfalo Bill
96	Venezia Tropicale	96	Restaurante Receptivo Maragogirus	96	Restaurante Receptivo Maragogirus	96	Pousada Infinito Mar	96	Mama Pereira
97	Pousada Infinito Mar	97	Maragaco Restaurantes	97	Maragaco Restaurantes	97	Portal Do Maragogi	97	Dom Robledo
98	Portal Do Maragogi	98	Pousada Mariluz	98	Pousada Mariluz	98	Foz De Camaragibe	98	Pousada Riacho Dos Milagres
99	Foz De Camaragibe					99	Búfalo Bill	99	Pousada Portal Do Maragogi

COOPERAÇÃO DE INFORMAÇÕES *(co–inform)*		COOPERAÇÃO DE APRENDIZAGEM *(co–learn)*		COOPERAÇÃO DE PROMOÇÃO *(co–market)*		COOPERAÇÃO DE PRODUÇÃO *(co–produce)*		COOPERAÇÃO DE DEFESA DE INTERESSES *(Co–lobby)*	
ÍNDICE	ATOR	ÍNDICE	ATOR	ÍNDICE	ATOR	ÍNDICE	ATOR	ÍNDICE	ATOR
100	Búfalo Bill					100	Mama Pereira	100	Pousada Dos Jangadeiros
101	Mama Pereira					101	Dom Robledo	101	Restaurante Receptivo Maragogirus
102	Dom Robledo					102	Pousada Riacho Dos Milagres	102	Maragaco Restaurantes
103	Pousada Riacho Dos Milagres					103	Pousada Portal Do Maragogi	103	Pousada Mariluz
104	Pousada Portal Do Maragogi					104	Pousada Dos Jangadeiros		
105	Pousada Dos Jangadeiros					105	Restaurante Receptivo Maragogirus		
106	Restaurante Receptivo Maragogirus					106	Maragaco Restaurantes		
107	Maragaco Restaurantes					107	Pousada Mariluz		
108	Pousada Mariluz								

((Fonte: Cálculos realizados utilizando os softwares CNATOOLS e Pajek, 2010)

Tabela 104 – IDENTIFICAÇÃO DAS EMPRESAS NA REDE ESTABELECIDA DE COOPERAÇÃO DE COMPRAS

COOPERAÇÃO DE COMPRA (CO–PURCHASE)							
ÍNDICE	ATOR	ÍNDICE	ATOR	ÍNDICE	ATOR	ÍNDICE	ATOR
1	Restaurante Peixarão	40	Transfer Mania 2	79	Sesc	118	Coqueiro Verde
2	Bar E Restaurante Lua Cheia	41	Oficina De Arte	80	Salinas Maragogi Resort	119	Miramar
3	Maragogi Diver	42	Cala Mares (Perobas)	81	Hotel Praia Azul	120	Salinas E Praia Azul
4	Corais De Maragogi	43	Trufas (Maceió)	82	Sabor De Maragogi	121	Pousada Verdes Mares
5	Maragolfinho	44	Restaurante Coquitel	83	Mistura Fina	122	Mariluz
6	Pontal De Maragogi	45	Porto Rico	84	O Bugalhau	123	Olho D'água
7	Restaurante Frutos Do Mar	46	Pequenas Artes	85	Viva Maragogi	124	Hotel Areias Belas Ltda
8	Azul Do Mar	47	Arte Mar Da Praia	86	Frutos Do Mar	125	Pousada Sol E Mar Ltda
9	Restaurante E Receptivo Viva Maragogi	48	Vila De Taipa	87	Pousada Residence Oasis	126	Paraíso Do Coqueirais
10	Cvc	49	12 Cabanas	88	Pousada Solar Da Praia	127	Barra Velha.
11	Lucky	50	Pousada Da Loris	89	Estalagem Caiuia	128	Restaurante Frutos Do Mar– Me
12	Transamérica	51	Auba Cora	90	Abrasel	129	Paraíso Dos Coqueirais
13	Solar Da Praia	52	Bangalôs Do Pontal	91	Hotel Areias Belas	130	Albacora
14	Pousada Doze Cabanas	53	Chalé Dos Encantos	92	Pousada Marazul	131	Chalés Dos Encantos

COOPERAÇÃO DE COMPRA (CO–PURCHASE)							
ÍNDICE	ATOR	ÍNDICE	ATOR	ÍNDICE	ATOR	ÍNDICE	ATOR
15	Ahmaj	54	Lua Cheia	93	Hotel Miramar	132	Lagosta
16	Pousada Brisa Do Mar	55	Igaracue	94	Salinas	133	Venezia Tropicale
17	Bar E Restaurante Do Beto Pituba	56	Bicas Restaurantes	95	Pousada Encontros Das Águas	134	Pousada Infinito Mar
18	Pousada Pantanal	57	Mama Pereira	96	Tropicana Turismo	135	Portal Do Maragogi
19	Pousada Dos Cajueiros	58	Pousada Lua Cheia	97	Restaurante Bora Bora	136	Foz De Camaragibe
20	Secretaria Estadual do Turismo De Alagoas	59	Pousada Mariluz	98	Restaurante Peixe Na Telha	137	Hotel Cambara
21	Bar E Restaurante Berro Água	60	Pousada Igarakue	99	Restaurante Vila Niquin	138	Hotel Bela Vista
22	Barraca Costa Dourada	61	Pousada Manaca	100	Restaurante Da Zeza	139	Costa dos Corais.
23	Restaurante Do Ary	62	Pousa De Peroba	101	Marrecas Eco Hotel E Fazenda	140	Búfalo Bill
24	Restaurante Da Aabb	63	Pousada Barra Velha	102	Hoteis Salinas	141	Senai
25	Barraca Do Osvaldo	64	Encontro Das Águas	103	Pousada Olho D'água	142	O Lagostão
26	Sebrae	65	HOTEL MAR AZUL	104	Posto Marcol	143	Companhia Da Lagosta
27	Ambev	66	Restaurante	105	Restaurante e Coktel	144	Dom Robledo
28	Contador	67	Mara Restaurantes	106	Restaurante Maragolfinho	145	Iniciante
29	Acalanto	68	Pousada Do Caju	107	Maragogi Driver	146	Pousada Riacho Dos Milagres

COOPERAÇÃO DE COMPRA (CO–PURCHASE)							
ÍNDICE	ATOR	ÍNDICE	ATOR	ÍNDICE	ATOR	ÍNDICE	ATOR
30	Colônia Dos Pescadores Z15	69	Pousada Do Toque	108	Pousada Praia De Peroba	147	Pousada Portal Do Maragogi
31	Malemar	70	Pousada Amendoeira	109	Restaurante La Em Casa	148	Areias Bela
32	Artesanato Chalé Da Vô Luiza	71	Pousada Colte Du Sud	110	Hotel Praia Dourada	149	Pousada Dos Jangadeiros
33	Pousada Rainha Do Mar	72	Pousa E Restaurantes Barra Mar	111	Hotel Mira Mar.	150	Restaurante Receptivo Maragogirus
34	Leas Hotel	73	Secretaria De Turismo	112	Maceió Atlantic	151	Antigo Milena
35	Bar Sol Nascente	74	Barraca Do Tibiro	113	Hotel Hits Lagoa Da Anta	152	Maragaco Restaurantes
36	Bar E Restaurante Do Pytuba	75	Restaurante Do Enildo	114	Mano Restaurante	153	Maragogirus
37	Bar E Restaurante Da Lena	76	Pousada Aldeia Bejupirá	115	Pousada Porto Dos Corais	154	Comedoria Maritima
38	Pousada Vila Maragogi	77	Pousada Borapirá	116	Salinas Do Maragogi Resort		
39	Estrela Do Mar	78	Hotel Fazenda Cambara	117	Pousada Raio Do Sol		

(Fonte: Cálculos realizados utilizando os softwares CNATOOLS e Pajek, 2010)

14.7. Investimentos Turísticos Previstos na Área

Os investimentos turísticos desenvolvidos, ao longo dos últimos anos, pelo governo do Estado extrapolam as ações de cunho promocional. Os avanços alcançados neste quesito apontam para um incremento significativo na área de infraestrutura e consequentemente no estimulo a atração de investimentos privados. Investimentos do PAC – Plano de Aceleração do Crescimento – podem ser observado na maioria dos municípios integrantes do Pólo.

Para a capital – Maceió – obras estruturantes na urbanização e reurbanização de áreas turísticas estão sendo inciadas ou em projetos, como segue abaixo:

14.7.1. Projeto de Urbanização de Cruz das Almas até Jacarecica

O projeto de urbanização de Cruz das Almas vai até Jacarecica. A ordem de serviço foi dada no dia 28 de junho e os serviços básicos que já começaram, têm previsão de um ano para sua conclusão. O projeto prevê não só a urbanização da orla, mas também a construção de equipamentos de lazer, de quadras, ciclovia, passarela e um anfiteatro e trás outros benefícios como o recapeamento de vias transversais e o alargamento da pista em alguns pontos[67].

Figura 257 e Figura 258 – Vistas do antes e depois da implementação do projeto, 2010

Figura 259 e Figura 260 – Vistas do antes e depois da implementação do projeto, 2010

[67] Fonte: Sites www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=817704; www.maceioagora.com.br/noticias e www.turismo.maceio.al.gov.br/noticias/index.asp?vCod=109&idioma=pt - todos acessados em ago//2010.

14.7.2. Urbanização Integrada da Orla Lagunar de Maceió

A obra de urbanização integrada da orla lagunar já se encontra orçada e prevê a promoção de 1.181 novas habitações para as comunidades da área: Sururu de Capote, Muvuca, Torre e Mundaú e a urbanização do entorno da Lagoa Mundaú. A obra dos conjuntos habitacionais já se encontra em andamento[68].

Figura 261 – Vista do projeto de urbanização da orla lagunar, 2010

14.7.3. VLT – Veículo Leve Sobre Trilhos

A antiga Maria Fumaça que circulava pelos trilhos da capital interligando vários municípios da região metropolitana e do Estado, hoje adaptada para VLT, constitui uma ótima oportunidade para formatação de circuitos internos de transporte urbano e de agradáveis passeios diferenciais.

Ainda em fase experimental, a primeira etapa da construção dessa linha foi concluída e prevê a interligação de três cidades e de bairros como Poço, Mangabeiras e o histórico Jaraguá.

Figura 262 – Estudo para implantação do VLT em Maceió, 2010

[68] Fonte: Site http://www.infraestrutura.al.gov.br/servicos/obras/habitacao-1/urbanizacao-iintegrada-da-orla-lagunar-de-maceio/, acessado em ago/2010.

14.8. Investimentos Hoteleiros

Sob o ponto de vista específico dos investimentos hoteleiros, a Superintendência de Investimentos da SETUR vem trabalhando com o foco de capatar novos investimentos seletivos, consolidar os empreendimentos existentes e resgatar os empreendimentos em situação adversa. Além de atuar de forma mais efetiva nos conselhos (CEPRAM, CELMM E CERH) e no desenvolvimento de estudos e pesquisas.

Os dados produzidos por estes estudos agregam informações importantes para o conhecimento da situação. Observa–se nas figuras abaixo (Figura 263 e Figura 264) a dinâmica ascendente da oferta hoteleira no estado de Alagoas e em particular em Maceió:

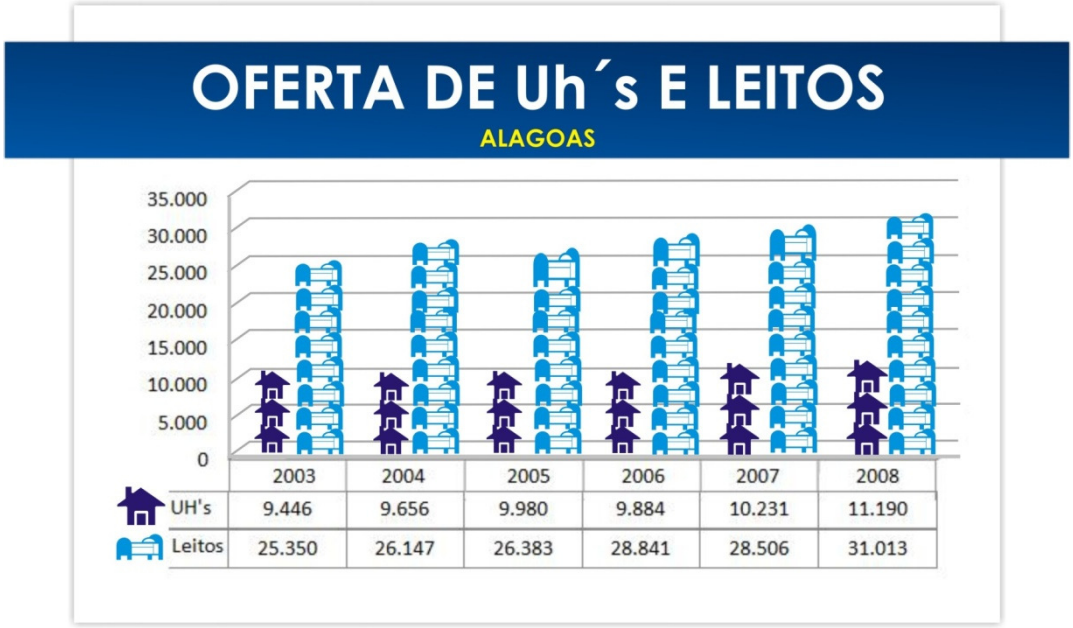


Figura 263 – Oferta de Uh's e Leitos em Alagoas
(Fonte: Setur – 2010)

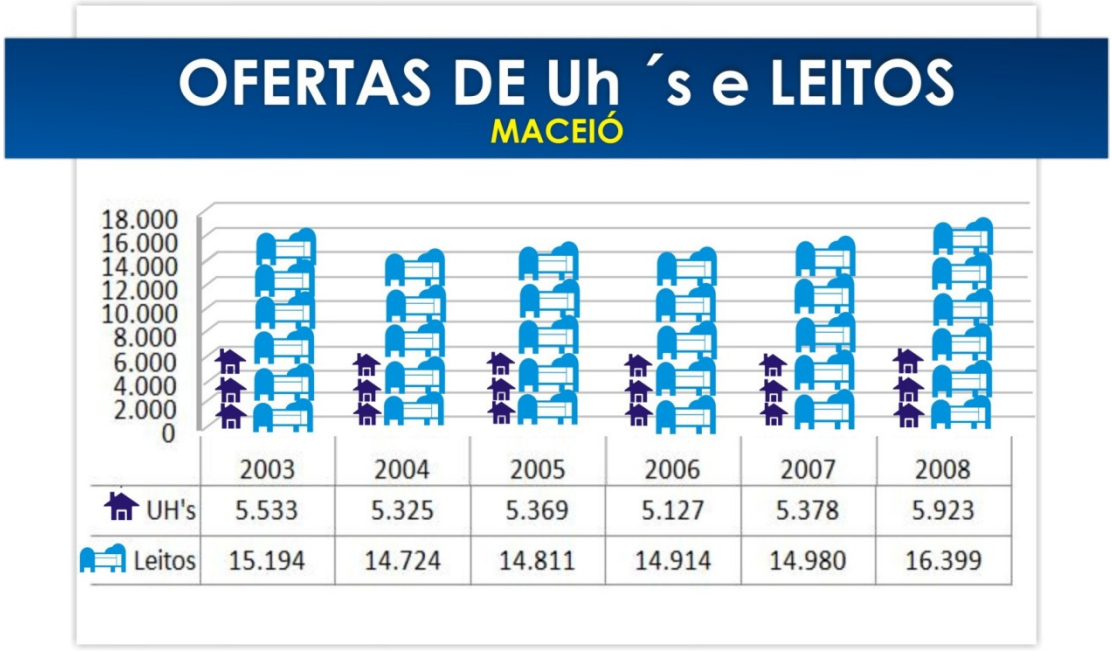


Figura 264 – Oferta de Uh's e Leitos em Maceió
(Fonte: Setur – 2010)

Na perspectiva de investimentos futuros, comprova–se que o litoral norte exerce uma inquestionável atratividade frente aos grandes investidores. A Tabela 105 abaixo apresenta a relação dos hotéis recém instalados, os que estão com as obras iniciadas, os que estão em projeto e os que foram ampliados. Os dados acima espelham os investimentos a serem feitos até 2012.

Tabela 105 – Meios de Hospedagem

MEIOS DE HOSPEDAGEM RECEM INSTALADOS EM ALAGOAS			
EMPREENDIMENTO	**UH'S**	**INVESTIMENTO (em R$)**	**MUNICÍPIO**
Hotel Mercure Pajuçara	116	15	Maceió
Radisson Maceió	195	40	Maceió
Ritz Coralli	62	8	Maceió
Salinas Maceió Resort	131	13	Maceió
Tropicales	110	10	Maceió
Pousada Infinito Mar	4	600	Passo de Camaragibe
D'Aldeia Village Hotel	39	Não informado	Barra de Santo Antônio
SUB TOTAL	**657**	**86,6**	
MEIOS DE HOSPEDAGEM – AMPLIAÇÃO CONCLUÍDA			
EMPREENDIMENTO	**UH'S**	**INVESTIMENTO (em R$)**	**MUNICÍPIO**
Marinas Hotel	108	3,2	Maceió
Ritz Plaza Mar	47	3,1	Maceió
Brisa Tower	108	3	Maceió
Porto Maceió	27	Não Informado	Maceió
Maceió Mar Hotel	63	Não Informado	Maceió
Hotel Salinas	236	1,6	Maragogi
SUB TOTAL	**589**	**10,9**	
MEIO DE HOSPEDAGEM COM OBRAS INICIADAS			
EMPREENDIMENTO	**UH'S**	**INVESTIMENTO (em R$)**	**MUNICÍPIO**
Hotel Beiriz	153	20	Maceió
Ritz Suites	336	20	Maceió
Meridiano	197	30	Maceió
Holiday Inn	160	15	Maceió
Patacho Eco Resort	40	10	Porto de Pedras
Expresso R1	116	7,8	Maceió
Pousada Curimã	10	Não Informado	Passo de Camaragibe
SUB TOTAL	**1.012**	**102,8**	

MEIOS DE HOSPEDAGEM EM PROJETO			
EMPREENDIMENTO	**UH'S**	**INVESTIMENTO (em R$)**	**MUNICÍPIO**
Confort Suites	140	15	Maceió
Ritz Azúcar	170	8	Maceió
Grupo Salinas (nome a definir)	150	10	Maceió
Solar do Açúcar	20	4,5	Maceió
Sonho Verde Empreendimentos	128	12	Paripueira
Investur Txai/Six Senses	190	100	Passo de Camaragibe
Investur Carro quebrado	150	244	Barra de Sto. Antônio
Albacora Praia Hotel	157	15	Japaratinga
Simoa SPA e Resort	180	40	Maragogi
SUB TOTAL	**1.285**	**448,50**	
MEIOS DE HOSPEDAGEM AMPLIAÇÃO EM PROJETO			
EMPREENDIMENTO	**UH'S**	**INVESTIMENTO (em R$)**	**MUNICÍPIO**
Salinas Maceió Resort	31	Não Informado	Maceió
Salinas Maragogi	65	Não Informado	Maragogi
SUB TOTAL	**96**		
TOTAL GERAL	**3.639**	**648,8**	

(Fonte – SETUR – 2010)

Em que pese os avanços alcançados e as perspectiva futuras, o estado de Alagos tem grandes desafios a superar no tocante a investimentos em infraestrutura e consequentemente na atração de investidores privados.

15. ANÁLISE DAS INFRAESTRUTURAS BÁSICAS E DOS SERVIÇOS GERAIS

A cidade, enquanto realidade urbana é um processo social onde se entrelaçam determinantes sociais, econômicos, políticos, culturais e espaciais. Como processo social, a cidade deve ser entendida em suas mutações no tempo e no espaço de relações que se estabelecem no seu contexto.

Nesse sentido, é importante considerar que a cidade é um lugar de vivência / convivência dos seus habitantes. Assim sendo, o habitar numa cidade, implica o desenvolvimento de quatro atividades básicas essencialmente articuladas entre si: morar / trabalhar / lazer / circular[69].

No campo da infraestrutura, a ausência de serviços básicos ou sua precariedade, acarreta vários tipos de problemas para a população e para o próprio desenvolvimento. Todos sabemos que a falta de saneamento básico passou a ser um problema de saúde, visto que favorece o aparecimento de diversas doenças e trás consequências gravíssimas para toda a estrutura social.

Os principais sistemas que formam a infraestrutura urbana do litoral da Costa dos Corais: viário, abastecimento de energia, abastecimento de água e esgoto, drenagem, limpeza urbana, comunicação, iluminação pública, saúde e segurança, têm uma abrangência espacial que transcende os limites geográficos de cada município isoladamente. Na maioria das vezes, são serviços fornecidos por empresas concessionárias de âmbito estadual ou federal, excetuando–se a coleta de lixo e a drenagem, que tem um caráter eminentemente municipal. Para os propósitos deste relatório, serão considerados a partir deste recorte espacial.

Ao longo deste item será possível constatar que a atividade turística em Alagoas possui baixo nível de desenvolvimento em virtude da ausência de investimentos em infraestrutura física e em serviços ao longo de décadas. Essa realidade tem–se alterado à medida que o foco dos investidores, principalmente os europeus, passa a ser a aquisição de áreas ao longo do litoral alagoano, que apresentam propostas arquitetônicas para construção de equipamentos hoteleiros dirigidos ao turismo.

[69] Fonte: Site www.cmfor.ce.gov.br, acessado em ago/2010.

15.1. Rede Viária de Acesso ao Pólo Costa dos Corais

A Costa dos Corais é servida em toda sua extensão geográfica por malha viária pavimentada em asfalto, desde Maceió até Maragogi. As rodovias principais são a AL–101 Norte e BR–101 Sul, partindo de Recife e a PE–60 até à divisa dos dois estados, todas com razoável estado de conservação em termos de cobertura asfáltica na maior parte de suas respectivas extensões, mas deficientes em termos de sinalização horizontal e vertical e também em relação a sinalização turística. Existem ainda várias rodovias estaduais que interligam os municípios da Costa dos Corais entre si e com a rodovia BR 101: AL 435, AL 413, AL 105, AL 465, AL 460 e AL 430.

As informações sobre acessibilidade e infraestrutura foram retiradas do Plano de Infraestrutura para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Turismo de Alagoas, formulado pelo Governo do Estado de Alagoas (2009), além de observações de campo e pesquisa secundária em sites oficiais do Estado de Alagoas e da União. Também foram consideradas informações contidas no Plano Diretor do Porto de Maceió.

A partir de um levantamento de campo, realizado em agosto de 2010, foram construídos a Tabela 106 e a Figura 265 que detalham as condições das principais vias estaduais que interligam os municípios do Pólo. Abaixo segue a Figura 265 – Infraestrutura das Rodovias do Pólo Costa dos Corais.

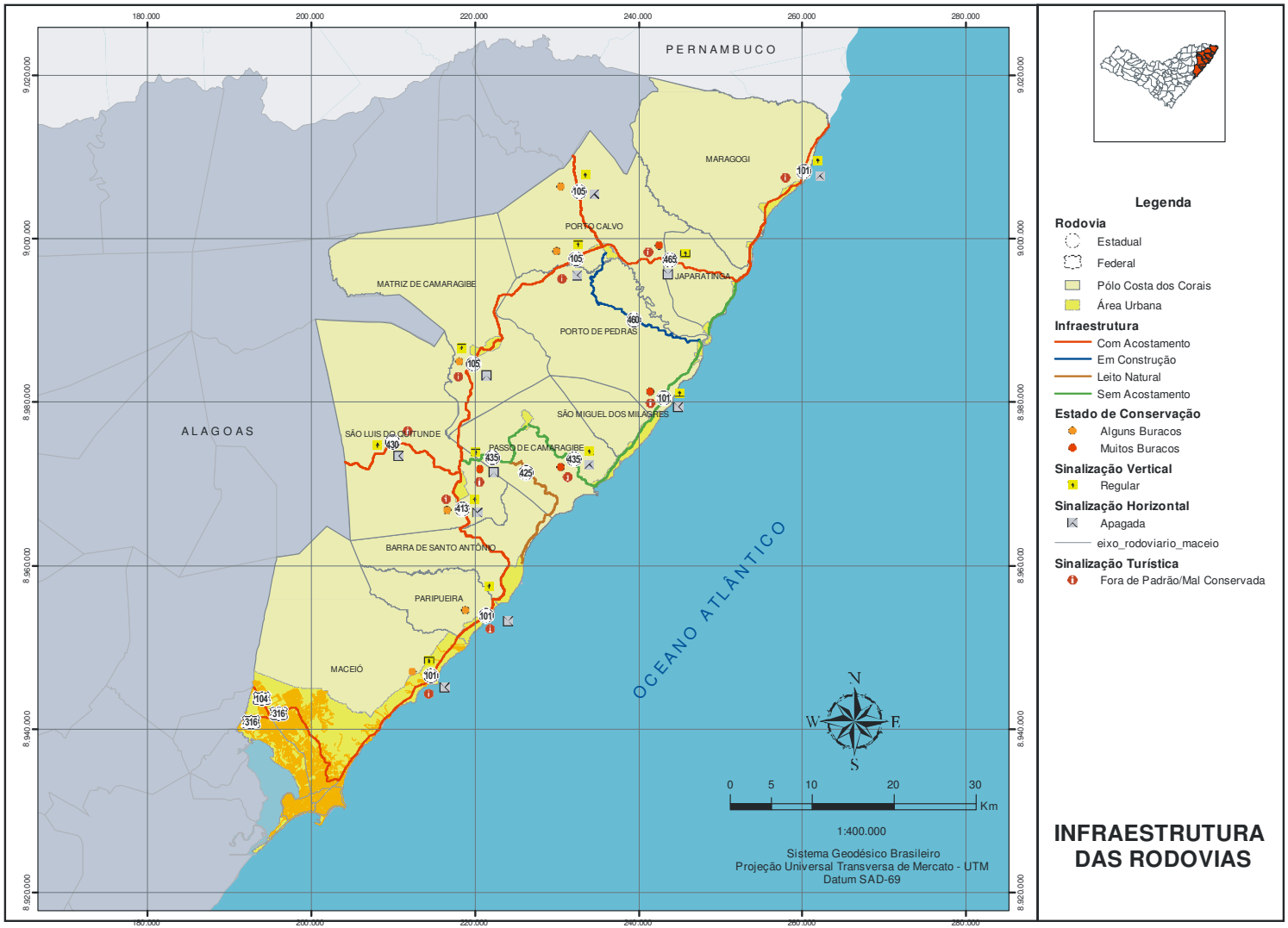


Figura 265 – Infraestrutura das Rodovias do Pólo Costa dos Corais
Autoria: Farias, S (2010)

A Figura 265 apresenta as principais vias de ligação do Pólo Costa dos Corais, detalhando a infraestrutura das vias quanto ao acostamento (com ou sem), tipo de pavimentação (asfalto ou leito natural), estado de conservação e as que estão em construção, além da sinalização vertical, horizontal e turística. Abaixo a Tabela 106 – Condições das Rodovias Estaduais do Pólo Costa dos Corais, que transcreve as condições das rodovias estaduais.

Tabela 106 – CONDIÇÕES DAS RODOVIAS ESTADUAIS DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

Rodovia	Trecho	Condição da rodovia
AL 101	Maceió/Paripueira/Barra de Santo Antônio	Rodovia com acostamento possui sinalização regulamentar de trânsito vertical, a sinalização regulamentar de trânsito horizontal está apagada, existe sinalização turística, mas está em desacordo com os padrões internacionais e algumas placas estão em mau estado de conservação; tem excesso de quebra–molas e está com alguns buracos.
AL 101	Barra de Camaragibe/São Miguel dos Milagres/Porto de Pedras	Rodovia sem acostamento possui sinalização regulamentar de trânsito vertical, a sinalização regulamentar de trânsito horizontal está apagada, existe sinalização turística, mas está em desacordo com os padrões internacionais e algumas placas estão em mau estado de conservação; tem excesso de quebra–molas (porém suaves) e está com muitos buracos.
AL 435	Passo de Camaragibe/Barra de Camaragibe	Rodovia sem acostamento possui sinalização regulamentar de trânsito vertical, a sinalização regulamentar de trânsito horizontal está apagada, existe sinalização turística, mas está em desacordo com os padrões internacionais e algumas placas estão em mau estado de conservação e está com muitos buracos.
AL 413	Barra de Santo Antônio/São Luiz do Quitunde	Rodovia com acostamento possui sinalização regulamentar de trânsito vertical, a sinalização regulamentar de trânsito horizontal está apagada, existe sinalização turística, mas está em desacordo com os padrões internacionais e algumas placas estão em mau estado de conservação, e está com alguns buracos.
AL 105	São Luiz do Quitunde/Matriz de Camaragibe/Porto Calvo	Rodovia com acostamento possui sinalização regulamentar de trânsito vertical, a sinalização regulamentar de trânsito horizontal está apagada, existe sinalização turística, mas está em desacordo com os padrões internacionais e algumas placas estão em mau estado de conservação, e está com alguns buracos.
AL 465	Porto Calvo/Japaratinga/ Maragogi	Rodovia sem acostamento possui sinalização regulamentar de trânsito vertical, a sinalização regulamentar de trânsito horizontal está apagada, existe sinalização turística, mas está em desacordo com os padrões internacionais e algumas placas estão em mau estado de conservação e está com muitos buracos.
AL 460	Porto Calvo/Porto de Pedras	Em construção.

(Autoria: Benamor, C. 2010)

Em 2009, o Governo do Estado de Alagoas apresentou um conjunto de ações de investimentos denominado Plano de Infraestrutura para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Turismo de Alagoas, cuja implementação objetiva o fortalecimento da

atividade turística como premissa para o crescimento econômico e democratização das oportunidades no Estado.

Na Tabela 107, abaixo, estão discriminados todos os projetos rodoviários para o Pólo Costa dos Corais para os próximos anos integrantes do Plano de Infraestrutura para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Turismo de Alagoas, com detalhamento dos valores estimados para cada obra e fonte de recursos, quando existente.

Tabela 107 – PROJETOS RODOVIÁRIOS DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

Trecho	Rodovia	Serviço	EXT. (Km)	Valor Estimado (obra)	Status (obra)	Valor estimado (Projeto)	Status (Projeto)	Recurso Existente			Fonte de Recursos	Recurso a Conquistar
								Gov. Federal	Emendas	Estado		
1	**AL–465/101**	Restauração da Rodovia AL–465/101, trecho: Porto Calvo – Japaratinga – Maragogi – Divisa AL/PE	43,8	R$ 32.000.000,00	A ser licitada	DER/AL*	Projeto Básico a ser elaborado	–	–	–	–	R$ 32.000.000,00
2	**AL–101**	Implementação de melhorias e pavimentação da AL–101, trecho: Japaratinga – Porto de Pedras	5	R$ 5.500.000,00	Licitada	–	Projeto Básico concluído	–	–	–	–	R$ 5.500.000,00
3	**AL–460**	Implantação e pavimentação da AL–460, trecho: Porto de Pedras – Porto Calvo	26	R$ 68.000.000,00	Em andamento	–	Projeto Básico concluído / Projeto Executivo em andamento	–	R$ 27 Milhões	–	Ministério do Turismo	R$ 41.000.000,00
4	**AL–105**	Restauração da Rodovia AL–105, trecho: Matriz – Porto Calvo	24,77	R$ 18.000.000,00	Licitada	–	Projeto Básico concluído	–	–	–	–	R$ 18.000.000,00
5	**AL–101**	Restauração com melhoramentos da Rodovia AL–101, trecho: Barra de Camaragibe – Porto de Pedras	22,9	R$ 16.200.000,00	A ser licitada	DER/AL*	Projeto Básico a ser elaborado	–	–	–	–	R$ 16.200.000,00
6	**AL–413/105**	Restauração da AL–413/105, trecho: Barra de Santo Antônio – São Luiz do Quitunde – Matriz	35,6	R$ 26.000.000,00	A ser licitada	DER/AL*	Projeto Básico a ser elaborado	–	–	–	–	R$ 26.000.000,00
7	**AL–430/435**	Restauração com melhoramentos AL–430/435, trecho: São Luis do Quitunde / Passo e Barra de Camaragibe	28,2	R$ 20.000.000,00	A ser licitada	DER/AL*	Projeto Básico a ser elaborado	–	R$ 9 Milhões	–	Ministério do Turismo	R$ 20.000.000,00
8	**AL–101**	Implantação e pavimentação da Rodovia AL–101, trecho: Barra de Santo Antônio – Barra de Camaragibe	15	R$ 15.000.000,00	A ser licitada	–	Projeto Executivo em andamento	–	–	–	–	R$ 6.000.000,00
9	**AL–430**	Restauração da AL–430, trecho: Entr. BR–101 – São Luis do Quitunde	28,4	R$ 18.000.000,00	A ser licitada	–	–	–	–	–	–	R$ 18.000.000,00
10	**AL–105**	Implantação e pavimentação da AL–105, trecho: Pov. Cachoeira do Meirim – São Luiz do Quitunde (Flamenguinha)	28	R$ 31.900.000,00	Em fase de licitação	–	Projeto Básico concluído	R$16,5 Milhões	–	R$1,5 Milhões	Ministério do Turismo	R$ 13.900.000,00
11	**AL–101**	Duplicação e Restauração da Rodovia AL–101, trecho: Maceió – Barra de Santo Antônio	29,2	R$ 240.000.000,00	A ser licitada	R$6.000.000,00	Projeto Básico concluído / Projeto Executivo a ser contratado	–	–	–	–	R$ 246.000.000,00
12	**Acesso/AL–412**	Implantação e Pavimentação do acesso ao Aeroporto Internacional Zumbi dos Palmares, trecho: Entr. BR–101 – Pov. Cachoeira do Meirim – Entr. AL–101 (Saúde)	26,8	R$12.300.000,00	Paralisada	–	Projeto Executivo concluído	–	–	–	–	R$12.300.000,00
		TOTAL	**313,67**	**R$ 490.600.000,00**	**–**	**R$6.000.000,00**	**–**	**R$16,5 Milhões**	**R$ 36 Milhões**	**R$1,5 Milhões**	**–**	**R$ 442.600.000,00**

(Autoria: Benamor, C. 2010)

Para melhor visualização dos dados da Tabela 107, foi construída a Figura 266 que apresenta alguns dos projetos rodoviários integrantes do Plano de Infraestrutura para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Turismo de Alagoas e também a construção do aeroporto de Maragogi, em fase de licenciamento ambiental.

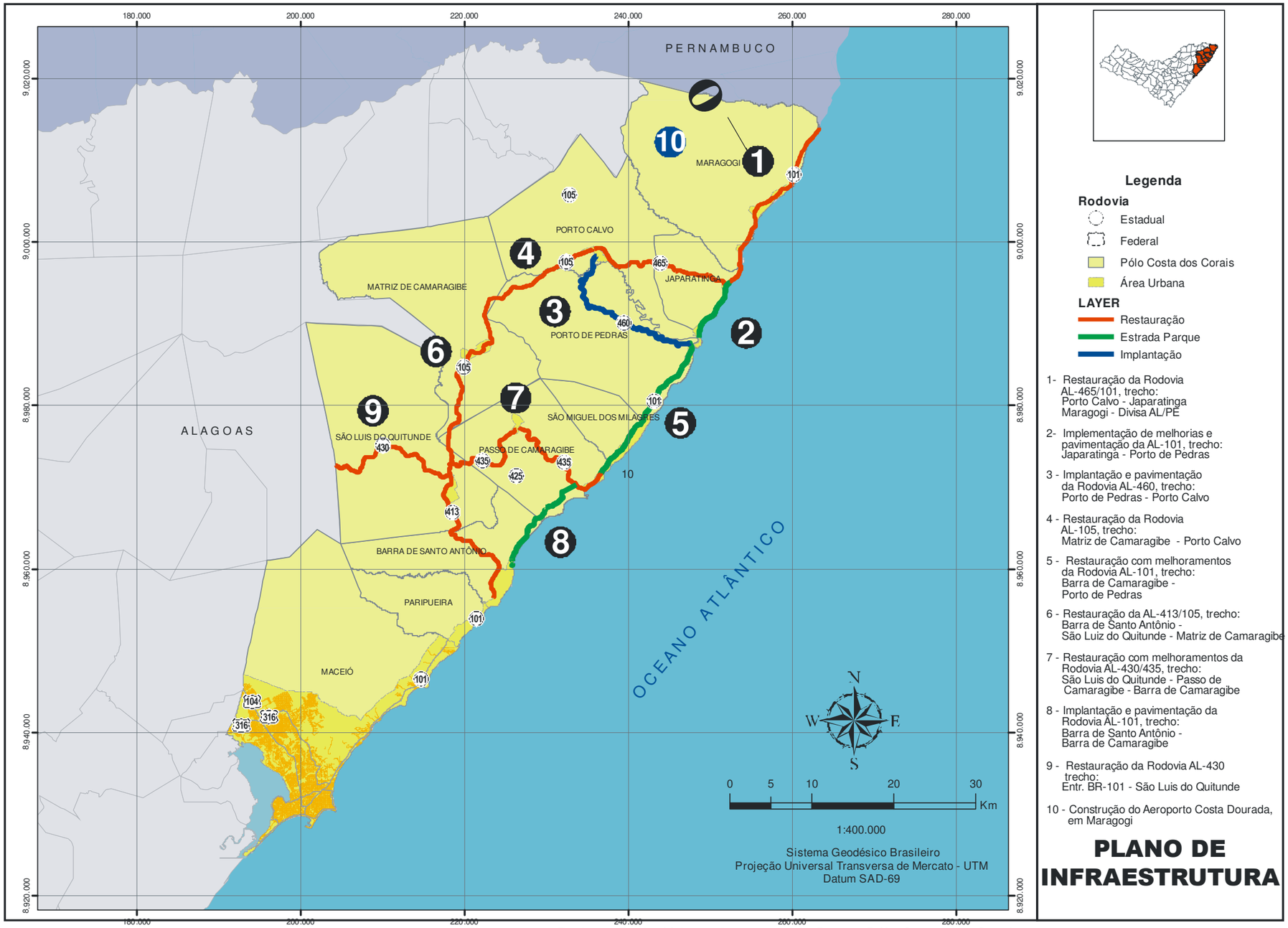


Figura 266 – Projetos Rodoviários e Aeroportuário Para o Pólo Costa dos Corais
Autoria: Farias, S (2010)

A acessibilidade rodoviária do litoral alagoano precisa de intervenções em sua infraestrutura. Isso está sendo implementado como uma das ações de intervenção do Governo do Estado a partir do Plano de Infraestrutura para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Turismo.

Além da pavimentação danificada, há trechos em que a sinalização horizontal está praticamente apagada e a sinalização vertical é totalmente inexistente. Isso prejudica imensamente o acesso aos municípios litorâneos assim como aumenta a insegurança viária, principalmente ao longo dos perímetros urbanos.

Em relação ao transporte intermunicipal, um plano de reestruturação do sistema já foi elaborado e orçado e visa promover a racionalização do transporte rodoviário intermunicipal bem como a estruturação dos terminais rodoviários com a construção, adequação e/ou relocação dos mesmos.

Por outro lado, um novo corredor de transportes começou a ser construído esse ano e prevê a interligação de vários bairros da chamada parte alta da cidade de Maceió às praias do litoral norte. O Projeto de construção da Eco–Via Norte apresenta ramificações por cinco bairros[70].

Figura 267 e Figura 268 – Vistas do antes e depois da implementação do projeto de construção da Eco–Via Norte, 2010

15.1.1. Eixo viário Vale do Reginaldo

O Projeto Integrado de Urbanização do Vale do Reginaldo é uma parceria resultante de esforços do Estado, Prefeitura Municipal de Maceió e União, cujos frutos já começaram a ser colhidos. Trata–se de uma obra urbanística que prevê a construção de doze conjuntos habitacionais dotados de abastecimento d'água, energia elétrica, esgotamento sanitário e iluminação pública contempla também a construção de escola, centro de saúde, creche, áreas de lazer, equipamentos de ginástica para a comunidade e ciclovias. A parte que cabe ao município é a implantação de duas pistas de rolamento margeando o riacho, que darão acesso a todos os bairros circunvizinhos, abastecimento d'água, rede de esgoto e sistema de iluminação[71].

[70] Fonte: Site www.ojornalweb.com/.../eco-via-norte-prefeitura-pretende-construir-corredor-viario-ainda-este-ano, *acessado em ago/2010.*

[71] Fonte: Sites http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=655982 e http://gazetaweb.globo.com/v2/noticias/texto_completo.php?c=194223, ambos acessados em ago/2010.

15.1.2. Projeto de Construção da Ciclovia da Via Expressa

A SOMURB – Superintendência Municipal de Obras e Urbanização, hoje Secretaria da Construção da Infraestrutura, em parceria com a SMTT, deu início a esse projeto ainda em 2006, mas que até à presente data não obteve sua conclusão.
Uma outra parte do projeto, que interligou as praias de Jatiúca e Cruz das Almas, já foi concluída e era uma antiga reivindicação uma vez que o acesso anteriormente só era possível por uma rua que passa por trás do Hotel Jatiúca[72].

Figura 269 – Construção da Ciclovia da Via Expressa, 2010
(Autoria: Benamor, C. 2010)

15.1.3. Infraestrutura Aeroportuária

O Estado de Alagoas inaugurou em novembro de 2005, nos municípios de Maceió e Rio Largo (existe uma discussão administrativa entre esses dois municípios para definição de limites geográficos, especula–se que o terminal de passageiros está localizado no limite do município de Rio Largo e a pista no município de Maceió) o Aeroporto Internacional Zumbi dos Palmares, localizado na BR 104 – Km 91, com 22m² o terminal de passageiros com capacidade para receber 1,2 milhão de passageiros por ano.

Na Tabela 108 apresenta–se os dados técnicos do Aeroporto Internacional Zumbi dos Palmares.

Tabela 108 – COMPLEXO AEROPORTUÁRIO DE MACEIÓ

AMBIENTES	ÁREA (m²)	CAPACIDADE
Sítio Aeroportuário	4.873.714,14	–
Pátio das Aeronaves	56.143,00	–
Pista	117.000,00	–
Terminal de Passageiros	22.000,00	1,2 milhão / ano
Estacionamento	–	583 vagas
Balcões de Check–in	–	24 unidades
Estacionamento de Aeronaves	–	17 posições

(Fonte: http://www.infraero.gov.br, 2010)

[72] Fonte: Site http://maceio.id5.com.br/noticias/index.asp?vCod=4613, acessado em ago/2010.

15.1.4. Alça Viária do Aeroporto Internacional Zumbi dos Palmares

A alça viária para o Aeroporto Internacional Zumbi dos Palmares consiste na construção de rotatória e passagem elevada em dois sentidos, além de quatro pistas laterais e calçada para pedestres com intuito de facilitar o tráfego de passageiros no entorno do aeroporto. Desde agosto de 2010, encontra–se em funcionamento e facilita o tráfego de turistas à capital e a outros municípios do interior alagoano. A obra obteve recurso do Ministério do Turismo e contrapartida estadual.

Figura 270 – Vista do projeto, hoje concluído,
da alça viária do aeroporto Zumbi dos Palmares, 2010
(Fonte: DER/AL, 2010)

Como uma das ações de resgate da área turística, o Ministério do Turismo financiará a obra de construção do aeroporto Costa Dourada, localizada na divisa entre Alagoas e Pernambuco. Essa ação irá fortalecer ainda mais o desenvolvimento da Costa dos Corais. Sua localização é considerada estratégica, visto que dista 120 km de Maceió e 125 km da capital de Pernambuco, Recife.

A obra prevê a construção de terminal de passageiros com capacidade inicial para receber 132 mil pessoas ao ano e a construção de uma pista de pouso e decolagem medindo 45m x 1.600m. Atualmente o projeto encontra–se em fase de licenciamento ambiental para posterior início do processo licitatório que será elaborado pela Secretaria de Estado da Infraestrutura.

Atualmente, o único aeroporto de Alagoas que serve ao Pólo Costa dos Corais é o Zumbi dos Palmares, localizado em Maceió. Além desse, o Aeroporto Internacional de Recife também serve como portão de entrada para Maragogi.

Porém, com a implantação do aeroporto de Maragogi, acredita–se que os ganhos econômicos e sociais sejam ainda maiores, uma vez que tais ações permitirão o aumento do número de turistas que permanecerão nos respectivos municípios e circunvizinhanças auxiliando na movimentação econômica dos mesmos com geração renda, aumento na oferta de empregos e na melhoria de infraestrutura básica e na diversificação dos serviços e equipamentos turísticos.

15.1.5. Infraestrutura Portuária

O Estado de Alagoas possui um único porto de uso público, localizado na área leste da cidade de Maceió, entre as Praias de Pajuçara e Jaraguá.

Seu papel principal em Maceió está vinculado ao desenvolvimento da economia de Alagoas, uma vez que permite o escoamento da produção do Estado assim como o abastecimento de

quase todas as suas regiões. Através das operações de atendimento aos navios de longo curso e de cabotagem, facilita a descarga de insumos básicos, como trigo, derivados de petróleo e, especialmente fertilizantes e insumos, indispensáveis para a cultura de cana–de–açúcar que é a principal atividade agrícola da região litorânea de Alagoas, proporcionando, assim, o carregamento dos produtos para exportação, como o açúcar, álcool e melaço, além de cimento, dentre outros.

O acesso ao Porto de Maceió pode ser realizado por via terrestre (rodoviária e ferroviária) ou aquaviária (marítima).

.

Figura 271 – Ligações Terrestres Porto de Maceió
(Fonte: Zoneamento Econômico Costeiro do Estado de Alagoas, 2009)

O Porto de Maceió, assim como os demais portos nacionais, não apresenta infraestrutura adequada para o recebimento de Cruzeiros Marítimos. Este mercado, segundo a ABREMAR – Associação Brasileira de Representantes de Empresas Marítimas – está em franca expansão, crescendo 25% ao ano, tendo sido na temporada de 2006/2007 arrecadado mais de US$ 40 milhões, o dobro da temporada anterior, o que gerou 5 mil novos postos de trabalho.

Apesar dessa constatação, verifica–se que o Porto de Maceió não possui um píer específico para passageiros e tampouco está dotado de infraestrutura turística e de entretenimento e lazer para receber os passageiros que desembarcam na cidade. Essa situação provoca entraves para as operações comerciais do Porto, pois sempre que esse tipo de embarcação aporta, as demais operações são totalmente paralisadas, conforme diagnóstico do Plano Diretor do Porto de Maceió.

Já está comprovado que a atividade de cruzeiros marítimos traz muitos outros benefícios, além de proporcionar a movimentação econômica local. Auxilia a expansão dos negócios ligados ao turismo, o aumento das oportunidades de emprego e renda, a melhoria da infraestrutura de serviços assim como a divulgação dos destinos, entre outros.

15.2. Sistema de Abastecimento de Água

A Companhia de Saneamento do Estado de Alagoas – CASAL presta serviços para 76% dos municípios do Estado. No litoral norte alagoano, dos municípios que compõem a Costa dos Corais apenas os municípios de São Miguel dos Milagres, São Luiz do Quitunde, Barra de Santo Antônio e Porto Calvo, não estão conveniados com essa Companhia, possuindo serviços próprios de abastecimento de água.

A Figura 272 abaixo indica todos os municípios que mantêm Convênios de operação de seus Sistemas de Abastecimento de Água com a CASAL, num total de 78 municípios.

Figura 272 – Municípios Alagoanos que Mantêm Convênios de Operação do Sistema de Abastecimento de Água Com a CASAL
(Fonte: CASAL, 2010)

A CASAL atende todo o Estado de Alagoas dividida em seis gerências regionais, das quais duas gerências atendem a região da Costa dos Corais: a Comercial Metropolitana e a Comercial do Leste.

A Gerência Comercial Metropolitana atende o município de Maceió. São quatro os mananciais utilizados para abastecimento da cidade de Maceió:

a) **Riacho Catolé**. Uma represa regulariza sua vazão para cerca de 320 l/s, conduzida por aqueduto por gravidade com 13 km de comprimento ligando a captação à Estação de Tratamento do Cardoso, em Bebedouro. Construído entre 1950 e 1952, este sistema está exaurido em sua capacidade de produção, respondendo hoje (juntamente com o Aviação) por cerca de 20% do abastecimento de Maceió.

b) **Riacho Aviação**. Situado junto ao Catolé, utiliza as sobras do Sistema Catolé somada à vazão do próprio Riacho Aviação, num total de 180 l/s. A água é tratada por um sistema de filtros ascendentes e bombeada para o reservatório da Cidade Universitária, de onde é distribuída para toda a área alta (Tabuleiro, Clima Bom, Colina dos Eucaliptos, e adjacências).

c) **Poços profundos**. Cerca de 180 unidades espalhadas por toda cidade, totalizam uma vazão de cerca de 2.000 l/s. Bombas submersas elevam a água captada para os reservatórios existentes na cidade sendo que boa parte delas injetam diretamente na rede de distribuição. A água é apenas clorada, pois sua qualidade dispensa outro tipo de tratamento. Respondem por cerca de 60% da vazão produzida na capital. Estão incluídos, neste total, tanto os poços que pertencem a sistemas isolados, normalmente atendendo conjuntos habitacionais específicos, quanto os que se encontram interligados no macro Sistema de Abastecimento de Maceió, ao qual se juntará o Sistema Pratagy.

d) **Sistema Pratagy**. Foi projetado para em sua primeira etapa produzir 1.080 l/s na captação, mas atualmente produz apenas 360 l/s (vazão teórica) o equivalente a 25% do total do sistema em sua etapa final. Na captação o sistema já esta em pleno funcionamento tanto a Estação Elevatória de Água Bruta (EEAB), quanto a bomba gerando a vazão supracitada. A adutora de água bruta possui um diâmetro de 900 mm e uma extensão de aproximadamente 8 km sendo o seu material em aço carbono. A Estação Elevatória de Água Tratada (ETA) encontra–se construída e em operação, porém a vazão projetada é de 1.080 l/s e a vazão atualmente tratada é de 360 l/s.

Em sua etapa final, está prevista para serem abastecidos todos os bairros, mas atualmente estão sendo abastecidos os seguintes: Pajuçara, Jaraguá, Ponta verde, Jatiúca, Mangabeiras, Jacarecica, Ponta da Terra, Poço, Cruz das almas, Jacintinho e Feitosa.

Quanto ao tratamento de água a cidade de Maceió é abastecida por 3 estações de tratamento:

1. Estação de Tratamento do Pratagy. Estação do tipo convencional, cujas fases de tratamento são: coagulação, floculação, decantação, filtração e desinfecção. Atualmente trata uma vazão media de 700 l/s, captando água do Rio Pratagy, com regime de operação de 24 h/dia, produzindo uma media de 60.500 m³/dia de água tratada.

2. Estação de Tratamento do Cardoso. Estação do tipo convencional, cujas fases de tratamento são: coagulação, floculação, decantação, filtração e desinfecção. Atualmente trata urna vazão media de 320 l/s, captando água da Barragem do Catolé, com regime de operação de 24 h/dia, produzindo uma media de 27.500 m³/dia de água tratada.

3. Estação de Tratamento do Aviação. Estação do tipo compacta, cujas fases de tratamento são: coagulação, filtração rápida e desinfecção. Atualmente trata uma vazão media de 180 us, captando água da Barragem do cactóide, com regime de operação de 24 h/dia, produzindo uma media de 15.500 m³/dia de água tratada. Os produtos químicos utilizados nessas 3 estações de tratamento são os mais comuns e universalmente utilizados em tratamento de água. Além dessas 3 Estações de Tratamento a CASAL ainda possui 180 poços profundos que também contribuem com o abastecimento da cidade de Maceió.

A distribuição da água tratada é feita por cerca de 1.200 km de tubulação com diâmetros de 20 a 600 mm interligadas a 150.000 residências, pontos comerciais, indústrias ou prédios públicos, que compõem o Sistema de Distribuição da cidade. Este Sistema se divide em três macro–zonas de abastecimento:

– Zona Alta. Compreende o platô mais alto da cidade, indo da Cidade Universitária, ao norte, até uma linha transversal entre o Parque das Flores e a Chã de Bebedouro.

– Zona Média. Da linha citada, a área se estende até ás Avenidas Comendador Gustavo Paiva, Comendador Calaça e Rua Barão de Atalaia.

– Zona Baixa. Abrangendo toda a área baixa da cidade, faixa lagunar e costeira, próximo ao nível do mar.

Já a Gerência Comercial do Leste atende os municípios de Porto de Pedras, Japaratinga, Matriz de Camaragibe, Paripueira, Passo de Camaragibe e Maragogi. Abaixo detalhamos os tipos de mananciais que atendem esses municípios, bem como vazão, tipo de tratamento e tempo de operação diária.

Porto de Pedras. A água que abastece a cidade de Porto de Pedras é oriunda da Barragem da Cancelinha, com uma vazão média de tratamento de 5,10 litros por segundo, a ETA é constituída de um clarificador de contato ascendente e opera por cerca de 20 horas por dia.

Japaratinga. A água que abastece a cidade de Japaratinga é proveniente de poços profundos com uma média de profundidade em torno de 90 metros e uma vazão de 4,20 litros por segundo, operando 24 horas por dia.

Matriz de Camaragibe. A água que abastece a cidade de Matriz de Camaragibe é originada de poços profundos com uma profundidade média de 150 metros e uma vazão de tratamento de 22,74 litros por segundo. Operando 24 horas por dia.

Paripueira. A água que abastece a cidade de Paripueira é originada de poços profundos com uma profundidade média de 180 metros e uma vazão de tratamento de 24,14 litros por segundo. Com uma operação de 24 horas por dia.

Passo de Camaragibe. A água que serve para abastecer a cidade do Passo de Camaragibe é proveniente do manancial do Rio Jacaretinga. Com uma estação de tratamento por floto–filtração, uma das mais modernas do país, e uma vazão de tratamento de 18,0 litros por segundo, operando por 18 horas diárias.

Maragogi. A água que abastece a cidade de Maragogi e o povoado de Barra Grande é originada de poços profundos com uma profundidade média de 205 metros e uma vazão de tratamento de 30,27 litros por segundo. Com uma operação de 24 horas por dia.

Abaixo a Tabela 109 detalhando o abastecimento de água nos municípios da Costa dos Corais.

Tabela 109 – POPULAÇÃO E ÍNDICE DE COBERTURA COM ABASTECIMENTO DE ÁGUA NOS MUNICÍPIOS DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO		Nº DE DOMICÍLIOS		TX. OCUPAÇÃO		Nº ECON. RESID. ATIVAS		POPULAÇÃO ATENDIDA		ÍNDICE DE COBERTURA	
	URBANA	RURAL	URBANA	RURAL	URBANA	RURAL	URBANA	RURAL	URBANA	RURAL	URBANA	RURAL
JAPARATINGA	3.226	4.120	836	1.068	3,86	3,86	390	408	1.505	1.574	**46,65**	**38,20**
MACEIÓ	**926.816**	**721**	**269.349**	**220**	**3,44**	**3,28**	**153.631**	**165**	**766.282**	**541**	**82,68**	**75,00**
MARAGOGÍ	18.550	8.325	4.539	2.235	4,09	3,72	3.258	1.984	13.315	7.390	**71,78**	**88,77**
MATRIZ DE CAMARAGIBE	20.870	4.622	4.969	1.070	4,20	4,32	2.994	0	12.575	0	**60,25**	**0,00**
PARIPUEIRA	11.683	913	2.921	233	4,00	3,92	2.837	0	11.348	0	**97,13**	**0,00**
PASSO DE CAMARAGIBE	7.259	5.245	1.973	1.097	3,68	4,78	1.641	0	6.038	0	**83,17**	**0,00**
PORTO DE PEDRA	5.512	4.451	1.417	1.112	3,89	4,00	905	0	3.520	0	**63,87**	**0,00**
TOTAL	**1.013.368**	**33.643**	**291.724**	**8.389**	**31**	**32**	**165.656**	**2.557**	**814.582**	**9.505**		

(Autoria: Benamor, C. 2010)

15.2.1. Investimentos Previstos em Abastecimento de Água.

No plano de investimentos em infraestrutura do Governo do Estado de Alagoas estão indicados investimentos em abastecimento de água em todos os municípios litorâneos componentes da área de estudo, excetuando–se Maceió que recebeu investimentos recentes para essa área.

Tabela 110 – INVESTIMENTOS DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA COSTA DOS CORAIS

MUNICÍPIOS	VALOR ESTIMADO (R$)	POPULAÇÃO BENEFICIADA
Barra de Santo Antônio	3.940.353,00	12.362
Japaratinga	1.021.729,00	3.146
MACEIÓ	–	–
Maragogi	500.000,00	16.979
Matriz de Camaragibe	–	–
Paripueira	3.760.657,00	8.438
Passo de Camaragibe	2.463.664,00	9.125
Porto Calvo	–	–
Porto de Pedras	2.775.087,00	6.812
São Luiz do Quitunde	–	–
São Miguel dos Milagres	697.270,00	4.765
TOTAL	**15.158.760,00**	**61.627**

(Fonte: Plano de Infraestrutura para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Turismo de Alagoas – Governo do Estado de Alagoas, 2009)

Além dos investimentos listados acima, a obra de Implantação dos Anéis de Distribuição de Água de Maceió foi iniciada em abril do ano em curso e prevê a ampliação do sistema de distribuição de água na orla marítima de Maceió, nos bairros de Ponta da Terra, Ponta Verde, Jatiúca, Mangabeiras e Cruz das Almas[73].

Observa-se que atualmente o estado de Alagoas tem se mobilizado no sentido de operacionalizar alternativas para essa região, mas apesar dos citados investimentos, muito ainda há por fazer: quando se fala em desenvolvimento e incremento da atividade econômica, a provisão de infraestrutura deve ser pensada concomitantemente. Não foi isso o que ocorreu desde 2002 nessa rota indutora de turismo.

É notório que a deficiência da infraestrutura básica, aqui entendida por: saneamento básico (água potável, esgotamento sanitário, coleta e destinação de lixo e drenagem urbana) e sistema de energia e comunicação são fatores que afetam diretamente o desenvolvimento econômico: turismo requer infraestrutura de qualidade. Infraestrutura de qualidade fomenta a economia dessas cidades que detém baixíssimos índices sociais e que vêem na economia do turismo uma grande oportunidade de desenvolvimento

O aumento do fluxo turístico e das atividades a ele atreladas interferem diretamente na capacidade de oferta de tais serviço, motivo pelo qual é imprescindível investimentos nessa área.

[73] Fonte: Site http://www.infraestrutura.al.gov.br/servicos/obras/abastecimento-de-agua/implantacao-dos-aneis-de-distribuicao-de-agua-de-maceio/, acessado em ago/2010.

15.3. Sistema de Esgotamento Sanitário

Nos últimos anos observa–se um avanço no percentual de atendimento da população com rede coletora de esgoto sanitário nos municípios de Maceió e Maragogi, os quais passaram de 25% para 31,86% e de 6% para 85,79%, respectivamente. Mesmo com esse avanço a situação ainda é bastante preocupante, pois o baixíssimo índice de implantação de rede de esgotos pode acarretar a inviabilidade do desenvolvimento do turismo na área de planejamento. O nível de atendimento total da área é muito baixo, apenas Maceió e Maragogi têm rede de esgotamento sanitário implantado. Por serem obras de elevado custo financeiro, exige forte presença do Estado e da União para elaborar e executar programas objetivando implantação, ampliação, tratamento e melhorias do sistema de esgotamento sanitário já existente.

Considerando a vocação turística das cidades do Pólo Costa dos Corais induzida por suas principais atrações naturais, as praias, torna–se imperativo e urgente investimentos financeiros visando a ampliação do sistema de esgotamento sanitário, como única maneira de reduzir ou até mesmo acabar com a poluição de suas praias e rios.

Tabela 111 – POPULAÇÃO E ÍNDICE DE COBERTURA COM ESGOTAMENTO SANITÁRIO NOS MUNICÍPIOS DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO*		Nº DE DOMICÍLIOS		TX. OCUPAÇÃO		Nº ECON. RESID. ATIVAS		POPULAÇÃO ATENDIDA		ÍNDICE DE COBERTURA	
	URBANA	RURAL	URBANA	RURAL	URBANA	RURAL	URBANA	RURAL	URBANA	RURAL	URBANA	RURAL
JAPARATINGA	3.226	4.120	836	1.068	3,86	3,86	0	0	0	0	**0,00**	**0,00**
MACEIÓ	**926.816**	**721**	**269.349**	**220**	**3,44**	**3,28**	**50.100**	**0**	**295.328**	**0**	**31,86**	**0,00**
MARAGOGÍ	18.550	8.325	4.539	2.235	4,09	3,72	417	1712	1.704	6.377	**9,19**	**76,60**
MATRIZ DE CAMARAGIBE	20.870	4.622	4.969	1.070	4,20	4,32	0	0	0	0	**0,00**	**0,00**
PARIPUEIRA	11.683	913	2.921	233	4,00	3,92	0	0	0	0	**0,00**	**0,00**
PASSO DE CAMARAGIBE	7.259	5.245	1.973	1.097	3,68	4,78	0	0	0	0	**0,00**	**0,00**
PORTO DE PEDRA	5.512	4.451	1.417	1.112	3,89	4,00	0	0	0	0	**0,00**	**0,00**
TOTAL	**1.013.368**	**33.643**	**291.724**	**8.389**	**31**	**32**	**50.517**	**1.712**	**297.032**	**6.377**		

* População estimada – IBGE 2009 (Fonte: CASAL, 2010)

Os dados acima apresentados refletem uma realidade perversa, a qual se encontra o sistema de esgotamento sanitário da região como um todo. É inquestionável os elevados custos de tais empreendimentos, entretanto a falta de investimentos nessa área compromete decisivamente o equilíbrio ambiental e as condições de saúde pública da região.

15.3.1. Sistema de Esgotamento Sanitário de Maceió

O sistema coletor de esgotos sanitários na cidade de Maceió atinge cerca de 170.000 habitantes, ou seja, em torno de 27% da população da cidade. Se o índice percentual é pequeno, não se pode deixar de verificar que as condições topográficas e geológicas da cidade, analisadas sob o aspecto de disposição de esgotos, não estão a exigir uma cobertura total, pelo menos no momento.

Esta afirmação pode ser compreendida quando verificamos que toda a área alta de Maceió (Farol/Tabuleiro), que representa parte considerável da zona urbana, tem solo silto–arenoso de boa absorção, com nível freático além de 50 m de profundidade, tornando a solução individual fossa/sumidouro uma opção recomendável para baixos níveis de densidade demográfica. Evidentemente, nas zonas baixas, com lençol próximo à superfície e nas altas taxas de população urbana, a rede coletora apresenta–se como solução mais adequada senão única.

Maceió possui três bacias de esgotamento:
Bacia Sudoeste (Lagunar). Envolvendo a faixa lagunar da Mundaú, desde as cabeceiras ao norte da cidade, acima da região denominada Clima Bom, até à faixa costeira das Praias do Pontal e Sobral, tendo como limite sudeste a Av. Durval de Góes Monteiro.

Bacia do Reginaldo/Salgadinho. Vai desta vertente citada, no sentido longitudinal do vale do córrego de mesmo nome, até sua foz, na Praia da Avenida, tendo como limite ao norte o Loteamento Palmares e os Conjuntos Simol e Benedito Bentes, e a sudeste a vertente da Avenida Comendador Gustavo Paiva;

Bacia Sudeste (da Pajuçara). Vai desta vertente ate à faixa costeira das Praias da Avenida (acima da foz do Reginaldo), Porto de Jaraguá e Praias de Pajuçara, Ponta Verde, Jatiúca, Cruz das Almas e Jacarecica.

Existem cerca de 190 km de tubulações coletoras em Maceió, atendendo a cerca de 29.000 ligações ativas. Esta rede se estende pela área central, Jaraguá, Pajuçara, Ponta Verde e Jatiuca até à Av. Amélia Rosa. Daí para frente, apesar de já estar construído o interceptor, não há redes coletoras excetuando–se a região próxima do Hotel Jatiúca (prédios situados atrás do Hotel) e alguns prédios próximos ao interceptor.

A área de topografia plana e próxima ao mar, exige a existência de elevatórias que existem em número de 12 na Bacia Sudoeste, 9 na Bacia do Reginaldo e 5 na Bacia Sudeste. Todo o volume coletado é encaminhado ao Emissário Submarino existente na Praia do Sobral.

Quanto ao tratamento do esgoto, o Emissário Submarino recebe todo o volume coletado, após um pré–tratamento (gradeamento grosseiro e fino, homogeneização e desarenação), o envia a cerca de 3,6 km da praia, onde a lâmina mínima de água é de 15 m e a corrente tem direção sul em praticamente todo o ano.

Somente o Conjunto Benedito Bentes tem um sistema próprio de tratamento, com três lagoas de estabilização por aeração mecânica, atualmente em processo de recuperação de suas características físicas e substituição de seus equipamentos eletro–mecânicos.

O emissário opera com apenas parte de sua capacidade (~20%) já que dimensionado para receber a vazão produzida em toda a futura rede de esgotos da cidade de 1.000.000 de habitantes. Tal disponibilidade permite concentrar os esforços na construção de redes coletoras já que o problema de tratamento e disposição está solucionado.

Ressalte–se a necessidade de serviços de recuperação e manutenção em toda a estrutura do Emissário Submarino, tanto em terra como no mar.

À semelhança do que está previsto ocorrer com o abastecimento de água, os investimentos no sistema de esgoto abrangem todos os municípios do litoral alagoano, objeto deste estudo. Não há previsão de investimentos em esgotamento sanitário, nos municípios de Maragogi nem de Maceió, visto a liberação de recursos ocorrida anteriormente para esta finalidade e o fato de se encontrar em fase de implantação.

No que se refere às ligações intradomicialiares, em conjunto com os demais municípios do litoral, está previsto investimento nesse município, como pode ser observado na Tabela 112 abaixo.

Tabela 112 – INVESTIMENTOS DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO NA COSTA DOS CORAIS

MUNICÍPIOS	ESGOTAMENTO SANITÁRIO	LIGAÇÕES INTRADOMICILIARES	
	VALOR ESTIMADO (R$)	VALOR ESTIMADO (R$)	NÚMERO DE LIGAÇÕES
Barra de Santo Antônio	32.339.274	1.376.989	1.530
Japaratinga	3.729.995	549.933	611
MACEIÓ	–	–	–
Maragogi	0,00	1.281.040	1.423
Matriz de Camaragibe	–	–	–
Paripueira	31.818.596	939.199	1.043
Passo de Camaragibe	9.611.396	1.015.758	1.128
Porto Calvo	–	–	–
Porto de Pedras	7.671.714	759.123	843
São Luiz do Quitunde	–	–	–
São Miguel dos Milagres	11.754.818	1.930.523	589
TOTAL	**96.925.793**	**7.852.565**	**7.167**

(Fonte: Plano de Infraestrutura para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Turismo de Alagoas – Governo do Estado de Alagoas, 2009)

15.4. Limpeza Urbana

Pela Constituição Federal de 1988, os serviços de limpeza urbana são de competência dos municípios.

Nos municípios que compõem o Pólo Costa dos Corais não é diferente do resto do Brasil. A limpeza urbana não é tratada com a devida prioridade para o desenvolvimento do turismo sustentável. Os problemas vão desde a irregularidade na coleta, coleta executada com equipamentos improvisados, tais como: caminhões inadequados (sem cobertura) e trator com carroça, que facilitam a transmissão de doenças, visto que, com a ação dos ventos, espalham-se lixo e chorume pelas ruas. Além disso, a disposição inadequada em valas e lixões a céu aberto, além de afrontarem a legislação em vigor, causam sérios problemas ao meio ambiente.

Cabe ressaltar que tal inconformidade ocorre desde 2002 em todos os municípios do Pólo; Outrossim, em nenhum deles detectou-se a presença de aterros sanitários, incineradores e/ou usinas de compostagem.

É mister, portanto, a construção de Planos Integrados de Gerenciamento de Resíduos Sólidos para os municípios da área em discussão e sua conseqüente aplicação. Não havendo a implementação desses planos integrados, a questão dos resíduos sólidos será um fator inibidor do turismo na região. A Figura 273 abaixo apresenta a falta de cuidado dos municípios com a limpeza urbana: coleta realizada com equipamentos inadequados, lixeiras impróprias e sem manutenção.

Em síntese, os problemas apontados inerentes da infraestrutura básica deficitária dos municípios que fazem parte do Pólo Costa dos Corais**,** influem diretamente no equilíbrio ambiental e, por conseguinte, afetam o desenvolvimento do turismo na região.

Excetuando-se Maceió, que inaugurou seu primeiro aterro sanitário no primeiro semestre de 2010, nenhum outro município da Costa dos Corais possui aterro sanitário ou mesmo controlado (forma de disposição melhor que lixões).

Figura 273 – Vistas dos trabalhos de implantação do aterro sanitário de Maceió
(Autoria: Benamor, C. 2010)

Dados do Plano Nacional de Saneamento Básico – PNSB 2008, atestam que os municípios da área de estudo possuem coleta de lixo em toda sua zona urbana, embora, como já citado, os equipamentos não sejam adequados, a frequência não segue uma regularidade e a disposição dos resíduos.

15.5. Rede de Drenagem Pluvial

Na maioria dos municípios que compõem a Costa dos Corais, o sistema de drenagem de águas pluviais ocorre de forma superficial através de “linha d’água” principalmente e exclusivamente nas artérias pavimentadas que na verdade, são muito poucas.

Esta observação excetua-se nas cidades de Maragogi e Maceió onde se percebe a presença de drenagens subterrâneas de águas pluviais e esgoto, carecendo, como já citado anteriormente, da interligação das moradias às redes coletoras.

15.6. Transporte Urbano

Excetuando Maceió, em nenhum dos municípios da Costa dos Corais foram identificadas linhas regulares de ônibus intraurbanas oferecidas à população para facilitar a locomoção nas zonas urbanas. O deslocamento urbano é feito por mototáxis e carros de aluguel, caracterizando desta forma, a incipiência desta oferta.

Existem apenas algumas linhas de ônibus intermunicipais no trajeto Maceió/Maragogi, mas a grande maioria dos deslocamentos entre as cidades é feita por transporte complementar.

A cobertura desse trecho é feita pela empresa DEF Transporte e Turismo que possui dois itinerários: Maceió/Porto de Pedras e Maceió/Maragogi. Diariamente a empresa já atua com quatro horários para Porto de Pedras e seis horários para Maragogi. Geralmente noticiado nas mídias locais, ocorre o reforço em termos de horário e aumento da frota nos períodos de maior demanda como nas festas de final de ano, carnaval, etc. É a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Alagoas – Arsal, que fiscaliza, dentre outros serviços, as empresas de ônibus de transporte intermunicipal a fim de assegurar a qualidade dos serviços públicos prestados.

Maceió, por sua vez, conta com aproximadamente 730 ônibus (2009) e apesar de já existem alguns destes veículos com ar-condicionado e articulados, grande parte dos usuários queixa-se do preço da tarifa e da falta de melhores condições dos ônibus em circulação na capital. São sete as empresas de ônibus permissionárias em Maceió: Real Alagoas, Cidade de Maceió, Piedade, Massayó, Veleiro, São Francisco e Tropical.

Maceió conta ainda com um sistema semi-integrado de transporte, composto por três terminais de Integração: um localizado no bairro Benedito Bentes, o outro no Conjunto Residencial Colina dos Eucaliptos no Tabuleiro do Martins e o último no bairro da Rotary.

É fácil encontrar táxis na cidade (há cerca de 3000 táxis habilitados), muito embora cobre-se tarifas elevadas para a grande maioria da populaçao. Linhas especiais de táxi servem o Aeroporto Internacional Zumbi dos Palmares.

Não há rodoviária em nenhum dos municípios visitados, exceto em Maceió e Matriz de Camaragibe, neste último, o atendimento se dá de forma compatível com serviços ofertados, que são precários.

Figura 274 – Rodoviária de Matriz do Camaragibe
(Autoria: Benamor, C. 2010)

É evidente que a falta de meios de transporte adequados repercute na qualidade e possibilidade de acesso aos serviços básicos, como escola e hospital, dificultando também o desenvolvimento das atividades econômicas.

Abaixo destaque para a Tabela 113 e a Tabela 114 com dados do transporte complementar intermunicipal nos municípios da Costa dos Corais e um resumo das linhas de transporte complementar.

Tabela 113 – TRANSPORTE COMPLEMENTAR: LINHAS DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL

QUANTIDADE DE LINHAS	LINHA	Nº COMPLEMENTARES
1	Jacuípe – Porto Calvo	1
1	Maragogi – Maceió	4
1	Matriz de Camaragibe – Maceió	10
1	Porto Calvo – Maceió	19
1	Porto Calvo – Maragogi	1
1	Porto de Pedras – Maceió	3
1	São Luiz do Quitunde – Maceió	1
7	TOTAL	39

(Fonte: Agência Reguladora de Serviços do Estado de Alagoas – ARSAL, 2010)

Tabela 114 – RESUMO DAS LINHAS DE TRANSPORTE COMPLEMENTAR EM ALAGOAS E LITORAL NORTE

QUANT.	DESCRIÇÃO	PERCENTUAL
100	LINHAS TOTAL	
56	LINHAS PARA MACEIÓ	
718	QUANTIDADE COMPLEMENTARES	
7	LINHAS TOTAL – NORTE	7%
5	LINHAS PARA MACEIÓ – NORTE	5%
39	QUANTIDADE COMPLEMENTARES – NORTE	5,4%

(Fonte: Agência Reguladora de Serviços do Estado de Alagoas – ARSAL, 2010)

15.7. Sistema de Comunicação

De acordo com o Termo de Referência – TR do Plano Diretor de Turismo Integrado e Sustentável da Costa dos Corais deve–se destacar as condições dos sistemas de comunicação, cobertura dos serviços de telefonia fixa e móvel, de acesso a jornais, revistas, rádio, televisão comercial e internet.

Diante da escassez de dados e informações sobre o tema e para atender esse item do TR foi realizado uma pesquisa de campo no último mês de agosto para levantar todas as informações necessárias quanto ao sistema de comunicação no Pólo Costa dos Corais.

Observa–se que todos os municípios têm os serviços de telefonia fixa, e quanto à telefonia móvel, a exceção é o município de Passo de Camaragibe. A TV aberta está presente em todos os municípios e a TV por assinatura, apenas os municípios de Barra de Santo Antônio e Japaratinga não possuem TV por assinatura. Não conseguimos confirmar se no município de Passo de Camaragibe há disponibilidade de TV por assinatura. Quanto à conexão com internet, todos os municípios possuem acesso à internet, quer seja discada quer seja por banda larga, excetuando–se Passo de Camaragibe cuja informação não foi confirmada, quanto à internet banda larga.

Excetuando–se Passo de Camaragibe, que não é atendido pelos serviços de telefonia móvel, de modo geral o sistema de comunicação na zona urbana dos municípios da Costa dos Corais precisa melhorar o alcance das linhas, pois existem muitas sombras ao longo das rodovias.

Segue abaixo Tabela 115 detalhada com as informações destacadas no TR. Destaque–se que todos os municípios têm acesso a jornais e revistas.

Tabela 115 – SISTEMA DE COMUNICAÇÃO NA COSTA DOS CORAIS

MUNICÍPIO	COBERTURA DOS SERVIÇOS DE TELEFONIA					ACESSOS				
	FIXA	MÓVEL				RÁDIO	TELEVISÃO		INTERNET	
							ABERTA	ASSINATURA	DISCADA	BANDA LARGA
Barra de Santo Antônio	S	Claro	Oi	Tim	Vivo	S	S	N	S	S
Japaratinga	S	Claro	Oi	Tim	N	S	S	N	S	S
Maceió	S	Claro	Oi	Tim	Vivo	S	S	S	S	S
Maragogi	S	Claro	Oi	Tim	Vivo	S	S	S	S	S
Matriz de Camaragibe	S	Claro	Oi	Tim	N	S/I	S	S	S	S
Paripueira	S	Claro	Oi	Tim	Vivo	N	S	S	S	S
Passo de Camaragibe	S	N	N	N	N	S/I	S	S/I	S	S/I
Porto Calvo	S	Claro	Oi	Tim	N	X	S	S	S	S
Porto de Pedras	S	Claro	Oi	Tim	N	X	S	S	S	S
São Luis do Quitunde	S	Claro	Oi	Tim	N	S	S	S	S	S
São Miguel dos Milagres	S	Claro	S/I	Tim	N	N	S	S	S	S

LEGENDA: S – serviço disponível / N – serviço indisponível / S/I – dado indisponível (Autoria: Tenório, R. Jul/ 2010)

15.8. Iluminação Pública

A prestação de serviços de distribuição de energia elétrica para todos os municípios do Estado de Alagoas foi realizada pela até então Companhia Energética de Alagoas – CEAL, hoje Eletrobrás – Distribuição Alagoas. A empresa faz parte do Sistema Eletrobrás, federalizada em 1997, tem controle acionário exercido pela União e atua por meio de contrato de concessão firmado com a ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. Dispõe de um sistema elétrico composto por 36 subestações de 69/13,8 kV com potência instalada de cerca de 704 MVA, uma malha de transmissão de 1.648 km em 69 kV e 30.993 km de linhas e redes de distribuição em 13,8 kV.

Os investimentos do Governo Federal previstos para o litoral da Costa dos Corais, excetuando–se a capital do Estado, estão indicados conforme Tabela 116 abaixo.

Tabela 116 – INVESTIMENTOS DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ENERGIA NA COSTA DOS CORAIS

MUNICÍPIOS	INVESTIMENTO	VALOR ESTIMADO (R$)
Barra de Santo Antônio	Não previsto	–
Japaratinga	Não previsto	–
Maragogi	Ampliação da subestação de 69/13,8 kV (de 5/6,25 p/ 10/12,5 MVA)	implantada
Matriz do Camaragibe	Não previsto	–
Paripueira	Não previsto	–
Passo de Camaragibe	Não previsto	–
Porto Calvo	Não previsto	–
Porto de Pedras	Não previsto	–
São Luiz do Quitunde	Não previsto	–
São Miguel dos Milagres	LT 69 kV São Luiz do Quitunde Costa dos Corais (15 km 336,4 MCM + 2 EL)	2.500.000
TOTAL	–	2.500.000

(Fonte: Plano de Infraestrutura para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Turismo de Alagoas – Governo do Estado de Alagoas, 2009)

Dos investimentos realizados em 2006 pela antiga CEAL, estiveram incluídas a automação de sete subestações 69/13,8kV (Matriz de Camaragibe, São Luis do Quitunde, Porto Calvo, Capela, Pilar, Olho D´Água das Flores e Campestre)[74].

Podemos afirmar que, mesmo com os investimentos já realizados, a maioria dos municípios do Pólo, atualmente, a rede é subdimensionada, causando queda de energia, especialmente em época de grande fluxo turístico nas cidades. O sistema de iluminação pública é precário em toda a região, com vias e locais públicos mal iluminados que resulta em áreas vulneráveis e insegurança da população. Em muitas vias o posteamento encontra–se em altura irregular, contrariando as normas técnicas, causando transtorno para o trânsito quando algum veículo, com altura superior à das fiações, acessa determinados locais resultando em danos ao sistema de iluminação pública. Alguns municípios possuem, em

[74] Fonte: Site http://www.ceal.com.br/arquivos/Relatorio%20Anual%202006.pdf, acessado em ago/2010.

determinadas áreas, iluminação pública mais moderna, a exemplo de Maceió, Maragogi, Japaratinga e Paripueira, mas, de forma geral, na área de planejamento do Pólo o que se observa são pontos turísticos com postes e luminárias danificadas ou com arranjos mal projetados.

15.9. Serviços de Saúde

Neste item apresentamos a cobertura dos serviços de saúde no Pólo Costa dos Corais por tipo de estabelecimento, tipo de prestador de serviço (público, privado), extensão dos serviços ambulatoriais e capacidade de internação (usando como indicador numero de leitos por cada 1000 habitantes).

Além dos dados de saúde que compuseram o Produto 1, foram acrescentados alguns indicadores de mortalidade, morbidade e incidência de doenças transmissíveis, fundamentalmente a presença de patogênicos que causam diarréias, cólera, e parasitoses intestinais.

15.9.1. Estabelecimentos de Saúde no Pólo Costa dos Corais

Os dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (Ministério da Saúde / SAS / CNES, 2010) mostram que nos onze municípios do Pólo Costa dos Corais existem 1023 estabelecimentos para prestação de serviços de saúde, incluindo unidades gestoras e administrativas como Secretarias de Saúde ou Unidades de Vigilância Sanitária. Inicialmente, chama a atenção o alto índice de privatização dos serviços de saúde e a concentração espacial dos serviços na Capital, assim como acontece com os demais bens sociais de consumo.

Dos 1023 estabelecimentos, 921 se localizam em Maceió, o que corresponde a 90% das unidades do Pólo e a 15% do total de Alagoas. A marcada concentração em Maceió, inevitavelmente provoca uma atração de população das cidades circunvizinhas, mas também daquelas mais distantes, conforme a especialidade médica demandada, já que alguns serviços são exclusivos do sistema de saúde da Capital.

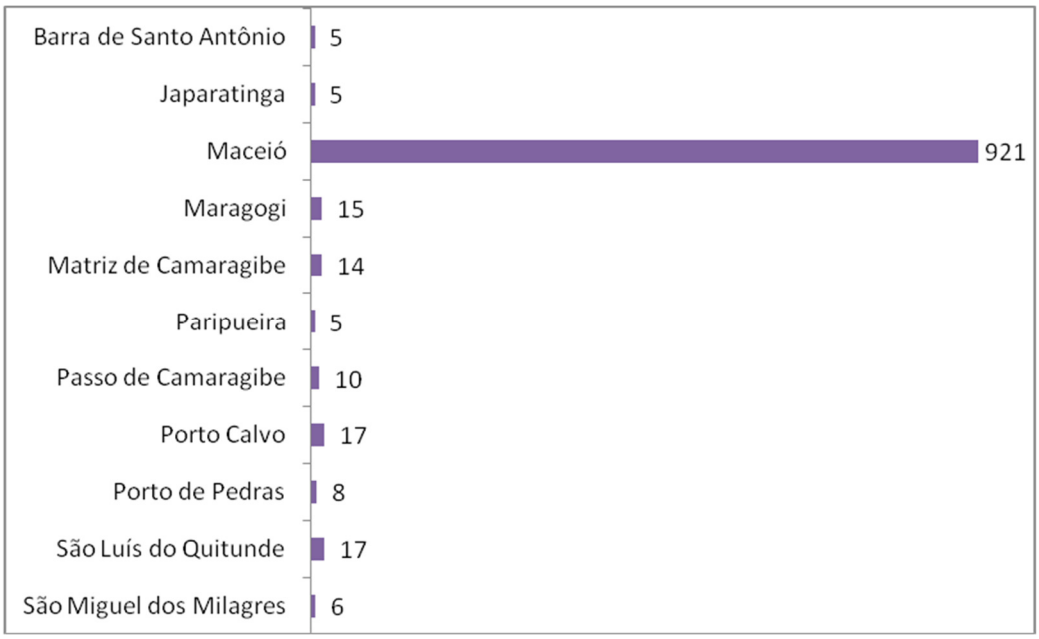


Figura 275 – Número de Estabelecimentos de Saúde por Município – Alagoas (Fonte: DATASUS / Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil – CNES) – 2010

Enquanto a maior parte dos estabelecimentos na Capital responde principalmente à iniciativa privada (88%), nos outros municípios do Pólo quase não existem prestadores fora da rede pública (somente 3%). Dos dez municípios do interior, 95% têm gestão municipal, 2% estadual e 3% privado.

Entre os atendimentos emergenciais, o SAMU Maceió atende a outras nove cidades. Entre elas, apenas Barra de Santo Antonio pertence à região do Pólo e pode contar com este tipo de serviço. Note–se que as Unidades de Pronto Atendimento – UPAs – estão exclusivamente em Maceió e Maragogi. (Veja adiante sobre serviços ambulatoriais).

Vale notar que para uma população estimada em 164.226 pessoas da área de abrangência do Pólo, que não moram em Maceió (PDTIS 2010, p.41), são apenas 19 postos de saúde, com presença ocasional de profissionais e 3 hospitais gerais (Maragogi, São Luiz do Quitunde e Porto Calvo).

Tabela 117 – NUMERO DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE POR TIPO DE PRESTADOR DE SERVIÇO NO PÓLO EXCETO MACEIÓ

	PÚBLICO	FILANTRÓPICO	PRIVADO	SINDICATO	TOTAL
Barra de Santo Antônio	4	0	1	0	5
Japaratinga	5	0	0	0	5
Maragogi	15	0	0	0	15
Matriz de Camaragibe	14	0	0	0	14
Paripueira	5	0	0	0	5
Passo de Camaragibe	9	0	1	0	10
Porto Calvo	16	0	1	0	17
Porto de Pedras	8	0	0	0	8
São Luís do Quitunde	17	0	0	0	17
São Miguel dos Milagres	6	0	0	0	6
Total	**99**	**0**	**3**	**0**	**102**

(Fonte: DATASUS/ Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil – CNES) – 2010

Tabela 118 – NUMERO DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE POR TIPO DE PRESTADOR DE SERVIÇO EM MACEIÓ

	PÚBLICO	FILANTRÓPICO	PRIVADO	SINDICATO	TOTAL
Maceió	114	13	792	2	921

(Fonte: DATASUS/ Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil – CNES) – 2010

Tabela 119 – ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE POR MUNICÍPIO

	BARRA DE SANTO ANTONIO	JAPARATINGA	MACEIÓ	MARAGOGI	MATRIZ DE CAMARAGIBE	PARIPUEIRA	PASSO DE CAMARAGIBE	PORTO CALVO	PORTO DE PEDRAS	SÃO LUÍS DO QUITUNDE	SÃO MIGUEL DOS MILAGRES	TOTAL
Central de Regulação de Serviços de Saúde	0	1	2	1	0	0	1	1	1	0	1	8
Centro de Atenção Psicossocial – CAPS	0	0	5	0	1	0	0	1	0	1	0	8
Central de Apoio à Saúde da Família	0	0	0	1	1	0	0	1	0	1	0	4
Centro de Saúde / Unidade Básica	1	3	61	1	8	2	0	10	4	10	3	103
Clínica Especializada / Ambulatório de Especialidade	1	0	164	0	1	0	0	0	0	2	0	168
Consultório Isolado	0	0	541	0	0	0	0	0	0	0	0	541
Cooperativa	0	0	10	0	0	0	0	0	0	0	0	10
Farmácia	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Hospital / Dia – Isolado	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Hospital Especializado	0	0	27	0	0	0	0	0	0	0	0	27
Hospital Geral	0	0	13	0	1	0	0	1	0	1	0	16
Laboratório Central de Saúde Pública LACEN	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Policlínica	0	0	21	0	0	0	0	0	0	0	0	21
Posto de Saúde	2	0	0	9	0	2	6	0	0	0	0	19
Pronto Socorro Geral	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Secretaria de Saúde	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	10
Unidade Mista	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	2
Unidade de Apoio Diagnose e Terapia (SADT Isolado)	0	0	60	0	1	0	1	2	0	1	0	65
Unidade de Vigilância em Saúde	0	1	3	1	0	0	0	0	2	0	1	8
Unidade Móvel de Nível Pré–Hospitalar – Urgência/Emergência	0	0	7	0	0	0	0	0	0	0	0	7
TOTAL	**5**	**5**	**921**	**15**	**14**	**5**	**10**	**17**	**8**	**17**	**6**	**1023**

(Fonte: DATASUS/ Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil – CNES) – 2010

Tabela 120 – DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE NO PÓLO EXCETO MACEIÓ

Central de Regulação de Serviços de Saude	6
Centro de Atenção Psicossocial	3
Centro de Apoio a Saúde da Família	4
Centro de Saude/Unidade Básica de Saúde	42
Clinica Especializada/Ambulatório Especializado	4
Hospital Geral	3
Posto de Saúde	19
Secretaria de Saúde	9
Unid Mista – atend 24h: atenção básica, intern/urg	2
Unidade de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia	5
Unidade de Vigilância em Saúde	5
TOTAL	**102**

(Fonte: DATASUS / Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil–CNES) – 2010

Tabela 121 – DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE EM MACEIÓ

Central de Regulação de Serviços de Saúde	2
Centro de Atenção Psicossocial	5
Centro de Saude/Unidade Básica de Saúde	61
Clinica Especializada/Ambulatório Especializado	164
Consultório Isolado	541
Cooperativa	10
Farmácia Medic Excepcional e Prog Farmácia Popular	2
Hospital Dia	2
Hospital Especializado	27
Hospital Geral	13
Laboratório Central de Saúde Pública – LACEN	1
Policlínica	21
Pronto Socorro Geral	1
Secretaria de Saúde	1
Unidade de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia	60
Unidade de Vigilância em Saúde	3
Unidade Móvel Pré Hospitalar – Urgência/Emergência	7
TOTAL	**921**

(Fonte: DATASUS / Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil–CNES) – 2010

15.9.2. Serviços Ambulatoriais

Existe uma grande disparidade no que refere à infraestrutura de serviços ambulatoriais entre os municípios do Pólo. Os onze municípios contam com estabelecimentos para atenção básica (Centros de Saúde ou Postos de Saúde) e de complexidade média: ações de promoção e prevenção em saúde, procedimentos de diagnóstico, procedimentos clínicos e pequenas cirurgias. No entanto, exclusivamente Maceió possui capacidade para realização de procedimentos ambulatórios de alta complexidade.

O município de Maragogi é o único que conta, além de Maceió, com uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA). As UPAs constituem estruturas intermediárias entre as Unidades Básicas de Saúde e as portas de urgências hospitalares, classificadas em três portes de acordo com a população residente na área geográfica de atuação.

Em Maceió existem duas UPAs do tipo III (que atendem de 300 a 450 pacientes) e em Maragogi uma UPA do tipo I (com capacidade para atender 50 a 150 pacientes). As demais cidades (Japaratinga, Paripueira, Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres) não contam com unidades de atenção de urgências.

Pode–se reafirmar a necessidade de ampliação dos serviços de urgência para destinos turísticos de qualidade.

15.9.3. Capacidade de Internação em Hospitais ou Clínicas Especializadas

O conjunto dos municípios do Pólo Costa dos Corais conta com 3265 leitos, também extremamente centralizados em Maceió. Novamente, se reproduz no que refere à capacidade de internação, o que acontece com o número de estabelecimentos prestadores de serviços de saúde: fora de Maceió não existe oferta por parte de estabelecimentos privados, os 639 leitos do Pólo Costa dos Corais que não são oferecidos pelo SUS se encontram localizados em Maceió.

A proporção de leitos por cada 1000 habitantes da região é muito baixa, sendo incompatível com a vocação turística da região e com o incremento potencial no fluxo de turistas como resultado das ações do PRODETUR.

Tabela 122 – NUMERO DE LEITOS E COEFICIENTE DE LEITOS POR CADA 1000 HABITANTES NO PÓLO, EXCETO MACEIÓ

	LEITOS	SUS	NÃO SUS	LEITOS POR 1000 HAB.
Barra de Santo Antônio	0	0	0	0,0
Japaratinga	0	0	0	0,0
Maragogi	8	8	0	0,3
Matriz de Camaragibe	23	23	0	0,9
Paripueira	0	0	0	0,0
Passo de Camaragibe	27	27	0	2,1
Porto Calvo	40	40	0	1,6
Porto de Pedras	0	0	0	0,0
São Luís do Quitunde	23	23	0	0,9
São Miguel dos Milagres	0	0	0	0,0
TOTAL	**121**	**121**	**0**	**0,7**

(Fonte: DATASUS / Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil–CNES) – 2010

Tabela 123 – NUMERO DE LEITOS E COEFICIENTE DE LEITOS POR CADA 1000 HABITANTES EM MACEIÓ

	LEITOS	SUS	NÃO SUS	LEITOS POR 1000 HAB.
Maceió	3144	2505	639	3,3

(Fonte: DATASUS / Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil–CNES, 2010)

15.9.4. Indicadores de Morbidade e Incidência de Doenças

Presença de patogênicos nocivos à saúde (diarréias, cólera, parasitoses intestinais)

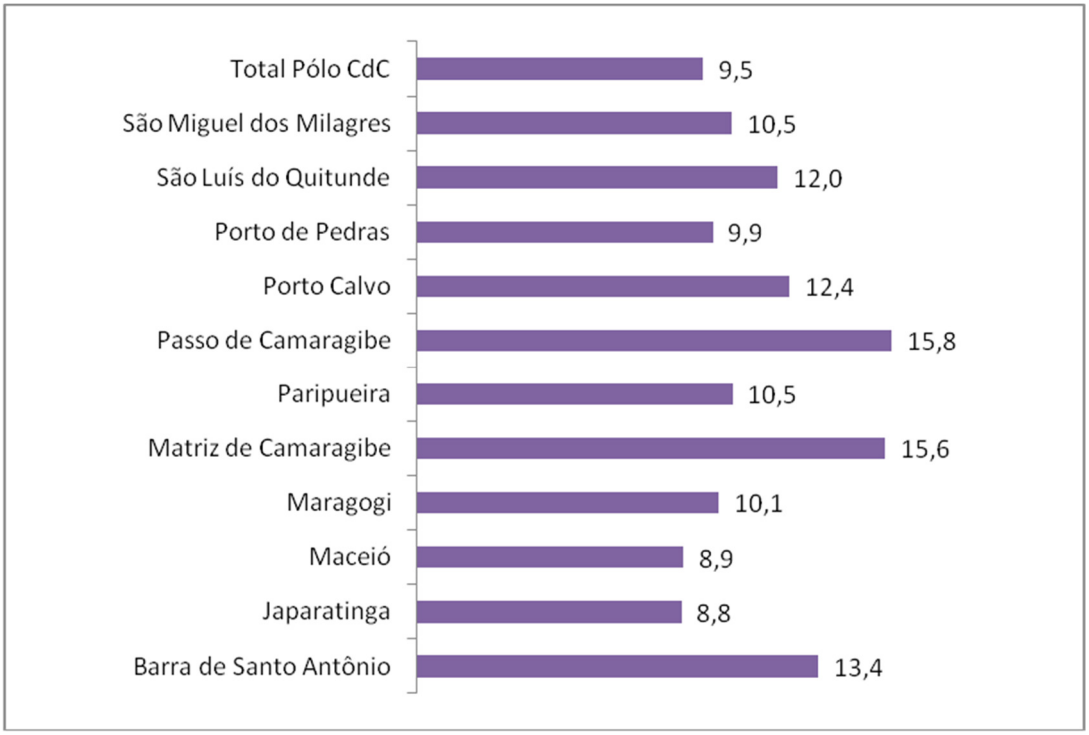


Figura 276 – Proporção (%) de Internações Hospitalares do SUS por Doenças Infecciosas e Parasitárias por Municípios do Pólo
(Fonte: DATASUS) – 2009

A importância da divulgação destas informações diz respeito ao apoio ao turista por se encontrar em ambiente estranho aos seus hábitos e se a população local comumente contrai estas doenças infecciosas, estão presentes as chances de contaminação.

15.10. Segurança

No PDTIS 2010 revisão e adequação, item “Análise da Infraestrutura Básica e dos Serviços Gerais” (j) a situação de segurança é descrita como aparato policial, bombeiros, salva vidas, equipe de resgate e salvamento, nível de segurança, zonas de risco com alta incidência de criminalidade.

No garimpo das informações disponíveis, neste levantamento de dados secundários, não é possível identificar níveis de segurança uma vez que isto exigiria uma análise comparativa, baseada em metodologia quantitativa, que produzisse dados comparáveis e possibilitassem um cruzamento de informações relativas aos agentes, às vítimas e aos procedimentos de ações violentas. Deste modo, foram elencados alguns indicadores e uma análise , ainda incipiente, foi desenvolvida. Estas informações colocam uma advertência relevante para todo o *trade* turístico do Pólo Costa dos Corais: as questões da violência e da criminalidade

perpassam todas as formas de sociabilidade e requerem mais atenção aos aparatos e procedimentos de segurança para tratar de turismo sustentável, de modo geral, e em particular, para o desenvolvimento de áreas potenciais de turismo na Costa dos Corais, a saber, o turismo comunitário, o turismo de aventura e o turismo para a terceira idade.

15.10.1. Homicídios

Dados da Secretaria de Estado da Defesa Social, AL, mostram que no ano 2009 foram cometidos 857 homicídios nos municípios do Pólo, o que corresponde a 47% do total de homicídios cometidos no estado de Alagoas.

Considerando–se Maceió em separado devido à sua condição de centralizadora e concentradora de bens de consumo social, da distribuição do espaço habitado e da gestão política e financeira no Estado de Alagoas, vê–se que a incidência de homicídios na capital caminha par e passo àquela verificada em todo o Estado, podendo indicar a posição da cidade como aglutinadora de situações de risco. E o fato de Maceió possuir 84% da população do Pólo, ao mesmo tempo em que acentua as condições de risco na área do Pólo Costa dos Corais, possibilita um tratamento em separado para os demais municípios, favorecendo–os quanto ao quesito segurança.

Observando os demais municípios do Pólo, em relação a todo o Estado, nota–se uma tendência pouco expressiva de ocorrência de homicídios. Entretanto, seus números, em torno de 5%, não perdem significado e enfatizam a existência de risco para as populações locais e para os turistas.

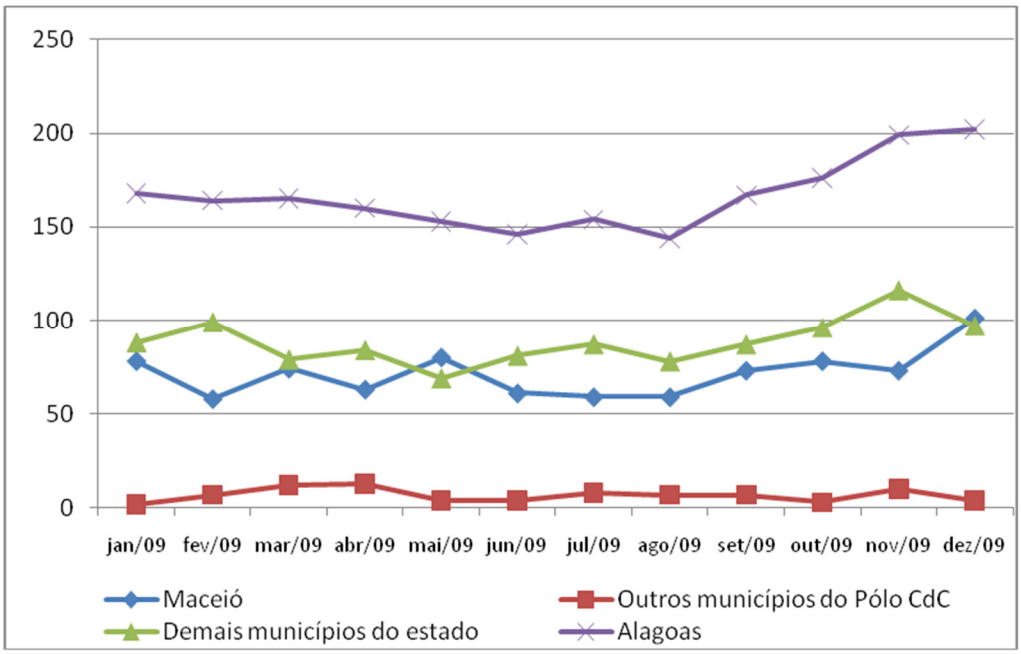


Figura 277 – Evolução dos Homicídios em Maceió, nos Demais Municípios do Pólo Costa dos Corais e nos Outros Municípios de Alagoas
(Fonte: Relatórios Estatísticos de Criminalidade em Alagoas, Jan – Dez 2009. Estimativas populacionais – DATASUS)

Observa–se na Figura 277 anterior e na Tabela 124 abaixo, que o município que mostra maior proporção de assassinatos é Maceió (42,8%), enquanto nos outros municípios do Pólo foram cometidos 4,3% do total de Alagoas. Entretanto, pensando na relação destes municípios com o total de cidades alagoanas (101), além da capital, e contrastando com a jovialidade da população do Pólo, chama a atenção à possibilidade de inserção desta população jovem nas atividades turísticas locais como aquilo que pode sinalizar de fato uma melhoria potencial da qualidade de vida dos residentes no Pólo Costa dos Corais e tendo como principal desdobramento o incremento da atividade turística.

Tabela 124 – HOMICÍDIOS POR MUNICÍPIO. ALAGOAS, 2009.

	TOTAL	%
Barra de Santo Antônio	10	0,5
Japaratinga	5	0,3
Maceió	**779**	**42,8**
Maragogi	13	0,7
Matriz de Camaragibe	17	0,9
Paripueira	7	0,4
Passo de Camaragibe	3	0,2
Porto Calvo	2	0,1
Porto de Pedras	0	0,0
São Luis do Quitunde	18	1,0
São Miguel dos Milagres	3	0,2
Demais municípios alagoanos	965	53,0
TOTAL ALAGOAS	**1822**	**100,0**

(Fonte: Relatórios estatísticos de criminalidade em Alagoas. Secretaria de Estado da Defesa Social –SEDS, Alagoas, 2009)

Comparando–se a incidência de homicídios em relação à porcentagem de população de Maceió, dos outros municípios do Pólo e dos demais 91 municípios alagoanos fica evidente que a maior concentração de assassinatos se dá na capital onde a proporção de homicídios é de quase 43% enquanto a de população é de 30%.

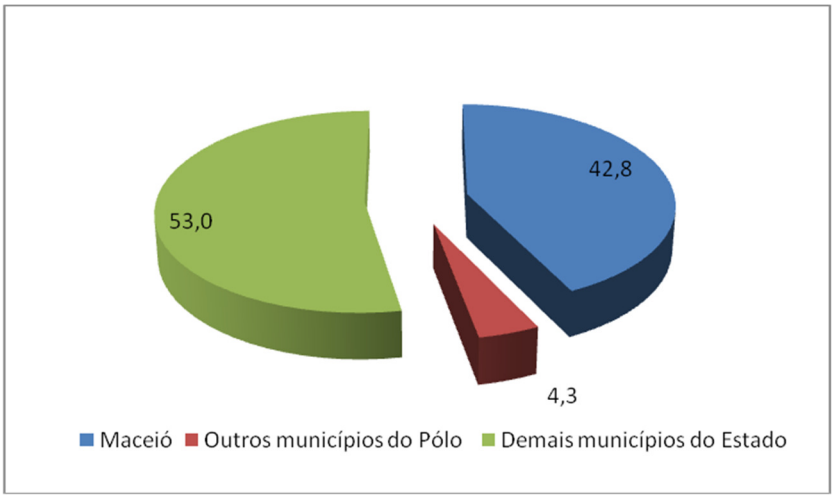


Figura 278 – Homicídios em Maceió, nos outros Municípios do Pólo e nos demais Municípios. Alagoas

(Fonte: Relatórios estatísticos de criminalidade em Alagoas, jan – dez 2009. Estimativas populacionais – DATASUS)

Recuperando as informações contidas no item "Caracterização Geral do Pólo" relativas à forte presença de população jovem na área do Pólo, e a ampla constatação, para todos os brasileiros, de que estão entre os jovens os maiores números dos envolvidos em situação de risco, os números de homicídios da Figura 278 ganham muita visibilidade. E pode reafirmar–se que neste ponto, a governança local ou intermunicipal que pretende implementar o turismo sustentável deve ter o olhar atento às questões de segurança pública. Ela tem reflexos importantes na dinâmica interna e externa do turismo. Deste modo, insiste–se no argumento de que a população jovem potencializa o problema.

15.10.2. Violeência Infantil e Turismo Sexual

Um assunto extremamente relevante, que deve ser abordado em qualquer diagnóstico que pretenda formular medidas de fomento da atividade turística em Alagoas, é o da violência contra crianças e adolescentes em geral e da exploração sexual em particular. O turismo sexual está presente em todas as regiões do Brasil. Segundo um estúdio realizado pelo UNICEF esta prática existe em pelo menos 930 municípios do Brasil, dos quais 436 são destinos turísticos do Nordeste[75].

Conforme a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, a Secretaria Nacional de Prevenção dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, através do Disque Denúncia Nacional (DDN 100), a tipificação em seis modalidades de violência apresenta os dados a seguir:

Tabela 125 – DADOS DE VIOLÊNCIA. BRASIL, ALAGOAS E MACEIÓ

TIPO DE VIOLÊNCIA	BRASIL	AL	MACEIÓ
Exploração Sexual	1.624	29	4
Negligência	3.861	68	36
Pornografia	30	1	0
Tráfico de Crianças e Adolescentes	16	0	0
Violência Física e Psicológica	4.782	104	48
Abuso Sexual	3.212	84	29

(Fonte: Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência sexual Infanto–Juvenil, Alagoas. disquedenuncia@sedh.gov.br / atilaeducador@hotmail.com) – 2010

Tabela 126 – DADOS DE VIOLÊNCIA. BRASIL, ALAGOAS E MACEIÓ

TIPO DE VIOLÊNCIA	BRASIL	AL	MACEIÓ
Exploração Sexual	5.279	96	33
Negligência	15.154	250	115
Pornografia	165	2	0
Tráfico de Crianças e Adolescentes	58	0	0
Violência Física e Psicológica	15.643	309	138
Abuso Sexual	9.638	173	74

(Fonte: Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência sexual Infanto–Juvenil, Alagoas. disquedenuncia@sedh.gov.br / atilaeducador@hotmail.com) – 2009

[75] Em pesquisa realizada junto à Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), o Grupo de Investigação sobre Violência e Exploração Sexual (VIOLES), o Departamento de Serviço Social (SER) e a Universidade de Brasília. Disponível em: http://www.turismoeinfancia.com.br/entenda-o-problema/numeros-exploracao-brasil

Os dados do Disque Denúncia 100, serviço coordenado pela SEDH, revelam que em 2009 foram realizadas 5279 denúncias sobre exploração sexual (onde estão incluídos os casos de turismo sexual) no Brasil, das quais 96 foram realizadas em Alagoas e 33 em Maceió.

O Disque Denúncia constitui uma das fontes mais seguras sobre crimes contra crianças e adolescentes, não obstante, como toda estatística sobre o assunto, apresenta limitações tanto porque pode subestimar casos (nem todas as situações são denunciadas e registradas, fundamentalmente aquelas de violência intra–familiar), mas também porque pode duplicar casos ou registrar casos não confirmados.

Outra informação que pode ajudar a compor o quadro sobre exploração sexual e de violência contra crianças e adolescentes em Alagoas é a gerada pelos 19 CREAS (Centros de Referência Especializados de Assistência Social) atuantes no Estado. Porém, também neste caso, os dados devem ser considerados meras aproximações à realidade, indícios que não podem ser interpretados de forma conclusiva. À ausência de denúncias de muitos casos se somam deficiências nas instituições encarregadas de sistematizar e transmitir as informações. Por exemplo, os dados podem revelar um numero alto de casos de violência num determinado município e no entanto, indicar um atendimento mais abrangente por parte das autoridades responsáveis, o que configura uma situação mais controlada do ponto de vista da proteção social da infância e adolescência.

No ano 2006 e 2007 os CREAS atenderam mais de 5000 crianças e adolescentes no Estado, dos quais 948 casos foram tipificados como violência física, 1082 como violência psicológica, 568 como abuso sexual, 358 exploração sexual e 2051 negligência.

Nesse período, a maior parte dos casos foram denunciados pelos Conselhos Tutelares, mas também foram atendidas denúncias do Juizado da Infância e Juventude, da Polícia Civil, da própria família do menor violentado ou de outras entidades que atuam na assistência de crianças e adolescentes vítimas de violência.

Como argumentado anteriormente, os dados por Município devem ser analisados com precaução, e complementados com outras fontes de informação (e com pesquisas qualitativas) para realizar interpretações enfáticas. No entanto, a comparação dos dados dos CREAS localizados nos municípios do Pólo (Maceió, Maragogi e Porto Calvo) com os do total de Alagoas mostra uma distribuição diferenciada por tipo de violência. Em termos gerais existem menos atendimentos por negligência e por violência física nos CREAS dos três municípios do Pólo e mais atendimentos por exploração sexual e por abuso sexual.

Essa informação pode estar mostrando um padrão de comportamento de famílias violentas que, ante a oportunidade de explorar economicamente as crianças e adolescentes, possibilitada pelo fluxo de turistas nas regiões litorâneas, passam de um comportamento de negligência para outro de exploração.

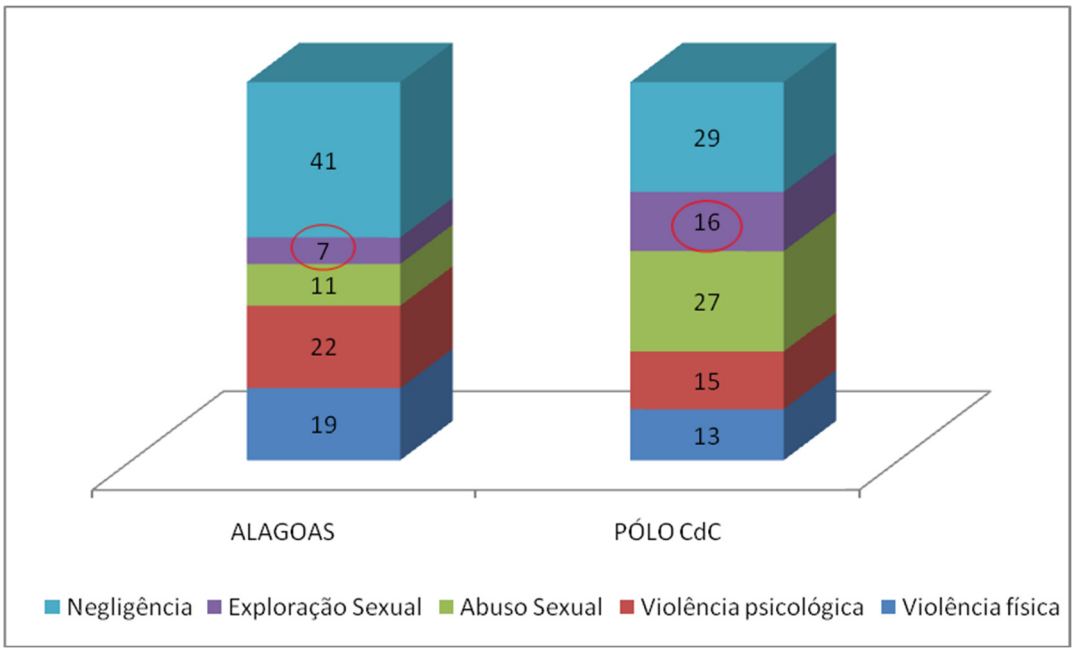


Figura 279 – Crianças e Adolescentes Atendidos Pelos Creas por Tipo e Violência(%) - Alagoas e Pólo Costa Dos Corais, 2006 / 2007

(Fonte: Relatório Condensado da Violência Contra a Criança e o Adolescente, Secretaria e Estado da Assistência e Desenvolvimento Social-Proteção Social Especial, 2007)

Cita–se ainda um balanço realizado pela Ordem dos Advogados – AL com dados dos 106 Conselhos Tutelares, que registrou 39 mil ocorrências e 36 tipos de violência contra crianças e adolescentes. De junho de 2008 a junho de 2009, 262 jovens foram assassinados em Alagoas (dos quais 158 foram mortos em Maceió), foram registrados 3902 casos de agressões físicas, 1536 agressões psicológicas e verbais, 2568 casos de abandono, 1999 casos de exploração de mendicância e 480 casos de violência sexual. Essas informações referem a casos ou situações específicas, portanto um caso que resulta em atendimento por parte do CREAS pode aparecer mais de uma vez nas ocorrências dos Conselhos.

Contudo, é necessário destacar que nem todos os casos registrados nos relatórios do CREAS são direcionados pelos Conselhos Tutelares. Grande parte das denúncias originais tem origem no juizado da Infância e Juventude, na Polícia Militar, nas escolas ou ainda por parte dos profissionais de saúde ou de outras fontes.

Reafirma–se a incompletude de cada uma das fontes de informações sobre violência em Alagoas.

15.10.3. Segurança Pública

A Secretaria de Estado da Defesa Social, composta, entre outros órgãos, pela Direção Geral da Polícia Civil, do Comando Geral da Polícia Militar e do Comando Geral do Bombeiro Militar do Estado, apresenta em seus relatórios alguns dados municipais provenientes de seus próprios registros, portanto, insuficientes para aferir nível de segurança e índices de criminalidade municipais, como sugere o PDTIS 2002.

Este problema da inadequação de registros de ocorrências concernentes à segurança pública, verificado em várias partes do mundo e em todo o Brasil, tem sido, inclusive, objeto de pesquisa, em nível de pós–graduação, em algumas universidades brasileiras, a exemplo do CRISP – Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da UFMG. Desta forma, registra–se aqui o aparato administrativo das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros e são feitas referências a pesquisas de dados sobre homicídios e violência contra crianças e adolescentes.

Unidades da Polícia Militar de Alagoas: Em Maceió, Paripueira e Barra de Santo Antônio atua o Comando de Policiamento da Capital, 3ª Companhia Independente. Nos outros municípios do Pólo atua o Comando de Policiamento do Interior, Área II do 6º Batalhão.

Unidades da Polícia: Maceió concentra várias seções da Polícia Civil: Delegacias Especializadas Metropolitanas, Delegacia Geral da Polícia Civil, Polícia Judiciária Metropolitana e mais de dez Distritos Policiais Metropolitanos. Existem ainda o 13º Distrito Policial Paripueira e o 19º Distrito Policial Barra de Santo Antônio. E a Delegacia de Polícia de Maceió. O 6º Batalhão de Polícia de Maragogi é subordinado ao Comando de Policiamento da Capital e agrega 8 cidades do Pólo.

Corpo de Bombeiros: 1º Grupamento de Bombeiros – Maceió; 2º Grupamento de Bombeiros – Maragogi. Segundo informações da própria corporação[76], o Grupamento foi criado em março de 2003 e desenvolve trabalhos de prevenção e extinção de incêndio, busca e salvamentos terrestres e em alturas, atendimento pré–hospitalar, salvamento aquático e ainda desenvolve ações de Defesa Civil. Conta com 77 bombeiros militares. Sua atuação se estende aos municípios de Flexeiras, Campestre, Jundiá, Jacuípe, Novo Lino, Porto de Pedras, Passo de Camaragibe, Porto Calvo, São Miguel dos Milagres, Japaratinga, Joaquim Gomes e São Luiz do Quitunde.

Diariamente a Praia de Maragogi tem a proteção de bombeiros preparados para atuar realizando salvamentos em caso de afogamentos e orientar banhistas locais e turistas. Os bombeiros indicam os melhores locais para banho, alertam para as áreas mais perigosas e distribuem pulseiras de identificação para crianças pequenas, o que facilita a localização de pais e responsáveis caso elas se percam.

Atualmente, 90% dos atendimentos dos bombeiros em Maragogi respondem a acidentes de trânsito. E as demais cidades do interior têm muitas dificuldades quanto à cobertura do serviço.

[76] www.bombeiros.al.gov.br

16. ANÁLISE DO QUADRO INSTITUCIONAL DO PÓLO

16.1 Impactos e Limitações das Políticas Públicas

A organização institucional do Pólo Costa dos Corais é extremamente frágil e ainda incipiente no que se refere à capacidade da gestão pública local e às políticas destinadas ao desenvolvimento do turismo[77].

Mesmo possuindo Secretarias de Turismo nos municípios, vale destacar que algumas delas incorporam ou são incorporadas por outras pastas, como por exemplo, Turismo e Meio Ambiente, e as mesmas não dispõem de infraestrutura física nem de pessoal compatível com o desafio que é o desenvolvimento do turismo sustentável na região.

Questões basilares como: marco legal que define a estrutura e funcionamento da Secretaria (lei de criação); equipe de trabalho constituída; definição da missão e objetivo da Secretaria; e infraestrutura ainda são entraves ao processo de gestão por parte dos secretários.

Durante as entrevistas de campo muitos relataram a dificuldade de ter acesso à lei de criação da Secretaria que é de sua responsabilidade, sendo necessário recorrer a Câmara de Vereadores ou a advogados contratados por antecessores, ou assessores de políticos da região, pois no próprio órgão não havia registro de documentação até à data em que foi realizada a solicitação por parte da equipe de elaboração desse estudo.

Responderam a essa pesquisa as Secretarias dos municípios de Paripureira, Maragogi, Barra de Santo Antonio, Japaratinga, São Luiz do Quintude, Porto de Pedras, Passo de Camaragibe, Matriz do Camaragibe (nesse caso a entrevista serviu apenas como coleta de informações sobre a potencialidade da região, pois não existe Secretaria de Turismo no município) e Porto Calvo. Até o dia 24 de agosto de 2010, data de finalização desse relatório, o município de São Miguel dos Milagres ainda não havia respondido o questionário, por isso as respostas aqui apresentadas não computam os dados desse município.

A Figura 280 abaixo mostra que a infraestrutura das secretarias é um item de fragilidade para o desenvolvimento das atividades públicas. Com exceção de Maceió, apenas o secretário da Barra de Santo Antônio respondeu dispor de infraestrutura adequada ao desenvolvimento das suas atividades. Entenda–se:

- Adequada – dispõem de salas, banheiros, móveis, utensílios de escritórios, equipamentos de informática e acesso a internet;
- Precisa de alguns ajustes – apesar de possuir salas, banheiros, móveis, utensílios de escritórios, equipamentos de informática e acesso a internet; os mesmo precisam ser renovados ou recuperados;
- Inadequada – dispõem de forma precária de salas, banheiros, móveis, utensílios de escritórios, e não dispõem de equipamentos de informática e acesso a internet;
- Não dispomos de estrutura física – as secretarias funcionam de forma improvisada na sede das prefeituras e/ou dividindo espaço físico com outras secretarias.

[77] Ressalta-se mais uma vez que Maceió não é considerada nesse contexto, uma vez que a disparidade existente entre o ambiente institucional da capital frente aos demais Municípios é muito grande. Optou-se assim por apresentar as considerações sobre Maceió separadamente em subtópico específico.

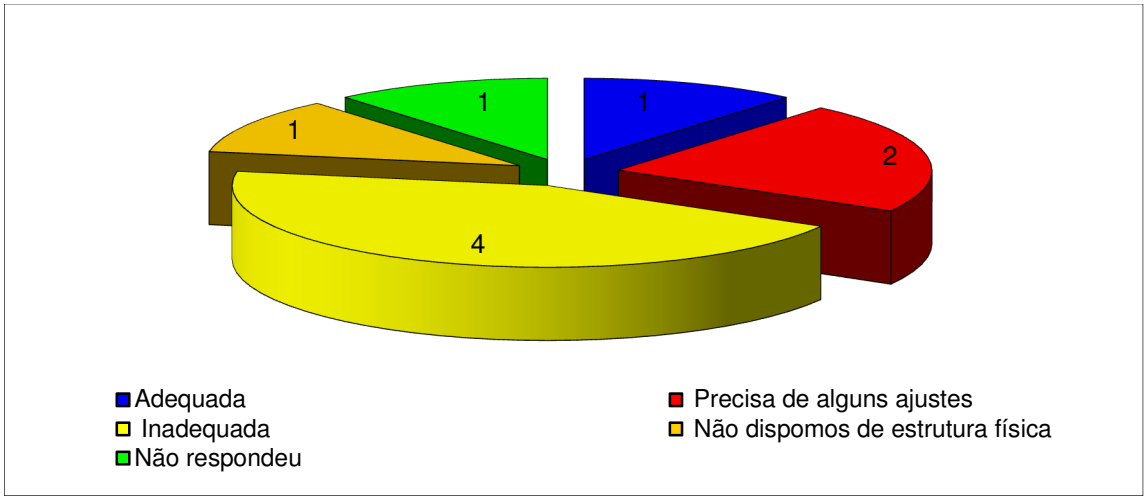


Figura 280 – Estrutura Física das Secretarias Municipais de Turismo no Pólo Costa dos Corais
(Autoria: Carneiro, TK. 2010)

A existência de organograma constituído e implementado ainda é uma conquista a ser realizada pela maioria das Secretarias, 67% dos entrevistados afirmaram dispor de organograma apenas formalmente. Ou seja, mesmo tendo o organograma definido em lei, na prática a sua Secretaria não dispõem de pessoal, principalmente porque não há orçamento para custear essas despesas.

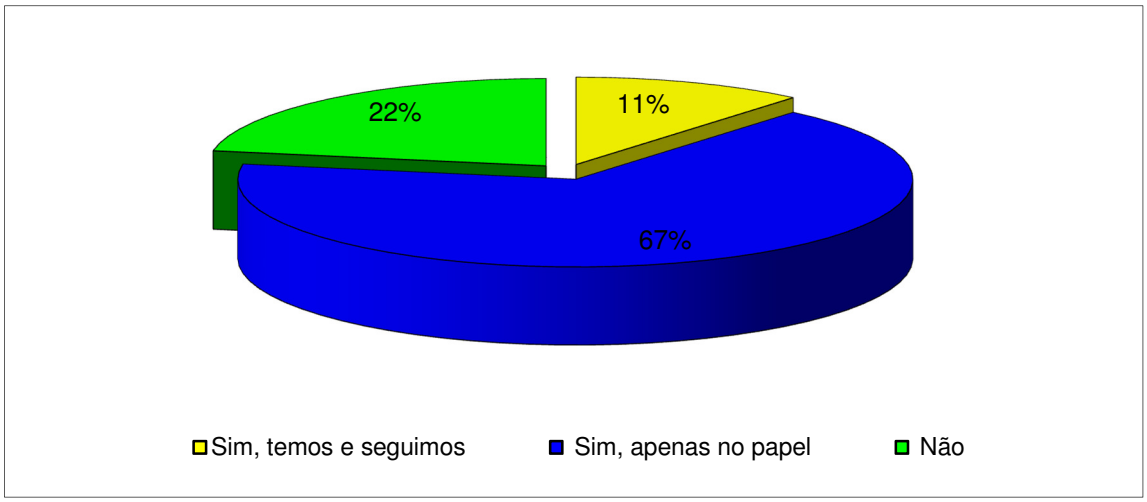


Figura 281 – Existência de Organograma Constituído nas Secretárias Municipais de Turismo no Pólo Costa dos Corais
(Autoria: Carneiro, TK. 2010)

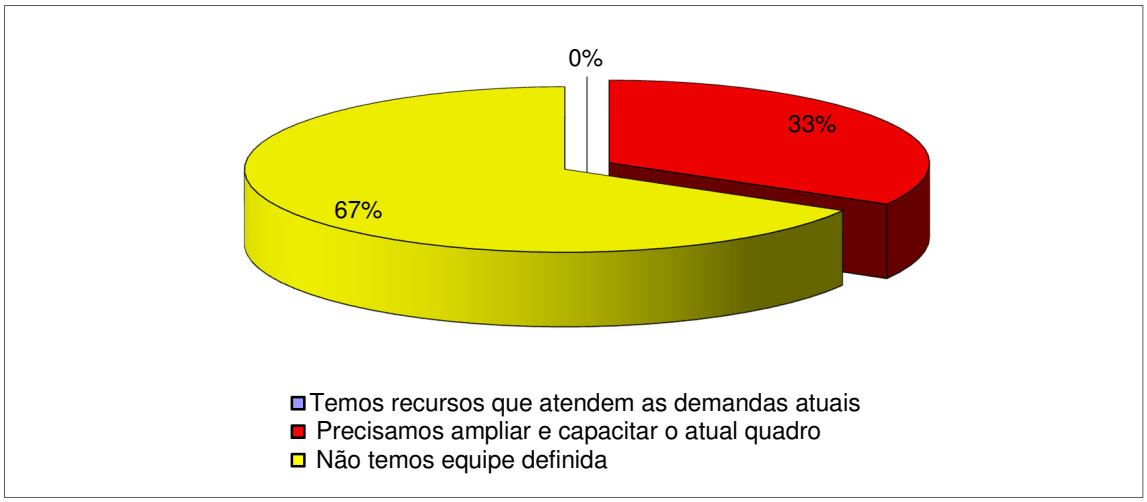


Figura 282 – Perfil das Equipes de Colaboradores nas Secretárias Municipais de Turismo no Pólo Costa dos Corais
(Autoria: Carneiro, TK. 2010)

Um dos reflexos negativos dessas carências é que as Secretarias não possuem estruturas para trabalhar com planejamento de longo prazo.

O desenvolvimento de políticas públicas voltadas ao turismo requer uma articulação entre todas as instâncias governamentais, principalmente no âmbito municipal. As Secretarias como Infraestrutura, Meio Ambiente e Educação devem trabalhar de forma colaborativa e integrada, pois a cadeia turística tem amplas e múltiplas demandas.

Todavia, na pesquisa realizada foi possível constatar a articulação entre as Secretarias de Turismo e as demais Secretarias municipais ainda não se encontra no nível desejado, pois apenas 33% afirmam conseguir desenvolver trabalhos em conjunto, 56% afirmam que é muito pouca articulação, e 11% afirmaram não haver articulação.

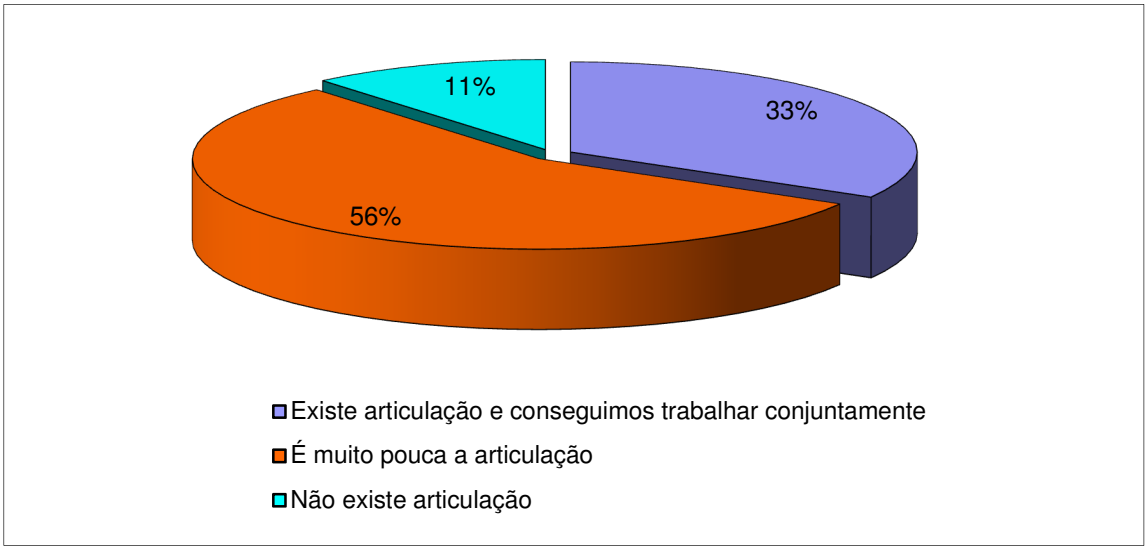


Figura 283 – Existência de Articulação Entre as Secretarias Municipais de Turismo e as Demais Secretarias dos Municípios do Pólo Costa dos Corais
(Autoria: Carneiro, TK. 2010)

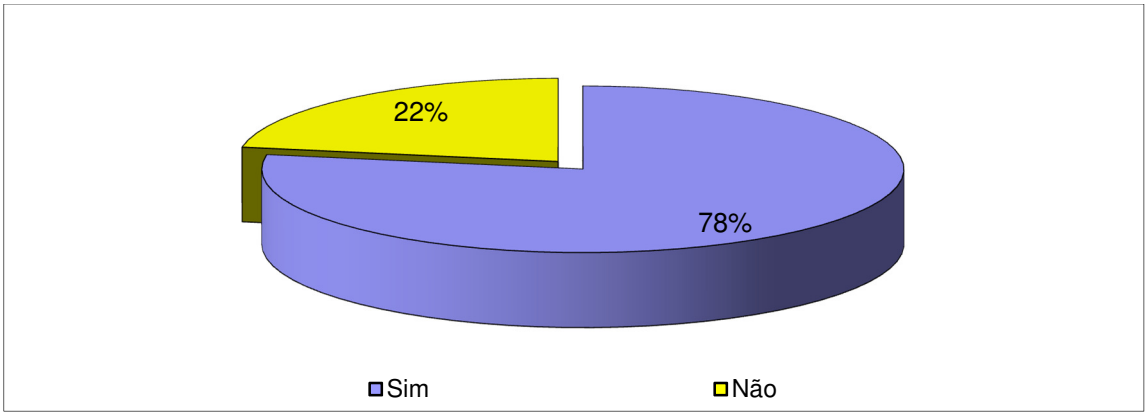


Figura 284 – Desenvolvimento de Ações Pelas Secretarias Municipais de Turismo Com as Demais Secretarias dos Municípios do Pólo Costa dos Corais
(Autoria: Carneiro, TK. 2010)

A existência de Conselho Municipal de Turismo é um importante indicativo do poder local, numa perspectiva de "empoderamento" da sociedade envolvida, pois esse se constitui num espaço de construção coletiva e deve expressar as diferentes e até divergentes forças que buscam desenvolver a atividade turística em uma determinada localidade.

E também nessa perspectiva, é possível identificar a carência da região Costa dos Corais para o desenvolvimento sustentável da atividade, pois apenas Maragogi possui um Grupo Gestor que embora atue como Conselho Municipal de Turismo, ainda não se encontra formalizado conforme mostra a Figura 285 a seguir.

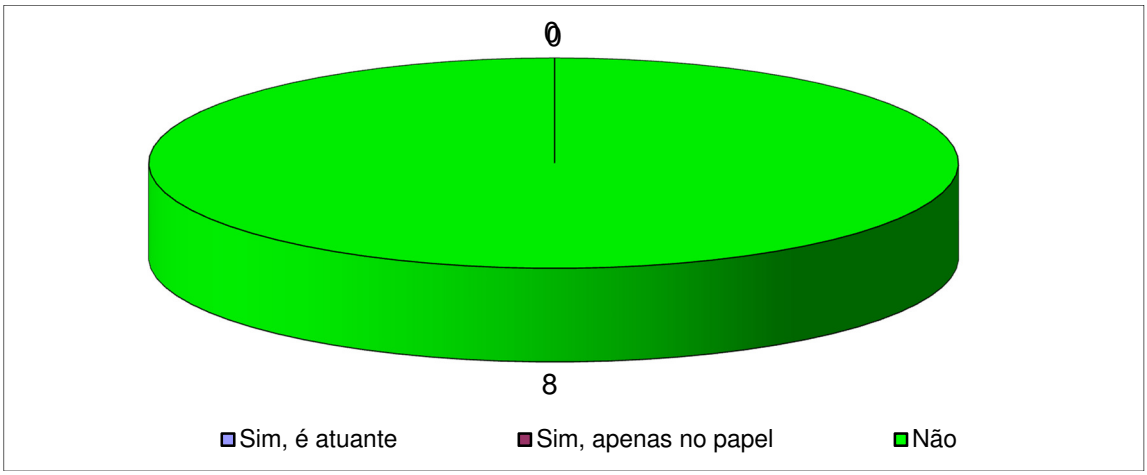


Figura 285 – Existência de Conselho Municipal de Turismo nos Municípios do Pólo Costa dos Corais
(Autoria: Carneiro, TK. 2010)

A constituição de Fundo Municipal de Turismo, que serviria como fonte específica de recursos para as políticas municipais destinadas ao turismo, será uma conquista ainda a ser realizada pelos municípios da região. Todavia, é importante ressaltar que as carências em questões básicas como educação, saúde e infraestrutura representam demandas prioritárias para alocação de recursos.

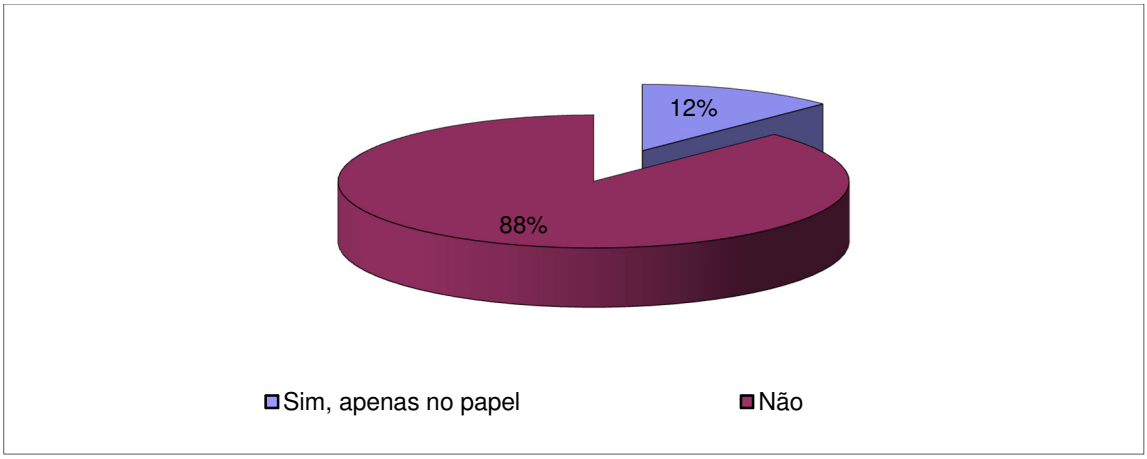


Figura 286 – Existência de Fundo Municipal do Turismo nos Municípios do Pólo Costa dos Corais
(Autoria: Carneiro, TK. 2010)

16.2 Organização e Coordenação do Processo de Planejamento Turístico

Como reflexo dessa falta de infraestrutura física e carência de pessoal os órgãos municipais de turismo não trabalham com planejamento, 56% dos Secretários entrevistados afirmam que apenas atuam fazendo ações emergenciais que ocorrem no dia–a–dia da instituição.

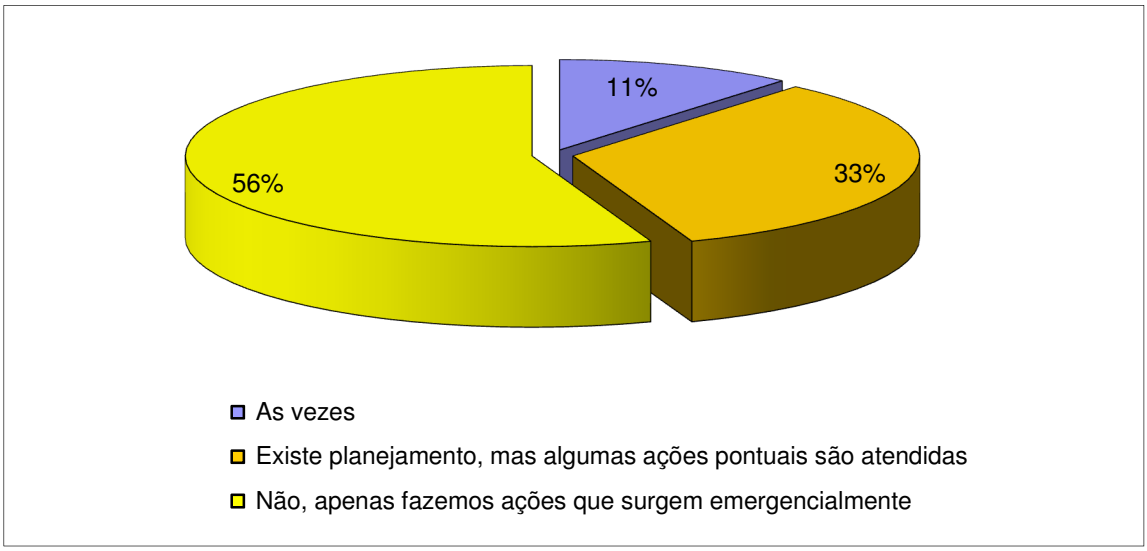


Figura 287 – Existe Planejamento Anual das Ações Realizadas Pelas Secretárias Municipais de Turismo no Pólo Costa dos Corais
(Autoria: Carneiro, TK. 2010)

Quando questionados sobre se a Secretaria tinha definida a sua missão e seu objetivo, 56% dos entrevistados afirmaram que sim, que suas Secretarias possuíam e que eles as conheciam. Mas uma ressalva deve ser posta nessa avaliação, pois muitos que afirmaram positivamente, o fizeram com base na legislação que criou o órgão e não como base num planejamento estratégico, enquanto instrumento de gestão.

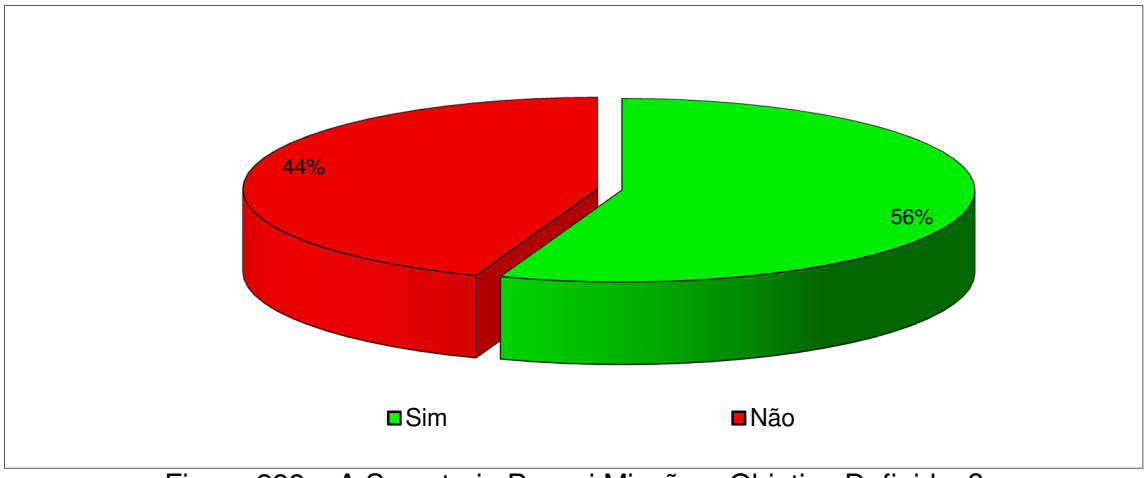


Figura 288 – A Secretaria Possui Missão e Objetivo Definidos?
(Autoria: Carneiro, TK. 2010)

E entre as que possuem, poucas são em que esses princípios da gestão estão incorporados por todos os colaboradores (apenas 3 Secretários – 33% afirmaram que suas equipes conhecem a missão da instituição).

Como esperado, tendo em vista que o planejamento não é um instrumento de gestão incorporado no desenvolvimento das ações das Secretarias, também ações de monitoramento não se constituem em atividades realizadas por estes órgãos.

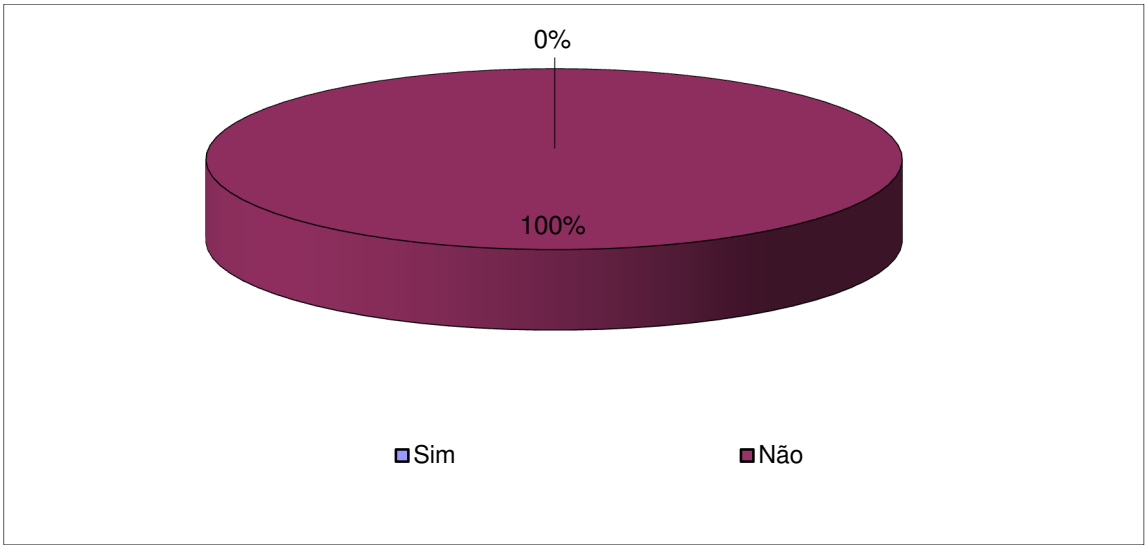


Figura 289 – Existência de Monitoramento nas Ações Realizadas Pelas Secretarias Municipais de Turismo no Pólo Costa dos Corais
(Autoria: Carneiro, TK. 2010)

16.3 Legislação

Todo o ordenamento jurídico deve respeitar a hierarquização da legislação, partindo do que está determinado pela Constituição Federal de 1988 e do Estatuto das Cidades, evidentemente no tocante aos pilares que sustentam as políticas urbanas municipais.

É fato que, o Estatuto da Cidade, ao regulamentar as exigências constitucionais, reúne normas relativas a ações do poder público na regulamentação do uso da propriedade urbana em prol do interesse público, da segurança e do bem–estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental. Além disso, fixa importantes princípios básicos que irão nortear estas ações.

O primeiro deles é a função social da cidade e da propriedade urbana. Alcança–se, com este princípio, novo patamar no campo de direito coletivo introduzindo a justiça social no uso da propriedade. Objetivando justamente a vida social harmônica e confortável a todos os indivíduos da comunidade, dota–se o poder público de instrumental hábil à remoção de obstáculos opostos pelo interesse privado contra o bem estar coletivo. Desta forma, o Plano Diretor deverá dotar o poder público de um instrumental jurídico eficaz à adoção de providências coercitivas no sentido de adaptar mesmo o patrimônio e interesses privados à sua real função social. Assim o são: parcelamento, edificação ou utilização compulsórios; impostos predial e territorial urbano progressivo no tempo; desapropriação com pagamento em título da divida pública; usucapião especial de imóvel urbano; direito de superfície; direito de preempção; outorga onerosa do direito de construir, transferência do direito de construir; operações urbanas consorciadas; estudo de impacto de vizinhança, dentre outros. Todos previstos no Estatuto da Cidade.

Com isso se assegura, inclusive, instrumentalmente, a preponderância do interesse público urbanístico sobre o privado em prol do bem estar comunitário.

Outro importante princípio fixado pelo Estatuto da Cidade é a gestão democrática, garantindo a participação da população urbana em todas as decisões de interesse público e, é através dela que as associações representativas dos vários segmentos da sociedade se envolvem em todas as etapas de construção do Plano Diretor – elaboração, implementação e avaliação. É a comunidade quem identifica juntamente com o poder público e os setores da sociedade organizada, os principais problemas da cidade, buscando conjuntamente apontar soluções, bem como a indicação dos elementos de um planejamento para o futuro crescimento urbano ordenado, tudo mediante a assistência técnica especializada.

Esse panorama radiográfico da cidade é traçado em oficinas e audiências públicas, com a participação popular direta, a partir de onde se busca adotar o instrumental necessário à solução dos problemas detectados e os parâmetros de crescimento projetado, sobre cuja base será redigida a legislação específica.

O Estatuto da Cidade estabelece ainda importante diretriz, qual seja, a garantia do direto a cidades sustentáveis, ou seja, o direito de todos os habitantes de nossas cidades à terra urbana, à moradia, ao saneamento, à infraestrutura urbana, ao transporte e serviços públicos, ao trabalho e ao lazer. Deve–se reger o Plano Diretor pelo princípio da Cidade Democrática. Por ele, os benefícios da cidade deverão ser acessíveis a toda a população, devendo guiar–se, o ordenamento e planejamento urbanos, de tal forma a permitir o acesso de todas as camadas sociais da população às benesses oferecidas pela cidade, evitando–se na medida do possível, traçados, obras e providências que dificultem o acesso das camadas sócio–cultural–economicamente inferiores, a tais benefícios.

Assim, os traçados marginalizantes que busquem confinar os segmentos sociais mais pobres à periferia, a áreas destituídas dos equipamentos necessários ao bem estar, saúde, educação e segurança pública, e mesmo ao conforto, deverão ser evitados com o Plano Diretor de uma cidade.

Segue breve resumo de algumas legislações na esfera ambiental e urbanística, essa última em menor escala, visto que cabe a cada estado e município desenvolvê–las.

Tabela 127 – LEGISLAÇÃO FEDERAL

LEGISLAÇÃO FEDERAL		
NÚMERO	**DATA DA PUBLICAÇÃO**	**EMENTA**
4.771/65	15 de setembro de 1965	Institui o novo Código Florestal.
5.197/67	3 de janeiro de 1967	Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências.
6766/79	19 de dezembro de 1979	Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano: alterada pela Lei 9485/99.
7.661/88	16 de maio de 1988	Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências.
7.797/89	10 de julho de 1989	Cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências.
9.059/95	13 de junho de 1995	Introduz alterações no Decreto–Lei n° 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre proteção e estímulo à pesca.
9.111/95	10 de outubro de 1995	Acrescenta dispositivo à Lei n° 5.197, de 3 de janeiro de 1967, que dispõe sobre a proteção à fauna.
9.605/98	12 de fevereiro de 1998	Leis dos Crimes Ambientais.
9.795/99	27 de abril de 1999	Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.
9.985/00	18 de julho de 2000	Regulamenta o art. 225 e incisos da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC e dá outras providências.
10.098/00	19 de dezembro de 2000	Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas ***portadoras*** de necessidades especiais ou com mobilidade reduzida.
Medida Provisória n° 2.163–41	23 de agosto de 2001	Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.
10.165/00	27 de dezembro de 2000	Altera a Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.
11.284/06	02 de março de 2006	Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF altera as Leis 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973 e dá outras providências

(Fonte: Plano de Infraestrutura para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Turismo de Alagoas – Governo do Estado de Alagoas, 2009)

Tabela 128 – DECRETOS FEDERAIS

DECRETOS FEDERAIS		
NÚMERO	**DATA DA PUBLICAÇÃO**	**EMENTA**
99.274/90	06 de junho de 1990	Regulamenta a Lei n° 6.902 de 27 de abril de 1981, e a Lei n° 6.938 de 31 de agosto de 1981, que dispõem, respectivamente, sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, e dá outras providências.
1.922/96	05 de junho de 1996	Dispõe sobre reconhecimento das Reservas Particulares do Patrimônio Natural e dá outras providências.
s/ n°	23 de outubro de 1997	Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental da Costa dos Corais, nos Estados de Alagoas e Pernambuco, e dá outras providências.
3.524/00	26 de junho de 2000	Regulamenta a Lei nº 7.797 de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente e dá outras providências.
s/ n°	27 de setembro de 2001	Cria a Reserva Extrativista Marinha da Lagoa do Jequiá, no Município de Jequiá da Praia, Estado de Alagoas, e dá outras providências.
4.339/02	22 de agosto de 2002	Institui princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade.
4.340/02	22 de agosto de 2002	Regulamenta artigos da Lei N° 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, e dá outras providências.
5.296/04	2 de dezembro de 2004	Regulamenta as normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas ***portadoras*** de necessidades especiais ou com mobilidade reduzida..
5.300/04	7 de dezembro de 2004	Regulamenta a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC, dispõe sobre regras de uso e ocupação da Zona Costeira e estabelece critérios de gestão da orla marítima, e dá outras providências.
6.514/08	22 de julho de 2008	Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências
6.686/08	10 de dezembro de 2008	Altera e acresce dispositivos ao Decreto nº 6.514 de 22 de julho de 2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações.

(Fonte: Plano de Infraestrutura para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Turismo de Alagoas – Governo do Estado de Alagoas, 2009)

Apresentamos a seguir uma sinopse da legislação estadual que também norteia as demais legislações municipais.

Tabela 129 – LEGISLAÇÃO ESTADUAL

LEGISLAÇÃO ESTADUAL		
NÚMERO	**DATA DA PUBLICAÇÃO**	**EMENTA**
3.543/75	30 de dezembro de 1975	Cria a Coordenação do Meio Ambiente
3.859/78	03 de maio de 1978	Institui o Conselho Estadual de Proteção Ambiental – CEPRAM, atribui à Coordenação do Meio Ambiente da Secretaria de Planejamento do Estado de Alagoas, competência para análise de projetos industriais e dá providências correlatas.
3.989/78	13 de dezembro de 1978	Define a estrutura e as atribuições do Conselho Estadual de Proteção Ambiental – CEPRAM, e dá providências correlatas.
4.090/79	05 de dezembro de 1979	Dispõe sobre a Proteção do Meio Ambiente do Estado de Alagoas.
4.607/84	19 de dezembro de 1984	Cria a Área de Proteção Ambiental de proteção ambiental de Santa Rita.
4.630/85	02 de janeiro de 1985	Reestrutura a Secretaria de Planejamento, dispõe sobre o Conselho Estadual de Proteção Ambiental – CEPRAM, cria, transforma e extingue cargos de provimento em comissão e funções gratificadas e dá outras providências.
4.633/85	14 de janeiro de 1985	Regula o transporte de cargas perigosas nas rodovias estaduais e dá outras providências.
4.682/85	17 de julho de 1985	Declara protegidas as Áreas com vegetação de Mangue no Estado de Alagoas e dá outras providências.
4.686/85	05 de setembro de 1985	Estabelece medidas de Proteção Ambiental na área de implantação do Pólo Cloroquímico de Alagoas e dá outras providências.
4.741/85	17 de dezembro de 1985	Dispõe sobre o tombamento de bens para integração no patrimônio histórico artístico e natural do Estado de alagoas e dá providências correlatas.
4.794/86	25 de junho de 1986	Acresce item ao art. 2º da Lei n° 3.989, de 13 de dezembro de 1978 que define a estrutura e atribuições do Conselho Estadual de Proteção Ambiental – CEPRAM.
4.894/87	30 de abril de 1987	Vincula à Secretaria de Planejamento, a Coordenação do Meio Ambiente e a Coordenação do Pólo Cloroquímico de Alagoas e dá outras providências.
4.986/88	16 de maio de 1988	Cria o Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas – IMA e adota outras providências.

LEGISLAÇÃO ESTADUAL		
NÚMERO	**DATA DA PUBLICAÇÃO**	**EMENTA**
5.302/91	19 de dezembro de 1991	Dá nova redação ao art. 3º, da Lei n° 3989, de 13 de dezembro de 1978, e adota providências correlatas.
5.310/91	19 de dezembro de 1991	Institui o replantio e manutenção de Áreas Verdes e Florestais em 20% (vinte por cento) de sua totalidade e dá outras providências.
5.333/92	10 de abril de 1992	Dispõe sobre a base de cálculo das sanções pecuniárias da Legislação Ambiental.
5.347/92	27 de maio de 1992	Dispõe sobre a Área de Proteção Ambiental do Catolé e de Fernão Velho e dá outras providências correlatas.
5.745/95	19 de outubro de 1995	Dispõe sobre a regulamentação do plantio de árvores frutíferas tropicais e leguminosas nas áreas de domínio das rodovias estaduais do Estado de Alagoas e dá outras providências.
5.854/96	14 de outubro de 1996	Dispõe sobre a Política Florestal no Estado de Alagoas.
5.965/97	10 de novembro de 1997	Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, institui o Sistema Estadual de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos e dá outras providências.
6.011/98	08 de maio de 1998	Dispõe sobre penalidades por infração às normas legais de Proteção ao Meio Ambiente e sobre valores relativos ao sistema de licenciamento e dá outras providências.
6.059/98	31 de agosto de 1998	Cria a Delegacia de Repressão aos Crimes Ambientais, com sede em Maceió – Alagoas.
6.061/98	26 de outubro de 1998	Veda a instalação de empreendimentos nas bacias mananciais de Alagoas.
6.126/99	16 de dezembro de 1999	Cria a Secretaria de Estado de Recursos Hídricos – SERH/AL.
6.145/00	13 de janeiro de 2000	Dispõe sobre as diretrizes básicas para a Reforma e Organização do Poder Executivo do Estado de Alagoas.
6.227/01	15 de janeiro de 2001	Dispõe sobre a estrutura da Secretaria de Estado de Planejamento – SEPLA
6.340/02	03 de dezembro de 2002	Dispõe sobre a estrutura e as competências do Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas – IMA.
6.526/04	23 de novembro de 2004	Dispõe sobre a criação da carreira dos profissionais do Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas – IMA/AL e dá outras providências.
6.532/04	24 de novembro de 2004	Cria o Programa Estadual de Inspeção e Manutenção de Veículos em uso, destinado a promover a redução da poluição do meio ambiente através do controle da emissão de poluentes e de ruído.

LEGISLAÇÃO ESTADUAL		
NÚMERO	**DATA DA PUBLICAÇÃO**	**EMENTA**
6.581/05	14 de março de 2005	Altera a redação do art. 5º da Lei Delegada 21, de 4 abril de 2003, com as modificações da Lei Delegada 33, de 23 de abril de 2003, que dispõe sobre o Conselho Estadual de Proteção Ambiental – CEPRAM, e dá outras providências.
6.651/05	22 de dezembro de 2005	Dispõe sobre o Ordenamento do Uso do Solo nas faixas de domínio das rodovias estaduais e em terrenos a elas adjacentes.
6.708/06	04 de abril de 2006	Fixa o subsídio dos servidores integrantes das carreiras dos profissionais do Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas – IMA/AL, e dá outras providências.
6.787/06	22 de dezembro de 2006	Dispõe sobre a consolidação dos procedimentos adotados quanto ao licenciamento ambiental e das infrações.
6.841/07	23 de julho de 2007	Dispõe sobre o comércio ilegal de madeiras no estado de Alagoas e dá outras providências.
MENSAGEM Nº 19/2010	21 de junho de 2010	Dispõe sobre a Política de Desenvolvimento do Turismo Sustentável do Estado de Alagoas e sobre a criação de Áreas Especiais de Interesse Turístico (AEIT) na Subzona de Desenvolvimento Econômico II, que engloba os municípios de Porto de Pedras, São Miguel dos Milagres até o Povoado de Barra de Camaragibe, em Passo de Camaragibe e na Subzona de Desenvolvimento Econômico V, que engloba os municípios de Coqueiro Seco, Marechal Deodoro, Barra de São Miguel e Roteiro, até a Praia do Gunga

(Fonte: Plano de Infraestrutura para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Turismo de Alagoas – Governo do Estado de Alagoas, 2009)

Tabela 130 – DECRETOS ESTADUAIS

DECRETOS ESTADUAIS		
NÚMERO	**DATA DA PUBLICAÇÃO**	**EMENTA**
3.766/78	30 de outubro de 1978	Enquadra os cursos d'água do Estado de Alagoas na classificação estabelecida pela Portaria GM – 0013, de 15 de janeiro de 1976, do Ministério do Interior e dá providências correlatas.
3.908/79	07 de maio de 1979	Institui o Sistema Estadual de Licenciamento de Atividades Poluidoras ou Potencialmente Poluidoras – SELAP.
4.302/80	04 de junho de 1980	Regulamenta a Lei 4.090, de 05 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o Meio Ambiente no Estado de Alagoas e dá providências correlatas.
4.383/80	14 de agosto de 1980	Dispõe sobre a distância de construções em relação a estradas de rodagem.
4.385/80	20 de agosto de 1980	Dá nova redação aos artigos 30, 32 e 34 do Decreto n° 4.302, de 04 de junho de 1980.
4.631/81	06 de abril de 1981	Dispõe sobre normas referentes às condições mínimas de proteção ambiental, previstas no artigo 133, § 1º da Ementa Constitucional do Estado de Alagoas.
5.536/83	03 de outubro de 1983	Estabelece novas normas para a proteção do meio ambiente no litoral do Estado de Alagoas, complementares às do Decreto n° 4.631, de 06 de abril de 1982.
6.200/85	01 de março de 1985	Estabelece medidas de proteção ambiental na área de implantação do Pólo Cloroquímico de Alagoas, e dá outras providências.
6.274/85	05 de junho de 1985	Dispõe sobre a Área de Proteção Ambiental de Santa Rita, cria a Reserva Ecológica do Saco da Pedra e dá providências correlatas.
6.544/85	14 de agosto de 1985	Dispõe sobre a inclusão da Licença Prévia no Sistema Estadual de Licenciamento de Atividades Poluidoras, contidos no Decreto Estadual n° 3.908, de 07 de maio de 1979.
6.608/85	08 de outubro de 1985	Dispõe sobre a delimitação da área do Pólo Cloroquímico de Alagoas – PCA, e dá outras providências.
6.609/85	08 de outubro de 1985	Declara de utilidade pública para efeito de desapropriação, direitos de enfiteuse ou de ocupação sobre a faixa de terra que menciona, situada no município de Marechal Deodoro e dá providências correlatas.
31.135/86	04 de dezembro de 1986	Modifica a redação o Decreto nº 6.274, de 05 de junho de 1985, na forma indicada.
32.355/87	03 de junho de 1987	Cria a Reserva Ecológica de Manguezais da Lagoa do Roteiro e dá outras providências
32.858/88	04 de março de 1988	Cria Área de Proteção Ambiental de Marituba do Peixe, revogado o decreto que menciona e dá outras providências.

DECRETOS ESTADUAIS		
NÚMERO	**DATA DA PUBLICAÇÃO**	**EMENTA**
33.212/88	08 de novembro de 1988	Dispõe sobre o Sistema Estadual de Licenciamento de Atividades Poluidoras e/ou Degradantes – SELAP, regulamenta o item VII, do art. 16 da Lei n° 4.986, de 16 de maio de 1988 e dá outras providências.
33.409/89	28 de março de 1989	Institui o credenciamento para a fiscalização voluntária do Meio Ambiente de Alagoas.
33.410/89	28 de março de 1989	Regulamenta a Lei n° 4986, de 16 de maio de 1988, que cria o Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas – IMA e dá providências correlatas.
33.414/89	28 de março de 1989	Cria a 1ª Companhia Independente de Polícia Florestal e Mananciais e dá outras providências.
34.515/90	24 de outubro de 1990	Cria o Programa Estadual de Saneamento Rural – PESR/AL, e dá outras providências.
34.790/91	05 de março de 1991	Aprova o Regimento Interno do Conselho Estadual de Proteção Ambiental – CEPRAM.
35.135/91	29 de outubro de 1991	Altera o Decreto n° 33.212 de 08 de novembro de 1988, que dispõe sobre o licenciamento de atividades poluidoras e/ou degradantes e dá outras providências.
36.534/98	01 de junho de 1998	Disciplina o uso e a ocupação do solo na ilha de Santa Rita, e dá outras providências,
37.402/98	13 de janeiro de 1998	Dispõe sobre a composição do Conselho Estadual de Proteção Ambiental – CEPRAM, e dá providências correlatas.
37.784/98	22 de outubro de 1998	Regulamenta o Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH.
38.319/00	27 de março de 2000	Dispõe sobre a composição do Conselho Estadual de Proteção Ambiental – CEPRAM, e dá outras providências.
38.367/00	10 de maio de 2000	Dispõe sobre as atribuições do Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas – IMA e dá outras providências.
38.443/00	27 de junho de 2000	Acrescenta item ao art. 1º do Decreto n° 38.319, de 27 de março de 2000, que dispõe sobre a composição do Conselho Estadual de Proteção Ambiental – CEPRAM.
06/01	23 de janeiro de 2001	Regulamenta a outorga de direito de uso de recursos hídricos, previsto na Lei n° 5.965, de 10 de novembro de 1997 e institui o Sistema Estadual de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos.
170/01	30 de maio de 2001	Altera o art. 21 e caput do art. 22 do Decreto n° 06, de 23 de janeiro de 2001.
532/02	06 de fevereiro de 2002	Regulamenta o Fundo Estadual de Recursos Hídricos.
658/02	17 de maio de 2002	Consolida o Regimento Interno do Conselho

DECRETOS ESTADUAIS		
NÚMERO	**DATA DA PUBLICAÇÃO**	**EMENTA**
		Estadual de Recursos Hídricos – CERH.
3.050/06	09 de fevereiro de 2006	Dispõe sobre a instituição de Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN e dá outras providências.

(Fonte: Plano de Infraestrutura para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Turismo de Alagoas – Governo do Estado de Alagoas, 2009)

Com exceção de Maceió, que possui vasta legislação afeta ao tema abordado, nos outros municípios do Pólo Costa dos Corais muito pouco foi encontrado em termos de legislação e nenhum material publicado, apesar das inúmeras maneiras de abordagens, seja através dos sites, como também em consulta a funcionários que, em tese, deveriam dela fazer uso, para o desenvolvimento da gestão municipal.

Tabela 131 – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DE MACEIÓ

MACEIÓ	
N° LEI	**EMENTA**
Lei 80, de 26 de agosto de 1949	Autoriza a execução de reparos em prédio residencial
Lei 205, de 06 de novembro de 1951	Concede às pessoas pobres, plantas para a construção de casas residenciais.
Lei 281, de 26 de maio de 1953	Proíbe o corte ou derrubada de árvores, relvas, que ladeiam e protegem o manancial Nascente do Rio da Silva, no Tabuleiro dos Martins.
Lei 341, de 28 de abril de 1954	Isenta de impostos as fábricas ou firmas que não tenham produtos semelhantes manufaturados neste Município.
Lei 399 A, de 29 de março de 1955	Estabelece normas para construção e reforma de edifício no centro da cidade
Lei 417, de 27 de maio de 1955	Dispõe sobre a divulgação da legislação do município.
Lei 468, de 08 de novembro de 1955	Autoriza o emplacamento nas casas residenciais, comerciais e para fins outros dos prédios ainda não emplacados.
Lei 550, de 22 de julho de 1957	Dispõe sobre o levantamento aerofotogramétrico da cidade de Maceió.
Lei 575, de 26 de novembro de 1957	Código Municipal de Obras de Maceió alterada pelas Leis 679/59,688/59, 733/60, 787/61, 806/61, 882/62, 893/62, 939/63,1198/64,1278/66, 1355/66,1477/67e 1629/69.
Lei 649, de 09 de julho de 1959	Dispensa licença as limpezas nas fachadas dos prédios.
Lei 787, de 03 de março de 1961	Traça normas para construções.
Lei 877, de 20 de agosto de 1962	Dispõe sobre a instituição de feira livre em Fernão Velho
Lei 957, de 02 de agosto de 1963	Dispõe sobre construção.
Lei 1.152, de 15 de setembro de 1964	Dispõe sobre a concessão do serviço de limpeza pública.alterada pelas Leis 1423/67 e 1536/68.
Lei 1.403, 23 de junho de 1967	Isenta de pagamentos de tributos municipais, os letreiros ou anúncios luminosos de casas comerciais da Capital.
Lei 1.423, de 03 de outubro de 1967	Altera a Lei 1152/64, de Limpeza Urbana
Lei 1.536, de 09 de setembro de 1968	Altera a Lei 1152/64, de Limpeza Urbana.
Lei 1.557, de 04 de outubro de 1968	Proíbe a construção de barracos nas vias e logradouros públicos.

MACEIÓ	
N° LEI	**EMENTA**
Lei 1.575, de 06 de novembro de 1968	Veda a construção de edifícios com menos de 03 pavimentos em artérias da cidade.
Lei 1.591, 03 de dezembro de 1968	Veda o tráfego de veículos de publicidade sonora no perímetro urbano.
Lei 1.724, de 02 de abril de 1970	Disciplina a concessão de Alvará de Licença para construção em terrenos alagadiços e pantanosos, às margens de barreiras.
Lei 1.747, de 16 de junho de 1970	Cria o Plano Rodoviário Municipal.
Lei 1.828, de 18 de agosto de 1971	Estabelece normas disciplinares quanto as áreas de circulação de edifício c/ mais de um andar.
Lei 1.841, de 09 de setembro de 1971	Estabelece o sistema de calçadas no perímetro central de Maceió.
Lei 2.169, de 16 de dezembro de 1974	Distância mínima de 800m para instalação de padarias.
Lei 2.196, de 16 de maio de 1975	Estabelece normas de combate a poluição sonora.
Lei 2.209, de 02 de junho de 1975	Institui normas de proteção à flora.
Lei 2.210, de 09 de junho de 1975	Proíbe aberturas de novas casas comerciais para venda de esquifes.
Lei 2.252, de 21 de novembro de 1975	Dispensa o pagamento de multas para apresentação de plantas, os prédios construídos sem Alvará de Licença – Lei de Regularização. * alterada pela Lei 2279/76
Lei 2.279, de 20 de julho de 1976	Prorroga a vigência da Lei 2252/75.
Lei 2.405, de 19 de outubro de 1977	Estabelece normas para terrenos a serem loteados.
Lei 2.407, de 31 de outubro de 1977	Normas sobre obras, serviços, compras e alienações em Maceió.
Lei 2.485, de 16 de junho de 1978	Estabelece o Zoneamento de uso do solo do aterro do Dique–Estrada.
Lei 2.514, de 27 de junho de 1978	Cria o Parque Municipal de Maceió.
Lei 2.585, de 08 de junho de 1979	Institui o Código de Posturas do Município de Maceió.
Lei 2.624, de 09 de outubro de 1979	Institui o Código de Edificações do Município de Maceió.
Lei 2.694, de 02 de junho de 1980	Dispensa o pagamento de multas para apresentação de plantas, os prédios construídos sem Alvará de Licença – Lei de Regularização. alterada pela Lei 2755/80 e 2780/80.
Lei 2.773, de 17 de novembro de 1980	Torna obrigatória a existência de placas indicativas em todas as vias públicas.

MACEIÓ	
N° LEI	**EMENTA**
Lei 2.788, de 27 de fevereiro de 1981	Rebaixamento de meio–fio das calçadas de ruas, praças, avenidas.
Lei 2.878, de 10 de novembro de 1981	Dispensa o pagamento de multas pela falta de apresentação de plantas, os pedidos construídos sem a prévia licença.
Lei 2.997, de 26 de outubro de 1982	Concede às pessoas carentes, projeto, assessoria e documentos para regularizar a construção (Alvará/Habite–se / Demarcação).
Lei 3.079, de 07 de julho de 1983	Proíbe aterro sanitário e depósito de lixo a céu aberto.
Lei 3.190, de 16 de janeiro de 1984	Dispõe sobre a obrigatoriedade da construção prévia de galerias pluviais nas vias públicas a serem asfaltadas.
Lei 3.222, de 26 de janeiro de 1984	Determina a implantação de play–ground nas praças públicas.
Lei 3.277, de 02 de agosto de 1984	Proíbe a instalação de postos de gasolina em praças públicas.
Lei 3.374, de 22 de janeiro de 1985	Obriga os mercados e feiras–livres do Município a manter o uso de balança–piloto.
Lei 3.376, de 22 de janeiro de 1985	Regula o transporte de cargas perigosas nas vias públicas municipais.
Lei 3.511, de 10 de julho de 1985	Autoriza a regularização de obras particulares não licenciadas.
Lei 3.513, de 18 de setembro de 1985	Dispõe sobre a construção de muros em terrenos baldios.
Lei 3530, de 05 de dezembro de 1985	Dispõe sobre a concessão do direito real de uso dos espaços públicos municipais.
Lei 3.536, de 23 de dezembro de 1985	Institui o Código de Urbanismo. * alterado pelas Leis 3943/89, 4057/91.
Lei 3.537, de 23 de dezembro de 1985	Institui o Código de Edificações. *alterado pelas Leis 4057/91 e 4138/92.
Lei 3.538, de 23 de dezembro de 1985	Institui o Código de Posturas. *alterado pelas Leis 3943/89, 4417/95 e 4479/96.
Lei 3.748, de 22 de janeiro de 1988	Proíbe a instalação de Usina Nuclear em Maceió.
Lei 3.895, de 03 de abril de 1989	Dispõe sobre a obrigatoriedade de murar os terrenos e calçar os passeios públicos.
Lei 3.902, de 27 de abril de 1989	Disciplina a coleta e o tratamento do lixo hospitalar.

MACEIÓ	
N° LEI	**EMENTA**
Lei 3.913, de 14 de julho de 1989	Proíbe o uso de correntes ou outros objetos em calçadas públicas para resguardar entrada de veículos ou para quaisquer outras finalidades.
Lei 3.919, de 11 de outubro de 1989	Estabelece normas para o transporte coletivo de deficientes físicos.
Lei 3.937, de 11 de outubro de 1989	Proíbe depósito de lixo a céu aberto.
Lei 3.943, de 9 de novembro de 1989	Altera dispositivos dos Códigos de Urbanismo e Posturas (mínimo de áreas verdes em loteamentos, zoneamento de usos do solo, índices urbanísticos). *alterado pela Lei 4057/91, 4138/92, 4438/95 e 4541/96.
Lei 3.948, de 19 de dezembro de 1989	Proíbe o tráfego de veículos nos calçadões do comércio.
Lei 3.985, de 27 de julho de 1990	Padroniza abrigo de passageiros.
Lei 4.016, de 13 de março de 1991	Disciplina o funcionamento de transportes coletivos opcionais.
Lei 4.057, de 22 de agosto de 1991	Altera dispositivos das Leis 3536, 3537 e 3943 (zoneamento, usos permitidos, área mínima dos compartimentos).
Lei 4.062, de 19 de setembro de 1991	Limita e proíbe a circulação de veículos em artéria da capital.
Lei 4.090, de 19 de dezembro de 1991	Dá início ao processo de transformação do Tabuleiro dos Martins em área urbana.
Lei 4.110, de 20 de dezembro de 1991	Determina a instalação de semáforos de pedestres.
Lei 4.111, de 20 de dezembro de 1991	Proíbe o tráfego de cavalaria da Polícia Militar no calçadão do comércio.
Lei 4.127, de 07 de fevereiro de 1992	Cria o distrito político “Benedito Bentes”.
Lei 4.138, de 28 de agosto de 1992	Dá nova redação aos dispositivos das Leis 3537/85 e 3943/89 (zoneamento de uso do solo e dimensões mínimas de compartimentos).
Lei 4.142, de 16 de setembro de 1992	Determina a instalação de equipamentos de segurança em dependências bancárias.
Lei 4.144, de 16 de setembro de 1992	Proíbe a instalação de barracas de fogos em praças.
Lei 4.146, de 3 de novembro de 1992	Concede aos proprietários de imóveis (edificações) sujeitos à regularização, os benefícios da Lei.
Lei 4.148, de 27 de novembro de 1992	Concede benefícios da Lei e altera dispositivos da Lei 4146/92.
Lei 4.164, de 31 de dezembro de 1992	Dispõe sobre a doação de lotes pertencentes ao Município.

MACEIÓ	
N° LEI	**EMENTA**
Lei 4.168, de 13 de janeiro de 1993	Altera distância entre postos de abastecimento e serviços. alterada pela 4438/95 e 4470/95.
Lei 4.213, de 06 de julho de 1993	Cria as Regiões Administrativas.
Lei 4.227, de 29 de julho de 1993	Institui o Código Sanitário de Município.
Lei 4.295, de 7 de fevereiro de 1994	Institui o Projeto Nossa Rua.
Lei 4.301, de 14 de abril de 1994	Institui o Código de Limpeza Urbana do Município de Maceió.
Lei 4.305, de 4 de maio de 1994	Dispõe sobre a supressão, a poda, o replantio e o uso das áreas revestidas de vegetação de porte arbóreo.
Lei 4.326, de 16 de junho de 1994	Dispõe sobre a garantia de espaço adequado para as pessoas portadoras de deficiência física em eventos e em construções e reformas de prédios destinados a lazer, refeições, etc.
Lei 4.416, de 31 de março de 1995	Obriga estacionamentos de shoppings, supermercados, etc., a terem cobertura de seguro contra roubo. *regulamentada pelo Decreto 5405, de 1º de agosto de 1995.
Lei 4.425, de 8 de junho de 1995	Obriga bares, restaurantes e similares a permitirem o acesso de seus clientes a dependências onde se preparam e armazenam alimentos.
Lei 4.438, de 14 de julho de 1995	Dá nova redação ao art.22. da Lei 3943/89 que altera distância entre postos de abastecimento e serviços. * alterada pela Lei 4470/95.
Lei 4.454, de 11 de outubro de 1995	Dispõe sobre o funcionamento dos pontos comerciais e de serviços localizados em áreas públicas. * alterada pela Lei 4495/95.
Lei 4.470, de 06 de dezembro de 1995	Altera distância mínima entre postos de gasolina *altera a Lei 3943/89 alterada pela Lei 4758, de 26 de novembro de 1998.
Lei 4.473, de 12 de dezembro de 1995	Proíbe a substituição de nomes próprios nos logradouros.
Lei 4.484, de 16 de fevereiro de 1996	Regulamenta concessão às empresas privadas para locação de embarcações miúdas de lazer (pranchas de surf, *windsurf*, caiaque, canoa, pedalinho, moto aquática – *jet ski*) – na orla marítima.
Lei 4.486, de 28 de fevereiro de 1996	Dispõe sobre o Código Tributário do Município. *alterada pelas Leis 4527/96 e 4542/96
Lei 4.487, de 27 de março de 1996	Cria a UEM – Unidade Executora Municipal.

MACEIÓ	
N° LEI	**EMENTA**
Lei 4.495, de 08 de abril de 1996	Dá nova redação ao art.16 da Lei 4454/95, anteriormente vetado, permitindo a colocação de um equipamento a cada 250,00 m² de área. * altera a Lei 4454/95.
Lei 4.527, de 04 de julho de 1996	Altera o Código Tributário Municipal disposto pela Lei Municipal 4486, de 22 de fevereiro de 1996 e dá outras providências.
Lei 4.538, de 26 de agosto de 1996	Dispõe sobre colocação de caixas receptoras de correspondência em residências, condomínios e prédios de qualquer natureza.
Lei 4.541, de 21 de setembro de 1996	Inclui uso R7, na Zona Residencial 10 (ZR 10) *altera a Lei 3943/89.
Lei 4.545, de 14 de novembro de 1996	Institui normas gerais de proteção a edificações de valor arquitetônico ou histórico.
Lei 4.548, de 21 de novembro de 1996	Institui o Código Municipal de Meio Ambiente.
Lei 4.628, de 24 de julho de 1997	Institui o projeto em parceria “Nossa Rua, Nossa Praça”.
Lei 4.633, de 08 de agosto de 1997	Dispõe sobre a obrigatoriedade das Escolas Municipais a criarem condições de acesso às pessoas portadoras de deficiência física.
Lei 4.634, de 11 de agosto de 1997	Proíbe a cobrança sobre a permanência de veículos automotores nos estacionamentos de shopping center, bancos, lojas de departamentos e similares, durante o expediente comercial.
Lei 4.651, de 21 de novembro de 1997	Estabelece diretrizes e condições para a realização de feiras e eventos correlatos na cidade de Maceió.
Lei 4.657, de 23 de dezembro de 1997	Dispõe sobre o incentivo fiscal para a realização de projetos culturais.
Lei 4.660, de 23 de dezembro de 1997	Dispõe sobre a criação de área restrita no Município de Maceió, para a comercialização de alimentos por atacado. *alterada pela Lei 4735/98, de 02 de julho de 1998.
Lei 4.663, de 23 de dezembro de 1997	Institui incentivo fiscal para a construção de edifício–garagem na cidade de Maceió.
Lei 4.665, de 23 de dezembro de 1997	Dispõe sobre a permissão de uso para o funcionamento do passeio de jangada e bares flutuantes da piscina natural da Pajuçara.
Lei 4.674, de 26 de dezembro de 1997	Institui a planta genérica de valores da cidade de Maceió para efeito de lançamento do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, a partir do exercício de 1998.

MACEIÓ	
N° LEI	**EMENTA**
Lei 4.685 de 08 de janeiro de 1998	Autoriza a construção e adoção por empresas de praças e áreas de lazer.
Lei 4.687 de 08 de janeiro de 1998	Dispõe sobre o perímetro urbano de Maceió, suprime a divisão distrital e institui o abairramento.
Lei 4.689 de 09 de janeiro de 1998	Acrescenta parágrafo ao art. 113 do Código de Postura, Lei 3538/85.
Lei 4.695, de 13 de janeiro de 1998	Dispõe sobre a construção de sanitários masculino e feminino nas repartições públicas, Autarquias, Bancos, Firmas prestadoras de serviços instaladas em Maceió e empresas de Economia Mista.
Lei 4.696, de 13 de janeiro de 1998	Garante acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência física nos transportes coletivos.
Lei 4.699, de 13 de janeiro de 1998	Altera o art. 204 da Lei Municipal 3536/85.
Lei 4.700, de 13 de janeiro de 1998	Acrescenta inciso ao art. 84 da Lei 3537/85.
Lei 4.701, de 14 de janeiro de 1998	Altera os Quadros de Usos definidos no art. 2º da Lei Municipal 3943/89.
Lei 4.703, de 16 de janeiro de 1998	Modifica a redação do art. 5º, I "A" cria o parágrafo único para o inciso II do art. 5º e modifica a redação do art. 8, da Lei 4138/92. *altera a Lei 4138/92.
Lei 4.704, de 27 de janeiro de 1998	Estabelece critérios para a regularização de imóveis, propiciando facilidades aos proprietários para o registro de seu patrimônio.
Lei 4.750, de 08 de outubro de 1998	Revoga a Lei Municipal 3185/84, que dispõe sobre a denominação de ruas, obras e monumentos públicos.
Lei 4.758, de 26 de novembro de 1998	Revoga o parágrafo único da Lei 4470, de 06 de dezembro de 1998 – que determina a aprovação da Câmara de Vereadores para implantação de Postos de Abastecimento e Serviço de Veículos, mesmo que atenda a distância mínima de 250,00m, estabelecida na mencionada Lei.
Lei 4.958 de 07 de janeiro de 2000	Dá nova redação a artigo da lei 4.057/91. Referente a posto de abastecimento e serviço de veículos.
Lei 4.952 de 06 de janeiro de 2000	Altera a lei 4.687/98 (perímetro urbano e abairramento)
Lei 4.957 de 07 de janeiro de 2000	Dá nova redação a artigo da lei 3.943/89

MACEIÓ	
N° LEI	**EMENTA**
Lei 5.131 de 22 de maio de 2001	Dispõe sobre as normas técnicas de localização, construção e instalação e o funcionamento de postos revendedores de combustível.
Lei 5.168 de 14 de dezembro de 2001	Regulamentação em favor de portadores de necessidades especiais
Lei 5.263/01	Alteração no Código de Edificações – Lei 3.537/85 para uso de hotel
Lei 5.210 de 03 de junho de 2002	Regulamento e disciplina o uso e manutenção de elevadores no município de Maceió
Lei 5.219 de 04 de julho de 2002	Regulamentação para comercialização e armazenamento de gás liquefeito de petróleo
Lei 5.250 de 18 de novembro de 2002	Regulamenta a instalação de motéis e similares no perímetro urbano de Maceió
Lei 5.252 de 27 de novembro de 2002	Regras para cálculo de áreas nos projetos arquitetônicos
Lei 5.284 de 30 de abril de 2003	Relativo a definição de ápice de prédios
Lei 5.354 de 17de janeiro de 2004	Código de Edificações e Urbanismo – esta lei teve como objetivo condensar todas as legislações referentes a regulamentação urbanística existentes e atualizações de normas mais condizentes com a realidade da cidade.
Lei 5.390 de 11 de agosto de 2004	Torna obrigatória a instalação de dispositivo de segurança em elevadores instalados em prédios públicos, residenciais e comerciais.
Lei 5.399 de 01 de outubro de 2004	Dispõe sobre o funcionamento das barracas de bares e restaurante localizadas na orla marítima do município de Maceió.
Lei 5.486 de 30 de dezembro de 2005	Plano Diretor de Maceió.
Lei 5.593 de 08 de fevereiro de 2007	Código de Urbanismo e Edificações – nova legislação para introdução das diretrizes traçadas pelo Plano Diretor.
Em desenvolvimento	Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima – Projeto Orla [78]
Em desenvolvimento	Plano de Habitação de Interesse Social – PHIS

(Fonte: Trabalho inicial desenvolvido com base no ementário de leis do município de Maceió e atualizações subseqüentes feitas com base em publicações no Diário Oficial pela arquiteta Cristina Benamor de Araújo Jorge)

[78] Fonte: Maria da Glória Modesto, do SPU/AL – Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em ago/2010.

Tabela 132 – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DE PARIPUEIRA

PARIPUEIRA	
N° LEI	**EMENTA**
Lei 15 de 23 de junho de 1993	Delimita a zona urbana do município
Lei 50 de 25 de junho de 1977	Código de Urbanismo
Lei 87 de 22 de outubro de 1999	Cria o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente
Lei 131 de 12 de setembro de 2003	Amplia a zona urbana do município
Instrução Normativa nº–8, DE 29/12/2009	Dispõe sobre o ordenamento da atividade de turismo e demais formas de exploração econômica das piscinas naturais de Maragogi e Paripueira.
Em desenvolvimento	Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima – Projeto Orla [79]
Em desenvolvimento	Plano de Habitação de Interesse Social – PHIS[80]

(Fonte: Maria Claudina da Silva, redatora de atas da Câmara Municipal de Paripueira, em ago/2010)

Tabela 133 – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DE BARRA DE SANTO ANTÔNIO

BARRA DE SANTO ANTÔNIO	
N° LEI	**EMENTA**
Lei 402/2004	Cria a Área de Proteção ambiental da Ilha da Crôa, Tabuba e dá outras providências.
Lei 403/2004	Dispõe sobre penalidades por infração às Normas Legais de Proteção ao Meio Ambiente e sobre valores relativos ao sistema de licenciamento e dá outras providências.
Lei 404/2004	Dispõe sobre a base de calculo das sanções e pecuniaridade de Legislação Ambiental.
Lei 405/2004	Institui o Fundo Municipal de Meio Ambiente e dá outras providências.
Lei 406/2004	Institui o Conselho Municipal de Meio Ambiente e dá outras providências.
Para aprovação	Código de Obras e Edificações[81]
Em fase de capacitação junto à AMA	Plano de Habitação de Interesse Social – PHIS[82]
Todas as leis do município de Barra de Santo Antônio encontram–se em processo de revisão[83].	

(Fonte: Plano de Infraestrutura para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Turismo de Alagoas – Governo do Estado de Alagoas, 2009)

[79] Fonte: Maria da Glória Modesto, do SPU/AL – Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em ago/2010.
[80] Fonte: Secretário Municipal de Planejamento de Paripueira: Ricardo Malta, em Ago/2010.
[81] Fonte: Secretário Municipal de Administração da Barra de Santo Antônio - Laércio Lopes Figueiredo, em ago/2010.
[82] Fonte: Secretário Municipal de Planejamento e Obras da Barra de Santo Antônio - Miguel Arcanjo Motta, em ago/2010.
[83] Fonte: Secretário Municipal de Administração da Barra de Santo Antônio - Laércio Lopes Figueiredo, em ago/2010.

Tabela 134 – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DE PASSO DO CAMARAGIBE

PASSO DO CAMARAGIBE	
N° LEI	**EMENTA**
Desenvolvido em 2009	Plano Municipal de Turismo de Passo do Camaragibe
Em fase de contratação de profissionais	Plano de Habitação de Interesse Social – PHIS
Em fase de contratação de profissionais	Legislação Urbanística

(Fonte: Secretário Municipal de Assistência Social de Passo do Camaragibe, Nailton Manoel S. da Silva, em Ago/2010)

Tabela 135 – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS MILAGRES

SÃO MIGUEL DOS MILAGRES	
N° LEI	**EMENTA**
Em fase de aprovação	Plano Diretor de São Miguel dos Milagres

(Fonte: Secretário Municipal de Turismo de São Miguel dos Milagres: José Caetano Neto, em Ago/2010)

Tabela 136 – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DE PORTO DE PEDRAS

PORTO DE PEDRAS	
N° LEI	**EMENTA**
2001	Código de Posturas
Em fase de capacitação junto à AMA	Plano de Habitação de Interesse Social – PHIS
Em fase de capacitação junto à AMA	Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima – Projeto Orla

(Fonte: Secretário Municipal de Administração de Porto de Pedras: Alan de Jesus Silva, em Ago/2010)

Tabela 137 – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DE JAPARATINGA

JAPARATINGA	
N° LEI	**EMENTA**
Não houve informação	Código de Obras

(Fonte: Plano de Infraestrutura para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Turismo de Alagoas – Governo do Estado de Alagoas, 2009)

Tabela 138 – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DE MARAGOGI

MARAGOGI	
N° LEI	**EMENTA**
IN nº–8, DE 29/12/2009	Dispõe sobre o ordenamento da atividade de turismo e demais formas de exploração econômica das piscinas naturais de Maragogi e Paripueira.
Não houve informação	Código de Obras
Não houve informação	Plano Diretor

(Fonte: Plano de Infraestrutura para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Turismo de Alagoas – Governo do Estado de Alagoas, 2009)

Tabela 139 – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DE SÃO LUIZ DO QUITUNDE

SÃO LUIZ DO QUITUNDE	
N° LEI	**EMENTA**
Em fase de capacitação junto à AMA	Plano de Habitação de Interesse Social – PHIS

(Fonte: Secretário Municipal de Turismo de São Luiz do Quitunde, Manoel José da Silva Filho, em Ago/2010)

Tabela 140 – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DE MATRIZ DO CAMARAGIBE

MATRIZ DO CAMARAGIBE	
N° LEI	**EMENTA**
	Não se obteve nenhuma informação até o momento.

Tabela 141 – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DE PORTO CALVO

PORTO CALVO	
N° LEI	**EMENTA**
Em fase de capacitação junto à AMA	Plano de Habitação de Interesse Social – PHIS

(Fonte: Secretária Municipal de Administração: Edna de Souza Wanderley, em Ago/2010)

Tabela 142 – DECRETOS MUNICIPAIS

MACEIÓ	
N° LEI	**EMENTA**
Decreto 6.061, de 19 de novembro de 1984	Homologou o polígono do bairro de Jaraguá.
Decreto 3.152, de 05 de setembro de 1989	Aprova regulamento que disciplina barracas localizadas em áreas públicas. *alterado pelo Decreto 4173, de 21.07.93 e depois pela 4454/95.
Decreto 5.154, de 05 de maio de 1993	Dispõe sobre permissão de uso dos logradouros públicos municipais para instalação e conservação de painéis orientadores de pedestres.
Decreto 5.251, de 22 de março de 1994	Regulamenta o funcionamento dos mercados públicos.
Decreto 5.287, de 01 de agosto de 1994	Disciplina critérios de autorização, permissão e concessão de uso de bens públicos até fevereiro de 1995.
Decreto 5.298, de 02 de setembro de 1994	Regulariza a situação dos Conjuntos Benedito Bentes I e II.
Decreto 5.316, de 07 de outubro de 1994	Cria o Programa Especial de Revitalização do Centro.
Decreto 5.408, de 01 de agosto de 1995	Dispõe sobre o funcionamento de feiras livres.
Decreto 5.426, de 02 de outubro de 1995	Proíbe instalação de novos boxes, barracas ou equipamentos nas áreas externas dos mercados públicos.

MACEIÓ	
N° LEI	**EMENTA**
Decreto 5.482, de 26 de março de 1996	Dispõe sobre procedimentos em caso de desapropriação. * dá nova redação ao artigo 4º do Decreto 5177, de 04 de março de 1996
Decreto 5.569, de 22 de novembro de 1996	Institui a Zona Especial de Preservação 1 – ZEP 1 (Jaraguá), dispondo sobre a preservação de seu acervo cultural.
Decreto 5.700, de 01 de outubro de 1997	Institui a Zona Especial de Preservação 2 (ZEP2).

(Fonte: Trabalho inicial desenvolvido com base no ementário de leis do Município de Maceió e atualizações subseqüentes feitas com base em publicações no Diário Oficial pela arquiteta Cristina Benamor de Araújo Jorge)

Tabela 143 – SÍNTESE DA LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA EDITADA NOS MUNICÍPIOS SITUADOS NO PÓLO COSTA DOS CORAIS

SÍNTESE DA LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA EDITADA NOS MUNICÍPIOS			
MUNICÍPIO	**PLANO DIRETOR**	**CÓDIGO DE OBRAS**	**CÓDIGO DE POSTURAS**
Barra de Santo Antônio	Não	Em fase de aprovação	Não
Japaratinga[84]	Não	Sim	Não
Maceió	**Sim**	**Sim**	**Sim**
Maragogi	Sim	Sim	Não
Matriz de Camaragibe	Não	Não	Não
Paripueira	Em elaboração	Sim	Sim
Passo de Camaragibe	Não	Não	Não
Porto Calvo	Não	Não	Não
Porto de Pedras	Não	Não	Não
São Luiz do Quitunde	Não	Não	Não
São Miguel dos Milagres	Em fase de aprovação	Não	Não

(Fonte: Plano de Infraestrutura para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Turismo de Alagoas – Governo do Estado de Alagoas, 2009)

84 O Município promulgou a Lei nº 121/80 que estabelece condições especiais de parcelamento e uso do solo para Programas de Interesse Social. Fonte: Plano de Infraestrutura para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Turismo de Alagoas – Governo de Alagoas./2009.

O Plano Diretor de uma cidade é o instrumento básico da política de desenvolvimento urbano, sob o aspecto social, administrativo, econômico e físico. Com ele, se permite delinear diretrizes de desenvolvimento social, econômico e de intervenção pública na estrutura urbana.

É de conhecimento também que a legislação urbanística tem como propósito estabelecer limites às ações humanas que interferem na qualidade de vida na cidade e no espaço urbano. Tais ações – necessidades próprias x centro urbano, estão inter–relacionadas como, moradia, trabalho, educação, saúde, locomoção, alimentação e lazer, todos esses presentes na cidade.

Entretanto, apesar de tamanha importância no contexto urbano, identificou–se no quadro acima, que apenas Maceió e Maragogi, são dotadas de tal instrumento. São Miguel dos Milagres já o desenvolveu, mas ainda aguarda aprovação da Câmara de Vereadores, segundo José Caetano Neto, Secretário Municipal de Turismo daquele Município.

Já em Paripueira, obteve–se a informação, através do Secretário Municipal de Turismo desse Município, que se encontra em desenvolvimento, seu Plano Diretor.

No que diz respeito ao Plano Municipal de Turismo, apenas a cidade de Passo do Camaragibe já o desenvolveu.

Tendo em vista a presente demanda, passamos a promover uma análise dos poucos produtos vigentes: os Planos Diretores de Maragogi e Maceió.

- **Plano Diretor de Maragogi**

Observa–se no texto do Plano Diretor de Maragogi uma abordagem econômica sócio/territorial para o progresso do município. Identifica–se também que o citado documento apresenta ações direcionadas ao turismo, uma vez que o identifica como mola propulsora do desenvolvimento econômico desse Município e ressalta em seus objetivos a consolidação de sua posição como principal Pólo Turístico da microrregião do Litoral Norte Alagoano.

Há, outrossim, no zoneamento apresentado uma demonstração de que o mesmo foi construído de forma a assegurar uma ocupação direcionada a empreendimentos hoteleiros, imobiliários e equipamentos voltados à gastronomia, além da definição de uma área aeroportuária. Encontram–se ainda no texto ações voltadas à questão da infraestrutura urbana que prevê a revitalização da linha férrea e a construção do aeroporto. Contudo, há necessidade de um vínculo das ações planejadas com as políticas urbanas decorrentes desse processo.

Não há no Plano, prioridades de investimentos relacionados com o ciclo de elaboração orçamentária subseqüente[85]. Por ser parte integrante do processo de planejamento municipal, essas ações devem obrigatoriamente, estarem integradas.

[85] De acordo com art. 165 da Constituição o ciclo orçamentário compreende: (i) a lei que estabelece o Plano Plurianual; (ii) a Lei de Diretrizes Orçamentárias; e (iii) a Lei Orçamentária Anual. Fonte: Site http://www.interlegis.gov.br/fiscalizacao, acessado em ago/2010.

O zoneamento apresentado no PDP – Plano Diretor Participativo – de Maragogi prevê a criação de nove zonas, que para efeito de análise, serão entendidas como Macrozonas visto que subdividem todo o território municipal, sem distinção do rural e do urbano:

- Zona de Planejamento Urbano de São Bento – ZPU–1

I – Incentivar sua vocação natural para o desenvolvimento de atividades relacionadas ao artesanato, pequenas indústrias alimentícias e a gastronomia;
II – conservar sua aparência bucólica de vila de pescadores;
III – manutenção dos baixos índices de ocupação (Art. 76).

- Zona de Planejamento Urbano de Maragogi – ZPU–2

I – o fortalecimento das atividades comerciais;
II – a revitalização paisagística;
III – agregação de zona urbanizável (Art. 82).

- Zona de Planejamento Urbano de Barra Grande – ZPU–3

I – Incentivar sua vocação natural para as atividades folclóricas e os festejos populares (Art. 88).

- Zona de Planejamento Urbano de Peroba/Ponta de Mangue – ZPU–4

I – Incentivar a instalação de empreendimentos hoteleiros;
II – desestimular o parcelamento do solo em pequenas glebas, provocando o adensamento populacional (Art. 94).

- Zona de Planejamento Urbano Especial – ZPUE

I – Incentivar a instalação de futuros empreendimentos imobiliários;
II – estimular o parcelamento do solo;
III – produzir infraestrutura (Art. 100).

- Zona de Segurança Aeroportuária – ZSA

I – assegurar por meio de limitações administrativas o controle da ocupação e uso do solo;
II – a elaboração do PEZR (Plano Específico de Zoneamento de Ruído);
III – preservar o máximo possível a vegetação existente (Art. 107).

- Zona Rural de Agricultura Tradicional – ZPRAT

I – elaboração do diagnóstico;
II – atualizar cadastro de proprietários;
III – elaboração do zoneamento agrícola (Art. 116).

- Zona de Planejamento Rural de Assentamentos Agrícola – ZPRA,

I – elaboração do diagnóstico;
II – mapeamento das cadeias produtivas;
III – elaboração do zoneamento agrícola (Art. 121).

- Zona Especial de Proteção Ambiental da APA Costa dos Corais – ZEPAM

I – garantir a conservação dos recifes coralígenos e de arenito, com sua fauna e flora;
II – manter a integralidade do habitat e preservar a população do Peixe–Boi Marinho (Trichechus manatus);
III – proteger os manguezais em toda sua extensão, situados ao longo das desembocaduras dos rios, como sua fauna e flora (Art. 125).

Além do zoneamento acima transcrito, há citação de duas outras zonas: as ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social e as ZEPAM – Zonas Especiais de Proteção Ambiental.

Da mesma forma, não há transcrição do perímetro urbano nem previsões de sua ampliação. Concomitantemente, identifica–se no artigo 98, que a Zona de Planejamento Urbano Especial – ZPUE é uma zona de expansão visto sua descrição como “reserva do Município para o crescimento urbano”.

No que diz respeito ao parcelamento do solo, não se observa a criação de regras abrangentes para parcelamento, mas apenas em alguns casos restritos – como nos artigos 79 e 103, onde se definem recuos, faixas "*non aedificandi* "e gabaritos.

É de forma genérica que o Plano Diretor de Maragogi refere–se à política de preservação do centro e áreas históricas, isto é, não há um zoneamento específico. Da mesma forma se faz quando da abordagem sobre saneamento ambiental: há apenas diretrizes para os serviços de saneamento básico, política de resíduos sólidos e sistema de drenagem urbana. Não há definições expressas de instrumentos ou programas que permitam viabilizar as propostas previstas em lei, nem se encontra assegurado a universalização desses serviços. O Plano, todavia, cria o Fundo de Desenvolvimento Sustentável.

Por igual, é tratado o caso da mobilidade: o Plano não explicita uma política de mobilidade, embora transcreva algumas diretrizes e a previsão de um Plano Municipal de Transportes e Sistema Viário.

Em resumo, observando as diretrizes previstas no Plano e aquelas advindas das visitas ao Município que possibilitaram uma radiografia da cidade, em sua área urbana assim como em seu entorno rural, podem–se prever alguns encaminhamentos.

- **Plano Diretor de Maceió**

É evidente no Plano Diretor de Maceió, a articulação entre as Zonas de Planejamento definidas e as políticas urbanas setoriais vinculadas ao meio ambiente, ao desenvolvimento social, ao transporte, sistema viário e saneamento básico, bem como as diretrizes para a elaboração da legislação de uso e ocupação do solo e os instrumentos jurídicos e políticos propostos. Observa–se ainda a presença dos objetivos e diretrizes relacionados a uma política habitacional, a habitação de interesse social e ao acesso à terra urbanizada por parte da população de baixa renda.

Para fins de uso e ocupação do solo, o território municipal, no PDP foi dividido em: área rural e área urbana, sendo a primeira subdividida em Macrozona Agrícola e Macrozona de Manejo Sustentável e a segunda em Macrozona de Adensamento Controlado; Macrozona Prioritária à Implantação de Infraestrutura Urbana; Macrozona de Restrição à Ocupação; Macrozona de Estruturação Urbana e Macrozona de Expansão Intensiva.

Não consta no Plano a poligonal e limites das Macrozonas Urbanas, o que dificulta de certa forma, a localização exata de cada uma. Paralelamente a este fato está previsto que a descrição e limites geográficos das Macrozonas Rurais e Urbanas serão revistas por decreto do Poder Executivo Municipal sempre que necessário.

No mencionado Plano está prevista ainda a revisão da legislação urbanística, especialmente referente ao parcelamento do solo urbano, ao uso e ocupação e às obras e edificações. Recentemente foi feita a revisão da legislação concernente a edificações e urbanismo, que passou a ser denominada através da Lei 5593/07 de Código de Urbanismo e Edificações do Município de Maceió. Nessa lei, se encontra definido, para a aplicação dos dispositivos existentes, as Zonas Urbanas. Essas zonas também não apresentam seus polígonos e limitações, o que impede em determinados momentos a localização imediata dos imóveis. É indispensável a complementação com urgência desses dados.

Outrossim, está previsto no Plano Diretor de Maceió, sem definição de prazo para sua realização:

1. Plano Diretor de Transportes Urbanos;
2. Plano Diretor de Esgotamento Sanitário;
3. Plano Diretor de Drenagem Urbana;
4. Plano Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural;
5. Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico Social.

Desses planos apenas o Plano Diretor de Transportes Urbanos encontra–se em fase de estruturação para iniciar os trabalhos de elaboração.

No que diz respeito ao Turismo, são apenas apontadas diretrizes para o desenvolvimento turístico sustentável e a forma que elas deverão ser implementadas. Não existiu uma preocupação de promover a integração de todas as potencialidades, a fim de torná–lo mais forte.

Conforme previsto no Plano Diretor de Maceió, algumas ações já começaram a ser desenhadas, segundo Dione Laurindo, Diretora do Plano Diretor da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento – SEMPLA. O Plano de Mobilidade Urbana é uma delas. Em fase de conclusão, a primeira etapa dos trabalhos prevê o desenvolvimento de um Plano Setorial de Transporte não motorizado, cujo objetivo é estimular o deslocamento a pé, uma vez que, segundo dados da Associação Nacional de Transportes Públicos, 34,3% da população do município anda a pé. No que se refere ao Transporte Motorizado, ainda segundo a mesma técnica, foi assinado em 2009, um Termo de Referência juntamente com a SMTT – Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito. Em contato com o engenheiro Roberto Barreiros da SMTT, o mesmo informou que o citado Termo se ateve apenas a promover uma equação da rede existente, e dar base para um processo licitatório, entretanto nada existe em termos de projetos.

Outra ação que demonstra a continuidade das demandas previstas no PDP de Maceió é a revisão do Código de Posturas, cuja última versão é de 1985.

Noticiou–se em maio de 2010, pela internet[86], a revisão do Plano Diretor de Maceió, entretanto em contato com a Diretora da área, esse tem sido um trabalho contínuo, onde as questões do dia a dia são identificadas gerando de forma imediata, uma legislação correlata.

16.4 Quadro dos Incentivos

É importante ressaltar que no Brasil o processo de implantação de uma empresa representa elevados custos tributários e longo tempo de tramitação burocrática, o que já é um desestímulo, aliado ainda a elevadas taxas de juros para empreendimentos que necessitam buscar financiamento em instituições privadas.

Outro fator extremamente relevante para atração de empreendimentos privados é a infraestrutura disponível. Obviamente, a falta de recursos públicos para investimento nesta área compromete, sobremaneira, o desenvolvimento da região.

Uma alternativa para minimizar esse aspecto negativo seria a existência de uma política pública de atração de empresas ligadas ao turismo para a região, que fosse fruto de uma articulação entre a esfera estadual e municipal, tendo em vista desburocratizar os processos de implantação de empresas, disponibilizar incentivos fiscais e estabelecer parcerias para qualificação de mão–de–obra local.

[86] Fonte: Site www.sempla.maceio.al.gov.br/revisaodoplanodiretor.html, acessado em ago/10.

Nessa perspectiva, em 22 de junho de 2010 foi publicado o projeto de lei que dispôs sobre a Política de Desenvolvimento do Turismo Sustentável do Estado de Alagoas e sobre a criação de Áreas Especiais de Interesse Turístico (AEIT) na subzona de desenvolvimento econômico II, que engloba os municípios de Porto de Pedras, São Miguel dos Milagres até ao povoado de Barra de Camaragibe, em Passo de Camaragibe, constituindo–se em um importante marco regulatório para a exploração sustentável da atividade turística na região. Todavia, não foram encontradas no âmbito municipal políticas de atração de empresas.

Os poucos relatos de iniciativas de incentivo que foram apontados foram em grande medida fruto de articulação pessoal dos empreendedores e de alguns gestores, e que resultaram em ações específicas e pontuais.

Um trabalho que vem sendo desenvolvido pelo APL Costa dos Corais é a adesão dos Municípios ao programa da Lei Geral da Pequena e Média Empresa, que além de simplificar os procedimentos burocráticos representa também redução da carga tributária. Mesmo assim, é necessário ressaltar que não é uma lei de incentivo da região, mas uma conquista nacional fruto da atuação do SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

Para que o desenvolvimento econômico baseado no turismo seja possível o setor privado necessita dispor de fontes de financiamento que disponibilizem recursos em condições acessíveis e que possibilitem alavancar o empreendimento. O setor público, por sua vez, necessita ter capacidade de investimento para desenvolver políticas e implementá–las de forma sistêmica e continua. Considerando ainda, que os investimentos privados, em grande medida, pressupõem um investimento público anterior (principalmente no que tange à infraestrutura), o acesso à disponibilidade de recursos e financiamentos é ainda mais relevante.

A partir da estabilidade macroeconômica alcançada na década de noventa, todas as instâncias públicas de gestão passaram a dispor de fontes de financiamento para investimentos de longo prazo. Na instância federal, o acesso a créditos disponibilizados por agências multilaterais de crédito tem possibilitado investimentos estruturantes, principalmente em itens relacionados à infraestrutura. Isso permitiu uma ampliação considerável nos investimentos em turismo, sendo o exemplo mais prático a modernização dos aeroportos em todo o país.

O Governo Federal passou também a disponibilizar programas e fontes de financiamento aos Estados e Municípios em diversos programas voltados ao turismo, articulados prioritariamente pelo Ministério do Turismo.

Todavia, nem todos os Estados e Municípios tinham capacidade institucional para oportunizar projetos. E como reflexos poucos são os Municípios que tem conseguido captar recursos e oportunizar o momento favorável que vem sendo vivenciado na economia nacional.

E os municípios do Pólo Costa dos Corais compõem esse universo que não tem condições de aproveitar as linhas de financiamento existentes. Em parte, pela própria precariedade de suas estruturas e pela indisponibilidade de recursos, que por sua vez resultam em falta de pessoal qualificado, o que resulta em falta de políticas públicas de desenvolvimento, que novamente terminam por perpetuar um espiral de subdesenvolvimento. Caracterizada pelo fluxo: Indisponibilidade de recursos = Precariedade das condições de atuação das Secretarias (carência de infraestrutura e falta de pessoal qualificado) = Falta de projetos para captação de recursos = Ausência de políticas públicas para o setor, conforme evidencia a Figura 290.

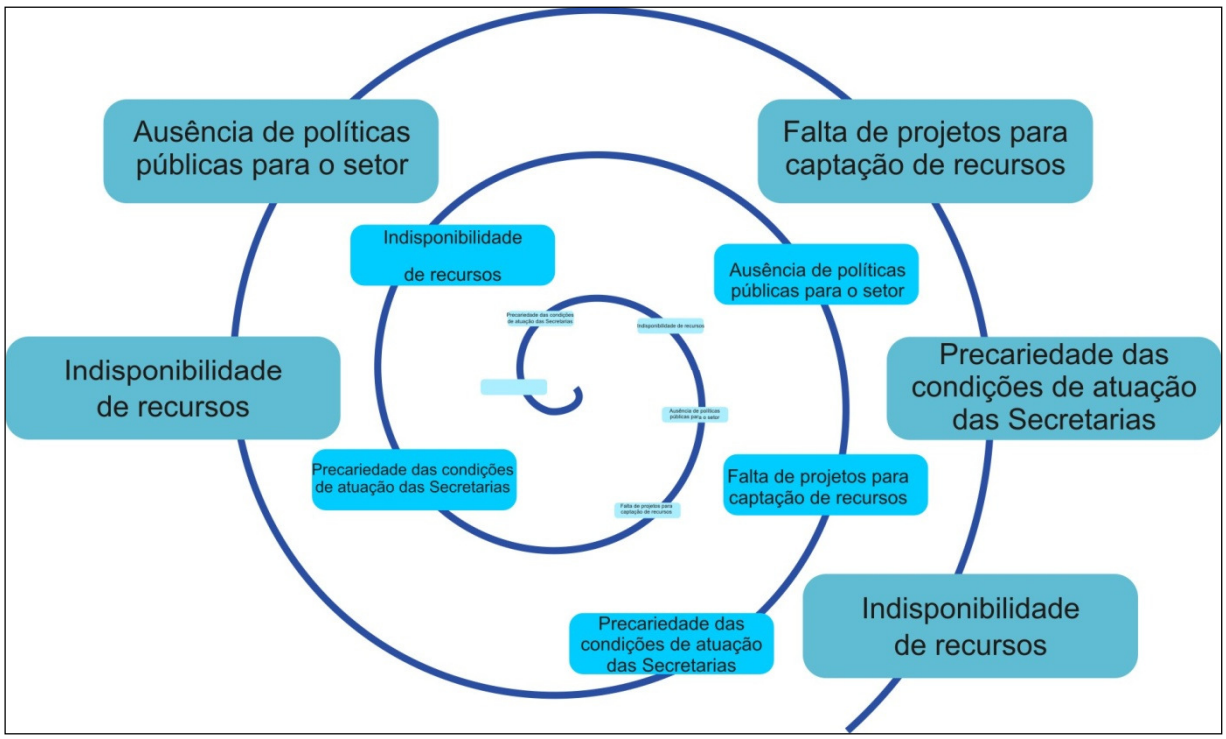


Figura 290 – Ciclo de Perpetuação da Precariedade das Condições de Atuação das Secretarias Municipais de Turismo
(Autoria: Carneiro, TK. 2010)

Especificamente para a região Nordeste o financiamento para empreendimentos privados é prioritariamente viabilizado pelo Banco do Nordeste, uma vez que esse tem por objetivo o desenvolvimento regional.

O quadro a seguir apresenta as principais linhas de crédito disponíveis no Banco do Nordeste para atividades correlacionadas ao desenvolvimento do turismo.

Tabela 144 – LINHAS DE CRÉDITO DISPONIBILIZADAS PELO BANCO DO NORDESTE PARA INVESTIMENTOS NO SETOR TURÍSTICO

PROGRAMA	OBJETIVO	PÚBLICO ALVO	ITENS DE FINANCIAMENTO
Programa de Apoio ao Turismo Regional – PROATUR	Implantação, ampliação, modernização e reforma de empreendimentos do setor turístico de médio e grande porte.	Pessoas jurídicas, inclusive empresários registrados na junta comercial, cadastrados pelo Ministério do Turismo, cujo objetivo econômico principal seja a atividade turística, de médio e grande porte.	Investimentos e capital de giro associado, observadas as exceções normativas internas previstas, quanto a determinados itens e atividades excluídos de serem financiados por esse programa, a exemplo de aquisição de terrenos, transferências de edificações (exceto no caso de hospedagens já construídas ou em construção desde que atendidas as condições estabelecidas pela linha de crédito), *flats*, dentre outros.
Programa de Financiamento à Conservação e Controle do Meio Ambiente – FNE VERDE	Financiar itens de proteção ambiental e atividades produtivas que propiciem a conservação e o controle do meio ambiente.	Produtores rurais, empresas industriais, agro–industriais, comerciais e de prestação de serviços e cooperativas e associações (em operações diretamente com os associados).	Projetos de agricultura e pecuária orgânicas; projetos de coleta, reciclagem e destinação final de resíduos domiciliares, comerciais, industriais e hospitalares; projetos de manejo florestal e reflorestamento; projetos de geração de energia alternativa; produção de cosméticos, remédios e outros produtos fitoterápicos oriundos da flora regional; projetos agrossilvopastoris e sistemas agroflorestais; controle, redução e prevenção da poluição do solo, da água e do ar; elaboração de estudos ambientais; certificação ambiental; auditoria ambiental; projetos de criação de animais silvestres permitida pela legislação ambiental; recomposição ambiental de áreas degradadas; projetos de produção mais limpa (P+L); implantação do sistema Caatinga/Buffel/Leucena (CBL); veículos; capital de giro associado, exceto no setor rural.

PROGRAMA	OBJETIVO	PÚBLICO ALVO	ITENS DE FINANCIAMENTO
Programa de Financiamento à Cultura – PROCULTURA	Financiar a implantação, expansão, modernização e realocação de empreendimentos do setor cultural de médio e grande porte.	Empresas privadas de médio e grande porte que desenvolvam atividades do setor cultural nos seguintes segmentos: produtoras de espetáculos de artes cênicas, produtoras de espetáculos de música, produtoras, gravadoras, editoras e distribuidoras de discos e outras mídias, produtoras de audiovisual, editoras de livros e outras publicações, salas de exibição, casas de espetáculo, museus, bibliotecas e centros culturais, fabricantes de instrumentos musicais, comerciantes de produtos culturais, escolas de artes cênicas, de música, de literatura e de restauração de patrimônio histórico.	Implantação, ampliação, modernização e reforma de empreendimentos do setor cultural, produção, circulação, divulgação e comercialização de produtos e serviços culturais, mediante o financiamento de: horas de estúdio de gravação, montagem de palco, compra de direitos autorais, elaboração de arranjos musicais, aluguel de equipamentos e máquinas, projetos de sonorização, projetos de iluminação, aquisição de veículos, móveis, acervos museólogos, obras de arte, livros, publicações, CDs, DVDs, aquisição de instrumentos musicais, capacitação de mão–de–obra. Capital de giro associado ao empreendimento.
Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste – PROINFRA	Financiar a implantação, expansão, modernização, reforma e realocação de empreendimentos de fornecimento de serviços de infraestrutura econômica não–governamental.	Pessoas jurídicas, consórcio de empresas e empresas públicas não–dependentes de transferências financeiras do poder público.	Investimentos e capital de giro associado relacionados com a geração e distribuição de energia de fontes convencionais, recursos hídricos, saneamento básico, transportes e logística, telecomunicações, instalação de gasodutos e produção de gás.

PROGRAMA	OBJETIVO	PÚBLICO ALVO	ITENS DE FINANCIAMENTO
Programa de Financiamento às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (FNE–MPE)	Financiar a implantação, expansão, modernização e realocação de empreendimentos de microempresas e empresas de pequeno porte dos setores industrial (inclusive mineração), agroindustrial, turismo, comercial e de prestação de serviços, inclusive empreendimentos culturais.	Microempresas e empresas de pequeno porte dos setores industrial, agroindustrial, turismo, cultura e comercial e serviços.	Construção e ampliação de benfeitorias e instalações, aquisição de máquinas, equipamentos, veículos e capital de giro associado ao investimento fixo, observadas as restrições normativas para o programa quanto ao não financiamento de determinados itens e atividades.
Programa de Financiamento à Produção e Comercialização de Máquinas e Equipamentos – FINAME	Financiar a produção e a comercialização de máquinas e equipamentos novos de fabricação nacional, cadastrados na FINAME, nas modalidades: a) financiamento à compradora; b) financiamento à fabricante.	Empresas de controle nacional (pessoas jurídicas e empresários registrados na Junta Comercial) e pessoas jurídicas brasileiras de controle estrangeiro. Não são passíveis de atendimento pela FINAME os seguintes setores: empreendimentos imobiliários, tais como edificações residenciais, *time–sharing*, hotel–residência e loteamento; comércio de armas; atividades bancárias e/ou financeiras; motéis, saunas, termas e boates; mineração que incorpore processo de lavra	O programa contempla: a) na modalidade “financiamento à compradora” – Aquisição de máquinas e equipamentos nacionais novos; b) na modalidade ”financiamento à fabricante” – financiamento à produção de máquinas e equipamentos, bem como a sua comercialização, desde que os bens já tenham sido negociados com os respectivos compradores. Em ambos os casos, os equipamentos deverão se encontrar cadastrados na FINAME.

		rudimentar ou garimpo; jogos de prognósticos e assemelhados; produção de açúcar e álcool; edição de jornais e outros periódicos; produção, beneficiamento, industrialização ou comercialização de fumo; e, beneficiamento de madeiras nativas não–contempladas em licenciamento e planos de manejo sustentável .	
Programa de Financiamento à Regularização e Recuperação de Áreas de Reserva Legal e de Preservação Permanente Degradadas (PRÓ–RECUPERAÇÃO AMBIENTAL)	Financiar investimentos, compreendendo a aquisição e realização de bens e serviços necessários à regularização e recuperação de áreas de reserva legal e de preservação permanente degradadas.	Produtores rurais (pessoas jurídicas e pessoas físicas, inclusive empresários registrados na junta comercial); empresas(pessoas jurídicas) industriais, agro–industriais, comerciais e de prestação de serviços; cooperativas de produtores rurais(em crédito diretamente aos cooperados ou na modalidade “à própria”) e associações de produtores rurais, legalmente constituídas, em operações diretas com os associados.	Investimentos destinados a aquisição e realização de bens e serviços necessários à regularização e recuperação de áreas de reserva legal e de preservação permanente degradadas, tendo o projeto de financiamento de ser elaborando atendendo uma ou mais das seguintes diretrizes: a) desenvolvimento de atividades produtivas que propiciem ou estimulem a recuperação de áreas de reserva legal ou de preservação permanente degradadas; b) incentivo ao produtor rural, pessoa física ou jurídica, para se ajustar à legislação ambiental vigente; c) estimulo à implantação de sistemas produtivos sustentáveis, priorizando a recuperação de áreas de reserva legal e de preservação permanente degradadas; d) disseminação do conceito de agronegócio responsável e sustentável, agregando características de eficiência, boas práticas de produção, responsabilidade social e

			preservação ambiental.

PROGRAMA	OBJETIVO	PÚBLICO ALVO	ITENS DE FINANCIAMENTO
Programa Nacional de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional – PROFROTA PESQUEIRA	Fortalecer e modernizar a infraestrutura e simultânea equipagem de embarcações da frota pesqueira nacional.	Empresas pesqueiras industriais, inclusive cooperativas e associações, e os empresários registrados na junta comercial que se dediquem à atividade pesqueira.	A ampliação da frota dedicada à pesca oceânica; a substituição das embarcações da frota costeira ou continental, visando a sua renovação; a aquisição de embarcações construídas há, no máximo, 5 anos; a modernização de embarcações (a conversão para readequação da embarcação e respectivo método de pesca, a adaptação para fins de jumborização e a equipagem compreendendo a aquisição e instalação de equipamentos ou apetrechos de pesca).

(Fonte: Compilado de www.bnb.gov.br em ago/2010)

Outra fonte de captação de recursos para investimento voltados ao turismo é BNDES, que possui três programas específicos que contemplam essa atividade econômica: O Cartão BNDES, o PROCOPA, e o BNDES Automático.

Através do Cartão, é operacionalizada, sem muita burocracia, uma linha de crédito específica que visa apoiar investimentos no setor de turismo, mais especificamente na modernização e ampliação da rede hoteleira brasileira. Recentemente o Cartão BNDES passou a financiar serviços de qualificação profissional do setor de hotelaria e lazer, tais como cursos de capacitação para as atividades de recepção, viagens, eventos, serviços de alimentação, entretenimento e línguas (inglês e espanhol).
O PROCOPA Turismo é destinado a estimular investimentos no setor turístico do país. Entre seus objetivos está a ampliação e modernização da rede de hotéis nas principais cidades brasileiras para a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Mas isso não é fator limitador para que empresas de outras regiões captem recursos dessa linha de crédito.

O BNDES Automático também disponibiliza boas condições para financiamentos a projetos do setor de hotelaria. Nos casos de reforma, modernização e ampliação, os prazos de pagamento tem em média até 8 anos, mas que pode ser estendido para até 14 anos caso o tomador do crédito obtenha certificação de construção sustentável. Para os projetos de construção de novos hotéis, o prazo de pagamento poderá chegar a 15 anos se o empreendimento obtiver certificação de eficiência energética e até 18 anos se a certificação for de construção sustentável, reconhecida por entidade de credenciamento acreditada dentro do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade.

O quadro a seguir apresenta um breve resumo analítico sobre o ambiente de atração de investimentos para região do Pólo Costa dos Corais.

Tabela 145 – CONSIDERAÇÕES SOBRE AMBIENTE DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS

ITENS DE AVALIAÇÃO	CONSIDERAÇÕES
Vantagens que a área oferece para a constituição de empresas	Pouca oferta de produtos e serviços Excelentes atrativos naturais Disponibilidade de mão–de–obra para serviços de pouca qualificação
Desvantagens que a área oferece para a constituição de empresas	Infraestrutura local Logística de fornecimento de insumos
Acesso a financiamento de curto e longo prazo	Disponibilidade de acesso as linhas de financiamento do Banco do Nordeste
Legislação tributária de favorecimento a novos empreendimentos	Não existe legislação especifica na região destinada a empreendimentos no setor turístico
Dotação de tecnologia de última geração	Existe elevada dificuldade de conectividade a internet e sistema de telefonia móvel na região
Facilitação de trâmites burocráticos de todo tipo	Não existem facilidades para tramitações burocráticas de novos empreendimentos
Política clara sobre os tipos de investimento preferencial no Pólo turístico	Não existe planejamento de políticas públicas de investimento destinadas ao Pólo Costa dos Corais

(Autoria: Carneiro, T K 2010)

- **Considerações Sobre o Município de Maceió no Contexto do Pólo Costa dos Corais**

O Município de Maceió apresenta uma configuração muito singular perto dos demais Municípios que compõem o Pólo Costa dos Corais, sua infraestrutura para o desenvolvimento das atividades turísticas é muito superior à dos demais municípios.

A estrutura do órgão gestor municipal do turismo é adequada ao desenvolvimento das atividades, a equipe vem sendo capacitada ao longo dos últimos anos, o PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional foi realizado, existe um reconhecimento dos atores da rede local do turismo do trabalho que vem sendo desenvolvido, tudo isso resulta numa capacidade desta gestão pública em contribuir para o desenvolvimento do turismo no próprio município. Todavia, não se pode esperar que essa capacidade seja estendida a toda a área de abrangência do Pólo, uma vez, que Maceió já apresenta várias demandas próprias à sua realidade.

Maceió é, dentre as cidades estudadas, a única que possui um marco legal constituído para o desenvolvimento turístico no Município, o que em grande medida deve ser atribuído ao fato de ser a capital do Estado. Isso porque, é na capital que as instâncias de governança pública estadual e federal se localizam, onde a população apresenta perfil socioeconômico e político mais favorável, onde a iniciativa privada é mais dinâmica, tudo isso resultando num ambiente mais propício ao surgimento de legislação urbanística e ambiental, fundamentais em processos de planejamento para o desenvolvimento turístico.

Enquanto as demais cidades do Pólo sofrem com a carência de infraestrutura básica como rodovias, energia, telefonia e disponibilidade de mão–de–obra qualificada, Maceió tem esses pré–requisitos para atração aos investimentos atendidos satisfatoriamente.

Todavia, outras desvantagens para captação de investimentos aparecem como a questão da segurança pública, que hoje se constitui no maior problema urbano da cidade. A questão ambiental também representa uma forte desvantagem para atração de investimentos turísticos para a cidade, principalmente a questão da orla urbana[87] da cidade, cuja balneabilidade é comprometida pelos edifícios da orla.

Mesmo não existindo uma política de investimento preferencial definida para o Município no que se refere ao turismo, as ações desenvolvidas são articuladas e apresentam objetivos estruturantes e de longo prazo. Um exemplo é o apoio que vem sendo dado aos empreendedores que desenvolvem atividades carnavalescas no período pré–carnaval. Cientes que Maceió não tem capacidade competitiva para disputar fluxo carnavalesco no período das festas, a gestão municipal vem trabalhando no sentido de consolidar o Município como uma referência na semana pré–carnavalesca, disponibilizando infraestrutura na orla, apoiando financeiramente os empreendedores e implementando estratégias de divulgação desse posicionamento mercadológico. E de fato, como resultado, percebe–se que nesse período Maceió já está sendo procurada pelos turistas regionais. Enfim, trata–se de um Município que comparado aos demais é muito mais estruturado e possui uma capacidade infinitivamente superior aos demais para o desenvolvimento de uma política pública de desenvolvimento do turismo.

[87] A degradação da região da orla lagunar é tão forte sob todas as dimensões avaliadas, que muitos atores entrevistados já não identificam a região da Lagoa como uma potencialidade turística para a cidade.

17. ANÁLISE DOS ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS

17.1.1 Análise das Condições Ambientais do Pólo Costa dos Corais

Os espaços litorâneos são extremamente valiosos em termos de recursos ambientais. Apresentam grande produtividade biológica, cujas características e processos fundamentais são determinados pela presença da água, que favorece a existência de flora e fauna diversificada.

Vários desses ambientes apresentam–se muitas vezes associados, interagindo e formando complexos ou sistemas com características particulares. Entre os sistemas litorâneos, destacam–se pela importância os estuários e as lagunas costeiras, que constituem uma elevada porcentagem das costas de todo o mundo.

Os estuários são reconhecidamente, um dos mais produtivos ambientes da natureza e fonte importantíssima de alimentos para toda a Zona Costeira, de onde é retirada a maior parte do pescado para o consumo humano. São áreas de criação, refúgio permanente ou temporário de inúmeras espécies de peixes, moluscos e crustáceos.

Por outro lado, a Zona Costeira apresenta áreas ecológica e ambientalmente muito sensíveis. Ao mesmo tempo em que a diversidade física e produtividade biológica são características dos sistemas estuarinos, são igualmente a fonte de sua reconhecida fragilidade diante dos processos predominantes de ocupação e exploração econômica.

Apresentam grande interdependência, e agressões sobre os mesmos podem afetar fortemente a comunidade biológica e diretamente as atividades pesqueiras que apresentam grande importância econômica. Em razão da importância, produtividade e vulnerabilidade dessas áreas, se torna necessário um grande esforço objetivando sua proteção e preservação (Normande, 2000).

Freqüentemente considerados como atividade mais adequada ao litoral, os projetos turísticos também podem se tornar sistemas impactantes, principalmente os de grande porte, quando implementados sem os devidos cuidados. MACIEL (1990) ressalta que várias áreas de dunas e restingas ao longo da costa brasileira, algumas de grande beleza e valor ecológico, geológico / geomorfológico e arqueológico, estão se degradando em função da atividade turística.

No Pólo Costa dos Corais, os recursos naturais são os próprios atrativos turísticos, e consequentemente os ecossistemas são submetidos a pressões em função não só das atividades turísticas, mas do próprio crescimento decorrente de seu incremento e das demais atividades econômicas. A fragilidade de algumas áreas é evidente e as mesmas correm riscos de uma rápida degradação, caso não existam ações integradas, preventivas e corretivas, formuladas através de um planejamento que busque a sustentabilidade nos aspectos ambientais, culturais e econômicos.

Front (1992)[88], ao mesmo tempo em que vê na paisagem um valor fundamental para toda oferta turística, identifica nesta atividade uma das maiores causas de sua degradação, o que vem em detrimento da própria rentabilidade econômica dos assentamentos turísticos. Para o autor, quando se consolida uma determinada oferta turística, a paisagem deve ser

[88] Front, J.N. Turismo, percepción del paisaje y planificacion del território. *Estudios Turisticos, 115.* Madrid: IET/DGTP, 1992.

considerada um recurso turístico muito mais valioso que outros recursos, por ser a imagem utilizada com mais freqüência para difundir tal oferta.

A fragilidade ou vulnerabilidade visual da paisagem é o grau de suscetibilidade à deterioração mediante a incidência de determinadas atuações. A fragilidade pode ser definida também como o inverso da *capacidade* da paisagem em absorver alterações sem perder a qualidade. Quanto maior for essa capacidade, menor será a fragilidade.

Yazig (1996)[89] por sua vez observa que paisagem e o patrimônio ambiental, urbano ou não, são naturalmente matéria–prima do turismo, mas, antes disso, eles se inserem no mesmo cotidiano das populações. É preciso ter muito claro que a paisagem interessa antes a seus próprios habitantes e que só numa relação de auto–estima deles com ela é que despertará o interesse dos transeuntes, visitantes, turistas. Não se tem consciência objetiva de que turismo e miséria (e tudo que ela traz consigo) são incompatíveis. Do que, pensar num futuro turístico implica antes de mais nada, a realização plena da cidadania.

Não resta dúvida que o turismo é uma importante atividade geradora de emprego e renda, mas precisa ser sustentável e para isso, torna–se necessário o pleno entendimento das dimensões ambientais, econômica, cultural, social, espacial e inclusive política. Assim, é fundamental a utilização de indicadores socioambientais de sustentabilidade para compreender a efetividade da implementação de um turismo profissional e avaliar os impactos positivos e negativos para os municípios, bem como para avaliar a distribuição dos possíveis benefícios entre as populações residentes.

Os indicadores servem para medir o desenvolvimento de um sistema e explicar a sustentabilidade por meio da construção de um processo participativo tendo como referência básica o envolvimento e comprometimento dos mais diversos atores sociais. Ainda na fase de planejamento, os indicadores devem estar claramente definidos de acordo com as políticas públicas ambientais vigentes, com características estruturais e funcionais das unidades ambientais e com as necessidades reais da população, para que a avaliação do empreendimento turístico seja efetiva.

O processo de gestão ambiental da atividade turística inicia–se pelo diagnóstico socioambiental, com a identificação dos problemas e conflitos, bem como com a identificação dos atores sociais. Dessa forma será possível realizar um planejamento comprometido não com os governos, mas com a sociedade civil e a iniciativa privada e o processo de gestão turística poderá ser implementado levando em conta as várias dimensões da sustentabilidade. Finalmente, com a implementação de um monitoramento e fiscalização efetiva das ações planejadas, poderá se avaliar o processo por meio dos indicadores previamente escolhidos.

Entre as diversas variáveis passiveis de análise, Neri & Soares (2008)[90], sugerem na avaliação de impacto de atividades turísticas, indicadores relacionados à melhoria do saneamento (acesso à rede geral água, acesso à rede geral de esgoto, acesso à coleta de lixo) e melhoria da condição social (redução da pobreza, maior ocupação, maior formalidade).

89 Yazig, E. et al (org) - Turismo : Espaço, Paisagem, Cultura São Paulo: Huitec / FINEP, 1996.

90 Neri, M.C.; Soares, W.L. *Turismo sustentável e alivio a pobreza: avaliação de impacto.* São Paulo: FGV, 2008.

Podem ser utilizados como indicadores de melhoria da qualidade de vida das populações: acesso à casa própria, acesso a bens duráveis (celular, tv, moto, automóvel, etc.), educação, nível de renda, fluxos migratórios, entre outros.

Especificamente relacionado à gestão ambiental de áreas litorâneas, um indicador de sustentabilidade a ser considerado é a melhoria da balneabilidade das praias (redução de trechos impróprios para banho), por afetar diretamente o atrativo turístico

Seguem, abaixo as figuras de balneabilidade (Figura 291 e Figura 292) das praias do Pólo Costa dos Corais:

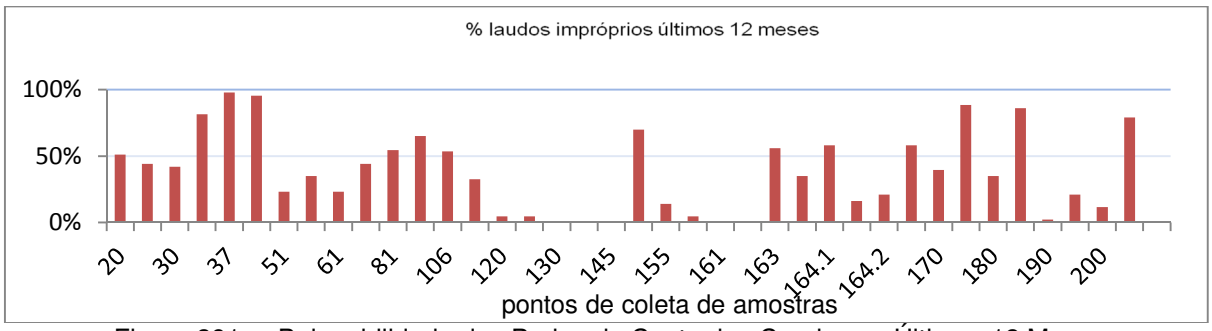


Figura 291 – Balneabilidade das Praias da Costa dos Corais nos Últimos 12 Meses
(Fonte: Dados trabalhados a partir dos laudos do IMA (www.ima.al.gov.br))

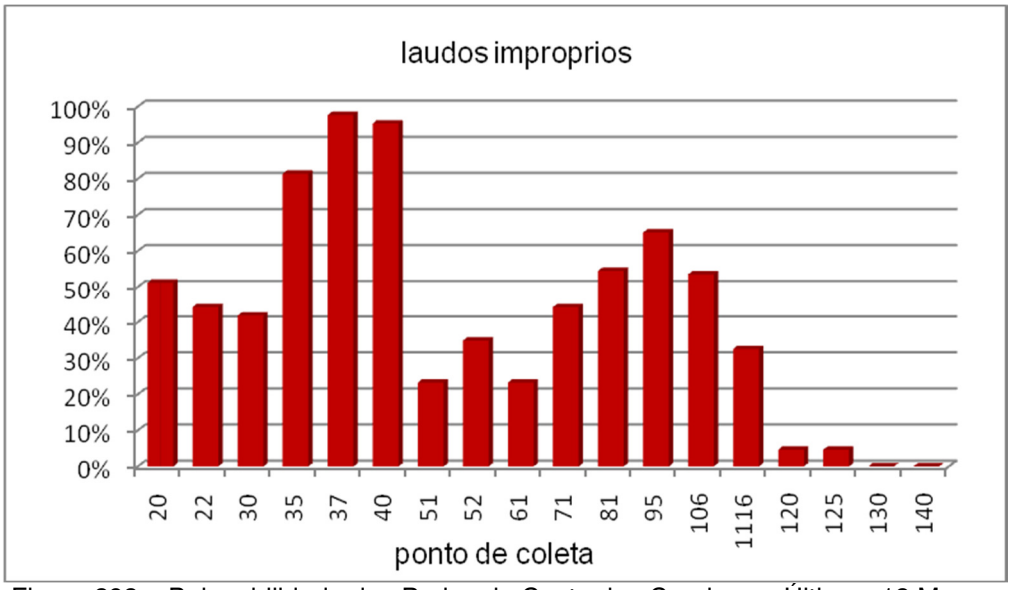


Figura 292 – Balneabilidade das Praias da Costa dos Corais nos Últimos 12 Meses
(Trecho 1 – Maceió)
(Fonte: Dados trabalhados a partir de laudos do IMA (www.ima.al.gov.br))

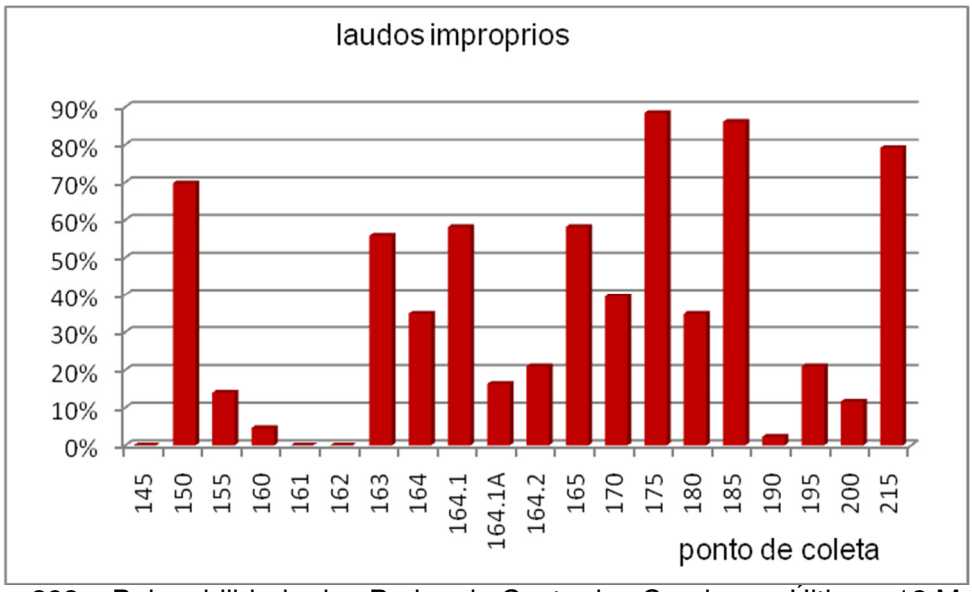
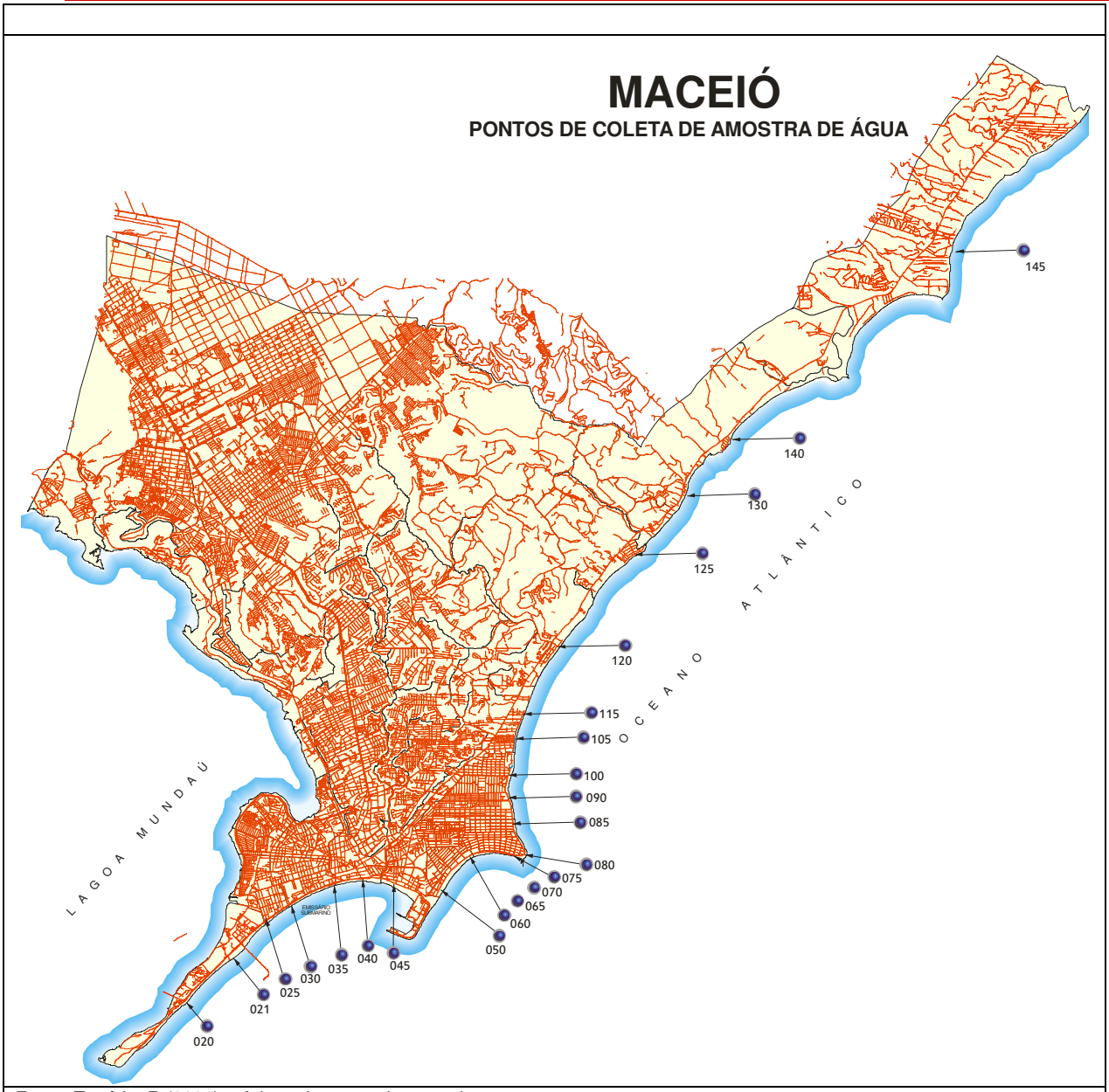


Figura 293 – Balneabilidade das Praias da Costa dos Corais nos Últimos 12 Meses.
(Trecho 1 – Paripueira – Maragogi)
(Fonte: Dados trabalhados a partir dos laudos do ima (www.ima.al.gov.br))



Fonte: Tenório, R (2001) – Adaptado e complementado

Figura 294 – Pontos de Coleta de Amostras de Água Para Análise de Balneabilidade das Praias

Finalmente podem ser utilizados ainda como instrumentos de avaliação e controle ambiental o aumento da capacidade institucional dos órgãos ambientais (existência de Órgão Gestor, código, Conselho e Fundo Municipal de Meio Ambiente) e o aumento de participação da sociedade civil no processo (Comitê de Bacia Hidrográfica, Comitê Gestor de Unidade de Conservação, ONGs locais, Agenda 21, entre outros).

17.1.2 Identificação e Avaliação dos Impactos

O processo de urbanização do litoral brasileiro remonta ao inicio da colonização do país, mas se estrutura de forma especial a partir do século XX, quando nos subúrbios das

grandes cidades costeiras se configura uma nova estrutura urbana, a qual se pode denominar de bairros ou locais de veraneio.

Esses padrões de urbanização são apontados como principais fatores de destruição dos recursos paisagísticos e ambientais existentes na linha costeira, pois os diversos ecossistemas como manguezais, dunas e restingas, por exemplo são extremamente susceptíveis à urbanização e quando fragmentados e drasticamente subdivididos tendem a desaparecer.

Pode–se apontar entre outros, os seguintes efeitos da urbanização sobre o meio ambiente costeiro.

PRINCIPAIS EFEITOS DA URBANIZAÇÃO SOBRE O MEIO AMBIENTE COSTEIRO NO BRASIL
Poluição das águas – tanto do lençol freático, como dos rios e lagoas, do mar e áreas estuarinas.
Erradicação das matas de restinga.
Assoreamento de barras de rio, praias e estuários.
Eliminação de manguezais.
Transformação das estruturas urbanas primitivas.
Erradicação de dunas – responsáveis pela recarga de aqüíferos.
Destruição total ou parcial de costões.
Contaminação ou destruição parcial de recifes de corais.

Figura 295 – Efeitos da Urbanização
(Fonte: Macedo, Pellegrino 1996)

A integridade ambiental da costa brasileira encontra–se de forma geral, sob forte ameaça pela expansão urbana, por uma estratégia de especulação imobiliária isenta de planejamento, pelas pressões do turismo nacional e internacional, atividades portuárias e obras civis, havendo portanto a necessidade de efetivação de políticas públicas setoriais eficientes e integradas no sentido de reverter a tendência existente e criar as bases de um desenvolvimento sustentado.

Impactos no Pólo Costa dos Corais
A potencialidade dos recursos ambientais da região e sua localização estratégica – junto a um ancoradouro natural de excelentes condições, sítio do Porto de Maceió –, propiciaram um processo de uso e apropriação, que vem determinando as características do desenvolvimento local, gerando oportunidades de negócios, emprego e renda, mas também, levando a processos de super–exploração, exaustão, comprometimento do patrimônio natural e deterioração de características e valores culturais locais.

A região das Lagoas Mundaú e Manguaba em Alagoas abrange um dos sistemas estuarinos mais importantes do país e vem sofrendo um processo acelerado de degradação ambiental, afetando, direta e indiretamente, os cerca de 260 mil habitantes que vivem no seu entorno, dos quais pelo menos 5.000 são pescadores. O crescimento desordenado da área urbana de Maceió, a presença de um Pólo multifabril e a intensa atividade sucroalcooleira ao longo de suas bacias hidrográficas são fatores que resultam numa situação crítica, quando colocados frente à vulnerabilidade ambiental e a importância sócio–econômico–cultural da região.

A partir da compreensão do processo de apropriação dos recursos ambientais, que ocorre na área do CELMM e em suas bacias hidrográficas, é possível relacionar um conjunto de problemas ambientais perfeitamente configurados, dentre os quais cabe mencionar: poluição hídrica, em especial por esgotos domésticos e despejos industriais; contaminação do solo e do lençol freático; assoreamento acelerado dos rios, lagoas, canais e barra, com deposição de sedimentos; queima, corte e aterro de manguezais; destruição progressiva de dunas e restingas; ocupação das encostas dos tabuleiros; degradação dos recifes; redução dos estoques e contaminação dos pescados; parcelamento inadequado do solo e construções impróprias nas orlas marítima e lagunar; isolamento de acessos às praias por empreendimentos privados; ocupação irregular de Terrenos de Marinha; ocupação de áreas de risco (inundáveis, encostas, alta tensão e dutovias); tráfego desordenado de embarcações de recreio e lazer; e, deterioração do patrimônio cultural.

Como agravante, cabe destacar também fatores que ocorrem a montante, todos em geral com repercussões negativas para o carreamento de sedimentos e poluentes. Com efeito, nas bacias de contribuição ao CELMM se a ocorrência de intensa atividade canavieira, unidades produtoras de açúcar e/ou álcool, pecuária, além de núcleos urbanos de porte significativo e outras atividades industriais, tais como matadouros, fábrica de fertilizantes, pedreiras e cerâmicas.

Para reverter esse quadro e a partir da articulação entre o Governo Federal e Estadual junto aos Municípios e à sociedade civil, após longo período de gestação, foi elaborado um plano estratégico para a revitalização do complexo, intitulado “Plano de Ações e Gestão Integrada do Complexo Estuarino – Lagunar Mundaú–Manguaba”. O Plano, concluído em 2006, lista 105 ações necessárias para promover a revitalização das lagoas e estabelece metas a curto, médio e longo prazo para sua implementação.

Em toda Zona Costeira alagoana e não apenas na região do complexo lagunar, a poluição das águas por lançamentos de esgotos sanitários e resíduos sólidos, é atualmente o mais grave problema em função de suas conseqüências para a saúde pública e também para o desenvolvimento do turismo. Além das lagoas, vários trechos das praias urbanas são considerados impróprios para banho durante a maior parte do ano.

Em trabalho realizado em 2003, pesquisadores da UFAL[91] constataram que a situação da Zona Costeira alagoana, em quase toda sua extensão, apresenta uma vulnerabilidade ambiental acentuada, situação agravada por uma economia ainda fortemente dependente de atividades que causam impactos ambientais, diretos e indiretos. Muitos destes impactos vêm acarretando degradação ambiental, que afeta ao mesmo tempo diferentes ecossistemas costeiros. As informações a seguir, são decorrentes do estudo citado.

Entre as atividades antrópicas desenvolvidas ao longo de décadas no litoral alagoano estão a agroindústria canavieira e a pecuária extensiva. Estas atividades, em geral, basearam–se em práticas inadequadas de manejo, como o corte de mata em áreas de preservação permanente e o lançamento de efluentes sem tratamento nos corpos de água como rios, lagoas, lagunas e estuários.

[91] Correia, M. D. (coord.) 2003 - *Projeto de Zoneamento Ecológico-Econômico e Plano Estadual de Gestão e Desenvolvimento Sustentável da Zona Costeira do Estado de Alagoas (ZEECAL).* 230 p., Universidade Federal de Alagoas / Fundação Universitária de Desenvolvimento, de Pesquisa e Extensão, apoio financeiro Ministério de Integração Nacional / Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Maceió, AL, Brasil

Na região oceânica a pesca tradicional é uma atividade de grande importância social para a região, porém a produção pesqueira vem decrescendo por falta de uma política de apoio e de incentivo à comercialização, além da proteção contra a pesca predatória. A prática deste pode ser considerada como uma das mais impactantes atualmente nas áreas costeiras, principalmente com relação à sobrepesca e à pesca em áreas de procriação, mesmo durante os períodos de defeso. Os pesquisadores puderam constatar que os arrastos de camarão realizados ao longo da costa alagoana vêm ao longo dos anos apresentando redução na produção comercial.

Outra atividade exploratória de difícil quantificação e controle é aquela praticada por muitas famílias ribeirinhas, que vivem da extração de diferentes recursos naturais, entre estes os moluscos como o polvo e os bivalves, como o sururu, a ostra, o maçunim e a unha–de–velho. Além destes também são exploradas várias espécies de crustáceos, como caranguejos e a lagosta. Todas estas espécies, somadas a muitas outras de peixes estuarinos e marinhos, estão sendo exploradas sem controle, e somado aos impactos decorrentes dos fatores de poluição, vem acarretando a redução dos estoques naturais em várias regiões estuarinas e recifais.

Outros problemas ambientais mais recentes decorrem da prática de atividades relacionadas ao desenvolvimento do turismo desordenado ao longo do litoral alagoano, principalmente nas regiões próximas à linha de costa. Nas praias e restingas a ocupação desordenada da faixa litorânea, constituída por Terrenos de Marinha, é caracterizada pela implantação de loteamentos, condomínios, bares e restaurantes, os quais na grande maioria não possuem infraestrutura básica, acarretando sérios problemas de acúmulo de lixo e de destinação de esgotos.

Nos ecossistemas recifais os impactos das atividades turísticas ocorrem principalmente nas áreas conhecidas como piscinas naturais e galés. Entre os principais problemas estão o número elevado de turistas, excedendo a carga de suporte ambiental, o lançamento de âncoras e o pisoteio sobre o substrato, somados ao uso de equipamentos de mergulho sem orientação adequada. Todos estes fatores negativos somados vêm acarretando a destruição de inúmeras espécies de invertebrados marinhos, principalmente animais fixos, como corais, esponjas e algas, acarretando a alteração da estrutura trófica destas comunidades e comprometendo assim a biodiversidade recifal, considerada uma das mais elevadas entre os ecossistemas tropicais.

Entre as áreas mais impactadas estão a Piscina Natural da Pajuçara, em Maceió, os Recifes de Paripueira e de São Miguel dos Milagres, além das Galés de Maragogi. Todas estas áreas são exploradas pelo turismo desordenado há vários anos, cada vez mais vem sendo intensificado, tanto com relação ao número excessivo de turistas e de barcos, quanto ao aumento das áreas utilizadas durante os referidos passeios, promovendo um contínuo aumento das áreas impactadas, principalmente nos meses de verão (Correia, 2003).

17.1.3 Gestão Ambiental Pública

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos – SEMARH, é o órgão encarregado de implantar e coordenar, na instância estadual, as políticas de meio ambiente e de recursos hídricos do Estado de Alagoas, além de executar diretamente as ações de gestão dos recursos hídricos, exercendo sua fiscalização, articulando e integrando estas políticas com as respectivas políticas de âmbito regional e nacional.
O Instituto de Meio Ambiente – IMA, autarquia subordinada à SEMARH é órgão gestor da política ambiental, responsável pelo licenciamento, fiscalização e monitoramento ambiental.

Finalmente, o Conselho Estadual de Proteção Ambiental – CEPRAM, é o órgão superior da política ambiental, enquanto o Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH, o órgão superior da política de recursos hídricos.

Dentre as políticas públicas e programas de gestão ambiental e de recursos hídricos desenvolvidos a esfera estadual, como medidas de proteção ambiental que afetam o desenvolvimento do turismo de maior expressividade, podem ser citadas:

- **Licenciamento Ambiental**

O licenciamento ambiental vem sendo utilizado como instrumentos da política ambiental em Alagoas desde 1971, quando foi criado o Sistema de Licenciamento de Atividades Poluidoras ou Potencialmente Poluidoras – SELAP. A análise técnica do processo é feita no IMA, mas tem que ser referendada no CEPRAM, que emite parecer aprovando, vetando ou ampliando os condicionantes ambientais estabelecidos pelo órgão ambiental.

A maioria dos empreendimentos turísticos e as obras de infraestrutura localizados no Pólo Costa dos Corais, são licenciados na instância estadual, mas existem exceções, considerando que a competência na área ambiental é concorrente, isto é, as ações podem ser exercidas nas três esferas: Municipal, Estadual ou Federal (Art. 23, CF).

Dessa forma, quando o empreendimento é considerado de impacto local, apenas no caso de Maceió, o licenciamento é feito pela Secretaria Municipal de Proteção ao Meio Ambiente – SEMPMA, uma vez que a capital tem os requisitos para tal, como Código Ambiental e Conselho. Apenas no caso de localização do empreendimento em Unidades de Conservação sob administração estadual, a empresa se reporta ao IMA.

Da mesma forma, no caso de empreendimentos de grande porte, quando o impacto é considerado regional (abrangendo mais de um Estado) ou está dentro dos limites de UCs de administração Federal, o licenciamento é de competência do IBAMA.

Em função da competência múltipla, e da diferença de interpretação, não raramente surgem conflitos entre os órgãos ambientais quanto ao licenciamento, principalmente na Zona Costeira, o que deixa de alguma forma, os investidores inseguros. Apenas com a regulamentação do Art.23 da Constituição Federal, atualmente em revisão no Congresso, a situação deve mudar. Os conflitos poderiam ser resolvidos na Comissão Tripartite, que envolve as três instâncias de gestão ambiental, mas em Alagoas, o colegiado não se reune há algum tempo.

- **Avaliação de Impacto Ambiental**

A Avaliação de Impactos Ambientais – AIA é um instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente que é utilizado preventivamente para projetos de significativos impactos ambientais, conforme as resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA.

O Estudo de Impacto Ambiental – EIA e o respectivo Relatório de Impacto no Meio Ambiente – RIMA têm sido adotados no Estado de Alagoas, tanto no licenciamento de empreendimentos na instância Municipal (Aterro Sanitário de Maceió / SEMPMA), quanto na instância Estadual (Duplicação da AL–101 / IMA) ou Federal (Projeto Onda AZUL / IBAMA). Esse último, grande e polêmico projeto turístico previsto para a Costa dos Corais, chegou a ter a licença ambiental suspensa pelo Ministério Público Federal, até que fossem atendidas as condicionantes estabelecidas no processo de licenciamento.

- **Monitoramento das Praias**

O monitoramento da qualidade das praias vem sendo realizado pelo IMA, desde a década de 80. Atualmente há coleta de amostras semanais em 53 pontos do litoral alagoano, sendo 38 pontos de coleta na região do Pólo Costa dos Corais. As praias monitoradas no Pólo se localizam nos municípios de Maceió (19 pontos de coleta), Paripueira (03 pontos), Barra de Santo Antonio (2 pontos), Passo de Camaragibe (1 ponto), São Miguel dos Milagres (2 pontos), Porto de Pedras (2 pontos), Japaratinga (2 pontos) e Maragogi (7 pontos). Os parâmetros de qualidade analisados são ph, salinidade e coliformes fecais. Os laudos de balneabilidade das praias, emitidos com base nos critérios estabelecidos na Resolução CONAMA nº 274, são divulgados semanalmente pela Diretoria de Laboratório Ambiental através do *site* do IMA na internet (www.ima.al.gov.br).

- **Monitoramento do Complexo Lagunar**

O monitoramento da qualidade da águas do CELMM é realizado mensalmente pelo IMA desde 1997, quando foi implantado no âmbito do Projeto IMA/GTZ. Atualmente são coletadas amostras em 15 pontos (ver Figura 296) para análise dos seguintes parâmetros Ph, OD, DBO, resíduos sedimentáveis e coliformes fecais. Os laudos de análises podem ser obtidos no órgão ambiental, não estando disponibilizados no *site*.

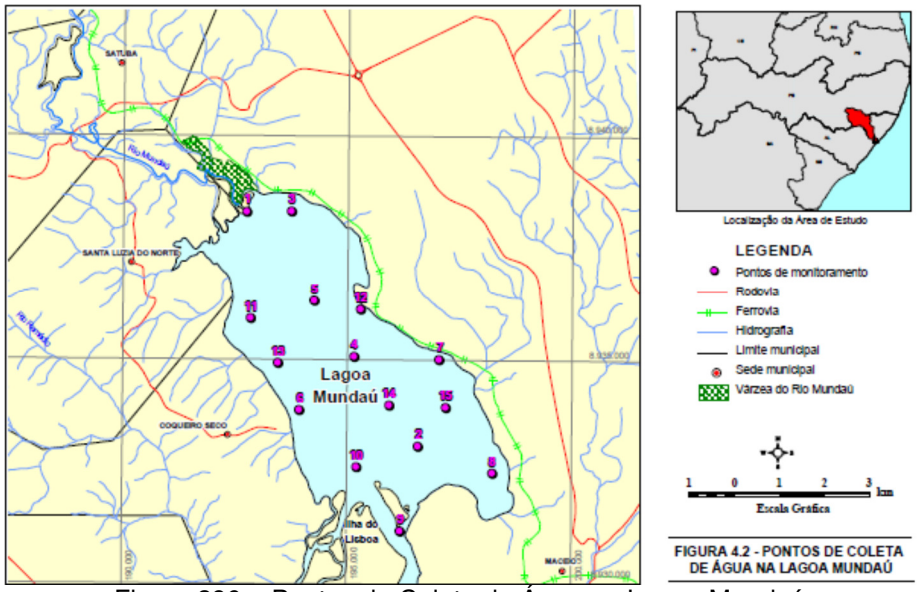


Figura 296 – Pontos de Coleta de Água na Lagoa Mundaú
(Fonte: ANA / ENGECORPS, 2007)

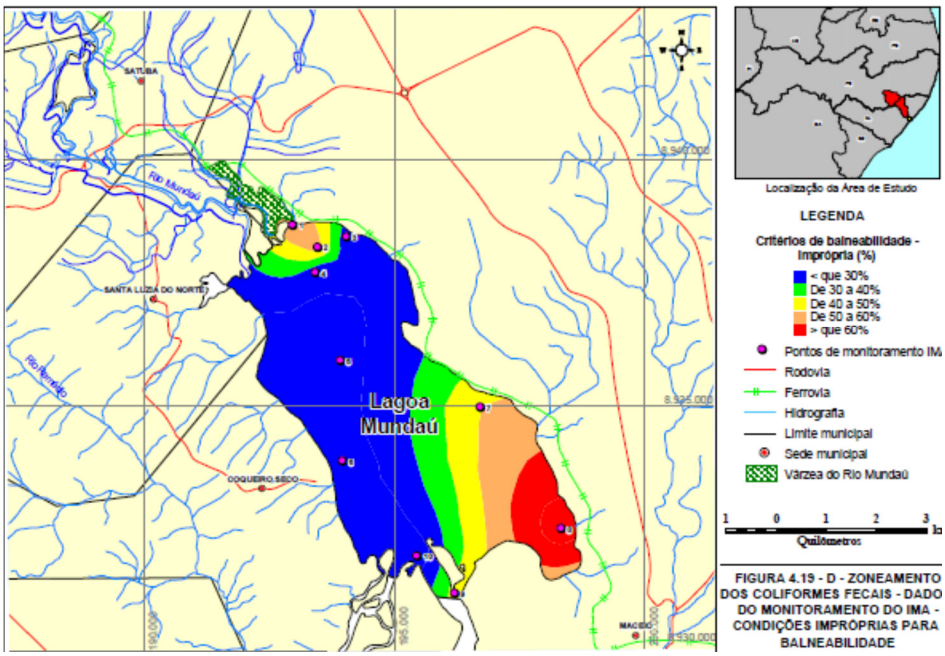


Figura 297 – Condições de Balneabilidade na Lagoa Mundaú
(Fonte: MMA/ANA/Engecorps 2007)

- **Criação e Gerenciamento de Unidades de Conservação**

A preocupação com a preservação dos ecossistemas e manutenção da paisagem, levou o Estado, com apoio da sociedade civil, a criar Unidades de Conservação na região que viria a ser o Pólo Costa dos Corais.

Área de Proteção Ambiental de Santa Rita:

Foi criada em 1984 com o objetivo de preservar as características ambientais e naturais das regiões dos canais e Lagoas Mundaú e Manguaba, ordenando a ocupação e uso do solo. Com área de 10.230 hectares, abrange os Municípios de Maceió, Marechal Deodoro, Santa Luzia do Norte e Coqueiro Seco (Lei n°. 4.6074/1984). A APA tem Plano de Manejo, concluído em 2010 e um Conselho Gestor constituído.

Área de Proteção Ambiental de Catolé e Fernão Velho:

Foi criada em 1992, com uma área de 5.415 hectares, abrangendo os Municípios de Maceió, Satuba, Santa Luzia do Norte e Coqueiro Seco, com o objetivo de preservar as características dos ambientes naturais e ordenar a ocupação e o uso do solo. A área tem considerável importância abrangendo também remanescentes da Mata Atlântica sendo detentora de manancial que abastece 30% da cidade de Maceió. O bioma predominante é o da Mata Atlântica, de ecossistemas variando da floresta ombrófila ao manguezal (Lei n°. 5.347/1992). Ainda não existe Plano de Manejo, embora já tenha sido instalado o Comitê Gestor.

Área de Proteção Ambiental do Pratagy:

Criada em 1998, com o objetivo de harmonizar as atividades com o equilíbrio ambiental do ecossistema da Bacia Hidrográfica do Rio Pratagy, onde se localiza o principal manancial de abastecimento de água de Maceió, tem uma área 13.369,5 hectares, abrangendo terras dos municípios de Messias, Rio Largo e Maceió (Decreto nº 37.589/1998). Não existe ainda Plano de Manejo, mas o Conselho Gestor da APA está formado. ONG's ambientais,

SEMPMA, CASAL e Batalhão Ambiental compõem parceiros importantes na gestão da Unidade (www.diruc.ima.al.gov.br).

Área de Proteção Ambiental da Costa dos Corais (Federal):

A APA Costa dos Corais – foi criada pelo Decreto Executivo de 23/10/1997, visando a proteção dos ambientes marinhos e estuarinos, especialmente os recifes de coral, os manguezais e as praias. A APA Costa dos Corais, maior área marinha protegida no Brasil, abrange o Litoral Norte de Alagoas e Sul de Pernambuco, totalizando cerca de 413 mil hectares. Está exclusivamente em áreas do Patrimônio da União ou em Áreas de Preservação Permanente – APP's, como os manguezais.

Os objetivos são os seguintes: a) garantir a conservação dos recifes coralígenos e de arenito, com sua fauna e flora; b) manter a integridade do habitat e preservar a população do Peixe–Boi Marinho (*Trichechus Manatus*); c) proteger os manguezais em toda a sua extensão, situados ao longo das desembocaduras dos rios, com sua fauna e flora; d) ordenar o turismo ecológico, científico e cultural, e demais atividades econômicas compatíveis com a conservação ambiental; e) incentivar as manifestações culturais e contribuir para o resgate da diversidade cultural regional. Já foi formado o Conselho Gestor, mas não se tem ainda o Plano de Manejo.

O Plano de Manejo da APA dos Corais se encontra em fase de planejamento, já existindo uma proposta de roteiro de itens mínimos que devem constar de sua elaboração. O roteiro propõe a subdivisão em encartes numa abordagem de diagnóstico do mais abrangente para o mais específico: contextualização da Unidade de Conservação, análise da região da Unidade de Conservação (nos aspectos do entorno e área de influência), análise da Unidade de Conservação. Também apresenta a orientação para o zoneamento inserida no quarto encarte, planejamento, além da oportunidade, de apresentação de projetos específicos e a necessidade de se efetuar, a monitoria e a avaliação. O roteiro alinha–se e harmoniza–se com o preconizado no SNUC e no seu decreto regulamentador, ainda que sugira a abordagem por área temática, do que por programas de manejo.

Em dezembro de 2009, Instituto Chico Mendes de Biodiversidade – ICMBio, órgão gestor da APA estabeleceu um zoneamento provisório e emergencial para as áreas mais ameaçadas de degradação, até que Plano de Manejo seja concluído.

A Instrução Normativa ICMBio nº08/2009, de 29 de dezembro de 2009, dispõe sobre o ordenamento das atividades de turismo e demais formas de exploração econômica das piscinas naturais de Maragogi e Paripueira. Algumas das justificativas apresentadas foram: a) as piscinas naturais são formações naturais do ecossistema de recifes de corais e estão inseridas na APA; b) um dos objetivos da APA é ordenar o turismo ecológico científico e cultural e demais atividades econômicas com a conservação ambiental; c) os principais impactos causados pelas atividades turísticas desordenadas são as ancoragem das embarcações, pisoteio dos turistas sobre os recifes, coleta de organismos ornamentais, aumento de turbidez da água e pesca irregular.

Foram criadas zonas de uso público, ancoragem e mergulho nas piscinas naturais, as galés, com o objetivo de preservar as características naturais do ambiente marinho dos recifes de coral; preservar as espécies de fauna e flora marinha associadas ao ambiente, recuperar as áreas recifais degradadas ao longo do tempo por atividades turísticas e de pesca; manter a integridade do atrativo natural que as piscinas representam para os Municípios, ordenar o uso das áreas públicas onde estão inseridas as piscinas naturais e possibilitar o desenvolvimento de pesquisa cientifica e de educação ambiental.

As zonas destinam–se à visitação pública e ao turismo, sendo proibida qualquer outra atividade que implique na extração de recursos naturais, tais como pesca, coleta de

organismos, para fins ornamentais e artesanato entre outros; ofertar alimentos aos peixes e outros elementos da fauna ou molestar qualquer indivíduo.

A IN nº.08/2009 estabelece ainda locais de ancoragem (poitas), setores para mergulho autônomo e conduzidos, e limita o número máximo de visitantes em Paripueira (289 pessoas/dia) e em Maragogi (720 pessoas/dia).

O Conselho Gestor da APA dos Corais está em processo de formação. Em março 2010 foi realizada em Tamandaré a primeira reunião para constituição do Conselho, convocado pelo Chefe da APA, com a presença de representantes órgãos públicos, sociedade civil e Ministério Publico Federal.

O Conselho será composto por paridade (mesmo numero de representantes do setor público e da sociedade civil organizada) por representatividade dos segmentos considerados mais atuantes na APA, propondo–se ainda 1/3 de representantes de Pernambuco e 2/3 de Alagoas, considerando–se a distribuição geográfica da APA (8 municípios em AL e apenas 3 em PE).

Deverão ser realizadas mais 3 reuniões, nos Pólos de Maragogi e Maceió, e novamente Tamandaré, para definição das instituições que terão representantes no Conselho Gestor da APA dos Corais.

17.1.4 Gestão Ambiental na Empresa Privada

Entre as empresas turísticas já instaladas, notadamente nas pousadas da chamada Rota Ecológica, verifica–se que há uma preocupação com a gestão ambiental dos empreendimentos, havendo a busca de adoção de modelos e instrumentos como a prevenção da poluição, a reciclagem de resíduos, o aproveitamento de pessoal local e o *ecodesign*. Não foi possível apurar, no entanto, se algum deles já iniciou algum processo de certificação ambiental.

No que se refere à responsabilidade social, merece destaque o projeto desenvolvido pela ONG Toque de Taipa**.** Trata–se de um projeto social da Pousada do Toque**,** localizada em São Miguel dos Milagres, para qualificar a relação com a comunidade local, oferecendo atividades educativas para crianças, jovens e adultos. Em espaço disponibilizado pela Pousada, serão construídas 6 casas que, junto à Casa de Leitura, já em funcionamento, formarão as 7 casas da Vila Toque de Taipa. Uma pequena praça com coreto e capela, parque com brinquedos de material reciclado e um teatro com arena para festas e apresentações, comporão o cenário que deverá receber a comunidade para as atividades. As futuras casas serem construídas em alvenaria, devidamente adaptadas às atividades com revestimento de taipa no exterior, são: Casa dos Brinquedos, Casa da Música e Dança, Casa dos Doces, Casa da Marcenaria, Casa dos Cursos e Casa do Artesanato.

O objetivo geral do projeto é oportunizar às crianças, jovens e famílias moradoras do povoado, assim como aos professores, a revitalização das suas identidades e a democratização do acesso aos bens culturais, bem como viabilizar formas de geração de renda. Os objetivos específicos são: criar espaço de leitura aberto, voltado para atividades culturais e de produção de conhecimento; promover sessões de cinema para a comunidade local; promover cursos gratuitos de produção de doces, marcenaria, artesanato e computação com jovens e mulheres; proporcionar oficinas de iniciação musical e dança para crianças e jovens.

O investimento de recursos próprios, atrelado à formação de parcerias diversas, articulação de campanhas e financiamento de projetos, é o caminho que pode assegurar a viabilização e sustentabilidade financeira desta proposta.

Figura 298 e Figura 299 – Atividades desenvolvidas pela ONG Toque de Taipa
(Fonte: www.pousadadotoque.com.br, 2010)

Pelo menos dois empreendimentos turísticos da Rota Ecológica, as Pousadas do Toque e Beijupirá, desenvolvem atualmente parcerias com projetos de preservação ambiental na região, como o Projeto Peixe–Boi. Enquanto a primeira cedeu uma área nas margens do Rio Tatuamunha para apoio ao recinto de reintrodução dos animais e disponibilizou uma área para instalação da futura sede do Projeto, a segunda cedeu um imóvel, um antigo casarão situado na rua principal de Porto de Pedras, para abrigar temporariamente a base e o alojamento dos técnicos do projeto.

No que se refere a iniciativas não–governamentais, merece destaque o projeto ARIBAMA, que visa promover, estimular e apoiar ações de trabalho em defesa da natureza, conservação, preservação do Peixe–Boi, recuperação dos manguezais e manejo do meio ambiente, considerando em seus múltiplos aspectos a geração de renda auto–sustentável.

Trata–se de um projeto de base comunitária desenvolvido pela Associação dos Ribeirinhos Amigos do Meio Ambiente, sediada no Povoado de Tatuamunha, no Município de Porto de Pedras, na chamada Rota Ecológica. Formada por condutores de turismo de observação do Peixe–Boi, organizados a partir dos cursos de formação ministrados pela CMA/ICMBio, a Associação expandiu suas atividades e hoje além do turismo ecológico, trabalha com artesanato e reciclagem *PET*, mantendo uma pequena fábrica de vassouras, gerando renda para aproximadamente 20 famílias de ribeirinhos. O projeto ARIBAMA mantém parceria e recebe apoio da Pousada Beijupirá.

Outras duas associações, também formadas por condutores ou ex–condutores já existem na área, estando uma delas, a Associação de Amigos do Meio Ambiente (AAMEA) desenvolvendo turismo de observação e uma segunda, formada por condutores do povoado de Porto da Rua, em processo de formalização. As três associações são fiscalizadas pelo ICMbio, que periodicamente renova as autorizações dos condutores.

Na área do Pólo, existem atualmente três Reservas Naturais de Patrimônio Natural. A RPPN Placas (O Sabiá) com uma área de 202,3 hectares, está localizada no Município de Paripueira e pertence a Rosa Naildes Fireman Tenório. Foi criada pela Portaria n°.003/2007, com objetivo à preservação integral do meio natural.

A Reserva Aldeia Verde possui uma área de 11,42 hectares, está localizada no Município de Maceió e é de propriedade de Ricardo Ramalho Cavalcanti. Foi criada pela Portaria

n°.005/2007, com objetivo à preservação integral do meio natural, sendo vetadas todas as interferências sobre este ecossistema e tem como principal bioma a Mata Atlântica, a qual se encontra em bom estágio de repovoamento e regeneração visto que, em épocas anteriores, a área era de domínio da cultura de cana.

A Reserva Sítio Tobogã possui uma área de 1 hectare, sendo a menor RPPN do Estado. Está localizada no Município de Maceió, de propriedade de Maria Stela Cavalcante Purcell e está inserida na Área de Proteção Ambiental Estadual do Catolé e Fernão Velho.

17.1.5 Instrumentos de Planejamento e Controle Territorial

- **O Zoneamento Ecológico–Econômico Costeiro – ZEEC**

É o instrumento de apoio ao processo de ordenamento territorial. Utiliza técnicas e mecanismos para oferecer subsídios à sustentabilidade ambiental do desenvolvimento da Zona Costeira. É um dos principais instrumentos de apoio ao planejamento para a Gestão da Zona Costeira e pré–requisito para Plano de Gestão da Zona Costeira – PGZC – instrumento para a formulação do conjunto de ações e programas, articulados e localizados, elaborados com a participação da sociedade, que visa orientar a execução do Gerenciamento Costeiro em diferentes níveis de Governo (Federal, Estadual ou Municipal).

Em Alagoas, um grupo da UFAL desenvolveu em 2003, através Fundação Universitária de Desenvolvimento, de Pesquisa e Extensão e apoio financeiro Ministério de Integração Nacional / Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) uma pesquisa intitulada exatamente *Zoneamento Ecológico–Econômico e Plano Estadual de Gestão e Desenvolvimento Sustentável da Zona Costeira do Estado de Alagoas (ZEECAL)*[92]. Não foram seguidos, segundo a visão do GERCO–AL, as premissas e conceitos estabelecidos pela Lei nº.7.661/1998 regulamentada pelo Decreto nº.5.300/2004 se enquadrando mais como um diagnóstico da Zona Costeira, embora reconhecido como uma importante contribuição.

Mais recentemente (2009), a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, contratou a elaboração do "Zoneamento Econômico Costeiro do Estado de Alagoas" que atuará como um primeiro filtro para seleção de áreas passíveis de recepção de investimentos sustentáveis de caráter turístico e imobiliário com base nas potencialidades, limitações, fragilidades e legislações urbanísticas e ambientais vigentes da área de estudo.

O zoneamento foi formatado para funcionar como instrumento de planejamento territorial com vistas ao desenvolvimento sustentável, compatibilizando o uso turístico e a conservação do litoral do Estado. O Projeto tem por objetivo elevar a região de estudo a um estágio de desenvolvimento compatível às suas potencialidades e restrições de caráter ambiental, indicando, de forma responsável, as áreas mais propícias à implementação de negócios, empreendimentos e atividades econômicas potencialmente geradoras de efeitos positivos sobre as cadeias produtivas regionais.

O zoneamento consistiu em procedimento de divisão do território em áreas onde "se autorizam determinadas atividades ou se interdita, de modo absoluto ou relativo, o exercício de outras em razão das características ambientais, legais e socioeconômicas do local". Pelo zoneamento devem ser instituídos diferentes tipos de zonas nas quais o poder público estabelece regimes especiais de uso, gozo e fruição da propriedade na busca da melhoria e recuperação da qualidade ambiental e do bem–estar da população.

[92] Correia, M.D (2003)

O estudo sugeriu um zoneamento preliminar, dividido em 2 macrozonas, cada uma das quais divididas em 4 subzonas, proposta que deverá ser discutida e validada pelo Governo do Estado.

MAPA 10 - PROPOSTA DE ZONEAMENTO PARA A ÁREA DE ESTUDO

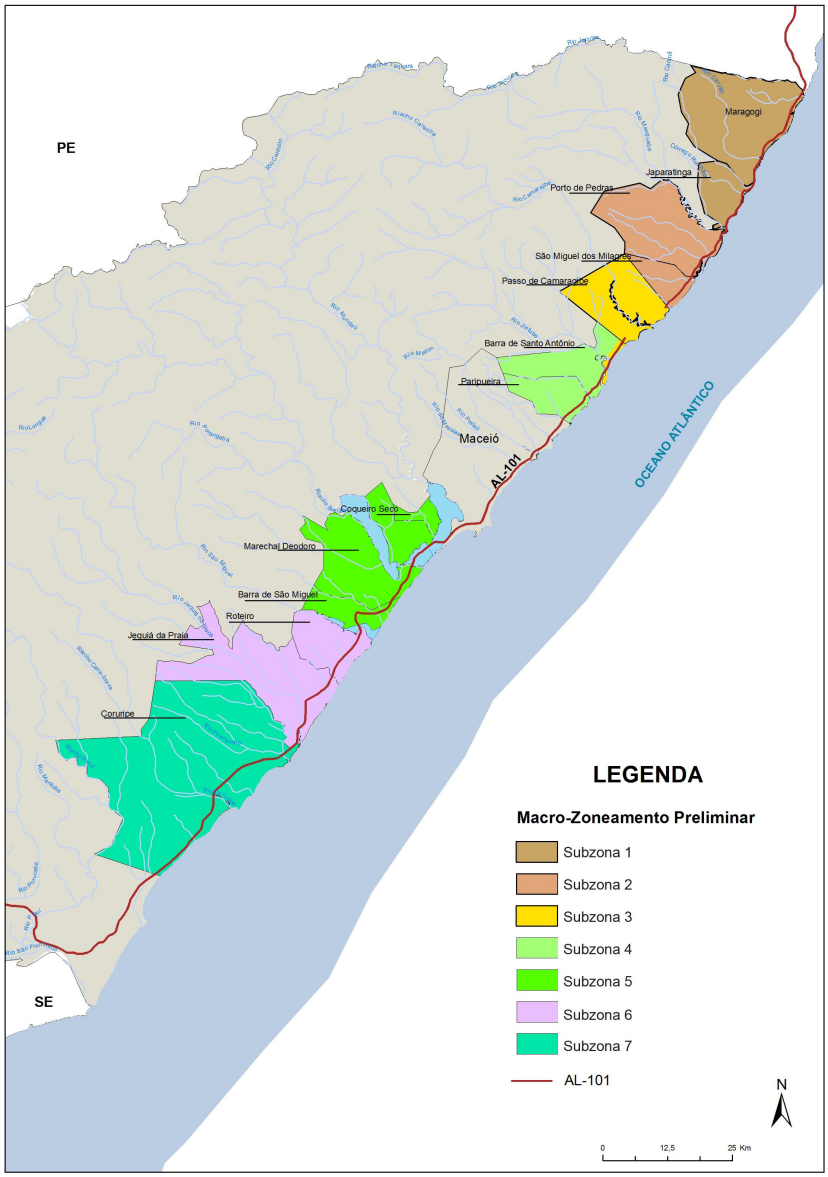


Figura 300 – Proposta de Zoneamento Economico da Zona Costeira do Litoral Alagoano (Fonte: SDE/Autran/TCBR 2009)

- **Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano – PDDU**

Nos termos do Estatuto da Cidade (Lei nº.10.257/01), o Plano Diretor está definido como instrumento básico para orientar a política de desenvolvimento e ordenamento da expansão urbana do município.

Atualmente, dentre os 11 municípios que conformam o Pólo Costa dos Corais, apenas 3 elaboraram seu Plano Diretor: Maceió, São Miguel dos Milagres e Maragogi. Vale ressaltar que apenas o Plano Diretor de Maceió encontra–se aprovado pela Câmara Municipal. Os demais estão em processo de aprovação.

- **Planos de Recursos Hídricos**

O Plano de Recursos Hídricos é um instrumento de gerenciamento e têm por finalidade o planejamento dos usos múltiplos da água, com a definição das prioridades, ações, programas, projetos, visando compatibilizar os usos com a conservação. O plano de recursos hídricos deve ser desenvolvido com a participação dos poderes públicos, Estadual e Municipal, da sociedade civil e dos usuários e permite conhecer e fornecer orientações para a implementação dos demais instrumentos previstos na Política Estadual de Recursos Hídricos. Ele deve, ainda, subsidiar os Comitês de Bacia Hidrográfica e demais atores sociais na gestão efetiva de recursos hídricos.

Os Planos Diretores de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas, por sua vez, tem a finalidade de fundamentar e orientar a implementação de programas e projetos em determinada bacia ou região hidrográfica. Entre as Regiões Hidrográficas que conformam o Pólo Costa dos Corais, já dispõem de Planos Diretores, as regiões hidrográficas do Rio Mundaú e dos Rios Pratagy / Meirim, estando atualmente em elaboração, os Planos da região dos Rios Camaragibe / Santo Antônio bem como da região hidrográfica do Litoral Norte. Também se encontra contratado pela SEMARH e em execução o Plano de Recursos Hídricos do Estado de Alagoas, com recursos garantidos pela ANA/PROÁGUA.

Estão formados e em funcionamento os Comitês de Bacia do Rio Mundaú e do Rio Pratagy enquanto os Comitês dos Rios Camaragibe / Santo Antonio e Litoral Norte se encontram em processo de formação paralelamente à construção dos planos diretores das respectivas bacias hidrográficas.

- **Projeto Orla**

O Projeto Orla é uma iniciativa do Ministério do Meio Ambiente – MMA, em parceria com a Secretaria do Patrimônio da União – SPU, e busca contribuir, em escala nacional, para aplicação de diretrizes gerais de disciplinamento de uso e ocupação da Orla Marítima.

O objetivo primeiro do Projeto é compatibilizar as políticas ambiental e patrimonial do Governo Federal no trato dos espaços litorâneos sob propriedade ou guarda da União, buscando, inicialmente, dar uma nova abordagem ao uso e gestão dos Terrenos e Acrescidos de Marinha, como forma de consolidar uma orientação cooperativa e harmônica entre as ações e políticas praticadas na orla marítima.

O Projeto Orla introduz uma ação sistemática de planejamento da ação local visando repassar atribuições da gestão deste espaço, atualmente alocadas no Governo Federal, para a esfera do Município, incorporando normas ambientais na política de regulamentação dos usos dos Terrenos e Acrescidos de Marinha, buscando aumentara dinâmica de mobilização social neste processo. Trata–se, portanto, de uma estratégia de descentralização de políticas públicas, enfocando um espaço de alta peculiaridade natural e jurídica: a Orla Marítima.

São objetivos estratégicos do Projeto Orla: Fortalecer a capacidade de atuação e a articulação de diferentes atores do setor público e privado na gestão integrada da orla, aperfeiçoando o arcabouço normativo para o ordenamento de uso e ocupação desse espaço; Desenvolver mecanismos institucionais de mobilização social para sua gestão integrada; Estimular atividades socioeconômicas compatíveis com o desenvolvimento sustentável da orla (PROJETO ORLA: fundamentos para gestão integrada. Brasília: MA/SQA; Brasília: MP/SPU, 2002. 78p.)

Em Alagoas foi formada a Comissão Projeto Orla encabeçada SEMARH e pela Gerência Regional do Patrimônio da União – GRPU, e o Município de Paripueira, localizado no Pólo Costa dos Corais, foi o primeiro a aderir ao Projeto, com a realização da primeira Oficina de Implementação em abril de 2010.

Após realizado o Diagnóstico da Paisagem e redigido o Plano de Intervenção para os trechos da orla do Município, definido o programa de monitoramento, instalado o Comitê Gestor da Orla e elaborada a sua Agenda imediata de atuação, estão postas as condições para a operação local do Projeto Orla, restando apenas a celebração do Termo de Convênio entre a Prefeitura do Município e a Secretaria do Patrimônio da União.

- **Projeto Peixe–Boi**

O Peixe–Boi Marinho, com sua reduzidíssima população de aproximadamente 500 indivíduos, é atualmente o mamífero aquático mais ameaçado de extinção no Brasil. Com a possibilidade de extinção dessas espécies o governo brasileiro proibiu sua caça e criou em 1980 o *Projeto Peixe–Boi* desenvolvido pelo Centro Nacional de Pesquisa, Conservação e Manejo de Mamíferos Aquáticos – CMA com sede em Pernambuco. O Projeto dedica–se à pesquisa, resgate, recuperação e devolução à natureza do Peixe–Boi, bem como a informação e parceria com comunidades ribeirinhas e costeiras**.**

A caça ao Peixe–Boi Marinho vem sendo controlada pelo Projeto Peixe–Boi desde sua criação, em 1980. No entanto a situação da espécie se mantém crítica, reflexo da devastação inconseqüente dos mangues e da alta degradação dos ambientes marinhos costeiros e estuarinos, que culminam, entre diversos outros problemas, no alto número de encalhe de filhotes órfãos de Peixes–Bois registrado anualmente.

A região do Pólo Costa dos Corais, com seus ecossistemas ainda bem preservados, apresenta um ambiente bastante favorável ao desenvolvimento do mamífero, e abriga uma das quatro bases do Projeto Peixe–Boi no país. Localizada há mais de uma década em Maceió, o Projeto transferiu sua base em Alagoas para o Município de Porto de Pedras em agosto de 2010, onde já existia um recinto de reintrodução de animais no estuário do Rio Tatuamunha.

O CMA desenvolveu ainda uma Proposta de Turismo de Observação de Peixes–Boi em ambiente natural, estando atualmente em busca de parcerias para sua implementação. Denominado *O Caminho do Peixe–Boi*, o Projeto tem como objetivos gerais, promover o desenvolvimento de um ecoturismo sustentável, garantir a conservação do Peixe–Boi Marinho, garantir a conservação dos ecossistemas costeiros, engajar o setor turístico no processo conservacionista da região, valorizar as potencialidades turística da região e gerar alternativas de emprego e renda.

Figura 301 e Figura 302 – Projeto Peixe–Boi – Tatuamunha
(Fonte: CMA / ICMBio) , 2010

17.1.6 Grau de Participação e Inclusão

A questão da participação perpassa todo o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Costa dos Corais – PDTIS 2002 e 2010. Ela está presente, de modo enfático, na sua conceituação – desenvolvimento sustentável e planejamento participativo (TR 2010, p.4). O detalhamento da condição participativa aparece na análise dos aspectos sócio ambientais – (f) grau de participação e inclusão dos diferentes grupos de interesse, no planejamento, execução e acompanhamento (idem, p.54).

Desde a Carta Constitucional de 1988, o Brasil inclui entre as suas condições de planejamento e implementação de políticas públicas o quesito da participação. Nesse sentido, participar é um direito político de garantia constitucional. Tanto os agentes financiadores internos e externos, quanto as demandas sociais reivindicam a participação social na elaboração, implantação e controle de ações públicas.

Uma política pública de turismo pode ser compreendida como aquela instância que congrega diferentes atores na articulação das demandas sociais – o turismo pode gerar emprego e renda assim como contribuir para a melhoria da qualidade de vida de moradores e turistas. A política pública como o campo do debate e da eleição de prioridades conforme cenários de conflitos de interesses que buscam na institucionalidade uma forma de equacioná–los. A consolidação de um plano de desenvolvimento costuma ser este espaço institucional. Quando diferentes interesses se enfrentam na disputa por recursos, de qualquer natureza, a questão social se torna política.

Estamos falando, portanto, de participação política. Na literatura especializada ela se define pelos processos de representação (voto, eleições) e por filiação aos mais diversos tipos de associação. Estas podem ser comunitárias, empresariais, corporativas, assistenciais, ou partidos políticos; e também ocorrem organizações que podem mesclar algumas destas características. Existem ainda as formas de participação menos institucionalizadas que promovem as relações comunitárias, como as reivindicações pontuais que compõem a cena pública. Um exemplo desta é a discussão sobre a ponte na Barra de Santo Antonio.

Na Costa dos Corais encontramos alguns tipos de associações, com diferentes objetivos.

Tem aquelas com propósitos diversificados (como o MST, a ABIH, etc.) e outras que se organizam em função de alguma especificidade (associações de taxistas, de artesãos etc.).

O que importa é que a participação via associações as fortaleçam como um lugar de articulação de interesses públicos e privados; que agregue de forma mais constante um maior número de pessoas. É nisto que reside uma oportunidade efetiva de mudar o quadro das relações institucionais tradicionais do turismo local, onde as autoridades constituídas (governamentais e empresariais) terminam sendo os atores prioritários na definição dos rumos do turismo no Pólo. Neste caso, podemos entender que a conseqüência política importante é a responsabilização pelas ações turísticas – esta incide quase exclusivamente sobre estes atores.

Como os moradores se relacionam com os turistas? De que maneira os princípios de preservação ambiental estão presentes nas ações dos agentes de turismo? De que modo as populações locais são informadas e podem, de fato, atuar em prol do desenvolvimento turístico e da melhoria de suas condições de vida? São apenas três entre várias perguntas que se colocam na reflexão sobre a efetividade do turismo sustentável.

A própria noção de desenvolvimento sustentável agrega o sentido da participação quando se define como o atendimento às necessidades geracionais atuais e futuras, numa interação permanente entre as forças produtivas e o meio ambiente, quando mecanismos amplos de difusão de informação e de envolvimento social são fundamentais.

Assim, aferir grau de participação implica na identificação dos atores coletivos e dos processos de decisão, assim como na promoção de estudos sobre o associativismo (análise da estrutura interna das organizações, do suporte burocrático e institucional, da relação com os representados e dos problemas na consecução de suas metas).

Além disso, a interação institucional necessária ao desenvolvimento sustentável implica na sistematização de ações que se reproduzem no tempo, de modo a instituir alguma continuidade de alguma política pública. Deste modo, não basta listar instituições parceiras no PDTIS 2010 e comunicar–se com elas algumas vezes – o que é possível ser feito em 180 dias (período da revisão e adequação do Plano), mas é imprescindível qualificar esta participação, o que exige outro tempo de pesquisa e uma outra abordagem teórica e metodológica que foge ao escopo desta revisão do Plano.

Se for articulado o levantamento de dados secundários e observadas as entrevistas, feitas em reuniões, pela equipe de consultores com alguns atores do turismo na Costa dos Corais, pode–se concluir, entre outras coisas, que num cenário de baixa dinâmica socioeconômica (restrita produção e circulação de bens e recursos econômicos, sociais e culturais, numa situação de intensa dependência de programas e projetos governamentais) as relações entre as instituições e as organizações comprometidas com o turismo no Pólo se dão de forma intermitente e pouco compartilhada. Exemplificando, 1) os empresários do turismo de Maragogi, Japaratinga e Porto de Pedras se ressentem da descontinuidade nas ações governamentais (nas três instâncias) e reconhecem que precisam delas (falta–lhes portanto, autonomia); 2) as associações de transportes alternativos, por não serem meios públicos de deslocamento, agem focadas nos seus próprios negócios, e não se preocupam muito com a dinâmica do turismo – um taxista da associação de Maragogi terá problemas em sua entidade se atender a um turista numa pousada em Japaratinga. O sistema de táxi–lotação, meio comum de transporte nestes locais, não tem horário fixo de partidas e chegadas porque depende do momento em que a sua capacidade máxima de passageiros é alcançada, no ponto de partida, uma vez que não podem pegar passageiros no meio do caminho. E nesse percurso encontram–se outras cidades do Pólo, como Paripueira e Barra de Santo Antonio.

Os agentes locais de turismo precisam de suporte econômico, político e administrativo para agirem no sentido da estruturação de uma política continuada de desenvolvimento sustentável. E também carecem de maiores debates, ou outras formas de esclarecimento, sobre a própria sustentabilidade de seus negócios ou serviços.

Esforços para melhorar as condições de legitimidade deste tipo de participação em associações produtivas (como as de transporte ou artesanato) precisam promover as relações institucionais que constroem o caráter participativo do PDTIS. Sem perder suas características de associações de pequenos negócios elas podem incorporar o sentido da sustentabilidade se entendendo como elementos fundantes de redes de relações que se estabelecem em função de um tipo de turismo, cujo eixo é a responsabilidade ambiental. É preciso compartilhar o sentido de suas atividades e acreditar que ações ambientalmente responsáveis, não são uma questão de opção individual, mas de sobrevivência das gerações futuras e, principalmente, de melhoria dos negócios turísticos atuais. Dar mais substância à idéia de sustentabilidade (com ênfase na participação comunitária) pode fazer a diferença no turismo da Costa dos Corais.

Dito de outra maneira, a sensibilização comunitária, imprescindível à condição participativa, poderá alterar de modo significativo o quadro institucional de promoção do turismo no Pólo. A ampliação da representatividade nas mais variadas formas de associação de interesses deve ser uma preocupação relevante no planejamento do turismo sustentável.

Disto decorre a necessidade de uma maior difusão de informações e o conhecimento mais qualificado sobre a capacidade associativa da região.

Concluindo, reafirmamos que a baixa institucionalidade e a fragilidade da legitimação (intermitência das ações e fraco envolvimento comunitário) dificultam a consolidação da natureza participativa do desenvolvimento turístico na Costa dos Corais. Como envolver novos atores locais e como fazer o turista compreender que está num local minimamente organizado são os maiores desafios.

18. DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO

18.1 Valoração ponderada das linhas de produtos e segmentos atuais e potenciais em relação aos mercados–meta

As informações e dados obtidos através do diagnóstico estratégico do PDITS, tanto na análise da oferta turística como na investigação das demandas atual e potencial, apontam um caminho estratégico similar ao anteriormente exposto de exploração de novas linhas de produtos para o Pólo. Assim sendo, pode–se propor um portfólio estratégico de produto–segmento ordenado por área geográfica preferencial, de acordo com o modelo já sugerido das subzonas turísticas do Pólo Costa dos Corais referido anteriormente.

O portfólio estratégico de produto–segmento, apresentado na Tabela 146, identifica os tipos de turismo atualmente trabalhados juntamente com os principais produtos turísticos elencados por município. Estes municípios são agrupados nas subzonas estratégias onde são identificados os segmentos potenciais de desenvolvimento de acordo com os atrativos turísticos de uso potencial já elencados no diagnóstico da versão 2010 do PDITS. O público alvo–meta refere–se aos tipos e perfis de visitantes que se busca atrair numa relação entre os segmentos atuais e potenciais.

Tabela 146 – PORTFÓLIO ESTRATÉGICO DE PRODUTO–SEGMENTO

PORTFÓLIO ESTRATÉGICO DE PRODUTO–SEGMENTO POR ÁREA GEOGRÁFICA					
ÁREA GEOGRÁFICA	SEGMENTOS		PÚBLICO ALVO – META	PRODUTOS COMERCIALIZADOS	MUNICÍPIO
	ATUAIS	POTENCIAIS			
SUBZONA I – TRECHO DE VERANEIO E "*DAY USE*"	Aventura, Sol e Praia	Pesca, Náutico, Esporte, Rural, Social	Famílias, Solteiros, Casais e Melhor Idade	Off – Road na Praia de Carro Quebrado	Barra de Santo Antônio
				Piscina Natural de Paripueira	Paripueira
SUBZONA II – TRECHO COM TURISMO EM DESENVOLVIMENTO	Sol e Praia e Ecoturismo	Cultural, Pesca, Náutico, Esporte, Rural, Social	Famílias, Casais, Melhor Idade e Estudantes/Jovens	Mergulho nas piscinas naturais de São Miguel dos Milagres.	São Miguel dos Milagres
				Sol e Charme	São Miguel dos Milagres, Passo de Camaragibe, Porto de Pedras e Japaratinga
				Peixe Boi no Rio Tatuamunha	Porto de Pedras
SUBZONA III – TRECHO COM TURISMO EM CONSOLIDAÇÃO	Aventura, Rural, e Sol e Praia	Pesca, Náutico, Esporte, Social, Cultural, Estudo e Intercâmbio, Negócios e Eventos.	Famílias, Solteiros, Casais, Melhor Idade, Estudantes/Jovens, Executivos	Mergulho nas Galés de Maragogi	Maragogi
				Passeio de Buggy nas praias de Maragogi.	Maragogi
				Hotel Fazenda Marrecas	Maragogi
				Galés/Maragogi	Maragogi
				Roteiro Integrado da Civilização do Açúcar	Maragogi
				Trilha do Visgueiro na Mata Atlântica.	Maragogi

Tabela 146 – PORTFÓLIO ESTRATÉGICO DE PRODUTO–SEGMENTO (continuação)

PORTFÓLIO ESTRATÉGICO DE PRODUTO–SEGMENTO POR ÁREA GEOGRÁFICA					
ÁREA GEOGRÁFICA	SEGMENTOS		PÚBLICO ALVO – META	PRODUTOS COMERCIALIZADOS	MUNICÍPIO
	ATUAIS	POTENCIAIS			
SUBZONA IV – TRECHO COM TURISMO CONSOLIDADO	Sol e Praia, Aventura, Étnico e Cultural, Negócios e Eventos, Estudo e Intercâmbio	Pesca, Náutico, Esporte, Social, Ecoturismo, Religioso	Famílias, Solteiros, Casais, Melhor Idade, Estudantes/Jovens, Executivos, Religiosos	Mergulho Sequipe e Draguinha	Maceió
				Day use de Charme na praia de Ipioca.	Maceió
				Piscinas Naturais da praia de Pajuçara	Maceió
				Lua de Mel	Maceió
				City Tour – Maceió	Maceió
				Grupo União Espírita Santa Barbara – GUESB.	Maceió
				Piscinas da Praia da Sereia	Maceió
				Roteiro Integrado da Civilização do Açúcar	Maceió
				Lagoa Mundaú	Maceió
SUBZONA V – TRECHO COM MUNICÍPIOS FORA DA ÁREA LITORÂNEA	–	Rural, Ecoturismo, Pesca, Aventura, Cultural, Social	Famílias, Casais, Solteiros e Estudantes/Jovens	–	–

(Autoria: Lyra, P 2010)

O segmento de sol e praia é explorado comercialmente em todos os municípios do Pólo à exceção dos que estão inseridos na subzona V e que se encontram fora da área litorânea, embora outros segmentos atuais variem entre outras subzonas e municípios. Verifica–se um maior número de produtos turísticos comercializados nos municípios de Maceió e Maragogi, o que reitera o estágio avançado de desenvolvimento do setor nestes dois destinos indutores.

Em se tratando especificamente de segmentos e produtos turísticos estratégicos, é fundamental que se busque uma diferenciação dos tipos de turismo no Pólo, valorizando características complementares e não concorrentes entre os municípios. Neste sentido, apesar de haver uma rica variedade de atrativos de sol e praia na Costa dos Corais, deve–se pensar em concentrar esforços na regionalização de segmentos vocacionais entre os municípios do Pólo de acordo com seus aspectos mais marcantes. O trecho com turismo em desenvolvimento ou subzona II, por exemplo, utiliza–se atualmente dos segmentos de sol e praia e ecoturismo, mas deve buscar desenvolver o turismo cultural e social além dos demais apresentados. Já existe atualmente uma vocação natural desta subzona para o turismo de baixa escala, onde turistas se hospedam nas chamadas "pousadas de charme" da região e fazem passeios locais, a exemplo do Peixe–Boi, além da visita aos pequenos povoados e consumo do artesanato local.

Esta constatação aponta uma tendência do público–meta em consumir produtos de conteúdo similar, que incluam interação com moradores locais e sua identidade e cultura que perpassam desde suas tradições ao patrimônio histórico material.

Este modelo também pode ser implantado em destinos já consolidados como o caso de Maceió e Maragogi, permitindo o desenvolvimento de novas rotas sem desprestigiar os produtos considerados "âncora". Enquanto as piscinas naturais de Maragogi e as praias de Maceió já constituem produtos de fluxo estável, cabe a elaboração de projetos de incentivo ao desenvolvimento de novos roteiros municipais que ressaltem outros aspectos atrativos que venham a enriquecer a experiência dos turistas que visitam estes municípios.

Entender os mercados–meta pressupõe igual compreensão do perfil do público que se pretende atrair. A organização do portfólio apresentado, que sugere criar bolsões inter–regionais segmentados serve justamente, para gerar diretrizes para seleção e ordenamento das áreas geográficas preferenciais em função dos principais atrativos turísticos por subzona que irão, por sua vez, determinar os esforços direcionados à demanda–meta. Isto implica tanto uma delimitação dos espaços que comportam maior volume de visitantes *versus* atrativos que possuem restrições na capacidade de carga, como também em investimentos na organização e adaptação destes espaços para receber seu público–meta específico.

Esta regionalização segmentada também deve servir de subsídio para instrumentos de planejamento territorial como a elaboração de planos diretores e possíveis zoneamentos turísticos, sendo fundamental para que os investimentos do setor privado estejam de acordo com os investimentos públicos.

18.2 Posição atual do Pólo Costa dos Corais no mercado túristico

Considerando os dados obtidos através da análise da demanda atual e potencial, mais especificamente na identificação dos destinos competidores, foi possível estabelecer diferenciais competitivos dos destinos concorrentes do Pólo Costa dos Corais. Desta forma, foi elaborada uma tabela comparativa utilizando–se por base as seguintes variáveis: caracterização geral, região turística, *ranking* de posicionamento de preferência do destino, segmento turístico predominante, preço médio de pacote turístico, permanência proposta nos pacotes, produtos turísticos sugeridos nos pacotes, e se o município sediará jogos da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

Tabela 147 – DESTINOS COMPETIDORES E VARIÁVEIS COMPETITIVAS

DESTINO	CARACTERIZAÇÃO GERAL	PÓLO TURÍSTICO AO QUAL PERTENCE	POSIÇÃO DE PREFERÊNCIA NACIONAL	SEGMENTO TURÍSTICO PREDOMINANTE	PREÇO	PERMANÊNCIA	PRODUTOS OPCIONAIS OFERECIDOS	CIDADE–SEDE DA COPA DO MUNDO FUTEBOL DE 2014
MACEIÓ	Maceió, capital de Alagoas, destaca–se pela sua beleza, encravada entre os coqueiros, mangues, lagoas e o mar. Possui uma das orlas urbanas mais belas do país com opções de praias que contam com infraestrutura adequada ou praias ainda desertas. Capital do Estado de Alagoas. A população é de 797.759 habitantes.	Costa dos Corais	13	Sol e Praia	R$ 918,00	8 dias e 7 noites	Maceió, Praia de Paripueira, Dunas de Marapé, Foz do Rio São Francisco, Praia de Maragogi, Praia do Gunga.	Não
MARAGOGI	Principal destino do Estado de Alagoas depois da capital, atrai visitantes de Maceió e Recife. Possui praias de ondas calmas, recifes e grandes piscinas naturais conhecidas por Galés onde imperam a prática mergulho nas formações recifais e os peixes coloridos. A população é de 21.832 habitantes.	Costa dos Corais	n/a	Sol e Praia	R$ 1.588,00	8 dias e 7 noites	Rio Manguaba, Praias de Ilha da Crôa e Sonho Verde, Porto de Galinhas, Maceió, Recife e Olinda, Praia dos Carneiros e Tamandaré.	Não
IPOJUCA/ PORTO DE GALINHAS	As paisagens paradisíacas de suas dez praias e o sol presente o ano inteiro fazem desse lugar o destino ideal para quem quer relaxar ou praticar esportes como o mergulho e o surfe. A formação de piscinas naturais nas praias é a melhor opção para um banho de mar tranqüilo, principalmente para as crianças, que encontram nas águas diversas espécies de peixinhos coloridos. A população é de 59.281 habitantes.	Costa História e Mar	12	Sol e Praia	R$ 1.098,00	8 dias e 7 noites	Porto de Galinhas, Cabo de Santo Agostinho, Recife e Olinda, Tamandaré e Carneiros, Maragogi, Guadalupe e Ilha de Santo Aleixo, Igarassu e Itamaracá.	Não
RECIFE	As praias têm águas mornas e são frequentadas por inúmeros turistas durante todos os meses do ano; a história e a cultura local estão presentes a cada esquina; e o carnaval é um dos mais animados do Brasil. A cidade é plural em atrativos, o que a torna um lugar singular. Basta conferir o contraste harmonioso entre antigos monumentos do Recife antigo e modernas edificações do centro de negócios da cidade. A População é de 1.422.905 habitantes.	Costa História e Mar	6	Sol e Praia/Cultural	R$ 1.098,00	8 dias e 7 noites	Recife/Olinda, Porto de Galinhas João Pessoa/Paraíba, Praias do Cabo com Buggy + Catamarã Incluso, Igarassu/Itamaracá/Catamarã Incluso, Tamandaré/Carneiros.	Sim
NATAL	Falésias, rios que desembocam no mar e mangues vibrantes de vida natural complementam o espetáculo que transforma a capital do Estado do Rio Grande do Norte numa das principais opções turísticas brasileiras. A População é de 712.317 habitantes.	Costa das Dunas	5	Sol e Praia	R$ 898,00	8 dias e 7 noites	Natal, Maracajaú, Baía Formosa, Cacimbinha e Praia de Pipa, Praia de Jacumã, Praia de Barra do Cunhau.	Sim
JOÃO PESSOA	Capital do Estado da Paraíba possui belas praias de areia branca banhadas por um mar azul, com características singulares. O Picãozinho é uma formação de corais, em frente à praia de Tambaú, que na maré baixa forma piscinas naturais onde se pode ver inúmeros peixinhos coloridos. Possui áreas de matas naturais preservadas, praças e jardins. A População é de 597.934 habitantes.	Região do Litoral	n/a	Sol e Praia	R$ 1.028,00	8 dias e 7 noites	João Pessoa, Litoral Norte/ Cabedelo, Litoral Sul Coqueirinho/ Tambaba/ Praia Bela, Passeio de Barco pelo Rio Paraíba, Ilha de Itamaracá, Praia de Pipa.	Não
FORTALEZA	As praias de Iracema, Meireles e do Futuro estão entre as mais concorridas opções dentro da cidade. Passear no calçadão da Avenida Beira Mar desde o começo, no Mucuripe, até à Ponte dos Ingleses, na Praia de Iracema, é uma caminhada obrigatória e muito revigorante. Passeios de barco pela orla marítima são oferecidos nos pontos turísticos e são ideais para quem quer apreciar uma visão panorâmica da capital cearense. A população é de 2.374.944 habitantes.	Fortaleza	2	Sol e Praia	R$ 898,00	8 dias e 7 noites	Fortaleza e Praia do Beach Park, Praia de Cumbuco, Praia de Mundaú, Praia da Canoa Quebrada, Praia de Lagoinha, Praia de Morro Branco.	Sim
SALVADOR	Por suas características singulares, Salvador tornou–se um dos principais destinos turísticos internacionais. Famosa pela sua história, pelo legado deixado por povos de outros continentes, pela miscigenação cultural, pelo sincretismo religioso e pelo povo hospitaleiro, a capital bahiana é cenário e objeto de estudo de profissionais de diversas áreas, há muitos anos. A capital bahiana possui 50 km de praias, além de diversos parques ecológicos. A população é de 2.440.886 habitantes.	Baía de todos os Santos	3	Sol e Praia/Cultural	R$ 698,00	8 dias e 7 noites	Salvador, Bahia Histórico (city tour), Ilha dos Frades e Itaparica, Litoral Norte, Morro de São Paulo, Mangue Seco.	Sim

Fonte: MTUR, EMBRATUR, Site da operadora CVC (ago 2010)

De maneira geral ainda há uma relação periférica dos mercados emissores nacionais com os destinos turísticos do Nordeste. Os viajantes em potencial, especialmente, associam a imagem da região a um cenário paradisíaco com águas claras, mornas e transparentes e belas paisagens com coqueirais e praias de areias brancas que muitas vezes sobrepõe uma preferência particular por um destino específico. Um indicador deste argumento é a forma comercial como são apresentadas as características gerais dos destinos competidores na Tabela 147 acima, onde constantemente são ressaltadas qualidades comuns a todos como fonte principal de atração.

Esta similaridade e falta de diferenciais, geralmente implicam num desvio ou direcionamento na decisão da compra para outras variáveis, que podem estar relacionadas às iniciativas de promoção e divulgação dos concorrentes, qualidade dos produtos e serviços do destino, fontes de informação, mas principalmente vinculadas ao preço.

Observa–se que os quatro destinos concorrentes mais desejados são capitais de Estados que já possuem tradição turística, tanto no que diz respeito à comercialização e acesso ao mercado quanto nas políticas públicas de desenvolvimento e investimentos em marketing turístico. Cabe notar, igualmente, que esta mesma tradição no setor turístico não implica em valores de pacotes maiores. Ao contrário, todos praticamente se equiparam aos preços de viagens para Maceió além de serem mais baratos do que Maragogi. Verifica–se, ainda, que praticamente todos os destinos analisados estão centrados no segmento de sol e praia, no entanto, os que trabalham segmentos complementares, como o caso de Salvador e Recife, possuem vantagem competitiva em relação aos demais. Seguindo esta linha de análise, faz–se necessário ao Pólo uma priorização de ações que busquem diversidade na oferta através do desenvolvimento de novos segmentos e produtos turísticos complementares.

Outra variável importante é a de que os quatro destinos aqui tratados serão cidades–sede dos jogos da Copa do Mundo de Futebol de 2014, o que significa uma oportunidade no posicionamento de mercado do Pólo Costa dos Corais. Por estar situado numa área de influência direta da demanda que será captada para Recife, ou mesmo no corredor que acrescenta Salvador, Natal e Fortaleza, o Pólo deve estar preparado com diferenciais competitivos que certamente irão absorver tanto a demanda excedente quanto poderão justificar extensão de viagens ou um retorno próximo dos que vierem motivados pelos jogos.

CAPITULO 4

ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

As etapas anteriores do PDITS 2010 permitiram uma investigação detalhada do estado de desenvolvimento turístico do Pólo Costa dos Corais. O diagnóstico estratégico fornece subsídios suficientes para uma avaliação dos principais aspectos estruturantes e de mercado onde se podem identificar pontos positivos e negativos assim como pontos onde houve evolução ou estagnação, tendo por base a versão 2002 do PDITS. É através destas análises que se propõem o modelo futuro de desenvolvimento turístico do Pólo Costa dos Corais que será apresentado neste capítulo.

As estratégias que irão determinar as linhas de ação prioritárias de desenvolvimento do Pólo Costa dos Corais foram fundamentadas nos princípios de sustentabilidade do turismo, além dos preceitos de planejamento participativo, integrado e com foco no mercado turístico que vem sendo incorporado ao desenvolvimento de cada fase deste plano. Para fins deste PDITS o conceito de turismo sustentável adotado é o proposto pela Organização Mundial do Turismo – OMT que o doutrina como:

> *"O desenvolvimento turístico que atende às necessidades dos turistas atuais e das comunidades receptoras enquanto protege o meio ambiente e cria oportunidades para o futuro. Ele se desenvolve de forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas sejam satisfeitas sem prejudicar a manutenção da integridade cultural, a biodiversidade e os sistemas que sustentam a vida."*

As estratégias e objetivos do PDITS do Pólo Costa dos Corais devem propor a consolidação de produtos e serviços turísticos operados em harmonia com o meio ambiente, a comunidade e a cultura locais, de modo a que estes se tornem beneficiários e não vítimas do desenvolvimento do turismo.

Todas essas abordagens, assim como os aspectos positivos e negativos do turismo, devem ser consideradas em todo processo de implantação do PDITS e o fomento à atividade deve sempre ser condicionado a uma cuidadosa avaliação e monitoramento de seus recursos durante este processo, buscando sempre a melhoria da qualidade de vida local como base de desenvolvimento. Este modelo de condicionantes comuns de desenvolvimento turístico é proposto pela OMT e é representado a seguir, na Figura 303:

Figura 303 – Condicionantes Comuns de Desenvolvimento Turístico
(Fonte: OMT, 2003)

O diagrama acima sugere uma abordagem de "preocupações comuns" (*common concerns)* que cada elemento representado nos círculos deve buscar para que se justifique um desenvolvimento turístico sustentável em uma determinada região, que gere melhoria na qualidade de vida local conforme uma simplificação de diretrizes sugeridas:

O turismo deve buscar um ambiente de negócios saudável com:

- Segurança e credibilidade fiscal–financeira;
- Força de trabalho responsável e capacitada;
- Atrativos com qualidade suficiente para assegurar um fluxo de visitantes sólido, que permaneçam na região por mais tempo e retornem freqüentemente.

Os responsáveis pela gestão socioambiental e questões ligadas ao patrimônio histórico–cultural aplicados ao turismo devem buscar:

- Proteção dos meios natural, social e cultural através das relações pró ativas entre prevenção, melhoria, correção de danos e restauração;
- Estimular pessoas a estarem mais conscientes e, portanto, "importarem–se" com seus recursos ao invés de esgotá–los.

Membros da comunidade devem buscar um ambiente saudável para se viver com:

- Alimento, água limpa e própria para consumo, saúde, trabalho com remunerações justas, educação e lazer;
- Respeito por tradições e cultura locais;
- Direito de decidir sobre o próprio futuro.

Em função do diagnóstico realizado e das áreas críticas de intervenção identificadas, as estratégias propostas para o PDITS do Pólo Costa dos Corais levam em consideração os cinco componentes cujos projetos e ações serão financiados pelo PRODETUR Nacional. Por possuírem características distintas de análise, os dados obtidos serão apresentados por componente e examinados por meio da análise de cenários utilizando–se o método *SWOT*. Observações da versão 2002 do PDITS comparativas aos pontos da respectiva matriz, assim como das próprias estratégias, então propostas, são feitas a fim de se estabelecer um paralelo de evolução ou estagnação em determinados aspectos do desenvolvimento turístico.

19. ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO

O diagnóstico estratégico do PDITS Costa dos Corais levantou novos dados sobre a situação atual do Pólo, permitindo uma análise de seus aspectos positivos e negativos em um cenário interno, mas também observando vertentes externas que influenciam diretamente a dinâmica de desenvolvimento turístico da região. Pode–se a partir desta avaliação e identificação das áreas críticas de intervenção discutidas, estabelecer de forma sistematizada, linhas de ações que servirão para direcionar a situação futura desejada do turismo para o Pólo Costa dos Corais.

O método selecionado, para fins deste PDTIS, é a matriz *SWOT*, conforme mencionado anteriormente.

É importante entender a nova proposta de estruturação das macro–estratégias para o desenvolvimento turístico do Pólo Costa dos Corais diante da organização sugerida na versão 2002 do PDITS conforme ilustrado na Figura 304:

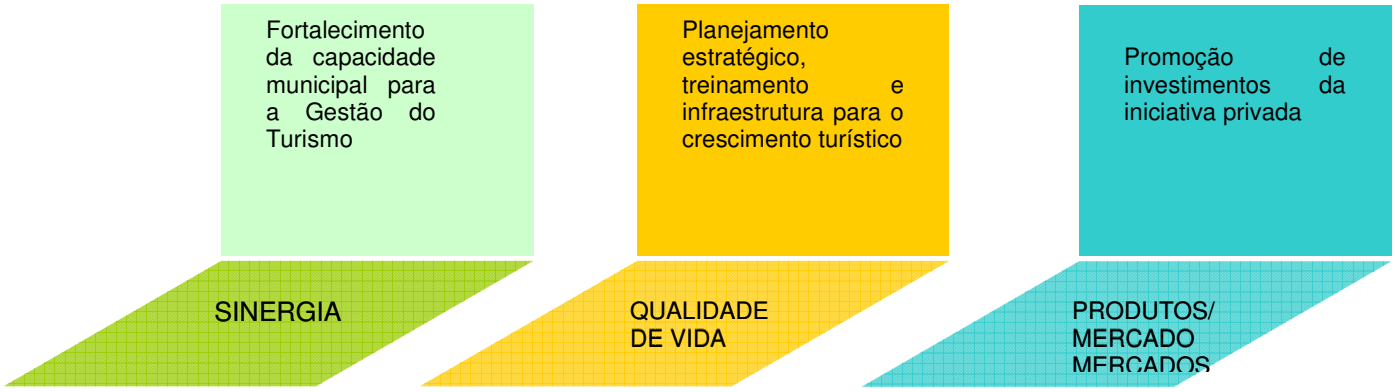


Figura 304 – Estratégias de Desevonvimento – PDITS 2002
(Fonte: LOG/TCBR, 2002)

Enquanto os princípios utilizados pela versão anterior do PDITS estão centrados no fortalecimento da capacidade municipal para a gestão do município, no planejamento estratégico, treinamento e infraestrutura para o crescimento turístico e promoção de investimentos da iniciativa privada como diretrizes norteadoras, as estratégias que determinam as linhas de ação do PRODETUR Nacional estão organizadas de acordo com os cinco componentes apresentados abaixo:

Figura 305 – Componentes PRODETUR Nacional
(Fonte: Diretrizes PRODETUR Nacional)

20. COMPARATIVO MATRIZ *SWOT* 2002 X 2010

Tendo em vista que o PDITS 2010 trata–se de uma revisão e atualização da versão de 2002, necessária se fez a construção de um modelo comparativo entre a análise de cenário, realizada em 2002, e a mesma análise da situação atual do Pólo Costa dos Corais. Os resultados permitem uma avaliação da evolução do Pólo em cada um dos aspectos de desenvolvimento.

Abaixo serão apresentadas as tabelas comparativas das *SWOTS* 2002 X 2010, por componente, e suas respectivas análises, contudo vale ressaltar que os Termos de Referências que deram origem a esses documentos apresentaram especificidades próprias e que muitas vezes os itens solicitados no segundo trabalho não foram contemplados no primeiro e vice–versa.

A fim de equacionar a análise, houve a necessidade de, em alguns casos e mais especificamente no componente do Fortalecimento Institucional, optar–se por fazer algumas considerações com base em similaridades das questões apresentadas na primeira versão e na segunda.

Na mesma linha, vale ressaltar que na versão 2010, não consta em separado, o componente da avaliação do Patrimônio Histórico e Cultural. Contudo, observa–se, é bem verdade, que este importante componente permeia as diretrizes socioambientais, quando são requeridas as análises dos atrativos naturais e patrimoniais do Pólo e no componente do produto turístico.

Objetivando uma compreensão global no tocante aos pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças levantadas em 2010, que subsidiaram as estratégias de desenvolvimento do produto turístico, decidiu–se que as *SOWTs* elaboradas serão apresentadas na íntegra, ao final deste PDITS, em forma de anexo.

20.1. Estrategia de Produto Turístico

Com relação ao componente Estratégia do Produto Turístico, verifica–se uma estagnação no que diz respeito diversificação de produtos e roteiros turísticos, bem como a sinalização turística adequada. Da mesma forma as pressões do turismo de massa exercidas sobre os ecossistemas frágeis também permanecem com uma ameaça ao desenvolvimento sustentável do Pólo, assim como uma concentração no segmento de sol e praia.

Por outro lado, percebem–se novos aspectos positivos que permeiam o desenvolvimento turístico da região além da qualidade dos atrativos turísticos atuais e potenciais. Programas interinstitucionais para o turismo, assim como instância de governança mobilizada e atuante já refletem uma nova realidade do setor no cenário nacional. De maneira equivalente, novas oportunidades e tendências no ambiente externo influenciam positivamente as perspectivas do Pólo Costa dos Corais a médio e longo prazo tanto vinculados à melhoria e ampliação da infraestrutura turística quanto aos elementos influenciadores da demanda e oferta.

Tabela 148 – MODELO COMPARATIVO *SWOT* 2002 X 2010 – ESTRATÉGIA DO PRODUTO TURÍSTICO

PDTIS 2002	PDITS 2010	PDTIS 2002	PDITS 2010
PONTOS FORTES		**PONTOS FRACOS**	
▪ Atrativos culturais. ▪ Pólo de Ecoturismo (Maragogi, Japaraitinga, Porto das Pedras e São Miguel dos Milagres). ▪ Atrativos naturais. ▪ Hospitalidade Marcante e Natural.	▪ Praias reconhecidas como as mais belas do Brasil com águas mornas, rasas e azuis de areias brancas. Cenário que é preferência da grande parte dos turistas brasileiros e estrangeiros. ▪ O Pólo está inserido em uma área de proteção ambiental – APA Costa dos Corais que garante a preservação principalmente dos recifes de corais e ordena a sua utilização. ▪ Patrimônio material e imaterial rico. Engenhos de açúcar, casas–grandes, igrejas seculares, casario típico, comunidades tradicionais, danças e manifestações populares que enriquecem o folclore e artesanato variado e gastronomia peculiar para o turismo. ▪ Atrativos naturais abundantes, rios, estuários, fontes minerais, fauna e flora ainda preservadas, local de reintrodução do Peixe–Boi, observação de pássaros. Áreas de mata atlântica propícias para criação. ▪ Equipamentos hoteleiros diversificados e regionalizados que variam de *resorts* de alto padrão, hotéis de médio porte, pousadas de charme e pousadas de pequeno porte. Novos investimentos a serem implantados aumentando a oferta de leitos de trilhas. ▪ Existência de programas estruturais para o desenvolvimento do turismo nas estâncias estaduais e federais, a exemplo do Arranjo Produtivo Local – APL Costa dos Corais e dos destinos indutores Maceió e Maragogi contemplados no programa de regionalização do Ministério do Turismo. ▪ Instâncias de Governança e grupos gestores formados e cada vez mais atuantes. ▪ Empresários do segmento de turismo de aventura organizados e atuantes no desenvolvimento de novos produtos.	▪ Carência de produtos e roteiros turísticos. ▪ Sinalização turística e interpretação do patrimônio insuficiente.	▪ Baixa valorização local de alguns atrativos turísticos, tanto por parte das comunidades como dos poderes públicos municipais. ▪ Polarização do desenvolvimento turístico, que se concentra na capital Maceió e no extremo norte em Maragogi. Ações direcionadas em excesso para estes municípios ocasionando disparidade no desenvolvimento regional. ▪ Ausência de obras estruturantes como saneamento e ordenamento urbano e zoneamento costeiro. ▪ Patrimônio edificado em mau estado de preservação e sem utilidade–fim. Nenhum dos municípios utiliza adequadamente seus atrativos patrimoniais para visitação turística. ▪ Pouca oferta de produtos turísticos formatados e diversificados. Disparidade entre atrativos atuais e atrativos potenciais. ▪ Ocupação irregular das áreas costeiras e demais áreas construídas. Ausência de Planos Diretores municipais. ▪ Pouca opção de entretenimento em algumas regiões do Pólo, principalmente à noite. ▪ Inexistência ou má qualidade da sinalização turística em boa parte do Pólo. ▪ Poucos postos de informações turísticas nos municípios. ▪ Baixo investimento em qualificação e capacitação profissional, por parte dos empresários.

(Autoria: Lyra, P. 2010)

Tabela 148 – MODELO COMPARATIVO SWOT 2002 X 2010 – ESTRATÉGIA DO PRODUTO TURÍSTICO (continuação)

PDTIS 2002	PDITS 2010	PDTIS 2002	PDITS 2010
OPORTUNIDADES		**AMEAÇAS**	
▪ Marcos históricos relacionados à produção de cana no Nordeste. ▪ Revitalização de engenhos. ▪ Elaboração de roteiros culturais que explorem visitas a engenhos e comunidades tradicionais. ▪ Planejamento do Pólo de Ecoturismo do Litoral Norte Alagoano em associação ao Pólo Costa dos Corais. ▪ Apoio institucional do Pólo pela EMBRATUR e MMA a outras instituições envolvidas no Programa Pólos de Ecoturismo. ▪ Opções que atendem desde o turista de aventura até aqueles que buscam a tranqüilidade com a família. ▪ Impulso a processos participativos de gestão. ▪ Facilidade para capacitação e qualificação da prestação dos serviços. ▪ Criação de postos de trabalhos para estudantes de graduação em turismo. ▪ Melhoria da qualidade dos produtos e serviços a serem oferecidos. ▪ Diminuição da sazonalidade pela oferta de produtos diferenciados. ▪ Valorização do patrimônio.	▪ Diferenciais competitivos presentes nas características histórico–culturais, ambientais e econômicas (preço). ▪ Instalação de novos empreendimentos turístico–imobiliários, hotéis e pousadas irão aumentar a oferta de leitos no Pólo. ▪ Produtos turísticos em contínuo desenvolvimento, a exemplo do passeio do Peixe–Boi, representam uma excelente ferramenta de atividade econômica associada à preservação do meio ambiente e inclusão social. ▪ Programas federais e estaduais que buscam interiorizar o turismo e desenvolver novos segmentos devem servir para valorização e utilização de atrativos turísticos de uso potencial (patrimônio histórico, cultural e natural). ▪ A recente proposta do Governo do Estado que dispõe sobre o zoneamento turístico de pólo e a criação de AEITs – Áreas Especiais de Interesse Turístico deve servir como diretriz de investimento privado garantido a utilização correta dos espaços de potencial turístico. ▪ Existência de atrativos de uso potencial para o desenvolvimento de novos segmentos turísticos que servirão de diferenciais competitivos. ▪ Construção de rodovias de ligação direta do Aeroporto Zumbi dos Palmares em Maceió para São Luiz do Quitunde encurtando significativamente o deslocamento até ao Pólo.	▪ Dificuldade em desvincular a imagem de turismo de massa litorâneo com o ecoturismo. ▪ Degradação do meio ambiente devido à falta de controle e desconhecimento da capacidade de suporte. ▪ Grande impacto nos hábitos e costumes das comunidades locais. ▪ Utilização maciça das praias como atrativo. ▪ Descaracterização do patrimônio devido ao não entendimento de seu valor histórico, cultural e social.	▪ A inexistência de Planos Diretores pode continuar a gerar uma ocupação irregular principalmente das zonas costeiras do Pólo. Instalação desordenada de empreendimentos turísticos. ▪ O contínuo crescimento da demanda para o Pólo pode gerar pressões nos ecossistemas recifais não somente de Maragogi, mas nos demais municípios da região. ▪ Apesar da riqueza e relevância histórica do patrimônio material e imaterial do Pólo, sua subutilização pode levar à perda de edificações e extinção de manifestações culturais tradicionais (perda de identidade). ▪ A não inclusão de municípios circunvizinhos no turismo ou disparidades de desenvolvimento pode levar ao êxodo de pessoas, ou à criação de zonas marginais. ▪ Saturação dos serviços básicos dos municípios em virtude de um despreparo diante de um aumento de demanda. Inchaço da população flutuante. ▪ Competição interna nos municípios que compõem o Pólo apresentando produtos turísticos similares.

(Autoria: Lyra, P. 2010)

20.2. Estrategia de Comercialização.

Com relação ao componente de comercialização, verifica–se que na versão do PDITS 2002 este item foi abordado de forma incipiente e bastante pontual, tanto que nos pontos fortes e oportunidades do PDITS 2002 não é feita nenhuma referência aos aspectos ligados a promoção, divulgação e comercialização do Pólo Costa dos Corais. Já nos pontos fracos apenas uma breve menção a falta de material promocional. Nas ameças apontadas na *swot* 2002, a comercialização é ressaltada pela ociosidade dos atrativos, tendo em vista a falta de divulgação. De forma mais incisiva a comercialização é mencionada quando aborda a falta de investimentos em promoção e marketing turístico.

Em suma, a estratégia de comercialização foi irrelevante no PDITS 2002. Por outro lado, no PDITS 2010 adquire nova proporção, uma vez que passa a ser um dos eixos estruturantes do componente do Prodetur Nacional.

Tabela 149 – MODELO COMPARATIVO *SWOT* 2002 X 2010 – ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO

PDTIS 2002	PDITS 2010	PDTIS 2002	PDITS 2010
PONTOS FORTES		**PONTOS FRACOS**	
	▪ Consolidação dos destinos Maceió e Maragogi no mercado turístico nacional, demanda em ascensão continua e cadeia produtiva em estruturação (existência de receptivos, passeios organizados, associações de empresários, artesãos e pescadores, cooperativas, entre outros). ▪ O Pólo Costa dos Corais desponta no mercado nacional como referência no segmento sol e praia (destino referência MTUR em 2009). ▪ Por compreender dois dos 65 destinos indutores de desenvolvimento do país, tem prioridade em ações promocionais do Governo Federal. ▪ Alguns mercados emissores consolidados, a exemplo de São Paulo (nacional) e Argentina (internacional). ▪ Existência de receptivo específico do Pólo Costa dos Corais – Costazul. ▪ Capacidade promocional local em fortalecimento e com certa independência do poder público através das associações de empresários (AHMAJA, AEJATUR).	▪ Falta de centros de informações turísticas e materiais promocionais.	
OPORTUNIDADES		**AMEAÇAS**	
	▪ Realização de Megaeventos (Copa do Mundo de Futebol – 2014) em cidades de influência de demanda no Pólo (Recife, Salvador, Natal). ▪ A organização e cooperação entre as maiores empresas de receptivo do Estado, que criaram o Grupo de Receptivos de Alagoas – GRAL irá facilitar o fomento a novos destinos, roteiros e atrativos do Pólo. ▪ O Pólo tem prioridade na captação de recursos do Ministério do Turismo por abranger Maragogi e Maceió, os dois destinos indutores do Estado de Alagoas. ▪ Existência de equipamentos com capacidade de receber eventos de grande porte não somente na capital com o Centro de Convenções, mas também em Maragogi. ▪ Tendências e novas necessidades do mercado apontam para destinos de sol e praia com opções diferenciadas de produtos turísticos complementares. ▪ Relação com operadores internacionais ainda incipiente. Potencialidade de acordos comerciais junto a fornecedores locais. ▪ Aumento de demanda para o mercado de Turismo de Aventura.	▪ Segmento de demanda de difícil captação. ▪ Atrativos ociosos pela falta de divulgação. ▪ Dificuldade de conquista de novos segmentos turísticos. ▪ Pouco crescimento da demanda. ▪ Falta de investimento em promoção e marketing turístico.	▪ A crise mundial recente fez com que investidores estrangeiros revissem suas estratégias de atuação no Pólo. Este cenário pode vir a se repetir caso haja outro período de instabilidade econômica. ▪ Fortalecimento de Destinos competidores diretos (Rio Grande do Norte, Bahia, Pernambuco) que receberão investimentos diretos para a Copa do Mundo Futebol de 2014. ▪ O fortalecimento do Real frente ao câmbio de moedas estrangeiras pode afetar a competitividade do Pólo a outros destinos no mundo. ▪ Massificação de destinos e produtos originalmente de baixa escala. Conflito de nichos de mercado. ▪ Copa do Mundo de Futebol de 2014 deve gerar fluxos de demanda para o Pólo.

(Autoria: Lyra, P. 2010)

20.3. Fortalecimento Institucional

Como já mencionado anteriormente, a análise comparativa de 2002 X 2010, não contemplou todos os componentes da versão 2010. Este fato inviabilizou uma análise comparativa direta para o componente de Fortalecimento Institucional[93].

Todavia, compreendendo a importância de tecer algumas considerações sobre as diferenças dos diagnósticos realizados principalmente numa perspectiva de identificar os avanços alcançados ao longo desse período, optou–se por fazer algumas considerações com base em similaridades das questões apresentadas na primeira versão e na segunda.

Assim, a Tabela 150 apresenta os pontos de análise da *SWOT* de 2002 que ainda permaneceram na versão de 2010 e que estão relacionados ao componente de Fortalecimento Institucional.

Percebe–se que questões centrais como a ausência de legislação e incapacidade do poder local em colaborar para o desenvolvimento do turismo sustentável na região, presente em 2002 continua em 2010, enquanto ponto fraco da região na análise interna.

Quanto aos pontos fortes, torna–se necessário ressaltar que muitos dos pontos fortes apontados em 2002 poderiam ser entendidos como oportunidades, como por exemplo, a possibilidade de desenvolvimento atividades econômicas sustentáveis – agronegócios, pesca, turismo, cultura e artesanato. Todavia, de um modo geral os pontos fortes identificados em 2002 permanecem em 2010, destacadamente a hospitalidade da população da região.

No tocante às oportunidades, percebe–se que basicamente não há divergência entre o diagnóstico anterior e o atual, sendo as mesmas potencialidades encontradas. Principalmente no que se refere à potencialidade em desenvolver na região integração produtiva a partir da cadeia do turismo.

Assim também se comporta o comparativo entre 2002 e 2010 no tocante às ameaças, pois basicamente não houve evolução numa perspectiva de superação dessas ameaças, quando considerados, por exemplo, a questão da falta de instrumentos legais e administrativos compatíveis, a inexistência de Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano e a falta de sinergia entre as ações intersetoriais.

Enfim, tendo em vista a ressalva sobre a diferença nos itens de análise de 2002 e 2010, é possível por similaridade nos diagnósticos realizados perceber que muitos pontos ainda existem e que ainda deverão ser trabalhados para essa atualização do PDITS.

[93] As considerações a cerca do componente econômico foram contempladas no item componente institucional, uma vez que o edital não contemplava esse detalhamento.

Tabela 150 – MODELO COMPARATIVO *SWOT* 2002 X 2010 – FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

2002	2010	2002	2010
PONTOS FRACOS		**PONTOS FORTES**	
▪ Incapacidade administrativa do gestor municipal e legislativo. ▪ Ausência de mecanismos de controle da sociedade civil.	▪ Inexistência de colaboração entre os empreendedores locais para atividades como: processos de cooperação de aprendizagem, cooperação de promoção, e cooperação de compras. ▪ Baixa rede de colaboração para difusão de informação entre as empresas locais. ▪ Muitas empresas usam mão–de–obra familiar e como reflexo existe pouca profissionalização dos serviços ofertados. ▪ Contratação de mão–de–obra qualificada, principalmente para atendimento da demanda do turista internacional, sobretudo relacionado à falta de conhecimento de outro idioma. ▪ A falta de articulação interna do setor privado pode acarretar dificuldades no relacionamento entre o setor público e empresários locais, prejudicando a melhoria das condições de infraestrutura nos municípios. ▪ Não existem facilidades para tramitações burocráticas de novos empreendimentos. ▪ Logística para aquisição de insumos. São necessários longos deslocamentos para compra de insumos, normalmente adquiridos em Recife e/ou Maceió. ▪ Dificuldade das empresas locais em ter capital de giro. Elevados custos de produção, originados pela falta de estrutura local. ▪ Ausência de legislação de incentivo para novos empreendimentos. ▪ Ausência de legislação que ordene o crescimento das cidades e da atividade turística (Planos Diretores). ▪ Pulverização e segmentação de associações resultando em enfraquecimento das ações desenvolvidas. ▪ Apenas a AHMAJA possui estrutura de funcionamento formalizada. ▪ A baixa articulação entre os prestadores de serviços e gestores públicos impossibilita estratégias integradas de desenvolvimento local da atividade turística. ▪ Não há no Poder Público de alguns municípios a consciência e a percepção de que a atividade turística deve ser alvo de uma atuação mais efetiva e com enfoque estratégico. ▪ Falta de infraestrutura nas secretarias municipais. ▪ Carência de pessoal em qualidade e quantidade nas Secretarias de Turismo dos municípios. ▪ Indisponibilidade de recursos financeiros nos municípios para disponibilizar recursos às Secretarias de Turismo. ▪ Marco legal que define a estrutura e funcionamento das Secretarias Municipais de Turismo (lei de criação) não é facilmente disponível aos Secretários e suas equipes.	▪ Possibilidade de desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis – agronegócios, pesca, turismo, cultura e artesanato. ▪ Existência de programas de proteção ambiental implantados ou em projeto. ▪ Hospitalidade marcante e natural. ▪ Recursos técnicos e financeiros, programas governamentais que possibilitem a solução, senão urgente, pelo menos a médio prazo. ▪ Apoio institucional do Pólo pela EMBRATUR e MMA e por instituições envolvidas no Programa Pólos de Ecoturismo. ▪ Áreas de Reservas Naturais criadas por legislação ▪ Legislação ambiental existente	▪ Compreensão por parte do empresariado sobre a importância da preservação socioambiental é refletida em empreendimentos cuja gestão é focada em princípios de sustentabilidade. ▪ A região vem se caracterizando por atrair investimentos destinados a c*ondoresorts* de estrangeiros no litoral do Nordeste. ▪ Infraestrutura de hospedagem já implantada e com boa capacidade de atendimento. ▪ Diferencial competitivo com as "Pousadas da Rota Ecológica", ▪ Diversidade de opções de hospedagem com preços diferenciados e competitivos em função da característica do empreendimento. ▪ Diversidade do artesanato na região (madeira, palhas, conchas). ▪ Forte presença de empreendimentos de pequeno e médio porte. ▪ Região já consolidada no turismo regional e Maceió e Maragogi consolidadas no turismo nacional e internacional. ▪ Utilização de mão–de–obra local para atividades de baixa qualificação. O produto sol e praia que caracteriza região é facilmente comercializado, por isso as empresas indicam não ter dificuldade em vender seus produtos/serviços. ▪ Atuação do APL Costa dos Corais. ▪ Legislação de visitação das Gales de Maragogi em processo de implementação. ▪ Existência de várias associações na região, que tem como objetivo o desenvolvimento do turismo na região. ▪ Projetos de parcerias já desenvolvidos, como a implementação da lei do empreendedor autônomo (articulação SEBRAE, Governo do Estado e Município). ▪ A maioria dos municípios possui Secretarias de Turismo, mesmo que as secretarias não sejam exclusivamente para esse fim. ▪ Relevante papel desempenhado pelo SEBRAE, SENAC para processos de capacitação e aprendizagem na região. ▪ População receptiva e acessível à atividade turística. Ou seja, percebe–se uma natural hospitalidade dos moradores locais. ▪ Em alguns municípios do Pólo (Maceió, Paripueira e Maragogi) observa–se uma participação mais atuante da sociedade civil, através de entidades associativas. Incentivo da Secretaria de Estado da Cultura na criação dos Conselhos Municipais de Cultura e leis de proteção ao patrimônio histórico e cultural no âmbito da administração municipal.

(Autoria: Carneiro, TK. 2010)

Tabela 150 – MODELO COMPARATIVO *SWOT* 2002 X 2010 – FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL (continuação)

2002	2010	2002	2010
PONTOS FRACOS		**PONTOS FORTES**	
	▪ Dificuldades da atuação das Secretarias de Estado relacionadas ao desenvolvimento do turismo em função da falta de recursos humanos, recursos materiais e financeiros: SETUR, SEPLAN, SEINFRA, IMA, e SECULT. ▪ Municípios não possuem Plano Municipal de Turismo, exceto Passo de Camaragibe. ▪ População não participa do planejamento territorial. ▪ Não são desenvolvidas atividades de monitoramento por parte das instâncias municipais de gestão do turismo. Ausência de indicadores da atividade turística sistematizados pelos órgãos públicos. ▪ Desigualdade da estrutura institucional entre a capital (Maceió) e demais municípios do Pólo. ▪ Ausência de Conselhos Municipais de Turismo nos municípios. ▪ Inexistência de qualificação dos gestores municipais do turismo na região, tendo em vista que muitos ocupam o cargo pela primeira vez e não possuem histórico de atuação profissional na área. ▪ As secretarias municipais não trabalham com planejamento. ▪ Existência de um espiral de continuidade da precariedade institucional na região: falta de estrutura e indisponibilidade de recursos nas secretarias, resulta em falta de políticas públicas de desenvolvimento, que resultam na falta de recursos para políticas públicas que dão continuidade à precariedade já existente, findando num processo que alimentam e retroalimentam um quadro negativo. ▪ Municípios não dispõem de estrutura física, financeira e de recursos humanos para garantir conservação, guarda e exploração turística do patrimônio arqueológico em Porto Calvo, Paripueira, Maragogi e Japaratinga. ▪ Órgãos de controle ambiental não estão desenvolvendo suas atividades de fiscalização de forma efetiva na exploração madeireira da região. ▪ Desvalorização por parte dos gestores do potencial de atratividade turística que existe nas lendas que povoam o imaginário local. ▪		

(Autoria: Carneiro, TK. 2010)

Tabela 150 – MODELO COMPARATIVO *SWOT* 2002 X 2010 – FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL (continuação)

2002	2010	2002	2010
OPORTUNIDADES		**AMEAÇAS**	
▪ Desenvolvimento da agricultura, priorizando a agricultura familiar. ▪ Possibilidade de captação de incentivos com organismos internacionais. ▪ Crescente procura por outras práticas turísticas: ecoturismo, turismo rural e de aventura, etc.. ▪ Piscinas naturais muito divulgadas, atendendo interesse do turismo externo (que busca praias). ▪ Turismo interno estimulado pelas características naturais da região. ▪ Baixa densidade demográfica e pequenas distâncias facilitando a realização de projetos regionais. ▪ Engajamento das administrações locais e das populações, de forma organizada, em projetos de melhoria e oferta de serviços. ▪ Interpretação e exploração das características de cada local considerando a territorialidade e a qualidade das manifestações, tirando partido dessas características de simplicidade e historicidade próprias da região. Planejamento de projetos de pequeno porte e de menor custo, em consonância com uma estrutura integrada regionalmente. ▪ Divulgação de ações que contribuem para a melhoria da qualidade ambiental como forma de estimular novos investimentos na região ▪ Recursos técnicos e financeiros, programas governamentais que possibilitem a solução, senão urgente, pelo menos a médio prazo ▪ Planejamento do pólo de ecoturismo do Litoral Norte Alagoano em associação ao Pólo Costa dos Corais ▪ Apoio institucional do Pólo pela EMBRATUR e MMA outras instituições envolvidas no Programa Pólos de Ecoturismo	▪ Em função desse processo de planejamento com que a região está sendo contemplada espera–se que investimentos provenientes da iniciativa privada se efetivem na região. ▪ Proximidade com Pernambuco, Estado com grande dinâmica econômica e que sediará Copa do Mundo de Futebol em 2014, o que pode resultar em demanda para a região. ▪ O Governo Federal disponibiliza programas e fontes de financiamento aos Estados e Municípios em diversos programas voltados ao turismo, articulados prioritariamente pelo Ministério do Turismo. ▪ Contexto nacional propício para novos empreendimentos. ▪ A atividade turística vem crescendo nos últimos anos no país como um todo. ▪ Possibilidade de desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis – produção rural, pesca, turismo, cultura e artesanato. Destinos turísticos relacionados ao uso sustentável dos recursos ambientais têm destaque no contexto nacional ▪ Apoio de instituições como SEBRAE, Ministério do Turismo, ABRASEL. ▪ Disponibilidade de recursos públicos para investimentos, principalmente em nível federal. ▪ O acesso a créditos disponibilizados por agências multilaterais de crédito tem possibilitado investimentos estruturantes, principalmente em itens relacionados à infraestrutura. ▪ Crescimento da sensibilização, no âmbito do Estado e da União, no que se refere à necessidade de articulação entre os Ministérios da Cultura e da Educação visando inserir nos currículos escolares a Educação Patrimonial como disciplina regular. ▪ Aumento nas ações do Governo Federal no que se refere aos investimentos na área da cultura.	▪ Descontinuidade de programas devido às mudanças políticas. ▪ Falta de programas específicos para uso em programação turística. ▪ Ocupação urbana irregular e sem planejamento. ▪ Falta de conhecimento e divulgação: muito empenho e valorização para os elementos da orla em detrimento do interior. ▪ Falta de sinergia entre as ações intersetoriais. ▪ Inexistência de Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano nos municípios atingidos. ▪ Falta de normas jurídicas e institucionais para resgate e proteção. ▪ Falta de instrumentos legais e administrativos compatíveis com a importância e valor dos bens imóveis, dos sítios históricos e paisagísticos. ▪ Processo lento de investimento ocasionando problemas à qualidade de vida e ao desenvolvimento turístico da área de planejamento.	▪ Poucos municípios têm conseguido captar recursos e oportunizar o momento favorável que vem sendo vivenciado na economia nacional para a realização de investimentos em infraestrutura. ▪ Desigualdade do perfil empresarial entre a capital (Maceió) e demais municípios do Pólo. ▪ A população local vem sendo incluída no processo de crescimento econômico apenas enquanto mão–de–obra barata, ainda a ser qualificada. ▪ Falta de apoio institucional para estruturar programas de crédito e capacitação aos atores da cadeia produtiva. ▪ Descontinuidade das administrações municipais e estadual. ▪ Outros destinos concorrentes possuem estrutura institucional mais organizada. ▪ Estados nordestinos que sediarão eventos da Copa do Mundo de Futebol em 2014 terão maior inserção na mídia nacional e internacional. ▪ Os péssimos indicadores socioeconômicos alimentam a imagem de pobreza no Estado, desestimulando o turismo.

(Autoria: Carneiro, TK. 2010)

20.4. Infraestrutura e Serviços Básicos

Bastante precária a matriz *SWOT* 2002, no que se refere ao item Infraestrutura em função da exiguidade de elementos apresentados para denotar as fragilidades/deficiências e ameaças da região em estudo, bem como para caracterizar os pontos fortes e as oportunidades existentes na época. Os dois elementos (comprometimento da habitabilidade e transportes deficientes) e o "baixo investimento em saneamento ambiental" apontado no tema Meio Ambiente da citada *SWOT*, são os únicos tópicos citados como "Pontos a Melhorar". Ressalte–se que não foram apontados Pontos Fortes no referido tema.

É importante que se destaque aqui que não houve avanços significativos nos pontos abordados, ou seja, a questão do saneamento básico permaneceu estacionada nos demais municípios, com exceção em Maragogi e Maceió. No que se refere aos meios de transporte rodoviário e aéreo, a situação permanece a mesma, à exceção da ampliação do Aeroporto de Maceió e a construção do Aeroporto de Maragogi que vem caminhando a passos lentos.

No que tange à infraestrutura urbana e aos serviços básicos necessários a uma boa oferta, com base nos diagnósticos elaborados, a área ainda sofre com a falta de investimentos voltados para a melhoria desses, em termos qualitativos e quantitativos.

A região dispõe de alto potencial natural, característica preponderante às possibilidades de exploração turística, todavia padece de falhas estruturantes, carecendo melhorar suas estradas de acesso e vicinais, ampliar a oferta dos serviços básicos, tais como abastecimento de água, de energia elétrica, tratamento de seus esgotos, destinação correta de seus resíduos sólidos, todos esses, de essencial importância à nova concepção de desenvolvimento turístico sustentável.

Tais pontos são igualmente apontados na matriz de 2010, pelos motivos acima elencados.

Tabela 151 – COMPARATIVO DA *SWOT* 2002 X 2010 – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS

PDTIS 2002	PDITS 2010	PDTIS 2002	PDITS 2010
PONTOS FORTES		**PONTOS FRACOS**	
▪ Não foram apontados.	▪ Existência de acesso rodoviário a todos os destinos. ▪ Estradas vicinais dos destinos com boas condições de pavimentação. ▪ Existência de Planos Diretores em 3 municípios do Pólo. ▪ Existência de Plano de Turismo em Passo do Camaragibe. ▪ Existência de sistema de limpeza pública (urbana) em todos os municípios do Pólo. ▪ Existência de sistema de distribuição de energia elétrica residencial e comercial em todos os municípios, inclusive na área rural. ▪ Todos os municípios do Pólo têm rede de abastecimento de água na área urbana. ▪ Todos os municípios do Pólo contam com destacamento da Policia Militar, uma unidade regional do Corpo de Bombeiros em Maragogi e uma corporação completa em Maceió.	▪ Baixo investimento em saneamento ambiental: água tratada, coleta e tratamento de lixo e esgoto e sistemas de drenagem. ▪ Comprometimento da habitabilidade nas localidades turísticas. ▪ Transporte rodoviário e aeroviário deficiente.	▪ As principais rodovias de acesso ao Pólo são de mão–dupla, sem acostamento em boa parte de sua extensão e com excesso lombadas em alguns trechos. ▪ Ocupação irregular nas margens das rodovias de acesso ao Pólo. ▪ Vias secundárias estreitas e com baixa conservação. ▪ Com exceção de Maragogi e Maceió, os demais municípios não dispõem de outras formas de acesso**,** senão a rodoviária. ▪ Inexistência de equipamentos apropriados para destinação de resíduos sólidos, faz com que proliferem lixões a céu aberto – em alguns casos**,** localizados nos acessos às cidades, como, particularmente, em Japaratinga e Porto Calvo. ▪ Baixa qualidade do espaço urbano. ▪ Deficiência de transporte urbano e intermunicipal. ▪ Inexistência, na maior parte dos municípios, de legislação que trate do parcelamento e ordenamento do solo (apenas Maceió possui Código de Obras e Urbanismo e Posturas). ▪ Precariedade no sistema de sinalização dos acessos, das vias locais, dos equipamentos e prédios públicos, dos recursos naturais, de prédios históricos e dos equipamentos relativos ao trânsito e turismo. ▪ Deficiência na distribuição e localização de coletores de lixo nas cidades do Pólo, à exceção de Maceió. ▪ Inexistência de uma destinação final adequada para o lixo coletado (aterros sanitários), à exceção de Maceió. ▪ O sistema de iluminação pública é precário em toda a região. ▪ Na maioria dos municípios do Pólo a rede de energia é subdimensionada. ▪ Inexistência de rede coletora de esgoto na maior parte dos (à exceção de Maceió e Maragogi). ▪ Há deficiência no abastecimento e distribuição de água, no período de alta estação. ▪ Inexistência de Planos Municipais de Saneamento Básico em todos os municípios do Pólo. ▪ Há carência de meios de comunicação eficientes, sobretudo na área rural. ▪ Em todos os municípios, há deficiência em termos de acessibilidade aos serviços básicos. ▪ Grande número de casas de taipa. ▪ Pouca oferta de agências bancárias e precariedade de caixas automáticos. ▪ Permanência da Favela Vila dos Pescadores no bairro do Jaraguá.

(Autoria: Benamor, C. / Tenório, R. 2010)

Tabela 151 – COMPARATIVO DA *SWOT* 2002 X 2010 – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS (continuação)

PDTIS 2002	PDITS 2010	PDTIS 2002	PDITS 2010
OPORTUNIDADES		**AMEAÇAS**	
▪ Investimento do poder público em obras de infraestrutura sanitária como forma de atrair investimentos e melhorar a qualidade de vida da população. ▪ Melhoria do sistema de saneamento básico mediante a captação de recursos externos. ▪ Melhoria do sistema de transportes mediante a captação de recursos externos.	▪ Manutenção e conservação das rodovias e estradas pelo Governo Estadual. ▪ Construção do Aeroporto de Maragogi. ▪ Construção do terminal de passageiros do Porto de Maceió. ▪ Requalificação urbana do Centro e da Orla de Maceió. ▪ Participação da Universidade Federal de Alagoas e de Ferrara/Itália na realização de estudos urbanos. ▪ Obras do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal. ▪ Implantação do Projeto Orla. ▪ Disposição empresarial em implantar coleta seletiva. ▪ Programa Luz para Todos beneficiando área rural.	▪ Proliferação de doenças. ▪ Processo lento de investimento ocasionando problemas à qualidade de vida e ao desenvolvimento turístico da área de planejamento. ▪ Processo lento de investimento prejudicando o desenvolvimento turístico da área de planejamento.	▪ Falta de planejamento para a manutenção das estradas (rodovias) e dos acessos aos atrativos turísticos. ▪ Ocupação desordenada do solo. ▪ Poluição do solo, das águas e do ar, em função da destinação inadequada dos resíduos sólidos e das queimas espontâneas. ▪ Crescimento desordenado da atividade turística. ▪ Escassez de projetos e recursos financeiros para manutenção da infraestrutura existente.

(Autoria: Benamor, C. / Tenório, R. 2010)

20.5. Gestão Sócioambiental

Através da tabela comparativa abaixo (Tabela 152), evidencia–se que o componente ambiental, para a versão 2010 foi acrescido, incorporando as questões de cunho social. Fato este que já aponta para uma diferenciação no comparativo das duas versões.

Os principais pontos fortes citados em 2002, que assim permanecem na análise de 2010, são aqueles relacionados ao patrimônio ambiental, ou seja, à diversidade de ecossistemas, à riqueza hídrica e às paisagens naturais de grande beleza cênica. A presença de recifes de corais como fator positivo, já era considerada, tanto que deu nome ao Pólo, mas o projeto de Peixe–Boi com sua base consolidada em Porto de Pedras, mais recentemente passou a ser visto como mais um ponto forte no Pólo, por ser um diferencial tornado atrativo para o turismo de observação.

Outros pontos fortes que foram acrescentados no período, se referem à ampliação de ensino médio e profissionalizante, bem como à presença de projetos voltados para a capacitação para o turismo. O crescimento da produção agro ecológica, visto agora como ponto forte, era apenas um oportunidade em 2002 em função do estímulo à agricultura familiar.

Um dos pontos fracos em 2002 que se transformou em oportunidade, diz respeito à legislação ambiental, que embora tenha avançado, precisa ainda ser consolidada, uma vez que algumas medidas ainda estão amparadas em Termos de Ajuste de Conduta com o Ministério Público. Nesse sentido são fundamentais a implementação dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação da região do Pólo e de legislação municipal complementar.

O investimento em saneamento ambiental, ponto fraco destacado em 2002, passou a ser oportunidade em 2010, em função dos novos marcos regulatórios na área de saneamento e do aumento de investimentos públicos no setor.

A inexistência de Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano compatíveis com a realidade ambiental, ponto fraco em 2002, assim se manteve na análise de 2010, (apesar da aprovação, no período, do Estatuto da Cidade), uma vez que apenas 3 dos 11 municípios do Pólo dispõem desse instrumento fundamental para o ordenamento.

Por outro lado, no que se refere ainda aos instrumentos de ordenamento, foram avaliados como oportunidade na análise *SWOT* de 2010, a elaboração de Planos Recursos Hídricos de (bacia do Pratagy) e do Plano de Ações e Gestão (CELMM) e o inicio do Projeto Orla.

A educação ambiental, vista como inexistente ou descontínua em 2002, um ponto fraco portanto, passa a ser considerada como oportunidade em 2010, em função do surgimento de experiências de EA em alguns municípios, bem como no crescimento da consciência ambiental por parte de alguns empresários do turismo.

A falta de estrutura dos órgãos ambientais, notadamente a nível municipal, para fiscalização e monitoramento das atividades potencialmente degradadoras, continua sendo um ponto fraco em 2010, podendo se tornar uma ameaça na busca do desenvolvimento do turismo sustentável, tendo em vista a fragilidade dos ecossistemas.

O que era ameaça ao turismo sustentável em 2002 e se mantém na mesma posição, é o pequeno envolvimento comunitário, ainda que algumas entidades tenham surgido como representantes de variados interesses, ainda se encontrem restritos às categorias profissionais (empresários, artesãos, taxistas, etc.) e ainda não contribuem para uma cultura

associativista, que envolva efetivamente a população local de forma a difundir idéias e ações de sustentabilidade.

Tabela 152 – COMPARATIVO DA *SWOT* 2002 X 2010 – GESTÃO SÓCIOAMBIENTAL

PDITS 2002	PDITS 2010	PDITS 2002	PDITS 2010
PONTOS FORTES		**PONTOS FRACOS**	
▪ Belezas naturais e paisagísticas. ▪ Ecossistemas de alta produtividade e diversidade. ▪ Legislação ambiental existente. ▪ Áreas de Reservas Naturais criadas por legislação. ▪ Abundância da rede hidrográfica. ▪ Solo fértil. ▪ Possibilidade de desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis – agronegócios, pesca, turismo, cultura e artesanato. ▪ Existência programas de proteção ambiental implantados ou em projeto. ▪ Paisagem natural com características físicas, fitológicas e morfológicas diferenciadas que permitem contemplação, uso e apropriação.	▪ Paisagem natural de notável beleza cênica. ▪ Inúmeras praias com presença de extensos coqueirais. ▪ Presença da Lagoa Mundaú (uma das maiores e mais importantes lagunas costeiras do país). ▪ Grande riqueza hídrica com fauna e flora associadas. ▪ Diversidade de Ecossistemas em boas condições de conservação. ▪ Presença de APAs com objetivo de ordenar os usos dos recursos naturais. ▪ Presença de ecossistemas recifais; áreas propicias para mergulho e possibilidade de observação de espécies. ▪ Região de Ocorrência do Peixe–Boi Marinho. ▪ Áreas naturais propícias à reintrodução de espécies. ▪ Existência de base do ICMBio. ▪ Existência da APA Costa dos Corais com objetivo de preservar os arrecifes, proteger o Peixe–Boi Marinho, ordenar o turismo. ▪ Crescimento de produção agro ecológica. ▪ Predomínio de população jovem e ampliação do ensino médio e profissionalizante. ▪ Presença de programas e projetos públicos e privados voltados para a capacitação no turismo.	▪ Política ambiental inexistente ou ineficiente. ▪ Degradação do meio natural. ▪ Ocupação urbana desordenada. ▪ Plano Diretor incompatível com a infraestrutura urbana e características ambientais. ▪ Baixo investimento em saneamento ambiental: água tratada, coleta e tratamento de lixo e esgoto e sistemas de drenagem. ▪ Ocupação irregular de áreas de preservação ambiental protegidas por legislação. ▪ Inexistência e/ou descontinuidade de programas de conscientização/educação ambiental. ▪ Descumprimento e/ou desconhecimento da legislação ambiental.	▪ Ausência de ordenamento na ocupação da orla. ▪ Ocupação ilegal de APPs e de terrenos de marinha. ▪ Inexistência de Planos Diretores em 8 dos 11 municípios; ▪ Inexistência de estudos de capacidade de carga; ▪ Ausência ou insuficiência de rede publica de esgoto sanitário; ▪ Limpeza pública deficiente e disposição inadequada de resíduos; ▪ Inexistência de sistema de coleta seletiva de material reciclável. ▪ Degradação / assoreamento / poluição da Lagoa Mundaú. ▪ Qualidade das águas dos rios alteradas pela agroindústria canavieira, notadamente no período da safra. ▪ Fragilidade / vulnerabilidade dos ecossistemas litorâneos. ▪ Desmatamento ilegal com retirada da cobertura vegetal. ▪ Planejamento, controle e fiscalização insuficientes das atividades turísticas. ▪ Inexistência de Planos de Manejo em 3 das 4 APAs. ▪ Guias para visitação às Galés sem treinamento adequado. ▪ Navegação inapropriada, fundeio em água rasas, lançamento de lixo e derramamento de óleo de embarcações. ▪ Desestruturação e ausência de atuação dos órgãos ambientais municipais. ▪ Insuficiência de fiscais e equipamentos nos órgãos ambientais (IMA, IBAMA, ICMBio). ▪ Educação sanitária e ambiental pouco desenvolvida. ▪ Inexistência de Plano de Manejo na APA dos Corais ▪ Inexistência de Comitê Gestor na APA Costa dos Corais. ▪ Insuficiência de dados para monitoramento dos ecossistemas e das atividades turísticas. ▪ Baixo IDH, principalmente quanto à renda. ▪ Alto índice de pobreza. ▪ 70% das cidades apresentam PIB per capita inferior a 3 mil reais, configurando uma baixa dinâmica da economia local – forte presença da atividade canavieira. ▪ Ações interinstitucionais sobrepostas.

(Autoria: Antunes, E. / Normande, E. 2010)

Tabela 152 – COMPARATIVO DA *SWOT* 2002 X 2010 – SÓCIOGESTÃO AMBIENTAL (continuação)

PDITS 2002	PDITS 2010	PDITS 2002	PDITS 2010
OPORTUNIDADES		**AMEAÇAS**	
▪ Valorização do patrimônio natural. ▪ Atração de investimentos que aliem recuperação ambiental, ocupação do solo e geração de renda. ▪ Manutenção da qualidade ambiental. ▪ Captação de investimentos com organismos internacionais, ONGS, etc., para capacitação de profissionais na área ambiental e criação e fortalecimento dos órgãos ambientais municipais. ▪ Desenvolvimento da agricultura, priorizando a agricultura familiar. ▪ Divulgação de ações que contribuam para a melhoria da qualidade ambiental como forma de estimular novos investimentos na região. ▪ Possibilidade de captação de incentivos com organismos internacionais. ▪ Crescente procura por outras práticas turísticas: ecoturismo, turismo rural e de aventura, etc.. ▪ Piscinas naturais muito divulgadas, atendendo interesse do turismo externo (que busca praias). ▪ Turismo interno estimulado pelas características naturais da região. ▪ Aproveitamento de estudos e propostas para o tratamento da questão dos recursos naturais da região, já desenvolvidos, poderão servir de base para a montagem de propostas melhor orientadas para uso e preservação, ancorados em propostas de âmbito regional. ▪ Profissionais capacitados para o planejamento da política. ▪ Recuperação das áreas degradadas com recursos gerados pelo turismo. ▪ Ordenação das áreas com recursos gerados pelo turismo; ▪ Participação popular e da iniciativa privada num processo permanente de planejamento das cidades; ▪ Investimento do poder público em obras de infraestrutura sanitária como forma de atrair investimentos e melhorar a qualidade de vida da população. ▪ Proteção das áreas com recursos gerados pelo turismo. ▪ Sinergia com programas federais e organizações não governamentais que atuam na área de educação ambiental; ▪ Participação popular e da iniciativa privada num processo permanente de educação ambiental.	▪ Início de implantação do Projeto Orla (Paripueira;). ▪ PDTIS Costa dos Corais em elaboração. ▪ Novos marcos regulatórios na área de saneamento e aumento de investimentos no setor. ▪ Disposição de alguns empresários em implantar a coleta seletiva. ▪ Existência de Planos de Ações e Gestão do CELMM ▪ (MMA/ANA/SEMARH). ▪ Existência de TAC firmado entre o IMA e a indústria canavieira. ▪ Existência de Plano de Recursos Hídricos na Região Hidrográfica do Pratagy. ▪ Comitês de Bacia implementados no CELMM e Pratagy. ▪ Plano de Manejo da APA Santa Rita aprovado pelo CEPRAM. ▪ Comitê Gestor implementado em 3 APAs. ▪ Existência de TAC e Instrução Normativa ICMBio. ▪ Cadastramento e capacitação de guias pelo ICMBio / Prefeituras. ▪ Experiências de educação ambiental em desenvolvimento em alguns municípios. ▪ Crescimento da consciência ambiental por parte de alguns empresários do turismo. ▪ Plano de Manejo da APA Costa dos Corais em elaboração com previsão de 120 dias para conclusão. ▪ Comitê Gestor em implementação na APA Costa dos Corais. ▪ Projeto ECOPÓLIS com Universidade de Ferrara e UFAL – Observatório. ▪ Expansão do ensino médio e dos cursos profissionalizantes. ▪ Recursos federais destinados à região para apoio a projetos com abordagem territorial e participativa. ▪ Presença de instituições de fomento á pesquisa no campo da sustentabilidade e às atividades produtivas e sustentáveis do Pólo. ▪ Incipiente ação interinstitucional entre órgãos públicos e privados quanto à educação ambiental.	▪ Descontinuidade dos programas devido ás mudanças políticas. ▪ Descaracterização por mau uso. ▪ Falta de programas específicos para uso em programação turística. ▪ Ocupação urbana irregular e sem planejamento. ▪ Falta de conhecimento e divulgação: muito empenho e valorização para os elementos da orla em detrimento do interior. ▪ Falta de sinergia entre as ações intersetoriais. ▪ Inexistência de política ambiental. ▪ Inexistência de Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano nos municípios atingidos. ▪ Despreparo da comunidade para discussão das propostas. ▪ Proliferação de doenças. ▪ Degradação de áreas potencialmente turísticas. ▪ Descaracterização do turismo sustentável no Pólo Costa dos Corais. ▪ Implantação de empreendimentos e atividades turísticas nocivas ao meio ambiente.	▪ Descaracterização da paisagem e conseqüente desvalorização do atrativo turístico. ▪ Crescimento desordenado das áreas urbanas. ▪ Balneabilidade das praias comprometida pela ausência de saneamento básico. ▪ Não implementação do Plano de Ações e Gestão do CELMM por não alocação de recursos e conseqüente desvalorização do atrativo turístico. ▪ Falta de controle na utilização dos recursos ambientais e conseqüente redução da biodiversidade. ▪ Aumento excessivo de visitantes excedendo a capacidade de carga dos ecossistemas. ▪ Degradação dos recifes de arenitos e corais e conseqüente redução das áreas dos ecossistemas. ▪ Limitações ao desenvolvimento social e econômico impostas pelo setor sucroalcooleiro. ▪ Fraco associativismo na implementação de negócios turísticos com pequena participação da sociedade local.

(Autoria: Antunes, E. / Normande, E. 2010)

21. MACRO ESTRATÉGIAS DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

21.1. Áreas Críticas de Intervenção Identificadas

As estratégias para o desenvolvimento turístico do Pólo Costa dos Corais definem como os recursos e esforços serão alocados para alcançar os objetivos e metas de curto, médio e longo prazo. A atualização da Matriz *SWOT* baseada na análise de cenário permitiu identificar pontos positivos e negativos nos ambientes interno e externo do Pólo Costa dos Corais. No entanto, é o cruzamento destes aspectos que irá fornecer os direcionamentos futuros que devem ser atribuídos ao PDITS para o desenvolvimento do turismo no Pólo. Assim sendo, foram identificadas as áreas críticas de intervenção em cada um dos componentes do PRODETUR e elaborado um modelo de geração de estratégias em função das potencialidades, fraquezas, oportunidades e ameaças obtidas no diagnóstico estratégico.

21.1.1. Estrategias de Produto Turístico

Durante a realização da pesquisa de campo, foi identificada uma série de gargalos que atrasam uma dinâmica potencializada da atividade turística no Pólo Costa dos Corais. Do ponto de vista de produtos turísticos, a uniformização da utilização dos atrativos de sol e praia cria limitadores competitivos entre os municípios travando a distribuição do fluxo de visitantes na região como um todo e polariza o turismo em poucos municípios. Outro aspecto abordado no diagnóstico diz respeito à forma com que grande parte da população percebe o setor turístico, refletindo diretamente na preservação e valorização do patrimônio material e imaterial. Além disso, o crescimento da atividade e a instalação de novos empreendimentos turísticos exigem mão–de–obra qualificada e capacitada, bem como uma infraestrutura turística mais adequada. É preciso, portanto, criar mecanismos que tratem da **diversificação da oferta turística e melhoria do produto turístico** como tema crítico para o desenvolvimento do turismo no Pólo.

21.1.2. Estrateégias de Comercialização

A comercialização do Pólo Costa dos Corais, conforme observado no item “Sistemas de Promoção e Comercialização” do diagnóstico aponta que as ações promocionais desenvolvidas ainda estão centradas nas cidades de Maceió e Maragogi, sobretudo em relação ao Poder Público. Na maioria das subzonas e principalmente nas II e III, a iniciativa privada tem papel preponderante nesta promoção do destino e seus equipamentos. Contudo, é evidente a ausência de plano de marketing tanto nos municípios como no Estado.

Percebe–se, também, no item que trata dos destinos competidores e as variáveis competitivas que há pouca diferenciação dos produtos turísticos comercializados e que os canais de distribuição ainda estão focados em operadores turísticos de grande porte – vendedores de “pacotes” pré–formatados e que há uma enorme dependência dos vôos *charters*.

Ainda pode ser evidenciado que as ações promocionais e materiais de apoio não privilegiam as diversas possibilidades de atividades da Região, bem como o potencial de investimentos. Em suma, estes entraves impõem um re–direcionamento das estratégias de comercialização, exigindo ações voltadas à **promoção, divulgação e comercialização.**

Tabela 153 – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO

ESTRATÉGIA DO PRODUTO TURÍSTICO	**PONTOS FORTES**	**PONTOS FRACOS**	
	• Praias reconhecidas como as mais belas do Brasil com águas mornas, rasas e azuis de areias brancas. Cenário que é preferência da grande parte dos turistas brasileiros e estrangeiros. • Atrativos naturais abundantes, rios, estuários, fontes minerais, fauna e flora ainda preservadas, local de reintrodução do Peixe–Boi, observação de pássaros. Áreas de mata atlântica propícias para criação de trilhas. • Contexto histórico comum ligado à ocupação do espaço, à exploração econômica, especialmente através da cana–de–açúcar, à invasão holandesa, à presença de personagens históricos, tais como Calabar e Dom Pedro II na região. • Equipamentos hoteleiros diversificados e regionalizados que variam de resorts de alto padrão, hotéis de médio porte, pousadas de charme e pousadas de pequeno porte. • Novos investimentos a serem implantados aumentando a oferta de leitos. • Consolidação dos destinos Maceió e Maragogi no mercado turístico nacional, demanda em ascensão continua e cadeia produtiva em estruturação (existência de receptivos, passeios organizados, associações de empresários, artesãos e pescadores, cooperativas, entre outros).	• Polarização do desenvolvimento turístico, que se concentra na capital Maceió e no extremo norte em Maragogi. • Ações direcionadas em excesso para estes municípios ocasionando disparidade no desenvolvimento regional. • Pouca opção de entretenimento em algumas regiões do Pólo, principalmente à noite. • Perdas irreversíveis no patrimônio histórico edificado pela ausência de obras de restauração e de intervenções inadequadas que descaracterizam os bens. • Pouca oferta de produtos turísticos formatados e diversificados. Disparidade entre atrativos atuais e atrativos potenciais. • Ausência de sinalização que possibilite a identificação do patrimônio. • Inexistência ou má qualidade da sinalização turística em boa parte do Pólo. • Poucos postos de informação turística nos municípios.	
	<u>Pontos do diagnóstico relacionados:</u> Análise do mercado turístico; Caracterização geral do Pólo; Avaliação dos equipamentos e serviços turísticos existentes; Análise da oferta turística.	<u>Pontos do diagnóstico relacionados:</u> Sistemas de promoção e comercialização e níveis de preço; Análise da oferta turística; Análise das infraestruturas básicas e dos serviços gerais.	
OPORTUNIDADES	• Diferenciais competitivos presentes nas características histórico–culturais, ambientais e econômicas (preço). • Realização de Megaeventos (Copa do Mundo de Futebol – 2014) em cidades de influência de demanda no Pólo (Recife, Salvador, Natal). • Existência de atrativos de uso potencial para o desenvolvimento de novos segmentos turísticos que servirão de diferenciais competitivos. • Aumento da procura turística por destinos com qualidade cultural agregada aos valores paisagísticos. • Instalação de novos empreendimentos turístico–imobiliários, hotéis e pousadas irão aumentar a oferta de leitos no Pólo. <u>Pontos do diagnóstico relacionados:</u> Análise da oferta turística; Análise do mercado turístico; Sistemas de promoção e comercialização e níveis de preço; Investimentos hoteleiros; Posicionamento turístico do Pólo; Análise das necessidades de capacitação de mão de obra.	• **Desenvolver produtos e roteiros turísticos novos e complementares para o Pólo.**	• **Estruturar os atrativos de uso potencial e consolidar os de uso atual, promovendo a recuperação do patrimônio material, imaterial e ambiental do Pólo.**
AMEAÇAS	• Competição interna nos municípios que compõem o Pólo apresentando produtos turísticos similares; • O fortalecimento do Real frente ao câmbio de moedas estrangeiras pode afetar a competitividade do Pólo a outros destinos no mundo; • Apesar da riqueza e relevância histórica do patrimônio material e imaterial do Pólo, sua subutilização pode levar à perda de edificações e extinção de manifestações culturais tradicionais (perda de identidade). • A falta de qualificação da mão–de–obra especializada na atividade turística frente à demanda crescente pode significar um gargalo à qualidade do produto turístico. <u>Pontos do diagnóstico relacionados:</u> Análise da oferta turística; Posicionamento turístico do Pólo; Análise das necessidades de capacitação de mão de obra.		

(Autoria: Lyra, P. 2010)

Tabela 154 – ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO

ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO		PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
		• O Pólo Costa dos Corais desponta no mercado nacional como referência no segmento sol e praia (destino referência MTUR em 2009). • Por compreender dois dos 65 destinos indutores de desenvolvimento do país, tem prioridade em ações promocionais do Governo Federal. • Alguns mercados emissores consolidados, a exemplo de São Paulo (nacional) e Argentina (internacional). • Existência de receptivo específico do Pólo Costa dos Corais – Costazul, além de os maiores receptivos do Estado estarem situados em Maceió; • Capacidade promocional local em fortalecimento e com certa independência do poder público através das associações de empresários (AHMAJA, AEJATUR, AFOTUR); • Empresários do segmento de turismo de aventura organizados e atuantes no desenvolvimento de novos produtos.	• Inexistência de planos de marketing nos municípios, assim como estratégias estaduais de promoção que não obedecem às diretrizes organizadas; • Cultura do "veraneio" em subzonas do Pólo resulta em intensa sazonalidade e um perfil de turista que gasta pouco. • Sazonalidade ainda é um entrave à comercialização anual do Pólo; • Muitos municípios do Pólo ainda são comercializados no formato de "Day use" onde turistas passam o dia e retornam, normalmente, para a capital Maceió; • Malha aérea regular ainda limitada e com opções pouco convenientes; • Alta dependência de vôos charters; • Acesso e vias não duplicadas tornam o deslocamento ao Pólo partindo da capital demorado. • Inexistência de climatização do pavilhão de exposições do Centro Cultural e de Exposições de Maceió.
		Pontos do diagnóstico relacionados: Linhas de produtos e tipos estratégicos de turismo; Sistemas de promoção e comercialização e níveis de preço; Avaliação dos equipamentos e serviços turísticos existentes;	Pontos do diagnóstico relacionados: Sistemas de promoção e comercialização e níveis de preço; Avaliação dos equipamentos e serviços turísticos existentes; Análise das infraestruturas básicas e dos serviços gerais.
OPORTUNIDADES	• Existência de equipamentos com capacidade de receber eventos de grande porte não somente na capital com o Centro de Convenções, mas também em Maragogi; • Copa do Mundo de Futebol de 2014 deve gerar fluxos de demanda para o Pólo; • Fortalecimento de destinos competidores diretos (Rio Grande do Norte, Bahia, Pernambuco) que receberão investimentos diretos para Copa do Mundo de Futebol de 2014; • Massificação de destinos e produtos originalmente de baixa escala. Conflito de nichos de mercado; • Existência de atrativos de uso potencial para o desenvolvimento de novos segmentos turísticos que servirão de diferenciais competitivos; • Aumento de demanda para o mercado de Turismo de Aventura.		
	Pontos do diagnóstico relacionados: Avaliação dos equipamentos e serviços turísticos existentes; Análise do mercado turístico; Análise da oferta turística. Posicionamento turístico do Pólo.	**Desenvolver programa de consolidação de mercados existentes e acesso a novos mercados, focando também em campanhas de captação de vôos e melhoria da malha aérea.**	**Elaborar plano de marketing estratégico com foco para o Pólo, desenvolvendo programa de "*Branding*" e fortalecimento da marca Costa dos Corais para posicionamento no mercado.**
AMEAÇAS	• Relação com operadores internacionais ainda incipiente. • Potencialidade de acordos comerciais junto a fornecedores locais; • Construção de rodovias de ligação direta do Aeroporto Zumbi dos Palmares em Maceió para São Luiz do Quitunde encurtando significativamente o deslocamento até ao Pólo; • Competição interna nos municípios que compõem o Pólo apresentando produtos turísticos similares.		
	Pontos do diagnóstico relacionados: Sistemas de promoção e comercialização e níveis de preço; Análise das infraestruturas básicas e dos serviços gerais.		

(Autoria: Lyra, P. 2010)

21.1.3. Estrategias de Fortalecimento Institucional

Considerando que existe disponibilidade de várias fontes de financiamento, apoio de instituições importantes como SEBRAE, receptividade da população local ao turismo e o fato da maioria dos municípios possuírem Secretarias de Turismo, a estratégia que surge como fundamental nesse contexto é o fortalecimento dos órgãos municipais ligados direta e indiretamente ao turismo, pois através desses poder–se–á aproveitar as oportunidades que foram identificadas.

Todavia, tendo em vista os impactos negativos que são vivenciados pela descontinuidade das administrações públicas; o fato de outros destinos concorrentes já estarem mais estruturados institucionalmente e os péssimos indicadores sociais e de criminalidade que afetam o turismo na região, torna–se necessário estabelecer uma forte estratégia de promoção do envolvimento da população local, com a priorização de projetos de médio e longo prazo de estruturação da atividade turística no setor público.

Outro aspecto muito preponderante na definição das estratégias, em função do diagnostico realizado, é o fato de que na região inexiste legislação de incentivo para novos empreendimentos e legislação que ordene o crescimento das cidades e da atividade turística (Planos Diretores). Então, investir no desenvolvimento de planos diretores e habitacionais que assegurem as melhorias por eles advindas, bem como revisar e implantar os planos existentes, se faz extremamente necessário ao desenvolvimento da atividade turística de forma sustentável.

Por outro lado, entende–se que como estratégia de desenvolvimento deve–se, induzir processos de colaboração e cooperação entre os atores locais, estimulando o processo de integração produtiva na região, voltado inclusive ao abastecimento dos empreendimentos locais, uma vez que já existe uma capacidade produtiva, dois destinos já são referência nacional, existe disponibilidade de financiamento e de desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis, bem como a precariedade da logística de aquisição de insumos na região.

A estratégia de desenvolver programas de capacitação, excelência, certificação e qualificação dos produtos e prestadores de serviços turísticos, promovendo o envolvimento da população local, está sendo proposta como mecanismo de reversão ao fato de se verificar falta de capacitação na cadeia produtiva (tanto no âmbito privado como público) e como aproveitamento da estrutura produtiva já existente na região.

Tabela 155 – ESTRATÉGIAS DO FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL		**PONTOS FORTES**	**PONTOS FRACOS**
		• População receptiva e acessível à atividade turística. Ou seja, percebe–se uma natural hospitalidade dos moradores locais. • A maioria dos municípios possui Secretarias de Turismo, mesmo que as secretarias não sejam exclusivamente para esse fim. • Infraestrutura de hospedagem diversificada e já implantada e com boa capacidade de atendimento. • Região já consolidada no turismo regional, e Maceió e Maragogi consolidadas no turismo nacional e internacional. • Existência de Planos Diretores em três municípios do Pólo: Maceió, Maragogi e São Miguel dos Milagres. • Existência de Plano de Turismo em Passo do Camaragibe.	• Ausência de legislação de incentivo para novos empreendimentos e de legislação que ordene o crescimento das cidades e da atividade turística (Planos Diretores). • Não há no Poder Público de alguns municípios a consciência e a percepção de que a atividade turística deve ser alvo de uma atuação mais efetiva e com enfoque estratégico; • ·Não há disponibilidade adequada de recursos físicos, humanos e financeiros nos órgãos municipais de gestão do turismo; • A baixa articulação entre os prestadores de serviços e gestores públicos impossibilita estratégias integradas de desenvolvimento local da atividade turística. • Dificuldades da atuação das Secretarias de Estado relacionadas ao desenvolvimento do turismo em função da falta de recursos humanos, recursos materiais e financeiros: SETUR, SEPLAN, SEINFRA, IMA, e SECULT. • Não são desenvolvidas atividades de monitoramento por parte das instâncias municipais de gestão do turismo. • Inexistência de informações integradas/dados e séries históricas; • Logística para aquisição de insumos. São necessários longos deslocamentos para compra de insumos, normalmente adquiridos em Recife e/ou Maceió; • Indisponibilidade de contratação de mão–de–obra qualificada, principalmente para atendimento a demanda de turista internacional, sobretudo relacionado à falta de conhecimento de outro idioma.
		<u>Pontos do diagnóstico relacionados:</u> Análise do mercado turístico; Avaliação dos equipamentos e serviços turísticos existentes; Análise da oferta turística; Análise do quadro institucional.	<u>Pontos do diagnóstico relacionados:</u> Avaliação do perfil dos empreendimentos da região e sua atuação em redes; Análise do quadro institucionao do Pólo; Quadro institucional e aspectos legais: Análise do mercado turístico: Análise da necessidade de capacitação da mão de obra.
OPORTUNIDADES	• Disponibilidade de recursos públicos para investimentos, principalmente em nível federal. • Apoio de instituições como SEBRAE, Ministério do Turismo, ABRASEL • .O acesso a créditos disponibilizados por agências multilaterais de crédito tem possibilitado investimentos estruturantes, principalmente em itens relacionados à infraestrutura. • ·O Governo Federal disponibiliza programas e fontes de financiamento aos Estados e Municípios em diversos programas voltados ao turismo, articulados prioritariamente pelo Ministério do Turismo. • .Possibilidade de desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis – produção rural, pesca, turismo, cultura e artesanato. <u>Pontos do diagnóstico relacionados:</u> Linhas de crédito disponibilizadas; Quadro de incentivos; Análise das redes sociais do Pólo.	**• Promover o fortalecimento institucional das instâncias públicas municipais e estaduais para o apoio ao desenvolvimento do turismo sustentável.** **• Induzir processos de colaboração e cooperação entre os atores locais, estimulando o processo de integração produtiva na região, voltado inclusive ao abastecimento dos empreendimentos locais.** **• investir no desenvolvimento de planos diretores e habitacionais**	**• Promover o envolvimento da população local, com a priorização de projetos de médio e longo prazo de estruturação da atividade turística no setor público.** **· Desenvolver programas de capacitação, excelência, certificação e qualificação dos produtos e prestadores de serviços turísticos, promovendo o envolvimento da população local.**
AMEAÇAS	• Descontinuidade das administrações municipais e estadual. • Outros destinos concorrentes possuem estrutura institucional mais organizada. • Os péssimos indicadores socioeconômicos e a criminalidade alimentam a imagem de pobreza no Estado, desestimulando o turismo. • Poucos municípios e poucas empresas da iniciativa privada têm conseguido captar recursos e oportunizar o momento favorável que vem sendo vivenciado na economia nacional para realização de investimentos em infraestrutura. • Falta de apoio institucional para estruturar programas de crédito e capacitação aos atores da cadeia produtiva. • Crescimento desordenado da atividade turística. <u>Pontos do diagnóstico relacionados:</u> Análise do quadro institucional; Organização e coordenação do processo de planejamento turístico; Caracterização da dinâmica social e econômica dos municípios.		

(Autoria: Carneiro, TK. 2010)

21.1.4. Estrateégias de Infraestrutura e Serviços Básicos

Calcado nos estudos, nas pesquisas de campo e na contrapartida das diversas informações obtidas das comunidades envolvidas, percebe–se claramente que embora todos os municípios do Pólo sejam contemplados com serviços básicos e acessos, é palpável a necessidade de melhorar a qualidade dos mesmos.

Nesse contexto, e como diferencial, cabe também a implantação e ampliação da infraestrutura básica ofertada e da estruturação do sistema viário das rodovias e vias urbanas. Observa–se em diversas abordagens do diagnóstico, que a existência dos chamados serviços básicos – água, esgoto, energia, limpeza urbana, comunicação, por si só, não são suficientes para contemplar a demanda cotidiana, o que obviamente se acentua em períodos de alta estação. Outrossim, foi constatado quando da análise, que urge a estruturação do sistema viário existente, tendo em vista ser esse, nesse segmento, atualmente, o maior condutor de turistas para a região. A existência de um só aeroporto em toda a região vem a consolidar esse entendimento.

Em suma, é fundamental implantar, ampliar e estruturar os sistemas viários de acesso (rodovias e vias urbanas) e a oferta de serviços básicos (água, esgoto, energia, limpeza urbana e comunicação), bem como desenvolver programas de manutenção e monitoramento no Pólo.

No cenário referente ao urbanismo, observa–se com nitidez, que a ausência quase total de legislação, permite um crescimento desordenado dos municípios. Planejar, regular, fiscalizar e controlar são instrumentos que devem estar sempre presentes em qualquer gestão. Transpor para a prática ações metodológicas e procedimentos são, ainda hoje, um grande desafio para os gestores municipais. Diante desse fato, torna–se imprescindível na região a adoção de medidas que contribuam para viabilizar meios para implementação de diretrizes e marcos legais que disciplinem a ocupação do solo e as posturas municipais e, paralelamente, se exerça a revisão dos planos vigentes promovendo a inclusão de estratégias de desenvolvimento turístico.

Por outro lado, é fundamental o surgimento de uma proposta de intervenção que priorize não só o contexto do espaço, como também a preservação do meio ambiente, o convívio social e contemple igualmente o fluxo turístico da região. Enfim, promover a requalificação urbana em todos os municípios do Pólo atende toda a concepção abordada.

Tabela 156 – ESTRATÉGIAS DA INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS

<table>
<tr><td rowspan="2">INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS</td><td>PONTOS FORTES</td><td>PONTOS FRACOS</td></tr>
<tr><td>• Existência de acesso rodoviário a todos os destinos.
• Vias locais dos destinos turísticos pavimentadas.
• Aeroporto Internacional Zumbi dos Palmares (Maceió).
• Existência de sistema de limpeza pública urbana em todos os municípios do Pólo.
• Existência de serviço de distribuição de energia elétrica.
• Existência de rede de abastecimento de água.
• Maragogi tem 85,70 % da população atendida com rede coletora de esgoto.</td><td>• As principais rodovias de acesso ao Pólo são de mão–dupla e sem padronização e as vias secundárias de acesso às pousadas e atrativos naturais da Rota Ecológica não tem manutenção.
• Sinalização turística e regulamentar (horizontal e vertical) insuficiente e sem padronização.
• Deficiência de transporte urbano e intermunicipal.
• Inexistência de ciclovia na Rota Ecológica.
• O serviço de limpeza urbana é precário na alta temporada (verão).
• Existência de lixões a céu aberto no acesso a Japaratinga e Porto Calvo.
• Insuficiência de lixeiras nas cidades, especialmente nas praias, e falta de manutenção das poucas lixeiras existentes.
• Inexistência de uma destinação final adequada (aterro sanitário), à exceção de Maceió.
• Baixo envolvimento da comunidade no processo de gestão dos resíduos sólidos.
• De um modo geral, não existe conscientização da população quanto à coleta seletiva dos resíduos, nem quanto ao local adequado para sua destinação (queima, depósito em terrenos baldios).
• Precariedade do sistema de iluminação pública.
• Deficiência no abastecimento de água durante o verão (alta temporada).
• Baixo nível de investimento em infraestrutura básica..
• Lançamento de esgoto nas vias, rios e mar.
• Inexistência de Planos Municipais de Saneamento Básico.
• Inexistência ou deficiências de sistemas de macrodrenagem de águas pluviais para prevenção de enchentes;
• Deficiência dos serviços de comunicação em geral (internet, telefonia móvel e telefones públicos).
• Grande número de antenas parabólicas interfere na paisagem e restringe a disseminação da informação local.
• Ocupação irregular nas margens das rodovias e acesso ao Pólo.
• Baixa qualidade no espaço urbano. Inexistência, na maior parte dos municípios, de legislação que trate do parcelamento e ordenamento do solo (apenas Maceió possui Código de Obras e Urbanismo e Posturas).
• Permanência da Favela Vila dos Pescadores no bairro do Jaraguá, Maceió.
• Inexistência de Planos de Turismo em 9 dos 11 municípios.</td></tr>
<tr><td><u>Pontos do diagnóstico relacionados:</u>
Análise das infraestruturas básicas e dos serviços gerais (redes viárias de acesso ao pólo, Infraestrutura aeroportuária, Limpeza urbana, iluminação pública, sistema de abastecimento de água e sistema de esgotamento sanitário).</td><td><u>Pontos do diagnóstico relacionados:</u>
Análise das infraestruturas básicas e dos serviços gerais (redes viárias de acesso ao pólo, Limpeza urbana, iluminação pública, transporte urbano, comunicação, sistema de abastecimento de água e sistema de esgotamento sanitário).</td></tr>
<tr><td>OPORTUNIDADES</td><td>• Recursos Federais disponíveis para obras de infraestrutura (PAC, OGU e Programa Luz para Todos).
• Manutenção e conservação das rodovias pelo Governo do Estado de Alagoas
• Construção do Aeroporto de Maragogi.
• Construção do terminal de passageiros do Porto de Maceió.
• Novo marco regulatório para os Resíduos Sólidos (Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei nº 12.305/2010).
• Requalificação Urbana do Centro e da Orla de Maceió.
• Participação da Universidade Federal de Alagoas e de Ferrara/Itália na realização de estudos urbanos.
• Implantação do Projeto Orla.

<u>Pontos do diagnóstico relacionados:</u>
Análise das infraestruturas básicas e dos serviços gerais (redes viárias de acesso ao pólo, infraestrutura aeroportuária, Limpeza urbana);
Análise do quadro institucional.</td><td colspan="2">. Implantar, ampliar e estruturar os sistemas viários de acesso (rodovias e vias urbanas) e a oferta de serviços básicos (água, esgoto, energia, limpeza urbana e comunicação) e desenvolver programas de manutenção e monitoramento no Pólo.
. Promover a requalificação urbana em todos os municípios do Pólo.</td></tr>
</table>

AMEAÇAS	· Falta de planejamento para manutenção das estradas (rodovias) e dos acessos aos atrativos turísticos. · Poluição do solo, das águas e do ar devido à destinação inadequada dos resíduos sólidos e das queimas espontâneas. · Crescimento desordenado da atividade turística. · Escassez de projetos para manutenção e ampliação da infraestrutura existente. .Ocupação desordenada do solo.	
	Pontos do diagnóstico relacionados: Redes viárias de acesso ao pólo; Análise das condições ambientais do pólo: Instrumentos de planejamento e controle territorial.	

(Autoria: Benamor, C. / Tenório, R. 2010)

21.1.5. Estrateégias de Gestão Socioambiental

A grande quantidade de dados e informações necessárias ao gerenciamento do turismo no Pólo Costa dos Corais, produzidos por diversos órgãos, universidades, ONGs e prestadores de serviços públicos e privados, se encontra dispersa. Visando fortalecer a gestão socioambiental, sugere–se desenvolver e implantar um sistema de gestão integrada do Pólo, com base em sistema de informações geográficas com acesso a todos os interessados. A partir de um banco de dados integrado, será possível e inserção de informações originárias de diversos locais, através usuários credenciados, técnicos e gestores de secretarias estaduais e municipais, conselhos de unidades de conservação e comitês de bacias hidrográficas, entre outras, bem como sua visualização e consulta pelo público em geral.

Observou–se no diagnóstico, que a educação ambiental ainda se encontra pouco desenvolvida na região, o que se reflete na ocupação irregular de áreas protegidas, retirada de vegetação, lançamento de lixo e conseqüente degradação ambiental. Por outro lado, nota–se que tem crescido a consciência ambiental de uma parcela do empresariado e começam a surgir experiências e ações integradas, que devem ser estimuladas. Assim, considerando–se ainda a fragilidade dos ecossistemas locais é importante disseminar a temática ambiental, intensificando a educação sanitária e ambiental no âmbito público e privado.

Em suma, é imprescindíveis fortalecer a proteção ambiental no Pólo através da implantação / consolidação dos instrumentos de planejamento e controle territorial, bem como dos instrumentos das políticas de saneamento básico, meio ambiente e recursos hídricos.

Também foi constatada a restrita estrutura institucional de gestão ambiental nos municípios do Pólo bem como a insuficiência de controle e fiscalização das atividades turísticas. Para alcançar os objetivos do PDTIS, torna–se necessário, portanto, estimular a participação mais efetiva dos representantes municipais e de organizações sociais na implementação e monitoramento das ações.

Uma ameaça à sustentabilidade do desenvolvimento turístico do Pólo seria o crescimento desordenado das áreas urbanas que levaria inevitavelmente à descaracterização da paisagem e consequente desvalorização dos atrativos turísticos. Esses atrativos são caracterizados pela diversidade de seus ecossistemas, grande riqueza hídrica, presença de recifes de corais e ocorrência do Peixe–Boi Marinho. É necessário, portanto, incentivar as iniciativas voltadas para valorização do patrimônio ambiental, consolidando o Pólo como “roteiro ecológico”. Nesse sentido, também se torna imprescindível apoiar projetos de proteção e recuperação ambiental e programas para diversificação de atividades da geração de emprego e renda na região, calcados na sustentabilidade social e ambiental.

Tabela 157 – ESTRATÉGIAS DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

		PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
GESTÃO SOCIOAMBIENTAL		• Diversidade de Ecossistemas em boas condições de conservação / grande riqueza hídrica com fauna e flora associada / presença da Lagoa Mundaú /presença de recifes de corais / região de ocorrência do Peixe–Boi Marinho / áreas naturais propícias a reintrodução de espécies/ ocorrência de tartarugas marinhas; • Paisagem natural de grande beleza cênica / Inúmeras praias com presença de extensos coqueirais. • Presença de UCs com objetivo de ordenar os usos dos recursos naturais / existência da APA Costa dos Corais com objetivo de preservar os arrecifes, proteger o Peixe–Boi Marinho, ordenar o turismo. • População muito jovem / Incorporação de jovens no ensino médio / Programas e projetos em curso que visam capacitar na área de turismo (inclusive empresas privadas). • Crescimento de produção agro ecológica.	• Fragilidade / vulnerabilidade dos ecossistemas litorâneos. • Ausência de ordenamento na ocupação da orla. Inexistência de Planos Diretores em 8 dos 11 municípios; Inexistência de Planos de Manejo em 3 das 4 APAs, inclusive na APA dos Corais/ Inexistência de Zoneamento econômico–ecologico. • Degradação / assoreamento / poluição da Lagoa Mundaú; Ocupação ilegal de APPs e terrenos de marinha; Qualidade das águas dos rios alteradas pela agroindústria canavieira; Desmatamento ilegal com retirada da cobertura vegetal; Navegação inapropriada, fundeio em água rasas, lançamento de lixo e derramamento de óleo de embarcações. • Ausência ou insuficiência de rede publica de esgoto sanitário; Limpeza pública deficiente e disposição inadequada de resíduos; Inexistência de sistema de coleta seletiva de material reciclável. • Planejamento, controle e fiscalização insuficiente das atividades turísticas; Guias para visitação às Galés sem treinamento adequado; Restrita estrutura institucional de gestão ambiental nos municípios; Insuficiência de fiscais e equipamentos nos órgãos ambientais (IMA, IBAMA, ICMBio). • Educação sanitária e ambiental pouco desenvolvida. • Inexistência de estudos de capacidade de carga; Insuficiência de dados para monitoramento dos ecossistemas e das atividades turísticas. • Baixo IDH, principalmente quanto à renda; Alto índice de pobreza; 70% das cidades apresentam PIB per capita inferior a 3 mil reais. • Baixa dinâmica da economia local (forte presença da atividade canavieira). • Ações interinstitucionais sobrepostas. • Inexistência de sistema integrado de informações de licenciamento ambiental no Pólo e no Estado.
		<u>Pontos do diagnóstico relacionados:</u> Análise da oferta turística; Caracterização ambiental; Caracterização da dinâmica social e econômica dos municípios; Grau de participação e inclusão.	<u>Pontos do diagnóstico relacionados:</u> Análise ddas condições ambientais do pólo; Nível de uso atual e potencial dos atrativos; Instrumentos de planejamento e controle territorial; Identificação e avaliação dos impactos; Análise das infraestruturas básicas e serviços gerais (abastecimento de água e esgotamento sanitário; Organização e coordenação do processo de planejamento turístico; Caracterização da dinâmica social e econômica dos municípios.
OPORTUNIDADES	• Existência de Plano de Ações e Gestão para o CELMM; Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Pratagy; Plano de Manejo da APA Santa Rita; Comitês de Bacia implementados no CELMM e Pratagy; Comitê Gestor implementado em 3 APAs. • Início de implantação do Projeto Orla; Existência de TAC firmado entre o IMA e a indústria canavieira; TAC e Instrução Normativa ICMBio; Plano de Manejo da APA Costa doa Corais em elaboração; Comitê Gestor em implementação na APA Costa dos Corais; • PDTIS Costa dos Corais em elaboração; Novos marcos regulatórios na área de saneamento e aumento de investimentos no setor. • Crescimento da consciência ambiental por parte de alguns empresários do turismo; Disposição de alguns empresários em implantar a coleta seletiva; Cadastramento e capacitação de guias pelo ICMBio / Prefeituras; Experiências de educação ambiental em desenvolvimento em alguns municípios; Incipiente ação interinstitucional entre órgãos públicos e privados quanto à educação ambiental. • Presença de instituições de fomento à pesquisa no campo da sustentabilidade e às atividades produtivas e sustentáveis do Pólo; Projeto ECOPÓLIS com Universidade de Ferrara, SEPLAN e UFAL.. • Expansão do ensino médio e dos cursos profissionalizantes; Recursos federais destinados à região para apoio a projetos com abordagem territorial e participativa.	• **Apoiar projetos de proteção e recuperação ambiental e iniciativas voltadas para valorização do patrimônio histórico e cultural, fomentando a participação da população local e disseminando a educação sanitária, ambiental e patrimonial no âmbito público e privado.**	• **Fortalecer a proteção ambiental no Pólo através da implantação / consolidação dos instrumentos de planejamento e controle territorial, bem como dos instrumentos das políticas de saneamento básico, meio ambiente e recursos hídricos.**
	<u>Pontos do diagnóstico relacionados:</u> Impactos no pólo costa dos corais; Organização e coordenação do processo de planejamento turístico; Gestão ambiental na empresa privada; Caracterização da dinâmica social e econômica dos municpios.		

AMEAÇAS	• Crescimento desordenado das áreas urbanas; Descaracterização da paisagem e conseqüente desvalorização do atrativo turístico. • Balneabilidade das praias comprometida pela ausência de saneamento básico; Não implementação das ações de recuperação do CELMM e conseqüente desvalorização do atrativo turístico. • Aumento excessivo de visitantes excedendo a capacidade de carga dos ecossistemas; Falta de controle na utilização dos recursos ambientais e conseqüente redução da biodiversidade. • Limitações ao desenvolvimento social e econômico impostas pelo setor sucroalcooleiro. · Fraco associativismo / pequena participação da sociedade local na implementação de negócios turísticos.		
	<u>Pontos do diagnóstico relacionados:</u> Análise da oferta turística; Análise do mercado turístico; Grau de participação e inclusão.		

(Autoria: Antunes, E. / Normande, E. 2010)

21.2. Resumos das Estrateégias Definidas

Na elaboração das estratégias, os componentes foram trabalhados em profunidade, observando os aspectos apontados na fase do diagnóstico, buscando extrair todas as possibilidade de definição de estratégias que viessem a subsidiar, futuramente, a construção do plano de ação. Considerando as inter–relações e as sinergias existentes nos 5 componentes, houve a necessidade de se buscar as convergências das estratégias elencadas, objetivando a filtragem, por similaridade. Por exemplo, foi apontado tanto pelo componente de fortalecimento institucional como o de produto turístico a necessidade de capacitação de mão de obra, sendo que para efeito da consolidação das estratégias, este quesito foi contemplado como estratégia de fortalecimento institucional.

Abaixo, portanto, são apresentadas todas as estratégias consolidadas para o desenvolvimento do turismo no Pólo.

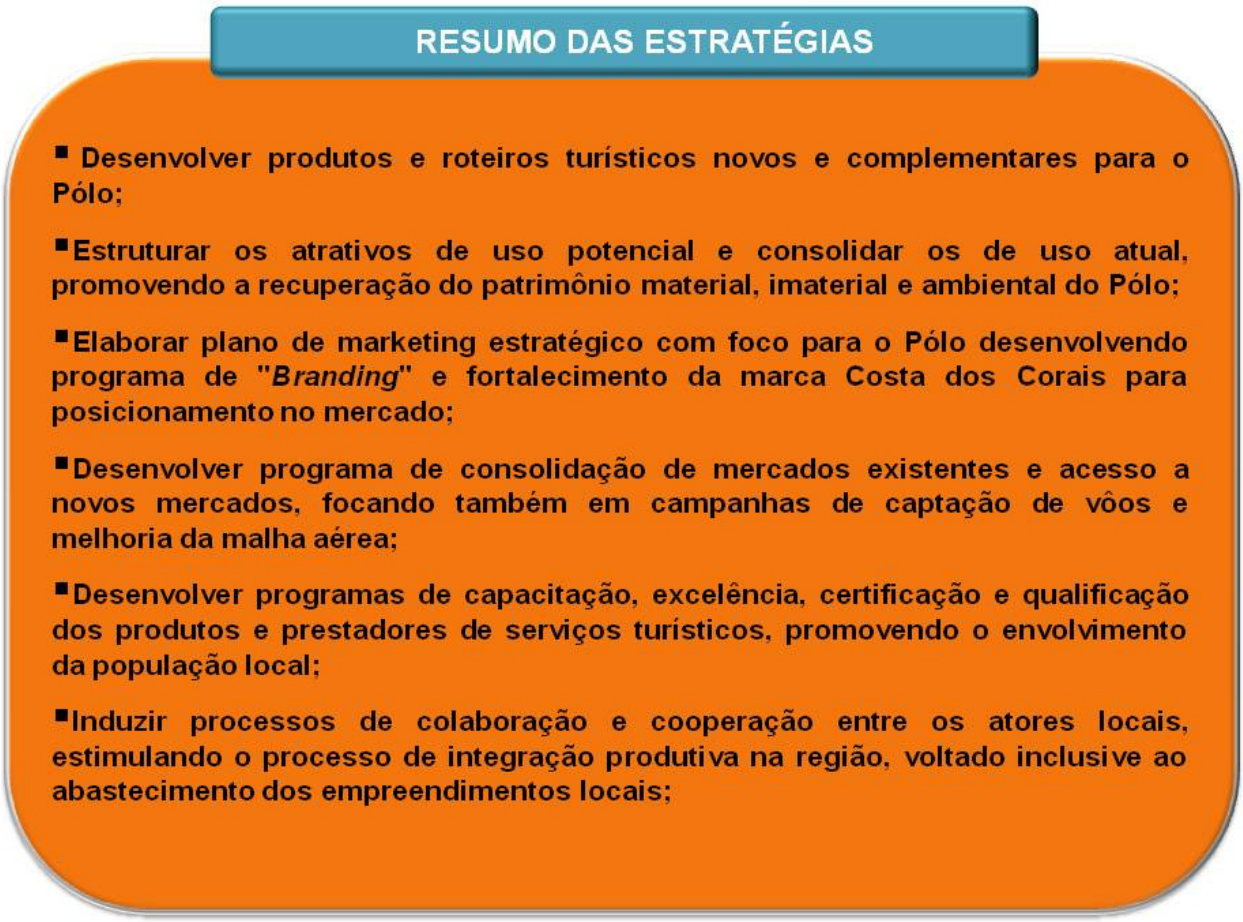


Figura 306 – Resumo das Estratégias Definidas
(Autoria: Lyra, P. 2011)

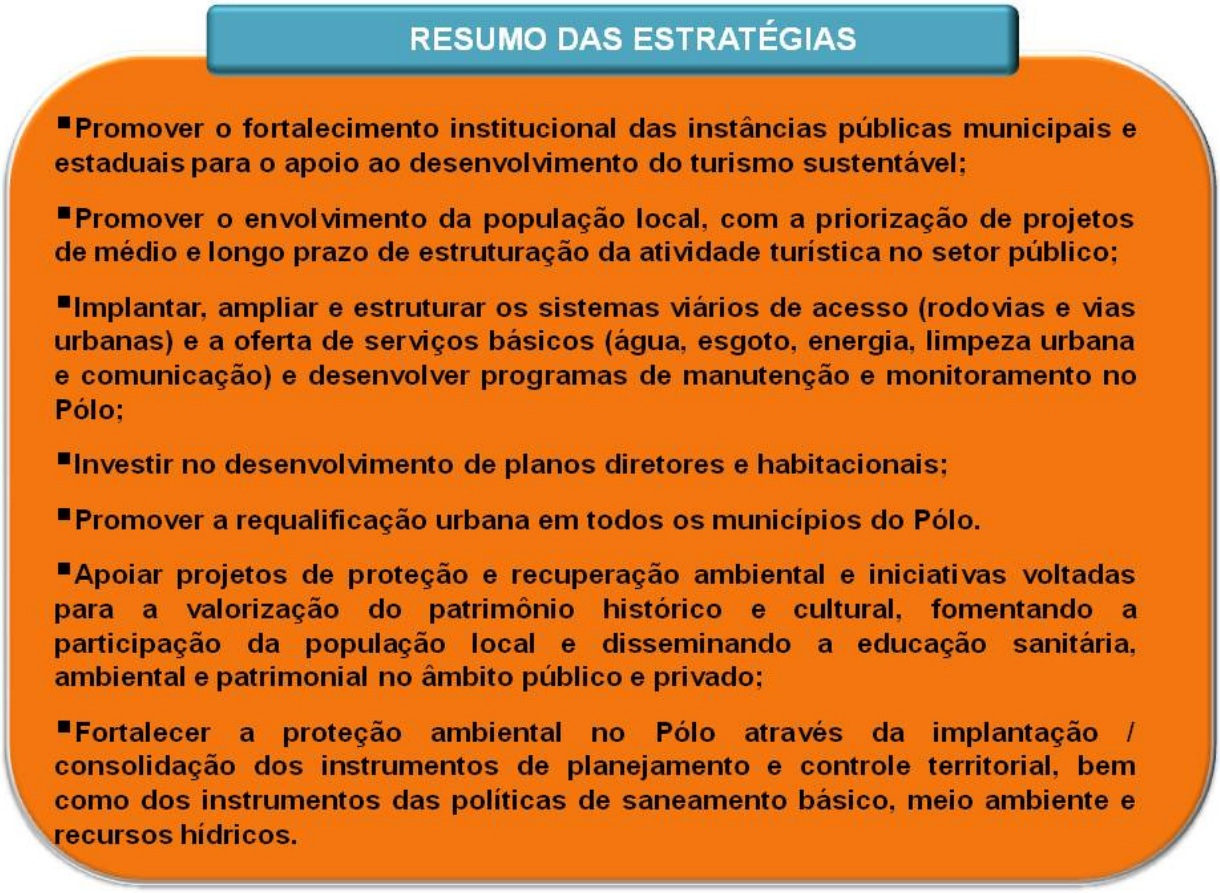


Figura 306 – Resumo das Estratégias Definidas (continuação)
(Autoria: Lyra, P. 2011)

CAPITULO 5

PLANO DE AÇÃO: SELEÇÃO DE PROCEDIMENTOS, AÇÕES E PROJETOS

As estratégias extraídas da análise do diagnóstico do PDITS Costa dos Corais 2010 permitiram estabelecer linhas de ação através das quais foram propostos projetos e programas que irão atender aos objetivos elencados do PDITS e, por fim, do PRODETUR Nacional. Inicialmente se propõe uma visão geral do turismo no Pólo Costa dos Corais, buscando projetar o destino para o modelo ideal de desenvolvimento turístico sustentável, utilizando–se inclusive dos princípios norteadores deste desenvolvimento. Em seguida são enumeradas as ações previstas para alcançar tais metas.

Além do Plano de Ação, do dimensionamento do investimento total e da priorização dos projetos a serem realizados durante os dezoito primeiros meses de financiamento do PRODETUR Nacional, o conjunto total de ações é submetido a uma avaliação de impactos, considerando os diversos aspectos envolvidos no desenvolvimento turístico do Pólo, de maneira que as intervenções dos projetos venham a mitigar os impactos negativos e potencializar os impactos positivos.

No tocante a avaliação dos impactos socioambientais dos projetos e programas a serem financiados pelo PRODETUR Nacional, as ações foram agrupadas em seus respectivos componentes por categoria de procedimentos onde são avaliados os possíveis impactos positivos e negativos, alterações ambientais cumulativas, pressão sobre recursos naturais, influência na qualidade de vida das comunidades e identificação de outros impactos regionais decorrente do desenvolvimento turístico no Pólo. Em seguida estabelece–se uma relação deste conjunto de projetos, seus impactos e possíveis medidas mitigadoras para alterações negativas e potencializadoras para as positivas.

A partir de então são sugeridos mecanismos de avaliação e monitoramento dos investimentos previstos pelo PDITS, assim como estabelecidas as linhas de base de indicadores como ponto de partida para mensurar a evolução e resultados do programa, bem como as metas que se pretende alcançar. Para tanto, são propostos meios de verificação que devem fazer uso das linhas de base correlatas, definidas como ponto de partida para análise dos resultados dos investimentos do PRODETUR Nacional. Devido às limitações de recursos e prazos, algumas dessas linhas de base não poderão ser realizadas. Neste caso, estimativas, de montante e procedimentos, são sugeridas para que estas sejam elaboradas.

Por fim, será apresentada uma análise sobre os projetos propostos na versão do PDITS 2002.

22. VISÃO DO TURISMO NO PÓLO

O Pólo Costa dos Corais vem obtendo destaque cada vez maior, no cenário nacional e internacional, como destino referência de sol e praia. Do ponto de vista de mercado, como já abordado no diagnóstico deste PDITS, há uma oportunidade para consolidação de destinos emissores atuais, assim como grande potencial para captação de novos perfis de demanda. Por outro lado, a grandeza da beleza que fortalece esta conhecida imagem do Pólo é proporcional à fragilidade de seus recursos naturais e das comunidades que ali vivem.

Com as tendências de forte aumento da demanda nacional e internacional de viagens prevista para os próximos anos, especialmente com a realização de mega eventos, a exemplo da Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas no Rio de Janeiro, é preciso não apenas uma preparação, adequação e diversificação da oferta turística, mas um modelo visionário de gestão do desenvolvimento turístico, centrado em princípios que busquem a sustentabilidade da atividade econômica e que venham a garantir uma competitividade do destino gerando benefícios para as comunidades e gerações futuras.

Desta forma, se propõe um modelo de gestão baseado nos critérios globais mínimos de sustentabilidade no turismo, apresentado em 2008 *no World Conservation Congress*, no qual são propostos 37 critérios que atendam aos seguintes pilares:

Figura 307 – Modelo de Gestão
(Fonte: OMT, 2001)

Considerando estas premissas, assim como o trajeto histórico do desenvolvimento turístico no Pólo e o desejo dos diversos *stakeholders* da região, obteve–se uma visão de um cenário futuro de médio prazo para a Costa dos Corais:

"*Em 2022 o Pólo Costa dos Corais será o destino referência no segmento de sol e praia, reconhecido, nos mercados nacional e internacional, pela excelência de seus prestadores de serviço e modelo de gestão pública integrada, baseada nos princípios de sustentabilidade do turismo".*

23. AÇÕES PREVISTAS

As ações previstas estão organizadas através dos cinco componentes de atuação do PRODETUR nacional e são propostos todos os projetos necessários ao alcance das metas, independentemente da fonte de financiamento, existência de recursos ou entidades executoras. Estes investimentos são dimensionados em sua totalidade, identificando os municípios contemplados e os valores nas moedas Real e Dólar.

Por outro lado, foi analisado o Plano de Ação elaborado pelo PDITS 2002, objetivando avaliar as ações propostas na primeira versão e suas realizações, como forma de incorporar os avanços já alcançados, identificar as propostas que mais apresentaram êxito e principalmente perceber em que áreas os resultados foram pouco representativos, e que podem vir a representar dificuldades a serem enfrentadas nessa nova versão.

Tabela 158 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

COMPONENTE – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO	
Projeto	Estruturar o passeio turístico – Peixe–Boi Marinho e implantar Base de Pesquisa e Gestão Socioambiental
Objetivo	Estruturar e melhorar o chamado "passeio do Peixe–Boi" e implantar Base de Pesquisa e Gestão Socioambiental com vistas à melhoria da sazonalidade para as comunidades envolvidas, maximização dos benefícios econômicos regionais e preservação da espécie e dos recursos naturais envolvidos.
Justificativa	O "passeio do Peixe–Boi" é um dos mais relevantes produtos turísticos da Costa dos Corais. Alem de ser um exemplo de inclusão social associado à preservação ambiental, tem grande apelo para o desenvolvimento sustentável da região. No entanto a pesquisa de campo identificou gargalos estruturantes e de formatação do produto que precisam ser revistos e redefinidos. O projeto irá fortalecer o trabalho desenvolvido desde 2006 de capacitação e credenciamentos de guias da comunidade local para realização dos passeios de observação de peixes–boi em ambiente natural.
Descrição da ação	• Elaboração de estudo de capacidade de carga envolvendo e considerando o meio físico, a espécie ameaçada e a comunidade envolvida; • Construção do centro de visitantes, incluindo espaços para compra de bilhetes, lazer e descanso, exposições, loja de suvenires, píer de embarque e desembarque e "mini–museu" do Peixe–Boi; • Construção de Base de Pesquisa do Projeto Peixe–boi e APA Costa dos Corais/ICMBio, incluindo alojamento para pesquisadores e estagiários. • Elaboração e implantação da comunicação universal (visual e acessível); • Elaboração e implantação do plano de comercialização do produto turístico; • Realização de planejamento participativo entre os diversos *stakeholders* locais para a definição de um novo modelo de prestação de serviços e redefinição dos critérios atuais; • Realização de campanhas de conscientização para a população local associada a treinamentos para inclusão social a atividade turística; • Elaboração de cartilhas para treinamento e capacitação das comunidades.
Produtos e Resultados	• Estudo de capacidade de carga; • Centro de Visitantes do Projeto Peixe–boi; • Base de Pesquisa e Gestão Socioambiental; • Plano de desenvolvimento e estruturação do produto turístico do Peixe–Boi; • Capacitação e treinamento de 500 pessoas da comunidade.
Resultados	• Melhoria da qualidade do produto turístico; • Melhor integração e interação dos visitantes ao meio; • Incremento da atividade turística na região; • Ampliação da capacidade de pesquisa e gestão; • Comunidade capacita, sensibilizada e envolvida na conservação ambiental da região; • Melhoria da qualidade ambiental.
Municípios atendidos	Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres

ESTRATÉGIAS RELACIONADAS – PDITS
• Desenvolver produtos e roteiros turisticos novos e complementares para o Pólo. • Estruturar os atrativos de uso potencial e consolidar os de uso atual, promovendo a recuperação do patrimônio material, imaterial e ambiental do Pólo. • Apoiar projetos de proteção e recuperação ambiental e iniciativas voltadas para a valorização do patrimônio histórico e cultural, fomentando a participação da população local e disseminando a

educação sanitária, ambiental e patrimonial no âmbito público e privado
OBJETIVOS PRELIMINARES RELACIONADOS – PDITS
• Estabelecer princípios norteadores e instrumentos de planejamento que busquem um desenvolvimento sustentável da atividade turística; • Diversificar a oferta turística através da estruturação de novos produtos e roteiros turísticos trabalhando segmentos complementares ao sol e praia, oferecendo alternativas a sazonalidade e competitividade de mercado.
PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO
• Atrativos naturais abundantes, rios, estuários, fontes minerais, fauna e flora ainda preservadas, local de reintrodução do Peixe–Boi, observação de pássaros. Áreas de mata atlântica propícias para criação de trilhas. • Pouca oferta de produtos turísticos formatados e diversificados. Disparidade entre atrativos atuais e atrativos potenciais. • Existência de atrativos de uso potencial para o desenvolvimento de novos segmentos turísticos que servirão de diferenciais competitivos. • Experiências de educação ambiental em desenvolvimento em alguns municípios; Incipiente ação interinstitucional entre órgãos públicos e privados quanto à educação ambiental. • Diversidade de Ecossistemas / grande riqueza hídrica com fauna e flora associada; região de ocorrência do Peixe–Boi Marinho / áreas naturais propícias a reintrodução de espécies; • Presença de UCs com objetivo de ordenar os usos dos recursos naturais / existência da APA Costa dos Corais com objetivo de preservar os arrecifes, proteger o Peixe–Boi Marinho, ordenar o turismo; • Incipiente ação interinstitucional entre órgãos públicos e privados quanto à educação ambiental; • Planejamento, controle e fiscalização insuficiente das atividades turísticas; Guias para visitação sem treinamento adequado; Restrita estrutura institucional de gestão ambiental nos municípios; Insuficiência de fiscais e equipamentos nos órgãos ambientais (IMA, IBAMA, ICMBio).

Tabela 158 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS (continuação)

Tabela 159 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

COMPONENTE – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO	
Projeto	Elaborar e implantar programa de fomento ao desenvolvimento de atividades culturais na Rota Ecológica
Objetivo	Desenvolver calendário anual de cultura, oferecendo opções culturais e de lazer aos visitantes, além de promover o resgate da identidade local dos povoados que compõem a Rota Ecológica.
Justificativa	No perfil dos visitantes que atualmente freqüentam as charmosas e luxuosas pousadas do município da Rota Ecológica, percebe–se o interesse e busca pela interação e aprendizado acerca de aspectos locais da cultura. Além dos aspectos bucólicos e particulares das comunidades e povoados dos municípios, ainda existem abundantes e genuínas manifestações culturais que devem ser agregadas dentro de uma experiência turísticas sustentável.
Descrição da ação	• Recadastramento dos grupos de folguedos e identificação dos tipos ainda "vivos" de manifestações folclóricas; • Oficinas de planejamento junto aos empresários e demais atores dos municípios a fim de se estabelecer um cronograma anual de apresentações observando os aspectos mercadológicos e de viabilidade dos eventos; • Oficinas de capacitação para os integrantes do grupo dentro do formato das apresentações; • Elaboração e implantação do plano de comercialização do produto turístico.
Produtos	• Cadastro dos grupos folclóricos; • Plano de ação do calendário anual; • Grupos folclóricos capacitados.
Resultados	• Fomento ao segmento cultural e opções culturais aos visitantes da região; • Valorização da cultura local e inserção social dentro da atividade turística.
Municípios atendidos	Passo de Camaragibe, São Miguel dos Milagres e Porto de Pedras.

ESTRATÉGIAS RELACIONADAS – PDITS
• Desenvolver produtos e roteiros turisticos novos e complementares para o Pólo. • Estruturar os atrativos de uso potencial e consolidar os de uso atual, promovendo a recuperação do patrimônio material, imaterial e ambiental do Pólo. • Apoiar projetos de proteção e recuperação ambiental e iniciativas voltadas para a valorização do patrimônio histórico e cultural, fomentando a participação da população local e disseminando a educação sanitária, ambiental e patrimonial no âmbito público e privado

OBJETIVOS PRELIMINARES RELACIONADOS – PDITS
• Diversificar a oferta turística através da estruturação de novos produtos e roteiros turísticos trabalhando segmentos complementares ao sol e praia, oferecendo alternativas a sazonalidade e competitividade de mercado; • Fidelizar e garantir o retorno dos turistas e buscar novos tipos de viajantes, através de ações promocionais estratégicas e excelência dos produtos turísticos existentes, para que venham a contribuir com a melhoria dos indicadores socioeconômicos e ambientais do destino.

PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO
• Pouca oferta de produtos turísticos formatados e diversificados. Disparidade entre atrativos atuais e atrativos potenciais. • Existência de atrativos de uso potencial para o desenvolvimento de novos segmentos turísticos que servirão de diferenciais competitivos. • Aumento da procura turística por destinos com qualidade cultural agregada aos valores paisagísticos. • Fraco associativismo / pequena participação da sociedade local na implementação de negócios

turísticos.

Tabela 160 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

COMPONENTE – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO	
Projeto	Construir e implantar o Centro Educacional Turístico Ambiental de observação dos manguezais – Casa da Maré
Objetivo	Construir um Centro Educacional Turístico Ambiental de observação dos manguezais, e através desse equipamento, promover educação ambiental incrementar o turismo local, desenvolver pesquisa científica, preservar e conservar os ecossistemas, principalmente os manguezais, e beneficiar as comunidades carentes através de informações educacionais e geração de emprego e renda.
Justificativa	Por ser a principal região turística de Alagoas, o Pólo Costa dos Corais, é uma das mais sujeitas a sucessivos aumentos da pressão turística, o que impacta diretamente seus ecossistemas, sofrendo alterações à medida que se intensifica o adensamento urbano e a falta de infra–estrutura sanitária. Neste contexto, encontram–se as comunidades que dependem do mar, rios, lagoas e mangues para seu sustento. A implantação de um equipamento turístico / educacional promoverá a educação ambiental para a população local e para os visitantes, além de tornar–se mais um ícone que ajudará no posicionamento consolidação do Pólo como "roteiro ecológico".
Descrição da ação	• Identificação da área mais apropriada para a implantação do empreendimento; • Aquisição da área; • Elaboração do Projeto Executivo (arquitetônico e complementar), do memorial descrito, levantamento dos quantitativos e orçamentos atendendo as exigências dos órgãos competentes; • Execução da obra de construção da Casa da Maré em Passo de Camaragibe, composta por centro de visitantes, passarelas de observação tipo palafitas em ambiente natural, espaço para compra de bilhetes e venda de souvenires; • Elaboração e implantação da comunicação universal (visual e acessível); • Aquisição de equipamentos para operacionalização do centro de visitantes e montagem de exposição permanente sobre a conservação envolvendo e considerando o meio físico, o ecossistema ameaçado e a comunidade; • Capacitação para formação de educadores ambientais; • Realização de campanhas de conscientização para a população local associada a treinamentos para inclusão social a atividade turística; • Elaboração e implantação do plano de comercialização do produto turístico; • Gestão e administração.
Produtos	• Projetos conceituais e executivos elaborados, atendendo as exigências dos órgãos competentes; • Obras da Casa da Maré executada; • Equipamentos de apoio e sinalização universal implantados; • Educadores ambientais capacitados e treinados; • População local conscientizada e treinada para inclusão social na atividade turística; • Plano de comercialização produto turístico elaborado e implantado; • Gestão e administração.

Tabela 160 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS (continuação)

Resultados	• Promoção da educação ambiental para crianças do ensino fundamental e médio, bem como a população em geral; • Enriquecimento do destino turístico com um roteiro diferenciado; • Melhoria da qualidade do produto turístico; • Melhor integração e interação dos visitantes ao meio; • Ampliação do tempo de permanência dos visitantes no Pólo Costa dos Corais (Rota Ecológica); • Geração de emprego e renda para as comunidades que vivem da pesca e do extrativismo nos mangues; • Incremento da atividade turística; • Fornecimento de base para estudos científicos de profissionais e estudantes universitários ligados à área como biólogos, engenheiros de pesca, etc..
Municípios atendidos	Passo de Camaragibe.

ESTRATÉGIAS RELACIONADAS – PDITS

- Desenvolver produtos e roteiros turisticos novos e complementares para o Pólo.
- Estruturar os atrativos de uso potencial e consolidar os de uso atual, promovendo a recuperação do patrimônio material, imaterial e ambiental do Pólo.
- Desenvolver programas de capacitação, excelência, certificação e qualificação dos produtos e prestadores de serviços turísticos, promovendo o envolvimento da população local.
- Apoiar projetos de proteção e recuperação ambiental e iniciativas voltadas para a valorização do patrimônio histórico e cultural, fomentando a participação da população local e disseminando a educação sanitária, ambiental e patrimonial no âmbito público e privado.

OBJETIVOS PRELIMINARES RELACIONADOS – PDITS

- Capacitar e Qualificar a mão–de–obra local como forma de inserção da população local no contexto da atividade turística
- Diversificar a oferta turística através da estruturação de novos produtos e roteiros turísticos trabalhando segmentos complementares ao sol e praia, oferecendo alternativas a sazonalidade e competitividade de mercado
- Promover o crescimento dos indicadores de demanda, através do aumento das taxas médias de ocupação, permanência média e fluxo de passageiros, maximizando a receita oriunda do turismo e conseqüentemente o efeito multiplicador de divisas.
- Fidelizar e garantir o retorno dos turistas e buscar novos tipos de viajantes, através de ações promocionais estratégicas e excelência dos produtos turísticos existentes, para que venham a contribuir com a melhoria dos indicadores socioeconômicos e ambientais do destino

PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO

- Atrativos naturais abundantes, rios, estuários, fontes minerais, fauna e flora ainda preservadas, local de reintrodução do Peixe–Boi, observação de pássaros. Áreas de mata atlântica propícias para criação de trilhas.
- Pouca oferta de produtos turísticos formatados e diversificados. Disparidade entre atrativos atuais e atrativos potenciais.
- Existência de atrativos de uso potencial para o desenvolvimento de novos segmentos turísticos que servirão de diferenciais competitivos.
- Experiências de educação ambiental em desenvolvimento em alguns municípios; Incipiente ação interinstitucional entre órgãos públicos e privados quanto à educação ambiental.

Tabela 161 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

COMPONENTE – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO	
Projeto	Restaurar o Forte–Cadeia e instalar espaço museográfico com inclusão dos elementos não edificados do Morro dos Três Coqueiros
Objetivo	Restaurar o Forte–Cadeia e instalar um espaço museográfico destinado a valorizar e divulgar o repertório histórico e cultural da cidade através da arqueologia.
Justificativa	No local onde hoje se encontra o prédio da Cadeia de Porto de Pedras, segundo a tradição oral, havia um forte funcionando desde os primórdios da colonização do litoral norte, tendo sido palco de eventos ligados à invasão holandesa. Em 1865, uma edificação antiga ali existente foi reformada e passou a funcionar como cadeia. Trata–se de um prédio imponente pela volumetria e porte, cuja localização privilegiada, com fachada voltada para o mar, o faz destacar–se em meio aos demais. Atualmente sem uso, o prédio centenário encontra–se bastante degradado em sua estrutura física, destacando–se comprometimentos nos elementos em madeira: escada, estrutura da coberta e assoalhos. Sua recuperação e adequação para um novo uso como equipamento cultural, além de devolver ao monumento sua integridade física e estética, permitirá sua continuidade histórica através de uma exploração sustentável. Por outro lado, a cidade de Porto de Pedras apresenta um rico acervo de natureza arqueológica, coletado em algumas pesquisas que têm sido realizadas naquela cidade, as quais têm identificado vários objetos e fragmentos, cuja origem remonta ao início da colonização da região. Nesse sentido, impõe–se a necessidade de criação de um espaço museográfico adequado à guarda e exposição desse acervo, até então em poder das instituições responsáveis pelas pesquisas. Pretende–se que o projeto museográfico e museológico contemple fartos recursos sonoros e visuais, explore a interatividade, estimule a pesquisa e o conhecimento da história e da cultura da região, inclusive agregando circuitos a céu aberto que integrem o entorno do monumento, onde há elementos como o farol e o Oitizeiro, árvore cuja sombra teria abrigado Dom Pedro II.
Descrição da ação	• Elaborar e executar serviços de restauração no prédio tombado: coberta, alvenarias, assoalhos e pisos, esquadrias, escada, quintal; • Elaborar e instalar um projeto museográfico e museológico no prédio; • Inserir no espaço museal os elementos não edificados do Morro dos Três Coqueiros; • Elaborar e executar projetos voltados à área finalística do museu, tais como: exposições, ações educativas e culturais, segurança; • Desenvolvimento de ações continuadas de educação patrimonial de modo a favorecer a preservação do patrimônio histórico e cultural, utilizando recursos lúdicos como teatro, música, palestras, cinema, gincanas, concursos, etc.; • Exploração de recursos visuais e sonoros, possibilitando a interatividade dos visitantes; • Elaboração de projeto executivo e implantação de sinalização universal, garantindo ampla acessibilidade para portadores de necessidades especiais; • Elaboração e implantação do plano de comercialização do produto turístico; • Gestão e administração.
Produtos	• Elaboração dos projetos conceituais e executivos, atendendo as exigências dos órgãos competentes; • Execução das obras; • Gestão e administração.

Tabela 161 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS (continuação)

Resultados	• Visibilidade do monumento no cenário do turismo cultural Preservação do acervo arqueológico existente • Preservação e conservação do patrimônio histórico, arquitetônico e arqueológico; • Valorização dos elementos históricos não edificados do morro dos Três Coqueiros; • Democratização do conhecimento; • Novo ponto de visitação para os turistas que visitam o município e o Pólo; • Melhoria e ampliação dos atrativos turísticos da região como um todo.
Municípios atendidos	Porto de Pedras.

ESTRATÉGIAS RELACIONADAS – PDITS

- Desenvolver produtos e roteiros turisticos novos e complementares para o Pólo.
- Estruturar os atrativos de uso potencial e consolidar os de uso atual, promovendo a recuperação do patrimônio material, imaterial e ambiental do Pólo.
- Apoiar projetos de proteção e recuperação ambiental e iniciativas voltadas para a valorização do patrimônio histórico e cultural, fomentando a participação da população local e disseminando a educação sanitária, ambiental e patrimonial no âmbito público e privado.

OBJETIVOS PRELIMINARES RELACIONADOS – PDITS

- Diversificar a oferta turística através da estruturação de novos produtos e roteiros turísticos trabalhando segmentos complementares ao sol e praia, oferecendo alternativas a sazonalidade e competitividade de mercado;
- Promover o crescimento dos indicadores de demanda, através do aumento das taxas médias de ocupação, permanência média e fluxo de passageiros, maximizando a receita oriunda do turismo e conseqüentemente o efeito multiplicador de divisas;
- Fidelizar e garantir o retorno dos turistas e buscar novos tipos de viajantes, através de ações promocionais estratégicas e excelência dos produtos turísticos existentes, para que venham a contribuir com a melhoria dos indicadores socioeconômicos e ambientais do destino.

PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO

- Apesar da riqueza e relevância histórica do patrimônio material e imaterial do Pólo, sua subutilização pode levar à perda de edificações e extinção de manifestações culturais tradicionais (perda de identidade).
- Contexto histórico comum ligado à ocupação do espaço, à exploração econômica, especialmente através da cana–de–açúcar, à invasão holandesa, à presença de personagens históricos, tais como Calabar e Dom Pedro II na região.
- Perdas irreversíveis no patrimônio histórico edificado pela ausência de obras de restauração e de intervenções inadequadas que descaracterizam os bens.
- Crescimento desordenado das áreas urbanas; Descaracterização da paisagem e conseqüente desvalorização do atrativo turístico.

Tabela 162 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

Tabela 162 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

COMPONENTE – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO	
Projeto	Desenvolver o Circuito Histórico, recuperando e restaurando o patrimônio edificado
Objetivo	Recuperar e valorizar a história de Passo de Camaragibe por meio de um circuito personalizado e tematizado cujos pontos focais serão os remanescentes arquitetônicos, destacando–se a casa de Aurélio Buarque de Holanda, Igrejas e antigos engenhos.
Justificativa	Passo de Camaragibe possui alem de belas praias um acervo arquitetônico de grande potencial turístico, com destaque para a casa de Aurélio Buarque de Holanda, além de outras edificações históricas que narram a história do lugar. Para o fortalecimento do segmento turístico predominante no município e na região faz–se necessário desenvolver um roteiro complementar e gere motivação aos visitantes atuais e potenciais. Para tanto é necessária a recuperação e valorização do patrimônio histórico edificado do município que se encontra em precário estado conservação, alguns deles sem atribuição de uso.
Descrição da ação	• Revitalização do Antigo Teatro, Escola estadual Ambrósio Lyra; • Restauração das Igrejas Nossa Senhora da Conceição e São Benedito; • Elaboração do plano executivo do circuito histórico de Passo de Camaragibe; • Capacitação de informantes locais; • Mobilização de operadores e fornecedores para validação comercial do circuito; • Oficinas de disseminação local da atividade para participação comunitária; • Campanha promocional de divulgação local e nacional; • Restauração da Casa de Aurélio Buarque de Holanda e atribuição de uso com finalidade cultural.
Produtos	• Patrimônio Histórico recuperado e revitalizado; • Plano executivo; • Informantes locais capacitados; • Material promocional impresso.
Resultados	• Diversificação da oferta turística de Passo de Camaragibe e do Pólo Costa dos Corais; • Resgate e valorização da identidade e auto–estima local.
Municípios atendidos	Passo de Camaragibe.

ESTRATÉGIAS RELACIONADAS – PDITS
• Desenvolver produtos e roteiros turísticos novos e complementares para o Pólo. • Estruturar os atrativos de uso potencial e consolidar os de uso atual, promovendo a recuperação do patrimônio material, imaterial e ambiental do Pólo. • Apoiar projetos de proteção e recuperação ambiental e iniciativas voltadas para a valorização do patrimônio histórico e cultural, fomentando a participação da população local e disseminando a educação sanitária, ambiental e patrimonial no âmbito público e privado.

OBJETIVOS PRELIMINARES RELACIONADOS – PDITS
• Diversificar a oferta turística através da estruturação de novos produtos e roteiros turísticos trabalhando segmentos complementares ao sol e praia, oferecendo alternativas a sazonalidade e competitividade de mercado; • Promover o crescimento dos indicadores de demanda, através do aumento das taxas médias de ocupação, permanência média e fluxo de passageiros, maximizando a receita oriunda do turismo e conseqüentemente o efeito multiplicador de divisas; • Fidelizar e garantir o retorno dos turistas e buscar novos tipos de viajantes, através de ações promocionais estratégicas e excelência dos produtos turísticos existentes, para que venham a contribuir com a melhoria dos indicadores socioeconômicos e ambientais do destino.

PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO
• Apesar da riqueza e relevância histórica do patrimônio material e imaterial do Pólo, sua subutilização pode levar à perda de edificações e extinção de manifestações culturais tradicionais (perda de identidade). • Contexto histórico comum ligado à ocupação do espaço, à exploração econômica, especialmente através da cana–de–açúcar, à invasão holandesa, à presença de personagens históricos, tais como Calabar e Dom Pedro II na região. • Perdas irreversíveis no patrimônio histórico edificado pela ausência de obras de restauração e de intervenções inadequadas que descaracterizam os bens. • Crescimento desordenado das áreas urbanas; Descaracterização da paisagem e conseqüente desvalorização do atrativo turístico.

Tabela 163 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

COMPONENTE – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO	
Projeto	Executar obras de consolidação das ruínas do antigo Mosteiro de São Bento
Objetivo	Executar obra de consolidação das ruínas do Mosteiro de São Bento e implantar espetáculo de luz e som
Justificativa	O antigo Mosteiro de São Bento encontra–se em estado de arruinamento, com poucos vestígios de sua estrutura física original. Exposto às intempéries, pois já perdeu sua coberta, apresenta atualmente um péssimo estado de conservação e corre risco iminente de perda total de valioso patrimônio histórico e cultural. Pela importância que representa por ser o único exemplar de mosteiro beneditino em terras alagoanas, merece sofrer intervenções que paralisem o processo de degradação ali instalado e mantenham os elementos arquitetônicos que ainda resistem ao tempo e ao abandono. Devido ao seu valor como documento da história e da arquitetura, as ruínas, devidamente consolidadas, serão objeto de interesse, seja durante o dia, pela riqueza paisagística que oferece, instalado no alto de um morro de onde se vê todo o entorno marcado por praias e densa massa de coqueirais, seja à noite, pelo espetáculo de luz e som do qual será cenário. Por outro lado, sua preservação contribuirá para a ampliação do conhecimento sobre essa fase da história de Alagoas, relacionada aos princípios da ocupação do litoral norte. Inclui–se nesta ação a requalificação do acesso às ruínas.
Descrição da ação	• Elaboração de projeto de restauração/consolidação das ruínas; • Serviços de consolidação das ruínas: tratamento das alvenarias, esquadrias, reforço estrutural dos elementos que ainda integram o monumento; • Elaboração e execução de um espetáculo de luz e som tendo como suporte as próprias ruínas; • Obras de pavimentação, iluminação e melhorias no acesso ás ruínas.
Produtos	• Ruínas preservadas e conservadas; • Acesso pavimentado, iluminado e requalificado; • Projetos elaborados e implantados.
Resultados	• Patrimônio histórico e cultural preservado; • Novo ponto de visitação para os turistas que visitam o município e o pólo; • Fomento a área ainda pouco visitada em Maragogi; • Melhoria dos atrativos turísticos da região como um todo.
Municípios atendidos	Maragogi

ESTRATÉGIAS RELACIONADAS – PDITS
• Desenvolver produtos e roteiros turisticos novos e complementares para o Pólo. • Estruturar os atrativos de uso potencial e consolidar os de uso atual, promovendo a recuperação do patrimônio material, imaterial e ambiental do Pólo. • Apoiar projetos de proteção e recuperação ambiental e iniciativas voltadas para a valorização do patrimônio histórico e cultural, fomentando a participação da população local e disseminando a educação sanitária, ambiental e patrimonial no âmbito público e privado.

OBJETIVOS PRELIMINARES RELACIONADOS – PDITS
• Diversificar a oferta turística através da estruturação de novos produtos e roteiros turísticos trabalhando segmentos complementares ao sol e praia, oferecendo alternativas a sazonalidade e competitividade de mercado; • Promover o crescimento dos indicadores de demanda, através do aumento das taxas médias de ocupação, permanência média e fluxo de passageiros, maximizando a receita oriunda do turismo e conseqüentemente o efeito multiplicador de divisas; • Fidelizar e garantir o retorno dos turistas e buscar novos tipos de viajantes, através de ações promocionais estratégicas e excelência dos produtos turísticos existentes, para que venham a contribuir com a melhoria dos indicadores socioeconômicos e ambientais do destino.

Tabela 163 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS (continuação)

PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO
• Apesar da riqueza e relevância histórica do patrimônio material e imaterial do Pólo, sua subutilização pode levar à perda de edificações e extinção de manifestações culturais tradicionais (perda de identidade). • Contexto histórico comum ligado à ocupação do espaço, à exploração econômica, especialmente através da cana–de–açúcar, à invasão holandesa, à presença de personagens históricos, tais como Calabar e Dom Pedro II na região. • Perdas irreversíveis no patrimônio histórico edificado pela ausência de obras de restauração e de intervenções inadequadas que descaracterizam os bens.

Tabela 164 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

COMPONENTE – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO	
Projeto	Implantar o roteiro turístico – Expedições Colonizadoras Portuguesas e Holandesas
Objetivo	Recuperação de antigo trajeto aquático feito entre Porto Calvo e Porto de Pedras, utilizando recursos hídricos da região.
Justificativa	Desde seus primórdios, a região hoje denominada Costa dos Corais foi marcada pela presença abundante de cursos de água que, além de propiciarem o desenvolvimento econômico, favoreceram a comunicação entre vilas e povoados. As atuais cidades de Porto Calvo e Porto de Pedras estão inseridas nesse contexto de núcleos urbanos ligados pela água. Nesse sentido, propõe–se a recuperação do antigo trajeto feito entre as duas cidades, através do Rio Manguaba, percurso pontuado por pequenos portos, casas de farinha e áreas de rico ecossistema representado por mangues. O patrimônio imaterial também será valorizado e divulgado, pois o trajeto se utilizará de embarcações e modos de navegação tradicionais.
Descrição da ação	• Pesquisa histórica acerca do percurso; • Recuperação física de embarcações tradicionais; • Recuperação física de antigos portos fluviais; • Elaborar diagnóstico do Rio Manguaba; • Elaborar estudo batimétrico do Rio Manguaba; • Formatação de produto turístico sustentável, com inserção da comunidade local; • Capacitação para formação de educadores ambientais e informantes turísticos; • Elaboração e implantação do plano de comercialização do produto turístico.
Produtos	• Estudo batimétrico do Rio Manguaba realizado; • Percurso histórico recuperado e reintegrado á contemporaneidade; • Novo produto turístico formatado.
Resultados	• Recuperação da história do lugar; • Estímulo à preservação e conservação de casas de farinha; • Fomento ao segmento cultural e opções culturais aos moradores e turistas; • Valorização da cultura local ligada ao rio e inserção social da comunidade local dentro da atividade turística; • Infraestrutura urbana adequada á recepção dos visitantes; • Enriquecimento do Pólo Costa dos Corais com um roteiro turístico diferenciado.
Municípios atendidos	Porto Calvo e Porto de Pedras.
ESTRATÉGIAS RELACIONADAS – PDITS	
• Apoiar projetos de proteção e recuperação ambiental e iniciativas voltadas para a valorização do patrimônio histórico e cultural, fomentando a participação da população local e disseminando a educação sanitária, ambiental e patrimonial no âmbito público e privado. • Estruturar os atrativos de uso potencial e consolidar os de uso atual, promovendo a recuperação do patrimônio material, imaterial e ambiental do Pólo. • Desenvolver produtos e roteiros turisticos novos e complementares para o Pólo.	

Tabela 164 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS (continuação)

OBJETIVOS PRELIMINARES RELACIONADOS – PDITS
• Capacitar e Qualificar a mão–de–obra local como forma de inserção da população local no contexto da atividade turística; • Diversificar a oferta turística através da estruturação de novos produtos e roteiros turísticos trabalhando segmentos complementares ao sol e praia, oferecendo alternativas a sazonalidade e competitividade de mercado; • Promover o crescimento dos indicadores de demanda, através do aumento das taxas médias de ocupação, permanência média e fluxo de passageiros, maximizando a receita oriunda do turismo e conseqüentemente o efeito multiplicador de divisas; • Fidelizar e garantir o retorno dos turistas e buscar novos tipos de viajantes, através de ações promocionais estratégicas e excelência dos produtos turísticos existentes, para que venham a contribuir com a melhoria dos indicadores socioeconômicos e ambientais do destino.
PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO
• Pouca opção de entretenimento em algumas regiões do Pólo, principalmente à noite. • Existência de atrativos de uso potencial para o desenvolvimento de novos segmentos turísticos que servirão de diferenciais competitivos. • Aumento da procura turística por destinos com qualidade cultural agregada aos valores paisagísticos. • Experiências de educação ambiental em desenvolvimento em alguns municípios; Incipiente ação interinstitucional entre órgãos públicos e privados quanto à educação ambiental.

Tabela 165 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

COMPONENTE – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO	
Projeto	Recuperar a Fonte Milagrosa e o Alto do Cruzeiro
Objetivo	Recuperar a Fonte Milagrosa e o Alto do Cruzeiro, trazendo para ambos os espaços a valorização e divulgação do repertório histórico, cultural, religioso e natural da cidade.
Justificativa	No local onde hoje se encontra uma cacimba, há uma fonte de águas milagrosas responsável pela origem do nome do município. Segundo a tradição oral, um pescador encontrou e levou a imagem de São Miguel para lavar nessa fonte, e após o contato dessa água com sua pele, teve suas chagas curadas. Essa fonte é reconhecida como patrimônio histórico local por Lei Orgânica Municipal. No entanto, a má apresentação e o estado de conservação muito a desvalorizam. O Alto do Cruzeiro, construído em 1900, já é atualmente visitada por munícipes e turistas devido à bela vista panorâmica e a capelinha dedicada ao Bom Jesus dos Navegantes. O espaço encontra–se também sem conservação, e não dispõe de equipamentos de infraestrutura que possa valorizar a área e tornar a visita mais aprazível.
Descrição da ação	• Elaborar e executar serviços de recuperação na fonte milagrosa e no alto do cruzeiro; • Instalar equipamentos de apoio à visitação; • Desenvolvimento de ações continuadas de educação patrimonial de modo a favorecer a preservação do patrimônio histórico e cultural, utilizando recursos lúdicos como teatro, música, palestras, cinema, gincanas, concursos, etc. • Exploração de recursos sonoros e luminotécnicos para valorizar o patrimônio e expandir os horários de visitação; • Elaboração de projeto executivo e implantação de sinalização universal, garantindo ampla acessibilidade para portadores de necessidades especiais; • Elaboração e implantação do plano de comercialização do produto turístico; • Gestão e administração.
Produtos	• Elaboração dos projetos conceituais e executivos, atendendo as exigências dos órgãos competentes; • Execução das obras; • Gestão e administração.
Resultados	• Visibilidade dos monumentos no cenário do turismo cultural; • Preservação e conservação do patrimônio histórico, arquitetônico e natural; • Melhoria da auto–estima da comunidade; • Democratização do conhecimento; • Novos pontos de visitação para os turistas que visitam o município e o pólo; • Melhoria e ampliação dos atrativos turísticos da região como um todo.
Municípios atendidos	São Miguel dos Milagres.

Tabela 165 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS (continuação)

ESTRATÉGIAS RELACIONADAS – PDITS
• Apoiar projetos de proteção e recuperação ambiental e iniciativas voltadas para a valorização do patrimônio histórico e cultural, fomentando a participação da população local e disseminando a educação sanitária, ambiental e patrimonial no âmbito público e privado. • Estruturar os atrativos de uso potencial e consolidar os de uso atual, promovendo a recuperação do patrimônio material, imaterial e ambiental do Pólo. • Desenvolver produtos e roteiros turisticos novos e complementares para o Pólo.
OBJETIVOS PRELIMINARES RELACIONADOS – PDITS
• Capacitar e Qualificar a mão–de–obra local como forma de inserção da população local no contexto da atividade turística; • Diversificar a oferta turística através da estruturação de novos produtos e roteiros turísticos trabalhando segmentos complementares ao sol e praia, oferecendo alternativas a sazonalidade e competitividade de mercado; • Promover o crescimento dos indicadores de demanda, através do aumento das taxas médias de ocupação, permanência média e fluxo de passageiros, maximizando a receita oriunda do turismo e conseqüentemente o efeito multiplicador de divisas; • Fidelizar e garantir o retorno dos turistas e buscar novos tipos de viajantes, através de ações promocionais estratégicas e excelência dos produtos turísticos existentes, para que venham a contribuir com a melhoria dos indicadores socioeconômicos e ambientais do destino.
PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO
• Pouca opção de entretenimento em algumas regiões do Pólo, principalmente à noite. • Existência de atrativos de uso potencial para o desenvolvimento de novos segmentos turísticos que servirão de diferenciais competitivos. • Aumento da procura turística por destinos com qualidade cultural agregada aos valores paisagísticos.

Tabela 166 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

COMPONENTE – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO	
Projeto	Desenvolver o roteiro urbano “História nos trilhos” em Maceió.
Objetivo	Desenvolver um roteiro urbano em Maceió, fazendo uso do novo VLT que fará a ligação de bairros históricos e de grande atratividade turística da capital.
Justificativa	A capital de Alagoas possui um acervo histórico–cultural de grande potencial turístico que ainda é subutilizado para visitação. Com a implementação do novo VLT (Veículo Leve sob Trilhos), que possuirá padrões elevados de conforto e comodidade, surge uma oportunidade de elaboração de um tour histórico e diferenciado para o município de Maceió, inovando com a inclusão do distrito de Fernão Velho ao circuito turístico de Maceió.
Descrição da ação	• Elaboração de estudo de mercado junto a receptivos e operadores que comercializam atualmente o destino Maceió e Alagoas sobre viabilidade do roteiro; • Proposta de sistematização e operacionalização do roteiro; • Elaboração de material interpretativo impresso; • Elaboração de *hotsite* promocional e informativo do roteiro; • Campanha promocional de divulgação local e nacional.
Produtos	• Plano "História nos Trilhos" elaborado; • Material interpretativo impresso; • *Hotsite* elaborado e disponível na internet.
Resultados	• Roteiro implementado e operando; • Novas opções de produtos turísticos para o município e para o pólo; • Fomento ao segmento histórico–cultural; • Inclusão do distrito de Fernão Velho no roteiro turístico de Maceió.
Municípios atendidos	Maceió.
ESTRATÉGIAS RELACIONADAS – PDITS	
• Desenvolver produtos e roteiros turísticos novos e complementares para o Pólo. • Apoiar projetos de proteção e recuperação ambiental e iniciativas voltadas para a valorização do patrimônio histórico e cultural, fomentando a participação da população local e disseminando a educação sanitária, ambiental e patrimonial no âmbito público e privado. • Estruturar os atrativos de uso potencial e consolidar os de uso atual, promovendo a recuperação do patrimônio material, imaterial e ambiental do Pólo.	
OBJETIVOS PRELIMINARES RELACIONADOS – PDITS	
• Diversificar a oferta turística através da estruturação de novos produtos e roteiros turísticos trabalhando segmentos complementares ao sol e praia, oferecendo alternativas a sazonalidade e competitividade de mercado; • Promover o crescimento dos indicadores de demanda, através do aumento das taxas médias de ocupação, permanência média e fluxo de passageiros, maximizando a receita oriunda do turismo e conseqüentemente o efeito multiplicador de divisas; • Fidelizar e garantir o retorno dos turistas e buscar novos tipos de viajantes, através de ações promocionais estratégicas e excelência dos produtos turísticos existentes, para que venham a contribuir com a melhoria dos indicadores socioeconômicos e ambientais do destino.	
PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO	
• Existência de atrativos de uso potencial para o desenvolvimento de novos segmentos turísticos que servirão de diferenciais competitivos. • Aumento da procura turística por destinos com qualidade cultural agregada aos valores paisagísticos.	

Tabela 167 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

COMPONENTE – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO	
Projeto	Elaborar o Inventário Turístico do Pólo Costa dos Corais.
Objetivo	A inventariação turística irá disponibilizar aos visitantes, planejadores e gestores dados confiáveis sobre a oferta turística do Pólo Costa dos Corais, permitindo o diagnóstico de pontos críticos e desajustes entre demanda e oferta e subsidiando a elaboração de roteiros turísticos.
Justificativa	Há uma visível carência de dados sobre a oferta turística dos municípios que compõem o Pólo Costa dos Corais. Isto freqüentemente resulta em sobreposição de ações por parte das instituições municipais e estaduais, prejudica o planejamento turístico e desenvolvimento sustentável da atividade.
Descrição da ação	Levantamento, identificação e registro dos atrativos turísticos, dos serviços e equipamentos turísticos e da infra–estrutura de apoio ao turismo do Pólo Costa dos Corais.
Produtos	• Desenvolvimento da base de informações para fins de planejamento, gestão e promoção da atividade turística; • Cadastro no INVTUR do Ministério do turismo.
Resultados	Dados sobre a oferta turística do Pólo Costa dos Corais acessível a visitantes e gestores.
Municípios atendidos	Todos os municípios do Pólo.

ESTRATÉGIAS RELACIONADAS – PDITS
• Desenvolver produtos e roteiros turisticos novos e complementares para o Pólo. • Estruturar os atrativos de uso potencial e consolidar os de uso atual, promovendo a recuperação do patrimônio material, imaterial e ambiental do Pólo.

OBJETIVOS PRELIMINARES RELACIONADOS – PDITS
• Estabelecer princípios norteadores e instrumentos de planejamento que busquem um desenvolvimento sustentável da atividade turística; • Diversificar a oferta turística através da estruturação de novos produtos e roteiros turísticos trabalhando segmentos complementares ao sol e praia, oferecendo alternativas a sazonalidade e competitividade de mercado; • Promover gestões nas áreas de infraestrutura capazes de atrair à iniciativa privada para investimentos em novos empreendimentos turísticos; • Promover o crescimento dos indicadores de demanda, através do aumento das taxas médias de ocupação, permanência média e fluxo de passageiros, maximizando a receita oriunda do turismo e conseqüentemente o efeito multiplicador de divisas.

PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO
• Atrativos naturais abundantes, rios, estuários, fontes minerais, fauna e flora ainda preservadas, local de reintrodução do Peixe–Boi, observação de pássaros. Áreas de mata atlântica propícias para criação de trilhas. • Contexto histórico comum ligado à ocupação do espaço, à exploração econômica, especialmente através da cana–de–açúcar, à invasão holandesa, à presença de personagens históricos, tais como Calabar e Dom Pedro II na região. • Perdas irreversíveis no patrimônio histórico edificado pela ausência de obras de restauração e de intervenções inadequadas que descaracterizam os bens. • Pouca oferta de produtos turísticos formatados e diversificados. Disparidade entre atrativos atuais e atrativos potenciais. • Polarização do desenvolvimento turístico, que se concentra na capital Maceió e no extremo norte em Maragogi.

Tabela 168 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

COMPONENTE – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO	
Projeto	Restaurar e reestruturar os Museus
Objetivo	Elaborar e executar projetos de modernização de museus em Maceió, no que diz respeito ao espaço museográfico e ao material expositivo.
Justificativa	Em Maceió existem alguns museus, Museu Theo Brandão, Museu da Imagem e do Som, Museu do Futebol, Museu da Associação Comercial, Museu do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, Museu do Exército e Museu Palácio Floriano Peixoto, cuja missão é difundir o conhecimento, fomentar a cultura e preservar seus vestígios materiais. Entretanto, o objetivo de reunir, preservar, catalogar e divulgar o acervo não tem sido devidamente exercido devido a dificuldades variadas que vão desde a carência de recursos materiais e humanos, até aquelas ligadas ao acervo propriamente dito. Nesse sentido, eles padecem com a exigüidade de recursos financeiros para a manutenção adequada dos espaços museográficos, com a pobreza dos acervos em relação à quantidade, qualidade e estado de conservação e, de modo especial, se ressentem das limitações em relação à área finalística que diz respeito às exposições, ações educativas e culturais, acessibilidade ampla e segurança.
Descrição da ação	• Diagnóstico do estado de conservação dos museus e seus acervos; • Elaboração de proposta de intervenção museográfica e museológica para os museus levando em conta o diagnóstico preliminar feito por profissional capacitado; • Elaboração de proposta de intervenção restaurativa visando a recuperação e adequação física dos espaços museográficos; • Oficinas de capacitação para os agentes envolvidos com a instituição; • Desenvolvimento de ações continuadas de educação patrimonial de modo a favorecer a preservação do patrimônio histórico e cultural, utilizando recursos lúdicos como teatro, música, palestras, cinema, gincanas, concursos, etc.; • Exploração de recursos visuais e sonoros, possibilitando a interatividade dos visitantes; • Elaboração de projeto executivo e implantação de sinalização universal, garantindo ampla acessibilidade para portadores de necessidades especiais; • Elaboração e implantação do plano de comercialização do produto turístico.
Produtos	• Espaços museais adequados em relação à estrutura física, quantidade e qualidade dos acervos, equipamentos de segurança, informática, iluminação e comunicação, mobiliário, reservas técnicas e demais aparelhamentos destinados á promoção de projetos educativos; • Agentes envolvidos com a instituição devidamente capacitados para atuar junto ao público; • Espaços museais re–qualificados e acervos preservados, inclusive com adequação para portadores de necessidades especiais; • Comunidade educada em relação aos seus valores patrimoniais de história e de cultura; • Projetos elaborados e implantados.
Resultados	• Fomento ao segmento cultural e opções culturais aos moradores e turistas; • Valorização da cultura local e inserção social dentro da atividade turística; • Patrimônio histórico e cultural preservado.
Municípios atendidos	Maceió.

Tabela 168 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS (continuação)

ESTRATÉGIAS RELACIONADAS – PDITS
• Desenvolver produtos e roteiros turísticos novos e complementares para o Pólo. • Apoiar projetos de proteção e recuperação ambiental e iniciativas voltadas para a valorização do patrimônio histórico e cultural, fomentando a participação da população local e disseminando a educação sanitária, ambiental e patrimonial no âmbito público e privado. • Estruturar os atrativos de uso potencial e consolidar os de uso atual, promovendo a recuperação do patrimônio material, imaterial e ambiental do Pólo.
OBJETIVOS PRELIMINARES RELACIONADOS – PDITS
• Diversificar a oferta turística através da estruturação de novos produtos e roteiros turísticos trabalhando segmentos complementares ao sol e praia, oferecendo alternativas a sazonalidade e competitividade de mercado; • Promover o crescimento dos indicadores de demanda, através do aumento das taxas médias de ocupação, permanência média e fluxo de passageiros, maximizando a receita oriunda do turismo e conseqüentemente o efeito multiplicador de divisas; • Fidelizar e garantir o retorno dos turistas e buscar novos tipos de viajantes, através de ações promocionais estratégicas e excelência dos produtos turísticos existentes, para que venham a contribuir com a melhoria dos indicadores socioeconômicos e ambientais do destino.
PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO
• Existência de atrativos de uso potencial para o desenvolvimento de novos segmentos turísticos que servirão de diferenciais competitivos. • Aumento da procura turística por destinos com qualidade cultural agregada aos valores paisagísticos. • Realização de Megaeventos (Copa do Mundo de Futebol – 2014) em cidades de influência de demanda no Pólo (Recife, Salvador, Natal).

Tabela 169 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

COMPONENTE – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO	
Projeto	Restaurar e readequar edificação histórica para criação do Museu de Calabar
Objetivo	Criar um espaço cultural dedicado ao personagem histórico Calabar, através de instalação museográfica e museológica.
Justificativa	Calabar foi, durante muito tempo, apresentado pela historiografia como "traidor', e, embora essa imagem esteja sendo revista, ainda há muito que se construir em relação a esse importante personagem ligado à história de Alagoas no que se refere à presença holandesa na região. Nesse sentido, propõe–se a criação de um espaço museográfico e museológico dedicado à pesquisa e difusão do conhecimento acerca de Calabar e do contexto no qual ele esteve envolvido. O museu, de características modernas e interativas, será instalado em uma edificação histórica, restaurada e readequada para tal, com exploração de recursos visuais e sonoros, assim como ampla acessibilidade para portadores de necessidades especiais, contribuindo também para a preservação do patrimônio arquitetônico local.
Descrição da ação	• Pesquisa histórica; • Elaboração de projeto de instalação museográfica e museológica; • Projeto de restauração e readequação de uma edificação histórica para instalação do museu; • Projetos voltados à área finalística do museu, tais como: aquisição de acervo, exposições, ações educativas e culturais, segurança; • Desenvolvimento de ações continuadas de educação patrimonial de modo a favorecer a preservação do patrimônio histórico e cultural, utilizando recursos lúdicos como teatro, música, palestras, cinema, gincanas, concursos, etc.; • Exploração de recursos visuais e sonoros, possibilitando a interatividade dos visitantes; • Elaboração de projeto executivo e implantação de sinalização universal, garantindo ampla acessibilidade para portadores de necessidades especiais; • Elaboração e implantação do plano de comercialização do produto turístico; • Gestão e administração.
Produtos	• Museu moderno e interativo dedicado a Calabar implantado; • Comunidade educada em relação aos seus valores patrimoniais de história e de cultura; • Projetos elaborados e implantados.
Resultados	• Ampliação e valorização da história do lugar; • Estímulo à preservação e conservação do patrimônio edificado; • Fomento ao segmento cultural e ampliação das opções culturais oferecidas a moradores e turistas; • Enriquecimento do destino turístico.
Municípios atendidos	Porto Calvo.
ESTRATÉGIAS RELACIONADAS – PDITS	
• Desenvolver produtos e roteiros turísticos novos e complementares para o Pólo. • Apoiar projetos de proteção e recuperação ambiental e iniciativas voltadas para a valorização do patrimônio histórico e cultural, fomentando a participação da população local e disseminando a educação sanitária, ambiental e patrimonial no âmbito público e privado. • Estruturar os atrativos de uso potencial e consolidar os de uso atual, promovendo a recuperação do patrimônio material, imaterial e ambiental do Pólo.	

Tabela 169 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS (continuação)

OBJETIVOS PRELIMINARES RELACIONADOS – PDITS
• Diversificar a oferta turística através da estruturação de novos produtos e roteiros turísticos trabalhando segmentos complementares ao sol e praia, oferecendo alternativas a sazonalidade e competitividade de mercado; • Promover o crescimento dos indicadores de demanda, através do aumento das taxas médias de ocupação, permanência média e fluxo de passageiros, maximizando a receita oriunda do turismo e conseqüentemente o efeito multiplicador de divisas; • Fidelizar e garantir o retorno dos turistas e buscar novos tipos de viajantes, através de ações promocionais estratégicas e excelência dos produtos turísticos existentes, para que venham a contribuir com a melhoria dos indicadores socioeconômicos e ambientais do destino.
PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO
• Existência de atrativos de uso potencial para o desenvolvimento de novos segmentos turísticos que servirão de diferenciais competitivos. • Aumento da procura turística por destinos com qualidade cultural agregada aos valores paisagísticos. • Apesar da riqueza e relevância histórica do patrimônio material e imaterial do Pólo, sua subutilização pode levar à perda de edificações e extinção de manifestações culturais tradicionais (perda de identidade).

Tabela 170 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

COMPONENTE – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO	
Projeto	Construir o oceanário
Objetivo	Construir o primeiro oceanário de Alagoas com a finalidade de abrigar espécies marinhas, especialmente do nordeste brasileiro, e através desse equipamento incrementar o turismo local, desenvolver pesquisa científica, preservar e conservar os ecossistemas, promover educação ambiental, e beneficiar as comunidades carentes através de informações educacionais e geração de emprego e renda.
Justificativa	Com o crescimento da cidade de Maceió, os ecossistemas marinhos vêm sofrendo alterações à medida que se intensifica o adensamento urbano e a falta de infra–estrutura sanitária. Neste contexto, encontram–se as comunidades que dependem do mar e das lagoas para seu sustento, tais como: Vergel do Lago, Pontal da Barra, Jaraguá, etc. A implantação de um Oceanário é uma fonte inesgotável de estudos e visa subsidiar ações de pesquisas conservacionistas, programas de reprodução em cativeiro e programas de re–introdução de animais ameaçados de extinção. Outra importante justificativa é o fato do Instituto Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis – IBAMA/AL passar a ter uma opção para o encaminhamento dos animais aquáticos resgatados, uma vez que os órgãos ambientais do estado de Alagoas não dispõem de estrutura física para atender esta demanda.
Descrição da ação	• Identificação da área mais apropriada para a implantação do empreendimento; • Aquisição da área; • Levantamento topográfico e fotográfico do local. • Elaboração do Memorial descritivo e justificativo; • Elaboração do Projeto Executivo (arquitetônico e complementar); • Elaboração e implantação da comunicação universal (visual e acessível); • Elaboração dos quantitativos e orçamentos: • Execução da obra; • Campanha promocional de divulgação local e nacional; • Gestão e administração.
Produtos	• Elaboração do projeto conceitual e executivo, atendendo as exigências dos órgãos competentes; • Execução da obra; • Gestão e administração,
Resultados	• Incremento da atividade turística; • Fornecimento de base para estudos científicos de profissionais e estudantes universitários ligados à área como veterinários, biólogos, engenheiros de pesca, etc.; • Promoção da educação ambiental para crianças do ensino fundamental e médio, bem como a população em geral; • Promoção de ações preservacionistas como base de apoio para o IMA e IBAMA; • Geração de emprego e renda para as comunidades que vivem da pesca;
Municípios atendidos	Maceió.

Tabela 170 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS (continuação)

ESTRATÉGIAS RELACIONADAS – PDITS
• Desenvolver produtos e roteiros turisticos novos e complementares para o Pólo. • Apoiar projetos de proteção e recuperação ambiental e iniciativas voltadas para a valorização do patrimônio histórico e cultural, fomentando a participação da população local e disseminando a educação sanitária, ambiental e patrimonial no âmbito público e privado. • Estruturar os atrativos de uso potencial e consolidar os de uso atual, promovendo a recuperação do patrimônio material, imaterial e ambiental do Pólo. • Desenvolver programas de capacitação, excelência, certificação e qualificação dos produtos e prestadores de serviços turísticos, promovendo o envolvimento da população local.
OBJETIVOS PRELIMINARES RELACIONADOS – PDITS
• Capacitar e Qualificar a mão–de–obra local como forma de inserção da população local no contexto da atividade turística; • Diversificar a oferta turística através da estruturação de novos produtos e roteiros turísticos trabalhando segmentos complementares ao sol e praia, oferecendo alternativas a sazonalidade e competitividade de mercado; • Promover o crescimento dos indicadores de demanda, através do aumento das taxas médias de ocupação, permanência média e fluxo de passageiros, maximizando a receita oriunda do turismo e conseqüentemente o efeito multiplicador de divisas; • Fidelizar e garantir o retorno dos turistas e buscar novos tipos de viajantes, através de ações promocionais estratégicas e excelência dos produtos turísticos existentes, para que venham a contribuir com a melhoria dos indicadores socioeconômicos e ambientais do destino.
PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO
• Consolidação dos destinos Maceió e Maragogi no mercado turístico nacional, demanda em ascensão continua e cadeia produtiva em estruturação (existência de receptivos, passeios organizados, associações de empresários, artesãos e pescadores, cooperativas, entre outros). • Pouca opção de entretenimento em algumas regiões do Pólo, principalmente à noite. • Pouca oferta de produtos turísticos formatados e diversificados. Disparidade entre atrativos atuais e atrativos potenciais. • Realização de Megaeventos (Copa do Mundo de Futebol – 2014) em cidades de influência de demanda no Pólo (Recife, Salvador, Natal). • Experiências de educação ambiental em desenvolvimento em alguns municípios; Incipiente ação interinstitucional entre órgãos públicos e privados quanto à educação ambiental.

Tabela 171 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

COMPONENTE – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO	
Projeto	Implantar pórticos multifuncionais de informações turísticas regionais
Objetivo	Implantar 4 Centros de Informações, integrados a pórticos de identificação regional.
Justificativa	Experiências anteriores comprovam grandes dificuldades financeiras, material e humana, para se manter Centros de Informações Turísticas nos pequenos municípios, e também na apropriação geográfica regional do território ao qual pertencem. No entanto o repasse de informações é de suma importância para a integração e experiência do turista ao meio, bem como a identificação da região visitada. A implantação de pórticos regionais que identifiquem a abrangência o Pólo Costa dos Corais, nos quais estejam integrados Centros de Informações turísticas devidamente equipados com computador, impressora e conexão banda larga, vem a atender duas das maiores necessidades tanto dos turistas como do *trade* turístico.
Descrição da ação	• Identificação dos espaços nas rodovias; • Elaboração do projeto básico; • Elaboração do projeto executivo; • Licenciamentos junto ao DER, DNIT e órgãos ambientais; • Desenvolvimento de banco de dados; • Elaboração e implantação da comunicação universal (visual e acessível); • Capacitação; • Implantação.
Produtos	• Projeto básico; • Projeto executivo; • Licenciamentos; • Banco de dados; • Pessoal capacitado; • 4 pórticos multifuncionais de informações turísticas regionais, equipados e implantados.
Resultados	• Fortalecimento da identidade do Pólo; • Identificação da área que abrange o Pólo; • Melhor integração e interação dos visitantes ao meio; • Melhoria da qualidade do produto turístico; • Melhoria dos serviços prestados.
Municípios atendidos	Maragogi, Paripueira e Porto de Pedras

ESTRATÉGIAS RELACIONADAS – PDITS
• Elaborar plano de marketing estratégico com foco para o Pólo desenvolvendo programa de "Branding" e fortalecimento da marca Costa dos Corais para posicionamento no mercado. • Desenvolver programas de capacitação, excelência, certificação e qualificação dos produtos e prestadores de serviços turísticos, promovendo o envolvimento da população local. • Promover o fortalecimento institucional das instâncias públicas municipais e estaduais para o apoio ao desenvolvimento do turismo sustentável.
OBJETIVOS PRELIMINARES RELACIONADOS – PDITS

• Capacitar e Qualificar a mão–de–obra local como forma de inserção da população local no contexto da atividade turística; • Diversificar a oferta turística através da estruturação de novos produtos e roteiros turísticos trabalhando segmentos complementares ao sol e praia, oferecendo alternativas a sazonalidade e competitividade de mercado.
PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO
• Copa do Mundo de Futebol de 2014 deve gerar fluxos de demanda para o Pólo. • Construção de rodovias de ligação direta do Aeroporto Zumbi dos Palmares em Maceió para São Luiz do Quitunde encurtando significativamente o deslocamento até ao Pólo; • Competição interna nos municípios que compõem o Pólo apresentando produtos turísticos similares • Polarização do desenvolvimento turístico, que se concentra na capital Maceió e no extremo norte em Maragogi. • Inexistência ou má qualidade da sinalização turística em boa parte do Pólo. Poucos postos de informação turística nos municípios.

Tabela 171 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS (continuação)

Tabela 172 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

COMPONENTE – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO	
Projeto	Reordenar o uso turístico das piscinas naturais de Ipioca, Sauaçuy e Paripueira
Objetivo	Revisão e adequação da exploração turística das piscinas naturais de Paripueira, Sauaçuy e Ipioca visando uma orientação ambiental e definição de critérios de uso dos recursos naturais.
Justificativa	Dentre as várias piscinas naturais que fazem parte do Pólo Costa dos Corais e que são o grande motivador de visitação à região estão as piscinas de Paripueira, Sauaçuy e Ipioca. Apesar de terem visibilidade comercial menor quando comparadas às formações coralinas de Maragogi e Japaratinga, são utilizadas por excursionistas locais e por turistas regionais e nacionais. Faz–se necessário um ordenamento desta atividade buscando a preservação deste ecossistema.
Descrição da ação	• Elaboração de estudo de capacidade de carga turística; • Realização de oficinas de planejamento para elaboração do plano norteador do turismos nos três atrativos; • Formação do conselho gestor que deverá reunir atores de Paripueira e Maceió; • Definição de critérios de operação, cadastramento dos prestadores de serviço; • Capacitação dos operadores e fiscalização da atividade; • Elaboração de campanha de conscientização local (elaboração de panfletos, divulgação da iniciativa em rádio e realização de mini oficinas locais).
Produtos	• Estudo de capacidade de carga elaborado; • Plano operacional de Paripueira, Sauaçuy e Ipioca; • Prestadores de serviços e seus funcionários capacitados.
Resultados	• Melhoria na qualidade da prestação dos serviços turísticos e aumento da satisfação do visitante; • Preservação das zonas frágeis de formações de corais de Paripueira, Sauaçuy e Ipioca, por meio do respeito às limitações de fluxo e orientações a operadores e visitantes quanto ao uso dos recursos naturais.
Municípios atendidos	Maceió e Paripueira.

ESTRATÉGIAS RELACIONADAS – PDITS
• Desenvolver produtos e roteiros turisticos novos e complementares para o Pólo. • Estruturar os atrativos de uso potencial e consolidar os de uso atual, promovendo a recuperação do patrimônio material, imaterial e ambiental do Pólo. • Desenvolver programas de capacitação, excelência, certificação e qualificação dos produtos e prestadores de serviços turísticos, promovendo o envolvimento da população local. • Apoiar projetos de proteção e recuperação ambiental e iniciativas voltadas para a valorização do patrimônio histórico e cultural, fomentando a participação da população local e disseminando a educação sanitária, ambiental e patrimonial no âmbito público e privado • Fortalecer a proteção ambiental no Pólo através da implantação / consolidação dos instrumentos de planejamento e controle territorial, bem como dos instrumentos das políticas de saneamento básico, meio ambiente e recursos hídricos.
OBJETIVOS PRELIMINARES RELACIONADOS – PDITS

• Estabelecer princípios norteadores e instrumentos de planejamento que busquem um desenvolvimento sustentável da atividade turística; • Desenvolver ações para fortalecer a institucionalidade turística, por meio de mecanismos de gestão e coordenaçã em âmbito federal, estadual, local e do setor privado; • Capacitar e Qualificar a mão–de–obra local como forma de inserção da população local no contexto da atividade turística; • Diversificar a oferta turística através da estruturação de novos produtos e roteiros turísticos trabalhando segmentos complementares ao sol e praia, oferecendo alternativas a sazonalidade e competitividade de mercado; • Promover o crescimento dos indicadores de demanda, através do aumento das taxas médias de ocupação, permanência média e fluxo de passageiros, maximizando a receita oriunda do turismo e conseqüentemente o efeito multiplicador de divisas.
PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO
• Pouca oferta de produtos turísticos formatados e diversificados. Disparidade entre atrativos atuais e atrativos potenciais. • Fragilidade / vulnerabilidade dos ecossistemas litorâneos. • Inexistência de estudos de capacidade de carga; Insuficiência de dados para monitoramento dos ecossistemas e das atividades turísticas. • Experiências de educação ambiental em desenvolvimento em alguns municípios; Incipiente ação interinstitucional entre órgãos públicos e privados quanto à educação ambiental.

Tabela 172 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS (continuação)

Tabela 173 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

COMPONENTE – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO	
Projeto	Requalificar o Alto de Ipioca
Objetivo	Estruturar o Alto de Ipioca como produto turístico diferenciado ao litoral norte de Maceió.
Justificativa	O distrito de Ipioca no litoral norte de Maceió, já recebe um fluxo considerável de visitantes que buscam as praias ainda desertas e piscinas naturais. O bairro já possui equipamentos hoteleiros e restaurantes de qualidade, no entanto, para sua consolidação como destino, é necessário diversificar os atrativos turísticos trabalhados hoje. O alto de Ipioca possui restaurantes reconhecidos, alem de ser berço do Marechal Floriano Peixoto, importante personagem da história brasileira. Este conjunto de elementos associados ao patrimônio do local deve ser organizado e estruturado para o turismo.
Descrição da ação	• Elaboração do plano de fomento turístico ao alto de Ipioca; • Restauração da igreja de Nossa Senhora do Ó; • Criação de programas de incentivo à conservação do patrimônio edificado local (casario); • Programação de eventos anuais com vistas ao resgate da identidade local e promoção cultural; • Tratamento paisagístico na Praça Marechal Floriano Peixoto; • Melhorar a oferta de serviços básicos; • Construção de mirante, museu de Floriano Peixoto e espaços para comercialização de artesanato e itens de gastronomia.
Produtos	• Plano executivo; • Igreja Nossa Senhora do Ó restaurada; • Praça com paisagismo implantado; • Museu Floriano Peixoto e mirante construídos; • Pintura do casario realizada.
Resultados	• Consolidação do bairro de Ipioca como destino turístico; • Diversificação da oferta turística do município de Maceió e do Pólo Costa dos Corais; • Praça Marechal Floriano Peixoto requalificada; • Fomento ao segmento histórico–cultural.
Municípios atendidos	Maceió.

ESTRATÉGIAS RELACIONADAS – PDITS
• Desenvolver produtos e roteiros turísticos novos e complementares para o Pólo. • Apoiar projetos de proteção e recuperação ambiental e iniciativas voltadas para a valorização do patrimônio histórico e cultural, fomentando a participação da população local e disseminando a educação sanitária, ambiental e patrimonial no âmbito público e privado. • Estruturar os atrativos de uso potencial e consolidar os de uso atual, promovendo a recuperação do patrimônio material, imaterial e ambiental do Pólo.

OBJETIVOS PRELIMINARES RELACIONADOS – PDITS
• Diversificar a oferta turística através da estruturação de novos produtos e roteiros turísticos trabalhando segmentos complementares ao sol e praia, oferecendo alternativas a sazonalidade e competitividade de mercado; • Promover o crescimento dos indicadores de demanda, através do aumento das taxas médias de ocupação, permanência média e fluxo de passageiros, maximizando a receita oriunda do turismo e conseqüentemente o efeito multiplicador de divisas; • Fidelizar e garantir o retorno dos turistas e buscar novos tipos de viajantes, através de ações promocionais estratégicas e excelência dos produtos turísticos existentes, para que venham a

contribuir com a melhoria dos indicadores socioeconômicos e ambientais do destino.

Tabela 173 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS (continuação)

PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO
• Existência de atrativos de uso potencial para o desenvolvimento de novos segmentos turísticos que servirão de diferenciais competitivos. • Aumento da procura turística por destinos com qualidade cultural agregada aos valores paisagísticos. • Apesar da riqueza e relevância histórica do patrimônio material e imaterial do Pólo, sua subutilização pode levar à perda de edificações e extinção de manifestações culturais tradicionais (perda de identidade). • Crescimento desordenado das áreas urbanas; Descaracterização da paisagem e conseqüente desvalorização do atrativo turístico.

Tabela 174 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

COMPONENTE – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO	
Projeto	Requalificar os Mirantes.
Objetivo	Requalificação e melhoria urbana e paisagística dos mirantes de São Gonçalo, Dom Ranulpho, Ambrósio de Lyra, Santa Terezinha, Cortiço, Bebedouro e Fernão Velho.
Justificativa	Maceió é cercada de lagoa, mar e tabuleiros costeiros. Estes últimos oferecem uma visão privilegiada da capital, através da presença de vários mirantes, pontos estratégicos na paisagem, que já são ativamente usados pelo turismo. No entanto a estrutura de recepção aos visitantes ainda é mínima e pouco ordenada.
Descrição da ação	• Melhoria e reestruturação física dos mirantes São Gonçalo, Dom Ranulpho, Ambrósio de Lyra, Santa Terezinha, Cortiço, Bebedouro e Fernão Velho; • Adequação dos equipamentos, espaços para comercialização de artesanato e itens de gastronomia; • Sinalização interpretativa do mirante e dos pontos avistados; • Ordenamento dos espaços previstos para estacionamento.
Produtos	Projetos específicos de cada mirante elaborado.
Resultados	• Novos pontos de visitação para os turistas que buscam o município e o Pólo; • Fomento a áreas ainda pouco visitadas de Maceió; • Melhoria dos atrativos turísticos e ordenamento dos prestadores de serviços locais.
Municípios atendidos	Maceió.
ESTRATÉGIAS RELACIONADAS – PDITS	
• Desenvolver produtos e roteiros turisticos novos e complementares para o Pólo. • Apoiar projetos de proteção e recuperação ambiental e iniciativas voltadas para a valorização do patrimônio histórico e cultural, fomentando a participação da população local e disseminando a educação sanitária, ambiental e patrimonial no âmbito público e privado. • Estruturar os atrativos de uso potencial e consolidar os de uso atual, promovendo a recuperação do patrimônio material, imaterial e ambiental do Pólo.	
OBJETIVOS PRELIMINARES RELACIONADOS – PDITS	
• Diversificar a oferta turística através da estruturação de novos produtos e roteiros turísticos trabalhando segmentos complementares ao sol e praia, oferecendo alternativas a sazonalidade e competitividade de mercado; • Promover o crescimento dos indicadores de demanda, através do aumento das taxas médias de ocupação, permanência média e fluxo de passageiros, maximizando a receita oriunda do turismo e conseqüentemente o efeito multiplicador de divisas; • Fidelizar e garantir o retorno dos turistas e buscar novos tipos de viajantes, através de ações promocionais estratégicas e excelência dos produtos turísticos existentes, para que venham a contribuir com a melhoria dos indicadores socioeconômicos e ambientais do destino.	
PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO	
• Existência de atrativos de uso potencial para o desenvolvimento de novos segmentos turísticos que servirão de diferenciais competitivos. • Crescimento desordenado das áreas urbanas; Descaracterização da paisagem e conseqüente desvalorização do atrativo turístico. • Baixa qualidade no espaço urbano. • Ocupação desordenada do solo.	

Tabela 175 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

COMPONENTE – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO	
Projeto	Formatar e implantar o roteiro turístico – “Rio e Mar”
Objetivo	Desenvolvimento de roteiro turístico unindo o rio Santo Antônio Grande, Ilha da Crôa e Praia dos Morros em Passo de Camaragibe.
Justificativa	O município de Barra de Santo Antônio tem na Ilha da Crôa seu principal produto turístico enquanto a Praia dos Morros é visitada rapidamente por passantes. Ao mesmo tempo travessias para ilha, antes realizadas por meio de balsas ou catamarãs, caíram em desuso apos à construção da ponte que interliga o dois territórios. É estrategicamente de interesse de ambos os municípios unirem estes atrativos e produtos para um diferencial comercial agregador.
Descrição da ação	• Mobilização, organização e realização de oficinas de planejamento junto aos atores locais e prestadores de serviço para definição do formato comercial do roteiro; • Definição do código de conduta; • Estudo de capacidade de carga da praia de Carro Quebrado e Praia dos Morros; • Diagnóstico e plano de Ação contemplando para o disciplinamento da atividade turísticas no rio Santo Antônio Grande, Ilha da Crôa, praia de Carro Quebrado e praia dos Morros; • Capacitação local sobre o turismo e seu papel na preservação ambiental; • Recuperação e melhoria dos ancoradouros do Rio Camaragibe para pequenas e médias embarcações.
Produtos	• Estudo de capacidade de carga da Praia de Carro Quebrado e dos Morros; • Diagnóstico e Plano de Ação elaborados; • Ancoradouros recuperados; • Comunidade e prestadores de serviço capacitados.
Resultados	• Posicionamento de mercado dos municípios de Barra de Santo Antônio e Passo de Camaragibe por meio de uma proposta integrada de roteiro, com atrativos complementares; • Maximização dos benefícios revertidos para os prestadores locais e comunidades; • Melhoria do produto turístico do Pólo; • Ampliação do tempo de permanência dos visitantes no Pólo Costa dos Corais.
Municípios atendidos	Barra de Santo Antônio e Passo de Camaragibe.

ESTRATÉGIAS RELACIONADAS – PDITS
• Apoiar projetos de proteção e recuperação ambiental e iniciativas voltadas para a valorização do patrimônio histórico e cultural, fomentando a participação da população local e disseminando a educação sanitária, ambiental e patrimonial no âmbito público e privado. • Estruturar os atrativos de uso potencial e consolidar os de uso atual, promovendo a recuperação do patrimônio material, imaterial e ambiental do Pólo. • Desenvolver produtos e roteiros turisticos novos e complementares para o Pólo. • Fortalecer a proteção ambiental no Pólo através da implantação / consolidação dos instrumentos de planejamento e controle territorial, bem como dos instrumentos das políticas de saneamento básico, meio ambiente e recursos hídricos.
OBJETIVOS PRELIMINARES RELACIONADOS – PDITS

• Estabelecer princípios norteadores e instrumentos de planejamento que busquem um desenvolvimento sustentável da atividade turística; • Capacitar e Qualificar a mão–de–obra local como forma de inserção da população local no contexto da atividade turística; • Diversificar a oferta turística através da estruturação de novos produtos e roteiros turísticos trabalhando segmentos complementares ao sol e praia, oferecendo alternativas a sazonalidade e competitividade de mercado; • Promover o crescimento dos indicadores de demanda, através do aumento das taxas médias de ocupação, permanência média e fluxo de passageiros, maximizando a receita oriunda do turismo e conseqüentemente o efeito multiplicador de divisas; • Fidelizar e garantir o retorno dos turistas e buscar novos tipos de viajantes, através de ações promocionais estratégicas e excelência dos produtos turísticos existentes, para que venham a contribuir com a melhoria dos indicadores socioeconômicos e ambientais do destino.
PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO
• Pouca opção de entretenimento em algumas regiões do Pólo, principalmente à noite. • Existência de atrativos de uso potencial para o desenvolvimento de novos segmentos turísticos que servirão de diferenciais competitivos. • Experiências de educação ambiental em desenvolvimento em alguns municípios; Incipiente ação interinstitucional entre órgãos públicos e privados quanto à educação ambiental.

Tabela 175 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS (continuação)

Tabela 176 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

COMPONENTE – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO	
Projeto	Consolidar o Turismo de Base Comunitária – Tramas em Riacho Doce
Objetivo	Dotar de estrutura física o projeto de Utrismo de Base Comunitária – Tramas em Riacho Doce.
Justificativa	Tramas em Riacho Doce é um dos 50 projetos de Turismo de Base Comunitária selecionado pelo Ministério do Turismo, que através de oficinas, cursos, palestras e visitas em campo, preparou a comunidade para oferecer vivências em pesca, artesanato e gastronomia, promovendo uma singular integração sociocultural com o turista. Hoje o roteiro inclui visitas às casas das bordadeiras, onde o visitante terá a oportunidade de conhecer e aprender como bordar o tradicional filé de Riacho Doce e passeios de jangadas para pesca, cujas embarcações necessitam serem equipadas, com itens de segurança, e adequadas ao novo uso turístico. No que tange as casas de farinha, as condições físicas precárias em que se encontram as existentes, faz com que a opção de vivência e acompanhamento de todo o processo de preparação dos tradicionais quitutes torne–se inviável. A implantação de sinalização turística também se faz necessária, haja vista a importância para a integração e experiência do turista ao meio, bem como a identificação da região visitada.
Descrição da ação	• Levantamento e compra de equipamentos de segurança para todos os jangadeiros integrados no projeto Tramas em Riacho Doce; • Identificação da área a ser construída a casa de farinha comunitária; • Aquisição da área para construção da Casa de Farinha; • Elaboração do projeto básico e executivo da casa de farinha; • Licenciamentos da casa de farinha junto aos órgãos ambientais; • Construir da casa de farinha comunitária; • Elaboração dos projetos conceitual, executivo e o memorial descritivo da sinalização turística; • Elaboração e implantação do plano de comercialização do produto turístico; • Implantação da sinalização.
Produtos	• Jangadas equipadas com todos os itens de segurança; • Projetos básicos e executivos da casa de farinha e da sinalização turística elaborados; • Licenciamentos; • Uma casa de farinha comunitária construída; • Novo produto turístico divulgado; • Sinalização turística implantada
Resultados	• Valorização do patrimônio material e imaterial; • Criação de serviços associados; • Incentivo a comercialização de produtos; • Incentivo o planejamento do uso de seu território, promovendo a sua sustentabilidade econômica e cultural; • Enriquecimento do destino turístico com um roteiro diferenciado; • Melhoria da qualidade do produto turístico; • Valorização dos atrativos naturais, culturais, históricos e arquitetônicos junto à comunidade de Riacho Doce; • Fortalecimento da identidade da comunidade de Riacho Doce; • Melhor integração e interação dos visitantes ao meio; • Ampliação do tempo de permanência dos visitantes no Pólo Costa dos Corais (Maceió).
Municípios atendidos	Maceió.

Tabela 176 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS (continuação)

ESTRATÉGIAS RELACIONADAS – PDITS
• Desenvolver produtos e roteiros turisticos novos e complementares para o Pólo. • Estruturar os atrativos de uso potencial e consolidar os de uso atual, promovendo a recuperação do patrimônio material, imaterial e ambiental do Pólo. • Promover o envolvimento da população local, com a priorização de projetos de médio e longo prazo de estruturação da atividade turística no setor público. • Desenvolver programa de consolidação de mercados existentes e acesso a novos mercados.
OBJETIVOS PRELIMINARES RELACIONADOS – PDITS
• Diversificar a oferta turística através da estruturação de novos produtos e roteiros turísticos trabalhando segmentos complementares ao sol e praia, oferecendo alternativas a sazonalidade e competitividade de mercado; • Promover o crescimento dos indicadores de demanda, através do aumento das taxas médias de ocupação, permanência média e fluxo de passageiros, maximizando a receita oriunda do turismo e conseqüentemente o efeito multiplicador de divisas; • Fidelizar e garantir o retorno dos turistas e buscar novos tipos de viajantes, através de ações promocionais estratégicas e excelência dos produtos turísticos existentes, para que venham a contribuir com a melhoria dos indicadores socioeconômicos e ambientais do destino.
PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO
• População receptiva e acessível à atividade turística. • Pouca opção de entretenimento em algumas regiões do Pólo, Pouca oferta de produtos turísticos formatados e diversificados. Disparidade entre atrativos atuais e atrativos potenciais • Consolidação dos destinos Maceió e Maragogi no mercado turístico nacional, demanda em ascensão continua e cadeia produtiva em estruturação (existência de receptivos, passeios organizados, associações de empresários, artesãos e pescadores, cooperativas, entre outros) • Existência de atrativos de uso potencial para o desenvolvimento de novos segmentos turísticos que servirão de diferenciais competitivos.

Tabela 177 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

COMPONENTE – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO	
Projeto	Urbanizar e requalificar o povoado de Barreiras do Boqueirão
Objetivo	Aprimorar o produto turístico de Barreiras do Boqueirão e Japaratinga, ordenando sua estrutura urbana e melhorando seus atrativos.
Justificativa	O povoado de Barreiras do Boqueirão é um dos principais produtos turísticos do município de Japaratinga. Conhecido pela vila de pescadores, piscinas recifais, bicas de águas minerais e culinária de qualidade, ainda carece de estrutura e tratamento paisagístico adequados. A orla não é urbanizada nem os acessos pavimentados, a famosa bica possui características de pouca atratividade a turistas.
Descrição da ação	Construção do Mirante do Boqueirão na divisão entre o respectivo povoado e o Boqueirão. Urbanização da orla do povoado de Barreiras do Boqueirão no trecho entre o mirante e a zona que concentra as atuais pousadas e restaurantes, margeando a praia. Requalificação da Bica do Boqueirão. Tratamento paisagístico e readequação de seu uso através de oficinas com empresários e comunidade local
Produtos	• Bica do Boqueirão requalificada; • Documento “Diretrizes de uso da Bica do Boqueirão”; • Mirante Construído; • Orla urbanizada.
Resultados	• Aumento da competitividade do município de Japaratinga e aprimoramento de produtos do Pólo; • Diversificação da oferta do pólo; • Aumento da permanência média de turistas por meio da diversificação da oferta; • Valorização e proteção dos recursos naturais do município; • Ordenamento do uso dos espaços da União.
Municípios atendidos	Japaratinga.
ESTRATÉGIAS RELACIONADAS – PDITS	
• Estruturar os atrativos de uso potencial e consolidar os de uso atual, promovendo a recuperação do patrimônio material, imaterial e ambiental do Pólo. • Promover a requalificação urbana em todos os municípios do Pólo.	
OBJETIVOS PRELIMINARES RELACIONADOS – PDITS	
• Diversificar a oferta turística através da estruturação de novos produtos e roteiros turísticos trabalhando segmentos complementares ao sol e praia, oferecendo alternativas a sazonalidade e competitividade de mercado; • Promover gestões nas áreas de infraestrutura capazes de atrair à iniciativa privada para investimentos em novos empreendimentos turísticos; • Promover o crescimento dos indicadores de demanda, através do aumento das taxas médias de ocupação, permanência média e fluxo de passageiros, maximizando a receita oriunda do turismo e conseqüentemente o efeito multiplicador de divisas; • Fidelizar e garantir o retorno dos turistas e buscar novos tipos de viajantes, através de ações promocionais estratégicas e excelência dos produtos turísticos existentes, para que venham a contribuir com a melhoria dos indicadores socioeconômicos e ambientais do destino.	

Tabela 177 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS (continuação)

PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO
• Polarização do desenvolvimento turístico, que se concentra na capital Maceió e no extremo norte em Maragogi. • Pouca oferta de produtos turísticos formatados e diversificados. Disparidade entre atrativos atuais e atrativos potenciais. • Baixa qualidade no espaço urbano. • Ocupação desordenada do solo.

Tabela 178 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

COMPONENTE – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO	
Projeto	Urbanizar a orla marítima de Porto de Pedras
Objetivo	Promover a urbanização da orla marítima de Porto de Pedras, assegurando o ordenamento do espaço físico.
Justificativa	O litoral alagoano vive nos dias atuais, um incremento do turismo e do veraneio doméstico, o que tem gerado uma veloz ocupação e o adensamento de localidades até então isoladas e preservadas.
Descrição da ação	Dotar a orla marítima de Porto de Pedras de infra–estrutura atrativa, assegurando o acesso às praias e aos equipamentos turísticos, bem como a sustentabilidade local desenvolvendo estudos e projetos que visem: • Conceber espaços públicos com equipamentos de lazer e mobiliário urbano utilizando–se de elementos construtivos que interfiram minimamente na paisagem local; • Realização de oficinas como mecanismos de participação pública para construção de um Plano de Gestão; • Elaboração de quantitativos e orçamentos; • Licenciamento ambiental; • Execução das obras; • Implantação.
Produtos	• Projeto básico e executivo; • Licenciamento ambiental; • Execução das obras.
Resultados	• Atração de investidores para a área; • Potencializar os atrativos naturais através do uso adequado dos espaços litorâneos; • Valorização da paisagem; • Ordenamento urbano; • Melhoria da qualidade do produto turístico.
Municípios atendidos	Porto de Pedras.
ESTRATÉGIAS RELACIONADAS – PDITS	
• Implantar, ampliar e estruturar os sistemas viários de acesso (rodovias e vias urbanas) e a oferta de serviços básicos (água, esgoto, energia, limpeza urbana e comunicação) e desenvolver programas de manutenção e monitoramento no Pólo. • Estruturar os atrativos de uso potencial e consolidar os de uso atual, promovendo a recuperação do patrimônio material, imaterial e ambiental do Pólo. • Investir no desenvolvimento de planos diretores, habitacionais e de turismo que assegurem as melhorias por eles advindas, bem como revisar e implantar os planos existentes. • Promover a requalificação urbana em todos os municípios do Pólo.	
OBJETIVOS PRELIMINARES RELACIONADOS – PDITS	
• Promover gestões nas áreas de infraestrutura capazes de atrair à iniciativa privada para investimentos em novos empreendimentos turísticos.	

Tabela 178 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS (continuação)

PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO
• Baixa qualidade no espaço urbano. • Ocupação desordenada do solo. • Inexistência, na maior parte dos municípios, de legislação que trate do parcelamento e ordenamento do solo (apenas Maceió possui Código de Obras e Urbanismo e Posturas).

Tabela 179 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

COMPONENTE – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO	
Projeto	Implantar roteiro turístico acessível em Maceió.
Objetivo	Dotar o município de Maceió de um produto/roteiro turístico adaptado, com infra–estrutura urbana e turística acessível aos Portadores de Necessidades Especiais.
Justificativa	Estudos apontam que o mercado de turismo para o deficiente físico tem grande potencial de desenvolvimento e crescimento, contudo, a cidade de Maceió, o os receptivos e as empresas de turismo ainda estão despreparados de forma geral: o ambiente físico não é inteiramente adaptado ou os recursos humanos não estão capacitados para receber este tipo de público.
Descrição da ação	• Análise e diagnóstico da situação atual dos atrativos e serviços turísticos ofertados, observando a estrutura turística adaptada já disponível e também aquelas cujo formato permite uma rápida intervenção para torná–la acessível; • Definição e desenho do roteiro turístico acessível, dentro de um o cenário almejado; • Articulação com parceiros públicos (federal, estadual e municipal) e privados envolvidos com o turismo a fim de viabilizar as adaptações necessárias; • Mobilizar e capacitar empresários e funcionários para atuarem diretamente com o desenvolvimento do projeto; • Capacitar o *trade* receptivo para atender tal demanda; • Estruturação do produto/roteiro turístico acessível; • Divulgação do produto/roteiro turístico acessível.
Produtos	• Inventário dos pontos turísticos da cidade de Maceió; • Elaboração de relatórios e diretrizes; • Entrosamento inter–setorial dos atores sociais; • Capacitação de mão–de–obra; • Adaptação de equipamentos e serviços públicos.
Resultados	Melhoria da qualidade do produto turístico.
Municípios atendidos	Maceió.

Tabela 179 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS (continuação)

ESTRATÉGIAS RELACIONADAS – PDITS
• Desenvolver produtos e roteiros turisticos novos e complementares para o Pólo. • Estruturar os atrativos de uso potencial e consolidar os de uso atual, promovendo a recuperação do patrimônio material, imaterial e ambiental do Pólo. • Desenvolver programas de capacitação, excelência, certificação e qualificação dos produtos e prestadores de serviços turísticos, promovendo o envolvimento da população local • Desenvolver programa de consolidação de mercados existentes e acesso a novos mercados.
OBJETIVOS PRELIMINARES RELACIONADOS – PDITS
• Capacitar e Qualificar a mão–de–obra local como forma de inserção da população local no contexto da atividade turística; • Diversificar a oferta turística através da estruturação de novos produtos e roteiros turísticos trabalhando segmentos complementares ao sol e praia, oferecendo alternativas a sazonalidade e competitividade de mercado; • Promover o crescimento dos indicadores de demanda, através do aumento das taxas médias de ocupação, permanência média e fluxo de passageiros, maximizando a receita oriunda do turismo e conseqüentemente o efeito multiplicador de divisas.
PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO
• Pouca oferta de produtos turísticos formatados e diversificados. Disparidade entre atrativos atuais e atrativos potenciais. • Consolidação dos destinos Maceió e Maragogi no mercado turístico nacional, demanda em ascensão continua e cadeia produtiva em estruturação (existência de receptivos, passeios organizados, associações de empresários, artesãos e pescadores, cooperativas, entre outros). • Realização de Megaeventos (Copa do Mundo de Futebol – 2014) em cidades de influência de demanda no Pólo (Recife, Salvador, Natal). • Existência de atrativos de uso potencial para o desenvolvimento de novos segmentos turísticos que servirão de diferenciais competitivos.

Tabela 180 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

COMPONENTE – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO	
Projeto	Implantar o turismo de aventura no Pólo Costa dos Corais
Objetivo	• Desenvolvimento de novos produtos do segmento de aventura e ecoturismo para o pólo Costa dos Corais. • Formulação de novos roteiros turísticos segmentados para o Pólo • Consolidação comercial dos produtos turísticos já existentes
Justificativa	O pólo Costa dos Corais possui uma vocação natural para prática de atividades de aventura e ecoturismo. Algumas atividades já estão organizadas em produtos turísticos e em operação plena, enquanto outras ainda precisam ser desenvolvidas nos municípios do pólo buscando uma maior diversidade da oferta turística, explorando segmentos diferenciados e complementares ao sol e praia.
Descrição da ação	• Disciplinar a atividade de mergulho nos municípios de Maceió, Paripueira e Maragogi; • Identificação e mapeamento de novos pontos de naufrágios para mergulho em Porto de Pedras e Maragogi; • Revisão da atividade de *off road* e formatação de novos trajetos para os bugueiros de Maragogi; • Dinamização e reestruturação da trilha do Visgueiro em Maragogi; • Formatação de trilhas ecológicas por entre as serras e cachoeiras de São Luis do Quitunde; • Formatação de trilhas guiadas no parque municipal de Maceió; • Mobilização e formatação de percursos de canoagem nos canais da lagoa mundaú em Maceió, rio Santo Antônio Grande em Barra de Santo Antônio, rio Camaragibe em Matriz de Camaragibe e Passo de Camaragibe, rio Tatuamunha, em Porto de Pedras, rio Manguaba em Porto Calvo, Porto de Pedras e Japaratinga; • Aplicação do circuito de coqueirismo (arvorismo) em Maragogi; • Elaboração e implantação do plano de desenvolvimento do turismo de aventura na Costa dos Corai; • Implantação do programa Aventura Segura da ABETA – Associação Brasileira de Turismo de Aventura.
Produtos	• Trilhas mapeadas e formatadas; • Novos pontos de mergulho identificados; • Associações e empresários capacitados e organizados; • Rotas fluviais formatadas; • Novo circuito de arvorismo construído; • Plano elaborado; • Programa Aventura Segura implantado.
Resultados	• Desenvolvimento de novos produtos turísticos para a Costa dos Corais; • Diversificação da oferta turística; • Fortalecimento de segmentos complementares ao Sol e Praia; • Aumento da taxa de permanência dos turistas.
Municípios atendidos	Todo o Pólo.

Tabela 180 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS (continuação)

ESTRATÉGIAS RELACIONADAS – PDITS
• Desenvolver produtos e roteiros turisticos novos e complementares para o Pólo. • Estruturar os atrativos de uso potencial e consolidar os de uso atual, promovendo a recuperação do patrimônio material, imaterial e ambiental do Pólo. • Desenvolver programa de consolidação de mercados existentes e acesso a novos mercados. • Desenvolver programas de capacitação, excelência, certificação e qualificação dos produtos e prestadores de serviços turísticos, promovendo o envolvimento da população local. • Fortalecer a proteção ambiental no Pólo através da implantação / consolidação dos instrumentos de planejamento e controle territorial, bem como dos instrumentos das políticas de saneamento básico, meio ambiente e recursos hídricos.
OBJETIVOS PRELIMINARES RELACIONADOS – PDITS
• Estabelecer princípios norteadores e instrumentos de planejamento que busquem um desenvolvimento sustentável da atividade turística; • Capacitar e Qualificar a mão–de–obra local como forma de inserção da população local no contexto da atividade turística; • Diversificar a oferta turística através da estruturação de novos produtos e roteiros turísticos trabalhando segmentos complementares ao sol e praia, oferecendo alternativas a sazonalidade e competitividade de mercado; • Promover o crescimento dos indicadores de demanda, através do aumento das taxas médias de ocupação, permanência média e fluxo de passageiros, maximizando a receita oriunda do turismo e conseqüentemente o efeito multiplicador de divisas; • Fidelizar e garantir o retorno dos turistas e buscar novos tipos de viajantes, através de ações promocionais estratégicas e excelência dos produtos turísticos existentes, para que venham a contribuir com a melhoria dos indicadores socioeconômicos e ambientais do destino.
PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO
• Pouca oferta de produtos turísticos formatados e diversificados. Disparidade entre atrativos atuais e atrativos potenciais. • Consolidação dos destinos Maceió e Maragogi no mercado turístico nacional, demanda em ascensão continua e cadeia produtiva em estruturação (existência de receptivos, passeios organizados, associações de empresários, artesãos e pescadores, cooperativas, entre outros). • Realização de Megaeventos (Copa do Mundo de Futebol – 2014) em cidades de influência de demanda no Pólo (Recife, Salvador, Natal). • Existência de atrativos de uso potencial para o desenvolvimento de novos segmentos turísticos que servirão de diferenciais competitivos.

Tabela 181 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

COMPONENTE – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO	
Projeto	Implantar zoológico no Parque Municipal de Maceió
Objetivo	Construir o primeiro zoológico de Alagoas com a finalidade de abrigar espécies da Mata Atlântica, especialmente do nordeste brasileiro, e através desse equipamento incrementar o turismo local, desenvolver pesquisa científica, preservar e conservar os ecossistemas, promover educação ambiental, e beneficiar as comunidades carentes através de informações educacionais e geração de emprego e renda.
Justificativa	A Mata Atlântica é considerada atualmente um dos mais importantes conjuntos de ecossistemas do planeta apresentando uma rica biodiversidade, contudo devido à grande devastação dessa mata é também um dos mais ameaçados, pois quase 200 espécies estão em iminência de extinção fora àquelas que já se extinguiram, e metade das espécies vivas hoje poderá estar suprimida até o final do próximo século. Com o crescimento das cidades em Alagoas, os ecossistemas da mata Atlântica vêm sofrendo alterações à medida que se intensifica o adensamento urbano e a falta de infra–estrutura sanitária. A implantação de um Zoológico é uma fonte inesgotável de estudos e visa subsidiar ações de pesquisas conservacionistas, programas de reprodução em cativeiro e programas de reintrodução de animais ameaçados de extinção. Outra importante justificativa é o fato do Instituto Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis – IBAMA/AL ter uma opção para o encaminhamento dos animais silvestres resgatados, uma vez que os órgãos ambientais do estado de Alagoas não dispõem estrutura física para atender esta demanda.
Descrição da ação	• Levantamento topográfico e fotográfico do local; • Elaboração do Memorial descritivo e justificativo; • Elaboração do Projeto Básico e Executivo (arquitetônico e complementares); • Elaboração dos quantitativos e orçamentos; • Licenciamento ambiental; • Execução da obra; • Campanha promocional de divulgação local e nacional; • Gestão e administração.
Produtos	• Elaboração do projeto conceitual e executivo, atendendo as exigências dos órgãos competentes; • Execução da obra; • Gestão e administração.
Resultados	• Incremento da atividade turística; • Fornecimento de base para estudos científicos de profissionais e estudantes universitários ligados à área como veterinários, biólogos, etc.; • Promoção da educação ambiental para crianças do ensino fundamental e médio, bem como a população em geral; • Promoção de ações preservacionista como base de apoio para o IMA e IBAMA; • Geração de emprego e renda para as comunidades carentes locais.
Municípios atendidos	Maceió.

Tabela 181 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS (continuação)

ESTRATÉGIAS RELACIONADAS – PDITS
• Desenvolver produtos e roteiros turisticos novos e complementares para o Pólo. • Apoiar projetos de proteção e recuperação ambiental e iniciativas voltadas para a valorização do patrimônio histórico e cultural, fomentando a participação da população local e disseminando a educação sanitária, ambiental e patrimonial no âmbito público e privado. • Estruturar os atrativos de uso potencial e consolidar os de uso atual, promovendo a recuperação do patrimônio material, imaterial e ambiental do Pólo. • Desenvolver programas de capacitação, excelência, certificação e qualificação dos produtos e prestadores de serviços turísticos, promovendo o envolvimento da população local.
OBJETIVOS PRELIMINARES RELACIONADOS – PDITS
• Estabelecer princípios norteadores e instrumentos de planejamento que busquem um desenvolvimento sustentável da atividade turística; • Capacitar e Qualificar a mão–de–obra local como forma de inserção da população local no contexto da atividade turística; • Diversificar a oferta turística através da estruturação de novos produtos e roteiros turísticos trabalhando segmentos complementares ao sol e praia, oferecendo alternativas a sazonalidade e competitividade de mercado; • Promover o crescimento dos indicadores de demanda, através do aumento das taxas médias de ocupação, permanência média e fluxo de passageiros, maximizando a receita oriunda do turismo e conseqüentemente o efeito multiplicador de divisas; • Fidelizar e garantir o retorno dos turistas e buscar novos tipos de viajantes, através de ações promocionais estratégicas e excelência dos produtos turísticos existentes, para que venham a contribuir com a melhoria dos indicadores socioeconômicos e ambientais do destino.
PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO
• Consolidação dos destinos Maceió e Maragogi no mercado turístico nacional, demanda em ascensão continua e cadeia produtiva em estruturação (existência de receptivos, passeios organizados, associações de empresários, artesãos e pescadores, cooperativas, entre outros). • Pouca oferta de produtos turísticos formatados e diversificados. Disparidade entre atrativos atuais e atrativos potenciais. • Realização de Megaeventos (Copa do Mundo de Futebol – 2014) em cidades de influência de demanda no Pólo (Recife, Salvador, Natal). • Experiências de educação ambiental em desenvolvimento em alguns municípios; Incipiente ação interinstitucional entre órgãos públicos e privados quanto à educação ambiental.

Tabela 182 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

COMPONENTE – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO	
Projeto	Implantar a sinalização turística nos municípios do Pólo
Objetivo	Dotar cada um dos municípios de integrantes do Pólo Costa dos Corais de sinalização turística conjugado–a com a sinalização viária, visando impulsionar a interiorização do turismo, agregar valor ao produto turístico e aumentar a permanência média na região.
Justificativa	A maioria dos municípios integrantes do Pólo Costa dos Corais é dotada de serviços turísticos e infraestrutura hoteleira e tem na beleza e singularidade de seus atrativos naturais o seu principal produto. No entanto, seus atrativos naturais, e sobremaneira os históricos e culturais, ficam por vezes subaproveitados em virtude da ausência de sinalização.
Descrição da ação	• Estabelecimento de critérios de eleição dos atrativos a serem contemplados; • Hierarquização dos atrativos contemplados; • Quantificação e locação das placas a serem implantadas; • Levantamento topográfico e fotográfico da locação das placas; • Elaboração do Memorial descritivo; • Implantação da sinalização.
Produtos	• Elaboração do projeto conceitual e executivo, atendendo as exigências dos órgãos competentes; • Implantação da sinalização.
Resultados	• Melhorar a qualidade do produto turístico; • Agregar valor ao produto turístico; • Estimular o fluxo turístico para os municípios; • Identificar e caracterizar o circuito turístico; • Ampliar a permanência dos visitantes nos municípios; • Promover a valorização dos atrativos naturais, culturais, históricos e arquitetônicos.
Municípios atendidos	Todos os municípios do Pólo Costa dos Corais
ESTRATÉGIAS RELACIONADAS – PDITS	
• Implantar, ampliar e estruturar os sistemas viários de acesso (rodovias e vias urbanas) e a oferta de serviços básicos (água, esgoto, energia, limpeza urbana e comunicação) e desenvolver programas de manutenção e monitoramento no Pólo.	
OBJETIVOS PRELIMINARES RELACIONADOS – PDITS	
• Promover gestões nas áreas de infraestrutura capazes de atrair à iniciativa privada para investimentos em novos empreendimentos turísticos.	
PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO	
• Ausência de sinalização que possibilite a identificação do patrimônio. • Inexistência ou má qualidade da sinalização turística em boa parte do Pólo.	

Tabela 183 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

COMPONENTE – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO	
Projeto	Implantar a sinalização turística nas rodovias do Pólo.
Objetivo	Dotar as rodovias e corredores turísticos do Pólo Costa dos Corais de sinalização turística conjugado–a com a sinalização viária.
Justificativa	O Pólo Costa dos Corais apresenta uma grande quantidade e diversidade de atrativos turísticos que se destacam sempre por suas belezas naturais e seus aspectos históricos e culturais. Contudo a inexistência de sinalização turística constitui um fator limitante a difusão dos referidos atrativos. Segundo os dados apresentados pelo Estudo da Demanda Turística Internacional do Ministério do Turismo, a ausência de sinalização turística é o principal fator de insatisfação dos turistas que visitam o Brasil e comprova o quanto à ausência de sinalização turística é determinante para a avaliação e formulação de uma imagem positiva a respeito do destino. Em Alagoas, esse item figura entre as principais queixas de nossos visitantes, segundo pesquisas realizadas pela Secretaria de Estado do Turismo de Alagoas. Atualmente, as rodovias alagoanas dispõem apenas de sinalização viária, sendo a mesma insuficiente para a otimização dos trajetos, a facilitação dos acessos e da identificação dos atrativos existentes, tanto para nossos visitantes quanto para a comunidade.
Descrição da ação	• Hierarquização e identificação dos destinos e atrativos turísticos a serem sinalizados; • Quantificação e locação das placas conjugadas (viárias / turísticas / serviços) a serem implantadas nas rodovias; • Levantamento topográfico e fotográfico da locação das placas rodoviárias; • Reuniões com DER – Departamento de Estradas e Rodagens; • Elaboração do Memorial descritivo; • Elaboração do Projeto Executivo; • Implantação da sinalização.
Produtos	• Elaboração do projeto conceitual e executivo, atendendo as exigências dos órgãos competentes; • Implantação da sinalização.
Resultados	• Identificação e caracterização do circuito turístico; • Facilidade de deslocamento entre os municípios; • Melhoria da qualidade do produto turístico; • Valorização dos atrativos naturais, culturais, históricos e arquitetônicos junto às comunidades turísticas; • Ampliação do tempo de permanência dos visitantes no Pólo Costa dos Corais; • Incentivar a interiorização do turismo.
Municípios atendidos	Todos os municípios do Pólo Costa dos Corais.
ESTRATÉGIAS RELACIONADAS – PDITS	
• Implantar, ampliar e estruturar os sistemas viários de acesso (rodovias e vias urbanas) e a oferta de serviços básicos (água, esgoto, energia, limpeza urbana e comunicação) e desenvolver programas de manutenção e monitoramento no Pólo.	
OBJETIVOS PRELIMINARES RELACIONADOS – PDITS	
• Promover gestões nas áreas de infraestrutura capazes de atrair à iniciativa privada para investimentos em novos empreendimentos turísticos.	

Tabela 183 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS (continuação)

PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO
• Inexistência ou má qualidade da sinalização turística em boa parte do Pólo. • Sinalização turística e regulamentar (horizontal e vertical) insuficiente e sem padronização.

Tabela 184 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

COMPONENTE – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO	
Projeto	Implantar a refrigeração e reestruturar o pavilhão de eventos do Centro Cultural e de Exposições Ruth Cardoso
Objetivo	Proporcionar comodidade à comunidade (população local e turista) que faz uso do espaço, além de otimizar seu uso com a captação de mais eventos ora inacessíveis em face dessa deficiência.
Justificativa	Grande responsável pelo crescimento do turismo de negócios na capital, o Centro Cultural e de Exposições Ruth Cardoso, detém atributos em virtude da sua multifuncionalidade e da segurança que proporciona. Pelo fato de contemplar feiras, congressos, seminários, treinamentos e eventos sociais, é fundamental agregar valor a esse empreendimento, promovendo a refrigeração do mesmo.
Descrição da ação	• Diagnosticar demanda instalada; • Identificação da área mais apropriada para a implantação do equipamento; • Elaborar estudos; • Elaboração do Projeto básico e executivo; • Elaboração dos quantitativos e orçamentos; • Execução da obra.
Produtos	• Projeto básico e executivo, atendendo as exigências dos órgãos competentes; • Execução das obras.
Resultados	• Atingimento de nível de excelência técnica capaz de absorver as demandas do empreendimento; • Aumento do turismo de eventos na cidade de Maceió; • Melhoria do produto turístico; • Diminuição da sazonalidade do turismo.
Municípios atendidos	Maceió.
ESTRATÉGIAS RELACIONADAS – PDITS	
• Desenvolver produtos e roteiros turisticos novos e complementares para o Pólo. • Estruturar os atrativos de uso potencial e consolidar os de uso atual, promovendo a recuperação do patrimônio material, imaterial e ambiental do Pólo.	
OBJETIVOS PRELIMINARES RELACIONADOS – PDITS	
• Diversificar a oferta turística através da estruturação de novos produtos e roteiros turísticos trabalhando segmentos complementares ao sol e praia, oferecendo alternativas a sazonalidade e competitividade de mercado; • Promover o crescimento dos indicadores de demanda, através do aumento das taxas médias de ocupação, permanência média e fluxo de passageiros, maximizando a receita oriunda do turismo e conseqüentemente o efeito multiplicador de divisas.	
PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO	
• Sazonalidade ainda é um entrave à comercialização anual do Pólo; • Inexistência de climatização do pavilhão de exposições do Centro de Convenções de Maceió	

Tabela 185 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

COMPONENTE – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO	
Projeto	Requalificar a orla marítima de Cruz das Almas a Jacarecica
Objetivo	Promover a requalificação urbana da orla marítima de Cruz das Almas e Jacarecica, assegurando o ordenamento do espaço físico.
Justificativa	O turismo é uma atividade econômica que tem se destacado nos cenários nacionais e internacionais, por apresentar elevados índices de crescimento nos últimos anos e o litoral de Alagoas, principalmente o de Maceió, tem sido um dos principais destinos turísticos da região.
Descrição da ação	Dotar as orlas marítimas de Cruz das Almas e Jacarecica de infra–estrutura atrativa, assegurando o acesso às praias e aos equipamentos turísticos, bem como a sustentabilidade local, desenvolvendo estudos e projetos que visem: • Conceber espaços públicos com equipamentos de lazer, quadras e mobiliário urbano; • Construir ciclovia; • Promover o recapeamento das ruas do entorno; • Promover estudos para o alargamento da pista de rolamento em alguns trechos, hoje confinados; • Elaboração de quantitativos e orçamentos; • Licenciamento ambiental; • Execução das obras; • Implantação.
Produtos	• Projeto básico e executivo; • Licenciamento ambiental; • Execução das obras de requalificação dos espaços ocupados nas orlas marítimas de Cruz das Almas e Jacarecica.
Resultados	• Atração de investidores para a área; • Potencializar os atrativos naturais através do uso adequado dos espaços litorâneos; • Valorização da paisagem; • Ordenamento urbano; • Melhoria do produto turístico.
Municípios atendidos	Maceió.
ESTRATÉGIAS RELACIONADAS – PDITS	
• Estruturar os atrativos de uso potencial e consolidar os de uso atual, promovendo a recuperação do patrimônio material, imaterial e ambiental do Pólo. • Implantar, ampliar e estruturar os sistemas viários de acesso (rodovias e vias urbanas) e a oferta de serviços básicos (água, esgoto, energia, limpeza urbana e comunicação) e desenvolver programas de manutenção e monitoramento no Pólo. • Promover a requalificação urbana em todos os municípios do Pólo.	
OBJETIVOS PRELIMINARES RELACIONADOS – PDITS	
• Promover gestões nas áreas de infraestrutura capazes de atrair à iniciativa privada para investimentos em novos empreendimentos turísticos.	

Tabela 185 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS (continuação)

PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO
• Existência de Planos Diretores em três municípios do Pólo: Maceió, Maragogi e São Miguel dos Milagres. • Baixa qualidade no espaço urbano.

Tabela 186 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

COMPONENTE – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO	
Projeto	Requalificar da orla da Praia da Sereia
Objetivo	Promover a requalificação urbana da orla da Praia da Sereia, assegurando o ordenamento do espaço físico.
Justificativa	O turismo é uma atividade econômica que tem se destacado nos cenários nacionais e internacionais, por apresentar elevados índices de crescimento nos últimos anos e o litoral de Alagoas, principalmente o de Maceió, tem sido um dos principais destinos turísticos da região.
Descrição da ação	Dotar a orla da Praia da Sereia de infra–estrutura atrativa, assegurando o acesso às praias e aos equipamentos turísticos, bem como a sustentabilidade local, desenvolvendo estudos e projetos que visem: • Conceber espaços públicos com equipamentos de lazer, quadras e mobiliário urbano utilizando–se de elementos construtivos que interfiram minimamente na paisagem local; • Construir ciclovia; • Promover o recapeamento das ruas do entorno; • Promover estudos para o alargamento da pista de rolamento em alguns trechos, hoje confinados; • Realização de oficinas como mecanismos de participação pública para construção de um Plano de Gestão; • Elaboração de quantitativos e orçamentos; • Licenciamento ambiental; • Execução das obras; • Implantação.
Produtos	• Projeto básico e executivo; • Licenciamento ambiental; • Execução das obras de requalificação dos espaços ocupados na orla da Praia da Sereia.
Resultados	• Atração de investidores para a área; • Potencializar os atrativos naturais através do uso adequado dos espaços litorâneos; • Valorização da paisagem; • Ordenamento urbano; • Melhoria do Produto turístico.
Municípios atendidos	Maceió.
ESTRATÉGIAS RELACIONADAS – PDITS	
• Estruturar os atrativos de uso potencial e consolidar os de uso atual, promovendo a recuperação do patrimônio material, imaterial e ambiental do Pólo. • Implantar, ampliar e estruturar os sistemas viários de acesso (rodovias e vias urbanas) e a oferta de serviços básicos (água, esgoto, energia, limpeza urbana e comunicação) e desenvolver programas de manutenção e monitoramento no Pólo. • Promover a requalificação urbana em todos os municípios do Pólo.	
OBJETIVOS PRELIMINARES RELACIONADOS – PDITS	
• Promover gestões nas áreas de infraestrutura capazes de atrair à iniciativa privada para investimentos em novos empreendimentos turísticos.	

Tabela 186 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS (continuação)

PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO
• Existência de Planos Diretores em três municípios do Pólo: Maceió, Maragogi e São Miguel dos Milagres. • Baixa qualidade no espaço urbano.

Tabela 187 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

COMPONENTE – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO	
Projeto	Restaurar o mercado de artesanato e seu entorno
Objetivo	Melhorar a qualidade e a segurança da estrutura existente no Mercado de Artesanato.
Justificativa	O artesanato é uma das maiores expressões de cultura de um povo. O Mercado de Artesanato situado nas imediações do mercado público é uma das maiores vitrines do artesanato alagoano, visto a sua diversificação, o que o torna bastante representativo no que tange a intensa comercialização junto aos turistas.
Descrição da ação	• Elaboração do projeto básico e executivo; • Elaboração dos quantitativos e orçamentos; • Promover estudo de fluxo e ordenamento do trânsito local, possibilitando a passagem e o estacionamento dos ônibus de turismo; • Licenciamento ambiental; • Execução das obras; • Implantação.
Produtos	• Projeto básico e executivo; • Estudo de fluxo viário; • Licenciamento ambiental; • Execução das obras.
Resultados	• Melhoria da qualidade do produto turístico; • Maior segurança para os visitantes; • Valorização da cultura local; • Aumento da geração de emprego e renda.
Municípios atendidos	Maceió.
ESTRATÉGIAS RELACIONADAS – PDITS	
• Estruturar os atrativos de uso potencial e consolidar os de uso atual, promovendo a recuperação do patrimônio material, imaterial e ambiental do Pólo. • Implantar, ampliar e estruturar os sistemas viários de acesso (rodovias e vias urbanas) e a oferta de serviços básicos (água, esgoto, energia, limpeza urbana e comunicação) e desenvolver programas de manutenção e monitoramento no Pólo.	
OBJETIVOS PRELIMINARES RELACIONADOS – PDITS	
• Diversificar a oferta turística através da estruturação de novos produtos e roteiros turísticos trabalhando segmentos complementares ao sol e praia, oferecendo alternativas a sazonalidade e competitividade de mercado; • Promover gestões nas áreas de infraestrutura capazes de atrair à iniciativa privada para investimentos em novos empreendimentos turísticos.	
PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO	
• Baixa qualidade no espaço urbano. • Requalificação Urbana do Centro e da Orla de Maceió.	

Tabela 188 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

COMPONENTE – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO	
Projeto	Requalificar a orla do Pontal da Barra
Objetivo	Promover a requalificação da orla do Pontal da Barra, assegurando o ordenamento do espaço físico.
Justificativa	Um dos passeios mais vendidos para o Litoral Sul, conhecido como o Passeio das 9 ilhas, parte da orla do Pontal da Barra. Falta, entretanto, estrutura adequada de apoio ao embarque e desembarque dos passageiros, espaço para o estacionamento de veículos, sinalização eficiente e qualidade paisagística.
Descrição da ação	Dotar a orla do Pontal da Barra de infra–estrutura atrativa, garantindo a sustentabilidade do local e desenvolvendo estudos e projetos que visem: • Conceber espaços públicos com equipamentos de lazer, mobiliário urbano e estacionamento utilizando–se de elementos construtivos que interfiram minimamente na paisagem local; • Construir passeios para pedestres; • Construir uma marina para embarque e desembarque de passageiros; • Promover estudos para o alargamento da pista de rolamento em alguns trechos, hoje confinados; • Melhorar a iluminação pública da área; • Arborizar a região; • Prover a área de sinalização interpretativa; • Realização de oficinas como mecanismos de participação pública para construção de um Plano de Gestão; • Elaboração de quantitativos e orçamentos; • Licenciamento ambiental; • Execução das obras; • Implantação.
Produtos	• Projeto básico e executivo; • Licenciamento ambiental; • Execução das obras.
Resultados	• Atração de investidores para a área; • Potencializar os atrativos naturais através do uso adequado dos espaços litorâneos; • Valorização da paisagem; • Ordenamento urbano; • Melhoria do produto turístico.
Municípios atendidos	Maceió.
ESTRATÉGIAS RELACIONADAS – PDITS	
• Implantar, ampliar e estruturar os sistemas viários de acesso (rodovias e vias urbanas) e a oferta de serviços básicos (água, esgoto, energia, limpeza urbana e comunicação) e desenvolver programas de manutenção e monitoramento no Pólo. • Estruturar os atrativos de uso potencial e consolidar os de uso atual, promovendo a recuperação do patrimônio material, imaterial e ambiental do Pólo. • Promover a requalificação urbana em todos os municípios do Pólo.	

Tabela 188 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS (continuação)

OBJETIVOS PRELIMINARES RELACIONADOS – PDITS
• Diversificar a oferta turística através da estruturação de novos produtos e roteiros turísticos trabalhando segmentos complementares ao sol e praia, oferecendo alternativas a sazonalidade e competitividade de mercado; • Promover gestões nas áreas de infraestrutura capazes de atrair à iniciativa privada para investimentos em novos empreendimentos turísticos.
PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO
• Existência de Planos Diretores em três municípios do Pólo: Maceió, Maragogi e São Miguel dos Milagres. • Baixa qualidade no espaço urbano. • Requalificação Urbana do Centro e da Orla de Maceió. • Ocupação desordenada do solo.

Tabela 189 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

COMPONENTE – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO	
Projeto	Urbanizar a orla da Ilha da Crôa
Objetivo	Promover a urbanização da orla da Ilha da Crôa, assegurando o ordenamento do espaço físico.
Justificativa	O litoral alagoano vive nos dias atuais, um incremento do turismo e do veraneio doméstico, o que tem gerado uma veloz ocupação e o adensamento de localidades até então isoladas e preservadas.
Descrição da ação	Dotar a orla da Ilha da Crôa de infra–estrutura atrativa, assegurando o acesso às praias e aos equipamentos turísticos, bem como a sustentabilidade local, desenvolvendo estudos e projetos que visem: • Conceber espaços públicos com equipamentos de lazer e mobiliário urbano utilizando–se de elementos construtivos que interfiram minimamente na paisagem local; • Realização de oficinas como mecanismos de participação pública para construção de um Plano de Gestão; • Elaboração de quantitativos e orçamentos; • Licenciamento ambiental; • Execução das obras; • Implantação.
Produtos	• Projeto básico e executivo; • Licenciamento ambiental; • Execução das obras de urbanização dos espaços ocupados na orla da Ilha da Crôa.
Resultados	• Atração de investidores para a área; • Potencializar os atrativos naturais através do uso adequado dos espaços litorâneos; • Valorização da paisagem; • Ordenamento urbano; • Melhoria da qualidade do produto turístico.
Municípios atendidos	Barra de Santo Antônio.
ESTRATÉGIAS RELACIONADAS – PDITS	
• Implantar, ampliar e estruturar os sistemas viários de acesso (rodovias e vias urbanas) e a oferta de serviços básicos (água, esgoto, energia, limpeza urbana e comunicação) e desenvolver programas de manutenção e monitoramento no Pólo. • Estruturar os atrativos de uso potencial e consolidar os de uso atual, promovendo a recuperação do patrimônio material, imaterial e ambiental do Pólo. • Investir no desenvolvimento de planos diretores, habitacionais e de turismo que assegurem as melhorias por eles advindas, bem como revisar e implantar os planos existentes. • Promover a requalificação urbana em todos os municípios do Pólo.	
OBJETIVOS PRELIMINARES RELACIONADOS – PDITS	
• Promover gestões nas áreas de infraestrutura capazes de atrair à iniciativa privada para investimentos em novos empreendimentos turísticos.	

Tabela 189 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS (continuação)

PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO
• Baixa qualidade no espaço urbano. • Ocupação desordenada do solo. • Inexistência, na maior parte dos municípios, de legislação que trate do parcelamento e ordenamento do solo (apenas Maceió possui Código de Obras e Urbanismo e Posturas). • Grande número de casas de taipa.

Tabela 190 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

COMPONENTE – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO	
Projeto	Urbanizar a orla da Praia de Tabuba
Objetivo	Promover a urbanização da orla da Praia de Tabuba, assegurando o ordenamento do espaço físico.
Justificativa	O litoral alagoano vive nos dias atuais, um incremento do turismo e do veraneio doméstico, o que tem gerado uma veloz ocupação e o adensamento de localidades até então isoladas e preservadas.
Descrição da ação	Dotar a orla da Praia de Tabuba de infra–estrutura atrativa, assegurando o acesso às praias e aos equipamentos turísticos, bem como a sustentabilidade local desenvolvendo estudos e projetos que visem: • Conceber espaços públicos com equipamentos de lazer e mobiliário urbano utilizando–se de elementos construtivos que interfiram minimamente na paisagem local; • Realização de oficinas como mecanismos de participação pública para construção de um Plano de Gestão; • Elaboração de quantitativos e orçamentos; • Licenciamento ambiental; • Execução das obras; • Implantação.
Produtos	• Projeto básico e executivo; • Licenciamento ambiental; • Execução das obras.
Resultados	• Atração de investidores para a área; • Potencializar os atrativos naturais através do uso adequado dos espaços litorâneos; • Valorização da paisagem; • Ordenamento urbano; • Melhoria da qualidade do produto turístico.
Municípios atendidos	Barra de Santo Antônio.
ESTRATÉGIAS RELACIONADAS – PDITS	
• Implantar, ampliar e estruturar os sistemas viários de acesso (rodovias e vias urbanas) e a oferta de serviços básicos (água, esgoto, energia, limpeza urbana e comunicação) e desenvolver programas de manutenção e monitoramento no Pólo. • Estruturar os atrativos de uso potencial e consolidar os de uso atual, promovendo a recuperação do patrimônio material, imaterial e ambiental do Pólo. • Investir no desenvolvimento de planos diretores, habitacionais e de turismo que assegurem as melhorias por eles advindas, bem como revisar e implantar os planos existentes. • Promover a requalificação urbana em todos os municípios do Pólo.	
OBJETIVOS PRELIMINARES RELACIONADOS – PDITS	
• Promover gestões nas áreas de infraestrutura capazes de atrair à iniciativa privada para investimentos em novos empreendimentos turísticos.	

Tabela 190 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS (continuação)

PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO
• Baixa qualidade no espaço urbano. • Ocupação desordenada do solo. • Inexistência, na maior parte dos municípios, de legislação que trate do parcelamento e ordenamento do solo (apenas Maceió possui Código de Obras e Urbanismo e Posturas). • Grande número de casas de taipa.

Tabela 191 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

COMPONENTE – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO	
Projeto	Urbanizar a orla da Praia de Barra de Camaragibe
Objetivo	Promover a urbanização da orla da Praia de Barra de Camaragibe, assegurando o ordenamento do espaço físico.
Justificativa	O litoral alagoano vive nos dias atuais, um incremento do turismo e do veraneio doméstico, o que tem gerado uma veloz ocupação e o adensamento de localidades até então isoladas e preservadas.
Descrição da ação	Dotar a orla da Praia de Barra de Camaragibe, de infra–estrutura atrativa, assegurando o acesso às praias e aos equipamentos turísticos, bem como a sustentabilidade local desenvolvendo estudos e projetos que visem: • Conceber espaços públicos com equipamentos de lazer e mobiliário urbano utilizando–se de elementos construtivos que interfiram minimamente na paisagem local; • Realização de oficinas como mecanismos de participação pública para construção de um Plano de Gestão; • Elaboração de quantitativos e orçamentos; • Licenciamento ambiental; • Execução das obras; • Implantação.
Produtos	• Projeto básico e executivo; • Licenciamento ambiental; • Execução das obras.
Resultados	• Atração de investidores para a área; • Potencializar os atrativos naturais através do uso adequado dos espaços litorâneos; • Valorização da paisagem; • Ordenamento urbano; • Melhoria da qualidade do produto turístico.
Municípios atendidos	Passo de Camaragibe.
ESTRATÉGIAS RELACIONADAS – PDITS	
• Implantar, ampliar e estruturar os sistemas viários de acesso (rodovias e vias urbanas) e a oferta de serviços básicos (água, esgoto, energia, limpeza urbana e comunicação) e desenvolver programas de manutenção e monitoramento no Pólo. • Estruturar os atrativos de uso potencial e consolidar os de uso atual, promovendo a recuperação do patrimônio material, imaterial e ambiental do Pólo. • Investir no desenvolvimento de planos diretores, habitacionais e de turismo que assegurem as melhorias por eles advindas, bem como revisar e implantar os planos existentes. • Promover a requalificação urbana em todos os municípios do Pólo.	
OBJETIVOS PRELIMINARES RELACIONADOS – PDITS	
• Promover gestões nas áreas de infraestrutura capazes de atrair à iniciativa privada para investimentos em novos empreendimentos turísticos.	

Tabela 191 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS (continuação)

PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO
• Baixa qualidade no espaço urbano. • Ocupação desordenada do solo. • Existência de Plano de Turismo em Passo do Camaragibe. • Inexistência, na maior parte dos municípios, de legislação que trate do parcelamento e ordenamento do solo (apenas Maceió possui Código de Obras e Urbanismo e Posturas). • Grande número de casas de taipa.

Tabela 192 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

COMPONENTE – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO	
Projeto	Urbanizar a orla da Praia do Marcineiro
Objetivo	Promover a urbanização da orla da Praia do Marcineiro, assegurando o ordenamento do espaço físico.
Justificativa	O litoral alagoano vive nos dias atuais, um incremento do turismo e do veraneio doméstico, o que tem gerado uma veloz ocupação e o adensamento de localidades até então isoladas e preservadas.
Descrição da ação	Dotar a orla da Praia do Marcineiro de infraestrutura atrativa, assegurando o acesso às praias e aos equipamentos turísticos, bem como a sustentabilidade local desenvolvendo estudos e projetos que visem: • Conceber espaços públicos com equipamentos de lazer e mobiliário urbano utilizando–se de elementos construtivos que interfiram minimamente na paisagem local; • Realização de oficinas como mecanismos de participação pública para construção de um Plano de Gestão; • Elaboração de quantitativos e orçamentos; • Licenciamento ambiental; • Execução das obras; • Implantação.
Produtos	• Projeto básico e executivo; • Licenciamento ambiental; • Execução das obras.
Resultados	• Atração de investidores para a área; • Potencializar os atrativos naturais através do uso adequado dos espaços litorâneos; • Valorização da paisagem; • Ordenamento urbano; • Melhoria da qualidade do produto turístico.
Municípios atendidos	São Miguel dos Milagres.
ESTRATÉGIAS RELACIONADAS – PDITS	
• Implantar, ampliar e estruturar os sistemas viários de acesso (rodovias e vias urbanas) e a oferta de serviços básicos (água, esgoto, energia, limpeza urbana e comunicação) e desenvolver programas de manutenção e monitoramento no Pólo. • Estruturar os atrativos de uso potencial e consolidar os de uso atual, promovendo a recuperação do patrimônio material, imaterial e ambiental do Pólo. • Investir no desenvolvimento de planos diretores, habitacionais e de turismo que assegurem as melhorias por eles advindas, bem como revisar e implantar os planos existentes. • Promover a requalificação urbana em todos os municípios do Pólo.	
OBJETIVOS PRELIMINARES RELACIONADOS – PDITS	
• Promover gestões nas áreas de infraestrutura capazes de atrair à iniciativa privada para investimentos em novos empreendimentos turísticos.	

Tabela 192 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS (continuação)

PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO
• Baixa qualidade no espaço urbano. • Ocupação desordenada do solo. • Inexistência, na maior parte dos municípios, de legislação que trate do parcelamento e ordenamento do solo (apenas Maceió possui Código de Obras e Urbanismo e Posturas).

Tabela 193 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

COMPONENTE – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO	
Projeto	Urbanizar a orla marítima de São Miguel dos Milagres
Objetivo	Promover a urbanização do trecho central da orla marítima de São Miguel dos Milagres, assegurando o ordenamento do espaço físico.
Justificativa	O litoral alagoano vive nos dias atuais, um incremento do turismo e do veraneio doméstico, o que tem gerado uma veloz ocupação e o adensamento de localidades até então isoladas e preservadas.
Descrição da ação	Dotar a orla marítima de São Miguel dos Milagres, de infra–estrutura atrativa, assegurando o acesso às praias e aos equipamentos turísticos, bem como a sustentabilidade local desenvolvendo estudos e projetos que visem: • Conceber espaços públicos com equipamentos de lazer e mobiliário urbano utilizando–se de elementos construtivos que interfiram minimamente na paisagem local; • Realização de oficinas como mecanismos de participação pública para construção de um Plano de Gestão; • Elaboração de quantitativos e orçamentos; • Licenciamento ambiental; • Execução das obras; • Implantação.
Produtos	• Projeto básico e executivo; • Licenciamento ambiental; • Execução das obras.
Resultados	• Atração de investidores para a área; • Potencializar os atrativos naturais através do uso adequado dos espaços litorâneos; • Valorização da paisagem; • Ordenamento urbano; • Melhoria da qualidade do produto turístico.
Municípios atendidos	São Miguel dos Milagres.
ESTRATÉGIAS RELACIONADAS – PDITS	
• Implantar, ampliar e estruturar os sistemas viários de acesso (rodovias e vias urbanas) e a oferta de serviços básicos (água, esgoto, energia, limpeza urbana e comunicação) e desenvolver programas de manutenção e monitoramento no Pólo. • Estruturar os atrativos de uso potencial e consolidar os de uso atual, promovendo a recuperação do patrimônio material, imaterial e ambiental do Pólo. • Promover a requalificação urbana em todos os municípios do Pólo.	
OBJETIVOS PRELIMINARES RELACIONADOS – PDITS	
• Promover gestões nas áreas de infraestrutura capazes de atrair à iniciativa privada para investimentos em novos empreendimentos turísticos.	

Tabela 193 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS (continuação)

PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO
• Baixa qualidade no espaço urbano. • Ocupação desordenada do solo. • Existência de Planos Diretores em três municípios do Pólo: Maceió, Maragogi e São Miguel dos Milagres. • Inexistência, na maior parte dos municípios, de legislação que trate do parcelamento e ordenamento do solo (apenas Maceió possui Código de Obras e Urbanismo e Posturas). • Grande número de casas de taipa.

Tabela 194 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

COMPONENTE – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO	
Projeto	Requalificar o Mirante do Farol (área de Marinha)
Objetivo	Melhorar a qualidade e a segurança da estrutura existente no Mirante do Farol.
Justificativa	O Mirante do Farol de Porto de Pedras oferece excelente oportunidade aos visitantes de desfrutarem um visual exuberante que, atrelado a justificativa histórica de sua localização estratégica poderá transformar–se em uma das principais atrações turísticas locais, todavia necessita de reformas e estruturação adequada para acesso à essa demanda.
Descrição da ação	Melhorar a estrutura física do Mirante do Farol de Porto de Pedras, com ações como: • Elaboração de estudos que viabilizem projetos básicos e executivos; • Elaboração dos quantitativos e orçamentos; • Licenciamento ambiental; • Execução das obras; • Implantação.
Produtos	• Projeto básico e executivo; • Licenciamento ambiental; • Execução das obras.
Resultados	• Melhoria da qualidade do produto turístico; • Maior segurança para os visitantes.
Municípios atendidos	Porto de Pedras.
ESTRATÉGIAS RELACIONADAS – PDITS	
• Implantar, ampliar e estruturar os sistemas viários de acesso (rodovias e vias urbanas) e a oferta de serviços básicos (água, esgoto, energia, limpeza urbana e comunicação) e desenvolver programas de manutenção e monitoramento no Pólo. • Estruturar os atrativos de uso potencial e consolidar os de uso atual, promovendo a recuperação do patrimônio material, imaterial e ambiental do Pólo. • Promover a requalificação urbana em todos os municípios do Pólo.	
OBJETIVOS PRELIMINARES RELACIONADOS – PDITS	
• Promover gestões nas áreas de infraestrutura capazes de atrair à iniciativa privada para investimentos em novos empreendimentos turísticos.	
PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO	
• Existência de atrativos de uso potencial para o desenvolvimento de novos segmentos turísticos que servirão de diferenciais competitivos. • Crescimento desordenado das áreas urbanas; • Descaracterização da paisagem e conseqüente desvalorização do atrativo turístico.	

Tabela 194 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS (continuação)

PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO
• Baixa qualidade no espaço urbano. • Ocupação desordenada do solo. • Inexistência, na maior parte dos municípios, de legislação que trate do parcelamento e ordenamento do solo (apenas Maceió possui Código de Obras e Urbanismo e Posturas). • Grande número de casas de taipa.

Tabela 195 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

COMPONENTE – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO	
Projeto	Construir espaço multieventos em Japaratinga
Objetivo	Possibilitar a criação de um pólo de cultura, lazer e entretenimento.
Justificativa	A criação de equipamentos do tipo multieventos resgata espaços de convivência e diversão para os moradores, visto que agrega funções de lazer e entretenimento e atividades culturais.
Descrição da ação	• Identificação da área mais apropriada para a implantação do empreendimento; • Aquisição da área; • Levantamento topográfico e fotográfico do local; • Elaboração do Memorial descritivo e justificativo; • Elaboração do projeto básico; • Elaboração do Projeto Executivo (arquitetônico e complementar); • Elaboração dos quantitativos e orçamentos; • Licenciamento ambiental; • Implantação.
Produtos	• Projeto básico e executivo; • Licenciamento ambiental; • Gestão e administração; • Área para difusão da cultura local implantada; • Execução das obras.
Resultados	• Valorização da cultura local; • Integração e interação dos turistas com a cultura local; • Geração de emprego e renda; • Incremento da atividade turística.
Municípios atendidos	Japaratinga.
ESTRATÉGIAS RELACIONADAS – PDITS	
• Desenvolver produtos e roteiros turísticos novos e complementares para o Pólo. • Estruturar os atrativos de uso potencial e consolidar os de uso atual, promovendo a recuperação do patrimônio material, imaterial e ambiental do Pólo. • Promover a requalificação urbana em todos os municípios do Pólo.	
OBJETIVOS PRELIMINARES RELACIONADOS – PDITS	
• Diversificar a oferta turística através da estruturação de novos produtos e roteiros turísticos trabalhando segmentos complementares ao sol e praia, oferecendo alternativas a sazonalidade e competitividade de mercado • Promover gestões nas áreas de infraestrutura capazes de atrair à iniciativa privada para investimentos em novos empreendimentos turísticos.	
PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO	
• Baixa qualidade no espaço urbano.	

Tabela 196 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

COMPONENTE – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO	
Projeto	Requalificar e ampliar a orla marítima de Maragogi
Objetivo	Promover a requalificação do trecho central da orla marítima de Maragogi, assegurando o ordenamento do espaço físico.
Justificativa	O litoral alagoano vive nos dias atuais, um incremento do turismo e do veraneio doméstico, o que tem gerado uma veloz ocupação com a proliferação de diversos pontos e tipos de serviços sem nenhum critério ou ordenamento urbanístico.
Descrição da ação	Dotar a orla marítima de Maragogi, de infra–estrutura atrativa, assegurando o acesso às praias e aos equipamentos turísticos, bem como a sustentabilidade local desenvolvendo estudos e projetos que visem: • Conceber espaços públicos com equipamentos de lazer e mobiliário urbano utilizando–se de elementos construtivos que interfiram minimamente na paisagem local; • Realização de oficinas como mecanismos de participação pública para construção de um Plano de Gestão; • Elaboração de quantitativos e orçamentos; • Licenciamento ambiental; • Execução das obras; • Implantação.
Produtos	• Projeto básico e executivo; • Licenciamento ambiental; • Execução das obras de urbanização dos espaços ocupados na orla marítima de Maragogi (trecho central).
Resultados	• Atração de investidores para a área; • Potencializar os atrativos naturais através do uso adequado dos espaços litorâneos; • Valorização da paisagem; • Ordenamento urbano; • Melhoria da qualidade do produto turístico.
Municípios atendidos	Maragogi.
ESTRATÉGIAS RELACIONADAS – PDITS	
• Implantar, ampliar e estruturar os sistemas viários de acesso (rodovias e vias urbanas) e a oferta de serviços básicos (água, esgoto, energia, limpeza urbana e comunicação) e desenvolver programas de manutenção e monitoramento no Pólo. • Estruturar os atrativos de uso potencial e consolidar os de uso atual, promovendo a recuperação do patrimônio material, imaterial e ambiental do Pólo. • Promover a requalificação urbana em todos os municípios do Pólo.	
OBJETIVOS PRELIMINARES RELACIONADOS – PDITS	
• Promover gestões nas áreas de infraestrutura capazes de atrair à iniciativa privada para investimentos em novos empreendimentos turísticos.	

Tabela 196 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS (continuação)

PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO
• Baixa qualidade no espaço urbano. • Ocupação desordenada do solo. • Existência de Planos Diretores em três municípios do Pólo: Maceió, Maragogi e São Miguel dos Milagres.

Tabela 197 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

COMPONENTE – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO	
Projeto	Restaurar o patrimônio histórico e arquitetônico de cidades do Pólo Costa dos Corais
Objetivo	Recuperação do patrimônio material edificado do Pólo Costa dos Corais.
Justificativa	As cidades da região do Pólo Costa dos Corais são muito importantes no contexto da apropriação e exploração do litoral nordestino e da cultura canavieira e algumas delas ainda apresentam alguns vestígios arquitetônicos da cultura e da história. A maior parte desses vestígios materiais, representados por igrejas, sobrados, armazéns e casario em geral, encontra–se em precário estado de conservação, alguns deles abandonados, especialmente aqueles de propriedade do poder público. Propõe–se que seja feito um levantamento desse acervo, diagnosticado o estado de conservação, elaborados projetos de restauração e atribuição de usos que atendam às demandas da população das cidades onde o patrimônio está localizado.
Descrição da Ação	• Inventário do patrimônio edificado para selecionar edificações passíveis de restauração e reutilização; • Diagnóstico de patologias e estado de conservação das edificações inventariadas; • Elaboração e execução de projeto de restauração; • Atribuição de usos que atendam ás demandas da população, especialmente no que se refere a equipamentos ligados à cultura e à educação; • Desenvolvimento de ações continuadas de educação patrimonial de modo a favorecer a preservação do patrimônio histórico e cultural, utilizando recursos lúdicos como teatro, música, palestras, cinema, gincanas, concursos, etc.; • Elaboração de projeto executivo e implantação de sinalização universal, garantindo ampla acessibilidade para portadores de necessidades especiais.
Produtos	• Patrimônio edificado preservado e conservado; • Cidades atendidas em relação a equipamentos de natureza cultural; • Comunidade educada em relação aos seus valores patrimoniais de história e de cultura.
Resultados	• Valorização da cultura e da história local; • Estímulo à preservação e conservação do patrimônio edificado; • Fomento ao segmento cultural e ampliação das opções culturais oferecidas a moradores e turistas; • Difusão junto à população de conceitos como "preservação, história, cultura" e estabelecimento de um relacionamento mais responsável com o patrimônio edificado.
Municípios Atendidos	• São Luis do Quitunde, Matriz de Camaragibe, Passo de Camaragibe, Porto de Pedras, São Miguel dos Milagres, Barra de Santo Antônio.
ESTRATÉGIAS RELACIONADAS – PDITS	
• Apoiar projetos de proteção e recuperação ambiental e iniciativas voltadas para a valorização do patrimônio histórico e cultural, fomentando a participação da população local e disseminando a educação sanitária, ambiental e patrimonial no âmbito público e privado. • Estruturar os atrativos de uso potencial e consolidar os de uso atual, promovendo a recuperação do patrimônio material, imaterial e ambiental do Pólo.	

Tabela 197 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS (continuação)

OBJETIVOS PRELIMINARES RELACIONADOS – PDITS
• Estabelecer princípios norteadores e instrumentos de planejamento que busquem um desenvolvimento sustentável da atividade turística; • Diversificar a oferta turística através da estruturação de novos produtos e roteiros turísticos trabalhando segmentos complementares ao sol e praia, oferecendo alternativas a sazonalidade e competitividade de mercado; • Promover o crescimento dos indicadores de demanda, através do aumento das taxas médias de ocupação, permanência média e fluxo de passageiros, maximizando a receita oriunda do turismo e conseqüentemente o efeito multiplicador de divisas.
PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO
• Apesar da riqueza e relevância histórica do patrimônio material e imaterial do Pólo, sua subutilização pode levar à perda de edificações e extinção de manifestações culturais tradicionais (perda de identidade). • Contexto histórico comum ligado à ocupação do espaço, à exploração econômica, especialmente através da cana–de–açúcar, à invasão holandesa, à presença de personagens históricos, tais como Calabar e Dom Pedro II na região. • Perdas irreversíveis no patrimônio histórico edificado pela ausência de obras de restauração e de intervenções inadequadas que descaracterizam os bens. • Crescimento desordenado das áreas urbanas; Descaracterização da paisagem e conseqüente desvalorização do atrativo turístico.

Tabela 198 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

COMPONENTE – ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO	
Projeto	Implantar programa de captação de eventos
Objetivo	Aumentar o numero de eventos captados para o Pólo Costa dos Corais, utilizando–se dos equipamentos existentes e consolidando–o como destino de negócios e eventos regionais e nacionais
Justificativa	Maceió vem se destacando como destino receptor de eventos regionais e nacionais, principalmente pela adequada infraestrutura do município e opções de equipamentos a exemplo do Centro Cultural e de Exposições Ruth Cardoso. No entanto outros Municípios do Pólo já possuem estrutura que possibilitam uma distribuição de novos eventos de diferentes portes a exemplo de Maragogi. Há uma oportunidade de posicionamento do pólo como destino competitivo de eventos regionais e nacionais.
Descrição da ação	• Elaboração do guia de eventos do Pólo Costa dos Corais contendo os espaços e equipamentos disponíveis, capacidade hoteleira, transporte turístico e capacidade de atendimento. • Elaboração e implantação do Plano estratégico para captação de eventos do Pólo Costa dos Corais, identificando as características de cada evento que possam ser realizados no Pólo, incluindo temática, período, perfil de público e quantidade estimada, necessidades técnicas, além do sistema promocional do pólo com estratégias para candidatura a eventos por segmento
Produtos	• Guia de eventos elaborado; • Plano estratégico para captação de eventos elaborado; • Materiais promocionais, site e ferramentas de *marketing* produzidos.
Resultados	• Consolidação do Pólo Costa dos Corais como destino de eventos e negócios referência nos mercados regionais e nacionais; • Aumento da ocupação media anual dos meios de hospedagem principalmente nos períodos de baixa temporada; • Diversificação da demanda e perfil de turistas, incentivando o desenvolvimento de um novo segmento turístico para o pólo; • Estímulo à instalação de novos empreendimentos e equipamentos direcionados a eventos assim como uma adaptação e melhoria dos já existentes.
Municípios atendidos	Maceió, Maragogi e Japaratinga.
ESTRATÉGIAS RELACIONADAS – PDITS	
• Desenvolver produtos e roteiros turísticos novos e complementares para o Pólo. • Elaborar plano de marketing estratégico com foco para o Pólo desenvolvendo programa de "Branding" e fortalecimento da marca Costa dos Corais para posicionamento no mercado.	
OBJETIVOS PRELIMINARES RELACIONADOS – PDITS	
• Diversificar a oferta turística através da estruturação de novos produtos e roteiros turísticos trabalhando segmentos complementares ao sol e praia, oferecendo alternativas a sazonalidade e competitividade de mercado; • Promover o crescimento dos indicadores de demanda, através do aumento das taxas médias de ocupação, permanência média e fluxo de passageiros, maximizando a receita oriunda do turismo e conseqüentemente o efeito multiplicador de divisas.	
PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO	
• Sazonalidade ainda é um entrave à comercialização anual do Pólo; • Existência de equipamentos com capacidade de receber eventos de grande porte não somente na capital com o Centro de Convenções, mas também em Maragogi. • Construção do Aeroporto de Maragogi.	

- Construção do terminal de passageiros do Porto de Maceió.

Tabela 199 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

COMPONENTE – ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO	
Projeto	Elaborar e implantar o Plano de Marketing para o Pólo Costa dos Corais.
Objetivo	Prover o Pólo de ferramentas de planejamento para execução de ações comerciais e promocionais do destino.
Justificativa	O Pólo não possui um plano de marketing. Torna–se imprescindível a determinação de segmentos e mercados prioritários, para potencializar e otimizar a promoção e divulgação do Pólo.
Descrição da ação	• Análise e diagnóstico do perfil das demandas atual e potencial dos mercados nacional e internacional, observando os segmentos priorizados para o Pólo; • Desenvolvimento de materiais promocionais diversificados; • Desenvolvimento de campanhas promocionais; • Elaboração e implantação de *website*; • Promoção de *fam tours* e *fam press*; • Participação em feiras e eventos para promoção do pólo nos mercados nacionais e internacionais; • Ação promocional para captação de vôos regulares e fretados; • Facilitar o acesso dos prestadores de serviços turísticos aos canais de distribuição.
Produtos	• Estudos e diagnósticos; • Material promocional diversificado; • Campanhas promocionais; • Organização e participação de feiras e eventos.
Resultados	• Aumento do fluxo turístico nacional e internacional; • Fidelização de mercados e captação de novos; • Geração de emprego e renda; • Otimização dos investimentos realizados na promoção e divulgação do Pólo; • Melhoria da auto–estima e fortalecimento da identidade regional; • Ampliação em número e qualidade dos investimentos no Pólo.
Municípios atendidos	Todos os municípios.
ESTRATÉGIAS RELACIONADAS – PDITS	
• Elaborar plano de marketing estratégico com foco para o Pólo desenvolvendo programa de "Branding" e fortalecimento da marca Costa dos Corais para posicionamento no mercado. • Desenvolver programa de consolidação de mercados existentes e acesso a novos mercados, focando também em campanhas de captação de vôos e melhoria da malha aérea	
OBJETIVOS PRELIMINARES RELACIONADOS – PDITS	
• Desenvolver mercados internacionais e aumentar o fluxo de turistas estrangeiros, com foco em médio prazo nos megaeventos a serem realizados no Brasil; • Promover o crescimento dos indicadores de demanda, através do aumento das taxas médias de ocupação, permanência média e fluxo de passageiros, maximizando a receita oriunda do turismo e conseqüentemente o efeito multiplicador de divisas; • Fidelizar e garantir o retorno dos turistas e buscar novos tipos de viajantes, através de ações promocionais estratégicas e excelência dos produtos turísticos existentes, para que venham a contribuir com a melhoria dos indicadores socioeconômicos e ambientais do destino.	

Tabela 199 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS (continuação)

PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO
• Inexistência de planos de marketing nos municípios, assim como estratégias estaduais de promoção que não obedecem às diretrizes organizadas; • Malha aérea regular ainda limitada e com opções pouco convenientes; • Alta dependência de vôos *charters*; • Muitos municípios do Pólo ainda são comercializados no formato de "*Day use*" onde turistas passam o dia e retornam, normalmente, para a capital Maceió; • Copa do Mundo de Futebol de 2014 deve gerar fluxos de demanda para o Pólo. • Construção do Aeroporto de Maragogi. • Construção do terminal de passageiros do Porto de Maceió.

Tabela 200 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

COMPONENTE – ESTRATÉGIA DE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL	
Projeto	Elaborar a revisão e adequação do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Pólo Costa dos Corais – PDITS
Objetivo	Elaborar o planejamento turístico do Pólo Costa dos Corais, para financimento pelo Prodetur Nacional.
Justificativa	o Pólo Costa dos Corais corresponde à principal região turística do Estado de Alagoas, sendo o indutor de todo desenvolvimento histórico do turismo no Estado, especialmente, pelo fato de englobar a capital alagoana. A atividade turística no Pólo deu largos passos de desenvolvimento ao longo dos últimos 10 anos, contudo o turismo em Alagoas possui baixo nível de desenvolvimento em virtude da ausência de investimentos em infraestrutura física e em serviços. Necessário, portanto, se faz o estabelecimento de um instrumento de planejamento que vem atender aos requisitos impostos pela BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, a fim de garantir o financimento dos projetos propostos.
Descrição da ação	Elaboração do Produto 1 – contendo: • Elaboração de plano de trabalho; • Justificativa da seleção da área turística – A análise envolve a caracterização geral do Pólo, sob os aspectos históricos, geográficos, ambientais e a dinâmica social e econômica; Uma visão resumida sobre cada um dos municípios integrantes do Pólo, a avaliação dos resultados e o grau de implementação da versão de 2002, a importância dos atrativos ou recursos turísticos, o grau de acessibilidade e conectividade, o nível de uso atual e potencial dos atrativos e recursos naturais, as condições físicas e serviços básicos existente no Pólo e o quadro institucional e os aspectos legais; • Formulação dos objetivos do PDITS – Neste momento foram analisados os objetivos propostos na versão 2002 e estabelecidos os objetivos atuais (gerais e específicos) e pontuados no horizontes temporal (curto, médio e logo prazo). Elaboração do Produto 2 – contendo: • Diagnóstico estratégico da área e das atividades turísticas, do quadro institucional e dos aspectos socioambientais – Nesta seção aborda–se de forma consistente a análise do mercado turístico, tanto no aspecto da demanda atual e potencial como as questões envolvendo a oferta. A oferta turística é avaliada de forma ampla, extrapolando apenas a visão sobre os recursos e atrativos turísticos existentes. O diagnóstico aborda a avaliação dos equipamentos e serviços disponíveis, os níveis de preços praticados, o sistema de promoção e comercialização, a necessidade de capacitação de mão de obra, bem como os aspectos relacionados a infraestrutura e serviços básicos encontrados no Pólo, o quadro institucional e os aspectos socioambientais. Elaboração do Produto 3 – contendo: • Estratégias de desenvolvimento turístico – Neste capítulo foram abordados o posicionamento turístico do Pólo, as estratégias de comercialização, as linhas de produto e os tipos de turismo que exigem a concentração de esforços, o *portifólio* estratégico de produtos–segmentos, o comparativo da matriz *swot* versão 2002 X 2010 e por fim as macro estratégias traçadas para o PDITS atual.

	Elaboração do Produto 4 – contendo: • Plano de Ação – Seleção de procedimentos, ações e projetos – Neste capitulo foram abordadas a visão do turismo de Pólo, o conjunto de ações previstas apresentadas por componentes, a análise comparativa do plano de ação versão 2002 X 2010, dimensionamento do investimento total das ações propostas. Posteriormente foram realizadas seleções e priorizações das ações de acordo com vários critérios e por fim, a descrição das ações a serem realizadas durante os dezoito primeiros meses. Elaboração da versão preliminar e, Elaboração da versão final.
Produtos	• Produto 1; • Produto 2; • Produto 3; • Produto 4; • Versão preliminar e, • Versão final.
Resultados	• Dotar o Pólo de um instrumento de planejamento integrado.
Municípios atendidos	Todos os municípios do litoral de Alagoas.

ESTRATÉGIAS RELACIONADAS – PDITS

- Promover o fortalecimento institucional das instâncias públicas municipais e estaduais para o apoio ao desenvolvimento do turismo sustentável.

OBJETIVOS PRELIMINARES RELACIONADOS – PDITS

- Estabelecer princípios norteadores e instrumentos de planejamento que busquem um desenvolvimento sustentável da atividade turística;
- Promover o crescimento dos indicadores de demanda, através do aumento das taxas médias de ocupação, permanência média e fluxo de passageiros, maximizando a receita oriunda do turismo e conseqüentemente o efeito multiplicador de divisas.

PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO

- Ausência de planos de desenvolvimento;
- Crescimento desordenado da atividade turística.

Tabela 201 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

COMPONENTE – ESTRATÉGIA DE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL	
Projeto	Elaborar sistema digital de informações para a gestão integrada do turismo no Estado e no Pólo
Objetivo	Dotar o Estado de informações integradas e de fácil atualização e acesso para a melhoria do processo de gestão do turismo. Implantar um sistema integrado de informações de licenciamento ambiental no Pólo e no Estado de modo a agilizar o processo e estar baseado em dados georreferenciados.
Justificativa	Atualmente a SETUR carece de um banco de dados com informações históricas e informações sobre a dinâmica do turismo no Estado de modo a servir de base para diversas ações como a composição de peças publicitárias, web site, participação em feiras, definição de políticas e de zonas turísticas, cadastro de prestadores de serviços e atualização, dados sobre taxas de ocupação hoteleira, dados sobre fluxo turístico, dados sobre produtos e atrativos, entre outros. Há dados dispersos em formatos diferenciados, sendo essencial a criação de um banco de dados integrado que permita o cruzamento de informações e a utilização de bases cartográficas como apoio. Além disso, torna–se necessário um sistema capaz de agregar informações que possam ser trabalhadas em um sistema espacial de ocupação, que demonstre diversos elementos essenciais neste processo como zoneamento existente, regras exigidas, acompanhamento de processos e encaminhamentos, entre outros.
Descrição da ação	Elaboração de Plano de Trabalho, levantamento e identificação de informações necessárias e fluxos de informações, identificação de públicos alvo e tipologias de informações necessárias, definição de melhores formatos, layouts e softwares a serem utilizados que permitam o compartilhamento de informações (intranet e internet), implantação do sistema, teste do sistema, treinamento presencial e online, suporte técnico, acompanhamento e monitoramento do sistema. Elaboração de projeto de normatização da utilização do programa no Estado: a idéia é que sirva como um sistema de abastecimento e troca informações constantes como o preenchimento de ficha nacional de hospedes online, cadastramento de pesquisas e informações prestadas nos Caos, entre outros.
Produtos	Plano de Trabalho, levantamentos, diagnóstico, propostas, implantação do sistema, monitoramento e acompanhamento, suporte técnico, normativa legal de implantação do sistema no Estado.
Resultados	• Dotar o Pólo de um sistema de informações integradas para a gestão e monitoramento; • Melhorar as estruturas organizacionais, procedimentos, recursos humanos e materiais para a gesta do turismo nos municípios e no Pólo; • Ampliar os níveis de participação social na discussão e implantação de políticas públicas de turismo.
Municípios atendidos	Todos os municípios do litoral de Alagoas.
ESTRATÉGIAS RELACIONADAS – PDITS	
• Promover o fortalecimento institucional das instâncias públicas municipais e estaduais para o apoio ao desenvolvimento do turismo sustentável.	
OBJETIVOS PRELIMINARES RELACIONADOS – PDITS	
• Estabelecer princípios norteadores e instrumentos de planejamento que busquem um desenvolvimento sustentável da atividade turística; • Desenvolver ações para fortalecer a institucionalidade turística, por meio de mecanismos de gestão e coordenaçãO em âmbito federal, estadual, local e do setor privado.	

Tabela 201 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS (continuação)

PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO
• Inexistência de informações integradas/dados e séries históricas • Inexistência de sistema integrado de informações de licenciamento ambiental no Pólo e no Estado.

Tabela 202 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

COMPONENTE – ESTRATÉGIA FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL	
Projeto	Fortalecimento Institucional dos órgãos municipais
Objetivo	Estruturar as secretarias de turismo com infraestrutura física, estruturação de equipes e capacitação profissional para os gestores, disponibilizando capacitação técnica que o ajudem a promover o desenvolvimento da comunidade integrando os diversos órgãos em vários níveis – Federal, Estadual e Municipal. Deverão ser contempladas também as secretarias de meio ambiente e cultura, uma vez que atuam de forma direta com o desenvolvimento do turismo sustentável.
Justificativa	Através das visitas realizadas quando da elaboração do diagnóstico foi possível perceber a grande carência que os órgãos que lidam direta ou indiretamente com o turismo vivenciam. Muitas não possuem espaço físico definido, são pequenas salas divididas com outros órgãos municipais. Não existem móveis e equipamentos que possibilitem a realização de atividades administrativas simples, como a realização de um telefonema ou envio de e–mail. E não existe quadro de pessoas para realizar as atividades que seriam necessárias aos órgãos. Uma gestão profissionalizada dos órgãos municipais que atuam com o turismo é um dos primeiros e mais importantes condicionantes para que a atuação desses órgãos possa efetivamente ser indutora e dinamizadora do desenvolvimento da atividade turística na região. Principalmente, quando considerada as fortes limitações administrativas e financeiras que são vivenciadas nos municípios que compõem o Pólo Costa dos Corais. Assim, torna–se muito importante desenvolver esforços para disponibilizar infraestrutura adequada e qualificação e profissionalização das pessoas que estão à frente da gestão desses órgãos.
Descrição da ação	Em cada município será necessário: • Levantamento de dados e informações sobre a estrutura dos órgãos municipais; • Definição de local físico para sediar as secretarias; • Fazer reforma e/ou adequação do local; • Disponibilizar móveis e equipamentos para estruturar as secretarias; • Diagnóstico do perfil dos gestores da região, através de levantamento de informações sobre: formações profissionais e capacidades técnicas dos gestores; • Elaboração do perfil profissional adequado para os funcionários das secretarias; • Realização de concursos públicos; • Estabelecimento de um plano de capacitação com completo projeto pedagógico, detalhando conteúdos, cronograma, local para realização do curso, indicação dos profissionais responsáveis pela capacitação e metodologia para aferir resultados alcançados; • Sistematização e adequação dos organogramas; • Realização das capacitações destinadas especialmente em gestão municipal de turismo.

Tabela 202 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS (continuação)

Produtos	• Secretarias que atualmente não possuem sede própria instaladas; • Espaço físico das secretarias que já possuem local definido adequado; • Aquisição de computadores, fax, internet, móveis e material de escritório para todos os órgãos do turismo; • Diagnóstico do perfil dos gestores da região, através de levantamento de informações sobre: formações profissionais e capacidades técnicas dos gestores • Concursos públicos realizados • Cursos de capacitação, seminários e eventos realizados; • Material didático específico para esse público elaborado, confeccionado e distribuído.
Resultados	Melhoria na gestão pública do turismo na região do Pólo.
Municípios atendidos	Todos os municípios do Pólo.
ESTRATÉGIAS RELACIONADAS – PDITS	
• Promover o fortalecimento institucional das instâncias públicas municipais e estaduais para o apoio ao desenvolvimento do turismo sustentável;	
OBJETIVOS PRELIMINARES RELACIONADOS – PDITS	
• Desenvolver ações para fortalecer a institucionalidade turística, por meio de mecanismos de gestão e coordenaçãO em âmbito federal, estadual, local e do setor privado.	
PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO	
• Não há disponibilidade adequada de recursos físicos, humanos e financeiros nos órgãos municipais de gestão do turismo. • Não há no Poder Público de alguns municípios a consciência e a percepção de que a atividade turística deve ser alvo de uma atuação mais efetiva e com enfoque estratégico. • Descontinuidade das administrações municipais e estadual. • O Governo Federal disponibiliza programas e fontes de financiamento aos Estados e Municípios em diversos programas voltados ao turismo, articulados prioritariamente pelo Ministério do Turismo.	

Tabela 203 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

COMPONENTE – ESTRATÉGIA FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL	
Projeto	Fortalecimento do ambiente institucional para o desenvolvimento da iniciativa privada
Objetivo	Estimular e fortalecer entre os atores locais da região a consciência da importância de processos de colaboração e cooperação de forma a integrá–los numa visão comum do território, obtendo desta forma maior competitividade territorial e um maior número de soluções para os problemas encontrados, através de programas de incentivo a processos de colaboração e cooperação entre o empresariado, as entidades de classe e o setor público. Fortalecendo e estimulando a articulação entre as associações existentes e os projetos de cooperação já existentes. Com estímulos a criação e fortalecimento das cooperativas na região, incentivando a produção associada ao turismo.
Justificativa	É importante em um território grande e composto por 11 (onze) municípios que a colaboração e a cooperação prevaleçam sobre possíveis interesses individuais fazendo com que o grupo de atores enxergue o território como uma região única e entendendo que unidos podem deixar de competir entre eles tornando toda a região um bloco único e representativo no cenário nacional e internacional. Até porque, atividades produtivas em ambientes com carência estrutural e em estágio inicial como o da Costa dos Corais, tornam–se muito mais aptos ao sucesso quando os agentes produtivos conseguem atuar colaborativamente. Ademais atividades econômicas do Pólo Costa dos Corais estão totalmente isoladas e frágeis necessitando de um fator indutor de estímulo para que o turismo seja o elo entre todas elas potencializando e valorizando o produto típico de forma que a região se torne equilibrada economicamente gerando cada vez mais emprego e renda. E considerando ainda que o setor do turismo na Costa dos Corais tem uma forte influência da iniciativa privada, portanto é necessário criar incentivos para que essa possa perceber a região de forma atrativa. Porém é extremamente importante que estas empresas se instalem e se desenvolvam no território compartilhando de ações e estratégias dentro de uma perspectiva de produção com sustentabilidade dentro de seu contexto territorial.
Descrição da ação	• Realizar cursos sobre a importância da colaboração e cooperação no desenvolvimento integrado do turismo. • Realizar levantamento de boas práticas na região de colaboração e cooperação entre empresariado, entidades de classe e setor público; • Realizar seminários, com boas práticas externas e internas de empresários do turismo que estimulem a colaboração e a cooperação; • Realizar oficinas de conscientização de ações colaborativas e cooperativas com as associações já existentes que fazem parte do APL Costa dos Corais; • Realizar levantamento de associações e cooperativas existentes na região em outras atividades econômicas (agricultura, pesca, artesanato, folclore, etc.) e setores (educação, saúde, segurança, etc.). E induzir a inserção dessas no APL Costa dos Corais; • Elaborar legislação de incentivo para empreendimentos sustentáveis no âmbito “regional” e municipal, principalmente aos que sejam sob a forma de cooperativas e associações; • Capacitar associados de cooperativas da região tornando–os agentes multiplicadores; • Criação de Fórum econômico integrado na região. (agricultura, turismo, pesca, artesanato, etc.)

Tabela 203 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS (continuação)

Produtos	• Projetos de cooperação e articulação produtiva da região elaborados. • Cursos, seminários e palestras voltadas a boas práticas de colaboração e cooperação realizadas. • Fórum criado e com atuação efetiva no desenvolvimento do turismo na região • Legislação de incentivos fiscais elaborada e implementada.
Resultados	• Desenvolvimento da cultura colaborativa entre os atores da cadeia do turismo na região Costa dos Corais; • Projetos articulados de desenvolvimento da atividade produtiva na região; • Atração de novos empreendimentos; • Readequação para os princípios da sustentabilidade dos empreendimentos já existentes; • Criação e fortalecimento de cooperativas na região Costa dos Corais.
Municípios atendidos	Todos os municípios do Pólo.
ESTRATÉGIAS RELACIONADAS – PDITS	
• Induzir processos de colaboração e cooperação entre os atores locais, estimulando o processo de integração produtiva na região, voltado inclusive ao abastecimento dos empreendimentos locais. • Promover o envolvimento da população local, com a priorização de projetos de médio e longo prazo de estruturação da atividade turística no setor público. • Desenvolver programas de capacitação, excelência, certificação e qualificação dos produtos e prestadores de serviços turísticos, promovendo o envolvimento da população local.	
OBJETIVOS PRELIMINARES RELACIONADOS – PDITS	
• Estabelecer princípios norteadores e instrumentos de planejamento que busquem um desenvolvimento sustentável da atividade turística • Desenvolver ações para fortalecer a institucionalidade turística, por meio de mecanismos de gestão e coordenaçãO em âmbito federal, estadual, local e do setor privado • Capacitar e Qualificar a mão–de–obra local como forma de inserção da população local no contexto da atividade turística.	
PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO	
• A baixa articulação entre os prestadores de serviços e gestores públicos impossibilita estratégias integradas de desenvolvimento local da atividade turística. • Falta de apoio institucional para estruturar programas de crédito e capacitação aos atores da cadeia produtiva. • Fraco associativismo / pequena participação da sociedade local na implementação de negócios turísticos.	

Tabela 204 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

COMPONENTE – ESTRATÉGIA FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL	
Projeto	Formar consórcios entre os municípios para elaboração de projetos de captação de recursos para ações de desenvolvimento do Pólo Costa dos Corais
Objetivo	Fomentar a captação de recursos para a região através da integração dos municípios, diminuindo custos e formando um movimento político de interesse único para o território.
Justificativa	A pouca disponibilidade de recursos nos órgãos municipais de gestão do turismo, a hegemonia da região no tocante as carências identificadas e o fato da disponibilidade de financiamentos para investimentos na região pressupor a elaboração de projetos, a formação de consórcio para captação de investimento torna–se num elemento de indução a integração colaborativa entre os municípios.
Descrição da ação	A formação do consórcio deve ser contemplada por 5 fases: • Sensibilização e conscientização dos prefeitos – Agendar encontros individuais e depois em grupo e realizar seminário; • Definição da estrutura organizacional do consórcio e dos objetivos do consórcio; • Contratação de equipe técnica – Definição do perfil profissional de cada função, com suas determinadas atribuições; • Institucionalização do consórcio; • Elaboração dos projetos de captação de recursos.
Produtos	Projeto de captação de investimentos elaborados e implementados.
Resultados	Desenvolvimento regional.
Municípios atendidos	Todos os municípios do Pólo.
ESTRATÉGIAS RELACIONADAS – PDITS	
• Promover o fortalecimento institucional das instâncias públicas municipais e estaduais para o apoio ao desenvolvimento do turismo sustentável	
OBJETIVOS PRELIMINARES RELACIONADOS – PDITS	
• Estabelecer princípios norteadores e instrumentos de planejamento que busquem um desenvolvimento sustentável da atividade turística; • Desenvolver ações para fortalecer a institucionalidade turística, por meio de mecanismos de gestão e coordenaçãO em âmbito federal, estadual, local e do setor privado.	
PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO	
• Não há disponibilidade adequada de recursos físicos, humanos e financeiros nos órgãos municipais de gestão do turismo. • Disponibilidade de recursos públicos para investimentos, principalmente em nível federal. • O acesso a créditos disponibilizados por agências multilaterais de crédito tem possibilitado investimentos estruturantes, principalmente em itens relacionados à infraestrutura.	

Tabela 205 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

COMPONENTE – ESTRATÉGIA FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL	
Projeto	Desenvolver cursos de capacitação para os empresários locais e suas equipes
Objetivo	Capacitar os empresários locais e suas equipes através de cursos que versem sobre a importância de desenvolver a atividade turística de forma profissionalizada e sustentável, tendo como eixo central a colaboração produtiva entre todos os envolvidos.
Justificativa	Várias foram às carências verificadas no que tange a qualificação das pessoas envolvidas na atividade turística na região. Sendo necessário o desenvolvimento de capacitações especificas. Destacando–se que todas as essas capacitações, deverão ter como eixo norteador os princípios de colaboração e cooperação entre os atores envolvidos.
Descrição da ação	• Sensibilizar os empresários locais e suas equipes para a importância da capacitação; • Realizar cursos de curto, médio e longo prazo de formação profissional para o turismo.
Produtos	• Empresários e equipes sensibilizados quanto à importância da capacitação; • Elaboração, confecção e distribuição de material didático específico para esse público; • Seminários, cursos e eventos profissionais realizados;
Resultados	• Qualificação profissional na rede de serviços e produtos da cadeia produtiva do turismo na região Costa dos Corais; • Melhoria do produto e serviço turístico.
Municípios atendidos	Todos os municípios do Pólo.
ESTRATÉGIAS RELACIONADAS – PDITS	
• Desenvolver programas de capacitação, excelência, certificação e qualificação dos produtos e prestadores de serviços turísticos, promovendo o envolvimento da população local. • Induzir processos de colaboração e cooperação entre os atores locais, estimulando o processo de integração produtiva na região, voltado inclusive ao abastecimento dos empreendimentos locais.	
OBJETIVOS PRELIMINARES RELACIONADOS – PDITS	
• Capacitar e Qualificar a mão–de–obra local como forma de inserção da população local no contexto da atividade turística; • Promover o crescimento dos indicadores de demanda, através do aumento das taxas médias de ocupação, permanência média e fluxo de passageiros, maximizando a receita oriunda do turismo e conseqüentemente o efeito multiplicador de divisas.	
PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO	
• Indisponibilidade de contratação de mão–de–obra qualificada, principalmente para atendimento a demanda de turista internacional, sobretudo relacionado à falta de conhecimento de outro idioma. • A baixa articulação entre os prestadores de serviços e gestores públicos impossibilita estratégias integradas de desenvolvimento local da atividade turística. • Fraco associativismo / pequena participação da sociedade local na implementação de negócios turísticos.	

Tabela 206 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

COMPONENTE – ESTRATÉGIA FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL	
Projeto	Promover oficinas e cursos voltados à população local para o envolvimento na atividade turística
Objetivo	Envolver a comunidade local às atividades turísticas capacitando e qualificando a população elevando a qualidade dos serviços prestados ao turista e integrando o turista a comunidade.
Justificativa	Devido à alta competitividade dos destinos turísticos o turista cada vez mais exige serviços de alta qualidade, e não apenas nas instalações dos hotéis e restaurante que freqüentam, mas no convívio com a população local. Considerando que a região já possui como característica uma população hospitaleira, basta apenas capacitá–los a receber bem o turista, de forma a garantir que a hospitalidade profissionalizada seja uma marca de diferenciação da região Costa dos Corais.
Descrição da ação	• Realização de concursos e eventos para envolvimento da população local; • Oficinas com a comunidade local que desenvolvam o sentimento de pertencimento ao território; • Cursos de receptividade ao turista; • Cursos sobre a história local e preservação do meio ambiente.
Produtos	• Cursos de capacitação realizados; • População local mobilizada e sensibilizada através de eventos; • Material didático elaborado; • Divulgada a importância do turismo no desenvolvimento sustentável da região para a população local.
Resultados	• Maior envolvimento da população local no desenvolvimento do turismo na região. • População mais qualificada tecnicamente; • Melhoria da qualidade de serviços ofertados.
Municípios atendidos	Todos os municípios da região.
ESTRATÉGIAS RELACIONADAS – PDITS	
• Desenvolver programas de capacitação, excelência, certificação e qualificação dos produtos e prestadores de serviços turísticos, promovendo o envolvimento da população local. • Induzir processos de colaboração e cooperação entre os atores locais, estimulando o processo de integração produtiva na região, voltado inclusive ao abastecimento dos empreendimentos locais. • Promover o envolvimento da população local, com a priorização de projetos de médio e longo prazo de estruturação da atividade turística no setor público.	
OBJETIVOS PRELIMINARES RELACIONADOS – PDITS	
• Capacitar e Qualificar a mão–de–obra local como forma de inserção da população local no contexto da atividade turística; • Promover o crescimento dos indicadores de demanda, através do aumento das taxas médias de ocupação, permanência média e fluxo de passageiros, maximizando a receita oriunda do turismo e conseqüentemente o efeito multiplicador de divisas.	

Tabela 206 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS (continuação)

PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO
• População receptiva e acessível à atividade turística. Ou seja, percebe–se uma natural hospitalidade dos moradores locais. • Indisponibilidade de contratação de mão–de–obra qualificada, principalmente para atendimento a demanda de turista internacional, sobretudo relacionado à falta de conhecimento de outro idioma. • Fraco associativismo / pequena participação da sociedade local na implementação de negócios turísticos.

Tabela 207 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

COMPONENTE – ESTRATÉGIA FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL	
Projeto	Elaborar / revisar Planos Diretores e Habitacionais para municípios do Pólo
Objetivo	Dotar oito municípios do Pólo Costa dos Corais de Planos Diretores e Habitacionais alinhados a uma macro estratégia regional, que estimule uma complementação nas questões ambientais, sociais, econômicas e culturais e revisar o Plano Diretor do município de Maragogi.
Justificativa	Sabemos que o crescimento desordenado dos conglomerados urbanos, é, em sua maioria absoluta, o principal responsável pelos problemas de convivência urbana, principalmente pela distância cronológica entre a criação desses municípios e as políticas públicas urbanas e ambientais vigentes em nosso país. Os Planos Diretores e aqueles específicos, como os Habitacionais têm como objetivo primordial a equalização destas diferenças promovendo alternativas de conciliação e daquilo já consolidado com o ordenamento e o disciplinamento do que poderá ou não vir a ser desenvolvido. Esses marcos regulatórios são imprescindíveis para os municípios que se propõem a ter como atividade econômica principal o turismo sustentável, já que se prestam, exatamente, a estabelecer padrões para o uso e ocupação territorial.
Descrição da ação	• Eleger equipe responsável pela execução dos trabalhos; • Estabelecer estratégias de convencimento de gestores municipais no sentido de elaborar seus planos por serem estes instrumentos, orientadores e direcionadores de políticas de desenvolvimento, alicerçados na legislação vigente, a fim de assegurar as melhoras deles advindas; • Reconhecer in loco as fragilidades e potencialidades do município objeto de estudo, bem como as carências habitacionais; • Analisar a legislação urbanística do município objeto de estudo; • Promover um diagnóstico com o levantamento de dados obtidos no campo e com as análises feitas sobre o município objeto de estudo; • Mapear o município, com identificação de seu perímetro urbano e rural, localização de povoados e distritos, zoneamento existente, áreas de risco, dentre outros; • Realizar oficinas e audiências públicas com a participação significativa da sociedade; • Elaborar projeto de lei; • Levar o plano para que o legislativo aprecie o projeto de lei.
Produtos	• Plano Diretor do município elaborado • Plano de Habitação de Interesse Social elaborado • Ordenamento urbano elaborado
Resultados	• Facilitação de acesso aos atrativos; • Atração de investidores privados para a região; • Melhoria da qualidade de vida da população; • Disciplinamento e ordenamento urbano.
Municípios atendidos	Barra de Santo Antônio, Japaratinga, Maragogi, Matriz de Camaragibe, Paripueira, Passo de Camaragibe, Porto Calvo, Porto de Pedras e São Luiz do Quitunde.

Tabela 207 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS (continuação)

ESTRATÉGIAS RELACIONADAS – PDITS
• Investir no desenvolvimento de planos diretores, habitacionais e de turismo que assegurem as melhorias por eles advindas, bem como revisar e implantar os planos existentes.
OBJETIVOS PRELIMINARES RELACIONADOS – PDITS
• Estabelecer princípios norteadores e instrumentos de planejamento que busquem um desenvolvimento sustentável da atividade turística; • Promover o crescimento dos indicadores de demanda, através do aumento das taxas médias de ocupação, permanência média e fluxo de passageiros, maximizando a receita oriunda do turismo e conseqüentemente o efeito multiplicador de divisas.
PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO
• Crescimento desordenado da atividade turística. • Ocupação irregular nas margens das rodovias e acesso ao Pólo. • Baixa qualidade no espaço urbano. • Inexistência, na maior parte dos municípios, de legislação que trate do parcelamento e ordenamento do solo (apenas Maceió possui Código de Obras e Urbanismo e Posturas). • Ocupação desordenada do solo. • Inexistência de Planos Diretores em 8 dos 11 municípios • Ausência de legislação de incentivo para novos empreendimentos e de legislação que ordene o crescimento das cidades e da atividade turística (Planos Diretores).

Tabela 208 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

COMPONENTE – ESTRATÉGIA FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL	
Projeto	Criar Conselhos Municipais de Turismo, Conselhos Municipais de Meio Ambiente e Conselhos Municipais de Cultura
Objetivo	Criar e implementar Conselho Municipal de Turismo, Conselho de Meio Ambiente e Conselho de Cultura nos municípios do Pólo Costa dos Corais que ainda não dispõem dessa instancia de participação popular .
Justificativa	Os Conselhos de Turismo, de Meio Ambiente e de Cultura são instancias de representação social que articulam estratégias para o desenvolvimento do turismo.
Descrição da ação	A ação deverá ser desenvolvida em 3 etapas: • Sensibilização dos atores locais; • Criação e regulamentação dos Conselhos; • Definição de local e infraestrutura para seu funcionamento.
Produtos	Conselhos municipais implantados e estruturados.
Resultados	Maior participação popular no desenvolvimento do turismo na região.
Municípios atendidos	Barra de Santo Antonio, Paripueira, Passo de Camaragibe, , Porto de Pedras, São Miguel dos Milagres
ESTRATÉGIAS RELACIONADAS – PDITS	
• Promover o fortalecimento institucional das instâncias públicas municipais e estaduais para o apoio ao desenvolvimento do turismo sustentável • Promover o envolvimento da população local, com a priorização de projetos de médio e longo prazo de estruturação da atividade turística no setor público.	
OBJETIVOS PRELIMINARES RELACIONADOS – PDITS	
• Estabelecer princípios norteadores e instrumentos de planejamento que busquem um desenvolvimento sustentável da atividade turística; • Desenvolver ações para fortalecer a institucionalidade turística, por meio de mecanismos de gestão e coordenação em âmbito federal, estadual, local e do setor privado.	
PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO	
• A baixa articulação entre os prestadores de serviços e gestores públicos impossibilita estratégias integradas de desenvolvimento local da atividade turística. • Descontinuidade das administrações municipais e estadual. • Fraco associativismo / pequena participação da sociedade local na implementação de negócios turísticos.	

Tabela 209 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

COMPONENTE – ESTRATÉGIA FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL	
Projeto	Criar Fundos Municipais de Turismo, Fundos Municipais de Meio Ambiente e Fundos Municipais de Cultura
Objetivo	Criação e implementação de Fundo Municipal de Turismo, Fundo Municipal de Meio Ambiente e Fundo Municipal de Cultura.
Justificativa	O desenvolvimento do turismo requer aplicação de recursos para a atividade, os quais precisam ser captados para aplicação especifica que se torna possível através da alocação em Fundo Municipal de Turismo, Fundo Municipal de Meio Ambiente e Fundo Municipal de Cultura.
Descrição da ação	A ação será desenvolvida em 3 etapas: • Criação de legislação especifica; • Alocação de dotação orçamentária; • Captação de recursos para os Fundos.
Produtos	• Legislação instituída; • Fundos Municipais implementados.
Resultados	Melhoria na captação e aplicação de recursos financeiros para desenvolvimento do turismo, meio ambiente e cultura nos municípios.
Municípios atendidos	Barra de Santo Antônio, Japaratinga, Maragogi, Paripueira, Passo de Camaragibe, Porto de Pedras, São Miguel dos Milagres.
ESTRATÉGIAS RELACIONADAS – PDITS	
• Promover o fortalecimento institucional das instâncias públicas municipais e estaduais para o apoio ao desenvolvimento do turismo sustentável • Promover o envolvimento da população local, com a priorização de projetos de médio e longo prazo de estruturação da atividade turística no setor público.	
OBJETIVOS PRELIMINARES RELACIONADOS – PDITS	
• Estabelecer princípios norteadores e instrumentos de planejamento que busquem um desenvolvimento sustentável da atividade turística; • Desenvolver ações para fortalecer a institucionalidade turística, por meio de mecanismos de gestão e coordenação em âmbito federal, estadual, local e do setor privado.	
PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO	
• A baixa articulação entre os prestadores de serviços e gestores públicos impossibilita estratégias integradas de desenvolvimento local da atividade turística. • Descontinuidade das administrações municipais e estadual.	

Tabela 210 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

COMPONENTE – ESTRATÉGIA DE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL	
Projeto	Apoiar a implantação do Projeto Orla
Objetivo	Viabilizar a implantação do Projeto Orla nos municípios. O Projeto Orla visa compatibilizar as políticas ambiental e patrimonial, no trato dos espaços litorâneos sob propriedade ou guarda da União, buscando inicialmente, dar uma nova abordagem ao uso e gestão dos terrenos e acrescidos de Marinha, como forma de consolidar uma orientação cooperativa e harmônica entre as ações e políticas praticadas na orla marítima.
Justificativa	O Projeto Orla, iniciativa do Ministério de Meio Ambiente com a Secretaria de Patrimônio da União, é de grande importância para o Pólo, uma vez que busca contribuir para a aplicação de diretrizes gerais para o disciplinamento do uso e ocupação da Orla Marítima. Sua implantação nos municípios vem sendo dificultada pela ausência de recursos para mobilização e contratação de consultorias para elaboração de alguns produtos essenciais ao desenvolvimento do projeto. Este projeto busca oferecer condições mínimas para implantação do Projeto Orla nos municípios.
Descrição da ação	• Formação da Comissão Projeto Orla (SEMARH, GRPU, Prefeituras); • Realização de Oficinas de Implementação; • Elaboração do Diagnóstico Socioambiental e Patrimonial da orla; • Elaboração do Plano de Gestão Integrada da orla; • Definição do Programa de Monitoramento; • Instalação do Comitê Gestor da Orla; • Elaboração da Agenda Imediata de Atuação.
Produtos	• Diagnóstico Socioambiental e Patrimonial da orla elaborado; • Plano de Gestão Integrada da orla elaborado.
Resultados	Ordenamento da orla.
Municípios atendidos	Paripueira, Barra de Santo Antônio, Passo de Camaragibe, São Miguel dos Milagres, Porto de Pedras, Japaratinga e Maragogi.
ESTRATÉGIAS RELACIONADAS – PDITS	
• Estruturar os atrativos de uso potencial e consolidar os de uso atual, promovendo a recuperação do patrimônio material, imaterial e ambiental do Pólo. • Promover a requalificação urbana em todos os municípios do Pólo.	
OBJETIVOS PRELIMINARES RELACIONADOS – PDITS	
• Estabelecer princípios norteadores e instrumentos de planejamento que busquem um desenvolvimento sustentável da atividade turística; • Desenvolver ações para fortalecer a institucionalidade turística, por meio de mecanismos de gestão e coordenação em âmbito federal, estadual, local e do setor privado; • Promover o crescimento dos indicadores de demanda, através do aumento das taxas médias de ocupação, permanência média e fluxo de passageiros, maximizando a receita oriunda do turismo e conseqüentemente o efeito multiplicador de divisas.	
PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO	
• Ausência de ordenamento na ocupação da orla • Planejamento, controle e fiscalização insuficiente das atividades turísticas; • Crescimento desordenado das áreas urbanas; Descaracterização da paisagem e conseqüente desvalorização do atrativo turístico. • Inexistência, na maior parte dos municípios, de legislação que trate do parcelamento e ordenamento do solo (apenas Maceió possui Código de Obras e Urbanismo e Posturas).	

Tabela 211 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

COMPONENTE – ESTRATÉGIA INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS	
Projeto	Recuperar e ampliar os acessos rodoviários (AL 101N, AL435 e AL465) aos municípios do Pólo
Objetivo	Promover o acesso através de deslocamentos rápidos e seguros dos usuários.
Justificativa	O reconhecido estrangulamento de tráfego na região, principalmente em períodos de alta estação e festejos carnavalescos, religiosos, juninos, dentre outros.
Descrição da ação	• Promover estudos para a efetivação da duplicação da AL 101 Norte; • Serviços de topografia; • Serviços de drenagem e terraplenagem; • Desapropriação de áreas; • Desenvolvimento de projetos; • Elaboração de quantitativos e orçamentos; • Licenciamento ambiental; • Execução das obras; • Implantação.
Produtos	• Projeto básico e executivo; • Licenciamento ambiental; • Execução das obras.
Resultados	• Facilitação de acesso aos atrativos e municípios integrantes do Pólo, bem como a melhoria da segurança para aqueles que nela trafegam; • Aumento do fluxo de turistas em função do deslocamento mais rápido e seguro; • Atração de investidores para a região; • Melhoria do produto turístico; • Diferencial competitivo para atração de investidores privados para o Pólo.
Municípios atendidos	Todos os municípios do Pólo.
ESTRATÉGIAS RELACIONADAS – PDITS	
• Implantar, ampliar e estruturar os sistemas viários de acesso (rodovias e vias urbanas) e a oferta de serviços básicos (água, esgoto, energia, limpeza urbana e comunicação) e desenvolver programas de manutenção e monitoramento no Pólo. • Estruturar os atrativos de uso potencial e consolidar os de uso atual, promovendo a recuperação do patrimônio material, imaterial e ambiental do Pólo.	
OBJETIVOS PRELIMINARES RELACIONADOS – PDITS	
• Diversificar a oferta turística através da estruturação de novos produtos e roteiros turísticos trabalhando segmentos complementares ao sol e praia, oferecendo alternativas a sazonalidade e competitividade de mercado; • Promover gestões nas áreas de infraestrutura capazes de atrair à iniciativa privada para investimentos em novos empreendimentos turísticos.	

Tabela 211 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO
DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS (continuação)

PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO
• Existência de acesso rodoviário a todos os destinos. • Vias locais dos destinos turísticos pavimentadas. • Escassez de projetos para manutenção e ampliação da infraestrutura existente. • Falta de planejamento para manutenção das estradas (rodovias) e dos acessos aos atrativos turísticos. • Manutenção e conservação das rodovias pelo Governo do Estado de Alagoas.

Tabela 212 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

COMPONENTE – ESTRATÉGIA INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS	
Projeto	Complementar a implantação da AL105 no trecho Cachoeira do Meirim / AL 413 São Luís do Quitunde – Estrada da Flamenguinha
Objetivo	Promover o acesso através de deslocamentos rápidos e seguros dos usuários.
Justificativa	O reconhecido estrangulamento de tráfego na região, principalmente em períodos de alta estação e festejos carnavalescos, religiosos, juninos, dentre outros.
Descrição da ação	• Serviços de topografia; • Serviços de drenagem e terraplenagem; • Desenvolvimento de projetos; • Elaboração de quantitativos e orçamentos; • Licenciamento ambiental; • Execução das obras; • Implantação.
Produtos	• Projeto básico e executivo; • Licenciamento ambiental; • Execução das obras.
Resultados	• Facilitação de acesso aos atrativos e municípios integrantes do Pólo, bem como a melhoria da segurança para aqueles que nela trafegam; • Aumento do fluxo de turistas em função do deslocamento mais rápido e seguro; • Atração de investidores para a região; • Melhoria do produto turístico.
Municípios atendidos	Todos os municípios do Pólo.
ESTRATÉGIAS RELACIONADAS – PDITS	
• Implantar, ampliar e estruturar os sistemas viários de acesso (rodovias e vias urbanas) e a oferta de serviços básicos (água, esgoto, energia, limpeza urbana e comunicação) e desenvolver programas de manutenção e monitoramento no Pólo. • Estruturar os atrativos de uso potencial e consolidar os de uso atual, promovendo a recuperação do patrimônio material, imaterial e ambiental do Pólo.	
OBJETIVOS PRELIMINARES RELACIONADOS – PDITS	
• Promover gestões nas áreas de infraestrutura capazes de atrair à iniciativa privada para investimentos em novos empreendimentos turísticos.	
PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO	
• Escassez de projetos para manutenção e ampliação da infraestrutura existente. • Falta de planejamento para manutenção das estradas (rodovias) e dos acessos aos atrativos turísticos. • Manutenção e conservação das rodovias pelo Governo do Estado de Alagoas.	

Tabela 213 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

COMPONENTE – ESTRATÉGIA INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS	
Projeto	Melhorar a iluminação pública nas áreas urbanas e rurais.
Objetivo	Promover o desenvolvimento de sistemas eficazes de iluminação pública, a fim de permitir a melhoria da imagem da cidade, favorecendo o turismo, o comércio, o lazer noturno e contribuindo para o desenvolvimento social e econômico da população.
Justificativa	Promover a valorização dos espaços públicos urbanos e rurais contribui para melhoria das condições de segurança pública e qualidade de vida da população.
Descrição da ação	• Diagnosticar demanda instalada; • Elaborar estudos; • Desenvolver projetos de ampliação da rede de iluminação pública; • Elaboração de quantitativos e orçamentos; • Licenciamento ambiental; • Execução das obras; • Implantação.
Produtos	• Projeto básico e executivo, atendendo as exigências dos órgãos competentes; • Licenciamento ambiental; • Implementação da ampliação da rede.
Resultados	• Atingimento de nível de excelência técnica capaz de absorver as demandas das comunidades locais; • Melhoria do produto turístico; • Diferencial competitivo para atração de investidores privados para o Pólo.
Municípios atendidos	Todos os municípios do Pólo.
ESTRATÉGIAS RELACIONADAS – PDITS	
• Implantar, ampliar e estruturar os sistemas viários de acesso (rodovias e vias urbanas) e a oferta de serviços básicos (água, esgoto, energia, limpeza urbana e comunicação) e desenvolver programas de manutenção e monitoramento no Pólo.	
OBJETIVOS PRELIMINARES RELACIONADOS – PDITS	
• Promover gestões nas áreas de infraestrutura capazes de atrair à iniciativa privada para investimentos em novos empreendimentos turísticos.	
PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO	
• Precariedade do sistema de iluminação pública; • Baixo nível de investimento em infraestrutura básica; • Escassez de projetos para manutenção e ampliação da infraestrutura existente; • Recursos Federais disponíveis para obras de infraestrutura (PAC, OGU e Programa Luz para Todos).	

Tabela 214 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

COMPONENTE – ESTRATÉGIA INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS	
Projeto	Melhorar o sistema de coleta do lixo e instalar lixeiras
Objetivo	Ampliar e aperfeiçoar os serviços de coleta de resíduos sólidos.
Justificativa	O Pólo é composto de áreas onde há uma maior concentração de turistas, motivo pelo qual mister se faz dotá–los de estrutura necessária para a coleta e depósito de seus resíduos
Descrição da ação	• Promover estudos dos locais onde há maior concentração de resíduos; • Promover ações de educação ambiental visando conscientizar a comunidade sobre a importância da destinação correta de seus resíduos sólidos; • Elaborar de *check–list*, para monitoramento dos serviços; • Promover campanhas para a redução da geração de lixo; • Implantar coleta seletiva e reciclagem; • Instalar lixeiras em vários pontos da cidade e da orla; • Elaboração de quantitativos e orçamentos; • Implantação.
Produtos	• Instalação dos equipamentos;
Resultados	• Limpeza pública municipal melhorada; • População conscientizada; • Equipamentos instalados; • Diminuição da incidência de doenças; • Custos na área de saúde reduzidos; • Qualidade do produto turístico melhorada.
Municípios atendidos	Todos os municípios do Pólo.
ESTRATÉGIAS RELACIONADAS – PDITS	
• Promover o envolvimento da população local, com a priorização de projetos de médio e longo prazo de estruturação da atividade turística no setor público. • Desenvolver programas de capacitação, excelência, certificação e qualificação dos produtos e prestadores de serviços turísticos, promovendo o envolvimento da população local. • Implantar, ampliar e estruturar os sistemas viários de acesso (rodovias e vias urbanas) e a oferta de serviços básicos (água, esgoto, energia, limpeza urbana e comunicação) e desenvolver programas de manutenção e monitoramento no Pólo.	
OBJETIVOS PRELIMINARES RELACIONADOS – PDITS	
• Capacitar e Qualificar a mão–de–obra local como forma de inserção da população local no contexto da atividade turística; • Promover gestões nas áreas de infraestrutura capazes de atrair à iniciativa privada para investimentos em novos empreendimentos turísticos.	

Tabela 214 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS (continuação)

PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO
• Existência de sistema de limpeza pública urbana em todos os municípios do Pólo. • O serviço de limpeza urbana é precário na alta temporada (verão). • Insuficiência de lixeiras nas cidades, especialmente nas praias, e falta de manutenção das poucas lixeiras existentes. • De um modo geral, não existe conscientização da população quanto à coleta seletiva dos resíduos, nem quanto ao local adequado para sua destinação (queima, depósito em terrenos baldios). • Poluição do solo, das águas e do ar devido à destinação inadequada dos resíduos sólidos e das queimas espontâneas. • Novo marco regulatório para os Resíduos Sólidos (Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei nº 12.305/2010).

Tabela 215 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

COMPONENTE – ESTRATÉGIA INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS	
Projeto	Melhorar o sistema de comunicação (telefonia fixa e móvel)
Objetivo	Implantar sistema de comunicação (telefonia fixa e móvel) eficiente e capilaridade a seus acessos.
Justificativa	Os meios de comunicação contribuem de forma significativa com o turismo, não só no que se refere à divulgação do destino turístico, como para operacionalização de reservas, dentre outras coisas. A precariedade desse sistema afeta sensivelmente esse setor, motivo pelo qual se torna imprescindível a modernização do mesmo, minimizando as deficiências existentes e otimizando as telecomunicações de alto nível a fim de permitir o desenvolvimento empresarial.
Descrição da ação	Garantir a consecução das metas de universalização do serviço de comunicação utilizando–se de: • Monitoramento da prestação de serviços; • Diagnosticar demanda instalada; • Elaborar estudos; • Desenvolver projetos de ampliação do sistema de telefonia; • Elaboração de quantitativos e orçamentos; • Licenciamento ambiental; • Execução da obra; • Implantação.
Produtos	• Projeto básico e executivo, atendendo as exigências dos órgãos competentes; • Licenciamento ambiental; • Implementação da ampliação da rede.
Resultados	• Melhoria do produto turístico. • Diferencial competitivo para atração de investidores privados para o Pólo. • Atingimento de nível de excelência técnica capaz de absorver as demandas das comunidades locais.
Municípios atendidos	Todos os municípios do Pólo, à exceção de Maceió.
ESTRATÉGIAS RELACIONADAS – PDITS	
• Implantar, ampliar e estruturar os sistemas viários de acesso (rodovias e vias urbanas) e a oferta de serviços básicos (água, esgoto, energia, limpeza urbana e comunicação) e desenvolver programas de manutenção e monitoramento no Pólo.	
OBJETIVOS PRELIMINARES RELACIONADOS – PDITS	
• Promover gestões nas áreas de infraestrutura capazes de atrair à iniciativa privada para investimentos em novos empreendimentos turísticos.	
PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO	
• Deficiência dos serviços de internet e telefonia móvel. • Telefones comunitários (orelhões) instalados sem padronização e sem manutenção. • Grande número de antenas parabólicas interfere na paisagem e restringe a disseminação da informação local.	

Tabela 216 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

COMPONENTE – ESTRATÉGIA INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS	
Projeto	Implantar o sistema de abastecimento de água
Objetivo	Garantir o direito de acesso de toda pessoa ou instituição, independentemente de sua localização e condição sócio–econômica, aos serviços de abastecimento de água.
Justificativa	Vem sendo travada no Brasil uma luta pela desigualdade social. A democratização dos serviços básicos essenciais tais como água, luz, saneamento, comunicação passa a ser hoje o foco principal, com o fito de minimizar a exclusão social e garantir o desenvolvimento. A precariedade desses serviços afeta sobremaneira o turismo sustentável, motivo pelo qual se torna imprescindível e urgente a ampliação das redes, minimizando as deficiências existentes e assegurando o desenvolvimento sustentável.
Descrição da ação	Garantir a consecução das metas de universalização dos serviços de abastecimento de água, utilizando–se de: • Monitoramento da prestação de serviços; • Diagnóstico da demanda instalada; • Elaboração estudos; • Desenvolvimento de projetos de ampliação dos sistemas de abastecimento de água; • Elaboração de quantitativos e orçamentos; • Licenciamento ambiental; • Execução das obras; • Implantação.
Produtos	• Projeto básico e executivo, atendendo as exigências dos órgãos competentes; • Licenciamento ambiental; • Implementação da ampliação das redes; • Gestão e administração.
Resultados	• Efetivação do acesso a distribuição de água com qualidade a todos os munícipes, inclusive aos empreendimentos existentes e futuros; • Redução de custos na área de saúde; • Diferencial competitivo para atração de investidores privados para o Pólo.
Municípios atendidos	Todos os municípios.
ESTRATÉGIAS RELACIONADAS – PDITS	
• Implantar, ampliar e estruturar os sistemas viários de acesso (rodovias e vias urbanas) e a oferta de serviços básicos (água, esgoto, energia, limpeza urbana e comunicação) e desenvolver programas de manutenção e monitoramento no Pólo.	
OBJETIVOS PRELIMINARES RELACIONADOS – PDITS	
• Promover gestões nas áreas de infraestrutura capazes de atrair à iniciativa privada para investimentos em novos empreendimentos turísticos.	

Tabela 216 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS (continuação)

PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO
• Existência de rede de abastecimento de água. • Deficiência no abastecimento de água durante o verão (alta temporada). • Baixo nível de investimento em infraestrutura básica. • Escassez de projetos para manutenção e ampliação da infraestrutura existente.

Tabela 217 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

COMPONENTE – ESTRATÉGIA INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS	
Projeto	Implantar o sistema de esgotamento sanitário e de saneamento básico
Objetivo	Garantir o direito de acesso de toda pessoa ou instituição, independentemente de sua localização e condição sócio–econômica, aos serviços de saneamento básico.
Justificativa	Vem sendo travada no Brasil uma luta pela desigualdade social. A democratização dos serviços básicos essenciais tais como água, luz, saneamento, comunicação passa a ser hoje o foco principal, com o fito de minimizar a exclusão social e garantir o desenvolvimento. A precariedade desses serviços afeta sobremaneira o turismo sustentável, motivo pelo qual se torna imprescindível e urgente a ampliação das redes, minimizando as deficiências existentes e assegurando o desenvolvimento sustentável.
Descrição da ação	Garantir a consecução das metas de universalização dos serviços de saneamento básico, utilizando–se de: • Monitoramento da prestação de serviços; • Diagnóstico da demanda instalada; • Elaboração estudos; • Desenvolvimento de projetos de ampliação dos sistemas de esgotamento sanitário; • Elaboração de quantitativos e orçamentos; • Licenciamento ambiental; • Execução das obras; • Implantação.
Produtos	• Projeto básico e executivo, atendendo as exigências dos órgãos competentes; • Licenciamento ambiental; • Implementação da ampliação das redes; • Gestão e administração.
Resultados	• Construção e/ou operacionalização das estações de tratamento de esgoto; • Redimensionamento da estação de tratamento de esgoto de Maceió; • Redução de custos na área de saúde; • Diferencial competitivo para atração de investidores privados para o Pólo.
Municípios atendidos	Todos os municípios, à exceção de Maceió e parte de 10% de Maragogi.
ESTRATÉGIAS RELACIONADAS – PDITS	
• Implantar, ampliar e estruturar os sistemas viários de acesso (rodovias e vias urbanas) e a oferta de serviços básicos (água, esgoto, energia, limpeza urbana e comunicação) e desenvolver programas de manutenção e monitoramento no Pólo.	
OBJETIVOS PRELIMINARES RELACIONADOS – PDITS	
• Promover gestões nas áreas de infraestrutura capazes de atrair à iniciativa privada para investimentos em novos empreendimentos turísticos.	

Tabela 217 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS (continuação)

PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO
• Baixo nível de investimento em infraestrutura básica. • Maragogi tem 85,70 % da população atendida com rede coletora de esgoto. • Inexistência de Planos Municipais de Saneamento Básico.

Tabela 218 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

COMPONENTE – ESTRATÉGIA INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS	
Projeto	Construir a Ecovia Norte
Objetivo	Promover a interligação da chamada parte alta da cidade às praias do litoral norte, com ramificações por cinco bairros de Maceió visando primordialmente promover acessibilidade do transporte dos resíduos sólidos de Maceió ao novo aterro sanitário.
Justificativa	Evitar o tráfego de caminhões de lixo de dentro da cidade, como também criar alternativa de escoamento do tráfego.
Descrição da ação	• Elaboração de estudos; • Serviços de topografia; • Serviços de drenagem e terraplenagem; • Desenvolvimento de projetos; • Elaboração de quantitativos e orçamentos; • Licenciamento ambiental; • Execução das obras; • Implantação.
Produtos	• Projeto básico e executivo; • Licenciamento ambiental; • Execução das obras.
Resultados	• Mais uma alternativa de trafegabilidade; • Promoção da acessibilidade do transporte dos resíduos sólidos de Maceió ao novo aterro sanitário; • Melhor fluidez do trânsito.
Municípios atendidos	Maceió.
ESTRATÉGIAS RELACIONADAS – PDITS	
• Implantar, ampliar e estruturar os sistemas viários de acesso (rodovias e vias urbanas) e a oferta de serviços básicos (água, esgoto, energia, limpeza urbana e comunicação) e desenvolver programas de manutenção e monitoramento no Pólo.	
OBJETIVOS PRELIMINARES RELACIONADOS – PDITS	
• Promover gestões nas áreas de infraestrutura capazes de atrair à iniciativa privada para investimentos em novos empreendimentos turísticos.	
PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO	
• Manutenção e conservação das rodovias pelo Governo do Estado de Alagoas. • Construção do Aeroporto de Maragogi. • Recursos Federais disponíveis para obras de infraestrutura (PAC, OGU e Programa Luz para Todos).	

Tabela 219 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

COMPONENTE – ESTRATÉGIA INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS	
Projeto	Construir o eixo viário do Vale do Reginaldo
Objetivo	Implantação de duas pistas de rolamento margeando o riacho do Reginaldo, que darão acesso a todos os bairros circunvizinhos e promover a remoção das ocupações irregulares existentes naquele Vale, implantando unidades habitacionais dignas, dotadas de infraestrutura básica (água, energia e esgoto) humanizando a área e assegurando a melhoria da qualidade de vida daquela população.
Justificativa	Dotar a cidade de Maceió de mais uma alternativa de escoamento de trafego, além de promover o saneamento de toda a área que ora encontra–se descartando seus efluentes *in natura* no riacho do Reginaldo e na praia da avenida, e oferecer a oferta de serviços públicos, como coleta de lixo, SAMU, dentre outros.
Descrição da ação	• Promover estudos; • Serviços de topografia; • Serviços de drenagem e terraplenagem; • Desenvolvimento de projetos básicos e executivos; • Conceber espaços públicos com equipamentos de lazer e mobiliário urbano; • Elaboração de quantitativos e orçamentos; • Licenciamento ambiental; • Execução das obras; • Implantação.
Produtos	• Projeto básico e executivo; • Licenciamento ambiental; • Execução das obras.
Resultados	• Melhoria da qualidade de vida da população; • Ordenamento urbano; • Redução de custos na área de saúde; • Melhoria de balneabilidade de praias urbanas de Maceió.
Municípios atendidos	Maceió.
ESTRATÉGIAS RELACIONADAS – PDITS	
• Implantar, ampliar e estruturar os sistemas viários de acesso (rodovias e vias urbanas) e a oferta de serviços básicos (água, esgoto, energia, limpeza urbana e comunicação) e desenvolver programas de manutenção e monitoramento no Pólo.	
OBJETIVOS PRELIMINARES RELACIONADOS – PDITS	
• Promover gestões nas áreas de infraestrutura capazes de atrair à iniciativa privada para investimentos em novos empreendimentos turísticos.	
PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO	
• Baixa qualidade no espaço urbano. • Recursos Federais disponíveis para obras de infraestrutura (PAC, OGU e Programa Luz para Todos). • Inexistência, na maior parte dos municípios, de legislação que trate do parcelamento e ordenamento do solo (apenas Maceió possui Código de Obras e Urbanismo e Posturas). • Ocupação desordenada do solo.	

Tabela 220 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

COMPONENTE – ESTRATÉGIA INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS	
Projeto	Construir o terminal de passageiros no Porto de Maceió
Objetivo	Estruturar um espaço para embarque e desembarque de passageiros atendendo ao crescente mercado de cruzeiros.
Justificativa	O papel principal do Porto de Maceió está vinculado ao desenvolvimento da economia de Alagoas, contudo tem sido crescente o mercado de cruzeiros marítimos. Apesar dessa constatação, verifica–se que o Porto de Maceió não possui um píer específico para passageiros e tampouco está dotado de infraestrutura turística e de entretenimento e lazer para receber os turistas que desembarcam na cidade.
Descrição da ação	• Elaboração do projeto básico e executivo; • Elaboração dos quantitativos e orçamentos; • Licenciamento ambiental; • Execução das obras; • Implantação.
Produtos	• Projeto básico e executivo; • Licenciamento ambiental; • Execução das obras.
Resultados	• Ampliação das opções de acesso dos turistas; • Inclusão de Alagoas nos roteiros dos cruzeiros marítimos; • Expansão dos negócios ligados ao turismo; • Aumento das oportunidades de emprego e renda; • Melhoria da infraestrutura de serviços.
Municípios atendidos	Maceió.
ESTRATÉGIAS RELACIONADAS – PDITS	
• Implantar, ampliar e estruturar os sistemas viários de acesso (rodovias e vias urbanas) e a oferta de serviços básicos (água, esgoto, energia, limpeza urbana e comunicação) e desenvolver programas de manutenção e monitoramento no Pólo. • Estruturar os atrativos de uso potencial e consolidar os de uso atual, promovendo a recuperação do patrimônio material, imaterial e ambiental do Pólo.	
OBJETIVOS PRELIMINARES RELACIONADOS – PDITS	
• Diversificar a oferta turística através da estruturação de novos produtos e roteiros turísticos trabalhando segmentos complementares ao sol e praia, oferecendo alternativas a sazonalidade e competitividade de mercado; • Promover gestões nas áreas de infraestrutura capazes de atrair à iniciativa privada para investimentos em novos empreendimentos turísticos; • Promover o crescimento dos indicadores de demanda, através do aumento das taxas médias de ocupação, permanência média e fluxo de passageiros, maximizando a receita oriunda do turismo e conseqüentemente o efeito multiplicador de divisas.	
PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO	
• Construção do terminal de passageiros do Porto de Maceió. • Recursos Federais disponíveis para obras de infraestrutura (PAC, OGU e Programa Luz para Todos).	

Tabela 221 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

COMPONENTE – ESTRATÉGIA INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS	
Projeto	Urbanizar e integrar a orla lagunar de Maceió (1ª etapa)
Objetivo	Promover a urbanização da orla da Lagoa Mundaú, assegurando o ordenamento do espaço físico.
Justificativa	A urbanização da orla da Lagoa Mundaú traz agregada a ela serviços tais como: coleta de esgoto, ampliação da rede de iluminação pública, além do inquestionável aumento de trafegabilidade e oportunização da exploração turística.
Descrição da ação	Dotar a orla lagunar de infra–estrutura viária que seja atrativa e dê apoio à implantação de equipamentos turísticos através das ações: • Elaboração de estudos; • Serviços de topografia; • Serviços de dragagem, drenagem e terraplenagem; • Desenvolvimento de projetos com a criação de passeios para pedestres, pista de *cooper* e ciclovia utilizando–se de elementos construtivos que interfiram minimamente na paisagem local; • Instalação de mobiliário urbano; • Realização de oficinas como mecanismos de participação pública para construção de um Plano de Gestão; • Elaboração de quantitativos e orçamentos; • Licenciamento ambiental; • Execução das obras; • Implantação.
Produtos	• Projeto básico e executivo; • Licenciamento ambiental; • Execução da obra.
Resultados	• Atração de investidores para a área; • Potencializar os atrativos naturais através do uso adequado dos espaços litorâneos; • Valorização da paisagem; • Ordenamento urbano; • Melhoria do produto turístico.
Municípios atendidos	Maceió.
ESTRATÉGIAS RELACIONADAS – PDITS	
• Implantar, ampliar e estruturar os sistemas viários de acesso (rodovias e vias urbanas) e a oferta de serviços básicos (água, esgoto, energia, limpeza urbana e comunicação) e desenvolver programas de manutenção e monitoramento no Pólo. • Estruturar os atrativos de uso potencial e consolidar os de uso atual, promovendo a recuperação do patrimônio material, imaterial e ambiental do Pólo. • Promover a requalificação urbana em todos os municípios do Pólo.	
OBJETIVOS PRELIMINARES RELACIONADOS – PDITS	
• Diversificar a oferta turística através da estruturação de novos produtos e roteiros turísticos trabalhando segmentos complementares ao sol e praia, oferecendo alternativas a sazonalidade e competitividade de mercado; • Promover gestões nas áreas de infraestrutura capazes de atrair à iniciativa privada para investimentos em novos empreendimentos turísticos.	

Tabela 221 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS (continuação)

PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO
• Existência de Planos Diretores em três municípios do Pólo: Maceió, Maragogi e São Miguel dos Milagres. • Baixa qualidade no espaço urbano. • Requalificação Urbana do Centro e da Orla de Maceió. • Ocupação desordenada do solo.

Tabela 222 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

COMPONENTE – ESTRATÉGIA INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS	
Projeto	Iluminar a rodovia AL101N no trecho compreendido entre Japaratinga e a divisa com o estado de Pernambuco
Objetivo	Promover o desenvolvimento de sistemas eficazes de iluminação pública, a fim de permitir a melhoria da imagem da cidade, favorecendo a população local e ao turismo, contribuindo concomitantemente para o desenvolvimento social e econômico da população.
Justificativa	A falta de iluminação pública traz riscos de acidentes e compromete a segurança.
Descrição da ação	• Diagnosticar demanda instalada; • Elaborar estudos; • Desenvolver projetos de ampliação da rede de iluminação pública; • Elaboração de quantitativos e orçamentos; • Licenciamento ambiental; • Execução das obras; • Implantação.
Produtos	• Projeto básico e executivo, atendendo as exigências dos órgãos competentes; • Licenciamento ambiental; • Implementação da ampliação da rede.
Resultados	• Melhoria da qualidade do produto turístico; • Diferencial competitivo para atração de investidores privados para o Pólo; • Atingimento de nível de excelência técnica capaz de absorver as demandas das comunidades locais.
Municípios atendidos	Japaratinga e Maragogi.
ESTRATÉGIAS RELACIONADAS – PDITS	
• Implantar, ampliar e estruturar os sistemas viários de acesso (rodovias e vias urbanas) e a oferta de serviços básicos (água, esgoto, energia, limpeza urbana e comunicação) e desenvolver programas de manutenção e monitoramento no Pólo.	
OBJETIVOS PRELIMINARES RELACIONADOS – PDITS	
• Promover gestões nas áreas de infraestrutura capazes de atrair à iniciativa privada para investimentos em novos empreendimentos turísticos.	
PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO	
• Recursos Federais disponíveis para obras de infraestrutura (PAC, OGU e Programa Luz para Todos). • Existência de acesso rodoviário a todos os destinos. • Vias locais dos destinos turísticos pavimentadas. • Escassez de projetos para manutenção e ampliação da infraestrutura existente. • Falta de planejamento para manutenção das estradas (rodovias) e dos acessos aos atrativos turísticos. • Manutenção e conservação das rodovias pelo Governo do Estado de Alagoas. • Construção do Aeroporto de Maragogi.	

Tabela 223 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

COMPONENTE – ESTRATÉGIA INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS	
Projeto	Construir acessos para as praias de Antunes, Ponta de Mangue e Peroba
Objetivo	Assegurar condições de trafegabilidade para as praias de Antunes, Ponta de Mangue e Peroba.
Justificativa	O acesso às praias é escasso, haja vista grandes propriedades particulares e, quando existem, se dá, muitas das vezes, unicamente à pé, visto suas ínfimas dimensões.
Descrição da ação	• Elaboração de estudos que viabilizem projetos básicos e executivos; • Elaboração dos quantitativos e orçamentos; • Execução das obras; • Implantação; • Elaboração de legislação que assegure obrigatoriedade quanto à abertura de acesso à praia, disciplinando distâncias mínimas tanto para acesso de pedestres, quanto para veículos.
Produtos	• Projeto básico e executivo; • Licenciamento ambiental; • Execução das obras.
Resultados	• Melhoria da qualidade do produto turístico; • Maior segurança para os visitantes; • Ordenamento do uso do solo.
Municípios atendidos	Maragogi.
ESTRATÉGIAS RELACIONADAS – PDITS	
• Implantar, ampliar e estruturar os sistemas viários de acesso (rodovias e vias urbanas) e a oferta de serviços básicos (água, esgoto, energia, limpeza urbana e comunicação) e desenvolver programas de manutenção e monitoramento no Pólo. • Estruturar os atrativos de uso potencial e consolidar os de uso atual, promovendo a recuperação do patrimônio material, imaterial e ambiental do Pólo. • Promover a requalificação urbana em todos os municípios do Pólo.	
OBJETIVOS PRELIMINARES RELACIONADOS – PDITS	
• Diversificar a oferta turística através da estruturação de novos produtos e roteiros turísticos trabalhando segmentos complementares ao sol e praia, oferecendo alternativas a sazonalidade e competitividade de mercado; • Promover gestões nas áreas de infraestrutura capazes de atrair à iniciativa privada para investimentos em novos empreendimentos turísticos; • Promover o crescimento dos indicadores de demanda, através do aumento das taxas médias de ocupação, permanência média e fluxo de passageiros, maximizando a receita oriunda do turismo e conseqüentemente o efeito multiplicador de divisas.	

Tabela 223 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS (continuação)

PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO
• Baixa qualidade no espaço urbano. • Existência de acesso rodoviário a todos os destinos. • Escassez de projetos para manutenção e ampliação da infraestrutura existente. • Falta de planejamento para manutenção das estradas (rodovias) e dos acessos aos atrativos turísticos. • Manutenção e conservação das rodovias pelo Governo do Estado de Alagoas. • Construção do Aeroporto de Maragogi.

Tabela 224 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

COMPONENTE – ESTRATÉGIA INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS	
Projeto	Construir Terminal Rodoviário de Passageiros em Maragogi
Objetivo	Possibilitar a construção de um terminal rodoviário de passageiros para atender as novas demandas geradas em função do crescimento do movimento.
Justificativa	Um terminal rodoviário de passageiros propicia à população local e aos turistas, o embarque e desembarque de forma organizada, segura e confortável.
Descrição da ação	• Identificação de área integrada aos elementos urbanísticos do seu entorno para a implantação do empreendimento; • Estudo dos impactos ambientais; • Aquisição da área; • Levantamento topográfico e fotográfico do local; • Elaboração do Memorial descritivo e justificativo; • Elaboração do projeto básico e executivo; • Elaboração dos quantitativos e orçamentos; • Licenciamento ambiental; • Execução das obras; • Implantação.
Produtos	• Elaboração do projeto básico e executivo, atendendo as exigências dos órgãos competentes; • Licenciamento ambiental; • Execução das obras.
Resultados	• Ampliação das opções de acesso dos turistas ao destino; • Melhoria da qualidade dos serviços e produto turístico.
Municípios atendidos	Maragogi.
ESTRATÉGIAS RELACIONADAS – PDITS	
• Desenvolver produtos e roteiros turísticos novos e complementares para o Pólo. • Implantar, ampliar e estruturar os sistemas viários de acesso (rodovias e vias urbanas) e a oferta de serviços básicos (água, esgoto, energia, limpeza urbana e comunicação) e desenvolver programas de manutenção e monitoramento no Pólo. • Promover a requalificação urbana em todos os municípios do Pólo.	
OBJETIVOS PRELIMINARES RELACIONADOS – PDITS	
• Diversificar a oferta turística através da estruturação de novos produtos e roteiros turísticos trabalhando segmentos complementares ao sol e praia, oferecendo alternativas a sazonalidade e competitividade de mercado; • Promover gestões nas áreas de infraestrutura capazes de atrair à iniciativa privada para investimentos em novos empreendimentos turísticos.	
PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO	
• Recursos Federais disponíveis para obras de infraestrutura (PAC, OGU e Programa Luz para Todos). • Baixo nível de investimento em infraestrutura básica.	

Tabela 225 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

COMPONENTE – ESTRATÉGIA INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS	
Projeto	Construir o Aeroporto Costa dos Corais em Maragogi
Objetivo	Criação de alternativas de acesso aos turistas com mais rapidez e qualidade.
Justificativa	Os municípios integrantes do pólo distam dos aeroportos existentes em torno de 110 km, razão pela qual a construção do equipamento eliminaria esse elemento complicador.
Descrição da ação	• Desenvolver estudos para identificar a melhor localização para instalação do equipamento; • Desenvolver projeto básico e executivo; • Audiência pública para apresentar à comunidade os estudos ambientais; • Elaboração de quantitativos e orçamentos; • Licenciamento ambiental; • Execução das obras; • Promover meios de acelerar a implementação do projeto; • Implantação.
Produtos	• Projeto básico e executivo; • Licenciamento ambiental; • Execução da obra.
Resultados	• Melhoria dos serviços e produto turístico; • Acesso a novos mercados nacionais e internacionais; • Fomentação e aumento da atividade turística na região
Municípios atendidos	Todos os municípios do Pólo.
ESTRATÉGIAS RELACIONADAS – PDITS	
• Implantar, ampliar e estruturar os sistemas viários de acesso (rodovias e vias urbanas) e a oferta de serviços básicos (água, esgoto, energia, limpeza urbana e comunicação) e desenvolver programas de manutenção e monitoramento no Pólo. • Estruturar os atrativos de uso potencial e consolidar os de uso atual, promovendo a recuperação do patrimônio material, imaterial e ambiental do Pólo. • Desenvolver produtos e roteiros turísticos novos e complementares para o Pólo.	
OBJETIVOS PRELIMINARES RELACIONADOS – PDITS	
• Diversificar a oferta turística através da estruturação de novos produtos e roteiros turísticos trabalhando segmentos complementares ao sol e praia, oferecendo alternativas a sazonalidade e competitividade de mercado; • Promover gestões nas áreas de infraestrutura capazes de atrair à iniciativa privada para investimentos em novos empreendimentos turísticos.	
PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO	
• Recursos Federais disponíveis para obras de infraestrutura (PAC, OGU e Programa Luz para Todos). • Copa do Mundo de Futebol de 2014 deve gerar fluxos de demanda para o Pólo. • Malha aérea regular ainda limitada e com opções pouco convenientes; • Alta dependência de vôos charters;	

Tabela 226 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

COMPONENTE – ESTRATÉGIA INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS	
Projeto	Pavimentar em paralelepípedo o acesso comum aos assentamentos de Água Fria, Massangana e Itabaiana
Objetivo	Assegurar condições de trafegabilidade aos assentamentos de Água Fria, Massangana e Itabaiana possibilitando o desenvolvimento do turismo de vivência, rural e ecoturismo.
Justificativa	Em épocas de chuva, esses acessos ficam intransitáveis deixando essas comunidades isoladas. Por outro lado, há uma forte tendência relacionada ao turismo que busca alternativas de intercâmbio com o modo de vida das comunidades locais.
Descrição da ação	• Elaboração de estudos que viabilizem projetos básicos e executivos; • Elaboração dos quantitativos e orçamentos; • Licenciamento ambiental; • Execução das obras; • Implantação.
Produtos	• Projeto básico e executivo; • Licenciamento ambiental; • Execução das obras.
Resultados	• Ampliação do produto turístico; • Geração de emprego e renda; • Interação e integração dos turistas com o modo de vida da comunidade local; • Melhoria da qualidade de vida da população local; • Ordenamento do uso do solo.
Municípios atendidos	Maragogi.
ESTRATÉGIAS RELACIONADAS – PDITS	
• Desenvolver produtos e roteiros turisticos novos e complementares para o Pólo. • Estruturar os atrativos de uso potencial e consolidar os de uso atual, promovendo a recuperação do patrimônio material, imaterial e ambiental do Pólo. • Implantar, ampliar e estruturar os sistemas viários de acesso (rodovias e vias urbanas) e a oferta de serviços básicos (água, esgoto, energia, limpeza urbana e comunicação) e desenvolver programas de manutenção e monitoramento no Pólo.	
OBJETIVOS PRELIMINARES RELACIONADOS – PDITS	
• Diversificar a oferta turística através da estruturação de novos produtos e roteiros turísticos trabalhando segmentos complementares ao sol e praia, oferecendo alternativas a sazonalidade e competitividade de mercado; • Promover gestões nas áreas de infraestrutura capazes de atrair à iniciativa privada para investimentos em novos empreendimentos turísticos.	
PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO	
• Recursos Federais disponíveis para obras de infraestrutura (PAC, OGU e Programa Luz para Todos). • Acesso e vias não duplicadas tornam o deslocamento ao Pólo partindo da capital demorado. • Possibilidade de desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis – produção rural, pesca, turismo, cultura e artesanato.	

Tabela 227 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

COMPONENTE – ESTRATÉGIA INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS	
Projeto	Implantar aterro sanitário consorciado
Objetivo	Dotar o Pólo Costa dos Corais de equipamento ambientalmente correto para a destinação final de seus resíduos sólidos evitando a formação de lixões tão comuns e responsáveis pela contaminação do lençol freático e aqüíferos, além da geração de vetores e roedores e de todo tipo de poluição advindos desse vazadouro.
Justificativa	Grande parte dos municípios atualmente contam com lixões. Esses municípios, em geral, de pequeno e médio porte, por carências técnicas e financeiras, têm grandes dificuldades na destinação final adequada dos resíduos sólidos, o que pode vir a gerar graves problemas ambientais. A implantação de aterros sanitários consorciados tende a solucionar o problema sob os pontos de vista técnico, econômico e financeiro.
Descrição da ação	• Levantar dados e avaliar o sistema de limpeza urbana dos municípios envolvidos; • Estudar seleção de áreas potenciais para instalação dos aterros sanitários em formação de consórcio; • Pré–dimensionar a área das unidades que farão parte de um sistema integrado de resíduos; • Promover estudo da concepção do aterro; • Desativar os lixões; • Elaborar diagnóstico ambiental dos lixões de cada município com vistas a obras de recuperação compensatória; • Promover pesquisas para minimização dos impactos gerados pelos resíduos sólidos não tratados; • Promover o consórcio; • Desenvolver projeto básico e executivo; • Promover audiência pública para apresentar à comunidade os estudos ambientais; • Elaboração de quantitativos e orçamentos; • Obter o licenciamento ambiental; • Executar as obras; • Implantar.
Produtos	• Projeto básico e executivo; • Licenciamento ambiental; • Execução da obra.
Resultados	• Melhoria na qualidade de vida da população; • Evita a proliferação de insetos; • Evita a poluição dos recursos hídricos; • Redução de custos na área de saúde; • Diferencial competitivo para atração de investidores privados para o Pólo. • Melhoria do produto turístico.
Municípios atendidos	São Miguel dos Milagres, Porto de Pedras, Porto Calvo, Japaratinga e Maragogi.
ESTRATÉGIAS RELACIONADAS – PDITS	
• Implantar, ampliar e estruturar os sistemas viários de acesso (rodovias e vias urbanas) e a oferta de serviços básicos (água, esgoto, energia, limpeza urbana e comunicação) e desenvolver programas de manutenção e monitoramento no Pólo. • Estruturar os atrativos de uso potencial e consolidar os de uso atual, promovendo a recuperação do patrimônio material, imaterial e ambiental do Pólo. • Promover a requalificação urbana em todos os municípios do Pólo.	

Tabela 227 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS (continuação)

OBJETIVOS PRELIMINARES RELACIONADOS – PDITS
• Promover gestões nas áreas de infraestrutura capazes de atrair à iniciativa privada para investimentos em novos empreendimentos turísticos.
PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO
• Poluição do solo, das águas e do ar devido à destinação inadequada dos resíduos sólidos e das queimas espontâneas. • Escassez de projetos para manutenção e ampliação da infraestrutura existente. • Recursos Federais disponíveis para obras de infraestrutura (PAC, OGU e Programa Luz para Todos). • Existência de lixões a céu aberto no acesso a Japaratinga e Porto Calvo. • Inexistência de uma destinação final adequada (aterro sanitário), à exceção de Maceió. • Baixo envolvimento da comunidade no processo de gestão dos resíduos sólidos. • De um modo geral, não existe conscientização da população quanto à coleta seletiva dos resíduos, nem quanto ao local adequado para sua destinação (queima, depósito em terrenos baldios).

Tabela 228 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

COMPONENTE – ESTRATÉGIA INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS	
Projeto	Implantar Bases de Policiamento Turístico e Comunitário
Objetivos	• Aumentar os níveis de segurança da população local e dos visitantes; • Melhorar a percepção dos turistas sobre a violência no Estado de Alagoas.
Justificativa	A cobertura de policiamento quanto ao numero de efetivos, ao armamento e à capacidade operacional é muito baixa. Para cobrir os municípios de Maragogi, Japaratinga, Porto de Pedras, São Miguel dos Milagres, Passo de Camaragibe, Porto Calvo, Matriz de Camaragibe e São Luís do Quitunde, a Polícia Militar de Alagoas conta, atualmente, com 240 homens, número insuficiente para uma extensão geográfica tão ampla. Na sede do 6º batalhão, 24 homens servem divididos em equipes do Pelotão de Operações Especiais, da Radiopatrulha, da Guarda de Trânsito e efetivos que monitoram as praias. Em Porto Calvo, Matriz de Camaragibe e São Luís do Quitunde, cinco (5) policiais fazem plantões diários. Nas outras cidades atendidas pelo 6º Batalhão, este número se reduz a três (3). Entre as muitas conseqüências nocivas ao bem estar da população residente e dos turistas, destacamos a precariedade dos serviços de segurança nos postos de atendimento da rede bancária e nos caixas eletrônicos. Atualmente, estes equipamentos se apresentam em número reduzido e o escasso serviço de segurança impossibilita sua ampliação. Nota–se ainda, de forma marcante, nos municípios interioranos do Pólo, uma desvinculação entre os procedimentos relativos à segurança pública e o desenvolvimento turístico regional.
Descrição da ação	• Avaliação da locação das Bases de Policiamento existentes. • Ampliação do número de bases de Policiamento Comunitário; • Aquisição de viaturas e equipamentos de segurança através de licitações públicas; • Reforma das delegacias, das bases da polícia militar e dos bombeiros já existentes; • Qualificar policiais e bombeiros especialmente quanto aos temas relacionados ao turismo, em especial, sobre o meio ambiente e a preservação do patrimônio cultural e natural; • Aumentar o contingente de policiais através de concurso publico.
Produtos	• Instalar 08 Bases Móveis de Polícia Comunitária; • Contratar no mínimo 24 novos policiais (3 para cada cidade do interior envolvida); • Reformar as estruturas físicas do aparato de segurança pública nos municípios envolvidos; • Construir novas edificações que sirvam de base aos policiais; • Adquirir viaturas e outros equipamentos de segurança; • Implantar o monitoramento eletrônico.
Resultados	• Apoiar a Segurança Pública na região; • Melhoria do produto e serviços turísticos.
Municípios atendidos	Japaratinga, Maragogi, Matriz de Camaragibe, Passo de Camaragibe, Porto Calvo, Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres e São Luiz do Quitunde.

Tabela 228 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS (continuação)

ESTRATÉGIAS RELACIONADAS – PDITS
• Implantar, ampliar e estruturar os sistemas viários de acesso (rodovias e vias urbanas) e a oferta de serviços básicos (água, esgoto, energia, limpeza urbana, comunicação e saúde) e desenvolver programas de manutenção e monitoramento no Pólo.
OBJETIVOS PRELIMINARES RELACIONADOS – PDITS
• Desenvolver ações para fortalecer a institucionalidade turística, por meio de mecanismos de gestão e coordenação em âmbito federal, estadual, local e do setor privado; • Capacitar e Qualificar a mão–de–obra local como forma de inserção da população local no contexto da atividade turística; • Promover gestões nas áreas de infraestrutura capazes de atrair à iniciativa privada para investimentos em novos empreendimentos turísticos.
PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO
• Crescimento da criminalidade no Estado. • Os péssimos indicadores socioeconômicos e a criminalidade alimentam a imagem de pobreza no Estado, desestimulando o turismo. • Baixo IDH, principalmente quanto à renda; Alto índice de pobreza; 70% das cidades apresentam PIB per capita inferior a 3 mil reais.

Tabela 229 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

COMPONENTE – ESTRATÉGIA DE GESTÃO AMBIENTAL	
Projeto	Desenvolver e executar ações de preservação do patrimônio imaterial do Pólo Costa dos Corais
Objetivo	Colaborar para a preservação, renovação e difusão de manifestações da cultura popular.
Justificativa	Atualmente as ações voltadas à preservação do patrimônio cultural têm demonstrado que os processos de produção cultural são tão importantes quanto os seus vestígios materiais, entendendo–se que os aspectos imateriais da cultura são imprescindíveis à consolidação da identidade e desenvolvimento de sentidos de pertencimento. Considerando a fragilidade dessas manifestações, propõe–se o estabelecimento de ações de preservação desse patrimônio através de inventário, pesquisa e difusão dos bens. Com isso, será possível estabelecer políticas efetivas de valorização e divulgação do acervo e sua conseqüente proteção. Nesse sentido, propõe–se a criação de oficinas que não apenas ofereçam a possibilidade de repasse dos saberes, mas, especialmente, contribuam para a criação e/ou fortalecimento de laços afetivos entre jovens e crianças e a cultura imaterial de sua cidade.
Descrição da Ação	• Inventário das manifestações de natureza imaterial (pesquisa bibliográfica, documental e iconográfica e entrevistas com a população); • Projetos educacionais que auxiliem na transmissão dos saberes tradicionais e na preservação dos aspectos materiais (matéria–prima, meio–ambiente, contexto histórico e cultural) que caracterizam e sustentam tais saberes; • Criar oficinas onde saberes tradicionais detidos por antigos mestres de folguedos sejam repassados a jovens e crianças; • Orientação na criação de uma estrutura pública de proteção aos bens inventariados.
Produtos	• Realização de inventários, pesquisas e difusão do patrimônio imaterial; • Comunidade educada em relação aos seus valores históricos e culturais.
Resultados	• Estabelecer instrumentos de identificação, valorização e apoio aos bens culturais de natureza imaterial; • Sentido de pertencimento estimulado por meio da prática de ações culturais coletivas estabelecidas em princípios comunitários e participativos; • Comunidade educada em relação aos seus valores históricos e culturais; • Poder público mais compromissado com a preservação do patrimônio cultural imaterial; • Enriquecimento do produto turístico dos municípios contemplados; • Melhor integração e interação dos turistas com a comunidade local; • Geração de emprego e renda para as comunidades.
Municípios Atendidos	Matriz de Camaragibe, Passo de Camaragibe, Porto de Pedras, São Miguel dos Milagres, Barra de Santo Antônio, Maragogi, Japaratinga, Paripueira, Maceió.

Tabela 229 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS (continuação)

ESTRATÉGIAS RELACIONADAS – PDITS
• Apoiar projetos de proteção e recuperação ambiental e iniciativas voltadas para a valorização do patrimônio histórico e cultural, fomentando a participação da população local e disseminando a educação sanitária, ambiental e patrimonial no âmbito público e privado. • Estruturar os atrativos de uso potencial e consolidar os de uso atual, promovendo a recuperação do patrimônio material, imaterial e ambiental do Pólo.
OBJETIVOS PRELIMINARES RELACIONADOS – PDITS
• Desenvolver ações para fortalecer a institucionalidade turística, por meio de mecanismos de gestão e coordenação em âmbito federal, estadual, local e do setor privado; • Capacitar e Qualificar a mão–de–obra local como forma de inserção da população local no contexto da atividade turística; • Promover gestões nas áreas de infraestrutura capazes de atrair à iniciativa privada para investimentos em novos empreendimentos turísticos.
PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO
• Baixa dinâmica da economia local (forte presença da atividade canavieira). • Existência de atrativos de uso potencial para o desenvolvimento de novos segmentos turísticos que servirão de diferenciais competitivos. • Aumento da procura turística por destinos com qualidade cultural agregada aos valores paisagísticos. • Apesar da riqueza e relevância histórica do patrimônio material e imaterial do Pólo, sua subutilização pode levar à perda de edificações e extinção de manifestações culturais tradicionais (perda de identidade); • Fraco associativismo / pequena participação da sociedade local na implementação de negócios turísticos.

Tabela 230 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

COMPONENTE – ESTRATÉGIA DE GESTÃO AMBIENTAL	
Projeto	Estimular a produção e comercialização artesanal do Pólo Costa dos Corais
Objetivo	Apoiar e estimular a implantação de unidades produtivas comunitárias de artesanato.
Justificativa	O Pólo Costa dos Corais apresenta variado acervo no que se refere aos aspectos imateriais de sua cultura, os quais se constituem em traços definidores de sua identidade histórica e cultural. Entretanto, parte desse acervo tem se perdido por falta de políticas de incentivo e divulgação. Destaca–se aí o artesanato cuja matéria–prima tem sua fonte nos recursos naturais da região e apresenta características que lhe confere personalidade estética, mas, cuja produção não apresenta fôlego suficiente para se impor como fonte de subsistência, em relação a aspectos qualitativos e quantitativos. Nesse sentido, propõe–se o estabelecimento de estratégias que estimulem e apóiem a criação de unidades produtivas comunitárias de artesanato, que contribuam para a preservação da cultura imaterial representada pelo artesanato e para a melhoria da qualidade de vida dos artesãos.
Descrição da Ação	• Inventário das referências culturais representadas pelo artesanato existentes na região; • Promover oficinas de capacitação, desenvolvimento e melhoria da produção artesanal; • Estabelecimento de ações que promovam o estímulo e o apoio à produção e comercialização comunitária do artesanato.
Produtos	Produção artesanal qualificada para absorção no mercado consumidor sem perder genuinidade.
Resultados	• Melhoria da qualidade de vida dos artesãos através da geração de renda; • Patrimônio cultural imaterial preservado, renovado e difundido; • Sentido de pertencimento estimulado por meio da prática de ações culturais coletivas estabelecidas em princípios comunitários e participativos.
Municípios Atendidos	Todos os municípios do Pólo Costa dos Corais.
ESTRATÉGIAS RELACIONADAS – PDITS	
• Apoiar projetos de proteção e recuperação ambiental e iniciativas voltadas para a valorização do patrimônio histórico e cultural, fomentando a participação da população local e disseminando a educação sanitária, ambiental e patrimonial no âmbito público e privado. • Estruturar os atrativos de uso potencial e consolidar os de uso atual, promovendo a recuperação do patrimônio material, imaterial e ambiental do Pólo. • Induzir processos de colaboração e cooperação entre os atores locais, estimulando o processo de integração produtiva na região, voltado inclusive ao abastecimento dos empreendimentos locais.	
OBJETIVOS PRELIMINARES RELACIONADOS – PDITS	
• Estabelecer princípios norteadores e instrumentos de planejamento que busquem um desenvolvimento sustentável da atividade turística; • Capacitar e Qualificar a mão–de–obra local como forma de inserção da população local no contexto da atividade turística; • Diversificar a oferta turística através da estruturação de novos produtos e roteiros turísticos trabalhando segmentos complementares ao sol e praia, oferecendo alternativas a sazonalidade e competitividade de mercado.	

Tabela 230 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS (continuação)

PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO
• Existência de atrativos de uso potencial para o desenvolvimento de novos segmentos turísticos que servirão de diferenciais competitivos. • Aumento da procura turística por destinos com qualidade cultural agregada aos valores paisagísticos. • Apesar da riqueza e relevância histórica do patrimônio material e imaterial do Pólo, sua subutilização pode levar à perda de edificações e extinção de manifestações culturais tradicionais (perda de identidade). • Fraco associativismo / pequena participação da sociedade local na implementação de negócios turísticos.

Tabela 231 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

COMPONENTE – ESTRATÉGIA DE GESTÃO AMBIENTAL	
Projeto	Realizar pesquisas arqueológicas
Objetivo	Realização de pesquisas arqueológicas na cidade de Paripueira.
Justificativa	A cidade de Paripueira insere–se no contexto da ocupação do litoral norte de Alagoas, tendo sido cenário de lutas entre portugueses e holandeses pela apropriação do território. A historiografia informa a existência de um forte e o antigo povoado como palco de conflitos. Entretanto, essa parte da história encontra–se ainda envolta em indagações e pesquisas arqueológicas podem contribuir na ampliação do conhecimento, inclusive a identificação da localização da antiga fortificação.
Descrição da Ação	• Contratação de equipe especializada em arqueologia; • Realização de pesquisas arqueológicas; • Sistematização dos resultados colhidos em relatório gráfico e fotográfico.
Produtos	Pesquisas arqueológicas desenvolvidas com geração de relatório.
Resultados	• Ampliação do conhecimento histórico acerca da cidade em suas origens; • Recuperação de artefatos arqueológicos.
Municípios Atendidos	Paripueira.
ESTRATÉGIAS RELACIONADAS – PDITS	
• Apoiar projetos de proteção e recuperação ambiental e iniciativas voltadas para a valorização do patrimônio histórico e cultural, fomentando a participação da população local e disseminando a educação sanitária, ambiental e patrimonial no âmbito público e privado. • Estruturar os atrativos de uso potencial e consolidar os de uso atual, promovendo a recuperação do patrimônio material, imaterial e ambiental do Pólo.	
OBJETIVOS PRELIMINARES RELACIONADOS – PDITS	
• Diversificar a oferta turística através da estruturação de novos produtos e roteiros turísticos trabalhando segmentos complementares ao sol e praia, oferecendo alternativas a sazonalidade e competitividade de mercado.	
PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO	
• Contexto histórico comum ligado à ocupação do espaço, à exploração econômica, especialmente através da cana–de–açúcar, à invasão holandesa, à presença de personagens históricos, tais como Calabar e Dom Pedro II na região. • Aumento da procura turística por destinos com qualidade cultural agregada aos valores paisagísticos. • Crescimento desordenado das áreas urbanas; Descaracterização da paisagem e conseqüente desvalorização do atrativo turístico.	

Tabela 232 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

COMPONENTE – ESTRATÉGIA DE GESTÃO AMBIENTAL	
Projeto	Contribuir para a preservação dos antigos engenhos de açúcar através do tombamento estadual
Objetivo	Propor o tombamento estadual dos antigos engenhos de açúcar ainda existentes no Pólo Costa dos Corais.
Justificativa	O litoral norte de Alagoas foi marcado pela exploração da cultura canavieira desde a chegada dos colonizadores portugueses. Parte da manifestação material dessa fase da história são os antigos engenhos de açúcar. A maioria deles encontra–se em precário estado de conservação, alguns abandonados, outros completamente descaracterizados. Propõe–se que, com base em estudo realizado pela Superintendência do IPHAN em Alagoas, seja feito a proposta de tombamento estadual dos antigos engenhos remanescentes da época colonial, possibilitando assim que esse acervo seja alvo de políticas públicas de proteção, seja através da lei, seja através de intervenções restaurativas. Com isso, eles poderão, posteriormente, se inserir no Roteiro Integrado da Civilização do Açúcar, programa de turismo cultural que pretende disponibilizar, de forma organizada, um circuito onde não apenas se dialogue com a história contida nos engenhos, mas, também, se desfrute da gastronomia, do artesanato e da arquitetura típicas dessas seculares unidades produtivas.
Descrição da Ação	• Seleção dos engenhos a serem tombados; • Elaboração de proposta de tombamento com dados históricos, arquitetônicos, estado de conservação, documentação fotográfica; • Envio da proposta à Secretaria de Estado da Cultura.
Produtos	Engenhos tombados pelo Estado.
Resultados	Contribuição na preservação dos antigos engenhos de açúcar.
Municípios Atendidos	Municípios do Pólo Costa dos Corais.
ESTRATÉGIAS RELACIONADAS – PDITS	
• Apoiar projetos de proteção e recuperação ambiental e iniciativas voltadas para a valorização do patrimônio histórico e cultural, fomentando a participação da população local e disseminando a educação sanitária, ambiental e patrimonial no âmbito público e privado. • Estruturar os atrativos de uso potencial e consolidar os de uso atual, promovendo a recuperação do patrimônio material, imaterial e ambiental do Pólo.	
OBJETIVOS PRELIMINARES RELACIONADOS – PDITS	
• Estabelecer princípios norteadores e instrumentos de planejamento que busquem um desenvolvimento sustentável da atividade turística; • Diversificar a oferta turística através da estruturação de novos produtos e roteiros turísticos trabalhando segmentos complementares ao sol e praia, oferecendo alternativas a sazonalidade e competitividade de mercado; • Promover o crescimento dos indicadores de demanda, através do aumento das taxas médias de ocupação, permanência média e fluxo de passageiros, maximizando a receita oriunda do turismo e conseqüentemente o efeito multiplicador de divisas.	

Tabela 232 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS (continuação)

PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO
• Apesar da riqueza e relevância histórica do patrimônio material e imaterial do Pólo, sua subutilização pode levar à perda de edificações e extinção de manifestações culturais tradicionais (perda de identidade). • Contexto histórico comum ligado à ocupação do espaço, à exploração econômica, especialmente através da cana–de–açúcar, à invasão holandesa, à presença de personagens históricos, tais como Calabar e Dom Pedro II na região. • Perdas irreversíveis no patrimônio histórico edificado pela ausência de obras de restauração e de intervenções inadequadas que descaracterizam os bens.

Tabela 233 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

COMPONENTE – ESTRATÉGIA DE GESTÃO SÓCIOAMBIENTAL	
Projeto	Elaborar o Plano de Manejo da APA do Catolé / Fernão Velho
Objetivo	Munir a Área de Proteção Ambiental do Catolé e Fernão Velho, criada pela Lei nº. 5.347/92 de essencial instrumento de gestão, garantido pela Lei 9.985/2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.
Justificativa	A APA do Catolé / Fernão Velho foi crida em 1992, com o objetivo de preservar as características naturais e ordenar o uso do solo, em área de 5.414 há que abrange remanescentes de Mata Atlântica e manancial de abastecimento de água de Maceió. O Plano de Manejo de Unidade de Conservação é um documento técnico pelo qual são descritas as características, normas, regras, usos, zoneamento e programas e projetos necessários a implantação de uma área protegida. Por ser um documento complexo e multidisciplinar, sua elaboração exige investimentos que nem sempre são prioritários do Poder Público. Vale ressaltar que a Lei do SNUC estabelece um prazo de cinco anos desde a criação de uma Unidade de Conservação para a elaboração do seu Plano de Manejo, o que na realidade nacional, muitas ainda não o possuem.
Descrição da ação	Os Planos de Manejo serão construídos dentro de um processo de planejamento integrado e participativo, a partir de Termos de Referencia com base em roteiro do SNUC, aprovados pelos respectivos Conselhos Gestores das APA, já em funcionamento. As etapas são: • 1ª Etapa – Organização do Planejamento; • 2ª Etapa – Coleta e Análise das Informações Básicas Disponíveis, Atualização Bibliográfica e Cartográfica; • 3ª Etapa – Reconhecimento de Campo; • 4ª Etapa – Levantamento e Sistematização dos Dados de Campo e Elaboração do Diagnóstico da APA; • 5ª Etapa – Zoneamento da APA; • 6ª Etapa – Oficina de Planejamento; • 7ª Etapa – Planejamento da Unidade de Conservação; • 8ª Etapa – Entrega e Aprovação do Plano de Manejo; • 9ª Etapa – Apresentação do Plano de Manejo às comunidades envolvidas.
Produtos	Plano de Manejo com subsídios para a normatização do uso e ocupação do solo nestas áreas.
Resultados	• Proteger a biodiversidade e as comunidades inseridas nas áreas de interesse turístico; • Proteger os mananciais de abastecimento de água de Maceió; • Minimizar impactos negativos ambientais advindos do turismo.
Municípios atendidos	Maceió.
ESTRATÉGIAS RELACIONADAS – PDITS	
• Fortalecer a proteção ambiental no Pólo através da implantação / consolidação dos instrumentos de planejamento e controle territorial, bem como dos instrumentos das políticas de saneamento básico, meio ambiente e recursos hídricos. • Apoiar projetos de proteção e recuperação ambiental e iniciativas voltadas para a valorização do patrimônio histórico e cultural, fomentando a participação da população local e disseminando a educação sanitária, ambiental e patrimonial no âmbito público e privado • Estruturar os atrativos de uso potencial e consolidar os de uso atual, promovendo a recuperação do patrimônio material, imaterial e ambiental do Pólo.	

Tabela 233 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS (continuação)

OBJETIVOS PRELIMINARES RELACIONADOS – PDITS
• Estabelecer princípios norteadores e instrumentos de planejamento que busquem um desenvolvimento sustentável da atividade turística.
PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO
• Diversidade de Ecossistemas / grande riqueza hídrica com fauna e flora associada / presença da Lagoa Mundaú; • Fragilidade / vulnerabilidade dos ecossistemas litorâneos; • Degradação / assoreamento / poluição da Lagoa Mundaú; Ocupação ilegal de APPs e terrenos de marinha; Desmatamento ilegal com retirada da cobertura vegetal; lançamento de lixo; • Presença de Unidade de Conservação com objetivo de ordenar os usos dos recursos naturais; • Comitê de Bacia implementado no CELMM; • Inexistência de Plano de Manejo na APA do Catolé.

Tabela 234 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

COMPONENTE – ESTRATÉGIA DE GESTÃO SÓCIOAMBIENTAL	
Projeto	Elaborar o Plano de Manejo da APA Costa dos Corais
Objetivo	Dotar a Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais de plano de manejo de modo a ordenar as atividades possíveis em cada uma de suas zonas.
Justificativa	A APA Costa dos Corai foi criada em 1997 visando a proteção dos ambientes marinhos e estuarinos, especialmente os recifes de corais, os manguezais e as praias, se constituindo na maior área marinha protegida no Brasil, totalizando 413 mil hectares abrangendo o litoral Norte de Alagoas e o litoral Sul de Pernambuco. Apesar de sua importância, a APA não dispõe ainda de um Plano de Manejo que regulamente e proponha ações específicas de uso e conservação. Ao estabelecer normas, diretrizes, programas e zoneamento da UC, o documento auxilia na destinação e obtenção de recursos para a implantação das medidas e intervenções propostas. Os Planos de Manejo são construídos dentro de um processo de planejamento integrado e participativo e o roteiro para sua construção deve ser harmonizado pelo preconizado pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC
Descrição da ação	Elaboração do Plano de Manejo, com no mínimo, os seguintes itens: • Contextualização da Unidade de Conservação; • Análise da Região da Unidade de Conservação (entorno e área de influencia); • Análise da Unidade de Conservação; • Planejamento e Orientações para o Zoneamento; • Projetos específicos; • Orientações para a Monitoria e Avaliação
Produtos	• Plano de Manejo; • Subsídios para a normatização do uso e ocupação do solo nestas áreas.
Resultados	• Proteger a biodiversidade e as comunidades inseridas nas áreas de interesse turístico; • Ordenar o uso dos recursos ambientais na região; • Minimizar impactos negativos ambientais advindos do turismo.
Municípios atendidos	Barra Santo Antonio, Japaratinga, Maceió, Maragogi, Paripueira, Passo de Camaragibe, Porto de Pedras, São Miguel dos Milagres.
ESTRATÉGIAS RELACIONADAS – PDITS	
• Fortalecer a proteção ambiental no Pólo através da implantação / consolidação dos instrumentos de planejamento e controle territorial, bem como dos instrumentos das políticas de saneamento básico, meio ambiente e recursos hídricos. • Apoiar projetos de proteção e recuperação ambiental e iniciativas voltadas para a valorização do patrimônio histórico e cultural, fomentando a participação da população local e disseminando a educação sanitária, ambiental e patrimonial no âmbito público e privado • Estruturar os atrativos de uso potencial e consolidar os de uso atual, promovendo a recuperação do patrimônio material, imaterial e ambiental do Pólo.	
OBJETIVOS PRELIMINARES RELACIONADOS – PDITS	
• Estabelecer princípios norteadores e instrumentos de planejamento que busquem um desenvolvimento sustentável da atividade turística.	

Tabela 234 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS (continuação)

PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO
• Diversidade de Ecossistemas em boas condições de conservação / grande riqueza hídrica com fauna e flora associada /presença de recifes de corais; • Inexistência de estudos de capacidade de carga; Insuficiência de dados para monitoramento dos ecossistemas e das atividades turísticas; • Aumento excessivo de visitantes excedendo a capacidade de carga dos ecossistemas; Falta de controle na utilização dos recursos ambientais e conseqüente redução da biodiversidade; • Presença de Unidade de Conservação com objetivo de ordenar os usos dos recursos naturais; • Existência da APA Costa dos Corais com objetivo de preservar os arrecifes, proteger o Peixe–Boi Marinho, ordenar o turismo; • Inexistência de Planos de Manejo na APA Costa dos Corais.

Tabela 235 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

COMPONENTE – ESTRATÉGIA DE GESTÃO SÓCIOAMBIENTAL	
Projeto	Elaborar o Plano de Manejo da APA do Pratagy.
Objetivo	Munir a Área de Proteção Ambiental do Pratagy, criada pelo Decreto nº. 37.598/98 de essencial instrumento de gestão, garantido pela Lei 9.985/2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.
Justificativa	A APA do Pratagy foi crida com o objetivo de harmonizar atividades antrópicas com o equilíbrio ambiental da bacia do rio Pratagy (13.369,5 há) onde se localiza o principal manancial de abastecimento de Maceió. O Plano de Manejo de Unidade de Conservação é um documento técnico pelo qual são descritas as características, normas, regras, usos, zoneamento e programas e projetos necessários a implantação de uma área protegida. Por ser um documento complexo e multidisciplinar, sua elaboração exige investimentos que nem sempre são considerados prioritários pelo Poder Público. Vale ressaltar que a Lei do SNUC estabelece um prazo de cinco anos desde a criação de uma Unidade de Conservação para a elaboração do seu Plano de Manejo, o que na realidade nacional, muitas ainda não o possuem. As unidades de conservação constituem importantes áreas de preservação de ecossistemas que compõem a paisagem turística e garantem a qualidade ambiental necessária para o equilíbrio ecológico econômico local.
Descrição da ação	Os Planos de Manejo serão construídos dentro de um processo de planejamento integrado e participativo, a partir de Termos de Referencia com base em roteiro do SNUC, aprovados pelos respectivos Conselhos Gestores das APA, já em funcionamento. • 1ª Etapa – Organização do Planejamento; • 2ª Etapa – Coleta e Análise das Informações Básicas Disponíveis, Atualização Bibliog. e Cartográfica; • 3ª Etapa – Reconhecimento de Campo; • 4ª Etapa – Levantamento e Sistematização dos Dados de Campo e Elaboração do Diagnóstico da APA; • 5ª Etapa – Zoneamento da APA; • 6ª Etapa – Oficina de Planejamento; • 7ª Etapa – Planejamento da Unidade de Conservação; • 8ª Etapa – Entrega e Aprovação do Plano de Manejo; • 9ª Etapa – Apresentação do Plano de Manejo às comunidades envolvidas.
Produtos	Plano de Manejo com orientações para o uso e ocupação do solo.
Resultados	• Proteger a biodiversidade e as comunidades inseridas nas áreas de interesse turístico; • Proteção dos mananciais de abastecimento de água de Maceió; • Minimizar impactos negativos ambientais advindos do turismo.
Municípios atendidos	Maceió.
ESTRATÉGIAS RELACIONADAS – PDITS	
• Fortalecer a proteção ambiental no Pólo através da implantação / consolidação dos instrumentos de planejamento e controle territorial, bem como dos instrumentos das políticas de saneamento básico, meio ambiente e recursos hídricos. • Apoiar projetos de proteção e recuperação ambiental e iniciativas voltadas para a valorização do patrimônio histórico e cultural, fomentando a participação da população local e disseminando a educação sanitária, ambiental e patrimonial no âmbito público e privado • Estruturar os atrativos de uso potencial e consolidar os de uso atual, promovendo a recuperação do patrimônio material, imaterial e ambiental do Pólo.	

Tabela 235 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS (continuação)

OBJETIVOS PRELIMINARES RELACIONADOS – PDITS
• Estabelecer princípios norteadores e instrumentos de planejamento que busquem um desenvolvimento sustentável da atividade turística.
PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO
• Grande riqueza hídrica com fauna e flora associada; • Degradação / assoreamento; Qualidade das águas dos rios alteradas pela agroindústria canavieira; Desmatamento ilegal com retirada da cobertura vegetal • Presença de Unidade de Conservação com objetivo de ordenar os usos dos recursos naturais (no caso área de manancial)**.** • Comitê de Bacia implementado no Pratagy; • Inexistência de Planos de Manejo.na APA do Pratagy.

Tabela 236 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

COMPONENTE – ESTRATÉGIA DE GESTÃO SÓCIOAMBIENTAL	
Projeto	Incentivar o Programa de Coleta Seletiva e Reciclagem.
Objetivo	Estimular a formação de cooperativas de catadores para realização da coleta seletiva de materiais recicláveis e sua comercialização visando à implantação de sistemas de coleta seleta, inclusão social e geração de renda dos catadores.
Justificativa	O lixo doméstico (gerado pelas residências, hotéis, pousadas, restaurantes, lojas, supermercados, etc.) tem em sua composição cerca de 40% de materiais recicláveis, que são enterrados em aterros sanitários ou em lixões a céu aberto, como acontece na grande maioria das cidades. A coleta seletiva e a reciclagem de resíduos, por permitir a redução do volume para disposição final, se apresentam como práticas indispensáveis, principalmente numa região que pretende crescer como um pólo turístico, tendo inclusive como um dos produtos mais destacados uma “rota ecológica”. Além de contribuir positivamente para a imagem do município, a coleta seletiva exige um exercício de cidadania no qual os moradores, turistas, instituições publicas e privadas assumem um papel ativo em relação à administração dos resíduos. Além das possibilidades de aproximação entre o poder público e a população, a coleta seletiva, associada à implantação de sistemas de gestão integrada de resíduos sólidos pode contribuir para a diminuição dos impactos ambientais dos resíduos, estimular a participação e responsabilidade social dos geradores, a inclusão social e geração de renda, apoiando a construção de municípios sustentáveis. A coleta de materiais recicláveis, por sua vez, deve ser realizada por catadores, trabalhadores por muito tempo marginalizados e que hoje com a profissão regulamentada, podem exercer um importante papel no sistema de limpeza pública organizados em cooperativas. Os cerca de 800 mil catadores brasileiros são os principais responsáveis pela reciclagem feita hoje no país. Por iniciativa exclusiva dos municípios, apenas 3% dos resíduos sólidos produzidos no Brasil são reciclados. A Lei Nacional de Resíduos Sólidos enfatiza a preservação dos recursos naturais e a questão da saúde pública associada à gestão integrada dos resíduos sólidos definindo a responsabilidade dos geradores e dos municípios e instituindo a logística reversa e incentivando processos de tecnologia limpa como caminhos ambientalmente saudáveis, economicamente viáveis, crescentemente demandados pela sociedade, em especial no segmento do ecoturismo.

Tabela 236 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS (continuação)

Descrição da ação	Sensibilização dos gestores para apoiar o processo e instituir planos integrados de resíduos sólidos; Criação nos municípios de grupo de trabalho interinstitucional para ação integrada nas áreas de saúde, assistência social, educação e meio ambiente; Identificação, mobilização e sensibilização de catadores e catadoras; Incentivo à ação integrada entre municípios para atuação consorciada; Capacitação dos catadores em economia solidária e cooperativismo, gestão de negócios e educação ambiental; Apoio à criação e formalização de cooperativas; Acompanhamento sistemático das atividades e capacitação em serviço; Incentivo à atuação das cooperativas em rede; Construção de 3 galpões em terreno cedido pelas prefeituras locais; Aquisição e montagem de equipamentos básicos nos galpões (balança, prensa etc.) e EPI para os catadores; Aquisição de pequenos veículos (carrinhos, caminhonetes, etc.) para realização de coleta em hotéis, pousadas, restaurantes e residências; Elaboração de plano de coleta, definindo rotas e periodicidade; Sensibilização da população para participar do processo Implantação de coleta seleta; Elaboração e implantação de Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional; Análises gravimétricas periódicas dos resíduos urbanos para aferição da qualidade da separação na fonte geradora.
Produtos	• 3 Cooperativas de catadores de materiais recicláveis formalizadas e capacitadas para a autogestão; • 3 Galpões de armazenamento e comercialização de matérias recicláveis, devidamente equipado; • Programa de Coleta seletiva de materiais recicláveis implantado em três municípios e realizada pelas cooperativas com apoio das prefeituras locais; • Elaboração e Implementação de Programa Permanente de Educação Ambiental nos 3 municípios.
Resultados	• Geração de renda para no mínimo 60 catadores; • População de três municípios integrada e participando da gestão dos resíduos; • Promoção da educação ambiental e da cidadania; • Melhoria da qualidade ambiental e da saúde publica.
Municípios atendidos	Todos os municípios do Pólo, com exceção de Maceió.
ESTRATÉGIAS RELACIONADAS – PDITS	
• Apoiar projetos de proteção e recuperação ambiental e iniciativas voltadas para a valorização do patrimônio histórico e cultural, fomentando a participação da população local e disseminando a educação sanitária, ambiental e patrimonial no âmbito público e privado. • Induzir processos de colaboração e cooperação entre os atores locais, estimulando o processo de integração produtiva na região, voltado inclusive ao abastecimento dos empreendimentos locais.	
OBJETIVOS PRELIMINARES RELACIONADOS – PDITS	
• Estabelecer princípios norteadores e instrumentos de planejamento que busquem um desenvolvimento sustentável da atividade turística; • Capacitar e Qualificar a mão–de–obra local como forma de inserção da população local no contexto da atividade turística.	

Tabela 236 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS (continuação)

PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO
• Limpeza pública deficiente e disposição inadequada de resíduos; • Educação sanitária e ambiental pouco desenvolvida / Baixa conscientização quanto à coleta seletiva dos resíduos, • Baixo IDH, principalmente quanto à renda; Alto índice de pobreza; 70% das cidades apresentam PIB per capita inferior a 3 mil reais. • Fraco associativismo • Crescimento da consciência ambiental / Disposição de alguns empresários em implantar a coleta seletiva; • Inexistência de sistema de coleta seletiva de material reciclável.

Tabela 237 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

COMPONENTE – ESTRATÉGIA DE GESTÃO SÓCIOAMBIENTAL	
Projeto	Diagnosticar as tartarugas marinhas e criar base para manejo e educação ambiental
Objetivo	Identificar as espécies de tartarugas marinhas que usam o litoral da APA Costa dos Corais Alagoas como área de alimentação, reprodução, descanso e migração e executar ações para preservação das populações, protegendo–as por meio de atividades de educação ambiental e manejo, diminuindo assim as taxas de mortalidade desses animais e incentivando a elaboração de políticas públicas de proteção às espécies presentes no Estado, categorizando Alagoas como uma das áreas prioritárias para a conservação de tartarugas marinhas no Brasil.
Justificativa	A introdução das tartarugas marinhas na lista de animais ameaçados de extinção foi produto de ações humanas de cunho extrativista, que envolviam principalmente o abate de fêmeas matrizes e a coleta de ovos durante o período de desova. A partir da constatação do declínio das populações destes répteis, os mesmos foram considerados em processo de extinção e inclusos na relação da IUCN (IUCN, 2009), como 'em perigo' ou 'vulneráveis'. No Brasil, a compactação da areia pelo trânsito de veículos, a poluição e a captura acidental em artes de pesca são as causas que afetam às populações de tartarugas marinhas. Essas atividades são, no entanto, restringidas mediante as Portarias 10/1995, 11/1995 e 5/1997 do IBAMA, respectivamente. Para o estado de Alagoas já foi constatada uma crescente mortalidade anual de indivíduos adultos na região metropolitana de Maceió. Uma vez que os índices de mortalidade parecem ser significativos, a comprovação da *causa mortis*, aliada a avaliação das ações antrópicas presentes na região, é imprescindível para a tomada de medidas de cunho conservacionista para a espécie na região. Tais dados reforçam a importância da execução de ações de educação e conscientização ambientais sobre a espécie, através de campanhas informativas. O resgate e reabilitação destes animais, com sua posterior soltura em ambiente natural, tornam–se importantes ferramentas para um maior conhecimento acerca dos dados populacionais das espécies de tartarugas marinhas no Estado, possibilitando a definição de campanhas informativas anuais como parte da agenda ambiental do Estado e a elaboração e futura implementação de políticas públicas de proteção às tartarugas marinhas em Alagoas.
Descrição da ação	• Elaboração de diagnóstico sobre a situação da conservação das tartarugas marinhas nos municípios da APA Costa dos Corais; • Adequação de área no litoral norte de Maceió, para construção de um pequeno centro, onde serão executadas as ações do projeto; • Realização de resgates e reabilitação das tartarugas marinhas; • Manejo de ninhos ameaçados por ações antrópicas para o centro do projeto; • Execução de campanhas informativas e elaboração de palestras e oficinas voltadas à conservação das tartarugas e seu hábitat que serão ministradas no centro do projeto, escolas e em centros comunitários.
Produtos	• Diagnostico da situação das tartarugas marinhas; • Centro de manejo e educação ambiental.
Resultados	• Proteção da biodiversidade; • Início de formatação de futuro atrativo turístico.

Tabela 237 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS (continuação)

Municípios atendidos	Todos os municípios do litoral norte de Alagoas.

ESTRATÉGIAS RELACIONADAS – PDITS

- Apoiar projetos de proteção e recuperação ambiental e iniciativas voltadas para a valorização do patrimônio histórico e cultural, fomentando a participação da população local e disseminando a educação sanitária, ambiental e patrimonial no âmbito público e privado

OBJETIVOS PRELIMINARES RELACIONADOS – PDITS

- Diversificar a oferta turística através da estruturação de novos produtos e roteiros turísticos trabalhando segmentos complementares ao sol e praia, oferecendo alternativas a sazonalidade e competitividade de mercado.

PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO

- Grande riqueza hídrica com fauna e flora associada;
- Ocorrência de tartarugas marinhas;
- Ausência de estudos e base para resgate / reintrodução de tartarugas marinhas.
- Educação ambiental pouco desenvolvida;
- Experiências de educação ambiental em desenvolvimento em alguns municípios;
- Incipiente ação interinstitucional entre órgãos públicos e privados quanto à educação ambiental.

Tabela 238 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

COMPONENTE – ESTRATÉGIA DE GESTÃO SÓCIOAMBIENTAL	
Projeto	Reflorestar as áreas degradadas e promover a educação ambiental
Objetivo	Concorrer para a melhoria das condições socioambientais nos municípios de Passo de Camaragibe, São Miguel dos Milagres e Porto de Pedras, por meio de ações de educação ambiental associadas à recuperação de áreas degradadas de Mata Atlântica, visando a fixação de carbono.
Justificativa	O relatório do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (Caderno nº 29–2004) estima que a área com cobertura vegetal típica da Mata Atlântica, originalmente atingiu em torno de 17% do território alagoano e atualmente restam cerca de 4,5% da área nativa. Nas cidades de abrangência do projeto ReplantAR, a Mata Atlântica ocupa menos de 10% da sua floresta nativa, embora em São Miguel dos Milagres exista Plano Diretor com recomendações quanto com recomendações quanto às questões ambientais. O reflorestamento em áreas degradadas, além de proteger o solo, seqüestrar carbono, liberar oxigênio, estabilizar o clima, em virtude da função termohidroreguladora das florestas, protegem e alimentam nascentes e também proporcionam alimento e refúgio para a fauna silvestre. A região de Porto de Pedras é reconhecida mundialmente como área de preservação do peixe–boi–marinho que, segundo o IBAMA, é o mamífero aquático mais ameaçado de extinção devido à destruição do seu hábitat. O contexto exposto justifica o reflorestamento das áreas degradadas nos dois municípios priorizando florestas situadas às margens dos rios, ao redor de nascentes, lagos e reservatórios que “são classificadas como áreas de preservação permanente pelo Código Florestal” (Lei 4771, de 1965).
Descrição da ação	I – Implantar viveiro para produção de mudas de espécies nativas de Mata Atlântica para promover o reflorestamento monitorado em áreas degradadas, priorizando nascentes; II – Implantar o processo de formação política em Educação Ambiental com atores sociais locais, visando a melhoria socioambiental e a qualidade de vida dos moradores; III – Contribuir para a formação de jovens multiplicadores e empreendedores em desenvolvimento sustentável, responsáveis pela disseminação de práticas de sustentabilidade; IV – Elaborar Plano de comunicação com objetivo de promover a sensibilização, a divulgação das atividades e a visibilidade dos resultados do Replantar, criando subsídios para uma participação ativa das populações locais.
Produtos	• Mapeamento georreferenciado de árvores para coleta de sementes; • Montagem e manejo do Viveiro ReplantAR.; • Mapeamento georreferenciado das áreas de nascentes degradadas; • Oficinas para produção de mudas e plantio de árvores nativas com a comunidade; • Plantio das mudas nas áreas selecionadas; • Monitoramento em áreas reflorestadas; • Oficinas de educação ambiental; • Monitoramento do desenvolvimento do Plano de Ação em Educação Ambiental em escolas; • Campanha “Adote uma ARvore”.

Tabela 238 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS (continuação)

Resultados	• Recuperação de áreas degradadas e promoção da biodiversidade; • Consolidação da imagem da rota ecológica de Alagoas como uma área que apresenta alto grau de preservação ambiental e um turismo diferenciado; • Sensibilização das comunidades para a valorização do meio ambiente e da cultura popular.
Municípios atendidos	Passo de Camaragibe, São Miguel dos Milagres e Porto de Pedras.
ESTRATÉGIAS RELACIONADAS – PDITS	
• Apoiar projetos de proteção e recuperação ambiental e iniciativas voltadas para a valorização do patrimônio histórico e cultural, fomentando a participação da população local e disseminando a educação sanitária, ambiental e patrimonial no âmbito público e privado • Estruturar os atrativos de uso potencial e consolidar os de uso atual, promovendo a recuperação do patrimônio material, imaterial e ambiental do Pólo.	
OBJETIVOS PRELIMINARES RELACIONADOS – PDITS	
• Capacitar e Qualificar a mão–de–obra local como forma de inserção da população local no contexto da atividade turística.	
PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO	
• Supressão de vegetação nativa pela expansão da indústria canavieira; • Desmatamento ilegal com retirada da cobertura vegetal; • Educação ambiental pouco desenvolvida; • Experiências de educação ambiental em desenvolvimento em alguns municípios; • Incipiente ação interinstitucional entre órgãos públicos e privados quanto à educação ambiental.	

Tabela 239 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

COMPONENTE – ESTRATÉGIA DE GESTÃO SÓCIOAMBIENTAL	
Projeto	Implantar o Programa Estadual de Apoio às Reservas Particulares do Patrimônio Natural
Objetivo	Apoiar tecnicamente a estruturação e desenvolvimento de reservas particulares do Patrimônio Natural no Pólo.
Justificativa	O Estado de Alagoas apresenta áreas propícias para a criação de RPPNs, bem como uma série de empreendedores que estão interessados em realizar projetos de compensação ambiental e de responsabilidade sócio ambiental. A grande quantidade de áreas de plantações de cana–de–açúcar e de coco são exemplos. O crescimento econômico do Pólo exige que sejam realizadas ações que garantam o equilíbrio ecológico, sendo as RPPNs uma excelente solução. Há duas RPPNs no Pólo que apresentam visitação pública, constituindo grandes diferenciais de atividades que vão de encontro com a visão preconizada para o turismo.
Descrição da ação	Apoiar a recuperação de custos das RPPNs como a disponibilização de mudas para plantio e recuperação das áreas, pagamento pela água, apoio técnico na realização de estudos e pesquisas, reintrodução de espécies. Para isto devem ser definidas regras do programa e a equipe da SEMARH e IMA capacitados para o programa.
Produtos	• Estruturação e capacitação de equipe, implantação de programa, normativas, implantação, acompanhamento e monitoramento; • Melhoria da qualidade ambiental do Pólo; • Produtos turísticos diferenciados; • Aumento de fluxo turístico em busca de atividades que considerem a sustentabilidade.
Resultados	• Proteger a biodiversidade e as comunidades inseridas nas áreas de interesse turístico; • Melhorar as estruturas organizacionais, procedimentos, recursos humanos e materiais para a gesta do turismo nos municípios e no Pólo.
Municípios atendidos	Todos os municípios do litoral de Alagoas.
ESTRATÉGIAS RELACIONADAS – PDITS	
• Apoiar projetos de proteção e recuperação ambiental e iniciativas voltadas para a valorização do patrimônio histórico e cultural, fomentando a participação da população local e disseminando a educação sanitária, ambiental e patrimonial no âmbito público e privado • Estruturar os atrativos de uso potencial e consolidar os de uso atual, promovendo a recuperação do patrimônio material, imaterial e ambiental do Pólo.	
OBJETIVOS PRELIMINARES RELACIONADOS – PDITS	
• Promover gestões nas áreas de infraestrutura capazes de atrair à iniciativa privada para investimentos em novos empreendimentos turísticos.	
PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO	
• Supressão de vegetação nativa pela expansão da indústria canavieira; Desmatamento ilegal com retirada da cobertura vegetal; • Existência de TAC firmado entre o IMA e a indústria canavieira; • Crescimento da consciência ambiental por parte de alguns empresários do turismo.	

Tabela 240 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

COMPONENTE – ESTRATÉGIA DE GESTÃO SÓCIOAMBIENTAL	
Projeto	Resgatar e propor o uso sustentável de áreas recifais
Objetivo	Conhecer detalhadamente as diversas áreas recifais distribuídas ao longo do pólo, de maneira a subsidiar tecnicamente o processo de ordenamento do uso do atrativo natural pela população e turistas sem comprometer a integridade dos ecossistemas
Justificativa	Os recifes de coral são considerados um dos mais antigos e ricos ecossistemas da terra, e sua importância ecológica e social é indiscutível. Os ambientes recifais são considerados, juntamente com as florestas tropicais, uma das mais diversas comunidades naturais do planeta. São *habitats* importantes para peixes e outros recursos pesqueiros como lagostas e polvos, dando suporte e abrigo as espécies ameaçadas de extinção como a tartaruga e o Peixe–Boi Marinho. Os ambientes recifais estão sofrendo, em todo o mundo, um rápido processo de degradação decorrente das atividades humanas, que envolvem, desde a coleta de corais, a sobrepesca e a pesca predatória, até o desenvolvimento e a ocupação costeira, a poluição e o turismo desordenado. As piscinas naturais formadas nos ambientes recifais são sem dúvida, os maiores atrativos turísticos do Pólo Costa dos Corais, assim denominado exatamente por sua presença exuberante em praticamente toda sua extensão. A grande quantidade de visitantes ameaça a integridade dos ecossistemas, sendo necessário um ordenamento com base em sua capacidade de suporte, que por sua vez, necessita do conhecimento detalhado do ambiente. Apesar de já existir extensa literatura sobre o assunto, ainda não se conhece suficientemente, os vários ambientes recifais em sua particularidade e diversidade biológica, que permita subsidiar o planejamento consciente de futuras ações de proteção, o disciplinamento das visitas e mesmo determinação de algumas áreas de exclusão.
Descrição da ação	• Diagnóstico detalhado de cada ambiente recifal: trabalho de campo, delimitação da área física, caracterização geral, levantamento da fauna e flora, estudo dos corais, realização de amostragens, levantamento dos impactos, monitoramento "*reef check*"; • Delimitação das áreas segundo a biodiversidade, definição de zonas de exclusão; • Propostas de uso das piscinas naturais.
Produtos	Diagnóstico e propostas de uso sustentável para 6 áreas recifais
Resultados	• Oferecer subsídios técnico–científicos para determinação da capacidade de carga; • Ordenar da atividade turística nas piscinas naturais • Minimizar impactos negativos ambientais advindos do turismo • Proteger a biodiversidade e as comunidades inseridas nas áreas de interesse turístico
Municípios atendidos	Maceió, Paripueira, São Miguel dos Milagres, Porto de Pedras, Japaratinga

Tabela 240 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS (continuação)

ESTRATÉGIAS RELACIONADAS – PDITS
• Fortalecer a proteção ambiental no Pólo através da implantação / consolidação dos instrumentos de planejamento e controle territorial, bem como dos instrumentos das políticas de saneamento básico, meio ambiente e recursos hídricos; • Estruturar os atrativos de uso potencial e consolidar os de uso atual, promovendo a recuperação do patrimônio material, imaterial e ambiental do Pólo.
OBJETIVOS PRELIMINARES RELACIONADOS – PDITS
• Estabelecer princípios norteadores e instrumentos de planejamento que busquem um desenvolvimento sustentável da atividade turística.
PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO
• Diversidade de Ecossistemas / grande riqueza hídrica com fauna e flora associada / presença de recifes de corais; • Existência da APA Costa dos Corais com objetivo de preservar os arrecifes e ordenar o turismo; • Aumento excessivo de visitantes excedendo a capacidade de carga dos ecossistemas; Falta de controle na utilização dos recursos ambientais e conseqüente redução da biodiversidade; • Navegação inapropriada,fundeio em água rasas, lançamento de lixo e derramamento de óleo de embarcações; • Inexistência de estudos de capacidade de carga; Insuficiência de dados para monitoramento dos ecossistemas e das atividades turísticas; • Presença de instituições de fomento à pesquisa no campo da sustentabilidade e às atividades produtivas e sustentáveis do Pólo.

Tabela 241 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

COMPONENTE – ESTRATÉGIA DE GESTÃO SÓCIOAMBIENTAL	
Projeto	Elaborar o diagnóstico socioambiental do estuário do Rio Tatuamunha
Objetivo	Avaliar a influência antrópica no estuário do Rio Tatuamunha e identificar áreas impactadas através do diagnóstico socioambiental e do etnoconhecimento local.
Justificativa	A área de abrangência do projeto é o estuário do Rio Tatuamunha e seu entorno, estabelecendo–se como limite um comprimento de 8 km de manguezais associados, na direção da foz a nascente, e um raio de 1 km quadrado de suas margens para diagnóstico e estudo do etnoconhecimento junto à população ribeirinha. Nesta área está instalado o recinto de readaptação e reintrodução de Peixes–Bois Marinhos em ambiente natural, conforme critérios estabelecidos no Protocolo de Reintrodução de Peixes–Bois Marinhos no Brasil (LIMA et al., 2007) e atualmente compõe a Área de Vida e o Sítio de Fidelidade (LIMA, 2008) de 9 destes animais reintroduzidos. A preservação dos recursos hídricos e da biodiversidade do Rio Tatuamunha é de vital importância para o sucesso da reinserção do peixe–boi na natureza e para a manutenção de um plantel permanente no local. O rio está localizado integralmente no Município de Porto de Pedras, com a nascente ameaçada pelo desmatamento, tem seu curso alimentado por mais 3 riachos e sofre com o desmatamento de mata ciliar, aterramento de manguezais, pocilgas e lançamento de efluentes das casas dos ribeirinhos. Um indicador deste último fator de degradação é alto índice de coliformes fecais e totais demonstrados em análises de balneabilidade do Instituto do Meio Ambiente de Alagoas (IMA, 2010) causando doenças em seres humanos e possíveis infecções gastrointestinais nos peixes–bois. O projeto tem como objetivo estabelecer um diagnóstico das atuais condições socioambientais e uma avaliação da influência antrópica no estuário do Rio Tatuamunha, dentro dos limites citados. Adotando como método a pesquisa "in loco" com a aplicação de questionários, a observação e a análise técnica com a coleta de dados e de material. Para a análise laboratorial de água (coliformes, sedimentos, metais pesados e organoclorados), será possível estabelecer parceria com a UFAL e o IMA. Em complemento a estas etapas, ampliando e diversificando as formas de conhecimento, a caracterização do Rio Tatuamunha será enriquecida com uma análise do etnoconhecimento local sobre a biodiversidade do estuário e possíveis formas de manejo sustentável. – Realização de levantamento das áreas degradas no estuário do Rio Tatuamunha através de saídas de campo para estudo "in loco" e coleta de água para análise laboratorial da qualidade, realizada em quatro pontos distintos do rio, semanalmente e durante nove meses em função da sazonalidade .

Tabela 241 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS (continuação)

Descrição da ação	• Mapeamento das atividades antrópicas e descrição qualitativa e quantitativa destas atividades identificadas. Para esta atividade será contratada consultoria. • Realização de oficinas participativas: uma no início para sensibilização e apresentação do projeto; três durante o projeto para identificação de possíveis ameaças e mensuração destas, bem como levantamento de formas de mitigação das ameaças; e outra no final para apresentação do diagnóstico realizado e a discussão de oportunidades para a conservação do estuário e do peixe–boi e a melhoria da qualidade de vida dos ribeirinhos. • Aplicação de questionários para comunidade ribeirinha. O questionário será objetivo e dirigido a avaliar as condições socioeconômicas, sanitárias e a percepção ambiental, com a utilização de "*palm–top*" e máquina fotográfica para registrar os dados. As visitas para aplicação dos questionários serão dirigidas a 100 famílias. Os dados coletados serão tabulados em planilhas e gráficos. • Entrevistas semi–estruturadas e dirigidas aos ribeirinhos para análise do conhecimento etnoecológico. Durante a aplicação dos questionários de diagnóstico socioambiental serão identificados e selecionados 25 ribeirinhos de maior vivência na comunidade para as entrevistas. Estas serão gravadas, transcritas e posteriormente analisadas. • Criação de banco de dados. Durante todo o projeto dar–se–á atenção ao tratamento de dados e imagens para posterior publicação de catálogo em CD–ROM. Para finalização desta atividade será contratado serviço especializado.
Produtos	Diagnóstico socioambiental do estuário do rio Tatuamunha, incluindo o recinto de reintrodução do Peixe–Boi Marinho.
Resultados	Proteger a biodiversidade e as comunidades inseridas nas áreas de interesse turístico.
Municípios atendidos	Porto de Pedras.

ESTRATÉGIAS RELACIONADAS – PDITS

- Apoiar projetos de proteção e recuperação ambiental e iniciativas voltadas para a valorização do patrimônio histórico e cultural, fomentando a participação da população local e disseminando a educação sanitária, ambiental e patrimonial no âmbito público e privado;
- Estruturar os atrativos de uso potencial e consolidar os de uso atual, promovendo a recuperação do patrimônio material, imaterial e ambiental do Pólo.

OBJETIVOS PRELIMINARES RELACIONADOS – PDITS

- Estabelecer princípios norteadores e instrumentos de planejamento que busquem um desenvolvimento sustentável da atividade turística.

PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO

- Insuficiência de dados para monitoramento dos ecossistemas e das atividades turísticas;
- Pequena participação da sociedade local na implementação de negócios turísticos;
- Incipiente ação interinstitucional entre órgãos públicos e privados quanto à educação ambiental.

Tabela 242 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

COMPONENTE – ESTRATÉGIA GESTÃO SÓCIOAMBIENTAL	
Projeto	Desenvolver campanhas contra o turismo sexual
Objetivo	O projeto se propõe a diminuir a incidência de situações de exploração sexual de crianças e adolescentes a partir da inclusão de jovens em risco e da sensibilização dos agentes integrantes da cadeia produtiva do turismo na região. Desvincular o problema social do desenvolvimento turístico da região. Favorecer a inclusão de jovens em atividades turísticas.
Justificativa	O turismo sexual está presente em todas as regiões do Brasil. Segundo estudo realizado pela UNICEF esta prática existe em pelo menos 930 municípios do Brasil, dos quais 436 são destinos turísticos do Nordeste (Secretaria Especial dos Direitos Humanos / SEDH, o Grupo de Investigação sobre Violência e Exploração Sexual /VIOLES, o Departamento de Serviço Social /SER e a Universidade de Brasília). Os dados do Disque Denúncia 100, revelam que em 2009 foram realizadas 5279 denúncias sobre exploração sexual (onde estão incluídos os casos de turismo sexual) no Brasil, das quais 96 foram realizadas em Alagoas e 33 em Maceió. Informações geradas pelos 19 CREAS (Centros de Referência Especializados de Assistência Social) atuantes no Estado mostram que no ano 2006 e 2007 foram atendidas mais de 5000 crianças e adolescentes no Estado, dos quais 948 casos foram tipificados como violência física, 1082 como violência psicológica, 568 como abuso sexual, 358 exploração sexual e 2051 negligência. O elevado contingente de população jovem na região do Pólo concorre para a multiplicação do problema da exploração sexual, colocando em risco tanto moradores quando turistas.
Descrição da ação	• Elaboração de plano de implementação, definição do perfil dos jovens a serem capacitados. Na seleção dos beneficiários se dará prioridade aos jovens de municípios não contemplados no projeto ProJovem Trabalhador – Juventude Cidadã do Ministério de Trabalho e Emprego. São os municípios com menos de 20.000 habitantes: Barra de Santo Antonio, Japaratinga, Paripueira, Passo de Camaragibe, Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres; • Capacitação de jovens em situação de risco no setor turístico, em cursos de *bartender*, auxiliar de cozinha, garçom / garçonete e camareira; • Incentivo a empresários locais para contratação desses jovens capacitados para desempenho de funções nos seus empreendimentos turísticos; • Difusão de campanhas publicitárias periódicas contra o turismo sexual através da distribuição de material informativo e ampliar a divulgação do Disque denúncia 100; • Capacitar funcionários de hotéis e outros serviços turísticos na prevenção do turismo sexual.
Produtos	• Amplas campanhas contra o turismo sexual; • Seminários de sensibilização para funcionários de hotéis e restaurantes; • Material de comunicação e divulgação; • Programa de incentivo aos empresários que apóiem o projeto através da contratação de jovens capacitados.

Tabela 242 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS (continuação)

Resultados	• Diminuição do número de casos de exploração infantil e sexual a partir da inserção dos jovens em atividades educativas e laborais vinculadas ao turismo; • Associação da imagem do Pólo a campanhas de prevenção e conscientização contra o turismo sexual; • Jovens em situação de vulnerabilidade social capacitados para desempenharem atividades turísticas no Pólo.
Municípios atendidos	Barra de Santo Antonio, Japaratinga, Paripueira, Passo de Camaragibe, Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres.

ESTRATÉGIAS RELACIONADAS – PDITS

- Desenvolver programas de capacitação, excelência, certificação e qualificação dos produtos e prestadores de serviços turísticos, promovendo o envolvimento da população local.
- Promover o envolvimento da população local, com a priorização de projetos de médio e longo prazo de estruturação da atividade turística no setor público.

OBJETIVOS PRELIMINARES RELACIONADOS – PDITS

- Estabelecer princípios norteadores e instrumentos de planejamento que busquem um desenvolvimento sustentável da atividade turística;
- Capacitar e Qualificar a mão–de–obra local como forma de inserção da população local no contexto da atividade turística.

PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO

- População muito jovem / Incorporação de jovens no ensino médio / Programas e projetos em curso que visam capacitar na área de turismo (inclusive empresas privadas).
- Baixo IDH, principalmente quanto à renda; Alto índice de pobreza; 70% das cidades apresentam PIB per capita inferior a 3 mil reais.
- Baixa dinâmica da economia local
- Indisponibilidade de contratação de mão–de–obra qualificada, principalmente para atendimento a demanda de turista internacional.

Tabela 243 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS

COMPONENTE – ESTRATÉGIA GESTÃO SÓCIOAMBIENTAL	
Projeto	Promover educação para o turismo sustentável e comunitário
Objetivo	• Favorecer a incorporação do tema turismo sustentável e comunitário, de forma transversal, nos currículos das escolas médias e públicas do Pólo Costa dos Corais; • Formar em cada cidade um Núcleo Comunitário de Educação para o Turismo Sustentável; • Qualificar professores da rede estadual de ensino médio quanto ao tema turismo sustentável e comunitário através de curso de extensão; • Apoiar os programas e projetos governamentais com apelo ambiental e sustentável, e de modo especial, aqueles voltados para a geração de emprego e renda na área do turismo, especialmente através dos Núcleos; • Apoiar a distribuição de informações turísticas de qualidade e atualizadas na rede pública de ensino médio, através do curso e dos núcleos; • Favorecer ações públicas de natureza associativa e comunitária.
Justificativa	Conforme consta nos produtos 1 e 2 do PDTIS Costa dos Corais 2010, a região possui uma parcela significativa de população jovem, em sua maioria desempregada ou subempregada, e, ao mesmo tempo, uma rede de ensino médio em expansão. A mesma fonte indica de forma consistente a fragilidade do sistema de informações sobre o turismo sustentável e a ainda incipiente rede de ações associativas e comunitárias. Propõe–se que os professores da rede pública, no grau médio, sejam qualificados para aprofundar conhecimentos e fazer propostas de intervenção comunitária, que possam ser implementadas em suas salas de aula e que também possam agregar outros segmentos comunitários, em cada cidade do Pólo Costa dos Corais. A idéia de tratar o tema do turismo sustentável de forma transversal, dentro de cada escola, se baseia na constatação de que o assunto é multidisciplinar e contempla algumas dimensões educacionais como a compreensão e a observação empírica, a motivação para o aprendizado e a participação comunitária, quando tratado coletivamente. Propõe–se como disciplinas imediatamente envolvidas e que já fazem parte dos currículos regulares: Sociologia, Filosofia, História, Geografia, Biologia e Artes.
Descrição da ação	• Realização de cursos para os professores das redes municipais a cerca do tema turismo sustentável; • Distribuição de escolas por grupos de cidades, conforme as Coordenadorias de Ensino, da Secretaria de Educação, uma vez que são estas instâncias aquelas responsáveis pela orientação pedagógica e administrativa das escolas; • Implantação de Núcleos Comunitários de Educação para o Turismo Sustentável, que funcionarão como espaço para a produção e a difusão de informações consistentes e atualizadas sobre o turismo regional.
Produtos	• Divulgação permanente do turismo sustentável de base comunitária; • Inserção das escolas e os núcleos comunitários como protagonistas do turismo sustentável.

Tabela 243 – AÇÕES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO COSTA DOS CORAIS (continuação)

Resultados	• Apoio aos projetos e programas turísticos já instalados nas cidades; • Incentivo à ocupação de jovens cidadãos locais às atividades do turismo; • Apoio à educação ambiental e patrimonial na região; • Apoio às escolas estaduais de ensino médio; • Ampliação da absorção da mão de obra local nos projetos e programas turísticos.
Municípios atendidos	Todos os municípios do Pólo.

ESTRATÉGIAS RELACIONADAS – PDITS

- Desenvolver programas de capacitação, excelência, certificação e qualificação dos produtos e prestadores de serviços turísticos, promovendo o envolvimento da população local.
- Promover o envolvimento da população local, com a priorização de projetos de médio e longo prazo de estruturação da atividade turística no setor público.

OBJETIVOS PRELIMINARES RELACIONADOS – PDITS

- Estabelecer princípios norteadores e instrumentos de planejamento que busquem um desenvolvimento sustentável da atividade turística;
- Capacitar e Qualificar a mão–de–obra local como forma de inserção da população local no contexto da atividade turística.

PONTO DO DIAGNÓSTICO RELACIONADO

- População muito jovem / Incorporação de jovens no ensino médio / Programas e projetos em curso que visam capacitar na área de turismo (inclusive empresas privadas).
- População receptiva e acessível à atividade turística.
- Indisponibilidade de contratação de mão–de–obra qualificada, principalmente para atendimento a demanda de turista internacional.

24. ANÁLISE COMPARATIVA PLANO DE AÇÃO PDITS 2002 X PDITS 2010

As ações propostas na versão 2002 do PDTIS foram analisadas quanto à sua implementação, seja com recursos do PRODETUR, seja com outras fontes. Foi analisada, também, a priorização feita à época e a pertinência ou não dos projetos a serem reapresentados na presente revisão.

A principal dificuldade encontrada na análise comparativa se dá na questão da distribuição dos componentes e sub–componentes, consideradas de maneira distinta nas duas versões, conforme se observa na Tabela 244 abaixo:

Tabela 244 – ANÁLISE COMPARATIVA DOS COMPONENTES DO PDITS

ANÁLISE COMPARATIVA DOS COMPONENTES DOS PDITS			
2002		2010	
COMPONENTE	SUB–COMPONENTE	COMPONENTE	AÇÕES/ATIVIDADES
Fortalecimento da capacidade municipal para a gestão do turismo	• Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios • Gestão Municipal do Turismo • Gestão dos Resíduos Sólidos • Proteção e Conservação dos Recursos Naturais • Proteção e Conservação do Patrimônio Cultural • Urbanização de Áreas Turísticas	Fortalecimento Institucional	Ações de fortalecimento da institucionalidade turística, por meio de mecanismos de gestão e coordenação em âmbito federal, estadual, local e do setor privado, e do apoio à gestão turística estadual e municipal.
Planejamento estratégico, treinamento e infra–estrutura para o crescimento turístico	• Planejamento estratégico e preparação de projetos • Campanhas de conscientização • Treinamento profissional e capacitação da população • Saneamento e água potável • Obras de infra–estrutura	Infraestrutura e Serviços Básicos	Atividades que envolvam investimentos em infra–estrutura e de serviços não vinculados diretamente a produtos turísticos (infra–estrutura de acesso e transporte, água, saneamento, energia, telecomunicações, saúde e segurança.)

Promoção de investimentos da iniciativa privada	• Seminários e oficinas de capacitação • Serviços de consultoria	Estratégias de Comercialização	Ações de fortalecimento da imagem dos destinos turísticos.

Tabela 244 – ANÁLISE COMPARATIVA DOS COMPONENTES DO PDITS (continuação)

ANÁLISE COMPARATIVA DOS COMPONENTES DOS PDITS			
2002		2010	
COMPONENTE	SUB–COMPONENTE	COMPONENTE	AÇÕES/ATIVIDADES
		Estratégia de Produto Turístico	Ações de planejamento, recuperação e valorização dos atrativos turísticos Atividades de alinhamento dos investimentos privados em segmentos ou nichos estratégicos.
		Gestão Ambiental	Ações de proteção dos recursos naturais e culturais, prevenção, minimização dos impactos ambientais e sociais, implantação de sistemas de gestão ambiental, avaliações ambientais estratégicas e estudos de impacto ambiental.

(Autoria: Lyra,P – 2010)

Mesmo considerando que existe correlação entre os componentes propostos de 2002 e 2010, o foco de atuação não era tão específico. Esta análise fica evidente quando se observa que na versão 2002, as ações de gestão ambiental se concentraram basicamente dentro do componente Fortalecimento da Capacidade Municipal para a Gestão do Turismo, no sub–componente "Proteção e Conservação dos Recursos Naturais". Já na versão 2010, o componente Gestão Ambiental incorpora ações voltadas para as questões socioambientais e, também, relacionadas ao patrimônio histórico e cultural.

Outro ponto de ampliação da concepção dos componentes é que por fortalecimento institucional o PDITS 2010 considera não apenas a gestão pública municipal do turismo, mas insere a gestão estadual e a inserção da iniciativa privada nesse contexto. Destacando

que se deve buscar a articulação entre todas as instancias públicas (federal, estadual, municipal) e a iniciativa privada.

Da mesma forma, os aspectos inerentes as questões do produto turístico e da comercialização são abordados, separadamente, como componentes na versão 2010.

Outra dificuldade em fazer uma análise mais aprofundada das ações propostas na versão anterior do PDTIS, deve–se a ausência de fichas com o escopo dos projetos contendo os objetivos, justificativas, descrição da ação e resultados esperados. Numa primeira leitura da listagem, percebe–se que alguns projetos eram bastante genéricos, como a "identificação e recuperação de áreas degradadas" ou "elaboração de estudos e alternativas para a sustentabilidade dos recursos naturais".

Realizadas as ressalvas sobre a metodologia de elaboração dos Termos de Referencia na versão 2002 e na versão 2010, parte–se agora para a avaliação comparativa entre os Planos de ações propostos, em ambas as versões.

No **componente ambiental**, a versão de 2002 propõe 06 (seis) linhas de ação com um total de doze projetos. Consideradas indistintamente como de alta prioridade, nenhum dos doze projetos foi contemplado com recursos do PRODETUR.

Apenas dois projetos podem ser considerados em parte realizados, com outros recursos, como a capacitação institucional dos municípios para realizar a fiscalização ambiental, no caso de Maceió, que vem colocando em prática o Código Municipal de Proteção Ambiental, e o treinamento e capacitação de pessoal para gerenciar de áreas protegidas, no caso do IMA, que criou uma gerência específica de unidades de conservação, e vem implementando Conselhos Gestores nas unidades estaduais.

A versão 2002 priorizou em seu Plano de Ações a criação de novas unidades de conservação, com o caso das propostas da APA do Rio Camaragibe, APA do Rio Manguaba ou Parque Marinho Corais de Maragogi. Essas unidades, embora importantes, se sobrepõem fisicamente as APPs dos rios Camaragibe e Manguaba, e a APA Costa dos Corais respectivamente.

No Plano de Ações da versão revisada do PDTIS, ora apresentado, se procurou por outro lado, a consolidação das Unidades de Conservação já existentes, com a implantação de instrumentos de gestão e manejo, bem como reforço na educação ambiental e no fortalecimento institucional dos órgãos ambientais para uma fiscalização mais efetiva nas APPs.

Ainda em relação ao componente Gestão Ambiental, as ações relacionadas ao patrimônio histórico e cultural propostas em 2002, dizem respeito a:

- Elaboração de políticas públicas para fortalecimento da cultura local;
- Elaboração de campanha de conscientização da importância da preservação dos bens culturais;
- Levantamento/Inventário do Patrimônio Cultural do Pólo;
- Projeto de Resgate e Exposição do Acervo Arqueológico em poder da Universidade Federal de Alagoas;
- Proteção e Conservação do Patrimônio Cultural;
- Elaboração de campanhas, estudos e projetos para a proteção e conservação do Patrimônio Cultural;
- Projeto de Levantamento e Interpretação do Patrimônio Histórico da Cidade de Porto Calvo, resgatando o percurso fluvial pelo Rio Manguaba.

Neste campo houve algum avanço, especialmente no que diz respeito à Educação Patrimonial, destacando–se, a partir da segunda metade da década de 2000, o estabelecimento de uma relação mais estreita entre gestores, através de reuniões eventuais realizadas entre o governo estadual e os municípios, quando são discutidas a legislação e questões relacionadas às políticas públicas de incentivo à cultura, fortalecendo um canal de comunicação entre os poderes que, pretende–se, ser mantido e reforçado.

A Secretaria de Estado da Cultura, a partir de 2007, direcionou recursos públicos para a cultura, oferecidos à comunidade através dos editais: Edital de apoio e incentivo à produção de CDs e DVDs de música em Alagoas; Edital Misa Acústico; Edital de incentivo à produção e circulação de projetos em artes cênicas em Alagoas; Prêmio de incentivo à produção de áudio–visual em Alagoas. A intenção da Secretaria é seguir com a oferta dos editais.

Algumas políticas públicas antigas tiveram prosseguimento, como a Lei do Patrimônio Vivo que oferece apoio aos mestres detentores de saberes tradicionais. Outra atividade, realizada com recursos do Estado, com continuidade prevista, é a Caravana Cultural, cujo objetivo é incentivar a leitura, bem como promover a circulação e o intercâmbio cultural e a formação de platéias através de apresentações de música, dança, teatro, etc. A partir de 2007 a caravana percorreu 25 municípios alagoanos, entre eles Porto de Pedras, São Miguel dos Milagres e Japaratinga.

Ainda no campo das ações estaduais, Maragogi, em 2010, sediou a 8ª Mostra Alagoana de Dança. Pretende–se continuar a Mostra contemplando inclusive a cidade de Matriz de Camaragibe.

No que se refere à atuação específica dos municípios, não houve, de fato, a elaboração e implementação de políticas públicas voltadas para o fortalecimento da cultura local, exceção feita aos Planos Diretores de Maceió e de São Miguel dos Milagres e o Plano Municipal de Turismo de Passo de Camaragibe, os quais, embora tenham contribuído ao orientar as ações do poder público em relação aos interesses coletivos e apontar o potencial patrimonial das cidades focadas, não desencadearam ações efetivas de proteção ao patrimônio histórico e cultural. Por iniciativa da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFAL foi realizado um inventário preliminar do patrimônio arquitetônico da cidade de Porto de Pedras, que não chegou a gerar nenhuma ação a ele relacionada e sem previsão de continuidade.

Em relação a Maceió houve algum desenvolvimento nesse sentido, já que as instituições voltadas para o segmento estão mais consolidadas. Destaca–se a possibilidade de alguns projetos direcionados aos sítios históricos que integram o Corredor Cultural, desde Jaraguá, Centro, Jaraguá, Centro, Bebedouro, Rio Novo, Ipioca, Pontal e Fernão Velho e UEPs (unidades isoladas) como também as ações de projetos voltados para o Corredor Cultural de Jaraguá a Rio Novo, a serem executados com recursos do PAC Cidades Históricas**,** programa do Ministério da Cultura, que tem por objetivo a revitalização urbana, a melhoria da qualidade de vida, bem como o fortalecimento da gestão dos municípios atendidos, contando com recursos destinados a Maceió, na ordem de 100 milhões. As ações propostas deverão ser implementadas até 2013 e envolvem recursos dos Ministérios das Cidades, da Justiça, da Educação, do Turismo, do IPHAN e da Prefeitura Municipal de Maceió.

A cidade conta também com vários Pontos de Cultura em plena atividade o que não se observa nas cidades do Pólo, com exceção de Paripueira.

A Maceió foi a mais favorecida com investimentos em áreas históricas degradadas, destacando–se as obras de restauração dos prédios da Catedral Metropolitana, Biblioteca Pública Estadual e o Arcebispado (em andamento), com recursos do Governo Federal em parceria com o Governo do Estado e do Museu da Imagem e do Som (em andamento), com recursos da Caixa Econômica Federal, e Teatro Deodoro e Praça Deodoro, com recursos do Estado (concluídas). Foram feitas também melhorias no Centro Histórico da cidade, viabilizadas pelo governo municipal, através da construção de calçadões, re–ordenamento do trânsito, colocação de bancos e alguma arborização. A orla de Jaraguá recebeu melhoramentos urbanos embora mantenha alto índice de violência com poucos investimentos neste setor. Em Porto Calvo, restaurou–se a Igreja de Nossa Senhora da

Apresentação e o retábulo principal, assim como as imagens barrocas, com recursos federais através do IPHAN em Alagoas.

O tombamento, instrumento legal de proteção mais popularizado, foi demandado pelos gestores de Maceió, Porto de Pedras e Passo de Camaragibe, destacando–se nestes dois últimos, respectivamente, o tombamento do prédio do Forte–Cadeia e entorno do Morro dos 3 Coqueiros e da Casa de Aurélio Buarque de Holanda.

O campo da arqueologia histórica sofreu algum desenvolvimento com a realização de pesquisas arqueológicas nas cidades de Porto de Pedras e de Porto Calvo com recursos do IPHAN em Alagoas. Entretanto, nenhuma das cidades apresenta ainda espaço museográfico adequado para realizar a guarda dos artefatos recolhidos, ficando eles mantidos nas universidades que realizaram as pesquisas ou em mãos de particulares.

Em relação ao **componente Fortalecimento Institucional**, evidencia–se claramente que em 2002 os esforços foram mais fortemente direcionados a gestão municipal de forma isolada; As ações foram propostas para o conjunto de municípios, mas a execução era de responsabilidade individual de cada município.

O que diante da realidade socioeconômica e política dessas unidades administrativas torna–se quase que impossível alcançar resultados positivos. Por isso em 2010 estimula–se a cooperação entre municípios através da formação de consórcios para elaboração de projetos para captação de recursos.

Outro aspecto a considerar é que as ações propostas em 2002 para a iniciativa privada não contemplaram atividades de indução a cooperação e colaboração entre os atores da cadeia produtiva local e entre a esfera pública. Na proposta de 2010, tendo em vista inclusive o diagnóstico realizado sobre as redes sociais de colaboração e cooperação, verificou–se que deveria ser realizado forte estímulo a essas ações de interação entre os atores da iniciativa privada.

Outra importante diferenciação entre as versões 2002 e 2010 se refere aos componentes e ações propostas. Nesta última versão foram incorporados esforços destinados à população local, num claro reconhecimento de que esses atores devem desempenhar papel ativo no processo de desenvolvimento local, para que esse se efetive de forma sustentável.

Dentre todos os projetos e ações previstos para serem implementados no Pólo Costa dos Corais no ano de 2002, relacionados ao tema **Infraestrutura**, apenas uma pequena parte foi, efetivamente realizada:

1. Ampliação do Aeroporto Zumbi dos Palmares;
2. Construção de Centro Cultural e de Exposições Ruth Cardoso;
3. Desativação do famoso “lixão” de Maceió com a implantação do aterro sanitário;
4. Expansão da rede de distribuição de água também em Maceió.

A ampliação da pista e a construção do novo terminal de passageiros do Aeroporto Zumbi dos Palmares e a construção do Centro Cultural e de Exposições Ruth Cardoso, constituem em marcos referencias do crescimento da atividade turística no estado de Alagoas.

O novo aterro sanitário chegou para, definitivamente, acabar com uma aberração ambiental que envergonhava os maceioenses há mais de cinqüenta anos: o lixão de Maceió. Hoje se encontra implantado o novo aterro sanitário, operando experimentalmente dentro das especificações técnicas, necessitando, todavia, promover–se a total recuperação da área

degradada pelo antigo vazadouro, eliminando–se radicalmente, a possibilidade de contaminação das suas áreas do entorno.

A expansão da rede de distribuição de água em Maceió traduziu–se também numa importantíssima ação em resposta ao antigo problema de fornecimento regular desse serviço a uma boa parte da população.

De forma sintética, observa–se ainda que, de 24 projetos eleitos em 2002 na área relacionada à Infraestrutura, apenas quatro foram efetivamente concluídos e oito ainda estão em fase de conclusão.

Desses oito projetos que se encontram em fase de realização ou foram parcialmente realizados, há o caso da elaboração de Planos Diretores, uma vez que dos nove municípios que não dispunham desse instrumento, apenas um o promoveu, São Miguel dos Milagres, e já encontra–se aprovado pela Câmara Municipal.

A obra do Vale do Reginaldo, outro projeto previsto em 2002, engloba a urbanização daquela comunidade, a implantação de seu sistema viário e a construção de todo seu sistema de esgotamento sanitário. Sua realização vem acontecendo paulatinamente face ao seu mau planejamento e tem como um dos principais elementos dificultadores, a implementação das desapropriações necessárias além da falta de sintonia existente na execução das obras físicas, já que a parte relativa à urbanização e construção de moradias ficou sob a responsabilidade do Governo do Estado e a parte viária e de infraestrutura, a cargo da Prefeitura Municipal de Maceió.

A Requalificação Urbana do Centro de Maceió, com a primeira etapa concluída e a segunda em fase de execução vem nos demonstrando duas experiências antagônicas: uma extremamente positiva que são os avanços nas áreas de infraestrutura (drenagem, esgoto, água, iluminação, etc.) e outra extremamente negativa que é exatamente a ausência da fiscalização do Poder constituído, principalmente no que se refere ao planejamento e cumprimento do ordenamento das ocupações do solo no que tange às posturas municipais. O que se ganha por um lado, se perde por outro.

No que se refere à implantação de esgotamento sanitário em área urbana de todos os municípios do Pólo, verifica–se claramente que apenas dois municípios se detiveram na execução dessa iniciativa e, coincidentemente, aqueles que aglomeram ocupações urbanas de melhor qualidade cultural e que se traduz como expoentes na exploração turística dessa área: Maragogi e Maceió.

A inexecução desses projetos por parte da maioria dos municípios componentes do Pólo revela, mais uma vez, a iminente necessidade da inserção de preocupação na contextualização dos novos projetos, qual seja, de melhor demonstrar a efetividade dos mesmos, para que assim se obtenha o convencimento do gestor e a consequente cobrança da comunidade envolvida na realização e obtenção dos produtos. Não se pode imaginar desenvolvimento turístico, com os conglomerados urbanos sujos e infectados.

Talvez pela massificação da imprensa na divulgação de evidências de que a mortalidade infantil perpassa pela inexistência do fornecimento de água de qualidade à população principalmente àquelas mais distantes dos núcleos urbanos, a implantação do sistema de abastecimento d'água nas áreas urbanas nos municípios do Pólo obteve um aumento em sua capilarização, todavia, muito distante ainda, daquilo que se traduz na necessidade dessas comunidades. Entretanto, com a colaboração dos programas rurais existentes, da

cobrança do Ministério Público aos gestores e, principalmente, na permanente denúncia dessa falha administrativa, pela imprensa, acreditamos que o razoável incremento desse serviço se dará naturalmente.

Cabe destacar aqui que as obras que contemplam a implantação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário de Maragogi geraram frutos extremamente

relevantes, todavia necessário se faz as interligações das residências à rede para, definitivamente cessar–se os descartes clandestinos de efluentes (esgoto) a céu aberto, como também nos corpos hídricos.

Uma vez analisados os projetos concluídos e aqueles realizados de forma parcial, passamos a relacionar outros que, inicialmente previstos, não conseguiram sequer serem iniciados, com exceção da Construção do Aeroporto de Maragogi e a implantação da via de acesso que liga o Aeroporto Zumbi dos Palmares ao Pólo. São eles:

1. Elaboração dos Planos Diretores de Coleta, Transporte e Destinação Final dos Resíduos Sólidos;
2. Implantação de aterro sanitário integrado para os municípios de Paripueira, Barra de Santo Antônio, São Luiz do Quitunde, Passo de Camaragibe e Matriz de Camaragibe;
3. Implantação de aterro sanitário integrado para os municípios de São Miguel dos Milagres, Porto de Pedras, Porto Calvo, Japaratinga e Maragogi;
4. Elaboração de estudos preliminares e implantação de sistema viário, vias urbanas, ordenamento do tráfego e área para estacionamento em localidades de grande fluxo e interesse turístico;
5. Projeto de sinalização turística para o Pólo Costa dos Corais;
6. Elaboração de projetos executivos de obras de infra–estrutura e estudos de viabilidade sócioeconomica e de estudos e relatórios ambientais;
7. Implantação da infra–estrutura necessária para absorção do Complexo Turístico Onda Azul;
8. Construção dos terminais de embarque para as piscinas naturais;
9. Construção dos terminais de embarque hidroviário nos principais rios do Pólo;
10. Implantação de via de acesso litorâneo ligando os municípios de Barra de Santo Antônio a Japaratinga – Estrada Parque;
11. Construção do Planetário de Maceió;
12. Plano estratégico para o desenvolvimento sustentável do litoral norte de Maceió.

No que diz respeito à Implementação dos Planos Diretores de Coleta, Transporte e destinação dos resíduos sólidos, tem–se já em fase de elaboração em outros municípios, a única alternativa capaz de atender na atualidade, essa demanda, principalmente por tratar–se de um serviço extremamente caro e sabidamente inexeqüível, face aos parcos recursos existentes para esses pequenos núcleos municipais. O Ministério do Meio Ambiente desenvolve projetos conhecidos na implementação de aterros sanitários consorciados que têm preocupação em solucionar a problemática e socializar os custos entre os municípios que distem, da área eleita em torno de 30 km, viabilizando sobremaneira os custos operacionais na coleta, no transporte e no tratamento desses resíduos.

Diante do exposto, torna–se imprescindível a imediata deflagração de sistemática que vise a elaboração de projetos no sentido do atingimento desse alvo. Necessário se faz também que, na formatação desse projeto macro se dedique importante preocupação na capacitação institucional dos municípios contemplados para implementação não só dos projetos que visem a coleta e o atendimento às demandas relativas aos resíduos sólidos, mas a efetivação de leis que visem a proteção ambiental.

São conhecidos de todos os gargalos no que tange à qualidade dos serviços viários nos núcleos que compõem o Pólo Costa dos Corais, motivo pelo qual é premente a elaboração de estudos preliminares para desenvolvimento desse produto com eficiência e segurança

que oportunize aos usuários – nativos ou turistas, a qualidade e o ordenamento do tráfego em todos os seus aspectos técnicos e um nível de detalhes que englobe, por exemplo, a oferta de áreas de estacionamento, principalmente nas localidades de grande fluxo e de interesse turístico.

Agrega–se a isso também, a promoção de projetos de oferta de serviços de sinalização para o turista que poderá vir a ocorrer, simultaneamente, à sinalização do tráfego passando a dotar essas comunidades de elementos informativos e históricos, dentre outros.

O Pólo Costa dos Corais reconhecidamente abriga as maiores riquezas paisagísticas do Estado de Alagoas e, por conseguinte, detém preciosismos recursos ambientais estuarinos, marinhos, etc. Para tanto, é importante focar–se na iminente necessidade de desenvolvimento de projetos que visem o conhecimento desses ambientes através de estudos específicos para que se promova a exploração turística dos mesmos de forma sustentável. Ainda com relação a esse tópico, é evidente a necessidade de um melhor ordenamento da exploração turística e nesse contexto, destacamos a construção de terminais de embarque, projetos esses já previstos em 2002 e não executados até o momento.

Dentre essas especificidades tratadas existem outras que têm como importância fundamental o valor agregado à atividade turística, necessário, todavia, da atualização dos seus diagnósticos e o restabelecimento das estratégias haja vista esse interstício temporal.

Ao final, vale ressaltar que essas considerações comparativas não têm como objetivo qualificar como melhor uma versão frente à outra, mas evidenciar uma evolução na forma de propor políticas públicas de forma sustentável, cujo reconhecimento do processo de avaliação, readequação e proposições de ações devem ser sistêmicos e contínuos ao longo do tempo.

25. DIMENSIONAMENTO DO INVESTIMENTO TOTAL

Como já citado anteriormente, o Pólo Turístico da Costa dos Corais possui um recorte geográfico de 11 municípios, dentre os quais a capital do Estado de Alagoas, Maceió. Tal característica traz distorções se considerarmos tanto a média comparativa entre os componentes analisados pelo PDITS, como entre as cidades.

Para uma melhor compreensão desse fato, basta observar que do montante total de investimentos necessários ao Pólo, **49,92 %** cabe apenas a Maceió. Ou seja, dos **U$ 463.462.141,91** (quatrocentos e sessenta e três milhões, quatrocentos e sessenta e dois mil, cento e quarenta e um dólares e noventa e um centavos), **U$ 231.359.836,15** (duzentos e trinta e um milhões, trezentos e cinqüenta e nove mil, oitocentos e trinta e seis dólares e quinze centavos) deveriam ser investidos exclusivamente na capital do estado. Nestes valores não estão inclusos os projetos em que Maceió compartilha os benefícios com outros municípios.

Dando seqüência a esta análise, vale ressaltar o grande peso a ser investido no componente infraestrutura e serviços básicos. São **U$ 406.520.823,81** (quatrocentos e seis milhões, quinhentos e vinte mil, oitocentos e vinte e três dólares e oitenta e um centavos). Ou seja, **88 %** de tudo a ser aplicado no Pólo.

Já o componente do Produto Turístico é responsável por 10,46% do valor total a ser investido no Pólo. Ou seja, **U$ 48.473.529,40** (quarenta e oito milhões, quatrocentos e setenta e três mil, quinhentos e vinte e nove dólares e quarenta centavos)

Destacado esses aspectos, pode–se comprovar que os **U$ 24.000.000,00** (vinte e quatro milhões de dólares) disponibilizados para o litoral norte alagoano, representam apenas **5%** do que é exigido para o desenvolvimento sustentável da região.

Foram elencados um total de **86** (oitenta e seis) projetos destinados ao Pólo. Destes 40 (quarenta) são do componente produto turístico, 02 (dois) da comercialização, 11 (onze) de fortalecimento institucional, 18 (dezoito) de infraestrutura e serviços básicos e, por fim 15 (quinze) do componente gestão socioambiental.

Para uma compreensão global desse item, segue abaixo a Tabela 245 consolidada de onde se extraiu essa análise, na qual cabe observar que o projeto de saneamento e abastecimento de água foi decupado, trazendo valores individualizados para cada município.

Tabela 245 – CONSOLIDAÇÃO DO INVESTIMENTO TOTAL – POR COMPONENTE

1. ESTRATÉGIA DO PRODUTO TURÍSTICO	MUNICÍPIO	INVESTIMENTOS TOTAIS		FONTES DE FINANCIAMENTO
		REAL (R$)	DÓLAR (U$)	
Estruturar o passeio turístico – Peixe–Boi Marinho e implantar Base de Pesquisa e Gestão Socioambiental	Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres	600.000,00	352.941,18	PRODETUR
Elaborar e implantar programa de fomento ao desenvolvimento de atividades culturais na Rota Ecológica	Passo de Camaragibe, Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres	250.000,00	147.058,82	Gov. do Estado/Prefeituras
Construir e implantar o Centro Educacional Turístico Ambiental de observação dos manguezais – Casa da Maré	Passo de Camaragibe	500.000,00	294.117,65	Prefeitura
Restaurar o Forte–Cadeia e instalar espaço museográfico com inclusão dos elementos não edificados do Morro dos Três Coqueiros	Porto de Pedras	2.000.000,00	1.176.470,59	PRODETUR
Desenvolver o Circuito Histórico, recuperando e restaurando o patrimônio edificado	Passo de Camaragibe	2.000.000,00	1.176.470,59	Gov. do Estado/Prefeituras
Executar obras de consolidação das ruínas do antigo Mosteiro de São Bento	Maragogi	1.800.000,00	1.058.823,53	Prefeitura
Implantar o roteiro turístico – Expedições colonizadoras portuguesas e holandesas	Porto Calvo e Porto de Pedras	700.000,00	411.764,71	PRODETUR
Recuperar a Fonte Milagrosa e o Alto do Cruzeiro	São Miguel dos Milagres	200.000,00	117.647,06	Gov. do Estado/Prefeituras
Desenvolver o roteiro urbano “História nos trilhos” em Maceió	Maceió	80.000,00	47.058,82	Prefeitura
Elaborar o Inventário Turístico do Pólo Costa dos Corais	Todo os municípios do Pólo	350.000,00	205.882,35	PRODETUR
Restaurar e reestruturar os Museus	Maceió	3.500.000,00	2.058.823,53	Gov. do Estado/Prefeituras
Restaurar e readequar edificação histórica para criação do Museu de Calabar	Porto Calvo	1.500.000,00	882.352,94	Prefeitura
Construir o oceanário	Maceió	6.000.000,00	3.529.411,76	Gov. do Estado/Prefeituras
Implantar pórticos multifuncionais de informações turísticas regionais	Maragogi, Paripueira e Porto de Pedras	900.000,00	529.411,76	Prefeitura
Reordenar o uso turístico das piscinas naturais de Ipioca, Sauaçuy e Paripueira	Maceió, Paripueira	100.000,00	58.823,53	PRODETUR
Requalificar o Alto de Ipioca	Maceió	1.000.000,00	588.235,29	Gov. do Estado/Prefeituras
Requalificar os Mirantes	Maceió	700.000,00	411.764,71	Prefeitura
Formatar e implantar o roteiro turístico – “Rio e Mar”	Barra de Santo Antônio, Passo de Camaragibe	200.000,00	117.647,06	PRODETUR
Consolidar o Turismo de Base Comunitária – Tramas em Riacho Doce	Maceió	400.000,00	235.294,12	Gov. do Estado/Prefeituras
Urbanizar e requalificar o povoado de Barreiras do Boqueirão	Japaratinga	1.000.000,00	588.235,29	Prefeitura
Urbanizar a orla marítima de Porto de Pedras	Porto de Pedras	650.000,00	382.352,94	PRODETUR
Implantar roteiro turístico acessível em Maceió	Maceió	200.000,00	117.647,06	Gov. do Estado/Prefeituras
Implantar o turismo de aventura no Pólo Costa dos Corais	Todo os municípios do Pólo	250.000,00	147.058,82	Prefeitura
Implantar zoológico no Parque Municipal de Maceió	Maceió	8.000.000,00	4.705.882,35	Prefeitura
Implantar a sinalização turística nos municípios do Pólo	Todos os municípios do Pólo	2.500.000,00	1.470.588,24	Prefeituras
Implantar a sinalização turística nas rodovias do Pólo	Todos os municípios do Pólo	1.400.000,00	823.529,41	PRODETUR
Implantar a refrigeração e reestruturar o pavilhão de eventos do Centro Cultural e de Exposições Ruth Cardoso	Maceió	6.000.000,00	3.529.411,76	PRODETUR
Requalificar a orla marítima de Cruz das Almas a Jacarecica	Maceió	22.700.000,00	13.352.941,18	Prefeitura
Requalificar da orla da Praia da Sereia	Maceió	650.000,00	382.352,94	Prefeitura
Restaurar o mercado de artesanato e seu entorno	Maceió	1.500.000,00	882.352,94	Prefeitura
Requalificar a orla do Pontal da Barra	Maceió	650.000,00	382.352,94	Prefeitura
Urbanizar a orla da Ilha da Crôa	Barra de Santo Antônio	650.000,00	382.352,94	Prefeitura
Urbanizar a orla da Praia de Tabuba	Barra de Santo Antônio	650.000,00	382.352,94	Prefeitura
Urbanizar a orla da Praia de Barra de Camaragibe	Passo de Camaragibe	350.000,00	205.882,35	Prefeitura
Urbanizar a orla da Praia do Marcineiro	São Miguel dos Milagres	350.000,00	205.882,35	Prefeitura

Tabela 245 – CONSOLIDAÇÃO DO INVESTIMENTO TOTAL – POR COMPONENTE (continuação)

1. ESTRATÉGIA DO PRODUTO TURÍSTICO	MUNICÍPIO	INVESTIMENTOS TOTAIS		FONTES DE FINANCIAMENTO
		REAL (R$)	DÓLAR (U$)	
Urbanizar a orla marítima de São Miguel dos Milagres	São Miguel dos Milagres	650.000,00	382.352,94	Prefeitura
Requalificar o Mirante do Farol (área de Marinha)	Porto de Pedras	500.000,00	294.117,65	Prefeitura
Construir espaço multieventos em Japaratinga	Japaratinga	3.000.000,00	1.764.705,88	Prefeitura
Requalificar e ampliar a orla marítima de Maragogi	Maragogi	975.000,00	573.529,41	Prefeitura
Restaurar o patrimônio histórico e arquitetônico de cidades do Pólo Costa dos Corais	Barra de Santo Antônio, Matriz de Camaragibe, Passo de Camaragibe, Porto de Pedras, São Luiz do Quitunde, São Miguel dos Milagres,	7.000.000,00	4.117.647,06	Gov. do Estado/Prefeituras
*** Dólar cotado a R$1,70**	**SUBTOTAL COMPONENTE 1**	**82.405.000,00**	**48.473.529,40**	

2. ESTRATÉGIA COMERCIALIZAÇÃO	MUNICÍPIO	INVESTIMENTOS TOTAIS		FONTES DE FINANCIAMENTO
		REAL (R$)	DÓLAR (U$)	
Implantar programa de captação de eventos	Todo os municípios do Pólo	400.000,00	235.294,12	PRODETUR
Elaborar e implantar o Plano de Marketing para o Pólo Costa dos Corais	Todo os municípios do Pólo	2.000.000,00	1.176.470,59	PRODETUR
*** Dólar cotado a R$1,70**	**SUBTOTAL COMPONENTE 2**	**2.400.000,00**	**1.411.764,71**	

3. ESTRATÉGIA FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL	MUNICÍPIO	INVESTIMENTOS TOTAIS		FONTES DE FINANCIAMENTO
		REAL (R$)	DÓLAR (U$)	
Elaborar a revisão e adequação do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Pólo Costa dos Corais – PDITS.	Todos os municípios do Pólo	197.740,79	116.318,11	PRODETUR
Elaborar sistema digital de informações para a gestão integrada do turismo no Estado e no Pólo	Todos os municípios do Pólo	450.000,00	264.705,88	Gov. do Estado
Fortalecimento Institucional dos órgãos municipais	Todos os municípios do Pólo	1.467.000,00	862.941,18	PRODETUR
Fortalecimento do ambiente institucional para o desenvolvimento da iniciativa privada	Todos os municípios do Pólo	834.000,00	490.588,24	Gov. do Estado
Formar consórcios entre os municípios para elaboração de projetos de captação de recursos para ações de desenvolvimento do Pólo Costa dos Corais	Todos os municípios do Pólo	125.000,00	73.529,41	PRODETUR
Desenvolver cursos de capacitação para os empresários locais e suas equipes	Todos os municípios do Pólo	85.000,00	50.000,00	Gov. do Estado
Promover oficinas e cursos voltados à população local para o envolvimento na atividade turística	Todos os municípios do Pólo	650.000,00	382.352,94	Gov. do Estado
Elaborar / revisar Planos Diretores e Habitacionais para municípios do Pólo	Barra de Santo Antônio, Japaratinga, Maragogi, Matriz de Camaragibe, Paripueira, Passo de Camaragibe, Porto Calvo, Porto de Pedras e São Luiz do Quitunde.	1.000.000,00	588.235,29	PRODETUR
Criar Conselhos Municipais de Turismo, Conselhos Municipais de Meio Ambiente e Conselhos Municipais de Cultura	Barra de Santo Antonio, Paripueira, Passo de Camaragibe, , Porto de Pedras, São Miguel dos Milagres	75.000,00	44.117,65	Prefeitura
Criar Fundos Municipais de Turismo, Fundos Municipais de Meio Ambiente e Fundos Municipais de Cultura	Barra de Santo Antonio, Japaratinga, Maragogi, Paripueira, Passo de Camaragibe, Porto de Pedras, São Miguel dos Milagres	64.000,00	37.647,06	Prefeitura
Apoiar a implantação do Projeto Orla	Barra de Santo Antônio, Japaratinga, Maragogi, Paripueira, Passo de Camaragibe, Porto de Pedras, São Miguel dos Milagres	610.000,00	358.823,53	PRODETUR
*** Dólar cotado a R$1,70**	**SUBTOTAL COMPONENTE 3**	**5.557.740,79**	**3.269.259,29**	

Tabela 245 – CONSOLIDAÇÃO DO INVESTIMENTO TOTAL – POR COMPONENTE (continuação)

4. ESTRATÉGIA INFRA–ESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS	MUNICÍPIO	INVESTIMENTOS TOTAIS		FONTES DE FINANCIAMENTO
		REAL (R$)	DÓLAR (U$)	
Recuperar e ampliar os acessos rodoviários (AL 101N, AL435 e AL465) aos municípios do Pólo	Todos os municípios do Pólo	60.300.000,00	35.470.588,24	Gov.do Estado
Complementar a implantação da AL105, no trecho Cachoeira do Meirim / AL 413 São Luís do Quitunde – Estrada da Flamenguinha	Maceió, São Luís do Quitunde	34.000.000,00	20.000.000,00	PRODETUR
Melhorar a iluminação pública nas áreas urbanas e rurais	Todos os municípios do Pólo	10.000.000,00	5.882.352,94	Gov. do Estado/Prefeituras
Melhorar o sistema de coleta do lixo e instalar lixeiras	Todos os municípios do Pólo	5.000.000,00	2.941.176,47	Prefeitura
Melhorar o sistema de comunicação (telefonia fixa e móvel)	Todos os municípios do Pólo exceto Maceió	5.000.000,00	2.941.176,47	Gov. do Estado/Prefeituras
Implantar o sistema de abastecimento de água	Maragogi	500.000,00	294.117,65	Gov. do Estado/Prefeitura
Implantar o sistema de abastecimento de água	Japaratinga	1.021.729,70	601.017,47	Gov. do Estado/Prefeitura
Implantar o sistema de abastecimento de água	Porto de Pedras	1.775.087,15	1.044.168,91	Gov. do Estado/Prefeitura
Implantar o sistema de abastecimento de água	Porto Calvo	402.943,52	237.025,60	Gov. do Estado/Prefeitura
Implantar o sistema de abastecimento de água	São Miguel dos Milagres	347.270,00	204.276,47	Gov. do Estado/Prefeitura
Implantar o sistema de abastecimento de água	Matriz de Camaragibe	2.299.500,96	1.352.647,62	Gov. do Estado/Prefeitura
Implantar o sistema de abastecimento de água	Passo de Camaragibe	1.563.664,51	919.802,65	Gov. do Estado/Prefeitura
Implantar o sistema de abastecimento de água	São Luiz de Quitunde	507.459,65	298.505,68	Gov. do Estado/Prefeitura
Implantar o sistema de abastecimento de água	Barra de Santo Antônio	440.353,17	259.031,28	Gov. do Estado/Prefeitura
Implantar o sistema de abastecimento de água	Paripueira	3.160.657,16	1.859.210,09	Gov. do Estado/Prefeitura
Implantar o sistema de abastecimento de água	Maceió	30.000.000,00	17.647.058,82	Gov. do Estado/Prefeitura
Ampliar o sistema de esgotamento sanitário e de saneamento básico	Maragogi	1.281.020,40	753.541,41	PRODETUR
Implantar o sistema de esgotamento sanitário e de saneamento básico	Japaratinga	4.029.928,70	2.370.546,29	PRODETUR
Implantar o sistema de esgotamento sanitário e de saneamento básico	Porto de Pedras	7.930.837,47	4.665.198,51	Gov. do Estado/Prefeitura
Implantar o sistema de esgotamento sanitário e de saneamento básico	Porto Calvo	22.143.162,50	13.025.389,71	Gov. do Estado/Prefeitura
Implantar o sistema de esgotamento sanitário e de saneamento básico	São Miguel dos Milagres	12.285.341,76	7.226.671,62	Gov. do Estado/Prefeitura
Implantar o sistema de esgotamento sanitário e de saneamento básico	Matriz de Camaragibe	16.428.726,25	9.663.956,62	Gov. do Estado/Prefeitura
Implantar o sistema de esgotamento sanitário e de saneamento básico	Passo de Camaragibe	10.627.154,87	6.251.267,57	Gov. do Estado/Prefeitura
Implantar o sistema de esgotamento sanitário e de saneamento básico	São Luiz de Quitunde	28.137.781,41	16.551.636,12	Gov. do Estado/Prefeitura
Implantar o sistema de esgotamento sanitário e de saneamento básico	Barra de Santo Antônio	33.716.263,79	19.833.096,35	Gov. do Estado/Prefeitura
Implantar o sistema de esgotamento sanitário e de saneamento básico	Paripueira	32.757.796,04	19.269.291,79	Gov. do Estado/Prefeitura
Implantar o sistema de esgotamento sanitário e de saneamento básico	Maceió	62.551.721,47	36.795.130,28	Gov. do Estado/Prefeitura
Construir a Ecovia Norte	Maceió	24.000.000,00	14.117.647,06	Gov. do Estado
Construir o eixo viário do Vale do Reginaldo	Maceió	120.000.000,00	70.588.235,29	Gov. do Estado/Prefeitura
Construir o terminal de passageiros no Porto de Maceió	Maceió	20.000.000,00	11.764.705,88	Gov. do Estado/Prefeitura
Urbanizar e integrar a orla lagunar de Maceió (1ª Etapa)	Maceió	85.000.000,00	50.000.000,00	Prefeitura
Iluminar a rodovia AL101N no trecho compreendido entre Japaratinga e a divisa com o estado de Pernambuco	Japaratinga, Maragogi	2.000.000,00	1.176.470,59	Gov. do Estado
Construir acessos para as praias de Antunes, Ponta de Mangue e Peroba	Maragogi	82.000,00	48.235,29	Prefeitura
Construir Terminal Rodoviário de Passageiros em Maragogi	Maragogi	10.000.000,00	5.882.352,94	Prefeitura

Tabela 245 – CONSOLIDAÇÃO DO INVESTIMENTO TOTAL – POR COMPONENTE (continuação)

4. ESTRATÉGIA INFRA–ESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS	MUNICÍPIO	INVESTIMENTOS TOTAIS		FONTES DE FINANCIAMENTO
		REAL (R$)	DÓLAR (U$)	
Construir o Aeroporto Costa dos Corais em Maragogi	Maragogi	35.000.000,00	20.588.235,29	MTur/Gov. do Estado
Pavimentar em paralelepípedo o acesso comum aos assentamentos de Água Fria, Massangana e Itabaiana	Maragogi	195.000,00	114.705,88	Prefeitura
Implantar aterro sanitário consorciado	Japaratinga, Maragogi, Porto Calvo, Porto de Pedras, São Miguel dos Milagres	6.000.000,00	3.529.411,76	PRODETUR
Implantar Bases de Policiamento Turístico e Comunitário	Japaratinga, Maragogi, Matriz de Camaragibe, Passo de Camaragibe, Porto Calvo, Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres e São Luiz do Quitunde	600.000,00	352.941,18	Gov. do Estado/Prefeitura
*** Dólar cotado a R$1,70**	**SUBTOTAL COMPONENTE 4**	**691.085.400,48**	**406.520.823,81**	

5. ESTRATÉGIA GESTÃO AMBIENTAL	MUNICÍPIO	INVESTIMENTOS TOTAIS		FONTES DE FINANCIAMENTO
		REAL (R$)	DÓLAR (U$)	
Desenvolver e executar ações de preservação do patrimônio imaterial do Pólo Costa dos Corais	Barra de Santo Antônio, Japaratinga, Maceió, Maragogi, Matriz de Camaragibe, Paripueira, Passo de Camaragibe, Porto de Pedras, São Luiz do Quitunde, São Miguel dos Milagres,	1.500.000,00	882.352,94	Gov. do Estado/Prefeitura
Estimular a produção e comercialização artesanal do Pólo Costa dos Corais	Todos os municípios do Pólo	300.000,00	176.470,59	PRODETUR
Realizar pesquisas arqueológicas	Paripueira	300.000,00	176.470,59	Prefeitura
Contribuir para a preservação dos antigos engenhos de açúcar através do tombamento estadual	Todos os municípios do Pólo	350.000,00	205.882,35	Gov. do Estado
Elaborar o Plano de Manejo da APA do Catolé / Fernão Velho	Maceió	180.000,00	105.882,35	Gov. do Estado/Prefeitura
Elaborar o Plano de Manejo da APA Costa dos Corais	Barra Santo Antonio, Japaratinga, Maceió, Maragogi, Paripueira, Passo de Camaragibe, Porto de Pedras, São Miguel dos Milagres.	500.000,00	294.117,65	ICMBio/MMA
Elaborar o Plano de Manejo da APA do Pratagy	Maceió (e demais municípios a montante bacia do rio Pratagy)	200.000,00	117.647,06	Gov. do Estado
Incentivar o Programa de Coleta Seletiva e Reciclagem.	Japaratinga, Maragogi, Passo de Camaragibe, , Porto de Pedras, São Miguel dos Milagres	1.500.000,00	882.352,94	PRODETUR
Diagnosticar as tartarugas marinhas e criar base para manejo e educação ambiental	Todos os municípios do Pólo	300.000,00	176.470,59	Gov. do Estado
Reflorestar as áreas degradadas e promover a educação ambiental	São Miguel dos Milagres	550.000,00	323.529,41	Prefeitura
Implantar o Programa Estadual de Apoio às Reservas Particulares do Patrimônio Natural	Todos os municípios do Pólo	180.000,00	105.882,35	Gov. do Estado
Resgatar e propor o uso sustentável de áreas recifais	Japaratinga, Maceió, Paripueira, Porto de Pedras, São Miguel dos Milagres	300.000,00	176.470,59	PRODETUR
Elaborar o diagnóstico socioambiental do estuário do Rio Tatuamunha	Porto de Pedras.	50.000,00	29.411,76	PRODETUR
Desenvolver campanhas contra o turismo sexual	Todos os municípios do Pólo	100.000,00	58.823,53	Gov. do Estado/Prefeitura
Promover educação para o turismo sustentável e comunitário	Todos os municípios do Pólo	127.500,00	75.000,00	PRODETUR
*** Dólar cotado a R$1,70**	**SUBTOTAL COMPONENTE 5**	**6.437.500,00**	**3.786.764,71**	

TOTAL GERAL	**787.885.641,27**	**463.462.141,91**	

(Autoria: Lyra, P. 2010)

26. SELEÇÃO E PRIORIZAÇÃO DAS AÇÕES

As ações previstas apresentadas anteriormente identificam um conjunto de projetos relacionados com as estratégias e objetivos propostos no presente PDTIS. Estes projetos passaram por um processo de seleção e priorização, tendo em vista a decorrência da lógica da relação entre eles e do dimensionamento do investimento total que extrapola o valor de **U$ 24.000.000,00** (vinte e quatro milhões de dólares) determinados pela SETUR/AL para o Pólo Costa dos Corais.

Orientada por essas diretrizes, as linhas de ação propostas que serão financiadas no âmbito do PRODETUR Nacional, foram objeto de priorização obedecendo a um conjunto de critérios e método específico que estão relacionados abaixo:

- **Ações sob expectativa de financiamento**

Algumas ações identificadas pelo PDITS já se encontram em fase inicial e/ou com recursos com possibilidade de aprovação por outras fontes de financiamento ou programas federais, garantindo parte ou o todo da execução e, portanto, não constam na seleção das ações financiáveis pelo PDTIS Costa dos Corais.

- **Ações previstas na versão 2002 do PDITS**

Como identificado em etapas anteriores deste PDTIS, a versão 2002 propõe linhas de ação que nunca foram executadas. Algumas deixaram de ser prioritárias e não constam nas ações previstas da versão 2010, enquanto outras permanecem como essenciais ao alcance dos objetivos e ao desenvolvimento turístico do Pólo Costa dos Corais. Estas foram selecionadas para relação das ações financiáveis dos primeiros 18 meses do PRODETUR Nacional.

- **Ações elencadas prioritária pelo APL Costa dos Corais**

O Arranjo Produtivo Local de turismo Costa dos Corais é uma referência de desenvolvimento do setor no Pólo e há muito representa um Fórum de debate das necessidades e gargalos da região. Desta forma, foram utilizadas as planilhas de planejamento nos anos 2010 e 2011 como base de consulta e a ocasião da Rodada de Negócios dos APLs, promovida pelo SEBRAE AL, como subsídio para a inclusão de algumas ações pontuais.

Tabela 246 – CONSOLIDAÇÃO DOS PROJETOS SOB EXPECTATIVA DE FINANCIAMENTO

PROJETO	MUNICÍPIOS	VALOR ASSEGURADO (R$)	STATUS	COMPONENTE
Requalificar a orla marítima de Cruz das Almas a Jacarecica	Maceió	22.700.000,00	Fase inicial	Produto Turistico
Urbanizar e integrar a orla lagunar de Maceió (1ª Etapa)	Maceió	85.000.000,00	Recursos garantidos para continuidade das obras	Produto Turistico
Construir o Aeroporto Costa dos Corais em Maragogi	Maragogi	35.000.000,00	Fase de licenciamento	Infraestrutura e Serviços Básicos
Construir o eixo viário do Vale do Reginaldo	Maceió	120.000.000,00	Obras interrompidas no final de 2010 com autorização para retomada em fevereiro do corrente ano	Infraestrutura e Serviços Básicos
Recuperar e ampliar os acessos rodoviários (AL 101N, AL435 e AL465) aos municípios do Pólo	Todos os municípios do Pólo	60.300.000,00	Obras em andamento	Infraestrutura e Serviços Básicos
Complementar a implantação da AL105, no trecho Cachoeira do Meirim / AL 413 São Luís do Quitunde – Estrada da Flamenguinha	Maceió, São Luís do Quitunde	34.000.000,00	Obras em andamento	Infraestrutura e Serviços Básicos
Construir a Ecovia Norte	Maceió	24.000.000,00	Obras paralisadas com possibilidade breve de retorno	Infraestrutura e Serviços Básicos
Elaborar o Plano de Manejo da APA Costa dos Corais	Barra Santo Antonio, Japaratinga, Maceió, Maragogi, Paripueira, Passo de Camaragibe, Porto de Pedras, São Miguel dos Milagres.	500.000,00	Em elaboração pelo ICMBio / MMA	Gestão Socioambiental

(Autoria: Lyra, P. 2010)

Contata–se que com a exclusão dos projetos sob expectativa de financiamento, ainda seriam necessários **U$ 136.316.412,04** (cento e trinta e seis milhões, trezentos e dezeseis mil, quatrocentos e doze dólares e quatro centavos) para a implantação dos demais projetos prioritários para o desenvolvimento sustentável do Pólo.

Neste cenário de escassez de recursos, de grande demanda por projetos de infraestrutura e levando–se em consideração o descrédito que o Programa do PRODETUR tem na região, devido às dificuldades enfrentadas pelo estado de Alagoas, no tocante a capacidade de endividamento, que muito inviabilizou a implantação dos projetos no Estado, já pontuadas anteriormente, optou–se por assegurar projetos, que além de atender os critérios explicitados acima, podessem ser executados integralmente com os recursos do PRODETUR, não necessitando portanto de outras fontes de financimento complementares.

Neste sentido, 28 (vinte e oito) projetos no total receberão financimento do PRODETUR. Serão 11 (onze) do componente do produto turístico, 2 (dois) de comercialização, 6 (seis) de fortalecimento institucional, 4 (quatro) de infraestrutra e serviços básicos e 5 (cinco) do componente gestão socioambiental.

Na Tabela 247 abaixo, são apresentados os projetos prioritários para os cinco primeiros anos.

Tabela 247 – CONSOLIDAÇÃO INVESTIMENTO PROJETOS PRIORIZADOS PARA OS CINCO PRIMEIROS ANOS – ORDENADA POR COMPONENTE

1. ESTRATÉGIA DO PRODUTO TURÍSTICO	MUNICÍPIO	INVESTIMENTOS TOTAIS		FONTE FINANCIAMENTO	
		REAL (R$)	DÓLAR (U$)	PRODETUR (U$)	OUTRAS FONTES (U$)
Estruturar o passeio turístico – Peixe–Boi Marinho e implantar Base de Pesquisa e Gestão Socioambiental	Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres	600.000,00	352.941,18	352.941,18	0,00
Restaurar o Forte–Cadeia e instalar espaço museográfico com inclusão dos elementos não edificados do Morro dos Três Coqueiros	Porto de Pedras	2.000.000,00	1.176.470,59	1.176.470,59	0,00
Desenvolver o roteiro urbano “História nos trilhos” em Maceió	Maceió	80.000,00	47.058,82	47.058,82	0,00
Elaborar o Inventário Turístico do Pólo Costa dos Corais	Todos os municípios do Pólo	350.000,00	205.882,35	205.882,35	0,00
Implantar pórticos multifuncionais de informações turísticas regionais	Maragogi, Paripueira, Porto de Pedras	900.000,00	529.411,76	529.411,76	0,00
Formatar e implantar o roteiro turístico – “Rio e Mar”	Barra de Santo Antônio, Passo de Camaragibe	200.000,00	117.647,06	117.647,06	0,00

Tabela 247 – CONSOLIDAÇÃO INVESTIMENTO PROJETOS PRIORIZADOS PARA OS CINCO PRIMEIROS ANOS – ORDENADA POR COMPONENTE (continuação)

1. ESTRATÉGIA DO PRODUTO TURÍSTICO	MUNICÍPIO	INVESTIMENTOS TOTAIS		FONTE FINANCIAMENTO	
		REAL (R$)	DÓLAR (U$)	PRODETUR (U$)	OUTRAS FONTES (U$)
Consolidar o Turismo de Base Comunitária – Tramas em Riacho Doce	Maceió	400.000,00	235.294,12	235.294,12	0,00
Urbanizar e requalificar o povoado de Barreiras do Boqueirão	Japaratinga	1.000.000,00	588.235,29	588.235,29	0,00
Urbanizar a orla marítima de Porto de Pedras	Porto de Pedras	650.000,00	382.352,94	382.352,94	0,00
Implantar a Sinalização Turística nas rodovias do Pólo	Todos os municípios do Pólo	1.400.000,00	823.529,41	823.529,41	0,00
Implantar a refrigeração e reestruturar o pavilhão de eventos do Centro Cultural e de Exposições Ruth Cardoso	Maceió	6.000.000,00	3.529.411,76	3.529.411,76	0,00
SUBTOTAL COMPONENTE 1		**13.580.000,00**	**7.988.235,29**	**7.988.235,29**	**0,00**

2. ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO	MUNICÍPIO	INVESTIMENTOS TOTAIS		FONTE FINANCIAMENTO	
		REAL (R$)	DÓLAR (U$)	PRODETUR (U$)	OUTRAS FONTES (U$)
Implantar programa de captação de eventos	Todos os municípios do Pólo	400.000,00	235.294,12	235.294,12	0,00
Elaborar e implantar o Plano de Marketing para o Pólo Costa dos Corais	Todos os municípios do Pólo	2.000.000,00	1.176.470,59	1.176.470,59	0,00
SUBTOTAL COMPONENTE 2		**2.400.000,00**	**1.411.764,71**	**1.411.764,71**	**0,00**

3. ESTRATÉGIA FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL	MUNICÍPIO	INVESTIMENTOS TOTAIS		FONTE FINANCIAMENTO	
		REAL (R$)	DÓLAR (U$)	PRODETUR (U$)	OUTRAS FONTES (U$)
Elaborar a revisão e adequação do Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável do Pólo Costa dos Corais – PDITS	Todos os municípios do Pólo	197.740,79	116.318,11	116.318,11	0,00

Fortalecimento Institucional de órgãos municipais	Todos os municípios do Pólo	1.467.000,00	862.941,18	862.941,18	0,00

Tabela 247 – CONSOLIDAÇÃO INVESTIMENTO PROJETOS PRIORIZADOS PARA OS CINCO PRIMEIROS ANOS – ORDENADA POR COMPONENTE (continuação)

3. ESTRATÉGIA FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL	MUNICÍPIO	INVESTIMENTOS TOTAIS		FONTE FINANCIAMENTO	
		REAL (R$)	DÓLAR (U$)	PRODETUR (U$)	OUTRAS FONTES (U$)
Formar consórcios entre os municípios para elaboração de projetos de captação de recursos para ações de desenvolvimento do Pólo Costa dos Corais	Todos os municípios do Pólo	125.000,00	73.529,41	73.529,41	0,00
Promover oficinas e cursos voltados à população local para o envolvimento na atividade turística	Todos os municípios do Pólo	650.000,00	382.352,94	382.352,94	0,00
Elaborar / revisar Planos Diretores e Habitacionais para municípios do Pólo	Barra de Santo Antônio, Japaratinga, Maragogi, Matriz de Camaragibe, Paripueira, Passo de Camaragibe, Porto Calvo, Porto de Pedras e São Luiz do Quitunde.	1.000.000,00	588.235,29	588.235,29	0,00
Apoiar a implantação do projeto orla	Barra de Santo Antônio, Japaratinga, Maragogi, Paripueira, Porto de Pedras, São Miguel dos Milagres	610.000,00	358.823,53	358.823,53	0,00
SUBTOTAL COMPONENTE 3		**4.049.740,79**	**2.382.200,46**	**2.382.200,46**	**0,00**

4. ESTRATÉGIA INFRA–ESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS	MUNICÍPIO	INVESTIMENTOS TOTAIS		FONTE FINANCIAMENTO	
		REAL (R$)	DÓLAR (U$)	PRODETUR (U$)	OUTRAS FONTES (U$)
Complementar a implantação da AL105, no trecho Cachoeira do Meirim / AL 413 São Luís do Quitunde – Estrada da Flamenguinha	Maceió, São Luís do Quitunde	34.000.000,00	20.000.000,00	4.000.000,00	16.000.000,00

Ampliar o sistema de esgotamento sanitário e de saneamento básico	Maragogi	1.281.020,40	753.541,41	753.541,41	0,00

Tabela 247 – CONSOLIDAÇÃO INVESTIMENTO PROJETOS PRIORIZADOS PARA OS CINCO PRIMEIROS ANOS – ORDENADA POR COMPONENTE (continuação)

4. ESTRATÉGIA INFRA–ESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS	MUNICÍPIO	INVESTIMENTOS TOTAIS		FONTE FINANCIAMENTO	
		REAL (R$)	DÓLAR (U$)	PRODETUR (U$)	OUTRAS FONTES (U$)
Implantar o sistema de esgotamento sanitário e saneamento básico	Japaratinga	4.029.928,70	2.370.546,29	2.370.546,29	0,00
Implantar aterro sanitário consorciado	Japaratinga, Maragogi, Porto Calvo, Porto de Pedras, São Miguel dos Milagres	6.000.000,00	3.529.411,76	3.529.411,76	0,00
SUBTOTAL COMPONENTE 4		**45.310.949,10**	**26.653.499,47**	**10.653.499,47**	**16.000.000,00**

5. ESTRATÉGIA GESTÃO AMBIENTAL	MUNICÍPIO	INVESTIMENTOS TOTAIS		FONTE FINANCIAMENTO	
		REAL (R$)	DÓLAR (U$)	PRODETUR (U$)	OUTRAS FONTES (U$)
Estimular a produção e comercialização artesanal do Pólo Costa dos Corais	Todos os municípios do Pólo	300.000,00	176.470,59	176.470,59	0,00
Incentivar o Programa de Coleta Seletiva e Reciclagem	Japaratinga, Maragogi, Passo de Camaragibe, Porto de Pedras, São Miguel dos Milagres	1.500.000,00	882.352,94	882.352,94	0,00
Resgatar e propor o uso sustentável de áreas recifais	Japaratinga, **Maceió**, Paripueira, Porto de Pedras, São Miguel dos Milagres	300.000,00	176.470,59	176.470,59	0,00
Elaborar o diagnóstico socioambiental do estuário do Rio Tatuamunha	Porto de Pedras	50.000,00	29.411,76	29.411,76	0,00
Promover educação para o turismo sustentável e comunitário	Todos os municípios do Pólo	127.500,00	75.000,00	75.000,00	0,00
SUBTOTAL COMPONENTE 5		**2.277.500,00**	**1.339.705,88**	**1.339.705,88**	**0,00**
TOTAL GERAL		**67.618.189,89**	**39.775.405,82**	**23.775.405,82**	**16.000.000,00**

(Autoria: Lyra–P, 2010)

Seguindo o processo de seleção e priorização das ações, a Tabela 248 abaixo apresenta os projetos prioritários em ordem de prioridade, conforme componente, município. Cabe ressaltar que o projeto de elaboração do PDITS não entra neste cronograma dos projetos priorizados, tendo em vista que o mesmo é pré–requisito para os demais projetos.

Tabela 248 – CONSOLIDAÇÃO DOS INVESTIMENTOS DOS PROJETOS PRIORIZADOS ORDENADOS POR PRIORIDADES

| PRIORIZAÇÃO | PROJETO | MUNICÍPIO | DURAÇÃO | ANO | | |

Tabela 248 – CONSOLIDAÇÃO DOS INVESTIMENTOS DOS PROJETOS PRIORIZADOS ORDENADOS POR PRIORIDADES (continuação)

| PRIORIZAÇÃO | PROJETO | MUNICÍPIO | DURAÇÃO | ANO | | |

Tabela 248 – CONSOLIDAÇÃO DOS INVESTIMENTOS DOS PROJETOS PRIORIZADOS ORDENADOS POR PRIORIDADES (continuação)

| PRIORIZAÇÃO | PROJETO | MUNICÍPIO | DURAÇÃO | ANO | | |

Tabela 248 – CONSOLIDAÇÃO DOS INVESTIMENTOS DOS PROJETOS PRIORIZADOS ORDENADOS POR PRIORIDADES (continuação)

| PRIORIZAÇÃO | PROJETO | MUNICÍPIO | DURAÇÃO | ANO | | |

Tabela 248 – CONSOLIDAÇÃO DOS INVESTIMENTOS DOS PROJETOS PRIORIZADOS ORDENADOS POR PRIORIDADES (continuação)

PRIORIZAÇÃO	PROJETO	MUNICÍPIO	DURAÇÃO	ANO
				1º Ano: MAR ABR MAI JUN JUL AGO SET OUT NOV DEZ; 2º Ano: JAN FEV MAR ABR MAI JUN JUL AGO SET OUT NOV DEZ; 3º Ano: JAN FEV MAR ABR MAI JUN JUL AGO SET OUT NOV DEZ; 4º Ano: JAN FEV MAR ABR MAI JUN JUL AGO SET OUT NOV DEZ; 5º Ano: JAN FEV MAR ABR MAI JUN JUL AGO SET OUT NOV DEZ
25	Formatar e implantar o roteiro turístico - “Rio e Mar”	Barra de Santo Antônio, Passo de Camaragibe	12	
26	Ampliar o sistema de esgotamento sanitário e de saneamento básico	Maragogi	12	
27	Implantar o sistema de esgotamento sanitário e de saneamento básico	Japaratinga	24	
28	Restaurar o Forte-Cadeia e instalar espaço museugráfico com inclusão dos elementos não edificados do Morro dos Três Coqueiros	Porto de Pedras	24	

(Autoria: Lyra–P, 2010)

27. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES A SEREM REALIZADAS DURANTE OS DEZOITO PRIMEIROS MESES DE FINANCIAMENTO DO PRODETUR NACIONAL

Atendendo as orientações do Termo de Referência, as ações eleitas para realização durante os dezoito primeiros meses de financiamento pelo PRODETUR Nacional, foram caracterizadas da seguinte forma:

- Objetivo
- Justificativa
- Efeito esperado no desenvolvimento turístico
- Benefícios e beneficiários
- Descrição da ação
- Responsáveis pela execução
- Entidade responsável pela implantação / operação / manutenção da obra ou serviço (se procede) e custo estimado
- Custo estimado e finte de financiamento
- Gastos estimados de operação
- Mecanismos previstos de recuperação de custos
- Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei
- Indicadores de seguimento e fonte de verificação
- Relação com outras ações quanto ao cronograma
- Nível de avanço: indicar se existem projetos básicos ou executivos ou termos de referência ou indicar se solicita reconhecimento retroativo.

Orientada por essas diretrizes, as ações de fortalecimento institucional terão que ser iniciadas antes da execução das obras do componente de infraestrutura e serviços básicos, tendo em vista a necessidade prévia de capacitação e instrumentalização dos gestores municipais.

Outro critério adotado pela equipe de consultores foi a relevância dos bens ambientais, haja vista seu grande destaque para o Pólo e sua necessária preservação.

Tabela 249 – PROJETO PRIORIZADO PARA REALIZAÇÃO DURANTE OS DEZOITO PRIMEIROS MESES DE FINANCIAMENTO DO PRODETUR

COMPONENTE – ESTRATÉGIA FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL		
Projeto	Elaborar a revisão e adequação do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Pólo Costa dos Corais – PDITS	
Objetivo	Elaborar o planejamento turístico do Pólo Costa dos Corais, para financiamento pelo Prodetur Nacional.	
Justificativa	o Pólo Costa dos Corais corresponde à principal região turística do Estado de Alagoas, sendo o indutor de todo desenvolvimento histórico do turismo no Estado, especialmente, pelo fato de englobar a capital alagoana. A atividade turística no Pólo deu largos passos de desenvolvimento ao longo dos últimos 10 anos, contudo o turismo em Alagoas possui baixo nível de desenvolvimento em virtude da ausência de investimentos em infraestrutura física e em serviços. Necessário, portanto, se faz o estabelecimento de um instrumento de planejamento que vem atender aos requisitos impostos pela BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, a fim de garantir o financiamento dos projetos propostos.	
Efeito esperado no desenvolvimento turístico	Dotar o Pólo de um instrumento de planejamento integrado.	
Benefícios	Desenvolvimento de ações planejadas e integradas;	
Beneficiários	Todos os municípios do Pólo.	
Descrição da ação	Elaboração do Produto 1 – contendo: • Elaboração de plano de trabalho; • Justificativa da seleção da área turística – A análise envolve a caracterização geral do Pólo, sob os aspectos históricos, geográficos, ambientais e a dinâmica social e econômica; Uma visão resumida sobre cada um dos municípios integrantes do Pólo, a avaliação dos resultados e o grau de implementação da versão de 2002, a importância dos atrativos ou recursos turísticos, o grau de acessibilidade e conectividade, o nível de uso atual e potencial dos atrativos e recursos naturais, as condições físicas e serviços básicos existente no Pólo e o quadro institucional e os aspectos legais; • Formulação dos objetivos do PDITS – Neste momento foram analisados os objetivos propostos na versão 2002 e estabelecidos os objetivos atuais (gerais e específicos) e pontuados no horizontes temporal (curto, médio e logo prazo). Elaboração do Produto 2 – contendo: • Diagnóstico estratégico da área e das atividades turísticas, do quadro institucional e dos aspectos socioambientais – Nesta seção aborda–se de forma consistente a análise do mercado turístico, tanto no aspecto da demanda atual e potencial como as questões envolvendo a oferta. A oferta turística é avaliada de forma ampla, extrapolando apenas a visão sobre os recursos e atrativos turísticos existentes. O diagnóstico aborda a avaliação dos equipamentos e serviços disponíveis, os níveis de preços praticados, o sistema de promoção e comercialização, a necessidade de capacitação de mão de obra, bem como os aspectos relacionados a infraestrutura e serviços básicos encontrados no Pólo, o quadro institucional e os aspectos socioambientais. Elaboração do Produto 3 – contendo: • Estratégias de desenvolvimento turístico – Neste capítulo foram abordados o posicionamento turístico do Pólo, as estratégias de comercialização, as linhas de produto e os tipos de turismo que exigem a concentração de esforços, o *portifólio* estratégico de produtos–segmentos, o comparativo da matriz *swot* versão 2002 X 2010 e por fim as macro estratégias traçadas para o PDITS atual. Elaboração do Produto 4 – contendo: • Plano de Ação – Seleção de procedimentos, ações e projetos – Neste capitulo foram abordadas a visão do turismo de Pólo, o conjunto de ações previstas apresentadas por componentes, a análise comparativa do plano de ação versão 2002 X 2010, dimensionamento do investimento total das ações propostas. Posteriormente foram realizadas seleções e priorizações das ações de acordo com vários critérios e por fim, a descrição das ações a serem realizadas durante os dezoito primeiros meses. Elaboração da versão preliminar e, Elaboração da versão final.	
Responsáveis pela execução	SETUR e Prefeituras municipais.	
Entidade responsável pela implantação / operação / manutenção da obra ou serviço (se procede)	SETUR	
Custo estimado	**R$ 197.740,79**	**US 116.318,11**
Fonte de financiamento	PRODETUR	
Gastos estimados de operação	Não se aplica.	
Mecanismos previstos de recuperação de custos	Não se aplica.	
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei	Não se aplica.	
Indicadores de seguimento e fonte de verificação	Projeto elaborado	
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Não se aplica.	
Nível de avanço: indicar se existem projetos básicos ou executivos ou termos de referência ou indicar se solicita reconhecimento retroativo	Não se aplica.	

* Dólar cotado a R$ 1,70

Tabela 250 – PROJETO PRIORIZADO PARA REALIZAÇÃO DURANTE OS DEZOITO PRIMEIROS MESES DE FINANCIAMENTO DO PRODETUR

COMPONENTE – ESTRATÉGIA FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL		
Projeto	Fortalecimento Institucional dos órgãos municipais.	
Objetivo	Estruturar as secretarias de turismo com infraestrutura física, estruturação de equipes e capacitação profissional para os gestores, disponibilizando capacitação técnica que os ajudem a promover o desenvolvimento da comunidade integrando os diversos órgãos nas várias esferas – Federal, Estadual e Municipal. Deverão ser contempladas também as secretarias de meio ambiente e cultura, uma vez que atuam de forma direta com o desenvolvimento do turismo sustentável.	
Justificativa	Através das visitas realizadas quando da elaboração do diagnóstico foi possível perceber a grande carência que os órgãos que lidam direta ou indiretamente com o turismo vivenciam. Muitas não possuem espaço físico definido, são pequenas salas divididas com outros órgãos municipais. Não existem móveis e equipamentos que possibilitem a realização de atividades administrativas simples, como a realização de um telefonema ou envio de e–mail. E não existe quadro de pessoas para realizar as atividades que seriam necessárias aos órgãos. Uma gestão profissionalizada dos órgãos municipais que atuam com o turismo é um dos primeiros e mais importantes condicionantes para que a atuação desses órgãos possa efetivamente ser indutora e dinamizadora do desenvolvimento da atividade turística na região. Principalmente, quando considerada as fortes limitações administrativas e financeiras que são vivenciadas nos municípios que compõem o Pólo Costa dos Corais. Assim, torna–se muito importante desenvolver esforços para disponibilizar infraestrutura adequada e qualificação e profissionalização das pessoas que estão à frente da gestão desses órgãos.	
Efeito esperado no desenvolvimento turístico	• Com uma melhor atuação das secretarias, espera–se que o turismo se desenvolva na região através de ações induzidas pelo poder público local; • Com maior integração das atividades sociais, ambientais e econômicas com o turismo, fruto da melhor capacitação e profissionalização dos gestores municipais da região, a ampliação da cultura do desenvolvimento integrado e o fortalecimento do turismo como uma atividade integradora de questões sociais, ambientais e econômicas nos municípios; • Aumento do número de recursos para o turismo nos municípios da região captados através de projetos.	
Benefícios	• Possibilidade de melhor atuação das secretarias enquanto articuladores do desenvolvimento do turismo na região; • Profissionalização dos gestores dos órgãos municipais; • Fortalecimento do turismo como uma atividade integradora de questões sociais, ambientais e econômicas nos municípios; • Formação de técnicos especializados.	
Beneficiários	• Trabalhadores dos órgãos municipais de turismo; • Turistas (indiretamente); • Gestores municipais da região.	
Descrição da ação	Em cada município será necessário: • Levantamento de dados e informações sobre a estrutura dos órgãos municipais; • Definição de local físico para sediar as secretarias; • Fazer reforma e/ou adequação do local; • Disponibilizar móveis e equipamentos para estruturar as secretarias; • Diagnóstico do perfil dos gestores da região, através de levantamento de informações sobre: formações profissionais e capacidades técnicas dos gestores; • Elaboração do perfil profissional adequado para os funcionários das secretarias; • Realização de concursos públicos; • Estabelecimento de um plano de capacitação com completo projeto pedagógico, detalhando conteúdos, cronograma, local para realização do curso, indicação dos profissionais responsáveis pela capacitação e metodologia para aferir resultados alcançados; • Sistematização e adequação dos organogramas; • Realização das capacitações destinadas especialmente em gestão municipal de turismo.	
Responsáveis pela execução	SETUR e Prefeituras municipais.	
Entidade responsável pela implantação / operação / manutenção da obra ou serviço (se procede)	Empresas e entidades contratadas para elaboração e execução do projeto.	
Custo estimado	**R$ 1.467.000,00**	**US 862.941,18**
Fonte de financiamento	PRODETUR.	
Gastos estimados de operação	Não se aplica.	
Mecanismos previstos de recuperação de custos	Não se aplica.	
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei	Não se aplica.	
Indicadores de seguimento e fonte de verificação	• Número de órgãos reestruturados; • Número de gestores capacitados; • Número e perfil dos projetos desenvolvidos pós capacitações realizadas; • Número de contratações realizadas; • Número de profissionais capacitados.	
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Não se aplica.	
Nível de avanço: indicar se existem projetos básicos ou executivos ou termos de referência ou indicar se solicita reconhecimento retroativo	Não se aplica.	

*** Dólar cotado a R$ 1,70**

Tabela 251 – PROJETO PRIORIZADO PARA REALIZAÇÃO DURANTE OS DEZOITO PRIMEIROS MESES DE FINANCIAMENTO DO PRODETUR

COMPONENTE – ESTRATÉGIA FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL		
Projeto	Formar consórcios entre os municípios para elaboração de projetos de captação de recursos para ações de desenvolvimento do Pólo Costa dos Corais	
Objetivo	Fomentar a captação de recursos para a região através da integração dos municípios, diminuindo custos e formando um movimento político de interesse único para o território.	
Justificativa	A pouca disponibilidade de recursos nos órgãos municipais de gestão do turismo, a hegemonia da região no tocante as carências identificadas e o fato da disponibilidade de financiamentos para investimentos na região pressupor a elaboração de projetos, a formação de consórcio para captação de investimento torna–se num elemento de indução a integração colaborativa entre os municípios.	
Efeito esperado no desenvolvimento turístico	Acesso a recursos de financiamento para solucionar problemas do setor turístico.	
Benefícios	• Criação de consórcio intermunicipal de turismo; • Formação de uma equipe técnica para elaboração de projetos; • Desenvolver processo de integração intermunicipal, através da elaboração dos projetos e implantação desses; • Diminuição de custos operativos para captação de projetos.	
Beneficiários	• Atores locais públicos e privados; • População local.	
Descrição da ação	A formação do consórcio deve ser contemplada por 5 fases: • Sensibilização e conscientização dos prefeitos – Agendar encontros individuais e depois em grupo e realizar seminário; • Definição da estrutura organizacional do consórcio e dos objetivos do consórcio; • Contratação de equipe técnica – Definição do perfil profissional de cada função, com suas determinadas atribuições; • Institucionalização do consórcio; • Elaboração dos projetos de captação de recursos.	
Responsáveis pela execução	SETUR, Prefeituras Municipais.	
Entidade responsável pela implantação / operação / manutenção da obra ou serviço (se procede)	Empresa contratada para elaboração e implantação do consórcio.	
Custo estimado	**R$ 125.000,00**	**US 73.529,41**
Fonte de financiamento	PRODETUR.	
Gastos estimados de operação	Não se aplica.	
Mecanismos previstos de recuperação de custos	Não se aplica.	
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei	Não se aplica.	
Indicadores de seguimento e fonte de verificação	• Número de projetos captados; • Montante de recursos captados.	
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Fortalecimento Institucional dos órgãos municipais.	
Nível de avanço: indicar se existem projetos básicos ou executivos ou termos de referência ou indicar se solicita reconhecimento retroativo	Não se aplica.	

*** Dólar cotado a R$ 1,70**

Tabela 252 – PROJETO PRIORIZADO PARA REALIZAÇÃO DURANTE OS DEZOITO PRIMEIROS MESES DE FINANCIAMENTO DO PRODETUR

COMPONENTE – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO		
Projeto	Estruturar o passeio turístico – Peixe–Boi Marinho e implantar Base de Pesquisa e Gestão Socioambiental	
Objetivo	Estruturar e melhorar o chamado “passeio do Peixe–Boi” e implantar Base de Pesquisa e Gestão Socioambiental com vistas à melhoria da sazonalidade para as comunidades envolvidas, maximização dos benefícios econômicos regionais e preservação da espécie e dos recursos naturais envolvidos.	
Justificativa	O “passeio do Peixe–Boi” é um dos mais relevantes produtos turísticos da Costa dos Corais. Alem de ser um exemplo de inclusão social associado à preservação ambiental, tem grande apelo para o desenvolvimento sustentável da região. No entanto a pesquisa de campo identificou gargalos estruturantes e de formatação do produto que precisam ser revistos e redefinidos. O projeto irá fortalecer o trabalho desenvolvido desde 2006 de capacitação e credenciamentos de guias da comunidade local para realização dos passeios de observação de peixes–boi em ambiente natural.	
Efeito esperado no desenvolvimento turístico	• Melhoria da qualidade do produto turístico; • Melhor integração e interação dos visitantes ao meio; • Incremento da atividade turística.	
Benefícios	• Desenvolvimento do turismo ecológico e comunitário; • Fortalecimento do posicionamento da região como roteiro ecológico. • Fortalecimento das ações de pesquisa e conservação ambiental; • Incremento da qualidade ambiental resultante do fortalecimento da gestão socioambiental.	
Beneficiários	Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres	
Descrição da ação	• Elaboração de estudo de capacidade de carga envolvendo e considerando o meio físico, a espécie ameaçada e a comunidade envolvida; • Construção do centro de visitantes, incluindo espaços para compra de bilhetes, lazer e descanso, exposições, loja de suvenires, píer de embarque e desembarque e “mini–museu” do Peixe–Boi; • Construção de Base de Pesquisa do Projeto Peixe–boi e APA Costa dos Corais/ICMBio, incluindo alojamento para pesquisadores e estagiários. • Elaboração e implantação da comunicação universal (visual e acessível); • Elaboração e implantação do plano de comercialização do produto turístico; • Realização de planejamento participativo entre os diversos *stakeholders* locais para a definição de um novo modelo de prestação de serviços e redefinição dos critérios atuais; • Realização de campanhas de conscientização para a população local associada a treinamentos para inclusão social a atividade turística; • Elaboração de cartilhas para treinamento e capacitação das comunidades.	
Responsáveis pela execução	Instituto Chico Mendes – ICMBIO	
Entidade responsável pela implantação / operação / manutenção da obra ou serviço (se procede)	Empresas e instituições licitadas e contratadas pelo ICMBio para execução das obras, estudos de capacidade de carga e elaboração e execução dos planos de comercialização do produto e comunicação universal.	
Custo estimado	**R$ 600.000,00**	**US 352.941,18**
Fonte de financiamento	PRODETUR	
Gastos estimados de operação	R$ 150.000,00 a.a (contra partida Governo Federal / MMA / ICMBio)	
Mecanismos previstos de recuperação de custos	• Venda de ingressos; • Venda de *souvenirs*.	
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei	• Autorização do Conselho da APA; • Autorização do ICMBIO; • Licenciamento Ambiental IMA.	
Indicadores de seguimento e fonte de verificação	• Indicadores: número de visitantes atendidos por ano; • Indicadores: população atingida em atividades de capacitação e educação ambiental; • Indicadores: número de monografias, dissertações e teses desenvolvidas; • Verificação através de relatórios de acompanhamento;	
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Não se aplica	
Nível de avanço: indicar se existem projetos básicos ou executivos ou termos de referência ou indicar se solicita reconhecimento retroativo	• Projetos arquitetônicos do Centro de Visitantes e Base de Pesquisa Elaborados; • Comunidade capacitada e organizada em associações; • Parcerias estratégicas estabelecidas com poder público e sociedade civil organizada; • Ações de pesquisa e conservação de peixes–boi executadas na região desde 1998; • Base de Pesquisa e Gestão em funcionamento em local provisório; • Programa de turismo de observação de peixes–boi de base comunitária implantado desde 2006.	

*** Dólar cotado a R$ 1,70**

Tabela 253 – PROJETO PRIORIZADO PARA REALIZAÇÃO DURANTE OS DEZOITO PRIMEIROS MESES DE FINANCIAMENTO DO PRODETUR

COMPONENTE – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO		
Projeto	Elaborar o Inventário Turístico do Pólo Costa dos Corais	
Objetivo	A inventariação turística irá disponibilizar aos visitantes, planejadores e gestores dados confiáveis sobre a oferta turística do Pólo Costa dos Corais, permitindo o diagnóstico de pontos críticos e desajustes entre demanda e oferta e subsidiando a elaboração de roteiros turísticos.	
Justificativa	Há uma visível carência de dados sobre a oferta turística dos municípios que compõem o Pólo Costa dos Corais. Isto freqüentemente resulta em sobreposição de ações por parte das instituições municipais e estaduais, prejudica o planejamento turístico e desenvolvimento sustentável da atividade.	
Efeito esperado no desenvolvimento turístico	Dados sobre a oferta turística do Pólo Costa dos Corais acessível a visitantes e gestores.	
Benefícios	• Desenvolver adequadamente as potencialidades turísticas do Pólo; • Conhecimento das características e dimensão da oferta e as ações necessárias para desenvolver o turismo sustentável.	
Beneficiários	Todos os municípios do Pólo.	
Descrição da ação	Levantamento, identificação e registro dos atrativos turísticos, dos serviços e equipamentos turísticos e da infra–estrutura de apoio ao turismo do Pólo Costa dos Corais.	
Responsáveis pela execução	SETUR.	
Entidade responsável pela implantação / operação / manutenção da obra ou serviço (se procede)	Empresas e entidades contratadas para elaboração e execução do projeto.	
Custo estimado	**R$ 350.000,00**	**US 205.882,35**
Fonte de financiamento	PRODETUR	
Gastos estimados de operação	Não se aplica.	
Mecanismos previstos de recuperação de custos	Não se aplica.	
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei	Não se aplica.	
Indicadores de seguimento e fonte de verificação	• Número de municípios inventariados.	
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Fortalecimento Institucional dos órgãos	
Nível de avanço: indicar se existem projetos básicos ou executivos ou termos de referência ou indicar se solicita reconhecimento retroativo	Não se aplica.	

*** Dólar cotado a R$ 1,70**

Tabela 254 – PROJETO PRIORIZADO PARA REALIZAÇÃO DURANTE OS DEZOITO PRIMEIROS MESES DE FINANCIAMENTO DO PRODETUR

COMPONENTE – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO		
Projeto	Implantar Pórticos multifuncionais de informações turísticas regionais.	
Objetivo	Implantar 4 Centros de Informações, integrados a pórticos de identificação regional.	
Justificativa	Experiências anteriores comprovam grandes dificuldades financeiras, material e humana, para se manter Centros de Informações Turísticas nos pequenos municípios, e também na apropriação geográfica regional do território ao qual pertencem. No entanto o repasse de informações é de suma importância para a integração e experiência do turista ao meio, bem como a identificação da região visitada. A implantação de pórticos regionais que identifiquem a abrangência o Pólo Costa dos Corais, nos quais estejam integrados Centros de Informações turísticas devidamente equipados com computador, impressora e conexão banda larga, vem a atender duas das maiores necessidades tanto dos turistas como do *trade* turístico.	
Efeito esperado no desenvolvimento turístico	• Identificação da área que abrange o Pólo; • Melhor integração e interação dos visitantes ao meio; • Melhoria da qualidade do produto turístico; • Melhoria dos serviços prestados.	
Benefícios	• Fortalecimento da identidade do Pólo; • Prestação de serviço de informação aos turistas.	
Beneficiários	Maragogi, Paripueira e Porto de Pedras	
Descrição da ação	• Identificação dos espaços nas rodovias; • Elaboração do projeto básico; • Elaboração do projeto executivo; • Licenciamentos junto ao DER, DNIT e órgãos ambientais; • Desenvolvimento de banco de dados; • Elaboração e implantação da comunicação universal (visual e acessível); • Capacitação; • Implantação.	
Responsáveis pela execução	SETUR.	
Entidade responsável pela implantação / operação / manutenção da obra ou serviço (se procede)	Empresas e entidades contratadas para elaboração e execução do projeto	
Custo estimado	**R$ 900.000,00**	**US 529.411,76**
Fonte de financiamento	PRODETUR	
Gastos estimados de operação	R$ 100.000,00 a.a	
Mecanismos previstos de recuperação de custos	Não se aplica.	
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei	Licença Prévia, Licença de Instalação e licença de Operação. Anuência da Unidade de Conservação Federal (APA Costa dos Corais)	
Indicadores de seguimento e fonte de verificação	Não se aplica	
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Formar consórcios entre os municípios para elaboração de projetos de captação de recursos para ações de desenvolvimento do Pólo Costa dos Corais	
Nível de avanço: indicar se existem projetos básicos ou executivos ou termos de referência ou indicar se solicita reconhecimento retroativo	Não se aplica.	

*** Dólar cotado a R$ 1,70**

Tabela 255 – PROJETO PRIORIZADO PARA REALIZAÇÃO DURANTE OS DEZOITO PRIMEIROS MESES DE FINANCIAMENTO DO PRODETUR

COMPONENTE – ESTRATÉGIA FORTALECMENTO INSTITUCIOANL		
Projeto	Elaborar / revisar Planos Diretores e Habitacionais para municípios do Pólo	
Objetivo	Dotar oito municípios do Pólo Costa dos Corais de Planos Diretores e Habitacionais alinhados a uma macro estratégia regional, que estimule uma complementação nas questões ambientais, sociais, econômicas e culturais e revisar o Plano Diretor do município de Maragogi.	
Justificativa	Sabemos que o crescimento desordenado dos conglomerados urbanos, é, em sua maioria absoluta, o principal responsável pelos problemas de convivência urbana, principalmente pela distância cronológica entre a criação desses municípios e as políticas públicas urbanas e ambientais vigentes em nosso país. Os Planos Diretores e aqueles específicos, como os Habitacionais têm como objetivo primordial a equalização destas diferenças promovendo alternativas de conciliação e daquilo já consolidado com o ordenamento e o disciplinamento do que poderá ou não vir a ser desenvolvido. Esses marcos regulatórios são imprescindíveis para os municípios que se propõem a ter como atividade econômica principal o turismo sustentável, já que se prestam, exatamente, a estabelecer padrões para o uso e ocupação territorial.	
Efeito esperado no desenvolvimento turístico	• Facilitação de acesso aos atrativos; • Atração de investidores privados para a região; • Melhoria da qualidade de vida da população; • Disciplinamento e ordenamento urbano.	
Benefícios	• Estabelecimento de regras claras para uma melhor gestão urbanística e habitacional.	
Beneficiários	Barra de Santo Antônio, Japaratinga, Maragogi, Matriz de Camaragibe, Paripueira, Passo de Camaragibe, Porto Calvo, Porto de Pedras e São Luiz do Quitunde.	
Descrição da ação	• Eleger equipe responsável pela execução dos trabalhos; • Estabelecer estratégias de convencimento de gestores municipais no sentido de elaborar seus planos por serem estes instrumentos, orientadores e direcionadores de políticas de desenvolvimento, alicerçados na legislação vigente, a fim de assegurar as melhoras deles advindas; • Reconhecer in loco as fragilidades e potencialidades do município objeto de estudo, bem como as carências habitacionais; • Analisar a legislação urbanística do município objeto de estudo; • Promover um diagnóstico com o levantamento de dados obtidos no campo e com as análises feitas sobre o município objeto de estudo; • Mapear o município, com identificação de seu perímetro urbano e rural, localização de povoados e distritos, zoneamento existente, áreas de risco, dentre outros; • Realizar oficinas e audiências públicas com a participação significativa da sociedade; • Elaborar projeto de lei; • Levar o plano para que o legislativo aprecie o projeto de lei.	
Responsáveis pela execução	Prefeituras municipais.	
Entidade responsável pela implantação / operação / manutenção da obra ou serviço (se procede)	Empresas e entidades contratadas para elaboração e execução do projeto	
Custo estimado	**R$ 1.000.000,00**	**US 588.235,29**
Fonte de financiamento	PRODETUR.	
Gastos estimados de operação	Não se aplica.	
Mecanismos previstos de recuperação de custos	Não se aplica.	
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei	Não se aplica.	
Indicadores de seguimento e fonte de verificação	• Número de participantes nos seminários; • Número de municípios com Plano Diretor implementado.	
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Fortalecimento Institucional dos órgãos municipais.	
Nível de avanço: indicar se existem projetos básicos ou executivos ou termos de referência ou indicar se solicita reconhecimento retroativo	Não se aplica.	

*** Dólar cotado a R$ 1,70**

Tabela 256 – PROJETO PRIORIZADO PARA REALIZAÇÃO DURANTE OS DEZOITO PRIMEIROS MESES DE FINANCIAMENTO DO PRODETUR

COMPONENTE – ESTRATÉGIA INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS		
Projeto	Complementar a implantação da AL105, no trecho Cachoeira do Meirim / AL 413 São Luís do Quitunde – Estrada da Flamenguinha	
Objetivo	Promover o acesso através de deslocamentos rápidos e seguros dos usuários.	
Justificativa	O reconhecido estrangulamento de tráfego na região, principalmente em períodos de alta estação e festejos carnavalescos, religiosos, juninos, dentre outros.	
Efeito esperado no desenvolvimento turístico	• Facilitação de acesso aos atrativos e municípios integrantes do Pólo, bem como a melhoria da segurança para aqueles que nela trafegam; • Aumento do fluxo de turistas em função do deslocamento mais rápido e seguro; • Atração de investidores para a região; • Melhoria do produto turístico;	
Benefícios	• Aumento do fluxo turístico; • Integração dos mercados.	
Beneficiários	Todos os municípios do Pólo Costa dos Corais.	
Descrição da ação	• Serviços de topografia; • Serviços de drenagem e terraplenagem; • Desenvolvimento de projetos; • Elaboração de quantitativos e orçamentos; • Licenciamento ambiental; • Execução das obras; • Implantação.	
Responsáveis pela execução	SEINFRA.	
Entidade responsável pela implantação / operação / manutenção da obra ou serviço (se procede)	Empresas e entidades contratadas para elaboração e execução do projeto.	
Custo estimado	**R$ 34.000.000,00**	**US 20.000.000,00**
Fonte de financiamento	PRODETUR.	
Gastos estimados de operação		
Mecanismos previstos de recuperação de custos	Advindos do turismo.	
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei	Sim.	
Indicadores de seguimento e fonte de verificação	• Redução de acidentes de trânsito; • Número de novos empreendimentos na região.	
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Não se aplica.	
Nível de avanço: indicar se existem projetos básicos ou executivos ou termos de referência ou indicar se solicita reconhecimento retroativo	Não se aplica.	

*** Dólar cotado a R$ 1,70**

Tabela 257 – PROJETO PRIORIZADO PARA REALIZAÇÃO DURANTE OS DEZOITO PRIMEIROS MESES DE FINANCIAMENTO DO PRODETUR

COMPONENTE – ESTRATÉGIA GESTÃO AMBIENTAL		
Projeto	Resgatar e propor o uso sustentável de áreas recifais	
Objetivo	Conhecer detalhadamente as diversas áreas recifais distribuídas ao longo do pólo, de maneira a subsidiar tecnicamente o processo de ordenamento do uso do atrativo natural pela população e turistas sem comprometer a integridade dos ecossistemas.	
Justificativa	Os recifes de coral são considerados um dos mais antigos e ricos ecossistemas da terra, e sua importância ecológica e social é indiscutível. Os ambientes recifais são considerados, juntamente com as florestas tropicais, uma das mais diversas comunidades naturais do planeta. São habitats importantes para peixes e outros recursos pesqueiros como lagosta, caranguejo, ostra, dando suporte e abrigo as espécies ameaçadas de extinção como a tartaruga e o peixe–boi marinho. Os ambientes recifais estão sofrendo, em todo o mundo, um rápido processo de degradação decorrente das atividades humanas, que envolvem, desde a coleta de corais, a sobrepesca e a pesca predatória, até o desenvolvimento e a ocupação costeira, a poluição e o turismo desordenado. As piscinas naturais formadas nos ambientes recifais são sem dúvida, os maiores atrativos turísticos do Pólo Costa dos Corais, assim denominado exatamente por sua presença exuberante em praticamente toda sua extensão. A grande quantidade de visitantes ameaça a integridade dos ecossistemas, sendo necessário um ordenamento com base em sua capacidade de suporte, que por sua vez, necessita do conhecimento detalhado do ambiente. Apesar de já existir extensa literatura sobre o assunto, ainda não se conhece suficientemente, em sua particularidade e diversidade biológica, diversos ambientes recifais distribuídos ao longo do Pólo, que permitam a subsidiar o planejamento consciente de futuras ações de proteção, o disciplinamento das visitas e mesmo determinação de algumas áreas de exclusão.	
Efeito esperado no desenvolvimento turístico	O disciplinamento das atividades turísticas de visitação as piscinas naturais, protegerá o maior atrativo turístico do Pólo, contribuindo assim para o desenvolvimento de um turismo sustentável.	
Benefícios	• Minimização dos impactos da atividade turística.	
Beneficiários	• Comunidades locais, empresários do turismo e visitantes das áreas recifais.	
Descrição da ação	• Plano de trabalho • Diagnóstico detalhado de cada ambiente recifal: trabalho de campo, delimitação da área física, caracterização geral, estudo dos corais, levantamento da fauna e flora, realização de amostragens, levantamento dos impactos, monitoramento “reef check” • Delimitação das áreas segundo a biodiversidade, delimitação de zonas de exclusão; • Propostas de uso das piscinas naturais.	
Responsáveis pela execução	– IMA / SEMARH, Universidades, ONGs.	
Produtos	• Diagnóstico e proposta de uso sustentável das áreas recifais de Pajuçara (Maceió); • Diagnóstico e proposta de uso sustentável das áreas recifais de Ipioca (Maceió); • Diagnóstico e proposta de uso Sustentável das áreas recifais de Paripueira; • Diagnóstico e proposta de uso Sustentável das áreas recifais de São Miguel dos Milagres • Diagnóstico e proposta de uso sustentável das áreas recifais de Porto de Pedras; • Diagnóstico e proposta de uso sustentável das áreas recifais de Japaratinga.	
Entidade responsável pela implantação / operação / manutenção da obra ou serviço (se procede)	– IMA/GERCO	
Custo estimado	**R$ 300.000,00**	**US 176,470.58**
Fonte de financiamento	PRODETUR	
Resultados	• Ordenamento da atividade turística nas piscinas naturais • Subsídios técnico–científicos necessários para determinação da capacidade de carga; • Proteção dos ecossistemas recifais	
Gastos estimados de operação	Não se aplica	
Mecanismos previstos de recuperação de custos	Cobrança de ingressos aos visitantes, com apuração destinada à fiscalização.	
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei	Não de aplica	
Indicadores de seguimento e fonte de verificação	Produtos elaborados e entregues	
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Não se aplica	
Nível de avanço: indicar se existem projetos básicos ou executivos ou termos de referência ou indicar se solicita reconhecimento retroativo	Estudos semelhantes realizado pelo IMA/UFAL nas áreas recifais de Barra do Camaragibe – Passo do Camaragibe	

*** Dólar cotado a R$ 1,70**

Tabela 258 – PROJETO PRIORIZADO PARA REALIZAÇÃO DURANTE OS DEZOITO PRIMEIROS MESES DE FINANCIAMENTO DO PRODETUR

COMPONENTE – ESTRATÉGIA GESTÃO AMBIENTAL	
Projeto	Elaborar o diagnóstico socioambiental do estuário do Rio Tatuamunha
Objetivo	Avaliar a influência antrópica no estuário do Rio Tatuamunha e identificar áreas impactadas através do diagnóstico socioambiental e do etnoconhecimento local
Justificativa	A APA Federal da Costa dos Corais, inserida entre os estados de Alagoas e Pernambuco, é o limite mais austral do Brasil com ocorrência do peixe–boi marinho (*Trichecus manatus*), espécie criticamente ameaçada de extinção (IBAMA, 1997; 2001). A APA tem como um dos seus principais objetivos "manter a integridade do habitat e preservar a população do peixe–boi marinho" (Decreto s/n de 1997). Segundo LIMA (1999), os principais impactos causados pelo ser humano que podem estar afetando a sobrevivência do peixe–boi marinho são: assoreamento da grande maioria dos rios e estuários e aterramento dos manguezais. A área de abrangência do projeto é o estuário do Rio Tatuamunha e seu entorno, estabelecendo–se como limite um comprimento de 8 km de manguezais associados, na direção da foz a nascente, e um raio de 1 km quadrado de suas margens para diagnóstico e estudo do etnoconhecimento junto à população ribeirinha. Nesta área está instalado o recinto de readaptação e reintrodução de Peixes–Bois Marinhos em ambiente natural, conforme critérios estabelecidos no Protocolo de Reintrodução de Peixes–Bois Marinhos no Brasil (LIMA et al., 2007) e atualmente compõe a Área de Vida e o Sítio de Fidelidade (LIMA, 2008) de 9 destes animais reintroduzidos. A preservação dos recursos hídricos e da biodiversidade do Rio Tatuamunha é de vital importância para o sucesso da reinserção do peixe–boi na natureza e para a manutenção de um plantel permanente no local. O rio está localizado integralmente no Município de Porto de Pedras, com a nascente ameaçada pelo desmatamento, tem seu curso alimentado por mais 3 riachos e sofre com o desmatamento de mata ciliar, aterramento de manguezais, pocilgas e lançamento de efluentes das casas dos ribeirinhos. Um indicador deste último fator de degradação é alto índice de coliformes fecais e totais demonstrados em análises de balneabilidade do Instituto do Meio Ambiente de Alagoas (IMA, 2010) causando doenças em seres humanos e possíveis infecções gastrointestinais nos peixes–bois. Através de estudos recentes, é possível observar que a população ribeirinha destes municípios se expande gradativamente, utilizando–se dos recursos do manguezal, do rio e do "mar de dentro" como bem de consumo natural (IBGE; E.M.A., 2008). Até o momento não existem estudos concretos sobre a interferência desta população sobre o ambiente do estuário do rio que é responsável direto pela readaptação do peixe–boi marinho no litoral norte de Alagoas. Além destas ameaças diretas, urge identificar ameaças indiretas, principalmente aquelas decorrentes do modelo econômico regional, expresso na monocultura da cana–de–açúcar e de coqueirais, responsáveis pela contaminação de lençol freático e de sedimentos lançados ao rio. O projeto tem como objetivo estabelecer um diagnóstico das atuais condições socioambientais e uma avaliação da influência antrópica no estuário do Rio Tatuamunha, dentro dos limites citados. Adotando como método a pesquisa "in loco" com a aplicação de questionários, a observação e a análise técnica com a coleta de dados e de material. Para a análise laboratorial de água (coliformes, sedimentos, metais pesados e organoclorados), será possível estabelecer parceria com a UFAL e o IMA. Em complemento a estas etapas, ampliando e diversificando as formas de conhecimento, a caracterização do Rio Tatuamunha será enriquecida com uma análise do etnoconhecimento local sobre a biodiversidade do estuário e possíveis formas de manejo sustentável. A pesquisa socioambiental e etnoecológica serão também instrumentos de contato com a população para sua sensibilização no processo de preservação do peixe–boi marinho e de seu habitat. O envolvimento comunitário não se dará de forma passiva, meramente com a concessão de entrevistas. Todas as famílias ribeirinhas da área estudada serão envolvidas e convidadas a participar da pesquisa, contribuindo com o conhecimento que possuem, através de oficinas nas comunidades. Para esta pesquisa participativa serão utilizados como ferramenta os Padrões Abertos para a Prática da Conservação, propostos pela *Conservation Measures Partnership* (*CMP*). A estratégia de envolvimento comunitário nos possibilitará maior segurança no conhecimento do contexto local em toda sua complexidade biológica e cultural e uma maior efetividade nas ações propostas ou que venham a ser propostas, partindo do conhecimento que for adquirido e socializado.
Efeito esperado no desenvolvimento turístico	Turismo diferenciado com serviços de qualidade, ambientes agradáveis e preservados, presença de projetos de conservação, capital social e cultural em desenvolvimento.
Benefícios	Subsídios à elaboração de medidas de médio e longo prazos visando a melhoria da qualidade ambiental do estuário do rio Tatuamunha, beneficiando a população no uso dos recursos naturais, protegendo o peixe–boi marinho no processo de readaptação ao ambiente natural, fomentando o turismo ecológico com a observação do peixe–boi e os passeios por manguezais preservados.
Beneficiários	População local, associações comunitárias que trabalham com sustentabilidade e turismo de base comunitária, pousadas, bares e restaurantes integrantes do “roteiro de charme” e da “rota ecológica”

Tabela 258 – PROJETO PRIORIZADO PARA REALIZAÇÃO DURANTE OS DEZOITO PRIMEIROS MESES DE FINANCIAMENTO DO PRODETUR (continuação)

Descrição da ação	Será utilizado um conjunto de métodos como pesquisa bibliográfica (RUIZ, 2006), documental e de campo (MAY, 2004) (SPINK, 2000). Em campo, a metodologia a ser aplicada para alcançar o objetivo proposto no projeto segue esta sequência: • Realização de levantamento das áreas degradas no estuário do Rio Tatuamunha através de saídas de campo para estudo "in loco" e coleta de água para análise laboratorial da qualidade, realizada em quatro pontos distintos do rio, semanalmente e durante nove meses em função da sazonalidade . A coleta de água, a identificação e georreferenciamento dos focos será realizada com a utilização de caiaques, jangadas, moto e carro, assim como as demais atividades de pesquisa; • Mapeamento das atividades antrópicas e descrição qualitativa e quantitativa destas atividades identificadas. Para esta atividade será contratada consultoria. Na etapa de construção da pesquisa no contato direto com a população ribeirinha. As técnicas metodológicas utilizadas para a construção dos dados serão: oficinas participativas em espaços diversos da comunidade, observação e entrevistas semi–estruturadas, mapa mental, etnografia visual (GASKEL, 2003), que serão aplicadas conforme os sujeitos entrevistados, na seguinte sequência: • Oficinas participativas: uma no início para sensibilização e apresentação do projeto; três durante o projeto para identificação de possíveis ameaças e mensuração destas, bem como levantamento de formas de mitigação das ameaças; e outra no final para apresentação do diagnóstico realizado e a discussão de oportunidades para a conservação do estuário e do peixe–boi e a melhoria da qualidade de vida dos ribeirinhos. Estas oficinas visam provocar positivamente o ribeirinho para participar da pesquisa, partindo do pressuposto de que, sendo ele conhecedor empírico de sua realidade, poderá refletir e intervir neste contexto ativamente. A metodologia utilizada nas oficinas terão por fio condutor a formulação do mapa conceitual de conservação proposto pela CMP, com padrões abertos e um processo de gestão adaptativa dos processos. Assim possibilitaremos participativamente identificar área de abrangência do projeto, objetos de conservação, ameaças, oportunidades de conservação e traçar um planejamento e as formas de monitoramento dos resultados (CMP, 2010); • Aplicação de questionários para comunidade ribeirinha. O questionário será objetivo e dirigido a avaliar as condições socioeconômicas, sanitárias e a percepção ambiental, com a utilização de "palm–top" e máquina fotográfica para registrar os dados. As visitas para aplicação dos questionários serão dirigidas a 100 famílias. Os dados coletados serão tabulados em planilhas e gráficos; • Entrevistas semi–estruturadas e dirigidas aos ribeirinhos para análise do conhecimento etnoecológico. Durante a aplicação dos questionários de diagnóstico socioambiental serão identificados e selecionados 25 ribeirinhos de maior vivência na comunidade para as entrevistas. Estas serão gravadas, transcritas e posteriormente analisadas; • Criação de banco de dados. Durante todo o projeto dar–se–á atenção ao tratamento de dados e imagens para posterior publicação de catálogo em CD–ROM. Para finalização desta atividade será contratado serviço especializado.	
Responsáveis pela execução	Centro Mamíferos Aquáticos do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Base Avançada de Porto de Pedras/AL)	
Entidade responsável pela implantação / operação / manutenção da obra ou serviço (se procede)	Não procede	
Custo estimado	**R$ 50.000,00**	**US 29,411.76**
Fonte de financiamento	PRODETUR	
Gastos estimados de operação	Não se aplica	
Mecanismos previstos de recuperação de custos	Não se aplica	
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei	Autorização do Comitê Gestor da APA Costa dos Corais	
Indicadores de seguimento e fonte de verificação	• Indicadores: pesquisas científicas, planos de ação. • Fontes de verificação: *CD–ROM* com banco de imagens e dados; boletim com análises da qualidade de água; artigos publicados	
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Não se aplica	
Nível de avanço: indicar se existem projetos básicos ou executivos ou termos de referência ou indicar se solicita reconhecimento retroativo	Projeto básico detalhado	

*** Dólar cotado a R$ 1,70**

Tabela 259 – PROJETO PRIORIZADO PARA REALIZAÇÃO DURANTE OS DEZOITO PRIMEIROS MESES DE FINANCIAMENTO DO PRODETUR

COMPONENTE – PRODUTO TURÍSTICO		
Projeto	Implantar a refrigeração e reestruturar o pavilhão de eventos do Centro Cultural e de Exposições Ruth Cardoso	
Objetivo	Proporcionar comodidade à comunidade (população local e turista) que faz uso do espaço, além de otimizar seu uso com a captação de mais eventos ora inacessíveis em face dessa deficiência.	
Justificativa	Grande responsável pelo crescimento do turismo de negócios na capital, o Centro Cultural e de Exposições Ruth Cardoso, detém atributos em virtude da sua multifuncionalidade e da segurança que proporciona. Pelo fato de contemplar feiras, congressos, seminários, treinamentos e eventos sociais, é fundamental agregar valor a esse empreendimento, promovendo a refrigeração do mesmo.	
Efeito esperado no desenvolvimento turístico	• Incremento do turismo de eventos e negócios; • Redução da sazonalidade; • Melhoria do Produto turístico.	
Benefícios	• Ampliação do produto turístico; • Efeitos positivos e multiplicadores em outras atividades econômicas.	
Beneficiários	Maceió	
Descrição da ação	• Diagnosticar demanda instalada; • Identificação da área mais apropriada para a implantação do equipamento; • Elaborar estudos; • Elaboração do Projeto básico e executivo; • Elaboração dos quantitativos e orçamentos; • Execução da obra.	
Responsáveis pela execução	SETUR.	
Entidade responsável pela implantação / operação / manutenção da obra ou serviço (se procede)	Empresas e entidades contratadas para elaboração e execução do projeto.	
Custo estimado	**R$ 6.000.000,00**	**US 3.529.411,76**
Fonte de financiamento	PRODETUR	
Gastos estimados de operação	Não se aplica.	
Mecanismos previstos de recuperação de custos	Taxa de locação do espaço de eventos	
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei	Não se aplica.	
Indicadores de seguimento e fonte de verificação	• Indicadores: número de eventos/exposições realizados por ano; • Verificação através de relatórios de acompanhamento.	
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Não se aplica.	
Nível de avanço: indicar se existem projetos básicos ou executivos ou termos de referência ou indicar se solicita reconhecimento retroativo	Não se aplica.	

*** Dólar cotado a R$ 1,70**

Tabela 260 – PROJETO PRIORIZADO PARA REALIZAÇÃO DURANTE OS DEZOITO PRIMEIROS MESES DE FINANCIAMENTO DO PRODETUR

COMPONENTE – ESTRATÉGIA FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL		
Projeto	Promover oficinas e cursos voltados à população local para o envolvimento na atividade turística.	
Objetivo	Envolver a comunidade local às atividades turísticas capacitando e qualificando a população elevando a qualidade dos serviços prestados ao turista e integrando o turista a comunidade.	
Justificativa	Devido à alta competitividade dos destinos turísticos o turista cada vez mais exige serviços de alta qualidade, e não apenas nas instalações dos hotéis e restaurante que freqüentam, mas no convívio com a população local. Considerando que a região já possui como característica uma população hospitaleira, basta apenas capacitá–los a receber bem o turista, de forma a garantir que a hospitalidade profissionalizada seja uma marca de diferenciação da região Costa dos Corais.	
Efeito esperado no desenvolvimento turístico	• Maior integração da comunidade com o turista; • Melhoria da qualidade do serviço ofertado ao turista.	
Benefícios	• População mais qualificada tecnicamente; • Melhoria na imagem da Costa dos Corais; • Melhoria da qualidade de serviços ofertados; • Maior envolvimento da comunidade com os turistas.	
Beneficiários	• População local; • Turista.	
Descrição da ação	• Realização de concursos e eventos para envolvimento da população local; • Oficinas com a comunidade local que desenvolvam o sentimento de pertencimento ao território; • Cursos de receptividade ao turista; • Cursos sobre a história local e preservação do meio ambiente.	
Responsáveis pela execução	SETUR, Municípios.	
Entidade responsável pela implantação / operação / manutenção da obra ou serviço (se procede)	Não se aplica.	
Custo estimado	**R$ 650.000,00**	**US 382.352,94**
Fonte de financiamento	PRODETUR	
Gastos estimados de operação	Não se aplica.	
Mecanismos previstos de recuperação de custos	Não se aplica.	
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei	Não se aplica.	
Indicadores de seguimento e fonte de verificação	• Número de pessoas nos cursos e palestras.	
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Não se aplica.	
Nível de avanço: indicar se existem projetos básicos ou executivos ou termos de referência ou indicar se solicita reconhecimento retroativo	Não se aplica.	

*** Dólar cotado a R$ 1,70**

Tabela 261 – PROJETO PRIORIZADO PARA REALIZAÇÃO DURANTE OS DEZOITO PRIMEIROS MESES DE FINANCIAMENTO DO PRODETUR

COMPONENTE – ESTRATÉGIA FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL		
Projeto	Apoiar a implantação do projeto orla	
Objetivo	Viabilizar a implantação do Projeto Orla nos municípios. O Projeto Orla visa compatibilizar as políticas ambiental e patrimonial no trato dos espaços litorâneos sob propriedade ou guarda da União, buscando inicialmente, dar uma nova abordagem ao uso e gestão dos terrenos e acrescidos de Marinha, como forma de consolidar uma orientação cooperativa e harmônica entre as ações e políticas praticadas na orla marítima.	
Justificativa	O Projeto Orla, iniciativa do Ministério de Meio Ambiente com a Secretaria de Patrimônio da União, é de grande importância para a o Pólo, uma vez que busca contribuir para a aplicação de diretrizes gerais para o disciplinamento do uso e ocupação da Orla Marítima. Sua implantação nos municípios vem sendo dificultada pela ausência de recursos para mobilização e contratação de consultorias para elaboração de alguns produtos essenciais ao desenvolvimento do projeto. O projeto busca oferecer condições mínimas para implantação do projeto nos municípios.	
Efeito esperado no desenvolvimento turístico	• Incremento das atividades turísticas; • Potencialização dos atrativos naturais através do uso adequado dos espaços litorâneos impedindo a ocupação irregular e o inchaço dos serviços ofertados.	
Benefícios	• Ordenamento da orla e requalificação da orla; • Regularização fundiária; • Eliminação das construções irregulares áreas de patrimônio da União; • Melhoria no turismo regional.	
Beneficiários	• População dos municípios litorâneos; • Turistas e freqüentadores das orlas.	
Descrição da ação	• Formação da Comissão Projeto Orla (SEMARH, GRPU, Prefeitura) • Realização de Oficinas de Implementação; • Elaboração do Diagnóstico Socioambiental e Patrimonial da orla; • Elaboração do Plano de Gestão Integrada da orla; • Definição do Programa de Monitoramento; • Instalação do Comitê Gestor da Orla; • Elaboração da Agenda Imediata de Atuação.	
Responsáveis pela execução	• Coordenação Nacional – MMA/SQA e o MP/SPU; • Coordenação Estadual – SEMARH e SPU; • Comissão Técnica do Estado de Alagoas – IMA, SETUR, SEPLAN, SEINFRA, SEAGRI, IBAMA, ICMBIO, UFAL, ONG's; • Coordenação Municipal – Comitê Gestor Municipal.	
Entidade responsável pela implantação / operação / manutenção da obra ou serviço (se procede)	Prefeituras Municipais.	
Custo estimado	**R$ 610.000,00**	**US 358.823.53**
Fonte de financiamento	PRODETUR.	
Gastos estimados de operação	Não se aplica.	
Mecanismos previstos de recuperação de custos	Aumento da arrecadação dos municípios pelo turismo.	
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei	Os Planos de Gestão da Orla devem ser aprovados pelo SPU, uma vez que incluem questões de patrimônio da União.	
Indicadores de seguimento e fonte de verificação	• Termos de Convênios firmados entre as prefeituras e SPU; • Diagnósticos e Planos de Gestão da Orla elaborados.	
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Não se aplica.	
Nível de avanço: indicar se existem projetos básicos ou executivos ou termos de referência ou indicar se solicita reconhecimento retroativo	Encontra–se em desenvolvimento o Projeto Orla dos municípios de Paripueira, Barra de Santo Antônio e de Maragogi.	

*** Dólar cotado a R$ 1,70**

Tabela 262 – PROJETO PRIORIZADO PARA REALIZAÇÃO DURANTE OS DEZOITO PRIMEIROS MESES DE FINANCIAMENTO DO PRODETUR

COMPONENTE – ESTRATÉGIA GESTÃO SÓCIOAMBIENTAL		
Projeto	Promover educação para o turismo sustentável e comunitário	
Objetivo	• Favorecer a incorporação do tema turismo sustentável e comunitário, de forma transversal, nos currículos das escolas médias e públicas do Pólo Costa dos Corais; • Formar em cada cidade um Núcleo Comunitário de Educação para o Turismo Sustentável; • Qualificar professores da rede estadual de ensino médio quanto ao tema turismo sustentável e comunitário através de curso de extensão; • Apoiar os programas e projetos governamentais com apelo ambiental e sustentável, e de modo especial, aqueles voltados para a geração de emprego e renda na área do turismo, especialmente através dos Núcleos; • Apoiar a distribuição de informações turísticas de qualidade e atualizadas na rede pública de ensino médio, através do curso e dos núcleos; • Favorecer ações públicas de natureza associativa e comunitária.	
Justificativa	Conforme consta nos produtos 1 e 2 do PDTIS Costa dos Corais 2010, a região possui uma parcela significativa de população jovem, em sua maioria desempregada ou subempregada, e, ao mesmo tempo, uma rede de ensino médio em expansão. A mesma fonte indica de forma consistente a fragilidade do sistema de informações sobre o turismo sustentável e a ainda incipiente rede de ações associativas e comunitárias. Propõe–se que os professores da rede pública, no grau médio, sejam qualificados para aprofundar conhecimentos e fazer propostas de intervenção comunitária, que possam ser implementadas em suas salas de aula e que também possam agregar outros segmentos comunitários, em cada cidade do Pólo Costa dos Corais. A idéia de tratar o tema do turismo sustentável de forma transversal, dentro de cada escola, se baseia na constatação de que o assunto é multidisciplinar e contempla algumas dimensões educacionais como a compreensão e a observação empírica, a motivação para o aprendizado e a participação comunitária, quando tratado coletivamente. Propõem–se como disciplinas imediatamente envolvidas e que já fazem parte dos currículos regulares: Sociologia, Filosofia, História, Geografia, Biologia e Artes.	
Efeito esperado no desenvolvimento turístico	• Apoio aos projetos e programas turísticos já instalados nas cidades; • Incentivo à ocupação de jovens cidadãos locais às atividades do turismo; • Apoio à educação ambiental e patrimonial na região; • Apoio às escolas estaduais de ensino médio; • Ampliação da absorção da mão de obra local nos projetos e programas turísticos**.**	
Benefícios e beneficiários	Beneficiários diretos: 300 professores da rede estadual de ensino médio e 18 graduandos em cursos de licenciatura plena UFAL	
Descrição da ação	• Realização de cursos para os professores das redes municipais a cerca do tema turismo sustentável; • Distribuição de escolas por grupos de cidades, conforme as Coordenadorias de Ensino, da Secretaria de Educação, uma vez que são estas instâncias aquelas responsáveis pela orientação pedagógica e administrativa das escolas; • Implantação de Núcleos Comunitários de Educação para o Turismo Sustentável, que funcionarão como espaço para a produção e a difusão de informações consistentes e atualizadas sobre o turismo regional.	
Responsáveis pela execução	UFAL – Instituto de Ciências Sociais	
Entidade responsável pela implantação / operação / manutenção da obra ou serviço (se procede)	Secretaria de Estado do Turismo, Secretaria de Estado da Educação, UFAL,agentes de turismo do Pólo. Secretarias Municipais de Educação e Secretarias ou grupos Municipais gestores do turismo.	
Custo estimado	**R$ 127.500,00**	**US 75.000,00**
Fonte de financiamento	PRODETUR	
Gastos estimados de operação	Não se aplica	
Mecanismos previstos de recuperação de custos	Não se aplica	
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei	Não se aplica	
Indicadores de seguimento e fonte de verificação		
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Não se aplica	
Nível de avanço: indicar se existem projetos básicos ou executivos ou termos de referência ou indicar se solicita reconhecimento retroativo	Não se aplica	

*** Dólar cotado a R$ 1,70**

Tabela 263 – PROJETO PRIORIZADO PARA REALIZAÇÃO DURANTE OS DEZOITO PRIMEIROS MESES DE FINANCIAMENTO DO PRODETUR

COMPONENTE – ESTRATÉGIA DE GESTÃO AMBIENTAL		
Projeto	Estimular a produção e comercialização artesanal do Pólo Costa dos Corais.	
Objetivo	Apoiar e estimular a implantação de unidades produtivas comunitárias de artesanato.	
Justificativa	O Pólo Costa dos Corais apresenta variado acervo no que se refere aos aspectos imateriais de sua cultura, os quais se constituem em traços definidores de sua identidade histórica e cultural. Entretanto, parte desse acervo tem se perdido por falta de políticas de incentivo e divulgação. Destaca–se aí o artesanato cuja matéria–prima tem sua fonte nos recursos naturais da região e apresenta características que lhe confere personalidade estética, mas, cuja produção não apresenta fôlego suficiente para se impor como fonte de subsistência, em relação a aspectos qualitativos e quantitativos. Nesse sentido, propõe–se o estabelecimento de estratégias que estimulem e apóiem a criação de unidades produtivas comunitárias de artesanato, que contribuam para a preservação da cultura imaterial representada pelo artesanato e para a melhoria da qualidade de vida dos artesãos.	
Efeito esperado no desenvolvimento turístico	• Melhoria da qualidade de vida dos artesãos através da geração de renda; • Patrimônio cultural imaterial preservado, renovado e difundido; • Sentido de pertencimento estimulado por meio da prática de ações culturais coletivas estabelecidas em princípios comunitários e participativos.	
Benefícios	• Ampliação da oferta do produto turístico através do patrimônio cultural e histórico; • Melhoria da qualidade do produto turístico.	
Beneficiários	Cidade da região da Costa dos Corais.	
Descrição da ação	• Inventário das referências culturais representadas pelo artesanato existentes na região; • Promover oficinas de capacitação, desenvolvimento e melhoria da produção artesanal; • Estabelecimento de ações que promovam o estímulo e o apoio à produção e comercialização comunitária do artesanato.	
Responsáveis pela execução	SETUR E SECULT	
Entidade responsável pela implantação / operação / manutenção da obra ou serviço (se procede)	Empresa e profissionais especializados contratados para elaboração e execução do projeto.	
Custo estimado	**R$ 300.000,00**	**US 176.470,59**
Fonte de financiamento	PRODETUR	
Gastos estimados de operação	–	
Mecanismos previstos de recuperação de custos	Venda dos produtos artesanais.	
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei	Não se aplica.	
Indicadores de seguimento e fonte de verificação	Relatórios contendo cronogramas físicos e financeiros, assim como documentação fotográfica do andamento do trabalho .	
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Não se aplica.	
Nível de avanço: indicar se existem projetos básicos ou executivos ou termos de referência ou indicar se solicita reconhecimento retroativo	Existe um inventário preliminar do patrimônio imaterial dessa região realizado pela Secretaria de Estado da Cultura de Alagoas.	

*** Dólar cotado a R$ 1,70**

28. AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS

Desde os anos 40 do século passado, a questão do desenvolvimento social vem, progressivamente, deixando de ser compreendida e analisada apenas sob a ótica econômica. Nas últimas décadas, outras dimensões começam a ser inseridas em suas considerações, principalmente a temática ambiental. Um ponto central, em vários tipos de estudos e pesquisas, diz respeito às formas de promoção de desenvolvimento que sejam eficientes no combate a todo tipo de desigualdade.

Nesta perspectiva, um programa como o PDTIS se justifica como instrumento de governança e, portanto, de promoção de desenvolvimento social. Deste modo, seus impactos sobre a qualidade de vida da população devem, necessariamente, incluir observações de natureza social, histórica, econômica, cultural e ambiental, já que melhorias nos locais de acolhimento dos visitantes incidem diretamente sobre o fluxo turístico.

A questão específica do turismo, ao ser tratada num programa como este, assume o caráter de política pública, em função da origem e gestão dos investimentos e dos variados interesses sociais envolvidos. Tanto o aspecto lúdico ou de entretenimento do turismo, quanto seu aspecto econômico – as trocas necessárias à sobrevivência humana ficam evidenciadas.

Além da condição política de intervir no tipo de desenvolvimento pretendido, o PDTIS acumula funções sociais que podem reverberar em mudanças cotidianas, no campo cultural, de todos os atores envolvidos, gerando, portanto, impactos positivos e negativos.

Impactos positivos
O conjunto de projetos e ações previstas deve induzir o crescimento do fluxo turístico e conseqüentemente o crescimento da receita, da renda derivada da receita e dos investimentos turísticos, o impacto fiscal da atividade e o incremento de empregos pelo turismo.

Os principais impactos positivos esperados são:
a) Aumento de emprego e renda familiar;
b) Melhoria da qualidade de vida;
c) Melhoria da qualidade ambiental;
d) Melhoria na gestão do território e dos recursos naturais;
e) Recuperação e preservação de recursos históricos e culturais.

O aumento de emprego e renda para as populações locais deverá ocorrer, num primeiro momento, pela viabilização de oportunidades de trabalho, durante as obras de implantação dos projetos de infraestrutura. A geração de maiores receita no setor da construção civil deve criar novos postos de trabalho e novas fontes de renda para a população local, incrementando a demanda de bens e serviços e fortalecendo o comércio local. Os projetos de gestão ambiental, incluindo o fortalecimento do artesanato, proteção dos recursos naturais, recuperação e preservação do patrimônio cultural e implantação da coleta seletiva possibilitam também a criação de emprego e aumento da renda familiar, vindo se somar aos novos postos de trabalho produzidos pelo incremento das atividades turísticas que contará com mão de obra qualificada pelos cursos de capacitação previstos pelo fortalecimento institucional.

A melhoria na qualidade de vida e da saúde das populações residentes é esperada em consequencia do saneamento básico previsto para todos os municípios, da implantação de coleta e tratamento de esgotos e disposição adequada dos resíduos sólidos, bem como pela ampliação do Hospital Regional de Porto Calvo previsto no Plano.

A melhoria na qualidade ambiental é esperada com o estabelecimento da gestão adequada das Unidades de Conservação, com a implantação de zoneamentos e planos de manejo, a qualidade das águas dos corpos receptores e águas subterrâneas com a eliminação de línguas negras e implantação de sistemas de esgotamento sanitário e suas estações de tratamento, os projetos de educação ambiental, reflorestamento de nascentes e preservação das tartarugas e do Peixe–Boi Marinho contribuindo para a conservação ambiental e preservação da biodiversidade.

A melhoria na gestão do território no âmbito local é prevista com o fortalecimento das prefeituras municipais e da implantação de planos diretores participativos. A recuperação / preservação dos recursos históricos e naturais, por sua vez, está contemplada em vários projetos prioritários do Plano de Ações.

Outro impacto positivo previsto com a implementação do conjunto de projetos prioritários é obviamente o próprio desenvolvimento do setor turístico da região, que será beneficiado em todos os aspectos, em função do aumento do fluxo de turistas no Pólo.

Os impactos positivos cumulativos do conjunto de projetos do Plano de Ações podem ser otimizados através da adoção de um Planejamento Integrado e Participativo.

Impactos negativos
O desenvolvimento do turismo com o conseqüente aumento do fluxo de pessoas a regiões ambientalmente frágeis pode levar a impactos negativos caso não haja um planejamento integrado e participativo, não sejam considerados os aspectos ambientais e sociais no desenvolvimento dos projetos ou não se realizem as ações de desenvolvimento institucional necessários.

De maneira geral, os principais impactos negativos que podem ocorrer são:
a) Aumento da pressão sobre o meio ambiente natural;
b) Aumento de pressão sobre a infraestrutura urbana;
c) Desenvolvimento desordenado ou escala de turismo não apropriada para a área;
d) Impactos decorrentes da implantação das obras;
e) Marginalização de populações locais.

O aumento da pressão sobre meio ambiente natural em função do incremento do fluxo turístico, pode levar a degradação ou destruição de ecossistemas frágeis, tais como restingas e manguezais, lagoas e estuários, recifes de corais e mata Atlântica.

Na Costa dos Corais o ecossistema recifal é o mais ameaçado uma vez que os passeios às galés e piscinas naturais se constituem atualmente no maior atrativo turístico do Pólo, recebendo, principalmente na alta temporada e feriados, grande quantidade de visitantes. Com foi visto no diagnostico, os corais já vêm sendo impactados devido ao pisoteio, ancoragem de barcos, extração de espécies, etc., com prejuízo para a biodiversidade, causado por atividades turísticas desordenadas.

Como não existem estudos de capacidade de carga para as áreas recifais, o ordenamento do uso das piscinas naturais na Costa dos Corais vem sendo feito com o uso de instrumentos provisórios, como Termos de Ajuste de Conduta, iniciativa dos Ministérios Públicos e alguns decretos municipais e Instruções Normativas.

O Plano de Ações ora apresentado inclui entre os projetos prioritários, a realização de estudos e diagnósticos sobre as áreas recifais e propostas para o uso sustentável, considerando que são essenciais para determinação da capacidade de carga e delimitação de zonas de exclusão visando a preservação dos ambientes recifais de maior importância pela sua biodiversidade.

Outros projetos que contribuem para minimização dos impactos decorrente do aumento de pressão sobre os ecossistemas são: a elaboração dos planos de manejo das Unidades de Conservação do Pólo, instrumento fundamental para sua gestão adequada, a implantação dos planos diretores municipais, o aumento da fiscalização e controle devido ao fortalecimento institucional dos órgãos ambientais além das ações de educação ambiental e recuperação de nascentes, entre outras.

O aumento de pressão sobre infraestrutura urbana decorre do crescimento do número de usuários dos serviços públicos principalmente durante os períodos de alta temporada, com o aumento da demanda sobre água potável, esgotamento sanitário, coleta de lixo, energia e comunicação. O aumento do influxo migratório de pessoas em busca de novas oportunidades de emprego contribui para o aumento da demanda dos serviços urbanos e do déficit habitacional.

Para mitigar esses possíveis impactos o Plano de Ações prevê obras de infraestrutura com reforço no saneamento básico nos municípios do Pólo, implantação de coleta e tratamento de esgoto e programa de gestão de resíduos sólidos com implantação de um aterro sanitário consorciado e incentivo a coleta seletiva e reciclagem.

O Desenvolvimento desordenado ou não apropriado para as pequenas comunidades leva a ocupação irregular de terrenos de marinha e APPs, por pequenos empreendimentos turísticos e habitações de baixa renda além de provocar degradação na paisagem.

Espera–se minimizar esses impactos com a implantação dos Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano e do Projeto Orla, do aumento da capacidade de gestão das prefeituras e do poder de fiscalização e controle dos órgãos ambientais, devidamente fortalecidos conforme previsto no PDTIS.

Os impactos decorrentes da implantação das obras geralmente são temporários e se dispõem de várias medidas para sua mitigação. São em sua maioria impactos relacionados com as obras de infraestrutura e serviços básicos, de estruturação dos atrativos naturais e culturais e de acessibilidade.

As medidas mitigadoras estão bastante detalhadas, para cada tipologia de programa. Incluem desde os estudos ambientais na fase de planejamento até os regulamentos operacionais do PRODETUR. A consulta e participação da comunidade em todas as etapas dos projetos, o acompanhamento das obras e adoção de boas práticas de construção, são medidas essenciais para a minimização dos impactos negativos das obras.

Finalmente, a marginalização de populações locais é um impacto que pode ocorrer por falta de oportunidades em aproveitar os benefícios econômicos do turismo. No caso do desenvolvimento excludente, são criados verdadeiros enclaves de luxo em meio à pobreza geral da região, com a proibição do acesso de moradores locais a áreas turísticas por

empreendedores, praias particulares exclusivas para turistas com acesso vedado à comunidade e exclusão do processo de desenvolvimento social em relação aos indivíduos não inseridos. As conseqüências são o aumento da criminalidade, do tráfico de drogas e da prostituição, com as jovens locais sendo atraídas pelo turismo sexual.

O crescimento do turismo em bases não sustentáveis pode levar ainda à especulação imobiliária, encarecimentos dos preços em geral, importação de padrões de consumo não alcançáveis pela maior parte da população e até a exclusão gradativa dos grupos locais do controle dos empreendimentos turísticos.

Para diminuir esses possíveis impactos, o Plano de Ações inclui projetos prioritários como a promoção de oficinas e cursos voltados às populações locais para o envolvimento na atividade turística, estímulo à produção e comercialização do artesanato local, educação para o turismo sustentável e comunitário e campanhas contra o turismo sexual. O PDTIS está sendo desenvolvido com a consulta e participação dos vários segmentos da sociedade.

Em resumo, de acordo com Mollo (2010) o turismo sustentável é ferramenta eficiente no combate à pobreza, mas para isso, é preciso envolver a comunidade na gestão. Segundo a autora, para a sustentabilidade econômica, o turismo pode ser importante, mas também pode ser um desastre, se não envolver nos benefícios a população residente. Para seu efeito positivo, deve–se fazer com que a renda gerada pelo turismo fique na região, usando os seus próprios insumos, empregando a população local, multiplicando–se assim os benefícios. Para a sustentabilidade cultural é preciso preservar e valorizar a cultura local, e transformá–la em diferencial atrativo. O desenvolvimento de serviços e produtos que atendam aos turistas deverá também atender aos moradores locais. Ao melhorar as condições para os moradores, se aposta então na sustentabilidade ambiental.

Seguindo a determinação do TR buscou–se, numa primeira abordagem, identificar, de forma individualizada, os impactos positivos e negativos e as respectivas medidas potencializadoras e mitigadoras para cada um dos projetos priorizados a serem financiados no âmbito do PRODETUR Nacional, avaliando suas características e considerando as condições socioambientais expressas no diagnóstico. No entanto, para efeito de análise, projetos com características semelhantes foram agrupados em programas, uma vez que os impactos sobre os meios físico, biótico e socioeconômico não se diferenciam.

Sendo assim, foram elaboradas tabelas para cada projeto ou conjunto de projetos, aqui denominados de programa, identificando os impactos socioambientais positivos com as correspondentes medidas gerencias de potencialização, bem como os impactos negativos e respectivas medidas mitigadoras, apresentados nas tabelas, a seguir:

Tabela 264 – IMPACTOS AMBIENTAIS DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS

AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS SÓCIOAMBIENTAIS DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS	
PROGRAMA	Novos Produtos Turísticos
PROJETOS	• Implantar o roteiro turístico – Expedições colonizadoras portuguesas e holandesas; • Formatar e implantar o roteiro turístico – "Rio e Mar"; • Implantar o turismo de aventura no Pólo Costa dos Corais; • Implantar roteiro turístico acessível em Maceió; • Desenvolver o roteiro urbano "História nos trilhos" em Maceió.
IMPACTOS POSITIVOS	
• Ampliação da oferta do produto turístico através do patrimônio cultural e histórico; • Valorização da cultura local ligada ao rio e inserção social da comunidade local dentro da atividade turística; • Ordenamento do ecoturismo; • Inclusão dos Portadores de Necessidades Especiais nos roteiros turísticos; • Melhoria na qualidade do produto turístico.	
Medidas Potencializadoras dos Impactos Positivos	
• Adoção dos princípios e práticas do turismo sustentável; • Promoção de ações de inclusão social; • Planejamento integrado do turismo.	
IMPACTOS NEGATIVOS	
• Ocupação irregular ou desordenada em áreas sensíveis (equipamentos turísticos e moradias); • Desmatamento para construção de *píer* e terminal turístico e equipamentos de apoio; • Compactação e erosão do solo em trilhas, praias e restingas por pisoteio ou trafego de veículo; • Contaminação hídrica através da disposição de esgotos e pela falta de banheiros nos roteiros e nos acampamentos; • Degradação da vegetação por pisoteio, para instalação de barracas de praia, pela própria compactação e erosão do solo nas trilhas e dunas, para abertura de trilhas não planejadas; • Acumulo de lixo nas margens dos caminhos e trilhas, praias e rios; • Derramamento de óleo de embarcações e ruído.	
Medidas Mitigadoras dos Impactos Negativos	
• Realização de estudos de capacidade de carga (incluído no projeto); • Licenciamento ambiental das intervenções (*píe*r, terminal, centro de observação, instalações de apoio); • Aprovação das ações pelo Conselho Gestor da Unidade de Conservação; • Cadastramento e capacitação dos condutores e guias; • Educação ambiental continuada.	

(Autoria: Normande, E. 2010)

Tabela 265 – IMPACTOS AMBIENTAIS DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS

AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS SÓCIOAMBIENTAIS DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS	
PROGRAMA	Turismo de Base Comunitária
PROJETOS	• Consolidar o Turismo de Base Comunitária – Tramas em Riacho Doce.
IMPACTOS POSITIVOS	
• Ampliação da oferta do produto turístico através do patrimônio cultural e histórico; • Melhoria na qualidade do produto turístico; • Valorização da cultura local; • Inserção social da comunidade local dentro da atividade turística; • Geração de emprego e renda para as comunidades; • Intercâmbio cultural com a oferta dos produtos e serviços turísticos;	
Medidas Potencializadoras dos Impactos Positivos	
• Planejamento Integrado do Turismo; • Adoção dos princípios e práticas do turismo sustentável.	
IMPACTOS NEGATIVOS	
• Desestruturação da cultura local; • Descaracterização dos ambientes naturais; • Estímulo a especulação imobiliária, com exclusão territorial de residentes.	
Medidas Mitigadoras dos Impactos Negativos	
• Desenvolvimento de redes de comércio justo no turismo; • Ações de desenvolvimento local endógeno; • Fomento a práticas de economia solidária na cadeia produtiva do turismo.	

(Autoria: Normande, E. 2010)

Tabela 266 – IMPACTOS AMBIENTAIS DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS

AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS SÓCIOAMBIENTAIS DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS	
PROGRAMA	Caracterização dos Recursos e da Oferta de Áreas Turísticas
PROJETOS	• Elaborar o Inventário Turístico do Pólo Costa dos Corais.
IMPACTOS POSITIVOS	
• Levantamento e reconhecimento dos recursos turísticos, históricos, culturais e os equipamentos e serviços existentes; • Análise do potencial de novas áreas turísticas em função da vocação principal do Pólo; • Avaliação e definição dos tipos de turismo mais adequados e rentáveis.	
Medidas Potencializadoras dos Impactos Positivos	
• Planejamento Integrado do Turismo.	
IMPACTOS NEGATIVOS	
• Não procede	
Medidas Mitigadoras dos Impactos Negativos	
• Não procede	

(Autoria: Normande, E. 2010)

Tabela 267 – IMPACTOS AMBIENTAIS DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS

AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS SÓCIOAMBIENTAIS DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS	
PROGRAMA	Centros de Informação Turística
PROJETOS	• Implantar pórticos multifuncionais de informações turísticas regionais
IMPACTOS POSITIVOS	
• Melhoria na qualidade do produto turístico; • Fortalecimento da identidade do Pólo; • Prestação de serviço de informação aos turistas.	
Medidas Potencializadoras dos Impactos Positivos	
• Acompanhamento da instalação.	
IMPACTOS NEGATIVOS	
• Interferências no trânsito; • Interferências na paisagem.	
Medidas Mitigadoras dos Impactos Negativos	
• Licenciamentos junto ao DER, DNIT e órgãos ambientais.	

(Autoria: Normande, E. 2010)

Tabela 268 – IMPACTOS AMBIENTAIS DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS

AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS SÓCIOAMBIENTAIS DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS	
PROGRAMA	Plano de Marketing Para as Áreas Turísticas
PROJETOS	• Elaborar e implantar o Plano de Marketing para o Pólo Costa dos Corais; • Implantar programa de captação de eventos.
IMPACTOS POSITIVOS	
• Aumento do fluxo turístico nacional e internacional; • Ampliação em número e qualidade dos investimentos; • Aumento da ocupação media anual dos meios de hospedagem principalmente nos períodos de baixa temporada; • Diversificação da demanda e perfil de turistas.	
Medidas Potencializadoras dos Impactos Positivos	
• Planejamento turístico integrado.	
IMPACTOS NEGATIVOS	
• Aumento do fluxo turístico além da capacidade de suporte dos ambientes.	
Medidas Mitigadoras dos Impactos Negativos	
• Planejamento Turístico Integrado; • Implantação dos demais projetos do PDTIS.	

(Autoria: Normande, E. 2010)

Tabela 269 – IMPACTOS AMBIENTAIS DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS

AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS SÓCIOAMBIENTAIS DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS	
PROGRAMA	Planos Municipais Participativos
PROJETOS	• Elaborar / revisar Planos Diretores e Habitacionais para municípios do Pólo; • Apoio à implementação do Projeto Orla;

IMPACTOS POSITIVOS
• Ordenamento do uso e ocupação das orlas; • Resgate e integração de espaços democráticos de lazer; • Eliminação das construções irregulares em áreas de patrimônio da união; • Regularização fundiária; • Melhoria na gestão costeira patrimonial; • Descentralização da gestão da orla para a esfera municipal; • Melhoria no turismo regional; • Criação de um processo de planejamento estratégico; • Políticas articuladas e planejamento participativo; • Minimização dos problemas urbanos e estruturação de um ambiente mais eficiente e sustentável, dos pontos de vista ambiental, territorial, econômico, cultural e social; • Integração da dimensão ambiental no âmbito da gestão urbana; • Gestão local em bases sustentáveis; • Planejamento de longo prazo; • Identificação de potencialidades; • Melhor alocação de recursos; • Desenvolvimento do turismo de forma racionalizada e sustentável.

Medidas Potencializadoras dos Impactos Positivos
• Interesse e participação do poder público municipal; • Criação e funcionamento de Grupo Gestor; • Participação democrática e representativa da população urbana e rural; • Promulgação da Lei Municipal e Decretos Regulamentadores; • Divulgação do Projeto Orla para a sociedade; abrir canais de comunicação entre atores/ executores; • Observar o Plano Diretor, e demais instrumentos legais de ordenamento do uso do solo no município, como: zoneamento, Código de Obras, Agenda 21 municipal, etc.

IMPACTOS NEGATIVOS
• Conflitos sociais envolvidos com a atividade; choques de interesse presentes e os atores em oposição; • Predominância de interesses econômicos e de grupos de pressão; • Ausência de participação da sociedade civil ou manipulação de representações; • Não aprovações de planos ou zoneamentos pelo poder público (executivo ou legislativo); • Derrubada de barracas construídas em áreas irregulares.

Tabela 269 – IMPACTOS AMBIENTAIS DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS (continuação)

Medidas Mitigadoras dos Impactos Negativos
• Observação atenta do Estatuto das Cidades; • Ampla divulgação dos objetivos do Plano Diretor nas comunidades; • Mobilização eficiente da sociedade civil para participação nos processos; • Consulta e participação de todos os segmentos envolvidos; • Habilidade na negociação de conflitos.

(Autoria: Normande, E. 2010)

Tabela 270 – IMPACTOS AMBIENTAIS DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS

AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS SÓCIOAMBIENTAIS DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS	
PROGRAMA	Fortalecimento Institucional de Órgãos Municipais
PROJETOS	• Fortalecimento Institucional dos órgãos municipais; • Criação dos Conselhos Municipais de turismo, meio ambiente e cultura; • Criação dos Fundos Municipais de turismo, meio ambiente e cultura; • Formar consórcios entre os municípios para elaboração de projetos de captação de recursos para ações de desenvolvimento do Pólo Costa dos Corais
IMPACTOS POSITIVOS	
• Fortalecimento do turismo como uma atividade integradora de questões sociais, ambientais e econômicas nos municípios; • Fortalecimento Institucional dos órgãos de controle, licenciamento e fiscalização ambiental; • Profissionalização dos gestores dos órgãos municipais; • Otimização dos órgãos gestores relacionados ao turismo; • Desenvolvimento do turismo com a participação de diversos atores sociais; • Integração intermunicipal; • Redução de custos operativos para captação de projetos; • Dotação de instrumentos para captação de recursos para aplicação no turismo; • Fomento a Projetos de investimentos turísticos na região.	
Medidas Potencializadoras dos Impactos Positivos	
• Divulgação dos resultados positivos e envolvimento dos diversos atores sociais; • Interesse e participação do poder público municipal; • Participação democrática e representativa de todos os segmentos envolvidos.	
IMPACTOS NEGATIVOS	
• Predomínio dos interesses do "*trade*" turístico sobre os demais segmentos, prevalecendo o crescimento não sustentável das atividades turísticas.	
Medidas Mitigadoras dos Impactos Negativos	
• Órgãos e entidades com representação adequada nos colegiados.	

(Autoria: Normande, E. 2010)

Tabela 271 – IMPACTOS AMBIENTAIS DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS

AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS SÓCIOAMBIENTAIS DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS	
PROGRAMA	Fortalecimento de Redes Privadas de Cooperação
PROJETOS	• Fortalecimento do ambiente institucional para o desenvolvimento da iniciativa privada.

IMPACTOS POSITIVOS
• Fortalecimento do turismo como uma atividade integradora de questões sociais, ambientais e econômicas nos municípios; • Maior integração produtiva; • Fortalecimento de seus atores produtivos; • Consolidação da atividade turística através da atuação colaborativa de todos os envolvidos da iniciativa privada; • Maior integração entre o empresariado local, entidades de classe e poder público; • Estimulo a integração das atividades turísticas com outras atividades econômicas (agricultura, pesca, etc.) e setores (educação, segurança, etc.); • Estímulo das atividades econômicas em colaboração e cooperação com atores que não fazem parte de sua cadeia produtiva; • Fortalecimento do APL Costa dos Corais; • Implantação de novas empresas na região; • Novos postos de trabalho na região; • Economia territorial dinamizada, integrada e sustentável; • Maior competitividade do produto local; • Legislação específica de incentivo às empresas “sustentáveis”; • Melhoria dos indicadores de questões ambientais, sociais e econômicas para a comunidade; • Ampliação da imagem do território como região integrada e sustentável.
Medidas Potencializadoras dos Impactos Positivos
• Divulgação dos resultados positivos e envolvimento da sociedade civil; • Divulgação dos resultados positivos e envolvimento do Governo do Estado; • Envolvimento do APL Costa dos Corais, certificação e divulgação das capacitações realizadas.
IMPACTOS NEGATIVOS
• Conflito de interesses.
Medidas Mitigadoras dos Impactos Negativos
• Arbitragem e negociação de conflitos; • Desenvolvimento de programas permanentes de cooperativismo e associativismo; • Desenvolvimento de redes de comércio justo no turismo; • Ações de desenvolvimento local endógeno; • Fomento a práticas de economia solidária na cadeia produtiva do turismo.

(Autoria: Normande, E. 2010)

Tabela 272 – IMPACTOS AMBIENTAIS DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS

AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS SÓCIOAMBIENTAIS DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS	
PROGRAMA	Saneamento Básico
PROJETOS	• Implantar o sistema de esgotamento sanitário e de saneamento básico

IMPACTOS POSITIVOS
• Ampliação da infraestrutura pública; • Eliminação de fontes poluidoras e línguas negras; • Redução de doenças de veiculação hídrica; • Melhoria nas condições de saúde pública a diversas parcelas da população; • Melhoria nas condições dos recursos hídricos e qualidade ambiental; • Melhoria na balneabilidade das praias beneficiando turistas e comunidade.
Medidas Potencializadoras dos Impactos Positivos
• Existência de Plano Municipal de Saneamento; Integração com projetos de drenagem urbana e esgotamento sanitário; • Acompanhamento e supervisão das obras – Implantação das boas práticas para construção; • Participação da população em todas as fases do projeto; • Subsídios para ligações prediais à população de baixa renda; • Educação sanitária e ambiental.
IMPACTOS NEGATIVOS
• Degradação ambiental por causa da implantação das obras: alterações na paisagem, supressão de vegetação, remoção da cobertura vegetal, revolvimento o solo, alterações no relevo, aterros e compactação do solo, geração de ruído e poeira em suspensão, aumento de tráfego de veículos pesados e distúrbios à população; • Produção e acumulo de entulho; • Interferências em APPs; • Desapropriações, reassentamento de população de baixa renda; • Odores e ruído durante e operação da ETA e estações elevatórias; • Comprometimento das águas interiores e oceânicas pelo lançamento do efluente da ETA; • Disposição inadequada de resíduos grosseiros e lodo da ETA; • Poluição por disposição inadequada do lodo da ETA; • Resistência da população ao uso do sistema.
Medidas Mitigadoras dos impactos negativos
• Realizar os Estudos Ambientais exigido pelo órgão competente e implantar medidas mitigadoras indicadas no Relatório Ambiental Preliminar (RAP) e/ou no EIA–RIMA; • Elaborar Plano Básico Ambiental e Projeto Executivo Ambiental de acordo com o Regulamento Operacional do PRODETUR para projetos de saneamento; • Observar o Plano Diretor da Bacia Hidrográfica, Plano Diretor Municipal e o Plano Municipal de Saneamento para localização da ETA e estações elevatórias; • Obter Outorga apara lançamento do esgoto tratado no corpo receptor; • Apresentar Plano de Gerenciamento de Resíduos da construção civil para a obra; • Divulgação e consulta sobre o projeto com a comunidade beneficiada; • Programa de educação ambiental/social sobre saneamento básico e sua relação com a saúde direcionada aos beneficiários do sistema.

(Autoria: Normande, E. 2010)

Tabela 273 – IMPACTOS AMBIENTAIS DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS

AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS SÓCIOAMBIENTAIS DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS	
PROGRAMA	Sinalização Turística
PROJETOS	• Implantar a sinalização turística nas rodovias do Pólo; • Implantar a sinalização turística nos municípios do Pólo
IMPACTOS POSITIVOS	
• Disponibilização de informação e caracterização do circuito turístico; • Promover a valorização dos atrativos naturais, culturais, históricos e arquitetônicos junto à comunidade; • Melhoria da qualidade do produto turístico; • Aumento do fluxo turístico.	
Medidas Potencializadoras dos Impactos Positivos	
• Aumento da auto estima da população em virtude da identificação e valorização dos atrativos; • Conjugação da sinalização regulamentar viária com a turística, a fim de evitar poluição visual; • Projeto com ART (engenheiro civil ou arquiteto) conforme CREA.	
IMPACTOS NEGATIVOS	
• Interferência na paisagem; • Poluição visual em Unidades de Conservação.	
Medidas Mitigadoras dos Impactos Negativos	
• Respeitar restrições dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação; • Licenciamentos junto ao DER, DNIT e órgãos ambientais; • Obediência aos requisitos impostos pelo Guia Brasileiro de Sinalização Turística.	

(Autoria: Normande, E. 2010)

Tabela 274 – IMPACTOS AMBIENTAIS DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS

AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS SÓCIOAMBIENTAIS DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS	
PROGRAMA	Requalificação de Áreas e Equipamentos Turísticos
PROJETOS	• Estruturar o passeio turístico – Peixe–Boi Marinho e implantar Base de Pesquisa e Gestão Socioambiental; • Urbanizar e requalificar o povoado de Barreiras do Boqueirão; • Implantar a refrigeração e reestruturar o pavilhão de eventos do Centro Cultural e de Exposições Ruth Cardoso.
IMPACTOS POSITIVOS	
• Melhor integração e interação dos visitantes ao meio; • Melhoria na qualidade do produto turístico; • Incremento da atividade turística; • Incremento do turismo de eventos; • Melhoria paisagística e criação de áreas de lazer.	
Medidas Potencializadoras dos Impactos Positivos	
• Trabalhar em parceria com ICMBio; • Trabalhar em parceria com o *Maceió Convention & Visitour Bureax*; • Observar o Plano Diretor, e demais instrumentos legais de ordenamento do uso do solo no município, como: zoneamento, Código de Obras, Agenda 21 municipal, etc.;	
IMPACTOS NEGATIVOS	
• Ampliação do fluxo turístico acima da capacidade de suporte do ambiente; • Desmatamento para construção de *píer* e terminal turístico, centro de observação e demais equipamentos de apoio; • Intervenção em APPs; • Pisoteio e retirada de vegetação; • Alimentação inadequada e molestamento dos animais; • Acumulo de lixo e abandono de comida; • Derramamento de óleo de embarcações e ruído; • Supressão de vegetação, impacto na cobertura vegetal, aterros e compactação do solo, Geração de ruído e poeira em suspensão, aumento de tráfego de veículos pesados, produção e acumulo de entulho (durante as obras); • Conflitos entre as obras e a rotina da população local, entre as obras e as atividades turísticas.	
Medidas Mitigadoras dos Impactos Negativos	
• Realização de estudos de capacidade de carga (incluído no projeto); • Licenciamento ambiental das intervenções (*píe*r, terminal, centro de observação, instalações de apoio); • Aprovação das ações pelo Conselho Gestor da APA Costa dos Corais; • Cadastramento e capacitação dos condutores e guias; • Educação ambiental continuada; • Acompanhamento das obras e adoção boas técnicas de construção; • Licenciamento ambiental e autorização da Capitania dos Portos (Mirante do Farol); • Compensação ambiental com reposição de espécies suprimidas; • Projeto de paisagismo com espécies nativas; • Plano de Gerenciamento de Resíduos das Obras.	

(Autoria: Normande, E. 2010)

Tabela 275 – IMPACTOS AMBIENTAIS DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS

AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS SÓCIOAMBIENTAIS DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS	
PROGRAMA	Segurança Publica
PROJETOS	• Implantar Bases de Policiamento Turístico e Comunitário
IMPACTOS POSITIVOS	
• Parceria polícia–cidadão na resolução dos problemas da comunidade; • Constituição de uma rede de prevenção; • Aumento dos níveis de segurança da população local e dos visitantes; • Melhora da percepção dos turistas sobre a violência no Estado de Alagoas.	
Medidas Potencializadoras dos Impactos Positivos	
• Implementação de políticas públicas de segurança; • Capacitação para um policiamento cidadão.	
IMPACTOS NEGATIVOS	
• Conflito de interesses entre agentes locais de Defesa Social; • Implantação de modelo repressivo, com abuso e excesso policial contra moradores e turistas.	
Medidas Mitigadoras dos Impactos Negativos	
• Aproveitamento da mão–de–obra local; • Capacitação para um policiamento cidadão; • Reeducação, tanto dos policiais, quanto da comunidade, o que impõe quebra de paradigmas.	

(Autoria: Normande, E. 2010)

Tabela 276 – IMPACTOS AMBIENTAIS DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS

AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS SÓCIOAMBIENTAIS DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS	
PROGRAMA	Proteção e Recuperação Ambiental **– I**
PROJETOS	• Elaborar o Plano de Manejo da APA do Catolé / Fernão Velho; • Elaborar o Plano de Manejo da APA do Paratgy; • Estruturar o passeio turístico – Peixe–Boi Marinho e implantar Base de Pesquisa e Gestão Socioambiental; • Diagnosticar as tartarugas marinhas e criar base para manejo e educação ambiental; • Reflorestar as áreas degradadas e promover a educação ambiental.
IMPACTOS POSITIVOS	
• Uso ordenado dos recursos naturais nas Unidades de Conservação; • Proteção de mananciais de abastecimento de água; • Conservação dos ecossistemas e dos recursos naturais; • Proteção da Biodiversidade; • Reintrodução de animais em extinção; • Recuperação de áreas degradadas; • Conscientização ambiental; • Ordenamento do ecoturismo; • Minimização dos impactos negativos advindos do turismo.	
Medidas Potencializadoras dos Impactos Positivos	
• Aprovação dos planos e projetos pelos Conselhos Gestores das Unidades de Conservação; • Participação da comunidade na construção dos planos de manejo.	
IMPACTOS NEGATIVOS	
• Interferências em APPs pela construção de áreas administrativas, alojamentos ou centros de visitação nas Unidades de Conservação.	
Medidas Mitigadoras dos Impactos Negativos	
• Licenciamento ambiental das obras de engenharia; • Acompanhamento e supervisão das obras – Implantação das boas práticas para construção; • Realização de Consultas Públicas com órgãos ambientais ONGs e sociedade civil.	

(Autoria: Normande, E. 2010)

Tabela 277 – IMPACTOS AMBIENTAIS DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS

AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS SÓCIOAMBIENTAIS DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS	
PROGRAMA	Proteção e Recuperação Ambiental – II
PROJETOS	• Resgatar e propor o uso sustentável de áreas recifais; • Elaborar o diagnóstico socioambiental do estuário do Rio Tatuamunha
IMPACTOS POSITIVOS	
• Produção de conhecimento sobre os principais ambientes recifais do Pólo; • Produção de conhecimentos sobre o estuário do recinto de reintrodução do peixe–boi; • Subsídios para o uso ordenado dos recursos naturais na APA Costa dos Corais; • Subsídios para o ordenamento do uso da visitação as piscinas naturais; • Proteção da Biodiversidade; • Contribuição para o desenvolvimento de um turismo sustentável; • Minimização dos impactos negativos advindos do turismo.	
Medidas Potencializadoras dos Impactos Positivos	
• Elaboração de estudos de capacidade de carga das piscinas naturais.	
IMPACTOS NEGATIVOS	
• Não procede	
Medidas Mitigadoras dos Impactos Negativos	
• Não procede	

(Autoria: Normande, E. 2010)

Tabela 278 – IMPACTOS AMBIENTAIS DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS

AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS SÓCIOAMBIENTAIS DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS	
PROGRAMA	Gestão de Resíduos Sólidos
PROJETOS	• Implantar aterro sanitário consorciado; • Incentivar o Programa de Coleta Seletiva e Reciclagem.

IMPACTOS POSITIVOS
• Melhoria do produto turístico; • Ampliação da infraestrutura pública; • Melhoria da saúde e do bem estar da população; • Melhoria na qualidade ambiental; • Promoção da educação ambiental e da cidadania; • Aumento da vida útil dos aterros; • Economia de recursos naturais e de energia; • Redução dos custos da limpeza pública; • Organização e qualificação dos catadores; • Geração de renda para a população local.
Medidas Potencializadoras dos Impactos Positivos
• Existência de Plano Municipal de Saneamento; • Integração com projetos de drenagem urbana e esgotamento sanitário**;** • Existência de Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos; • Consultas e participação da população em todas as fases do projeto; • Acompanhamento e supervisão das obras – Implantação das boas práticas para construção; • Consulta e participação dos catadores em todas as fases do projeto.
IMPACTOS NEGATIVOS
• Supressão de vegetação, impacto na cobertura vegetal, aterros e compactação do solo, geração de ruído e poeira em suspensão, aumento de tráfego de veículos pesados, produção e acúmulo de entulho; • Interferência em APPs; • Alteração na qualidade das águas superficiais pelo carreamento de sedimentos devido a grandes movimentações de terra; • Alteração da qualidade do solo pela disposição inadequada dos resíduos sólidos e geração de chorume; • Vazamento de lixiviados devido a falhas no sistema de impermeabilização e controle; • Impactos sobre o lençol freático, degradação na qualidade da águas subterrâneas e superficiais; • Emissão de gases e odores que podem comprometer a qualidade do ar; • Impactos na vizinhança: Impactos em áreas residenciais vizinhas ao projeto, resultantes de ruídos, odores, emissões, etc. • Impactos sobre o fechamento de lixões (incluindo impactos nas populações de catadores); • Necessidade de desapropriação de imóveis e reassentamento de populações; • Desvalorização imobiliária; • Desgaste mais rápido das áreas de acesso; • Alterações na paisagem e comprometimento de grandes áreas para uso futuro; • Conflitos entre catadores e entre catadores e atravessadores; • Impacto na vizinhança dos galpões de materiais recicláveis (ruído, odor, vetores).

Tabela 278 – IMPACTOS AMBIENTAIS DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS (continuação)

Medidas Mitigadoras dos Impactos Negativos
• Realização de Estudo de Impacto Ambiental (EIA), apresentação de Relatório de Impacto no Meio no Meio Ambiente (RIMA) e conseqüente implantação das medidas mitigadoras exigidas pelo Órgão e Conselho de Meio Ambiente; • Elaboração de Plano Básico Ambiental e Projeto Executivo Ambiental de acordo com o Regulamento Operacional do PRODETUR para projetos de gestão de resíduos sólidos; • Arbitragem e negociação de conflitos; • Observar os Planos Diretores da Bacia Hidrográfica e Planos Diretores Municipais para localização do aterro; • Realização de Estudo de Impactos na Vizinhança; • Elaboração de estudos socioambientais da situação dos catadores dos lixões e elaboração e implantação de programa de inserção social; • Elaboração de Planos de fechamento dos antigos lixões e recuperação das áreas degradadas; • Programa de compensação a populações afetadas e reassentamento de famílias de baixa renda; • Planos de monitoramento da qualidade ambiental; • Controle social da operação do aterro e correção de possíveis irregularidades; • Consulta e participação dos catadores em todas as fases do projeto.

(Autoria: Normande, E. 2010)

Tabela 279 – IMPACTOS AMBIENTAIS DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS

AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS SÓCIOAMBIENTAIS DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS	
PROGRAMA	Recuperação do Patrimônio Histórico
PROJETOS	• Desenvolver o Circuito Histórico, recuperando e restaurando o patrimônio edificado; • Desenvolver e executar ações de preservação do patrimônio imaterial do Pólo Costa dos Corais; • Estimular a produção e comercialização artesanal do Pólo Costa dos Corais; • Restaurar e reestruturar os Museus.
IMPACTOS POSITIVOS	
• Conservação do patrimônio material e imaterial para manutenção e ampliação da atividade turística; • Conscientização da população (local ou flutuante) acerca do patrimônio histórico, artístico, cultural e urbano; • Otimização da utilização econômica, cultural e social da área dos projetos; • Resgate de tradições culturais locais; • Geração de emprego e renda para as comunidades.	
Medidas Potencializadoras dos Impactos Positivos	
• Elaboração de projeto com acompanhamento do IPHAN e SECULT; • Projeto em consonância com Uso e Ocupação / Plano Diretores.	
IMPACTOS NEGATIVOS	
• Interferências no entorno das obras (distúrbios de trafego, poeira, ruído, etc.); • Conflitos entre obras e população, entre obras e visitantes; • Fechamento temporário de museus para reformas; • Aumento da especulação imobiliária relacionada às edificações restauradas; • Alterações de hábitos tradicionais e padrões de comportamento; • Massificação e empobrecimento da produção artesanal; • Espetacularização e banalização de cerimônias e rituais genuínos; • Transformação do patrimônio histórico e cultural em mero bem de consumo turístico.	
Medidas Mitigadoras dos Impactos Negativos	
• Licenciamento ambiental quando envolver obras de engenharia, saneamento e/ou sistemas viários ou quando envolver impactos ambientais significativos; • Acompanhamento e supervisão das obras – Implantação de boas práticas de construção; • Plano de Reassentamento, caso o projeto envolva desapropriação involuntário de população; • Cronograma de reformas de museus. • Atividades continuadas de educação patrimonial voltadas para todas as camadas da população; • Criação de Conselhos Municipais de Turismo que direcionem e planejem adequadamente as atividades turísticas.	

(Autoria: Normande, E. 2010)

Tabela 280 – IMPACTOS AMBIENTAIS DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS

AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS SÓCIOAMBIENTAIS DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS	
PROGRAMA	Educação Para Comunidade
PROJETOS	• Promover educação para o turismo sustentável e comunitário; • Promover oficinas e cursos voltados à população local para o envolvimento na atividade turística; • Desenvolver campanhas contra o turismo sexual.

IMPACTOS POSITIVOS
• Qualificação de professores locais; • Educação ambiental e patrimonial; • Ampliação da absorção da mão de obra local nos projetos e programas turísticos; • Melhoria da qualidade dos produtos turísticos; • População mais qualificada tecnicamente; • Maior envolvimento da comunidade com os turistas; • Melhorar a qualidade da informação sobre a prevenção e a promoção da saúde; • Diminuição do numero de casos de exploração infantil e sexual; • Capacitação de jovens em situação de vulnerabilidade social para desempenharem atividades turísticas no Pólo; • Inserção dos jovens em atividades educativas e laborais vinculadas ao turismo; • Associação da imagem do Pólo a campanhas de prevenção e conscientização contra o turismo sexual e consequente melhoria na imagem do Pólo Costa dos Corais.
Medidas Potencializadoras dos Impactos Positivos
• Valorização, incentivo e fortalecimento das comunidades locais no desenvolvimento do turismo; • Envolvimento da comunidade local; • Promoção da saúde através de ações comunitárias.
IMPACTOS NEGATIVOS
• Conflitos entre os selecionados a participar do projeto e a população em geral; • Conflitos potenciais com a cultura tradicional.
Medidas Mitigadoras dos Impactos Negativos
• Promover a transparência em todas as ações do projeto; avaliar e divulgar amplamente seus resultados; • Enfrentamento de preconceitos sociais e religiosos; • Arbitragem e negociação de conflitos.

(Autoria: Normande, E. 2010)

Tabela 281 – IMPACTOS AMBIENTAIS DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS

AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS SÓCIOAMBIENTAIS DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS	
PROGRAMA	Capacitação Profissional
PROJETOS	• Desenvolver cursos de capacitação para os empresários locais e suas equipes.
IMPACTOS POSITIVOS	
• Formação de técnicos especializados; • Profissionalização do setor turístico; • Novos postos de trabalho na região; • Economia territorial dinamizada, integrada e sustentável; • Melhoria da qualidade dos produtos turísticos.	
Medidas Potencializadoras dos Impactos Positivos	
• Divulgação dos resultados positivos e envolvimento da sociedade civil.	
IMPACTOS NEGATIVOS	
• Aumento do *turn over.*	
Medidas Mitigadoras dos Impactos Negativos	
• Desenvolvimento de programas permanentes de capacitação.	

(Autoria: Normande, E. 2010)

28.1. Programa de Gestão Ambiental – PGA

A sustentabilidade do desenvolvimento do turismo na Costa dos Corais depende, como vimos tanto da implantação das ações e projetos dos componentes de Fortalecimento Institucional e Gestão Socioambiental, como das medidas mitigadoras dos impactos negativos dos demais componentes do PDTIS, principalmente dos projetos de infraestrutura e requalificação dos produtos turísticos.

Faz–se necessária, para tanto, a elaboração e implantação de um programa de gestão ambiental que promova a coordenação gerencial e técnica das ações ambientais buscando a definição de soluções para os problemas inerentes a implantação projetos e ações ambientais previstos no PDTIS. A seguir serão feitas em caráter preliminar, algumas sugestões para o PGA, que deve ser executado pelos gestores do programa ao longo do período de implantação e após a conclusão das ações.

O termo gestão ambiental é aqui entendido como conceituado por Barbiere (2004): o conjunto de diretrizes e atividades administrativas e operacionais, tais como, planejamento, direção, controle, alocação de recursos e outras realizadas com o objetivo de obter efeitos positivos sobre o meio ambiente, reduzindo ou eliminando os danos ou problemas causados pelas ações humanas, ou evitando que eles surjam.[94]

A gestão ambiental é uma prática relativamente recente no Brasil, mas vem ganhando espaço nas instituições públicas e privadas. Através dela é possível a mobilização da organização para se adequar à promoção de um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Seu objetivo é a busca de melhoria constante dos produtos, serviços e ambiente de trabalho, levando–se em conta o fator ambiental. Atualmente a gestão ambiental começa a ser encarada como um assunto estratégico, porque além de estimular a qualidade ambiental também possibilita a redução de custos diretos (redução de desperdícios com água, energia e matérias–primas) e indiretos (por exemplo, indenizações por danos ambientais).

O Programa de Gestão Ambiental do PDTIS Costa dos Corais deverá ser estruturado para promover o acompanhamento sistemático das ações ambientais previstas na implantação do plano, permitindo a correção das não conformidades identificadas e realizando os ajustes necessários. Deve ainda permitir a formação de uma equipe gerencial para coordenar e acompanhar todas as atividades necessárias para a viabilização e execução das ações ambientais, agilizando o processo de decisão necessário a implantação dessas ações de forma a atender ao cronograma estabelecido.

A gestão dos aspectos socioambientais do PDTIS Costa dos Corais deverá ser realizada baseada em orientações do PRODETUR Nacional e do PRODETUR Estadual

O PRODETUR Nacional já tem disponível um documento, Manual de Planificação e Gestão Ambiental (MPGA), orientando a preparação de todas as operações estaduais reunindo todos os elementos importantes para a correta elaboração de projetos e sua execução, do ponto de vista socioambiental direcionado aos gestores de projetos estaduais.

O PRODETUR do Estado de Alagoas, por outro lado, através da UEE / SETUR deve elaborar seu próprio Manual, que deve incluir as instruções de preparação e execução do programa segundo os componentes no âmbito do PRODETUR NACIONAL e seus Anexos Técnicos, mas observando as características locais específicas.

---

[94] BARBIERI, José Carlos. *Gestão Ambiental Empresarial – Conceitos, Modelos, Instrumentos.* São Paulo: Saraiva, 2004

O Manual de Operações a ser construído deve oferecer as regras principais do funcionamento do Programa e, quanto aos aspectos sociais e ambientais, apresentar critérios de elegibilidade, diretrizes para as atividades do componente de gestão ambiental, e, determinar a rotina para atividades de supervisão, monitoramento e avaliação do programa. O Manual deve incluir ainda anexos temáticos que apresentem diretrizes e exigências socioambientais específicas para os diferentes tipos de investimentos, com ênfase para aqueles que envolvem obras civis.

Por exemplo, os projetos de saneamento, transporte e urbanização, que podem produzir impactos socioambientais mais significativos, devem contar com um item específico que apresente as diretrizes para os estudos ambientais, a elaboração dos relatórios de avaliação ambiental, a consulta pública e a elaboração de planos de reassentamento, caso necessário.

Entre os procedimentos estabelecidos deverão estar os critérios para exigência de avaliação ambiental preliminar, durante a etapa de concepção e EIA/RIMA, para os projetos que promovem impactos mais significativos, como os de saneamento, transportes e urbanização, de acordo com as exigências do IMA e do CEPRAM e da política de salvaguardas ambientais do BID.

As medidas mitigadoras do estudo ambiental e as exigências complementares da Licença Prévia deverão estar consolidadas em um Plano Básico Ambiental – que, além de ser o instrumento necessário à obtenção da Licença de Implantação, será utilizado para a gestão ambiental do empreendimento e fará parte dos contratos de construção.

Além deste instrumento, todos os serviços que envolvem obras de infraestrutura civil devem ser executados de acordo com os procedimentos apresentado nos manuais que devem descrever as especificações exigidas para o controle ambiental e gestão das obras.

Além dos documentos descritos acima, o programa deverá ter um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) centralizado na UEE, mas com efetiva participação das demais instituições setoriais participantes, como o DER, SEINFRA, SEMARH, IMA, SETUR, das prefeituras municipais, assim como de consultores, e de empresas de supervisão e de auditoria independentes.

Recomenda–se que Unidade Executora Estadual conte com um profissional *sênior* em seus quadros para a função de supervisor ambiental, que deverá ser também o responsável pela coordenação do PGA e também o facilitador das relações entre as empresas executoras, os órgãos ambientais, o Ministério Público e a comunidade em geral. A equipe técnica deverá contar ainda com pelos menos mais dois profissionais da área ambiental para as atividades de acompanhamento e fiscalização das obras e da aplicação das medidas mitigadoras dos impactos.

O Programa de Gestão Ambiental do PDTIS deve prever ainda a realização de auditorias ambientais periódicas, para avaliar a eficácia dos programas ambientais, através de consultorias contratadas pelo Executor. Nas auditorias, os consultores analisarão o processo da avaliação e aprovação de projetos, o acompanhamento/supervisão das obras, e outras informações necessárias para avaliar os programas ambientais. As auditorias deverão freqüência mínima anual e os resultados deverão ser apresentados em relatórios a serem enviados ao BID, à SETUR, e aos órgãos setoriais e serem disponíveis para revisão pública. Os Termos de Referência para as auditorias devem fazer parte dos Manuais de Operação.

A Tabela 282 abaixo resume as responsabilidades das instituições envolvidas na execução do Programa, referentes à implementação do sistema de gestão ambiental e ao acompanhamento das medidas de controle dos impactos ambientais.

Tabela 282 – RESPONSABILIDADES SOBRE GESTÃO AMBIENTAL

INSTITUIÇÕES	RESPONSABILIDADES
UEE / SETUR	• Coordenação e controle das atividades de gestão ambiental do PDTIS; • Acompanhamento do processo de licenciamento ambiental dos empreendimentos e da implantação dos programas ambientais das obras, dentro do cronograma estabelecido; • Promoção de reuniões técnicas envolvendo as instituições responsáveis pela implantação dos projetos (DER, CASAL, SEINFRA, empresas consultoras, etc.) para discutir os assuntos ambientais que envolvem os empreendimentos e o cumprimento das exigências da legislação, das licenças ambientais e do Manual de Operações; • Promover a supervisão das atividades do programa; • Promoção das ações de consulta e participação das comunidades afetadas pelos projetos, do público e de outras entidades governamentais interessadas; • Acompanhamento e avaliação dos impactos ambientais negativos e positivos das ações e projetos do programa.
Consultoria	• Apoio à UEE na coordenação, acompanhamento e monitoramento de todas as ações de caráter socioambiental, desenvolvendo suas atividades de forma integrada e cooperada com os executores dos projetos e as empreiteiras da obra e desempenhando atividades de supervisão, coordenação e fiscalização da execução dos programas socioambientais.
Entidades Executoras	• Requerimento das licenças ambientais pertinentes aos projetos sob sua responsabilidade, inclusive a promoção e apresentação dos estudos técnicos requeridos pela legislação; • Implementação das medidas de controle e gestão socioambiental dos projetos, em cumprimento das especificações do Manual de Operações e das condições de validade das licenças ambientais expedidas pelo IMA; • Condução dos processos de licenciamento dos projetos de infraestrutura e de requalificação de produtos turísticos; • Fiscalização do cumprimento das condições de validade das licenças concedidas; • Supervisão das auditorias ambientais das obras de implantação dos projetos que atendam aos critérios estabelecidos pelo Banco.
Ministério do Turismo	• Coordenação, articulação e acompanhamento das ações do Programa visando integração com a meta de sustentabilidade ambiental do turismo estabelecida pelo PNT; • Promoção e apoio às atividades de fortalecimento institucional e capacitação para a gestão ambiental das entidades estaduais e municipais.

FONTE: Adaptada de UCP/PRODETUR–PE

Conclusão

O Programa de Gestão Ambiental a ser implantado deverá se constituir no principal instrumento a confirmar que o desenvolvimento do turismo, seguindo as metas e estratégias do PDITS, não irá degradar os recursos ambientais do Pólo e poderá ter sua sustentabilidade assegurada através das inúmeras ações preconizadas e gestão adequada.

29. *FEEDBACK*: ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

O acompanhamento e avaliação representam um dos estágios mais delicados quando se trata da gestão e ações de programas e políticas públicas. O monitoramento desses sistemas e a realização de estudos específicos são procedimentos recentes e ainda não estabelecidos adequadamente pelos órgãos públicos brasileiros. À exceção daqueles criados para exercer especificamente essa função.

Construir e implementar sistemas de monitoramento e avaliação constitui–se num grande desafio, haja vista que tais sistemas devem oferecer, de forma efetiva e contínua, informações confiáveis que sirvam de apoio para as tomadas de decisões, para dar transparência às ações e também como instrumentos para correções de rumo.

Para tanto deverão ser definidos indicadores compreendidos e aceitos pelo conjunto de usuários, e formas de avaliação da eficácia e da efetividade das ações propostas. E assim, obter o conhecimento do impacto causado nas condições de vida da população.

Caso os resultados do processo indiquem que o planejamento não está se efetivando como esperado, é necessário rever todo o processo, identificar quais os empecilhos ocorridos, e realizar adequações e/ou reformulações da proposta inicial.

Sabidamente hoje, não se pode mais prescindir de uma base dinâmica de informações e evidências se quisermos a potencialização de recursos e resultados.

É importante ainda, ressaltar que este processo de monitoramento deve envolver um conjunto amplo de atores, de forma que o caráter participativo da politica pública em desenvolvimento seja garantido durante toda sua implementação e permita que, com os resultados mensurados, seja revisado permanentemente.

Para o PDITS Costa dos Corais, sugere–se que sejam convidados a participar deste processo, enquanto atores envolvidos no processo de desenvolvimento turístico da região:

- Os municípios;
- Conselhos Municipais de Turismo, Meio Ambiente e Cultura;
- O APL Costa dos Corais;
- A Secretaria de planejamento estadual;
- A Secretaria de turismo estadual.

29.1. Marco lógico e linha de base dos indicadores de monitoramento

Na fase de elaboração do Produto 2 – Diagnóstico Estratégico – para o PDITS do Pólo Costa dos Corais, verificou–se a inexistência, dispersão ou má qualidade de informações que possibilitem uma análise sistemática da região e dos municípios que a constituem. A precariedade de dados abrange, basicamente, todos os componentes constantes do Termo de Referência.

O trabalho desenvolvido simultaneamente por outra empresa na elaboração do PDITS para a região das Lagoas e Mares do Sul, inclui entre as ações imediatas um projeto para elaboração de um sistema digital de informações para a gestão integrada do turismo no Estado de Alagoas, contemplando, portanto o Pólo Costa dos Corais.

Acredita–se que desta forma, a principal lacuna para o monitoramento e avaliação será sanada e possa oferecer informações mais precisas a partir do segundo ou terceiro ano de implantação dos projetos do PRODETUR.

Apesar do acima constatado, são sugeridos a seguir, um conjunto de indicadores preliminares, que contemplam principalmente dados quantitativos sobre os objetivos propostos, desenvolvendo–se assim uma linha de base. Ou seja, o ponto de partida a ser considerado para avaliar se o desenvolvimento da região está de acordo com o esperado ou não.

É necessário destacar ainda **q**ue alguns dados sugeridos como indicadores serão levantados e sistematizados pela primeira vez, principalmente no que tange ao fortalecimento institucional, tendo em vista ser este um componente muito especifico do planejamento; esta primeira coleta é que servirá como a linha de partida para os anos seguintes e que algumas informações dependerão da implementação prévia das ações propostas no Plano.

Tabela 283 – INDICADORES E LINHAS DE BASE

OBJETIVO DO PDITS	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	LINHAS DE BASE
Consolidar o pólo Costa dos Corais como destino referência no segmento de Sol e Praia e segmentos complementares com excelência na gestão e ênfase na sustentabilidade do turismo.	Participação em eventos nacionais e internacionais de promoção do Pólo	SETUR / MCVB	37 eventos nacionais 12 eventos internacionais
	Campanhas promocionais e publicitárias desenvolvidas para promoção do Pólo	SETUR / MCVB / AHMAJA	Dados dispersos ou não consolidados. Indicador específico precisa ser desenvolvido
Diversificar a oferta turística através da estruturação de novos produtos e roteiros turísticos, trabalhando segmentos complementares ao sol e praia, oferecendo alternativas a sazonalidade e competitividade de mercado.	Número de eventos captados e realizados, por municípios integrantes do Pólo	SETUR / MCVB	Dados dispersos ou não consolidados. Indicador específico precisa ser desenvolvido
	Roteiros e produtos turísticos, do Pólo, oferecidos pelas principais agências de receptivo de Alagoas	SETUR	Dados dispersos ou não consolidados. Indicador específico precisa ser desenvolvido
	Número de edificações históricas e manifestações culturais inseridas em roteiros/produtos turísticos.	SETUR/ SECULT / Prefeituras municipais	Indicador específico precisa ser desenvolvido
Fidelizar e garantir o retorno dos turistas atuais e buscar novos tipos de viajantes, preferencialmente os perfis que venham a contribuir com a melhoria dos indicadores econômicos, sociais e ambientais do destino.	Fluxo turístico geral	SETUR / Pesquisa de demanda e Oferta turística/Infraero	**1.117.250** passageiros em Maceió (Infraero, 2009). Ausência de dados que possam identificar o fluxo específico para restante do Pólo
Promover o crescimento dos indicadores médios de ocupação hoteleira, tempo de permanência e gasto diário maximizando, assim, o efeito multiplicador das divisas.	Gasto médio diário	SETUR / Pesquisa de demanda e Oferta turística	**R$ 2.279,05** gastos médio por passageiro (MTUR,2009) Indicador específico para o Pólo precisa ser desenvolvido
	Permanência média	SETUR / Pesquisa de demanda e Oferta turística	**3.8 dias** em Maceió (SETUR, 2010) – Ausência de dados que possam identificar a permanência média específica para restante do Pólo
	Taxa de Ocupação Média dos Meios de Hospedagem	SETUR / Pesquisa de demanda e Oferta turística	**72,06%** em Maceió (SETUR, 2010) Ausência de dados que possam identificar a taxa de ocupação específica para restante do Pólo

Tabela 283 – INDICADORES E LINHAS DE BASE (Continuação)

<table>
<tr><th>OBJETIVO DO PDITS</th><th>INDICADORES</th><th>MEIOS DE VERIFICAÇÃO</th><th>LINHAS DE BASE</th></tr>
<tr><td rowspan="2">Aumentar a receita oriunda do turismo, estimulando a formalização cada vez maior do setor privado e aumentando a arrecadação fiscal dos municípios.</td><td>Receita gerada pelo turismo</td><td>SETUR / Pesquisa de demanda e Oferta turística</td><td>A receita gerada pelo turismo no Nordeste em milhões de reais (R$ 9.617,00) – CTI–NE
Indicador específico para o Pólo precisa ser desenvolvido</td></tr>
<tr><td>Empresas de turismo do Pólo, cadastradas no CADASTUR</td><td>SETUR / CADASTUR</td><td><table><tr><th>ESTABELECIMENTO</th><th>Nº</th></tr><tr><td>AGÊNCIAS DE VIAGEM</td><td>100</td></tr><tr><td>OPERADORAS</td><td>04</td></tr><tr><td>HOTÉIS</td><td>100</td></tr><tr><td>TRANSPORTADORAS</td><td>13</td></tr><tr><td>RESTAURANTES</td><td>41</td></tr><tr><td>LOCADORAS DE VEÍCULOS</td><td>10</td></tr><tr><td>ORGANIZADORAS DE EVENTOS</td><td>08</td></tr></table>Cadastur – 24/05/2011</td></tr>
</table>

Tabela 283 – INDICADORES E LINHAS DE BASE (Continuação)

<table>
<tr><th>OBJETIVO DO PDITS</th><th>INDICADORES</th><th>MEIOS DE VERIFICAÇÃO</th><th>LINHAS DE BASE</th></tr>
<tr><td rowspan="3">Desenvolver mercados internacionais e aumentar o fluxo de turistas estrangeiros, com foco em médio prazo nos eventos mundiais a serem realizados no Brasil.</td><td>Fluxo turístico internacional</td><td>SETUR / Pesquisa de demanda e Oferta turística/Infraero</td><td>14,446 turistas internacionais em Maceió (Infraero, 2009).
Ausência de dados que possam identificar o fluxo específico para restante do Pólo</td></tr>
<tr><td>Nº de vôos charters e regulares internacionais captados</td><td>SETUR</td><td><table><tr><th>VOOS CHARTERS</th><th>Nº</th></tr><tr><td>ARGENTINA</td><td>1</td></tr><tr><td>CHILE</td><td>1</td></tr><tr><td>ITÁLIA</td><td>2</td></tr><tr><td>PORTUGAL</td><td>1</td></tr></table>
Não existem vôos internacionais regulares</td></tr>
<tr><td>Mercados internacionais trabalhados</td><td>SETUR / Pesquisa de demanda e Oferta turística/Infraero</td><td><table><tr><th>PRINCIPAIS MERCADOS INTERNACIONAIS E SUA PARTICIPAÇÃO</th><th>%</th></tr><tr><td>ARGENTINA</td><td>44,57</td></tr><tr><td>ITÁLIA</td><td>13,12</td></tr><tr><td>ESTADOS UNIDOS</td><td>7,05</td></tr><tr><td>PORTUGAL</td><td>6,0</td></tr><tr><td>URUGUAI</td><td>2,96</td></tr></table>SETUR, 2009</td></tr>
</table>

Tabela 283 – INDICADORES E LINHAS DE BASE (Continuação)

<table>
<tr><th>OBJETIVO DO PDITS</th><th>INDICADORES</th><th>MEIOS DE VERIFICAÇÃO</th><th>LINHAS DE BASE</th></tr>
<tr><td rowspan="3">Incrementar o número de leitos disponíveis no Pólo, através da captação de novos empreendimentos turísticos e serviços turísticos, prezando sempre pelo desenvolvimento qualitativo da oferta.</td><td>Número de meios de hospedagem cadastrados no CADASTUR</td><td>SETUR / CADASTUR</td><td><table>
<tr><th>MEIOS DE HOSPEDAGEM</th><th>Nº</th></tr>
<tr><td>MACEIÓ</td><td>58</td></tr>
<tr><td>BARRA SANTO ANTÔNIO</td><td>2</td></tr>
<tr><td>JAPARATINGA</td><td>9</td></tr>
<tr><td>MARAGOGI</td><td>19</td></tr>
<tr><td>PARIPUEIRA</td><td>1</td></tr>
<tr><td>PASSO DE CAMARAGIBE</td><td>3</td></tr>
<tr><td>PORTO DE PEDRAS</td><td>3</td></tr>
<tr><td>SÃO MIGUEL DOS MILAGRES</td><td>6</td></tr>
</table></td></tr>
<tr><td>Participação e realização de eventos de captação de investidores por ano</td><td>SETUR / SEPLANDES</td><td>Indicador específico precisa ser desenvolvido</td></tr>
<tr><td>Taxa de crescimento dos investimentos turísticos privados</td><td>SETUR / SEPLANDES</td><td>Indicador específico precisa ser desenvolvido</td></tr>
</table>

Tabela 283 – INDICADORES E LINHAS DE BASE (Continuação)

<table>
<tr><th>OBJETIVO DO PDITS</th><th>INDICADORES</th><th>MEIOS DE VERIFICAÇÃO</th><th>LINHAS DE BASE</th></tr>
<tr><td rowspan="3">Gerar novas oportunidades de trabalho e renda melhorando a qualidade de vida da população local</td><td>Nº de postos de trabalho existentes</td><td>Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), publicada pelo Ministério do Trabalho e
Emprego/Dados de pesquisa direta para os postos de trabalho</td><td>Empregos formais em 2008 (Base RAIS)
Total para os municípios da região:
Maceió: 228.044
Demais municípios:17.874</td></tr>
<tr><td>Índice de desenvolvimento humano (IDH)</td><td>IPEA</td><td><table><tr><th>MUNICÍPIO</th><th>IDH</th></tr><tr><td>MARAGOGI</td><td>0,619</td></tr><tr><td>JAPARATINGA</td><td>0,613</td></tr><tr><td>PORTO DE PEDRAS</td><td>0,499</td></tr><tr><td>PORTO CALVO</td><td>0,599</td></tr><tr><td>SÃO MIGUEL DOS MILAGRES</td><td>0,621</td></tr><tr><td>MATRIZ DE CAMARAGIBE</td><td>0,568</td></tr><tr><td>PASSO DE CAMARAGIBE</td><td>0,563</td></tr><tr><td>SÃO LUIS DO QUITUNDE</td><td>0,582</td></tr><tr><td>BARRA DE STO ANTONIO</td><td>0,594</td></tr><tr><td>PARIPUEIRA</td><td>0,617</td></tr><tr><td>MACEIÓ</td><td>0,739</td></tr></table>Ano:2000</td></tr>
<tr><td>PIB per capita (R$)</td><td>IBGE</td><td><table><tr><th>MUNICÍPIO</th><th>PIB PER CAPITA R$</th></tr><tr><td>MARAGOGI</td><td>3.813,21</td></tr><tr><td>JAPARATINGA</td><td>3.511,63</td></tr><tr><td>PORTO DE PEDRAS</td><td>3.103,28</td></tr><tr><td>PORTO CALVO</td><td>4.505,25</td></tr><tr><td>SÃO MIGUEL DOS MILAGRES</td><td>3.541,23</td></tr><tr><td>MATRIZ DE CAMARAGIBE</td><td>3.792,22</td></tr><tr><td>PASSO DE CAMARAGIBE</td><td>3.678,79</td></tr><tr><td>SÃO LUIS DO QUITUNDE</td><td>5.608,99</td></tr><tr><td>BARRA DE STO ANTONIO</td><td>3.585,49</td></tr><tr><td>PARIPUEIRA</td><td>3.812,61</td></tr><tr><td>MACEIÓ</td><td>9.894,02</td></tr></table></td></tr>
</table>

Tabela 283 – INDICADORES E LINHAS DE BASE (Continuação)

OBJETIVO DO PDITS	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	LINHAS DE BASE
Treinar, capacitar e qualificar a mão–de–obra local, para inserção no processo produtivo e qualidade nos serviços prestados.	Grau de satisfação dos turistas com os serviços proporcionados pelos equipamentos e serviços turísticos	SETUR / Pesquisa de demanda e Oferta turística/	Indicador específico precisa ser desenvolvido
	Número de pessoas capacitadas	Agências oficiais de fomento/Órgãos Municipais/Órgãos estaduais/Empresas contratadas para execução da ação/ APL Costa dos Corais	Indicador específico precisa ser desenvolvido
	Número de cursos realizados por ano	Agências oficiais de fomento/Órgãos Municipais/Órgãos estaduais/Empresas contratadas para execução da ação/ APL Costa dos Corais	Indicador específico precisa ser desenvolvido
Desenvolver ações de fortalecimento das instituições estaduais e municipais, assim com das entidades de classe e demais organismos do terceiro setor para uma gestão adequada do turismo no pólo.	Número de projetos de parceria desenvolvidos	Agências oficiais de fomento/Órgãos Municipais/Órgãos estaduais/Empresas contratadas para execução da ação/ APL Costa dos Corais	Indicador específico precisa ser desenvolvido
	Número de órgãos reestruturados, equipados e número de gestores capacitados	Órgãos Municipais/ Órgãos estaduais/ Empresas contratadas para execução da ação	Indicador específico precisa ser desenvolvido
	Número de conselhos municipais e fundos de turismo, meio ambiente e cultura implementados.	Agências oficiais de fomento/Órgãos Municipais/ Órgãos estaduais/ APL Costa dos Corais/ Empresas contratadas para execução da ação	Indicador específico precisa ser desenvolvido
	Número de ações e processos colaborativos e/ou cooperados na região; Número de empresas instaladas após a legislação	Agências oficiais de fomento/Órgãos Municipais/Órgãos estaduais/APL Costa dos Corais/Associações da região	Indicador específico precisa ser desenvolvido
	Número de cooperativas.	SETUR/Prefeituras municipais / APL Costa dos Corais	Indicador específico precisa ser desenvolvido
	Aumento da comercialização dos produtos locais	Aumento da arrecadação de ISS e ICMS	Arrecadação ICMS Alagoas em 2009 (Fonte Ministério da Fazenda): R$1.697.015.000,00 Arrecadação ISS em 2008 (fonte IBGE Cidades) Maceió: R$ 73.801.483,7 Demais: R$ 2.562.589,77

Tabela 283 – INDICADORES E LINHAS DE BASE (Continuação)

OBJETIVO DO PDITS	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	LINHAS DE BASE
Estabelecer princípios norteadores que busquem um desenvolvimento sustentável da atividade turística observando os aspectos sociais, econômicos e ambientais do pólo.	Nº de municípios com Planos Diretores aprovados pela Câmara	Prefeituras AMA	03 municípios (Maceió, Maragogi, São Miguel dos Milagres)
	Nº de municípios conveniados para implantação do Projeto Orla	SPU SEMARH Prefeituras AMA	01 município conveniado (Paripueira)
	Nº de municípios com Plano Municipal de Saneamento Básico	Prefeituras CASAL SAEE	Nenhum município (Maceió em inicio)
	Zoneamento Econômico–Ecológico Costeiro implantado	Órgãos ambientais	Zoneamento em não–conformidade com GERCO
	SIG implantado no Pólo	SETUR Prefeituras Órgãos Ambientais	Indicador específico precisa ser desenvolvido
	Número de ações de cunho sustentável desenvolvidas pelas empresas em parceria	Agências oficiais de fomento/Órgãos Municipais/Órgãos estaduais/APL Costa dos Corais/Associações da região	Indicador específico precisa ser desenvolvido

Tabela 283 – INDICADORES E LINHAS DE BASE (Continuação)

OBJETIVO DO PDITS	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	LINHAS DE BASE
Promover gestões nas áreas de infraestrutura capazes de criar atrativos à iniciativa privada para investimentos em novos serviços, melhorando assim a qualidade de vida da população local	Extensão de vias de acesso efetivamente implantadas;	DER	Indicador específico precisa ser desenvolvido
	Extensão de vias urbanas efetivamente implantadas	DER / Prefeituras Municipais	Indicador específico precisa ser desenvolvido
	Cobertura do sistema de telefonia;	Agências Reguladoras/ Empresas Concessionárias de Telefonia	Dados dispersos ou não consolidados. Indicador específico precisa ser desenvolvido
	Cobertura de esgotamento sanitário – rede	CASAL / SAEE / IBGE	Maceió e Maragogi – 31,86% e 85,79%, respectivamente. Demais municípios – não existem redes
	Cobertura de água potável – rede	CASAL / SAEE / IBGE	Índice médio de cobertura de água nos municípios do Pólo: 70%
	Número de ligações de água implantadas	CASAL / SAEE / IBGE	Dados dispersos ou não consolidados. Indicador específico precisa ser desenvolvido
	Número de ligações ao sistema de esgotamento sanitário efetivadas	CASAL / Prefeituras Municipais	Maceió – 50.100 residências Maragogi – 2.129 residências
	Nível de satisfação dos usuários sobre a iluminação pública nas áreas urbanas e rurais	Pesquisa de campo	Indicador específico precisa ser desenvolvido
	Nº de aterros sanitários existentes	Órgãos ambientais – SEMARH Prefeitura – AMA	01 aterro sanitário (Maceió)
	Nº de municípios consorciados para gestão de resíduos	Órgãos ambientais SEMARH Prefeitura AMA	Nenhum consórcio
	Nº de lixões desativados com recuperação da área degradada	Órgãos ambientais SEMARH Prefeitura AMA	01 lixão com área degradada em processo de recuperação
	Nível de satisfação dos usuários sobre a coleta de lixo	Pesquisa de campo	Indicador específico precisa ser desenvolvido
	Nível de satisfação dos usuários sobre iluminação pública nas áreas urbanas e rurais	ELETROBRÁS/AL Pesquisa de campo	Subdimensionamento da rede com queda de energia nos períodos de grande fluxo turístico Indicador específico precisa ser desenvolvido

Tabela 283 – INDICADORES E LINHAS DE BASE (Continuação)

OBJETIVO DO PDITS	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	LINHAS DE BASE
Contribuir positivamente para a conservação do meio ambiente, mantendo a qualidade ambiental e sociocultural e promovendo a equidade no desenvolvimento	Nº de Unidades de Conservação com Plano de Manejo	Órgãos ambientais	3 UC´s sem Plano de Manejo
	Nº de animais reintroduzidos pelo Projeto Peixe–Boi	ICMBio	10 animais reintroduzidos
	Nº de Reservas Particulares do Patrimônio Natural	Órgãos Ambientais	03 RPPN´s implantadas no Pólo (20 em AL)
	Nº de Áreas Recifais com propostas de ordenamento	Órgãos Ambientais	01 área recifal diagnosticada (Barra do Camaragibe)
	Nº de trechos de praias em condições de blaneabilidade (coliformes)	IMA	Boletins de balneabilidade das praias em 2010 (38 pontos de coleta no Pólo, sendo 18 em Maceió)
	Parâmetros de qualidade da água (ph, OD, DBO, RS, coliformes) do CELMM em conformidade CONAMA	IMA	Laudos de qualidade de água do CELMM em 2010 (15 pontos de coleta)
	Nº de Programas de Coleta Seletiva de matérias recicláveis	Prefeituras SEMARH, SEADES	01 programa em implantação (Maceió)
	Nº de Cooperativas ou Associações de Catadores	OCB – Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Alagoas Prefeituras	03 em Maceió, 00 nos demais municípios
	Nº de catadores cooperados ou associados	OCB Prefeituras	70 catadores em Maceió
	Nº de empreendimentos com licença ambiental	Órgãos ambientais	Dados dispersos ou não consolidados. Indicador específico precisa ser desenvolvido
	Hectares de desmatamento da cobertura vegetal (em APP)	Órgãos ambientais ONGs	Indicador específico precisa ser desenvolvido
	Áreas reflorestadas (m2)	Órgãos ambientais ONGs RPPNs	Indicador específico precisa ser desenvolvido
	Nº de nascentes degradadas em processo de recuperação	Órgãos ambientais e ONGs ambientalistas	Indicador específico precisa ser desenvolvido

<table>
<tr><td rowspan="8"></td><td>Nº de tartarugas marinhas mortas</td><td>Órgãos Ambientais
ONGs ambientalistas</td><td>Indicador específico precisa ser desenvolvido</td></tr>
<tr><td>Nº de tartarugas marinhas reintroduzidas</td><td>Órgãos Ambientais
ONGs ambientalistas</td><td>Indicador específico precisa ser desenvolvido</td></tr>
<tr><td>Nº antigos engenhos tombados</td><td>IPHAN /SECULT
Prefeituras</td><td>Nenhum engenho tombado</td></tr>
<tr><td>Nº prédios históricos recuperados</td><td>IPHAN / SECULT
Prefeituras</td><td>Indicador específico precisa ser desenvolvido</td></tr>
<tr><td>Número de empreendimentos históricos cuja manutenção é assegurada pela cobrança de taxa de ingresso</td><td>IPHAN / SECULT
Prefeituras</td><td>Indicador específico precisa ser desenvolvido</td></tr>
<tr><td>Participação da iniciativa privada na utilização e manutenção do patrimônio recuperado</td><td>IPHAN / SECULT
Prefeituras</td><td>Indicador específico precisa ser desenvolvido</td></tr>
<tr><td>Dados de violência</td><td>Sec. Defesa Social
Delegacia de Mulheres
Conselhos Tutelares
Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência sexual Infanto–Juvenil, Alagoas</td><td>
<table>
<tr><th>TIPO DE VIOLÊNCIA</th><th>MACEIÓ</th></tr>
<tr><td>Exploração Sexual</td><td>33</td></tr>
<tr><td>Negligência</td><td>115</td></tr>
<tr><td>Pornografia</td><td>0</td></tr>
<tr><td>Tráfico de Crianças e Adolescentes</td><td>0</td></tr>
<tr><td>Violência Física e Psicológica</td><td>138</td></tr>
<tr><td>Abuso Sexual</td><td>74</td></tr>
</table>
Ausência de dados que possam identificar a violência específica para restante do Pólo</td></tr>
</table>

	Número de Estabelecimentos Públicos Prestadores de Serviço de Saúde no Pólo	DATASUS	
	Número de escolas públicas disponíveis no Pólo e número de matriculas	IBGE – Cidades	

MUNICÍPIO	NÚMERO DE ESTABELEC. PÚBLICOS PRESTADORES DE SERVIÇO
BARRA DE SANTO ANTONIO	5
JAPARATINGA	5
MACEIÓ	111
MARAGOGI	15
MATRIZ DE CAMARAGIBE	16
PARIPUEIRA	5
PASSO DE CAMARAGIBE	9
PORTO CALVO	12
PORTO DE PEDRAS	8
SÃO LUIS DO QUITUNDE	18
SÃO MIGUEL DOS MILAGRES	5

MUNICÍPIO	MATRIC.	ESCOLA
BARRA DE SANTO ANTONIO	4.567	22
JAPARATINGA	2.791	35
MACEIÓ	202.002	582
MARAGOGI	8.394	65
MATRIZ DE CAMARAGIBE	6.892	33
PARIPUEIRA	2.519	10
PASSO DE CAMARAGIBE	4.514	38
PORTO CALVO	8.948	71
PORTO DE PEDRAS	2.709	31
SÃO LUIS DO QUITUNDE	10.131	49
SÃO MIGUEL DOS MILAGRES	2.293	18

(Autoria: Lyra, P. / Normande, E. 2010)

30. BIBLIOGRAFIA

ALAGOAS E SEUS MUNICÍPIOS – Ano III – n° 11 Publicação do Governo de Estado de Alagoas.

Alagoas. *Diagnóstico de Uso Sustentável das Áreas Recifais e Estuarinas de Barra de Camaragibe.* Maceió, IMA/AL, UFAL. 2009

ALAGOAS. Secretaria de Estado da Mulher, da Cidadania e dos Direitos Humanos. Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA. Conselhos Tutelares.

ALAGOAS. Secretaria de Estado da Assistência e Desenvolvimento Social. Proteção Social Especial.

ALMEIDA, Henrique Luís de Paula e Silva de. Indicadores de Qualidade de Vida, Instrumento Para o Monitoramento Participativo da Qualidade de Vida de Comunidades Costeiras Tradicionais: O Caso da Prainha do Canto Verde, Beberibe/CE. Dissertação de Mestrado UFC. Fortaleza: 2002.

AMORIM, Vânia. Luigi Lucarini. Vida e Obra, 2010.

Araújo, Lindemberg Medeiros. *Planejamento Turístico Regional: Participação, Parcerias, Sustentabilidade*. Maceió, EDUFAL, 2009

ARETCHE, Marta. Federalismo e Políticas Sociais; Determinantes da Descentralização. DADOS, 45.

ARMAYO, Miguel. Ciclos de Desenvolvimento Humano e Formação de Educadores. Revista Educação & Sociedade. V.20 N. 68, Campinas, 1999.

AVRITZER, Leonardo. Esfera Pública. In: AVRITZER e outros(Org.).Corrupção: ensaios e críticas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

AVRITZER, Leonardo. Instituições Participativas e Desenho Institucional: Algumas Considerações Sobre a Variação da Participação no Brasil Democrático. Opinião Pública, v.14. Campinas: Unicamp, 2008

Bahia. *PDTIS Costa das Baleias*.

Banco Interamericano de Desenvolvimento / Banco do Nordeste

Regulamento Operacional PRODETUR NE II; Critérios de Elegibilidade de Projetos de Transporte; Manual Ambiental Para Projetos de Transporte; Fortalecimento da Capacidade Municipal Para a Gestão do Turismo; Critérios para Elegibilidade e Avaliação de Projetos de Urbanização de Orlas; Critérios para Elegibilidade e Avaliação de Projetos de Recuperação de Patrimônio Histórico; TR para Elaboração de Projetos de Planos de Manejo de Unidades de Conservação; Critérios para Elegibilidade e Avaliação de Projetos de Proteção e Recuperação Ambiental; Critérios para Elegibilidade e Avaliação de Projetos de Saneamento; Manual para Elaboração e Avaliação de Projetos de Gestão de Resíduos Sólidos www.bnb.gov.br

Banco Interamericano de Desenvolvimento. *Relatório de Avaliação dos Impactos Ambientais e Sociais*. PRODETUR / NE II, 2002

Banco Interamericano de Desenvolvimento. *Relatório de Gestão Ambiental Social RGAS*, PRODETUR/PE, 2009

BARLEUS, Gaspar. História dos Feitos Recentemente Praticados Durante Oito Anos no Brasil. São Paulo: Livraria Itatiaia/Editora da USP, 1974.

BARROS, Amorim de e REINALDO, Francisco. ABC das Alagoas – Dicionário Bibliográfico, Histórico e Geográfico de Alagoas – Tomo II, G–Z. , Volume 62–B, Brasília: Edições do Senado Federal, 2005.

BOSCHI, Renato. Instituições Políticas, Reformas Estruturais e Cidadania. Dilemas da Democracia no Brasil. Observatório Político Sul Americano. IUPERJ / UCAM, 2004.

BRASIL. Ministério do Turismo. Hábitos de Consumo do Turismo do Brasileiro. Brasília, jul, 2009.

BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos – SEDH.

BRASIL.Conselho Nacional dos Direitos dos Adolescentes e da Criança – CONANDA. Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto–Juvenil – Uma Política em

Movimento. Brasília, 2007.

30. BIBLIOGRAFIA (continuação)

BRUSEKE, Franz Josef. “Pressão Modernizante, Estado Territorial e Sustentabilidade”. In: CAVALCANTE, C. (org.). Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas. São Paulo: Cortez, 2001. p.112–130.

BURSZTYN, Marcel; FONSECA, Igor F. A Banalização da Sustentabilidade: Reflexões Sobre Governança Ambiental em Escala Local. Revista Sociedade & Estado. Brasília, v.24 n.1 p.17–46, 2009.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o Longo Caminho – 5ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CARVALHO, Severino. IPHAN Inspeciona Obra Embargada. . In: Gazeta de Alagoas, A–18, Cidades, 05 de março de 2008.

CAVALCANTI, Clovis. Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas / Clóvis Cavalcanti (Org.). 3 ed., São Paulo: Cortez, 2001.

COLETÂNEA MUNICÍPIOS DE ALAGOAS Organizações Arnon de Mello.

COLETÂNEA MUNICÍPIOS DE ALAGOAS Organizações Arnon de Mello.

CONCEIÇÃO, Octávio. A Dimensão Institucional do Processo de Crescimento Econômico: Inovação e Mudanças Institucionais, Rotinas e Tecnologia Social.

CORIOLANDO, Luzia Neide. O Turismo de Inclusão e o Desenvolvimento Local. Fortaleza : UDECE, 2003.

CORIOLANDO, Luzia Neide, LIMA, Luiz Cruz (Org.). Turismo Comunitário e Responsabilidade Socioambiental. Fortaleza, UDECE, 2003.

CORREIA, M. D. (coord.) 2003 – *Projeto de Zoneamento Ecológico–Econômico e Plano Estadual de Gestão e Desenvolvimento Sustentável da Zona Costeira do Estado de Alagoas (ZEECAL).* 230 p., Universidade Federal de Alagoas / Fundação Universitária de Desenvolvimento, de Pesquisa e Extensão, Apoio Financeiro Ministério de Integração Nacional / Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Maceió, AL, Brasil

COSTA, Craveiro. Maceió. Maceió: SERGASA, 1981.

Craveiro. Dicionário Chorographico do Estado de Alagoas, Parte XII. In: Indicador Geral do Estado de Alagoas, Maceió: Typographia Commercial, 1902, pp. 216–240.

DAGNINO, Evelina; TATAGIBA, Luciana (orgs). Democracia, Sociedade Civil e Participação. Chapecó: Argos, 2007.

DANINO, Evelina; TATAGIBA, Luciana (Orgs.). Democracia, Sociedade Civil e Participação. Chapecó, SC: Argos, 2007.

DIEGUES JR, Manuel. *O Bangüê nas Alagoas.* 3ª ed. Maceió: EDUFAL, 1986

DIEGUES JÚNIOR, Manoel. O Bangüê nas Alagoas – Traços da Influência do Sistema Econômico do Engenho de Açúcar na Vida e na Cultura Regional. 2ª edição. Maceió: EDUFAL, 1980.

DINIZ, Eli e BOSCHI, Renato. Empresariado e Estratégias de Desenvolvimento. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 18, N. 52, 2003.

DO BEM, Arim Soares. A Dialética do Turismo Sexual. Campinas, SP: Papirus, 2005.

DOWBOR, Ladislau. Da globalização ao Poder Local: a Nova Hierarquia dos Espaços. In: Freitas, Marcos César. A Reinvenção do Futuro. São Paulo: Cortez, 1996.

DUARTE, Abelardo. As Alagoas na Guerra da Independência. Maceió: Arquivo Público de Alagoas, 1974.

DULCI, Otávio. Itinerários do Capital e Seu Impacto no Cenário Inter–regional. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 17, N. 5, 2002.

Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional – Maceió. Brasília, 2008.

FERREIRA, Jurandir Pires. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. XIX Volume, Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1959.

FONSECA, i.f. ; BURSZTYN, Marcel. A Banalização da Sustentabilidade: Reflexões sobre a Governança Ambiental em Escala Local. Sociedade e Estado, v. 24, p.17–46, 2009. Site:

30. BIBLIOGRAFIA (continuação)

FREIRE, Ricardo. *100 Praias que Valem a Viagem: Uma Seleção das Praias mais Gostosas do Brasil*. São Paulo: Globo, 2008

GUIMARÃES, Juarez. Interesse Público. In: AVRITZER e outros (Org.).Corrupção: Ensaios e Críticas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

KERSTENETZKY, Célia Lessa. Associativismo, Desigualdades e Democracia. Revista Brasileira de Ciências Sociais– RBCS, v.18, n.53.p.131–142,2003.

Lei nº 3924, de 26 de julho de 1961 – Dispõe sobre os Monumentos Arqueológicos e Pré–Históricos. In: República Federativa do Brasil/Ministério Público Federal/Procuradoria Geral da República/Secretaria de Coordenação da Defesa dos Direitos Individuais e dos Interesses Difusos. Legislação Patrimônio Cultural, V., Tomo II.

Lei nº 6513, de 20 de dezembro de 1977 – Dispõe sobre a Criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico, sobre o Inventário com Finalidades Turísticas dos Bens de Valor Cultural e Natural; Acrescenta Inciso ao Artigo 2º da Lei nº 4132, de 10 de setembro de 1962; altera a redação e acrescenta dispositivo à Lei nº 4717, de 29 de junho de 1965; e dá outras providências. In: República Federativa do Brasil/Ministério Público Federal/Procuradoria Geral da República/Secretaria de Coordenação da Defesa dos Direitos Individuais e dos Interesses Difusos. Legislação Patrimônio Cultural, V., Tomo II.

LINDOSO, Dirceu. Alagoas Boreal. Maceió: Editora Catavento, 2000.

MACEIÓ 180 ANOS DE HISTÓRIA. Publicação da Prefeitura Municipal de Maceió e do Instituto Théo Brandão.

MARINHO,Marcela. Turismo sexual: análise dos contextos acerca da teoria da representação social. GT Turismo e Construções simbólicas. V Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL. Caxias do Sul, RS, 27–28/06/2008.

MARQUES, Eduardo Cézar. Redes Sociais e poder no Estado brasileiro: aprendizados a partir de políticas urbanas. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 21, N. 60, 2006.

MENDONÇA, Francisco. Impactos Socioambientais urbanos. Editora UFPR, 2004.

MINC. Mapeamento Cultural do Litoral Norte do Estado de Alagoas. S.d.t. Documento consultado no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.

Ministério do Meio Ambiente / Secretaria de Qualidade Ambiental, Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão/ Serviço de Patrimônio da União *Projeto Orla – Manual de Gestão*. Brasília, 2006

Mollo, M de Lourdes Rosemberg*.* *Entrevista ao Portal.* CET – Centro de Excelência em Turismo, 2010, Universidade de Brasília www. cet.unb.br / portal

NEPA–ICS–UFAL. "Delimitação e Prospecção do Sítio Patacho – Porto de Pedras, Alagoas". Maceió, 2007.

NEPA–ICS–UFAL. "Prospecção Arqueológica dos Engenhos Estaleiro e Escurial". Maceió, 2007. Arquivo da 17ª SR/IPHAN/AL.

NEUMANN, Lycia Tramujas Vasconcelos. NEUMANN, Rogério Arns. Desenvolvimento Comunitário Baseado em Talentos e Recursos Locais – ABCD. São Paulo: Global; IDS – Instituto para o Desenvolvimento de Investimento Social, 2004.

OLIVEIRA, Evelina Antunes. Notas sobre a participação não–eleitoral no Nordeste. Opinião Pública, v. 10, N. 2. Campinas, 2004.

OLIVEIRA, Evelina Antunes. Notas sobre a participação não–eleitoral no Nordeste. Opinião Pública, v. 10, N. 2. Campinas, 2004.

Oliveira, Francisco Vicente. ***Capacidade de carga em cidades históricas***. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo.

PÉRICLES, Cícero. Economia popular – uma via de modernização para Alagoas . 3ª ed. Maceió: Edufal, 2008. v. 1. 132 p.

Philippi Jr, Arlindo; Ruschmann, Doris (org). ***Gestão Ambiental e Sustentabilidade no Turismo.*** Barueri, Manole, 2010

PLANO DE INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DO TURISMO DE ALAGOAS – Governo do Estado de Alagoas, 2009.

30. BIBLIOGRAFIA (continuação)

Plano de Infraestrutura para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Turismo de Alagoas – Governo do Estado de Alagoas, 2009.
PNUD. Relatório de desenvolvimento humano, 2003.
PRODETUR / NE– II. *Marco Lógico***.** Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste do Brasil
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DE MACEIÓ. Secretaria Municipal de Construção da Infraestrutura, 2006.
PROOPS, John, FABER, Malte, JOST, Frank, MANSTETTEN, Reiner. "Realizando um mundo sustentável e o papel do sistema político na consecução de uma economia sustentável". In: CAVALCANTE, C. (org.). *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 2001. p. 104–111.
QUEIROZ, Álvaro. A Missão de Porto de Pedras (1596–1619). In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, vol. 46, Maceió: Gráfica Graciliano Ramos, 2004.
REIS, Elisa. Percepção da elite sobre a pobreza e desigualdade. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 15, N. 42, 2000.
ROCHA, Juliana Dalboni. A importância do capital institucional na sustentabilidade do desenvolvimento territorial. Revista Sustentabilidade em Debate. Centro de Desenvolvimento Sustentável – CDS/UNB, v. 1 n. 1, 2010.
Ruschmann Consultores**. *PDTIS Lagoas e Mares do Sul***. Maceió, SETUR, 2010, versão preliminar
Ruschmann, Dóris, Paolucci, Luciana; Maciel, Nelson. ***Capacidade de carga o planejamento turístico: estudo de caso de Praia Brava***
SHENG, Fulai. "Valores em mudança e construção de uma sociedade sustentável". In: CAVALCANTE, C. (org.). Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2001. p. 165–178.
SILVA, Biágio. Perfil Econômico de Alagoas – Fortaleza 2002. Publicado pelo Banco de Nordeste.
Tocantins. ***PDTIS. Avaliação de Impactos Ambientais***. Palmas, ADTUR, 2009
Turismo no Brasil, 2011–2014. BUAINAIN, Antonio e Romeiro, Ademar. Agricultura familiar e o novo mundo rural. Sociologias, N. 10, porto Alegre, 2003.
VIEIRA, Alessandra. Vestígios do Sagrado em Alagoas. In: O Jornal, Dois, de 03 de maio de 2009.
WEHLING, Arno e WEHLING, Maria José C. Formação do Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1994.
WILLEKE, Frei Venâncio OFM. Missões Franciscanas no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1978.

31. GLOSSÁRIO

Branding – Identidade corporativa, trabalhar a identificação da marca;

Central de Regulação de Serviços de Saúde – É a unidade responsável pela avaliação, processamento e agendamento das solicitações de atendimento, garantindo o acesso dos usuários do SUS, mediante um planejamento de referência e contra–referência.

Centro de Parto Normal Isolado – Unidade intra–hospitalar ou isolada, especializada no atendimento da mulher no período gravídico puerperal, conforme especificações da PT/MS 985/99.

Centro de Saúde / **Unidade Básica de Saúde** – Unidade para realização de atendimentos de atenção básica e integral a uma população, de forma programada ou não, nas especialidades básicas, podendo oferecer assistência odontológica e de outros profissionais de nível superior. A assistência deve ser permanente e prestada por médico generalista ou especialista nestas áreas. Podendo ou não oferecer: SADT e Pronto atendimento 24 Horas.

Charter – Vôo fretado.

City Tour – Passeio pela cidade.

Clínica Especializada / **Ambulatório Especializado** – Clínica Especializada destinada à assistência ambulatorial em apenas uma especialidade/área da assistência. (Centro Psicossocial/Reabilitação etc.).

Common concerns – Preocupações comuns.

Condoresort – Condomínio de segunda residência que também funciona como hotel;

Consultório Isolado – sala isolada destinada à prestação de assistência médica ou odontológica ou de outros profissionais de saúde de nível superior.

Cooperativa – Unidade administrativa que disponibiliza seus profissionais cooperados para prestarem atendimento em estabelecimento de saúde.

Day use – Uso por um dia.

Day user – Pessoas que pagam para desfrutar de uma infraestrutura durante um único dia;

Educação Patrimonial – "Toda vez que as pessoas se reúnem para construir e dividir novos conhecimentos, investigam pra conhecer melhor, entender e transformar a realidade que nos cerca, estamos falando de uma ação educativa. Quando fazemos tudo isso levando em conta alguma coisa que tenha relação ao com nosso patrimônio cultural, então estamos falando de Educação Patrimonial.

Farmácia – Estabelecimento de saúde isolado em que é feita a dispensação de medicamentos básicos / essenciais (Programa Farmácia Popular) ou medicamentos excepcionais / alto custo previstos na Política Nacional de Assistência Farmacêutica.

Hospital / **Dia – Isolado** – Unidades especializadas no atendimento de curta duração com caráter intermediário entre a assistência ambulatorial e a internação.

Hospital Especializado – Hospital destinado à prestação de assistência à saúde em uma única especialidade/área. Pode dispor de serviço de Urgência/Emergência e SADT. Podendo Ter ou não SIPAC Geralmente de referência regional, macro regional ou estadual

Hospital Geral – Hospital destinado à prestação de atendimento nas especialidades básicas, por especialistas e/ou outras especialidades médicas. Pode dispor de serviço de Urgência/Emergência. Deve dispor também de SADT de média complexidade. Podendo Ter ou não SIPAC.

Laboratório Central de Saúde Pública – LACEN – Estabelecimento de Saúde que integra o Sistema Nacional de Laboratórios de Saúde Pública – SISLAB, em conformidade com normalização vigente.

n/a – não atende**.**

PAC das Cidades Históricas – Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas é uma ação intergovernamental articulada com a sociedade para preservar o patrimônio brasileiro, valorizar nossa cultura e promover o desenvolvimento econômico e social com sustentabilidade e qualidade de vida para os cidadãos.

31. GLOSSÁRIO (continuação)

Patrimônio arqueológico – constituído por jazidas de qualquer natureza, origem ou finalidade, que representem testemunhos da cultura dos paleoameríndios; sítios nos quais se encontram vestígios positivos de ocupação pelos paleoameríndios; sítios identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento "estações" e "cerâmios; inscrições rupestres ou locais e outros vestígios de atividade de paleoameríndios. É definido e protegido pela Lei nº 3.924/61, sendo considerados bens patrimoniais da União.

Patrimônio Cultural – conjunto de manifestações, realizações e representações de um povo, de uma comunidade. Ele está presente em todos os lugares e atividades: nas ruas, em nossas casas, em nossas danças e músicas, nas artes, nos museus e escolas, igrejas e praças. Nos nossos modos de fazer, criar e trabalhar. Nos livros que escrevemos, na poesia que declamamos, nas brincadeiras que organizamos, nos cultos que professamos. Ele faz parte de nosso cotidiano e estabelece as identidades que determinam os valores que defendemos. É ele que nos faz ser o que somos. Quanto mais o país cresce e se educa, mais cresce e se diversifica o patrimônio cultural. O patrimônio cultural de cada comunidade é importante na formação da identidade de todos nós, brasileiros.

Patrimônio Imaterial – segundo a UNESCO são 'as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.' O Patrimônio Imaterial é transmitido de geração em geração e constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

Patrimônio Material – conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza nos quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Estão divididos em bens imóveis – núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; e móveis – coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

Per capita – Para cada cabeça / por pessoa;

Policlínica – Unidade de saúde para prestação de atendimento ambulatorial em várias especialidades, incluindo ou não as especialidades básicas, podendo ainda ofertar outras especialidades não médicas. Podendo ou não oferecer: SADT e Pronto atendimento 24 Horas.

Portfólio – Lista de trabalhos de um profissional ou empresa;

Posto de Saúde – Unidade destinada à prestação de assistência a uma determinada população, de forma programada ou não, por profissional de nível médio, com a presença intermitente ou não do profissional médico.

Pronto Socorro Especializado – Unidade destinada à prestação de assistência em uma ou mais especialidades, a pacientes com ou sem risco de vida, cujos agravos necessitam de atendimento imediato.

Pronto Socorro Geral – Unidade destinada à prestação de assistência a pacientes com ou sem risco de vida, cujos agravos necessitam de atendimento imediato. Podendo ter ou não internação.

Ranking – Classificação;

Secretaria de Saúde – Unidade gerencial/administrativa e/ ou que dispõe de serviços de saúde, como vigilância em Saúde (Vigilância epidemiológica e ambiental; vigilância sanitária), Regulação de Serviços de Saúde.

Sun and sand – Sol e areia.

31. GLOSSÁRIO (continuação)

Tombamento – ato administrativo realizado pelo Poder Público, nos níveis federal, estadual ou municipal. Tem como objetivo preservar bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo a destruição e/ou descaracterização de tais bens. Pode ser aplicado aos bens móveis e imóveis, de interesse cultural ou ambiental. Somente é aplicado aos bens materiais de interesse para a preservação da memória coletiva.

Unidade de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia – Unidades isoladas onde são realizadas atividades que auxiliam a determinação de diagnóstico e/ou complementam o tratamento e a reabilitação do paciente.

Unidade de Vigilância em Saúde – É o estabelecimento isolado que realiza trabalho de campo a partir de casos notificados e seus contatos, tendo como objetivos: identificar fontes e modo de transmissão; grupos expostos a maior risco; fatores determinantes; confirmar o diagnóstico e determinar as principais características epidemiológicas, orientando medidas de prevenção e controle a fim de impedir a ocorrência de novos eventos e/ou o estabelecimento de saúde isolado responsável pela execução de um conjunto de ações, capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde.

Unidade Mista – Unidade de saúde básica destinada à prestação de atendimento em atenção básica e integral à saúde, de forma programada ou não, nas especialidades básicas, podendo oferecer assistência odontológica e de outros profissionais, com unidade de internação, sob administração única. A assistência médica deve ser permanente e prestada por médico especialista ou generalista. Pode dispor de urgência/emergência e SADT básico ou de rotina. Geralmente nível hierárquico 5.

Unidade Móvel de Nível Pré–hospitalar na Área de Urgência e Emergência – Veículo terrestre, aéreo ou hidroviário destinado a prestar atendimento de urgência e emergência préhospitalar a paciente vítima de agravos a sua saúde.(PTMS/GM 824, de 24/Jun/1999).

Unidade Móvel Fluvial – Barco / navio equipado como unidade de saúde, contendo no mínimo um consultório médico e uma sala de curativos, podendo ter consultório odontológico.

Unidade Móvel Terrestre – Veículo automotor equipado, especificamente, para prestação de atendimento ao paciente.

UPA – Unidade de Pronto Atendimento – As Unidades de Pronto Atendimento – são estruturas de complexidade intermediária entre as Unidades Básicas de Saúde e as portas de urgência hospitalares, onde em conjunto com estas compõe uma rede organizada de Atenção às Urgências. São integrantes do componente pré–hospitalar fixo e devem ser implantadas em locais/unidades estratégicos para a configuração das redes de atenção à urgência, com acolhimento e classificação de risco em todas as unidades, em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências.

32. SITES CONSULTADOS

http://cnes.datasus.gov.br

http://gazetaweb.globo.com

http://maceio.id5.com.br/

http://perfildomunicipio.caged.gov.br

pt.wikipedia.org/wiki/CBUQ

www.abla.com.br

www.afal.com.br

www.agenciaalagoas.al.gov.br

www.al.diariooficialdosmunicipios.org/main.cfm

www.al.sebrae.com.br

www.aneel.gov.br

www.arsal.al.gov.br

www.arsal.al.gov.br/servicos/transporte/linhas/convencional.asp

www.bb.com.br

www.brasiladentro.com.br

www.caixa.com.br

www.casal.al.gov.br/a.casal–atuacao

www.casal.al.gov.br/areas.abastecidas–capital–agua

www.casal.al.gov.br/areas.abastecidas–capital–esgoto

www.casal.al.gov.br/areas.abastecidas–sistemas.coletivos

www.ceal.com.br/subestacoes.htm

www.cefet–al.br

www.cidades.gov.br

www.cidadessaudaveis.org.br

www.cmfor.ce.gov.br

www.conselhodacrianca.al.gov.al

www.cprm.gov.br

www.crisp.ufmg.br

www.cultura.al.gov.br

www.cultura.gov.br

www.cvc.com.br

www.datasus.gov.br

www.defesasocial.al.gov.br

32. SITES CONSULTADOS (continuação)

www.direitoshumanos.gov.br

www.ferias.tur.br

www.freeway.tur.br

www.frigoletto.com.br

www.gabinetecivil.al.gov.br

www.guia4rodas.com.br

www.ibge.gov.br

www.ima.al.gov.br

www.infraestrutura.al.gov.br

www.intercontinental.tur.br

www.interlegis.gov.br

www.intravel.com.br

www.ipea.gov.br

www.ipeadata.gov.br

www.iphan.gov.br

www.itec.al.gov.br/municipios

www.jornalalagoasemtempo.com.br

www.lacult.org/docc/cartaquito1967.doc

www.luxtravel.com.br

www.maceioagora.com.br/noticias

www.maisalagoas.ud.com.br

www.mp.al.gov.br

www.ojornalweb.com

www.perfildomunicipio.caged.com.br

www.planejamento.al.gov.br

www.pnud.org.br

www.portaldosmunicipios.com/contas

www.semarhn.al.gov.br/

www.sempla.maceio.al.gov.br

www.sistemas.anatel.gov.br

www.skyscrapercity.com

www.skyscrapercity.com

www.tendenciaemercado.com.br

32. SITES CONSULTADOS (continuação)

www.transportes.gov.br/bit/mapas

www.turismo.gov.br

www.turismo.maceio.al.gov.br

www.turismoeinfancia.com.br

www.world–tourism.org

www2.datasus.gov.br/DATASUS

33. CONTATOS PESSOAIS E ENTREVISTAS SEMI–ESTRUTURADAS

- Alan de Jesus Silva, Secretário Municipal de Administração de Porto de Pedras, em Ago/2010.
- Ana Márcia Almeida, Assistente Social de Porto Calvo, em Jul/2010.
- Anna Cláudia Farias, Gestora do APL Costa dos Corais, em Jul/2010.
- Antônio da Silva Oliveira, Secretário de Turismo e Meio Ambiente de Porto Calvo, em Jul/2010.
- Carlos Abraão Moura, Prefeito de Paripueira, em Jul/2010.
- Carlos André Braga, Dir. Exec. Assoc. Amigos Rota Ecológica de Alagoas – AREAL, em Jul/2010.
- Carlos Eurico Leão (Kaíka), Prefeito de Porto Calvo, em Jul/2010.
- Cristyano Cavalcante, Secretário de Turismo de Japaratinga, em Jul/2010.
- Danielle Novis, Secretária Estadual do Turismo de Alagoas, em Jul/2010.
- Dione Laurindo, Diretora do Plano Diretor da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento – SEMPLA
- Edna de Souza Wanderley, Secretária Municipal de Administração, em Ago /2010
- Érica Torres, Sec. de Turismo, Meio Ambiente e Inovação Tec. Passo de Camaragibe, em Jul/2010.
- Gilson Ângelo da Silva, Secretário de Turismo da Barra de Santo Antônio, em Jul/2010.
- Herbert Freire Araújo, Secretário de Turismo Pedro Jeová – Secretário de Infraestrutura e Obras de Maragogi de Maragogi, em Jul/2010.
- Jair Galvão, Diretor de Produtos e Negócios da SETUR, em Jul/2010.
- José Caetano Neto, Secretário Municipal de Turismo de São Miguel dos Milagres, em Ago/2010.
- José Carlos e Alírio, Empresários da Pousada Caju em São Miguel dos Milagres, em Jul/2010.
- Juan Maurer, Secretário de Turismo e Meio Ambiente de Paripueira, em Jul/2010.
- Laércio Lopes Figueiredo, Secretário Municipal de Administração, em Ago /2010.
- Manoel José da Silva Filho, Secretário Municipal de Turismo de São Luiz do Quitunde, em Ago/2010
- Marcos Vital, Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem de Alagoas – DER, em Ago/2010.
- Maria Aparecida de Oliveira, Secretária de Cultura de Japaratinga, em Jul/2010.
- Maria Cícera Casado, Prefeita de Barra de Santo Antônio, em Jul/2010.
- Maria Claudina da Silva, Redatora de Atas da Câmara Municipal de Paripueira, em Ago/2010.
- Maria da Glória Modesto, Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SPU/AL, em Ago/2010.
- Marta, ARIBAMA – Associação dos Ribeirinhos Amigos do Meio Ambiente, em Jul/2010.
- Miguel Arcanjo Motta, Secretário Municipal de Planejamento e Obras da Barra de Santo Antônio, em Ago /2010.
- Nailton Manoel S. da Silva, Secretário Municipal de Assistência Social de Passo do Camaragibe, em Ago/2010.
- Ricardo Malta, Secretário Municipal de Planejamento de Paripueira, em Ago /2010
- Roberto Barreiros, engenheiro da Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito – SMTT, em Ago/2010.

33. CONTATOS PESSOAIS E ENTREVISTAS SEMI–ESTRUTURADAS (continuação)

- Simone Bentes Normande, Superintendente da UEE Prodetur, em Jul/2010.
- Tereza Bandeira, Diretora Executiva da ABIH – AL, em Jul/2010.
- Tony Bleuler, Presidente da Associação dos Empresários de Turismo de Japaratinga – AEJATUR, em Jul/2010.
- Vanderlei L. Turatti, Presidente da Associação de Fomento do Turismo da Barra de Santo Antônio e Paripueira, em Jul/2010.
- Vanessa Rocha, Gerente da Unidade de Turismo, Cultura e Meio Ambiente do Sebrae – AL, em Jul/2010.
- Vergínia Stodolni, Vice Presidente da Associação dos Hoteleiros de Maragogi e Japaratinga – AHMAJA, em Jul/2010.

34. INSTITUIÇÕES CONSULTADAS

Entidades de Classe:

ABIH / AL – Associação Brasileira da Indústria Hoteleira
AEJATUR – Associação dos Empresários de Turismo de Japaratinga
AFORTUR – Associação de Fomento e Turismo
AHMAJA – Associação dos Hotéis de Maragogi e Japaratinga
AREAL – Associação da Rota Ecológica de Alagoas
Associação dos Proprietários de Catamarã

Órgãos Governamentais

Governo Federal:
ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica
Ministério do Turismo

Governo Estadual:
CASAL – Companhia de Água e Saneamento de Alagoas
DER / AL – Departamento Estradas e Rodagens
IMA – Instituto do Meio Ambiente
Secretaria de Estado de Cultura
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico
Secretaria de Estado do Turismo de Alagoas
Secretaria de Estado de Planejamento – APL Costa dos Corais
UEE – Unidade Executora Estadual do Prodetur

Governo Municipal:
SEMPTUR – Secretaria Municipal de Promoção do Turismo de Maceió
Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente de Paripueira
Secretaria Municipal de Turismo de Barra de Santo Antônio
Secretaria Municipal de Turismo, Meio Ambiente e Inovação Tecnológica de Passo de Camaragibe
Secretaria Municipal de Turismo de São Miguel dos Milagres
Prefeitura Municipal de Porto de Pedras
Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente de Porto Calvo
Secretaria Municipal de Assistência Social de Porto Calvo
Secretaria Municipal de Turismo de Japaratinga
Secretaria Municipal de Cultura de Japaratinga
Secretaria Municipal de Turismo de Maragogi

Outras Instituições:
FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
SEBRAE / AL – Unidade de Turismo Artesanato e Cultura
UNIVERSIDADE POLO – UAB Maragogi